



MENU

Cadastro de Relacionamento >> Alterar

Entidade:

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

Classificação:

Responsável

Cargo / Função:

PREFEITO

CPF:

737.331.308-63

Nome:

FRANCISCO DIAS MANCANO JUNIOR

Dados do Relacionamento da Pessoa com a Entidade

Nomenclatura Oficial:

Pronome de Tratamento:

Ilustríssimo

Ato:

Data de Início do Exercício:

01/01/2017

(dd/mm/aaaa)

Data de Início do Mandato:

01/01/2017

(dd/mm/aaaa)

Tipo de Exercício:

PERMANENTE

Data de Término do Exercício:

31/12/2020

(dd/mm/aaaa)

Data de Término do Mandato:

31/12/2020

(dd/mm/aaaa)

Gravar Voltar

CÓPIA DE DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: JEFFERSON DE SOUZA CORREIA. Sistema e-TCESP. Para obter informações sobre assinatura e/ou ver o arquivo original acesse <http://e-processo.tce.sp.gov.br> - link 'Validar documento digital' e informe o código do documento: 2-K29N-JRMD-5ZRO-7008



Tribunal de Contas

do Estado de São Paulo



MENU

Cadastro de Pessoa >> Alterar

[Voltar](#)

- Dados Básicos

CPF: 737.331.308-63

Nome: FRANCISCO DIAS MANCANO JUNIOR

Sexo: Masculino

Data Nascimento: 01/01/1953

Nacionalidade: Brasileira

Grau de Instrução: Ensino Superior Completo

[Alterar](#)

- E-mail

[Incluir](#)
[Excluir](#)

E-mail

Tipo Email

☐ drfranciscomvereador@hotmail.com

PROFISSIONAL

- Telefone

[Incluir](#)
[Excluir](#)

Tipo

DDD

Telefone

Complemento

☐ COMERCIAL 16 9202-1427

- Endereço

[Incluir](#)
[Excluir](#)

Tipo

UF

Município

CEP

Tipo de Logradouro

Logradouro

Nº

Complemento

Bairro

Endereço Corresp.

☐ RESIDENCIAL São Paulo Guariba 14184-000 RUA Av 10 de abril 1045 Jardim Boa Vista Sim

- Identificação

CÓPIA DE DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: JEFFERSON DE SOUZA CORREIA. Sistema e-TCESP. Para obter informações sobre assinatura e/ou ver o arquivo original acesse http://e-processo.tce.sp.gov.br - link 'Validar documento digital' e informe o código do documento: 2-K29N-JRMD-5ZRO-7008

Incluir

Excluir

Tipo do Documento

Número do Documento

☐ **RG**

4273745-2

CÓPIA DE DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: JEFFERSON DE SOUZA CORREIA. Sistema e-TCESP. Para obter informações sobre assinatura e/ou ver o arquivo original acesse <http://e-processo.tce.sp.gov.br> - link 'Validar documento digital' e informe o código do documento: 2-K29N-JRMD-5ZRR0-7008



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE RIBEIRÃO PRETO - UR-6



Ribeirão Preto, 27 de maio de 2020.

Ofício nº 175/2020 – TCE-SP/GUR-6

Excelentíssimo Senhor;

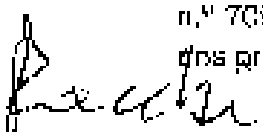
Informo a Vossa Excelência que o abaixo relacionado é funcionário deste Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e está autorizado a proceder à fiscalização de acompanhamento das contas anuais do exercício de 2020, objeto do Processo n.º TC-002828/889/20, na conformidade das Instruções vigentes.


- JEFFERSON DE SOUZA CORREIA

Fica Vossa Excelência, desde já NOTIFICADO a acompanhar todos os atos de tramitação processual exercendo o direito de defesa, interpondo recursos cabíveis, quando for o caso, e o que mais for do interesse. Inclusive, na que se refere a apenados e autos próprios que vierem a ser informados.

Desde logo, fica, também, NOTIFICADO de que todos os despachos e decisões tomados acerca de aludido processo serão publicados no Diário Oficial do Estado, na conformidade do artigo 90, da Lei Complementar n.º 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais.

Ao ensejo, renovo meus protestos de estima e consideração.


FRANCISCO D. MANÇANO JUNIOR
PREFEITO DO MUNICÍPIO
DE GUARIBA


FLÁVIO HENRIQUE PASTRE
Diretor Técnico de Divisão – UR-6

Exmo. Sr.

FRANCISCO DIAS MANÇANO JUNIOR

DD. Prefeito do Município de Guariba

Guariba-SP



LEI Nº 3.311 – DE 20 DE DEZEMBRO DE 2019

"ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE GUARIBA, PARA O EXERCÍCIO DE 2020"

A Câmara Municipal de Guariba, Estado de São Paulo, em Sessão Extraordinária realizada às 10 horas deste dia 20 de dezembro de 2019, **APROVOU** e eu, **DR. FRANCISCO DIAS MANÇANO JUNIOR**, Prefeito Municipal sanciono e promulgo a seguinte...

LEI:

TÍTULO I
DISPOSIÇÃO GERAL.

Artigo 1º - Esta lei estima a receita e fixa a despesa do Município de Guariba, para o exercício financeiro de 2020, nos termos do art. 165º, parágrafo 5º, da Constituição Federal, Lei 4.320/64, Lei de Responsabilidade Fiscal e da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2020, compreendendo:

- I – O Orçamento Fiscal referente aos Poderes Executivo e Legislativo
- II - O Orçamento da Seguridade Social do Poder Executivo.

TÍTULO II
DOS ORÇAMENTOS: FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL.

CAPÍTULO I
DA ESTIMATIVA DA RECEITA

Artigo 2º - A receita total estimada para atendimento das despesas fixadas nos orçamento fiscal e seguridade social, já com as devidas deduções legais, representa o montante de R\$ 123.000.000,00 (Cento e Três Milhões de Reais), de acordo com o seguinte desdobramento:

RECEITA	R\$
Orçamento Fiscal	85.705.900,00
Orçamento da Seguridade Social	37.294.100,00

Parágrafo Único – A receita pública se constitui pelo ingresso de caráter não devolutivo auferido pelo Ente municipal, para a alocação e cobertura das despesas públicas. Todo ingresso orçamentário constitui uma receita pública, podendo ser classificada em receitas correntes e de capital, arrecadadas na forma da legislação vigente e especificadas no anexo II – Resumo Geral da Receita com os seguintes valores:



2. Orçamento da Seguridade Social	R\$
08 - Assistência Social	5.307.300,00
10 - Saúde	31.986.800,00
Total do Orçamento da Seguridade Social:	37.294.100,00

TOTAL GERAL DA DESPESA DO MUNICÍPIO - R\$ 123.000.000,00

IV - Despesa por Sub-Funções de Governo

1. Orçamento Fiscal	R\$
31 - Ação Legislativa	3.400.000,00
122 - Administração Geral	9.428.200,00
123 - Administração Financeira	3.171.400,00
306 - Alimentação e Nutrição	3.340.800,00
332 - Relações de Trabalho	1.429.000,00
361 - Ensino Fundamental	30.228.000,00
365 - Educação Infantil	11.767.000,00
366 - Educação de Jovens e Adultos	830.000,00
367 - Educação Especial	1.326.000,00
392 - Difusão Cultural	1.129.000,00
451 - Infraestrutura Urbana	5.982.000,00
541 - Preservação e Conservação Ambiental	6.177.000,00
661 - Promoção Industrial	418.000,00
782 - Transporte Rodoviário	2.100.000,00
812 - Desporto Comunitário	978.500,00
841 - Refinanciamento da Dívida Interna	1.569.000,00
846 - Outros Encargos Especiais	1.202.000,00
999 - Reserva de Contingência	1.230.000,00
Total do Orçamento Fiscal	85.705.900,00

2. Orçamento da Seguridade Social	R\$
241 - Assistência ao Idoso	332.600,00
242 - Assistência ao Portador de Deficiência	162.300,00
243 - Assistência à Criança e ao Adolescente	1.658.600,00
244 - Assistência Comunitária	3.153.800,00
301 - Atenção Básica	6.164.300,00
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	24.639.200,00
303 - Suporte Profilático e Terapêutico	240.100,00
304 - Vigilância Sanitária	160.000,00
305 - Vigilância Epidemiológica	783.200,00
Total Orçamento da Seguridade Social	37.294.100,00

TOTAL GERAL DA DESPESA DO MUNICÍPIO - R\$ 123.000.000,00



2. Orçamento da Seguridade Social	R\$
3 - Despesas Correntes	
3.1 - Pessoal e Encargos	13.267.000,00
3.2 - Outras Despesas Correntes	23.651.100,00
4 - Despesas de Capital	
4.1 - Investimentos	376.000,00
Total do Orçamento da Seguridade Social	37.294.100,00

TOTAL GERAL DA DESPESA DO MUNICÍPIO - R\$ 123.000.000,00

II - Despesa por Órgão

1. Orçamento Fiscal	R\$
01 - Poder Legislativo	3.400.000,00
02 - Poder Executivo	82.305.900,00
Total do Orçamento Fiscal	85.705.900,00

2. Orçamento da Seguridade Social	R\$
02 - Poder Executivo	37.294.100,00
Total do Orçamento da Seguridade Social	37.294.100,00

TOTAL GERAL DA DESPESA DO MUNICÍPIO - R\$ 123.000.000,00

III - Despesa por Funções de Governo

1. Orçamento Fiscal	R\$
01 - Legislativa	3.400.000,00
04 - Administração	12.599.600,00
11 - Trabalho	1.429.000,00
12 - Educação	47.491.800,00
13 - Cultura	1.129.000,00
15 - Urbanismo	5.982.000,00
18 - Gestão Ambiental	6.177.000,00
22 - Indústria	418.000,00
26 - Transporte	2.100.000,00
27 - Desporto e Lazer	978.500,00
28 - Encargos Especiais	2.771.000,00
99 - Reserva de Contingência	1.230.000,00
Total do Orçamento Fiscal :	85.705.900,00



Receitas Correntes:	R\$
1.1 - Receita Tributária	16.828.700,00
1.2 - Receita de Contribuições	1.500.000,00
1.3 - Receita Patrimonial	993.810,00
1.6 - Receita de Serviços	138.572,00
1.7 - Transferências Correntes	114.620.042,00
1.9 - Outras Receitas Correntes	1.424.876,00
Total das Receitas Correntes	135.506.000,00
Receitas de Capital:	
Alienação de Bens	253.000,00
Total Receitas de Capital	253.000,00
Total Geral	
(-) Dedução de Receita p/Formação do FUNDEB	12.759.000,00
Total da Receita Líquida	123.000.000,00

CAPÍTULO II

DA FIXAÇÃO DA DESPESA

Artigo 3º - A Despesa será fixada segundo a discriminação dos quadros demonstrativos por Categoria Econômica, por Órgão/Unidade Orçamentária, por Função de Governo e por Programa de Governo, cujos desdobramentos apresentam-se com os seguintes valores:

1 - Despesa por Natureza da Despesa

1. Orçamento Fiscal	R\$
3 - Despesas Correntes	
3.1 - Pessoal e Encargos	48.550.035,00
3.2 - Outras Despesas Correntes	32.186.365,00
4 - Despesas de Capital	
4.4 - Investimentos	
4.6 - Amortização / Refinanciamento da Dívida	3.570.500,00
9 - Reserva de Contingência	169.000,00
9.9 - Reserva de Contingência	1.230.000,00
Total do Orçamento Fiscal	85.705.900,00



Artigo 4º - As dotações Orçamentárias constantes desta Lei e dos Quadros que a integram, estão expressas a preços atuais.

TÍTULO III AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITOS

CAPÍTULO ÚNICO DOS CRÉDITOS SUPLEMENTARES

Artigo 5º - Fica o Executivo autorizado a:

I - Nos termos do Art. 7º da Lei Federal 4.320 de 17 de março de 1.964, a abrir créditos adicionais suplementares por Decreto, até o limite de 15% do total da despesa fixada nesta Lei, desde que as categorias econômicas pertençam à mesma ação, programa, função, sub-função, unidade executora e unidade orçamentária (funcional programática):

II - Desde que, não reste alterado o valor atribuído à ação e ao programa, fica a contabilidade municipal autorizada a abrir nova ficha de despesa para dar andamento ao programa de trabalho mediante decreto, observando o limite no inciso I deste artigo.

Parágrafo Único - A suplementação através da edição de Decreto do Executivo a que alude o inciso I e II deste artigo, por não alterar o valor da ação, bem como, o valor do programa, ficando nos casos de utilização do aludido percentual, automaticamente alterados os valores dos anexos a que aludem os programas constantes do PPA e da LDO vigentes no respectivo exercício financeiro.

Artigo 6º - O Executivo solicitará autorização mediante novo projeto de lei, para as alterações orçamentárias abaixo, quantas vezes forem necessárias para dar andamento nos planos de trabalhos previstos para o exercício estes ficando fora do limite estipulado no inciso I do artigo anterior nas seguintes situações:

I - A utilizar os recursos vinculados à conta de reserva de contingência, nas situações previstas no artigo 5º, Inciso III da LRF, e artigo 8º, da Portaria Interministerial 163 de 04 de maio de 2001;

II - Realizar abertura de créditos suplementares e especiais, por conta do superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, na forma do artigo 43, inciso I da Lei 4.320/64;

III - Realizar abertura de créditos suplementares e especiais provenientes de excesso de arrecadação, quando o saldo positivo das diferenças, acumuladas mês a mês, entre arrecadação prevista e a realizada for efetivamente comprovada, considerando-se ainda, a tendência do exercício, na forma do artigo 43 da Lei 4.320/64;

IV - Realizar abertura de créditos especiais provenientes de excesso de arrecadação, para cobrir despesas vinculadas à fonte de recursos específicos para dar andamento a novos projetos e ou atividades.



V - A abrir no curso da execução do orçamento de 2007, créditos adicionais suplementares para cobrir despesas vinculadas a fonte de recursos específicos, cujo recebimento no exercício tenham excedido a previsão de arrecadação e execução;

VI - A transpor, remanejar ou transferir, total ou parcialmente recursos orçamentários de uma mesma categoria de programação, nos termos do inciso VI, artigo 167 da CF;

§ 1º. Quando se referir ao orçamento do Poder Legislativo, a suplementação a que alude o inciso I deste artigo, será direcionada formalmente por meio de ofício da Presidência da Câmara Municipal ao Executivo, o qual deverá indicar como recursos a anulação parcial ou total de suas próprias dotações orçamentárias, uma vez que a competência para edição dos respectivos decretos de suplementação, bem como de toda e qualquer matéria de natureza orçamentária, a teor do disposto no art. 61, § 1º, inciso II, letra "b" da Constituição Federal é exclusiva do Chefe do Executivo.

§ 2º. No caso do Poder Legislativo, em alterações orçamentárias que ocorra mudança nos valores das ações e programas também serão realizadas através de novo projeto de lei, sendo direcionada formalmente por meio de ofício da Presidência da Câmara Municipal ao Executivo, o qual deverá indicar como recursos a anulação parcial ou total de suas próprias dotações orçamentárias conforme legislação vigente.

Artigo 7º- O Poder Legislativo fica obrigado a encaminhar ao órgão responsável pela consolidação geral das contas públicas do município, até quinze dias após o encerramento de cada mês, as movimentações orçamentárias, financeiras e patrimoniais, para fins de consolidação das contas públicas do ente municipal.

Artigo 8º - Esta Lei entrará em vigor a partir de 01 de Janeiro de 2020, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Guariba, aos 20 de dezembro de 2019.


DR. FRANCISCO DIAS MANÇANO JUNIOR
Prefeito Municipal de Guariba

Registrada em livro próprio, no Departamento de Gestão Pública, afixada no local de costume, no quadro de avisos da sede da Prefeitura, na mesma data, e mandado publicar na Imprensa Oficial do Município, criada pela Lei municipal nº 3.119/2018, com circulação diária, na forma eletrônica, nos termos do artigo 90 e § 2º, da Lei Orgânica do Município.


ROSEMEIRE GUMIERI
Diretora do Departamento de Gestão Pública

LEI Nº 3.299 – DE 13 DE NOVEMBRO DE 2.019

ESTABELECE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2.020, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

A Câmara Municipal de Guariba, Estado de São Paulo, em sessão extraordinária realizada no dia 11 de novembro de 2.019, **APROVOU** e eu, **DR. FRANCISCO DIAS MANÇANO JUNIOR** - Prefeito Municipal, **sanciono e promulgo** a seguinte ...

LEI:

CAPÍTULO I

Disposições Preliminares

Art. 1º. Ficam estabelecidas nesta lei as Diretrizes Orçamentárias (LDO) para a elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA) do Município de Guariba, relativa ao exercício financeiro de 2.020, de acordo com os princípios estabelecidos na Constituição Federal, na Constituição do Estado de São Paulo e, no que couber, na Lei federal nº 4.320, de 17/03/64; na Lei Complementar federal nº 101, de 04/05/2001 (Lei de Responsabilidade Fiscal); e, na Lei Orgânica do Município de Guariba, compreendendo:

- a) disposições preliminares;
- b) metas e prioridades da Administração Pública municipal;
- c) organização e estrutura dos orçamentos, sua execução e alteração;
- d) disposições finais.

CAPÍTULO II

Metas e Prioridades

Art. 2º. As metas de resultados fiscais do Município para o exercício de 2.020 são aquelas apresentadas no demonstrativo de Metas Fiscais, integrante desta Lei, desdobrada nos demonstrativos abaixo indicados:

- a) **Demonstrativo I** - Metas Anuais (LRF, ART. 4º, § 1);
- b) **Demonstrativo II** - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais Do Exercício Anterior (LRF, ART. 4º, § 2º, INCISO I);
- c) **Demonstrativo III** - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores (LRF, ART. 4º, § 2º, INCISO II);
- d) **Demonstrativo IV** - Evolução do Patrimônio Líquido (LRF, ART. 4º, § 2º, INCISO III);
- e) **Demonstrativo V** - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos (LRF, ART. 4º, § 2º, INCISO III);

- f) **Demonstrativo VI** – Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita (LRF, ART. 4º, § 2º, INCISOV);
- g) **Demonstrativo VII** - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado (LRF, ART. 4º, § 2º, INCISO V).

Parágrafo único - Integram também esta Lei de Diretrizes Orçamentárias os seguintes anexos:

- a) **DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS**, onde são avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, com indicação das providências a serem tomadas pelo Poder Executivo caso venha a se concretizar (LRF, art. 4º, § 3º);
- b) **ANEXO I** – Planejamento Orçamentário / Fonte de Financiamento dos Programas de Governo
- c) **ANEXO II** – Metas e Prioridades da Administração Pública
- d) **ANEXO IV** – Estrutura de Órgãos, Unidades Orçamentárias e Executoras
- e) **ANEXO V** – Descrição dos Programas Governamentais, Metas e Custos para o Exercício de 2.020.
- f) **ANEXO VI** – Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental

CAPITULO III **Estrutura Organizacional dos Orçamentos**

SEÇÃO I **Da Elaboração do Orçamento**

Art. 3º. Para os efeitos desta lei, entende-se por:

- I.** Programa - é o instrumento de organização da ação governamental, o qual visa à concretização dos objetivos pretendidos, mensurados pelos indicadores estabelecidos no Plano Plurianual - PPA.
- II.** Atividade - é o instrumento de programação, o qual visa alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo.

III.Projeto - é o instrumento de programação, o qual visa alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo.

IV.Operação Especial, as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

Art. 4º. A Lei Orçamentária Anual discriminará a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação em seu menor nível, com suas respectivas dotações, especificando a unidade orçamentária, as categorias econômicas, os grupos de natureza de despesa, as modalidades de aplicação, os elementos de despesa e as fontes de recursos.

Art. 5º. A estrutura orçamentária que servirá de base para a elaboração dos orçamentos-programa para o próximo exercício financeiro deverá obedecer às disposições constantes do Plano Plurianual de Investimentos do Município de Guariba.

Art. 6º. As unidades orçamentárias, quando da elaboração de suas propostas parciais, deverão atender a estrutura orçamentária e as determinações emanadas pelos setores competentes da área.

Art. 7º. A proposta orçamentária, que não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa face à Constituição Federal e à Lei de Responsabilidade Fiscal atenderá a um processo de planejamento permanente e à participação comunitária.

§ 1º - A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de estimativa de impacto orçamentário e financeiro, ressalvadas as despesas consideradas irrelevantes, que não ultrapassem 0,5% (meio por cento) da Receita Corrente Líquida, nos termos do Artigo 16, § 3º, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

§ 2º - A execução orçamentária e financeira das despesas realizadas de forma descentralizada observará as normas estabelecidas pela Portaria nº 339, de 29/08/01 da Secretaria do Tesouro Nacional.

§ 3º - O orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades de saúde, previdência e assistência social, quando couber.

§ 4º - A proposta orçamentária conterá o orçamento fiscal dos Poderes Executivo e Legislativo.

Art. 8º. O Poder Legislativo encaminhará ao Poder Executivo, até o dia 30 de setembro do corrente exercício, sua proposta orçamentária, de conformidade com a Emenda Constitucional nº 25/2000.

Art. 9º. A Lei Orçamentária Anual dispensará, na fixação da despesa e na estimativa da receita, atenção aos princípios de:

- a) Austeridade na gestão dos recursos públicos;
- b) Modernização na ação governamental;
- c) Do equilíbrio orçamentário, tanto na previsão como na Execução orçamentária;
- d) Prioridade de Investimento nas áreas sociais;
- e) A discriminação da despesa, quanto à sua natureza, far-se-á no mínimo, por categoria econômica, grupo de despesa, modalidade de aplicação e elementos de despesa, nos termos do art. 6º, da Portaria Ministerial n º 163, de 04 de maio de 2.001.

Art.10. A proposta orçamentária anual atenderá às diretrizes gerais e aos princípios de unidade, universalidade e anualidade, não podendo o montante das despesas fixadas excederem a previsão da receita para o exercício.

§ 1º - Nenhum compromisso será assumido sem que exista dotação orçamentária e recursos financeiros previstos na programação de desembolso, e a inscrição de Restos a Pagar estará limitada ao montante das disponibilidades de caixa, conforme preceito da LRF.

§ 2º - A contabilidade registrará os atos e fatos relativos à gestão orçamentária – financeira ocorrida, sem prejuízo das responsabilidades e providências derivadas na inobservância do parágrafo anterior.

Art. 11. A Lei Orçamentária Anual ou Orçamento Geral do Município abrangerá os Poderes Executivo e Legislativo e será elaborado de conformidade com a Portaria nº 42, do Ministério do Orçamento e Gestão e demais Portarias editadas pelo Governo Federal.

Art. 12. As despesas com pessoal e encargos não poderão ter acréscimo real em relação aos créditos correspondentes e os aumentos para o próximo exercício ficarão condicionados a existência de recursos, expressa autorização legislativa e as disposições constantes no artigo 29-A e 169, da Constituição Federal e no artigo 38 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, não podendo exceder o limite de 54% (cinquenta e quatro por cento) ao Executivo e 6% (seis por cento) ao Legislativo da Receita Corrente Líquida.

§ 1º - As situações que justificam a contratação excepcional de horas extras, na hipótese de o Município ter atingido o limite prudencial para as despesas de pessoal (95% dos 54 % da RCL, ou seja, 51,30% da RCL) são as seguintes:

- a) Atender situações de emergência ou calamidade pública;
- b) Atender situações que possam comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços ou equipamentos;
- c) Manutenção de serviços públicos essenciais que não possam sofrer solução de continuidade.
- d) Implantação de serviço urgente e inadiável;
- e) Substituição de servidores por saída voluntária, dispensa ou de afastamentos transitórios, cujas ausências possam prejudicar sensivelmente os serviços, e
- f) Execução de serviços absolutamente transitórios e de necessidades esporádicas.

§ 2º - Para efeito da vedação disposta no artigo 22 da LRF, seu parágrafo único e respectivos incisos, exclui-se as despesas decorrentes do pagamento de horas extraordinárias pagas, para atendimento de situações de excepcional interesse público, devidamente justificadas pela autoridade competente, bem como os casos de substituição previstos em lei e bem assim eventual revisão nos termos do artigo 37, X, da Constituição Federal.

Art. 13. Na elaboração da proposta orçamentária serão atendidos preferencialmente os programas constantes do anexo V e VI que fazem parte integrante desta lei, podendo, na medida da necessidade, ser incluídos novos programas, desde que financiados com recursos próprios ou de outras esferas do governo.

Parágrafo único – Fica ainda consignado que:

- a) O Poder Executivo manterá dentro de suas possibilidades a manutenção do equilíbrio orçamentário e aplicará os critérios de limitação de empenho na forma preconizada nesta lei.
- b) Para o exercício de 2.020, além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta lei, a programação orçamentária considerará os benefícios para a sociedade a partir de avaliação dos desempenhos de programas de governo.

Art. 14. Poderão ser contratadas consultoria e assessoria para serviços que não possam ser desempenhados através dos quadros de pessoal de cada órgão em razão da maior complexidade de seu objeto e da especialização e maior amplitude de conhecimentos requeridos pelo respectivo caso.

Art. 15. O Município aplicará, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das receitas resultantes de impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino, nos termos do art. 212 da Constituição Federal e 15 % (quinze por cento) nas ações e serviços de saúde em conformidade com o disposto na E.C. nº 29/2000.

Art. 16. A proposta orçamentária que o Poder Executivo encaminhar ao Poder Legislativo, compor-se-á de:

- a) Mensagem;
- b) Projeto de Lei Orçamentária;
- c) Tabelas explicativas da receita e despesas dos três últimos exercícios e demais anexos necessários.

Art. 17. Integrarão a lei orçamentária anual:

- a) Sumário geral da receita por fontes e despesa por funções de governo;
- b) Sumário geral da receita e despesa, por categorias econômicas;
- c) Sumário da receita por fontes e respectiva legislação;
- d) Quadro das dotações por órgãos do governo e da administração.

Art. 18. O Poder Executivo enviará, até o dia 30 de outubro, o Projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA) à Câmara Municipal de Guariba, que o apreciará até o final da sessão legislativa, devolvendo-o a seguir para sanção, de acordo com a letra “b”, do § 6º, do artigo 130, da Lei Orgânica do Município de Guariba.

SEÇÃO II

Reserva de Contingência

Art. 19. A Lei orçamentária conterá “Reserva de Contingência” identificada pelo código 99999999 em montante equivalente a no mínimo de 1 % (um por cento) da receita corrente líquida prevista na proposta orçamentária de 2.020 e se destinará a atender passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais inesperados que não puderam ser previstos durante a programação do orçamento, sendo vedada na forma do artigo 5º, III, “b”, da Lei Complementar nº. 101 sua utilização para outros fins.

§ 1º Consideram-se passivos contingentes os riscos financeiros já existentes decorrentes de ações judiciais trabalhistas, cíveis, previdenciárias, indenizações por desapropriações, bem como outros que poderão causar perdas ou danos ao patrimônio da entidade ou comprometer a execução de ações planejadas para serem executadas no período em que as ocorrências se efetivaram.

§ 2º A utilização dos recursos da Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observado o limite e a ocorrência de cada evento de riscos fiscais especificado neste artigo.

SEÇÃO III

Política de Pessoal e Encargos Sociais

Art. 20. Para fins de atendimento ao disposto no art. 169, § 1º, inciso II, da Constituição Federal, observado o inciso I do mesmo parágrafo, ficam os Poderes Executivo e Legislativo autorizados a procederem a concessões de quaisquer vantagens, aumentos de remuneração, reajuste de salários, criação, alteração e extinção de cargos, empregos e funções, alterações de estrutura organizacional e de carreiras, bem como admissões ou contratações de pessoal a qualquer título, observado o disposto nos artigos 15, 16 e 17 da Lei Complementar nº. 101/2000.

§ 1º. Além de observar às normas do caput, no exercício financeiro de 2.020 as despesas com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo deverão atender as disposições contidas nos artigos 18,19 e 20 da Lei Complementar nº. 101/2000.

§ 2º. Se a despesa total com pessoal ultrapassar os limites estabelecidos no art. 19 da Lei Complementar nº. 101/2000, serão adotadas as medidas de que tratam os §§ 3º e 4º do art.169 da Constituição Federal.

Art. 21. O disposto no § 1º do art. 18 da Lei Complementar nº. 101/2000 aplica-se, exclusivamente, para fins de cálculo do limite da despesa total com pessoal, independentemente da legalidade ou validade dos contratos.

SECÃO IV

Previsão da Receita e Alterações na Legislação Tributária

Art. 22. O Poder Executivo poderá encaminhar à Câmara Municipal projeto de lei dispondo sobre alterações na legislação tributária, especialmente sobre:

- a) Revisão e Atualização do Código Tributário Municipal, de forma a corrigir distorções;
- b) Revisão das taxas, objetivando sua adequação aos custos efetivos dos serviços prestados e ao exercício do poder de polícia do município;
- c) Atualização da Planta Genérica de Valores ajustando-a aos movimentos de valorização do mercado imobiliário;
- d) Aperfeiçoamento do sistema de fiscalização, cobrança, execução fiscal e arrecadação de tributos; e
- e) Demais matérias relativas a legislação tributária, bem como eventuais parcelamentos, isenções, anistias e demais benefícios fiscais na forma da lei.

§ 1º - A anistia de que trata o presente Artigo deverá estar acompanhada de medidas de compensação, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

§ 2º - A anistia deverá vir acompanhada, também, de estimativa de impacto orçamentário a ser elaborada pela Secretaria Municipal de Finanças.

Art. 23. As receitas e as despesas serão estimadas, tomando-se por base o índice de inflação apurado nos últimos 12 meses, a tendência e o comportamento da arrecadação municipal mês a mês, na conformidade do Anexo de Metas Fiscais.

§ 1º - Na estimativa das receitas deverão ser consideradas, ainda, as modificações da legislação tributária, incumbindo à Administração o seguinte:

- I. Revisão e adequação da legislação sobre taxas pelo exercício do Poder de Polícia, ou referentes à utilização efetiva ou potencial de serviços específicos e divisíveis, prestados aos contribuintes, ou postos a sua disposição, objetivando sua adequação aos respectivos custos;
- II. A edição de uma planta genérica de valores realinhando a valoração dos terrenos vagos e edificações, prioritariamente em casos em que o valor venal suplanta o valor real, minimizando eventuais distorções;
- III. A expansão do número de contribuintes;

IV. A atualização do cadastro imobiliário fiscal, revisão das alíquotas e da legislação do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS e Imposto Sobre a Propriedade Territorial Urbana – IPTU

§ 2º - As taxas administrativas e de serviços públicos deverão remunerar a atividade municipal de maneira a equilibrar as respectivas despesas.

Art. 24. O Município pode conceder incentivos fiscais ao desenvolvimento de atividades na área social, cultural e de esporte mediante leis específicas, através da regulamentação e implantação de Fundos Municipais.

Art. 25. Com o objetivo de estimular o crescimento da receita tributária própria, poderá o Executivo municipal encaminhar projetos de lei concedendo incentivos ou benefícios fiscais de natureza tributária ou não, cujos valores não serão considerados na previsão da receita prevista na Lei Orçamentária para vigor em 2.020, não afetando as metas de resultados fiscais previstas.

§ 1º - Ficam preservados os benefícios fiscais introduzidos na legislação tributária do Município anteriormente à edição desta lei, cujos valores não serão considerados na previsão da receita prevista na Lei Orçamentária para vigor em 2.020.

§ 2º - Também não serão considerados na previsão da receita prevista na Lei Orçamentária para vigor em 2.020, não afetando as metas de resultados fiscais previstas, a fixação de percentuais de desconto para pagamento à vista sobre o valor lançado dos tributos municipais.

SEÇÃO V

Equilíbrio entre Receitas e Despesas

Art. 26. A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da lei orçamentária serão orientadas no sentido de alcançar o superávit primário necessário para garantir o equilíbrio financeiro da administração municipal, conforme demonstrado no Anexo de Metas Fiscais.

SEÇÃO VI

Critérios e Formas de Limitação de Empenho

Art. 27. Na hipótese de ocorrência das circunstâncias estabelecidas no *caput* do artigo 9º, e no inciso II do § 1º do artigo 31, da Lei Complementar nº. 101/2000, o Poder Executivo fica autorizado a proceder mediante Decreto a limitação de empenho das dotações orçamentárias e de movimentação financeira, calculada de forma proporcional à participação dos Poderes no total das dotações iniciais constantes da lei orçamentária de 2.020 utilizando para tal fim as cotas orçamentárias e financeiras.

§ 1º. Excluem do *caput* deste artigo as despesas que constituam obrigação constitucional e legal e as despesas destinadas ao pagamento dos serviços da dívida.

§ 2º. O Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo o montante que lhe caberá tornar indisponível para empenho e movimentação financeira conforme proporção estabelecida no *caput* deste artigo.

Art. 28. Ocorrendo a situação retratada no artigo anterior, o decreto de limitação de empenhos deverá identificar as fontes de receitas comprometidas com a queda de arrecadação e estabelecer o contingenciamento de despesa correspondente na mesma proporção da redução verificada, obedecida a seguinte ordem:

- a) Despesas de investimentos;
- b) Despesas correntes.

§ 1º. Não serão objeto de limitação de empenho as despesas que constituem obrigações constitucionais, legais, ou destinadas ao pagamento do serviço da dívida, exceto quando a queda das receitas afetar as bases de cálculo ou limites de comprometimento destas mesmas despesas.

§ 2º. O Poder Executivo, após editar o decreto a que se refere o caput enviará cópia do mesmo ao Poder Legislativo, para ciência, acompanhado da memória de cálculo, das premissas e dos parâmetros justificadores do decreto.

§ 3º. A limitação dos empenhos do Poder Legislativo, quando couber, poderá ser efetuada por ato próprio e calculada de forma proporcional à participação de suas respectivas despesas, no montante global das despesas do orçamento geral do município para o exercício de 2.020.

§ 4º. Restabelecida a receita prevista, ainda que parcial, deverá o Poder Executivo editar decreto suspendendo a limitação de empenhos e recompondo as dotações limitadas.

SEÇÃO VII

Transferências de Recursos para o Setor Privado

Art. 29. A Lei Orçamentária Anual poderá consignar recursos destinados a cobrir, direta ou indiretamente, necessidades de pessoas físicas ou déficits de pessoas jurídicas, como nos casos de instituições públicas ou privadas, sem finalidades lucrativas, a concessão de subvenções sociais para a prestação de serviços essenciais de caráter assistencial, cultural, esportivo, médico-hospitalar e educacional, sempre que a suplementação de recursos de origem privada, aplicados a esses objetivos, revelar-se mais econômica para financiar serviços de sua responsabilidade, desde que sejam da conveniência do governo, tenham demonstrado padrão de eficiência no cumprimento dos objetivos determinados e as ações promovidas sejam de atendimento direto ao público, de forma gratuita.

§ 1º. Aplica-se, o disposto neste artigo, à concessão de recursos a entidades públicas ou privadas e sem finalidade lucrativa, tanto a título de “auxílios” destinados a cobrir despesas de capital, quanto como “contribuições”, independentemente de contraprestação direta de bens ou serviços, observadas e atendidas as disposições pertinentes mencionadas no parágrafo seguinte.

§ 2º. O repasse de recursos públicos para entidades públicas ou privadas deverá estar previsto na Lei Orçamentária Anual, ser autorizado por lei específica e atender às condições estabelecidas nesta Lei de Diretrizes Orçamentárias, observadas as disposições pertinentes dos artigos 12, § 3º, inciso I, e 16, parágrafo único, da Lei federal nº 4.320, de 17/03/64, assim como o artigo 26, da Lei Complementar federal nº 101, de 04/05/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Art. 30. As transferências de recursos previstas nesta seção, quando couberem, poderão ser precedidas da celebração de contrato ou convênio, o qual conterà o respectivo plano de trabalho em conformidade com as determinações contidas nas Instruções nº 2/2008, do Tribunal de Contas deste Estado de São Paulo.

§ 1º. Compete ao órgão concedente o acompanhamento e a fiscalização da realização do plano de trabalho executado com recursos transferidos pelo Município.

§ 2º. É vedada a celebração de convênio com entidade em situação irregular com o Município, em decorrência de transferência feita anteriormente.

Art. 31. Independente da transferência de recursos a entidades assistenciais, o Poder Executivo consignará na LOA de 2.020, na medida de suas disponibilidades financeiras, dotações orçamentárias para fornecer às pessoas físicas carentes, meios de subsistência humana e demais itens e acessórios indispensáveis.

Art. 32. A concessão de auxílios e subvenções de que trata este capítulo deverá respeitar os preceitos da Lei Municipal nº 1.812, de 21 de fevereiro de 2.002 e disposições constantes no Decreto nº 2.408, de 11 de março de 2.009, assim como, as Instruções nº 02/2008 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

§ 1º - As subvenções sociais a serem concedidas às entidades privadas e sem finalidade lucrativa serão identificadas e terão os valores estabelecidos de acordo com a ação social desenvolvida a partir do respectivo programa de trabalho, cuja previsão de repasse far-se-á por meio de lei específica, observado o montante de recursos consignados na Lei Orçamentária Anual, bem como as disponibilidades financeiras de Caixa, durante o exercício de 2.020.

§ 2º - Terão direito ao recebimento de subvenções, às entidades abaixo descritas, desde que cumpridas as disposições constantes no Decreto nº 2.408, de 11 de Março de 2.009.

1. Associação Guaribense de Incentivo ao Atletismo e Social - AGUIAS
2. Associação de Pais e Amigos do Futsal de Guariba - APAFUG
3. Associação de Pais e Amigos dos Surdos – APAS
4. Associação Antialcólica de Guariba
5. Associação Casa da Criança de Guariba
6. Associação Cristiane da Costa – ACC (Unidade de Atendimento ao Deficiente Visual “Olhos da Alma” de Jaboticabal)
7. Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Jaboticabal - APAE
8. Centro de Convivência da Melhor Idade “Profª. Alice D’Onofrio”
9. Centro Social Comunitário “Cristo Rei”
10. Centro Social, Comunitário e Educacional “São Mateus”
11. Corporação Musical “Lira Guaribense”
12. Hospital do Câncer de Barretos – PIO XII
13. Obra Unida “Lar São Vicente de Paulo”

§ 3º - Para beneficiarem-se com subvenções sociais as entidades privadas deverão comprovar as seguintes exigências:

- a) estar legalmente constituída e estatutariamente sem fins Lucrativos;
- b) estar inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ;
- c) possuir diretoria eleita e empossada;
- d) estar adimplente com prestação de contas de recursos recebidos do Município;
- e) comprovar estar quites com a Fazenda Pública Municipal;
- f) estar reconhecida como de Utilidade Pública mediante Lei Municipal.
- g) apresentar plano de trabalho a ser apreciado pelos Conselhos Municipais pertinentes e pelas Secretarias afins, que emitirão um parecer sobre a regularidade do pedido e quanto ao mérito de sua finalidade.

§ 4º – As entidades a serem subvencionadas devem possuir registro junto ao Conselho Municipal de Ação Social, Saúde e de Educação.

§ 5º – É vedada a concessão de subvenção social a entidades privadas cujos dirigentes sejam também agentes políticos do Poder Público do Município de Guariba.

Art. 33 – As entidades subvencionadas pelo Poder Público Municipal devem aplicar, nas atividades-fim, ao menos, 80% de sua receita total.

SEÇÃO VIII

Elaboração da Programação Financeira e de Desembolso

Art. 34. Para atender o disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal, o Poder Executivo se incumbirá do seguinte:

- I.** Estabelecer Programação Financeira e o Cronograma de execução mensal de desembolso;
- II.** Publicar até 30 (trinta) dias, após encerramento do bimestre, relatório resumido da execução orçamentária, verificando o alcance das metas e se não atingidas, deverá realizar cortes de dotações da Prefeitura e da Câmara;
- III.** Se verificado, ao final de cada bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário e nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, o Poder Executivo, deverá promover, mediante decreto, a limitação de empenhos, de acordo com a forma e critérios estabelecidos no art. 9º da Lei de Responsabilidade na Gestão Fiscal;

IV. O Poder Executivo emitirá ao final de cada quadrimestre, relatório de Gestão Fiscal, avaliando o cumprimento das Metas Fiscais, em audiência pública, perante a Câmara de Vereadores;

V. Os Planos, Lei de Diretrizes Orçamentárias, Orçamentos, Prestação de Contas, Pareceres do T.C.E., serão amplamente divulgados, inclusive na Internet e ficarão à disposição da comunidade;

Parágrafo único - O desembolso dos recursos financeiros consignados à Câmara Municipal será feito até o dia 20 de cada mês, sob a forma de duodécimos, ou de comum acordo entre os Poderes.

SEÇÃO IX

Artigo 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal

Art. 35. Para efeito do disposto no artigo nº. 42, da Lei Complementar nº. 101/2000:

I – Considera-se contraída a obrigação no momento da formalização do contrato administrativo ou instrumento congênere;

II – No caso de despesas relativas à prestação de serviços contínuos de natureza continuada destinados à manutenção da Administração Pública, ou de obras cuja execução ultrapasse o exercício financeiro, considerar-se-ão como compromissadas apenas as prestações cujo pagamento deva se verificar no respectivo exercício financeiro, observado o cronograma pactuado.

Parágrafo único - Para efeito de empenhamento da obrigação nas hipóteses acima indicadas, consideram-se como compromissadas apenas as prestações dos serviços ou obras cuja execução deva se verificar no respectivo exercício financeiro, observado o cronograma pactuado, ficando facultado ao ordenador de despesas da entidade proceder ao empenho de importância suficiente apenas para a quitação da parte do contrato a ser liquidada no respectivo exercício financeiro, empenhando-se o saldo remanescente do contrato, logo no início do exercício seguinte.

CAPITULO IV DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 36. O Poder Executivo é autorizado, nos termos da Constituição Federal, a:

I - Abrir, nos termos do artigo 7º da Lei Federal n. 4.320/64, crédito adicionais suplementares até o limite de 15% (quinze por cento) do total do orçamento da despesa fixado nesta lei, para reforçar as dotações insuficientemente consignadas no orçamento, mediante a utilização de recursos provenientes de:

- a) Excesso de arrecadação a se verificar no decorrer do exercício de 2.020;
- b) Superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício de 2.019;
- c) Anulação parcial ou total de dotações consignadas na mesma ou em outra categoria de programação ou de créditos adicionais autorizados em lei; e,

- d) Reservas de contingência à conta de recursos próprios e vinculados constantes desta Lei.

II - Transpor, remanejar ou transferir recursos, dentro de uma mesma categoria de programação, sem prévia autorização legislativa, nos termos do inciso VI, do art. 167 da Constituição Federal, situação esta que não implicará em qualquer dedução do percentual autorizado no inciso II;

III - Contingenciar parte das dotações, quando a evolução da receita comprometer os resultados previstos, limitando-se a despesa através dos seguintes critérios:

- a) Diminuição da execução de horas extras a servidores municipais.
- b) Diminuição de gastos com material de consumo e contratação de pessoa física e jurídica.

§ Único – A limitação descrita no presente Inciso, não se aplica às despesas com a Saúde e Educação, por terem mínimos legais constitucionais.

IV - Firmar parcerias com outros entes da federação, para manutenção de suas atividades, bem como as do município.

§ 1º - Ficam igualmente autorizados e não serão computados, para efeito do limite fixado no inciso “I” deste artigo, os casos de abertura de créditos adicionais suplementares destinados a suprir insuficiência nas dotações orçamentárias relativas à pessoal, inativos e pensionistas, dívida pública, débitos constantes de precatórios judiciais e despesas a conta de recursos vinculados, dispensando-se a realização de novas audiências públicas para tanto.

§ 2º - A suplementação através da edição de Decreto Executivo a que alude o inciso I deste artigo, por encontrar autorização expressa na própria Lei Orçamentária, será utilizada para reforçar dotações insuficientemente consignadas no orçamento, ficando nos casos de utilização do aludido percentual, automaticamente alterados os valores dos anexos a que aludem os programas constantes do PPA e da LDO vigentes no respectivo exercício financeiro, dispensando-se a realização de novas audiências públicas para tanto.

§ 3º - Quando se referir ao orçamento do Poder Legislativo, a suplementação a que alude o inciso I deste artigo, será direcionada formalmente por meio de ofício da Presidência da Câmara Municipal ao Executivo, o qual deverá indicar como recursos a anulação parcial ou total de suas próprias dotações orçamentárias, uma vez que a competência para edição dos respectivos decretos de suplementação, bem como de toda e qualquer matéria de natureza orçamentária, a teor do disposto no art. 61, § 1º, inciso II, letra “b” da Constituição Federal é exclusiva do Chefe do Poder Executivo.

Art. 37. Enquanto não for devolvido o autógrafo da lei do orçamento até o início do exercício de 2.020 ao Poder Executivo, fica este autorizado a realizar a proposta orçamentária até a sua aprovação e remessa pelo Poder Legislativo, na base de 1/12 (um doze avos) em cada mês da proposta apresentada.

Parágrafo único – Caso a proposição seja reprovada ou rejeitada pelo Legislativo, os Poderes Executivo e Legislativo ficam expressamente autorizados a tomar como referência para execução orçamentária de 2.020 os valores atualizados das respectivas dotações constantes no orçamento anterior, podendo ainda ser os valores totais atualizados em conformidade com os programas constantes do P.P.A. – Plano Plurianual ou da própria L.D.O. – Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Art. 38. Caso os valores previstos no anexo de metas fiscais se apresentarem defasados na ocasião da elaboração da proposta orçamentária, serão reajustados aos valores reais, compatibilizando a receita orçada com a autorizada.

Art. 39. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a alterar, independentemente da realização de novas audiências públicas, o Plano Plurianual de Investimentos e a Lei de Diretrizes Orçamentárias, caso sejam detectadas distorções ou necessidades de eventuais ajustes.

Art. 40. A Lei Orçamentária para o exercício de 2.020 possuirá dotação orçamentária própria para suportar as despesas oriundas da execução de obras em andamento, as quais, se necessário for, serão suplementadas pelo Poder Executivo local.

Art. 41. O Poder Executivo poderá firmar convênios com outras esferas de Governo, para desenvolver programas nas áreas de Educação, Infraestrutura, Saúde, Cultura, Assistência Social, Habitação, Emprego, Segurança, Agricultura, Transporte, Recursos Hídricos, Saneamento Básico e demais esferas estaduais e federais.

Parágrafo Único – O Município de Guariba poderá abrir créditos adicionais, para arcar com valores tidos como contrapartida municipal na celebração e execução de convênios e contratos de repasse, firmados com os Poderes Públicos Estadual e Federal, de conformidade com os respectivos limites estabelecidos por cada ente de Governo.

Art. 42. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as demais disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Guariba, em 13 de novembro de 2.019.

DR. FRANCISCO DIAS MANÇANO JUNIOR
Prefeito do Município de Guariba

Registrada em livro próprio, no Departamento de Gestão Pública, afixada no local de costume, no quadro de avisos da sede da Prefeitura, na mesma data, e mandado publicar na Imprensa Oficial do Município, criada pela Lei municipal nº 3.119/2018, com circulação diária, na forma eletrônica, nos termos do artigo 90 e § 2º, da Lei Orgânica do Município.

ROSEMEIRE GUMIERI
Diretora do Departamento de Gestão Pública

CONSULTA DE BALANCETE :: RESULTADO DA PESQUISA

DADOS INFORMADOS:

Código Contábil: Não
Município: Guariba
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA
Período: 4/2020
Nível Mínimo:
Nível Máximo:

1
7

Cód Contábil:	Descrição:	Saldo Inicial	Mov. a Débito	Mov. a Crédito	Saldo Final
1.0.0.0.0.00.00	ATIVO	R\$ 111.161.051,64	R\$ 97.330.267,68	R\$ 88.150.726,29	R\$ 120.340.593,03
1.1.0.0.0.00.00	ATIVO CIRCULANTE	R\$ 32.294.589,42	R\$ 94.776.499,80	R\$ 87.117.198,19	R\$ 39.953.891,03
1.1.1.0.0.00.00	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	R\$ 26.150.037,06	R\$ 92.703.276,17	R\$ 85.608.036,71	R\$ 33.245.276,52
1.1.1.1.0.00.00	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	R\$ 26.150.037,06	R\$ 92.703.276,17	R\$ 85.608.036,71	R\$ 33.245.276,52
1.1.1.1.1.00.00	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL - CONSOLIDAÇÃO	R\$ 26.150.037,06	R\$ 92.703.276,17	R\$ 85.608.036,71	R\$ 33.245.276,52
1.1.1.1.1.02.00	CONTA ÚNICA (F)	R\$ 30.310,49	R\$ 94,09	R\$ -	R\$ 30.404,58
1.1.1.1.1.19.00	BANCOS CONTA MOVIMENTO - DEMAIS CONTAS (F)	R\$ 26.119.726,57	R\$ 92.703.182,08	R\$ 85.608.036,71	R\$ 33.214.871,94
1.1.2.0.0.00.00	CRÉDITOS A CURTO PRAZO	R\$ 4.745.071,66	R\$ 858.340,88	R\$ 1.383.247,80	R\$ 4.220.164,74
1.1.2.1.0.00.00	CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER	R\$ 1.623.113,74	R\$ 858.340,88	R\$ 1.383.247,80	R\$ 1.098.206,82
1.1.2.1.1.00.00	CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER - CONSOLIDAÇÃO	R\$ 1.623.113,74	R\$ 858.340,88	R\$ 1.383.247,80	R\$ 1.098.206,82
1.1.2.1.1.01.00	IMPOSTOS	R\$ 1.418.266,57	R\$ 282.872,82	R\$ 1.013.397,02	R\$ 687.742,37
1.1.2.1.1.01.01	IMPOSTO SOBRE A RENDA E PROVENTOS DE QUALQUER NATUREZA (P)	R\$ -	R\$ 1.555,65	R\$ 1.555,65	R\$ -
1.1.2.1.1.01.05	IPTU (P)	R\$ 604.295,77	R\$ 8.549,14	R\$ 55.114,96	R\$ 557.729,95
1.1.2.1.1.01.06	ITBI (P)	R\$ 700.474,08	R\$ 272.768,03	R\$ 956.485,91	R\$ 16.756,20
1.1.2.1.1.01.07	ISS (P)	R\$ 19.295,67	R\$ -	R\$ 240,50	R\$ 19.055,17
1.1.2.1.1.01.99	OUTROS IMPOSTOS A RECEBER (P)	R\$ 94.201,05	R\$ -	R\$ -	R\$ 94.201,05
1.1.2.1.1.02.00	TAXAS	R\$ 200.898,17	R\$ 575.468,06	R\$ 369.850,78	R\$ 406.515,45
1.1.2.1.1.02.01	TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA (P)	R\$ 171.956,13	R\$ 558.110,66	R\$ 360.094,11	R\$ 369.972,68
1.1.2.1.1.02.02	TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS (P)	R\$ 28.942,04	R\$ 17.357,40	R\$ 9.756,67	R\$ 36.542,77
1.1.2.1.1.03.00	CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	R\$ 3.949,00	R\$ -	R\$ -	R\$ 3.949,00
1.1.2.1.1.03.01	CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA (P)	R\$ 3.949,00	R\$ -	R\$ -	R\$ 3.949,00
1.1.2.2.0.00.00	CLIENTES	R\$ 21.892,20	R\$ -	R\$ -	R\$ 21.892,20
1.1.2.2.1.00.00	CLIENTES - CONSOLIDAÇÃO	R\$ 21.892,20	R\$ -	R\$ -	R\$ 21.892,20
1.1.2.2.1.01.00	FATURAS/DUPPLICATAS A RECEBER (P)	R\$ 21.892,20	R\$ -	R\$ -	R\$ 21.892,20
1.1.2.5.0.00.00	DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	R\$ 3.087.966,26	R\$ -	R\$ -	R\$ 3.087.966,26
1.1.2.5.1.00.00	DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA - CONSOLIDAÇÃO	R\$ 3.087.966,26	R\$ -	R\$ -	R\$ 3.087.966,26
1.1.2.5.1.01.00	DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA DOS IMPOSTOS	R\$ 2.772.664,66	R\$ -	R\$ -	R\$ 2.772.664,66
1.1.2.5.1.01.05	DÍVIDA ATIVA DO IPTU (P)	R\$ 2.691.564,44	R\$ -	R\$ -	R\$ 2.691.564,44
1.1.2.5.1.01.07	DÍVIDA ATIVA DO ISS (P)	R\$ 81.100,22	R\$ -	R\$ -	R\$ 81.100,22
1.1.2.5.1.02.00	DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA DAS TAXAS	R\$ 296.909,24	R\$ -	R\$ -	R\$ 296.909,24
1.1.2.5.1.02.01	DÍVIDA ATIVA DAS TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA (P)	R\$ 216.610,29	R\$ -	R\$ -	R\$ 216.610,29
1.1.2.5.1.02.02	DÍVIDA ATIVA DAS TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS (P)	R\$ 80.298,95	R\$ -	R\$ -	R\$ 80.298,95
1.1.2.5.1.03.00	DÍVIDA ATIVA DAS CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	R\$ 8.392,36	R\$ -	R\$ -	R\$ 8.392,36
1.1.2.5.1.03.01	DÍVIDA ATIVA DAS CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA (P)	R\$ 8.392,36	R\$ -	R\$ -	R\$ 8.392,36
1.1.2.5.1.99.00	DEMAIS DÍVIDAS ATIVAS TRIBUTÁRIAS (P)	R\$ 10.000,00	R\$ -	R\$ -	R\$ 10.000,00
1.1.2.6.0.00.00	DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA	R\$ 12.099,46	R\$ -	R\$ -	R\$ 12.099,46
1.1.2.6.1.00.00	DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA CONSOLIDAÇÃO	R\$ 12.099,46	R\$ -	R\$ -	R\$ 12.099,46

1.1.2.6.1.99.00	DEMAIS VALORES INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA (P)	R\$ 12.099,46	R\$ -	R\$ -	R\$ 12.099,46
1.1.3.0.0.00.00	DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	R\$ 178.169,94	R\$ 106.796,17	R\$ 125.913,68	R\$ 159.052,43
1.1.3.1.0.00.00	ADIANTEMENTOS CONCEDIDOS	R\$ 36.420,61	R\$ 11.880,00	R\$ 9.159,22	R\$ 39.141,39
1.1.3.1.1.00.00	ADIANTEMENTOS CONCEDIDOS - CONSOLIDAÇÃO	R\$ 36.420,61	R\$ 11.880,00	R\$ 9.159,22	R\$ 39.141,39
1.1.3.1.1.01.00	ADIANTEMENTOS CONCEDIDOS A PESSOAL	R\$ 33.420,61	R\$ 11.380,00	R\$ 8.659,22	R\$ 36.141,39
1.1.3.1.1.01.15	VIAGENS - ADIANTEMENTO (P)	R\$ 9.750,00	R\$ -	R\$ -	R\$ 9.750,00
1.1.3.1.1.01.98	OUTROS ADIANTEMENTOS A PESSOAL (P)	R\$ 23.670,61	R\$ 11.380,00	R\$ 8.659,22	R\$ 26.391,39
1.1.3.1.1.02.00	SUPRIMENTO DE FUNDOS (P)	R\$ 3.000,00	R\$ 500,00	R\$ 500,00	R\$ 3.000,00
1.1.3.8.0.00.00	OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO	R\$ 141.749,33	R\$ 94.916,17	R\$ 116.754,46	R\$ 119.911,04
1.1.3.8.1.00.00	OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO	R\$ 141.749,33	R\$ 94.916,17	R\$ 116.754,46	R\$ 119.911,04
1.1.3.8.1.01.00	ALUGUEÍIS A RECEBER (P)	R\$ 1.400,67	R\$ 15.234,12	R\$ 4.969,92	R\$ 11.664,87
1.1.3.8.1.06.00	VALORES EM TRÂNSITO REALIZÁVEIS A CURTO PRAZO (F)	R\$ 98.678,93	R\$ -	R\$ -	R\$ 98.678,93
1.1.3.8.1.08.00	CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO FAMÍLIA PAGO (F)	R\$ 6.741,98	R\$ 20.639,49	R\$ 27.092,15	R\$ 289,32
1.1.3.8.1.09.00	CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO MATERNIDADE PAGO (F)	R\$ 25.448,37	R\$ 48.817,55	R\$ 70.878,75	R\$ 3.387,17
1.1.3.8.1.99.00	OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES DE CURTO PRAZO (P)	R\$ 9.479,38	R\$ 10.225,01	R\$ 13.813,64	R\$ 5.890,75
1.1.5.0.0.00.00	ESTOQUES	R\$ 1.221.310,76	R\$ 1.108.086,58	R\$ -	R\$ 2.329.397,34
1.1.5.6.0.00.00	ALMOXARIFADO	R\$ 1.221.310,76	R\$ 1.107.229,28	R\$ -	R\$ 2.328.540,04
1.1.5.6.1.00.00	ALMOXARIFADO - CONSOLIDAÇÃO	R\$ 1.221.310,76	R\$ 1.107.229,28	R\$ -	R\$ 2.328.540,04
1.1.5.6.1.01.00	MATERIAL DE CONSUMO (P)	R\$ 212.786,93	R\$ 522.930,13	R\$ -	R\$ 735.717,06
1.1.5.6.1.02.00	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (P)	R\$ 190.149,34	R\$ 112.316,90	R\$ -	R\$ 302.466,24
1.1.5.6.1.04.00	AUTOPEÇAS (P)	R\$ -	R\$ 14.268,70	R\$ -	R\$ 14.268,70
1.1.5.6.1.05.00	MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES (P)	R\$ 435.866,51	R\$ 453.627,23	R\$ -	R\$ 889.493,74
1.1.5.6.1.07.00	MATERIAL DE EXPEDIENTE (P)	R\$ 382.507,98	R\$ 4.086,32	R\$ -	R\$ 386.594,30
1.1.5.8.0.00.00	OUTROS ESTOQUES	R\$ -	R\$ 857,30	R\$ -	R\$ 857,30
1.1.5.8.1.00.00	OUTROS ESTOQUES - CONSOLIDAÇÃO	R\$ -	R\$ 857,30	R\$ -	R\$ 857,30
1.1.5.8.1.02.00	ESTOQUES PARA DISTRIBUIÇÃO	R\$ -	R\$ 857,30	R\$ -	R\$ 857,30
1.1.5.8.1.02.01	MATERIAL DE CONSUMO - ESTOQUE INTERNO - DESTINADO A DISTRIBUIÇÃO (P)	R\$ -	R\$ 857,30	R\$ -	R\$ 857,30
1.2.0.0.0.00.00	ATIVO NÃO-CIRCULANTE	R\$ 78.866.462,22	R\$ 2.553.767,88	R\$ 1.033.528,10	R\$ 80.386.702,00
1.2.1.0.0.00.00	ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	-R\$ 401.519,00	R\$ 344.967,82	R\$ 985.369,07	-R\$ 1.041.920,25
1.2.1.1.0.00.00	CRÉDITOS A LONGO PRAZO	-R\$ 401.519,00	R\$ 344.967,82	R\$ 985.369,07	-R\$ 1.041.920,25
1.2.1.1.1.00.00	CRÉDITOS A LONGO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO	-R\$ 401.519,00	R\$ 344.967,82	R\$ 985.369,07	-R\$ 1.041.920,25
1.2.1.1.1.04.00	DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	R\$ 17.510.690,71	R\$ 344.841,87	R\$ 963.966,63	R\$ 16.891.565,95
1.2.1.1.1.04.01	CRÉDITOS NÃO PREVIDENCIÁRIOS INSCRITOS (P)	R\$ 17.510.690,71	R\$ 344.841,87	R\$ 963.966,63	R\$ 16.891.565,95
1.2.1.1.1.05.00	DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA (P)	R\$ 2.070.458,31	R\$ 125,95	R\$ 21.402,44	R\$ 2.049.181,82
1.2.1.1.1.99.00	(-) AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS A LONGO PRAZO	-R\$ 19.982.668,02	R\$ -	R\$ -	-R\$ 19.982.668,02
1.2.1.1.1.99.04	(-) AJUSTES DE PERDAS DE DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA (P)	-R\$ 17.877.977,15	R\$ -	R\$ -	-R\$ 17.877.977,15
1.2.1.1.1.99.05	(-) AJUSTES DE PERDAS DE DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA (P)	-R\$ 2.104.690,87	R\$ -	R\$ -	-R\$ 2.104.690,87
1.2.3.0.0.00.00	IMOBILIZADO	R\$ 79.267.981,22	R\$ 2.208.800,06	R\$ 48.159,03	R\$ 81.428.622,25
1.2.3.1.0.00.00	BENS MÓVEIS	R\$ 34.557.106,82	R\$ 1.094.022,53	R\$ -	R\$ 35.651.129,35
1.2.3.1.1.00.00	BENS MÓVEIS - CONSOLIDAÇÃO	R\$ 34.557.106,82	R\$ 1.094.022,53	R\$ -	R\$ 35.651.129,35
1.2.3.1.1.01.00	MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	R\$ 6.441.946,55	R\$ 230.313,06	R\$ -	R\$ 6.672.259,61
1.2.3.1.1.01.01	APARELHOS DE MEDIÇÃO E ORIENTAÇÃO (P)	R\$ 2.489,80	R\$ -	R\$ -	R\$ 2.489,80
1.2.3.1.1.01.02	APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO (P)	R\$ 873.514,39	R\$ 4.060,00	R\$ -	R\$ 877.574,39
1.2.3.1.1.01.03	APARELHOS, EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS MÉDICOS, ODONTOLÓGICOS, LABORATORIAIS E HOSPITALARES (P)	R\$ 1.015.550,17	R\$ 52.926,00	R\$ -	R\$ 1.068.476,17
1.2.3.1.1.01.04	APARELHOS E EQUIPAMENTOS PARA ESPORTES E DIVERSÕES (P)	R\$ 369.873,97	R\$ -	R\$ -	R\$ 369.873,97
1.2.3.1.1.01.05	EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO, SEGURANÇA E SOCORRO (P)	R\$ 329.073,82	R\$ -	R\$ -	R\$ 329.073,82
1.2.3.1.1.01.06	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS (P)	R\$ 5.640,00	R\$ -	R\$ -	R\$ 5.640,00
1.2.3.1.1.01.07	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGÉTICOS (P)	R\$ 301.391,26	R\$ -	R\$ -	R\$ 301.391,26

1.2.3.1.1.01.09	MAQUINAS, FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS DE OFICINA (P)	R\$ 139.765,43	R\$ -	R\$ -	R\$ 139.765,43
1.2.3.1.1.01.99	OUTRAS MAQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS (P)	R\$ 3.404.647,71	R\$ 173.327,06	R\$ -	R\$ 3.577.974,77
1.2.3.1.1.02.00	BENS DE INFORMÁTICA	R\$ 4.383.216,59	R\$ 21.385,15	R\$ -	R\$ 4.404.601,74
1.2.3.1.1.02.01	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS (P)	R\$ 4.379.819,59	R\$ 21.385,15	R\$ -	R\$ 4.401.204,74
1.2.3.1.1.02.02	EQUIPAMENTOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (P)	R\$ 3.397,00	R\$ -	R\$ -	R\$ 3.397,00
1.2.3.1.1.03.00	MÓVEIS E UTENSÍLIOS	R\$ 14.382.540,09	R\$ 397.211,32	R\$ -	R\$ 14.779.751,41
1.2.3.1.1.03.01	APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS (P)	R\$ 427.700,50	R\$ 29.582,02	R\$ -	R\$ 457.282,52
1.2.3.1.1.03.02	MAQUINAS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO (P)	R\$ 25.647,53	R\$ 48.358,30	R\$ -	R\$ 74.005,83
1.2.3.1.1.03.03	MOBILIÁRIO EM GERAL (P)	R\$ 13.925.604,40	R\$ 319.271,00	R\$ -	R\$ 14.244.875,40
1.2.3.1.1.03.04	UTENSÍLIOS EM GERAL (P)	R\$ 3.587,66	R\$ -	R\$ -	R\$ 3.587,66
1.2.3.1.1.04.00	MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO	R\$ 159.822,62	R\$ 27.313,00	R\$ -	R\$ 187.135,62
1.2.3.1.1.04.04	INSTRUMENTOS MUSICAIS E ARTÍSTICOS (P)	R\$ 93.114,72	R\$ -	R\$ -	R\$ 93.114,72
1.2.3.1.1.04.05	EQUIPAMENTOS PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTO (P)	R\$ 66.592,90	R\$ 27.313,00	R\$ -	R\$ 93.905,90
1.2.3.1.1.04.99	OUTROS MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO (P)	R\$ 115,00	R\$ -	R\$ -	R\$ 115,00
1.2.3.1.1.05.00	VEÍCULOS	R\$ 9.140.497,72	R\$ 417.800,00	R\$ -	R\$ 9.558.297,72
1.2.3.1.1.05.01	VEÍCULOS EM GERAL (P)	R\$ 4.558.618,51	R\$ -	R\$ -	R\$ 4.558.618,51
1.2.3.1.1.05.03	VEÍCULOS DE TRACÇÃO MECÂNICA (P)	R\$ 4.581.879,21	R\$ 417.800,00	R\$ -	R\$ 4.999.679,21
1.2.3.1.1.99.00	DEMAIS BENS MÓVEIS	R\$ 49.083,25	R\$ -	R\$ -	R\$ 49.083,25
1.2.3.1.1.99.99	OUTROS BENS MÓVEIS (P)	R\$ 49.083,25	R\$ -	R\$ -	R\$ 49.083,25
1.2.3.2.0.00.00	BENS IMÓVEIS	R\$ 45.563.119,32	R\$ 1.114.777,53	R\$ 48.159,03	R\$ 46.629.737,82
1.2.3.2.1.00.00	BENS IMÓVEIS - CONSOLIDAÇÃO	R\$ 45.563.119,32	R\$ 1.114.777,53	R\$ 48.159,03	R\$ 46.629.737,82
1.2.3.2.1.04.00	BENS DOMINICAIS	R\$ 968.189,80	R\$ -	R\$ -	R\$ 968.189,80
1.2.3.2.1.04.13	TERRENOS (P)	R\$ 968.189,80	R\$ -	R\$ -	R\$ 968.189,80
1.2.3.2.1.05.00	BENS DE USO COMUM DO POVO	R\$ 228.373,92	R\$ -	R\$ -	R\$ 228.373,92
1.2.3.2.1.05.01	RUAS (P)	R\$ 159.377,55	R\$ -	R\$ -	R\$ 159.377,55
1.2.3.2.1.05.02	PRAÇAS (P)	R\$ 21.744,00	R\$ -	R\$ -	R\$ 21.744,00
1.2.3.2.1.05.04	PONTES (P)	R\$ 47.252,37	R\$ -	R\$ -	R\$ 47.252,37
1.2.3.2.1.06.00	BENS IMÓVEIS EM ANDAMENTO	R\$ 27.238.726,09	R\$ 999.590,67	R\$ -	R\$ 28.238.316,76
1.2.3.2.1.06.01	OBRAS EM ANDAMENTO (P)	R\$ 27.238.726,09	R\$ 999.590,67	R\$ -	R\$ 28.238.316,76
1.2.3.2.1.07.00	INSTALAÇÕES (P)	R\$ 1.006.102,43	R\$ 115.186,86	R\$ -	R\$ 1.121.289,29
1.2.3.2.1.99.00	DEMAIS BENS IMÓVEIS	R\$ 16.121.727,08	R\$ -	R\$ 48.159,03	R\$ 16.073.568,05
1.2.3.2.1.99.99	OUTROS BENS IMÓVEIS (P)	R\$ 16.121.727,08	R\$ -	R\$ 48.159,03	R\$ 16.073.568,05
1.2.3.8.0.00.00	(-) DEPRECIAÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	-R\$ 852.244,92	R\$ -	R\$ -	-R\$ 852.244,92
1.2.3.8.1.00.00	(-) DEPRECIAÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS - CONSOLIDAÇÃO	-R\$ 852.244,92	R\$ -	R\$ -	-R\$ 852.244,92
1.2.3.8.1.01.00	(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA - BENS MÓVEIS	-R\$ 852.126,57	R\$ -	R\$ -	-R\$ 852.126,57
1.2.3.8.1.01.01	(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS (P)	-R\$ 59.444,63	R\$ -	R\$ -	-R\$ 59.444,63
1.2.3.8.1.01.02	(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE BENS DE INFORMÁTICA (P)	-R\$ 69.079,96	R\$ -	R\$ -	-R\$ 69.079,96
1.2.3.8.1.01.03	(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE MÓVEIS E UTENSÍLIOS (P)	-R\$ 55.673,63	R\$ -	R\$ -	-R\$ 55.673,63
1.2.3.8.1.01.04	(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO (P)	-R\$ 39.850,99	R\$ -	R\$ -	-R\$ 39.850,99
1.2.3.8.1.01.05	(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE VEÍCULOS (P)	-R\$ 628.063,81	R\$ -	R\$ -	-R\$ 628.063,81
1.2.3.8.1.01.99	(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE DEMAIS BENS MÓVEIS (P)	-R\$ 13,55	R\$ -	R\$ -	-R\$ 13,55
1.2.3.8.1.02.00	(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA - BENS IMÓVEIS	-R\$ 118,35	R\$ -	R\$ -	-R\$ 118,35
1.2.3.8.1.02.99	(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE DEMAIS BENS IMÓVEIS (P)	-R\$ 118,35	R\$ -	R\$ -	-R\$ 118,35
2.0.0.0.0.00.00	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	-R\$ 111.161.051,64	R\$ 42.689.060,24	R\$ 51.043.885,54	-R\$ 119.515.876,94
2.1.0.0.0.00.00	PASSIVO CIRCULANTE	-R\$ 1.124.925,63	R\$ 37.144.872,38	R\$ 46.450.220,64	-R\$ 10.430.273,89
2.1.1.0.0.00.00	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	-R\$ 16.213,58	R\$ 14.285.247,64	R\$ 20.684.694,60	-R\$ 6.415.660,54
2.1.1.1.0.00.00	PESSOAL A PAGAR	-R\$ 16.213,58	R\$ 11.205.080,87	R\$ 16.446.295,99	-R\$ 5.257.428,70
2.1.1.1.1.00.00	PESSOAL A PAGAR - CONSOLIDAÇÃO	-R\$ 16.213,58	R\$ 11.205.080,87	R\$ 16.446.295,99	-R\$ 5.257.428,70

2.1.1.1.1.01.00	PESSOAL A PAGAR	-R\$ 16.213,58	R\$ 11.205.080,87	R\$ 16.446.295,99	-R\$ 5.257.428,70
2.1.1.1.1.01.01	SALÁRIOS, REMUNERAÇÕES E BENEFÍCIOS (F)	-R\$ 2.412,27	R\$ 10.092.707,66	R\$ 14.388.067,58	-R\$ 4.297.772,19
2.1.1.1.1.01.03	FÉRIAS (P)	-R\$ 4.633,01	R\$ -	R\$ -	-R\$ 4.633,01
2.1.1.1.1.01.13	FÉRIAS (F)	-R\$ 9.168,30	R\$ 1.112.373,21	R\$ 2.058.228,41	-R\$ 955.023,50
2.1.1.4.0.00.00	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	R\$ -	R\$ 3.080.166,77	R\$ 4.238.398,61	-R\$ 1.158.231,84
2.1.1.4.3.00.00	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR - INTER OFSS - UNIÃO	R\$ -	R\$ 3.080.166,77	R\$ 4.238.398,61	-R\$ 1.158.231,84
2.1.1.4.3.01.00	CONTRIBUIÇÕES AO RGPS A PAGAR	R\$ -	R\$ 2.284.185,91	R\$ 3.049.694,74	-R\$ 765.508,83
2.1.1.4.3.01.01	CONTRIBUIÇÕES AO RGPS - CONTRIBUIÇÃO SOBRE SALÁRIOS E REMUNERAÇÕES (F)	R\$ -	R\$ 2.284.185,91	R\$ 3.049.694,74	-R\$ 765.508,83
2.1.1.4.3.05.00	FGTS	R\$ -	R\$ 795.980,86	R\$ 1.188.703,87	-R\$ 392.723,01
2.1.1.4.3.05.01	FGTS (F)	R\$ -	R\$ 795.980,86	R\$ 1.188.703,87	-R\$ 392.723,01
2.1.3.0.0.00.00	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	-R\$ 661.755,59	R\$ 16.700.094,81	R\$ 19.311.295,04	-R\$ 3.272.955,82
2.1.3.1.0.00.00	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO	-R\$ 661.755,59	R\$ 16.700.094,81	R\$ 19.311.295,04	-R\$ 3.272.955,82
2.1.3.1.1.00.00	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO	-R\$ 661.755,59	R\$ 16.700.094,81	R\$ 19.311.295,04	-R\$ 3.272.955,82
2.1.3.1.1.01.00	FORNECEDORES NACIONAIS	-R\$ 661.755,59	R\$ 16.700.094,81	R\$ 19.311.295,04	-R\$ 3.272.955,82
2.1.3.1.1.01.01	FORNECEDORES NÃO PARCELADOS A PAGAR (F)	-R\$ 487.558,01	R\$ 16.497.128,61	R\$ 19.235.520,07	-R\$ 3.225.949,47
2.1.3.1.1.01.02	FORNECEDORES PARCELADOS A PAGAR (F)	-R\$ 174.197,58	R\$ 202.966,20	R\$ 75.774,97	-R\$ 47.006,35
2.1.4.0.0.00.00	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	-R\$ 112.313,07	R\$ 2.993.640,99	R\$ 2.881.327,92	R\$ -
2.1.4.1.0.00.00	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO COM A UNIÃO	-R\$ 112.313,07	R\$ 412.836,96	R\$ 300.523,89	R\$ -
2.1.4.1.3.00.00	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO COM A UNIÃO - INTER OFSS - UNIÃO	-R\$ 112.313,07	R\$ 412.836,96	R\$ 300.523,89	R\$ -
2.1.4.1.3.11.00	PIS/PASEP A RECOLHER (F)	-R\$ 112.313,07	R\$ 412.836,96	R\$ 300.523,89	R\$ -
2.1.4.3.0.00.00	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO COM OS MUNICÍPIOS	R\$ -	R\$ 2.580.804,03	R\$ 2.580.804,03	R\$ -
2.1.4.3.1.00.00	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO COM OS MUNICÍPIOS - CONSOLIDAÇÃO	R\$ -	R\$ 2.580.804,03	R\$ 2.580.804,03	R\$ -
2.1.4.3.1.06.00	RECURSOS FISCAIS MUNICIPAIS (F)	R\$ -	R\$ 2.580.804,03	R\$ 2.580.804,03	R\$ -
2.1.8.0.0.00.00	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	-R\$ 334.643,39	R\$ 3.165.888,94	R\$ 3.572.903,08	-R\$ 741.657,53
2.1.8.8.0.00.00	VALORES RESTITUÍVEIS	-R\$ 323.405,39	R\$ 2.610.513,11	R\$ 3.015.860,58	-R\$ 728.752,86
2.1.8.8.1.00.00	VALORES RESTITUÍVEIS - CONSOLIDAÇÃO	-R\$ 323.405,39	R\$ 2.610.513,11	R\$ 3.015.860,58	-R\$ 728.752,86
2.1.8.8.1.01.00	CONSIGNAÇÕES	-R\$ 281.622,95	R\$ 2.513.829,86	R\$ 2.960.885,40	-R\$ 728.678,49
2.1.8.8.1.01.02	CONTRIBUIÇÕES AO RGPS (F)	-R\$ 19.494,10	R\$ 1.008.636,67	R\$ 1.345.785,88	-R\$ 356.643,31
2.1.8.8.1.01.04	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF (F)	-R\$ 504,07	R\$ 348.294,07	R\$ 425.929,13	-R\$ 78.139,13
2.1.8.8.1.01.06	IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES DIVERSOS (F)	R\$ -	R\$ 1.770,65	R\$ 1.854,06	-R\$ 83,41
2.1.8.8.1.01.08	ISS (F)	-R\$ 4.761,55	R\$ 48.836,97	R\$ 53.134,48	-R\$ 9.059,06
2.1.8.8.1.01.10	PENSÃO ALIMENTÍCIA (F)	R\$ -	R\$ 51.010,01	R\$ 68.105,38	-R\$ 17.095,37
2.1.8.8.1.01.15	RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS (F)	-R\$ 205.309,32	R\$ 828.960,69	R\$ 834.688,37	-R\$ 211.037,00
2.1.8.8.1.01.99	OUTROS CONSIGNATÁRIOS (F)	-R\$ 51.553,91	R\$ 226.320,80	R\$ 231.388,10	-R\$ 56.621,21
2.1.8.8.1.04.00	DEPÓSITOS NÃO JUDICIAIS	-R\$ 41.782,44	R\$ 96.683,25	R\$ 54.975,18	-R\$ 74,37
2.1.8.8.1.04.01	DEPÓSITOS E CAUÇÕES (F)	-R\$ 10,15	R\$ -	R\$ -	-R\$ 10,15
2.1.8.8.1.04.99	OUTROS DEPÓSITOS (F)	-R\$ 41.772,29	R\$ 96.683,25	R\$ 54.975,18	-R\$ 64,22
2.1.8.9.0.00.00	OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	-R\$ 11.238,00	R\$ 555.375,83	R\$ 557.042,50	-R\$ 12.904,67
2.1.8.9.1.00.00	OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO	-R\$ 11.238,00	R\$ 555.375,83	R\$ 557.042,50	-R\$ 12.904,67
2.1.8.9.1.03.00	SUPRIMENTOS DE FUNDOS A PAGAR (F)	-R\$ 11.238,00	R\$ 11.880,00	R\$ 11.880,00	-R\$ 11.238,00
2.1.8.9.1.12.00	SUBVENÇÕES A PAGAR (F)	R\$ -	R\$ 543.495,83	R\$ 545.162,50	-R\$ 1.666,67
2.2.0.0.0.00.00	PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	-R\$ 1.745.852,59	R\$ 1.825.395,34	R\$ 874.872,38	-R\$ 795.329,63
2.2.1.0.0.00.00	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO	-R\$ 982.649,18	R\$ 1.749.620,37	R\$ 766.971,19	R\$ -
2.2.1.1.0.00.00	PESSOAL A PAGAR	-R\$ 982.649,18	R\$ 1.749.620,37	R\$ 766.971,19	R\$ -
2.2.1.1.1.00.00	PESSOAL A PAGAR - CONSOLIDAÇÃO	-R\$ 982.649,18	R\$ 1.749.620,37	R\$ 766.971,19	R\$ -
2.2.1.1.1.04.00	PRECATÓRIOS DE PESSOAL - REGIME ORDINÁRIO	-R\$ 982.649,18	R\$ 1.749.620,37	R\$ 766.971,19	R\$ -
2.2.1.1.1.04.03	PRECATÓRIOS DE PESSOAL - REGIME ORDINÁRIO - A PARTIR DE 05/05/2000 - NÃO VENCIDOS (P)	-R\$ 982.649,18	R\$ 1.749.620,37	R\$ 766.971,19	R\$ -
2.2.3.0.0.00.00	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO	-R\$ 763.203,41	R\$ 75.774,97	R\$ 107.901,19	-R\$ 795.329,63

2.2.3.1.0.00.00	FORNECEDORES NACIONAIS E CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO	-R\$ 763.203,41	R\$ 75.774,97	R\$ 107.901,19	-R\$ 795.329,63
2.2.3.1.1.00.00	FORNECEDORES NACIONAIS E CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO	-R\$ 763.203,41	R\$ 75.774,97	R\$ 107.901,19	-R\$ 795.329,63
2.2.3.1.1.01.00	FORNECEDORES NACIONAIS	R\$ -	R\$ 58.622,90	R\$ 107.901,19	-R\$ 49.278,29
2.2.3.1.1.01.03	RENEGOCIAÇÃO DE DÍVIDAS FORNECEDORES A PAGAR (P)	R\$ -	R\$ 58.622,90	R\$ 107.901,19	-R\$ 49.278,29
2.2.3.1.1.07.00	PRECATÓRIOS DE CONTAS A PAGAR - CREDORES NACIONAIS - REGIME ORDINÁRIO	-R\$ 502.116,45	R\$ -	R\$ -	-R\$ 502.116,45
2.2.3.1.1.07.03	PRECATÓRIOS DE CONTAS A PAGAR - REGIME ORDINÁRIO - A PARTIR DE 05/05/2000 - NÃO VENCIDOS (P)	-R\$ 502.116,45	R\$ -	R\$ -	-R\$ 502.116,45
2.2.3.1.1.10.00	CONTAS A PAGAR - CREDORES NACIONAIS A LONGO PRAZO	-R\$ 261.086,96	R\$ 17.152,07	R\$ -	-R\$ 243.934,89
2.2.3.1.1.10.02	CONTAS PARCELADAS A PAGAR (P)	-R\$ 261.086,96	R\$ 17.152,07	R\$ -	-R\$ 243.934,89
2.3.0.0.0.00.00	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	-R\$ 108.290.273,42	R\$ 3.718.792,52	R\$ 3.718.792,52	-R\$ 108.290.273,42
2.3.7.0.0.00.00	RESULTADOS ACUMULADOS	-R\$ 108.290.273,42	R\$ 3.718.792,52	R\$ 3.718.792,52	-R\$ 108.290.273,42
2.3.7.1.0.00.00	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS	-R\$ 108.290.273,42	R\$ 3.718.792,52	R\$ 3.718.792,52	-R\$ 108.290.273,42
2.3.7.1.1.00.00	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - CONSOLIDAÇÃO	-R\$ 8.826.867,11	R\$ 3.718.792,52	R\$ 3.718.792,52	-R\$ 8.826.867,11
2.3.7.1.1.01.00	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	-R\$ 3.718.792,52	R\$ 3.718.792,52	R\$ -	R\$ -
2.3.7.1.1.02.00	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-R\$ 5.108.074,59	R\$ -	R\$ 3.718.792,52	-R\$ 8.826.867,11
2.3.7.1.2.00.00	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - INTER OFSS	R\$ 5.689.675,90	R\$ -	R\$ -	R\$ 5.689.675,90
2.3.7.1.2.02.00	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	R\$ 5.689.675,90	R\$ -	R\$ -	R\$ 5.689.675,90
2.3.7.1.3.00.00	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - INTER OFSS - UNIÃO	-R\$ 47.333.169,17	R\$ -	R\$ -	-R\$ 47.333.169,17
2.3.7.1.3.02.00	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-R\$ 47.333.169,17	R\$ -	R\$ -	-R\$ 47.333.169,17
2.3.7.1.4.00.00	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - INTER OFSS - ESTADO	-R\$ 57.827.783,39	R\$ -	R\$ -	-R\$ 57.827.783,39
2.3.7.1.4.02.00	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-R\$ 57.827.783,39	R\$ -	R\$ -	-R\$ 57.827.783,39
2.3.7.1.5.00.00	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - INTER OFSS - MUNICÍPIO	R\$ 7.870,35	R\$ -	R\$ -	R\$ 7.870,35
2.3.7.1.5.02.00	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	R\$ 7.870,35	R\$ -	R\$ -	R\$ 7.870,35
3.0.0.00.00.00	VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	R\$ -	R\$ 39.490.561,66	R\$ 2.414.084,40	R\$ 37.076.477,26
3.1.0.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS	R\$ -	R\$ 22.567.333,79	R\$ 2.404.000,00	R\$ 20.163.333,79
3.1.1.00.00.00	REMUNERAÇÃO A PESSOAL	R\$ -	R\$ 18.328.935,18	R\$ 2.404.000,00	R\$ 15.924.935,18
3.1.1.20.00.00	REMUNERAÇÃO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRANGIDOS PELO RGPS	R\$ -	R\$ 18.328.935,18	R\$ 2.404.000,00	R\$ 15.924.935,18
3.1.1.21.00.00	REMUNERAÇÃO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRANGIDOS PELO RGPS - CONSOLIDAÇÃO	R\$ -	R\$ 18.328.935,18	R\$ 2.404.000,00	R\$ 15.924.935,18
3.1.1.21.01.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - RGPS	R\$ -	R\$ 17.062.504,34	R\$ 2.404.000,00	R\$ 14.658.504,34
3.1.1.21.01.01	VENCIMENTOS E SALÁRIOS	R\$ -	R\$ 9.324.006,60	R\$ 900.000,00	R\$ 8.424.006,60
3.1.1.21.01.14	GRATIFICAÇÃO POR EXERCÍCIO DE CARGOS	R\$ -	R\$ 374.397,97	R\$ -	R\$ 374.397,97
3.1.1.21.01.16	GRATIFICAÇÃO POR EXERCÍCIO DE FUNÇÕES	R\$ -	R\$ 758.752,58	R\$ -	R\$ 758.752,58
3.1.1.21.01.18	GRATIFICAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO	R\$ -	R\$ 149.379,05	R\$ -	R\$ 149.379,05
3.1.1.21.01.22	13º SALÁRIO	R\$ -	R\$ 3.769.859,81	R\$ 1.504.000,00	R\$ 2.265.859,81
3.1.1.21.01.24	FÉRIAS - ABONO CONSTITUCIONAL	R\$ -	R\$ 2.058.228,41	R\$ -	R\$ 2.058.228,41
3.1.1.21.01.31	SUBSÍDIOS	R\$ -	R\$ 301.917,66	R\$ -	R\$ 301.917,66
3.1.1.21.01.99	OUTROS VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL RGPS	R\$ -	R\$ 325.962,26	R\$ -	R\$ 325.962,26
3.1.1.21.02.00	OUTRAS VPD VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL - RGPS	R\$ -	R\$ 499.459,65	R\$ -	R\$ 499.459,65
3.1.1.21.02.99	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	R\$ -	R\$ 499.459,65	R\$ -	R\$ 499.459,65
3.1.1.21.03.00	SENTENÇAS JUDICIAIS	R\$ -	R\$ 766.971,19	R\$ -	R\$ 766.971,19
3.1.2.00.00.00	ENCARGOS PATRONAIS	R\$ -	R\$ 4.238.398,61	R\$ -	R\$ 4.238.398,61
3.1.2.20.00.00	ENCARGOS PATRONAIS - RGPS	R\$ -	R\$ 3.049.694,74	R\$ -	R\$ 3.049.694,74
3.1.2.23.00.00	ENCARGOS PATRONAIS - RGPS - INTER OFSS - UNIÃO	R\$ -	R\$ 3.049.694,74	R\$ -	R\$ 3.049.694,74
3.1.2.23.01.00	CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - RGPS	R\$ -	R\$ 3.049.694,74	R\$ -	R\$ 3.049.694,74
3.1.2.30.00.00	ENCARGOS PATRONAIS - FGTS	R\$ -	R\$ 1.188.703,87	R\$ -	R\$ 1.188.703,87
3.1.2.31.00.00	ENCARGOS PATRONAIS - FGTS - CONSOLIDAÇÃO	R\$ -	R\$ 1.188.703,87	R\$ -	R\$ 1.188.703,87
3.1.2.31.01.00	FGTS	R\$ -	R\$ 1.188.703,87	R\$ -	R\$ 1.188.703,87
3.2.0.00.00.00	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	R\$ -	R\$ 86.332,00	R\$ -	R\$ 86.332,00
3.2.2.00.00.00	PENSÕES	R\$ -	R\$ 86.332,00	R\$ -	R\$ 86.332,00

3.2.2.10.00.00	PENSÕES - RPPS	R\$	-	R\$	86.332,00	R\$	-	R\$	86.332,00
3.2.2.11.00.00	PENSÕES - RPPS - CONSOLIDAÇÃO	R\$	-	R\$	86.332,00	R\$	-	R\$	86.332,00
3.2.2.11.99.00	OUTRAS PENSÕES	R\$	-	R\$	86.332,00	R\$	-	R\$	86.332,00
3.3.0.00.00.00	USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	R\$	-	R\$	13.036.019,16	R\$	10.084,40	R\$	13.025.934,76
3.3.1.00.00.00	USO DE MATERIAL DE CONSUMO	R\$	-	R\$	2.820.709,10	R\$	-	R\$	2.820.709,10
3.3.1.10.00.00	CONSUMO DE MATERIAL	R\$	-	R\$	2.480.918,40	R\$	-	R\$	2.480.918,40
3.3.1.11.00.00	CONSUMO DE MATERIAL - CONSOLIDAÇÃO	R\$	-	R\$	2.480.918,40	R\$	-	R\$	2.480.918,40
3.3.1.11.01.00	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS	R\$	-	R\$	258.660,19	R\$	-	R\$	258.660,19
3.3.1.11.03.00	GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS	R\$	-	R\$	5.771,65	R\$	-	R\$	5.771,65
3.3.1.11.06.00	GÊNEROS ALIMENTAÇÃO	R\$	-	R\$	701.799,72	R\$	-	R\$	701.799,72
3.3.1.11.08.00	MATERIAL FARMACOLÓGICO	R\$	-	R\$	26.335,90	R\$	-	R\$	26.335,90
3.3.1.11.14.00	MATERIAL EDUCATIVO E ESPORTIVO	R\$	-	R\$	13.457,66	R\$	-	R\$	13.457,66
3.3.1.11.16.00	MATERIAL DE EXPEDIENTE	R\$	-	R\$	468.970,97	R\$	-	R\$	468.970,97
3.3.1.11.17.00	MATERIAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS	R\$	-	R\$	5.538,97	R\$	-	R\$	5.538,97
3.3.1.11.21.00	MATERIAL DE COPA E COZINHA	R\$	-	R\$	16.899,00	R\$	-	R\$	16.899,00
3.3.1.11.22.00	MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENIZAÇÃO	R\$	-	R\$	69.284,14	R\$	-	R\$	69.284,14
3.3.1.11.23.00	UNIFORMES, TECIDOS E AVIAMENTOS	R\$	-	R\$	548.062,44	R\$	-	R\$	548.062,44
3.3.1.11.25.00	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS	R\$	-	R\$	29.538,86	R\$	-	R\$	29.538,86
3.3.1.11.26.00	MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO	R\$	-	R\$	15.288,94	R\$	-	R\$	15.288,94
3.3.1.11.28.00	MATERIAL DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA	R\$	-	R\$	28.920,05	R\$	-	R\$	28.920,05
3.3.1.11.36.00	MATERIAL HOSPITALAR	R\$	-	R\$	4.497,80	R\$	-	R\$	4.497,80
3.3.1.11.39.00	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS	R\$	-	R\$	190.934,82	R\$	-	R\$	190.934,82
3.3.1.11.42.00	FERRAMENTAS	R\$	-	R\$	3.960,10	R\$	-	R\$	3.960,10
3.3.1.11.44.00	MATERIAL DE SINALIZAÇÃO VISUAL E OUTROS	R\$	-	R\$	24.844,00	R\$	-	R\$	24.844,00
3.3.1.11.99.00	OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO	R\$	-	R\$	68.153,19	R\$	-	R\$	68.153,19
3.3.1.20.00.00	DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL GRATUITO	R\$	-	R\$	339.790,70	R\$	-	R\$	339.790,70
3.3.1.21.00.00	DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL GRATUITO - CONSOLIDAÇÃO	R\$	-	R\$	339.790,70	R\$	-	R\$	339.790,70
3.3.1.21.99.00	OUTROS MATERIAIS DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	R\$	-	R\$	339.790,70	R\$	-	R\$	339.790,70
3.3.2.00.00.00	SERVIÇOS	R\$	-	R\$	10.215.310,06	R\$	10.084,40	R\$	10.205.225,66
3.3.2.10.00.00	DIÁRIAS	R\$	-	R\$	6.952,32	R\$	-	R\$	6.952,32
3.3.2.11.00.00	DIÁRIAS - CONSOLIDAÇÃO	R\$	-	R\$	6.952,32	R\$	-	R\$	6.952,32
3.3.2.11.01.00	DIÁRIAS PESSOAL CIVIL	R\$	-	R\$	6.952,32	R\$	-	R\$	6.952,32
3.3.2.20.00.00	SERVIÇOS TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	R\$	-	R\$	1.118.833,69	R\$	5.041,40	R\$	1.113.792,29
3.3.2.21.00.00	SERVIÇOS TERCEIROS - PESSOA FÍSICA - CONSOLIDAÇÃO	R\$	-	R\$	1.118.833,69	R\$	5.041,40	R\$	1.113.792,29
3.3.2.21.08.00	LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	R\$	-	R\$	239.896,61	R\$	-	R\$	239.896,61
3.3.2.21.10.00	VIGILÂNCIA OSTENSIVA	R\$	-	R\$	249.508,95	R\$	-	R\$	249.508,95
3.3.2.21.11.00	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO	R\$	-	R\$	359.756,49	R\$	5.041,40	R\$	354.715,09
3.3.2.21.15.00	SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS	R\$	-	R\$	7.537,53	R\$	-	R\$	7.537,53
3.3.2.21.16.00	ESTAGIÁRIOS	R\$	-	R\$	157.029,56	R\$	-	R\$	157.029,56
3.3.2.21.21.00	LOCAÇÕES	R\$	-	R\$	16.096,17	R\$	-	R\$	16.096,17
3.3.2.21.99.00	OUTROS SERVIÇOS PRESTADOS POR PESSOA FÍSICA	R\$	-	R\$	89.008,38	R\$	-	R\$	89.008,38
3.3.2.30.00.00	SERVIÇOS TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	R\$	-	R\$	9.089.524,05	R\$	5.043,00	R\$	9.084.481,05
3.3.2.31.00.00	SERVIÇOS TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA - CONSOLIDAÇÃO	R\$	-	R\$	9.089.524,05	R\$	5.043,00	R\$	9.084.481,05
3.3.2.31.04.00	COMUNICAÇÃO	R\$	-	R\$	68.520,87	R\$	-	R\$	68.520,87
3.3.2.31.05.00	PUBLICIDADE	R\$	-	R\$	42.985,68	R\$	-	R\$	42.985,68
3.3.2.31.06.00	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO	R\$	-	R\$	128.982,72	R\$	5.043,00	R\$	123.939,72
3.3.2.31.07.00	SERVIÇOS DE APOIO	R\$	-	R\$	75.639,26	R\$	-	R\$	75.639,26
3.3.2.31.08.00	SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO, ENERGIA ELÉTRICA, GÁS E OUTROS	R\$	-	R\$	851.743,07	R\$	-	R\$	851.743,07

3.3.2.31.10.00	LOCAÇÕES	R\$ -	R\$ 180.648,90	R\$ -	R\$ 180.648,90
3.3.2.31.11.00	SERVIÇOS RELACIONADOS A TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	R\$ -	R\$ 203.788,12	R\$ -	R\$ 203.788,12
3.3.2.31.12.00	SERVIÇOS DE TRANSPORTE	R\$ -	R\$ 815.698,96	R\$ -	R\$ 815.698,96
3.3.2.31.20.00	CONFEÇÃO DE UNIFORMES, BANDEIRAS E FLÂMULAS	R\$ -	R\$ 33.940,02	R\$ -	R\$ 33.940,02
3.3.2.31.23.00	FESTIVIDADES E HOMENAGENS	R\$ -	R\$ 85.007,39	R\$ -	R\$ 85.007,39
3.3.2.31.29.00	SEGUROS EM GERAL	R\$ -	R\$ 83.390,21	R\$ -	R\$ 83.390,21
3.3.2.31.31.00	SERVIÇO MÉDICO-HOSPITALAR, ODONTOLÓGICO E LABORATORIAIS	R\$ -	R\$ 3.770.959,52	R\$ -	R\$ 3.770.959,52
3.3.2.31.32.00	SERVIÇOS BANCÁRIOS	R\$ -	R\$ 32.199,94	R\$ -	R\$ 32.199,94
3.3.2.31.34.00	SERVIÇOS DE APOIO DO ENSINO	R\$ -	R\$ 347.162,79	R\$ -	R\$ 347.162,79
3.3.2.31.35.00	SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	R\$ -	R\$ 9.200,00	R\$ -	R\$ 9.200,00
3.3.2.31.46.00	SERVIÇOS GRÁFICOS E EDITORIAIS	R\$ -	R\$ 7.299,70	R\$ -	R\$ 7.299,70
3.3.2.31.47.00	SERVIÇOS JUDICIÁRIOS	R\$ -	R\$ 414,15	R\$ -	R\$ 414,15
3.3.2.31.51.00	SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS	R\$ -	R\$ 206.310,95	R\$ -	R\$ 206.310,95
3.3.2.31.99.00	OUTROS SERVIÇOS PRESTADOS POR PESSOA JURÍDICA	R\$ -	R\$ 2.145.631,80	R\$ -	R\$ 2.145.631,80
3.4.0.00.00.00	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	R\$ -	R\$ 14.510,56	R\$ -	R\$ 14.510,56
3.4.9.00.00.00	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - FINANCEIRAS	R\$ -	R\$ 14.510,56	R\$ -	R\$ 14.510,56
3.4.9.90.00.00	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	R\$ -	R\$ 14.510,56	R\$ -	R\$ 14.510,56
3.4.9.91.00.00	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS - CONSOLIDAÇÃO	R\$ -	R\$ 14.510,56	R\$ -	R\$ 14.510,56
3.5.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	R\$ -	R\$ 2.785.056,55	R\$ -	R\$ 2.785.056,55
3.5.1.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	R\$ -	R\$ 1.136.660,00	R\$ -	R\$ 1.136.660,00
3.5.1.10.00.00	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	R\$ -	R\$ 1.136.660,00	R\$ -	R\$ 1.136.660,00
3.5.1.12.00.00	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - INTRA OFS	R\$ -	R\$ 1.136.660,00	R\$ -	R\$ 1.136.660,00
3.5.1.12.02.00	REPASSE CONCEDIDO	R\$ -	R\$ 1.136.660,00	R\$ -	R\$ 1.136.660,00
3.5.2.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS	R\$ -	R\$ 595.162,50	R\$ -	R\$ 595.162,50
3.5.2.40.00.00	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS	R\$ -	R\$ 595.162,50	R\$ -	R\$ 595.162,50
3.5.2.41.00.00	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS - CONSOLIDAÇÃO	R\$ -	R\$ 595.162,50	R\$ -	R\$ 595.162,50
3.5.5.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS	R\$ -	R\$ 63.509,33	R\$ -	R\$ 63.509,33
3.5.5.10.00.00	TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS	R\$ -	R\$ 63.509,33	R\$ -	R\$ 63.509,33
3.5.5.11.00.00	TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS - CONSOLIDAÇÃO	R\$ -	R\$ 63.509,33	R\$ -	R\$ 63.509,33
3.5.7.00.00.00	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA	R\$ -	R\$ 989.724,72	R\$ -	R\$ 989.724,72
3.5.7.10.00.00	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA A ENTES	R\$ -	R\$ 989.724,72	R\$ -	R\$ 989.724,72
3.5.7.13.00.00	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA A ENTES - INTER OFSS - UNIÃO	R\$ -	R\$ 989.724,72	R\$ -	R\$ 989.724,72
3.5.7.13.06.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	R\$ -	R\$ 989.724,72	R\$ -	R\$ 989.724,72
3.6.0.00.00.00	DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	R\$ -	R\$ 700.785,71	R\$ -	R\$ 700.785,71
3.6.5.00.00.00	DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS	R\$ -	R\$ 700.785,71	R\$ -	R\$ 700.785,71
3.6.5.10.00.00	DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS	R\$ -	R\$ 700.785,71	R\$ -	R\$ 700.785,71
3.6.5.11.00.00	DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS - CONSOLIDAÇÃO	R\$ -	R\$ 700.785,71	R\$ -	R\$ 700.785,71
3.6.5.11.01.00	DESINCORPORAÇÃO DE DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	R\$ -	R\$ 10.487,36	R\$ -	R\$ 10.487,36
3.6.5.11.02.00	DESINCORPORAÇÃO DE DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA	R\$ -	R\$ 61,97	R\$ -	R\$ 61,97
3.6.5.11.03.00	DESINCORPORAÇÃO DE CRÉDITOS A RECEBER	R\$ -	R\$ 690.236,38	R\$ -	R\$ 690.236,38
3.7.0.00.00.00	TRIBUTARIAS	R\$ -	R\$ 300.523,89	R\$ -	R\$ 300.523,89
3.7.2.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES	R\$ -	R\$ 300.523,89	R\$ -	R\$ 300.523,89
3.7.2.10.00.00	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	R\$ -	R\$ 300.523,89	R\$ -	R\$ 300.523,89
3.7.2.11.00.00	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - CONSOLIDAÇÃO	R\$ -	R\$ 300.523,89	R\$ -	R\$ 300.523,89
3.7.2.11.04.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS SOBRE SERVIÇOS DE PESSOA FÍSICA	R\$ -	R\$ 300.523,89	R\$ -	R\$ 300.523,89
4.0.0.0.0.00.00	VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	R\$ -	R\$ 8.543.844,61	R\$ 46.445.037,96	-R\$ 37.901.193,35
4.1.0.0.0.00.00	IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	R\$ -	R\$ 66.397,52	R\$ 2.927.426,78	-R\$ 2.861.029,26
4.1.1.0.0.00.00	IMPOSTOS	R\$ -	R\$ 13.919,50	R\$ 2.288.246,01	-R\$ 2.274.326,51

4.1.1.2.0.00.00	IMPOSTOS SOBRE O PATRIMÔNIO E A RENDA	R\$	-	R\$	13.188,28	R\$	637.915,56	-R\$	624.727,28
4.1.1.2.1.00.00	IMPOSTOS SOBRE O PATRIMÔNIO E A RENDA - CONSOLIDAÇÃO	R\$	-	R\$	13.188,28	R\$	637.915,56	-R\$	624.727,28
4.1.1.2.1.02.00	IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA	R\$	-	R\$	911,58	R\$	7.388,81	-R\$	6.477,23
4.1.1.2.1.03.00	IMPOSTO SOBRE A RENDA E PROVENTOS DE QUALQUER NATUREZA	R\$	-	R\$	265,12	R\$	351.752,93	-R\$	351.487,81
4.1.1.2.1.03.01	IRRF - PESSOAS FÍSICAS	R\$	-	R\$	265,12	R\$	351.752,93	-R\$	351.487,81
4.1.1.2.1.04.00	ITBI	R\$	-	R\$	12.011,58	R\$	278.773,82	-R\$	266.762,24
4.1.1.3.0.00.00	IMPOSTOS SOBRE A PRODUÇÃO E A CIRCULAÇÃO	R\$	-	R\$	731,22	R\$	1.650.330,45	-R\$	1.649.599,23
4.1.1.3.1.00.00	IMPOSTOS SOBRE A PRODUÇÃO E A CIRCULAÇÃO - CONSOLIDAÇÃO	R\$	-	R\$	731,22	R\$	1.650.330,45	-R\$	1.649.599,23
4.1.1.3.1.02.00	ISS	R\$	-	R\$	-	R\$	1.650.330,45	-R\$	1.650.330,45
4.1.1.3.1.97.00	(-) DEDUÇÃO	R\$	-	R\$	731,22	R\$	-	R\$	731,22
4.1.2.0.0.00.00	TAXAS	R\$	-	R\$	52.478,02	R\$	639.180,77	-R\$	586.702,75
4.1.2.1.0.00.00	TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	R\$	-	R\$	50.199,94	R\$	586.303,63	-R\$	536.103,69
4.1.2.1.1.00.00	TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA - CONSOLIDAÇÃO	R\$	-	R\$	50.199,94	R\$	586.303,63	-R\$	536.103,69
4.1.2.1.1.15.00	TAXA DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVO	R\$	-	R\$	39.132,62	R\$	586.296,65	-R\$	547.164,03
4.1.2.1.1.15.01	ATOS DA ADMINISTRAÇÃO EM GERAL	R\$	-	R\$	39.132,62	R\$	586.296,65	-R\$	547.164,03
4.1.2.1.1.97.00	(-) DEDUÇÕES	R\$	-	R\$	11.067,32	R\$	-	R\$	11.067,32
4.1.2.1.1.97.15	(-) DEDUÇÃO TAXA DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	R\$	-	R\$	11.067,32	R\$	-	R\$	11.067,32
4.1.2.1.1.99.00	OUTRAS TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	R\$	-	R\$	-	R\$	6,98	-R\$	6,98
4.1.2.2.0.00.00	TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	R\$	-	R\$	2.278,08	R\$	52.877,14	-R\$	50.599,06
4.1.2.2.1.00.00	TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - CONSOLIDAÇÃO	R\$	-	R\$	2.278,08	R\$	52.877,14	-R\$	50.599,06
4.1.2.2.1.97.00	(-) DEDUÇÕES	R\$	-	R\$	875,22	R\$	-	R\$	875,22
4.1.2.2.1.97.99	(-) Dedução de Outras Taxas Pela Prestação de Serviços	R\$	-	R\$	875,22	R\$	-	R\$	875,22
4.1.2.2.1.99.00	OUTRAS TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	R\$	-	R\$	1.402,86	R\$	52.877,14	-R\$	51.474,28
4.2.0.0.0.00.00	CONTRIBUIÇÕES	R\$	-	R\$	-	R\$	377.881,95	-R\$	377.881,95
4.2.3.0.0.00.00	CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	R\$	-	R\$	-	R\$	377.881,95	-R\$	377.881,95
4.2.3.1.0.00.00	CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	R\$	-	R\$	-	R\$	377.881,95	-R\$	377.881,95
4.2.3.1.1.00.00	CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA - CONSOLIDAÇÃO	R\$	-	R\$	-	R\$	377.881,95	-R\$	377.881,95
4.2.3.1.1.01.00	CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	R\$	-	R\$	-	R\$	377.881,95	-R\$	377.881,95
4.3.0.0.0.00.00	EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	R\$	-	R\$	-	R\$	67.809,72	-R\$	67.809,72
4.3.3.0.0.00.00	EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	R\$	-	R\$	-	R\$	67.809,72	-R\$	67.809,72
4.3.3.1.0.00.00	VALOR BRUTO DE EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	R\$	-	R\$	-	R\$	67.809,72	-R\$	67.809,72
4.3.3.1.1.00.00	VALOR BRUTO DE EXPLORAÇÃO DE BENS, DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - CONSOLIDAÇÃO	R\$	-	R\$	-	R\$	67.809,72	-R\$	67.809,72
4.3.3.1.1.02.00	EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO	R\$	-	R\$	-	R\$	15.159,36	-R\$	15.159,36
4.3.3.1.1.37.00	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	R\$	-	R\$	-	R\$	530,41	-R\$	530,41
4.3.3.1.1.52.00	TARIFA DE INSCRIÇÃO EM CONCURSOS E PROCESSOS SELETIVOS	R\$	-	R\$	-	R\$	41.545,00	-R\$	41.545,00
4.3.3.1.1.99.00	OUTROS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS PROVENIENTES DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	R\$	-	R\$	-	R\$	10.574,95	-R\$	10.574,95
4.4.0.0.0.00.00	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	R\$	-	R\$	12.436,40	R\$	233.184,09	-R\$	220.747,69
4.4.2.0.0.00.00	JUROS E ENCARGOS DE MORA	R\$	-	R\$	2.896,04	R\$	67.488,47	-R\$	64.592,43
4.4.2.3.0.00.00	JUROS E ENCARGOS DE MORA SOBRE FORNECIMENTOS DE BENS E SERVIÇOS	R\$	-	R\$	94,94	R\$	1.846,54	-R\$	1.751,60
4.4.2.3.1.00.00	JUROS E ENCARGOS DE MORA SOBRE FORNECIMENTOS DE BENS E SERVIÇOS - CONSOLIDAÇÃO	R\$	-	R\$	94,94	R\$	1.846,54	-R\$	1.751,60
4.4.2.4.0.00.00	JUROS E ENCARGOS DE MORA SOBRE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS	R\$	-	R\$	2.795,70	R\$	65.522,03	-R\$	62.726,33
4.4.2.4.1.00.00	JUROS E ENCARGOS DE MORA SOBRE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS - CONSOLIDAÇÃO	R\$	-	R\$	2.795,70	R\$	65.522,03	-R\$	62.726,33
4.4.2.4.1.05.00	MULTAS E JUROS SOBRE IPTU	R\$	-	R\$	163,94	R\$	2.078,76	-R\$	1.914,82
4.4.2.4.1.07.00	MULTAS E JUROS SOBRE ISS	R\$	-	R\$	-	R\$	21.380,74	-R\$	21.380,74
4.4.2.4.1.09.00	MULTAS E JUROS SOBRE TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	R\$	-	R\$	2.179,92	R\$	2.882,58	-R\$	702,66
4.4.2.4.1.14.00	MULTAS E JUROS CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	R\$	-	R\$	-	R\$	305,73	-R\$	305,73
4.4.2.4.1.16.00	MULTAS E JUROS DE DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	R\$	-	R\$	130,98	R\$	38.874,22	-R\$	38.743,24
4.4.2.4.1.97.00	(-) DEDUÇÕES	R\$	-	R\$	320,86	R\$	-	R\$	320,86

4.4.2.9.0.00.00	OUTROS JUROS E ENCARGOS DE MORA	R\$	-	R\$	5,40	R\$	119,90	-R\$	114,50
4.4.2.9.1.00.00	OUTROS JUROS E ENCARGOS DE MORA - CONSOLIDAÇÃ	R\$	-	R\$	5,40	R\$	119,90	-R\$	114,50
4.4.5.0.0.00.00	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	R\$	-	R\$	9.540,36	R\$	165.695,62	-R\$	156.155,26
4.4.5.1.0.00.00	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS	R\$	-	R\$	9.540,36	R\$	165.695,62	-R\$	156.155,26
4.4.5.1.1.00.00	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - CONSOLIDAÇÃ	R\$	-	R\$	9.540,36	R\$	165.695,62	-R\$	156.155,26
4.5.0.0.0.00.00	TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	R\$	-	R\$	8.465.010,69	R\$	42.744.213,06	-R\$	34.279.202,37
4.5.2.0.0.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS	R\$	-	R\$	8.465.010,69	R\$	42.744.213,06	-R\$	34.279.202,37
4.5.2.1.0.00.00	TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS DE RECEITAS	R\$	-	R\$	8.462.114,40	R\$	31.282.468,65	-R\$	22.820.354,25
4.5.2.1.3.00.00	TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS DE RECEITAS - INTER OFSS - UNIÃO	R\$	-	R\$	3.612.755,76	R\$	16.383.579,01	-R\$	12.770.823,25
4.5.2.1.3.02.00	COTA-PARTE FPM	R\$	-	R\$	3.595.893,12	R\$	10.787.679,80	-R\$	7.191.786,68
4.5.2.1.3.03.00	COTA-PARTE ITR	R\$	-	R\$	16.862,64	R\$	50.587,94	-R\$	33.725,30
4.5.2.1.3.06.00	TRANSFERÊNCIA DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS	R\$	-	R\$	-	R\$	149.512,30	-R\$	149.512,30
4.5.2.1.3.07.00	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SUS	R\$	-	R\$	-	R\$	3.321.052,91	-R\$	3.321.052,91
4.5.2.1.3.08.00	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAIS	R\$	-	R\$	-	R\$	84.434,44	-R\$	84.434,44
4.5.2.1.3.09.00	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDI	R\$	-	R\$	-	R\$	1.990.311,62	-R\$	1.990.311,62
4.5.2.1.4.00.00	TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - INTER OFSS - ESTADOC	R\$	-	R\$	4.849.358,64	R\$	14.898.889,64	-R\$	10.049.531,00
4.5.2.1.4.01.00	COTA-PARTE ICMS	R\$	-	R\$	3.437.061,70	R\$	10.310.645,43	-R\$	6.873.583,73
4.5.2.1.4.02.00	COTA-PARTE IPVA	R\$	-	R\$	1.387.951,96	R\$	4.123.508,57	-R\$	2.735.556,61
4.5.2.1.4.03.00	COTA-PARTE IPI-EXPORTAÇÃO	R\$	-	R\$	24.262,22	R\$	72.786,87	-R\$	48.524,65
4.5.2.1.4.04.00	COTA-PARTE DA CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICOC	R\$	-	R\$	-	R\$	22.454,95	-R\$	22.454,95
4.5.2.1.4.05.00	TRANSFERÊNCIA DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS	R\$	-	R\$	-	R\$	21.800,56	-R\$	21.800,56
4.5.2.1.4.06.00	TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO ESTADO PARA PROGRAMAS DE SAÚDE - REPASSE FUNDO A FUNDO	R\$	-	R\$	-	R\$	280.384,50	-R\$	280.384,50
4.5.2.1.4.99.00	OUTRAS PARTICIPAÇÕES NA RECEITA DOS ESTADOS	R\$	-	R\$	82,76	R\$	67.308,76	-R\$	67.226,00
4.5.2.2.0.00.00	TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB	R\$	-	R\$	-	R\$	10.670.975,70	-R\$	10.670.975,70
4.5.2.2.4.00.00	TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - INTER OFSS - ESTADOC	R\$	-	R\$	-	R\$	10.670.975,70	-R\$	10.670.975,70
4.5.2.3.0.00.00	TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	R\$	-	R\$	2.896,29	R\$	657.407,98	-R\$	654.511,69
4.5.2.3.3.00.00	TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS - INTER OFSS - UNIÃO	R\$	-	R\$	-	R\$	268.511,37	-R\$	268.511,37
4.5.2.3.3.99.00	DEMAIS TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	R\$	-	R\$	-	R\$	268.511,37	-R\$	268.511,37
4.5.2.3.4.00.00	TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS - INTER OFSS - ESTADOC	R\$	-	R\$	2.896,29	R\$	388.896,61	-R\$	386.000,32
4.5.2.3.4.99.00	DEMAIS TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	R\$	-	R\$	2.896,29	R\$	388.896,61	-R\$	386.000,32
4.5.2.4.0.00.00	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS	R\$	-	R\$	-	R\$	133.360,73	-R\$	133.360,73
4.5.2.4.3.00.00	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS - INTER OFSS - UNIÃO	R\$	-	R\$	-	R\$	133.360,73	-R\$	133.360,73
4.6.0.0.0.00.00	VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS	R\$	-	R\$	-	R\$	4.040,73	-R\$	4.040,73
4.6.3.0.0.00.00	GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	R\$	-	R\$	-	R\$	4.040,73	-R\$	4.040,73
4.6.3.9.0.00.00	OUTROS GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	R\$	-	R\$	-	R\$	4.040,73	-R\$	4.040,73
4.6.3.9.1.00.00	OUTROS GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS - CONSOLIDAÇÃ	R\$	-	R\$	-	R\$	4.040,73	-R\$	4.040,73
4.9.0.0.0.00.00	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	R\$	-	R\$	-	R\$	90.481,63	-R\$	90.481,63
4.9.9.0.0.00.00	DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	R\$	-	R\$	-	R\$	90.481,63	-R\$	90.481,63
4.9.9.5.0.00.00	MULTAS ADMINISTRATIVAS	R\$	-	R\$	-	R\$	15.971,79	-R\$	15.971,79
4.9.9.5.1.00.00	MULTAS ADMINISTRATIVAS - CONSOLIDAÇÃO	R\$	-	R\$	-	R\$	15.971,79	-R\$	15.971,79
4.9.9.6.0.00.00	INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS	R\$	-	R\$	-	R\$	3.629,14	-R\$	3.629,14
4.9.9.6.1.00.00	INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS - CONSOLIDAÇÃ	R\$	-	R\$	-	R\$	3.629,14	-R\$	3.629,14
4.9.9.6.1.02.00	RESTITUIÇÕES	R\$	-	R\$	-	R\$	3.629,14	-R\$	3.629,14
4.9.9.9.0.00.00	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS	R\$	-	R\$	-	R\$	70.880,70	-R\$	70.880,70
4.9.9.9.1.00.00	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS - CONSOLIDAÇÃ	R\$	-	R\$	-	R\$	70.880,70	-R\$	70.880,70
5.0.0.0.0.00.00	CONTROLES DA APROVAÇÃO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTOC	R\$	6.599.095,05	R\$	384.232.646,29	R\$	74.099.581,19	R\$	316.732.160,15
5.2.0.0.0.00.00	ORÇAMENTO APROVADO	R\$	-	R\$	378.106.820,68	R\$	67.973.755,58	R\$	310.133.065,10
5.2.1.0.0.00.00	PREVISÃO DA RECEITA	R\$	-	R\$	135.759.000,00	R\$	12.759.000,00	R\$	123.000.000,00

5.2.1.1.0.00.00	PREVISÃO INICIAL DA RECEITA	R\$ -	R\$ 135.759.000,00	R\$ 12.759.000,00	R\$ 123.000.000,00
5.2.1.1.1.00.00	PREVISÃO INICIAL DA RECEITA BRUTA	R\$ -	R\$ 135.759.000,00	R\$ -	R\$ 135.759.000,00
5.2.1.1.2.00.00	(-) PREVISÃO DE DEDUÇÕES DA RECEITA	R\$ -	R\$ -	R\$ 12.759.000,00	-R\$ 12.759.000,00
5.2.1.1.2.01.00	(-) DEDUÇÕES POR TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	R\$ -	R\$ -	R\$ 12.759.000,00	-R\$ 12.759.000,00
5.2.1.1.2.01.01	(-) FUNDEB	R\$ -	R\$ -	R\$ 12.759.000,00	-R\$ 12.759.000,00
5.2.2.0.0.00.00	FIXAÇÃO DA DESPESA	R\$ -	R\$ 242.347.820,68	R\$ 55.214.755,58	R\$ 187.133.065,10
5.2.2.1.0.00.00	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	R\$ -	R\$ 134.669.211,72	R\$ 8.231.428,02	R\$ 126.437.783,70
5.2.2.1.1.00.00	DOTAÇÃO INICIAL	R\$ -	R\$ 119.600.000,00	R\$ -	R\$ 119.600.000,00
5.2.2.1.1.01.00	CRÉDITO INICIAL	R\$ -	R\$ 119.600.000,00	R\$ -	R\$ 119.600.000,00
5.2.2.1.2.00.00	DOTAÇÃO ADICIONAL POR TIPO DE CRÉDITO	R\$ -	R\$ 7.534.605,86	R\$ -	R\$ 7.534.605,86
5.2.2.1.2.01.00	CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR	R\$ -	R\$ 3.157.267,23	R\$ -	R\$ 3.157.267,23
5.2.2.1.2.02.00	CRÉDITO ADICIONAL - ESPECIAL	R\$ -	R\$ 4.377.338,63	R\$ -	R\$ 4.377.338,63
5.2.2.1.2.02.01	CRÉDITOS ESPECIAIS ABERTOS	R\$ -	R\$ 4.377.338,63	R\$ -	R\$ 4.377.338,63
5.2.2.1.3.00.00	DOTAÇÃO ADICIONAL POR FONTE	R\$ -	R\$ 7.534.605,86	R\$ 7.534.605,86	R\$ -
5.2.2.1.3.01.00	SUPERÁVIT FINANCEIRO DE EXERCÍCIO ANTERIOR	R\$ -	R\$ 4.570.703,56	R\$ -	R\$ 4.570.703,56
5.2.2.1.3.02.00	EXCESSO DE ARRECADAÇÃO	R\$ -	R\$ 2.267.080,14	R\$ -	R\$ 2.267.080,14
5.2.2.1.3.03.00	ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO	R\$ -	R\$ 696.822,16	R\$ -	R\$ 696.822,16
5.2.2.1.3.99.00	VALOR GLOBAL DA DOTAÇÃO ADICIONAL POR FONTE	R\$ -	R\$ -	R\$ 7.534.605,86	-R\$ 7.534.605,86
5.2.2.1.9.00.00	CANCELAMENTO/REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO	R\$ -	R\$ -	R\$ 696.822,16	-R\$ 696.822,16
5.2.2.1.9.04.00	(-) CANCELAMENTO DE DOTAÇÕES	R\$ -	R\$ -	R\$ 696.822,16	-R\$ 696.822,16
5.2.2.9.0.00.00	OUTROS CONTROLES DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA	R\$ -	R\$ 107.678.608,96	R\$ 46.983.327,56	R\$ 60.695.281,40
5.2.2.9.1.00.00	PRÉ-EMPENHOS DA DESPESA	R\$ -	R\$ 47.002.610,60	R\$ 45.512.036,52	R\$ 1.490.574,08
5.2.2.9.1.01.00	PRÉ-EMPENHOS EMITIDOS	R\$ -	R\$ 47.002.610,60	R\$ -	R\$ 47.002.610,60
5.2.2.9.1.03.00	(-) ANULAÇÃO DE PRÉ-EMPENHO	R\$ -	R\$ -	R\$ 45.512.036,52	-R\$ 45.512.036,52
5.2.2.9.2.00.00	EMPENHOS POR EMISSÃO	R\$ -	R\$ 60.675.998,36	R\$ 1.471.291,04	R\$ 59.204.707,32
5.2.2.9.2.01.00	EXECUÇÃO DA DESPESA POR NOTA DE EMPENHO	R\$ -	R\$ 60.675.998,36	R\$ 1.471.291,04	R\$ 59.204.707,32
5.2.2.9.2.01.01	EMIÇÃO DE EMPENHOS	R\$ -	R\$ 60.675.998,36	R\$ -	R\$ 60.675.998,36
5.2.2.9.2.01.03	(-)ANULAÇÃO DE EMPENHOS	R\$ -	R\$ -	R\$ 1.471.291,04	-R\$ 1.471.291,04
5.3.0.0.0.00.00	INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR	R\$ 6.599.095,05	R\$ 6.125.825,61	R\$ 6.125.825,61	R\$ 6.599.095,05
5.3.1.0.0.00.00	INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	R\$ 6.070.862,57	R\$ 5.648.197,12	R\$ 5.648.197,12	R\$ 6.070.862,57
5.3.1.1.0.00.00	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS	R\$ -	R\$ 5.648.197,12	R\$ -	R\$ 5.648.197,12
5.3.1.2.0.00.00	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - EXERCÍCIOS ANTERIORES	R\$ 422.665,45	R\$ -	R\$ -	R\$ 422.665,45
5.3.1.7.0.00.00	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO	R\$ 5.648.197,12	R\$ -	R\$ 5.648.197,12	R\$ -
5.3.2.0.0.00.00	INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	R\$ 528.232,48	R\$ 477.628,49	R\$ 477.628,49	R\$ 528.232,48
5.3.2.1.0.00.00	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS - INSCRITOS	R\$ -	R\$ 477.628,49	R\$ -	R\$ 477.628,49
5.3.2.2.0.00.00	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS - EXERCÍCIOS ANTERIORES	R\$ 50.603,99	R\$ -	R\$ -	R\$ 50.603,99
5.3.2.7.0.00.00	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO	R\$ 477.628,49	R\$ -	R\$ 477.628,49	R\$ -
6.0.0.0.0.00.00	CONTROLES DA EXECUÇÃO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	-R\$ 6.599.095,05	R\$ 402.633.545,52	R\$ 712.766.610,62	-R\$ 316.732.160,15
6.2.0.0.0.00.00	EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO	R\$ -	R\$ 397.725.021,59	R\$ 707.858.086,69	-R\$ 310.133.065,10
6.2.1.0.0.00.00	EXECUÇÃO DA RECEITA	R\$ -	R\$ 59.669.484,67	R\$ 182.669.484,67	-R\$ 123.000.000,00
6.2.1.1.0.00.00	RECEITA A REALIZAR	R\$ -	R\$ 55.417.841,97	R\$ 140.010.642,70	-R\$ 84.592.800,73
6.2.1.2.0.00.00	RECEITA REALIZADA	R\$ -	R\$ 2.979,05	R\$ 42.658.841,97	-R\$ 42.655.862,92
6.2.1.3.0.00.00	(-) DEDUÇÕES DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	R\$ -	R\$ 4.248.663,65	R\$ -	R\$ 4.248.663,65
6.2.1.3.1.00.00	(-) DEDUÇÕES POR TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	R\$ -	R\$ 4.230.878,32	R\$ -	R\$ 4.230.878,32
6.2.1.3.1.01.00	(-) FUNDEB	R\$ -	R\$ 4.230.878,32	R\$ -	R\$ 4.230.878,32
6.2.1.3.9.00.00	(-) OUTRAS DEDUÇÕES DA RECEITA REALIZADA	R\$ -	R\$ 17.785,33	R\$ -	R\$ 17.785,33
6.2.2.0.0.00.00	EXECUÇÃO DA DESPESA	R\$ -	R\$ 338.055.536,92	R\$ 525.188.602,02	-R\$ 187.133.065,10
6.2.2.1.0.00.00	DISPONIBILIDADES DE CRÉDITO	R\$ -	R\$ 223.215.484,02	R\$ 349.653.267,72	-R\$ 126.437.783,70

6.2.2.1.1.00.00	CRÉDITO DISPONÍVEL	R\$ -	R\$ 108.375.431,12	R\$ 174.117.933,42	-R\$ 65.742.502,30
6.2.2.1.2.00.00	CRÉDITO INDISPONÍVEL	R\$ -	R\$ 45.512.036,52	R\$ 47.002.610,60	-R\$ 1.490.574,08
6.2.2.1.2.02.00	CRÉDITO PRÉ-EMPENHADO	R\$ -	R\$ 45.512.036,52	R\$ 47.002.610,60	-R\$ 1.490.574,08
6.2.2.1.3.00.00	CRÉDITO UTILIZADO	R\$ -	R\$ 69.328.016,38	R\$ 128.532.723,70	-R\$ 59.204.707,32
6.2.2.1.3.01.00	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	R\$ -	R\$ 39.995.210,28	R\$ 61.880.205,26	-R\$ 21.884.994,98
6.2.2.1.3.03.00	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	R\$ -	R\$ 29.303.745,41	R\$ 38.552.979,93	-R\$ 9.249.234,52
6.2.2.1.3.04.00	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO - PAGO	R\$ -	R\$ 29.060,69	R\$ 28.099.538,51	-R\$ 28.070.477,82
6.2.2.9.0.00.00	OUTROS CONTROLES DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA	R\$ -	R\$ 114.840.052,90	R\$ 175.535.334,30	-R\$ 60.695.281,40
6.2.2.9.1.00.00	DESPESA PRÉ-EMPENHADA	R\$ -	R\$ 45.512.036,52	R\$ 47.002.610,60	-R\$ 1.490.574,08
6.2.2.9.1.01.00	PRÉ-EMPENHOS A EMPENHAR	R\$ -	R\$ 45.512.036,52	R\$ 47.002.610,60	-R\$ 1.490.574,08
6.2.2.9.2.00.00	EMISSION DE EMPENHO	R\$ -	R\$ 69.328.016,38	R\$ 128.532.723,70	-R\$ 59.204.707,32
6.2.2.9.2.01.00	EMPENHOS POR NOTA DE EMPENHO	R\$ -	R\$ 69.328.016,38	R\$ 128.532.723,70	-R\$ 59.204.707,32
6.2.2.9.2.01.01	EMPENHOS A LIQUIDAR	R\$ -	R\$ 39.995.210,28	R\$ 61.880.205,26	-R\$ 21.884.994,98
6.2.2.9.2.01.03	EMPENHOS LIQUIDADOS A PAGAR	R\$ -	R\$ 29.303.745,41	R\$ 38.552.979,93	-R\$ 9.249.234,52
6.2.2.9.2.01.04	EMPENHOS LIQUIDADOS PAGOS	R\$ -	R\$ 29.060,69	R\$ 28.099.538,51	-R\$ 28.070.477,82
6.3.0.0.0.00.00	EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR	-R\$ 6.599.095,05	R\$ 4.908.523,93	R\$ 4.908.523,93	-R\$ 6.599.095,05
6.3.1.0.0.00.00	EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	-R\$ 6.070.862,57	R\$ 4.494.666,62	R\$ 4.494.666,62	-R\$ 6.070.862,57
6.3.1.1.0.00.00	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR	-R\$ 5.992.150,30	R\$ 2.364.518,37	R\$ 5.042,20	-R\$ 3.632.674,13
6.3.1.3.0.00.00	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS A PAGAR	-R\$ 78.712,27	R\$ 2.130.008,23	R\$ 2.302.533,00	-R\$ 251.237,04
6.3.1.4.0.00.00	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS PAGOS	R\$ -	R\$ 140,02	R\$ 2.124.966,03	-R\$ 2.124.826,01
6.3.1.9.0.00.00	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS CANCELADOS	R\$ -	R\$ -	R\$ 62.125,39	-R\$ 62.125,39
6.3.1.9.9.00.00	OUTROS CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR	R\$ -	R\$ -	R\$ 62.125,39	-R\$ 62.125,39
6.3.2.0.0.00.00	EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	-R\$ 528.232,48	R\$ 413.857,31	R\$ 413.857,31	-R\$ 528.232,48
6.3.2.1.0.00.00	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS A PAGAR	-R\$ 528.232,48	R\$ 413.857,31	R\$ -	-R\$ 114.375,17
6.3.2.2.0.00.00	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS	R\$ -	R\$ -	R\$ 413.857,31	-R\$ 413.857,31
7.0.0.0.0.00.00	CONTROLES DEVEDORES	R\$ 168.762.077,96	R\$ 251.524.454,10	R\$ 22.887.343,88	R\$ 397.399.188,18
7.1.0.0.0.00.00	ATOS POTENCIAIS	R\$ 87.112.318,02	R\$ 33.603.290,88	R\$ 5.400,00	R\$ 120.710.208,90
7.1.1.0.0.00.00	ATOS POTENCIAIS ATIVOS	R\$ 6.809.545,47	R\$ 1.251.205,78	R\$ -	R\$ 8.060.751,25
7.1.1.2.0.00.00	DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES	R\$ 4.739.545,47	R\$ 1.251.205,78	R\$ -	R\$ 5.990.751,25
7.1.1.2.1.00.00	DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES - CONSOLIDAÇÃO	R\$ 4.739.545,47	R\$ 1.251.205,78	R\$ -	R\$ 5.990.751,25
7.1.1.2.1.01.00	DIREITOS CONVENIADOS	R\$ 3.902.425,26	R\$ 761.645,72	R\$ -	R\$ 4.664.070,98
7.1.1.2.1.99.00	OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES	R\$ 837.120,21	R\$ 489.560,06	R\$ -	R\$ 1.326.680,27
7.1.1.3.0.00.00	DIREITOS CONTRATUAIS	R\$ 2.070.000,00	R\$ -	R\$ -	R\$ 2.070.000,00
7.1.1.3.1.00.00	DIREITOS CONTRATUAIS - CONSOLIDAÇÃO	R\$ 2.070.000,00	R\$ -	R\$ -	R\$ 2.070.000,00
7.1.1.3.1.02.00	CONTRATOS DE SERVIÇOS	R\$ 2.070.000,00	R\$ -	R\$ -	R\$ 2.070.000,00
7.1.2.0.0.00.00	ATOS POTENCIAIS PASSIVO	R\$ 80.302.772,55	R\$ 32.352.085,10	R\$ 5.400,00	R\$ 112.649.457,65
7.1.2.2.0.00.00	OBRIGAÇÕES CONVENIADAS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES	R\$ 3.816.080,78	R\$ 25.103.942,99	R\$ -	R\$ 28.920.023,77
7.1.2.2.1.00.00	OBRIGAÇÕES CONVENIADAS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES - CONSOLIDAÇÃO	R\$ 3.816.080,78	R\$ 25.103.942,99	R\$ -	R\$ 28.920.023,77
7.1.2.2.1.01.00	OBRIGAÇÕES CONVENIADAS	R\$ 2.683.566,72	R\$ 25.103.942,99	R\$ -	R\$ 27.787.509,71
7.1.2.2.1.99.00	OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES	R\$ 1.132.514,06	R\$ -	R\$ -	R\$ 1.132.514,06
7.1.2.3.0.00.00	OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	R\$ 76.486.602,84	R\$ 7.248.142,11	R\$ 5.400,00	R\$ 83.729.344,95
7.1.2.3.1.00.00	OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS - CONSOLIDAÇÃO	R\$ 76.486.602,84	R\$ 7.248.142,11	R\$ 5.400,00	R\$ 83.729.344,95
7.1.2.3.1.01.00	CONTRATOS DE SEGUROS	R\$ 6.999,60	R\$ -	R\$ -	R\$ 6.999,60
7.1.2.3.1.02.00	CONTRATOS DE SERVIÇOS	R\$ 35.170.328,26	R\$ 5.968.699,90	R\$ 5.400,00	R\$ 41.133.628,16
7.1.2.3.1.03.00	CONTRATOS DE ALUGUÉIS	R\$ 449.303,19	R\$ -	R\$ -	R\$ 449.303,19
7.1.2.3.1.04.00	CONTRATOS DE FORNECIMENTO DE BENS	R\$ 10.240.823,24	R\$ 232.810,91	R\$ -	R\$ 10.473.634,15
7.1.2.3.1.10.00	CONTRATOS DE PPP - DO ENTE FEDERADO, EXCETO ESTATAIS NÃO DEPENDENTE	R\$ 1.972.568,82	R\$ -	R\$ -	R\$ 1.972.568,82
7.1.2.3.1.99.00	OUTROS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	R\$ 28.646.579,73	R\$ 1.046.631,30	R\$ -	R\$ 29.693.211,03

7.1.2.9.0.00.00	OUTROS ATOS POTENCIAIS PASSIVO	R\$ 88,93	R\$ -	R\$ -	R\$ 88,93
7.2.0.0.0.00.00	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	R\$ 40.953.350,05	R\$ 175.234.603,53	R\$ 21.658.605,68	R\$ 194.529.347,90
7.2.1.0.0.00.00	DISPONIBILIDADES POR DESTINAÇÃO	R\$ 40.953.350,05	R\$ 44.699.997,67	R\$ 20.961.783,52	R\$ 64.691.564,20
7.2.1.1.0.00.00	CONTROLE DA DISPONIBILIDADE DE RECURSOS	R\$ 40.953.350,05	R\$ 44.699.997,67	R\$ 20.961.783,52	R\$ 64.691.564,20
7.2.1.1.1.00.00	RECURSOS ORDINÁRIOS	R\$ 40.953.350,05	R\$ 27.323.266,05	R\$ 20.947.858,99	R\$ 47.328.757,11
7.2.1.1.2.00.00	RECURSOS VINCULADOS	R\$ -	R\$ 17.370.452,14	R\$ 7.709,27	R\$ 17.362.742,87
7.2.1.1.3.00.00	RECURSOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	R\$ -	R\$ 6.279,48	R\$ 6.215,26	R\$ 64,22
7.2.2.0.0.00.00	PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA	R\$ -	R\$ 130.534.605,86	R\$ 696.822,16	R\$ 129.837.783,70
7.2.2.1.0.00.00	CRONOGRAMA MENSAL DE DESEMBOLSO	R\$ -	R\$ 130.534.605,86	R\$ 696.822,16	R\$ 129.837.783,70
7.2.2.1.1.00.00	PROGRAMAÇÃO DE DESEMBOLSO MENSAL ORÇAMENTÁRIO	R\$ -	R\$ 130.534.605,86	R\$ 696.822,16	R\$ 129.837.783,70
7.2.2.1.1.01.00	CONTROLE DE DESEMBOLSO MENSAL - DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	R\$ -	R\$ 127.134.605,86	R\$ 696.822,16	R\$ 126.437.783,70
7.2.2.1.1.01.01	CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO MENSAL - FIXAÇÃO INICIAL	R\$ -	R\$ 119.600.000,00	R\$ -	R\$ 119.600.000,00
7.2.2.1.1.01.02	CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO MENSAL - ALTERAÇÃO ADICIONAL	R\$ -	R\$ 7.534.605,86	R\$ -	R\$ 7.534.605,86
7.2.2.1.1.01.09	(-) REDUÇÕES DO CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO MENSAL ORÇAMENTÁRIO	R\$ -	R\$ -	R\$ 696.822,16	-R\$ 696.822,16
7.2.2.1.1.03.00	PREVISÃO DO CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO MENSAL DAS TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS A CONCEDER	R\$ -	R\$ 3.400.000,00	R\$ -	R\$ 3.400.000,00
7.2.2.1.1.03.01	CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO MENSAL A TRANSFERIR - INICIAL	R\$ -	R\$ 3.400.000,00	R\$ -	R\$ 3.400.000,00
7.3.0.0.0.00.00	DÍVIDA ATIVA	R\$ 13.606.369,23	R\$ 46.305,99	R\$ 10.379,73	R\$ 13.642.295,49
7.3.2.0.0.00.00	CONTROLE DA INSCRIÇÃO DE CRÉDITOS EM DÍVIDA ATIVA	R\$ 13.606.369,23	R\$ 46.305,99	R\$ 10.379,73	R\$ 13.642.295,49
7.3.2.1.0.00.00	INSCRIÇÃO DE CRÉDITOS EM DÍVIDA ATIVA	R\$ 13.606.369,23	R\$ 46.305,99	R\$ 10.379,73	R\$ 13.642.295,49
7.3.2.1.1.00.00	INSCRIÇÃO DE CRÉDITOS EM DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	R\$ 13.071.386,52	R\$ 46.180,04	R\$ 10.324,63	R\$ 13.107.241,93
7.3.2.1.2.00.00	INSCRIÇÃO DE CRÉDITOS EM DÍVIDA ATIVA NÃO-TRIBUTÁRIA	R\$ 534.982,71	R\$ 125,95	R\$ 55,10	R\$ 535.053,56
7.9.0.0.0.00.00	OUTROS CONTROLES	R\$ 27.090.040,66	R\$ 42.640.253,70	R\$ 1.212.958,47	R\$ 68.517.335,89
7.9.5.0.0.00.00	CONTRAPARTIDA DE CONTROLES ESPECÍFICOS TCESP	R\$ 20.490.945,61	R\$ 4.116.334,46	R\$ 8.751,57	R\$ 24.598.528,50
7.9.5.2.0.00.00	CONTRAPARTIDA DE CONTROLES ESPECÍFICOS - PRECATÓRIOS	R\$ 617.385,71	R\$ -	R\$ -	R\$ 617.385,71
7.9.5.2.2.00.00	CONTRAPARTIDA DE PRECATÓRIOS - CONTROLE POR CREDORES	R\$ 617.385,71	R\$ -	R\$ -	R\$ 617.385,71
7.9.5.3.0.00.00	CONTRAPARTIDA DE ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS - SUPRIMENTO DE FUNDOS	R\$ 14.059,22	R\$ 11.630,00	R\$ -	R\$ 25.689,22
7.9.5.5.0.00.00	CONTRAPARTIDA DO CONTROLE FINANCEIRO POR DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS VALORES EM CONSIGNAÇÃO	R\$ 281.622,95	R\$ 2.949.454,88	R\$ 5.855,28	R\$ 3.225.222,55
7.9.5.6.0.00.00	CONTRAPARTIDA DIREITOS E OBRIGAÇÕES CONVENIADOS	R\$ 19.577.877,73	R\$ 1.155.249,58	R\$ 2.896,29	R\$ 20.730.231,02
7.9.6.0.0.00.00	CONTROLE DAS DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	R\$ 6.599.095,05	R\$ 38.523.919,24	R\$ 1.204.206,90	R\$ 43.918.807,39
7.9.6.1.0.00.00	CONTROLE FINANCEIRO DAS DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS DO EXERCÍCIO POR NOTA DE EMPENHO	R\$ -	R\$ 38.523.919,24	R\$ 1.204.206,90	R\$ 37.319.712,34
7.9.6.1.1.00.00	EMPENHOS LIQUIDADOS	R\$ -	R\$ 38.523.919,24	R\$ 1.202.250,00	R\$ 37.321.669,24
7.9.6.1.9.00.00	(-) SALDO DE ADIANTAMENTO NÃO UTILIZADO	R\$ -	R\$ -	R\$ 1.956,90	-R\$ 1.956,90
7.9.6.2.0.00.00	CONTROLE FINANCEIRO DAS DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	R\$ 6.599.095,05	R\$ -	R\$ -	R\$ 6.599.095,05
8.0.0.0.0.00.00	CONTROLES CREDORES	-R\$ 168.762.077,96	R\$ 434.277.003,32	R\$ 662.914.113,54	-R\$ 397.399.188,18
8.1.0.0.0.00.00	EXECUÇÃO DOS ATOS POTENCIAIS	-R\$ 87.112.318,02	R\$ 8.146.020,31	R\$ 41.743.911,19	-R\$ 120.710.208,90
8.1.1.0.0.00.00	EXECUÇÃO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	-R\$ 4.748.377,37	R\$ 614.650,04	R\$ 1.865.855,82	-R\$ 5.999.583,15
8.1.1.2.0.00.00	EXECUÇÃO DE DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES	-R\$ 4.748.377,37	R\$ 614.650,04	R\$ 1.865.855,82	-R\$ 5.999.583,15
8.1.1.2.1.00.00	EXECUÇÃO DE DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES - CONSOLIDAÇÃO	-R\$ 4.748.377,37	R\$ 614.650,04	R\$ 1.865.855,82	-R\$ 5.999.583,15
8.1.1.2.1.01.00	EXECUÇÃO DE CONVÊNIOS	-R\$ 3.911.257,16	R\$ 391.792,90	R\$ 1.153.438,62	-R\$ 4.672.902,88
8.1.1.2.1.01.01	CONVÊNIOS A RECEBER	-R\$ 3.911.257,16	R\$ 388.896,61	R\$ 764.542,01	-R\$ 4.286.902,56
8.1.1.2.1.01.04	CONVÊNIOS APROVADOS	R\$ -	R\$ 2.896,29	R\$ 388.896,61	-R\$ 386.000,32
8.1.1.2.1.99.00	OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES	-R\$ 837.120,21	R\$ 222.857,14	R\$ 712.417,20	-R\$ 1.326.680,27
8.1.1.2.1.99.01	OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES A RECEBER	-R\$ 837.120,21	R\$ 222.857,14	R\$ 489.560,06	-R\$ 1.103.823,13
8.1.1.2.1.99.04	OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES APROVADOS	R\$ -	R\$ -	R\$ 222.857,14	-R\$ 222.857,14
8.1.2.0.0.00.00	EXECUÇÃO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	-R\$ 82.363.940,65	R\$ 7.531.370,27	R\$ 39.878.055,37	-R\$ 114.710.625,75
8.1.2.2.0.00.00	EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÕES CONVENIADAS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES	-R\$ 3.807.248,88	R\$ 543.495,83	R\$ 25.647.438,82	-R\$ 28.911.191,87
8.1.2.2.1.00.00	EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÕES CONVENIADAS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES - CONSOLIDAÇÃO	-R\$ 3.807.248,88	R\$ 543.495,83	R\$ 25.647.438,82	-R\$ 28.911.191,87
8.1.2.2.1.01.00	EXECUÇÃO DE CONVÊNIOS	-R\$ 3.802.737,48	R\$ 543.495,83	R\$ 25.647.438,82	-R\$ 28.906.680,47

8.1.2.2.1.01.01	CONVÊNIOS A LIBERAR	-R\$ 3.802.737,48	R\$ 543.495,83	R\$ 25.103.942,99	-R\$ 28.363.184,64
8.1.2.2.1.01.04	CONVÊNIOS APROVADOS	R\$ -	R\$ -	R\$ 543.495,83	-R\$ 543.495,83
8.1.2.2.1.99.00	OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES	-R\$ 4.511,40	R\$ -	R\$ -	-R\$ 4.511,40
8.1.2.2.1.99.01	OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES A LIBERAR	-R\$ 4.511,40	R\$ -	R\$ -	-R\$ 4.511,40
8.1.2.3.0.00.00	EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	-R\$ 78.556.602,84	R\$ 6.987.874,44	R\$ 14.230.616,55	-R\$ 85.799.344,95
8.1.2.3.1.00.00	EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÕES -CONSOLIDAÇÃ	-R\$ 78.556.602,84	R\$ 6.987.874,44	R\$ 14.230.616,55	-R\$ 85.799.344,95
8.1.2.3.1.02.00	CONTRATOS DE SERVIÇOS	-R\$ 35.423.204,94	R\$ 5.699.175,98	R\$ 11.662.475,88	-R\$ 41.386.504,84
8.1.2.3.1.02.01	A EXECUTAR	-R\$ 35.423.204,94	R\$ 5.696.654,48	R\$ 5.971.221,40	-R\$ 35.697.771,86
8.1.2.3.1.02.02	EXECUTADOS	R\$ -	R\$ 2.521,50	R\$ 5.691.254,48	-R\$ 5.688.732,98
8.1.2.3.1.03.00	CONTRATOS DE ALUGUÉIS	-R\$ 259.834,65	R\$ 24.892,44	R\$ 24.892,44	-R\$ 259.834,65
8.1.2.3.1.03.01	A EXECUTAR	-R\$ 259.834,65	R\$ 24.892,44	R\$ -	-R\$ 234.942,21
8.1.2.3.1.03.02	EXECUTADOS	R\$ -	R\$ -	R\$ 24.892,44	-R\$ 24.892,44
8.1.2.3.1.04.00	CONTRATOS DE FORNECIMENTO DE BENS	-R\$ 10.324.865,33	R\$ 761.961,39	R\$ 994.772,30	-R\$ 10.557.676,24
8.1.2.3.1.04.01	A EXECUTAR	-R\$ 10.324.865,33	R\$ 761.961,39	R\$ 232.810,91	-R\$ 9.795.714,85
8.1.2.3.1.04.02	EXECUTADOS	R\$ -	R\$ -	R\$ 761.961,39	-R\$ 761.961,39
8.1.2.3.1.09.00	EXECUÇÃO DE CONTRATOS DE RATEIO DE CONSÓRCIOS PÚBLICOS	-R\$ 2.850,01	R\$ -	R\$ -	-R\$ 2.850,01
8.1.2.3.1.09.01	CONTRATOS DE RATEIO - A EXECUTAR	-R\$ 2.850,01	R\$ -	R\$ -	-R\$ 2.850,01
8.1.2.3.1.10.00	CONTRATOS DE PPP - DO ENTE FEDERADO, EXCETO ESTATAIS NÃO DEPENDENTE	-R\$ 68.483,13	R\$ -	R\$ -	-R\$ 68.483,13
8.1.2.3.1.10.01	CONTRATOS DE PPP - DO ENTE FEDERADO, EXCETO ESTATAIS NÃO DEPENDENTES - E	-R\$ 68.483,13	R\$ -	R\$ -	-R\$ 68.483,13
8.1.2.3.1.99.00	OUTRAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	-R\$ 32.477.364,78	R\$ 501.844,63	R\$ 1.548.475,93	-R\$ 33.523.996,08
8.1.2.3.1.99.01	OUTRAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS - A EXECUTAR	-R\$ 32.477.364,78	R\$ 501.844,63	R\$ 1.046.631,30	-R\$ 33.022.151,45
8.1.2.3.1.99.03	OUTRAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS - EXECUTADOS	R\$ -	R\$ -	R\$ 501.844,63	-R\$ 501.844,63
8.1.2.9.0.00.00	EXECUÇÃO DE OUTROS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	-R\$ 88,93	R\$ -	R\$ -	-R\$ 88,93
8.1.2.9.1.00.00	EXECUÇÃO DE OUTROS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS - CONSOLIDAÇÃ	-R\$ 88,93	R\$ -	R\$ -	-R\$ 88,93
8.2.0.0.0.00.00	EXECUÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	-R\$ 40.953.350,05	R\$ 386.706.128,59	R\$ 540.282.126,44	-R\$ 194.529.347,90
8.2.1.0.0.00.00	EXECUÇÃO DAS DISPONIBILIDADES POR DESTINAÇÃ	-R\$ 40.953.350,05	R\$ 195.186.252,75	R\$ 218.924.466,90	-R\$ 64.691.564,20
8.2.1.1.0.00.00	EXECUÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE RECURSOS	-R\$ 40.953.350,05	R\$ 195.186.252,75	R\$ 218.924.466,90	-R\$ 64.691.564,20
8.2.1.1.1.00.00	DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS	-R\$ 34.685.145,75	R\$ 111.395.155,51	R\$ 74.114.331,71	R\$ 2.595.678,05
8.2.1.1.1.01.00	RECURSOS DISPONÍVEIS PARA O EXERCÍCIO	-R\$ 34.685.145,75	R\$ 111.395.155,51	R\$ 74.114.331,71	R\$ 2.595.678,05
8.2.1.1.2.00.00	DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS COMPROMETIDA POR EMPENHC	-R\$ 3.960.696,15	R\$ 43.426.678,54	R\$ 64.983.651,50	-R\$ 25.517.669,11
8.2.1.1.2.01.00	DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS COMPROMETIDA POR EMPENHO - A LIQUIDAF	-R\$ 3.960.696,15	R\$ 43.426.678,54	R\$ 64.983.651,50	-R\$ 25.517.669,11
8.2.1.1.3.00.00	DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS COMPROMETIDA POR LIQUIDAÇÃO E ENTRADAS COMPENSATÓ	-R\$ 2.307.508,15	R\$ 40.335.293,61	R\$ 48.371.385,05	-R\$ 10.343.599,59
8.2.1.1.3.01.00	COMPROMETIDA POR LIQUIDAÇÃO	-R\$ 606.943,75	R\$ 34.660.534,41	R\$ 43.668.437,39	-R\$ 9.614.846,73
8.2.1.1.3.02.00	COMPROMETIDA POR CONSIGNAÇÕES/RETENÇÕES	-R\$ 1.512.015,04	R\$ 4.978.781,54	R\$ 4.154.855,14	-R\$ 688.088,64
8.2.1.1.3.03.00	COMPROMETIDA POR ENTRADAS COMPENSATÓRIAS	-R\$ 188.549,36	R\$ 695.977,66	R\$ 548.092,52	-R\$ 40.664,22
8.2.1.1.4.00.00	DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS DO EXERCÍCIO UTILIZADA	R\$ -	R\$ 29.125,09	R\$ 31.455.098,64	-R\$ 31.425.973,55
8.2.2.0.0.00.00	EXECUÇÃO DA PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA	R\$ -	R\$ 191.519.875,84	R\$ 321.357.659,54	-R\$ 129.837.783,70
8.2.2.1.0.00.00	CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO MENSAL DE DESEMBOLSO	R\$ -	R\$ 191.519.875,84	R\$ 321.357.659,54	-R\$ 129.837.783,70
8.2.2.1.1.00.00	EXECUÇÃO DO CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO MENSAL ORÇAMENTÁRIC	R\$ -	R\$ 191.519.875,84	R\$ 321.357.659,54	-R\$ 129.837.783,70
8.2.2.1.1.01.00	PROGRAMAÇÃO DE DESEMBOLSO MENSAL - DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	R\$ -	R\$ 190.368.095,84	R\$ 316.805.879,54	-R\$ 126.437.783,70
8.2.2.1.1.01.01	PROGRAMAÇÃO DE DESEMBOLSO MENSAL - DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS - A RECEBER	R\$ -	R\$ 143.344.298,88	R\$ 209.086.801,18	-R\$ 65.742.502,30
8.2.2.1.1.01.02	PROGRAMAÇÃO DE DESEMBOLSO MENSAL - DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS - RECEBIDA	R\$ -	R\$ 47.023.796,96	R\$ 107.719.078,36	-R\$ 60.695.281,40
8.2.2.1.1.03.00	EXECUÇÃO DO CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO MENSAL DAS TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS A CONCEDEF	R\$ -	R\$ 1.151.780,00	R\$ 4.551.780,00	-R\$ 3.400.000,00
8.2.2.1.1.03.01	PROGRAMAÇÃO DE DESEMBOLSO MENSAL A TRANSFERIR	R\$ -	R\$ 1.151.780,00	R\$ 3.415.120,00	-R\$ 2.263.340,00
8.2.2.1.1.03.02	PROGRAMAÇÃO DE DESEMBOLSO MENSAL TRANSFERIDA	R\$ -	R\$ -	R\$ 1.136.660,00	-R\$ 1.136.660,00
8.3.0.0.0.00.00	EXECUÇÃO DA DÍVIDA ATIVA	-R\$ 13.606.369,23	R\$ 1.158.776,49	R\$ 1.194.702,75	-R\$ 13.642.295,49
8.3.2.0.0.00.00	EXECUÇÃO DA INSCRIÇÃO DE CRÉDITOS EM DÍVIDA ATIVA	-R\$ 13.606.369,23	R\$ 1.158.776,49	R\$ 1.194.702,75	-R\$ 13.642.295,49
8.3.2.1.0.00.00	CRÉDITOS A INSCREVER EM DÍVIDA ATIVA	R\$ -	R\$ 56.685,72	R\$ 56.685,72	R\$ -

8.3.2.1.1.00.00	CRÉDITOS A INSCREVER EM DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	R\$ -	R\$ 56.504,67	R\$ 56.504,67	R\$ -
8.3.2.1.2.00.00	CRÉDITOS A INSCREVER EM DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA	R\$ -	R\$ 181,05	R\$ 181,05	R\$ -
8.3.2.3.0.00.00	CRÉDITOS INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA A RECEBER	-R\$ 13.606.369,23	R\$ 1.102.090,77	R\$ 434.740,11	-R\$ 12.939.018,57
8.3.2.3.1.00.00	CRÉDITOS INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA A RECEBER	-R\$ 13.060.182,65	R\$ 1.075.790,99	R\$ 434.614,16	-R\$ 12.419.005,82
8.3.2.3.1.01.00	CRÉDITOS INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA A RECEBER EM COBRANÇA ADMINISTRATIVA	-R\$ 13.060.182,65	R\$ 1.075.790,99	R\$ 434.614,16	-R\$ 12.419.005,82
8.3.2.3.2.00.00	CRÉDITOS INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA A RECEBER	-R\$ 546.186,58	R\$ 26.299,78	R\$ 125,95	-R\$ 520.012,75
8.3.2.3.2.01.00	CRÉDITOS INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA A RECEBER EM COBRANÇA ADMINISTRATIVA	-R\$ 546.186,58	R\$ 26.299,78	R\$ 125,95	-R\$ 520.012,75
8.3.2.4.0.00.00	CRÉDITOS INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA RECEBIDOS	R\$ -	R\$ -	R\$ 702.986,26	-R\$ 702.986,26
8.3.2.4.1.00.00	RECEBIMENTO DE CRÉDITOS INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	R\$ -	R\$ -	R\$ 676.749,17	-R\$ 676.749,17
8.3.2.4.1.01.00	RECEBIMENTO DE CRÉDITOS INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA EM COBRANÇA ADMINISTRATIVA	R\$ -	R\$ -	R\$ 676.749,17	-R\$ 676.749,17
8.3.2.4.2.00.00	RECEBIMENTOS DE CRÉDITOS INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA	R\$ -	R\$ -	R\$ 26.237,09	-R\$ 26.237,09
8.3.2.4.2.01.00	RECEBIMENTOS DE CRÉDITOS INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA EM COBRANÇA ADMINISTRATIVA	R\$ -	R\$ -	R\$ 26.237,09	-R\$ 26.237,09
8.3.2.5.0.00.00	BAIXA DE CRÉDITOS INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA	R\$ -	R\$ -	R\$ 290,66	-R\$ 290,66
8.3.2.5.1.00.00	BAIXAS DE CRÉDITOS INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	R\$ -	R\$ -	R\$ 283,07	-R\$ 283,07
8.3.2.5.1.01.00	BAIXAS DE CRÉDITOS INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA - COBRANÇA ADMINISTRATIVA	R\$ -	R\$ -	R\$ 283,07	-R\$ 283,07
8.3.2.5.2.00.00	BAIXAS DE CRÉDITOS INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA NÃO-TRIBUTÁRIA	R\$ -	R\$ -	R\$ 7,59	-R\$ 7,59
8.3.2.5.2.01.00	BAIXAS DE CRÉDITOS INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA EM COBRANÇA ADMINISTRATIVA	R\$ -	R\$ -	R\$ 7,59	-R\$ 7,59
8.9.0.0.0.00.00	OUTROS CONTROLES	-R\$ 27.090.040,66	R\$ 38.266.077,93	R\$ 79.693.373,16	-R\$ 68.517.335,89
8.9.5.0.0.00.00	CONTROLES ESPECÍFICOS TCESP	-R\$ 20.490.945,61	R\$ 4.026.704,80	R\$ 8.134.287,69	-R\$ 24.598.528,50
8.9.5.2.0.00.00	CONTROLES ESPECÍFICOS - PRECATÓRIOS - REGIME ESPECIAL/ORDINÁRIC	-R\$ 617.385,71	R\$ -	R\$ -	-R\$ 617.385,71
8.9.5.2.2.00.00	PRECATÓRIOS - CONTROLE POR CREDORES	-R\$ 617.385,71	R\$ -	R\$ -	-R\$ 617.385,71
8.9.5.2.2.01.00	PRECATÓRIOS DE PESSOAL	-R\$ 613.430,05	R\$ -	R\$ -	-R\$ 613.430,05
8.9.5.2.2.01.01	PRECATÓRIOS DE PESSOAL - REGIME ORDINÁRIO	-R\$ 35.010,88	R\$ -	R\$ -	-R\$ 35.010,88
8.9.5.2.2.01.02	PRECATÓRIOS DE PESSOAL - REGIME ESPECIAL	-R\$ 578.419,17	R\$ -	R\$ -	-R\$ 578.419,17
8.9.5.2.2.03.00	PRECATÓRIOS DE FORNECEDORES/CONTAS A PAGAR NACIONAIS	-R\$ 3.955,66	R\$ -	R\$ -	-R\$ 3.955,66
8.9.5.2.2.03.01	PRECATÓRIOS DE FORNECEDORES/CONTAS A PAGAR NACIONAIS - REGIME ORDINÁRIC	-R\$ 3.955,66	R\$ -	R\$ -	-R\$ 3.955,66
8.9.5.3.0.00.00	CONTROLE DE ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS/SUPRIMENTO DE FUNDOS	-R\$ 14.059,22	R\$ 8.909,22	R\$ 20.539,22	-R\$ 25.689,22
8.9.5.3.1.00.00	ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	-R\$ 14.059,22	R\$ 8.909,22	R\$ 11.630,00	-R\$ 16.780,00
8.9.5.3.2.00.00	BAIXA DE ADIANTAMENTOS - VALOR UTILIZADO	R\$ -	R\$ -	R\$ 5.927,99	-R\$ 5.927,99
8.9.5.3.3.00.00	BAIXA DE ADIANTAMENTOS - VALOR DEVOLVIDO	R\$ -	R\$ -	R\$ 2.981,23	-R\$ 2.981,23
8.9.5.5.0.00.00	CONTROLE FINANCEIRO DAS CONSIGNAÇÕES POR DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	-R\$ 281.622,95	R\$ 3.866.149,29	R\$ 6.809.748,89	-R\$ 3.225.222,55
8.9.5.5.1.00.00	CONSIGNAÇÕES A PAGAR	-R\$ 281.622,95	R\$ 3.866.149,29	R\$ 4.313.204,83	-R\$ 728.678,49
8.9.5.5.2.00.00	CONSIGNAÇÕES PAGAS	R\$ -	R\$ -	R\$ 2.496.544,06	-R\$ 2.496.544,06
8.9.5.6.0.00.00	DIREITOS E OBRIGAÇÕES CONVENIADOS	-R\$ 19.577.877,73	R\$ 151.646,29	R\$ 1.303.999,58	-R\$ 20.730.231,02
8.9.5.6.1.00.00	AUXÍLIOS, SUBVENÇÕES E CONTRIBUIÇÕES	-R\$ 7.877.614,32	R\$ 148.750,00	R\$ 915.102,97	-R\$ 8.643.967,29
8.9.5.6.1.01.00	AUXÍLIOS, SUBVENÇÕES E CONTRIBUIÇÕES CONCEDIDOS	-R\$ 6.209.130,40	R\$ 148.750,00	R\$ 692.245,83	-R\$ 6.752.626,23
8.9.5.6.1.02.00	AUXÍLIOS, SUBVENÇÕES E CONTRIBUIÇÕES RECEBIDOS	-R\$ 1.668.483,92	R\$ -	R\$ 222.857,14	-R\$ 1.891.341,06
8.9.5.6.2.00.00	OUTROS CONVÊNIOS	-R\$ 11.700.263,41	R\$ 2.896,29	R\$ 388.896,61	-R\$ 12.086.263,73
8.9.5.6.2.02.00	OUTROS CONVÊNIOS RECEBIDOS	-R\$ 11.700.263,41	R\$ 2.896,29	R\$ 388.896,61	-R\$ 12.086.263,73
8.9.6.0.0.00.00	CONTROLE FINANCEIRO DAS DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	-R\$ 6.599.095,05	R\$ 34.239.373,13	R\$ 71.559.085,47	-R\$ 43.918.807,39
8.9.6.1.0.00.00	CONTROLE FINANCEIRO DAS DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS DO EXERCÍCIO POR NOTA DE EMPENHO	R\$ -	R\$ 29.330.849,20	R\$ 66.650.561,54	-R\$ 37.319.712,34
8.9.6.1.1.00.00	EMPENHOS LIQUIDADOS A PAGAR	R\$ -	R\$ 29.301.788,51	R\$ 38.551.023,03	-R\$ 9.249.234,52
8.9.6.1.2.00.00	EMPENHOS LIQUIDADOS E PAGOS	R\$ -	R\$ 27.103,79	R\$ 28.099.538,51	-R\$ 28.072.434,72
8.9.6.1.9.00.00	(-) DEVOLUÇÃO DE SALDO DE ADIANTAMENTO NÃO UTILIZADO	R\$ -	R\$ 1.956,90	R\$ -	R\$ 1.956,90
8.9.6.2.0.00.00	CONTROLE FINANCEIRO DAS DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-R\$ 6.599.095,05	R\$ 4.908.523,93	R\$ 4.908.523,93	-R\$ 6.599.095,05
8.9.6.2.1.00.00	RESTOS A PAGAR PROCESSADO	-R\$ 528.232,48	R\$ 413.857,31	R\$ 413.857,31	-R\$ 528.232,48
8.9.6.2.1.01.00	RESTOS A PAGAR PROCESSADO A PAGAR	-R\$ 528.232,48	R\$ 413.857,31	R\$ -	-R\$ 114.375,17
8.9.6.2.1.02.00	RESTOS A PAGAR PROCESSADO E PAGOS	R\$ -	R\$ -	R\$ 413.857,31	-R\$ 413.857,31

8.9.6.2.2.00.00	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO	-R\$ 6.070.862,57	R\$ 4.494.666,62	R\$ 4.494.666,62	-R\$ 6.070.862,57
8.9.6.2.2.01.00	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO A LIQUIDAR	-R\$ 5.992.150,30	R\$ 2.364.518,37	R\$ 5.042,20	-R\$ 3.632.674,13
8.9.6.2.2.02.00	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO LIQUIDADO A PAGAR	-R\$ 78.712,27	R\$ 2.130.008,23	R\$ 2.302.533,00	-R\$ 251.237,04
8.9.6.2.2.03.00	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO LIQUIDADO E PAGOS	R\$ -	R\$ 140,02	R\$ 2.124.966,03	-R\$ 2.124.826,01
8.9.6.2.2.04.00	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO CANCELADO	R\$ -	R\$ -	R\$ 62.125,39	-R\$ 62.125,39



ANEXO 14A - QUADRO DEMONSTRATIVO DAS CONTAS ANALÍTICAS DO ATIVO E PASSIVO FINANCEIRO

Município: Guariba	Exercício: 2019
Poder: EXECUTIVO	Mês: 14
Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA	EM R\$

ATIVO FINANCEIRO		
TÍTULOS	VALOR	
	Exercício Atual	Exercício Anterior
Caixa e Equivalentes de Caixa	26.150.037,06	24.794.090,09
Créditos e Valores	130.869,28	130.869,28
TOTAL	26.280.906,34	24.924.959,37

PASSIVO FINANCEIRO		
TÍTULOS	VALOR	
	Exercício Atual	Exercício Anterior
<u>Restos a Pagar Processados/Não Processados em Liquidação e Não Processados a Pagar</u>	<u>1.120.292,62</u>	<u>1.235.373,20</u>
Pessoal a Pagar	11.580,57	7.242,83
Encargos Sociais	0,00	1.707,56
Fornecedores/Contas a Pagar	661.755,59	1.049.187,67
Obrigações Fiscais	112.313,07	56.011,50
Demais Obrigações	334.643,39	121.223,64
<u>Restos a Pagar não Processados</u>	<u>5.992.150,30</u>	<u>4.634.629,13</u>
TOTAL	7.112.442,92	5.870.002,33



Relatório de Gestão Fiscal - Poder Executivo

Período: 1º Quadrimestre / 2019

Município: Guariba

QUADRO COMPARATIVO COM OS LIMITES DA LRF:		R\$	%
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		110.189.024,89	100,0000 %
DESPESAS TOTAIS COM PESSOAL			
Montante		55.189.401,67	50,0861 %
Limite Máximo (art. 20 LRF)		59.502.073,44	54,0000 %
Limite Prudencial 95% (par. único art. 22 LRF)		56.526.969,77	51,3000 %
Excesso a Regularizar		0,00	0,0000 %
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA			
Saldo Devedor		-31.426.011,95	-28,5201 %
Limite Legal (art.s 3º e 4º Res. 40 Senado)		132.226.829,87	120,0000 %
Excesso a Regularizar		0,00	0,0000 %
CONCESSÕES DE GARANTIAS			
Montante		0,00	0,0000 %
Limite Legal (art. 9º Res. 43 Senado)		24.241.585,48	22,0000 %
Excesso a Regularizar		0,00	0,0000 %
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (exceto ARO)			
Realizadas no Período		0,00	0,0000 %
Limite Legal (inc. I art. 7º Res. 43 Senado)		17.630.243,98	16,0000 %
Excesso a Regularizar		0,00	0,0000 %
ANTECIPAÇÃO DE RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS			
Saldo Devedor		0,00	0,0000 %
Limite Legal (art. 10 Res. 43 Senado)		7.713.231,74	7,0000 %
Excesso a Regularizar		0,00	0,0000 %

ANEXO A - Tabela de Competência

Período de análise: Maio/2018 a Abril/2019

Município: Guariba

Última competência disponível para o período em análise:

Entidade	Competência*
CÂMARA MUNICIPAL DE GUARIBA	04/2019
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA	04/2019

* Competência: Se refere ao último balancete enviado pelo órgão, referente ao período de análise deste demonstrativo, utilizado para gerar os resultados das análises.

Data de geração: 13/07/2019 12:11



Relatório de Gestão Fiscal - Poder Executivo

Período: 2º Quadrimestre / 2019

Município: Guariba

QUADRO COMPARATIVO COM OS LIMITES DA LRF:		R\$	%
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		109.975.781,77	100,0000 %
DESPESAS TOTAIS COM PESSOAL			
Montante		55.914.512,72	50,8426 %
Limite Máximo (art. 20 LRF)		59.386.922,16	54,0000 %
Limite Prudencial 95% (par. único art. 22 LRF)		56.417.576,05	51,3000 %
Excesso a Regularizar		0,00	0,0000 %
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA			
Saldo Devedor		-26.656.915,59	-24,2389 %
Limite Legal (art.s 3º e 4º Res. 40 Senado)		131.970.938,12	120,0000 %
Excesso a Regularizar		0,00	0,0000 %
CONCESSÕES DE GARANTIAS			
Montante		0,00	0,0000 %
Limite Legal (art. 9º Res. 43 Senado)		24.194.671,99	22,0000 %
Excesso a Regularizar		0,00	0,0000 %
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (exceto ARO)			
Realizadas no Período		0,00	0,0000 %
Limite Legal (inc. I art. 7º Res. 43 Senado)		17.596.125,08	16,0000 %
Excesso a Regularizar		0,00	0,0000 %
ANTECIPAÇÃO DE RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS			
Saldo Devedor		0,00	0,0000 %
Limite Legal (art. 10 Res. 43 Senado)		7.698.304,72	7,0000 %
Excesso a Regularizar		0,00	0,0000 %

ANEXO A - Tabela de Competência

Período de análise: Setembro/2018 a Agosto/2019

Município: Guariba

Última competência disponível para o período em análise:

Entidade	Competência*
CÂMARA MUNICIPAL DE GUARIBA	08/2019
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA	08/2019

* Competência: Se refere ao último balancete enviado pelo órgão, referente ao período de análise deste demonstrativo, utilizado para gerar os resultados das análises.

Data de geração: 01/10/2019 22:31



Relatório de Gestão Fiscal - Poder Executivo

Período: 3º Quadrimestre / 2019

Município: Guariba

QUADRO COMPARATIVO COM OS LIMITES DA LRF:		R\$	%
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		118.905.256,02	100,0000 %
DESPESAS TOTAIS COM PESSOAL			
Montante		56.961.693,51	47,9051 %
Limite Máximo (art. 20 LRF)		64.208.838,25	54,0000 %
Limite Prudencial 95% (par. único art. 22 LRF)		60.998.396,34	51,3000 %
Excesso a Regularizar		0,00	0,0000 %
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA			
Saldo Devedor		-25.475.890,31	-21,4254 %
Limite Legal (art.s 3º e 4º Res. 40 Senado)		142.686.307,22	120,0000 %
Excesso a Regularizar		0,00	0,0000 %
CONCESSÕES DE GARANTIAS			
Montante		0,00	0,0000 %
Limite Legal (art. 9º Res. 43 Senado)		26.159.156,32	22,0000 %
Excesso a Regularizar		0,00	0,0000 %
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (exceto ARO)			
Realizadas no Período		0,00	0,0000 %
Limite Legal (inc. I art. 7º Res. 43 Senado)		19.024.840,96	16,0000 %
Excesso a Regularizar		0,00	0,0000 %
ANTECIPAÇÃO DE RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS			
Saldo Devedor		0,00	0,0000 %
Limite Legal (art. 10 Res. 43 Senado)		8.323.367,92	7,0000 %
Excesso a Regularizar		0,00	0,0000 %

ANEXO A - Tabela de Competência

Período de análise: Janeiro/2019 a Dezembro/2019

Município: Guariba

Última competência disponível para o período em análise:

Entidade	Competência*
CÂMARA MUNICIPAL DE GUARIBA	13/2019
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA	13/2019

* Competência: Se refere ao último balancete enviado pelo órgão, referente ao período de análise deste demonstrativo, utilizado para gerar os resultados das análises.

Data de geração: 15/02/2020 00:30



Relatório de Gestão Fiscal - Poder Executivo

Período: 1º Quadrimestre / 2020

Município: Guariba

QUADRO COMPARATIVO COM OS LIMITES DA LRF:		R\$	%
RCL AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO		119.017.603,16	100,0000 %
RCL AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL		119.017.603,16	100,0000 %
DESPESAS TOTAIS COM PESSOAL			
Montante		60.445.916,33	50,7874 %
Limite Máximo (art. 20 LRF)		64.269.505,71	54,0000 %
Limite Prudencial 95% (par. único art. 22 LRF)		61.056.030,42	51,3000 %
Excesso a Regularizar		0,00	0,0000 %
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA			
Saldo Devedor		-32.961.093,78	-27,6943 %
Limite Legal (art.s 3º e 4º Res. 40 Senado)		142.821.123,79	120,0000 %
Excesso a Regularizar		0,00	0,0000 %
CONCESSÕES DE GARANTIAS			
Montante		0,00	0,0000 %
Limite Legal (art. 9º Res. 43 Senado)		26.183.872,70	22,0000 %
Excesso a Regularizar		0,00	0,0000 %
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (exceto ARO)			
Realizadas no Período		0,00	0,0000 %
Limite Legal (inc. I art. 7º Res. 43 Senado)		19.042.816,51	16,0000 %
Excesso a Regularizar		0,00	0,0000 %
ANTECIPAÇÃO DE RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS			
Saldo Devedor		0,00	0,0000 %
Limite Legal (art. 10 Res. 43 Senado)		8.331.232,22	7,0000 %
Excesso a Regularizar		0,00	0,0000 %

ANEXO A - Tabela de Competência

Período de análise: Maio/2019 a Abril/2020

Município: Guariba

Última competência disponível para o período em análise:

Entidade	Competência*
CÂMARA MUNICIPAL DE GUARIBA	04/2020
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA	04/2020

* Competência: Se refere ao último balancete enviado pelo órgão, referente ao período de análise deste demonstrativo, utilizado para gerar os resultados das análises.

Data de geração: 29/06/2020 23:52



Demonstrativo de Apuração da Receita Corrente Líquida - R.C.L.

Período: 2º Bim / 1º Quadr. / 2020

Município: Guariba

Evolução da Receita Realizada nos Últimos Doze Meses

RECEITAS CORRENTES													
Especificação	05/2019	06/2019	07/2019	08/2019	09/2019	10/2019	11/2019	12/2019	01/2020	02/2020	03/2020	04/2020	Total
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	860.486,90	939.838,82	2.861.184,47	1.491.689,10	1.349.536,19	1.289.400,04	1.310.179,13	1.569.803,80	757.783,81	956.443,44	1.072.111,86	584.519,70	15.042.977,26
CONTRIBUIÇÕES	0,00	116.558,15	278.229,02	124.872,23	123.414,91	121.155,00	13.406,47	411.160,85	3.015,19	131.206,07	124.509,07	119.452,39	1.566.979,35
RECEITA PATRIMONIAL	88.597,52	65.217,15	73.952,40	69.208,04	58.872,97	64.047,66	44.809,74	81.865,32	47.981,01	82.540,03	24.807,38	5.712,52	707.611,74
RECEITA DE SERVIÇOS	9.189,61	7.885,54	12.682,65	6.045,88	5.227,70	4.584,99	6.463,17	10.615,08	21.139,10	24.851,17	8.737,54	3.208,19	120.630,62
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	7.783.752,62	7.479.840,18	10.214.236,24	7.345.188,23	6.507.487,98	9.966.906,99	8.603.943,94	15.040.478,48	10.538.112,29	10.245.922,91	9.155.250,14	7.950.389,90	110.831.509,90
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	19.103,98	32.988,63	15.499,23	23.268,41	23.006,48	1.735.504,43	57.651,73	801.249,26	18.445,49	23.554,76	26.330,25	43.488,90	2.820.091,55
TOTAL RECEITAS CORRENTES	8.761.130,63	8.642.328,47	13.455.784,01	9.060.271,89	8.067.546,23	13.181.599,11	10.036.454,18	17.915.172,79	11.386.476,89	11.464.518,38	10.411.746,24	8.706.771,60	131.089.800,42
DEDUÇÕES													
Especificação	05/2019	06/2019	07/2019	08/2019	09/2019	10/2019	11/2019	12/2019	01/2020	02/2020	03/2020	04/2020	Total
DEDUÇÕES DE RECEITA PARA FORMAÇÃO DO FUNDEB	959.303,11	838.345,20	966.111,06	864.264,01	746.214,63	1.175.201,04	980.881,26	1.310.998,63	1.246.722,61	1.233.411,46	1.019.484,35	731.259,90	12.072.197,26
TOTAL DEDUÇÕES	959.303,11	838.345,20	966.111,06	864.264,01	746.214,63	1.175.201,04	980.881,26	1.310.998,63	1.246.722,61	1.233.411,46	1.019.484,35	731.259,90	12.072.197,26
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA													119.017.603,16
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO													119.017.603,16
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas da bancada (art. 166-A, § 16, da CF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL													119.017.603,16

ANEXO A - Tabela de Competência

Período de análise: Maio/2019 a Abril/2020

Município: Guariba

Última competência disponível para o período em análise:

Entidade	Competência*
CÂMARA MUNICIPAL DE GUARIBA	04/2020
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA	04/2020

* Competência: Se refere ao último balancete enviado pelo órgão, referente ao período de análise deste demonstrativo, utilizado para gerar os resultados das análises.

Página 2 de2

Data de geração: 29/06/2020 23:52

Tribunal de Contas de Ribeirão Preto SP

Auditor Jefferson de Souza Correia

Venho por meio desta, a par de meus cordiais cumprimentos, e em atenção ao questionamento formulado no e-mail de 13/07/2020 as 11:34 horas, informar as receitas lançadas:

Cód. Aplic.	Fonte	Categoria	Mês	Rúbrica	Vlr.
350.0000	5	1.7.1.8.03.9.1.06.0000	Maio	259	100.000,00
350.0000	5	1.7.1.8.03.9.1.06.0000	Maio	259	100.000,00
350.0000	5	1.7.1.8.03.9.1.06.0000	Maio	259	80.000,00
350.0000	5	1.7.1.8.03.9.1.06.0000	Maio	259	100.000,00
350.0000	5	1.7.1.8.03.2.1.07.0000	Abril	244	300.000,00
350.0000	5	1.7.1.8.03.2.1.07.0000	Maio	244	150.000,00
		TOTAL			830.000,00

Em relação ao valor de **178.285,71**, estamos dando busca em nossos arquivos para localização.

Sem mais

Guariba, 14 de Julho de 2020.

JOVENIL COTTORELLO JUNIOR

Tesoureiro

Transparência - Prefeitura de Gu...
 Não seguro | guaribasp.gov.br/portal-da-transparencia

GUARIBA
 PREFEITURA MUNICIPAL

CIDADE SECRETARIAS NOTÍCIAS TURISMO SERVIÇOS PORTAL DA TRANSPARÊNCIA CONTATO

CÓVID-19

Caso o portal demore para responder, clique aqui

GOVBR
 GOVERNANÇA BRASIL

Administração | Receitas | Despesas | Transferências Financeiras | Transferências Voluntárias | Credores | Gestão de Pessoas | Informações Contábeis | Publicações

Última Atualização em: 13/07/2020

Voltar | Imprimir | Exportar PDF | Exportar Excel | Exportar CSV | Exportar ODT | Exportar ODS

Filtros Utilizados

Exercício: 2020 Período: 01/04/2020 a 31/05/2020

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

Histórico de Navegação

Descrição	Previsão Atualizada Bruta	Previsão das Deduções FUNDEB	Previsão das Deduções Demais	Previsão Atualizada Líquida	Arrecadação Bruta	Deduções das Arrecadações FUNDEB	Deduções das Arrecadações Demais	Arrecadação Líquida
Repêrie Recursos Transf. e Convênios Federais	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 4.034.170,77	R\$ 0,00	R\$ 2.249,83	R\$ 4.029.900,92
Desdobramento: 350.0000 - BLOCO DE CUSTEIO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 450.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 450.000,00

Receita por Desdobramento Livre - 1

Descrição	Previsão Atualizada Bruta	Previsão das Deduções FUNDEB	Previsão das Deduções Demais	Previsão Atualizada Líquida	Arrecadação Bruta	Deduções das Arrecadações FUNDEB	Deduções das Arrecadações Demais	Arrecadação Líquida	Data da Arrecadação
1.7.1.8.03.2.1.07 - Incremento Temporário Custeio Serviços Assistência Hosp/Amb	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 300.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 300.000,00	09/04/2020
1.7.1.8.03.2.1.07 - Incremento Temporário Custeio Serviços Assistência Hosp/Amb	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 150.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 150.000,00	04/05/2020

GOVBR TB 520.01.12-002 Av. Evaristo Vaz, 1190 Centro - CEP: 14840-000 - Telefone: (16) 3251-9422

Atendimento: 08:00 às 17:00

Contato: controladoria@guariba.sp.gov.br

Ana Paula Vicentini

Prefeitura Municipal de Guariba

Endereço: Avenida Evaristo Vaz, 1190
 Centro - CEP 14840-000
 Telefone: (16) 3251-9422

Secretarias

Desenvolvimento Econômico e Turismo
 Administração
 Esportes

Finanças e Orçamento
 Emprego e Relações do Trabalho
 Educação

16:22
 14/07/2020



TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DE SÃO PAULO

AUD@SP

Apuração do Cumprimento do Art. 42 da L.R.F.

Poder: EXECUTIVO

Município: Guariba

Apuração do Mês 04 / 2020 (último ano de mandato)

Disponibilidade Financeira no final do período	33.245.276,52
(-) Saldo de Restos a Pagar até o período	365.612,21
(-) Empenhos Liquidados a Pagar até o período	9.249.234,52
(-) Saldo da Despesa Empenhada a Liquidar	21.884.994,98
(-) Valores Restituíveis	405.347,47
(=) Liquidez do Período (superávit)	1.340.087,34
(+) Saldo da Receita Prevista a Realizar	84.592.800,73
(-) Saldo da Despesa Autorizada a Empenhar	67.233.076,38
(-) Saldo das Transferências Financeiras a Realizar	2.263.340,00
(=) Liquidez Projetada (superávit)	16.436.471,69

ANEXO A - Tabela de Competência

Período de análise: Maio/2019 a Abril/2020

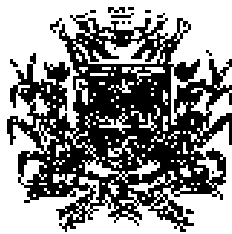
Município: Guariba

Última competência disponível para o período em análise:

Entidade	Competência*
CÂMARA MUNICIPAL DE GUARIBA	04/2020
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA	04/2020

* Competência: Se refere ao último balancete enviado pelo órgão, referente ao período de análise deste demonstrativo, utilizado para gerar os resultados das análises.

Data de geração: 04/07/2020 00:52



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 49.864.304/0001 80

D E C L A R A Ç Ã O

(item "18")

ROSEMEIRE GUMIERI, Diretora do Departamento de Gestão Pública do Município de Guariba, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, **DECLARA** para os fins que se fizeram necessários, especialmente junto ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, que:

- a) **Houve** no exercício de 2019, Revisão Geral Anual das remunerações dos servidores, comissionados e agentes políticos, através da Lei Municipal nº 3.251, de 30/05/2019 (cópia em anexo).
- b) **Não houve** no exercício de 2020, Revisão Geral Anual das remunerações dos servidores, comissionados e agentes políticos.
- c) No exercício de 2020, através do Decreto nº 3.746, de 27/02/20, houve fixação do piso salarial profissional nacional das carreiras de **AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE E DE AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS**, para jornada de 40 horas semanais, a partir de 01/01/2020 (cópia do decreto em anexo).

A referido é verdade e dá fé.

Guariba, 08 de Junho de 2020.

ROSEMEIRE GUMIERI

Diretora do Departamento de Gestão Pública



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 46.804.706/0001-01

LEI COMPLEMENTAR Nº 3.251 - DE 30 DE MAIO DE 2019

DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL DA REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR E DOS SUBSÍDIOS DE SECRETÁRIOS MUNICIPAIS, PREFEITO E VICE-PREFEITO MUNICIPAL, A PARTIR DE 01/05/2019, COM FUNDAMENTO NO INCISO X, DO ARTIGO 37, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS

A CÂMARA MUNICIPAL DE GUARIBA, Estado de São Paulo, em Sessão Extraordinária realizada neste dia 30 de Maio de 2019, **APROVOU** e em – **DR. FRANCISCO DIAS MANGANO JUNIOR** - Prefeito Municipal sancionou e promulga a seguinte ...

LEI COMPLEMENTAR:

Art. 1º. Para a revisão geral anual da remuneração dos servidores municipais, com fundamento no artigo 37, inciso X, da Constituição Federal, ficam reajustados em 5,00% (cinco pontos percentuais) os valores nominais das faixas referenciais dos salários mensais do sistema remuneratório atualmente em vigor, com base na variação acumulada nos últimos 12 meses apuradas dentro do INPC/IBGE - (maio de 2018 a abril de 2019)- observado a seguinte tabela específica:

- TABELA DE REFERÊNCIAS SALARIAIS DO SISTEMA REMUNERATÓRIO -

Número da Ordem	Salários Atuais	A partir de 01/05/2019
1	R\$ 1.056,12	1.108,93
2	R\$ 1.056,12	1.108,93
3	R\$ 1.130,40	1.186,92
4	R\$ 1.189,39	1.248,86
5	R\$ 1.287,90	1.352,30
6	R\$ 1.386,41	1.455,74
7	R\$ 1.745,04	1.830,20
8	R\$ 1.839,07	1.931,63
9	R\$ 1.960,93	2.058,98
10	R\$ 2.006,12	2.106,43
11	R\$ 2.085,70	2.189,99
12	R\$ 2.178,81	2.287,76
13	R\$ 2.256,87	2.369,72
14	R\$ 2.405,88	2.526,18
15	R\$ 2.507,64	2.633,05
16	R\$ 2.775,29	2.914,06
17	R\$ 3.021,58	3.172,66
18	R\$ 3.135,93	3.292,73
19	R\$ 3.300,37	3.465,39
20	R\$ 3.372,87	3.541,52
21	R\$ 3.579,15	3.758,11
22	R\$ 4.026,53	4.227,86
23	R\$ 4.716,44	4.952,27
24	R\$ 5.017,50	5.258,38



Prefeitura Municipal de Guaribá

ESTADO DE SÃO PAULO

CEP: 13.045-000

25	R\$ 6.411,22	6.731,79
26	R\$ 11.930,47	12.527,00
27	R\$ 7.422,24	7.792,36
28	R\$ 8.264,48	8.677,70
29	R\$ 8.685,60	9.119,88
30	R\$ 9.432,83	9.964,48

Parágrafo Único. Aplicam-se as disposições deste artigo, nas mesmas bases, condições, percentual e datas, a quaisquer espécies remuneratórias, especialmente:

I - aos salários dos servidores em geral, inclusive, dos contratados temporariamente, antigos vencimentos de funcionários e proventos de aposentadoria, e às pensões, normais e vitalícias, pagas pela Prefeitura;

II - à remuneração dos membros titulares do Conselho Tutelar, atualizada, pela última vez, através da Lei Complementar nº 2.898, de 28 de maio de 2015, que passa a vigorar, a partir de 1º de maio de 2019, no valor mensal de R\$ 1.964,84.

Art. 2º. Para efeito de revisão geral anual dos subsídios dos secretários municipais, Prefeito e Vice-Prefeito, com fundamento no artigo 37, inciso X, da Constituição Federal, aplicar-se-á o mesmo o índice de variação, à razão de 5,00% (cinco pontos percentuais), apurados dentro INPC/IBGE (maio de 2018 a abril de 2019), para reposição das perdas inflacionárias acumuladas no período de um ano.

Art. 3º. O auxílio alimentação, que é pago, mensalmente, por meio de cartão magnético a todos os servidores municipais, aos membros efetivos do Conselho Tutelar, e aos servidores estaduais municipalizados, nas áreas da educação e saúde, será mantido, a partir do dia 1º de maio de 2019, com o mesmo valor nominal atual de R\$ 515,00 (quinhentos e quinze reais).

Art. 4º. As despesas decorrentes da execução desta lei complementar correrão à conta de dotações próprias consignadas na lei orçamentária anual, do exercício financeiro de 2019, suplementadas se for necessário, na forma da legislação em vigor.

Art. 5º. Esta lei complementar entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos financeiros a partir de 1º de maio de 2019.

Guaribá, 30 de maio de 2019.

DR. FRANCISCO DIAS MANÇANO JÚNIOR
Prefeito Municipal

Registrada em livro próprio, no Departamento de Gestão Pública, afixada no local de costume, no quadro de avisos da sede da Prefeitura, na mesma data, e mandado publicar na Imprensa Oficial do Município, criada pela Lei municipal nº 3.119/2018, com circulação diária, na forma eletrônica, nos termos do artigo 40 e 5º, da Lei Orgânica do Município.

ROSEMEIRE GUMERI
Diretora do Departamento de Gestão Pública



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 07.044.034/0007-20

DECRETO Nº 3.746 – DE 27 DE FEVEREIRO DE 2022.

DISPÕE SOBRE A FIXAÇÃO DO PISO SALARIAL PROFISSIONAL NACIONAL DAS CARREIRAS DE AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE E DE AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS, PARA JORNADA DE TRABALHO DE 40 HORAS SEMANAIS, A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2020, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Dr. Francisco Dias Mariano Júnior, Prefeito do Município de Guariba, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 73, incisos IX, XIII e XXX, da Lei Orgânica do Município, observadas as disposições pertinentes da Lei Complementar municipal nº 2.844, de 23 de outubro de 2014, e

Considerando que a Lei federal nº 12.994, de 2014, incluiu o artigo 9º-A e um §§ 1º e 2º, após o artigo 9º, da Lei federal nº 11.350, de 2006, para estabelecer o piso salarial profissional nacional das carreiras de agente comunitário de saúde e de agente de combate às endemias, a fim de que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios não possam fixar o vencimento inicial para jornada de trabalho de 40 horas semanais, abaixo de R\$ 1.250,00, a partir de 01/01/2019; de R\$ 1.400,00, a partir de 01/01/2020; e, R\$ 1.550,00, a partir de 01/01/2021, e então somente reajustá-lo, anualmente, em 1º de janeiro, a partir do ano de 2022...

DECRETA:

Artigo 1º - Em cumprimento ao disposto nos artigos 2º, § 1º, 3º, §§ 2º e 2º-A, e 9º, A, § 1º, incisos II e III, da Lei federal nº 11.350, de 03/10/2006, com as alterações dadas pelo artigo 1º, da Lei federal nº 13.758, de 11/08/2018, fica fixado o piso salarial profissional nacional das carreiras de agente comunitário de saúde e de agente de combate às endemias, para jornada de trabalho de 40 horas semanais, de conformidade com o seguinte escalonamento:

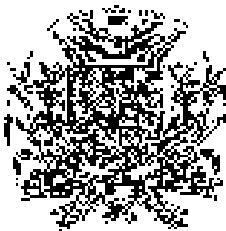
I - no valor de R\$ 1.400,00, mensais, a partir de 1º de janeiro de 2020;

II - no valor de R\$ 1.550,00, mensais, a partir de 1º de janeiro de 2021;

§ 1º. O piso salarial, de que trata este artigo, será reajustado anualmente, em 1º de janeiro, a partir do ano de 2022.

§ 2º. A cada dois anos, os agentes comunitários de saúde e os agentes de combate às endemias frequentarão cursos de aperfeiçoamento, que serão organizados e financiados de modo tripartite, pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios.

Artigo 2º - A jornada de trabalho de 40 horas semanais, prevista no artigo 1º, deverá ser integralmente dedicada às ações e aos serviços de promoção da saúde, de vigilância epidemiológica e ambiental e de combate às endemias em prol das famílias e das comunidades assistidas, no âmbito dos respectivos territórios de atuação, e assegurará aos agentes comunitários de saúde e aos agentes de combate às endemias participação nas atividades de



Prefeitura Municipal de Guarânia

ESTADO DE MATO GROSSO

DE PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO

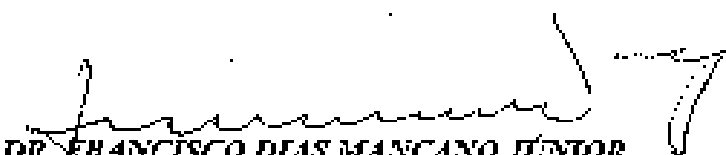
planejamento e avaliação de ações, do detalhamento de atividades, do registro de dados e de reuniões de equipe.

Parágrafo único. É essencial a obrigatoriedade a presença de agentes comunitários de saúde na Estratégia de Saúde da Família e de agentes de combate às endemias na estrutura de vigilância epidemiológica e ambiental.

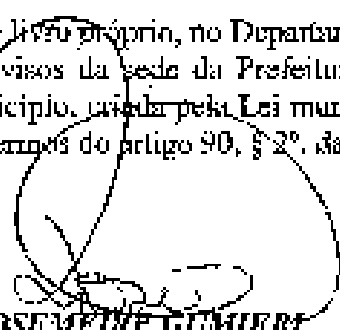
Artigo 3º. As despesas decorrentes da execução deste decreto correrão à conta de dotações próprias destinadas ao Fundo Municipal de Saúde, consignadas no Orçamento Geral do Município, que serão suplementadas, se necessário.

Artigo 4º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2020.

Guarânia, em 27 de fevereiro de 2020.


DR. FRANCISCO DIAS MANCANO JÚNIOR
Prefeito Municipal

Registrado em livro próprio, no Departamento de Gestão Pública, afixado no local de costume, no quadro de avisos da sede da Prefeitura, na mesma data, e mandado publicar na Imprensa Oficial do Município, criada pela Lei municipal nº 3.119/2018, com circulação diária, na forma eletrônica, nos termos do artigo 90, § 2º, da Lei Orgânica do Município.


ROSEMEIRE GUMIERI
Diretora do Depto. de Gestão Pública



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE GUARIBA/SP
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

AV. Campos Salles, nº822 – Centro – Fone/Fax (16) 3251-3423 / 3251-2790

E-mail: sec_acaosocial@guariba.sp.gov.br / Guariba-SP

REQUISIÇÃO Nº: 06.4.92/2020

PROCESSO: TC-002828.989.20

ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA EXERCÍCIO: REFERENTE A 2020

DECLARAÇÃO

Eu, Maria Ap. Barrios Ragazi, portadora do CPF nº. 041.544.738-08, Secretária Municipal de Desenvolvimento Social, declaro para os devidos fins que, em decorrência da Pandemia COVID 19, não foram criados novos programas de distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios fiscais a clientela assistida por esta Secretaria no primeiro quadrimestre de 2.020, além dos já previstos nas Leis Municipais nº. 2662 de 02/01/2013 (de Concessão de Benefícios Eventuais) e nº. 2827 de 21/08/2014 (de concessão de aluguel social).

Houve um aumento da demanda em função da Pandemia COVID-19 para a Proteção Básica das famílias, devido ao desemprego, queda de vínculos de trabalhos temporários, que geraram desequilíbrios dos mais variáveis, deixando as famílias fragilizadas, sendo atendidas pelos Programas existentes do município.

Segue as informações do Programa realizado no 1º Quadrimestre de 2.020.

Empenhos no período de 01/01/2020 a 30/04/2020

Despesa: 238 - Natureza: 3.3.90.32.00.00.00

MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

Valores Empenhados / Emitidos = R\$. 380.523,73

Valores Liquidados: = R\$. 290.399,85

Valores Pagos: = R\$. 288.224,60

Por ser expressão da verdade, firmo a presente declaração.

Guariba, 30 de Junho de 2.020.


Maria Ap. Barrios Ragazi

Secretária de Desenvolvimento Social

CRESS 13.640 / 9ª Região



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 48.664.304/0001-80

LEI Nº 2.662 – DE 02 DE JANEIRO DE 2.013

REGULAMENTA A CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS E EMERGENCIAIS NO ÂMBITO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO DE GUARIBA.

A Câmara Municipal de Guariba, Estado de São Paulo, em Sessão Extraordinária realizada no dia 31 de Dezembro de 2012, **APROVOU** e eu - **Herminio de Laurentiz Neto** - Prefeito Municipal sanciono e promulgo a seguinte ...

LEI:

Artigo 1º - Os Benefícios de Assistência Social no âmbito do Município de Guariba, serão gestados e concedidos pela Secretaria Municipal de Ação Social e Desenvolvimento Humano, mediante a aprovação anual pelo Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, devidamente registrados em ata, são assim definidos:

I – eventuais e;

II – emergenciais.

Parágrafo único – Os Benefícios Eventuais e Emergenciais compõe a Rede de Proteção Social Básica e se destinam ao atendimento em caráter de emergência das necessidades básicas de sobrevivência das famílias em situação de vulnerabilidade social, assistidas e cadastradas na pasta da Secretaria Municipal de Ação Social e Desenvolvimento Humano.

Artigo 2º - Os Benefícios Eventuais e Emergenciais destinam-se às famílias com impossibilidade de arcar por conta própria com o enfrentamento da pobreza, cuja ocorrência provoca riscos e fragiliza a manutenção do indivíduo a unidade da família e a sobrevivência de seus membros.

Parágrafo 1º - Os Benefícios Eventuais e Emergenciais serão concedidos a famílias com renda per capita igual ou inferior a 1/3 do salário mínimo nacional ou de acordo com a situação de vulnerabilidade social dos usuários mediante parecer técnico.

Parágrafo 2º - Para efeitos desta Lei, a concessão de Benefícios Eventuais e Emergenciais será destinada à família em situação de pobreza, com prioridade para a criança, idoso, a pessoa com deficiência, a gestante, a nutriz e os casos de calamidade pública.



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO
CNPJ 48.664.304/0001-80

Parágrafo 3º - Na comprovação, que será realizada através de parecer técnico, das necessidades para a concessão de benefício eventual ou emergencial são vedadas quaisquer situações de constrangimento ou vexatórias.

Artigo 3º - Os benefícios, no âmbito do SUAS (Sistema Único de Assistência Social), devem atender aos seguintes princípios:

I – integração a rede de serviços sócio-assistenciais, com vistas ao atendimento das necessidades humanas básicas;

II – constituição de provisão certa para enfrentar com agilidade e presteza eventos incertos;

III – proibição de subordinação às contribuições prévias e de vinculação às contrapartidas;

IV – garantia de qualidade e prontidão de respostas aos usuários, bem como de espaços para a manifestação e defesa de seus direitos;

V – garantia de igualdade de condições no acesso às informações e à fruição dos benefícios;

VI – afirmação dos benefícios como direito relativo à cidadania;

VII – ampla divulgação dos critérios para sua concessão;

VIII – desvinculação de comprovações complexas e vexatórias de pobreza, que estigmatizam os benefícios, os beneficiados e a política de Assistência Social;

Artigo 4º - São formas de Benefícios Eventuais:

I – auxílio-funeral;

II – auxílio-natalidade;

Parágrafo único – Os Benefícios Eventuais serão concedidos à família em número igual ao da concorrência desses eventos.

Artigo 5º - O benefício eventual, na forma de auxílio-funeral, constitui-se em uma prestação temporária, não contributiva da assistência social, em pecúnia, por uma única parcela, ou em bens de consumo, para reduzir vulnerabilidade provocada por morte de membro da família.



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 48.664.304/0001-80

Artigo 6º - O alcance do auxílio-funeral, preferencialmente, será distinto em modalidades de:

I – custeio das despesas de urna funerária, de velório e de sepultamento;

II – custeio de necessidades urgentes da família para enfrentar os riscos e vulnerabilidades advindas da morte de um de seus provedores ou membros.

Parágrafo único – Esse benefício somente será concedido a famílias com renda per capita de até 01 salário mínimo.

Artigo 7º - O auxílio-funeral ocorrerá na forma de prestação de serviços.

I – Os serviços devem cobrir o custeio de despesas de urna funerária, velório e sepultamento, incluindo transporte funerário dentre outros serviços inerentes que garantam a dignidade e o respeito à família beneficiária.

II – O auxílio, requerido em caso de morte, deve ser pago imediatamente em serviço, sendo de pronto atendimento em unidade de plantão 24 horas.

III – O requerimento e a concessão do auxílio-funeral deverão ser prestados com plantão 24 horas, diretamente pelo órgão gestor ou indiretamente, em parceria com outros órgãos ou instituições.

Artigo 8º - O benefício eventual, na forma de auxílio-natalidade, constitui-se em uma prestação temporária, não contributiva da assistência social, em pecúnia ou em bens de consumo, para reduzir vulnerabilidade provocada por nascimento de membro da família.

Artigo 9º - O auxílio-natalidade é destinado à família e deverá alcançar, preferencialmente:

I – atenções necessárias ao nascituro;

II – apoio à família no caso da morte da mãe; e outras providências que os operadores da Política de Assistência Social julgar necessárias.

Artigo 10 - O auxílio-natalidade ocorrerá na forma de auxílio em bens de consumo.



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 48.664.304/0001-80

Artigo 11 - São formas de Benefícios Emergenciais:

- I – auxílio transporte;
- II – auxílio alimentação;
- III – auxílio documentação;
- IV – auxílio gás.

Parágrafo único – Estes benefícios são destinados exclusivamente para usuários e famílias em acompanhamento por profissionais da Política Pública de Assistência Social do Município de Guariba.

Artigo 12 - O auxílio-transporte intermunicipal é a concessão única de passagem intermunicipal, conforme critérios já estabelecidos nesta lei, salvo casos avaliados pelos profissionais técnicos, bem como demandas de migrantes em situação de rua e/ou vulnerabilidade social.

Artigo 13 - Os benefícios emergenciais, na forma de auxílio alimentação, constituem-se em uma prestação temporária, não contributiva da Assistência Social, que visa o atendimento das necessidades básicas dos munícipes e suas famílias que se encontrem em situações de vulnerabilidade social, conforme critérios estabelecidos no artigo 2º, parágrafo primeiro desta lei.

Parágrafo 1º – O auxílio alimentação, no âmbito do Município de Guariba, será concedido na forma de Cesta Básica, de acordo com o Plano de Atendimento Familiar, elaborado pelo profissional técnico de referência das respectivas famílias.

Parágrafo 2º – Nesta modalidade, também incluem-se a alimentação através do fornecimento de pão e leite de soja, fluido ou em pó.

Artigo 14 - O auxílio documentação constitui-se em:

- I – auxílio fotografia;
- II – segunda via da certidão de nascimento, casamento e óbito.

Parágrafo único – O auxílio documentação será fornecido por uma única vez por cidadão ou por uma segunda concessão em casos de calamidade, devidamente comprovados pelo usuário.



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 48.664.304/0001-80

Artigo 15 - O auxílio gás, constitui-se em fornecimento de uma recarga de gás de uso doméstico, que visa o atendimento das necessidades básicas dos usuários e suas famílias que se encontrem em situações de vulnerabilidade social, conforme critérios estabelecidos no artigo 2º, parágrafo primeiro desta lei.

Artigo 16 - As provisões relativas a programas, projetos, serviços e benefícios diretamente vinculados às políticas sociais de saúde, educação, integração nacional, habitação e das demais políticas setoriais não se incluem na modalidade de Benefícios Eventuais e Emergenciais da Política de Assistência Social, ficando vedado o seu fornecimento.

Artigo 17 - Os Benefícios Eventuais e Emergenciais serão regulados por esta Lei Municipal em consonância com a LOAS, PMAS, PNAS e pelo SUAS e legislação estadual e federal que sobrevier de acordo com a legislação que regulamenta estes benefícios.


Artigo 18 - O Município de Guariba, deverá promover ações que viabilizem e garantam a ampla divulgação dos Benefícios Eventuais e Emergenciais, regulados pro esta Lei, bem como dos critérios para a sua concessão.

Artigo 19 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Guariba, 02 de Janeiro de 2.013.


HERMINIO DE LAURENTIZ NETO
Prefeito do Município de Guariba

Registrada em livro próprio, afixada na sede da Prefeitura Municipal, no lugar de costume e, mandado publicar no Jornal "Guariba Notícias", na data de sua conclusão, nos termos do Artigo 90 da Lei Orgânica do Município.


ROSEMEIRE GUMIERI
Diretora de Gestão Pública



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 48.664.304/0001-80

LEI Nº 2.827 – DE 21 DE AGOSTO DE 2.014

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA ASSISTENCIAL DO ALUGUEL SOCIAL, ATRAVÉS DA CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS ÀS PESSOAS COMPROVADAMENTE CARENTES E PREVIAMENTE CADASTRADAS, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL; REVOGA OS ARTIGOS 1º A 3º, DA LEI MUNICIPAL Nº 2.662, DE 02/01/2013; E, DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

A Câmara Municipal de Guariba, Estado de São Paulo, em Sessão Ordinária realizada no dia 19 de Agosto de 2.014, **APROVOU** e eu – **HERMÍNIO DE LAURENTIZ NETO** - Prefeito Municipal **sanciono e promulgo** a seguinte ...

LEI:

Art. 1º. Fica criado o programa assistencial de aluguel social, junto à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Departamento de Desenvolvimento Humano, Seção de Proteção Social, que terá caráter excepcional, temporário e não contributivo, mediante concessão de benefício financeiro destinado ao pagamento de aluguel de imóvel residencial de terceiros às famílias em situação habitacional de emergência e de comprovada vulnerabilidade socioeconômica, mediante prévio cadastramento municipal.

§ 1º. Consideram-se como de vulnerabilidade socioeconômica os casos de famílias com renda mensal de até 40% de um salário mínimo "per capita", ou não superior a um e meio salário mínimo no total, que não possuam imóvel residencial próprio e estejam desabrigadas, ou, que sejam moradoras de áreas definidas como de risco social, em casas rústicas semidestruídas ou interditadas, em função de fatores climáticos, que impeçam o seu uso com segurança, ou que estejam na iminência de serem despejadas por falta de pagamento.

§ 2º. Considera-se família a unidade nuclear formada pelos pais e filhos, ainda que eventualmente ampliada por parentes e agregados, que formem grupo doméstico e vivam sob a mesma moradia e se mantenham, economicamente, com recursos de seus próprios integrantes.

§ 3º. Nos casos de situação habitacional de emergência deverá haver o reconhecimento e comprovação do fato, assim como nos casos individuais de semidestruição ou interdição, mediante laudo técnico pericial elaborado pelo órgão técnico de Engenharia Municipal ou pela Comissão Municipal de Defesa Civil.

§ 4º. A condição de vulnerabilidade socioeconômica deverá ser comprovada mediante laudo técnico de avaliação socioeconômica elaborada pelas Assistentes Sociais da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, com parecer conclusivo, para efeito de instrução processual e registro cadastral de cada caso específico, vedada qualquer informação constrangedora ou vexatória.



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 48.664.304/0001-80

Art. 2º. Ocorrendo demanda superior à capacidade financeira e orçamentária de oferta do benefício pelo programa assistencial de aluguel social, a seleção de interessados, devidamente cadastrados, será feita pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, de acordo com a seguinte ordem de prioridades:

I - famílias com pessoas portadoras de deficiência, física ou mental, ou que apresentam doenças crônicas degenerativas, que as impossibilitem para qualquer atividade laboral, mediante a apresentação de laudo médico específico;

II - famílias com crianças, pessoas idosas e maior número de dependentes.

Art. 3º. O benefício do programa assistencial será destinado exclusivamente ao pagamento de contrato de locação de natureza exclusivamente residencial e limitar-se-á ao valor do aluguel do imóvel, até o limite de R\$ 300,00 por mês, que será atualizado, anualmente, pela variação acumulada do IPCA do IBGE, ou outro índice oficial que o substitua.

Parágrafo único. Excepcionalmente, poderão ser assistidas famílias por um determinado período, mesmo que possuam contratos tácitos de locação, desde que comprovem o agravamento temporário das condições socioeconômicas, como problemas de saúde, desemprego, ameaça de despejo e aluguel atrasado.

Art. 4º. Para cada núcleo familiar, beneficiário do programa assistencial, será indicada uma pessoa física como titular do aluguel social, vedada a concessão do benefício a mais de um membro da mesma família cadastrada.

§ 1º. Nos casos de separação conjugal ou dissolução da união estável, emancipação de dependentes ou outra forma de subdivisão em que seja formado um novo núcleo familiar, deverá ser elaborada nova avaliação socioeconômica, por Assistente Social, com parecer conclusivo, que indicará a necessidade, tanto de concessão de novo benefício, quanto de manutenção do original.

§ 2º. Se o valor do aluguel mensal do imóvel residencial, objeto do contrato de locação, for superior ao limite do valor do benefício, previsto neste artigo, caberá ao beneficiário do programa assistencial o pagamento da diferença verificada.

Art. 5º. O benefício do aluguel social será pago pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, pelo prazo de até um ano, que poderá ser prorrogado, ordinariamente, uma vez e por igual período, e extraordinariamente, nos casos de força maior, devidamente justificados, por mais doze meses.

§ 1º. O pagamento do benefício do aluguel social poderá ser efetuado, diretamente, pela repartição pública competente ao proprietário do bem imóvel residencial, objeto do contrato de locação firmado com a família beneficiária do programa assistencial.

§ 2º. Somente poderão ser objeto de contrato de locação os bens imóveis residenciais de propriedade particular, localizados no território deste Município e que possuam condições normais de habitabilidade.



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 48.664.304/0001-80

§ 3º. O benefício do aluguel mensal será concedido em prestações mensais, mediante depósito bancário em conta corrente sob a titularidade da pessoa responsável pelo núcleo familiar, mediante a apresentação do respectivo contrato de locação, devidamente assinado pelas partes, se expresse, ou de sua confirmação pela Assistente Social, por ocasião da avaliação socioeconômica, se tácito.

Art. 6º. A continuidade do pagamento do aluguel social está condicionada à apresentação mensal do recibo de quitação do aluguel do mês imediatamente anterior, até o décimo dia útil do mês seguinte ao do vencimento, sob pena de a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social suspender, imediatamente, a concessão do benefício, até a efetiva comprovação do cumprimento desta obrigação.

Parágrafo único. O beneficiário do programa assistencial de aluguel social será o único responsável pelo pagamento das despesas de ocupação do imóvel residencial, objeto de locação, como energia elétrica, água e esgoto, IPTU, telefone, e outras de natureza congêneres.

Art. 7º. O pagamento do benefício do aluguel social cessará, a qualquer tempo, desde que para isto concorram razões de interesse público e motivos supervenientes, devidamente justificados, dentre os quais:

I - a extinção das condições que determinaram a concessão, ou em razão de alteração de dados cadastrais, que impliquem na perda das condições de habilitação;

II - pelo desatendimento, por parte do beneficiário, das obrigações estabelecidas na presente lei, ou pela desocupação do imóvel residencial, objeto do contrato de locação;

III - quando for dada solução habitacional definitiva para a família beneficiária, ou nos casos de comprovação de declaração falsa, ou de desvio de finalidade dos recursos financeiros destinados ao pagamento do aluguel mensal.

Parágrafo único. As Assistentes Sociais da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social deverão providenciar o acompanhamento periódico das condições de trabalho e da renda das famílias beneficiárias do programa assistencial de aluguel social, mediante a elaboração de relatórios sugerindo, conforme o caso, a manutenção ou exclusão do benefício.

Art. 8º. É vedada a concessão do benefício nos casos de ocupação de áreas públicas ou privadas, inclusive, áreas de preservação permanente, ocorridas após a publicação desta lei, ou ocupações que não se enquadrem nas políticas públicas de Assistência Social, Habitação e Urbanismo.

Art. 9º. São obrigações dos beneficiários do programa assistencial de aluguel social apresentar todos os documentos e informações exigidos para cadastramento prévio, assim como comprovar, sempre que forem solicitados pela secretaria municipal competente, a manutenção e a frequência dos filhos nas unidades escolares do Município, a carteira de vacinação atualizada, e a não exploração econômica da infância por meio da mendicância ou trabalho infantil.



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 48.664.304/0001-80

Art. 10. As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão à conta de dotações próprias, consignadas na legislação orçamentária em vigor, suplementadas se for necessário.

Art. 11. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias, especialmente, os artigos 1º a 3º, da Lei municipal nº 2.662, de 02/01/2013, que regulou a concessão de benefícios eventuais de Assistência Social, no âmbito do Município de Guariba.

Guariba, 21 de Agosto de 2014.



HERMÍNIO DE LAURENTIZ NETO
Prefeito Municipal

Registrada em livro próprio, no Departamento Municipal de Gestão Pública, afixada no local de costume, na mesma data, e mandada publicar em órgão de imprensa escrita local, na data de sua circulação semanal, nos termos do artigo 90, da Lei Orgânica do Município.



ROSEMEIRE GUMIERI
Diretora do Departamento de Gestão Pública



Aplicação dos Recursos Próprios em Ensino

Período: 04 / 2020

Município: Guariba

RECEITA DE IMPOSTOS

	Previsão Atualizada para o Exercício	Arrecadação até o Período
Proprios	15.628.900,00	2.968.287,65
Transferências da União	30.470.000,00	9.031.889,86
Transferências do Estado	35.725.000,00	12.082.165,43
Total	81.823.900,00	24.082.342,94
Retenções ao FUNDEB	12.759.000,00	4.230.878,32
Receitas Líquidas	69.064.900,00	19.851.464,62

APLICAÇÃO MÍNIMA CONSTITUCIONAL

	Para o Exercício (Prev. Atualizada)	Até o Período (Arrecadação)
TOTAL (25%)	20.455.975,00	6.020.585,73

DESPESAS PRÓPRIAS EM EDUCAÇÃO

	Dotação Atualizada (para o Exercício)		Despesa Empenhada (até o Período)		Despesa Liquidada (até o Período)		Despesa Paga (até o Período)	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
DESPESAS TOTAIS								
TOTAL	21.552.000,00	26,34 %	9.905.995,67	41,13 %	7.074.144,73	29,37 %	6.350.484,42	26,37 %
EDUCAÇÃO INFANTIL	2.903.000,00	3,55 %	2.345.586,94	9,74 %	981.771,61	4,08 %	978.708,28	4,06 %
ENSINO FUNDAMENTAL	5.890.000,00	7,20 %	3.329.530,41	13,83 %	1.861.494,80	7,73 %	1.140.897,82	4,74 %
RETENÇÕES AO FUNDEB	12.759.000,00	15,59 %	4.230.878,32	17,57 %	4.230.878,32	17,57 %	4.230.878,32	17,57 %
DEDUÇÕES								
TOTAL			897,93	0,00 %	897,93	0,00 %	897,93	0,00 %
ENSINO FUNDAMENTAL			897,93	0,00 %	897,93	0,00 %	897,93	0,00 %
(-) Ganhos de Aplicações Financeiras			897,93	0,00 %	897,93	0,00 %	897,93	0,00 %
FUNDEB RETIDO E NÃO APLICADO			0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %
DESPESAS LÍQUIDAS								
TOTAL			9.905.097,74	41,13 %	7.073.246,80	29,37 %	6.349.586,49	26,37 %
EDUCAÇÃO INFANTIL			2.345.586,94	9,74 %	981.771,61	4,08 %	978.708,28	4,06 %
ENSINO FUNDAMENTAL			3.328.632,48	13,82 %	1.860.596,87	7,73 %	1.139.999,89	4,73 %
RETENÇÕES AO FUNDEB			4.230.878,32	17,57 %	4.230.878,32	17,57 %	4.230.878,32	17,57 %

ANEXO A - Tabela de Competência

Período de análise: Maio/2019 a Abril/2020

Município: Guariba

Última competência disponível para o período em análise:

Entidade	Competência*
CÂMARA MUNICIPAL DE GUARIBA	04/2020
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA	04/2020

* Competência: Se refere ao último balancete enviado pelo órgão, referente ao período de análise deste demonstrativo, utilizado para gerar os resultados das análises.

Página 2 de2

Data de geração: 29/06/2020 23:52



Aplicação com Recursos do FUNDEB

Período: 04 / 2020

Município: Guariba

RECEITAS DO FUNDEB

	Previsão Atualizada para o Exercício	Arrecadação até o Período
Receitas de Transferências	30.000.000,00	10.670.975,70
Receitas de Aplic. Financeiras	476.400,00	7.845,51
Total da Receita	30.476.400,00	10.678.821,21

APLICAÇÕES MÍNIMAS OBRIGATÓRIAS

TOTAL	30.476.400,00	10.678.821,21
MAGISTÉRIO (60%)	18.285.840,00	6.407.292,73

RETENÇÕES AO FUNDEB

Prev. Atualizada Para o Exercício	Retido Até o Período
12.759.000,00	4.230.878,32

APURAÇÃO DO RESULTADO DO FUNDEB ATÉ O PERÍODO

Transferências Recebidas	Retenções
10.670.975,70	4.230.878,32
Diferença (Recebido - Retido): (GANHO)	6.440.097,38

DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB

	Dotação Atualizada (para o Exercício)		Despesa Empenhada (até o Período)		Despesa Liquidada (até o Período)		Despesa Paga (até o Período)	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
DESPESAS TOTAIS								
TOTAL	36.952.685,48	121,25 %	9.661.882,63	90,48 %	9.661.882,63	90,48 %	6.604.122,77	61,84 %
MAGISTÉRIO	30.082.000,00	98,71 %	7.120.257,24	66,68 %	7.120.257,24	66,68 %	4.853.805,03	45,45 %
OUTRAS	6.870.685,48	22,54 %	2.541.625,39	23,80 %	2.541.625,39	23,80 %	1.750.317,74	16,39 %
DESPESAS LÍQUIDAS								
TOTAL			9.661.882,63	90,48 %	9.661.882,63	90,48 %	6.604.122,77	61,84 %
MAGISTÉRIO			7.120.257,24	66,68 %	7.120.257,24	66,68 %	4.853.805,03	45,45 %
OUTRAS			2.541.625,39	23,80 %	2.541.625,39	23,80 %	1.750.317,74	16,39 %

ANEXO A - Tabela de Competência

Período de análise: Maio/2019 a Abril/2020

Município: Guariba

Última competência disponível para o período em análise:

Entidade	Competência*
CÂMARA MUNICIPAL DE GUARIBA	04/2020
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA	04/2020

* Competência: Se refere ao último balancete enviado pelo órgão, referente ao período de análise deste demonstrativo, utilizado para gerar os resultados das análises.

Página 2 de2

Data de geração: 29/06/2020 23:52



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 48.664.304/0001-80

(Item 35.2)

DECLARAÇÃO

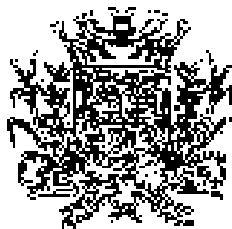
João Marques Gouvêa Neto, R.G. nº 11651212, Secretário de Educação do Município de Guariba, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, **DECLARA** para os fins que se fizerem necessários, especialmente junto ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, que o número de vagas ofertadas e o número da demanda por vagas (número de crianças/alunos matriculados e eventuais listas de espera por vagas), no 1º quadrimestre de 2020, referentes à Creche, Pré-escola, Ensino Fundamental – Anos Iniciais e Ensino Fundamental – Anos Finais, encontram-se indicados na Tabela abaixo:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – DEMANDA 1º QUADRIMESTRE DE 2020							
Nº	ETAPA	VAGAS OFERTADAS	MATRÍCULAS EFETIVADAS	VAGAS REMANESCENTES	ESPERA POR VAGAS		OBS.
1	CRECHE (0 a 3 anos)	684*	684	0	BI	66	*Foram criadas 47 novas vagas para o ano de 2020: 637 (2019) + 47 (2020)
					MAT I	54	
					MAT II	34	
2	PRÉ-ESCOLA (4 e 5 anos)	988	828	160	0		Existem apenas solicitações de transferências para outras U.E.s e/ou mudanças de períodos.
3	EF – ANOS INICIAIS	2740	2505	235	0		
4	EF – ANOS FINAIS	2294	2016	278	0		

O referido é verdade e dá fé.

Guariba, 08 de junho 2020.


PROF. JOÃO MARQUES GOUVÊA NETO
R.G. Nº 11651212
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



Professora: Clara Regina de Oliveira
ESTADO DE SÃO PAULO
CNPJ 06.984.300/00-00

Ident 381

DECLARAÇÃO

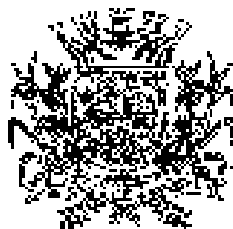
João Marques Gouvêa Neto, R.G. nº 11651212, Secretário de Educação do Município de Guariba, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, **DECLARA** para os fins que se fizerem necessários, especialmente junto ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, que as providências adotadas ou em andamento para zerar eventuais listas de espera por vagas na rede municipal de ensino, que apresenta déficit apenas no atendimento à etapa referente à CRECHE (de 0 a 3 anos) são:

- Reforma geral e construção de duas salas de aulas na E.M.E.B. Raul Bauab (exclusiva de educação infantil), que se encontram em fase final de execução, com previsão de finalização em julho de 2020;
- Ampliação de duas salas de aulas na E.M.E.B. Prof.^a Maria Dolores Gomes Peres Garavello (exclusiva de educação infantil), finalizadas (julho/2019);
- Término da reforma/adequação na E.M.E.B. Amaral Vaz Meloni, com a disponibilização de novos espaços para abertura de vagas.

Neste ano de 2020, mesmo com a abertura de oito (8) vagas e contratação dos candidatos aprovados em Concurso para o Cargo de Agente de Desenvolvimento Infantil, em 2019, possibilitando o aumento na oferta de vagas para atendimento de crianças na etapa referente à Creche (0 a 3 anos), no mês de fevereiro/2020, sete (7) A.D.I.s pediram exoneração para assumirem cargos em outros municípios. Com isso, houve diminuição na capacidade de atendimento, permitindo apenas a ampliação em 47 vagas para essa faixa etária de atendimento, haja vista, a importância desses profissionais no apoio ao trabalho realizado dentro das unidades escolares. A inexistência de concurso público específico vigente e, diante da pandemia, o cancelamento da realização do novo concurso para o referido cargo, concorreu para uma limitação na ampliação da oferta de vagas.

No momento oportuno, com a realização do concurso e preenchimento dessas vagas, hoje totalizando oito vagas, haverá possibilidade de alandamento

Dr. Srinivas Varma, a PhD Fellow, Indian Institute of Space Science and Technology, Thiruvananthapuram, India, is currently working on his PhD thesis on the topic of "Aerodynamic and aerothermochemical analysis of hypersonic flow over a blunt body".



Município de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO


CNPJ nº 05.554.304/0001-90

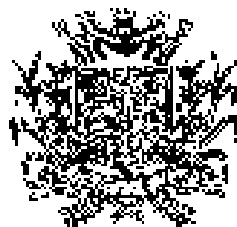
de 82 crianças nas EMEB Prof.^a Lucimar Santos Cunha de Oliveira ou EMEB Dr. Raul Bauab, 18 crianças nas EMEB Sargento Edgard Pontieri ou EMEB Prof.^a Maria Dolores Gomes Peres Garavito, 26 crianças na EMEB Padre Adelino de Carli, totalizando 104 (cento e quatro) novas vagas, baixando o déficit de 154 (cento e cinquenta e quatro) para 50 (cinquenta). Esclarecemos que essas unidades escolares estão localizadas nas regiões de maiores demandas e, como a EMEB Dr. Raul Bauab encontra-se em reforma, ou seja, não está oferecendo atendimento no local, sendo toda sua demanda atendida nas EMEB Prof.^a Lucimar Santos Cunha de Oliveira e EMEB Padre Adelino de Carli, com a finalização das obras e retorno das turmas para essa unidade escolar (EMEB Dr. Raul Bauab), espaços serão disponibilizados nas outras unidades, possibilitando a abertura de turmas novas, absorvendo parte das crianças que encontram-se aguardando vagas.

Diante desses fatos, com a existência de espaços físicos suficientes para atendimento de grande parte da demanda, quando na reformada das atividades presenciais, iremos propor aos pais interessados, o atendimento parcial (4h30) àqueles em idade para matrícula no "Maternal 2", que hoje totalizam 34 (trinta e quatro) crianças, possibilidade essa compatível com o número de funcionários (ADI + Pajem) em atividade atualmente, diminuindo o déficit de vagas para essa etapa (0 a 3 anos).

O referido é verdade e dá fé.

Guariba, 08 de junho 2020.


PROF. JOÃO MARQUES GOUVEIA NETO
R.G. Nº 11851212
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



(Item 06)

Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ: 48.004.804/0001-80

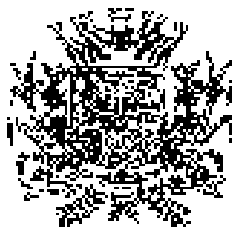
RELATÓRIO

João Marques Gouvêa Neto, R.G. nº 11851212, Secretário de Educação do Município de Guariba, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, **RELATA** para os fins que se fizerem necessários, especialmente junto ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, as ações/medidas educacionais de emergência voltadas a mitigar os possíveis impactos sobre a aprendizagem:

As ações voltadas para mitigar os impactos sobre a aprendizagem estão distribuídas em vários eixos, que se correlacionam, como exemplos podemos citar o Calendário Escolar, Atividades Escolares (à distância), Teletrabalho (profissionais do QMG), Merenda Escolar:

A) Com relação ao Calendário Escolar e cumprimento da carga horária mínima exigida pela legislação: foram realizadas todas as adequações determinadas por todas as resoluções publicadas pela SEDUC-SP, a qual nossa rede de ensino é vinculada, sendo garantido o cumprimento obrigatório da carga horária mínima de 800 horas para a educação básica, com o encerramento do ano letivo em 23 de dezembro de 2020. Isso é possível, haja vista que nossas Matrizes Curriculares para a Educação Infantil e Ensino Fundamental – Anos Iniciais preveem 1000 horas de atividades escolares para essas etapas e 1200 horas para a etapa do Ensino Fundamental – Anos Finais. Durante este período de interrupção das atividades presenciais, cumpre informar que os docentes estão preparando atividades que estão sendo encaminhadas a todos os alunos, as quais serão computadas, na equivalência determinada pelos órgãos reguladores, como carga horária letiva.

B) Com relação à disponibilização/utilização de plataformas digitais (internet): o uso de plataforma e tecnologia digitais não foi adotado como



Prefeitura Municipal de Guaratuba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ: 48.604.304/0001-80

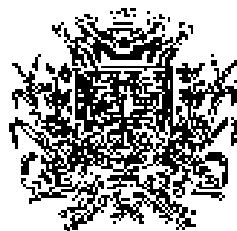
ferramenta obrigatória para o desenvolvimento e/ou aplicação das atividades escolares para os alunos, porquanto a Rede Pública Municipal de Ensino não detém tecnologia para sua implantação de forma universal e gratuita. Entretanto, grande parte dos professores e alunos de nossa rede se organizaram: criaram grupos de estudo em diferentes redes sociais (whatsapp); interagem por meio de aplicativos; muitos professores gravam vídeos com orientações aos alunos e pais; pais/responsáveis encaminham fotos e vídeos de seus filhos realizando atividades; uma parte dos alunos assistem às aulas disponibilizadas pelo Centro de Mídias (SEDUC-SP), assim como os professores e coordenadores de ensino, pois celebramos Convênio junto à Secretaria de Estado da Educação, que liberou o acesso e uso do respectivo aplicativo, por parte de docentes e discentes. Portanto, há disponibilização de ferramentas tecnológicas, de domínio da SEDUC – SP, cujo uso de dados móveis é custeado pela mesma nas redes de televisão, entre outros meios.

Considerando a não obrigatoriedade de acesso à internet para realização/participação das atividades não presenciais, em levantamento realizado, foi possível aferir que 83,8% dos alunos residentes na zona rural têm acesso à internet e interage com professores e grupos de estudo/trabalho nas redes sociais (planilha anexa).

C) Atividades Escolares (concreto): a Equipe Pedagógica do Centro do Professor, em parceria com as Coordenadoras de Ensino e Professores da rede municipal, organizam atividades específicas para cada etapa de escolarização dos alunos, atividades essas impressas, as quais são enviadas aos alunos. São utilizados, também, livros didáticos, brinquedos pedagógicos desenvolvidos pelas professoras, apostilas do EMAI, Ler e Escrever e São Paulo Faz Escola, materiais esses que compõem os kits de atividades aos quais os alunos têm acesso e utilizam para o desenvolvimento das atividades.

A SME contratou, por meio de processo licitatório, empresa especializada para impressão de parte das atividades, sendo que em outros momentos, as próprias unidades escolares se responsabilizaram por essa impressão, assim como a própria SME-Centro do Professor.

0



Prefeitura Municipal de Guaribema

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 14.884.304/0001-80

Essas atividades são avaliadas pelas professoras que, após análise do percurso/desenvolvimento dos alunos, realiza os registros e direciona as próximas atividades de acordo com as especificidades desses alunos. Toda a documentação referente a esses processos estão sendo recolhidas e arquivadas nas escolas.

Informo ainda que, independentemente do cumprimento das 800 horas letivas anuais, tão logo se dê o retorno às aulas presenciais, será elaborado Plano Pedagógico específico, visando oferecer atividades complementares aos alunos, de forma a minimizar as possíveis defasagens ocorridas com o período da interrupção das aulas presenciais.

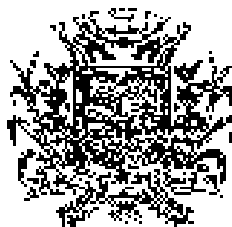
1. Pesquisa – Atividades Remotas

- A SME elaborou um questionário online, com o intuito de levantar indicadores de referência quanto à efetividade das ações implantadas até o momento com relação às atividades remotas, as interações entre os sujeitos envolvidos (pais/alunos/professores), mecanismos e instrumentos utilizados, além de informações sobre as "percepções" desses em relação à situação em que nos encontramos (pandemia), sem a possibilidade de oferecer aulas presenciais aos alunos e suas expectativas a curto e médio prazos. Esse questionário, postado no site oficial da Prefeitura em 02 de junho de 2020 e divulgado em todas as escolas, compartilhado em redes sociais e grupos de whatsapp (criados pelas professoras e coordenadores para interação com os alunos) continua disponível para acesso, com prazo até o dia 20 de junho de 2020, sendo que 2.762 pais/responsáveis já responderam até este momento, representando 4288 alunos, ou seja, 67,8% do total de matrículas (6436).

Link para acesso: <https://forms.gle/tuMYp3bvxsh3TXy92x5>

Em anexo, enviamos cópias do questionário e do resumo das respostas compilado pelo aplicativo, sem a totalidade das respostas (textos) nas quais os participantes podem registrar comentários. Faremos a sistematização dessas respostas somente após o encerramento da pesquisa.

0



Prefeitura Municipal de Guaratuba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 48.267.914/0001-87

D) Atividades Escolares (à distância) + Kit Alimentação:

Em relação aos alunos da zona rural, esta SME providencia a entrega e recolhimento tanto das atividades quanto dos kits alimentação nos locais de suas respectivas residências, serviços estes prestados pela empresa terceirizada, garantindo o acesso à aprendizagem.

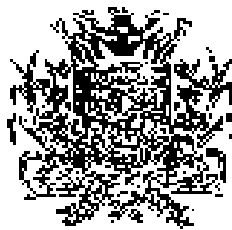
Em relação aos alunos de inclusão: no período de isolamento social, está existindo contato entre o corpo docente e discente, diretamente ou por intermédio de seus representantes legais a depender da idade do aluno e condição cognitiva, com uma boa parte desses, por meio de redes sociais (grupos de whatsapp ou facebook) por turma. Informo ainda que, em relação aos alunos mais vulneráveis, de inclusão (EI e Autistas), estão em constante contato com seus professores e recebem atividades adaptadas às suas diferentes condições para as atividades domiciliares.

Em relação aos alunos em isolamento social obrigatório: está garantido o envio das atividades pedagógicas aos alunos no período em que se encontram em isolamento social "obrigatório", seja por contágio ou quarentena, com envio e retirada, das atividades realizadas e dos kits alimentação, diretamente nos domicílios dos alunos por funcionário da SME.

E) Kit Alimentação Escolar:

O direito ao kit alimentação é extensivo a todos os alunos matriculados na Rede Pública Municipal de Ensino, em todas as seus níveis, sendo Educação Infantil, Ensino Fundamental Anos Iniciais e Anos Finais e EJA – Educação de Jovens e Adultos, representando um total de 6.436 alunos com matrículas ativas. Em relação à forma de como e quando ocorrem as distribuições dos referidos kits, houve aprovação pelo Legislativo Municipal da Lei nº 3.344, de 28 de abril de 2020, de iniciativa do Chefe do Executivo. Com a aprovação legislativa deu-se início ao procedimento licitatório para a aquisição dos gêneros alimentícios que compõem o kit alimentação, cuja composição foi estudada e elaborada Nutricionista do Setor de Alimentação Escola e participação ativa do CAE – Conselho de Alimentação Escolar, órgão este responsável pelas deliberações, acompanhamento e fiscalização das ações inerentes à oferta da "merenda escolar".

0



Prefeitura Municipal de Guaratuba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 43.694.307/0001-81

Salientamos, ainda, que 240 alunos apontados inicialmente pelas equipes gestoras, com maior risco alimentar, antes da publicação das legislações autorizativas e adoção de todos os procedimentos para aquisição dos gêneros alimentícios para composição dos referidos kits de alimentação, foram contemplados com cestas básicas, distribuídas pela Secretaria de Assistência Social, sendo que muitos desses estão inseridos em diferentes programas dessa Pasta.

F) Sistemática de entrega de Atividades Escolares e Kits Alimentação:

A forma como vem ocorrendo as entregas das atividades escolares e os kits alimentação obedecem a uma sistemática, com estabelecimento de cronograma específico, dividindo-se as turmas por ano, em dias distintos, para cada etapa de escolarização/unidade escolar (Educação Infantil, EF – Anos Iniciais e EF-Anos Finais) garantindo toda a segurança e seguindo as recomendações dos órgãos de Saúde e Vigilância Sanitária. Nesses momentos, toda equipe gestora, corpo docente e funcionários participam, sendo dadas orientações aos pais/responsáveis, únicos autorizados a comparecerem para a retirada/devolução.

Após o final do período de retirada, o que em alguns casos tem acontecido posterior às datas estabelecidas, as equipes escolares empenham-se em localizar as famílias dos alunos que não compareceram e organizam essa retirada em outro momento, viabilizando horários inclusive, no intuito de atingir todos os alunos.

G) Protocolo de retorno às aulas presenciais (segurança e preservação da saúde):

Estamos iniciando os estudos das diretrizes para elaboração do Protocolo de Retorno às Aulas Presenciais, cujo grupo de trabalho será composto por representantes intersetoriais das áreas de educação, saúde e assistência social: representantes dos Diretores de EMEBs, Coordenadores, Professores e Funcionários de cada etapa de ensino, membros indicados pelas Secretarias Municipais de Saúde e de Assistência Social, representantes dos Conselhos Municipais de Educação e integrantes da equipe técnica desta Secretaria.

0



Prefeitura Municipal de Guariba
ESTADO DE SÃO PAULO
CNPJ 13.055.837/0001-62

H) Protocolo pedagógico:

Estamos iniciando os estudos das medidas a serem adotadas, como a elaboração de avaliações diagnósticas (definição das habilidades e competências a serem avaliadas), assim como acompanhando as primeiras movimentações dos grupos de trabalho vinculados aos órgãos centrais da SEDUC-SE e UNIDIME.

Em anexos, enviamos:

1. Planilha de apontamento de acesso à internet – Alunos da Zona Rural
2. Planilha de controle de retirada e devolução das Atividades Escolares e Kits Alimentação.
3. Resumo da Pesquisa – Aulas não presenciais.

Sendo só para o momento, despedimo-nos reiterando protestos de estima e consideração e nos colocamos à disposição para quaisquer outros esclarecimentos que se façam necessários. .

PROF. JOÃO MARQUES GOUVÉA NETO
Secretaria Municipal de Educação



Aplicação dos Recursos Próprios em Saúde

Período: 04 / 2020

Município: Guariba

RECEITA DE IMPOSTOS

	Previsão Atualizada para o Exercício	Arrecadação até o Período
Proprios	15.628.900,00	2.968.287,65
Transferências da União	28.070.000,00	9.031.889,86
Transferências do Estado	35.725.000,00	12.082.165,43
Total	79.423.900,00	24.082.342,94

APLICAÇÃO MÍNIMA CONSTITUCIONAL

	Para o Exercício (Prev. Atualizada)	Até o Período (Arrecadação)
TOTAL (15%)	11.913.585,00	3.612.351,44

APURAÇÃO DA APLICAÇÃO

	Dotação Atualizada (para o Exercício)		Despesa Empenhada (até o Período)		Despesa Liquidada (até o Período)		Despesa Paga (até o Período)	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
DESP. TOTAL C/ REC. PRÓPRIOS	23.853.371,90	30,03 %	10.105.885,85	41,96 %	7.310.735,73	30,36 %	5.933.243,73	24,64 %
DEDUÇÕES			0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %
DESPESA LÍQUIDA DA SAÚDE			10.105.885,85	41,96 %	7.310.735,73	30,36 %	5.933.243,73	24,64 %

ANEXO A - Tabela de Competência

Período de análise: Maio/2019 a Abril/2020

Município: Guariba

Última competência disponível para o período em análise:

Entidade	Competência*
CÂMARA MUNICIPAL DE GUARIBA	04/2020
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA	04/2020

* Competência: Se refere ao último balancete enviado pelo órgão, referente ao período de análise deste demonstrativo, utilizado para gerar os resultados das análises.

Processo : TC-002828.989.20

Entidade : Prefeitura Municipal de Guariba

Assunto : Acompanhamento das Contas Anuais

Período examinado : 1º quadrimestre de 2020

Prefeito : Sr. Francisco Dias Mançano Junior¹

CPF nº : 737.331.308-63

Período : 01/01/2020 a 30/04/2020

Relatoria : Conselheiro Dr. Sidney Estanislau Beraldo

Instrução : UR-06.4 / DSF-II

Senhor Chefe Técnico da Fiscalização,

Este relatório consolida o resultado do acompanhamento das informações prestadas a esta e. Corte de Contas pelo Órgão, no período em epígrafe.

Em atendimento ao TC-A-030973/026/00, registramos a notificação do Sr. Francisco Dias Mançano Junior, responsável pelas contas em exame (Arquivo 02, neste evento).

Informamos que o município possui a seguinte série histórica de classificação no Índice de Efetividade da Gestão Municipal-IEG-M:

EXERCÍCIOS	2017	2018	2019
IEG-M	B	B	B
i-Planejamento	C	C	C
i-Fiscal	B	B	B
i-Educ	B+	B	B
i-Saúde	B+	C+	B
i-Amb	B+	B+	B
i-Cidade	B	C+	C+
i-Gov-TI	B	B	C+

Obs.: Índices do exercício anterior pendentes de verificação/validação pela Fiscalização.

¹ Cadastro Audesp juntado aos autos – Arquivo 01, neste evento.

A Fiscalização planejou a execução de seus trabalhos, agregando a análise das seguintes fontes documentais:

1. Indicadores finalísticos componentes do IEG-M – Índice de Efetividade da Gestão Municipal;
2. Prestações de contas mensais do exercício em exame, encaminhadas pela Chefia do Poder Executivo;
3. Resultado do acompanhamento simultâneo do Sistema AudeSP, bem como acesso aos dados, informações e análises disponíveis no referido ambiente;
4. Análise de representações;
5. Documentos requisitados à Origem e encaminhados por correio eletrônico;
6. Leitura analítica dos três últimos relatórios de fiscalização e respectivas decisões desta Corte, sobretudo no tocante a assuntos relevantes nas ressalvas, advertências e recomendações;
7. Análise das informações disponíveis nos demais sistemas de e. Tribunal de Contas do Estado;
8. Outros assuntos relevantes obtidos em pesquisa aos sítios de transparência dos Órgãos Fiscalizados ou outras fontes da rede mundial de computadores.

O presente relatório quadrimestral visa contribuir para a tomada de providências dentro do próprio exercício, possibilitando a correção de eventuais falhas, resultando numa melhoria das contas apresentadas.

Saliente-se, por oportuno, que os dados poderão ser reavaliados quando da fiscalização do 3º quadrimestre (fechamento do exercício), oportunidade em que todos os balanços contábeis estarão encerrados.

Ressaltamos, ainda, que a fiscalização, em virtude das limitações de locomoção causadas pela pandemia do novo Coronavírus (COVID-19), foi efetivada remotamente, por meio de todas as ferramentas e sistemas disponíveis.

Ademais, foi antecedida de criterioso planejamento, com base no princípio da amostragem, que indicou a necessária extensão dos exames.

Outrossim, consignamos que foi autuado o processo TC-014193.989.20, para fins de Acompanhamento Especial da gestão das medidas de combate à referida pandemia.

PERSPECTIVA A: PLANEJAMENTO**A.1. CUMPRIMENTO DE DETERMINAÇÕES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - PLANEJAMENTO****A.1.1. CONTROLE INTERNO**

O Sistema de Controle Interno foi instituído e regulamentado no âmbito da Prefeitura Municipal de Guariba. No período foi observada a produção de relatórios mensais, levados ao conhecimento do Chefe do Poder Executivo, para atendimento às disposições contidas nos arts. 31 e 74 da Constituição Federal.

Dentre os apontamentos do Controle Interno destacamos os alertas verificados em todos os relatórios do período em análise apresentados à Fiscalização, quanto ao déficit orçamentário (assunto tratado no item B.1.1. do presente relatório).

Por fim, em relação aos atos de enfrentamento da pandemia de COVID-19 pelo Município, cumpre informar que não observamos a atuação do Controle Interno na análise contábil e financeira das respectivas receitas e despesas. Salientamos ser recomendável a atuação do Sistema de Controle Interno municipal neste aspecto, a fim de alcançar, por exemplo, a verificação da necessária pesquisa de preços e justificativas quanto à escolha do fornecedor, a pertinência da contratação para o enfrentamento à pandemia, a divulgação em tempo real de todas as aquisições e contratações destinadas ao enfrentamento da emergência de saúde decorrente do Coronavírus, dentre outros requisitos estabelecidos em lei (orientação contida no Comunicado SDG nº 17/2020).

A.2. IEG-M – I-PLANEJAMENTO

Com base nas informações apresentadas pela Origem no levantamento de dados para apuração do IEG-M relativo ao exercício de 2019, que serão oportunamente validados pela Fiscalização referente àquele exercício, o indicador temático I-PLANEJAMENTO revelou que o Município encontrava-se em baixo nível de adequação, o que demonstra alto risco na gestão da área de planejamento, cujas principais ocorrências seguem abaixo descritas:

- a) Os servidores que cuidam da atividade de planejamento não tem dedicação exclusiva nessa área;
- b) A Lei Orçamentária para o exercício de 2020, em seu art. 5º, I, bem como a

Lei de Diretrizes Orçamentárias, em seu art. 36, I, constaram previsão para abertura de créditos adicionais por Decreto até o limite de 15% (LOA e LDO juntadas aos autos – Arquivos 03 e 04, respectivamente). Tomando-se por base o atual nível de inflação e a taxa de crescimento do Produto Interno Bruto – PIB, acredita-se que autorização em patamares acima da inflação prevista para o exercício pode desfigurar o orçamento original e abrir portas para o déficit de execução orçamentária;

- c) Quanto ao processo de acompanhamento e avaliação do planejamento, a Prefeitura Municipal informou que não analisa se programas, metas e ações são mensurados por um ou mais indicadores próprios e adequados, e se permitem aferir a situação atual (aquela que se pretende modificar) e os avanços obtidos ao longo da execução do programa (em direção àquela mudança pretendida);
- d) Não utilização do monitoramento da execução orçamentária para o replanejamento dos programas e metas das peças orçamentárias²;
- e) O responsável pelo Sistema de Controle Interno não ocupa cargo efetivo, em dissonância com a Lei Complementar Municipal nº 2.915/2015 com alterações introduzidas pela Lei Complementar Municipal nº 2.949/2015 que, dentre outras disposições, criou o emprego público de provimento efetivo de “Agente de Controle Interno”;
- f) Nos relatórios elaborados pela Ouvidoria não constam as providências adotadas pela Administração Municipal nas soluções apresentadas, contrariando o art. 15, IV, da Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017.

A.3. OBRAS PARALISADAS

No acompanhamento do quadrimestre não constatamos ocorrências dignas de nota.

PERSPECTIVA B: GESTÃO FISCAL

B.1. CUMPRIMENTO DE DETERMINAÇÕES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS – GESTÃO FISCAL

Face ao contido no art. 1º, § 1º da Lei Complementar nº 101, de

² No método PDCA (do inglês: PLAN - DO - CHECK - ACT) de gestão, só é possível "AGIR" quando se estuda o resultado obtido (medido e coletado) e o compara com o esperado (planejado). A ausência de controle/monitoramento pode afetar a gestão do município no atendimento das demandas da população. Para atender o art. 1º da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000), o planejamento e o replanejamento das ações são essenciais para uma gestão fiscal responsável.

04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), o qual estabelece os pressupostos da responsabilidade da gestão fiscal, passamos a expor o que segue.

B.1.1. RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO PERÍODO

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	Valores	
(+) RECEITAS REALIZADAS	R\$ 38.407.199,27	
(-) DESPESAS EMPENHADAS	R\$ 59.204.707,32	
(-) REPASSES DE DUODÉCIMOS À CÂMARA	R\$ 1.136.660,00	
(+) DEVOLUÇÃO DE DUODÉCIMOS DA CÂMARA	R\$ -	
(-) TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS À ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	R\$ -	
(+ ou -) AJUSTES DA FISCALIZAÇÃO	R\$ -	
RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	-R\$ 21.934.168,05	-57,11%

• Balancete Audesp referente ao 1º quadrimestre juntado aos autos (Arquivo 05³).

Com base nos dados gerados pelo Sistema Audesp, conforme retro apurado, o resultado da execução orçamentária da Prefeitura no período evidenciou um déficit de R\$ 21.934.168,05 (correspondente a 57,11% das receitas realizadas no 1º quadrimestre).

Nos termos do art. 59, § 1º, I, da Lei de Responsabilidade Fiscal, o Município, em 2020, já foi alertado, 02 (duas) vezes, sobre desajustes em sua execução orçamentária.

Cabe informar que, consideradas apenas as despesas e transferências liquidadas no período (R\$ 37.319.712,34⁴) o resultado da execução orçamentária evidenciaria um déficit de R\$ 49.173,07 (correspondente a 0,13% das receitas realizadas), estando totalmente amparado pelo superávit financeiro vindo do exercício anterior no total de R\$ 19.168.463,42⁵.

³ Cód. Contábil: "6.2.1.2.0.00.00 – Receita Realizada" (R\$ 42.655.862,92); "6.2.1.3.0.00.00 – (-) Deduções da Receita Orçamentária" (R\$ 4.248.663,65); "6.2.2.9.2.00.00 – Emissão de Empenho" (R\$ 59.204.707,32); e "3.5.1.12.00.00 – Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária - Intra OFSS" (R\$ 1.136.660,00).

⁴ Cód. Contábil: "6.2.2.9.2.01.03 – Empenhos Liquidados a Pagar" (R\$ 9.249.234,52); e, "6.2.2.9.2.01.04 – Empenhos Liquidados Pagos" (R\$ 28.070.477,82).

⁵ Superávit financeiro apurado pelo Sistema Audesp com base nos dados encaminhados pela Origem referente ao exercício de 2019 (Arquivo 06). Não obstante, salientamos que os dados de 2019 poderão ser reavaliados pela Fiscalização do exercício anterior, na oportunidade em que for elaborado o relatório de encerramento daquelas contas.

B.1.2. ANÁLISE DOS LIMITES E CONDIÇÕES DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

No período, as análises automáticas não identificaram descumprimentos aos limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal, quanto à Dívida Consolidada Líquida, Concessões de Garantias e Operações de Crédito, inclusive ARO.

B.1.2.1. DESPESA DE PESSOAL

Conforme demonstrado no quadro a seguir, é possível ver que neste 1º quadrimestre de 2020 o Poder Executivo atendeu ao limite da despesa de pessoal previsto no art. 20, III, alínea “b” da Lei de Responsabilidade Fiscal (a Fiscalização realizou ajustes na RCL, conforme detalhado no presente item):

Período	Abr 2019	Ago 2019	Dez 2019	Abr 2020
% Permitido Legal	54,00%	54,00%	54,00%	54,00%
Gasto Informado	R\$ 55.189.401,67	R\$ 55.914.512,72	R\$ 56.961.693,51	R\$ 60.445.916,33
Inclusões da Fiscalização				
Exclusões da Fiscalização				
Gastos Ajustados	R\$ 55.189.401,67	R\$ 55.914.512,72	R\$ 56.961.693,51	R\$ 60.445.916,33
Receita Corrente Líquida	R\$ 110.189.024,89	R\$ 109.975.781,77	R\$ 118.905.256,02	R\$ 119.017.603,16
Inclusões da Fiscalização				
Exclusões da Fiscalização				R\$ 300.000,00
RCL Ajustada	R\$ 110.189.024,89	R\$ 109.975.781,77	R\$ 118.905.256,02	R\$ 118.717.603,16
% Gasto Informado	50,09%	50,84%	47,91%	50,79%
% Gasto Ajustado	50,09%	50,84%	47,91%	50,92%

- Relatórios de Gestão Fiscal – RGF gerados pelo Sistema Audeps juntados aos autos (Arquivo 07).
- Informação da Origem juntada aos autos – Arquivo 08.

Preliminarmente ressaltamos que os dados de 2019 poderão ser reavaliados pela Fiscalização do exercício anterior, na oportunidade em que for elaborado o relatório de encerramento daquelas contas.

Nesta oportunidade, esta Fiscalização identificou, conforme alertado pelo Comunicado Audeps nº 49/2020⁶, a contabilização de R\$ 300.000,00, referentes a recursos transferidos pela União ao Município de Guariba, a título de Emenda Parlamentar Individual no período em exame (1º quadrimestre de 2020)⁷, cujo montante não foi devidamente registrado nas

⁶ Disponível em: <https://www.tce.sp.gov.br/legislacao/comunicado/contabilizacao-recursos-emendas-parlamentares-uniao>. Acesso em 09 jul. 2020.

⁷ Informações disponibilizadas no site da Secretaria do Tesouro – STN disponível em: <https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/demonstrativo-relativo-as-emendas-parlamentares-individuais-para-df-estados-e-municipios/2020/114>. Acesso em 13 jul. 2020.

codificações (Código de Aplicação – parte fixa e parte variável) indicadas no Comunicado Audesp nº 35/2020⁸. A correta contabilização permitiria que a apuração da Receita Corrente Líquida fosse efetuada em conformidade com os artigos 166 e 166-A da Constituição Federal.

Conforme informação da Origem (Arquivo 08), a Administração de Guariba efetuou o registro dos referidos recursos recebidos da União, em 09/04/2020, utilizando indevidamente o Código de Aplicação “350.0000”, fato que impediu que o Sistema Audesp realizasse a dedução no cálculo do percentual de despesas com pessoal⁹.

Dessa forma, em relação a esse aspecto, a Fiscalização realizou ajustes na Receita Corrente Líquida – RCL apurada pelo Sistema Audesp no 1º quadrimestre, com a exclusão de R\$ 300.000,00, conforme especificado no quadro anterior.

B.1.3. PRECATÓRIOS

O Município encontra-se no regime ordinário de pagamento de precatórios, sendo apurado um passivo judicial contabilizado no encerramento do 1º quadrimestre de 2020 equivalentes a R\$ 502.116,45¹⁰. Essa matéria será oportunamente abordada no relatório de encerramento do exercício em análise.

B.1.4. RESTRIÇÕES DE ÚLTIMO ANO DE MANDATO

B.1.4.1. LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

B.1.4.1.1. DOIS ÚLTIMOS QUADRIMESTRES – COBERTURA MONETÁRIA PARA DESPESAS EMPENHADAS E LIQUIDADAS

Com base no demonstrativo gerado pelo Sistema Audesp, a partir dos dados informados pela Origem, o quadro a seguir demonstra uma tendência ao atendimento às regras previstas no art. 42 da LRF:

⁸ Disponível em: <https://www.tce.sp.gov.br/legislacao/comunicado/esquema-grafico-codigo-aplicacao>. Acesso em 13 jul. 2020.

⁹ O registro efetuado pelo Município deveria utilizar os Códigos de Aplicação indicados no Comunicado Audesp nº 35/2020 para a contabilização dos recursos transferidos pela União a título de Emendas Individuais (CA 800 - combinado com a parte variável que melhor se adequa) ou, quando for o caso, Bancadas (CA 900 - combinado com a parte variável que melhor se adequa). Vale lembrar que o repasse obtido por meio de Emendas Parlamentares para combate à COVID-19 deve conter CA variável que identifica o gasto no combate à COVID-19.

¹⁰ Código Contábil nº “2.2.3.1.1.07.00 – Precatórios de Contas a Pagar – Credores Nacionais – Regime Ordinário” – Balancete Audesp juntado aos autos (Arquivo 05).

Evolução da liquidez entre 30.04 e 31.12 (projetado) do exercício de:	2020
Disponibilidades de Caixa em 30.04	R\$ 33.245.276,52
(-) Saldo de Restos a Pagar em 30.04	R\$ 365.612,21
(-) Empenhos Liquidados a Pagar em 30.04	R\$ 9.249.234,52
(-) Saldo da Despesa Empenhada a Liquidar	R\$ 21.884.994,98
(-) Valores Restituíveis	R\$ 405.347,47
Liquidez em 30.04	R\$ 1.340.087,34
(+) Saldo da Receita Prevista a Realizar	R\$ 84.592.800,73
(-) Saldo da Despesa Autorizada a Empenhar	R\$ 67.233.076,38
(-) Saldo das Transferências Financeiras a Realizar	R\$ 2.263.340,00
Liquidez projetada em 31.12	R\$ 16.436.471,69

• Demonstrativo gerado pelo Sistema Audesp juntado aos autos (Arquivo 09).

B.1.4.1.2. OPERAÇÃO DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA – ARO

No quadrimestre em análise o Município não realizou operação de crédito por antecipação da receita orçamentária - ARO.

B.1.4.2. LEI ELEITORAL (LEI Nº 9.504, DE 30 DE SETEMBRO DE 1997)

B.1.4.2.1. ALTERAÇÕES SALARIAIS

No quadrimestre em exame, a Administração municipal promoveu fixação do piso salarial dos profissionais das carreiras de Agente Comunitário de Saúde e Agente de Combate às Endemias por meio do Decreto nº 3.746, de 27 de fevereiro de 2020 (Arquivo 10), portanto, antes de 07 de abril, em consonância com o art. 73, VIII da Lei Eleitoral.

B.1.4.2.2. DESPESAS COM PUBLICIDADE E PROPAGANDA OFICIAL

Tendo por base o período a que se refere o presente relatório e a data desta Fiscalização, as despesas com publicidade e propaganda não foram selecionadas para análise neste quadrimestre. Salientamos, contudo, que a matéria será oportunamente abordada no relatório de encerramento do exercício em análise.

B.1.4.2.3. DISTRIBUIÇÃO GRATUITA DE BENS, VALORES E BENEFÍCIOS

No quadrimestre em análise, a Prefeitura não criou novos

programas de distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios fiscais (declaração juntada aos autos – Arquivo 11).

A Origem informa que expandiu o atendimento às famílias em situação de vulnerabilidade decorrentes da pandemia de COVID-19 por meio de programas assistenciais já existentes no âmbito da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social: Concessão de Benefícios Eventuais¹¹ e Concessão de Aluguel Social¹².

B.2. IEG-M – I-FISCAL

Com base nas informações apresentadas pela Origem no levantamento de dados para apuração do IEG-M relativo ao exercício de 2019, no planejamento da Fiscalização, não vislumbramos relevância/materialidade que ensejasse o exame do item neste quadrimestre, sobretudo devido a não constatação de alto risco de gestão nessa dimensão do IEG-M. Salientamos, contudo, que a matéria será oportunamente abordada no relatório de encerramento do exercício em análise.

PERSPECTIVA C: ENSINO

C.1. APLICAÇÃO POR DETERMINAÇÃO CONSTITUCIONAL E LEGAL NO ENSINO

A aplicação de recursos, no período, conforme informado ao Sistema Audesp, apresentou os seguintes resultados:

Art. 212 da Constituição Federal:	%
DESPEZA EMPENHADA - RECURSO TESOUREIRO (mínimo 25%)	41,13%
DESPEZA LIQUIDADADA - RECURSO TESOUREIRO (mínimo 25%)	29,37%
DESPEZA PAGA - RECURSO TESOUREIRO (mínimo 25%)	26,37%
FUNDEB:	%
DESPEZA EMPENHADA - RECURSO FUNDEB (mínimo 95%)	90,48%
DESPEZA LIQUIDADADA - RECURSO FUNDEB (mínimo 95%)	90,48%
DESPEZA PAGA - RECURSO FUNDEB (mínimo 95%)	61,84%
DESPEZA EMPENHADA - RECURSO FUNDEB (mínimo 60%)	66,68%
DESPEZA LIQUIDADADA - RECURSO FUNDEB (mínimo 60%)	66,68%
DESPEZA PAGA - RECURSO FUNDEB (mínimo 60%)	45,45%

- Demonstrativos Audesp juntados aos autos (Arquivo 12).

¹¹ Lei Municipal nº 2.662/2013 (fls. 02/06 – Arquivo 11).

¹² Lei Municipal nº 2.827/2014 (fls. 07/10 – Arquivo 11).

Notadamente, em relação à aplicação de recursos do Fundeb, com base na despesa empenhada, verifica-se que o Município apresenta percentual desfavorável ao atendimento do *caput* do art. 21 c.c. seu § 2º, da Lei nº 11.494/2007.

Nos termos do art. 59, § 1º, V, da Lei de Responsabilidade Fiscal, o Município, em 2020, já foi alertado, por 02 (duas) vezes, sobre a ocorrência supramencionada.

Ainda, com base nos dados coletados junto à origem durante a inspeção, constatamos demanda não atendida no seguinte nível:

NÍVEL	DEMANDA POR VAGAS	OFERTA DE VAGAS	RESULTADO
Ens. Infantil (Creche)	838	684	-18,38%

- Declarações da Origem juntadas aos autos (Arquivo 13).

Quanto ao referido déficit de vagas para os alunos do segmento de Ensino Infantil (Creche), a Origem informou que adotou medidas com vistas a aumentar a oferta de matrículas, dentre as quais destacamos a execução de reformas, adequações e construção de salas de aulas em unidades de ensino municipais (fls. 01/02 do Arquivo 14).

A Secretaria Municipal de Educação alterou a rotina escolar, com suspensão total das aulas presenciais para os alunos da rede municipal de ensino. Contudo, vem tomando medidas educacionais de emergência voltadas a mitigar os possíveis impactos sobre a aprendizagem.

Das medidas informadas (fls. 03/08 do Arquivo 14), destacamos:

- Adequação do calendário escolar, de acordo com resoluções emitidas pela SEDUC-SP;
- Orientações, por parte dos professores aos alunos, por intermédio de grupos em redes sociais;
- Elaboração de atividades escolares impressas enviadas aos alunos para realização em suas casas, enquanto perdurar a suspensão das atividades presenciais;
- Utilização dos materiais obtidos em virtude do convênio com a SEDUC-SP, como EMAI, Ler e Escrever, São Paulo Faz Escola, livros didáticos, sistema de ensino apostilado para a educação infantil;
- Fornecimento do kit de alimentação escolar a todos os alunos da rede pública municipal de ensino;
- Em relação aos alunos residentes em zona rural, a Secretaria informou que providencia a entrega das atividades e dos kits de alimentação;
- Acesso ao Centro de Mídias – SEDUC.

C.2. IEG-M – I-EDUC

Com base nas informações apresentadas pela Origem no levantamento de dados para apuração do IEG-M relativo ao exercício de 2019, no planejamento da Fiscalização, não vislumbramos relevância/materialidade que ensejasse o exame do item neste quadrimestre, sobretudo devido a não constatação de alto risco de gestão nessa dimensão do IEG-M. Salientamos, contudo, que a matéria será oportunamente abordada no relatório de encerramento do exercício em análise.

PERSPECTIVA D: SAÚDE

D.1. APLICAÇÃO POR DETERMINAÇÃO CONSTITUCIONAL E LEGAL NA SAÚDE

Conforme informado ao Sistema Audesp, a aplicação na Saúde atingiu, no período, os seguintes resultados:

Art. 77, III c/c § 4º do ADCT	%
DESPESA EMPENHADA (mínimo 15%)	41,96%
DESPESA LIQUIDADA (mínimo 15%)	30,36%
DESPESA PAGA (mínimo 15%)	24,64%

• Demonstrativo Audesp juntado aos autos (Arquivo 15).

D.2. IEG-M – I-SAÚDE

Com base nas informações apresentadas pela Origem no levantamento de dados para apuração do IEG-M relativo ao exercício de 2019, no planejamento da Fiscalização, não vislumbramos relevância/materialidade que ensejasse o exame do item neste quadrimestre, sobretudo devido a não constatação de alto risco de gestão nessa dimensão do IEG-M. Salientamos, contudo, que a matéria será oportunamente abordada no relatório de encerramento do exercício em análise.

PERSPECTIVA E: GESTÃO AMBIENTAL

E.1. IEG-M – I-AMB

Com base nas informações apresentadas pela Origem no levantamento de dados para apuração do IEG-M relativo ao exercício de 2019, no planejamento da Fiscalização, não vislumbramos relevância/materialidade que ensejasse o exame do item neste quadrimestre, sobretudo devido a não constatação de alto risco de gestão nessa dimensão do IEG-M. Salientamos,

contudo, que a matéria será oportunamente abordada no relatório de encerramento do exercício em análise.

PERSPECTIVA F: GESTÃO DA PROTEÇÃO À CIDADE

F.1. IEG-M – I-CIDADE

Com base nas informações apresentadas pela Origem no levantamento de dados para apuração do IEG-M relativo ao exercício de 2019, que serão oportunamente validados pela Fiscalização referente àquele exercício, o indicador temático I-CIDADE revelou que o Município encontrava-se em fase de adequação, o que demonstra risco na gestão da área de proteção ao cidadão, cujas principais ocorrências seguem abaixo descritas:

- a) A Prefeitura informou que foi criada a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC, conforme determina o art. 8º da Lei nº 12.608/2012. Entretanto, assinalou que não houve destinação de recursos orçamentários e estrutura física para a referida Coordenadoria¹³;
- b) O Município não possui Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil devidamente regulamentado¹⁴;
- c) A Origem não promove a capacitação/treinamento de associações para atuação conjunta com os agentes municipais de Proteção e Defesa Civil, contrariando o disposto no art. 8º, XV, da Lei nº 12.608/ 2012;
- d) Embora tenha informado que há telefone de emergência para registro de ocorrências de desastres como meio de canal de atendimento à população, não se utilizou do número 199. Este código de acesso foi definido pelo art. 20 da Resolução da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL nº 86, de 30 de dezembro de 1998.

PERSPECTIVA G: TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

G.1. FIDEDIGNIDADE DOS DADOS INFORMADOS AO SISTEMA AUDESP

Nos trabalhos da Fiscalização não foram encontradas divergências entre os dados da origem e os prestados ao Sistema Audesp.

¹³ Estes recursos são necessários para que a COMPDEC exerça as competências a ela atribuídas pelo art. 8º da Lei nº 12.608/2012.

¹⁴ Trata-se de uma boa prática instituir formalmente um Conselho para tratar de Proteção e Defesa Civil para que o município tenha um Sistema de Defesa Civil, semelhante ao estabelecido pelo § 3º do Art. 2º da Lei Federal nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010, para discutir, propor, acompanhar e fiscalizar as ações da política municipal de proteção e defesa civil e acompanhar a execução de suas ações.

G.2. IEG-M – I-GOV TI

Com base nas informações apresentadas pela Origem no levantamento de dados para apuração do IEG-M relativo ao exercício de 2019, que serão oportunamente validados pela Fiscalização referente àquele exercício, o indicador temático I-GOV TI revelou que o Município encontrava-se em fase de adequação, o que demonstra risco na gestão da área de tecnologia da informação, cujas principais ocorrências seguem abaixo descritas:

- a) A Prefeitura não definiu as atribuições dos servidores da área de Tecnologia da Informação¹⁵ e não disponibiliza, periodicamente, programas de capacitação e atualização para os servidores dessa área¹⁶;
- b) A Administração municipal não possui um PDTI – Plano Diretor de Tecnologia da Informação vigente que estabeleça diretrizes e metas de atingimento no futuro;
- c) A Prefeitura Municipal não possui um documento formal publicado que estabelece procedimentos quanto ao uso da TI pelos funcionários municipais, conhecido como Política de Uso Aceitável ou Política de Segurança da Informação, conforme normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT NBR ISO IEC 27001:2006 e 27002:2005;
- d) A Origem informou que possui sistemas terceirizados (desenvolvido e mantido por empresa terceirizada), cuja base de dados não fica sob sua gestão direta¹⁷;
- e) A Prefeitura Municipal informou que oferece serviços digitais. Entretanto, relatou que ainda não disponibiliza digitalmente os seguintes serviços: alvarás, licenças e consulta a status de protocolos de atendimento¹⁸.

PERSPECTIVA H: OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

H.1. DENÚNCIAS/REPRESENTAÇÕES/EXPEDIENTES

Cumprir observar que eventuais denúncias, representações e expedientes serão tratados no relatório do encerramento do exercício em exame.

¹⁵ Esta definição é importante para estabelecer o modo de organização e o funcionamento dessa gestão como: alocação de recursos, realização de investimentos e avaliação e monitoramento das soluções de TI.

¹⁶ Tendo em vista a constante evolução da Área de Tecnologia da Informação, a não disponibilização de programas de treinamento compromete a produtividade, a segurança e a inovação na prestação do serviço público.

¹⁷ O banco de dados sob gerência indireta aumenta as chances de um acesso indevido a dados públicos sem que a Prefeitura Municipal tenha conhecimento.

¹⁸ A expansão da prestação de serviços digitais é um dos objetivos estratégicos da Estratégia de Governança Digital 2016-2019. E está previsto no art. 24, da Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014.

H.2. ATENDIMENTO À LEI ORGÂNICA, INSTRUÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Não constatamos, no período, desatendimento à Lei Orgânica e às Instruções deste Tribunal.

As recomendações determinações emitidas em pareceres de contas anuais serão verificadas no relatório de fechamento do exercício.

CONCLUSÃO

Com relação aos assuntos tratados neste relatório, destacamos:

Item A.1.1. CONTROLE INTERNO

- Com base nos relatórios do Controle Interno apresentados à Fiscalização não constatamos a atuação do referido Controle na análise dos atos e despesas relacionadas à pandemia de COVID-19, devendo este observar as orientações do Comunicado SDG nº 17/2020;

Item A.2. IEG-M – I-PLANEJAMENTO

- Os servidores que cuidam da atividade de planejamento não tem dedicação exclusiva nessa área (letra “a”);
- A LOA e LDO previram autorização para abertura de créditos adicionais por Decreto em percentuais que podem desfigurar o orçamento original e abrir portas para o déficit de execução orçamentária (letra “b”);
- A Prefeitura informou que não analisa se programas, metas e ações são mensurados por um ou mais indicadores próprios e adequados, e se permitem aferir a situação atual e os avanços obtidos ao longo da execução do programa (letra “c”);
- Não utilização do monitoramento da execução orçamentária para o replanejamento dos programas e metas das peças orçamentárias (letra “d”);
- O responsável pelo Sistema de Controle Interno não ocupa cargo efetivo em dissonância com a Lei Complementar Municipal nº 2.915/2015 e suas alterações (letra “e”);
- Nos relatórios elaborados pela Ouvidoria não constam as providências adotadas pela Administração Municipal nas soluções apresentadas, contrariando o art. 15, IV, da Lei nº 13.460/2017 (letra “f”);

Item B.1.1. RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO PERÍODO

- Considerando as despesas empenhadas, o resultado da execução orçamentária da Prefeitura no período evidenciou um déficit de R\$ 21.934.168,05 (correspondente a 57,11% das receitas realizadas no 1º quadrimestre), não estando amparado pelo superávit financeiro vindo do exercício anterior. Em 2020, nos termos do art. 59, § 1º, I, da LRF, o Município já foi alertado por 02 vezes, sobre desajustes em sua execução orçamentária;

Item B.1.2.1. DESPESA DE PESSOAL

- Falha na contabilização de recursos transferidos pela União ao Município de Guariba, a título de Emenda Parlamentar Individual no período em exame (1º quadrimestre de 2020), cujo montante não foi devidamente registrado nas codificações indicadas nos Comunicados Audep nº 35/2020 e nº 49/2020;

Item C.1. APLICAÇÃO POR DETERMINAÇÃO CONSTITUCIONAL E LEGAL NO ENSINO

- Verifica-se a necessidade de atenção por parte do Município para atendimento, no exercício em análise, ao *caput* do art. 21 c.c. seu § 2º, da Lei nº 11.494/2007, visto que, considerando a despesa empenhada, no 1º quadrimestre não foi aplicado o mínimo de 95% dos recursos do Fundeb, sendo o Município, nos termos do art. 59, § 1º, V, da LRF, já alertado por 02 (duas) vezes em 2020;
- Déficit de vagas ofertadas para o segmento de Ensino Infantil (Creche);

Item F.1. IEG-M – I-CIDADE

- A Prefeitura informou que não destinou recursos orçamentários, nem estrutura física para a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC (letra “a”);
- O Município não possui Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil devidamente regulamentado (letra “b”);
- A Origem não promove a capacitação/treinamento de associações para atuação conjunta com os agentes municipais de Proteção e Defesa Civil, contrariando o disposto no art. 8º, XV, da Lei nº 12.608/2012 (letra “c”);
- Não utilizou o número 199 (código de acesso definido pelo art. 20 da Resolução ANATEL nº 86/1998) como meio de canal (telefone de

emergência) de atendimento à população para registro de ocorrências de desastres (letra “d”);

Item G.2. IEG-M – I-GOV TI

- A Prefeitura não definiu as atribuições dos servidores da área de Tecnologia da Informação e não disponibiliza, periodicamente, programas de capacitação e atualização para estes (letra “a”);
- Não possui Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI (letra “b”);
- Ausência de documento formal publicado que estabeleça procedimentos quanto ao uso da TI pelos funcionários municipais (letra “c”);
- A Prefeitura possui sistemas terceirizados, desenvolvidos e mantidos por empresa terceirizada, cuja base de dados não fica sob sua gestão direta (letra “d”);
- Não disponibilizou para os cidadãos os serviços digitais relativos a alvarás, licenças e consulta a status de protocolos de atendimento (Estratégia de Governança Digital 2016-2019 e art. 24, da Lei nº 12.965/2014) – (letra “e”).

À consideração de Vossa Senhoria.

UR-06.4, em 16 de julho de 2020.

JEFFERSON DE SOUZA CORREIA
Agente da Fiscalização



TCE-SP
Tribunal de Contas
do Estado de São Paulo

UNIDADE REGIONAL DE RIBEIRÃO PRETO

(16) 3995-6800 - ur06@tce.sp.gov.br

PROCESSO: TC-002828.989.20-2
ÓRGÃO: ■ PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA
(CNPJ 48.664.304/0001-80)
■ **ADVOGADO:** CAROLINA RANGEL
SEGNINI (OAB/SP 280.200)
ASSUNTO: Contas de Prefeitura - Exercício de 2020
EXERCÍCIO: 2020
INSTRUÇÃO POR: UR-06
PROCESSO(S) TC-014193.989.20-9
DEPENDENTES(S):

Senhor Diretor Técnico de Divisão,

Manifesto-me de acordo com o Relatório da Fiscalização juntado aos autos.

UR-6.4, 16 de julho de 2020.

JOÃO BATISTA DE ANGELIS SILVA

Chefe Técnico da Fiscalização

CÓPIA DE DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: JOAO BATISTA DE ANGELIS SILVA. Sistema e-TCESP.
Para obter informações sobre assinatura e/ou ver o arquivo original acesse <http://e-processo.tce.sp.gov.br> - link 'Validar documento digital' e informe o código do documento: 2-K29M-FR20-654F-5F0G



TCESP
Tribunal de Contas
do Estado de São Paulo

UNIDADE REGIONAL DE RIBEIRÃO PRETO

(16) 3995-6800 - ur06@tce.sp.gov.br

PROCESSO:	00002828.989.20-2
ÓRGÃO:	▪ PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA (CNPJ 48.664.304/0001-80) ▪ ADVOGADO: CAROLINA RANGEL SEGNINI (OAB/SP 280.200)
ASSUNTO:	Contas de Prefeitura - Exercício de 2020
EXERCÍCIO:	2020
INSTRUÇÃO POR:	UR-06
PROCESSO(S)	00014193.989.20-9
DEPENDENTES(S):	

Excelentíssimo Senhor Prefeito,

Servimo-nos do presente para cientificar-lhe de que o relatório de nossa inspeção *in loco*, referente à análise dos dados do 1º quadrimestre de 2020, encontra-se disponível para conhecimento, por meio da WEB, no processo eletrônico supramencionado.

Apresento-lhe protestos de estima e apreço.

GDUR-06, 16 de julho de 2020.

FLAVIO HENRIQUE PASTRE
Diretor Técnico de Divisão

CÓPIA DE DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: FLAVIO HENRIQUE PASTRE. Sistema e-TCESP. Para obter informações sobre assinatura e/ou ver o arquivo original acesse <http://e-processo.tce.sp.gov.br> - link 'Validar documento digital' e informe o código do documento: 2-K2BS-D3GZ-743X-3RWD



TCE-SP
Tribunal de Contas
do Estado de São Paulo

UNIDADE REGIONAL DE RIBEIRÃO PRETO

(16) 3995-6800 - ur06@tce.sp.gov.br

PROCESSO: 00002828.989.20-2
ÓRGÃO: ■ PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA
(CNPJ 48.664.304/0001-80)
■ **ADVOGADO:** CAROLINA RANGEL
SEGNINI (OAB/SP 280.200)
ASSUNTO: Contas de Prefeitura - Exercício de 2020
EXERCÍCIO: 2020
INSTRUÇÃO POR: UR-06
PROCESSO(S) 00014193.989.20-9
DEPENDENTES(S):

Exmo. Sr. Conselheiro Relator,
Dr. Sidney Estanislau Beraldo:

Os presentes autos versam sobre exames parciais efetuados nas contas do ano de 2020 da Prefeitura de Guariba, referente ao 1º quadrimestre deste exercício.

Em preliminar, informamos que por força das limitações trazidas pelo COVID-19 os trabalhos de fiscalização foram realizados internamente, com base nos documentos e informações disponíveis em nossos Sistemas e, quando necessário, reforçados mediante esclarecimentos adicionais obtidos, à distância, junto à origem.

Registro que os exames realizados abrangeram itens fixos, os quais foram previamente definidos pelos DSF's, e outros variáveis, trilhados pela Fiscalização desta Unidade Regional com base na relevância e na materialidade das informações disponibilizadas pelo Sistema Audesp, bem como no histórico da entidade fiscalizada.

Tais exames evidenciaram a ocorrência de algumas impropriedades, sendo que cientificamos o Sr. Prefeito de que a íntegra do referido Relatório da Fiscalização se encontra disponível para conhecimento, via web.

Manifesto-me de acordo com os apontamentos da Fiscalização e, com isso, remeto os presentes autos à elevada apreciação de Vossa Excelência para as providências que houver por bem determinar.

GDUR-6, em 16 de julho de 2020.

FLÁVIO HENRIQUE PASTRE
Diretor Técnico de Divisão

CÓPIA DE DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: FLAVIO HENRIQUE PASTRE. Sistema e-TCESP. Para obter informações sobre assinatura e/ou ver o arquivo original acesse <http://e-processo.tce.sp.gov.br> - link 'Validar documento digital' e informe o código do documento: 2-K2BL-7D4G-59H8-46W3

D E S P A C H O

PROCESSO: TC-002828.989.20-2
ÓRGÃO: ■ PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA
■ **ADVOGADA:** CAROLINA RANGEL SEGNINI (OAB/SP 280.200)
RESPONSÁVEL: ■ FRANCISCO DIAS MANCANO JUNIOR - Prefeito Municipal
ASSUNTO: Contas de Prefeitura - Exercício de 2020
EXERCÍCIO: 2020
INSTRUÇÃO POR: UR-06

Como resultado da 1ª Fiscalização Quadrimestral, a equipe da UR-06 produziu o relatório constante destes autos (evento 15), cujo conteúdo dou conhecimento aos interessados, informando que esta medida não implica abertura de prazo para justificativas, servindo como alerta, já que serão objeto de análise nas fiscalizações subsequentes das contas da Prefeitura de 2020, ocasião em que também serão observadas as correções realizadas acerca dos apontamentos em apreço.

Ressalto que, após o fechamento da instrução do exercício pela Fiscalização, terão os responsáveis a oportunidade de apresentação de defesa e demonstração de regularização de eventuais falhas, aspecto que enfatizo como prioritário.

Publique-se.

Após, retornem os autos à UR-06.

CGC-SEB, 16 de julho de 2020.

SIDNEY ESTANISLAU BERALDO
CONSELHEIRO

CÓPIA DE DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: SIDNEY ESTANISLAU BERALDO. Sistema e-TCESP. Para obter informações sobre assinatura e/ou ver o arquivo original acesse <http://e-processo.tce.sp.gov.br> - link 'Validar documento digital' e informe o código do documento: 2-K3WI-F3UW-6IQN-366I

realizadas acerca dos apontamentos em apreço. Ressalto que, após o fechamento da instrução do exercício pela fiscalização, terão os responsáveis a oportunidade de apresentação de defesa e demonstração de regularização de eventuais falhas, aspecto que enfatizo como prioritário.

Publique-se.
D E S P A C H O
PROCESSO: TC-0001707.989.20-4
ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPAVA
RESPONSÁVEL: JOSÉ RICARDO RODRIGUES MATIAR - Prefeito Municipal.

ASSUNTO: Contas de Prefeitura - Exercício de 2020
EXERCÍCIO: 2020
INSTRUÇÃO POR: UR-17
Como resultado da 1ª Fiscalização Quadrimestral, a equipe da UR-17 produziu o relatório constante destes atos (evento 15), cujo conteúdo do conhecimento aos interessados, informando que esta medida não implica abertura de prazo para justificativas, servindo como alerta, já que serão objeto de análise nas fiscalizações subsequentes das contas da Prefeitura de 2020, ocasião em que também serão observadas as correções realizadas acerca dos apontamentos em apreço. Ressalto que, após o fechamento da instrução do exercício pela fiscalização, terão os responsáveis a oportunidade de apresentação de defesa e demonstração de regularização de eventuais falhas, aspecto que enfatizo como prioritário.

Publique-se.
D E S P A C H O
PROCESSO: TC-014703.989.20-2
ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA NEGRA
ADVOGADOS(A/S): MARCELO PALAVERI (OAB/SP 114.164) / FLAVIA MARIA PALAVERI (OAB/SP 137.889) / RUTH DOS REIS COSTA (OAB/SP 188.312) / RENATA MARIA PALAVERI ZAMARO (OAB/SP 376.248) / OLGA AMELIA GONZAGA VIEIRA (OAB/SP 402.771) / THIAGO ALBERTO FREITAS VARIAS (OAB/SP 422.843) / (OAB/SP 444.821)

INTERESSADO(A/S): SIDNEY ANTONIO FERRARESSO
ASSUNTO: ACOMPANHAMENTO ESPECIAL - COVID-19
Junho/2020

EXERCÍCIO: 2020
INSTRUÇÃO POR: UR-19
Ciente das justificativas apresentadas pela Prefeitura Municipal (evento 48), em relação ao Relatório de Acompanhamento Especial de Maio de 2020. Como resultado do processo de Acompanhamento Especial para verificação da Gestão de Enfrentamento da COVID-19 no âmbito da Prefeitura Municipal de Serra Negra, a equipe de fiscalização competente produziu os relatórios constantes destes atos (evento 44), relativos ao período de junho de 2020, cujo conteúdo do conhecimento aos interessados para que adotem as medidas saneadoras pertinentes. Alerto que os aspectos abordados constarão em itens específicos do Relatório da Fiscalização nas contas da Prefeitura de 2020, quando, então, os responsáveis poderão apresentar defesa e demonstrar a regularização de eventuais falhas, aspecto que enfatizo como prioritário.

Publique-se.
D E S P A C H O
PROCESSO: TC-002734.989.20-5
ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE AREIAS
RESPONSÁVEL: PAULO HENRIQUE DE SOUZA COUTINHO - Prefeito Municipal.

ASSUNTO: Contas de Prefeitura - Exercício de 2020
EXERCÍCIO: 2020
INSTRUÇÃO POR: UR-14
Como resultado da 1ª Fiscalização Quadrimestral, a equipe da UR-14 produziu o relatório constante destes atos (evento 14), cujo conteúdo do conhecimento aos interessados, informando que esta medida não implica abertura de prazo para justificativas, servindo como alerta, já que serão objeto de análise nas fiscalizações subsequentes das contas da Prefeitura de 2020, ocasião em que também serão observadas as correções realizadas acerca dos apontamentos em apreço. Ressalto que, após o fechamento da instrução do exercício pela fiscalização, terão os responsáveis a oportunidade de apresentação de defesa e demonstração de regularização de eventuais falhas, aspecto que enfatizo como prioritário.

Publique-se.
D E S P A C H O
PROCESSO: TC-014674.989.20-7
ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BERNARDO DO CAMPO

ADVOGADOS(A/S): WILSON FULAN (OAB/SP 123.261) / DOUGLAS EDUARDO PRADO (OAB/SP 123.760) / LUIZ MARIO PEREIRA DE SOUZA GOMES (OAB/SP 129.395) / SYLVIO LUIZ BOAS DIAS DO PRADO (OAB/SP 161.094) / ANDREA LUZIA MORALES PONTES (OAB/SP 210.737) / FERNANDO HENRIQUE GODOY VIRGILI (OAB/SP 219.340) / DAIANE OLIVEIRA PIMENTA BAHIA DO BONFIM (OAB/SP 333.252) / FREDERICO AUGUSTO PEREIRA (OAB/SP 352.178)

INTERESSADO(A/S): ANDRÉ MORANDO MORANDO JUNIOR
ASSUNTO: ACOMPANHAMENTO ESPECIAL - COVID-19
Junho/2020

EXERCÍCIO: 2020
INSTRUÇÃO POR: DF-04
Ciente das justificativas apresentadas pela Prefeitura Municipal (evento 37), em relação ao Relatório de Acompanhamento Especial de maio de 2020. Como resultado do processo de Acompanhamento Especial para verificação da Gestão de Enfrentamento da COVID-19 no âmbito da Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo, a equipe de fiscalização competente produziu os relatórios constantes destes atos (evento 33), relativos ao período de junho de 2020, cujo conteúdo do conhecimento aos interessados para que adotem as medidas saneadoras pertinentes. Alerto que os aspectos abordados constarão em itens específicos do Relatório da Fiscalização nas contas da Prefeitura de 2020, quando, então, os responsáveis poderão apresentar defesa e demonstrar a regularização de eventuais falhas, aspecto que enfatizo como prioritário.

Publique-se.
D E S P A C H O
PROCESSO: TC-002828.989.20-2
ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA
ADVOGADA: CAROLINA RANGEL SEGUNINI (OAB/SP 280.200)

RESPONSÁVEL: FRANCISCO DIAS MANCANO JUNIOR - Prefeito Municipal

ASSUNTO: Contas de Prefeitura - Exercício de 2020
EXERCÍCIO: 2020

INSTRUÇÃO POR: UR-06

Como resultado da 1ª Fiscalização Quadrimestral, a equipe da UR-06 produziu o relatório constante destes atos (evento 15), cujo conteúdo do conhecimento aos interessados, informando que esta medida não implica abertura de prazo para justificativas, servindo como alerta, já que serão objeto de análise nas fiscalizações subsequentes das contas da Prefeitura de 2020, ocasião em que também serão observadas as correções realizadas acerca dos apontamentos em apreço. Ressalto que, após o fechamento da instrução do exercício pela fiscalização, terão os responsáveis a oportunidade de apresentação de defesa e demonstração de regularização de eventuais falhas, aspecto que enfatizo como prioritário.

Publique-se.
D E S P A C H O
PROCESSO: TC-003334.989.20-9
ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DOS CAMPOS
ADVOGADOS(A/S): GABRIELA ABRAMIDES (OAB/SP 149.782) / RONALDO JOSE DE ANDRADE (OAB/SP 182.605)
RESPONSÁVEL: FELICIO RAMUTH - Prefeito Municipal.
ASSUNTO: Contas de Prefeitura - Exercício de 2020
EXERCÍCIO: 2020
INSTRUÇÃO POR: UR-14

Como resultado da 1ª Fiscalização Quadrimestral, a equipe da UR-14 produziu o relatório constante destes atos (evento 26), cujo conteúdo do conhecimento aos interessados, informando que esta medida não implica abertura de prazo para justificativas, servindo como alerta, já que serão objeto de análise nas fiscalizações subsequentes das contas da Prefeitura de 2020, ocasião em que também serão observadas as correções realizadas acerca dos apontamentos em apreço. Ressalto que, após o fechamento da instrução do exercício pela fiscalização, terão os responsáveis a oportunidade de apresentação de defesa e demonstração de regularização de eventuais falhas, aspecto que enfatizo como prioritário.

Publique-se.
D E S P A C H O
PROCESSO: 00005094.989.19-1
ÓRGÃO: CAMARA MUNICIPAL DE DIVINOLANDIA (CNPJ 00.579.769/0001-06)

ASSUNTO: Contas de Câmara - Exercício de 2019
EXERCÍCIO: 2019

INSTRUÇÃO POR: UR-19
Diante da instrução da Fiscalização (evento 9), assinou o responsável o prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da publicação deste despacho no DOE, nos termos do item 2º, inciso XIII, da Lei Complementar Estadual nº 709/93, para que apresente as justificativas que o conhecimento pertinente.

Alerto que a Integra deste processo poderá ser consultada no Sistema do Processo Eletrônico e-TCESP, na página www.tce-sp.gov.br, por advogados e interessados mediante cadastrados e habilitados, nos termos do artigo 17 da Resolução TCESP nº 01/2011.

Publique-se.
D E S P A C H O
PROCESSO: TC-021970.989.19-0
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARTUR NOGUEIRA

ADVOGADOS(A/S): CLAYTON MACHADO VALERIO DA SILVA (OAB/SP 212.125) / LEANDRO DA ROCHA BUENO (OAB/SP 214.932) / MARCELA DE CARVALHO CARNEIRO (OAB/SP 230.471)
CONTRATADO(A/S): CIDADE DAS FLORES TRANSPORTES LTDA

ADVOGADOS(A/S): FERNANDO BENEDITO PELEGRINI (OAB/SP 137.616) / (OAB/SP 178.291)

INTERESSADOS(A/S): IVAN CLEBER VICENSOTTI

ELAINE VICENSOTTI BOER

ASSUNTO: CONTRATO nº 001/2019 de 03/01/2019 - EDITAL nº 53 - Pregão Presencial nº 53/2018 - OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Transporte Escolar através de veículo de transporte coletivo para atendimento de alunos da rede pública de ensino (municipal e estadual) do município de Artur Nogueira, com monitor escolar, pelo período de 12 meses.

EXERCÍCIO: 2019
INSTRUÇÃO POR: UR-19

PROCESSO: TC-0022065.989.19-6
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARTUR NOGUEIRA

ADVOGADOS(A/S): CLAYTON MACHADO VALERIO DA SILVA (OAB/SP 212.125) / LEANDRO DA ROCHA BUENO (OAB/SP 214.932) / MARCELA DE CARVALHO CARNEIRO (OAB/SP 230.471)
CONTRATADO(A/S): CIDADE DAS FLORES TRANSPORTES LTDA

ADVOGADOS(A/S): FERNANDO BENEDITO PELEGRINI (OAB/SP 137.616) / (OAB/SP 178.291)

INTERESSADOS(A/S): IVAN CLEBER VICENSOTTI

ELAINE VICENSOTTI BOER

ASSUNTO: 1º Termo de Retificação de 26/02/2019 ao Contrato nº 001/2019 - FINALIDADE: Supressão do valor global de R\$4.000.469,84 (quatro milhões, quatrocentos e sessenta e nove mil, quatrocentos e sessenta e nove reais) e do valor de R\$3.892.252,76 (três milhões, oitocentos e noventa e dois mil, doiscentos e cinquenta e dois reais) de taxa retificando-se as disposições expressas nas Cláusulas Primeira; Caput da Cláusula Terceira e Caput da Cláusula Quinta do Contrato firmado.

EXERCÍCIO: 2019
INSTRUÇÃO POR: UR-19

PROCESSO: TC-008970.989.20-8
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARTUR NOGUEIRA

ADVOGADOS(A/S): CLAYTON MACHADO VALERIO DA SILVA (OAB/SP 212.125) / LEANDRO DA ROCHA BUENO (OAB/SP 214.932) / MARCELA DE CARVALHO CARNEIRO (OAB/SP 230.471)
CONTRATADO(A/S): CIDADE DAS FLORES TRANSPORTES LTDA

ADVOGADOS(A/S): FERNANDO BENEDITO PELEGRINI (OAB/SP 137.616) / (OAB/SP 178.291)

INTERESSADOS(A/S): IVAN CLEBER VICENSOTTI

ELAINE VICENSOTTI BOER

ASSUNTO: 2º Termo Aditivo s/nº, assinado em 10 de dezembro de 2019, cuja finalidade é aditar o valor mensal do contrato de prestação de serviços de transporte escolar através de veículo de transporte coletivo para atendimento de alunos da rede pública de ensino (municipal e estadual) de R\$ 79.117,24, retroagindo ao início do ano letivo, no mês de fevereiro de 2019 (11 meses), perfazendo o montante de R\$870.289,64, o que faz com o valor total do contrato passa a ser de R\$ 4.673.542,40.

EXERCÍCIO: 2019
INSTRUÇÃO POR: UR-19

PROCESSO: TC-008972.989.20-6
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARTUR NOGUEIRA

ADVOGADOS(A/S): CLAYTON MACHADO VALERIO DA SILVA (OAB/SP 212.125) / LEANDRO DA ROCHA BUENO (OAB/SP 214.932) / MARCELA DE CARVALHO CARNEIRO (OAB/SP 230.471)
CONTRATADO(A/S): CIDADE DAS FLORES TRANSPORTES LTDA

ADVOGADOS(A/S): FERNANDO BENEDITO PELEGRINI (OAB/SP 137.616) / (OAB/SP 178.291)

INTERESSADOS(A/S): IVAN CLEBER VICENSOTTI

ELAINE VICENSOTTI BOER

ASSUNTO: 3º Termo de Aditamento, cuja finalidade é a prorrogação do contrato nº 01/2019, referente à prestação de serviços de transporte escolar através de veículo de transporte coletivo para atendimento de alunos da rede pública de ensino (municipal e estadual), por 6 meses, com início retroativo à data de 01 de janeiro de 2020 e com término previsto para 30 de junho de 2020.

EXERCÍCIO: 2020
INSTRUÇÃO POR: UR-19

Defiro, por 15 (quinze) dias úteis, contados da publicação de Despacho no DOE, a prorrogação de prazo requerida no evento 68 do TC-021970.989.19-0, evento 62 do TC-022065.989.19-6 e evento 42 dos TC-008970.989.20-8 e TC-008972.989.20-6.

Publique-se.
DESPACHO PROFERIDO PELO CONSELHEIRO RELATOR
SIDNEY ESTANISLAU BERALDO
Processo: TC-015696.989.20-1. Representante: Vagner Borges Dias. Representado: Serviço de Assistência Médica de Francisco Morato – SAME. Assunto: Exame prévio do edital do pregão presencial nº 005/2020, do tipo menor preço global, que tem por objeto a “contratação de empresa especializada para execução dos serviços técnicos de higienização ambiental, limpeza, asseio e conservação predial”. Responsável: Marcelo Simões (Superintendente dos Negócios de Saúde). Advogado cadastrado no e-TCESP: Dário Resinger Ferreira (OAB/SP nº 290.758)

1 - RELATORIO

1.1 Trata-se do exame prévio do edital do pregão presencial nº 005/2020, do tipo menor preço global, elaborado pelo SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA DE FRANCISCO MORATO - SAME, que tem por objeto a “contratação de empresa especializada para execução dos serviços técnicos de higienização ambiental, limpeza, asseio e conservação predial, com forneci-

mento de mão de obra especializada de saneantes e demissários, materiais de consumo, utensílios, máquinas apropriadas ao objeto e equipamentos de limpeza, incluindo a coleta de resíduo interno e externo, visando a obtenção de adequadas condições de salubridade e higiene para unidades de saúde e departamentos pertencentes ao SAME”.

1.2 Insurgiu-se o Representante contra os dispositivos editalícios que impõem, para fins de habilitação técnica, o registro ou inscrição das licitantes no Conselho Regional de Química (CRQ) e no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), bem como a apresentação de atestados devidamente averbados naquelas entidades.

Sustentou inexistir “dever legal que impõe às empresas que atuam no ramo de limpeza e conservação o registro perante Conselhos de Classe, seja este qual for, que sua exigência se torna excessiva e desnecessária”, destacando “que o objeto do presente processo licitatório não corresponde ao exercício da profissão de químico, cujas atividades estão descritas na Lei nº 2.800/1956, ao exercício da profissão de administrador, cujas atividades estão descritas na Lei nº 4.769/1965 e nem ao exercício das profissões de engenheiro ou arquiteto, cujas atividades estão descritas na Lei nº 5.194/1966”.

Ponderou que, no caso, “há mero manuseio e aplicação de produtos necessários à execução do serviço de limpeza, sem que haja verdadeira industrialização, manipulação ou preparo de produtos químicos, ou o uso de produtos altamente tóxicos, caso em que seria exigível conhecimento técnico por parte do prestador do serviço, autorizações prévias, tais como alvarás e licenças, e sua fiscalização”.

3. Ante a existência de indícios de restrição indevida à competitividade, a suspensão do certame foi decretada por este E. Plenário.

Na oportunidade, foi determinado que a Autarquia municipal também elucidas a requisição de que os atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito privado sejam acompanhados das respectivas notas fiscais.

4.1 Notificada, a Representada informou que, mediante decisão administrativa efetuada antes da determinação de paralisação do certame, já tinha constatado a inclusão equivocada no edital da lista contratada na inicial e já estava providenciando a retificação no mesmo.

Desta forma, ante seu reconhecimento do equívoco e anulação na correção, requeiro a improcedência da representação.

Contudo, mantive-se silente em relação ao aspecto por mim suscitado.

1.5 A Unidade de Engenharia da Assessoria Técnico-Jurídica manifestou-se pela procedência parcial das impugnações.

1.6 Sua congênera Juridica, a Chefia da ATJ, Ministério Público de Contas e a Secretaria Diretoria-Geral pronunciaram-se pela procedência total das impugnações.

1.7 Após a instrução, a Autarquia Municipal apresentou informação (evento 57) de que o certame foi revogado, conforme se verifica no DOE de 15-07-2020, Poder Executivo, Seção I, pág. 125.

DECISÃO

2.1 A superveniente destituição do certame, cuja eficácia foi demonstrada por meio da publicação na Imprensa Oficial, suprimiu o interesse processual que motivara o Requerimento a acionar esta Corte, em busca de correções no ato convocatório da disputa em tela.

2.2 Considerando que a representação perdeu o seu objeto, declaro, com fundamento no art. 223, inciso V, do Regimento Interno, extinto o processo, sem exame de mérito.

Casso a liminar concedida e determino o arquivamento dos autos.

Publique-se.

DESPACHOS DE SUBSTITUTO DE CONSELHEIRO

DESPACHOS PROFERIDOS PELO CONSELHEIRO SUBSTITUTO MARCIO MARTINS DE CAMARGO.

PROCESSO: 00018062.989.20-7. REPRESENTANTE: CLEBERSON CORREA CONSULTORIA E PLANEJAMENTO (CNPJ 19.320.025/0001-30). ADVOGADO: CLEBERSON CORREA (OAB/SP 198.291). REPRESENTADO(A): PREFEITURA MUNICIPAL DE MINEIROS DO TIETE (CNPJ 46.199.253/0001-37). ASSUNTO: Representação visando ao Exame Prévio do edital do Pregão Presencial nº 017/2020, tendo por objeto a contratação de empresa para fornecimento de licenciamento de uso de programa de informática, locação por prazo determinado, serviço de provedor de nuvem, conversão, manutenção e treinamento dos sistemas: contábil, orçamentário e financeiro, para administração e gestão pessoal, administração tributária e receitas, procuradoria, para nota fiscal eletrônica e ISS, transparência, licitações e contratos, administração de materiais e compras, tramitação de processos - protocolo, administração de patrimônio, administração de frota, saúde pública e servidor nuvem. EXERCÍCIO: 2020. INSTRUÇÃO POR: UR-02.

Utilizando-se da faculdade conferida pelo artigo 113, §1º, da Lei Federal nº 8.666/93, Cleberson Correa Consultoria e Planejamento representa perante este Tribunal contra o Edital do Pregão Presencial nº 17/2020, promovido pela Prefeitura de Minas dos Tietes, tendo por objeto a contratação de empresa para fornecimento de licenciamento de uso de programa de informática, locação por prazo determinado, serviço de provedor de nuvem, conversão, manutenção e treinamento dos sistemas: contábil, orçamentário e financeiro, para administração e gestão pessoal, administração tributária e receitas, procuradoria, para nota fiscal eletrônica e ISS, transparência, licitações e contratos, administração de materiais e compras, tramitação de processos - protocolo, administração de patrimônio, administração de frota, saúde pública e servidor nuvem.

O edital é datado de 6/7/20, a representação foi protocolizada nesta Corte em 16/7/20 e a sessão pública está agendada para 21/7/20.

O representante questiona:

a) Há prazos divergentes para a implantação integral e conversão do software licitado, uma vez que o item 5.VII do edital prevê a até 45 dias da assinatura do contrato, ao passo que dos anexos 1 e VII consta 30 dias, confusão que incide diretamente na formação da proposta.

b) O previsto no item 6.4.1 configura exigência da licitante já ter previamente a equipe técnica.

a) A sistemática prevista no item 10 do edital configura mecanismo de demonstração das funcionalidades do software contratado para avaliação com base em critérios subjetivos, além de representar fase classificatória após o fim da possibilidade de apresentação de recursos expostos.

Com fundamento nos motivos expostos, propõe o exame prévio do edital, com a suspensão do ato, nos termos e para os fins previstos no § 2º do artigo 113 da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

E é suficiente a exploração esclarecimentos por parte do edital.

Assim, DETERMINO a origem que apresente a este Tribunal, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, uma cópia integral do edital em referência, inclusive de seus anexos, para o exame previsto no item 113, § 2º, da Lei Federal nº 8.666/93, ou, alternativamente, que certifique a este Tribunal que a cópia do edital anexa não contém nenhuma alteração em relação ao edital de integralidade do edital original.

DETERMINO também, agora com fundamento no parágrafo único, n.º 10, do artigo 53 do RITCESP, que o correspondente procedimento licitatório seja sustado de imediato e assim permaneça até que se profira decisão final sobre o caso.

ADVERTIR, ainda, que o descumprimento desta determinação acarretará a rescisão da pena prevista no artigo 104, III, da Lei Complementar Estadual nº 709/1993.

Fica a origem NOTIFICADA para, em querendo, apresentar suas justificativas sobre todas as impugnações apresentadas pela representante, no mesmo prazo de 48 (quarenta e oito) horas acima fixado.

Publique-se.
Ao Cartório para as devidas providências.

PROCESSO: 00002821.989.20-9. ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARÁ (CNPJ 45.353.299/0001-04). INTERESSADO(A/S): VINICIUS MARQUES LUGUERA (CPF 108.974.138-30). ASSUNTO: Contas de Prefeitura - Exercício de 2020. EXERCÍCIO: 2020. INSTRUÇÃO POR: UR-17. PROCESSO(S) DEPENDENTE(S): 00014292.989.20-9. PROCESSO(S) REFERENCIADO(S): 00011055.989.20-6.

Fica o sr. Prefeito Municipal NOTIFICADO para que tome conhecimento do Relatório da Fiscalização (ev. 16), que contém os apontamentos e resultados verificados no período do exame, e ADVERTIDO de que a falta de adoção de medidas corretivas poderá implicar na emissão de parecer desfavorável à aprovação das contas anuais.

Publique-se.
Após, retornem os autos à Unidade Regional de Ituverava - UR-17 para prosseguimento de sua instrução.

PROCESSO: 00003788.989.18-4. CONTRATANTE: HOSPITAL GERAL DR. JOSE PANGELLA DE VILA PENTEADO - SECRETARIA DA SAÚDE (CNPJ 46.374.500/113-90). INTERESSADO(A/S): SAMER FARHOU (CPF 149.126.428-43). SERGIO ROBERTO SILVA (CPF 523.329.226-72). ASSUNTO: Relatório de Fiscalização - Contas do Exercício de 2018. EXERCÍCIO: 2018. INSTRUÇÃO POR: DF-09. PROCESSO PRINCIPAL: 2943.989.18-6.

Vistos.
Requer o despacho de um documento a notificação pessoal dos ordenadores da despesa da UGE acima discriminada. Assim, decorrido o prazo da referida notificação, sobretejam-se os autos até que prazo concedido às demais UGE's integrantes da Secretaria da Saúde, nas quais foi determinada a emissão de notificações pessoais, esteja exaurido.

Publique-se.
Ao Cartório para cumprir.

PROCESSO: 00021523.989.18-4. CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEVI (CNPJ 46.523.031/0001-28). ADVOGADO: (OAB/SP 186.432). CONTRATADO(A/S): CLINICA MEDICO E CIRURGICA CAJAMAR LTDA (CNPJ 59.055.459/0001-35). INTERESSADO(A/S): APARECIDA LUIZA NASI FERNANDES (CPF 668.319.548-04). ASSUNTO: 3º TERMO DE ADITAMENTO AO CONTRATO Nº 86/2015. PRORROGAÇÃO POR MAIS 90 DIAS. EXERCÍCIO: 2017. INSTRUÇÃO POR: DF-06. PROCESSO PRINCIPAL: 6648.989.15-0.

PROCESSO: 00001526.989.18-1. CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEVI (CNPJ 46.523.031/0001-28). ADVOGADO: (OAB/SP 186.432). CONTRATADO(A/S): CLINICA MEDICO E CIRURGICA CAJAMAR LTDA (CNPJ 59.055.459/0001-35). INTERESSADO(A/S): APARECIDA LUIZA NASI FERNANDES (CPF 668.319.548-04). ASSUNTO: 3º TERMO DE ADITAMENTO AO CONTRATO Nº 86/2015. PRORROGAÇÃO POR MAIS 120 DIAS. EXERCÍCIO: 2018. INSTRUÇÃO POR: DF-06. PROCESSO PRINCIPAL: 6648.989.15-0.

PROCESSO: 00021531.989.18-4. CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEVI (CNPJ 46.523.031/0001-28). ADVOGADO: (OAB/SP 186.432). CONTRATADO(A/S): CLINICA MEDICO E CIRURGICA CAJAMAR LTDA (CNPJ 59.055.459/0001-35). INTERESSADO(A/S): APARECIDA LUIZA NASI FERNANDES (CPF 668.319.548-04). ASSUNTO: 6º TERMO DE ADITAMENTO AO CONTRATO Nº 86/2015. PRORROGAÇÃO POR MAIS 120 DIAS. EXERCÍCIO: 2018. INSTRUÇÃO POR: DF-06. PROCESSO PRINCIPAL: 6648.989.15-0.

PROCESSO: 00021534.989.18-1. CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEVI (CNPJ 46.523.031/0001-28). ADVOGADO: (OAB/SP 186.432). CONTRATADO(A/S): CLINICA MEDICO E CIRURGICA CAJAMAR LTDA (CNPJ 59.055.459/0001-35). INTERESSADO(A/S): APARECIDA LUIZA NASI FERNANDES (CPF 668.319.548-04). ASSUNTO: 6º TERMO DE ADITAMENTO AO CONTRATO Nº 86/2015. PRORROGAÇÃO POR MAIS 120 DIAS. EXERCÍCIO: 2018. INSTRUÇÃO POR: DF-06. PROCESSO PRINCIPAL: 6648.989.15-0.

PROCESSO: 00001927.989.19-4. CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEVI (CNPJ 46.523.031/0001-28). ADVOGADO: (OAB/SP 186.432). CONTRATADO(A/S): CLINICA MEDICO E CIRURGICA CAJAMAR LTDA (CNPJ 59.055.459/0001-35). INTERESSADO(A/S): APARECIDA LUIZA NASI FERNANDES (CPF 668.319.548-04). ASSUNTO: 6º TERMO DE ADITAMENTO AO CONTRATO Nº 86/2015. PRORROGAÇÃO POR MAIS 120 DIAS. EXERCÍCIO: 2018. INSTRUÇÃO POR: DF-06. PROCESSO PRINCIPAL: 6648.989.15-0.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEVI requer dilação de prazo, por 5 dias, para manifestar-se.

Defiro.

Os efeitos desta decisão estendem-se aos demais interessados.

Publique e agrade-se.

PROCESSO: 00006190.989.14-5. CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO SEBASTIAO (CNPJ 46.482.832/0001-92). ADVOGADO: DANIELA DUARTE CORDEIRO (OAB/SP 223.332) / REINALDO RODRIGUES DA ROCHA (OAB/SP 289.918) / LUIZ FELIPE DA SILVA LOBATO (OAB/SP 292.808). CONTRATADO(A/S): VOLPE CONSTRUTORA E TRANSPORTES LTDA (CNPJ 14.005.617/0001-04). INTERESSADO(A/S): ERNANE BILOTTI - ROQUE FERRAZ (CPF 857.814.818-87). ASSUNTO: Contrato de prestação de serviços de manutenção e reforma de quadras e sanitário público, com fornecimento de material, mão-de-obra e equipamentos. EXERCÍCIO: 2014. INSTRUÇÃO POR: UR-07. PROCESSO PRINCIPAL: 5494.989.14-8. PROCESSO(S) REFERENCIADO(S): 00021849.989.19-9.

Por conter impropriedades, revogo, por impertinente o Despacho de ev. 474 (DOE de 15/7/20).

O presente processo deverá ser sobreastado até o retorno a este Gabinete do processo 5494.989.14-8.

Publique-se, cumpra-se e invalide-se os evs. 474 e 480, a fim de evitar equívocos indejados.

</

CONSULTA DE BALANCETE :: RESULTADO DA PESQUISA

DADOS INFORMADOS:

Código Contabil: Não
Município: Guariba
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA
Período: 8/2020
Nível Mínimo: 1
Nível Máximo: 7

Cód Contábil:	Descrição:	Saldo Inicial	Mov. a Débito	Mov. a Crédito	Saldo Final
1.0.0.0.00.00	ATIVO	R\$ 111.161.051,64	R\$ 223.777.923,49	R\$ 206.324.283,07	R\$ 128.614.692,06
1.1.0.0.00.00	ATIVO CIRCULANTE	R\$ 32.294.589,42	R\$ 218.970.937,76	R\$ 204.156.538,00	R\$ 47.108.989,18
1.1.1.0.00.00	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	R\$ 26.150.037,06	R\$ 207.423.134,03	R\$ 198.090.649,14	R\$ 35.482.521,95
1.1.1.1.0.00.00	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	R\$ 26.150.037,06	R\$ 207.423.134,03	R\$ 198.090.649,14	R\$ 35.482.521,95
1.1.1.1.1.00.00	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL - CONSOLIDAÇÃO	R\$ 26.150.037,06	R\$ 207.423.134,03	R\$ 198.090.649,14	R\$ 35.482.521,95
1.1.1.1.1.02.00	CONTA ÚNICA (F)	R\$ 30.310,49	R\$ 102,57	R\$ -	R\$ 30.413,06
1.1.1.1.1.19.00	BANCOS CONTA MOVIMENTO - DEMAIS CONTAS (F)	R\$ 26.119.726,57	R\$ 207.423.031,46	R\$ 198.090.649,14	R\$ 35.452.108,89
1.1.2.0.00.00	CRÉDITOS A CURTO PRAZO	R\$ 4.745.071,66	R\$ 8.934.245,26	R\$ 5.681.581,88	R\$ 7.997.735,04
1.1.2.1.0.00.00	CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER	R\$ 1.623.113,74	R\$ 8.934.245,26	R\$ 5.681.581,88	R\$ 4.875.777,12
1.1.2.1.1.00.00	CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER - CONSOLIDAÇÃO	R\$ 1.623.113,74	R\$ 8.934.245,26	R\$ 5.681.581,88	R\$ 4.875.777,12
1.1.2.1.1.01.00	IMPOSTOS	R\$ 1.418.266,57	R\$ 8.326.803,23	R\$ 5.229.876,67	R\$ 4.515.193,13
1.1.2.1.1.01.01	IMPOSTO SOBRE A RENDA E PROVENTOS DE QUALQUER NATUREZA (P)	R\$ -	R\$ 3.174,97	R\$ 3.174,97	R\$ -
1.1.2.1.1.01.05	IPTU (P)	R\$ 604.295,77	R\$ 7.243.089,97	R\$ 3.459.198,08	R\$ 4.388.187,66
1.1.2.1.1.01.06	ITBI (P)	R\$ 700.474,08	R\$ 1.080.538,29	R\$ 1.767.263,12	R\$ 13.749,25
1.1.2.1.1.01.07	ISS (P)	R\$ 19.295,67	R\$ -	R\$ 240,50	R\$ 19.055,17
1.1.2.1.1.01.99	OUTROS IMPOSTOS A RECEBER (P)	R\$ 94.201,05	R\$ -	R\$ -	R\$ 94.201,05
1.1.2.1.1.02.00	TAXAS	R\$ 200.898,17	R\$ 606.489,43	R\$ 448.486,50	R\$ 358.901,10
1.1.2.1.1.02.01	TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA (P)	R\$ 171.956,13	R\$ 583.336,73	R\$ 435.138,64	R\$ 320.154,22
1.1.2.1.1.02.02	TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS (P)	R\$ 28.942,04	R\$ 23.152,70	R\$ 13.347,86	R\$ 38.746,88
1.1.2.1.1.03.00	CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	R\$ 3.949,00	R\$ 952,60	R\$ 3.218,71	R\$ 1.682,89
1.1.2.1.1.03.01	CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA (P)	R\$ 3.949,00	R\$ 952,60	R\$ 3.218,71	R\$ 1.682,89
1.1.2.2.0.00.00	CLIENTES	R\$ 21.892,20	R\$ -	R\$ -	R\$ 21.892,20
1.1.2.2.1.00.00	CLIENTES - CONSOLIDAÇÃO	R\$ 21.892,20	R\$ -	R\$ -	R\$ 21.892,20
1.1.2.2.1.01.00	FATURAS/DUPPLICATAS A RECEBER (P)	R\$ 21.892,20	R\$ -	R\$ -	R\$ 21.892,20
1.1.2.5.0.00.00	DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	R\$ 3.087.966,26	R\$ -	R\$ -	R\$ 3.087.966,26
1.1.2.5.1.00.00	DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA - CONSOLIDAÇÃO	R\$ 3.087.966,26	R\$ -	R\$ -	R\$ 3.087.966,26
1.1.2.5.1.01.00	DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA DOS IMPOSTOS	R\$ 2.772.664,66	R\$ -	R\$ -	R\$ 2.772.664,66

1.1.2.5.1.01.05	DÍVIDA ATIVA DO IPTU (P)	R\$ 2.691.564,44	R\$ -	R\$ -	R\$ 2.691.564,44
1.1.2.5.1.01.07	DÍVIDA ATIVA DO ISS (P)	R\$ 81.100,22	R\$ -	R\$ -	R\$ 81.100,22
1.1.2.5.1.02.00	DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA DAS TAXAS	R\$ 296.909,24	R\$ -	R\$ -	R\$ 296.909,24
1.1.2.5.1.02.01	DÍVIDA ATIVA DAS TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA (P)	R\$ 216.610,29	R\$ -	R\$ -	R\$ 216.610,29
1.1.2.5.1.02.02	DÍVIDA ATIVA DAS TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS (P)	R\$ 80.298,95	R\$ -	R\$ -	R\$ 80.298,95
1.1.2.5.1.03.00	DÍVIDA ATIVA DAS CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	R\$ 8.392,36	R\$ -	R\$ -	R\$ 8.392,36
1.1.2.5.1.03.01	DÍVIDA ATIVA DAS CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA (P)	R\$ 8.392,36	R\$ -	R\$ -	R\$ 8.392,36
1.1.2.5.1.99.00	DEMAIS DÍVIDAS ATIVAS TRIBUTÁRIAS (P)	R\$ 10.000,00	R\$ -	R\$ -	R\$ 10.000,00
1.1.2.6.0.00.00	DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA	R\$ 12.099,46	R\$ -	R\$ -	R\$ 12.099,46
1.1.2.6.1.00.00	DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA CONSOLIDAÇÃO	R\$ 12.099,46	R\$ -	R\$ -	R\$ 12.099,46
1.1.2.6.1.99.00	DEMAIS VALORES INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA (P)	R\$ 12.099,46	R\$ -	R\$ -	R\$ 12.099,46
1.1.3.0.0.00.00	DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	R\$ 178.169,94	R\$ 366.425,18	R\$ 384.306,98	R\$ 160.288,14
1.1.3.1.0.00.00	ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	R\$ 36.420,61	R\$ 13.350,00	R\$ 15.359,22	R\$ 34.411,39
1.1.3.1.1.00.00	ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS - CONSOLIDAÇÃO	R\$ 36.420,61	R\$ 13.350,00	R\$ 15.359,22	R\$ 34.411,39
1.1.3.1.1.01.00	ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS A PESSOAL	R\$ 33.420,61	R\$ 12.050,00	R\$ 14.859,22	R\$ 30.611,39
1.1.3.1.1.01.15	VIAGENS - ADIANTAMENTO (P)	R\$ 9.750,00	R\$ -	R\$ -	R\$ 9.750,00
1.1.3.1.1.01.98	OUTROS ADIANTAMENTOS A PESSOAL (P)	R\$ 23.670,61	R\$ 12.050,00	R\$ 14.859,22	R\$ 20.861,39
1.1.3.1.1.02.00	SUPRIMENTO DE FUNDOS (P)	R\$ 3.000,00	R\$ 1.300,00	R\$ 500,00	R\$ 3.800,00
1.1.3.8.0.00.00	OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO	R\$ 141.749,33	R\$ 353.075,18	R\$ 368.947,76	R\$ 125.876,75
1.1.3.8.1.00.00	OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO	R\$ 141.749,33	R\$ 353.075,18	R\$ 368.947,76	R\$ 125.876,75
1.1.3.8.1.01.00	ALUGUÉIS A RECEBER (P)	R\$ 1.400,67	R\$ 16.897,98	R\$ 11.686,90	R\$ 6.611,75
1.1.3.8.1.06.00	VALORES EM TRÂNSITO REALIZÁVEIS A CURTO PRAZO (F)	R\$ 98.678,93	R\$ 52.000,00	R\$ 78.000,00	R\$ 72.678,93
1.1.3.8.1.08.00	CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO FAMÍLIA PAGO (F)	R\$ 6.741,98	R\$ 77.024,45	R\$ 75.136,77	R\$ 8.629,66
1.1.3.8.1.09.00	CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO MATERNIDADE PAGO (F)	R\$ 25.448,37	R\$ 173.363,47	R\$ 169.644,92	R\$ 29.166,92
1.1.3.8.1.99.00	OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES DE CURTO PRAZO (P)	R\$ 9.479,38	R\$ 33.789,28	R\$ 34.479,17	R\$ 8.789,49
1.1.5.0.0.00.00	ESTOQUES	R\$ 1.221.310,76	R\$ 2.247.133,29	R\$ -	R\$ 3.468.444,05
1.1.5.6.0.00.00	ALMOXARIFADO	R\$ 1.221.310,76	R\$ 2.246.275,99	R\$ -	R\$ 3.467.586,75
1.1.5.6.1.00.00	ALMOXARIFADO - CONSOLIDAÇÃO	R\$ 1.221.310,76	R\$ 2.246.275,99	R\$ -	R\$ 3.467.586,75
1.1.5.6.1.01.00	MATERIAL DE CONSUMO (P)	R\$ 212.786,93	R\$ 1.280.514,74	R\$ -	R\$ 1.493.301,67
1.1.5.6.1.02.00	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (P)	R\$ 190.149,34	R\$ 175.334,81	R\$ -	R\$ 365.484,15
1.1.5.6.1.03.00	MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO (P)	R\$ -	R\$ 945,00	R\$ -	R\$ 945,00
1.1.5.6.1.04.00	AUTOPEÇAS (P)	R\$ -	R\$ 29.638,82	R\$ -	R\$ 29.638,82
1.1.5.6.1.05.00	MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES (P)	R\$ 435.866,51	R\$ 753.286,16	R\$ -	R\$ 1.189.152,67
1.1.5.6.1.07.00	MATERIAL DE EXPEDIENTE (P)	R\$ 382.507,98	R\$ 6.556,46	R\$ -	R\$ 389.064,44
1.1.5.8.0.00.00	OUTROS ESTOQUES	R\$ -	R\$ 857,30	R\$ -	R\$ 857,30
1.1.5.8.1.00.00	OUTROS ESTOQUES - CONSOLIDAÇÃO	R\$ -	R\$ 857,30	R\$ -	R\$ 857,30
1.1.5.8.1.02.00	ESTOQUES PARA DISTRIBUIÇÃO	R\$ -	R\$ 857,30	R\$ -	R\$ 857,30
1.1.5.8.1.02.01	MATERIAL DE CONSUMO - ESTOQUE INTERNO - DESTINADO A DISTRIBUIÇÃO (P)	R\$ -	R\$ 857,30	R\$ -	R\$ 857,30

1.2.0.0.0.00.00	ATIVO NÃO-CIRCULANTE	R\$ 78.866.462,22	R\$ 4.806.985,73	R\$ 2.167.745,07	R\$ 81.505.702,88
1.2.1.0.0.00.00	ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	-R\$ 401.519,00	R\$ 811.106,67	R\$ 2.088.413,82	-R\$ 1.678.826,15
1.2.1.1.0.00.00	CRÉDITOS A LONGO PRAZO	-R\$ 401.519,00	R\$ 811.106,67	R\$ 2.088.413,82	-R\$ 1.678.826,15
1.2.1.1.1.00.00	CRÉDITOS A LONGO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO	-R\$ 401.519,00	R\$ 811.106,67	R\$ 2.088.413,82	-R\$ 1.678.826,15
1.2.1.1.1.04.00	DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	R\$ 17.510.690,71	R\$ 810.827,74	R\$ 2.046.469,04	R\$ 16.275.049,41
1.2.1.1.1.04.01	CRÉDITOS NÃO PREVIDENCIÁRIOS INSCRITOS (P)	R\$ 17.510.690,71	R\$ 810.827,74	R\$ 2.046.469,04	R\$ 16.275.049,41
1.2.1.1.1.05.00	DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA (P)	R\$ 2.070.458,31	R\$ 278,93	R\$ 41.944,78	R\$ 2.028.792,46
1.2.1.1.1.99.00	(-) AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS A LONGO PRAZO	-R\$ 19.982.668,02	R\$ -	R\$ -	-R\$ 19.982.668,02
1.2.1.1.1.99.04	(-) AJUSTES DE PERDAS DE DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA (P)	-R\$ 17.877.977,15	R\$ -	R\$ -	-R\$ 17.877.977,15
1.2.1.1.1.99.05	(-) AJUSTES DE PERDAS DE DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA (P)	-R\$ 2.104.690,87	R\$ -	R\$ -	-R\$ 2.104.690,87
1.2.3.0.0.00.00	IMOBILIZADO	R\$ 79.267.981,22	R\$ 3.995.879,06	R\$ 79.331,25	R\$ 83.184.529,03
1.2.3.1.0.00.00	BENS MÓVEIS	R\$ 34.557.106,82	R\$ 1.407.869,52	R\$ -	R\$ 35.964.976,34
1.2.3.1.1.00.00	BENS MÓVEIS - CONSOLIDAÇÃO	R\$ 34.557.106,82	R\$ 1.407.869,52	R\$ -	R\$ 35.964.976,34
1.2.3.1.1.01.00	MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	R\$ 6.441.946,55	R\$ 493.607,05	R\$ -	R\$ 6.935.553,60
1.2.3.1.1.01.01	APARELHOS DE MEDIÇÃO E ORIENTAÇÃO (P)	R\$ 2.489,80	R\$ -	R\$ -	R\$ 2.489,80
1.2.3.1.1.01.02	APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO (P)	R\$ 873.514,39	R\$ 6.555,00	R\$ -	R\$ 880.069,39
1.2.3.1.1.01.03	APARELHOS, EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS MÉDICOS, ODONTOLÓGICOS, LABORATORIAIS	R\$ 1.015.550,17	R\$ 267.515,99	R\$ -	R\$ 1.283.066,16
1.2.3.1.1.01.04	APARELHOS E EQUIPAMENTOS PARA ESPORTES E DIVERSÕES (P)	R\$ 369.873,97	R\$ -	R\$ -	R\$ 369.873,97
1.2.3.1.1.01.05	EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO, SEGURANÇA E SOCORRO (P)	R\$ 329.073,82	R\$ 1.900,00	R\$ -	R\$ 330.973,82
1.2.3.1.1.01.06	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS (P)	R\$ 5.640,00	R\$ -	R\$ -	R\$ 5.640,00
1.2.3.1.1.01.07	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGÉTICOS (P)	R\$ 301.391,26	R\$ -	R\$ -	R\$ 301.391,26
1.2.3.1.1.01.09	MAQUINAS, FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS DE OFICINA (P)	R\$ 139.765,43	R\$ 740,00	R\$ -	R\$ 140.505,43
1.2.3.1.1.01.99	OUTRAS MAQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS (P)	R\$ 3.404.647,71	R\$ 216.896,06	R\$ -	R\$ 3.621.543,77
1.2.3.1.1.02.00	BENS DE INFORMÁTICA	R\$ 4.383.216,59	R\$ 23.774,15	R\$ -	R\$ 4.406.990,74
1.2.3.1.1.02.01	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS (P)	R\$ 4.379.819,59	R\$ 23.774,15	R\$ -	R\$ 4.403.593,74
1.2.3.1.1.02.02	EQUIPAMENTOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (P)	R\$ 3.397,00	R\$ -	R\$ -	R\$ 3.397,00
1.2.3.1.1.03.00	MÓVEIS E UTENSÍLIOS	R\$ 14.382.540,09	R\$ 433.916,32	R\$ -	R\$ 14.816.456,41
1.2.3.1.1.03.01	APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS (P)	R\$ 427.700,50	R\$ 42.367,02	R\$ -	R\$ 470.067,52
1.2.3.1.1.03.02	MAQUINAS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO (P)	R\$ 25.647,53	R\$ 48.358,30	R\$ -	R\$ 74.005,83
1.2.3.1.1.03.03	MOBILIÁRIO EM GERAL (P)	R\$ 13.925.604,40	R\$ 343.191,00	R\$ -	R\$ 14.268.795,40
1.2.3.1.1.03.04	UTENSÍLIOS EM GERAL (P)	R\$ 3.587,66	R\$ -	R\$ -	R\$ 3.587,66
1.2.3.1.1.04.00	MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO	R\$ 159.822,62	R\$ 30.372,00	R\$ -	R\$ 190.194,62
1.2.3.1.1.04.04	INSTRUMENTOS MUSICAIS E ARTÍSTICOS (P)	R\$ 93.114,72	R\$ -	R\$ -	R\$ 93.114,72
1.2.3.1.1.04.05	EQUIPAMENTOS PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTO (P)	R\$ 66.592,90	R\$ 30.372,00	R\$ -	R\$ 96.964,90
1.2.3.1.1.04.99	OUTROS MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO (P)	R\$ 115,00	R\$ -	R\$ -	R\$ 115,00
1.2.3.1.1.05.00	VEÍCULOS	R\$ 9.140.497,72	R\$ 426.200,00	R\$ -	R\$ 9.566.697,72
1.2.3.1.1.05.01	VEÍCULOS EM GERAL (P)	R\$ 4.558.618,51	R\$ -	R\$ -	R\$ 4.558.618,51
1.2.3.1.1.05.03	VEÍCULOS DE TRAÇÃO MECÂNICA (P)	R\$ 4.581.879,21	R\$ 426.200,00	R\$ -	R\$ 5.008.079,21

1.2.3.1.1.99.00	DEMAIS BENS MÓVEIS	R\$ 49.083,25	R\$ -	R\$ -	R\$ 49.083,25
1.2.3.1.1.99.99	OUTROS BENS MÓVEIS (P)	R\$ 49.083,25	R\$ -	R\$ -	R\$ 49.083,25
1.2.3.2.0.00.00	BENS IMÓVEIS	R\$ 45.563.119,32	R\$ 2.588.009,54	R\$ 79.331,25	R\$ 48.071.797,61
1.2.3.2.1.00.00	BENS IMÓVEIS - CONSOLIDAÇÃO	R\$ 45.563.119,32	R\$ 2.588.009,54	R\$ 79.331,25	R\$ 48.071.797,61
1.2.3.2.1.04.00	BENS DOMINICAIS	R\$ 968.189,80	R\$ -	R\$ -	R\$ 968.189,80
1.2.3.2.1.04.13	TERRENOS (P)	R\$ 968.189,80	R\$ -	R\$ -	R\$ 968.189,80
1.2.3.2.1.05.00	BENS DE USO COMUM DO POVO	R\$ 228.373,92	R\$ -	R\$ -	R\$ 228.373,92
1.2.3.2.1.05.01	RUAS (P)	R\$ 159.377,55	R\$ -	R\$ -	R\$ 159.377,55
1.2.3.2.1.05.02	PRAÇAS (P)	R\$ 21.744,00	R\$ -	R\$ -	R\$ 21.744,00
1.2.3.2.1.05.04	PONTES (P)	R\$ 47.252,37	R\$ -	R\$ -	R\$ 47.252,37
1.2.3.2.1.06.00	BENS IMÓVEIS EM ANDAMENTO	R\$ 27.238.726,09	R\$ 2.472.822,68	R\$ -	R\$ 29.711.548,77
1.2.3.2.1.06.01	OBRAS EM ANDAMENTO (P)	R\$ 27.238.726,09	R\$ 2.472.822,68	R\$ -	R\$ 29.711.548,77
1.2.3.2.1.07.00	INSTALAÇÕES (P)	R\$ 1.006.102,43	R\$ 115.186,86	R\$ -	R\$ 1.121.289,29
1.2.3.2.1.99.00	DEMAIS BENS IMÓVEIS	R\$ 16.121.727,08	R\$ -	R\$ 79.331,25	R\$ 16.042.395,83
1.2.3.2.1.99.99	OUTROS BENS IMÓVEIS (P)	R\$ 16.121.727,08	R\$ -	R\$ 79.331,25	R\$ 16.042.395,83
1.2.3.8.0.00.00	(-) DEPRECIACÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	-R\$ 852.244,92	R\$ -	R\$ -	-R\$ 852.244,92
1.2.3.8.1.00.00	(-) DEPRECIACÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS - CONSOLIDAÇÃO	-R\$ 852.244,92	R\$ -	R\$ -	-R\$ 852.244,92
1.2.3.8.1.01.00	(-) DEPRECIACÃO ACUMULADA - BENS MÓVEIS	-R\$ 852.126,57	R\$ -	R\$ -	-R\$ 852.126,57
1.2.3.8.1.01.01	(-) DEPRECIACÃO ACUMULADA DE MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAM	-R\$ 59.444,63	R\$ -	R\$ -	-R\$ 59.444,63
1.2.3.8.1.01.02	(-) DEPRECIACÃO ACUMULADA DE BENS DE INFORMÁTICA (P)	-R\$ 69.079,96	R\$ -	R\$ -	-R\$ 69.079,96
1.2.3.8.1.01.03	(-) DEPRECIACÃO ACUMULADA DE MÓVEIS E UTENSÍLIOS (P)	-R\$ 55.673,63	R\$ -	R\$ -	-R\$ 55.673,63
1.2.3.8.1.01.04	(-) DEPRECIACÃO ACUMULADA DE MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUN	-R\$ 39.850,99	R\$ -	R\$ -	-R\$ 39.850,99
1.2.3.8.1.01.05	(-) DEPRECIACÃO ACUMULADA DE VEÍCULOS (P)	-R\$ 628.063,81	R\$ -	R\$ -	-R\$ 628.063,81
1.2.3.8.1.01.99	(-) DEPRECIACÃO ACUMULADA DE DEMAIS BENS MÓVEIS (P)	-R\$ 13,55	R\$ -	R\$ -	-R\$ 13,55
1.2.3.8.1.02.00	(-) DEPRECIACÃO ACUMULADA - BENS IMÓVEIS	-R\$ 118,35	R\$ -	R\$ -	-R\$ 118,35
1.2.3.8.1.02.99	(-) DEPRECIACÃO ACUMULADA DE DEMAIS BENS IMÓVEIS (P)	-R\$ 118,35	R\$ -	R\$ -	-R\$ 118,35
2.0.0.0.0.00.00	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	-R\$ 111.161.051,64	R\$ 91.347.997,53	R\$ 97.840.923,76	-R\$ 117.653.977,87
2.1.0.0.0.00.00	PASSIVO CIRCULANTE	-R\$ 1.124.925,63	R\$ 85.747.591,33	R\$ 93.247.258,86	-R\$ 8.624.593,16
2.1.1.0.0.00.00	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRA	-R\$ 16.213,58	R\$ 33.602.728,30	R\$ 37.977.729,24	-R\$ 4.391.214,52
2.1.1.1.0.00.00	PESSOAL A PAGAR	-R\$ 16.213,58	R\$ 26.342.405,41	R\$ 29.754.066,95	-R\$ 3.427.875,12
2.1.1.1.1.00.00	PESSOAL A PAGAR - CONSOLIDAÇÃO	-R\$ 16.213,58	R\$ 26.342.405,41	R\$ 29.754.066,95	-R\$ 3.427.875,12
2.1.1.1.1.01.00	PESSOAL A PAGAR	-R\$ 16.213,58	R\$ 26.342.405,41	R\$ 29.754.066,95	-R\$ 3.427.875,12
2.1.1.1.1.01.01	SALÁRIOS, REMUNERAÇÕES E BENEFÍCIOS (F)	-R\$ 2.412,27	R\$ 23.575.236,96	R\$ 26.900.741,71	-R\$ 3.327.917,02
2.1.1.1.1.01.03	FÉRIAS (P)	-R\$ 4.633,01	R\$ -	R\$ -	-R\$ 4.633,01
2.1.1.1.1.01.13	FÉRIAS (F)	-R\$ 9.168,30	R\$ 2.767.168,45	R\$ 2.853.325,24	-R\$ 95.325,09
2.1.1.4.0.00.00	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	R\$ -	R\$ 7.260.322,89	R\$ 8.223.662,29	-R\$ 963.339,40
2.1.1.4.3.00.00	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR - INTER OFSS - UNIÃO	R\$ -	R\$ 7.260.322,89	R\$ 8.223.662,29	-R\$ 963.339,40
2.1.1.4.3.01.00	CONTRIBUIÇÕES AO RGPS A PAGAR	R\$ -	R\$ 5.289.125,61	R\$ 5.996.136,66	-R\$ 707.011,05

2.1.1.4.3.01.01	CONTRIBUIÇÕES AO RGPS - CONTRIBUIÇÃO SOBRE SALÁRIOS E REMUNERAÇÕES (F)	R\$ -	R\$ 5.289.125,61	R\$ 5.996.136,66	-R\$ 707.011,05
2.1.1.4.3.05.00	FGTS	R\$ -	R\$ 1.971.197,28	R\$ 2.227.525,63	-R\$ 256.328,35
2.1.1.4.3.05.01	FGTS (F)	R\$ -	R\$ 1.971.197,28	R\$ 2.227.525,63	-R\$ 256.328,35
2.1.3.0.0.00.00	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	-R\$ 661.755,59	R\$ 36.504.752,36	R\$ 39.318.090,53	-R\$ 3.475.093,76
2.1.3.1.0.00.00	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO	-R\$ 661.755,59	R\$ 36.504.752,36	R\$ 39.318.090,53	-R\$ 3.475.093,76
2.1.3.1.1.00.00	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO	-R\$ 661.755,59	R\$ 36.504.752,36	R\$ 39.318.090,53	-R\$ 3.475.093,76
2.1.3.1.1.01.00	FORNECEDORES NACIONAIS	-R\$ 661.755,59	R\$ 36.504.752,36	R\$ 39.318.090,53	-R\$ 3.475.093,76
2.1.3.1.1.01.01	FORNECEDORES NÃO PARCELADOS A PAGAR (F)	-R\$ 487.558,01	R\$ 36.245.567,82	R\$ 39.186.097,22	-R\$ 3.428.087,41
2.1.3.1.1.01.02	FORNECEDORES PARCELADOS A PAGAR (F)	-R\$ 174.197,58	R\$ 259.184,54	R\$ 131.993,31	-R\$ 47.006,35
2.1.4.0.0.00.00	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	-R\$ 112.313,07	R\$ 9.045.544,05	R\$ 8.933.230,98	R\$ -
2.1.4.1.0.00.00	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO COM A UNIÃO	-R\$ 112.313,07	R\$ 803.690,54	R\$ 691.377,47	R\$ -
2.1.4.1.3.00.00	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO COM A UNIÃO - INTER OFSS - UNIÃO	-R\$ 112.313,07	R\$ 803.690,54	R\$ 691.377,47	R\$ -
2.1.4.1.3.11.00	PIS/PASEP A RECOLHER (F)	-R\$ 112.313,07	R\$ 803.690,54	R\$ 691.377,47	R\$ -
2.1.4.3.0.00.00	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO COM OS MUNICÍPIOS	R\$ -	R\$ 8.241.853,51	R\$ 8.241.853,51	R\$ -
2.1.4.3.1.00.00	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO COM OS MUNICÍPIOS - CONSOLIDAÇÃO	R\$ -	R\$ 8.241.853,51	R\$ 8.241.853,51	R\$ -
2.1.4.3.1.06.00	RECURSOS FISCAIS MUNICIPAIS (F)	R\$ -	R\$ 8.241.853,51	R\$ 8.241.853,51	R\$ -
2.1.8.0.0.00.00	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	-R\$ 334.643,39	R\$ 6.594.566,62	R\$ 7.018.208,11	-R\$ 758.284,88
2.1.8.0.0.00.00	VALORES RESTITUÍVEIS	-R\$ 323.405,39	R\$ 5.613.338,03	R\$ 6.018.479,52	-R\$ 728.546,88
2.1.8.1.0.00.00	VALORES RESTITUÍVEIS - CONSOLIDAÇÃO	-R\$ 323.405,39	R\$ 5.613.338,03	R\$ 6.018.479,52	-R\$ 728.546,88
2.1.8.1.01.00	CONSIGNAÇÕES	-R\$ 281.622,95	R\$ 5.516.654,78	R\$ 5.961.563,94	-R\$ 726.532,11
2.1.8.1.01.02	CONTRIBUIÇÕES AO RGPS (F)	-R\$ 19.494,10	R\$ 2.376.382,96	R\$ 2.679.212,31	-R\$ 322.323,45
2.1.8.1.01.04	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF (F)	-R\$ 504,07	R\$ 792.319,91	R\$ 915.599,44	-R\$ 123.783,60
2.1.8.1.01.06	IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES DIVERSOS (F)	R\$ -	R\$ 3.306,57	R\$ 3.306,57	R\$ -
2.1.8.1.01.08	ISS (F)	-R\$ 4.761,55	R\$ 133.266,98	R\$ 133.522,25	-R\$ 5.016,82
2.1.8.1.01.10	PENSÃO ALIMENTÍCIA (F)	R\$ -	R\$ 119.340,27	R\$ 136.625,78	-R\$ 17.285,51
2.1.8.1.01.15	RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS (F)	-R\$ 205.309,32	R\$ 1.654.602,79	R\$ 1.651.779,84	-R\$ 202.486,37
2.1.8.1.01.99	OUTROS CONSIGNATÁRIOS (F)	-R\$ 51.553,91	R\$ 437.435,30	R\$ 441.517,75	-R\$ 55.636,36
2.1.8.1.04.00	DEPÓSITOS NÃO JUDICIAIS	-R\$ 41.782,44	R\$ 96.683,25	R\$ 56.915,58	-R\$ 2.014,77
2.1.8.1.04.01	DEPÓSITOS E CAUÇÕES (F)	-R\$ 10,15	R\$ -	R\$ -	-R\$ 10,15
2.1.8.1.04.99	OUTROS DEPÓSITOS (F)	-R\$ 41.772,29	R\$ 96.683,25	R\$ 56.915,58	-R\$ 2.004,62
2.1.8.9.0.00.00	OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	-R\$ 11.238,00	R\$ 981.228,59	R\$ 999.728,59	-R\$ 29.738,00
2.1.8.9.1.00.00	OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO	-R\$ 11.238,00	R\$ 981.228,59	R\$ 999.728,59	-R\$ 29.738,00
2.1.8.9.1.03.00	SUPRIMENTOS DE FUNDOS A PAGAR (F)	-R\$ 11.238,00	R\$ 13.350,00	R\$ 13.350,00	-R\$ 11.238,00
2.1.8.9.1.12.00	SUBVENÇÕES A PAGAR (F)	R\$ -	R\$ 967.878,59	R\$ 986.378,59	-R\$ 18.500,00
2.2.0.0.0.00.00	PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	-R\$ 1.745.852,59	R\$ 1.881.613,68	R\$ 874.872,38	-R\$ 739.111,29
2.2.1.0.0.00.00	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO	-R\$ 982.649,18	R\$ 1.749.620,37	R\$ 766.971,19	R\$ -
2.2.1.1.0.00.00	PESSOAL A PAGAR	-R\$ 982.649,18	R\$ 1.749.620,37	R\$ 766.971,19	R\$ -
2.2.1.1.1.00.00	PESSOAL A PAGAR - CONSOLIDAÇÃO	-R\$ 982.649,18	R\$ 1.749.620,37	R\$ 766.971,19	R\$ -

2.2.1.1.1.04.00	PRECATÓRIOS DE PESSOAL - REGIME ORDINÁRIO	-R\$ 982.649,18	R\$ 1.749.620,37	R\$ 766.971,19	R\$ -
2.2.1.1.1.04.03	PRECATÓRIOS DE PESSOAL - REGIME ORDINÁRIO - A PARTIR DE 05/05/2000 - NÃO VENC	-R\$ 982.649,18	R\$ 1.749.620,37	R\$ 766.971,19	R\$ -
2.2.3.0.0.00.00	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO	-R\$ 763.203,41	R\$ 131.993,31	R\$ 107.901,19	-R\$ 739.111,29
2.2.3.1.0.00.00	FORNECEDORES NACIONAIS E CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO	-R\$ 763.203,41	R\$ 131.993,31	R\$ 107.901,19	-R\$ 739.111,29
2.2.3.1.1.00.00	FORNECEDORES NACIONAIS E CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO	-R\$ 763.203,41	R\$ 131.993,31	R\$ 107.901,19	-R\$ 739.111,29
2.2.3.1.1.01.00	FORNECEDORES NACIONAIS	R\$ -	R\$ 97.611,91	R\$ 107.901,19	-R\$ 10.289,28
2.2.3.1.1.01.03	RENEGOCIAÇÃO DE DÍVIDAS FORNECEDORES A PAGAR (P)	R\$ -	R\$ 97.611,91	R\$ 107.901,19	-R\$ 10.289,28
2.2.3.1.1.07.00	PRECATÓRIOS DE CONTAS A PAGAR - CREDORES NACIONAIS - REGIME ORDINÁRIO	-R\$ 502.116,45	R\$ -	R\$ -	-R\$ 502.116,45
2.2.3.1.1.07.03	PRECATÓRIOS DE CONTAS A PAGAR - REGIME ORDINÁRIO - A PARTIR DE 05/05/2000 - N	-R\$ 502.116,45	R\$ -	R\$ -	-R\$ 502.116,45
2.2.3.1.1.10.00	CONTAS A PAGAR - CREDORES NACIONAIS A LONGO PRAZO	-R\$ 261.086,96	R\$ 34.381,40	R\$ -	-R\$ 226.705,56
2.2.3.1.1.10.02	CONTAS PARCELADAS A PAGAR (P)	-R\$ 261.086,96	R\$ 34.381,40	R\$ -	-R\$ 226.705,56
2.3.0.0.0.00.00	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	-R\$ 108.290.273,42	R\$ 3.718.792,52	R\$ 3.718.792,52	-R\$ 108.290.273,42
2.3.7.0.0.00.00	RESULTADOS ACUMULADOS	-R\$ 108.290.273,42	R\$ 3.718.792,52	R\$ 3.718.792,52	-R\$ 108.290.273,42
2.3.7.1.0.00.00	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS	-R\$ 108.290.273,42	R\$ 3.718.792,52	R\$ 3.718.792,52	-R\$ 108.290.273,42
2.3.7.1.1.00.00	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - CONSOLIDAÇÃO	-R\$ 8.826.867,11	R\$ 3.718.792,52	R\$ 3.718.792,52	-R\$ 8.826.867,11
2.3.7.1.1.01.00	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	-R\$ 3.718.792,52	R\$ 3.718.792,52	R\$ -	R\$ -
2.3.7.1.1.02.00	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-R\$ 5.108.074,59	R\$ -	R\$ 3.718.792,52	-R\$ 8.826.867,11
2.3.7.1.2.00.00	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - INTRA OFSS	R\$ 5.689.675,90	R\$ -	R\$ -	R\$ 5.689.675,90
2.3.7.1.2.02.00	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	R\$ 5.689.675,90	R\$ -	R\$ -	R\$ 5.689.675,90
2.3.7.1.3.00.00	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - INTER OFSS - UNIÃO	-R\$ 47.333.169,17	R\$ -	R\$ -	-R\$ 47.333.169,17
2.3.7.1.3.02.00	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-R\$ 47.333.169,17	R\$ -	R\$ -	-R\$ 47.333.169,17
2.3.7.1.4.00.00	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - INTER OFSS - ESTADO	-R\$ 57.827.783,39	R\$ -	R\$ -	-R\$ 57.827.783,39
2.3.7.1.4.02.00	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-R\$ 57.827.783,39	R\$ -	R\$ -	-R\$ 57.827.783,39
2.3.7.1.5.00.00	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - INTER OFSS - MUNICÍPIO	R\$ 7.870,35	R\$ -	R\$ -	R\$ 7.870,35
2.3.7.1.5.02.00	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	R\$ 7.870,35	R\$ -	R\$ -	R\$ 7.870,35
3.0.0.00.00.00	VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	R\$ -	R\$ 76.021.953,06	R\$ 2.890.215,16	R\$ 73.131.737,90
3.1.0.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS	R\$ -	R\$ 39.780.706,41	R\$ 2.430.737,44	R\$ 37.349.968,97
3.1.1.00.00.00	REMUNERAÇÃO A PESSOAL	R\$ -	R\$ 31.557.044,12	R\$ 2.430.737,44	R\$ 29.126.306,68
3.1.1.20.00.00	REMUNERAÇÃO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRANGIDOS PELO RGPS	R\$ -	R\$ 31.557.044,12	R\$ 2.430.737,44	R\$ 29.126.306,68
3.1.1.21.00.00	REMUNERAÇÃO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRANGIDOS PELO RGPS - CONSOLIDAÇÃO	R\$ -	R\$ 31.557.044,12	R\$ 2.430.737,44	R\$ 29.126.306,68
3.1.1.21.01.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - RGPS	R\$ -	R\$ 29.885.800,94	R\$ 2.420.583,48	R\$ 27.465.217,46
3.1.1.21.01.01	VENCIMENTOS E SALÁRIOS	R\$ -	R\$ 19.196.847,73	R\$ 913.397,48	R\$ 18.283.450,25
3.1.1.21.01.14	GRATIFICAÇÃO POR EXERCÍCIO DE CARGOS	R\$ -	R\$ 758.744,28	R\$ -	R\$ 758.744,28
3.1.1.21.01.16	GRATIFICAÇÃO POR EXERCÍCIO DE FUNÇÕES	R\$ -	R\$ 1.728.009,58	R\$ -	R\$ 1.728.009,58
3.1.1.21.01.18	GRATIFICAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO	R\$ -	R\$ 314.778,30	R\$ -	R\$ 314.778,30
3.1.1.21.01.22	13º SALÁRIO	R\$ -	R\$ 3.773.658,92	R\$ 1.507.186,00	R\$ 2.266.472,92
3.1.1.21.01.24	FÉRIAS - ABONO CONSTITUCIONAL	R\$ -	R\$ 2.853.325,24	R\$ -	R\$ 2.853.325,24
3.1.1.21.01.31	SUBSÍDIOS	R\$ -	R\$ 605.386,07	R\$ -	R\$ 605.386,07

3.1.1.21.01.99	OUTROS VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL RGPS	R\$	-	R\$	655.050,82	R\$	-	R\$	655.050,82
3.1.1.21.02.00	OUTRAS VPD VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL - RGPS	R\$	-	R\$	904.271,99	R\$	10.153,96	R\$	894.118,03
3.1.1.21.02.99	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	R\$	-	R\$	904.271,99	R\$	10.153,96	R\$	894.118,03
3.1.1.21.03.00	SENTENÇAS JUDICIAIS	R\$	-	R\$	766.971,19	R\$	-	R\$	766.971,19
3.1.2.00.00.00	ENCARGOS PATRONAIS	R\$	-	R\$	8.223.662,29	R\$	-	R\$	8.223.662,29
3.1.2.20.00.00	ENCARGOS PATRONAIS - RGPS	R\$	-	R\$	5.996.136,66	R\$	-	R\$	5.996.136,66
3.1.2.23.00.00	ENCARGOS PATRONAIS - RGPS - INTER OFSS - UNIÃO	R\$	-	R\$	5.996.136,66	R\$	-	R\$	5.996.136,66
3.1.2.23.01.00	CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - RGPS	R\$	-	R\$	5.996.136,66	R\$	-	R\$	5.996.136,66
3.1.2.30.00.00	ENCARGOS PATRONAIS - FGTS	R\$	-	R\$	2.227.525,63	R\$	-	R\$	2.227.525,63
3.1.2.31.00.00	ENCARGOS PATRONAIS - FGTS - CONSOLIDAÇÃO	R\$	-	R\$	2.227.525,63	R\$	-	R\$	2.227.525,63
3.1.2.31.01.00	FGTS	R\$	-	R\$	2.227.525,63	R\$	-	R\$	2.227.525,63
3.2.0.00.00.00	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	R\$	-	R\$	172.664,00	R\$	-	R\$	172.664,00
3.2.2.00.00.00	PENSÕES	R\$	-	R\$	172.664,00	R\$	-	R\$	172.664,00
3.2.2.10.00.00	PENSÕES - RPPS	R\$	-	R\$	172.664,00	R\$	-	R\$	172.664,00
3.2.2.11.00.00	PENSÕES - RPPS - CONSOLIDAÇÃO	R\$	-	R\$	172.664,00	R\$	-	R\$	172.664,00
3.2.2.11.99.00	OUTRAS PENSÕES	R\$	-	R\$	172.664,00	R\$	-	R\$	172.664,00
3.3.0.00.00.00	USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	R\$	-	R\$	29.605.880,97	R\$	258.381,44	R\$	29.347.499,53
3.3.1.00.00.00	USO DE MATERIAL DE CONSUMO	R\$	-	R\$	6.082.786,67	R\$	192.897,62	R\$	5.889.889,05
3.3.1.10.00.00	CONSUMO DE MATERIAL	R\$	-	R\$	5.512.101,86	R\$	192.897,62	R\$	5.319.204,24
3.3.1.11.00.00	CONSUMO DE MATERIAL - CONSOLIDAÇÃO	R\$	-	R\$	5.512.101,86	R\$	192.897,62	R\$	5.319.204,24
3.3.1.11.01.00	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS	R\$	-	R\$	495.895,64	R\$	-	R\$	495.895,64
3.3.1.11.03.00	GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS	R\$	-	R\$	12.947,90	R\$	-	R\$	12.947,90
3.3.1.11.06.00	GÊNEROS ALIMENTAÇÃO	R\$	-	R\$	2.218.012,40	R\$	192.897,62	R\$	2.025.114,78
3.3.1.11.08.00	MATERIAL FARMACOLÓGICO	R\$	-	R\$	309.886,79	R\$	-	R\$	309.886,79
3.3.1.11.10.00	MATERIAL QUÍMICO	R\$	-	R\$	9.337,50	R\$	-	R\$	9.337,50
3.3.1.11.14.00	MATERIAL EDUCATIVO E ESPORTIVO	R\$	-	R\$	219.792,71	R\$	-	R\$	219.792,71
3.3.1.11.15.00	MATERIAL PARA FESTIVIDADES E HOMENAGENS	R\$	-	R\$	128,00	R\$	-	R\$	128,00
3.3.1.11.16.00	MATERIAL DE EXPEDIENTE	R\$	-	R\$	770.809,69	R\$	-	R\$	770.809,69
3.3.1.11.17.00	MATERIAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS	R\$	-	R\$	9.356,97	R\$	-	R\$	9.356,97
3.3.1.11.19.00	MATERIAL DE ACONDICIONAMENTO E EMBALAGEM	R\$	-	R\$	5.554,00	R\$	-	R\$	5.554,00
3.3.1.11.20.00	MATERIAL DE CAMA, MESA E BANHO	R\$	-	R\$	2.490,00	R\$	-	R\$	2.490,00
3.3.1.11.21.00	MATERIAL DE COPA E COZINHA	R\$	-	R\$	19.494,88	R\$	-	R\$	19.494,88
3.3.1.11.22.00	MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENIZAÇÃO	R\$	-	R\$	163.064,42	R\$	-	R\$	163.064,42
3.3.1.11.23.00	UNIFORMES, TECIDOS E AVIAMENTOS	R\$	-	R\$	566.408,40	R\$	-	R\$	566.408,40
3.3.1.11.25.00	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS	R\$	-	R\$	66.899,48	R\$	-	R\$	66.899,48
3.3.1.11.26.00	MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO	R\$	-	R\$	21.835,82	R\$	-	R\$	21.835,82
3.3.1.11.28.00	MATERIAL DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA	R\$	-	R\$	49.483,61	R\$	-	R\$	49.483,61
3.3.1.11.31.00	SEMENTES, MUDAS DE PLANTAS E INSUMOS	R\$	-	R\$	1.375,00	R\$	-	R\$	1.375,00

3.3.1.11.36.00	MATERIAL HOSPITALAR	R\$	-	R\$	15.580,97	R\$	-	R\$	15.580,97
3.3.1.11.39.00	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS	R\$	-	R\$	306.247,52	R\$	-	R\$	306.247,52
3.3.1.11.42.00	FERRAMENTAS	R\$	-	R\$	3.960,10	R\$	-	R\$	3.960,10
3.3.1.11.44.00	MATERIAL DE SINALIZAÇÃO VISUAL E OUTROS	R\$	-	R\$	68.168,00	R\$	-	R\$	68.168,00
3.3.1.11.70.00	AQUISIÇÃO DE SOFTWARES DE BASE	R\$	-	R\$	3.115,28	R\$	-	R\$	3.115,28
3.3.1.11.99.00	OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO	R\$	-	R\$	172.256,78	R\$	-	R\$	172.256,78
3.3.1.20.00.00	DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL GRATUITO	R\$	-	R\$	570.684,81	R\$	-	R\$	570.684,81
3.3.1.21.00.00	DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL GRATUITO - CONSOLIDAÇÃO	R\$	-	R\$	570.684,81	R\$	-	R\$	570.684,81
3.3.1.21.99.00	OUTROS MATERIAIS DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	R\$	-	R\$	570.684,81	R\$	-	R\$	570.684,81
3.3.2.00.00.00	SERVIÇOS	R\$	-	R\$	23.523.094,30	R\$	65.483,82	R\$	23.457.610,48
3.3.2.10.00.00	DIÁRIAS	R\$	-	R\$	9.180,77	R\$	-	R\$	9.180,77
3.3.2.11.00.00	DIÁRIAS - CONSOLIDAÇÃO	R\$	-	R\$	9.180,77	R\$	-	R\$	9.180,77
3.3.2.11.01.00	DIÁRIAS PESSOAL CIVIL	R\$	-	R\$	9.180,77	R\$	-	R\$	9.180,77
3.3.2.20.00.00	SERVIÇOS TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	R\$	-	R\$	2.613.133,75	R\$	10.908,26	R\$	2.602.225,49
3.3.2.21.00.00	SERVIÇOS TERCEIROS - PESSOA FÍSICA - CONSOLIDAÇÃO	R\$	-	R\$	2.613.133,75	R\$	10.908,26	R\$	2.602.225,49
3.3.2.21.05.00	SERVIÇOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS	R\$	-	R\$	15.730,04	R\$	-	R\$	15.730,04
3.3.2.21.08.00	LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	R\$	-	R\$	349.575,40	R\$	-	R\$	349.575,40
3.3.2.21.10.00	VIGILÂNCIA OSTENSIVA	R\$	-	R\$	427.850,84	R\$	-	R\$	427.850,84
3.3.2.21.11.00	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO	R\$	-	R\$	1.320.572,37	R\$	10.908,26	R\$	1.309.664,11
3.3.2.21.15.00	SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS	R\$	-	R\$	7.537,53	R\$	-	R\$	7.537,53
3.3.2.21.16.00	ESTAGIÁRIOS	R\$	-	R\$	267.935,55	R\$	-	R\$	267.935,55
3.3.2.21.21.00	LOCAÇÕES	R\$	-	R\$	37.557,73	R\$	-	R\$	37.557,73
3.3.2.21.99.00	OUTROS SERVIÇOS PRESTADOS POR PESSOA FÍSICA	R\$	-	R\$	186.374,29	R\$	-	R\$	186.374,29
3.3.2.30.00.00	SERVIÇOS TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	R\$	-	R\$	20.900.779,78	R\$	54.575,56	R\$	20.846.204,22
3.3.2.31.00.00	SERVIÇOS TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA - CONSOLIDAÇÃO	R\$	-	R\$	20.900.779,78	R\$	54.575,56	R\$	20.846.204,22
3.3.2.31.04.00	COMUNICAÇÃO	R\$	-	R\$	209.129,77	R\$	-	R\$	209.129,77
3.3.2.31.05.00	PUBLICIDADE	R\$	-	R\$	78.406,84	R\$	-	R\$	78.406,84
3.3.2.31.06.00	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO	R\$	-	R\$	397.291,02	R\$	17.527,96	R\$	379.763,06
3.3.2.31.07.00	SERVIÇOS DE APOIO	R\$	-	R\$	156.740,82	R\$	-	R\$	156.740,82
3.3.2.31.08.00	SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO, ENERGIA ELÉTRICA, GÁS E OUTROS	R\$	-	R\$	1.767.504,51	R\$	-	R\$	1.767.504,51
3.3.2.31.10.00	LOCAÇÕES	R\$	-	R\$	378.085,10	R\$	552,00	R\$	377.533,10
3.3.2.31.11.00	SERVIÇOS RELACIONADOS A TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	R\$	-	R\$	446.687,37	R\$	-	R\$	446.687,37
3.3.2.31.12.00	SERVIÇOS DE TRANSPORTE	R\$	-	R\$	1.037.142,75	R\$	-	R\$	1.037.142,75
3.3.2.31.20.00	CONFECÇÃO DE UNIFORMES, BANDEIRAS E FLÂMULAS	R\$	-	R\$	33.940,02	R\$	-	R\$	33.940,02
3.3.2.31.23.00	FESTIVIDADES E HOMENAGENS	R\$	-	R\$	85.007,39	R\$	-	R\$	85.007,39
3.3.2.31.29.00	SEGUROS EM GERAL	R\$	-	R\$	113.638,47	R\$	-	R\$	113.638,47
3.3.2.31.31.00	SERVIÇO MÉDICO-HOSPITALAR, ODONTOLÓGICO E LABORATORIAIS	R\$	-	R\$	7.707.861,21	R\$	-	R\$	7.707.861,21
3.3.2.31.32.00	SERVIÇOS BANCÁRIOS	R\$	-	R\$	67.273,11	R\$	-	R\$	67.273,11

3.3.2.31.34.00	SERVIÇOS DE APOIO DO ENSINO	R\$	-	R\$	507.277,70	R\$	-	R\$	507.277,70
3.3.2.31.35.00	SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	R\$	-	R\$	21.700,00	R\$	-	R\$	21.700,00
3.3.2.31.46.00	SERVIÇOS GRÁFICOS E EDITORIAIS	R\$	-	R\$	107.261,07	R\$	29.907,60	R\$	77.353,47
3.3.2.31.47.00	SERVIÇOS JUDICIÁRIOS	R\$	-	R\$	2.765,27	R\$	-	R\$	2.765,27
3.3.2.31.51.00	SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS	R\$	-	R\$	445.675,02	R\$	-	R\$	445.675,02
3.3.2.31.99.00	OUTROS SERVIÇOS PRESTADOS POR PESSOA JURÍDICA	R\$	-	R\$	7.337.392,34	R\$	6.588,00	R\$	7.330.804,34
3.4.0.00.00.00	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	R\$	-	R\$	52.950,12	R\$	-	R\$	52.950,12
3.4.2.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DE MORA	R\$	-	R\$	4.860,53	R\$	-	R\$	4.860,53
3.4.2.30.00.00	JUROS E ENCARGOS DE MORA DE AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	R\$	-	R\$	4.825,63	R\$	-	R\$	4.825,63
3.4.2.31.00.00	JUROS E ENCARGOS DE MORA DE AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS - CONSOLIDAÇÃO	R\$	-	R\$	4.825,63	R\$	-	R\$	4.825,63
3.4.2.31.03.00	MULTAS INDEDUTÍVEIS	R\$	-	R\$	4.825,63	R\$	-	R\$	4.825,63
3.4.2.31.03.02	MULTAS INDEDUTÍVEIS SERVIÇOS TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	R\$	-	R\$	4.825,63	R\$	-	R\$	4.825,63
3.4.2.40.00.00	JUROS E ENCARGOS DE MORA DE OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	R\$	-	R\$	34,90	R\$	-	R\$	34,90
3.4.2.41.00.00	JUROS E ENCARGOS DE MORA DE OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS - CONSOLIDAÇÃO	R\$	-	R\$	34,90	R\$	-	R\$	34,90
3.4.2.41.01.00	JUROS	R\$	-	R\$	34,90	R\$	-	R\$	34,90
3.4.9.00.00.00	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - FINANCEIRAS	R\$	-	R\$	48.089,59	R\$	-	R\$	48.089,59
3.4.9.90.00.00	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	R\$	-	R\$	48.089,59	R\$	-	R\$	48.089,59
3.4.9.91.00.00	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS - CONSOLIDAÇÃO	R\$	-	R\$	48.089,59	R\$	-	R\$	48.089,59
3.5.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	R\$	-	R\$	4.991.314,87	R\$	201.096,28	R\$	4.790.218,59
3.5.1.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	R\$	-	R\$	2.269.540,00	R\$	-	R\$	2.269.540,00
3.5.1.10.00.00	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	R\$	-	R\$	2.269.540,00	R\$	-	R\$	2.269.540,00
3.5.1.12.00.00	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - INTRA OFSS	R\$	-	R\$	2.269.540,00	R\$	-	R\$	2.269.540,00
3.5.1.12.02.00	REPASSE CONCEDIDO	R\$	-	R\$	2.269.540,00	R\$	-	R\$	2.269.540,00
3.5.2.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS	R\$	-	R\$	1.036.378,59	R\$	-	R\$	1.036.378,59
3.5.2.40.00.00	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS	R\$	-	R\$	1.036.378,59	R\$	-	R\$	1.036.378,59
3.5.2.41.00.00	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS - CONSOLIDAÇÃO	R\$	-	R\$	1.036.378,59	R\$	-	R\$	1.036.378,59
3.5.5.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS	R\$	-	R\$	139.941,77	R\$	-	R\$	139.941,77
3.5.5.10.00.00	TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS	R\$	-	R\$	139.941,77	R\$	-	R\$	139.941,77
3.5.5.11.00.00	TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS - CONSOLIDAÇÃO	R\$	-	R\$	139.941,77	R\$	-	R\$	139.941,77
3.5.7.00.00.00	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA	R\$	-	R\$	1.545.454,51	R\$	201.096,28	R\$	1.344.358,23
3.5.7.10.00.00	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA A ENTES	R\$	-	R\$	1.545.454,51	R\$	201.096,28	R\$	1.344.358,23
3.5.7.13.00.00	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA A ENTES - INTER OFSS - UNIÃO	R\$	-	R\$	1.545.454,51	R\$	201.096,28	R\$	1.344.358,23
3.5.7.13.06.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	R\$	-	R\$	1.545.454,51	R\$	201.096,28	R\$	1.344.358,23
3.6.0.00.00.00	DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	R\$	-	R\$	722.552,58	R\$	-	R\$	722.552,58
3.6.5.00.00.00	DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS	R\$	-	R\$	722.552,58	R\$	-	R\$	722.552,58
3.6.5.10.00.00	DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS	R\$	-	R\$	722.552,58	R\$	-	R\$	722.552,58
3.6.5.11.00.00	DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS - CONSOLIDAÇÃO	R\$	-	R\$	722.552,58	R\$	-	R\$	722.552,58
3.6.5.11.01.00	DESINCORPORAÇÃO DE DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	R\$	-	R\$	32.166,67	R\$	-	R\$	32.166,67

3.6.5.11.02.00	DESINCORPORAÇÃO DE DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA	R\$	-	R\$	93,94	R\$	-	R\$	93,94
3.6.5.11.03.00	DESINCORPORAÇÃO DE CRÉDITOS A RECEBER	R\$	-	R\$	690.291,97	R\$	-	R\$	690.291,97
3.7.0.00.00.00	TRIBUTARIAS	R\$	-	R\$	695.884,11	R\$	-	R\$	695.884,11
3.7.2.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES	R\$	-	R\$	695.884,11	R\$	-	R\$	695.884,11
3.7.2.10.00.00	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	R\$	-	R\$	695.884,11	R\$	-	R\$	695.884,11
3.7.2.11.00.00	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - CONSOLIDAÇÃO	R\$	-	R\$	695.884,11	R\$	-	R\$	695.884,11
3.7.2.11.04.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS SOBRE SERVIÇOS DE PESSOA FÍSICA	R\$	-	R\$	695.884,11	R\$	-	R\$	695.884,11
4.0.0.0.0.00.00	VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	R\$	-	R\$	20.987.738,38	R\$	105.080.190,47	-R\$	84.092.452,09
4.1.0.0.0.00.00	IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	R\$	-	R\$	830.061,07	R\$	13.309.659,93	-R\$	12.479.598,86
4.1.1.0.0.00.00	IMPOSTOS	R\$	-	R\$	755.552,23	R\$	12.574.821,16	-R\$	11.819.268,93
4.1.1.2.0.00.00	IMPOSTOS SOBRE O PATRIMÔNIO E A RENDA	R\$	-	R\$	754.537,43	R\$	9.416.770,15	-R\$	8.662.232,72
4.1.1.2.1.00.00	IMPOSTOS SOBRE O PATRIMÔNIO E A RENDA - CONSOLIDAÇÃO	R\$	-	R\$	754.537,43	R\$	9.416.770,15	-R\$	8.662.232,72
4.1.1.2.1.02.00	IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA	R\$	-	R\$	59.417,58	R\$	7.276.317,96	-R\$	7.216.900,38
4.1.1.2.1.03.00	IMPOSTO SOBRE A RENDA E PROVENTOS DE QUALQUER NATUREZA	R\$	-	R\$	265,12	R\$	798.934,01	-R\$	798.668,89
4.1.1.2.1.03.01	IRRF - PESSOAS FÍSICAS	R\$	-	R\$	265,12	R\$	798.934,01	-R\$	798.668,89
4.1.1.2.1.04.00	ITBI	R\$	-	R\$	521.975,38	R\$	1.341.518,18	-R\$	819.542,80
4.1.1.2.1.97.00	(-) DEDUÇÃO	R\$	-	R\$	172.879,35	R\$	-	R\$	172.879,35
4.1.1.3.0.00.00	IMPOSTOS SOBRE A PRODUÇÃO E A CIRCULAÇÃO	R\$	-	R\$	1.014,80	R\$	3.158.051,01	-R\$	3.157.036,21
4.1.1.3.1.00.00	IMPOSTOS SOBRE A PRODUÇÃO E A CIRCULAÇÃO - CONSOLIDAÇÃO	R\$	-	R\$	1.014,80	R\$	3.158.051,01	-R\$	3.157.036,21
4.1.1.3.1.02.00	ISS	R\$	-	R\$	-	R\$	3.158.051,01	-R\$	3.158.051,01
4.1.1.3.1.97.00	(-) DEDUÇÃO	R\$	-	R\$	1.014,80	R\$	-	R\$	1.014,80
4.1.2.0.0.00.00	TAXAS	R\$	-	R\$	74.508,84	R\$	734.135,52	-R\$	659.626,68
4.1.2.1.0.00.00	TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLICIA	R\$	-	R\$	71.453,94	R\$	630.707,53	-R\$	559.253,59
4.1.2.1.1.00.00	TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLICIA - CONSOLIDAÇÃO	R\$	-	R\$	71.453,94	R\$	630.707,53	-R\$	559.253,59
4.1.2.1.1.15.00	TAXA DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVO	R\$	-	R\$	60.179,84	R\$	630.700,55	-R\$	570.520,71
4.1.2.1.1.15.01	ATOS DA ADMINISTRAÇÃO EM GERAL	R\$	-	R\$	60.179,84	R\$	630.700,55	-R\$	570.520,71
4.1.2.1.1.97.00	(-) DEDUÇÕES	R\$	-	R\$	11.274,10	R\$	-	R\$	11.274,10
4.1.2.1.1.97.15	(-) DEDUÇÃO TAXA DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	R\$	-	R\$	11.274,10	R\$	-	R\$	11.274,10
4.1.2.1.1.99.00	OUTRAS TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	R\$	-	R\$	-	R\$	6,98	-R\$	6,98
4.1.2.2.0.00.00	TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	R\$	-	R\$	3.054,90	R\$	103.427,99	-R\$	100.373,09
4.1.2.2.1.00.00	TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - CONSOLIDAÇÃO	R\$	-	R\$	3.054,90	R\$	103.427,99	-R\$	100.373,09
4.1.2.2.1.97.00	(-) DEDUÇÕES	R\$	-	R\$	1.044,34	R\$	-	R\$	1.044,34
4.1.2.2.1.97.99	(-) Dedução de Outras Taxas Pela Prestação de Serviços	R\$	-	R\$	1.044,34	R\$	-	R\$	1.044,34
4.1.2.2.1.99.00	OUTRAS TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	R\$	-	R\$	2.010,56	R\$	103.427,99	-R\$	101.417,43
4.1.3.0.0.00.00	CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	R\$	-	R\$	-	R\$	703,25	-R\$	703,25
4.1.3.4.0.00.00	CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA PELA PAVIMENTAÇÃO E OBRAS COMPLEMENTARES	R\$	-	R\$	-	R\$	703,25	-R\$	703,25
4.1.3.4.1.00.00	CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA PELA PAVIMENTAÇÃO E OBRAS COMPLEMENTARES - CON	R\$	-	R\$	-	R\$	703,25	-R\$	703,25
4.1.3.4.1.01.00	CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA PELA PAVIMENTAÇÃO E OBRAS COMPLEMENTARES	R\$	-	R\$	-	R\$	703,25	-R\$	703,25

4.2.0.0.0.00.00	CONTRIBUIÇÕES	R\$	-	R\$	5.250,96	R\$	927.810,63	-R\$	922.559,67
4.2.3.0.0.00.00	CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	R\$	-	R\$	5.250,96	R\$	927.810,63	-R\$	922.559,67
4.2.3.1.0.00.00	CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	R\$	-	R\$	5.250,96	R\$	927.810,63	-R\$	922.559,67
4.2.3.1.1.00.00	CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA - CONSOLIDAÇÃO	R\$	-	R\$	5.250,96	R\$	927.810,63	-R\$	922.559,67
4.2.3.1.1.01.00	CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	R\$	-	R\$	5.250,96	R\$	927.810,63	-R\$	922.559,67
4.3.0.0.0.00.00	EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	R\$	-	R\$	5.887,24	R\$	101.767,37	-R\$	95.880,13
4.3.3.0.0.00.00	EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	R\$	-	R\$	5.887,24	R\$	101.767,37	-R\$	95.880,13
4.3.3.1.0.00.00	VALOR BRUTO DE EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	R\$	-	R\$	5.887,24	R\$	101.767,37	-R\$	95.880,13
4.3.3.1.1.00.00	VALOR BRUTO DE EXPLORAÇÃO DE BENS, DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - CONSO	R\$	-	R\$	5.887,24	R\$	101.767,37	-R\$	95.880,13
4.3.3.1.1.02.00	EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO	R\$	-	R\$	3.240,96	R\$	18.672,02	-R\$	15.431,06
4.3.3.1.1.37.00	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	R\$	-	R\$	-	R\$	1.081,53	-R\$	1.081,53
4.3.3.1.1.52.00	TARIFA DE INSCRIÇÃO EM CONCURSOS E PROCESSOS SELETIVOS	R\$	-	R\$	-	R\$	41.545,00	-R\$	41.545,00
4.3.3.1.1.99.00	OUTROS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS PROVENIENTES DE PRESTAÇÃO DE	R\$	-	R\$	2.646,28	R\$	40.468,82	-R\$	37.822,54
4.4.0.0.0.00.00	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	R\$	-	R\$	56.639,01	R\$	496.247,61	-R\$	439.608,60
4.4.2.0.0.00.00	JUROS E ENCARGOS DE MORA	R\$	-	R\$	5.290,14	R\$	153.838,86	-R\$	148.548,72
4.4.2.3.0.00.00	JUROS E ENCARGOS DE MORA SOBRE FORNECIMENTOS DE BENS E SERVIÇOS	R\$	-	R\$	194,36	R\$	2.264,33	-R\$	2.069,97
4.4.2.3.1.00.00	JUROS E ENCARGOS DE MORA SOBRE FORNECIMENTOS DE BENS E SERVIÇOS - CONSOLID	R\$	-	R\$	194,36	R\$	2.264,33	-R\$	2.069,97
4.4.2.4.0.00.00	JUROS E ENCARGOS DE MORA SOBRE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS	R\$	-	R\$	5.079,31	R\$	151.298,09	-R\$	146.218,78
4.4.2.4.1.00.00	JUROS E ENCARGOS DE MORA SOBRE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS - CONSOLIDAÇÃO	R\$	-	R\$	5.079,31	R\$	151.298,09	-R\$	146.218,78
4.4.2.4.1.05.00	MULTAS E JUROS SOBRE IPTU	R\$	-	R\$	548,58	R\$	7.590,06	-R\$	7.041,48
4.4.2.4.1.06.00	MULTAS E JUROS SOBRE ITBI	R\$	-	R\$	-	R\$	2,60	-R\$	2,60
4.4.2.4.1.07.00	MULTAS E JUROS SOBRE ISS	R\$	-	R\$	-	R\$	35.091,95	-R\$	35.091,95
4.4.2.4.1.09.00	MULTAS E JUROS SOBRE TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	R\$	-	R\$	2.920,59	R\$	6.928,38	-R\$	4.007,79
4.4.2.4.1.11.00	MULTAS E JUROS CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	R\$	-	R\$	0,02	R\$	249,36	-R\$	249,34
4.4.2.4.1.14.00	MULTAS E JUROS CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	R\$	-	R\$	-	R\$	790,28	-R\$	790,28
4.4.2.4.1.16.00	MULTAS E JUROS DE DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	R\$	-	R\$	575,52	R\$	100.645,46	-R\$	100.069,94
4.4.2.4.1.97.00	(-) DEDUÇÕES	R\$	-	R\$	1.034,60	R\$	-	R\$	1.034,60
4.4.2.9.0.00.00	OUTROS JUROS E ENCARGOS DE MORA	R\$	-	R\$	16,47	R\$	276,44	-R\$	259,97
4.4.2.9.1.00.00	OUTROS JUROS E ENCARGOS DE MORA - CONSOLIDAÇÃO	R\$	-	R\$	16,47	R\$	276,44	-R\$	259,97
4.4.5.0.0.00.00	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	R\$	-	R\$	51.348,87	R\$	342.408,75	-R\$	291.059,88
4.4.5.1.0.00.00	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS	R\$	-	R\$	51.348,87	R\$	342.408,75	-R\$	291.059,88
4.4.5.1.1.00.00	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - CONSOLIDAÇÃO	R\$	-	R\$	51.348,87	R\$	342.408,75	-R\$	291.059,88
4.5.0.0.0.00.00	TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	R\$	-	R\$	20.089.900,10	R\$	90.085.067,16	-R\$	69.995.167,06
4.5.2.0.0.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS	R\$	-	R\$	20.089.900,10	R\$	90.085.067,16	-R\$	69.995.167,06
4.5.2.1.0.00.00	TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS DE RECEITAS	R\$	-	R\$	17.661.658,72	R\$	62.119.445,71	-R\$	44.457.786,99
4.5.2.1.3.00.00	TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS DE RECEITAS - INTER OFSS - UNIÃO	R\$	-	R\$	8.967.617,83	R\$	36.171.838,67	-R\$	27.204.220,84
4.5.2.1.3.02.00	COTA-PARTE FPM	R\$	-	R\$	6.632.438,32	R\$	20.247.948,18	-R\$	13.615.509,86
4.5.2.1.3.03.00	COTA-PARTE ITR	R\$	-	R\$	16.963,12	R\$	50.889,42	-R\$	33.926,30

4.5.2.1.3.06.00	TRANSFERÊNCIA DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NAT	R\$ -	R\$ -	R\$ 248.187,27	-R\$ 248.187,27
4.5.2.1.3.07.00	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SUS	R\$ -	R\$ 2.318.216,39	R\$ 11.435.629,06	-R\$ 9.117.412,67
4.5.2.1.3.08.00	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS	R\$ -	R\$ -	R\$ 568.422,28	-R\$ 568.422,28
4.5.2.1.3.09.00	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO DA EDU	R\$ -	R\$ -	R\$ 3.620.762,46	-R\$ 3.620.762,46
4.5.2.1.4.00.00	TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - INTER OFSS - ESTADO	R\$ -	R\$ 8.694.040,89	R\$ 25.947.607,04	-R\$ 17.253.566,15
4.5.2.1.4.01.00	COTA-PARTE ICMS	R\$ -	R\$ 6.905.068,38	R\$ 19.960.455,13	-R\$ 13.055.386,75
4.5.2.1.4.02.00	COTA-PARTE IPVA	R\$ -	R\$ 1.741.200,19	R\$ 5.133.335,29	-R\$ 3.392.135,10
4.5.2.1.4.03.00	COTA-PARTE IPI-EXPORTAÇÃO	R\$ -	R\$ 47.689,56	R\$ 137.513,64	-R\$ 89.824,08
4.5.2.1.4.04.00	COTA-PARTE DA CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	R\$ -	R\$ -	R\$ 29.318,12	-R\$ 29.318,12
4.5.2.1.4.05.00	TRANSFERÊNCIA DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NAT	R\$ -	R\$ -	R\$ 38.918,01	-R\$ 38.918,01
4.5.2.1.4.06.00	TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO ESTADO PARA PROGRAMAS DE SAÚDE - REPASSE FUN	R\$ -	R\$ -	R\$ 499.628,32	-R\$ 499.628,32
4.5.2.1.4.99.00	OUTRAS PARTICIPAÇÕES NA RECEITA DOS ESTADOS	R\$ -	R\$ 82,76	R\$ 148.438,53	-R\$ 148.355,77
4.5.2.2.0.00.00	TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB	R\$ -	R\$ -	R\$ 18.736.412,95	-R\$ 18.736.412,95
4.5.2.2.4.00.00	TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - INTER OFSS - ESTADO	R\$ -	R\$ -	R\$ 18.736.412,95	-R\$ 18.736.412,95
4.5.2.3.0.00.00	TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	R\$ -	R\$ 181.182,00	R\$ 2.277.262,84	-R\$ 2.096.080,84
4.5.2.3.3.00.00	TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS - INTER OFSS - UNIÃO	R\$ -	R\$ 178.285,71	R\$ 1.450.571,22	-R\$ 1.272.285,51
4.5.2.3.3.99.00	DEMAIS TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	R\$ -	R\$ 178.285,71	R\$ 1.450.571,22	-R\$ 1.272.285,51
4.5.2.3.4.00.00	TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS - INTER OFSS - ESTADO	R\$ -	R\$ 2.896,29	R\$ 826.691,62	-R\$ 823.795,33
4.5.2.3.4.99.00	DEMAIS TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	R\$ -	R\$ 2.896,29	R\$ 826.691,62	-R\$ 823.795,33
4.5.2.4.0.00.00	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS	R\$ -	R\$ 2.247.059,38	R\$ 6.951.945,66	-R\$ 4.704.886,28
4.5.2.4.3.00.00	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS - INTER OFSS - UNIÃO	R\$ -	R\$ 2.247.059,38	R\$ 6.900.166,81	-R\$ 4.653.107,43
4.5.2.4.4.00.00	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS - INTER OFSS - ESTADO	R\$ -	R\$ -	R\$ 51.778,85	-R\$ 51.778,85
4.6.0.0.0.00.00	VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS	R\$ -	R\$ -	R\$ 5.594,54	-R\$ 5.594,54
4.6.3.0.0.00.00	GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	R\$ -	R\$ -	R\$ 5.594,54	-R\$ 5.594,54
4.6.3.9.0.00.00	OUTROS GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	R\$ -	R\$ -	R\$ 5.594,54	-R\$ 5.594,54
4.6.3.9.1.00.00	OUTROS GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS - CONSOLIDAÇÃO	R\$ -	R\$ -	R\$ 5.594,54	-R\$ 5.594,54
4.9.0.0.0.00.00	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	R\$ -	R\$ -	R\$ 154.043,23	-R\$ 154.043,23
4.9.9.0.0.00.00	DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	R\$ -	R\$ -	R\$ 154.043,23	-R\$ 154.043,23
4.9.9.5.0.00.00	MULTAS ADMINISTRATIVAS	R\$ -	R\$ -	R\$ 49.618,12	-R\$ 49.618,12
4.9.9.5.1.00.00	MULTAS ADMINISTRATIVAS - CONSOLIDAÇÃO	R\$ -	R\$ -	R\$ 49.618,12	-R\$ 49.618,12
4.9.9.6.0.00.00	INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS	R\$ -	R\$ -	R\$ 5.084,45	-R\$ 5.084,45
4.9.9.6.1.00.00	INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS - CONSOLIDAÇÃO	R\$ -	R\$ -	R\$ 5.084,45	-R\$ 5.084,45
4.9.9.6.1.02.00	RESTITUIÇÕES	R\$ -	R\$ -	R\$ 5.084,45	-R\$ 5.084,45
4.9.9.9.0.00.00	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVER	R\$ -	R\$ -	R\$ 99.340,66	-R\$ 99.340,66
4.9.9.9.1.00.00	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVER	R\$ -	R\$ -	R\$ 99.340,66	-R\$ 99.340,66
5.0.0.0.0.00.00	CONTROLES DA APROVAÇÃO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	R\$ 6.599.095,05	R\$ 466.942.289,33	R\$ 115.567.652,33	R\$ 357.973.732,05
5.2.0.0.0.00.00	ORÇAMENTO APROVADO	R\$ -	R\$ 460.816.463,72	R\$ 109.441.826,72	R\$ 351.374.637,00
5.2.1.0.0.00.00	PREVISÃO DA RECEITA	R\$ -	R\$ 135.759.000,00	R\$ 12.759.000,00	R\$ 123.000.000,00

5.2.1.1.0.00.00	PREVISÃO INICIAL DA RECEITA	R\$	-	R\$ 135.759.000,00	R\$ 12.759.000,00	R\$ 123.000.000,00
5.2.1.1.1.00.00	PREVISÃO INICIAL DA RECEITA BRUTA	R\$	-	R\$ 135.759.000,00	R\$ -	R\$ 135.759.000,00
5.2.1.1.2.00.00	(-) PREVISÃO DE DEDUÇÕES DA RECEITA	R\$	-	R\$ -	R\$ 12.759.000,00	-R\$ 12.759.000,00
5.2.1.1.2.01.00	(-) DEDUÇÕES POR TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	R\$	-	R\$ -	R\$ 12.759.000,00	-R\$ 12.759.000,00
5.2.1.1.2.01.01	(-) FUNDEB	R\$	-	R\$ -	R\$ 12.759.000,00	-R\$ 12.759.000,00
5.2.2.0.0.00.00	FIXAÇÃO DA DESPESA	R\$	-	R\$ 325.057.463,72	R\$ 96.682.826,72	R\$ 228.374.637,00
5.2.2.1.0.00.00	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	R\$	-	R\$ 148.196.913,94	R\$ 16.834.590,43	R\$ 131.362.323,51
5.2.2.1.1.00.00	DOTAÇÃO INICIAL	R\$	-	R\$ 119.600.000,00	R\$ -	R\$ 119.600.000,00
5.2.2.1.1.01.00	CRÉDITO INICIAL	R\$	-	R\$ 119.600.000,00	R\$ -	R\$ 119.600.000,00
5.2.2.1.2.00.00	DOTAÇÃO ADICIONAL POR TIPO DE CRÉDITO	R\$	-	R\$ 14.298.456,97	R\$ -	R\$ 14.298.456,97
5.2.2.1.2.01.00	CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR	R\$	-	R\$ 6.547.528,92	R\$ -	R\$ 6.547.528,92
5.2.2.1.2.02.00	CRÉDITO ADICIONAL - ESPECIAL	R\$	-	R\$ 7.750.928,05	R\$ -	R\$ 7.750.928,05
5.2.2.1.2.02.01	CRÉDITOS ESPECIAIS ABERTOS	R\$	-	R\$ 7.750.928,05	R\$ -	R\$ 7.750.928,05
5.2.2.1.3.00.00	DOTAÇÃO ADICIONAL POR FONTE	R\$	-	R\$ 14.298.456,97	R\$ 14.298.456,97	R\$ -
5.2.2.1.3.01.00	SUPERÁVIT FINANCEIRO DE EXERCÍCIO ANTERIOR	R\$	-	R\$ 6.427.896,11	R\$ -	R\$ 6.427.896,11
5.2.2.1.3.02.00	EXCESSO DE ARRECADAÇÃO	R\$	-	R\$ 5.334.427,40	R\$ -	R\$ 5.334.427,40
5.2.2.1.3.03.00	ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO	R\$	-	R\$ 2.536.133,46	R\$ -	R\$ 2.536.133,46
5.2.2.1.3.99.00	VALOR GLOBAL DA DOTAÇÃO ADICIONAL POR FONTE	R\$	-	R\$ -	R\$ 14.298.456,97	-R\$ 14.298.456,97
5.2.2.1.9.00.00	CANCELAMENTO/REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO	R\$	-	R\$ -	R\$ 2.536.133,46	-R\$ 2.536.133,46
5.2.2.1.9.04.00	(-) CANCELAMENTO DE DOTAÇÕES	R\$	-	R\$ -	R\$ 2.536.133,46	-R\$ 2.536.133,46
5.2.2.9.0.00.00	OUTROS CONTROLES DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA	R\$	-	R\$ 176.860.549,78	R\$ 79.848.236,29	R\$ 97.012.313,49
5.2.2.9.1.00.00	PRÉ-EMPENHOS DA DESPESA	R\$	-	R\$ 77.976.404,06	R\$ 77.038.123,39	R\$ 938.280,67
5.2.2.9.1.01.00	PRÉ-EMPENHOS EMITIDOS	R\$	-	R\$ 77.976.404,06	R\$ -	R\$ 77.976.404,06
5.2.2.9.1.03.00	(-) ANULAÇÃO DE PRÉ-EMPENHO	R\$	-	R\$ -	R\$ 77.038.123,39	-R\$ 77.038.123,39
5.2.2.9.2.00.00	EMPENHOS POR EMISSÃO	R\$	-	R\$ 98.884.145,72	R\$ 2.810.112,90	R\$ 96.074.032,82
5.2.2.9.2.01.00	EXECUÇÃO DA DESPESA POR NOTA DE EMPENHO	R\$	-	R\$ 98.884.145,72	R\$ 2.810.112,90	R\$ 96.074.032,82
5.2.2.9.2.01.01	EMISSÃO DE EMPENHOS	R\$	-	R\$ 98.884.145,72	R\$ -	R\$ 98.884.145,72
5.2.2.9.2.01.03	(-)ANULAÇÃO DE EMPENHOS	R\$	-	R\$ -	R\$ 2.810.112,90	-R\$ 2.810.112,90
5.3.0.0.0.00.00	INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR	R\$	6.599.095,05	R\$ 6.125.825,61	R\$ 6.125.825,61	R\$ 6.599.095,05
5.3.1.0.0.00.00	INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	R\$	6.070.862,57	R\$ 5.648.197,12	R\$ 5.648.197,12	R\$ 6.070.862,57
5.3.1.1.0.00.00	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS	R\$	-	R\$ 5.648.197,12	R\$ -	R\$ 5.648.197,12
5.3.1.2.0.00.00	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - EXERCÍCIOS ANTERIORES	R\$	422.665,45	R\$ -	R\$ -	R\$ 422.665,45
5.3.1.7.0.00.00	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO	R\$	5.648.197,12	R\$ -	R\$ 5.648.197,12	R\$ -
5.3.2.0.0.00.00	INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	R\$	528.232,48	R\$ 477.628,49	R\$ 477.628,49	R\$ 528.232,48
5.3.2.1.0.00.00	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS - INSCRITOS	R\$	-	R\$ 477.628,49	R\$ -	R\$ 477.628,49
5.3.2.2.0.00.00	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS - EXERCÍCIOS ANTERIORES	R\$	50.603,99	R\$ -	R\$ -	R\$ 50.603,99
5.3.2.7.0.00.00	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO	R\$	477.628,49	R\$ -	R\$ 477.628,49	R\$ -
6.0.0.0.0.00.00	CONTROLES DA EXECUÇÃO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	-R\$	6.599.095,05	R\$ 752.808.602,46	R\$ 1.104.183.239,46	-R\$ 357.973.732,05

6.2.0.0.0.00.00	EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO	R\$ -	R\$ 745.790.422,48	R\$ 1.097.165.059,48	-R\$ 351.374.637,00
6.2.1.0.0.00.00	EXECUÇÃO DA RECEITA	R\$ -	R\$ 118.726.282,20	R\$ 241.726.282,20	-R\$ 123.000.000,00
6.2.1.1.0.00.00	RECEITA A REALIZAR	R\$ -	R\$ 106.477.317,77	R\$ 148.007.964,43	-R\$ 41.530.646,66
6.2.1.2.0.00.00	RECEITA REALIZADA	R\$ -	R\$ 4.764.523,76	R\$ 93.716.857,40	-R\$ 88.952.333,64
6.2.1.3.0.00.00	(-) DEDUÇÕES DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	R\$ -	R\$ 7.484.440,67	R\$ 1.460,37	R\$ 7.482.980,30
6.2.1.3.1.00.00	(-) DEDUÇÕES POR TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	R\$ -	R\$ 7.288.305,55	R\$ -	R\$ 7.288.305,55
6.2.1.3.1.01.00	(-) FUNDEB	R\$ -	R\$ 7.288.305,55	R\$ -	R\$ 7.288.305,55
6.2.1.3.2.00.00	(-) RENÚNCIA	R\$ -	R\$ 59.569,09	R\$ -	R\$ 59.569,09
6.2.1.3.9.00.00	(-) OUTRAS DEDUÇÕES DA RECEITA REALIZADA	R\$ -	R\$ 136.566,03	R\$ 1.460,37	R\$ 135.105,66
6.2.2.0.0.00.00	EXECUÇÃO DA DESPESA	R\$ -	R\$ 627.064.140,28	R\$ 855.438.777,28	-R\$ 228.374.637,00
6.2.2.1.0.00.00	DISPONIBILIDADES DE CRÉDITO	R\$ -	R\$ 403.230.411,76	R\$ 534.592.735,27	-R\$ 131.362.323,51
6.2.2.1.1.00.00	CRÉDITO DISPONÍVEL	R\$ -	R\$ 179.396.683,24	R\$ 213.746.693,26	-R\$ 34.350.010,02
6.2.2.1.2.00.00	CRÉDITO INDISPONÍVEL	R\$ -	R\$ 77.038.123,39	R\$ 77.976.404,06	-R\$ 938.280,67
6.2.2.1.2.02.00	CRÉDITO PRÉ-EMPENHADO	R\$ -	R\$ 77.038.123,39	R\$ 77.976.404,06	-R\$ 938.280,67
6.2.2.1.3.00.00	CRÉDITO UTILIZADO	R\$ -	R\$ 146.795.605,13	R\$ 242.869.637,95	-R\$ 96.074.032,82
6.2.2.1.3.01.00	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	R\$ -	R\$ 78.571.841,63	R\$ 100.321.213,64	-R\$ 21.749.372,01
6.2.2.1.3.03.00	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	R\$ -	R\$ 68.183.928,56	R\$ 75.801.563,67	-R\$ 7.617.635,11
6.2.2.1.3.04.00	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO - PAGO	R\$ -	R\$ 39.834,94	R\$ 66.746.860,64	-R\$ 66.707.025,70
6.2.2.9.0.00.00	OUTROS CONTROLES DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA	R\$ -	R\$ 223.833.728,52	R\$ 320.846.042,01	-R\$ 97.012.313,49
6.2.2.9.1.00.00	DESPESA PRÉ-EMPENHADA	R\$ -	R\$ 77.038.123,39	R\$ 77.976.404,06	-R\$ 938.280,67
6.2.2.9.1.01.00	PRÉ-EMPENHOS A EMPENHAR	R\$ -	R\$ 77.038.123,39	R\$ 77.976.404,06	-R\$ 938.280,67
6.2.2.9.2.00.00	EMIÇÃO DE EMPENHO	R\$ -	R\$ 146.795.605,13	R\$ 242.869.637,95	-R\$ 96.074.032,82
6.2.2.9.2.01.00	EMPENHOS POR NOTA DE EMPENHO	R\$ -	R\$ 146.795.605,13	R\$ 242.869.637,95	-R\$ 96.074.032,82
6.2.2.9.2.01.01	EMPENHOS A LIQUIDAR	R\$ -	R\$ 78.571.841,63	R\$ 100.321.213,64	-R\$ 21.749.372,01
6.2.2.9.2.01.03	EMPENHOS LIQUIDADOS A PAGAR	R\$ -	R\$ 68.183.928,56	R\$ 75.801.563,67	-R\$ 7.617.635,11
6.2.2.9.2.01.04	EMPENHOS LIQUIDADOS PAGOS	R\$ -	R\$ 39.834,94	R\$ 66.746.860,64	-R\$ 66.707.025,70
6.3.0.0.0.00.00	EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR	-R\$ 6.599.095,05	R\$ 7.018.179,98	R\$ 7.018.179,98	-R\$ 6.599.095,05
6.3.1.0.0.00.00	EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	-R\$ 6.070.862,57	R\$ 6.604.322,67	R\$ 6.604.322,67	-R\$ 6.070.862,57
6.3.1.1.0.00.00	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR	-R\$ 5.992.150,30	R\$ 3.405.239,12	R\$ 14.218,11	-R\$ 2.601.129,29
6.3.1.3.0.00.00	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS A PAGAR	-R\$ 78.712,27	R\$ 3.192.641,18	R\$ 3.191.290,61	-R\$ 77.361,70
6.3.1.4.0.00.00	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS PAGOS	R\$ -	R\$ 6.442,37	R\$ 3.178.423,07	-R\$ 3.171.980,70
6.3.1.9.0.00.00	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS CANCELADOS	R\$ -	R\$ -	R\$ 220.390,88	-R\$ 220.390,88
6.3.1.9.9.00.00	OUTROS CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR	R\$ -	R\$ -	R\$ 220.390,88	-R\$ 220.390,88
6.3.2.0.0.00.00	EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	-R\$ 528.232,48	R\$ 413.857,31	R\$ 413.857,31	-R\$ 528.232,48
6.3.2.1.0.00.00	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS A PAGAR	-R\$ 528.232,48	R\$ 413.857,31	R\$ -	-R\$ 114.375,17
6.3.2.2.0.00.00	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS	R\$ -	R\$ -	R\$ 413.857,31	-R\$ 413.857,31
7.0.0.0.0.00.00	CONTROLES DEVEDORES	R\$ 168.762.077,96	R\$ 374.872.239,23	R\$ 34.399.920,06	R\$ 509.234.397,13
7.1.0.0.0.00.00	ATOS POTENCIAIS	R\$ 87.112.318,02	R\$ 56.723.763,62	R\$ 1.241.137,81	R\$ 142.594.943,83

7.1.1.0.0.00.00	ATOS POTENCIAIS ATIVOS	R\$ 6.809.545,47	R\$ 2.761.843,11	R\$ -	R\$ 9.571.388,58
7.1.1.2.0.00.00	DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES	R\$ 4.739.545,47	R\$ 2.761.843,11	R\$ -	R\$ 7.501.388,58
7.1.1.2.1.00.00	DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES - CONSOLIDAÇÃO	R\$ 4.739.545,47	R\$ 2.761.843,11	R\$ -	R\$ 7.501.388,58
7.1.1.2.1.01.00	DIREITOS CONVENIADOS	R\$ 3.902.425,26	R\$ 2.272.283,05	R\$ -	R\$ 6.174.708,31
7.1.1.2.1.99.00	OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES	R\$ 837.120,21	R\$ 489.560,06	R\$ -	R\$ 1.326.680,27
7.1.1.3.0.00.00	DIREITOS CONTRATUAIS	R\$ 2.070.000,00	R\$ -	R\$ -	R\$ 2.070.000,00
7.1.1.3.1.00.00	DIREITOS CONTRATUAIS - CONSOLIDAÇÃO	R\$ 2.070.000,00	R\$ -	R\$ -	R\$ 2.070.000,00
7.1.1.3.1.02.00	CONTRATOS DE SERVIÇOS	R\$ 2.070.000,00	R\$ -	R\$ -	R\$ 2.070.000,00
7.1.2.0.0.00.00	ATOS POTENCIAIS PASSIVO	R\$ 80.302.772,55	R\$ 53.961.920,51	R\$ 1.241.137,81	R\$ 133.023.555,25
7.1.2.2.0.00.00	OBRIGAÇÕES CONVENIADAS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES	R\$ 3.816.080,78	R\$ 25.907.840,67	R\$ -	R\$ 29.723.921,45
7.1.2.2.1.00.00	OBRIGAÇÕES CONVENIADAS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES - CONSOLIDAÇÃO	R\$ 3.816.080,78	R\$ 25.907.840,67	R\$ -	R\$ 29.723.921,45
7.1.2.2.1.01.00	OBRIGAÇÕES CONVENIADAS	R\$ 2.683.566,72	R\$ 25.907.840,67	R\$ -	R\$ 28.591.407,39
7.1.2.2.1.99.00	OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES	R\$ 1.132.514,06	R\$ -	R\$ -	R\$ 1.132.514,06
7.1.2.3.0.00.00	OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	R\$ 76.486.602,84	R\$ 28.054.079,84	R\$ 1.241.137,81	R\$ 103.299.544,87
7.1.2.3.1.00.00	OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS - CONSOLIDAÇÃO	R\$ 76.486.602,84	R\$ 28.054.079,84	R\$ 1.241.137,81	R\$ 103.299.544,87
7.1.2.3.1.01.00	CONTRATOS DE SEGUROS	R\$ 6.999,60	R\$ -	R\$ -	R\$ 6.999,60
7.1.2.3.1.02.00	CONTRATOS DE SERVIÇOS	R\$ 35.170.328,26	R\$ 24.348.945,40	R\$ 1.241.137,81	R\$ 58.278.135,85
7.1.2.3.1.03.00	CONTRATOS DE ALUGUÉIS	R\$ 449.303,19	R\$ 69.873,00	R\$ -	R\$ 519.176,19
7.1.2.3.1.04.00	CONTRATOS DE FORNECIMENTO DE BENS	R\$ 10.240.823,24	R\$ 2.044.146,49	R\$ -	R\$ 12.284.969,73
7.1.2.3.1.10.00	CONTRATOS DE PPP - DO ENTE FEDERADO, EXCETO ESTATAIS NÃO DEPENDENTES	R\$ 1.972.568,82	R\$ -	R\$ -	R\$ 1.972.568,82
7.1.2.3.1.99.00	OUTROS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	R\$ 28.646.579,73	R\$ 1.591.114,95	R\$ -	R\$ 30.237.694,68
7.1.2.9.0.00.00	OUTROS ATOS POTENCIAIS PASSIVO	R\$ 88,93	R\$ -	R\$ -	R\$ 88,93
7.2.0.0.0.00.00	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	R\$ 40.953.350,05	R\$ 233.095.328,65	R\$ 31.502.259,47	R\$ 242.546.419,23
7.2.1.0.0.00.00	DISPONIBILIDADES POR DESTINAÇÃO	R\$ 40.953.350,05	R\$ 95.796.871,68	R\$ 28.966.126,01	R\$ 107.784.095,72
7.2.1.1.0.00.00	CONTROLE DA DISPONIBILIDADE DE RECURSOS	R\$ 40.953.350,05	R\$ 95.796.871,68	R\$ 28.966.126,01	R\$ 107.784.095,72
7.2.1.1.1.00.00	RECURSOS ORDINÁRIOS	R\$ 40.953.350,05	R\$ 54.547.651,95	R\$ 26.411.709,29	R\$ 69.089.292,71
7.2.1.1.2.00.00	RECURSOS VINCULADOS	R\$ -	R\$ 41.214.999,85	R\$ 2.522.201,46	R\$ 38.692.798,39
7.2.1.1.3.00.00	RECURSOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	R\$ -	R\$ 34.219,88	R\$ 32.215,26	R\$ 2.004,62
7.2.2.0.0.00.00	PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA	R\$ -	R\$ 137.298.456,97	R\$ 2.536.133,46	R\$ 134.762.323,51
7.2.2.1.0.00.00	CRONOGRAMA MENSAL DE DESEMBOLSO	R\$ -	R\$ 137.298.456,97	R\$ 2.536.133,46	R\$ 134.762.323,51
7.2.2.1.1.00.00	PROGRAMAÇÃO DE DESEMBOLSO MENSAL ORÇAMENTÁRIO	R\$ -	R\$ 137.298.456,97	R\$ 2.536.133,46	R\$ 134.762.323,51
7.2.2.1.1.01.00	CONTROLE DE DESEMBOLSO MENSAL - DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	R\$ -	R\$ 133.898.456,97	R\$ 2.536.133,46	R\$ 131.362.323,51
7.2.2.1.1.01.01	CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO MENSAL - FIXAÇÃO INICIAL	R\$ -	R\$ 119.600.000,00	R\$ -	R\$ 119.600.000,00
7.2.2.1.1.01.02	CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO MENSAL - ALTERAÇÃO ADICIONAL	R\$ -	R\$ 14.298.456,97	R\$ -	R\$ 14.298.456,97
7.2.2.1.1.01.09	(-) REDUÇÕES DO CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO MENSAL ORÇAMENTÁRIO	R\$ -	R\$ -	R\$ 2.536.133,46	-R\$ 2.536.133,46
7.2.2.1.1.03.00	PREVISÃO DO CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO MENSAL DAS TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	R\$ -	R\$ 3.400.000,00	R\$ -	R\$ 3.400.000,00
7.2.2.1.1.03.01	CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO MENSAL A TRANSFERIR - INICIAL	R\$ -	R\$ 3.400.000,00	R\$ -	R\$ 3.400.000,00
7.3.0.0.0.00.00	DÍVIDA ATIVA	R\$ 13.606.369,23	R\$ 128.697,61	R\$ 32.253,75	R\$ 13.702.813,09

7.3.2.0.0.00.00	CONTROLE DA INSCRIÇÃO DE CRÉDITOS EM DÍVIDA ATIVA	R\$ 13.606.369,23	R\$ 128.697,61	R\$ 32.253,75	R\$ 13.702.813,09
7.3.2.1.0.00.00	INSCRIÇÃO DE CRÉDITOS EM DÍVIDA ATIVA	R\$ 13.606.369,23	R\$ 128.697,61	R\$ 32.253,75	R\$ 13.702.813,09
7.3.2.1.1.00.00	INSCRIÇÃO DE CRÉDITOS EM DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	R\$ 13.071.386,52	R\$ 128.418,68	R\$ 32.172,76	R\$ 13.167.632,44
7.3.2.1.2.00.00	INSCRIÇÃO DE CRÉDITOS EM DÍVIDA ATIVA NÃO-TRIBUTÁRIA	R\$ 534.982,71	R\$ 278,93	R\$ 80,99	R\$ 535.180,65
7.9.0.0.0.00.00	OUTROS CONTROLES	R\$ 27.090.040,66	R\$ 84.924.449,35	R\$ 1.624.269,03	R\$ 110.390.220,98
7.9.5.0.0.00.00	CONTRAPARTIDA DE CONTROLES ESPECÍFICOS TCESP	R\$ 20.490.945,61	R\$ 9.162.720,62	R\$ 187.201,11	R\$ 29.466.465,12
7.9.5.2.0.00.00	CONTRAPARTIDA DE CONTROLES ESPECÍFICOS - PRECATÓRIOS	R\$ 617.385,71	R\$ -	R\$ -	R\$ 617.385,71
7.9.5.2.2.00.00	CONTRAPARTIDA DE PRECATÓRIOS - CONTROLE POR CREDORES	R\$ 617.385,71	R\$ -	R\$ -	R\$ 617.385,71
7.9.5.3.0.00.00	CONTRAPARTIDA DE ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS - SUPRIMENTO DE FUNDOS	R\$ 14.059,22	R\$ 13.100,00	R\$ -	R\$ 27.159,22
7.9.5.5.0.00.00	CONTRAPARTIDA DO CONTROLE FINANCEIRO POR DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS VAL	R\$ 281.622,95	R\$ 5.950.133,42	R\$ 6.019,11	R\$ 6.225.737,26
7.9.5.6.0.00.00	CONTRAPARTIDA DIREITOS E OBRIGAÇÕES CONVENIADOS	R\$ 19.577.877,73	R\$ 3.199.487,20	R\$ 181.182,00	R\$ 22.596.182,93
7.9.6.0.0.00.00	CONTROLE DAS DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	R\$ 6.599.095,05	R\$ 75.761.728,73	R\$ 1.437.067,92	R\$ 80.923.755,86
7.9.6.1.0.00.00	CONTROLE FINANCEIRO DAS DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS DO EXERCÍCIO POR NOTA DE E	R\$ -	R\$ 75.761.728,73	R\$ 1.437.067,92	R\$ 74.324.660,81
7.9.6.1.1.00.00	EMPENHOS LIQUIDADOS	R\$ -	R\$ 75.761.728,73	R\$ 1.431.139,47	R\$ 74.330.589,26
7.9.6.1.9.00.00	(-) SALDO DE ADIANTAMENTO NÃO UTILIZADO	R\$ -	R\$ -	R\$ 5.928,45	-R\$ 5.928,45
7.9.6.2.0.00.00	CONTROLE FINANCEIRO DAS DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	R\$ 6.599.095,05	R\$ -	R\$ -	R\$ 6.599.095,05
8.0.0.0.0.00.00	CONTROLES CREDORES	-R\$ 168.762.077,96	R\$ 838.932.215,33	R\$ 1.179.404.534,50	-R\$ 509.234.397,13
8.1.0.0.0.00.00	EXECUÇÃO DOS ATOS POTENCIAIS	-R\$ 87.112.318,02	R\$ 21.126.075,83	R\$ 76.608.701,64	-R\$ 142.594.943,83
8.1.1.0.0.00.00	EXECUÇÃO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	-R\$ 4.748.377,37	R\$ 2.663.790,61	R\$ 5.425.633,72	-R\$ 7.510.220,48
8.1.1.2.0.00.00	EXECUÇÃO DE DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES	-R\$ 4.748.377,37	R\$ 2.663.790,61	R\$ 5.425.633,72	-R\$ 7.510.220,48
8.1.1.2.1.00.00	EXECUÇÃO DE DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES - CON	-R\$ 4.748.377,37	R\$ 2.663.790,61	R\$ 5.425.633,72	-R\$ 7.510.220,48
8.1.1.2.1.01.00	EXECUÇÃO DE CONVÊNIOS	-R\$ 3.911.257,16	R\$ 1.653.087,91	R\$ 3.925.370,96	-R\$ 6.183.540,21
8.1.1.2.1.01.01	CONVÊNIOS A RECEBER	-R\$ 3.911.257,16	R\$ 1.650.191,62	R\$ 2.526.179,34	-R\$ 4.787.244,88
8.1.1.2.1.01.04	CONVÊNIOS APROVADOS	R\$ -	R\$ 2.896,29	R\$ 1.399.191,62	-R\$ 1.396.295,33
8.1.1.2.1.99.00	OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES	-R\$ 837.120,21	R\$ 1.010.702,70	R\$ 1.500.262,76	-R\$ 1.326.680,27
8.1.1.2.1.99.01	OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES A RECEBER	-R\$ 837.120,21	R\$ 832.416,99	R\$ 667.845,77	-R\$ 672.548,99
8.1.1.2.1.99.04	OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES APROVADOS	R\$ -	R\$ 178.285,71	R\$ 832.416,99	-R\$ 654.131,28
8.1.2.0.0.00.00	EXECUÇÃO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	-R\$ 82.363.940,65	R\$ 18.462.285,22	R\$ 71.183.067,92	-R\$ 135.084.723,35
8.1.2.2.0.00.00	EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÕES CONVENIADAS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES	-R\$ 3.807.248,88	R\$ 967.878,59	R\$ 26.875.719,26	-R\$ 29.715.089,55
8.1.2.2.1.00.00	EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÕES CONVENIADAS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES - C	-R\$ 3.807.248,88	R\$ 967.878,59	R\$ 26.875.719,26	-R\$ 29.715.089,55
8.1.2.2.1.01.00	EXECUÇÃO DE CONVÊNIOS	-R\$ 3.802.737,48	R\$ 967.878,59	R\$ 26.875.719,26	-R\$ 29.710.578,15
8.1.2.2.1.01.01	CONVÊNIOS A LIBERAR	-R\$ 3.802.737,48	R\$ 967.878,59	R\$ 25.907.840,67	-R\$ 28.742.699,56
8.1.2.2.1.01.04	CONVÊNIOS APROVADOS	R\$ -	R\$ -	R\$ 967.878,59	-R\$ 967.878,59
8.1.2.2.1.99.00	OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES	-R\$ 4.511,40	R\$ -	R\$ -	-R\$ 4.511,40
8.1.2.2.1.99.01	OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES A LIBERAR	-R\$ 4.511,40	R\$ -	R\$ -	-R\$ 4.511,40
8.1.2.3.0.00.00	EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	-R\$ 78.556.602,84	R\$ 17.494.406,63	R\$ 44.307.348,66	-R\$ 105.369.544,87
8.1.2.3.1.00.00	EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÕES -CONSOLIDAÇÃO	-R\$ 78.556.602,84	R\$ 17.494.406,63	R\$ 44.307.348,66	-R\$ 105.369.544,87
8.1.2.3.1.02.00	CONTRATOS DE SERVIÇOS	-R\$ 35.423.204,94	R\$ 14.697.750,66	R\$ 37.805.558,25	-R\$ 58.531.012,53

8.1.2.3.1.02.01	A EXECUTAR	-R\$ 35.423.204,94	R\$ 14.674.476,88	R\$ 24.372.219,18	-R\$ 45.120.947,24
8.1.2.3.1.02.02	EXECUTADOS	R\$ -	R\$ 23.273,78	R\$ 13.433.339,07	-R\$ 13.410.065,29
8.1.2.3.1.03.00	CONTRATOS DE ALUGUÉIS	-R\$ 259.834,65	R\$ 56.882,37	R\$ 126.755,37	-R\$ 329.707,65
8.1.2.3.1.03.01	A EXECUTAR	-R\$ 259.834,65	R\$ 56.882,37	R\$ 69.873,00	-R\$ 272.825,28
8.1.2.3.1.03.02	EXECUTADOS	R\$ -	R\$ -	R\$ 56.882,37	-R\$ 56.882,37
8.1.2.3.1.04.00	CONTRATOS DE FORNECIMENTO DE BENS	-R\$ 10.324.865,33	R\$ 1.366.879,00	R\$ 3.411.025,49	-R\$ 12.369.011,82
8.1.2.3.1.04.01	A EXECUTAR	-R\$ 10.324.865,33	R\$ 1.366.879,00	R\$ 2.044.146,49	-R\$ 11.002.132,82
8.1.2.3.1.04.02	EXECUTADOS	R\$ -	R\$ -	R\$ 1.366.879,00	-R\$ 1.366.879,00
8.1.2.3.1.09.00	EXECUÇÃO DE CONTRATOS DE RATEIO DE CONSÓRCIOS PÚBLICOS	-R\$ 2.850,01	R\$ -	R\$ -	-R\$ 2.850,01
8.1.2.3.1.09.01	CONTRATOS DE RATEIO - A EXECUTAR	-R\$ 2.850,01	R\$ -	R\$ -	-R\$ 2.850,01
8.1.2.3.1.10.00	CONTRATOS DE PPP - DO ENTE FEDERADO, EXCETO ESTATAIS NÃO DEPENDENTES	-R\$ 68.483,13	R\$ -	R\$ -	-R\$ 68.483,13
8.1.2.3.1.10.01	CONTRATOS DE PPP - DO ENTE FEDERADO, EXCETO ESTATAIS NÃO DEPENDENTES - EC	-R\$ 68.483,13	R\$ -	R\$ -	-R\$ 68.483,13
8.1.2.3.1.99.00	OUTRAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	-R\$ 32.477.364,78	R\$ 1.372.894,60	R\$ 2.964.009,55	-R\$ 34.068.479,73
8.1.2.3.1.99.01	OUTRAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS - A EXECUTAR	-R\$ 32.477.364,78	R\$ 1.372.894,60	R\$ 1.591.114,95	-R\$ 32.695.585,13
8.1.2.3.1.99.03	OUTRAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS - EXECUTADOS	R\$ -	R\$ -	R\$ 1.372.894,60	-R\$ 1.372.894,60
8.1.2.9.0.00.00	EXECUÇÃO DE OUTROS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	-R\$ 88,93	R\$ -	R\$ -	-R\$ 88,93
8.1.2.9.1.00.00	EXECUÇÃO DE OUTROS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS - CONSOLIDAÇÃO	-R\$ 88,93	R\$ -	R\$ -	-R\$ 88,93
8.2.0.0.0.00.00	EXECUÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	-R\$ 40.953.350,05	R\$ 732.093.968,41	R\$ 933.687.037,59	-R\$ 242.546.419,23
8.2.1.0.0.00.00	EXECUÇÃO DAS DISPONIBILIDADES POR DESTINAÇÃO	-R\$ 40.953.350,05	R\$ 356.435.933,40	R\$ 423.266.679,07	-R\$ 107.784.095,72
8.2.1.1.0.00.00	EXECUÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE RECURSOS	-R\$ 40.953.350,05	R\$ 356.435.933,40	R\$ 423.266.679,07	-R\$ 107.784.095,72
8.2.1.1.1.00.00	DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS	-R\$ 34.685.145,75	R\$ 185.633.142,38	R\$ 153.570.532,64	-R\$ 2.622.536,01
8.2.1.1.1.01.00	RECURSOS DISPONÍVEIS PARA O EXERCÍCIO	-R\$ 34.685.145,75	R\$ 185.633.142,38	R\$ 153.570.532,64	-R\$ 2.622.536,01
8.2.1.1.2.00.00	DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS COMPROMETIDA POR EMPENHO	-R\$ 3.960.696,15	R\$ 83.803.415,23	R\$ 104.193.220,38	-R\$ 24.350.501,30
8.2.1.1.2.01.00	DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS COMPROMETIDA POR EMPENHO - A	-R\$ 3.960.696,15	R\$ 83.803.415,23	R\$ 104.193.220,38	-R\$ 24.350.501,30
8.2.1.1.3.00.00	DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS COMPROMETIDA POR LIQUIDAÇÃO E	-R\$ 2.307.508,15	R\$ 86.953.261,12	R\$ 93.183.671,83	-R\$ 8.537.918,86
8.2.1.1.3.01.00	COMPROMETIDA POR LIQUIDAÇÃO	-R\$ 606.943,75	R\$ 75.621.468,76	R\$ 82.823.896,99	-R\$ 7.809.371,98
8.2.1.1.3.02.00	COMPROMETIDA POR CONSIGNAÇÕES/RETENÇÕES	-R\$ 1.512.015,04	R\$ 10.554.635,00	R\$ 9.769.152,07	-R\$ 726.532,11
8.2.1.1.3.03.00	COMPROMETIDA POR ENTRADAS COMPENSATÓRIAS	-R\$ 188.549,36	R\$ 777.157,36	R\$ 590.622,77	-R\$ 2.014,77
8.2.1.1.4.00.00	DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS DO EXERCÍCIO UTILIZADA	R\$ -	R\$ 46.114,67	R\$ 72.319.254,22	-R\$ 72.273.139,55
8.2.2.0.0.00.00	EXECUÇÃO DA PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA	R\$ -	R\$ 375.658.035,01	R\$ 510.420.358,52	-R\$ 134.762.323,51
8.2.2.1.0.00.00	CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO MENSAL DE DESEMBOLSO	R\$ -	R\$ 375.658.035,01	R\$ 510.420.358,52	-R\$ 134.762.323,51
8.2.2.1.1.00.00	EXECUÇÃO DO CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO MENSAL ORÇAMENTÁRIO	R\$ -	R\$ 375.658.035,01	R\$ 510.420.358,52	-R\$ 134.762.323,51
8.2.2.1.1.01.00	PROGRAMAÇÃO DE DESEMBOLSO MENSAL - DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	R\$ -	R\$ 373.358.255,01	R\$ 504.720.578,52	-R\$ 131.362.323,51
8.2.2.1.1.01.01	PROGRAMAÇÃO DE DESEMBOLSO MENSAL - DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS - A RECEBER	R\$ -	R\$ 292.147.821,36	R\$ 326.497.831,38	-R\$ 34.350.010,02
8.2.2.1.1.01.02	PROGRAMAÇÃO DE DESEMBOLSO MENSAL - DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS - RECEBIDA	R\$ -	R\$ 81.210.433,65	R\$ 178.222.747,14	-R\$ 97.012.313,49
8.2.2.1.1.03.00	EXECUÇÃO DO CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO MENSAL DAS TRANSFERÊNCIAS FINANC	R\$ -	R\$ 2.299.780,00	R\$ 5.699.780,00	-R\$ 3.400.000,00
8.2.2.1.1.03.01	PROGRAMAÇÃO DE DESEMBOLSO MENSAL A TRANSFERIR	R\$ -	R\$ 2.299.780,00	R\$ 3.430.240,00	-R\$ 1.130.460,00
8.2.2.1.1.03.02	PROGRAMAÇÃO DE DESEMBOLSO MENSAL TRANSFERIDA	R\$ -	R\$ -	R\$ 2.269.540,00	-R\$ 2.269.540,00

8.3.0.0.0.00.00	EXECUÇÃO DA DÍVIDA ATIVA	-R\$ 13.606.369,23	R\$ 2.439.839,91	R\$ 2.536.283,77	-R\$ 13.702.813,09
8.3.2.0.0.00.00	EXECUÇÃO DA INSCRIÇÃO DE CRÉDITOS EM DÍVIDA ATIVA	-R\$ 13.606.369,23	R\$ 2.439.839,91	R\$ 2.536.283,77	-R\$ 13.702.813,09
8.3.2.1.0.00.00	CRÉDITOS A INSCREVER EM DÍVIDA ATIVA	R\$ -	R\$ 160.951,36	R\$ 160.951,36	R\$ -
8.3.2.1.1.00.00	CRÉDITOS A INSCREVER EM DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	R\$ -	R\$ 160.591,44	R\$ 160.591,44	R\$ -
8.3.2.1.2.00.00	CRÉDITOS A INSCREVER EM DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA	R\$ -	R\$ 359,92	R\$ 359,92	R\$ -
8.3.2.3.0.00.00	CRÉDITOS INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA A RECEBER	-R\$ 13.606.369,23	R\$ 2.278.888,55	R\$ 944.618,71	-R\$ 12.272.099,39
8.3.2.3.1.00.00	CRÉDITOS INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA A RECEBER	-R\$ 13.060.182,65	R\$ 2.226.449,34	R\$ 944.339,78	-R\$ 11.778.073,09
8.3.2.3.1.01.00	CRÉDITOS INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA A RECEBER EM COBRANÇA ADMINIS	-R\$ 13.060.182,65	R\$ 2.226.449,34	R\$ 944.339,78	-R\$ 11.778.073,09
8.3.2.3.2.00.00	CRÉDITOS INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA A RECEBER	-R\$ 546.186,58	R\$ 52.439,21	R\$ 278,93	-R\$ 494.026,30
8.3.2.3.2.01.00	CRÉDITOS INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA A RECEBER EM COBRANÇA ADI	-R\$ 546.186,58	R\$ 52.439,21	R\$ 278,93	-R\$ 494.026,30
8.3.2.4.0.00.00	CRÉDITOS INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA RECEBIDOS	R\$ -	R\$ -	R\$ 1.430.247,54	-R\$ 1.430.247,54
8.3.2.4.1.00.00	RECEBIMENTO DE CRÉDITOS INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	R\$ -	R\$ -	R\$ 1.377.903,03	-R\$ 1.377.903,03
8.3.2.4.1.01.00	RECEBIMENTO DE CRÉDITOS INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA EM COBRANÇA A	R\$ -	R\$ -	R\$ 1.377.903,03	-R\$ 1.377.903,03
8.3.2.4.2.00.00	RECEBIMENTOS DE CRÉDITOS INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA	R\$ -	R\$ -	R\$ 52.344,51	-R\$ 52.344,51
8.3.2.4.2.01.00	RECEBIMENTOS DE CRÉDITOS INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA EM COBRA	R\$ -	R\$ -	R\$ 52.344,51	-R\$ 52.344,51
8.3.2.5.0.00.00	BAIXA DE CRÉDITOS INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA	R\$ -	R\$ -	R\$ 466,16	-R\$ 466,16
8.3.2.5.1.00.00	BAIXAS DE CRÉDITOS INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	R\$ -	R\$ -	R\$ 452,45	-R\$ 452,45
8.3.2.5.1.01.00	BAIXAS DE CRÉDITOS INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA - COBRANÇA ADMINISTR	R\$ -	R\$ -	R\$ 452,45	-R\$ 452,45
8.3.2.5.2.00.00	BAIXAS DE CRÉDITOS INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA NÃO-TRIBUTÁRIA	R\$ -	R\$ -	R\$ 13,71	-R\$ 13,71
8.3.2.5.2.01.00	BAIXAS DE CRÉDITOS INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA EM COBRANÇA ADN	R\$ -	R\$ -	R\$ 13,71	-R\$ 13,71
8.9.0.0.0.00.00	OUTROS CONTROLES	-R\$ 27.090.040,66	R\$ 83.272.331,18	R\$ 166.572.511,50	-R\$ 110.390.220,98
8.9.5.0.0.00.00	CONTROLES ESPECÍFICOS TCESP	-R\$ 20.490.945,61	R\$ 8.036.316,15	R\$ 17.011.835,66	-R\$ 29.466.465,12
8.9.5.2.0.00.00	CONTROLES ESPECÍFICOS - PRECATÓRIOS - REGIME ESPECIAL/ORDINÁRIO	-R\$ 617.385,71	R\$ -	R\$ -	-R\$ 617.385,71
8.9.5.2.2.00.00	PRECATÓRIOS - CONTROLE POR CREDORES	-R\$ 617.385,71	R\$ -	R\$ -	-R\$ 617.385,71
8.9.5.2.2.01.00	PRECATÓRIOS DE PESSOAL	-R\$ 613.430,05	R\$ -	R\$ -	-R\$ 613.430,05
8.9.5.2.2.01.01	PRECATÓRIOS DE PESSOAL - REGIME ORDINÁRIO	-R\$ 35.010,88	R\$ -	R\$ -	-R\$ 35.010,88
8.9.5.2.2.01.02	PRECATÓRIOS DE PESSOAL - REGIME ESPECIAL	-R\$ 578.419,17	R\$ -	R\$ -	-R\$ 578.419,17
8.9.5.2.2.03.00	PRECATÓRIOS DE FORNECEDORES/CONTAS A PAGAR NACIONAIS	-R\$ 3.955,66	R\$ -	R\$ -	-R\$ 3.955,66
8.9.5.2.2.03.01	PRECATÓRIOS DE FORNECEDORES/CONTAS A PAGAR NACIONAIS - REGIME ORDINÁRIO	-R\$ 3.955,66	R\$ -	R\$ -	-R\$ 3.955,66
8.9.5.3.0.00.00	CONTROLE DE ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS/SUPRIMENTO DE FUNDOS	-R\$ 14.059,22	R\$ 15.109,22	R\$ 28.209,22	-R\$ 27.159,22
8.9.5.3.1.00.00	ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	-R\$ 14.059,22	R\$ 15.109,22	R\$ 13.100,00	-R\$ 12.050,00
8.9.5.3.2.00.00	BAIXA DE ADIANTAMENTOS - VALOR UTILIZADO	R\$ -	R\$ -	R\$ 7.827,69	-R\$ 7.827,69
8.9.5.3.3.00.00	BAIXA DE ADIANTAMENTOS - VALOR DEVOLVIDO	R\$ -	R\$ -	R\$ 7.281,53	-R\$ 7.281,53
8.9.5.5.0.00.00	CONTROLE FINANCEIRO DAS CONSIGNAÇÕES POR DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	-R\$ 281.622,95	R\$ 7.691.274,93	R\$ 13.635.389,24	-R\$ 6.225.737,26
8.9.5.5.1.00.00	CONSIGNAÇÕES A PAGAR	-R\$ 281.622,95	R\$ 7.691.274,93	R\$ 8.136.184,09	-R\$ 726.532,11
8.9.5.5.2.00.00	CONSIGNAÇÕES PAGAS	R\$ -	R\$ -	R\$ 5.499.205,15	-R\$ 5.499.205,15
8.9.5.6.0.00.00	DIREITOS E OBRIGAÇÕES CONVENIADOS	-R\$ 19.577.877,73	R\$ 329.932,00	R\$ 3.348.237,20	-R\$ 22.596.182,93
8.9.5.6.1.00.00	AUXÍLIOS, SUBVENÇÕES E CONTRIBUIÇÕES	-R\$ 7.877.614,32	R\$ 327.035,71	R\$ 1.949.045,58	-R\$ 9.499.624,19

8.9.5.6.1.01.00	AUXÍLIOS, SUBVENÇÕES E CONTRIBUIÇÕES CONCEDIDOS	-R\$ 6.209.130,40	R\$ 148.750,00	R\$ 1.116.628,59	-R\$ 7.177.008,99
8.9.5.6.1.02.00	AUXÍLIOS, SUBVENÇÕES E CONTRIBUIÇÕES RECEBIDOS	-R\$ 1.668.483,92	R\$ 178.285,71	R\$ 832.416,99	-R\$ 2.322.615,20
8.9.5.6.2.00.00	OUTROS CONVÊNIOS	-R\$ 11.700.263,41	R\$ 2.896,29	R\$ 1.399.191,62	-R\$ 13.096.558,74
8.9.5.6.2.02.00	OUTROS CONVÊNIOS RECEBIDOS	-R\$ 11.700.263,41	R\$ 2.896,29	R\$ 1.399.191,62	-R\$ 13.096.558,74
8.9.6.0.0.00.00	CONTROLE FINANCEIRO DAS DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	-R\$ 6.599.095,05	R\$ 75.236.015,03	R\$ 149.560.675,84	-R\$ 80.923.755,86
8.9.6.1.0.00.00	CONTROLE FINANCEIRO DAS DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS DO EXERCÍCIO POR NOTA DE E	R\$ -	R\$ 68.217.835,05	R\$ 142.542.495,86	-R\$ 74.324.660,81
8.9.6.1.1.00.00	EMPENHOS LIQUIDADOS A PAGAR	R\$ -	R\$ 68.178.000,11	R\$ 75.795.635,22	-R\$ 7.617.635,11
8.9.6.1.2.00.00	EMPENHOS LIQUIDADOS E PAGOS	R\$ -	R\$ 33.906,49	R\$ 66.746.860,64	-R\$ 66.712.954,15
8.9.6.1.9.00.00	(-) DEVOLUÇÃO DE SALDO DE ADIANTAMENTO NÃO UTILIZADO	R\$ -	R\$ 5.928,45	R\$ -	R\$ 5.928,45
8.9.6.2.0.00.00	CONTROLE FINANCEIRO DAS DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-R\$ 6.599.095,05	R\$ 7.018.179,98	R\$ 7.018.179,98	-R\$ 6.599.095,05
8.9.6.2.1.00.00	RESTOS A PAGAR PROCESSADO	-R\$ 528.232,48	R\$ 413.857,31	R\$ 413.857,31	-R\$ 528.232,48
8.9.6.2.1.01.00	RESTOS A PAGAR PROCESSADO A PAGAR	-R\$ 528.232,48	R\$ 413.857,31	R\$ -	-R\$ 114.375,17
8.9.6.2.1.02.00	RESTOS A PAGAR PROCESSADO E PAGO	R\$ -	R\$ -	R\$ 413.857,31	-R\$ 413.857,31
8.9.6.2.2.00.00	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO	-R\$ 6.070.862,57	R\$ 6.604.322,67	R\$ 6.604.322,67	-R\$ 6.070.862,57
8.9.6.2.2.01.00	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO A LIQUIDAR	-R\$ 5.992.150,30	R\$ 3.405.239,12	R\$ 14.218,11	-R\$ 2.601.129,29
8.9.6.2.2.02.00	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO LIQUIDADO A PAGAR	-R\$ 78.712,27	R\$ 3.192.641,18	R\$ 3.191.290,61	-R\$ 77.361,70
8.9.6.2.2.03.00	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO LIQUIDADO E PAGO	R\$ -	R\$ 6.442,37	R\$ 3.178.423,07	-R\$ 3.171.980,70
8.9.6.2.2.04.00	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO CANCELADO	R\$ -	R\$ -	R\$ 220.390,88	-R\$ 220.390,88



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO
CNPJ 48.664.304/0001-80

DECRETO Nº 3.759 - DE 14 DE ABRIL DE 2.020.

DECLARA ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE GUARIBA, E RATIFICA AS MEDIDAS DE PROTEÇÃO DA COLETIVIDADE, JÁ ADOTADAS PELO DECRETO Nº 3.750, DE 21 DE MARÇO DE 2.020, DE DECLARAÇÃO DE SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA, DESTINADAS A EVITAR A DISSEMINAÇÃO DO COVID-19 (NOVO CORONAVÍRUS), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Dr. Francisco Dias Mançano Júnior, Prefeito do Município de Guariba, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe confere o **artigo 73, incisos IX e XXVIII, da Lei Orgânica do Município**, observadas as disposições do **artigo 65, da Lei Complementar federal nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal)**, da **Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020**, e dos **Decretos estaduais nº 64.879, de 20 de março de 2020**, e nº 64.881, de 22 de março de 2020, e

Considerando a situação de emergência declarada neste Município de Guariba, pelo Decreto nº 3.750, de 21 de março de 2.020, com as alterações dadas pelos Decretos nºs 3.751, 3752 e 3.755, de 2020, para o enfrentamento da pandemia decorrente do coronavírus;

Considerando a necessidade de adotar medidas orçamentárias imprevistas e inesperadas, fora do alcance da situação emergencial, para tornar o enfrentamento ainda mais contundente e eficaz da pandemia provocada pelo COVID-19 (novo Coronavírus);

Considerando os impactos inesperados na economia local e, por via de consequência, na arrecadação municipal, assim como a necessidade de adotar medidas administrativas extraordinárias, mais extremas das que as previstas no decreto de situação emergencial, junto ao regular andamento da Administração Pública deste Município;

Considerando que, segundo as recomendações da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamentos, em decorrência das ações emergenciais necessárias para conter a pandemia do coronavírus, as finanças públicas e as metas fiscais estabelecidas para o presente exercício poderão restar gravemente comprometidas no Município, assim como as metas de arrecadação de tributos, pela redução da atividade econômica;

Considerando que a Câmara dos Deputados, em 18 de março de 2020, e o Senado Federal, por meio do Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, reconheceram a existência de calamidade pública para os fins do artigo 65 da Lei Complementar federal nº 101, de 4 de maio de 2000...

DECRETA:

Artigo 1º. Fica declarado **ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA** para todos os fins de direito no Município de Guariba, enquanto perdurar a pandemia da doença infecciosa viral respiratória (COVID-19), causada pelo agente do novo Coronavírus.



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 48.664.304/0001-80

Parágrafo único. Para os fins deste artigo, aplicam-se as suspensões dos prazos e disposições estabelecidos nos artigos 23, 31 e 70, e as dispensas do atingimento dos resultados fiscais e a limitação de empenho prevista no artigo 9º, a reboque do disposto no artigo 65, todos da Lei Complementar federal nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Artigo 2º. Para evitar que o déficit atual no Quadro de Pessoal Permanente, afete os serviços de saúde pública e prejudique a população em decorrência da pandemia da COVID-19 (novo Coronavírus), fica autorizada, alternativamente:

I - a contratação temporária de médicos e profissionais de saúde, com processo seletivo simplificado, nos termos da legislação municipal em vigor, ou;

II - a abertura e instrução de processo de chamamento público, para a terceirização de serviços médicos e de profissionais de saúde, preferencialmente, mediante a contratação de organização social de saúde.

Artigo 3º. Ficam mantidas as medidas adotadas na situação emergencial declarada pelo Decreto nº 3.750, de 21 de março de 2020, com suas alterações posteriores, principalmente, as que abrangem restrição de atividades não essenciais, de maneira a evitar aglomeração e possível contaminação ou propagação do Coronavírus.

Artigo 4º. O Poder Executivo deverá solicitar, por meio de mensagem a ser enviada à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, o reconhecimento do estado de calamidade pública para os fins do artigo 65, da Lei Complementar federal nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Artigo 5º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Guariba, 14 de abril de 2020.


DR. FRANCISCO DIAS MANÇANO JUNIOR
Prefeito Municipal de Guariba

Registrado em livro próprio, no Departamento de Gestão Pública, afixado no local de costume, no quadro de avisos da sede da Prefeitura, na mesma data, e mandado publicar na Imprensa Oficial do Município, criada pela Lei municipal nº 3.119/2018, com circulação diária, na forma eletrônica, nos termos do artigo 90 e § 2º, da Lei Orgânica do Município.


ROSEMEIRE GUMIERI
Diretora do Departamento de Gestão Pública



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO
CNPJ 48.664.304/0001-80

DECRETO Nº 3.750 - DE 21 DE MARÇO DE 2.020

DECLARA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA, NESTE MUNICÍPIO DE GUARIBA, PARA A ADOÇÃO DE MEDIDAS ADMINISTRATIVAS DE PROTEÇÃO DA COLETIVIDADE, DESTINADAS A EVITAR A DISSEMINAÇÃO DO CORONAVÍRUS, NOS TERMOS DA LEI FEDERAL Nº 13.979, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2020, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Dr. Francisco Dias Mançano Júnior, Prefeito do Município de Guariba, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe confere o **artigo 73, incisos IX e XXVIII, da Lei Orgânica do Município...**

Considerando que, de acordo com o **artigo 509, do Decreto Estadual nº 12.342, de 27/09/1978**, que versa sobre normas de promoção, preservação e recuperação da saúde pública, na iminência ou vigência de epidemias poderá ser providenciado o fechamento total ou parcial de estabelecimentos, centros de reunião ou diversão, escolas e quaisquer locais abertos ao público, durante o tempo julgado necessário pela autoridade sanitária;

Considerando, ainda mais, na forma do **artigo 510**, que outras medidas particularmente rigorosas poderão ser tomadas para impedir a disseminação da moléstia, inclusive a limitação parcial ou total do direito de locomoção, cabendo à autoridade competente, nos termos do **artigo 511**, requisitar o auxílio da autoridade policial local ou regional para a execução de medidas referentes à profilaxia da doença;

Considerando as atribuições inerentes ao poder de polícia sanitária, conferidas pelo **art. 15, inciso XX, da Lei federal nº 8.080, de 19/09/1990**, assim como a **Portaria MS/GM nº 188, de 03/02/2020**, que declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da infecção humana pelo novo Coronavírus (COVID-19);

Considerando, que a **Lei federal nº 13.979, de 06/02/2020**, dispõe sobre medidas para enfrentamento de emergência de saúde pública de importância internacional, decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019, que deverão ser adotadas e compartilhadas entre órgãos e entidades da administração pública federal, estadual, distrital e municipal, com a finalidade exclusiva de evitar a sua propagação;

Considerando, finalmente, que o Governo do Estado de São Paulo decretou a instalação de uma quarentena obrigatória de 15 dias, a partir da próxima terça-feira, dia 24, para frear a pandemia do coronavírus, para efeito de determinar que todos os serviços não essenciais devam fechar as suas portas, como restaurantes e bares, que só poderão funcionar com serviços de entrega, cabendo ao Poder Público tomar "medidas policiais" para impedir aglomerações de qualquer tipo ou natureza...



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO
CNPJ 48.664.304/0001-80

DECRETA:

Artigo 1º. Fica declarada situação de emergência de saúde pública, neste Município de Guariba, pelo prazo de 180 (cento e oitenta dias), para a adoção de medidas administrativas de proteção da coletividade, destinadas a evitar a disseminação do coronavírus, nos termos da Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

Parágrafo único. Para o enfrentamento da situação emergencial, ora declarada, a medidas a serem adotadas, na forma prevista neste artigo, são as seguintes:

I - nos termos do art. 24, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, fica autorizada a dispensa de licitação para aquisição de bens, serviços, insumos de saúde, de assistência social e de segurança urbana, destinados ao enfrentamento da emergência;

II - poderão ser requisitados bens e serviços de pessoas naturais e jurídicas, que se confirmadas, será garantido o pagamento posterior de justa indenização;

III - os responsáveis pelos órgãos municipais: secretários, diretores de departamentos, chefes de setores e similares, com unidades de atendimento ao público deverão manter os serviços essenciais, avaliando a possibilidade de suspensão, redução ou alteração dos serviços, no intuito de reduzir, no período de emergência, o fluxo e aglomeração de pessoas nos locais de atendimento; assim como, a realocação de servidores entre Secretarias, visando dar suporte às atividades e serviços de saúde pública, assistência social e segurança urbana;

IV - ficam suspensas as férias deferidas ou programadas dos servidores das áreas de saúde, segurança urbana, assistência social e do serviço funerário, sem prejuízo do recebimento do seu 1/3 realizado, devendo retornar, imediatamente, ao posto de trabalho, restando-lhes apenas os dias de gozo para descansarem em momento futuro;

V - fica suspensa a realização das provas escritas e práticas do Concurso Público nº 01/2020, que estava programada para o dia 22 de março, devendo ser remarcada para outra ocasião, após o término da situação de emergência;

VI - também deverão ser adiadas reuniões e sessões públicas de licitação, que possam ser postergadas ou realiza-las, as licitações, por meio de pregões eletrônicos;

VII - durante o período da emergência, as servidoras gestantes e lactantes deverão, na medida do possível, permanecer e trabalhar nas suas casas, sob orientação da chefia imediata;

VIII - os servidores com 60 anos ou mais deverão permanecer e trabalhar em suas casas, sob orientação da chefia imediata;

IX - os servidores, independentemente da idade, portadores de doenças crônicas como diabetes ou hipertensão descontroladas, cardiopatias graves, doenças respiratórias graves e outras afecções que deprimam sistema imunológico, com risco de desenvolvimento de sintomas



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 48.664.304/0001-80

mais graves decorrentes da infecção pelo coronavírus, deverão permanecer e trabalhar nas suas casas, mediante prévia comprovação médica;

X - ficam suspensos os cursos, oficinas e eventos similares, promovidos pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, inclusive os programas realizados pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, com equipamentos culturais, esportivos e recreativos públicos;

XI - fica determinada a paralisação das atividades da Feira Livre, a partir do dia 23 de março, além da suspensão de quaisquer programas municipais que possam ensejar a aglomeração de pessoas;

XII - ficarão suspensas todas as aulas nas unidades escolares da rede municipal de educação básica, a partir do dia 23 de março, com orientação dos pais, responsáveis e alunos acerca do novo Coronavírus (COVID-19) e das medidas preventivas;

XIII - os locais de trabalho dos servidores municipais, nos prédios públicos, deverão manter a ventilação natural e adotar rotinas de limpeza e manutenção dos aparelhos de ar condicionado, observadas as orientações das autoridades de saúde e sanitária, do ambiente de trabalho;

XIV - poderão se contratados servidores por tempo determinado, se houver necessidade de atendimento temporário de excepcional interesse público motivado pela situação emergencial, mediante processo de seleção amplamente simplificado, como médicos e outros profissionais de saúde, e também para repor servidores e/ou prestadores de serviços afastados em razão da pandemia, que atuem em áreas essenciais do Município;

XV - ficará a critério da Administração, que avaliará a conveniência e a oportunidade do interesse público dos serviços municipais considerados essenciais à população, determinar o imediato gozo de férias aos servidores, nos termos da legislação trabalhista.

§ 1º. No caso do inciso IX, deste artigo, o servidor municipal deverá apresentar ao Departamento de Recursos Humanos, atestados emitidos por médico do Departamento Municipal de Segurança e Medicina Ocupacional ou do Sistema de Saúde Pública do Município, que comprovem a gravidade da doença e a necessidade de isolamento social.

§ 2º. As práticas esportivas que não sejam individuais estão proibidas, ainda que realizadas ao ar livre.

Artigo 2º. Todos os prédios públicos e particulares deverão conter orientações aos servidores sobre a doença COVID-19 e as medidas preventivas, além de dispor de álcool em gel, e outros materiais e insumos recomendados para todos os servidores e consumidores, que exerçam atividades de atendimento ao público em geral.

Artigo 3º. A Secretaria Municipal da Saúde deverá adotar providências para:

I - capacitação de todos os profissionais para atendimento, diagnóstico e orientação quanto a medidas protetivas;



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 48.664.304/0001-80

II – estabelecer um processo de triagem nas unidades que possibilite a rápida identificação dos possíveis casos de COVID-19 e os direcionem para áreas específicas;

III - aquisição imediata de equipamentos de proteção individual - EPIs para todos os profissionais de saúde;

IV – antecipação da vacinação contra gripe, com ampliação de postos de atendimento;

V – requisitar, se for o caso, aos demais órgãos municipais recursos humanos a serem alocados temporariamente para suprir necessidade excepcional de atendimento à população, sendo que a requisição deverá ser processada, quanto à sua viabilidade, pela Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

Artigo 4º. A Secretaria Municipal da Educação deverá adotar providências para:

I - capacitar os professores para atuarem como orientadores dos alunos quanto aos cuidados a serem adotados visando à prevenção da doença;

II - buscar alternativas para o fornecimento de alimentação aos estudantes, durante o período de paralisação das aulas;

III - orientar as escolas da rede privada de ensino para que adotem os mesmos procedimentos de suspensão de aulas estabelecidos para as escolas municipais da rede pública.

Artigo 5º. A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social deverá adotar providências para:

I - desativar os serviços que impliquem necessidade de deslocamento de pessoas com mais de 60 (sessenta) anos, à exceção dos referentes a acolhimento e visita domiciliar aos idosos com necessidades;

II – suspender ou limitar visitas de assistentes sociais, a cada duas semanas, nos casos de atendimento de famílias ou pessoas em situação de vulnerabilidade social;

III – garantir que os servidores que trabalhem com o atendimento público, utilizem máscaras de proteção e mantenham as mãos higienizadas;

IV - manter atualizados os cadastros sociais de atendimento de famílias carentes, diante do inevitável aumento da demanda, enquanto persistir a atual crise humanitária, e adotar as medidas administrativas necessárias para preservar estoques de gêneros alimentícios e botijões de gás em quantidades suficientes para assegurar o funcionamento regular, sem interrupção, dos programas sócios assistenciais, como:

- a) o “viva leite” para crianças até seis anos;
- b) o “leite para idosos”;
- c) o “refeição solidária” para famílias carentes.



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 48.664.304/0001-80

- d) a distribuição de cestas básicas e de botijões de gás; e,
- e) de pãezinhos e leite de soja.

Artigo 6º. Fica vedada a expedição de alvarás de licença e autorização para a realização de eventos públicos e privados, dentre os quais, shows, circos, parques de diversão, bailes, forrós e festas em geral, cabendo ao órgão competente adotar providências necessárias para revogação daqueles eventualmente já expedidos.

Artigo 7º. Fica determinada, pelo período de 15 dias, de 22 de março de 2020 a 5 de abril de 2020, a paralisação das atividades em boates, casas noturnas, bares noturnos, buffets, áreas e espaços esportivos públicos e particulares, festas em salões e edículas alugadas para esse fim, casamentos, encontros e reuniões sociais, independentemente de aglomeração de pessoas.

Artigo 8º. Todos os estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços deverão permanecer fechados, pelo prazo de 15 dias, no período de 22 de março de 2020 a 5 de abril de 2020, que tenham acesso ao público e que possam gerar aglomeração de pessoas, com exceção de serviços essenciais como:

I – postos de combustíveis, farmácias, açougues, padarias, serviços médicos, serviços funerários, distribuidoras de gás e de água;

II – instituições bancárias e casas lotéricas, com as seguintes condições:

a) Instalação de displays de álcool gel nos caixas eletrônicos;

b) limitação da entrada de 10 (dez) pessoas por vez, com a proibição de aglomerações nas áreas internas e externas e, no caso de filas, distanciamento obrigatório de um metro e meio entre uma pessoa e outra;

III - supermercados e mercados, com as seguintes condições:

a) horário de funcionamento, de segunda à sábado, das 8 horas às 18 horas, ficando proibido a abertura aos domingos e feriados;

b) terminantemente proibido a entrada de crianças até 12 anos e idosos acima de 60 anos;

c) restrição de acesso de pessoas no interior do recinto à 50% da capacidade do local, mantendo os cuidados necessários para evitar a aglomeração de pessoas e resguardando a distância mínima de um metro e meio entre elas;

d) proibição de uso de cestinhas mão.



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 48.664.304/0001-80

Artigo 9º. Os estabelecimentos comerciais e de serviços que permanecerem abertos, nos termos do **artigo 8º, deste decreto**, deverão providenciar todas as medidas de higienização e atendimento necessárias, nos termos do recomendado pelos protocolos do Ministério de Saúde, da Secretaria Estadual de Saúde e da Secretaria Municipal de Saúde, adotando, ainda, as seguintes providências:

I – higienizar, após cada uso, durante o período de funcionamento e sempre quando do início de atividades, as superfícies de toques, preferencialmente, com álcool 70%, bem como água sanitária;

II – higienizar, preferencialmente, após cada utilização, e aumentar a frequência de limpeza e desinfecção de superfícies, equipamentos, materiais e objetos compartilhados pelas pessoas, durante o período de funcionamento e sempre quando do início das atividades e nas trocas de turnos, inclusive os pisos, paredes, forro e banheiro, preferencialmente, com água sanitária;

III – manter à disposição, na entrada do estabelecimento e em local estratégico, álcool em gel 70% para utilização dos clientes e funcionários do local;

IV – disponibilizar máscaras para uso de funcionários;

V – manter kit completo de higiene de mãos nos sanitários de clientes e funcionários, utilizando sabonete líquido, álcool em gel 70% e toalhas de papel não reciclado;

VI – manter locais de circulação e áreas comuns com os sistemas de ar condicionados limpos (filtros e dutos) e, obrigatoriamente, manter pelo menos uma janela externa aberta ou qualquer outra abertura, contribuindo para a renovação do ar;

VII – manter distância mínima de um metro e meio entre as pessoas nas filas de caixas.

Artigo 10. Os restaurantes, bares, lanchonetes, rotisseries e estabelecimentos que comercializem produtos alimentícios, deverão permanecer de portas fechadas e restringir suas atividades somente à prestação de serviços de entrega de alimentos “delivery”, devendo observar as medidas de higienização, determinadas no **artigo 9º** deste decreto.

Parágrafo único. No caso de açougues, padarias e lojas de conveniência, somente poderão funcionar para a prestação de serviços de entrega de alimentos, sem consumo local, com a retirada de mesas e cadeiras do recinto, interna e externamente, para evitar aglomeração de pessoas, devendo as atividades estarem encerradas, impreterivelmente, durante a semana, às 18 horas, e nos domingos e feriados, às 12 horas.

Artigo 11. Fica proibido a atividade de saúde bucal odontológica, exceto a de atendimento de urgência e emergência, assim como o funcionamento de academias esportivas e similares, clube, centros de estética, instituto de beleza, centro de convivência da melhor idade



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 48.664.304/0001-80

e biblioteca, pelo prazo de 15 (quinze) dias, bem como as visitas em hospitais e instituição de acolhimento de idoso, a partir da publicação deste decreto.

§ 1º. Excetuam-se das restrições deste artigo os estabelecimentos médicos, hospitalares, farmacêuticos, psicológicos, laboratórios de análises clínicas, clínicas de fisioterapia, táxis e pet shops.

§ 2º. Os estabelecimentos excetuados das restrições deste artigo, identificados no parágrafo anterior, para efeito de funcionamento regular, deverão adotar, conforme o caso, as mesmas medidas cumulativas de higienização indicadas no **artigo 9º**, deste **decreto**.

§ 3º. Fica vedado o funcionamento de brinquedotecas, espaço kids, playgrounds e espaços de jogos.

Artigo 12. Os velórios ficarão limitados ao acesso de no máximo cinco pessoas por sala, assim como os cultos de corpo presente ficarão restritos a 10 minutos, apenas para familiares, devendo ser observado o horário de funcionamento das 7 às 17 horas, e caso não haja o sepultamento até às 17 horas, serão fechados e reabertos somente no dia seguinte.

Artigo 13. As instituições e associações religiosas deverão interromper reuniões, cultos e missas presenciais, durante o período de situação emergencial de saúde pública, mantendo suspensas suas atividades de aglomeração de pessoas.

Artigo 14. Nos termos do disposto no **inciso II, do parágrafo único do artigo 1º**, deste **decreto**, o Município poderá confiscar produtos como álcool em gel 70%, máscaras e luvas, se houver necessidade administrativa de interesse da saúde pública, ou se o estabelecimento estiver praticando preços abusivos, acima dos preços de mercado.

Artigo 15. Enquanto perdurar a situação de emergência de saúde pública fica terminantemente proibida a entrada de ônibus, micro-ônibus, vans e similares de **fretamento e/ou turismo**, neste Município de Guariba, a fim de prevenir o contágio pelo coronavírus de pessoas residentes em outras localidades, que possam ter casos confirmados ou suspeitos.

Parágrafo único. Para os fins deste artigo, o Município de Guariba fiscalizará e bloqueará as entradas principais da cidade, mantendo controle de acesso no Bairro Alto, no Cruzeiro, no Residencial Santa Cruz e na vicinal do Município de Motuca, permitindo apenas a trabalhadores, moradores e os serviços de transporte rodoviário interurbano de passageiros e de carga e descarga.

Artigo 16. O descumprimento das proibições e o não atendimento às obrigações impostas pelo presente decreto serão objeto de medidas administrativas, cíveis e criminais cabíveis, nos termos da legislação vigente, cabendo à fiscalização municipal recorrer ao auxílio da Polícia Militar para garantir o cumprimento de seus atos.



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 48.664.304/0001-80

Artigo 17. Fica determinado à Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento que providencie reserva de Caixa para os pagamentos de despesas consideradas emergenciais pela Secretaria Municipal de Saúde, para atendimento das finalidades descritas neste decreto.

Parágrafo único. Caso haja necessidade de atendimento de despesas, em caráter emergencial, proceder-se-á à quebra da ordem cronológica de pagamentos, mediante prévia justificativa da autoridade competente, formalmente publicada na imprensa oficial, nos termos do "caput" do artigo 5º, da Lei federal nº 8.666/93.

Artigo 18. As despesas decorrentes da aplicação deste decreto correrão à conta de dotações próprias consignadas no Orçamento Geral do Município, suplementadas se houver necessidade, na forma da legislação em vigor.

Artigo 19. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto municipal nº 3.749, de 17 de março de 2020.

Guariba, 21 de março de 2020.

DR. FRANCISCO DIAS MANÇANO JÚNIOR
Prefeito Municipal

Registrado em livro próprio, na mesma data, e afixado nos átrios da Prefeitura e da Câmara Municipal, com publicação em órgão de imprensa escrita, na data de sua circulação semanal, nos termos do artigo 90, da Lei Orgânica do Município.

ROSEMEIRE GUMERI
Diretora do Depto. de Gestão Pública



Relatório de Gestão Fiscal - Poder Executivo

Período: 2º Quadrimestre / 2020

Município: Guariba

QUADRO COMPARATIVO COM OS LIMITES DA LRF:		R\$	%
RCL AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO		123.485.524,24	100,0000 %
RCL AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL		123.485.524,24	100,0000 %
DESPESAS TOTAIS COM PESSOAL			
Montante		58.341.057,44	47,2453 %
Limite Máximo (art. 20 LRF)		66.682.183,09	54,0000 %
Limite Prudencial 95% (par. único art. 22 LRF)		63.348.073,94	51,3000 %
Excesso a Regularizar		0,00	0,0000 %
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA			
Saldo Devedor		-35.520.150,22	-28,7646 %
Limite Legal (art.s 3º e 4º Res. 40 Senado)		148.182.629,09	120,0000 %
Excesso a Regularizar		0,00	0,0000 %
CONCESSÕES DE GARANTIAS			
Montante		0,00	0,0000 %
Limite Legal (art. 9º Res. 43 Senado)		27.166.815,33	22,0000 %
Excesso a Regularizar		0,00	0,0000 %
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (exceto ARO)			
Realizadas no Período		0,00	0,0000 %
Limite Legal (inc. I art. 7º Res. 43 Senado)		19.757.683,88	16,0000 %
Excesso a Regularizar		0,00	0,0000 %
ANTECIPAÇÃO DE RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS			
Saldo Devedor		0,00	0,0000 %
Limite Legal (art. 10 Res. 43 Senado)		8.643.986,70	7,0000 %
Excesso a Regularizar		0,00	0,0000 %

ANEXO A - Tabela de Competência

Período de análise: Setembro/2019 a Agosto/2020

Município: Guariba

Última competência disponível para o período em análise:

Entidade	Competência*
CÂMARA MUNICIPAL DE GUARIBA	08/2020
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA	08/2020

* Competência: Se refere ao último balancete enviado pelo órgão, referente ao período de análise deste demonstrativo, utilizado para gerar os resultados das análises.

Data de geração: 03/10/2020 00:15

Demonstrativo de Apuração da Receita Corrente Líquida - R.C.L.

Período: 4º Bim / 2º Quadr. / 2020

Município: Guariba

Evolução da Receita Realizada nos Últimos Doze Meses

RECEITAS CORRENTES													
Especificação	09/2019	10/2019	11/2019	12/2019	01/2020	02/2020	03/2020	04/2020	05/2020	06/2020	07/2020	08/2020	Total
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	1.349.536,19	1.289.400,04	1.310.179,13	1.569.803,80	757.783,81	956.443,44	1.072.111,86	584.519,70	676.475,62	755.613,24	3.839.225,94	1.249.039,15	15.410.131,92
CONTRIBUIÇÕES	123.414,91	121.155,00	13.406,47	411.160,85	3.015,19	131.206,07	124.509,07	119.452,39	121.088,86	125.324,73	177.599,97	121.144,61	1.592.478,12
RECEITA PATRIMONIAL	58.872,97	64.047,66	44.809,74	81.865,32	47.981,01	82.540,03	24.807,38	5.712,52	70.306,10	24.061,71	24.621,39	21.498,17	551.124,00
RECEITA DE SERVIÇOS	5.227,70	4.584,99	6.463,17	10.615,08	21.139,10	24.851,17	8.737,54	3.208,19	6.088,11	5.885,45	9.185,08	4.057,52	110.043,10
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	6.507.487,98	9.966.906,99	8.603.943,94	15.040.478,48	10.538.112,29	10.245.922,91	9.155.250,14	7.950.389,90	7.516.695,24	9.420.035,93	10.158.765,52	10.236.318,88	115.340.308,20
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	23.006,48	1.735.504,43	57.651,73	801.249,26	18.445,49	23.554,76	26.330,25	43.488,90	23.750,01	16.221,60	21.179,48	22.657,62	2.813.040,01
TOTAL RECEITAS CORRENTES	8.067.546,23	13.181.599,11	10.036.454,18	17.915.172,79	11.386.476,89	11.464.518,38	10.411.746,24	8.706.771,60	8.414.403,94	10.347.142,66	14.230.577,38	11.654.715,95	135.817.125,35
DEDUÇÕES													
Especificação	09/2019	10/2019	11/2019	12/2019	01/2020	02/2020	03/2020	04/2020	05/2020	06/2020	07/2020	08/2020	Total
DEDUÇÕES DE RECEITA PARA FORMAÇÃO DO FUNDEB	746.214,63	1.175.201,04	980.881,26	1.310.998,63	1.246.722,61	1.233.411,46	1.019.484,35	731.259,90	753.387,18	759.622,03	724.501,25	819.916,77	11.501.601,11
TOTAL DEDUÇÕES	746.214,63	1.175.201,04	980.881,26	1.310.998,63	1.246.722,61	1.233.411,46	1.019.484,35	731.259,90	753.387,18	759.622,03	724.501,25	819.916,77	11.501.601,11
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA													124.315.524,24
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	830.000,00	0,00	0,00	830.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO													123.485.524,24
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas da bancada (art. 166-A, § 16, da CF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL													123.485.524,24

ANEXO A - Tabela de Competência

Período de análise: Setembro/2019 a Agosto/2020

Município: Guariba

Última competência disponível para o período em análise:

Entidade	Competência*
CÂMARA MUNICIPAL DE GUARIBA	08/2020
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA	08/2020

* Competência: Se refere ao último balancete enviado pelo órgão, referente ao período de análise deste demonstrativo, utilizado para gerar os resultados das análises.

DECLARAÇÃO

Declaro em atendimento ao item 05 da Requisição de Documentos do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, Unidade Regional de Ribeirão Preto - UR-6, que a codificação de registro do recebimento de Emenda Parlamentar Individual no valor de R\$300.000,00 ocorrido em 09/04/2020 fora alterado codificação em 23/06/2020 conforme doc. anexo.

Por ser a mais expressão da verdade, assino a presente declaração.

Guariba, 29 de setembro de 2020

JOVENIL COTTORELLO JUNIOR

Tesoureiro

455.220.00

Unicode Glyph: 𐀀𐀁𐀂𐀃𐀄𐀅𐀆𐀇𐀈𐀉𐀊𐀋𐀌𐀍𐀎𐀏𐀐𐀑𐀒𐀓𐀔𐀕𐀖𐀗𐀘𐀙𐀚𐀛𐀜𐀝𐀞𐀟𐀠𐀡𐀢𐀣𐀤𐀥𐀦𐀧𐀨𐀩𐀪𐀫𐀬𐀭𐀮𐀯𐀰𐀱𐀲𐀳𐀴𐀵𐀶𐀷𐀸𐀹𐀺𐀻𐀼𐀽𐀾𐀿𐁀𐁁𐁂𐁃𐁄𐁅𐁆𐁇𐁈𐁉𐁊𐁋𐁌𐁍𐁎𐁏𐁐𐁑𐁒𐁓𐁔𐁕𐁖𐁗𐁘𐁙𐁚𐁛𐁜𐁝𐁞𐁟𐁠𐁡𐁢𐁣𐁤𐁥𐁦𐁧𐁨𐁩𐁪𐁫𐁬𐁭𐁮𐁯𐁰𐁱𐁲𐁳𐁴𐁵𐁶𐁷𐁸𐁹𐁺𐁻𐁼𐁽𐁾𐁿𐂀𐂁𐂂𐂃𐂄𐂅𐂆𐂇𐂈𐂉𐂊𐂋𐂌𐂍𐂎𐂏𐂐𐂑𐂒𐂓𐂔𐂕𐂖𐂗𐂘𐂙𐂚𐂛𐂜𐂝𐂞𐂟𐂠𐂡𐂢𐂣𐂤𐂥𐂦𐂧𐂨𐂩𐂪𐂫𐂬𐂭𐂮𐂯𐂰𐂱𐂲𐂳𐂴𐂵𐂶𐂷𐂸𐂹𐂺𐂻𐂼𐂽𐂾𐂿𐃀𐃁𐃂𐃃𐃄𐃅𐃆𐃇𐃈𐃉𐃊𐃋𐃌𐃍𐃎𐃏𐃐𐃑𐃒𐃓𐃔𐃕𐃖𐃗𐃘𐃙𐃚𐃛𐃜𐃝𐃞𐃟𐃠𐃡𐃢𐃣𐃤𐃥𐃦𐃧𐃨𐃩𐃪𐃫𐃬𐃭𐃮𐃯𐃰𐃱𐃲𐃳𐃴𐃵𐃶𐃷𐃸𐃹𐃺𐃻𐃼𐃽𐃾𐃿𐄀𐄁𐄂𐄃𐄄𐄅𐄆𐄇𐄈𐄉𐄊𐄋𐄌𐄍𐄎𐄏𐄐𐄑𐄒𐄓𐄔𐄕𐄖𐄗𐄘𐄙𐄚𐄛𐄜𐄝𐄞𐄟𐄠𐄡𐄢𐄣𐄤𐄥𐄦𐄧𐄨𐄩𐄪𐄫𐄬𐄭𐄮𐄯𐄰𐄱𐄲𐄳𐄴𐄵𐄶𐄷𐄸𐄹𐄺𐄻𐄼𐄽𐄾𐄿𐅀𐅁𐅂𐅃𐅄𐅅𐅆𐅇𐅈𐅉𐅊𐅋𐅌𐅍𐅎𐅏𐅐𐅑𐅒𐅓𐅔𐅕𐅖𐅗𐅘𐅙𐅚𐅛𐅜𐅝𐅞𐅟𐅠𐅡𐅢𐅣𐅤𐅥𐅦𐅧𐅨𐅩𐅪𐅫𐅬𐅭𐅮𐅯𐅰𐅱𐅲𐅳𐅴𐅵𐅶𐅷𐅸𐅹𐅺𐅻𐅼𐅽𐅾𐅿𐆀𐆁𐆂𐆃𐆄𐆅𐆆𐆇𐆈𐆉𐆊𐆋𐆌𐆍𐆎𐆏𐆐𐆑𐆒𐆓𐆔𐆕𐆖𐆗𐆘𐆙𐆚𐆛𐆜𐆝𐆞𐆟𐆠𐆡𐆢𐆣𐆤𐆥𐆦𐆧𐆨𐆩𐆪𐆫𐆬𐆭𐆮𐆯𐆰𐆱𐆲𐆳𐆴𐆵𐆶𐆷𐆸𐆹𐆺𐆻𐆼𐆽𐆾𐆿𐇀𐇁𐇂𐇃𐇄𐇅𐇆𐇇𐇈𐇉𐇊𐇋𐇌𐇍𐇎𐇏𐇐𐇑𐇒𐇓𐇔𐇕𐇖𐇗𐇘𐇙𐇚𐇛𐇜𐇝𐇞𐇟𐇠𐇡𐇢𐇣𐇤𐇥𐇦𐇧𐇨𐇩𐇪𐇫𐇬𐇭𐇮𐇯𐇰𐇱𐇲𐇳𐇴𐇵𐇶𐇷𐇸𐇹𐇺𐇻𐇼𐇽𐇾𐇿𐈀𐈁𐈂𐈃𐈄𐈅𐈆𐈇𐈈𐈉𐈊𐈋𐈌𐈍𐈎𐈏𐈐𐈑𐈒𐈓𐈔𐈕𐈖𐈗𐈘𐈙𐈚𐈛𐈜𐈝𐈞𐈟𐈠𐈡𐈢𐈣𐈤𐈥𐈦𐈧𐈨𐈩𐈪𐈫𐈬𐈭𐈮𐈯𐈰𐈱𐈲𐈳𐈴𐈵𐈶𐈷𐈸𐈹𐈺𐈻𐈼𐈽𐈾𐈿𐉀𐉁𐉂𐉃𐉄𐉅𐉆𐉇𐉈𐉉𐉊𐉋𐉌𐉍𐉎𐉏𐉐𐉑𐉒𐉓𐉔𐉕𐉖𐉗𐉘𐉙𐉚𐉛𐉜𐉝𐉞𐉟𐉠𐉡𐉢𐉣𐉤𐉥𐉦𐉧𐉨𐉩𐉪𐉫𐉬𐉭𐉮𐉯𐉰𐉱𐉲𐉳𐉴𐉵𐉶𐉷𐉸𐉹𐉺𐉻𐉼𐉽𐉾𐉿𐊀𐊁𐊂𐊃𐊄𐊅𐊆𐊇𐊈𐊉𐊊𐊋𐊌𐊍𐊎𐊏𐊐𐊑𐊒𐊓𐊔𐊕𐊖𐊗𐊘𐊙𐊚𐊛𐊜𐊝𐊞𐊟𐊠𐊡𐊢𐊣𐊤𐊥𐊦𐊧𐊨𐊩𐊪𐊫𐊬𐊭𐊮𐊯𐊰𐊱𐊲𐊳𐊴𐊵𐊶𐊷𐊸𐊹𐊺𐊻𐊼𐊽𐊾𐊿𐋀𐋁𐋂𐋃𐋄𐋅𐋆𐋇𐋈𐋉𐋊𐋋𐋌𐋍𐋎𐋏𐋐𐋑𐋒𐋓𐋔𐋕𐋖𐋗𐋘𐋙𐋚𐋛𐋜𐋝𐋞𐋟𐋠𐋡𐋢𐋣𐋤𐋥𐋦𐋧𐋨𐋩𐋪𐋫𐋬𐋭𐋮𐋯𐋰𐋱𐋲𐋳𐋴𐋵𐋶𐋷𐋸𐋹𐋺𐋻𐋼𐋽𐋾𐋿𐌀𐌁𐌂𐌃𐌄𐌅𐌆𐌇𐌈𐌉𐌊𐌋𐌌𐌍𐌎𐌏𐌐𐌑𐌒𐌓𐌔𐌕𐌖𐌗𐌘𐌙𐌚𐌛𐌜𐌝𐌞𐌟𐌠𐌡𐌢𐌣𐌤𐌥𐌦𐌧𐌨𐌩𐌪𐌫𐌬𐌭𐌮𐌯𐌰𐌱𐌲𐌳𐌴𐌵𐌶𐌷𐌸𐌹𐌺𐌻𐌼𐌽𐌾𐌿𐍀𐍁𐍂𐍃𐍄𐍅𐍆𐍇𐍈𐍉𐍊𐍋𐍌𐍍𐍎𐍏𐍐𐍑𐍒𐍓𐍔𐍕𐍖𐍗𐍘𐍙𐍚𐍛𐍜𐍝𐍞𐍟𐍠𐍡𐍢𐍣𐍤𐍥𐍦𐍧𐍨𐍩𐍪𐍫𐍬𐍭𐍮𐍯𐍰𐍱𐍲𐍳𐍴𐍵𐍶𐍷𐍸𐍹𐍺𐍻𐍼𐍽𐍾𐍿𐎀𐎁𐎂𐎃𐎄𐎅𐎆𐎇𐎈𐎉𐎊𐎋𐎌𐎍𐎎𐎏𐎐𐎑𐎒𐎓𐎔𐎕𐎖𐎗𐎘𐎙𐎚𐎛𐎜𐎝𐎞𐎟𐎠𐎡𐎢𐎣𐎤𐎥𐎦𐎧𐎨𐎩𐎪𐎫𐎬𐎭𐎮𐎯𐎰𐎱𐎲𐎳𐎴𐎵𐎶𐎷𐎸𐎹𐎺𐎻𐎼𐎽𐎾𐎿𐏀𐏁𐏂𐏃𐏄𐏅𐏆𐏇𐏈𐏉𐏊𐏋𐏌𐏍𐏎𐏏𐏐𐏑𐏒𐏓𐏔𐏕𐏖𐏗𐏘𐏙𐏚𐏛𐏜𐏝𐏞𐏟𐏠𐏡𐏢𐏣𐏤𐏥𐏦𐏧𐏨𐏩𐏪𐏫𐏬𐏭𐏮𐏯𐏰𐏱𐏲𐏳𐏴𐏵𐏶𐏷𐏸𐏹𐏺𐏻𐏼𐏽𐏾

[illegible]



Apuração do Cumprimento do Art. 42 da L.R.F.

Poder: EXECUTIVO

Município: Guariba

Apuração do Mês 08 / 2020 (último ano de mandato)

Disponibilidade Financeira no final do período	35.482.521,95
(-) Saldo de Restos a Pagar até o período	191.736,87
(-) Empenhos Liquidados a Pagar até o período	7.617.635,11
(-) Saldo da Despesa Empenhada a Liquidar e Em Liquidação	21.749.372,01
(-) Valores Restituíveis	728.546,88
(=) Liquidez do Período (superávit)	5.195.231,08
(+) Saldo da Receita Prevista a Realizar	41.530.646,66
(-) Saldo da Despesa Autorizada a Empenhar	35.288.290,69
(-) Saldo das Transferências Financeiras a Realizar	1.130.460,00
(=) Liquidez Projetada (superávit)	10.307.127,05

Referência para apuração dos últimos 8 meses de mandato

Disponibilidade Financeira em 30/04/2020	33.245.276,52
(-) Saldo de Restos a Pagar até 30/04/2020	365.612,21
(-) Empenhos Liquidados a Pagar até 30/04/2020	9.249.234,52
(-) Valores Restituíveis	728.752,86
(=) Disponibilidade Líquida em 30/04/2020	22.901.676,93

ANEXO A - Tabela de Competência

Período de análise: Setembro/2019 a Agosto/2020

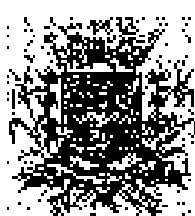
Município: Guariba

Última competência disponível para o período em análise:

Entidade	Competência*
CÂMARA MUNICIPAL DE GUARIBA	08/2020
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA	08/2020

* Competência: Se refere ao último balancete enviado pelo órgão, referente ao período de análise deste demonstrativo, utilizado para gerar os resultados das análises.

Data de geração: 03/10/2020 00:15



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA
ESTADO DE SÃO PAULO
CNPJ Nº 48.664.304/0001-80

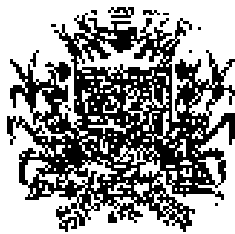
DECLARAÇÃO

Declaro, através do Setor Competente, em atendimento ao Item 04 da Requisição de Documentos do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, Unidade Regional de Ribeirão Preto – UR-6, que no 2º quadrimestre de 2020, período compreendido de maio a agosto de 2020, não houve alterações em Leis que regem cargos públicos, como também não houve reajustes salariais aos servidores municipais.

Por ser a mais ampla expressão da verdade, assino a presente declaração.

Guariba, 29 de setembro de 2020


CARLOS AUGUSTO BELLINTANI
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO


CNPJ 18.664.004/0001-80

DECLARAÇÃO

Daniel Leonardo de Souza, Diretor de Gestão Contábil do Município de Guariba, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, DECLARA para os fins que se fizerem necessários, especialmente junto ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, que no quadrimestre, não houve criação de novos programas de distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios fiscais.

O referido é verdade e dá fé.

Guariba, 8 de Outubro de 2020.


Daniel Leonardo de Souza
Diretor de Gestão Contábil

Município: Guariba
Nome da Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA
Ano de Exercício: 2020
Período até: 2. Quadrimestre

Exercício de Atividade: Efetivo

Forma de Provimento: Concurso público

Código do Cargo	Nome do Cargo	Quantidade Total de Vagas	Vagas Providas	Vagas Não Providas
377	Advogado do CREAS	1	1	0
364	Agente Comunitário de Saúde	24	13	11
457	Agente de Apoio Administrativo	16	16	0
431	Agente de Combate às Endemias	12	12	0
453	Agente de Controle Interno	1	0	1
425	Agente de Desenvolvimento Infantil	44	36	8
415	Agente de Fiscalização	11	8	3
411	Agente de Organização Escolar	40	29	11
401	Agente de Sepultamento	2	2	0
129	Analista De Sistemas	1	1	0
15	Apanhador De Lixo	22	19	3
82	Arquiteto	2	1	1
408	Assistente Administrativo	31	27	4
72	Assistente Social	12	11	1
8	Atendente De Consult. Dentario	7	7	0
21	Atendente De Enfermagem	4	4	0

111	Auxiliar De Biblioteca	2	2	0
25	Auxiliar De Enfermagem	19	13	6
427	Auxiliar de Saude Bucal	7	7	0
9	Auxiliar De Secao	52	50	2
454	Auxiliar de Serviços Gerais - Tratador de Piscinas	2	2	0
107	Auxiliar Especial	1	1	0
87	Cirurgiao Dentista	24	21	3
430	Contador	5	3	2
77	Coordenadora Pedagogica	2	2	0
471	Coordenador de Arquivo e Patrimônio	1	0	1
423	Coordenador de Ensino	18	16	2
455	Diretor de EMEB	21	20	1
421	Enfermeiro	9	8	1
417	Engenheiro	1	1	0
451	Engenheiro de Segurança de Trabalho	1	1	0
119	Farmacutico	3	2	1
57	Fiscal Ambulantes E Feirantes	1	1	0
414	Fiscal de Tributos e Rendas	10	7	3
100	Fisioterapeuta	8	7	1
73	Fonoaudiologa	6	4	2
2	Gari Ou Margarida	22	17	5
16	Inspetor De Aluno	49	41	8

CÓPIA DE DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: JEFFERSON DE SOUZA CORREIA. Sistema e-TCESP.
Para obter informações sobre assinatura e/ou ver o arquivo original acesse <http://e-processo.tce.sp.gov.br> - link "Validar documento digital" e informe o código do documento: 2-RJLL-0VZ5-5ISO-4C1W

434	Instrutor de Dança	1	1	0
373	Instrutor de Esportes	14	10	4
86	Médico	33	28	5
419	Médico do PSF (Prog. Saúde da Família)	3	0	3
472	Médico Psiquiatra	1	0	1
422	Merendeira	73	67	6
33	Motorista	60	56	4
466	Motorista Socorrista	5	5	0
131	Musicoterapeuta	1	0	1
116	Nutricionista	4	2	2
404	Oficial de Manutenção (Borracheiro)	2	1	1
405	Oficial de Manutenção (Carpinteiro)	4	4	0
406	Oficial de Manutenção (Eletricista)	4	4	0
407	Oficial de Manutenção (Eletricista Automotivo)	2	0	2
402	Oficial de Manutenção (Encanador)	4	4	0
409	Oficial de Manutenção (Lubrificador)	1	1	0
410	Oficial de Manutenção (Mecânico)	4	4	0
412	Oficial de Manutenção (Pedreiro)	13	10	3
403	Oficial de Manutenção (Pintor)	3	3	0
413	Oficial de Manutenção (Soldador)	1	0	1
416	Operador de Máquinas	7	6	1
22	Padeiro	5	5	0

CÓPIA DE DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: JEFFERSON DE SOUZA CORREIA. Sistema e-TCESP.
Para obter informações sobre assinatura e/ou ver o arquivo original acesse <http://e-processo.tce.sp.gov.br> - link "Validar documento digital" e informe o código do documento: 2-RJLL-0VZ5-5ISO-4C1W

Quadro de Pessoal Analítico

Relatório emitido em 19/10/2020

12	Pajem	27	24	3
366	PEB I - Professor de Creche	30	21	9
83	Procurador Municipal	6	5	1
361	Professor de Informática	2	2	0
118	Professor De Judo	1	0	1
34	Professor De Musica	2	2	0
36	Professor Educacao Basica I	175	149	26
103	Professor Educacao Basica II	126	107	19
74	Psicologo (a)	16	12	4
452	Psicopedagogo	2	2	0
18	Recepcionista	3	3	0
7	Servente	114	109	5
130	Tecnico De Enfermagem	27	20	7
429	Técnico de Farmácia	4	4	0
428	Técnico de Informática	2	0	2
368	Técnico em Segurança do Trabalho	2	2	0
19	Telefonista	4	3	1
378	Terapeuta Ocupacional	2	1	1
3	Trabalhador Bracal	75	73	2
23	Tratorista	4	1	3
66	Veterinario	1	1	0
399	Vigia Patrimonial	35	35	0

CÓPIA DE DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: JEFFERSON DE SOUZA CORREIA. Sistema e-TCESP.
Para obter informações sobre assinatura e/ou ver o arquivo original acesse <http://e-processo.tce.sp.gov.br> - link "Validar documento digital" e informe o código do documento: 2-RJLL-0VZ5-5ISO-4C1W

360	Vigilante Escolar	26	8	18
27	Vigilante Sanitário	3	3	0
6	Zelador	2	2	0
Total:		1430	1213	217

Exercício de Atividade: Efetivo em Comissão

Forma de Provimento: Livre Provimento

Código do Cargo	Nome do Cargo	Quantidade Total de Vagas	Vagas Providas	Vagas Não Providas
467	Agente Municipal de Habitação	1	0	1
391	Assessor Técnico de Educação	1	1	0
390	Assessor Técnico de Informática	1	1	0
460	Chefe da Procuradoria Geral do Município	1	1	0
389	Chefe de Serviço	6	6	0
477	Coordenador da Área das Organizações da Sociedade	1	1	0
392	Coordenador de Área	9	9	0
393	Coordenador de CRAS	1	1	0
394	Coordenador de CREAS	1	1	0
462	Ouvidor Municipal	1	1	0
478	Supervisor de Atividades Culturais	1	1	0
463	Supervisor de Cursos Ens Superior Univesp	1	1	0
395	Supervisor de Serviços	4	4	0
464	Supervisor de Serviços de Informática	1	1	0
468	Supervisor de Serviços de Tesouraria	1	1	0
383	Vice-Diretor de EMEB	5	5	0

Total: **36** **35** **1**

Exercício de Atividade: Eletivo/Indicado

Forma de Provimento: Eleição/Indicação

Código do Cargo	Nome do Cargo	Quantidade Total de Vagas	Vagas Providas	Vagas Não Providas
424	Conselheiro Tutelar	5	5	0
120	Prefeito	1	1	0
121	Vice-prefeito	1	0	1

Total: **7** **6** **1**

Exercício de Atividade: Exclusivamente em Comissão

Forma de Provimento: Livre Provimento

Código do Cargo	Nome do Cargo	Quantidade Total de Vagas	Vagas Providas	Vagas Não Providas
469	Assessor de Imprensa e Divulgação	1	1	0
470	Assessor de Relações Institucionais	1	1	0
388	Assessor Técnico Administrativo	1	1	0
367	Assistente Técnico Pedagógico	10	8	2
458	Chefe de Controle de Tráfego	1	1	0
385	Chefe de Gabinete	1	1	0
459	Chefe de Gerenciamento da Frota Pública	1	1	0
379	Chefe de Setor	10	10	0
432	Chefe do Setor de Trânsito	1	1	0
433	Chefe do Setor de Transporte	1	1	0
426	Coordenador Eventos Poliesportivos e Recreativos	1	1	0
386	Diretor de Departamento	3	3	0
465	Diretor de Departamento de Comunicação Social	1	1	0

387	Diretor de Departamento Técnico	3	3	0
476	Diretor do Departamento de Serviços de Inspeção Mu	1	1	0
128	Secretario Municipal (agente)	8	8	0
Total:		45	43	2

Exercício de Atividade: Temporário

Forma de Provimento: Tempo determinado

Código da Função	Nome da Função	Quantidade Total Ocupada		
483	Assistente Social Processo Seletivo	2		
485	Auxiliar de Limpeza (Servente) Processo Seletivo	3		
484	Auxiliar De Secao Processo Seletivo	2		
480	Enfermeiro Processo Seletivo	2		
482	Farmaceutico Processo Seletivo	1		
479	Medico Processo Seletivo	1		
444	PEB I - Creche (PS)	9		
436	PEB II - Artes (Proc Seletivo)	1		
435	PEB II - Ciencias (Proc Seletivo)	1		
445	PEB II - Educação Especial (Proc Seletivo)	2		
438	PEB II - Educação Física (Proc Seletivo)	4		
439	PEB II - Geografia (Proc Seletivo)	7		
437	PEB II - Historia (Proc Seletivo)	4		
440	PEB II - Inglês (Proc Seletivo)	2		
441	PEB II - Matemática (Proc Seletivo)	3		
442	PEB II - Português (Proc Seletivo)	8		

Quadro de Pessoal Analítico

Relatório emitido em 19/10/2020

443	PEB I - (Processo Seletivo)	39		
481	Tecnico De Enfermagem Processo Seletivo	2		
486	Vigilante Sanitario Processo Seletivo	5		
Total:		98		
Total Entidade:		1616	1297	221
Total Cargo:		1518	1297	221
Total Função:		98		
TOTAL GERAL:		1616		

CÓPIA DE DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: JEFFERSON DE SOUZA CORREIA. Sistema e-TCESP.
Para obter informações sobre assinatura e/ou ver o arquivo original acesse <http://e-processo.tce.sp.gov.br> - link "Validar documento digital" e informe o código do documento: 2-RJLL-0VZ5-5ISO-4C1W



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 48.664.304/0001-90

LEI COMPLEMENTAR Nº 2.679 – DE 28 DE MARÇO DE 2013

DISPÕE SOBRE ALTERAÇÕES DE DISPOSITIVOS, QUE ESPECIFICA, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 2.026, DE 14/01/2005, QUE TRATA DA REESTRUTURAÇÃO DO QUADRO GERAL DE PESSOAL E DA REORGANIZAÇÃO DO PLANO DE CARREIRAS E DE REMUNERAÇÃO, COM SUAS MODIFICAÇÕES POSTERIORES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

DR. FRANCISCO DIAS MANÇANO JUNIOR, Prefeito do Município de Guariba, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos VI, do artigo 73, da Lei Orgânica do Município,

Faz saber, que a Câmara Municipal de Guariba, Estado de São Paulo, em Sessão Extraordinária realizada as 13:00 horas deste dia 28 de Março de 2013, aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte...

LEI COMPLEMENTAR:

Art. 1º Esta lei complementar altera dispositivos, adiante enumerados, da Lei Complementar nº 2.026, de 14 de janeiro de 2005, que trata da reestruturação do Quadro Geral de Pessoal e da aprovação dos Planos de Carreiras e Remuneração dos Servidores Públicos Municipais, com as modificações dadas pelas Leis Complementares nº 2.032, de 21 de janeiro de 2005, nº 2.165, de 28 de dezembro de 2006, nº 2.493, de 1º de abril de 2011, nº 2.500, de 29 de abril de 2011, e nº 2.519, de 30 de junho de 2011, observadas as Leis nº 2.486, de 17 de março de 2011, nº 2.502, de 20 de maio de 2011, nº 2.516, de 9 de junho de 2011, nº 2.580, de 17 de fevereiro de 2012, e, nº 2.584, de 15 de março de 2012.

Art. 2º. Os padrões de referência de salários, que compõem o atual sistema remuneratório do Quadro Geral de Pessoal dos Servidores Públicos Municipais, a que se refere o artigo 10, inciso I, da Lei nº 2.026, de 14 de janeiro de 2005, com as alterações dadas pelo artigo 2º, da Lei nº 2.493, de 1º de abril de 2011, e pela Lei nº 2.502, de 20 de maio de 2011, ficam aumentados de 22 para 29, de conformidade com a seguinte fixação:



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 48.664.304/0001-80

Sistema Remuneratório			
Referências Salariais		Valores	
Atuais	Novas	Atuais	Novos
1	1	R\$ 707,33	R\$ 707,33
2	2	R\$ 714,67	R\$ 714,67
3	3	R\$ 811,05	R\$ 811,05
4	4	R\$ 853,36	R\$ 853,36
5	5	R\$ 924,05	R\$ 924,05
6	6	R\$ 994,72	R\$ 994,72
7	7	R\$ 1.250,62	R\$ 1.250,62
8	8	R\$ 1.319,51	R\$ 1.319,51
9	9	R\$ 1.406,94	R\$ 1.406,94
10	10	R\$ 1.439,36	R\$ 1.439,36
11	11	R\$ 1.496,47	R\$ 1.496,47
12	12	R\$ 1.563,27	R\$ 1.563,27
13	13	R\$ 1.619,28	R\$ 1.619,28
14	14	R\$ 1.726,19	R\$ 1.726,19
15	15	R\$ 1.799,20	R\$ 1.799,20
16	16	R\$ 1.991,24	R\$ 1.991,24
17	17	R\$ 2.167,95	R\$ 2.167,95
18	18	R\$ 2.420,00	R\$ 2.250,00
19	19	R\$ 2.568,00	R\$ 2.367,97
20	20	R\$ 2.889,00	R\$ 2.420,00
21	21	R\$ 3.384,00	R\$ 2.568,00
22	22	R\$ 8.560,00	R\$ 2.889,00
-	23	-	R\$ 3.384,00
-	24	-	R\$ 3.600,00
-	25	-	R\$ 4.600,00
-	26	-	R\$ 8.560,00

Parágrafo único. Fica criada uma escala de referência salarial de 27 a 29, de que trata este artigo, os valores remuneratórios das funções-atividades de Coordenador Geral (ref. 28), Técnico Administrativo (ref. 29) e Coordenador de Núcleo (ref. 27), previstos no inciso I, do artigo 1º, da Lei nº 2.580, de 17 de fevereiro de 2012, em razão de terem sido fixados para aplicação temporária pelo Convênio nº 757955/2011, do Ministério de Esporte, enquanto vigorar o Programa Segundo Tempo.

Referências Salariais	Valores
27	R\$ 900,00
28	R\$ 1.200,00
29	R\$ 1.500,00

Av. Evaristo Vaz, 1.190 - Fone: (0xx16) 3251-9422 - CEP 14840-000 - Cx. Postal, 49

E-mail: guariba@guariba.sp.gov.br



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 48.664.304/0001-80

Art. 3º. Ficam criados no Quadro de Servidores em Comissão (QSC)

– Subquadro de Agentes Públicos Administrativos –, a que se refere o inciso II “a”, do artigo 2º, da Lei Complementar nº 2.026, de 14 de janeiro de 2005, os seguintes cargos de provimento em comissão de:

I – 1 (um) de Assessor de Comunicação, padrão de referência 21, jornada de trabalho de 40 horas semanais, requisito de escolaridade de ensino médio, com as seguintes atribuições:

a) formular, integrar e coordenar a política de comunicação do Governo Municipal e a sua publicidade institucional, com o acompanhamento, coordenação e supervisão das atividades relacionadas à Assessoria de Comunicação;

b) promover a representação e coordenar as relações do Município com os órgãos de imprensa e demais setores e veículos de comunicação, mantendo atualizado o sítio da Prefeitura na internet com informações gerais sobre os projetos, ações e programas do Governo Municipal;

c) promover a divulgação dos assuntos de interesse administrativo, econômico e social do Município, assim como organizar as entrevistas, conferências e debates sobre assuntos pertinentes, participando diretamente da programação, organização e realização de solenidades e festividades públicas;

d) assessorar o Gabinete do Prefeito nas respostas aos e-mails e demais mensagens eletrônicas recebidas, preparar a agenda de reuniões convocadas pela autoridade superior e executar todas as demais atividades de comunicação social da Prefeitura;

e) executar outras tarefas correlatas determinadas pela autoridade superior, o Prefeito Municipal.

II – 1 (um) de Assessor Técnico Administrativo, padrão de referência 25, jornada de trabalho de 20 horas semanais, requisito de escolaridade de ensino superior, inscrição na OAB e pós-graduação “latu sensu” em Direito Público, com as seguintes atribuições:

a) planejar, organizar, coordenar, dirigir e controlar as ações necessárias à consecução dos objetivos da alta Administração municipal (Gabinete, Secretarias e Departamentos), de acordo com as políticas e diretrizes governamentais, mediante assessoria e consultoria de caráter especializado, no âmbito da Administração pública;

b) coordenar, controlar e aprimorar o ordenamento jurídico positivo do Município, principalmente, nos casos de legislação de maior complexidade, com estudos e elaboração do processo legislativo de iniciativa do Chefe do Poder Executivo, abrangendo projetos de lei ordinária e complementar, e demais atos municipais, como decretos e regulamentos;

Av. Evaristo Vaz, 1.190 – Fone: (0xx16) 3251-9422 – CEP 14840-000 – Cx. Postal, 49

E-mail: guariba@guariba.sp.gov.br



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 48.664.304/0001-80

c) promover estudos e medidas que conduzam à constante melhoria das técnicas e métodos de execução dos trabalhos administrativos desenvolvidos nas áreas de gestão pública, patrimônio, licitação, contratos, convênios, recursos humanos, contabilidade, tributação, finanças, orçamento e outras;

d) emitir pareceres, quanto aos aspectos técnico-administrativos, em assuntos de maior complexidade e indagação, a título de suporte direto ao Gabinete do Prefeito, às secretarias municipais, departamentos municipais e setores correlatos;

e) desempenhar outras atribuições que lhe forem conferidas por ato da autoridade superior, o Chefe do Poder Executivo.

III - 1 (um) de Diretor do Departamento de Transporte e Trânsito, padrão de referência 25, jornada de trabalho de 40 horas e requisito de escolaridade de ensino médio, com as seguintes atribuições:

a) administrar, orientar e fiscalizar a execução das modalidades de transporte público de passageiros no Município, tanto o coletivo urbano quanto o escolar;

b) gerenciar e fiscalizar o sistema de trânsito local, com a execução de plano de circulação de veículos e de pedestres e a realização da sinalização horizontal, vertical e semaforica, em conjunto com os demais órgãos competentes;

c) realizar o gerenciamento dos serviços de manutenção da frota pública municipal, abrangendo tanto os veículos leves quanto os pesados, com a organização de registro de preços, através de pesquisas de mercado, para reposição de peças, bem como de cadastro interno para controle de consumo de combustível e de quilometragem percorrida diariamente pela frota pública;

d) instituir e administrar as atividades de operação e fiscalização do sistema de estacionamento rotativo controlado de veículos em determinadas vias e logradouros públicos, também, denominado como "zona azul";

e) elaborar a política de controle e de localização dos pontos de estacionamento de veículos de aluguel e do sistema de carga e descarga de mercadorias;

f) executar outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato, o Secretário Municipal de Obras e Infraestrutura Urbana;

IV - 1 (um) de Chefe de Vigilância Escolar, padrão de referência 18, jornada de trabalho de 40 horas e requisito de escolaridade de ensino médio, com as seguintes atribuições:



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 48.664.304/0001-80

a) exercer as atividades de chefia, coordenação e orientação dos serviços de vigilância das unidades escolares da rede municipal de ensino público, pronunciando-se sobre a organização, funcionamento e desempenho dos servidores municipais titulares dos empregos efetivos de Vigia Escolar;

b) estabelecer, em colaboração com as diretorias das unidades escolares e a própria Secretaria Municipal de Educação, os horários de trabalho, as escalas de revezamento e as dispensas dos vigias escolares;

c) apresentar relatórios ao superior hierárquico a respeito das necessidades de aquisição, reparação ou substituição de bens ou equipamentos essenciais ao bom funcionamento das áreas de vigilância escolar sob a sua responsabilidade;

d) supervisionar os serviços dos vigias escolares, de modo a assegurar a mais ampla vigilância aos ambientes do espaço escolar, com especial atenção nos intervalos dos recreios e nos horários de entrada e saída, junto às imediações dos respectivos portões;

e) manter-se devidamente atualizado quanto aos regulamentos funcionais das unidades escolares, com vistas a cumpri-los, corretamente, na prestação de serviços de vigilância escolar, requerendo auxílio de forças de segurança, principalmente, das autoridades policiais do Estado, sempre que for justificado;

f) exercer outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato, o Secretário Municipal de Educação.

Art. 4º. As alterações do atual Quadro Geral de Pessoal desta Prefeitura Municipal de Guariba, bem como dos Planos de Carreiras e Remuneração dos Servidores Públicos Municipais, previstas no artigo 1º, desta lei complementar, passam a vigorar com a seguinte redação:

I - o artigo 2º, "caput", incisos I a IV, que fica acrescido do inciso V e dos artigos 2º-A, 2º-B e 2º-C;

"Art. 2º - O Quadro Geral de Pessoal da Prefeitura Municipal de Guariba é constituído de empregos públicos de provimento efetivo, cargos de provimento em comissão (administrativos e políticos) e funções de confiança, a seguir discriminados:



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 48.884.304/0001-80

I - de provimento efetivo:

Denominação atual	Nova denominação	Quant.	Padrão de Referência	Jornada Semanal	Requisito de Escolaridade
Agente Comunitário de Saúde	Agente Comunitário de Saúde	24	1	40 hs.	Médio + CNH "B"
Apoalhador de Lixo	Auxiliar de Serviços Gerais (Apoalhador de Lixo)	18			Fundamental Incompleto
Garf ou Margarida	Auxiliar de Serviços Gerais (Garf ou Margarida)	22			Fundamental
Servente	Auxiliar de Serviços Gerais (Servente)	112			Fundamental Incompleto
Trabalhador Braçal	Auxiliar de Serviços Gerais (Trabalhador Braçal)	70			Médio
Vigia	Vigia Patrimonial	25			Médio + CNH "B"
Vigilante Escolar	Vigilante Escolar	26			Fundamental
Auxiliar de Escola	Auxiliar de Cozinha	68	2	40 hs.	Médio
Auxiliar de Seção	Auxiliar Administrativo	47			
Inspetor de Alunos	Inspetor de Alunos	49	3	40 hs.	Fundamental + CNH "D" com 2 anos de experiência
Telefonista	Telefonista	4			
Auxiliar de Enfermagem	Auxiliar de Enfermagem	19			
Coveiro	Agente Funerário	2			
Encanador	Oficial de Manutenção (Encanador)	4			
Motorista	Motorista	60			
Padeiro	Padeiro	3			
Pajem	Pajem	45	4	40 hs.	Fundamental - CNH "B"
Pintor	Oficial de Manutenção (Pintor)	3			
Tutorista	Tutorista	4			
Borracheiro	Oficial de Manutenção (Borracheiro)	1			
Carpinteiro	Oficial de Manutenção (Carpinteiro)	4			
Eletricista	Oficial de Manutenção (Eletricista)	3			
Eletricista Automotivo	Oficial de Manutenção (Eletricista Automotivo)	1			
Escriturário	Assistente Administrativo	37	5	40 hs.	Médio + CNH "D ou E"
Lubrificador	Oficial de Manutenção (Lubrificador)	1			
Mecânico	Oficial de Manutenção (Mecânico)	2			
Oficial de Escola	Assistente Escolar	40			
Pedreiro	Oficial de Manutenção (Pedreiro)	13			
Soldador	Oficial de Manutenção (Soldador)	1			
Vigilante Epidemiológico	Vigilante Epidemiológico	12			
Vigilante Sanitário	Vigilante Sanitário	3	5	40 hs.	Médio + CNH "A/B"
Fiscal de Tributos e Rendas	Fiscal de Tributos e Rendas	10			
Fiscal de Obras Particulares	Agente de Fiscalização	5			

Av. Evaristo Vaz, 1.190 - Fone: (0xx16) 3251-9422 - CEP 14840-000 - Cx. Postal, 49

E-mail: guariba@guariba.sp.gov.br



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 48.654.304/0001-80

Operador de Máquinas Pesadas	Operador de Máquinas	6			Fundamental + CNH "D" com 2 anos de experiência
Instrutor de Esporte	Instrutor de Esporte	14		20 hs.	Superior + CREP
Técnico em Enfermagem	Técnico de Enfermagem	11	6	30 hs.	Médio + COREN
Técnico em Segurança do Trabalho	Técnico em Segurança do Trabalho	1		40 hs.	Médio com registro no MT
Advogado do CREAS	Advogado do CREAS	1	7	12 hs.	Superior - OAB
			7	24 hs.	Curso Normal em nível superior, ou Licenciatura Plena em Pedagogia, com habilitação específica para docência na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental.
Professor de Educação Básica I	Professor de Educação Básica I	175	12	30 hs.	
			10	24 hs.	Formação em Curso Superior: licenciatura plena com habilitação específica na disciplina objeto do concurso.
Professor de Educação Básica II	Professor de Educação Básica II	12h	15	30 hs.	
Arquiteto	Arquiteto	1		20 hs.	Superior - CREA
Assistente Social	Assistente Social	11		30 hs.	Superior + CRAS/CRESS
Engenheiro Civil	Engenheiro	1			Superior - CREA
Farmacêutico	Farmacêutico	3			Superior + CRF
Fisioterapeuta	Fisioterapeuta	8			Superior + CREFITO
Fonoaudiólogo	Fonoaudiólogo	6			Superior + CREFa
Musicoterapeuta	Musicoterapeuta	1	11	20 hs.	Superior em Musicoterapia
Nutricionista	Nutricionista	2			Superior + CREA
Psicólogo	Psicólogo	16			Superior + CRP
Terapeuta Ocupacional	Terapeuta Ocupacional	1			Superior + CREFITO
Veterinário	Veterinário	1			Superior + CRMV
Professor de Educação Básica I (Professor de Creche)	Professor de Educação Básica I (Professor de Educação Infantil)	15	12	30 hs.	Curso Normal em nível superior, ou Licenciatura Plena em Pedagogia, com habilitação específica para docência na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental.
Professor de Informática	Professor de Informática	8	13	27 hs.	Superior + conhec. exp.
Enfermeira Padrão	Enfermeira	6	14	30 hs.	Superior - COREN

Av. Evaristo Vaz, 1.190 - Fone: (0xx16) 3251-9422 - CEP 14840-000 - Cx. Postal, 49

E-mail: guariba@guariba.sp.gov.br



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 48.864.304/0001-80

Analista de Sistema	Analista de Sistema	1	16	20 hs.	Superior em Informática (Análise de Sistemas, Sistema de Informação, Ciências da Computação)
Cirurgião Dentista	Cirurgião Dentista	24	17	20 hs.	Superior - CRO
Assistente Educacional	Assistente Administrativo de Ensino	15	21	40 hs.	Licenciatura Plena em Pedagogia com habilitação em Administração Escolar/Supervisão Escolar; ou Licenciatura Plena em Pedagogia com Pós Graduação em Gestão escolar, com carga horária mínima de 1.000 horas, e ter, no mínimo 3 (três) anos de efetivo exercício no magistério da Educação Básica.
Médico	Médico	31	23	20 hs.	Superior + CRM
Procurador Municipal	Procurador Municipal	4			Superior + OAB
Médico do ESF (Estratégia de Saúde da Família)	Médico do PSF (Programa de Saúde da Família)	3	26	40 hs.	Superior + CRM

II – de provimento em comissão (cargos administrativos e políticos):

a) de natureza administrativa:

Denominação atual	Nova denominação	Quant.	Padrão de Referência	Jornada Semanal	Requisito de Exatidão
Chefe do Serviço Público	Chefe de Setor	7	18	40 hs.	Fundamental Incompleto
Assessor de Comunicação	Assessor de Comunicação	1	21		Médio
Vice-Diretor de Escola	Vice-Diretor de EMEB	12	22	40 hs.	Licenciatura Plena em Pedagogia com habilitação específica em Administração Escolar, ou pós-graduação em gestão educacional, e ter, no mínimo 3 (três) anos de efetivo exercício no magistério Público
Diretor de Escola	Diretor de EMEB	18	23	40 hs.	Licenciatura Plena em Pedagogia com habilitação específica em Administração Escolar, ou pós-graduação em gestão educacional, e ter, no mínimo 5 (cinco) anos de efetivo exercício no magistério Público
Assessor de Gabinete	Chefe de Gabinete	1	24	20 hs.	Superior
Diretor de Departamento	Diretor de Departamento Técnico	4	25	40 hs.	Médio
Assessor Técnico Administrativo	Assessor Técnico Administrativo	3			Superior
		1	25	20 hs.	Superior e pós-grad.

Av. Evaristo Vaz, 1.190 - Fone: (0xx16) 3251-9422 - CEP 14840-000 - Cx. Postal, 48

E-mail: guariba@guariba.sp.gov.br



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 48.664.304/0001-80

b) de natureza política:

Denominação atual	Nova denominação	Quant.	Padrão de Referência	Jornada Semanal	Requisito de Escolaridade
Secretário Municipal de Administração	Secretário Municipal de Administração Geral	1	Subsídios fixados pela Câmara Municipal	40 hs.	Livre nomeação e exoneração
Secretário Municipal de Finanças	Secretário Municipal de Finanças e Orçamento	1			
Secretário Municipal de Educação	Secretário Municipal de Educação	1			
Secretário Municipal de Saúde	Secretário Municipal de Saúde	1			
Secretário Municipal de Obras e Serviços	Secretário Municipal de Obras e Infraestrutura Urbana	1			
Secretário Municipal de Emprego e Relações do Trabalho	Secretário Municipal de Emprego e Relações do Trabalho	1			
Secretário Municipal de Esporte, Turismo, Lazer e Cultura	Secretário Municipal de Esporte, Turismo, Lazer e Cultura	1			
Secretário Municipal de Planejamento e Meio Ambiente	Secretário Municipal de Planejamento e Meio Ambiente	1			
Secretário Municipal de Indústria, Comércio, Agricultura e Abastecimento	Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico	1			
Secretário Municipal de Ação Social e Desenvolvimento Humano	Secretário Municipal de Desenvolvimento Social	1			

III – de funções de confiança:

Denominação	Quant.	Padrão de Referência	Jornada Semanal	Requisito de Escolaridade
Chefe de Serviço	5	14	40 hs.	Fundamental Incompleto
Assessor Técnico de Informática	2	15		Médio
Assessor Técnico de Educação	2			
Coordenador de Área	10	20		Superior
Coordenador do CRAS	1			Superior + CRAS/CRESS
Coordenador do CIREAS	1			Superior + CRAS/CRESS
Supervisor de Serviços	4	17	Médio	

§ 1º. Aos secretários, chefes, diretores, assessores, supervisores e coordenadores municipais, a que se referem os incisos II e III, deste artigo, incumbem as funções próprias de planejamento, supervisão, coordenação, controle de diretrizes político-administrativas e participação de decisões governamentais, bem como de orientação da execução com autonomia das atividades administrativas que constituem sua área de competência.

§ 2º. O ocupante de cargo em comissão ou de função de confiança submete-se a regime de integral dedicação ao serviço público, sem limite de horário, podendo ser convocado pela autoridade nomeante sempre que houver interesse da Administração municipal.

(...)"

Av. Evaristo Vaz, 1.190 - Fone: (0xx16) 3251-9422 - CEP 14840-000 - Cx. Postal, 49

E-mail: guariba@guariba.sp.gov.br



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 48.664.304/0001-80

“Art. 2º-A. Os empregos públicos de provimento efetivo são os lugares ou postos de trabalho a serem ocupados por agentes públicos de natureza permanente, previstos no inciso I, do artigo 2º, desta lei complementar, acessíveis mediante nomeação em virtude de aprovação em concurso de provas, ou de provas e títulos, com sujeição a estágio probatório e avaliações periódicas de desempenho, durante o período de três anos, para aquisição de estabilidade no serviço público.”

“Art. 2º-B. Os cargos de provimento em comissão são os lugares ou postos de trabalho a serem ocupados por agentes públicos (administrativos e políticos) nomeados para o desempenho de atividades de direção, chefia e assessoramento, acessível por meio de nomeação de livre escolha do Prefeito, reservando-se pelo menos dois terços do seu total aos servidores ocupantes de empregos públicos de provimento efetivo.

§ 1º. Para provimento dos cargos em comissão, faz-se necessário distinguir:

I – aqueles que têm como incumbência as diretrizes políticas estatais e cuja criação decorre exclusivamente da ordem constitucional, denominados agentes políticos, como os secretários municipais; e.

II – os demais, de criação infraconstitucional, responsáveis pela concretização técnica das atividades que decorrem das diretrizes políticas, denominados agentes administrativos, como os chefes, diretores ou coordenadores municipais.

§ 2º. Os cargos em comissão de natureza técnica, assim entendidos aqueles que, pelo conjunto de atribuições, reclamam para sua execução, conhecimento técnico ou específico, de uma área do saber, e para seu preenchimento, escolaridade de nível médio ou superior, integram o inciso II, do artigo 2º, desta lei complementar.

§ 3º. Em face da natureza de suas atribuições, determinados cargos de provimento em comissão, como de Diretor de EMEB e Vice-Diretor de EMEB, deverão ser preenchidos, obrigatoriamente, por servidores municipais titulares de empregos efetivos, dotados de qualificação e experiência nessas respectivas áreas de atuação profissional.”

“Art. 2º-C. As funções de confiança são atribuições de funções específicas, destinadas ao exercício de atividades de chefia, direção e assessoramento, mediante designação do Prefeito, por ato próprio, somente aos servidores investidos em empregos públicos de provimento efetivo, observadas as disposições pertinentes dos artigos 18 e 19, desta lei complementar.



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 48.554.304/0001-80

§ 1º. São considerados como requisitos essenciais para a livre designação pelo Prefeito, de servidor ocupante de emprego efetivo, nos termos do inciso V. do artigo 37, da Constituição Federal:

I – grau de escolaridade igual ou maior do que exigido para o emprego efetivo de origem e habilitação profissional comprovada, inclusive, por meio de curso de aperfeiçoamento funcional;

II – conceito positivo decorrente de bom aproveitamento no estágio probatório, sobretudo, quanto aos fatores de assiduidade, pontualidade, disciplina, dedicação, capacidade funcional, iniciativa, eficiência, produtividade e responsabilidade.

§ 2º. As funções de confiança, de que trata este artigo, diferem das funções gratificadas, previstas no “caput” do artigo 17, desta lei complementar, na medida em que, enquanto estas são pagas pelo exercício de atividades suplementares, aquelas decorrem de nomeação em razão da “confiança” da autoridade nomeante.

II – os artigos 17, que fica acrescido do inciso IV e dos §§ 1º a 7º, 18, que fica acrescido do parágrafo único, e, 19;

“Art. 17. O Executivo Municipal poderá conceder gratificação ao servidor público municipal, através de portaria, para o exercício de atividades suplementares às do emprego público de origem, nos seguintes casos:

I – pela prestação de serviço extraordinário;

II – pela elaboração ou execução de trabalho técnico ou científico, ou de utilidade para o serviço público municipal;

III – a título de representação, quando em função de Gabinete, missão ou estudo fora do Município;

IV – outros que forem previstos em lei ou regulamento.

§ 1º. A gratificação pela prestação de serviço extraordinário, a que se refere o inciso I. do “caput”, deste artigo, será paga por hora de trabalho prorrogado ou antecipado, na mesma razão percebida pelo servidor em cada hora de período normal de trabalho a que estiver sujeito, observadas as disposições pertinentes da CLT – Consolidação das Leis do Trabalho.

§ 2º. A prestação de serviço extraordinário não poderá exceder a duas horas diárias de trabalho, vedada a sua concessão com o objetivo de remunerar outros serviços ou encargos.



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 48.664.304/0001-80

§ 3º. Será punido com pena de suspensão e, na reincidência, com a de demissão, a bem do serviço público, o servidor:

I - que atestar falsamente a prestação de serviço extraordinário;

II - que se recusar, sem justo motivo, à prestação de serviço extraordinário.

§ 4º. O servidor que exercer cargo em comissão ou função de confiança do Prefeito, de direção, chefia ou assessoramento, não poderá perceber gratificação por serviço extraordinário, ou qualquer outra forma de função gratificada.

§ 5º. A gratificação pela elaboração ou execução de trabalho técnico ou científico, ou de utilidade para o serviço público, a que se refere o inciso II, do "caput", deste artigo, será arbitrado pelo Prefeito, após sua conclusão, através de portaria.

§ 6º. A gratificação a título de representação, quando o servidor for designado para serviço em função de Gabinete, missão ou estudo fora do Município, a que se refere o inciso III, do "caput", deste artigo, será arbitrado pelo Prefeito, após sua conclusão ou encerramento, através de portaria.

§ 7º. A gratificação de representação de Gabinete, prevista no parágrafo anterior, não poderá ser percebida, cumulativamente, com a de prestação de serviço extraordinário, referida no inciso I, do "caput", deste artigo."

"Art. 18. Ficam criadas, no Quadro Geral de Pessoal, as funções de confiança, de livre designação e dispensa pelo Prefeito, cujas denominações, atribuições, quantidade de vagas, jornada semanal de trabalho e padrão de referência de salário, encontram-se previstos no quadro demonstrativo do inciso III, do artigo 2º, "caput", desta lei complementar.

Parágrafo único. As funções de confiança, de que trata este artigo, serão exercidas, exclusivamente, por servidores ocupantes de emprego efetivo e destinar-se-ão apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento."

"Art. 19. As funções de confiança, criadas, denominadas e quantificadas, na forma do artigo anterior, para constituição do Quadro Geral de Pessoal da Prefeitura Municipal de Guariba, possuem as seguintes atribuições de direção, chefia ou assessoramento:

1 - Chefe de Setor:

a) elaborar plano de ação setorial delimitando a sistemática de atuação de servidores municipais, bem como dirigir e acompanhar o desenvolvimento e a execução do trabalho, dentro do setor específico de sua área de chefia e atuação;



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 48.664.304/0001-80

b) participar, diretamente, da coordenação e do controle do cumprimento dos objetivos e metas do planejamento municipal, para seu pleno e total atendimento dentro do respectivo órgão ou unidade administrativa, ao qual se encontra, hierarquicamente, subordinada;

c) promover a articulação dos demais setores administrativos, com os departamentos e secretarias municipais, no sentido de participar, efetivamente, por meio de suas atividades específicas, em favor do aumento da qualidade e da eficiência da prestação de serviços essenciais à população;

d) cumprir as diretrizes e políticas governamentais previstas para a área setorial de sua atuação, bem como promover reuniões de trabalho com os servidores do seu setor de serviços, submetendo os resultados ou sugestões à apreciação do seu superior hierárquico;

e) executar outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato, o diretor de departamento ou o Secretário de Obras e Infraestrutura Urbana.

II – Assessor Técnico de Informática:

a) coordenar, dirigir e orientar a execução das atividades de apoio técnico e operacional, para assistência aos agentes públicos (administrativos e políticos), na área de serviços de informática em todas as unidades administrativas, para desenvolvimento, manutenção e monitoramento dos sistemas operacionais;

b) participar do planejamento, supervisão e controle das decisões de governo municipal, para cumprimento das diretrizes político-administrativas previstas para a área de serviços de informática, a fim de aprimorar a logística estrutural do setor e o perfeito funcionamento dos equipamentos;

c) elaborar estudos, emitir pareceres técnicos, dentro da área de serviços de informática, a respeito de contratos, termos de compromisso e responsabilidade, convênios, acordos e quaisquer outros atos;

d) participar das ações que objetivem atingir os níveis de excelência de atendimento público, a que se propõe a Administração, visando à satisfação do município com a eficiência e a qualidade dos serviços prestados;

e) executar outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato, o Secretário de Administração Geral.

III – Assessor Técnico de Educação:



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 48.664.304/0001-80

a) assessorar e participar do processo de planejamento, elaboração, execução e avaliação do plano de desenvolvimento pedagógico e institucional da educação básica, através de atividades relativas à assistência técnica aos segmentos envolvidos, diretamente, com o processo de ensino-aprendizagem;

b) orientar e controlar a organização e a manutenção, devidamente atualizada, dos cadastros, arquivos, fichários, livros e outros instrumentos de escrituração da escola, relativos aos registros funcionais dos servidores e à vida escolar dos alunos;

c) prestar apoio e suporte técnico às atividades de organização e manutenção do sistema de informações legais e regulamentares de interesse das unidades escolares e da Secretaria Municipal de Educação;

d) dirigir e participar das atividades de instalação, operação e manutenção de oficinas pedagógicas, laboratórios, bibliotecas e afins, para maior incremento do plano de desenvolvimento pedagógico e institucional;

e) executar outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato, o Secretário de Educação.

IV – Supervisor de Serviços:

a) supervisionar as atividades operacionais de serviços públicos, proporcionando apoio técnico e administrativo para dirimir questões e agilizar os procedimentos de execução, com vistas a obter resultados compatíveis com os objetivos e metas do planejamento municipal, através do correto cumprimento dos programas de trabalho do órgão superior competente;

b) organizar reuniões periódicas com chefes de setores e chefes de serviços, assim como com o pessoal encarregado da área de vigilância patrimonial, para tratar dos assuntos relacionados com o atendimento das diretrizes de governo municipal;

c) planejar e executar o trabalho de interação entre a alta hierarquia e as diversas classes de servidores municipais, a fim de aumentar o profissionalismo e o sentimento de unidade de equipe, bem como gerenciar conflitos e promover a transparência nas responsabilidades, tarefas e objetivos;

d) coordenar as atividades de manutenção patrimonial em geral, visando garantir o estado de conservação da infraestrutura física das instalações municipais e a qualidade dos serviços nelas prestados para o atendimento da população;

e) executar outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato, o diretor de departamento ou secretário municipal correspondente.

V – Coordenador de Área:

Av. Evaristo Vaz, 1.190 - Fone: (0xx16) 3251-9422 - CEP 14840-000 - Cx. Postal, 49

E-mail: guariba@guariba.sp.gov.br



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 48.654.304/0001-60

a) coordenar, planejar e executar as atividades administrativas da respectiva área de atuação municipal, de forma a garantir e a acompanhar o planejamento, a organização e a execução dos programas e projetos institucionais;

b) planejar e desenvolver, de forma integrada, no âmbito da Administração municipal, programas e demais ações de governo, como projetos e atividades, que visem aprimorar o pleno cumprimento das diretrizes político-administrativas;

c) elaborar relatórios ou prestar informações sobre o programa de governo desenvolvido na respectiva área de coordenação, bem a participação dos demais setores ou unidades de serviços envolvidos, contendo análise e avaliação do desenvolvimento das respectivas ações;

d) acompanhar e contribuir com o processo de formulação e reformulação das diretrizes político-administrativas que definem os contornos da programação do governo municipal, relativas à respectiva área de coordenação;

e) executar outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato, o diretor de departamento ou secretário municipal correspondente.

III – o Anexo V, para nova descrição das atribuições dos cargos em comissão de natureza técnica de Diretor do Departamento Técnico de Recursos Humanos, Diretor do Departamento Técnico de Tributos e Rendas e Diretor do Departamento Técnico de Contabilidade;

“ANEXO V - DA DESCRIÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES DOS EMPREGOS PÚBLICOS EFETIVOS E DOS CARGOS EM COMISSÃO

Cargo: Diretor de Departamento Técnico

Área de Atuação: Contabilidade (Gestão Contábil)

Superior Imediato: Secretário Municipal de Finanças e Orçamento

Provimento: Comissão

Atribuições sumárias: dirige, coordena e organiza os serviços e programas inerentes à contabilidade geral do Município, com a supervisão de todos os programas afins, para planejamento e cumprimento das diretrizes político-administrativas estabelecidas; estuda e aprimora seus conhecimentos técnicos específicos sobre as normas legais e demais regulamentos relacionados com a área da contabilidade pública; busca executar com exatidão todo o planejamento orçamentário e financeiro, e controlar as disponibilidades e dotações orçamentárias e acompanhar: a) os processos de empenho de despesas, compras, pagamentos e contratação de serviços; b) a elaboração da prestação de contas de todos os recursos voluntários transferidos ao Município, bem

Av. Evaristo Vaz, 1.190 - Fone: (0xx16) 3251-9422 - CEP 14840-000 - Cx. Postal, 49

E-mail: guariba@guariba.sp.gov.br



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 48.664.304/0001-80

como o fechamento do balanço e da prestação das contas anuais de cada exercício financeiro; desempenha outras atribuições correlatas.

Conhecimentos técnicos específicos relativos à área de contabilidade pública.

Cargo: Diretor de Departamento Técnico

Área de Atuação: Lançadoria (Gestão Tributária)

Superior Imediato: Secretário Municipal de Finanças e Orçamento

Provimento: Comissão

Atribuições sumárias: dirige, coordena e organiza os serviços e programas relacionados com a tributação municipal, abrangendo impostos, taxas, contribuição de melhoria e outras rendas, como tarifas e preços públicos; supervisiona os serviços de organização e atualização dos cadastros físico e fiscal, para efeito de definição das hipóteses de incidência, do fato gerador, da base de cálculo, do lançamento, da cobrança e arrecadação dos tributos municipais; estuda e aprimora seus conhecimentos técnicos específicos sobre as normas legais e demais regulamentos relacionados com a área da tributação municipal; acompanha e orienta todas as atividades de inscrição dos débitos fiscais na Dívida Ativa, para cobrança amigável, pelas vias administrativa ou judicial, através da Procuradoria Jurídica; controla a emissão de certidões relacionadas à sua área de atuação, bem como os serviços de fiscalização fazendária; desempenha outras atribuições correlatas.

Conhecimentos técnicos específicos relativos à área de tributos e rendas municipais.

Cargo: Diretor de Departamento Técnico

Área de Atuação: Recursos Humanos

Superior Imediato: Secretário Municipal de Administração Geral

Provimento: Comissão

Atribuições sumárias: dirige, coordena e organiza as atividades de pessoal, com a supervisão dos processos relativos à área e das atividades de promoção do desenvolvimento funcional e da qualificação profissional; coordena projetos de qualificação de pessoal, de acordo com as diretrizes político-administrativas estabelecidas; coordena pesquisas e estudos referentes a cursos, treinamentos, capacitação e demais instrumentos de qualificação profissional, visando a elaboração de trabalhos administrativos e implantação de políticas relativas a projetos de aperfeiçoamento funcional dos servidores; estuda e aprimora seus conhecimentos técnicos específicos sobre as normas legais e regulamentos relacionados com a área de recursos humanos; examina questões relativas a direitos, vantagens, deveres, responsabilidade dos servidores e outros aspectos de acordo com a legislação aplicada à matéria e às orientações administrativas em vigor; desempenha outras atribuições

Av. Evaristo Vaz, 1.190 - Fone: (0xx16) 3251-9422 - CEP 14840-000 - Cx. Postal, 49

E-mail: guariba@guariba.sp.gov.br



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 48.564.304/0001-80

correlatas.

Conhecimentos técnicos específicos relativos à área de recursos humanos.

Art. 5º. As funções de Agente de Crédito para a execução do objeto do convênio desta Municipalidade com o programa estadual do Banco do Povo Paulista, serão exercidas por servidores do quadro efetivo dotados do perfil indicado pela Secretaria de Estado de Emprego e Relações do Trabalho, recrutados, selecionados, treinados e designados de acordo com as normas legais pertinentes.

Art. 6º. A organização básica da estrutura administrativa e funcional desta Prefeitura Municipal de Guariba, prevista pelo artigo 2º, da Lei nº 1.733, de 7 de dezembro de 2000, com as alterações dadas pelo artigo 1º, da Lei nº 2.025, de 14 de janeiro de 2005, para efeito de atualizar o organograma municipal, passa a vigorar com a seguinte constituição:

I – Gabinete do Prefeito:

a) Chefia de Gabinete:

a.1) Seção de Secretaria de Gabinete;

a.2) Seção de Comunicação e Imprensa;

b) Procuradoria Municipal:

b.1) Seção de Contencioso Regular;

b.2) Seção de Execução Fiscal;

b.3) Seção de Litígios Administrativos;

c) Assessoria Técnica Administrativa;

d) Assessoria de Comunicação:

d.1) Seção de Divulgação Pública;

d.2) Seção de Publicidade Institucional;

e) Fundo Municipal de Solidariedade;

f) Conselhos Municipais;

g) Comissões Municipais;

h) Junta de Serviço Militar;

II – Secretaria de Administração Geral:

1 – Departamento de Assuntos Administrativos:



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 48.564.304/0001-80

I.1 – Coordenadoria de Apoio Administrativo:

a) Setor de Tecnologia da Informação;

b) Setor de Licitação Pública:

b.1) Seção de Pesquisas de Preços;

b.2) Seção de Instrução Processual.

I.2 – Coordenadoria de Administração de Materiais:

a) Setor de Patrimônio;

a.1) Seção de Controle de Patrimônio Público;

b) Setor de Compras e Almoxarifado:

b.1) Seção de Logística de Materiais;

b.2) Seção de Manutenção e Suporte.

2 – Departamento de Gestão Pública:

a) Setor de Secretaria e Expediente:

a.1) Seção de Publicações Oficiais;

a.2) Seção de Arquivos Públicos;

b) Seção de Análise e Desenvolvimento;

c) Seção de Processos Técnicos;

d) Seção de Convênios e Prestação de Contas.

3 – Departamento de Recursos Humanos:

a) Seção de Gestão de Pessoal;

b) Seção de Documentação e Arquivo;

c) Seção de Formação de Recursos Humanos.

III – Secretaria de Finanças e Orçamento:

1 – Departamento de Gestão Financeira:

a) Setor de Planejamento Financeiro;

b) Setor de Planejamento Orçamentário;



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 46.664.304/0001-80

2 – Departamento de Gestão Contábil:

a) Setor de Contabilidade e Contas Públicas;

b) Setor de Empenhos e Liquidações;

3 – Departamento de Gestão Tributária:

a) Setor de Tesouraria e Caixa;

b) Setor de Arrecadação e Lançadoria;

b.1) Seção de Fiscalização Tributária;

b.2) Seção de Dívida Ativa;

c) Setor de Cadastros Físico e Fiscal;

c.1) Seção de Cadastramento Geral;

c.2) Seção de Expedição de Licenças/Alvarás.

IV – Secretaria de Educação:

1 – Gabinete do Secretário Municipal:

a) Conselho Municipal de Educação;

b) Conselho Municipal de Alimentação Escolar;

c) Conselho Municipal de Fiscalização do FUNDEF;

d) Assessoria Técnica de Educação;

e) Assessoria Pedagógica da Educação;

2 – Coordenadoria de EMFEB's:

a) Setor de Ensino Fundamental;

a.1) Seção de Séries Iniciais;

a.2) Seção de Séries Finais;

a.3) Seção de Educação de Jovens e Adultos;

b) Setor de Educação Infantil;

b.1) Seção de Creches;

b.2) Seção de Pré-Escola;

c) Setor de Educação Especial

2 – Coordenadoria de Administração e Manutenção Escolar:



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 46.664.304/0001-60

- a) Setor de Alimentação e Nutrição;
- b) Setor de Transporte Escolar;
- c) Setor de Vigilância Escolar.

V – Secretaria de Saúde:

1 – Departamento de Administração da Saúde:

- a) Setor de Organização e Planejamento;
- b) Setor de Avaliação e Controle;
- c) Setor de Especialidades:
 - c.1) Seção de Especialidades Médicas;
 - c.2) Seção de Especialidades Odontológicas;
- d) Setor de Saúde Mental.
- e) Setor de Medicina e Segurança do Trabalho;

2 – Departamento de Atenção Básica:

- a) Setor de Unidades Básicas de Saúde:
 - a.1) Seção do PSE (Programa de Saúde da Família);
 - a.2) Seção de Transporte de Pacientes;
- b) Setor de Farmácia Pública:
 - b.1) Seção de Compra e Estoque;
 - b.2) Seção de Medicamentos de Alto Custo;
- c) Setor de Higiene e Vigilância:
 - c.1) Seção de Vigilância Sanitária;
 - c.2) Seção de Vigilância Epidemiológica.

VI – Secretaria de Obras e Infraestrutura Urbana:

1 – Departamento de Obras e Serviços:

- a) Setor de Assistência Técnica Operacional:
 - a.1) Seção de Execução de Obras Públicas;
 - a.2) Seção de Elaboração de Projetos;
 - a.3) Seção de Aprovação de Projetos em Geral;
 - a.4) Seção de Fiscalização de Obras Particulares;
- b) Setor de Infraestrutura Urbana:



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 48.664.304/0001-80

- b.1) Seção de Vias e Logradouros;
- b.2) Seção de Conservação e Manutenção;
- b.3) Seção de Pavimentação e Galerias;
- b.4) Seção de Serviços Urbanos.
- c) Setor de Estradas Municipais.

2 – Departamento de Transporte e Trânsito:

- a) Seção de Engenharia de Tráfego;
- b) Seção de Fiscalização de Trânsito;
- c) Seção de Controle de Estacionamento Urbano;
- d) Seção de Educação para o Trânsito;
- e) Seção de Gerenciamento da Frota Pública;
- f) Seção de Transporte Coletivo Urbano.

VII – Secretaria de Emprego e Relações do Trabalho:

1 – Departamento de Emprego e Renda:

- a) Setor de Amparo ao Desempregado:
 - a.1) Seção de Assistência ao Desempregado;
 - a.2) Seção de Orientação Trabalhista;
- b) Setor de Qualificação de Mão-de-Obra:
 - b.1) Seção de Cadastro de Ofertas de Vagas;
 - b.2) Seção de Capacitação de Mão-de-Obra;
 - b.3) Seção de Reciclagem Profissional;

2 – Departamento de Relações do Trabalho:

- a) Setor de Combate ao Desemprego:
 - a.1) Seção de Apoio ao Registro Formal;
- b) Setor de Mercado de Trabalho:
 - b.1) Seção de Projetos de Geração de Emprego;
 - b.2) Seção de Suporte ao Empregador.

VIII – Secretaria de Cultura, Esporte, Turismo e Lazer:

1 – Departamento de Cultura e Lazer:

Av. Evaristo Vaz, 1.190 - Fone: (0xx16) 3251-9422 - CEP 14840-000 - Cx. Postal, 49

E-mail: guariba@guariba.sp.gov.br



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 48.664.304/0001-80

a) Setor de Cultura:

a.1) Seção de Difusão Cultural;

a.2) Seção de Patrimônio Histórico e Artístico;

b) Setor de Lazer:

b.1) Seção de Lazer Comunitário;

b.2) Seção de Promoções Recreativas.

2 - Departamento de Esporte e Turismo:

a) Setor de Esporte:

a.1) Seção de Incentivo ao Desporto Amador;

a.2) Seção de Desenvolvimento de Atividades Esportivas;

a.3) Seção de Promoções Esportivas;

b) Setor de Turismo:

b.1) Seção de Planejamento Turístico;

b.2) Seção de Promoção e Divulgação.

IX - Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente:

1 - Departamento de Planejamento Urbano:

a) Seção de Estudos e Projetos;

b) Seção de Paisagismo e Urbanismo;

c) Seção de Habitação Popular.

2 - Departamento de Meio Ambiente:

2.1 - Setor de Meio Ambiente:

a) Seção de Conservação e Recuperação Ambiental;

b) Seção de Recursos Hídricos e Florestais;

c) Seção de Educação Ambiental;

d) Seção de Praças, Parques e Jardins;

e) Seção de Serviços Funerários;

2.2 - Setor de Gestão de Resíduos Sólidos:

a) Seção de Coleta, Remoção e Disposição Final de Lixo;



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 46.864.304/0001-90

b) Seção de Aterro Sanitário em Valas;

2.3 – Setor de Reciclagem e Coleta Seletiva:

a) Seção de Reciclagem e Coleta;

b) Seção de Disposição Final de Resíduos da Construção Civil;

X – Secretaria de Desenvolvimento Econômico:

1 – Departamento de Fomento Econômico:

a) Setor de Desenvolvimento Industrial:

a.1) Seção de Expansão Industrial;

a.2) Seção de Apoio a Micro e Pequenas Empresas;

a.3) Seção de Orientação Empresarial;

b) Setor de Desenvolvimento Comercial:

b.1) Seção de Promoção Comercial;

b.2) Seção de Preços e Mercado;

c) Setor de Desenvolvimento Agrícola:

c.1) Seção de Promoção do Agronegócio;

c.2) Seção de Desenvolvimento Rural;

2 – Departamento de Apoio às Relações de Consumo:

a) Setor de Proteção e Defesa do Consumidor;

b) Setor de Promoção e Divulgação de Ofertas;

XI – Secretaria de Desenvolvimento Social:

1 – Departamento de Ação Social:

a) Setor de Assistência Social;

a.1) Seção de Combate à Exclusão Social;

a.2) Seção de Articulação e Parcerias;

b) Setor de Amparo à Criança e Família;

b.1) Seção de Combate ao Trabalho Infantil;

Av. Evaristo Vaz, 1.190 - Fone: (0xx16) 3251-9422 - CEP 14840-000 - Cx. Postal, 49

E-mail: guariba@guariba.sp.gov.br



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 48.664.304/0001-80

b.2) Seção de Assistência ao Idoso.

2 – Departamento de Desenvolvimento Humano:

a) Setor de Promoção e Bem Estar:

a.1) Seção de Proteção Social;

a.2) Seção de Apoio às Instituições;

b) Setor de Centros de Referência Especializada:

b.1) Seção do CRAS – Centro de Referência de Assistência Social – criado pela Lei nº 2.486, de 17/03/2011;

b.2) Seção do CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social - criado pela Lei nº 2.584, de 15/03/2012.

Art. 8º. Ficam extintos, na vacância, em face da confirmada desnecessidade do respectivo posto de trabalho, junto a organização administrativa da atual estrutura básica desta Prefeitura Municipal de Guariba, nos termos do Anexo III, da Lei Complementar nº 2.026, de 14 de janeiro de 2005, 1 (um) cargo de provimento comissão de Chefe da Procuradoria Municipal, padrão de referência 19, do Quadro de Servidores em Comissão (QSC), e mais os seguintes empregos de provimento efetivo:

a) 1 (um) de Auxiliar Especial, carga horária de 40 horas semanais, padrão de referência 1, do Quadro de Servidores Efetivos (QSE);

b) 2 (dois) de Zelador, carga horária de 40 horas semanais, padrão de referência 1, do Quadro de Servidores Efetivos (QSE);

c) 08 (oito) de Auxiliar de Consultório Dentário, carga horária de 40 horas semanais, padrão de referência 2, do Quadro de Servidores Efetivos (QSE);

d) 05 (cinco) de Atendente de Enfermagem, carga horária de 40 horas semanais, padrão de referência 2, do Quadro de Servidores Efetivos (QSE);

e) 02 (dois) de Auxiliar de Biblioteca, carga horária de 40 horas semanais, padrão de referência 2, do Quadro de Servidores Efetivos (QSE);

f) 03 (três) de Recepcionista, carga horária de 40 horas semanais, padrão de referência 2, do Quadro de Servidores Efetivos (QSE);

g) 01 (um) de Digitador, carga horária de 40 horas semanais, padrão de referência 3, do Quadro de Servidores Efetivos (QSE);

Av. Evaristo Vaz, 1.190 - Fone: (0xx16) 3251-9422 - CEP 14840-000 - Cx. Postal, 49

E-mail: guariba@guariba.sp.gov.br



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 48.664.304/0001-80

h) 01 (um) de Fiscal de Ambulantes e Feirantes, carga horária de 40 horas semanais, padrão de referência 5, do Quadro de Servidores Efetivos (QSE);

i) 01 (um) de Professor de Judô, carga horária de 20 horas semanais, padrão de referência 5, do Quadro de Servidores Efetivos (QSE);

j) 01 (um) de Técnico de Voley e Atletismo, carga horária de 20 horas semanais, padrão de referência 5, do Quadro de Servidores Efetivos (QSE);

k) 01 (um) de Técnico de Artes Marciais, carga horária de 20 horas semanais, padrão de referência 5, do Quadro de Servidores Efetivos (QSE);

l) 02 (dois) de Professor de Música, carga horária de 22/27 horas semanais padrões de referência 08 e 09, do Quadro de Servidores Efetivos (QSE); e;

m) 02 (dois) de Coordenador Pedagógico, carga horária de 30 horas semanais, padrão de referência 19, do Quadro de Servidores Efetivos (QSE).

Art. 9º. As despesas de pessoal e reflexos, decorrentes da execução desta lei complementar, correrão à conta de dotações próprias consignadas na lei orçamentaria anual do Município, suplementadas se necessária.

Art. 10. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições expressas em contrário.

Guariba, 28 de Março de 2013.

DR. FRANCISCO DIAS MANÇANO JUNIOR
Prefeito do Município de Guariba

Registrada em livro próprio, arquivado na sede da Prefeitura Municipal, no lugar de costume e mandado publicar no Jornal "Guariba Notícias", na data de sua conclusão, nos termos do artigo 90, da Lei Orgânica do Município.

ROSEMEIRE GUMERI
Diretora de Gestão Pública



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO
CNPJ 48.864.304/0001-80

LEI COMPLEMENTAR Nº 2.863 – DE 03 DE DEZEMBRO DE 2014

DISPÕE SOBRE ALTERAÇÕES NO ARTIGO 2º, INCISO II, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 2.026, DE 14/01/2005, COM AS MODIFICAÇÕES DADAS PELO ARTIGO 4º, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 2.679, DE 28/03/2013, QUE TRATA DA REESTRUTURAÇÃO DE CARGOS, EMPREGOS E SALÁRIOS, DO QUADRO GERAL DE PESSOAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

A Câmara Municipal de Guariba, Estado de São Paulo, em Sessão Ordinária realizada no dia 02 de Dezembro de 2014, **APROVOU** e eu – **DR. FRANCISCO DIAS MANÇANO JUNIOR**, Prefeito do Município de Guariba, **sanciono e promulgo** a seguinte ...

LEI COMPLEMENTAR:

Artigo 1º. Ficam extintos os cargos em comissão de Chefe de Vigilância Escolar e Diretor do Departamento de Trânsito e Transporte, bem como, uma função de confiança de Assessor Técnico de Educação, constantes da Lei Complementar nº 2.026, de 14/01/2005, com as alterações dadas pelo inciso I, do artigo 4º, da Lei Complementar nº 2.679, de 28/03/2013.

Artigo 2º. Ficam criados cargos em comissão de Chefe do Setor de Trânsito e de Chefe do Setor de Transporte, ambos com padrão de referência salarial: 18, jornada de trabalho de 40 horas semanais, requisito de escolaridade de fundamental completo, do Quadro de Servidores em Comissão (QSE), de natureza administrativa, de que trata a letra "a", do inciso II, do artigo 2º, da Lei Complementar nº 2.026, de 14/01/2005, com as alterações dadas pelo inciso I, do artigo 4º, da Lei Complementar nº 2.679, de 28/03/2013.

Parágrafo único. Os requisitos de investidura dos dois cargos em comissão de Chefe de Setor são os previstos no dispositivo mencionado neste artigo, quais sejam o de escolaridade de ensino fundamental completo e jornada de trabalho de 40 horas semanais, com as seguintes atribuições:

I - Chefe do Setor de Trânsito:

a) assessorar a equipe responsável em dar cumprimento à legislação e às normas de trânsito, bem como supervisionar a implantação, manutenção e operação do sistema de sinalização, dos dispositivos e dos equipamentos de controle viário;

b) supervisionar a coleta de dados estatísticos e elaboração de estudos sobre os acidentes de trânsito e suas causas, e também as obras e eventos que afetem direta ou indiretamente o sistema viário municipal, em conjunto com o setor de engenharia do município;

c) dirigir a política de integração com outros órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito, supervisionar a equipe de trabalho na execução dos projetos e programas de educação e segurança de trânsito, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo órgão competente;



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 48.664.304/0001-80

d) gerir o sistema de sinalização e dos dispositivos e equipamentos de controle viário, com a coordenação, controle e execução da fiscalização, autuação e aplicação de multas por infrações previstas no Código de Trânsito Brasileiro, junto aos sistemas de juntas administrativas de recursos;

e) elaborar estudos de viabilidades para implantação e operação de estacionamento rotativo nas vias públicas do centro da cidade, por meio do sistema de rodízio da área azul, com a venda do respectivo cartão, mediante pagamento de preço público, com validade para duas horas;

f) executar outras tarefas correlatas que forem determinadas pela chefia superior.

II - Chefe do Setor de Transporte:

a) planejar e supervisionar a implantação de normas e critérios de prioridade e condições de uso dos veículos da frota municipal pelas diversas unidades da Prefeitura, assim como coordenar o estudo e a implantação de instrumentos de controle dos veículos, máquinas e equipamentos da frota municipal, visando a racionalização de seu uso e a economia de combustíveis;

b) promover o emplacamento e o licenciamento dos veículos da frota municipal e assegurar a organização e o controle da documentação referente aos veículos, máquinas e equipamentos rodoviários da Prefeitura Municipal;

c) promover os serviços de conservação, reparos e recuperação dos veículos, máquinas e equipamentos da Prefeitura, assim como supervisionar e estabelecer critérios para o fornecimento e abastecimento de combustíveis aos veículos da frota municipal;

d) controlar o consumo de peças, materiais e mão de obra, utilizados nos serviços de consertos e reparos dos veículos, bem como fornecer aos setores competentes os dados e informações sobre os serviços a serem executados, mediante a elaboração de orçamento estimativo, com a utilização de catálogos e pesquisas de preços de mercados, conforme o caso, para instrução de processos de licitação destinados à contratação de empresas especializadas em mecânica de veículos leves e pesados;

e) distribuir tarefas aos motoristas, tratoristas e operadores de máquinas, incumbidos de dirigir veículos da frota municipal, orientá-los e fiscalizar sua atuação, supervisionar a administração da Garagem Municipal e controlar a entrada e saída de veículos, assim como promover e avaliar os levantamentos sobre o custo operacional e sobre os gastos com transporte dos órgãos da Prefeitura Municipal;

f) executar outras tarefas correlatas que forem determinadas pela chefia superior.

Artigo 3º. Fica criado 01 (um) cargo em comissão de Chefe de Setor, padrão de referência salarial: 18, jornada de trabalho de 40 horas semanais, do Quadro de Servidores em Comissão (QSE), de natureza administrativa, de que trata a letra "a", do inciso II, do artigo 2º, da Lei Complementar nº 2.026, de 14/01/2005, com as alterações dadas pelo inciso I, do artigo 4º, da Lei Complementar nº 2.679, de 28/03/2013.



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 48.664.304/0001-80

Parágrafo único. Os requisitos de nomeação do cargo em comissão e as atribuições de chefia setorial, de que trata este artigo, são exatamente as mesmas previstas nos artigos 2º, § 2º, 2ª-B, § 1º, 17, § 4º, e 19, inciso I, da Lei Complementar nº 2.026, de 14/01/2005, com as alterações dadas pelos incisos I e II, do artigo 4º, da Lei Complementar nº 2.679, de 28/03/2013.

Artigo 4º. Fica criada uma função de confiança de Chefe de Serviço, padrão de referência salarial: 14, jornada de trabalho de 40 horas semanais, do Quadro de Funções de Confiança (QFC), de que trata o inciso III, do artigo 2º, da Lei Complementar nº 2.026, de 14/01/2005, com as alterações dadas pelo inciso I, do artigo 4º, da Lei Complementar nº 2.679, de 28/03/2013.

Parágrafo único. Os requisitos de designação da função de confiança e as atribuições de chefia de serviços, de que trata este artigo, são as previstas nos artigos 2º-C, § 2º, 18, parágrafo único, e 19, inciso I, da Lei Complementar nº 2.026, de 14/01/2005, com as alterações dadas pelos incisos I e II, do artigo 4º, da Lei Complementar nº 2.679, de 28/03/2013.

Artigo 5º. Fica criada uma função de confiança de Supervisor de Serviços, padrão de referência salarial: 17, jornada de trabalho de 40 horas semanais, do Quadro de Funções de Confiança (QFC), de que trata o inciso III, do artigo 2º, da Lei Complementar nº 2.026, de 14/01/2005, com as alterações dadas pelo inciso I, do artigo 4º, da Lei Complementar nº 2.679, de 28/03/2013.

Parágrafo único. Os requisitos de designação da função de confiança e as atribuições de supervisor de serviços, de que trata este artigo, são as previstas nos artigos 2º-C, § 2º, 18, parágrafo único, e 19, inciso IV, da Lei Complementar nº 2.026, de 14/01/2005, com as alterações dadas pelos incisos I e II, do artigo 4º, da Lei Complementar nº 2.679, de 28/03/2013.

Artigo 6º. Fica prejudicada a demonstração da estimativa da despesa decorrente desta lei complementar, em face de a criação e extinção de cargos em comissão e funções de confiança, resultarem em acréscimo de despesas de pessoal de reduzido valor, consideradas irrelevantes, nos termos do § 3º, do artigo 16, da Lei Complementar federal nº 101, de 04/05/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal.

Artigo 7º. As despesas com pessoal e reflexos, decorrentes da execução desta lei complementar, correrão à conta de dotações próprias consignadas na lei orçamentária anual, suplementadas se necessário.

Artigo 8º - Esta lei complementar entrará em vigor na data de sua publicação.

Guariba, 03 de Dezembro de 2014.

DR. FRANCISCO DIAS MANCANO JUNIOR
Prefeito do Município de Guariba

Registrada em livro próprio, no Departamento Municipal de Gestão Pública, afixada no local de costume, na mesma data, e mandado publicar em órgão de imprensa escrita local, na data de sua circulação semanal, nos termos do artigo 90, da Lei Orgânica do Município.

ROSEMEIRE GUMIERI
Diretora do Departamento de Gestão Pública



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ: 46.734.394/0001-50

LEI COMPLEMENTAR Nº 3.041 - DE 28 DE ABRIL DE 2017

DISPÕE SOBRE READEQUAÇÕES NA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E FUNCIONAL DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE TRANSPORTE E TRÂNSITO, JUNTO À SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA URBANA; E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de Guariba, Estado de São Paulo, em Sessão Ordinária realizada no dia 17 de Abril de 2017. **APROVOU** e eu - **DR. FRANCISCO DIAS MANCANO JUNIOR** - Prefeito Municipal sanciono e promulgo a seguinte ...

LEI COMPLEMENTAR:

Artigo 1º. Para efeito de readequação da estrutura organizacional e funcional do Departamento Municipal de Transporte e Trânsito, junto à Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura Urbana, ficam:

I - extinto o cargo em comissão de **Diretor do Departamento de Transporte e Trânsito**, padrão de referência salarial: 25, do Quadro de Servidores em Comissão (QSC), previsto na letra "a", do inciso II, do art. 2º, da Lei Complementar nº 2.026/2005, com as alterações dadas pelo inciso I, do art. 4º, da Lei Complementar nº 2.679/2013;

II - criado no Quadro de Servidores em Comissão (QSC), previsto na letra "a", do inciso II, do art. 2º, da Lei Complementar nº 2.026/2005, com as alterações dadas pelo inciso I, do art. 4º, da Lei Complementar nº 2.679/2013, o cargo em comissão de **Chefe de Controle de Tráfego**, padrão de referência salarial: 21, com requisito de escolaridade de ensino médio completo e jornada integral de trabalho de 40 horas semanais, com as seguintes atribuições:

a) chefiar, supervisionar e controlar o cumprimento das metas e objetivos refletidos das diretrizes político-administrativas do Governo municipal, com vistas a aprimorar toda a logística estrutural existente nas áreas de tráfego, trânsito e atividades afins;

b) controlar a produtividade e a movimentação de todos os motoristas, tratoristas e operadores de máquinas leves e pesadas, verificando faltas, folgas, montagem de escalas de trabalho, elaboração de ocorrências com admoestações, registros de infrações disciplinares e montagens de arquivos setoriais;

c) providenciar o licenciamento dos veículos, com a emissão do certificado de propriedade em nome da Prefeitura, emplacamento, assim como regularizar a licença do imposto sobre Propriedade de Veículo Automotor - IPVA -, vistoria, documento único, seguro obrigatório, contratação de opcional, e outros previstos em lei ou regulamento;

d) fiscalizar os abastecimentos dos veículos, as trocas de óleos de motor, câmbio e freios, as lubrificações, lavagens e limpezas, os cuidados com bateria, pneumáticos e acessórios, o controle de níveis de água, assim como, também, as planilhas de saída e de entrada, contendo nome do condutor, placa do veículo, horários, itinerários, quilometragens percorridas e abastecimentos realizados;



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO
CNPJ 48.984.954/0001-80

e) exigir inspeções gerais de rotina nos veículos, verificando ferramentas, equipamentos de segurança, funilaria, tapeçaria e mecânica, sistema elétrico, pneus e manutenções periódicas, bem como vistorias pontuais, antes de saírem, repassando todas as especificações técnicas, e depois de retornarem;

f) diante de eventuais defeitos ou possíveis sinistros, que impeçam o uso do veículo, assumir providências imediatas quanto aos serviços de consertos, reformas e recuperação, mediante convocação de mecânico, orçamento previo das avarias, requisição para contratação de serviços especializados, com ou sem reposição de peças e acessórios originais, acompanhada de justificativas e cópias de pelo menos três cotações de mercado;

g) manter todos os veículos da frota pública guardados nas garagens municipais, após os horários de prestação de serviços em horários ordinários e extraordinários, com exceção de casos imprevistos, caracterizados por motivos supervenientes e de força maior, desde que devidamente justificados;

h) em casos de acidente, interceder, diretamente, na medida do possível, fazendo com que o motorista preste socorro às vítimas, se mesmo em ocasiões em que presenciar o fato, procurando obter atestado da autoridade policial, para que possa ser justificado o desvio do itinerário;

i) diligenciar para que as multas impostas aos veículos oficiais sejam de responsabilidade do condutor e ressarcidas às despesas por ele, sempre que a transgressão cometera se dar por sua iniciativa, devendo, em qualquer hipótese, indicar o seu nome quando do recebimento destas, para efeito de registrá-las e comunicar o fato ao superior imediato, para que sejam tomadas todas as medidas legais cabíveis;

j) executar outras tarefas correlatas, desde que designadas pela autoridade superior competente.

III - criado do Quadro de Servidores em Comissão (QSC), previsto na letra "a", do inciso II, do art. 2º da Lei Complementar nº 2.026/2005, com as alterações dadas pelo inciso I, do art. 4º, da Lei Complementar nº 2.679/2013, o cargo em comissão de **Chefe de Gerenciamento da Frota Pública, padrão de referência salarial: 18, com requisito de escolaridade de ensino médio incompleto e jornada integral de trabalho de 40 horas semanais, com as seguintes atribuições:**

a) coordenar e controlar o gerenciamento da frota pública municipal, para efeito de administrá-la com eficiência e responsabilidade, sob a supervisão do **Chefe de Controle de Tráfego**, objetivando otimizar e racionalizar o uso, assim como reduzir o custo de manutenção, consertos, reparos e conservação de todos os veículos leves e pesados;

b) assumir inteira responsabilidade pela manutenção preventiva e corretiva dos veículos leves e pesados, envolvendo o fornecimento de peças, acessórios e mão de obra, por meio de amplas pesquisas de mercado diretamente realizadas tanto nas oficinas mecânicas especializadas, quanto nas agências revendedoras e nas tabelas de preços oficiais das respectivas montadoras;

c) adotar para as compras de peças e acessórios o princípio da padronização, que implique compatibilidade de especificações técnicas e de desempenho, observadas, quando for o caso, as condições de manutenção, assistência técnica e garantia oferecidas;



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO
CNPJ 15.284.204/0001-80

d) manter pronta disponibilidade de veículos em condições de trafegabilidade, para atendimento tempestivo das demandas supervisionadas pelo **Chefe de Controle de Tráfego**, quando dos deslocamentos de veículos entre pontos diversos;

e) subsidiar o **Chefe de Controle de Tráfego** com dados estatísticos e informativos relacionadas com o gerenciamento da frota de veículos, mais precisamente com os serviços prestados por oficinas mecânicas e com o consumo de combustíveis nos postos de revenda, para efeito de credenciamento e seleção mediante prévia licitação pública;

f) acompanhar e fiscalizar a execução de todos os contratos administrativos relacionados com a prestação de serviços especializados em mecânica de veículos, que poderá contratar terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações, em casos de maior complexidade técnica e de custo, principalmente, nos casos de máquinas pesadas;

g) verificar, pontualmente, a substituição ou reposição de peças e acessórios originais ou de comprovada qualidade, a fim de evitar a utilização de materiais não condizentes ou fora das especificações necessárias, com vistas a assegurar a regular aplicação de recursos públicos;

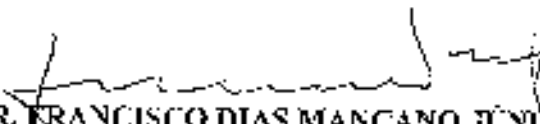
h) orientar o órgão requisitante de licitação, através do **Chefe de Controle de Tráfego**, com critérios objetivos, mediante a elaboração descritiva de objeto preciso e suficientemente claro, no tocante à especificação de peças, acessórios e serviços, com cláusulas e condições que garantam a qualidade, a eficiência e os menores preços do que se pretende comprar ou contratar;

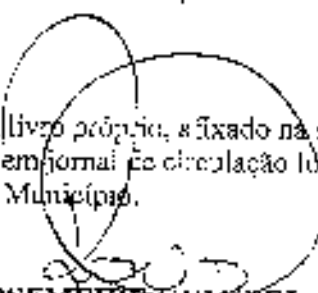
i) executar outras tarefas correlatas, desde que designadas e determinadas pela autoridade superior competente, o **Chefe de Controle de Tráfego**.

Artigo 2º. As despesas decorrentes da execução desta lei complementar converão à conta de dotações próprias consignadas na lei orçamentária anual, que serão suplementadas, se houver necessidade, na forma da legislação em vigor.

Artigo 3º. Esta lei complementar entrará em vigor na data de sua publicação.

Guariba, 28 de Abril de 2017.


DR. FRANCISCO DIAS MANÇANO JÚNIOR
Prefeito Municipal


Registrada em livro próprio, e fixado na sede da Prefeitura Municipal, no lugar de costume e, mandado publicar em jornal de circulação local, na data de sua conclusão, nos termos do Artigo 90 da Lei Orgânica do Município.


ROSEMEIRE GUMIERI
Diretora do Departamento de Gestão Pública



LEI COMPLEMENTAR Nº 3.114 - DE 21 DE MARÇO DE 2018

DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DE PLANOS DE CARREIRAS; CRIAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL; CRIAÇÃO DE EMPREGOS EFETIVOS DE MOTORISTA SOCORRISTA E DE FUNÇÃO GRATIFICADA DE AGENTE MUNICIPAL DE HABITAÇÃO; E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de Guaribás, Estado de São Paulo, em Sessão Ordinária realizada no dia 19 de março de 2018, **APROVOU** e eu, **DR. FRANCISCO DIAS MANÇANO JUNIOR** - Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte:

LEI COMPLEMENTAR:

Artigo 1º Esta lei complementar altera os planos de carreiras de servidores municipais; cria e organiza o Departamento Municipal de Comunicação Social, junto à Secretaria Municipal de Administração Geral; cria empregos efetivos de motoristas socorrista para atuarem no quadro de pessoal do SAMU 192; e cria a função gratificada de Agente Municipal de Habitação, com vistas a facilitar a comunicação entre a Prefeitura, o cidadão/mutuário e a CDHU.

Artigo 2º Ficam alterados os planos de carreiras e de remuneração dos servidores municipais, com a inclusão de um mesmo dispositivo, respectivamente, tanto através dos §§ 1º e 2º, no artigo 6º, da Lei Complementar nº 2.035, de 14 de janeiro de 2005 (*servidores em geral*), quanto por meio dos §§ 1º e 2º, no artigo 42, da Lei Complementar 2.494, de 1º de abril de 2011 (*profissionais do magistério*), que passam a vigorar com a seguinte redação:

“§ 1º Para fins de evolução funcional, os servidores deverão cumprir interstício mínimo de três anos, computado sempre o tempo de efetivo exercício para o emprego público de provimento efetivo em virtude de concurso público.

§ 2º O interstício será computado em dias, descontados os afastamentos que não forem considerados de efetivo exercício, e, se confirmada essa hipótese, suspender-se-á a contagem que será retomada a partir do retorno à atividade.”

Artigo 3º Fica criada e organizado a estrutura básica do Departamento Municipal de Comunicação Social, junto à Secretaria Municipal de Administração Geral, com as seguintes competências:

I - planejar, executar e orientar a política de comunicação social, objetivando a melhoria dos conceitos e procedimentos de comunicação;

II - executar as atividades de comunicação social do Gabinete do Prefeito Municipal;



III - coordenar a contratação dos serviços terceirizados de pesquisas, assessoria de imprensa, publicidade e propaganda da Administração Municipal;

IV - coordenar as atividades de comunicação social dos órgãos, departamentos, setores e seções públicas, centralizando a assessoria de imprensa dos órgãos e entidades públicas da Administração Municipal;

V - promover a divulgação de atos e atividades do Governo Municipal;

VI - promover, através de órgãos públicos, associações, imprensa, agências e outros meios, a divulgação de projetos de interesse do Município;

VII - coordenar e facilitar o relacionamento da imprensa com o Prefeito, os Secretários Municipais, os Diretores de Departamentos e demais autoridades da Administração do Município;

VIII - manter arquivo de notícias e comentários da imprensa sobre as atividades da Administração Municipal, para fins de consulta e estudo;

IX - coordenar, juntamente com os demais órgãos do Município, as informações e dados, cuja divulgação seja do interesse da Administração Municipal;

X - coordenar a divulgação de notícias sobre a Administração Municipal na internet, através do portal oficial da Prefeitura de Guariba, bem como em outros veículos de comunicação digital e de imprensa escrita com circulação local;

XI - coordenar a uniformização dos conceitos e padrões visuais com a aplicação dos símbolos municipais da Prefeitura Municipal e todas as Secretarias e Órgãos vinculados;

XII - proceder, no âmbito do seu Órgão, à gestão, ao controle e à prestação de contas dos recursos financeiros colocados à sua disposição, bem como à gestão de pessoas e recursos materiais existentes, em consonância com as diretrizes e regulamentos emanados do Poder Executivo Municipal;

XIII - exercer outras atividades correlatas

Parágrafo único. O Departamento Municipal de Comunicação Social possui a seguinte estrutura interna:

I - Gabinete do Secretário Municipal de Administração;

II - Sala de trabalho do Diretor;

III - Núcleo de Apoio Operacional e Administrativo;

a) Seção de Informação e Divulgação;



b) Seção de Imprensa e Redação;

c) Seção de Redes Interligadas.

Artigo 4º Para dirigir o Departamento Municipal de Comunicação Social, será criado o respectivo cargo em comissão de Direção, padrão de referência salarial: 22, do Quadro Geral de Pessoal, requisito de escolaridade de nível médio, registro profissional no Ministério do Trabalho na categoria de jornalista, jornada de trabalho de 40 semanais, com as seguintes atribuições:

I - assessorar o Prefeito na elaboração do fluxo de informações e divulgação dos assuntos de interesse administrativo, econômico e social do Município, assim como os secretários municipais, diretores de departamentos e demais autoridades da Administração Pública Municipal;

II - desenvolver as políticas e atividades de comunicação social da Prefeitura e de sua imagem institucional, divulgar as ações e programas de governo, promover pesquisas de opinião pública, e, coordenar e acompanhar o trabalho das mídias contratadas;

III - programar e supervisionar a divulgação de notícias, fatos e questões de interesse público da Prefeitura, bem como de seus serviços, campanhas, programas e iniciativas na internet, promover a manutenção do site eletrônico da Prefeitura e organizar a participação da Administração nas mídias sociais;

IV - manter permanente articulação com os meios de comunicação, agências de notícias e prestadoras de serviços, criando, produzindo e supervisionando material de divulgação interna e externa da Administração Pública Municipal, assim como desenvolvendo sistemas de informação e de pesquisas de opinião pública;

V - formular e executar a política de comunicação e divulgação social do Governo Municipal, dando suporte direto à publicidade dos atos, eventos, programas, obras, serviços e campanhas institucionais dos órgãos públicos, imprimindo-lhes caráter educativo, informativo e de orientação social;

VI - elaborar e divulgar releases para a mídia falada, escrita e televisada, assim como manter atualizado o acervo das matérias veiculadas na internet, através do portal oficial da Prefeitura de Guariba, bem como em outros veículos de comunicação digital e de imprensa escrita com circulação local;

VII - coordenar o atendimento às demandas por informações sobre a Prefeitura e seus serviços municipais, junto aos órgãos da mídia relacionada à imprensa escrita, falada e televisada, através da produção de releases, informativos e notícias, e de sua divulgação e veiculação nos meios de comunicação;

VIII - manter em funcionamento serviços de fotografia, reprografia, serigrafia e outros, bem como articular-se com o extrínseco do Município, para as diligências necessárias à recepção de autoridades, visitantes, pessoal de convênios e afins;



IX - manter constantemente atualizado o Portal da Prefeitura, na internet, para divulgação para as redes interna e externa, e criar um plano de comunicação visando promover a cidade em níveis estadual e nacional.

X - executar outras atividades correlatas, principalmente, as de relacionamento e divulgação interna e externa, visando construir um ambiente de motivação e comprometimento de todos os envolvidos com a política municipal de comunicação social.

Artigo 3º Fica criado, no Quadro de Pessoal Efetivo (QSE) da Prefeitura, junto à Secretaria Municipal de Saúde, quatro empregos públicos de provimento efetivo de **Motorista Socorrista**, padrão de referência salarial: 6, requisito de escolaridade de ensino fundamental completo e experiência mínima de dois anos como motorista, Carteira Nacional de Habilitação categoria D e jornada de trabalho de 40 horas semanais, com as seguintes atribuições:

I - exercer as atividades de condutor de veículo terrestre de urgência, junto aos serviços de atendimento e transporte de pacientes, preferencialmente, no atendimento móvel de urgência do SAMU 192;

II - conhecer integralmente o veículo, realizar sua manutenção básica de rotina, estabelecer contato radiofônico ou telefônico com a central de regulação médica e seguir suas orientações;

III - conhecer a malha viária dos perímetros urbanos e subúrbios da cidade, assim como as rodovias e estradas vicinais do território municipal, e a localização de todos os estabelecimentos de saúde integrados ao sistema assistencial local;

IV - auxiliar a equipe de saúde em todos os gestos básicos de suporte à vida, bem como, também, nas imobilizações, transporte de vítimas e realizar medidas de reanimação cardiopulmonar básica;

V - identificar todos os tipos de materiais existentes nos veículos da soma e sua utilidade, a fim de auxiliar a equipe de saúde;

VI - comparecer ao local de trabalho, conforme escala de serviço predeterminado, e dela não se ausentar até a chegada do motorista socorrista substituto, para que a substituição do plantão seja feita na base;

VII - excepcionalmente, em caso de atendimento prolongado, que exija permanência por mais de uma hora além do escala de plantão, o motorista socorrista poderá ser substituído no local do atendimento;

VIII - cumprir com pontualidade os horários de chegada aos plantões determinados, com o mínimo de dez minutos de antecedência, obrigando-se a comunicar ao diretor técnico, com antecedência suficiente, as eventuais faltas de plantão da escala de serviço;

IX - atuar com ética e dignidade, e tratar com respeito e respeito os outros condutores socorristas, médicos, enfermeiros e técnicos de enfermagem, lidando a equipe que lhe for delegada com ordem e profissionalismo;

X - ser fiel aos interesses do serviço público, evitando denegri-los, dilapidá-los ou conspirar contra os mesmos, acatando as deliberações da direção técnica e exercendo todas as demais atribuições correlatas.

Artigo 6º Fica criado, nos termos do inciso IV, do artigo 17, da Lei Complementar nº 2026, de 14/01/2005, acrescido pelo inciso II, do artigo 4º, da Lei Complementar nº 2679, de 28/03/2013, a função pública de **Agente Municipal de Habitação**, e gratificada à razão de 30% do salário base do servidor municipal, pertencente ao Quadro de Servidores Efetivos (QSE), que será designado por portaria do Chefe do Executivo para desempenhar a tarefa de interlocutor destinada a facilitar a comunicação entre a Prefeitura, o cidadão/comunário e a CDHU, desde que possua disponibilidade de horários, escolaridade de nível médio e conhecimentos básicos de informática.

§ 1º. Ao servidor municipal indicado a função pública de **Agente Municipal de Habitação**, antes de confirmada a designação, deverá submeter-se a um treinamento em Ribeirão Preto, para fim de aperfeiçoamento e capacitação ao trabalho que será prestado através das seguintes atribuições:

I - executar e acompanhar a Política de Habitação e de regularização fundiária de forma integrada à CDHU e o município, mediante programas de acesso da população à habitação, bem como à melhoria da moradia e das condições de habitabilidade, que são elementos fundamentais ao cumprimento do princípio da União social da cidade;

II - mediar assuntos e negociações entre os mutuários e a CDHU, visando a interlocução eficiente nos processos e acompanhamentos de contratos, atualizações cadastrais e ações possessórias, assim como executar e acompanhar programas de habitação popular em articulação com a CDHU e outros órgãos federais, regionais e estaduais e demais organizações da sociedade civil;

III - promover a regularização e a titulação das áreas ocupadas pela população de baixa renda, passíveis de implantação de programas habitacionais, bem como, também, o desenvolvimento institucional, incluindo a realização de estudos e pesquisas, visando ao aperfeiçoamento da política municipal de habitação;

IV - articular a política municipal de habitação com a política de desenvolvimento urbano e com as demais políticas públicas do Município, bem assim estimular a participação da iniciativa privada e sociedade civil em projetos compatíveis com os diretrizes e os objetivos da Administração Pública;

V - executar e acompanhar a inserção e cadastramento da demanda geral do município, e o eventual reassentamento das famílias residentes em áreas insalubres, de risco ou de preservação ambiental;

VI - promover a regularização fundiária e urbanização em áreas ocupadas por população de baixa renda (renda familiar até três salários mínimos), mediante normas especiais de urbanização, uso e ocupação do solo e edificações, consideradas a situação socioeconômica da população e as normas ambientais;

VII - proceder, no âmbito do seu órgão, à gestão e ao controle financeiro dos recursos orçamentários previstos na sua unidade, bem como à gestão de pessoas e recursos materiais existentes, em consonância com as diretrizes e regulamentos emanados do Chefe do Poder Executivo;

VIII - exercer outras atividades correlatas, que forem determinadas pela autoridade superior competente.

§ 2º. O valor monetário da função gratificada, de que trata este artigo, não será incorporado à remuneração do servidor municipal designado, para quaisquer efeitos legais, por possuir caráter de vinculação obrigatória ao seu efetivo exercício, devendo o seu pagamento mensal ser suspenso imediatamente, caso seja interrompido o exercício da atribuição, por qualquer motivo.

Artigo 7º A tabela do sistema remuneratório do Quadro Geral do Pessoal, atualizada pela Lei Complementar nº 3.045, de 24 de maio de 2017, para efeito de restarar a ordem crescente da sequência numérica, ficam alterados, respectivamente, os valores das referências salariais dos padrões: 27, 28 e 29, observada a seguinte discriminação.

REFERÊNCIAS SALARIAIS			
Padrões anteriores	Valores anteriores	Padrões atuais	Valores atuais
1	R\$ 1.003,15	1	R\$ 1.003,15
2	R\$ 1.003,15	2	R\$ 1.003,15
3	R\$ 1.073,70	3	R\$ 1.073,70
4	R\$ 1.129,75	4	R\$ 1.129,75
27	R\$ 1.191,46	5	R\$ 1.223,50
6	R\$ 1.223,50	6	R\$ 1.316,87
28	R\$ 1.588,61	7	R\$ 1.655,62
8	R\$ 1.746,83	8	R\$ 1.746,83
9	R\$ 1.862,58	9	R\$ 1.862,58
10	R\$ 1.905,59	10	R\$ 1.905,59
11	R\$ 1.981,09	11	R\$ 1.981,09
29	R\$ 1.985,75	12	R\$ 2.069,55
13	R\$ 2.143,67	13	R\$ 2.143,67
14	R\$ 2.285,21	14	R\$ 2.285,21
15	R\$ 2.381,87	15	R\$ 2.381,87
16	R\$ 2.636,09	16	R\$ 2.636,09
17	R\$ 2.870,03	17	R\$ 2.870,03
18	R\$ 2.978,65	18	R\$ 2.978,65
19	R\$ 3.134,84	19	R\$ 3.134,84

20	R\$ 1.203,70	20	R\$ 1.203,70
21	R\$ 1.399,63	21	R\$ 1.399,63
22	R\$ 1.824,58	22	R\$ 1.824,58
23	R\$ 4.479,89	23	R\$ 4.479,89
24	R\$ 4.765,85	24	R\$ 4.765,85
25	R\$ 6.089,68	25	R\$ 6.089,68
26*	(...)	26*	(...)
27	R\$ 1.191,46	27	R\$ 7.050,00
28	R\$ 1.588,61	28	R\$ 7.850,00
29	R\$ 1.985,76	29	R\$ 8.250,00
30**	R\$ 8.959,78	30**	R\$ 8.959,78
26*	R\$ 1.332,12	26*	R\$ 11.332,12

I - (*) O padrão de referência: 26 - se apresenta fora da ordem crescente, em razão de que, quando criado o emprego de provimento efetivo de Médico do PSF (Programa de Saúde da Família), com jornada de trabalho de 40 horas semanais pela Lei Complementar nº 2.679/2013, era esse o valor do então teto salarial do Município.

II - (**) O padrão de referência: 30 representa o valor do atual teto salarial do Município, que corresponde ao cargo em comissão de Procurador-Chefe do Município, com jornada de trabalho de 40 horas semanais, criado pela Lei Complementar nº 3.047/2017.

Artigo 8º Fica extinto, tão logo ocorrer a vacância, o cargo em comissão de Assessor de Comunicação, padrão de referência: 21 do Quadro de Servidores em Comissão (QSE), previsto na letra "b", do inciso II, do artigo 1º, da Lei Complementar nº 2.026/2005, com as alterações dadas pelo inciso I, do artigo 4º, da Lei Complementar nº 2.679/2013.

Artigo 9º As despesas decorrentes da execução desta lei complementar correrão à conta de dotações próprias consignadas na lei orçamentária anual, no exercício financeiro de 2018, suplementadas se houver necessidade, na forma da legislação em vigor.

Artigo 10 Esta lei complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Guariba, em 21 de março de 2018.

DR. FRANCISCO DIAS MANÇANO JÚNIOR
Prefeito Municipal

Registrada em livro próprio, no Departamento de Gestão Pública, e afixada no local de costume, na mesma data, e mandado publicar em órgão de imprensa escrita local, na data de sua circulação semanal, nos termos do artigo 80, da Lei Orgânica do Município.

ROSIMÉRIA GUMIERI
Diretora do Departamento de Gestão Pública



Aplicação dos Recursos Próprios em Ensino

Período: 08 / 2020

Município: Guariba

RECEITA DE IMPOSTOS

	Previsão Atualizada para o Exercício	Arrecadação até o Período
Proprios	15.628.900,00	9.367.862,52
Transferências da União	30.470.000,00	16.793.326,68
Transferências do Estado	35.725.000,00	20.681.753,76
Total	81.823.900,00	46.842.942,96
Retenções ao FUNDEB	12.759.000,00	7.288.298,35
Receitas Líquidas	69.064.900,00	39.554.644,61

APLICAÇÃO MÍNIMA CONSTITUCIONAL

	Para o Exercício (Prev. Atualizada)	Até o Período (Arrecadação)
TOTAL (25%)	20.455.975,00	11.710.735,74

DESPESAS PRÓPRIAS EM EDUCAÇÃO

	Dotação Atualizada (para o Exercício)		Despesa Empenhada (até o Período)		Despesa Liquidada (até o Período)		Despesa Paga (até o Período)	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%

DESPESAS TOTAIS

TOTAL	21.552.000,00	26,34 %	15.518.115,26	33,13 %	12.643.706,58	26,99 %	11.681.761,13	24,94 %
EDUCAÇÃO INFANTIL	2.903.000,00	3,55 %	2.798.102,87	5,97 %	2.032.831,18	4,34 %	1.899.193,93	4,05 %
ENSINO FUNDAMENTAL	5.890.000,00	7,20 %	5.431.714,04	11,60 %	3.322.577,05	7,09 %	2.494.268,85	5,32 %
RETENÇÕES AO FUNDEB	12.759.000,00	15,59 %	7.288.298,35	15,56 %	7.288.298,35	15,56 %	7.288.298,35	15,56 %

DEDUÇÕES

TOTAL	1.641,86	0,00 %	1.641,86	0,00 %	1.641,86	0,00 %	1.641,86	0,00 %
ENSINO FUNDAMENTAL	1.641,86	0,00 %	1.641,86	0,00 %	1.641,86	0,00 %	1.641,86	0,00 %
(-) Ganhos de Aplicações Financeiras	1.641,86	0,00 %	1.641,86	0,00 %	1.641,86	0,00 %	1.641,86	0,00 %
FUNDEB RETIDO E NÃO APLICADO	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %

DESPESAS LÍQUIDAS

TOTAL	15.516.473,40	33,12 %	12.642.064,72	26,99 %	11.680.119,27	24,93 %
EDUCAÇÃO INFANTIL	2.798.102,87	5,97 %	2.032.831,18	4,34 %	1.899.193,93	4,05 %
ENSINO FUNDAMENTAL	5.430.072,18	11,59 %	3.320.935,19	7,09 %	2.492.626,99	5,32 %
RETENÇÕES AO FUNDEB	7.288.298,35	15,56 %	7.288.298,35	15,56 %	7.288.298,35	15,56 %

ANEXO A - Tabela de Competência

Período de análise: Setembro/2019 a Agosto/2020

Município: Guariba

Última competência disponível para o período em análise:

Entidade	Competência*
CÂMARA MUNICIPAL DE GUARIBA	08/2020
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA	08/2020

* Competência: Se refere ao último balancete enviado pelo órgão, referente ao período de análise deste demonstrativo, utilizado para gerar os resultados das análises.

Página 2 de2

Data de geração: 03/10/2020 00:15



Aplicação com Recursos do FUNDEB

Período: 08 / 2020

Município: Guariba

RECEITAS DO FUNDEB

	Previsão Atualizada para o Exercício	Arrecadação até o Período
Receitas de Transferências	30.000.000,00	18.736.412,95
Receitas de Aplic. Financeiras	476.400,00	10.883,43
Total da Receita	30.476.400,00	18.747.296,38

APLICAÇÕES MÍNIMAS OBRIGATÓRIAS

TOTAL	30.476.400,00	18.747.296,38
MAGISTÉRIO (60%)	18.285.840,00	11.248.377,83

RETENÇÕES AO FUNDEB

Prev. Atualizada Para o Exercício	Retido Até o Período
12.759.000,00	7.288.298,35

APURAÇÃO DO RESULTADO DO FUNDEB ATÉ O PERÍODO

Transferências Recebidas	Retenções
18.736.412,95	7.288.298,35
Diferença (Recebido - Retido): (GANHO)	11.448.114,60

DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB

Dotação Atualizada (para o Exercício)		Despesa Empenhada (até o Período)		Despesa Liquidada (até o Período)		Despesa Paga (até o Período)	
Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%

DESPESAS TOTAIS

TOTAL	36.742.685,48	120,56 %	18.756.955,48	100,05 %	18.756.955,48	100,05 %	16.867.235,45	89,97 %
MAGISTÉRIO	30.082.000,00	98,71 %	13.979.018,08	74,57 %	13.979.018,08	74,57 %	12.551.437,45	66,95 %
OUTRAS	6.660.685,48	21,86 %	4.777.937,40	25,49 %	4.777.937,40	25,49 %	4.315.798,00	23,02 %

DESPESAS LÍQUIDAS

TOTAL	18.756.955,48	100,05 %	18.756.955,48	100,05 %	16.867.235,45	89,97 %
MAGISTÉRIO	13.979.018,08	74,57 %	13.979.018,08	74,57 %	12.551.437,45	66,95 %
OUTRAS	4.777.937,40	25,49 %	4.777.937,40	25,49 %	4.315.798,00	23,02 %

ANEXO A - Tabela de Competência

Período de análise: Setembro/2019 a Agosto/2020

Município: Guariba

Última competência disponível para o período em análise:

Entidade	Competência*
CÂMARA MUNICIPAL DE GUARIBA	08/2020
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA	08/2020

* Competência: Se refere ao último balancete enviado pelo órgão, referente ao período de análise deste demonstrativo, utilizado para gerar os resultados das análises.

Página 2 de2

Data de geração: 03/10/2020 00:15



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 48.664.304/0001-80

(Item 08.1)

DECLARAÇÃO

João Marques Gouvêa Neto, R.G. nº 11651212, Secretário de Educação do Município de Guariba, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, **DECLARA** para os fins que se fizerem necessários, especialmente junto ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, com referência ao "...número da demanda de vagas (número de crianças/alunos matriculados e eventuais listas de espera por vagas) e o número de vagas ofertadas na rede municipal de ensino no 2º quadrimestre de 2020 referentes à Creche...", conforme informações no quadro abaixo, que:

NÍVEL	Nº DE VAGAS DEMANDADAS	Nº DE VAGAS OFERTADAS	OBSERVAÇÕES
ENSINO INFANTIL CRECHE	848	693	- Deficit de 198 vagas, reduziu para 155 vagas - Foram atendidas 43 crianças de 0 a 3 anos, que aguardavam vagas. O maior deficit permanece na etapa Berçário (1 e 2)

O deficit de vagas, para atendimento de crianças entre 0 a 3 anos, que totalizavam 198 alunos (lista de espera em 2020), com a abertura recentemente de 43 (quarenta e três) novas vagas, nas diferentes unidades escolares, foi possível o atendimento de 43 (quarenta e três) crianças, matriculadas nas diferentes etapas de ensino Creche, reduzindo esse deficit para 155 (cento e cinquenta e cinco) crianças, sendo que a maior concentração é na etapa Berçário (1 e 2). Conforme informações prestadas anteriormente, a projeção para o ano letivo de 2021, com a retomada das atividades presenciais (previsão) e a conclusão das obras de reformas e construções de quatro salas em unidades escolares exclusivas de atendimento à Educação Infantil, teremos ampliada a oferta das vagas, a priori, para a etapa "Creche", passando de 693 (seiscentas e noventa e três) vagas ofertadas e ocupadas em 2020, para 815 (oitocentas e quinze) vagas em 2021 (considerando que as crianças hoje que aguardam vagas no Maternal 2 estão com idade para matrícula na etapa Pré-Escola1 em 2021), atendendo a todas as crianças que aguardam na lista de espera, de acordo com as projeções. Portanto, com



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 48.664.304/0001-80

aumento da oferta de vagas, em aproximadamente 18% para o próximo ano letivo, a expectativa é que não haverá déficit para a etapa Creche.

O referido é verdade e dá fé.

Guariba, 30 de setembro 2020


PROF. JOÃO MARQUES GOUVÊA NETO
R.G. Nº 11651212
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 48.664.304/0001-80

(Item 09)

I N F O R M A Ç Ã O

João Marques Gouvêa Neto, R.G. nº 11651212, Secretário de Educação do Município de Guariba, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, **INFORMA**, para os fins que se fizerem necessários, especialmente junto ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, *"se houve novas ações/medidas para a mitigação quanto aos possíveis impactos sobre a aprendizagem em meio à pandemia da COVID-19"*, que durante o período de isolamento, com a suspensão das atividades escolares letivas presenciais, realizou-se um mapeamento das condições de acesso dos alunos as atividades não presenciais para definir estratégias da implementação do trabalho remoto na rede. Primeiramente a preocupação maior, foi analisar a Proposta Curricular e selecionar as Habilidades e Competências essenciais como forma de amenizar grandes impactos sobre a aprendizagem de todos os alunos.

Posteriormente, foram identificados em cada turma da escola, os alunos com deficit de aprendizado e que mereciam mais atenção e cuidados especiais no envio das atividades pedagógicas. Assim sendo, diversas medidas foram adotadas em respeito ao ritmo próprio de aprendizagem dos alunos, suas especificidades e singularidades, para a concretude e evolução do desenvolvimento escolar em meio à pandemia. Em cada Bloco de atividades, cuidou-se das adequações necessárias, com uma dosagem progressiva de aprofundamento dos conteúdos como forma de garantir a continuidade de estudos, e ainda, para que não gerasse desmotivação e evasão escolar.

Destacamos também, o zelo pelo vínculo permanente das escolas com esses alunos e seus familiares, recebendo quer via tecnológica ou telefônica o incentivo e o esclarecimento de dúvidas e dificuldades na tarefa escolar a cumprir.



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO


CNPJ 48.664.304/0001-80

Quanto aos alunos devidamente matriculados nas salas de AEE (Atendimento Educacional Especializado), esses estão sendo contemplados com atividades adaptadas, elaboradas em conjunto com os Especialistas e seus respectivos professores, onde suas famílias recebem continuamente a rotina diária como apoio para a execução da tarefa proposta.

Os alunos autistas estão recebendo assistência permanente do "Professor Auxiliar", que é assessorado semanalmente pelo Especialista da sala de AEE e a Coordenadora Pedagógica de Inclusão, que buscam passar orientações adequadas para o desenvolvimento do trabalho adaptado.

Nada mais tendo a informar neste momento.

Guariba, 30 de setembro 2020.


PROF. JOÃO MARQUES GOUVÊA NETO
R.G. Nº 11651212
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



Aplicação dos Recursos Próprios em Saúde

Período: 08 / 2020

Município: Guariba

RECEITA DE IMPOSTOS

	Previsão Atualizada para o Exercício	Arrecadação até o Período
Proprios	15.628.900,00	9.367.862,52
Transferências da União	28.070.000,00	15.719.453,58
Transferências do Estado	35.725.000,00	20.681.753,76
Total	79.423.900,00	45.769.069,86

APLICAÇÃO MÍNIMA CONSTITUCIONAL

	Para o Exercício (Prev. Atualizada)	Até o Período (Arrecadação)
TOTAL (15%)	11.913.585,00	6.865.360,48

APURAÇÃO DA APLICAÇÃO

	Dotação Atualizada (para o Exercício)		Despesa Empenhada (até o Período)		Despesa Liquidada (até o Período)		Despesa Paga (até o Período)	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
DESP. TOTAL C/ REC. PRÓPRIOS	23.997.371,90	30,21 %	18.495.621,00	40,41 %	14.361.649,56	31,38 %	13.381.264,30	29,24 %
DEDUÇÕES			0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %
DESPESA LÍQUIDA DA SAÚDE			18.495.621,00	40,41 %	14.361.649,56	31,38 %	13.381.264,30	29,24 %

ANEXO A - Tabela de Competência

Período de análise: Setembro/2019 a Agosto/2020

Município: Guariba

Última competência disponível para o período em análise:

Entidade	Competência*
CÂMARA MUNICIPAL DE GUARIBA	08/2020
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA	08/2020

* Competência: Se refere ao último balancete enviado pelo órgão, referente ao período de análise deste demonstrativo, utilizado para gerar os resultados das análises.

Página 2 de2

Data de geração: 03/10/2020 00:15

Processo : TC-002828.989.20

Entidade : Prefeitura Municipal de Guariba

Assunto : Acompanhamento das Contas Anuais

Período examinado : 2º quadrimestre de 2020

Prefeito : Sr. Francisco Dias Mançano Junior¹

CPF nº : 737.331.308-63

Período : 01/01/2020 a 31/08/2020

Relatoria : Conselheiro Dr. Sidney Estanislau Beraldo

Instrução : UR-06.4 / DSF-II

Senhor Chefe Técnico da Fiscalização,

Este relatório consolida o resultado do acompanhamento das informações prestadas a esta e. Corte de Contas pelo Órgão, no período em epígrafe.

Em atendimento ao TC-A-030973/026/00, registramos a notificação do Sr. Francisco Dias Mançano Junior, responsável pelas contas em exame, acostada aos autos no evento 15.2.

Informamos que o município possui a seguinte série histórica de classificação no Índice de Efetividade da Gestão Municipal-IEG-M:

EXERCÍCIOS	2017	2018	2019
IEG-M	B	B	B
i-Planejamento	C	C	C
i-Fiscal	B	B	B
i-Educ	B+	B	B
i-Saúde	B+	C+	B
i-Amb	B+	B+	B
i-Cidade	B	C+	C+
i-Gov-TI	B	B	C+

Obs.: Índices do exercício de 2019 após verificação/validação pela Fiscalização.

¹ Cadastro Audesp juntado aos autos no evento 15.1.

A Fiscalização planejou a execução de seus trabalhos, agregando a análise das seguintes fontes documentais:

1. Indicadores finalísticos componentes do IEG-M – Índice de Efetividade da Gestão Municipal;
2. Prestações de contas mensais do exercício em exame, encaminhadas pela Chefia do Poder Executivo;
3. Resultado do acompanhamento simultâneo do Sistema Audesp, bem como acesso aos dados, informações e análises disponíveis no referido ambiente;
4. Documentos requisitados à Origem e encaminhados por correio eletrônico;
5. Leitura analítica dos três últimos relatórios de fiscalização e respectivas decisões desta Corte, sobretudo no tocante a assuntos relevantes nas ressalvas, advertências e recomendações;
6. Análise das informações disponíveis nos demais sistemas de e. Tribunal de Contas do Estado;
7. Outros assuntos relevantes obtidos em pesquisa aos sítios de transparência dos Órgãos Fiscalizados ou outras fontes da rede mundial de computadores.

O relatório do 1º quadrimestre está colacionado no evento 15.16 destes autos.

O presente relatório quadrimestral visa contribuir para a tomada de providências dentro do próprio exercício, possibilitando a correção de eventuais falhas, resultando numa melhoria das contas apresentadas.

Saliente-se, por oportuno, que os dados poderão ser reavaliados quando da fiscalização do 3º quadrimestre (fechamento do exercício), oportunidade em que todos os balanços contábeis estarão encerrados.

Ressaltamos, ainda, que a fiscalização, em virtude das limitações de locomoção causadas pela pandemia do novo Coronavírus (COVID-19), foi efetivada remotamente, por meio de todas as ferramentas e sistemas disponíveis.

Ademais, foi antecedida de criterioso planejamento, com base no princípio da amostragem, que indicou a necessária extensão dos exames.

Outrossim, consignamos que foi autuado o processo TC-014193.989.20, para fins de Acompanhamento Especial da gestão das medidas de combate à referida pandemia.

PERSPECTIVA A: PLANEJAMENTO

A.1. CUMPRIMENTO DE DETERMINAÇÕES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - PLANEJAMENTO

A.1.1. CONTROLE INTERNO

Permanece a falha verificada no 1º acompanhamento relativo a estas Contas de 2020 (evento 15.16), haja vista que nos relatórios mensais do Controle Interno relativos ao período em apreço apresentados à Fiscalização não constatamos a atuação do referido Controle na análise dos atos e despesas relacionadas à pandemia de COVID-19. Lembramos que é recomendável a atuação do Sistema de Controle Interno municipal neste aspecto, a fim de alcançar, por exemplo, a verificação da necessária pesquisa de preços e justificativas quanto à escolha do fornecedor, a pertinência da contratação para o enfrentamento à pandemia, a divulgação em tempo real de todas as aquisições e contratações destinadas ao enfrentamento da emergência de saúde decorrente do Coronavírus, dentre outros requisitos estabelecidos em lei (orientação contida no Comunicado SDG nº 17/2020).

Única verificação do Controle Interno nesse mister, apresentada no relatório referente ao mês de agosto/2020, limitou-se a demonstrar os valores recebidos e destinados ao enfrentamento à pandemia de COVID-19 no Município, por fonte de recursos, especificando o montante empenhado e liquidado até o período em exame.

Por fim, conforme já registrados no 1º acompanhamento destas Contas (evento 15.16), dentre os apontamentos do Controle Interno efetuados no período em análise destacamos, novamente, os alertas verificados em todos os relatórios apresentados à Fiscalização, quanto ao déficit orçamentário (assunto tratado no item B.1.1. do presente relatório).

A.2. IEG-M – I-PLANEJAMENTO

As impropriedades apontadas no relatório de acompanhamento do 1º quadrimestre relativas ao IEG-M – I-PLANEJAMENTO (juntado aos autos - evento 15.16) serão objeto de verificação quando da fiscalização das contas referentes ao encerramento do exercício de 2020.

A.3. OBRAS PARALISADAS

No acompanhamento do quadrimestre não constatamos

ocorrências dignas de nota.

PERSPECTIVA B: GESTÃO FISCAL

B.1. CUMPRIMENTO DE DETERMINAÇÕES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS – GESTÃO FISCAL

Face ao contido no art. 1º, § 1º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), o qual estabelece os pressupostos da responsabilidade da gestão fiscal, passamos a expor o que segue.

B.1.1. RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO PERÍODO

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	Valores	
(+) RECEITAS REALIZADAS	R\$ 81.469.353,34	
(-) DESPESAS EMPENHADAS	R\$ 96.074.032,82	
(-) REPASSES DE DUODÉCIMOS À CÂMARA	R\$ 2.269.540,00	
(+) DEVOLUÇÃO DE DUODÉCIMOS DA CÂMARA	R\$ -	
(-) TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS À ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	R\$ -	
(+ ou -) AJUSTES DA FISCALIZAÇÃO	R\$ -	
RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	-R\$ 16.874.219,48	-20,71%

- Balancete Audesp referente ao 2º quadrimestre juntado aos autos (Arquivo 01²).

Com base nos dados gerados pelo Sistema Audesp, conforme retro apurado, o resultado da execução orçamentária da Prefeitura no período evidenciou um déficit de R\$ 16.874.219,48 (correspondente a 20,71% das receitas realizadas no 2º quadrimestre), estando amparado pelo superávit financeiro do exercício anterior, no total de R\$ 19.168.463,42³.

Nos termos do art. 59, § 1º, I, da Lei de Responsabilidade Fiscal, o Município, em 2020, já foi alertado, por 04 (quatro) vezes, sobre desajustes em sua execução orçamentária.

Cabe informar que, consideradas apenas as despesas liquidadas no período (R\$ 74.324.660,81⁴) o resultado da execução orçamentária evidenciaria um superávit de R\$ 4.875.152,53 (correspondente a 5,98% das receitas realizadas).

² Cód. Contábil: "6.2.1.2.0.00.00 – Receita Realizada" (R\$ 88.952.333,64); "6.2.1.3.0.00.00 – (-) Deduções da Receita Orçamentária" (R\$ 7.482.908,30); "6.2.2.9.2.00.00 – Emissão de Empenho" (R\$ 96.074.032,82); "3.5.1.12.00.00 – Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária - Intra OFSS" (R\$ 2.269.540,00).

³ Conforme Relatório da Fiscalização das Contas de 2019 (TC-004480.989.19).

⁴ Cód. Contábil: "6.2.2.9.2.01.03 – Empenhos Liquidados a Pagar" (R\$ 7.617.635,11) e "6.2.2.9.2.01.04 – Empenhos Liquidados Pagos" (R\$ 66.707.025,70).

Face à perspectiva de déficit orçamentário, conforme retro descrito, informamos que o Município decretou estado de calamidade pública e de estado de emergência, devidamente reconhecido pela Assembleia Legislativa Estadual (art. 65 da Lei de Responsabilidade Fiscal)⁵.

B.1.2. ANÁLISE DOS LIMITES E CONDIÇÕES DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

No período, as análises automáticas não identificaram descumprimentos aos limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal, quanto à Dívida Consolidada Líquida, Concessões de Garantias e Operações de Crédito, inclusive ARO.

B.1.2.1. DESPESA DE PESSOAL

Conforme Relatórios de Gestão Fiscal emitidos pelo Sistema Audep (relatórios juntados aos autos – Arquivo 04), referentes ao 2º quadrimestre do exercício analisado, é possível ver que o Poder Executivo atendeu ao limite da despesa de pessoal previsto no art. 20, III, alínea “b”, da Lei de Responsabilidade Fiscal, registrando um dispêndio equivalente a R\$ 58.341.057,44, o que representa 47,25% da Receita Corrente Líquida – RCL apurada pelo Sistema Audep (R\$ 123.485.524,24).

Insta consignar que na fiscalização anterior – referente ao 1º quadrimestre do exercício em análise (evento 15.16) – foi efetuado ajuste na Receita Corrente Líquida – RCL, no importe de R\$ 300.000,00, em virtude da contabilização equivocada da Origem (que deixou de observar, naquela oportunidade, as codificações indicadas no Comunicado Audep nº 35/2020) referente a recursos transferidos pela União ao Município de Guariba, a título de Emenda Parlamentar Individual⁶.

Após tomar conhecimento do relatório constante do evento 15.16, a Prefeitura procedeu à correção da contabilização da mencionada receita (Arquivo 05), não sendo necessária a realização de ajustes pela Fiscalização no período em exame.

B.1.3. PRECATÓRIOS

O Município encontra-se no regime ordinário de pagamento de

⁵ Por meio dos Decretos Municipais nº 3.759/2020 e nº 3.750/2020 (Arquivos 02 e 03).

⁶ A correta contabilização – utilizando os Códigos de Aplicação – parte fixa e parte variável indicados no Comunicado Audep nº 35/2020 – permitiria que a apuração da Receita Corrente Líquida fosse efetuada em conformidade com os artigos 166 e 166-A da Constituição Federal.

precatórios, sendo apurado um passivo judicial contabilizado no encerramento do 2º quadrimestre de 2020 equivalentes a R\$ 502.116,45⁷. Essa matéria será oportunamente abordada no relatório de encerramento do exercício em análise.

B.1.4. RESTRIÇÕES DE ÚLTIMO ANO DE MANDATO

B.1.4.1. LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

B.1.4.1.1. DOIS ÚLTIMOS QUADRIMESTRES – COBERTURA MONETÁRIA PARA DESPESAS EMPENHADAS E LIQUIDADAS

O quadro a seguir, consoante apurado pelo Sistema Audesp, demonstra projeção que revela tendência de atendimento do art. 42, da Lei de Responsabilidade Fiscal:

Apuração da liquidez em 31.08 e liquidez projetada para o exercício de:	2020
Disponibilidades de Caixa em 31.08	R\$ 35.482.521,95
(-) Saldo de Restos a Pagar até o período	R\$ 191.736,87
(-) Empenhos Liquidados a Pagar até o período	R\$ 7.617.635,11
(-) Saldo da Despesa Empenhada a Liquidar e em Liquidação	R\$ 21.749.372,01
(-) Valores Restituíveis	R\$ 728.546,88
Liquidez em 31.08	R\$ 5.195.231,08
(+) Saldo da Receita Prevista a Realizar	R\$ 41.530.646,66
(-) Saldo da Despesa Autorizada a Empenhar	R\$ 35.288.290,69
(-) Saldo das Transferências Financeiras a Realizar	R\$ 1.130.460,00
Liquidez projetada em 31.12	R\$ 10.307.127,05
Referência para apuração dos últimos 8 meses de mandato	
Disponibilidade Financeira em 30.04	R\$ 33.245.276,52
(-) Saldo de Restos a Pagar em 30.04	R\$ 365.612,21
(-) Empenhos Liquidados a Pagar em 30.04	R\$ 9.249.234,52
(-) Valores Restituíveis	R\$ 728.752,86
Liquidez em 30.04	R\$ 22.901.676,93

- Demonstrativo gerado pelo Sistema Audesp a partir de informações fornecidas pela Origem, juntado aos autos (Arquivo 06).

Considerando o disposto pelo art. 65, §1º, II, da Lei de Responsabilidade Fiscal, ao final do exercício será verificada eventual dispensa de observância da vedação do art. 42 do mesmo diploma.

⁷ Código Contábil nº "2.2.3.1.1.07.00 – Precatórios de Contas a Pagar – Credores Nacionais – Regime Ordinário" – Balancete Audesp juntado aos autos (Arquivo 01).

B.1.4.1.2. OPERAÇÃO DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA – ARO

No quadrimestre em análise o Município não realizou operação de crédito por antecipação da receita orçamentária - ARO.

B.1.4.2. LEI ELEITORAL (LEI Nº 9.504, DE 30 DE SETEMBRO DE 1997)**B.1.4.2.1. ALTERAÇÕES SALARIAIS**

O Município promoveu fixação do piso salarial dos profissionais das carreiras de Agente Comunitário de Saúde e Agente de Combate às Endemias por meio do Decreto nº 3.746, de 27 de fevereiro de 2020 (evento 15.10), portanto, antes de 07 de abril, conformando-se ao art. 73, VIII da Lei Eleitoral.

Insta consignar que a Origem informou não ter realizado novas alterações salariais no quadrimestre em exame (Arquivo 07).

B.1.4.2.2. DESPESAS COM PUBLICIDADE E PROPAGANDA OFICIAL

Tendo por base o período a que se refere o presente relatório e a data desta Fiscalização, as despesas com publicidade e propaganda não foram selecionadas para análise neste quadrimestre. Salientamos, contudo, que a matéria será oportunamente abordada no relatório de encerramento do exercício em análise.

B.1.4.2.3. DISTRIBUIÇÃO GRATUITA DE BENS, VALORES E BENEFÍCIOS

No quadrimestre em análise, a Prefeitura não criou novos programas de distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios fiscais (declaração juntada aos autos – Arquivo 08).

A Origem havia informado, quando da Fiscalização referente ao 1º quadrimestre do exercício em exame (evento 15.16), que expandiu o atendimento às famílias em situação de vulnerabilidade decorrentes da pandemia de COVID-19 por meio de programas assistenciais já existentes no âmbito da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social: Concessão de Benefícios Eventuais⁸ e Concessão de Aluguel Social⁹.

⁸ Lei Municipal nº 2.662/2013 (fls. 02/06 – evento 15.11).

⁹ Lei Municipal nº 2.827/2014 (fls. 07/10 – evento 15.11).

B.2. IEG-M – I-FISCAL

Sob amostragem, não constatamos ocorrências dignas de nota nessa dimensão do IEG-M.

B.3. OUTROS PONTOS DE INTERESSE

B.3.1. DEMAIS ASPECTOS SOBRE RECURSOS HUMANOS

Conforme apontamentos já efetuados pelas Fiscalizações anteriores¹⁰, destacamos que ainda não foram providenciadas¹¹:

- A definição dos requisitos com indicação da escolaridade necessária para ocupação dos cargos de Secretários Municipais;
- Adequação da formação acadêmica requerida para os demais cargos em comissão, haja vista que para alguns desses cargos de livre nomeação e exoneração¹², a escolaridade exigida é incompatível com a natureza destes, em desacordo com a jurisprudência deste Tribunal de Contas¹³ e desatendimento à orientação traçada no item “8” do Comunicado SDG nº 32/2015, de 17/08/2015 (publicado no DOE de 18/08/2015)¹⁴.

Tais impropriedades encontram-se sintetizadas a seguir:

Denominação do Cargo	Providos em 31/08/2020 ⁽¹⁾	Nível de escolaridade exigido
Assessor Técnico de Informática	01	Ensino Médio ⁽²⁾
Assessor Técnico de Educação	01	Ensino Médio ⁽²⁾
Chefe de Serviço	06	Ensino Fundamental Incompleto ⁽²⁾
Chefe de Setor	10	Ensino Fundamental Incompleto ⁽²⁾
Diretor de Departamento	03	Ensino Médio ⁽²⁾
Chefe do Setor de Trânsito	01	Ensino Fundamental ⁽³⁾
Chefe do Setor de Transporte	01	Ensino Fundamental ⁽³⁾
Chefe de Gerenciamento da Frota Pública	01	Ensino Médio Incompleto ⁽⁴⁾
Diretor de Departamento de Comunicação Social	01	Ensino Médio ⁽⁵⁾
Secretário Municipal	08	Prejudicado

⁽¹⁾ Quadro de Pessoal do 2º quadrimestre de 2020 (Sistema Audesp) juntado aos autos (Arquivo 09).

¹⁰ Contas de 2018 e 2019 (TC-004139.989.18 e TC-004480.989.19, respectivamente).

¹¹ Declaração juntada aos autos – Arquivo 07.

¹² Funções de confiança (preenchidos por servidores do quadro efetivo): “Assessor Técnico de Informática”, “Assessor Técnico de Educação” e “Chefe de Serviço”. Exclusivamente em comissão: “Chefe de Gerenciamento da Frota Pública”, “Chefe de Setor”, “Chefe do Setor de Transportes”, “Diretor de Departamento” e “Diretor de Departamento de Comunicação Social”.

¹³ TC-002934/026/11 (Sessão da Primeira Câmara de 11/06/2013), TC-002573/026/12 (Sessão da Primeira Câmara de 03/06/2014), TC-002370/026/12 (Sessão da Primeira Câmara de 26/04/2016).

¹⁴ A formação escolar compatível é a de nível superior, reservando-se aos de Chefia a formação técnico-profissional apropriada.

- (2) Lei Complementar Municipal nº 2.679/2013 (fls. 01/25 do Arquivo 10).
(3) Lei Complementar Municipal nº 2.863/2014 (fls. 26/28 do Arquivo 10).
(4) Lei Complementar Municipal nº 3.041/2017 (fls. 29/31 do Arquivo 10).
(5) Lei Complementar Municipal nº 3.114/2018 (fls. 32/38 do Arquivo 10).

Ademais, no julgado do processo TC-002573/026/12, a Relatora Exma. Conselheira Cristiana de Castro Moraes ressaltou que devido à importância e a complexidade que guardam na Administração, a jurisprudência do E. Tribunal de Justiça de São Paulo tem apontando no sentido de que o preenchimento de ditos cargos deve ser realizado sob a exigência de instrução de nível superior dos interessados¹⁵.

Por fim, cumpre informar que em recente apreciação por esta e. Corte de Contas (referente às Contas de 2018, TC-004139.989.18, sessão de 05/05/2020, com Parecer publicado no DOE em 28/05/2020), já foi expedida recomendação para que a Origem inicie Projeto de Lei e exija formação acadêmica compatível com as funções desempenhadas por seus cargos comissionados e funções de confiança.

PERSPECTIVA C: ENSINO

C.1. APLICAÇÃO POR DETERMINAÇÃO CONSTITUCIONAL E LEGAL NO ENSINO

A aplicação de recursos, no período, conforme informado ao Sistema Audeps, apresentou os seguintes resultados:

Art. 212 da Constituição Federal:	%
DESPESA EMPENHADA - RECURSO TESOUREO (mínimo 25%)	33,12%
DESPESA LIQUIDADA - RECURSO TESOUREO (mínimo 25%)	26,99%
DESPESA PAGA - RECURSO TESOUREO (mínimo 25%)	24,94%
FUNDEB:	%
DESPESA EMPENHADA - RECURSO FUNDEB (mínimo 95%)	100,05%
DESPESA LIQUIDADA - RECURSO FUNDEB (mínimo 95%)	100,05%
DESPESA PAGA - RECURSO FUNDEB (mínimo 95%)	89,97%
DESPESA EMPENHADA - RECURSO FUNDEB (mínimo 60%)	74,57%
DESPESA LIQUIDADA - RECURSO FUNDEB (mínimo 60%)	74,57%
DESPESA PAGA - RECURSO FUNDEB (mínimo 60%)	66,95%

- Demonstrativos Audeps juntados aos autos (Arquivo 11).

Verifica-se a necessidade de atenção por parte do Município para atendimento ao disposto no art. 212 da Constituição Federal no exercício em

¹⁵ ADIn nº 0176535-27.2013.8.26.0000, ADIn nº 0107464-69.2012.8.26.0000 e ADIn nº 0130719-90.2011.8.26.0000.

análise, visto que, considerando a despesa paga até o 2º quadrimestre não foi aplicado o mínimo de 25%.

Outrossim, em relação à aplicação de recursos do Fundeb, também com base na despesa paga até o período, verifica-se, novamente, a necessidade de atenção por parte do Município para atendimento do *caput* do art. 21 c.c. seu § 2º, da Lei nº 11.494/2007, sendo que, em 2020, o Município já foi alertado sobre essa questão, nos termos do art. 59, § 1º, V, da LRF.

Com base nos dados coletados junto à Origem durante a inspeção, constatamos demanda não atendida no seguinte nível:

NÍVEL	DEMANDA POR VAGAS	OFERTA DE VAGAS	RESULTADO
Ens. Infantil (Creche)	848	693	-18,28%

- Declarações da Origem juntadas aos autos (Arquivo 12).

Quanto ao referido déficit de vagas para os alunos do segmento de Ensino Infantil (Creche), já apontado no relatório que tratou do 1º quadrimestre do exercício em exame (evento 15.16), a Origem informou que adotou medidas com vistas a aumentar a oferta de matrículas, dentre as quais destacamos a execução de reformas, adequações e construção de salas de aulas em unidades de ensino municipais (fls. 01/02 do evento 15.14), visando atendimento de 100% da demanda reprimida no exercício de 2021, quando do eventual retorno às aulas presenciais (Arquivo 12).

A Secretaria Municipal de Educação alterou a rotina escolar, com suspensão total das aulas presenciais para os alunos da rede municipal de ensino. Contudo, vem tomando medidas educacionais de emergência voltadas a mitigar os possíveis impactos sobre a aprendizagem (evento 15.14 e Arquivo 12).

Das novas medidas informadas (Arquivo 12), destacamos:

- Mapeamento das condições de acesso dos alunos as atividades não presenciais para definir estratégias da implementação do trabalho remoto;
- Atenção individualizada para os alunos com maior dificuldade de resposta quanto às medidas adotadas em decorrência da interrupção das aulas presenciais;
- Permanente contato com alunos e familiares com maiores dificuldades de adaptação, utilizando-se de recursos tecnológicos;
- E, quanto aos alunos que apresentam transtornos do espectro autista, é oferecida assistência permanente do “Professor Auxiliar”, em conjunto com um Especialista da Sala AEE e da Coordenadoria Pedagógica de Inclusão.

C.2. IEG-M – I-EDUC

Sob amostragem, não constatamos ocorrências dignas de nota nessa dimensão do IEG-M.

PERSPECTIVA D: SAÚDE**D.1. APLICAÇÃO POR DETERMINAÇÃO CONSTITUCIONAL E LEGAL NA SAÚDE**

Conforme informado ao Sistema Audesp, a aplicação na Saúde atingiu, no período, os seguintes resultados:

Art. 77, III c/c § 4º do ADCT	%
DESPESA EMPENHADA (mínimo 15%)	40,41%
DESPESA LIQUIDADADA (mínimo 15%)	31,38%
DESPESA PAGA (mínimo 15%)	29,24%

- Demonstrativo Audesp juntado aos autos (Arquivo 13).

D.2. IEG-M – I-SAÚDE

Sob amostragem, não constatamos ocorrências dignas de nota nessa dimensão do IEG-M.

PERSPECTIVA E: GESTÃO AMBIENTAL**E.1. IEG-M – I-AMB**

Sob amostragem, não constatamos ocorrências dignas de nota nessa dimensão do IEG-M.

PERSPECTIVA F: GESTÃO DA PROTEÇÃO À CIDADE**F.1. IEG-M – I-CIDADE**

As impropriedades apontadas no relatório de acompanhamento do 1º quadrimestre relativas ao IEG-M – I-CIDADE (juntado aos autos - evento 15.16) serão objeto de verificação quando da fiscalização das contas referentes ao encerramento do exercício de 2020.

PERSPECTIVA G: TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**G.1. FIDEDIGNIDADE DOS DADOS INFORMADOS AO SISTEMA AUDESP**

Nos trabalhos da Fiscalização não foram encontradas divergências entre os dados da Origem e os prestados ao Sistema AudeSP.

G.2. IEG-M – I-GOV TI

As impropriedades apontadas no relatório de acompanhamento do 1º quadrimestre relativas ao IEG-M – I-GOV TI (juntado aos autos - evento 15.16) serão objeto de verificação quando da fiscalização das contas referentes ao encerramento do exercício de 2020.

PERSPECTIVA H: OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**H.1. DENÚNCIAS/REPRESENTAÇÕES/EXPEDIENTES**

Cumpramos observar que eventuais denúncias, representações e expedientes serão tratados no relatório do encerramento do exercício em exame.

H.2. ATENDIMENTO À LEI ORGÂNICA, INSTRUÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Não constatamos, no período, desatendimento à Lei Orgânica e às Instruções deste Tribunal.

As recomendações determinações emitidas em pareceres de contas anuais serão verificadas no relatório de fechamento do exercício.

CONCLUSÃO

Com relação aos assuntos tratados neste relatório, destacamos:

Item A.1.1. CONTROLE INTERNO

- Conforme já mencionado no 1º acompanhamento destas Contas, a atuação do Controle Interno na análise dos atos e despesas do Município para enfrentamento da pandemia de COVID-19 pode ser aperfeiçoada, observando as orientações do Comunicado SDG

nº 17/2020;

Item B.3.1. DEMAIS ASPECTOS SOBRE RECURSOS HUMANOS

- Cargos de Secretários Municipais cujos requisitos para o provimento não foram definidos em Lei, dentre eles o nível de escolaridade;
- Exigência como requisito para investidura em cargos de provimento em comissão de formação escolar em desacordo com o posicionamento desta E. Corte de Contas e com a orientação traçada no item “8” do Comunicado SDG nº 32/2015, bem como a jurisprudência do E. Tribunal de Justiça de São Paulo;

Item C.1. APLICAÇÃO POR DETERMINAÇÃO CONSTITUCIONAL E LEGAL

- Verifica-se a necessidade de atenção por parte do Município para atendimento, no exercício em análise (considerando inclusive a despesa paga), ao disposto no art. 212 da Constituição Federal e ao *caput* do art. 21 c.c. seu § 2º, da Lei nº 11.494/2007, sendo que, em 2020, o Município já foi alertado sobre esse último aspecto, nos termos do art. 59, § 1º, V, da LRF;
- Déficit de vagas ofertadas para o segmento de Ensino Infantil (Creche).

À consideração de Vossa Senhoria.

UR-06.4, em 23 de outubro de 2020.

JEFFERSON DE SOUZA CORREIA
Agente da Fiscalização



TCE-SP
Tribunal de Contas
do Estado de São Paulo

UNIDADE REGIONAL DE RIBEIRÃO PRETO

(16) 3995-6800 - ur06@tce.sp.gov.br

PROCESSO: TC-002828.989.20-2

ÓRGÃO: ■ PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA
(CNPJ 48.664.304/0001-80)
■ **ADVOGADO:** CAROLINA RANGEL
SEGNINI (OAB/SP 280.200)

INTERESSADO(A): ■ FRANCISCO DIAS MANCANO JUNIOR (CPF
737.331.308-63)

ASSUNTO: Contas de Prefeitura - Exercício de 2020

EXERCÍCIO: 2020

INSTRUÇÃO POR: UR-06

PROCESSO(S) TC-014193.989.20-9

DEPENDENTES(S):

Senhor Diretor Técnico de Divisão,

Manifesto-me de acordo com o Relatório da Fiscalização juntado aos autos.

UR-6.4, 23 de outubro de 2020.

JOÃO BATISTA DE ANGELIS SILVA

Chefe Técnico da Fiscalização

CÓPIA DE DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: JOAO BATISTA DE ANGELIS SILVA. Sistema e-TCESP.
Para obter informações sobre assinatura e/ou ver o arquivo original acesse <http://e-processo.tce.sp.gov.br> - link 'Validar documento digital' e informe o código do documento: 2-RJIM-336S-4NI2-792X



TCESP
Tribunal de Contas
do Estado de São Paulo

UNIDADE REGIONAL DE RIBEIRÃO PRETO

(16) 3995-6800 - ur06@tce.sp.gov.br

PROCESSO: 00002828.989.20-2

ÓRGÃO: ■ PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA
(CNPJ 48.664.304/0001-80)
■ **ADVOGADO:** CAROLINA RANGEL
SEGNINI (OAB/SP 280.200)

INTERESSADO(A): ■ FRANCISCO DIAS MANCANO JUNIOR (CPF
737.331.308-63)

ASSUNTO: Contas de Prefeitura - Exercício de 2020

EXERCÍCIO: 2020

INSTRUÇÃO POR: UR-06

PROCESSO(S) 00014193.989.20-9

DEPENDENTES(S):

Excelentíssimo Senhor Prefeito,

Servimo-nos do presente para cientificar-lhe de que o relatório de nossa inspeção *in loco*, referente à análise dos dados do 2º quadrimestre de 2020, encontra-se disponível para conhecimento, por meio da WEB, no processo eletrônico supramencionado.

Apresento-lhe protestos de estima e apreço.

GDUR-06, 26 de outubro de 2020.

FLAVIO HENRIQUE PASTRE
Diretor Técnico de Divisão

CÓPIA DE DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: FLAVIO HENRIQUE PASTRE. Sistema e-TCESP. Para obter informações sobre assinatura e/ou ver o arquivo original acesse <http://e-processo.tce.sp.gov.br> - link 'Validar documento digital' e informe o código do documento: 2-RL1R-5CMA-4ZNA-KQGD



TCE-SP
Tribunal de Contas
do Estado de São Paulo

UNIDADE REGIONAL DE RIBEIRÃO PRETO

(16) 3995-6800 - ur06@tce.sp.gov.br

PROCESSO: 00002828.989.20-2

ÓRGÃO: ■ PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA
(CNPJ 48.664.304/0001-80)
■ **ADVOGADO:** CAROLINA RANGEL
SEGNINI (OAB/SP 280.200)

INTERESSADO(A): ■ FRANCISCO DIAS MANCANO JUNIOR (CPF
737.331.308-63)

ASSUNTO: Contas de Prefeitura - Exercício de 2020

EXERCÍCIO: 2020

INSTRUÇÃO POR: UR-06

PROCESSO(S) 00014193.989.20-9

DEPENDENTES(S):

Exmo. Sr. Conselheiro Relator,

Os presentes autos versam sobre exames parciais efetuados nas contas do ano de 2020 da Prefeitura de Guariba, referente ao 2º quadrimestre deste exercício.

Em preliminar, informamos que por força das limitações trazidas pelo COVID-19 os trabalhos de fiscalização foram realizados internamente, com base nos documentos e informações disponíveis em nossos Sistemas e, quando necessário, reforçados mediante esclarecimentos adicionais obtidos, à distância, junto à origem.

Registro que os exames realizados abrangeram itens fixos, os quais foram previamente definidos pelos DSF's, e outros variáveis, trilhados pela Fiscalização desta Unidade Regional com base na relevância e na materialidade das informações disponibilizadas pelo Sistema Audesp, bem como no histórico da entidade fiscalizada.

Tais exames evidenciaram a ocorrência de algumas impropriedades, sendo que cientificamos o Sr. Prefeito de que a íntegra do referido Relatório da Fiscalização se encontra disponível para conhecimento, via *web*.

Manifesto-me de acordo com os apontamentos da Fiscalização e, com isso, remeto os presentes autos à elevada apreciação de Vossa Excelência para as providências que houver por bem determinar.

GDUR-6, em 26 de outubro de 2020.

FLÁVIO HENRIQUE PASTRE

Diretor Técnico de Divisão

CÓPIA DE DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: FLAVIO HENRIQUE PASTRE. Sistema e-TCESP. Para obter informações sobre assinatura e/ou ver o arquivo original acesse <http://e-processo.tce.sp.gov.br> - link 'Validar documento digital' e informe o código do documento: 2-RL4N-CPWG-55BU-4B58

DESPACHO

PROCESSO:	TC-002828.989.20-2
ÓRGÃO:	▪ PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA ▪ ADVOGADA: CAROLINA RANGEL SEGNINI (OAB/SP 280.200)
RESPONSÁVEL:	▪ FRANCISCO DIAS MANCANO JUNIOR - Prefeito Municipal.
ASSUNTO:	Contas de Prefeitura - Exercício de 2020
EXERCÍCIO:	2020
INSTRUÇÃO POR:	UR-06

Como resultado da 2ª Fiscalização Quadrimestral, a equipe da UR-06 produziu o relatório constante destes autos (evento 32), cujo conteúdo dou conhecimento ao responsável, informando que esta medida não implica abertura de prazo para justificativas, servindo como alerta, já que será objeto de análise nas fiscalizações subsequentes das contas da Prefeitura de 2020, ocasião em que também serão observadas as correções realizadas acerca dos apontamentos em apreço.

Informo, nos termos da Resolução TCESP nº 01/2011, que a íntegra deste processo poderá ser consultada no Sistema do Processo Eletrônico e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br, mediante regular cadastramento.

Publique-se.

Após, retornem os autos à UR-06.

CGC-SEB, 26 de outubro de 2020.

SIDNEY ESTANISLAU BERALDO
CONSELHEIRO

CÓPIA DE DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: SIDNEY ESTANISLAU BERALDO. Sistema e-TCESP. Para obter informações sobre assinatura e/ou ver o arquivo original acesse <http://e-processo.tce.sp.gov.br> - link 'Validar documento digital' e informe o código do documento: 2-RMM0-4CTA-65H2-6BT4

EXERCÍCIO: 2019
INSTRUÇÃO POR: UR-01
PROCESSO PRINCIPAL: 4391.989.19-1
VISTOS.

Trata-se de processo autuado para abrigar as Fiscalizações Ordenadas ocorridas no Município acima mencionado, durante o exercício de 2019.

A equipe técnica informa que os assuntos foram abordados em itens próprios do relatório das contas anuais, no processo principal, onde o conteúdo será analisado.

AO ARQUIVO.

PUBLIQUE-SE.

PROCESSO:000015399.989.20-1
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAMONHANGABA (CNPJ 45.226.214/0001-19)
ADVOGADO: ANDERSON PINO DA SILVA ALVES (OAB/SP 351.449)

CONTRATADO(A): INSTITUTO ESPERANCA (CNPJ 10.779.749/0001-32)
INTERESSADO(A): ISRAEL DOMINGUES (PREFEITO MUNICIPAL)
ADVOGADO: CARLOS EDUARDO GOMES CALLADO MORAES (OAB/SP 242.953) / YURI MARCEL SOARES OOTA (OAB/SP 305.226)
VALERIA DOS SANTOS (SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE)
PEDRO CIPRIANO DA SILVA JUNIOR (PRESIDENTE DA CONTRATADA)

ASSUNTO: Dispensa de Licitação nº 019/2020 ? Processo Administrativo nº 1902/2020.

OBJETO: Contrato nº 046/2020, de 07/04/2020.

Contratação para (contratação para o enfrentamento do Covid-19).

Contratação de empresa de cunho privado na área de atuação de saúde pública para gestão, operacionalização e execução dos serviços de saúde, conforme especificações, quantitativos regulamentação do gerenciamento e execução de atividades e serviços de saúde, constantes neste termo para enfrentamento do Covid-19 e áreas de emergência de saúde pública do município, e demais obrigações a seguir pelo período de 03 (três) meses, podendo ser prorrogado em virtude da pandemia de Covid-19.

EXERCÍCIO: 2020
INSTRUÇÃO POR: UR-14
PROCESSO(S) DEPENDENTES(S): 00016962.989.20-8, 00020158.989.20-2, 00020203.989.20-7
PROCESSO:00016962.989.20-8
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAMONHANGABA (CNPJ 45.226.214/0001-19)
ADVOGADO: ANDERSON PINO DA SILVA ALVES (OAB/SP 351.449)

CONTRATADO(A): INSTITUTO ESPERANCA (CNPJ 10.779.749/0001-32)
INTERESSADO(A): ISRAEL DOMINGUES (PREFEITO MUNICIPAL)
ADVOGADO: CARLOS EDUARDO GOMES CALLADO MORAES (OAB/SP 242.953) / YURI MARCEL SOARES OOTA (OAB/SP 305.226)
VALERIA DOS SANTOS (SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE)
PEDRO CIPRIANO DA SILVA JUNIOR (PRESIDENTE DA CONTRATADA)

ASSUNTO: Dispensa de Licitação 019/2020 - Processo Administrativo 1902/2020.

Contrato 046/2020, de 07/04/2020.

OBJETO: Contratação de empresa de cunho privado na área de atuação de saúde pública para gestão, operacionalização e execução dos serviços de saúde, conforme especificações, quantitativos regulamentação do gerenciamento e execução de atividades e serviços de saúde, constantes neste termo para enfrentamento do Covid-19 e áreas de emergência de saúde pública do município, e demais obrigações a seguir pelo período de 03 (três) meses, podendo ser prorrogado em virtude da pandemia de Covid-19.

EXERCÍCIO: 2020
INSTRUÇÃO POR: UR-14
PROCESSO PRINCIPAL: 15399.989.20-1
VISTOS.

O Sr. Israel Domingues, atual Prefeito do Município de Pindamonhangaba, requer dilação de prazo, por 15 (quinze) dias, para apresentação de justificativas (eventos 50.1 do TC-015399.989.20-1 e 38.1 do TC-016962.989.20-8).

DEFIRO a prorrogação do prazo, por 10 (dez) dias.

PUBLIQUE-SE.

PROCESSO:000015988.989.19-0
CONTRATANTE: SISTEMA DE AGUA, ESGOTO E SANEAMENTO AMBIENTAL - SAESA (CNPJ 59.330.936/0001-23)
CONTRATADO(A): MONITORIA TECNOLOGIA E INFORMACAO LTDA (CNPJ 09.015.381/0001-57)
INTERESSADO(A): RODRIGO GONCALVES TOSCANO (SUPERINTENDENTE DA SAESA)
BRÁULIO BAPTISTA JUNIOR (DIRETOR DA DIVISÃO TÉCNICA - SAESA)
RICARDO TOSHIO SAMPAIO SANODIA (SÓCIO-DIRETOR DA CONTRATADA)

ASSUNTO: Contrato nº 28/2019, Convite nº 01/2019, Processo nº 1322/2019, Vigência: 08 meses após a ordem de serviço, Objeto: prestação de serviços de engenharia, para inspeção preditiva, manutenção preventiva e manutenção corretiva de 46 pontos de controle em São Caetano do Sul, incluindo válvulas redutoras de pressão e distritos de medição e controle.

EXERCÍCIO: 2019
INSTRUÇÃO POR: DF-02
PROCESSO(S) DEPENDENTES(S): 00016471.989.19-4
VISTOS.

NOTÍFICO os interessados, nos termos do inciso XIII, do artigo 2º, da Lei Complementar nº 709/93, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei ou, então, apresentem justificativas a respeito de toda a matéria constante dos autos, esclarecendo os apontamentos registrados pela Assessoria Técnico-Jurídica (eventos 68.1 a 68.2).

PUBLIQUE-SE.

Processo: eTC-009051.989.20-0
Requerente: Bruno Valverde Alves de Almeida (Município de Marília)

Mencionada Departamento Regional de Saúde de Marília – DRS IX – Secretaria de Estado da Saúde.

Assunto: Possíveis irregularidades ocorridas no Pregão Eletrônico nº 064/2019, realizado pelo Departamento Regional de Saúde de Marília – DRS IX – Secretaria de Estado da Saúde, objetivando a contratação de empresa especializada para prestação de serviços em suporte e manutenção para a área de tecnologia da informação

Exercício: 2020

Vistos.

Trata-se de peça nominada "Denúncia", protocolada pelo Sr. Bruno Valverde Alves de Almeida, município de Marília, em face de possíveis irregularidades ocorridas no Pregão Eletrônico nº 064/2019, realizado pelo Departamento Regional de Saúde de Marília – DRS IX – Secretaria de Estado da Saúde.

Relata que a empresa MFC – Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda. – EPP ofereceu o menor preço e, contudo, foi desclassificada indevidamente e sem justificativa plausível, não obtendo êxito no recurso interposto em que demonstrou exequibilidade e adequação da proposta ao descritivo do edital, sagrando-se vencedora a empresa City Connect Soluções em Tecnologia.

O Departamento Regional de Saúde de Marília – DRS IX – Secretaria de Estado da Saúde, por meio de Petição (Evento 45), apresentou as suas justificativas.

A Fiscalização promoveu a instrução da matéria (Evento 56), posicionando-se pela improcedência da denúncia por

considerar que, "[em] que pese o Edital não especificar de forma expressa a necessidade de mais de um (1) técnico", "não restou contemplado o esclarecimento do atendimento adequado a todas as unidades previstas, e não ficou demonstrada sua viabilidade através de documentação, comprovando que os custos/despesas são coerentes com os de mercado e suficientes para atendimento aos serviços contratados", entendendo que "é inexistente a proposta, conforme preceituado no art. 48, incisos I e II, da Lei Federal nº 8.666".

Esta forma, acompanho a Manifestação da Fiscalização e declaro IMPROCEDENTE a presente "Denúncia".

AO ARQUIVO.

PUBLIQUE-SE.

DESPACHOS DO CONSELHEIRO SIDNEY ESTANISLAU BERALDO

DESPACHO
PROCESSO:00021344.989.20-7
ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DE PIRAPORA (CNPJ 46.624.093/0001-07)
ORGANIZ. SOC. CIVIL-ASSOCIACAO DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DE SALTO DE PIRAPORA (CNPJ 50.807.833/0001-37)
INTERESSADO(A): JOEL DAVID HADDAD (CPF 240.877.428-49) - PREFEITO
APARECIDO LUIZ GABRIEL (CPF 005.493.878-38) - PROVIDOR DA ASSOCIACAO DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DE SALTO DE PIRAPORA
ASSUNTO: 2º Termo de Aditamento do Termo de Colaboração nº 62018, celebrado em 2/9/2020, tendo por finalidade prorrogar o prazo de vigência por 12 (doze) meses.

EXERCÍCIO: 2020
INSTRUÇÃO POR: UR-09
PROCESSO PRINCIPAL: 21760.989.19-4

Considerando que se encontra pendente de julgamento o ajuste inicial, Termo de Colaboração nº 062018, (TC-021760.989.19) cujo relatório de Fiscalização (evento 23) aponta achados de auditoria que podem comprometer as conclusões dos relatórios da Fiscalização (evento 11do TC-021344.989.20), pelo princípio da acessoriedade, assim as partes interessadas o prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da publicação deste despacho no DOE, nos termos do artigo 2º, inciso III, da Lei Complementar Estadual nº 709/93, para que apresentem as justificativas que entenderem pertinentes.

Alerto que a integral deste processo poderá ser consultada no Sistema do Processo Eletrônico e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br, por advogados e interessados previamente cadastrados e habilitados, nos termos do artigo 17 da Resolução TCESP nº 01/2011.

PUBLIQUE-SE.

DESPACHO
PROCESSO:00002534.989.19-9
ÓRGÃO: FUNDAÇÃO PARQUE ZOOLOGICO DE SAO PAULO (CNPJ 68.889.573/0001-40)
ADVOGADOS(AS): EDUARDO LEANDRO DE QUEIROZ E SOUZA (OAB/SP 109.013) / GRAZIELA NORBEGA DA SILVA (OAB/SP 247.092) / RODRIGO POZZI BORBA DA SILVA (OAB/SP 262.845)
ASSUNTO: Balanço Geral - Contas do Exercício de 2019

EXERCÍCIO: 2019
INSTRUÇÃO POR: DF-08
Defiro, por 05 (cinco) dias úteis, contados da publicação deste Despacho no DOE, a prorrogação de prazo requerida na petição de evento 42.

PUBLIQUE-SE.

D E S P A C H O
PROCESSO:00002121.989.19-8
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIVARI (CNPJ 44.723.674/0001-90)
ADVOGADO: MARCOS JORDAO TEIXEIRA DO AMARAL FILHO (OAB/SP 74.481) / ARILSON MENDONÇA BORGES (OAB/SP 159.738) / MICHEL CURY NETO (OAB/SP 261.111) / FABIO LUIZ SANTANA (OAB/SP 289.528)
CONTRATADO(A): ENAGRO AMBIENTAL COMERCIO E SERVICOS LTDA (CNPJ 05.284.199/0001-40)
INTERESSADO(A): RODRIGO ABDALA PROENÇA (CPF 215.452.778-77)
JOCELI MARIA ANGELINI CARDOSO (CPF 025.091.738-63)
ASSUNTO: Pregão Presencial nº 0932/2018 - Ata de Registro de Preços nº 056/2018, de 21/12/2018 - Objeto: Prestação de serviços de pintura de guias, plantio e poda de árvores, roçada manual e mecanizada e varrição de vias - Valor: R\$ 4.240.000,00 - Vigência: 21/12/2018 a 20/12/2018.

EXERCÍCIO: 2018
INSTRUÇÃO POR: UR-03
PROCESSO(S) DEPENDENTES(S): 00002250.989.19-1

Considerando que duas licitantes manifestaram interesse em recorrer, consoante ato do Pregão Presencial nº 9218 (evento 1.19 do TC-002121.989.19), assim as partes interessadas, nos termos do art. 2º, XIII, da Lei Complementar nº 709/93, o prazo de 15 (quinze) dias úteis para que apresentem esclarecimentos e/ou documentos relativos ao julgamento dos apelos por parte da Administração, nos termos do 4º, XVII, da Lei nº 10520/02.

PUBLIQUE-SE.

D E S P A C H O
PROCESSO: TC-004619.989.19-7
ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE REGENTE FEIO
RESPONSÁVEL: MARCO ANTONIO PEREIRA DA ROCHA - Prefeito Municipal.

ASSUNTO: Contas de Prefeitura - Exercício de 2019

EXERCÍCIO: 2019
INSTRUÇÃO POR: UR-05

Diante da instrução da Fiscalização (evento 57), assinado ao responsável o prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da publicação deste despacho no DOE, nos termos do artigo 29 da Lei Complementar estadual nº 709/93 e do artigo 194 do Regimento Interno deste Tribunal de Contas, para que apresente as alegações que entender pertinentes. Alerto, nos termos da Resolução TCESP nº 01/2011, que a integral deste processo poderá ser consultada no Sistema do Processo Eletrônico e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br, mediante regular cadastramento.

PUBLIQUE-SE.

D E S P A C H O
PROCESSO: TC-002902.989.20-1
ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAZARE PAULISTA
ADVOGADOS: ADELCO TRAJANO FILHO (OAB/SP 163.355) / ANDERSON MOISES SERRANO (OAB/SP 210.273)
RESPONSÁVEL: CANDIDO MURILO PINHEIRO RAMOS - Prefeito Municipal.

ASSUNTO: Contas de Prefeitura - Exercício de 2020

EXERCÍCIO: 2020
INSTRUÇÃO POR: UR-07

Como resultado da 2ª Fiscalização Quadrimestral, a equipe da UR-07 produziu o relatório constante destes autos (evento 40), cujo conteúdo dou conhecimento ao responsável, informando que esta medida não implica abertura de prazo para justificativas, servindo como alerta, já que serão objeto de análise nas fiscalizações subsequentes das contas da Prefeitura de 2020, ocasião em que também serão observadas as correções realizadas acerca dos apontamentos em apreço. Informo, nos termos da Resolução TCESP nº 01/2011, que a integral deste processo poderá ser consultada no Sistema do Processo Eletrônico e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br, mediante regular cadastramento.

PUBLIQUE-SE.

PROCESSO TC-000686/01010
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Piracicaba.
CONTRATADA Construtora e Pavimentadora Convidi Ltda.
ASSUNTO Termos de Aditamento.

Advogados Marcos Jordão Teixeira do Amaral Filho (OAB/SP nº 74.481), Arilson Mendonça Borges (OAB/SP nº 159.738), Michel Cury Neto (OAB/SP nº 261.111), Fábio Luiz Santana (OAB/SP nº 289.528), Marcelo de Oliveira F. Figueiredo Santos (OAB/SP nº 69.842) e outros.

Considerando as manifestações do Diretor Técnico de Divisão (fls. 92,3 e 859) no sentido de que este processo preenche as condições estabelecidas na Resolução nº 03/2020, determino o arquivamento dos respectivos autos no estado em que se encontram, sem prejuízo da possibilidade de ser retomada a instrução, na forma do artigo 2º desse mesmo diploma normativo.

PUBLIQUE-SE.

PROCESSO TC-021547/026/11
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Guarujá.
CONTRATADA Agrícola e Construtora Monte Azul Ltda.
ASSUNTO Termos de Aditamento e Apostilamento.

Advogados Nanci Baptista – OAB/SP nº 197.143, Kátia Borges Varjão – OAB/SP nº 307.722 e outros.

Considerando o encaminhamento dos autos pela Chefia da ATJ (fl. 1541) bem assim a manifestação do Diretor Técnico de Divisão (fl. 1661) no sentido de que este processo preenche as condições estabelecidas na Resolução nº 03/2020, determino o arquivamento dos respectivos autos no estado em que se encontram, sem prejuízo da possibilidade de ser retomada a instrução, na forma do artigo 2º desse mesmo diploma normativo.

PUBLIQUE-SE.

PROCESSO TC-030773/026/11
CONTRATANTE: Companhia do Metropolitan de São Paulo – METRÔ.

CONTRATADA Sistema Engenharia e Arquitetura Ltda.
ASSUNTO Termo de encerramento do contrato, de 25-08-20.
Advogados Marcelo Hiroyuki Sato – OAB/SP nº 211.348 e outros.

Considerando que este processo preenche as condições estabelecidas na Resolução nº 03/2020, determino o arquivamento dos respectivos autos no estado em que se encontram, sem prejuízo da possibilidade de ser retomada a instrução, na forma do artigo 2º desse mesmo diploma normativo.

PUBLIQUE-SE.

PROCESSO TC-036487/026/09
CONTRATANTE: Companhia do Metropolitan de São Paulo – METRÔ.

CONTRATADA Alstom Brasil Energia e Transporte Ltda.
ASSUNTO Termos de Aceitação Provisória, de 31-07-17, Termo de Aceitação Definitiva, de 21-03-18 e Comprovante de devolução de caução.

Advogados Vinício Volpi Gomes – OAB/SP nº 305.393, Márcia Betânia Lazzarelli Lourenço – OAB/SP nº 123.387, Amarilis de Barros Fagundes de Moraes – OAB/SP nº 40.874, Carlos Alberto Cancian – OAB/SP nº 123.667, Eduardo Leandro de Queiroz e Souza – OAB/SP nº 109.013 e outros.

Considerando a manifestação do Diretor Técnico de Divisão (fl. 1805) no sentido de que este processo preenche as condições estabelecidas na Resolução nº 03/2020, determino o arquivamento dos respectivos autos no estado em que se encontram, sem prejuízo da possibilidade de ser retomada a instrução, na forma do artigo 2º desse mesmo diploma normativo.

PUBLIQUE-SE.

PROCESSO TC-002049/003/14
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Hortolândia.
CONTRATADA E3 Comunicação Integrada Ltda.
ASSUNTO Licitação, contrato, termos aditivos e execução contratual.

Considerando a manifestação da ATJ (fl. 2730-V) no sentido de que este processo preenche as condições estabelecidas na Resolução nº 03/2020, determino o arquivamento dos respectivos autos no estado em que se encontram, sem prejuízo da possibilidade de ser retomada a instrução, na forma do artigo 2º desse mesmo diploma normativo.

PUBLIQUE-SE.

PROCESSO TC-000820/003/05
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Bragança Paulista.
CONTRATADA Geraldo J. Coan & Cia Ltda.
ASSUNTO Licitação, contrato e termos aditivos.

Advogados José Pereira de Godoi – OAB/SP nº 59.301, Arthur Luis Mendonça Rollo – OAB/SP nº 153.769, Mariângela Ferreira Corrêa Tamaso – OAB/SP nº 200.039, Marcelo Palaveri – OAB/SP nº 14.164, Caroline Oliveira Souza – OAB/SP nº 245.795, Carlos Cesar Pinheiro da Silva – OAB/SP nº 106.886, Magaly Pereira de Amorim – OAB/SP nº 320.699, Flávia Maria Palaveri – OAB/SP nº 137.889, André Biscaro Mela Alexandre – OAB/SP nº 163.414, Andreia Tezotto Santa Rosa – OAB/SP nº 224.410 e outros.

EXPEDIENTE TC-036066/026/06
INTERESSADA Ministério Público do Estado de São Paulo.
ASSUNTO Pedido nº 10402/2006-GPG-SP encaminhando ofício nº 1866/2006, que solicita informações sobre julgamento do ajuste em referência.

Considerando a manifestação do Secretário-Diretor Geral (fl. 1828) no sentido de que este processo preenche as condições estabelecidas na Resolução nº 03/2020, determino o arquivamento dos respectivos autos no estado em que se encontram, sem prejuízo da possibilidade de ser retomada a instrução, na forma do artigo 2º desse mesmo diploma normativo.

PUBLIQUE-SE.

PROCESSO TC-000980/009/14
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Salto de Pirapora.
CONTRATADA Veroche Refeições Ltda.
ASSUNTO Licitação, Contrato, Termos de Aditamento e Termo de Rescisão Amigável de 22-06-16.

Advogada Anny Caroline de Figueiredo Araújo – Procuradora Municipal.

Considerando a manifestação da Diretora Técnica de Divisão (fl. 986) no sentido de que este processo preenche as condições estabelecidas na Resolução nº 03/2020, determino o arquivamento dos respectivos autos no estado em que se encontram, sem prejuízo da possibilidade de ser retomada a instrução, na forma do artigo 2º desse mesmo diploma normativo.

PUBLIQUE-SE.

PROCESSO TC-027239/026/12
ÓRGÃO PÚBLICO Secretaria da Habitação do Estado de São Paulo.

CONVENIADA Caixa Econômica Federal.

ASSUNTO Termo de Cooperação e Parceria SH nº 716/05/0111.

Considerando que este processo preenche as condições estabelecidas na Resolução nº 03/2020, determino o arquivamento dos respectivos autos no estado em que se encontram, sem prejuízo da possibilidade de ser retomada a instrução, na forma do artigo 2º desse mesmo diploma normativo.

PUBLIQUE-SE.

PROCESSO TC-033121/026/10
CONTRATANTE: Companhia do Metropolitan de São Paulo – METRÔ.

CONTRATADA Consórcio Tração Linha 3.

ASSUNTO Licitação, Contrato, Termos de Aditamento e Termo de Aceitação Provisória de 27-02-13.

Advogados Amarilis de Barros Fagundes de Moraes – OAB/SP nº 40.874, Carlos Alberto Cancian – OAB/SP nº 123.667, Vinício Volpi Gomes – OAB/SP nº 305.393, Eduardo Leandro de Queiroz e Souza – OAB/SP nº 109.013 e outros.

Considerando a manifestação do Diretor Técnico de Divisão (fl. 1826) no sentido de que este processo preenche as condições estabelecidas na Resolução nº 03/2020, determino o arquivamento dos respectivos autos no estado em que se encontram,

sem prejuízo da possibilidade de ser retomada a instrução, na forma do artigo 2º desse mesmo diploma normativo.

PUBLIQUE-SE.

PROCESSO TC-001052/008/12
ÓRGÃO PÚBLICO Prefeitura Municipal de Orindúvia.
ENTIDADE Instituto de Gestão de Projetos da Noroeste Paulista – GEPRON.

ASSUNTO Termo de Parceria n.º 001/2012, de 05-07-12; 1º Termo Aditivo, de 27-02-12; e 2º Termo Aditivo, de 02-01-14.

Considerando a manifestação da ATJ (fl. 1024-V) no sentido de que este processo preenche as condições estabelecidas na Resolução nº 03/2020, determino o arquivamento dos respectivos autos no estado em que se encontram, sem prejuízo da possibilidade de ser retomada a instrução, na forma do artigo 2º desse mesmo diploma normativo.

PUBLIQUE-SE.

PROCESSO TC-000281/011/10
ÓRGÃO PÚBLICO Prefeitura Municipal de São José do Rio Preto.

CONVENIADA Fundação de Apoio à Pesquisa e Extensão de São José do Rio Preto - FAPERP.

ASSUNTO Prestação de Contas – Repasses Públicos ao Terceiro Setor – Convênios.

Advogados Luis Roberto Thiesi – OAB/SP nº 146.769, Eduardo Leandro de Queiroz e Souza – OAB/SP nº 109.013, Henrique Thomas de Carvalho – OAB/SP nº 332.864, Diogo L. Machado de Melo – OAB/SP nº 206.671, Fabrício Favero – OAB/SP nº 216.177 e outros.

Considerando o encaminhamento do processo pela Chefia da ATJ para fins da Resolução nº 03/2020 (fl. 236), bem assim que o mesmo preenche as condições estabelecidas na referida norma, determino o arquivamento dos respectivos autos no estado em que se encontram, sem prejuízo da possibilidade de ser retomada a instrução, na forma do artigo 2º desse mesmo diploma normativo.

PUBLIQUE-SE.

PROCESSO TC-000521/016/12
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Apiaí.
CONTRATADA Valter Vandierli da Silva – IME.

ASSUNTO Licitação, contrato, termos aditivos e execução contratual.

Advogados Daniela Francine Torres – OAB/SP nº 202.802, Julio César Machado – OAB/SP nº 330.136, Milena Guedes Corrêa Prando dos Santos – OAB/SP nº 231.319, Diógenes Stênio Lisboa de Freitas – OAB/SP nº 310.678 e outros.

Considerando a manifestação da ATJ (fl. 829-V) no sentido de que este processo preenche as condições estabelecidas na Resolução nº 03/2020, determino o arquivamento dos respectivos autos no estado em que se encontram, sem prejuízo da possibilidade de ser retomada a instrução, na forma do artigo 2º desse mesmo diploma normativo.

PUBLIQUE-SE.

PROCESSO TC-043354/026/12
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Osasco.
CONTRATADA Construtora Progredier Ltda.
ASSUNTO Termo de recebimento definitivo e relatório final de sindicância (adoção de providências).

Advogados Admar Gonzaga Neto (OAB/DF nº 10.937), Marcelo Dias de Paula (OAB/DF nº 39.976), Rodrigo Pozzi Borba da Silva (OAB/SP nº 262.845), Beatriz Neme Ansarrah (OAB/SP nº 242.274), Eduardo Leandro de Queiroz e Souza (OAB/SP nº 109.013), Graziela Nobrega da Silva (OAB/SP nº 247.092), Eduardo José de Faria Lopes (OAB/SP nº 248.470), Marcelo de Oliveira Fausto Figueiredo Santos (OAB/SP nº 69.842) e outros.

Considerando a manifestação do Diretor Técnico de Divisão (fl. 1923) no sentido de que este processo preenche as condições estabelecidas na Resolução nº 03/2020, determino o arquivamento dos respectivos autos no estado em que se encontram, sem prejuízo da possibilidade de ser retomada a instrução, na forma do artigo 2º desse mesmo diploma normativo.

PUBLIQUE-SE.

PROCESSO TC-000025/014/11
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ubatuba.
CONTRATADA Fridel Figueiroi Industrial Del Rey Ltda.
ASSUNTO Termos de Aditamento.

Advogados Marcelo Palaveri – OAB/SP nº 114.164, Flávia Maria Palaveri – OAB/SP nº 137.889, Francisco A. Miranda Rodriguez – OAB/SP nº 113.591, Marcelo Miranda Araújo – OAB/SP nº 209.763, Lúcia Helena dos Santos Souza – OAB/SP nº 354.329, Cristóvão Gomes Marques da Silva – OAB/SP nº 305.983, André Gregório de Oliveira – OAB/SP nº 351.484 e outros.

Considerando as manifestações do Diretor Técnico de Divisão (fls. 633 e 601) no sentido de que este processo preenche as condições estabelecidas na Resolução nº 03/2020, determino o arquivamento dos respectivos autos no estado em que se encontram, sem prejuízo da possibilidade de ser retomada a instrução, na forma do artigo 2º desse mesmo diploma normativo.

PUBLIQUE-SE.

PROCESSO TC-033810/026/14
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ribeirão Pires.
CONTRATADO Consórcio Consolad Jaw.

ASSUNTO Licitação, contrato e termo de aditamento.

Advogados Liz Ita Dotta – OAB/SP nº 115.448, Maristela Antico Barbosa Ferreira – OAB/SP nº 128.078, Yuri Marcel Soares Oota – OAB/SP nº 305.226, Rafael Cezer dos Santos – OAB/SP nº 342.475, Marcos Antonio Gaban Monteiro – OAB/SP nº 278.013, Carlos Eduardo Gomes Callado Moraes – OAB/SP nº 242.953, Gisele Beck Rossi – OAB/SP nº 207.545, Karina Yumi Ogata – OAB/SP nº 407.315, André Santana Navarro – OAB/SP nº 300.043, Luiz Antônio de Almeida Alverenga – OAB/SP nº 146.770 e outros.

Considerando as manifestações da SDG (fl. 1542-A) e do Diretor Técnico de Divisão (fl. 1577) no sentido de que este processo preenche as condições estabelecidas na Resolução nº 03/2020, determino o arquivamento dos respectivos autos no estado em que se encontram, sem prejuízo da possibilidade de ser retomada a instrução, na forma do artigo 2º desse mesmo diploma normativo.

PUBLIQUE-SE.

PROCESSO TC-036199/026/10
CONTRATANTE: Prefeitura do Município de Mauá.
CONTRATADA Eicon Controles Inteligentes de Negócios Ltda.

ASSUNTO Licitação, contrato, termo de aditamento e termo de recebimento definitivo.

Advogados Ana Paula Ribeiro Barbosa – OAB/SP nº 146.553, Flávia Maria Palaveri – OAB/SP nº 137.889, Marcelo Palaveri – OAB/SP nº 114.164, Ana Maria Roncaglia Iwasaki – OAB/SP nº 200.017, Rogério Cavanha Babichak – OAB/SP nº 253.526, Cássio Telles Ferreira Netto – OAB/SP nº 107.509, José Antonio Lombardi – OAB/SP nº 107.319, Ana Claudia Guarizato – OAB/SP nº 268.858, Wanderli Bortolotto Marino de Godoy – OAB/SP nº 69.636, Roberta Castilho Andrade Lopes – OAB/SP nº 163.328, Ivan Vendrame – OAB/SP nº 166.662, Francisco Antonio Miranda Rodriguez – OAB/SP nº 113.591 e outros.

Considerando as manifestações da ATJ (fl. 693-V) e do Diretor Técnico de Divisão (fl. 779) no sentido de que este processo preenche as condições estabelecidas na Resolução nº 03/2020, determino o arquivamento dos respectivos autos no estado em que se encontram, sem prejuízo da possibilidade de ser retomada a instrução, na forma do artigo 2º desse mesmo diploma normativo.

PUBLIQUE-SE.

PROCESSO TC-007025/026/13
CONTRATANTE Fundação do Desenvolvimento Administrativo – FUNDAF.

CONTRATADA Prius Planejamento Gestão e Tecnologia.

ASSUNTO Licitação, Contrato e Termos de Aditamento.

Considerando a manifestação do Diretor Técnico de Divisão (fl. 721) no sentido de que este processo preenche as condições estabelecidas na Resolução nº 03/2020, determino o arquivamento dos respectivos autos no estado em que se encontram, sem prejuízo da possibilidade de ser retomada a instrução, na forma do artigo 2º desse mesmo diploma normativo.

Publique-se.

PROCESSO TC-001611/003/14

ÓRGÃO PÚBLICO: Prefeitura Municipal de Nova Odessa.

ORGANIZAÇÃO SOCIAL: ICV – Investimentos da Vida.

ASSUNTO: Termo de aditamento e termo de rescisão.

Advogado Wilson Scatolini Filho – OAB/SP nº 286.405 (Procurador do Município).

EXPEDIENTE TC-005565/026/17

INTERESSADO: Ministério Público do Estado de São Paulo.

ASSUNTO: Ofício nº 0946/2017-EXPPGG encaminhando ofício nº 35/2017 que solicita cópia dos relatórios de auditoria técnica acerca da dispensa de licitação referente ao contrato firmado entre a Organização Social ICV e a Prefeitura de Nova Odessa.

Considerando as manifestações do Diretor Técnico de Divisão (fls. 965-A, 975 e 1004) no sentido de que este processo preenche as condições estabelecidas na Resolução nº 03/2020, determino o arquivamento dos respectivos autos no estado em que se encontram, sem prejuízo da possibilidade de ser retomada a instrução, na forma do artigo 2º desse mesmo diploma normativo.

Publique-se.

PROCESSO TC-019019/026/13

CONTRATANTE: CEETEPS - Centro Estadual de Educação Tecnológica "Paula Souza".

CONTRATADA: Alpagama Vigilância Segurança Ltda. - EPP.

ASSUNTO: Termos de aditamento.

Considerando a manifestação do Diretor Técnico de Divisão (fl. 1088) no sentido de que este processo preenche as condições estabelecidas na Resolução nº 03/2020, determino o arquivamento dos respectivos autos no estado em que se encontram, sem prejuízo da possibilidade de ser retomada a instrução, na forma do artigo 2º desse mesmo diploma normativo.

Publique-se.

TC-4098/026/14

ÓRGÃO CONCESSOR: Secretaria de Estado da Saúde – Depto. Regional de Saúde da Grande São Paulo.

ENTIDADE CONVENIADA: Casa de Saúde Santa Marcelina.

ASSUNTO: Repasses a 3ª Setor - Termos de retificação do Convênio nº 1624/2013.

Advogado(a)s: Lillian Hernandes Barbieri – OAB/SP nº 149.584; Eliza Yukie Inakake – OAB/SP nº 91.315 e outros.

Considerando a manifestação da Secretaria-Diretoria Geral no sentido de que este processo preenche as condições estabelecidas na Resolução nº 03/2020 (fl. 328), determino o arquivamento dos respectivos autos no estado em que se encontram, sem prejuízo da possibilidade de ser retomada a instrução, na forma do artigo 2º desse mesmo diploma normativo.

Publique-se.

D E S P A C H O

PROCESSO: TC-002807.989-20-7

ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTUNA

ADVOGADOS: ANGELICA CRISTIANE BERGAMO (OAB/SP 282.028) / JORDANA FERRAZ ANDRADE (OAB/SP 394.383)

RESPONSÁVEL: HAMILTON CESAR BORTOTTI - Prefeito Municipal

ASSUNTO: Contas de Prefeitura - Exercício de 2020

EXERCÍCIO: 2020

INSTRUÇÃO POR: UR-16

Como resultado da 3ª Fiscalização Quadrimestral, a equipe da UR-16 produziu o relatório contendo destes autos (evento 33), cujo conteúdo do conhecimento ao responsável, informando que esta medida não implica abertura de prazo para justificativas, servindo como alerta, já que será objeto de análise nas fiscalizações subsequentes das contas da Prefeitura de 2020, ocasião em que também serão observadas as correções realizadas acerca dos apontamentos em apreço. Informo, nos termos da Resolução TCESP nº 01/2011, que a integra deste processo poderá ser consultada no Sistema do Processo Eletrônico e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br, mediante regular cadastramento.

Publique-se.

D E S P A C H O

PROCESSO: TC-002828.989-20-2

ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

ADVOGADA: CAROLINA RANGEL SEGUNINI (OAB/SP 280.200)

RESPONSÁVEL: FRANCISCO DIAS MANCANO JUNIOR - Prefeito Municipal

ASSUNTO: Contas de Prefeitura - Exercício de 2020

EXERCÍCIO: 2020

INSTRUÇÃO POR: UR-06

Como resultado da 2ª Fiscalização Quadrimestral, a equipe da UR-06 produziu o relatório contendo destes autos (evento 32), cujo conteúdo do conhecimento ao responsável, informando que esta medida não implica abertura de prazo para justificativas, servindo como alerta, já que será objeto de análise nas fiscalizações subsequentes das contas da Prefeitura de 2020, ocasião em que também serão observadas as correções realizadas acerca dos apontamentos em apreço. Informo, nos termos da Resolução TCESP nº 01/2011, que a integra deste processo poderá ser consultada no Sistema do Processo Eletrônico e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br, mediante regular cadastramento.

Publique-se.

D E S P A C H O

PROCESSO: TC-004775.989-19-7

ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUÍZ ANTONIO

ADVOGADO: MARIO APARECIDO EUZEBIO JUNIOR (OAB/SP 184.897)

RESPONSÁVEL: GABRIEL CARVALHES ROSATTI - Prefeito Municipal

ADVOGADO: JEFFERSON RENOSTO LOPES (OAB/SP 269.887)

ASSUNTO: Contas de Prefeitura - Exercício de 2019

EXERCÍCIO: 2019

INSTRUÇÃO POR: UR-06

Diante da instrução da Fiscalização (evento 58), assinado ao responsável o prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da publicação deste despacho no DOE, nos termos do artigo 29 da Lei Complementar Estadual nº 709/93, para que apresente as alegações que entender pertinentes. Alerto, nos termos da Resolução TCESP nº 01/2011, que a integra deste processo poderá ser consultada no Sistema do Processo Eletrônico e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br, mediante regular cadastramento.

Publique-se.

D E S P A C H O

PROCESSO: 00005182.989-19-4

ÓRGÃO: CAMARA MUNICIPAL DE LUÍZ ANTONIO (CNPJ 49.224.025/0001-68)

ADVOGADO: EDSON DONIZETI BAPTISTA (OAB/SP 104.372)

ASSUNTO: Contas de Câmara - Exercício de 2019

RESPONSÁVEL: CLAYTON APARECIDO SIMÃO

EXERCÍCIO: 2019

INSTRUÇÃO POR: UR-06

Diante da instrução da Fiscalização (evento 17), assinado ao responsável o prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da publicação deste despacho no DOE, nos termos do artigo 2º, inciso XIII, da Lei Complementar Estadual nº 709/93, para que apresente as justificativas que entender pertinentes.

Alerto que a integra deste processo poderá ser consultada no Sistema do Processo Eletrônico e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br, por advogados e interessados previamente cadastrados e habilitados, nos termos do artigo 17 da Resolução TCESP nº 01/2011.

Publique-se.

D E S P A C H O

PROCESSO: 00019378.989-20-6

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRA (CNPJ 45.281.144/0001-00)

ADVOGADOS(AS): EDUARDO LEANDRO DE QUEIROZ E SOUZA (OAB/SP 109.013) / GRAZIELA NOBREGA DA SILVA (OAB/SP 247.092) / RODRIGO POZZI BORBA DA SILVA (OAB/SP 262.845)

CONTRATADO(A): COC - TECNOLOGIA EM SISTEMAS DIAGNOSTICOS LTDA (CNPJ 46.962.122/0003-21)

INTERESSADO(A): JOSE NATALINO PAGANINI (CPF 713.851.508-15)

MARIA CRISTINA MOREIRA (CPF 141.448.518-26)

ASSUNTO: Contrato nº 035/2020 de 06/04/2020 - Dispensa de Licitação Inexigibilidade nº 002/2020 - OBJETO: Contratação de empresa especializada para o fornecimento parcelado de 729 (setecentos e vinte e nove) kits de testes reagentes de bioquímica anuais com concessão dos testes, com manutenção preventiva e corretiva.

EXERCÍCIO: 2020

INSTRUÇÃO POR: UR-19

Defiro, por 15 (quinze) dias úteis, contados da publicação deste Despacho no DOE, a prorrogação de prazo requerida na petição de evento 34.

Publique-se.

D E S P A C H O

PROCESSO: 00021954.989-20-8

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POA (CNPJ 55.021.455/0001-85)

CONTRATADO(A): FBS CONSTRUCAO CIVIL E PAVIMENTA-CAO S/A (CNPJ 66.806.555/0001-33)

INTERESSADO(A): GIANCARLO LOPES DA SILVA (CPF 272.494.568-90)

ADVOGADOS(AS): CAIO CESAR BENICIO RIZEK (OAB/SP 222.238) / FABIANA BALBINO VIEIRA (OAB/SP 238.056) / CARLOS EDUARDO GOMES CALADO MORAES (OAB/SP 242.953) / YURI MARCEL SOARES DOTA (OAB/SP 305.226) / RAFAEL CEZAR DOS SANTOS (OAB/SP 342.475)

ASSUNTO: Termo Aditivo nº. 033/2020 - Processo Administrativo nº. 17.393/2019 - Contrato nº. 218/2019. Data de Assinatura: 26/02/2020. Objeto: aditar as Cláusulas Terceira e Décima Quinta do Contrato para acrescentar serviços no montante de R\$ 2.407.546,52 (equivalente a 18,67% do total); ratifica as demais cláusulas.

EXERCÍCIO: 2020

INSTRUÇÃO POR: DF-04

Defiro, por 15 (quinze) dias úteis, contados da publicação deste Despacho no DOE, a prorrogação de prazo requerida na petição de evento 29.

Publique-se.

D E S P A C H O

PROCESSO: 00023745.989-20-2

ÓRGÃO: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP (CNPJ 46.068.425/0001-33)

INTERESSADO: MARCELO KNOBEL (CPF 032.487.608-42)

ASSUNTO: Interessados: Ademir Ferracoli e outros.

EXERCÍCIO: 2018

INSTRUÇÃO POR: UR-03

Considerando a instrução da Fiscalização (evento 10), assinado aos Responsáveis, assim como aos servidores aposentados, prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da publicação deste despacho no DOE, para que apresentem, nos termos do artigo 2º, inciso XIII, da Lei Complementar Estadual nº 709/93, as justificativas que entenderem pertinentes acerca do apontado nos autos.

A Origem deverá notificar também os servidores inativos, comprovando sua identificação para que se manifestem nos autos, se assim desejarem.

Alerto que a integra deste processo poderá ser consultada no Sistema do Processo Eletrônico e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br, por advogados e interessados previamente cadastrados e habilitados, nos termos do artigo 17 da Resolução TCESP nº 01/2011.

Publique-se.

DESPACHOS PROFERIDOS PELO CONSELHEIRO RELATOR SIDNEY ESTANISLAU BERALDO

Expediente: TC-023839.989-20-9. Representante: Worldcom Comercial Ltda. Representada: Prefeitura Municipal de Ribeirão Pires. Assunto: Representação que visa ao exame prévio do edital rerratificado 02 do pregão nº 67/2020, o tipo maior desconto linear sobre o valor global, que tem por objeto a "contratação de empresa especializada para execução de serviços de gerenciamento e manutenção preventiva e corretiva no parque de iluminação do Município, com fornecimento de materiais, mão de obra e serviço 0800", conforme especificações constantes dos anexos".

1. WORLDCOM COMERCIAL LTDA. formula, com fundamentação no artigo 113, § 1º, da Lei nº 8.666/93, representação que visa ao exame prévio do edital rerratificado 02 do pregão nº 67/2020, do tipo maior desconto linear sobre o valor global, elaborado pela PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO PIRES, cujo objeto é a "contratação de empresa especializada para execução de serviços de gerenciamento e manutenção preventiva e corretiva no parque de iluminação do Município, com fornecimento de materiais, mão de obra e serviço 0800, conforme especificações constantes dos anexos".

2. Inicialmente, a Representante assevera que se trata de edital alterado por cinco vezes, sendo que na atual versão foram suprimidos os "tópicos 'Eficientização da Iluminação Pública' e 'Especificação Técnica dos Equipamentos de Telegestão' constantes no Anexo III do edital", embora nas planilhas orçamentárias continue exigindo a telegestão (4 mil pontos de equipamentos fornecidos e instalados), bem como retificada a quantidade de pontos de iluminação pública, passando para os atuais 17.000 pontos (dezessete mil), e corrigido o número de meses no item 1.3 do Anexo I, inserindo, aliás, novamente a exigência da prova de aptidão técnica no fornecimento, implantação e operação de equipamento de telegestão, sendo que não foi reaberto o prazo de publicidade.

Ademais, insurge-se contra as seguintes irregularidades do instrumento convocatório:

a) Ausência de comprovação da existência dos atuais 17 mil pontos de iluminação pública que são objeto da contratação, visto que houve um acréscimo de mais de 2.500 pontos em relação aos outros 14.453 demandados nos editais anteriores;

b) Falta de acesso às impugnações e pedidos de esclarecimentos que foram apresentados e às correspondentes respostas da Administração;

c) Aglutinação indevida do fornecimento e instalação de equipamentos no objeto licitado, citando, no caso:

(1) Serviços de manutenção da cabine primária, aduzindo que, além de não integrar o "escopo de obra do contrato de iluminação pública (objeto principal)", impõe restituição da sua seleção para a qualificação técnica; e

(2) Requisição de equipamentos básicos, equipe técnica e instalações.

d) Ausência de informações sobre, "qual o valor atual (mensal) de: (i) arrecadação de CIP/COSIP; (ii) quota da conta de energia de iluminação pública; (iii) se há acordos em curso com a concessionária (ENEEI) referentes a débitos anteriores, em

caso positivo, valores e número de parcelas em aberto; (iv) se há separação entre as contas da Prefeitura e as específicas do parque de iluminação pública; e (v) saldo líquido mensal após o pagamento das obrigações mencionadas nos itens anteriores".

g) Prazo estabelecido para a emissão da ordem de serviço e a realização da atividade, se mostra desarrazoado, eis que deveria "ser emitida num primeiro momento a ordem de serviço para a mobilização e em outro momento a ordem para a execução".

f) Exigência de apresentação do registro de credenciamento, tendo em vista a vencedora no CREAs, quando o certo seria requisitar seu registro ou inscrição naquele órgão já na fase de habilitação; e

g) As atividades exigidas para a qualificação técnica correspondem à totalidade do objeto licitado.

Requer, nestes termos, a suspensão liminar do certame e, ao final, a determinação de alteração do ato convocatório para fazer cessar os vícios apontados.

Os autos foram distribuídos por prevenção em razão da conexão com a matéria tratada nos TC-011389.989-19-5, TC-011585.989-19-7 e TC-011630.989-19-3, nos quais o E. Plenário, em sessão de 03-07-2019, acolhendo o voto de minha relatoria, considero parcialmente procedentes as impugnações feitas por F Martins de Souza Engenharia - EPP, Diego Vinícius Silva e Consilad - CLD Construtora Laços, Detetores e Eletrônica LTDA, e determino a anulação do certame por apresentar vícios insanáveis relacionados à indevida modalidade licitatória eleita e à adoção do Sistema de Registro de Preços; bem como em relação aos TC-021924.989-20-5 e TC-023839.989-20-9, que abrigaram representações formuladas por Gabriella Rosado Pereira Grif, cujos pleitos de liminar suspensão do certame foram indeferidos liminarmente.

4. Recorro que incumbe aos Tribunais de Contas, nos termos do artigo 113, § 2º, da Lei nº 8.666/93, o exame prévio do edital de licitação já publicado "até o dia útil imediatamente anterior à data do recebimento das propostas, obrigando-se os órgãos ou entidades da Administração interessada à adoção de medidas pertinentes que, em função desse exame, lhes forem determinadas".

Resulta daí que a análise de novas impugnações ao mesmo edital, depois daquela primeira ocasião, só é possível se recair sobre itens não contemplados na primeira versão; vale dizer, só a impugnação de nova oportunidade incidente admite verificação na mesma via processual.

Essa orientação vai ao encontro do caráter excepcional do contrato prévio dos atos da Administração, sujeito, por isso, a interpretação restritiva.

5. Não vislumbro, no caso em exame, razões que justifiquem a paralisação do certame.

De início, verifico que a Representante, conforme relatou na inicial, tem acompanhado minuciosamente cada modificação que o edital sofreu desde a sua primeira versão até o momento da atual disputa.

Por sua vez, noto que estas alterações promovidas visaram a atender o contrato determinado por esta Corte na ocasião da análise da primeira edição.

Desta forma, presumível que, conforme fez a ora impugnante, as demais interessadas na disputa igualmente tenham observado o conteúdo da licitação em pauta, não sendo ineditismo a exclusão dos tópicos "Eficientização da Iluminação Pública" e "Especificação Técnica dos Equipamentos de Telegestão" da disputa, eis que esperada em virtude do determinado nos autos dos processos TC-021924.989-20-5 e TC-023839.989-20-9.

Em relação à correção do erro na menção aos 112 (cento e doze) meses no item 1.3 do Anexo I, trata-se de tão patente equívoco de redação, que não possui o condão de intervir na compreensão de qualquer licitante atento.

Com respeito à demanda de serviços de telegestão e sua eleição para prova de aptidão técnica, recordo que já constavam estas disposições no edital original, sendo que naquela ocasião, era requerida a realização de projetos específicos para sua concretização, destoando o citado serviço daqueles considerados comuns, na acepção da Lei nº 10.520/02, o que impôs a determinação de sua exclusão.

Porém, a atual descrição contida no Termo de Referência para os serviços de telegestão, novamente requeridos, denota se tratar de sistema comum, que requer, no máximo, mera customização, tornando-se, por tal motivo, viável a utilização do pregão na disputa.

De se destacar que a atividade em tela tem sido usualmente requisitada nos editais dos municípios, como forma de melhor gestão da iluminação pública, de modo que cada vez mais empresas possuem o denominado sistema de telegestão ora requerido, bastando adaptá-lo às condições de cada ente licitante.

Nesta esteira, não cabe repressão à eleição desta atividade para fins de qualificação técnica, eis que, além de sua escolha se inserir no âmbito da competência discricionária do Administrador, trata-se de serviço que possui valor significativo frente ao total do objeto e que justifica sua opção.

Ademais, como relatado, refere-se a atividade a respeito da qual a Administração já havia demonstrado seu interesse em contratar, intenção essa, aliás, de pleno conhecimento das interessadas, de forma a igualmente não haver ineditismo em sua reingresso, agora como um sistema com características mais comuns.

Concerne aos atuais 17.000 pontos de iluminação pública, tratando-se de acréscimo insignificante em relação ao outorga demandado (14.453) e a respeito do qual poderia a Representante ter formulado pedido de esclarecimento para sanar a dúvida suscitada.

Desta forma, entendo que as citadas alterações não constituem mudança significativa no certame a demandar a reabertura de prazo nos termos do artigo 21, § 4º, da Lei de Licitações.

6. Em relação à suscitada falta de acesso às impugnações e pedidos de esclarecimentos que foram apresentados e às correspondentes respostas da Administração, impede consignar que, em sede de exame prévio, cuja análise perfunctória se restringe às questões de caráter eminentemente restritivo à ampla participação no certame, a fim de assegurar o interesse público na obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração, não cabe o escrutínio de demandas que fogem a esta avaliação preliminar ou que requerem etapa de investigação e produção de provas.

Nesta esteira, considerando que o assunto ora apresentado não ostenta, a princípio, restrição à competitividade, a questão poderá ser mais bem analisada quando da instrução ordinária da eventual averbação a ser formalizada.

7. Insubsistente, ainda, a insurgência quanto à requisição dos serviços de manutenção de cabine primária na disputa, eis que esta opção se insere no exercício da competência discricionária da Administração, havendo, nesta análise, perfunctória, própria do rito de exame prévio, qualquer motivo que desabone a escolha.

8. Outrossim, impertinente a censura à indicação dos equipamentos e equipe mínimas necessários para a execução do ajuste, pois, igualmente, compete à Administração indicar aqueles que julga essenciais para a correta execução do ajuste.

9. No que concerne às informações requisitadas na alínea "d", "qual o valor atual (mensal) de: (i) arrecadação de CIP/COSIP; (ii) quota da conta de energia de iluminação pública; (iii) se há acordos em curso com a concessionária (ENEEI) referente a débitos anteriores, em caso positivo, valores e número de parcelas em aberto; (iv) se há separação entre as contas da Prefeitura e as específicas do parque de iluminação pública; e (v) saldo líquido mensal após o pagamento das obrigações mencionadas nos itens anteriores" – observe que não há qualquer pertinência com o objeto licitado, que se limita à execução

de serviços de gerenciamento e manutenção preventiva e corretiva no parque de iluminação do Município, e não à concessão dessa atividade, hipótese que eventualmente poderia tornar tais dados pertinentes.

De se destacar que a remuneração da contratada, como prevê a cláusula 12, será efetuada pelos serviços prestados, em nada se relacionando com a arrecadação ou débitos do Município.

10. Também infundada a queixa contra a contagem do prazo de 24 (vinte e quatro) horas após a emissão da Ordem de Serviço para a execução da atividade demandada, eis que se trata de modo a garantir o interesse público em questão.

11. Não prospera também o reclamo acerca da expressão "registro de credenciamento" no CREAs, pois, embora não usual, trata-se apenas de uma terminologia análoga ao conhecido "registro ou inscrição" mencionado no inciso I do artigo 30 da Lei de Licitações.

Ademais, a postergação desta contagem apenas à futura vencedora da disputa apenas tende a ampliar a competitividade no torneio.

11. Por fim, não consta, em uma avaliação apriorística, própria do rito de exame prévio, qualquer excesso nas parcelas de maior relevância eleitas para a qualificação técnica, que, além de se referirem à parte dos serviços licitados, se mostram pertinentes com o escopo da contratação.

12. Evidente, de qualquer forma, que os atos porventura praticados pela Administração, nos exatos moldes anunciados pelo ato convocatório, não escaparão ao controle da legalidade, por ocasião do regular exame da matéria.

Posto isto, adrito exclusivamente aos pontos impugnados, indefiro o pleito de suspensão liminar do certame.

13. De-se conhecimento à Representada, informando que, nos termos da Resolução TCESP nº 01/2011, a integra desta decisão e da inicial poderá ser obtida no Sistema do Processo Eletrônico e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br, mediante cadastramento que é obrigatório.

De-se ciência ao DO. Ministério Público de Contas.

Transitada em julgado a decisão, arquivem-se os autos eletronicamente.

Publique-se.

1. 6.3.3. Comprovação de aptidão para desempenho de atividades pertinentes e compatíveis com características tecnológicas e operacionais, quantidades e prazos com o objeto da licitação, mediante a apresentação de atestados(a), em nome do licitante, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a execução dos serviços baixo elencados, como dispõe o § 9º do Artigo 30 da Lei nº 8666/93:

a) Gerenciamento e manutenção em parques de iluminação pública, com no mínimo 8.500 (oitto mil e quinhentos) pontos;

b) Manutenção em cabines primárias, com no mínimo 2 (duas) unidades;

c) Fornecimento e instalação de luminárias a LED, com no mínimo 380 (trezentos e oitenta) pontos;

d) Fornecimento, implantação e operação de equipamento de telegestão, com no mínimo 2.000 (dois mil) pontos.

2. Vide nota anterior.

3. EQUIPAMENTOS BÁSICOS, EQUIPE TÉCNICA E INSTALAÇÕES

Equipamentos Básicos

A CONTRATADA será a responsável pelo dimensionamento de suas equipes e equipamentos, considerando um mínimo:

2 (dois) veículos automotores com carga mínima de 8 (oito) toneladas e altura de alcance de 12 (doze) metros, equipado com cesto simples, com isolamento de, no mínimo, 45 KV, dentro das normas NBR 12

1 (um) guindaste com perfuratriz, montado em veículo automotor com capacidade de 8 toneladas, equipado com suporte para transporte e içamento de postes com acionamento hidráulico, utilizado para movimentação de cargas e postes entre 9 a 21 metros. E com lança hidráulica e cesta dúbia, capaz de possibilitar a execução de serviços por duas pessoas em alturas de até 20 metros, equipado com válvulas de segurança, 4 sapatas estabilizadoras, calças para depósito de materiais novos e retiradas da rede, equipamentos de proteção coletiva, dotado de dispositivo eletrônico de rastreamento e monitoramento.

Capacidade de carga:

- Braço com 1,5 metros.....4 toneladas

- Braço com 6 metros.....1 tonelada

Todos os veículos deverão estar de acordo com as Normas de Trânsito para transporte de pessoas e materiais, bem como, com todas as Normas de Segurança e Medicina do Trabalho.

Não será permitida o uso de caminhonete com escada montada sobre suporte basculante e giratório, na carrocera.

Também será de responsabilidade da CONTRATADA disponibilizar de forma permanente ou sazonal um maior número de equipamentos com características descritas acima, quando a demanda dos serviços assim o exigir.

Equipe Técnica para a Manutenção

A manutenção do SIP deverá ser conduzida por um engenheiro. Restritiva que terá o apoio de pelo menos 1 auxiliar eletrotécnico do nível médio, que deverá estar equipado com computador em rede, para possibilitar a integração com as equipes técnicas.

Para levantamentos e inspeção em campo a operação deverá dispor de um veículo de passeio.

Para execução das manutenções programadas, rondas e atendimentos a situações emergenciais, a CONTRATADA deverá dispor da estrutura mínima a seguir:

2 (Duas) equipes de campo por turno, formadas, cada uma delas, por:

1 (um) eletricitista

- 1 (um) motorista

- 1 (um) ajudante de eletricitista

- 1 (um) veículo automotor com carga mínima de 8 (oito) toneladas, equipado com cesto simples, com isolamento de, no mínimo, 45 KV, dentro das normas NBR 12.

6.2.3.4. A Prefeitura emitirá a ordem de serviço 24 (vinte e quatro) horas antes da execução, devendo constar da proposta, declaração de cumprimento deste item, pela proponente.

5.6.3.3.3. Declaração em papel timbrado da licitante, devidamente assinado por seu representante legal de que, caso vencedora, apresentará no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, em sua forma original ou cópia autenticada, do Registro de credenciamento da empresa no CREAs.

6. Vide nota 01

Processo: TC-023665.989-20-8. Representante: Raissa Rodrigues Meirelles. Representada: Prefeitura Municipal de Guaraci. Assunto: Exame prévio do edital do pregão eletrônico nº 021/2020, do tipo menor preço global, que tem por objeto a "contratação de empresa especializada para prestação de serviços médios especializados na área de geneologia". Responsável: Elson Machado Silveira (Prefeito).

Advogados cadastrados no e-TCESP: Raissa Rodrigues Meirelles (OAB/SP nº 434.109), Washington Rocha de Carvalho (OAB/SP nº 136.272).

01. RELATÓRIO

1.1 Trata-se de exame prévio do edital do pregão eletrônico nº 021/2020, do tipo menor preço global, elaborado pela PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACI, que tem por objeto a "contratação de empresa especializada para prestação de serviços médios especializados na área de geneologia".

1.2 Insurgiu-se a Representante contra a ausência de vedação expressa à participação de cooperativas, eis que o objeto licitado (serviços médios) requer mão de obra, onde o labor, por sua natureza, demandará necessidade de subordinação.

Apontou que o edital, além de não vedar, estabelece expressamente condições de participação daquelas entidades no certame.

De igual forma, questionou a falta de impedimento às associações sem fins lucrativos, na medida em que estas possuem benefícios de natureza tributária que lhes asseguram vantagem extraordinária na disputa licitatória.

1.3 Ante a existência de indícios de restrição indevida à competitividade, a suspensão do certame foi decretada por este E. Plenário.

1.4 Após notificação, Administração informou que o edital foi retificado em momento anterior ao da determinação de paralisação do certame, passando a vedar expressamente a participação de cooperativas e associações sem fins lucrativos na disputa, conforme se verifica na publicação efetuada no DOE de 21-10-2020, Poder Executivo, Seção I, pág. 146.

DECISÃO

2.1 A antecedente retificação do aspecto impugnado, suprimiu o interesse processual que motivara a Representante a acionar esta Corte, em busca de correções no ato convocatório da disputa em pauta.

2.2 Considerando que a representação perdeu o seu objeto, declaro, com fundamento no art. 223, inciso V, do Regimento Interno, extinto o processo, sem exame de mérito.

Casso a liminar concedida e determino o arquivamento dos autos.

Publique-se.

Expediente: TC-023912.989-20-9. Representante: José Eduardo Bello Visentin. Representada: Prefeitura Municipal de Santana do Parnaíba. Assunto: Representação que visa ao exame prévio do edital do pregão eletrônico nº 200/2020, do tipo menor preço global, que tem por objeto a "contratação de solução de hiperconvergência, contemplando instalação, configuração, garantia estendida on-site do fabricante com suporte técnico e repasse de conhecimento, para integração à infraestrutura existente no ambiente do Data Center da Secretaria Municipal de Tecnologia da Informação (SMTI) da Prefeitura do Município". Responsável: Elvis Leonardo Cezar (Prefeito). Subscritor do edital: Cleusa Carvalho (Ordeneradora de Pregão). Sessão de abertura: 27-10-2020, às 10h00min. Advogada cadastrado no e-TCPSP: José Eduardo Bello Visentin (OAB/SP nº 168.357).

1. JOSÉ EDUARDO BELLO VISENTIN formula, com fundamento no artigo 113, § 1º, da Lei federal nº 8.666/93, representação que visa ao exame prévio do edital do pregão eletrônico nº 200/2020, do tipo menor preço global, elaborado pela PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO PARNAÍBA, cujo objeto é a "contratação de solução de hiperconvergência, contemplando instalação, configuração, garantia estendida on-site do fabricante com suporte técnico e repasse de conhecimento, para integração à infraestrutura existente no ambiente do Data Center da Secretaria Municipal de Tecnologia da Informação (SMTI) da Prefeitura do Município de Santana de Parnaíba (PMSP)", conforme detalhamento do Anexo I – Termo de Referência".

2. Insurge-se o Representante contra os seguintes aspectos do instrumento convocatório:

a) Incongruência entre o subitem 6.1.5.31 do edital, que dispensa a inserção de marca e modelo na proposta, aduzindo que tais informações são necessárias apenas na proposta readequada do anexo II, e o subitem 14.1.2 de seu anexo I, que determina a inclusão destes elementos na proposta, sob pena de sua rejeição;

b) Exigência de prova em atividade específica (solução de hiperconvergência) para a qualificação técnica3, em afronta à Súmula nº 30 desta Corte;

c) Requisição de registro da empresa e seu responsável técnico no CREA ou CAU4, por não se mostrar condizente com o objeto licitado;

d) Divergência entre os subitens 3.4.5 e 5.4.126, ambos do Anexo I, eis que primeiro adianta softwares de outros fabricantes, desde que homologados, para depois rescusá-los;

e) Falta de especificação se os racks mencionados no subitem 5.4.27 devem ser fornecidos pela contratada;

f) Regra abusiva de garantia de 05 (cinco) anos agregada a suporte técnico e outras manutenções;

g) Exigências de assistência técnica durante o aludido período da garantia9 e de disponibilização de uma central de atendimento ao usuário10, que se revelam desproporcionais ao período de vigência do contrato11;

h) Desarrazado previsão da possibilidade de se exigir amostras dos equipamentos ofertados12, dado que a própria estimativa da contratação demonstra ser algo bem dispêndioso e já são requisitados catálogos dos mesmos13, onde constam todas as especificações necessárias para sua identificação;

i) Subjetividade na hipótese de se requisitar, a qualquer momento, os documentos necessários para a demonstração da aptidão técnica dos profissionais14;

j) Falta de indicação dos critérios de atualização financeira para os casos de atrasos nos pagamentos, em ofensa ao artigo 40 da Lei nº 8.666/93;

Requer, por essas razões, a suspensão liminar do certame e, ao final, a determinação de alteração do edital para fazer cessar os vícios apontados.

3. Considerando que o processo licitatório se presta à garantia da observância do princípio constitucional da isonomia e à seleção da proposta mais vantajosa, regras que eventualmente alterem a legalidade e/ou impeçam a correta elaboração de propostas devem ser bem esclarecidas, previamente à realização do certame, evitando sobrevida de eventual elemento prejudicial à competitividade.

Na hipótese, oportuno que a Administração justifique todas as questões impugnadas, das quais destaco, a princípio, a imposição de registro no CREA/CAU da empresa licitante e de seus responsáveis técnicos, aparentemente incompatível com a execução do objeto licitado (solução de informática), eis que não envolve atividades predominantemente afetas às áreas de engenharia e/ou arquitetura, podendo, com isso, alijar eventuais interessados na disputa.

4. É o quanto basta para concluir, em exame prévio e de cognição não plena, pela ocorrência de possível violação à legalidade e competitividade das despesas, suficiente para a concessão da providência cautelar, a permitir sejam bem esclarecidas, durante a instrução, todas as questões suscitadas.

Considerando que a realização da sessão pública está designada para o dia 27-10-2020, às 10h00min, acolho a solicitação de exame prévio do edital, determinando, liminarmente, ao Prefeito Municipal que SUSPENDA a realização da sessão pública de recebimento dos envelopes e ABSTENHA-SE DA ADOÇÃO DE QUALQUER MEDIDAS CORRETIVAS NO EDITAL ATÉ ULTERIOR DELIBERAÇÃO DESTA CORTE.

5. Notifique-se o Prefeito Municipal para que encaminhe a este Tribunal, em 48 horas, a contar da publicação na imprensa oficial, as razões de defesa que entender pertinentes, acompanhadas do inteiro teor do edital, informações sobre publicações, eventuais esclarecimentos e o destino dado à impugnações ou recursos administrativos que possam ter sido intentados.

Não querendo apresentar o inteiro teor do instrumento convocatório, poderá a autoridade certificar que o apresentado pelo Representante corresponde fielmente à integralidade do edital original, que deverá ser suficiente para o exame previsto no § 2º do artigo 113 da Lei federal nº 8.666/93.

Oportuno advertir que o descumprimento desta determinação sujeitará o responsável, acima identificado, à punição pecuniária prevista no art. 104, III, da Lei Complementar estadual nº 709/93.

Em caso de superveniente desconstituição do certame, mediante revogação ou anulação do edital, o ato deverá ser comunicado a esta Corte, com a devida comprovação de sua publicidade na Imprensa Oficial ou local.

Informe-se ainda que, nos termos da Resolução nº. 01/2011, a integralidade desta decisão e da inicial poderá ser obtida no Portal de Processo Eletrônico (e-TCPSP), na página www.tce.sp.gov.br, mediante cadastramento que é obrigatório.

6. Submetam-se estas medidas, na primeira oportunidade, para referendo do E. Plenário, nos termos do artigo 221, parágrafo único, do Regimento Interno.

Findo o prazo para o exercício do contraditório e da ampla defesa, encaminhem-se os autos à ATJ para manifestação e dê-se vista ao DD. Ministério Público de Contas, retornando-se por SDG.

Ultimada a instrução processual, remetam-se os autos ao E. Plenário.

Transitada em julgado a decisão, arquivem-se os autos eletronicamente.

Publique-se.

1. 6.1.5.3 Os campos de MARCA/FABRICANTE/MODELO não são campos obrigatórios para participação neste certame. Estas informações devem ser adicionadas somente na proposta readequada (ANEXO II).

2.14. PROPOSTA COMERCIAL

14.1. A proposta deverá indicar marca, modelo, part number e demais características técnicas que identifique unicamente o produto ofertado, assim como conter obrigatoriamente a relação de todos os produtos, componentes, acessórios, licenças e serviços de garantia estendida, que compõe os equipamentos/materiais da solução ofertada, indicando seus eventuais modelo, part number; a não indicação dos itens e seus respectivos componentes que integram a solução ofertada corresponderá ao não atendimento e rejeição da proposta;

3. 7.4.6 Apresentação de certidão(es) de desempenho anterior em atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação, através de Atestado de Capacidade Técnica fornecido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, em nome da licitante e/ou de profissional(is) vinculado à licitante, comprovando a execução de serviço de características e complexidade, técnica e operacional similar ou superior de acordo com a descrição do objeto deste termo de referência.

7.4.6.1 Entende-se por serviços similares os fornecimentos mínimos definidos abaixo:

Solução de hiperconvergência.

4. 7.4.7 Apresentar comprovação de Registro ou Inscrição da empresa Licitante e de seu Responsável Técnico no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA e/ou CAU – Conselho de Arquitetura e Urbanismo, dentro do prazo de validade.

5. 3.4. Visando à compatibilidade e interoperabilidade, toda a solução de hardware deverá ser o mesmo fabricante, podendo ser utilizado softwares de hiperconvergência de outros fabricantes, desde que homologados.

6. 5.4.12. Conforme disposto no item I do artigo 15 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 – "Atender ao princípio de padronização, que imponha compatibilidade técnica e de desempenho, observadas, quando for o caso, as condições de manutenção, assistência técnica e garantia oferecidas", tanto os hardwares quanto os softwares desta solução deverão ser fornecidos por um único fabricante, o qual será responsável também, pelo suporte e garantia da plataforma como um todo.

7. 5.4.2. Os equipamentos deverão ser instalados em racks padrão 19" e deverão ser fornecidos todos os acessórios necessários para a montagem;

8.6. REQUISITOS DE GARANTIA E SUPORTE TÉCNICO

6.1.1. Os equipamentos ofertados devem cumprir garantia e suporte técnico por um período mínimo de 05 (cinco) anos, com atendimento via e-mail, telefônico e on-site caso necessário, e em regime de atendimento em horário comercial, das 08h00min às 18h00min, respeitando o ANS (Acordo de nível de serviço) descrito neste documento.

9. 16.10. Prestar assistência técnica/manutenção, com atendimentos nos locais onde os equipamentos estiverem instalados (ON-SITE), incluindo as peças, dentro do período de garantia dos equipamentos. Entendem-se como peças TODOS os componentes que compõem o equipamento;

10. 16.11. Disponibilizar uma Central de Atendimento ao Usuário através de telefone, e-mail ou via site da CONTRATADA;

11. 12.1 Dos prazos

12.1.1 Da vigência do contrato: 60 (sessenta) dias, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço por parte da Secretaria Municipal de Tecnologia da Informação e recebimento do contrato;

12.11.2. Caso a CONTRATANTE solicite amostra da solução, a licitante deverá fornecer amostra dos equipamentos para que seja verificado o atendimento aos itens do edital, incluindo a compatibilidade dos equipamentos e as funcionalidades exigidas, 13.7.6.1.0 o melhor classificado, a ser notificado através do sistema, deverá enviar no prazo de até 01 (um) dia útil, cópias digitalizadas da documentação de habilitação e CATALOGOS exigidos neste certame, para fins de habilitação prévia, através do endereço de e-mail alessandro.33242@santana.deparnaiba.sp.gov.br; smc@santana.deparnaiba.sp.gov.br ou no campo específico do sistema;

14.12. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

12.1. A CONTRATANTE, a qualquer momento, poderá requerer à CONTRATADA a apresentação de documentos necessários para a comprovação da qualificação técnica dos profissionais;

Expediente: TC-02387.989-20-1. Representante: Bandeirantes Comércio de Descartáveis Ltda. Representada: Prefeitura Municipal de Paraguaçu Paulista. Assunto: Representação que visa ao exame prévio do edital do pregão presencial nº 69/2020, do tipo menor preço por item, que tem por objeto o "registro de preços para eventual aquisição de material de limpeza e higiene". Responsável: Almirina Ribas Garmes (Prefeita). Sessão de abertura: 29-10-2020, às 13h30min. Advogado cadastrado no e-TCPSP: Carlos Henrique da Silva Rocha (OAB/SP nº 323.455).

1. BANDEIRANTES COMÉRCIO DE DESCARTÁVEIS LTDA. formula, com fundamento no artigo 113, § 1º, da Lei federal nº 8.666/93, representação que visa ao exame prévio do edital do pregão presencial nº 69/2020, do tipo menor preço por item, elaborado pela PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAGUAÇU PAULISTA, cujo objeto é o "registro de preços para eventual aquisição de material de limpeza e higiene, conforme relação constante no Anexo I".

2. Insurge-se a Representante, em apertada síntese, contra a falta de exigência a todas as proponentes de apresentarem a ATE (Atestação de Funcionamento Específica), assim como a LF (Licença de Funcionamento da Autoridade Local), ressalvas, neste último caso, as empresas varejistas, por se tratarem os itens 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 59, 60, 64, 69, 71, 72, 73, 74, 75, 108, 111, 112, 113, 114, 115, 120, 138, 158, 161, 162, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 193, 194, 195, 196 e 205 de produtos saneantes e cosméticos.

Neste aspecto, aduz que, apesar de existir a requisição de Alvará da Vigilância Sanitária na qualificação técnica1, a impressão acerca do tipo de documentação a ser exibida não supre o erro, devendo o ato convocatório consignar expressamente a requisição daqueles documentos, assim como a hipótese de isenção das empresas varejistas, "conforme Portaria CVS nº 01/18 do ESTADO DE SÃO PAULO".

Requer, por essas razões, a suspensão liminar do certame e, ao final, a determinação de alteração do edital para fazer cessar a violação apontada.

3. Recorde que incumbe aos Tribunais de Contas, por força de extração constitucional, via de regra, a fiscalização "a posteriori" do ato gerador da despesa promovido pela Administração.

Também lhes compete, nos termos do artigo 113, § 2º, da Lei nº 8.666/93, o exame prévio do edital de licitação já publicado, "obrigando-se os órgãos ou entidades da Administração interessada à adoção de medidas corretivas pertinentes que, em função dessa exame, lhes forem determinadas". Mas, regra excepcional que é, deve ser interpretada restritivamente. Eventual paralisação do trâmite do procedimento licitatório só

mediante constatação de flagrante ilegalidade ou indícios concretos de restrição à ampla participação de interessados.

Não vislumbro, no caso em exame, razões que justifiquem a paralisação do certame.

De início, observei ter sido adotado na presente licitação o critério de julgamento pelo menor preço por item, de modo que a proposta será específica para cada produto em relação ao qual a licitante pretende concorrer.

Neste contexto, ainda que o ato convocatório tenha deixado de demandar expressamente os citados documentos na inicial para aqueles poucos produtos que os requerem, considero que a falta, per se, não seja motivo suficiente para a paralisação do certame, notadamente em razão de o edital exigir a apresentação de alvará da vigilância sanitária, mesmo que genericamente, bem como o Termo de Referência ser categorico em consignar que o produto estará "sujeito a verificação no ato da entrega, aos procedimentos am, determinados pela Anvisa 2" e possuir "registro no Ministério da Saúde e ANVISA 3", o que denota o cuidado que a Administração teve em assegurar a aquisição de produtos de qualidade e que atendam aos requisitos técnicos.

Reforça este juízo o despacho proferido pela Conselheira CRISTIANA DE CASTRO MORAES, que indeferiu idêntica censura formulada nos autos do TC-012279.989-19-84, nos seguintes termos:

"Destarte, considerando a jurisprudence desta Casa, não emerge na dispensa de autorização de funcionamento expedida pelo órgão assim como de licença de funcionamento emitida pela vigilância sanitária estadual ou municipal averguada suficiente para justificar a medida, de caráter excepcional, de paralisação do torneio, sem prejuízo de que a matéria seja revista em sede ordinária."

5. Por sua vez, apesar de a requisição de "alvará da vigilância sanitária" ter sido formulada de forma genérica, não excecuto a apresentação de referido documento às empresas varejistas, considero que a falta, per se, não configura motivo suficiente para a paralisação do certame, notadamente porque a hipótese submete-se às normas do local do estabelecimento da licitante. Nesse sentido, entendendo ser mais pertinente, no momento, alertar a Administração que, caso compareçam licitantes nesta condição, à luz da Resolução RDC/ANVISA nº 16/2014 e da Portaria CVS nº 01/2018, da Secretaria de Estado da Saúde, deve ser amparada "eventual licitante que, por força de lei local, não esteja subordinada às licenças de funcionamento expedidas pelas Vigilâncias Sanitárias Estadual ou Municipal, ressalvando-se, portanto, de comprovação dessa natureza na fase de habilitação 5".

6. Posto isto, adstiro exclusivamente aos pontos impugnados, indefiro o pleito de liminar suspensão do certame.

Evidente, de qualquer forma, que os atos porventura praticados pelo administrador, nos exatos moldes anunciados pelo ato convocatório, não escaparão ao controle da legalidade, por ocasião do regular exame da matéria.

De se conhecimento à Representada, informando que, nos termos da Resolução TCPSP nº 01/2011, a integralidade desta decisão e a inicial poderá ser obtida no Sistema do Processo Eletrônico e e-TCPSP, na página www.tce.sp.gov.br, mediante cadastramento que é obrigatório.

Dê-se ciência ao DD. Ministério Público de Contas.

Transitada em julgado a decisão, arquivem-se os autos eletronicamente.

Publique-se.

1.1.4 – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a) Alvará da Vigilância Sanitária, em plena validade.

2 Item 2 – (Alvejante, desinfetante e uso em geral - alveja, desinfeta, bactericida): de líquido transparente, de cor levemente amarelado composição: hipoclorito de sódio, hidróxido de sódio, carbonato de sódio e água, teor de cloro ativo: 2,0 a 2,5% pH, produto à base de cloro. Embalagem: fr de 1 litros, uso doméstico, validade mínima de 06 meses. Produto sujeito a verificação no ato de entrega; aos procedimentos am. Determinados pela Anvisa.

3 Item 34 – SACO PARA LIXO HOSPITALAR DE 30 LITROS - Saco plástico em polietileno para lixo infectante de 30 litros de alta densidade destinado exclusivamente para resíduos de saúde, classe II, composição 98 % PEBD e 2% masterbatch, no cor branco leitoso, medindo aproximadamente 59 CM x 62 CM, contendo impressão individual da simbologia de material infectante de uma das faces do saco, estampada a aproximadamente 1/3 acima da base na cor preta com fundo branco, com identificação individual do fabricante, do responsável técnico, da inserção, do registro com sua respectiva data de validade e do número do lote, de fabricação de acordo com as normas específicas da abnt – nbr 919, nbr 7500 e nbr 9195

4 Despacho publicado no D.O.E. de 25-05-19
TC-025693.989-18-2, 02.715.989-18-2 e 02754.989-18-4, em sessão Plenária de 13-02-19. Relator Conselheiro RENATO MARTINS COSTA.

DESPACHOS DE SUBSTITUTO DE CONSELHEIRO

DESPACHOS PROFERIDOS PELO CONSELHEIRO - SUBSTITUTO JOSUE ROMERO

Expediente: TC-002870/02620. Interessado: Boreal Engenharia Ltda. Assunto: Retirada de Pauta. Advogado: Rafael De Marchi Santos (OAB/SP nº 422.817).

Boreal Engenharia, qualificada nos autos do TC-001471/00312, requer o adiamento da apreciação deste processo pelo Colegiado, para o fim de aparelhar sustentação.

Amparado na faculdade conferida pelo art. 210, §2º, combinado com o art. 105, ambos do RITCPSP, apresento o pedido de retirada de pauta ao Colegiado, que decidiu pelo adiamento da matéria, com reincidência automática na próxima sessão, que está prevista para o dia 4 de novembro de 2020. A consulta aos autos pode ser agenda mediante sistema eletrônico. Já memoriais de julgamento e requerimentos de sustentação oral deverão respeitar o disposto no Comunicado SDG nº 16/2020, sob pena de não serem conhecidos.

Publique-se e junte-se oportunamente ao TC-001471/00312.

DESPACHOS PROFERIDOS PELO CONSELHEIRO - SUBSTITUTO JOSUE ROMERO

Processo: TC-002482/02615. Interessado: Marcelo Fortes Barbieri, por seu advogado Dr. Antonio Sérgio Baptista, OAB/SP nº 17.111. Assunto: requer sobreestorno da tramitação processual – Expediente nº 2059/026/20, juntado às fls. 1460 e 1460 verso. Marcelo Fortes Barbieri, requer o sobreestorno da tramitação processual, sob a alegação de que a vista dos autos encontra-se prejudicada. Indefiro-o, pois o pedido carece de fundamento legal ou regulamentar.

Publique-se e cumpra-se a Decisão de fls. 1325.

DESPACHOS PROFERIDOS PELO CONSELHEIRO SUBSTITUTO JOSUE ROMERO

PROCESSO: 00002525.989.19-0. ÓRGÃO: FUNDAÇÃO PRO SANGUE HEMOCENTRO DE SAO PAULO (CNPJ 52.030.830/0001-65). ASSUNTO: Balanço Geral - Contas do Exercício de 2019. EXERCÍCIO: 2019. INSTRUÇÃO POR: DF-09. 05/04/2018. Pregão Presencial nº 034/2018. Objeto: Aquisição de materiais e produtos de limpeza e higiene para a Fundação Pró-Sangue Hemocentro de São Paulo, Vanderson Geraldo Rocha – CPF 589.201.376-68 e Márcia Teixeira Gurgel do Amaral, CPF 228.818.753-00 (informações cadastrais: 0 - 020 - Cadastro do Responsável.pdf 0 - 030 - Cadastro do Responsável.pdf).

As Cartório para realizar a inclusão destes como interessados, retornando ao Gabinete.

Publique-se.

PROCESSO: 00018131.989-19-6. ÓRGÃO: FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS CONTÁBEIS- ATUARIAIS E FINANCEIRAS – FIPICAFI (CNPJ 46.359.865/0001-40). ADVOGADO: PETRICK JOSEPH JANOFFSKY CANONICO PONTES (OAB/SP 292.306). ASSUNTO: Balanço Geral - Contas do Exercício de 2019. EXERCÍCIO: 2019. INSTRUÇÃO POR: DF-05.

A FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS CONTÁBEIS, ATUARIAIS E FINANCEIRAS – FIPICAFI, em resposta à Requisição de Documentos nº 101/2020 (ev. 9), sustenta não estar sujeita à fiscalização do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo – TCSP.

Menciona terem sido os fatos excludentes da obrigação de prestar contas reconhecidas pela e Primeira Câmara, nos autos do processo TC nº 65782/026/90.

Pede, com fundamento nessa e em outras razões que expõe na fase de ev. 16, o arquivamento sumário dos autos.

Sobre o assunto, SDG esclarece que, após o "recadas-tramento das Fundações espalhados [sic] pelo Estado de São Paulo", a "Fipecaf, que outrora, na década de 90, havia sido excluída, voltou a integrar o Cadastro desta Casa [referente às fundações obrigadas a prestar contas ao TCSP]" (ev. 27).

O pedido da FIPICAFI constitui matéria prejudicial ao exame do objeto dos autos e requer deliberação do e Tribunal Pleno, única instância competente para dispor sobre o tema envolvido, consoante estabelece o art. 53, parágrafo único, V, do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo – RITCPSP.

Antes de submeter o caso ao órgão deliberativo máximo do TCSP, abra-se vista à PFE e ao MPC, nessa ordem, como exigem os arts. 6º e 7º do RITCPSP.

Publique-se e cumpra-se.

PROCESSO: 00003297.989.19-6. ÓRGÃO: FUNDAÇÃO CENTRO TECNOLÓGICO DE HIDRAULICA - FCTH (CNPJ 55.639.124/0001-03). ADVOGADO: FRANCISCO DE ASSIS ALVES (OAB/SP 24.545) / ELLEN CATARINO PALMEIRA (OAB/SP 422.563). INTERESSADO(A): MARIO THADEU LEME DE BARROS (CPF 763.948.838-91). ASSUNTO: Balanço Geral - Contas do Exercício de 2019. EXERCÍCIO: 2019. INSTRUÇÃO POR: DF-05.

A Fundação Centro Tecnológico de Hidráulica - FCTH requer prorrogação de prazo para manifestar-se nos autos.

Deffiro prazo adicional de 30 (trinta) dias.

Publique-se e aguarde-se.

As Cartório para cumprir.

PROCESSO: 00011522.989-20-8. CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAQUAQUA. ADVOGADO: RODRIGO CUTIGGI (OAB/SP 245.921). ORGANIZ. SOCIAL: FUNDAÇÃO MUNICIPAL IRENE SIQUEIRA ALVES VOVÓ MOCINA MATER-NIDADE GOTA DE LEITE DE ARAQUAQUA - FUNGOTA ARAQUAQUA (CNPJ 14.986.862/0001-40). ADVOGADO: ERNESTO GOMES ESTEVES NETO (OAB/SP 342.783) / DAVI LAURINDO (OAB/SP 343.271) / (OAB/SP 349.219) / (OAB/SP 415.595). GERENCIADA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ARAQUAQUA (CNPJ 13.776.613/0001-67). INTERESSADO(A): LUCIA REGINA ORTIZ LIMA. EDSON ANTÔNIO EDINHO DA SILVA. ELIANA APARECIDA MORI HONAIN. ASSUNTO: CONTRATO nº 001/2018, de 15/02/2018. PROCESSO nº: TC-018059.989-18-6. PROCESSO nº (ORIGEM): nº 386/2018. PROCESSO: 16/02/2018 a 16/02/2023. FONTE DE RECURSOS: Municipal. EXERCÍCIO: 2020. INSTRUÇÃO POR: UR-13. PROCESSO PRINCIPAL: 18059.989-18-6.

A Fundação Municipal Irene Siqueira Alves Vovó Mocina Maternidade Gota de Leite de Araquara - FUNGOTA Araquara - requer dilação de prazo (ev. 168), por mais 20 dias úteis, a contar do encerramento do prazo anteriormente concedido, para manifestar-se nos autos.

Deffiro o pedido dada as dificuldades relatadas.

Os efeitos desta decisão estendem-se aos demais interessados.

Publique-se e aguarde-se.

PROCESSO: 00022693.989-19-6. ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTOS. ADVOGADO: VERA STOICOV (OAB/SP 70.752). ORGANIZ. SOCIAL: CIVIL ASSOCIACAO CASA DA ESPERANÇA (CNPJ 58.218.207/0001-17). INTERESSADO(A): FABIO ALEXANDRE FERNANDES FERRAZ. CHARLES FERREIRA DIAS. ASSUNTO: Termo de Fomento nº 81/2019, de 24/07/19. Vigência: 24/07 a 31/12/19. EXERCÍCIO: 2019. INSTRUÇÃO POR: DF-01. PROCESSO PRINCIPAL: 21950.989-19-4.

Ficam as partes NOTIFICADAS para, no prazo de 30 dias, conhecerem o teor do Relatório de Fiscalização produzido na DF-1 (ev. 46), e ante o exposto, apresentarem justificativas pertinentes, juntando provas documentais quando as circunstâncias assim o exigirem.

Publique-se e aguarde-se.

Caso não haja manifestação da OS, determino, desde já, seja notificado por AR, fixando-se igual prazo para resposta. Não encontrada, determino o acionamento do disposto no artigo 9º, IV, da Lei Complementar 709/93.

PROCESSO: 00012884.989-19-5. ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DA PONTE PENSA (CNPJ 45.138.088/0001-40). INTERESSADO(A): JOSE APARECIDO DE MELO (CPF 080.672.928-76). ADVOGADO: EDMILSON DA SILVA GOMES (OAB/SP 116.258) / FERNANDO LONGHI TORAL (OAB/SP 221.314). ASSUNTO: Fiscalizações ordenadas - exercício 2019. EXERCÍCIO: 2019. INSTRUÇÃO POR: UR-11. PROCESSO PRINCIPAL: 4654.989.19-3.

Ciente da manifestação da UR-1 (ev. 55).

Arquive-se provisoriamente.

PROCESSO: 00004513.989-19-4. ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE JACI (CNPJ 45.142.684/0001-02). INTERESSADO(A): RAFAEL TRIDICO (CPF 297.205.789-07). ASSUNTO: Contas de Prefeitura - Exercício de 2019. EXERCÍCIO: 2019. INSTRUÇÃO POR: UR-08. PROCESSOS(S) DEPENDENTES(S): 00008724.989-19-9.

RAFAEL TRIDICO requer dilação de prazo para manifestar-se.

Deffiro 15 dias.

Os efeitos desta decisão estendem-se à PREFEITURA MUNICIPAL DE JACI.

Publique-se e aguarde-se.

PROCESSO: 00020075.989-20-2. CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPERICIPA DA SERRA (CNPJ 46.523.130/0001-00). CONTRATADO(A): CONVIDA REFI-COES LTDA (CNPJ 05.599.283/0001-53). INTERESSADO(A): JORGE JOSE DA COSTA (CPF 060.114.398-10). IVO MARTELO FILHO (CPF 008.386.368-02). SORAIA REGINA RIBEIRO (CPF 092.630.778-94). ASSUNTO: Edital nº 05/2020. Pregão Presencial nº 034/2018. Contrato nº 4.835/2018. Obj

Cadastro de Pessoa >> Alterar

Voltar

-

Dados Básicos

CPF: 737.331.308-63
Nome: FRANCISCO DIAS MANCANO JUNIOR
Sexo: Masculino
Data Nascimento: 01/01/1953
Nacionalidade: Brasileira
Grau de Instrução: Ensino Superior Completo

Alterar

-

E-mail

Incluir

Excluir

E-mail

Tipo Email
PROFISSIONAL

☐ drfranciscomvereador@hotmail.com

-

Telefone

Incluir

Excluir

	Tipo	DDD	Telefone	Complemento
<input type="checkbox"/>	<u>COMERCIAL</u>	16	9202-1427	

-

Endereço

Incluir

Excluir

	Tipo	UF	Município	CEP	Tipo de Logradouro	Logradouro	Nº	Complemento	Bairro	Endereço Corresp.
<input type="checkbox"/>	<u>RESIDENCIAL</u>	São Paulo	Guariba	14184-000	RUA	Av 10 de abril	1045		Jardim Boa Vista	Sim

-

Identificação

Incluir

Excluir

Tipo do Documento

Número do Documento

4273745-2

☐

RG



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE RIBEIRÃO PRETO - UR.6



Ribeirão Preto, 16 do junho de 2021.

Ofício GDUR-6 nº 225/2021

Ilustríssimo Senhor,

Informo a Vossa Senhoria, que o abaixo relacionado é funcionário desta Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e está autorizado a proceder à fiscalização das contas anuais do exercício de 2020 da Prefeitura Municipal de Guariba, objeto do Processo n.º TC-002828.989.20, na conformidade das Instruções vigentes.

-DANILO ENGRACIA MELLO

Fica Vossa Senhoria, desde já notificado a acompanhar todos os atos de tramitação processual exercendo o direito de defesa, interpondo recursos cabíveis, quando for o caso, e o que mais for do interesse, inclusive, no que se refere a autos próprios que vierem a ser formados.

Desde logo, fica, também, notificado de que todos os despachos e decisões tomados acerca de aludido processo serão publicados no Diário Oficial do Estado, na conformidade do artigo 90, da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais. Ao ensejo, renovo meus protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

FLÁVIO HENRIQUE PASTRE
Diretor Técnico da Divisão
(assinado eletronicamente)

17/06/2021

Ilmo. Sr.

FRANCISCO DIAS MANÇANO JÚNIOR

Ex Prefeito Municipal de Guariba e responsável pelas contas em exame



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE RIBEIRÃO PRETO - UR.6



Ribeirão Preto, 16 de junho de 2021.

Ofício GDUR-6 nº 226/2021

Excelentíssimo Senhor,

Informo a Vossa Excelência que o abaixo relacionado é funcionário deste Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e está autorizado a proceder à fiscalização das contas anuais do exercício de 2020 da Prefeitura Municipal de Guariba, objeto do Processo n.º TC-002828.989.20, na conformidade das Instruções vigentes.

- DANILO ENGRACIA MELLO

Fica Vossa Excelência, desde já **notificado**, a acompanhar todos os atos de tramitação processual exercendo o direito de defesa, interpondo recursos cabíveis, quando for o caso, e o que mais fundo interesse, inclusive, no que se refere a autos próprios que vierem a ser formados.

Desde logo, fica, também, **notificado** de que todos os despachos e decisões tomadas acerca de aludido processo serão publicados no Diário Oficial do Estado, na conformidade do artigo 90, da Lei Complementar n.º 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais. Ao ensejo, renovo meus protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

FLAVIO HENRIQUE PASTRE
Diretor Técnico da Divisão
(assinado e eletronicamente)

Celso Antonio Romano
Prefeito do Município de Guariba

Exmo. Sr.

CELSO ANTONIO ROMANO
Prefeito Municipal de Guariba



ANEXO 12 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Município: Guariba
Poder: EXECUTIVO
Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

Exercício: 2021

Mês: 1

Em R\$

RECEITA ORÇAMENTÁRIA	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO (c = b - a)	DESPESA ORÇAMENTÁRIA	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS (f)	DESPESAS LIQUIDADAS (g)	DESPESAS PAGAS (h)	SALDO DA DOTAÇÃO (i = e - f)
RECEITAS CORRENTES	122.747.000,00	122.747.000,00	122.431.958,17	-315.041,83	DESPESAS CORRENTES	114.332.000,00	123.025.287,91	110.216.650,86	107.638.675,87	107.000.189,83	12.808.637,08
Receita Tributária	16.828.700,00	16.828.700,00	15.469.384,47	-1.359.315,53	Pessoal e Encargos Sociais	58.775.300,00	60.005.619,23	57.043.970,84	57.043.970,84	57.020.663,48	2.961.646,40
Impostos	15.628.900,00	15.628.900,00	14.841.271,37	-787.628,63	Outras Despesas Correntes	55.556.700,00	63.019.668,68	53.172.680,02	50.594.705,03	49.979.526,35	9.846.983,68
Taxas	1.192.800,00	1.192.800,00	628.113,10	-564.686,90	DESPESAS DE CAPITAL	2.469.000,00	8.193.613,49	7.042.958,21	5.099.407,67	4.980.407,67	1.150.655,82
Contribuição de Melhoria	7.000,00	7.000,00	0,00	-7.000,00	Investimentos	2.469.000,00	8.193.613,49	7.042.958,21	5.099.407,67	4.980.407,67	1.150.655,82
Receita de Contribuições	1.500.000,00	1.500.000,00	1.459.038,00	-40.962,00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.230.000,00	1.230.000,00	0,00	0,00	0,00	1.230.000,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	1.500.000,00	1.500.000,00	1.459.038,00	-40.962,00	SUBTOTAL DAS DESPESAS (VI)	118.031.000,00	132.448.901,40	117.259.609,07	112.738.083,54	111.980.597,50	15.189.293,90
Receita Patrimonial	993.810,00	993.810,00	356.886,51	-636.923,49	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (VII)	1.569.000,00	1.903.000,00	1.682.578,85	1.682.578,85	1.682.578,85	220.421,15
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	24.810,00	24.810,00	19.018,81	-5.791,19	Amortização da Dívida Interna	1.569.000,00	1.903.000,00	1.682.578,85	1.682.578,85	1.682.578,85	220.421,15
Valores Mobiliários	969.000,00	969.000,00	337.867,70	-631.132,30	Outras Dívidas	1.569.000,00	1.903.000,00	1.682.578,85	1.682.578,85	1.682.578,85	220.421,15
Receita de Serviços	138.572,00	138.572,00	133.145,37	-5.426,63							
Transferências Correntes	101.861.042,00	101.861.042,00	104.212.683,64	2.351.641,64							
Transferências da União e de suas Entidades	41.747.242,00	41.747.242,00	47.612.205,85	5.864.963,85							
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	30.113.800,00	30.113.800,00	26.867.637,94	-3.246.162,06							
Transferências de Outras Instituições Públicas	30.000.000,00	30.000.000,00	29.732.839,85	-267.160,15							
Outras Receitas Correntes	1.424.876,00	1.424.876,00	800.820,18	-624.055,82							
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	100.000,00	100.000,00	78.216,24	-21.783,76							
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	60.000,00	60.000,00	52.862,12	-7.137,88							
Demais Receitas Correntes	1.264.876,00	1.264.876,00	669.741,82	-595.134,18							

RECEITA ORÇAMENTÁRIA	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO (c = b - a)							
RECEITAS DE CAPITAL	253.000,00	253.000,00	3.272.012,49	3.019.012,49							
Alienação de Bens	253.000,00	253.000,00	150.606,97	-102.393,03							
Alienação de Bens Móveis	2.000,00	2.000,00	0,00	-2.000,00							
Alienação de Bens Imóveis	251.000,00	251.000,00	150.606,97	-100.393,03							
Transferência de Capital	0,00	0,00	3.121.405,52	3.121.405,52							
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	1.816.881,58	1.816.881,58							
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	1.304.523,94	1.304.523,94							
Subtotal das Receitas (I)	123.000.000,00	123.000.000,00	125.703.970,66	2.703.970,66							
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (III) = (I + II)	123.000.000,00	123.000.000,00	125.703.970,66	2.703.970,66	SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VIII) = (VI + VII)	119.600.000,00	134.351.901,40	118.942.187,92	114.420.662,39	113.663.176,35	15.409.711,11
DÉFICIT (IV)	0,00	11.351.901,40	0,00		SUPERÁVIT (IX)	3.400.000,00	0,00	6.761.782,74			
TOTAL (V) = (III + IV)	123.000.000,00	134.351.901,40	125.703.970,66		TOTAL (X) = (VIII + IX)	123.000.000,00	134.351.901,40	125.703.970,66	114.420.662,39	113.663.176,35	
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	6.702.697,32										
Superávit Financeiro	6.702.697,32										



ANEXO 12.1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS

Município: Guariba
Poder: EXECUTIVO
Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

Exercício: 2020

Mês: 12

Valores em R\$

RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	INSCRITOS		LIQUIDADOS (c)	PAGOS (d)	CANCELADOS (e)	SALDO (f = a + b - d - e)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO (b)				
DESPESAS CORRENTES	2.825.792,06	2.577.974,99	2.097.560,36	2.011.959,90	617.895,42	2.773.911,00
Pessoal e Encargos Sociais						0,00
Juros e Encargos da Dívida						0,00
Outras Despesas Correntes	2.825.792,06	2.577.974,99	2.097.560,36	2.011.959,90	617.895,42	2.773.911,00
DESPESA DE CAPITAL	3.245.070,51	1.943.550,54	2.670.336,47	2.228.670,65	337.836,34	2.622.114,00
Investimentos	3.245.070,51	1.943.550,54	2.670.336,47	2.228.670,65	337.836,34	2.622.114,00
Inversões Financeiras						0,00
Amortização da Dívida						0,00
TOTAL	6.070.862,57	4.521.525,53	4.767.896,83	4.240.630,55	955.731,76	5.396.025,72



ANEXO 12.2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS

Município: Guariba
Poder: EXECUTIVO
Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

Exercício: 2020

Mês: 12

Valores em R\$

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	INSCRITOS		PAGOS (d)	CANCELADOS (e)	SALDO (f = a + b - d - e)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO (b)			
DESPESAS CORRENTES	431.992,67	638.486,04	394.567,27	0,00	675.911,41
Pessoal e Encargos Sociais	16.213,58	23.307,36	10.975,18	0,00	28.545,76
Juros e Encargos da Dívida					0,00
Outras Despesas Correntes	415.779,09	615.178,68	383.592,09	0,00	647.365,68
DESPESA DE CAPITAL	96.239,81	119.000,00	77.822,82	0,00	137.416,99
Investimentos	76.949,77	119.000,00	58.532,78	0,00	137.416,99
Inversões Financeiras					0,00
Amortização da Dívida	19.290,04	0,00	19.290,04	0,00	0,00
TOTAL	528.232,48	757.486,04	472.390,09	0,00	813.328,43



ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO

Município: Guariba
Poder: EXECUTIVO
Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

Exercício: 2020
Mês: 14
Em R\$

RECEITA		
TÍTULOS	VALOR	
RECEITA ORÇAMENTÁRIA		
<u>Ordinária</u>		82.306.931,86
<u>Vinculada</u>		
Alienação de Bens	154.184,05	
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	39.758,44	
Educação	35.397.265,73	
Saúde	13.950.775,40	
Trânsito	78.507,36	
Assistência Social	520.197,38	
Regime Próprio de Previdência		
Royalties da Exploração do Petróleo e Gás Natural	445.267,88	
Convênio com Recursos Ordinários	2.951.596,84	
Transferências Especiais da União	1.508.285,71	55.045.838,79
<u>(-) Deduções da Receita Orçamentária</u>		-11.648.799,99
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS		153.235,97
RECEBIMENTOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS		
<u>RESTOS A PAGAR</u>		
Inscritos no período	5.279.011,57	
<u>SERVIÇO DA DÍVIDA A PAGAR</u>		
Inscritos no período		
<u>DEPÓSITOS</u>		
Recebidos no período	9.521.454,69	
<u>OUTRAS MOVIMENTAÇÕES EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS</u>		
Conforme Anexo 13-A	12.531.829,59	27.332.295,85
SALDO EM ESPÉCIE DO EXERCÍCIO ANTERIOR		
<u>DISPONÍVEL</u>		
DISPONÍVEL EM MOEDA NACIONAL		
Caixa		
Bancos c/Movimento	26.150.037,06	
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata		
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		26.150.037,06
TOTAL		179.339.539,54

CÓPIA DE DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: DANILLO ENGRACIA MELLO. Sistema e-TCESP. Para obter informações sobre assinaturas e/ou ver o arquivo original acesse <http://e-processo.tce.sp.gov.br> - link 'Validar documento digital' e informe o código do documento: 3-EPO0-37UQ-6AQK-5HAY

Município: Guariba
Poder: EXECUTIVO
Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

Exercício: 2020

Mês: 14

Em R\$

DESPESA		
TÍTULOS	VALOR	
DESPESA ORÇAMENTÁRIA		
<u>Ordinária</u>		30.507.983,39
<u>Vinculada</u>		
Alienação de Bens	318.778,52	
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	39.790,73	
Educação	46.578.583,22	
Saúde	32.989.113,97	
Trânsito	72.135,54	
Assistência Social	4.415.490,21	
Regime Próprio de Previdência		
Royalties da Exploração do Petróleo e Gás Natural	121.659,38	
Convênio com Recursos Ordinários	3.898.652,96	
Desvinculação de Receitas Municipais - DRM		
Transferências Especiais da União		88.434.204,53
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS		3.400.000,00
PAGAMENTOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS		
<u>RESTOS A PAGAR</u>		
Liquidados no período	4.713.020,64	
<u>SERVIÇO DA DÍVIDA A PAGAR</u>		
Liquidados no período		
<u>DEPÓSITOS</u>		
Restituições no período	9.812.874,46	
<u>OUTRAS MOVIMENTAÇÕES EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS</u>		
Conforme Anexo 13-A	12.531.878,21	27.057.773,31
SALDO EM ESPÉCIE P/ O EXERCÍCIO SEGUINTE		
<u>DISPONÍVEL</u>		
DISPONÍVEL EM MOEDA NACIONAL		
Caixa		
Bancos c/Movimento	29.939.578,31	
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata		
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		29.939.578,31
TOTAL		179.339.539,54

CÓPIA DE DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: DANILLO ENGRACIA MELLO. Sistema e-TCESP. Para obter informações sobre assinatura e/ou ver o arquivo original
acesse <http://e-processo.tce.sp.gov.br> - link 'Validar documento digital' e informe o código do documento: 3-EPO0-37UQ-6AAQK-5HAY



ANEXO 13A - DEMONSTRAÇÃO DAS CONTAS DE RECEITA E DESPESA QUE CONSTITUEM O TÍTULO DE "DIVERSAS CONTAS" DO BALANÇO FINANCEIRO

Município: Guariba Exercício: 2020
Poder: EXECUTIVO Mês: 13
Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

EM R\$

DISCRIMINAÇÃO	MOVIMENTO DO PERÍODO		RESULTADO DO PERÍODO	
	DÉBITO	CRÉDITO	RECEITA	DESPESA
ATIVO CIRCULANTE	<u>22.247.948,17</u>	<u>20.760.084,75</u>		<u>1.487.863,17</u>
Créditos a Curto Prazo	9.383.456,44	8.234.878,73		1.148.577,17
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	566.094,77	545.360,33		20.734,17
Estoques	12.298.396,96	11.979.845,69		318.551,17
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	<u>9.908.331,62</u>	<u>5.199.488,35</u>	<u>1.783.308,08</u>	<u>6.492.151,17</u>
Créditos a Longo Prazo	2.197.942,44	3.981.250,52	1.783.308,08	
Imobilizado	7.710.389,18	1.218.237,83		6.492.151,17
PASSIVO CIRCULANTE	<u>131.085.457,27</u>	<u>131.145.215,11</u>	<u>229.971,04</u>	<u>170.213,17</u>
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais	59.336.707,79	59.336.707,79		
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	0,00	0,00		
Fornecedores e Contas a Pagar	56.113.454,93	55.943.241,73		170.213,17
Obrigações Fiscais de Curto Prazo	13.566.620,93	13.621.105,14	54.484,21	
Demais Obrigações a Curto Prazo	2.068.673,62	2.244.160,45	175.486,83	
PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	<u>3.696.832,15</u>	<u>4.037.656,77</u>	<u>803.771,34</u>	<u>462.946,17</u>
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais	3.023.433,26	3.827.204,60	803.771,34	
Fornecedores a Longo Prazo	673.398,89	210.452,17		462.946,17
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	<u>3.718.792,52</u>	<u>3.718.792,52</u>		
VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	<u>10.200.376,48</u>	<u>6.281.672,96</u>		<u>3.918.703,52</u>
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	<u>30.352.481,85</u>	<u>40.067.260,98</u>	<u>9.714.779,13</u>	
TOTAL	211.210.220,06	211.210.171,44	12.531.829,59	12.531.878,21



ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Município: Guariba
Poder: EXECUTIVO
Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

Exercício: 2020
Mês: 14
EM R\$

ATIVO		
TÍTULOS	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE	37.571.994,09	32.294.589,42
Caixa e Equivalentes de Caixa	29.939.578,31	26.150.037,06
Créditos a Curto Prazo	6.092.553,75	4.923.241,60
Estoques	1.539.862,03	1.221.310,76
ATIVO NÃO CIRCULANTE	83.575.305,49	78.866.462,22
Realizável a Longo Prazo	-2.184.827,08	-401.519,00
Imobilizado	85.760.132,57	79.267.981,22
TOTAL DO ATIVO	121.147.299,58	111.161.051,64
ATIVO FINANCEIRO	30.070.496,21	26.280.906,34
ATIVO PERMANENTE	91.076.803,37	84.880.145,30

QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Atos Potenciais Ativos		
Garantias e Contragarantias Recebidas		
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres	4.719.281,05	4.739.545,47
Direitos Contratuais	2.070.000,00	2.070.000,00
Outros Atos Potenciais do Ativo		

PASSIVO		
TÍTULOS	Exercício Atual	Exercício Anterior
PASSIVO CIRCULANTE	1.459.254,63	1.124.925,63
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	28.545,76	16.213,58
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	1.045.201,14	661.755,59
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	166.797,28	112.313,07
Demais Obrigações a Curto Prazo	218.710,45	334.643,39
PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	2.086.677,21	1.745.852,59
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo	1.786.420,52	982.649,18
Fornecedores a Longo Prazo	300.256,69	763.203,41
TOTAL DO PASSIVO	3.545.931,84	2.870.778,22
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício atual	Exercício anterior
Resultados Acumulados	117.601.367,74	108.290.273,42
Resultado do Exercício	9.311.094,32	3.718.792,52
Resultado de Exercícios Anteriores	108.290.273,42	104.571.480,90
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	117.601.367,74	108.290.273,42
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	121.147.299,58	111.161.051,64
PASSIVO FINANCEIRO	6.323.381,13	7.112.442,92
PASSIVO PERMANENTE	2.091.310,22	1.750.485,60

SALDO PATRIMONIAL	112.732.608,23	102.298.123,12
--------------------------	-----------------------	-----------------------

QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Atos Potenciais Passivos		
Garantias e Contragarantias Concedidas		
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres	28.257.551,91	3.816.080,78
Obrigações Contratuais	84.762.864,59	76.486.602,84
Outros Atos Potenciais do Passivo	88,93	88,93



ANEXO 14A - QUADRO DEMONSTRATIVO DAS CONTAS ANALÍTICAS DO ATIVO E PASSIVO FINANCEIRO

Município: Guariba **Exercício:** 2020
Poder: EXECUTIVO **Mês:** 14
Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA **EM R\$**

ATIVO FINANCEIRO		
TÍTULOS	VALOR	
	Exercício Atual	Exercício Anterior
Caixa e Equivalentes de Caixa	29.939.578,31	26.150.037,06
Créditos e Valores	130.917,90	130.869,28
TOTAL	30.070.496,21	26.280.906,34

PASSIVO FINANCEIRO		
TÍTULOS	VALOR	
	Exercício Atual	Exercício Anterior
Restos a Pagar Processados/Não Processados em Liquidação e Não Processados a Pagar	1.454.621,62	1.120.292,62
Pessoal a Pagar	23.912,75	11.580,57
Fornecedores/Contas a Pagar	1.045.201,14	661.755,59
Obrigações Fiscais	166.797,28	112.313,07
Demais Obrigações	218.710,45	334.643,39
Restos a Pagar não Processados	4.868.759,51	5.992.150,30
TOTAL	6.323.381,13	7.112.442,92



ANEXO 14B - QUADRO DEMONSTRATIVO DAS CONTAS ANALÍTICAS DO ATIVO E PASSIVO PERMANENTE

Município: Guariba **Exercício:** 2021
Poder: EXECUTIVO **Mês:** 1.
Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA **EM R**

ATIVO PERMANENTE		
TÍTULOS	VALOR	
	Exercício Atual	Exercício Anterior
Créditos e Valores	3.776.808,77	4.390.853
Estoques	1.539.862,03	1.221.310
Imobilizado	85.760.132,57	79.267.981
TOTAL	91.076.803,37	84.880.145

PASSIVO PERMANENTE		
TÍTULOS	VALOR	
	Exercício Atual	Exercício Anterior
Pessoal a Pagar	1.791.053,53	987.282,15
Fornecedores/Contas a Pagar	300.256,69	763.203,41
TOTAL	2.091.310,22	1.750.485,60

CÓPIA DE DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: DANILO ENGRACIA MELLO.
Sistema e-TCESP. Para obter informações sobre assinatura e/ou ver o arquivo original acesse
http://e-processo.tce.sp.gov.br - link "Validar documento digital" e informe o código do documento:
3-EPSPF-HD50-5Z6X-47LZ



ANEXO 18 - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Município: Guariba
Poder: EXECUTIVO
Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

Exercício: 2020
Mês: 13
EM R\$

Títulos	Exercício Atual	Exercício Anterior
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
INGRESSOS	<u>144.638.478,42</u>	<u>140.008.052,10</u>
Receitas Derivadas e Originárias	18.219.274,53	20.434.255,99
Transferências Correntes Recebidas	104.212.683,64	98.471.000,03
Outros Ingressos Operacionais	22.206.520,25	21.102.796,08
DESEMBOLSOS	<u>135.151.469,67</u>	<u>134.382.623,61</u>
Pessoal e Demais Despesas	107.477.493,81	108.125.340,34
Juros e Encargos da Dívida		90.029,98
Transferências Concedidas	1.929.223,19	1.989.257,75
Outros Desembolsos Operacionais	25.744.752,67	24.177.995,54
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS - LÍQUIDO (I)	<u>9.487.008,75</u>	<u>5.625.428,49</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
INGRESSOS	<u>150.606,97</u>	<u>492.197,09</u>
Alienação de Bens	150.606,97	492.197,09
DESEMBOLSOS	<u>7.267.611,10</u>	<u>4.896.262,81</u>
Aquisição de Ativo Não Circulante	7.267.611,10	3.875.865,06
Outros Desembolsos de Investimentos		1.020.397,75
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO - LÍQUIDO (II)	<u>-7.117.004,13</u>	<u>-4.404.065,72</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
INGRESSOS	<u>3.121.405,52</u>	<u>2.573.984,47</u>
Transferências de Capital Recebidas	3.121.405,52	2.573.984,47
DESEMBOLSOS	<u>1.701.868,89</u>	<u>259.251,67</u>
Amortização / Refinanciamento da Dívida	1.701.868,89	259.251,67
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO - LÍQUIDO (III)	<u>1.419.536,63</u>	<u>2.314.732,80</u>
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I + II + III)	<u>3.789.541,25</u>	<u>3.536.095,57</u>
Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial	26.150.037,06	24.794.090,09
Caixa e Equivalentes de Caixa Final	29.939.578,31	26.150.037,06



ANEXO 18A - QUADRO DE RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS

Município: Guariba

Exercício: 2020

Poder: EXECUTIVO

Mês: 13

Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

EM R\$

Títulos	Exercício Atual	Exercício Anterior
RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS		
Receita Tributária	15.469.384,47	15.081.962,60
Receita de Contribuições	1.459.038,00	1.651.225,07
Receita Patrimonial	19.018,81	17.976,80
Receita de Serviços	133.145,37	99.466,44
Remuneração das Disponibilidades	337.867,70	829.760,75
Outras Receitas Derivadas e Originárias	800.820,18	2.753.864,33
TOTAL DE RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS	18.219.274,53	20.434.255,99



ANEXO 18B - QUADRO DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS

Município: Guariba
Poder: EXECUTIVO
Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

Exercício: 2020
Mês: 13
EM R\$

Títulos	Exercício Atual	Exercício Anterior
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS		
Intergovernamentais	<u>74.479.843,79</u>	<u>68.652.785,82</u>
da União e de suas Entidades	47.612.205,85	37.986.123,48
dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	26.867.637,94	30.666.662,34
Intragovernamentais	<u>153.235,97</u>	<u>340.531,16</u>
Outras Transferências Recebidas	<u>29.732.839,85</u>	<u>29.818.214,21</u>
Total das TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	104.365.919,61	98.811.531,19
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS		
Intergovernamentais		<u>5.407,26</u>
a Municípios		5.407,26
Intragovernamentais	<u>3.400.000,00</u>	<u>3.630.000,00</u>
Outras Transferências Concedidas	<u>1.929.223,19</u>	<u>1.983.850,49</u>
Total das TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	5.329.223,19	5.619.257,75



ANEXO 18C - QUADRO DE DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO

Município: Guariba Exercício: 2020
Poder: EXECUTIVO Mês: 13
Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA EM R\$

Títulos	Exercício Atual	Exercício Anterior
Administração	11.157.091,85	11.673.192,66
Assistência social	3.314.123,77	3.424.071,51
Saúde	31.167.958,97	29.553.031,66
Trabalho	1.056.944,82	1.391.717,68
Educação	44.421.415,50	43.828.024,10
Cultura	1.105.735,03	1.092.954,47
Urbanismo	6.362.496,04	6.213.415,38
Gestão ambiental	6.182.392,98	6.153.499,93
Indústria	550.067,54	780.191,23
Transporte	356.739,13	1.980.772,97
Desporto e lazer	722.780,41	892.439,41
Encargos especiais	1.079.747,77	1.142.029,34
Total dos Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função	107.477.493,81	108.125.340,34



ANEXO 18D - QUADRO DE JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA

Município: Guariba **Exercício:** 2020
Poder: EXECUTIVO **Mês:** 13
Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA **EM R\$**

Títulos	Exercício Atual	Exercício Anterior
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna		90.029,98
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa		
Outros Encargos da Dívida		
Total dos Juros e Encargos da Dívida	0,00	90.029,98

CONSULTA DE BALANCETE :: RESULTADO DA PESQUISA

DADOS INFORMADOS:

Codigo Contabil: Não
Município: Guariba
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA
Periodo: 13/2020
Nível Mínimo:
Nível Maximo:

1
7

Cód Contábil:	Descrição:	Saldo Inicial	Mov. a Débito	Mov. a Crédito	Saldo Final
1.0.0.0.0.00.00	ATIVO	111.161.051,64	390.147.974,50	380.161.726,56	121.147.299,58
1.1.0.0.0.00.00	ATIVO CIRCULANTE	32.294.589,42	380.239.642,88	374.962.238,21	37.571.994,09
1.1.1.0.0.00.00	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	26.150.037,06	357.991.694,71	354.202.153,46	29.939.578,31
1.1.1.1.0.00.00	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	26.150.037,06	357.991.694,71	354.202.153,46	29.939.578,31
1.1.1.1.1.00.00	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL - CONSOLIDAÇÃO	26.150.037,06	357.991.694,71	354.202.153,46	29.939.578,31
1.1.1.1.1.02.00	CONTA ÚNICA (F)	30.310,49	57.521,03	87.831,52	-
1.1.1.1.1.19.00	BANCOS CONTA MOVIMENTO - DEMAIS CONTAS (F)	26.119.726,57	357.934.173,68	354.114.321,94	29.939.578,31
1.1.2.0.0.00.00	CRÉDITOS A CURTO PRAZO	4.745.071,66	9.383.456,44	8.234.878,73	5.893.649,37
1.1.2.1.0.00.00	CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER	1.623.113,74	9.383.456,44	8.234.878,73	2.771.691,45
1.1.2.1.1.00.00	CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER - CONSOLIDAÇÃO	1.623.113,74	9.383.456,44	8.234.878,73	2.771.691,45
1.1.2.1.1.01.00	IMPOSTOS	1.418.266,57	8.745.629,06	7.743.892,40	2.420.003,23
1.1.2.1.1.01.01	IMPOSTO SOBRE A RENDA E PROVENTOS DE QUALQUER NATUREZA (P)	-	3.957,96	3.957,96	-
1.1.2.1.1.01.05	IPTU (P)	604.295,77	7.296.054,00	5.601.726,06	2.298.623,71
1.1.2.1.1.01.06	ITBI (P)	700.474,08	1.445.540,30	2.137.825,63	8.188,75
1.1.2.1.1.01.07	ISS (P)	19.295,67	76,80	382,75	18.989,72
1.1.2.1.1.01.99	OUTROS IMPOSTOS A RECEBER (P)	94.201,05	-	-	94.201,05
1.1.2.1.1.02.00	TAXAS	200.898,17	636.874,78	487.767,62	350.005,33
1.1.2.1.1.02.01	TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA (P)	171.956,13	609.091,18	468.554,32	312.492,99
1.1.2.1.1.02.02	TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS (P)	28.942,04	27.783,60	19.213,30	37.512,34
1.1.2.1.1.03.00	CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	3.949,00	952,60	3.218,71	1.682,89
1.1.2.1.1.03.01	CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA (P)	3.949,00	952,60	3.218,71	1.682,89
1.1.2.2.0.00.00	CLIENTES	21.892,20	-	-	21.892,20
1.1.2.2.1.00.00	CLIENTES - CONSOLIDAÇÃO	21.892,20	-	-	21.892,20
1.1.2.2.1.01.00	FATURAS/DUPLICATAS A RECEBER (P)	21.892,20	-	-	21.892,20
1.1.2.5.0.00.00	DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	3.087.966,26	-	-	3.087.966,26
1.1.2.5.1.00.00	DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA - CONSOLIDAÇÃO	3.087.966,26	-	-	3.087.966,26
1.1.2.5.1.01.00	DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA DOS IMPOSTOS	2.772.664,66	-	-	2.772.664,66
1.1.2.5.1.01.05	DÍVIDA ATIVA DO IPTU (P)	2.691.564,44	-	-	2.691.564,44
1.1.2.5.1.01.07	DÍVIDA ATIVA DO ISS (P)	81.100,22	-	-	81.100,22
1.1.2.5.1.02.00	DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA DAS TAXAS	296.909,24	-	-	296.909,24
1.1.2.5.1.02.01	DÍVIDA ATIVA DAS TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA (P)	216.610,29	-	-	216.610,29
1.1.2.5.1.02.02	DÍVIDA ATIVA DAS TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS (P)	80.298,95	-	-	80.298,95
1.1.2.5.1.03.00	DÍVIDA ATIVA DAS CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	8.392,36	-	-	8.392,36
1.1.2.5.1.03.01	DÍVIDA ATIVA DAS CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA (P)	8.392,36	-	-	8.392,36
1.1.2.5.1.99.00	DEMAIS DÍVIDAS ATIVAS TRIBUTÁRIAS (P)	10.000,00	-	-	10.000,00
1.1.2.6.0.00.00	DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA	12.099,46	-	-	12.099,46
1.1.2.6.1.00.00	DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA CONSOLIDAÇÃO	12.099,46	-	-	12.099,46
1.1.2.6.1.99.00	DEMAIS VALORES INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA (P)	12.099,46	-	-	12.099,46
1.1.3.0.0.00.00	DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	178.169,94	566.094,77	545.360,33	198.904,38
1.1.3.1.0.00.00	ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	36.420,61	19.688,95	30.378,17	25.731,39
1.1.3.1.1.00.00	ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS - CONSOLIDAÇÃO	36.420,61	19.688,95	30.378,17	25.731,39
1.1.3.1.1.01.00	ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS A PESSOAL	33.420,61	14.238,95	22.678,17	24.981,39
1.1.3.1.1.01.15	VIAGENS - ADIANTAMENTO (P)	9.750,00	-	-	9.750,00
1.1.3.1.1.01.98	OUTROS ADIANTAMENTOS A PESSOAL (P)	23.670,61	14.238,95	22.678,17	15.231,39
1.1.3.1.1.02.00	SUPRIMENTO DE FUNDOS (P)	3.000,00	5.450,00	7.700,00	750,00
1.1.3.8.0.00.00	OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO	141.749,33	546.405,82	514.982,16	173.172,99
1.1.3.8.1.00.00	OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO	141.749,33	546.405,82	514.982,16	173.172,99
1.1.3.8.1.01.00	ALUGUÉIS A RECEBER (P)	1.400,67	23.429,29	24.273,27	556,69
1.1.3.8.1.06.00	VALORES EM TRÂNSITO REALIZÁVEIS A CURTO PRAZO (F)	98.678,93	52.000,00	78.000,00	72.678,93
1.1.3.8.1.08.00	CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO FAMÍLIA PAGO (F)	6.741,98	108.971,03	100.422,41	15.290,60
1.1.3.8.1.09.00	CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO MATERNIDADE PAGO (F)	25.448,37	246.322,72	228.822,72	42.948,37
1.1.3.8.1.99.00	OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES DE CURTO PRAZO (P)	9.479,38	115.682,78	83.463,76	41.698,40
1.1.5.0.0.00.00	ESTOQUES	1.221.310,76	12.298.396,96	11.979.845,69	1.539.862,03
1.1.5.6.0.00.00	ALMOXARIFADO	1.221.310,76	11.396.958,00	11.078.406,73	1.539.862,03
1.1.5.6.1.00.00	ALMOXARIFADO - CONSOLIDAÇÃO	1.221.310,76	11.396.958,00	11.078.406,73	1.539.862,03
1.1.5.6.1.01.00	MATERIAL DE CONSUMO (P)	212.786,93	5.074.908,02	4.973.777,96	313.916,99
1.1.5.6.1.02.00	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (P)	190.149,34	3.554.426,79	3.645.045,73	99.530,40
1.1.5.6.1.03.00	MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO (P)	-	133.267,02	133.267,02	-
1.1.5.6.1.04.00	AUTOPEÇAS (P)	-	432.393,26	432.393,26	-
1.1.5.6.1.05.00	MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES (P)	435.866,51	1.762.880,38	1.516.727,53	682.019,36
1.1.5.6.1.07.00	MATERIAL DE EXPEDIENTE (P)	382.507,98	439.082,53	377.195,23	444.395,28
1.1.5.8.0.00.00	OUTROS ESTOQUES	-	901.438,96	901.438,96	-
1.1.5.8.1.00.00	OUTROS ESTOQUES - CONSOLIDAÇÃO	-	901.438,96	901.438,96	-
1.1.5.8.1.02.00	ESTOQUES PARA DISTRIBUIÇÃO	-	901.438,96	901.438,96	-
1.1.5.8.1.02.01	MATERIAL DE CONSUMO - ESTOQUE INTERNO - DESTINADO A DISTRIBUIÇÃO (P)	-	901.438,96	901.438,96	-
1.2.0.0.0.00.00	ATIVO NÃO-CIRCULANTE	78.866.462,22	9.908.331,62	5.199.488,35	83.575.305,49
1.2.1.0.0.00.00	ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	- 401.519,00	2.197.942,44	3.981.250,52	- 2.184.827,08
1.2.1.1.0.00.00	CRÉDITOS A LONGO PRAZO	- 401.519,00	2.197.942,44	3.981.250,52	- 2.184.827,08
1.2.1.1.1.00.00	CRÉDITOS A LONGO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO	- 401.519,00	2.197.942,44	3.981.250,52	- 2.184.827,08
1.2.1.1.1.04.00	DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	17.510.690,71	2.190.245,81	3.025.521,38	16.675.415,14
1.2.1.1.1.04.01	CRÉDITOS NÃO PREVIDENCIÁRIOS INSCRITOS (P)	17.510.690,71	2.190.245,81	3.025.521,38	16.675.415,14
1.2.1.1.1.05.00	DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA (P)	2.070.458,31	7.696,63	69.226,58	2.008.928,36
1.2.1.1.1.99.00	(-) AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS A LONGO PRAZO	- 19.982.668,02	-	886.502,56	- 20.869.170,58
1.2.1.1.1.99.04	(-) AJUSTES DE PERDAS DE DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA (P)	- 17.877.977,15	-	886.502,56	- 18.764.479,71
1.2.1.1.1.99.05	(-) AJUSTES DE PERDAS DE DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA (P)	- 2.104.690,87	-	-	- 2.104.690,87

1.2.3.0.0.00.00	IMOBILIZADO		79.267.981,22	7.710.389,18	1.218.237,83	85.760.132,57
1.2.3.1.0.00.00	BENS MÓVEIS		34.557.106,82	2.126.450,07	-	36.683.556,89
1.2.3.1.1.00.00	BENS MÓVEIS - CONSOLIDAÇÃO		34.557.106,82	2.126.450,07	-	36.683.556,89
1.2.3.1.1.01.00	MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS		6.441.946,55	699.100,41	-	7.141.046,96
1.2.3.1.1.01.01	APARELHOS DE MEDIÇÃO E ORIENTAÇÃO (P)		2.489,80	-	-	2.489,80
1.2.3.1.1.01.02	APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO (P)		873.514,39	19.165,00	-	892.679,39
1.2.3.1.1.01.03	APARELHOS, EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS MÉDICOS, ODONTOLÓGICOS, LABOR/		1.015.550,17	292.174,19	-	1.307.724,36
1.2.3.1.1.01.04	APARELHOS E EQUIPAMENTOS PARA ESPORTES E DIVERSÕES (P)		369.873,97	-	-	369.873,97
1.2.3.1.1.01.05	EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO, SEGURANÇA E SOCORRO (P)		329.073,82	1.900,00	-	330.973,82
1.2.3.1.1.01.06	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS (P)		5.640,00	-	-	5.640,00
1.2.3.1.1.01.07	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGÉTICOS (P)		301.391,26	1.692,28	-	303.083,54
1.2.3.1.1.01.09	MAQUINAS, FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS DE OFICINA (P)		139.765,43	2.826,16	-	142.591,59
1.2.3.1.1.01.99	OUTRAS MAQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS (P)		3.404.647,71	381.342,78	-	3.785.990,49
1.2.3.1.1.02.00	BENS DE INFORMÁTICA		4.383.216,59	112.355,44	-	4.495.572,03
1.2.3.1.1.02.01	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS (P)		4.379.819,59	112.355,44	-	4.492.175,03
1.2.3.1.1.02.02	EQUIPAMENTOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (P)		3.397,00	-	-	3.397,00
1.2.3.1.1.03.00	MÓVEIS E UTENSÍLIOS		14.382.540,09	544.632,22	-	14.927.172,31
1.2.3.1.1.03.01	APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS (P)		427.700,50	45.182,92	-	472.883,42
1.2.3.1.1.03.02	MAQUINAS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO (P)		25.647,53	48.358,30	-	74.005,83
1.2.3.1.1.03.03	MOBILIÁRIO EM GERAL (P)		13.925.604,40	451.091,00	-	14.376.695,40
1.2.3.1.1.03.04	UTENSÍLIOS EM GERAL (P)		3.587,66	-	-	3.587,66
1.2.3.1.1.04.00	MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO		159.822,62	30.372,00	-	190.194,62
1.2.3.1.1.04.04	INSTRUMENTOS MUSICAIS E ARTÍSTICOS (P)		93.114,72	-	-	93.114,72
1.2.3.1.1.04.05	EQUIPAMENTOS PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTO (P)		66.592,90	30.372,00	-	96.964,90
1.2.3.1.1.04.99	OUTROS MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO (P)		115,00	-	-	115,00
1.2.3.1.1.05.00	VEÍCULOS		9.140.497,72	620.990,00	-	9.761.487,72
1.2.3.1.1.05.01	VEÍCULOS EM GERAL (P)		4.558.618,51	-	-	4.558.618,51
1.2.3.1.1.05.03	VEÍCULOS DE TRAÇÃO MECÂNICA (P)		4.581.879,21	620.990,00	-	5.202.869,21
1.2.3.1.1.99.00	DEMAIS BENS MÓVEIS		49.083,25	119.000,00	-	168.083,25
1.2.3.1.1.99.99	OUTROS BENS MÓVEIS (P)		49.083,25	119.000,00	-	168.083,25
1.2.3.2.0.00.00	BENS IMÓVEIS		45.563.119,32	5.583.939,11	150.606,97	50.996.451,46
1.2.3.2.1.00.00	BENS IMÓVEIS - CONSOLIDAÇÃO		45.563.119,32	5.583.939,11	150.606,97	50.996.451,46
1.2.3.2.1.04.00	BENS DOMINICAIS		968.189,80	-	-	968.189,80
1.2.3.2.1.04.13	TERRENOS (P)		968.189,80	-	-	968.189,80
1.2.3.2.1.05.00	BENS DE USO COMUM DO POVO		228.373,92	-	-	228.373,92
1.2.3.2.1.05.01	RUAS (P)		159.377,55	-	-	159.377,55
1.2.3.2.1.05.02	PRAÇAS (P)		21.744,00	-	-	21.744,00
1.2.3.2.1.05.04	PONTES (P)		47.252,37	-	-	47.252,37
1.2.3.2.1.06.00	BENS IMÓVEIS EM ANDAMENTO		27.238.726,09	5.468.752,25	-	32.707.478,34
1.2.3.2.1.06.01	OBRAS EM ANDAMENTO (P)		27.238.726,09	5.468.752,25	-	32.707.478,34
1.2.3.2.1.07.00	INSTALAÇÕES (P)		1.006.102,43	115.186,86	-	1.121.289,29
1.2.3.2.1.99.00	DEMAIS BENS IMÓVEIS		16.121.727,08	-	150.606,97	15.971.120,11
1.2.3.2.1.99.99	OUTROS BENS IMÓVEIS (P)		16.121.727,08	-	150.606,97	15.971.120,11
1.2.3.8.0.00.00	(-) DEPRECIAÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	-	852.244,92	-	1.067.630,86	- 1.919.875,78
1.2.3.8.1.00.00	(-) DEPRECIAÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS - CONSOLIDAÇÃO	-	852.244,92	-	1.067.630,86	- 1.919.875,78
1.2.3.8.1.01.00	(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA - BENS MÓVEIS	-	852.126,57	-	1.067.346,82	- 1.919.473,39
1.2.3.8.1.01.01	(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FE	-	59.444,63	-	177.929,24	- 237.373,87
1.2.3.8.1.01.02	(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE BENS DE INFORMÁTICA (P)	-	69.079,96	-	138.507,34	- 207.587,30
1.2.3.8.1.01.03	(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE MÓVEIS E UTENSÍLIOS (P)	-	55.673,63	-	137.763,14	- 193.436,77
1.2.3.8.1.01.04	(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE CC	-	39.850,99	-	92.974,11	- 132.825,10
1.2.3.8.1.01.05	(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE VEÍCULOS (P)	-	628.063,81	-	520.140,47	- 1.148.204,28
1.2.3.8.1.01.99	(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE DEMAIS BENS MÓVEIS (P)	-	13,55	-	32,52	- 46,07
1.2.3.8.1.02.00	(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA - BENS IMÓVEIS	-	118,35	-	284,04	- 402,39
1.2.3.8.1.02.99	(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE DEMAIS BENS IMÓVEIS (P)	-	118,35	-	284,04	- 402,39
2.0.0.0.0.00.00	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	-	111.161.051,64	153.026.977,04	153.702.130,66	- 111.836.205,26
2.1.0.0.0.00.00	PASSIVO CIRCULANTE	-	1.124.925,63	145.611.352,37	145.945.681,37	- 1.459.254,63
2.1.1.0.0.00.00	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURT	-	16.213,58	59.347.682,97	59.360.015,15	- 28.545,76
2.1.1.1.0.00.00	PESSOAL A PAGAR	-	16.213,58	46.280.503,44	46.292.835,62	- 28.545,76
2.1.1.1.1.00.00	PESSOAL A PAGAR - CONSOLIDAÇÃO	-	16.213,58	46.280.503,44	46.292.835,62	- 28.545,76
2.1.1.1.1.01.00	PESSOAL A PAGAR	-	16.213,58	46.280.503,44	46.292.835,62	- 28.545,76
2.1.1.1.1.01.01	SALÁRIOS, REMUNERAÇÕES E BENEFÍCIOS (F)	-	2.412,27	41.801.730,22	41.820.068,70	- 20.750,75
2.1.1.1.1.01.03	FÉRIAS (P)	-	4.633,01	-	-	- 4.633,01
2.1.1.1.1.01.13	FÉRIAS (F)	-	9.168,30	4.478.773,22	4.472.766,92	- 3.162,00
2.1.1.4.0.00.00	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	-	-	13.067.179,53	13.067.179,53	-
2.1.1.4.3.00.00	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR - INTER OFSS - UNIÃO	-	-	13.067.179,53	13.067.179,53	-
2.1.1.4.3.01.00	CONTRIBUIÇÕES AO RGPS A PAGAR	-	-	9.659.697,13	9.659.697,13	-
2.1.1.4.3.01.01	CONTRIBUIÇÕES AO RGPS - CONTRIBUIÇÃO SOBRE SALÁRIOS E REMUNERAÇÕES (-	-	9.659.697,13	9.659.697,13	-
2.1.1.4.3.05.00	FGTS	-	-	3.407.482,40	3.407.482,40	-
2.1.1.4.3.05.01	FGTS (F)	-	-	3.407.482,40	3.407.482,40	-
2.1.3.0.0.00.00	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	-	661.755,59	60.815.500,39	61.198.945,94	- 1.045.201,14
2.1.3.1.0.00.00	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO	-	661.755,59	60.815.500,39	61.198.945,94	- 1.045.201,14
2.1.3.1.1.00.00	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO - CONSOLIDAÇÃ	-	661.755,59	60.815.500,39	61.198.945,94	- 1.045.201,14
2.1.3.1.1.01.00	FORNECEDORES NACIONAIS	-	661.755,59	60.815.500,39	61.198.945,94	- 1.045.201,14
2.1.3.1.1.01.01	FORNECEDORES NÃO PARCELADOS A PAGAR (F)	-	487.558,01	60.543.218,03	61.053.854,81	- 998.194,79
2.1.3.1.1.01.02	FORNECEDORES PARCELADOS A PAGAR (F)	-	174.197,58	272.282,36	145.091,13	- 47.006,35
2.1.4.0.0.00.00	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	-	112.313,07	13.566.620,93	13.621.105,14	- 166.797,28
2.1.4.1.0.00.00	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO COM A UNIÃO	-	112.313,07	1.192.060,84	1.246.545,05	- 166.797,28
2.1.4.1.3.00.00	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO COM A UNIÃO - INTER OFSS - UNIÃO	-	112.313,07	1.192.060,84	1.246.545,05	- 166.797,28
2.1.4.1.3.11.00	PIS/PASEP A RECOLHER (F)	-	112.313,07	1.192.060,84	1.246.545,05	- 166.797,28
2.1.4.3.0.00.00	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO COM OS MUNICÍPIOS	-	-	12.374.560,09	12.374.560,09	-
2.1.4.3.1.00.00	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO COM OS MUNICÍPIOS - CONSOLIDAÇÃO	-	-	12.374.560,09	12.374.560,09	-
2.1.4.3.1.06.00	RECURSOS FISCAIS MUNICIPAIS (F)	-	-	12.374.560,09	12.374.560,09	-
2.1.8.0.0.00.00	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	-	334.643,39	11.881.548,08	11.765.615,14	- 218.710,45
2.1.8.8.0.00.00	VALORES RESTITUÍVEIS	-	323.405,39	9.812.874,46	9.521.454,69	- 31.985,62
2.1.8.8.1.00.00	VALORES RESTITUÍVEIS - CONSOLIDAÇÃO	-	323.405,39	9.812.874,46	9.521.454,69	- 31.985,62
2.1.8.8.1.01.00	CONSIGNAÇÕES	-	281.622,95	9.716.191,21	9.464.538,31	- 29.970,05

2.1.8.8.1.01.02	CONTRIBUIÇÕES AO RGPS (F)	-	19.494,10	4.313.968,85	4.315.360,22	-	20.885,47
2.1.8.8.1.01.04	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF (F)	-	504,07	1.552.870,85	1.552.972,12	-	605,34
2.1.8.8.1.01.06	IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES DIVERSOS (F)	-	-	7.107,60	7.107,60	-	-
2.1.8.8.1.01.08	ISS (F)	-	4.761,55	226.021,87	229.739,56	-	8.479,24
2.1.8.8.1.01.10	PENSÃO ALIMENTÍCIA (F)	-	-	218.313,65	218.313,65	-	-
2.1.8.8.1.01.15	RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS (F)	-	205.309,32	2.680.046,78	2.474.737,46	-	-
2.1.8.8.1.01.99	OUTROS CONSIGNATÁRIOS (F)	-	51.553,91	717.861,61	666.307,70	-	-
2.1.8.8.1.04.00	DEPÓSITOS NÃO JUDICIAIS	-	41.782,44	96.683,25	56.916,38	-	2.015,57
2.1.8.8.1.04.01	DEPÓSITOS E CAUÇÕES (F)	-	10,15	-	-	-	10,15
2.1.8.8.1.04.99	OUTROS DEPÓSITOS (F)	-	41.772,29	96.683,25	56.916,38	-	2.005,42
2.1.8.9.0.00.00	OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	-	11.238,00	2.068.673,62	2.244.160,45	-	186.724,83
2.1.8.9.1.00.00	OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO	-	11.238,00	2.068.673,62	2.244.160,45	-	186.724,83
2.1.8.9.1.03.00	SUPRIMENTOS DE FUNDOS A PAGAR (F)	-	11.238,00	19.688,95	19.688,95	-	11.238,00
2.1.8.9.1.05.00	CONVÊNIOS A PAGAR	-	-	407.128,30	582.615,13	-	175.486,83
2.1.8.9.1.05.01	CONVÊNIOS A PAGAR (F)	-	-	407.128,30	582.615,13	-	175.486,83
2.1.8.9.1.12.00	SUBVENÇÕES A PAGAR (F)	-	-	1.641.856,37	1.641.856,37	-	-
2.2.0.0.0.00.00	PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	-	1.745.852,59	3.696.832,15	4.037.656,77	-	2.086.677,21
2.2.1.0.0.00.00	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO	-	982.649,18	3.023.433,26	3.827.204,60	-	1.786.420,52
2.2.1.1.0.00.00	PESSOAL A PAGAR	-	982.649,18	3.023.433,26	3.827.204,60	-	1.786.420,52
2.2.1.1.1.00.00	PESSOAL A PAGAR - CONSOLIDAÇÃO	-	982.649,18	3.023.433,26	3.827.204,60	-	1.786.420,52
2.2.1.1.1.04.00	PRECATÓRIOS DE PESSOAL - REGIME ORDINÁRIO	-	982.649,18	3.023.433,26	3.827.204,60	-	1.786.420,52
2.2.1.1.1.04.03	PRECATÓRIOS DE PESSOAL - REGIME ORDINÁRIO - A PARTIR DE 05/05/2000 - NÃO	-	982.649,18	3.023.433,26	3.827.204,60	-	1.786.420,52
2.2.3.0.0.00.00	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO	-	763.203,41	673.398,89	210.452,17	-	300.256,69
2.2.3.1.0.00.00	FORNECEDORES NACIONAIS E CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO	-	763.203,41	673.398,89	210.452,17	-	300.256,69
2.2.3.1.1.00.00	FORNECEDORES NACIONAIS E CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO	-	763.203,41	673.398,89	210.452,17	-	300.256,69
2.2.3.1.1.01.00	FORNECEDORES NACIONAIS	-	-	107.901,19	107.901,19	-	-
2.2.3.1.1.01.03	RENEGOCIAÇÃO DE DÍVIDAS FORNECEDORES A PAGAR (P)	-	-	107.901,19	107.901,19	-	-
2.2.3.1.1.07.00	PRECATÓRIOS DE CONTAS A PAGAR - CREDORES NACIONAIS - REGIME ORDINÁRIO	-	502.116,45	518.018,48	102.550,98	-	86.648,95
2.2.3.1.1.07.03	PRECATÓRIOS DE CONTAS A PAGAR - REGIME ORDINÁRIO - A PARTIR DE 05/05/20	-	502.116,45	518.018,48	102.550,98	-	86.648,95
2.2.3.1.1.10.00	CONTAS A PAGAR - CREDORES NACIONAIS A LONGO PRAZO	-	261.086,96	47.479,22	-	-	213.607,74
2.2.3.1.1.10.02	CONTAS PARCELADAS A PAGAR (P)	-	261.086,96	47.479,22	-	-	213.607,74
2.3.0.0.0.00.00	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	-	108.290.273,42	3.718.792,52	3.718.792,52	-	108.290.273,42
2.3.7.0.0.00.00	RESULTADOS ACUMULADOS	-	108.290.273,42	3.718.792,52	3.718.792,52	-	108.290.273,42
2.3.7.1.0.00.00	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS	-	108.290.273,42	3.718.792,52	3.718.792,52	-	108.290.273,42
2.3.7.1.1.00.00	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - CONSOLIDAÇÃO	-	8.826.867,11	3.718.792,52	3.718.792,52	-	8.826.867,11
2.3.7.1.1.01.00	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	-	3.718.792,52	3.718.792,52	-	-	-
2.3.7.1.1.02.00	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	5.108.074,59	-	3.718.792,52	-	8.826.867,11
2.3.7.1.2.00.00	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - INTRA OFSS	-	5.689.675,90	-	-	-	5.689.675,90
2.3.7.1.2.02.00	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	5.689.675,90	-	-	-	5.689.675,90
2.3.7.1.3.00.00	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - INTER OFSS - UNIÃO	-	47.333.169,17	-	-	-	47.333.169,17
2.3.7.1.3.02.00	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	47.333.169,17	-	-	-	47.333.169,17
2.3.7.1.4.00.00	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - INTER OFSS - ESTADO	-	57.827.783,39	-	-	-	57.827.783,39
2.3.7.1.4.02.00	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	57.827.783,39	-	-	-	57.827.783,39
2.3.7.1.5.00.00	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - INTER OFSS - MUNICÍPIO	-	7.870,35	-	-	-	7.870,35
2.3.7.1.5.02.00	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	7.870,35	-	-	-	7.870,35
3.0.0.00.00.00	VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	-	-	132.542.564,40	6.281.672,96	-	126.260.891,44
3.1.0.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS	-	-	63.481.250,21	4.618.691,14	-	58.862.559,07
3.1.1.00.00.00	REMUNERAÇÃO A PESSOAL	-	-	50.414.022,17	4.618.594,12	-	45.795.428,05
3.1.1.20.00.00	REMUNERAÇÃO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRANGIDOS PELO RGPS	-	-	50.414.022,17	4.618.594,12	-	45.795.428,05
3.1.1.21.00.00	REMUNERAÇÃO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRANGIDOS PELO RGPS - CONSOLIDAÇÃO	-	-	50.414.022,17	4.618.594,12	-	45.795.428,05
3.1.1.21.01.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - RGPS	-	-	46.988.807,91	4.603.562,58	-	42.385.245,33
3.1.1.21.01.01	VENCIMENTOS E SALÁRIOS	-	-	29.896.121,50	1.491.117,48	-	28.405.004,02
3.1.1.21.01.14	GRATIFICAÇÃO POR EXERCÍCIO DE CARGOS	-	-	1.138.470,44	-	-	1.138.470,44
3.1.1.21.01.16	GRATIFICAÇÃO POR EXERCÍCIO DE FUNÇÕES	-	-	2.696.506,18	-	-	2.696.506,18
3.1.1.21.01.18	GRATIFICAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO	-	-	486.730,11	-	-	486.730,11
3.1.1.21.01.22	13º SALÁRIO	-	-	6.386.566,85	3.107.331,88	-	3.279.234,97
3.1.1.21.01.24	FÉRIAS - ABONO CONSTITUCIONAL	-	-	4.475.323,53	5.113,22	-	4.470.210,31
3.1.1.21.01.31	SUBSÍDIOS	-	-	900.842,30	-	-	900.842,30
3.1.1.21.01.99	OUTROS VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL RGPS	-	-	1.008.247,00	-	-	1.008.247,00
3.1.1.21.02.00	OUTRAS VPD VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL - RGPS	-	-	1.347.630,03	15.031,54	-	1.332.598,49
3.1.1.21.02.99	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	-	-	1.347.630,03	15.031,54	-	1.332.598,49
3.1.1.21.03.00	SENTENÇAS JUDICIAIS	-	-	2.077.584,23	-	-	2.077.584,23
3.1.2.00.00.00	ENCARGOS PATRONAIS	-	-	13.067.228,04	97,02	-	13.067.131,02
3.1.2.20.00.00	ENCARGOS PATRONAIS - RGPS	-	-	9.659.745,64	97,02	-	9.659.648,62
3.1.2.23.00.00	ENCARGOS PATRONAIS - RGPS - INTER OFSS - UNIÃO	-	-	9.659.745,64	97,02	-	9.659.648,62
3.1.2.23.01.00	CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - RGPS	-	-	9.659.745,64	97,02	-	9.659.648,62
3.1.2.30.00.00	ENCARGOS PATRONAIS - FGTS	-	-	3.407.482,40	-	-	3.407.482,40
3.1.2.31.00.00	ENCARGOS PATRONAIS - FGTS - CONSOLIDAÇÃO	-	-	3.407.482,40	-	-	3.407.482,40
3.1.2.31.01.00	FGTS	-	-	3.407.482,40	-	-	3.407.482,40
3.2.0.00.00.00	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	-	-	258.996,00	-	-	258.996,00
3.2.2.00.00.00	PENSÕES	-	-	258.996,00	-	-	258.996,00
3.2.2.10.00.00	PENSÕES - RPPS	-	-	258.996,00	-	-	258.996,00
3.2.2.11.00.00	PENSÕES - RPPS - CONSOLIDAÇÃO	-	-	258.996,00	-	-	258.996,00
3.2.2.11.99.00	OUTRAS PENSÕES	-	-	258.996,00	-	-	258.996,00
3.3.0.00.00.00	USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	-	-	57.735.982,35	261.885,54	-	57.474.096,81
3.3.1.00.00.00	USO DE MATERIAL DE CONSUMO	-	-	20.746.482,75	192.897,62	-	20.553.585,13
3.3.1.10.00.00	CONSUMO DE MATERIAL	-	-	18.950.708,04	192.897,62	-	18.757.810,42
3.3.1.11.00.00	CONSUMO DE MATERIAL - CONSOLIDAÇÃO	-	-	18.950.708,04	192.897,62	-	18.757.810,42
3.3.1.11.01.00	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS	-	-	704.534,24	-	-	704.534,24
3.3.1.11.03.00	GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS	-	-	20.764,90	-	-	20.764,90
3.3.1.11.06.00	GÊNEROS ALIMENTAÇÃO	-	-	3.540.644,53	192.897,62	-	3.347.746,91
3.3.1.11.08.00	MATERIAL FARMACOLÓGICO	-	-	355.130,31	-	-	355.130,31
3.3.1.11.10.00	MATERIAL QUÍMICO	-	-	50.319,24	-	-	50.319,24
3.3.1.11.14.00	MATERIAL EDUCATIVO E ESPORTIVO	-	-	439.082,53	-	-	439.082,53
3.3.1.11.15.00	MATERIAL PARA FESTIVIDADES E HOMENAGENS	-	-	46.557,00	-	-	46.557,00
3.3.1.11.16.00	MATERIAL DE EXPEDIENTE	-	-	802.752,00	-	-	802.752,00

3.3.1.11.17.00	MATERIAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS	-	18.541,37	-	18.541,37
3.3.1.11.19.00	MATERIAL DE ACONDICIONAMENTO E EMBALAGEM	-	7.041,50	-	7.041,50
3.3.1.11.20.00	MATERIAL DE CAMA, MESA E BANHO	-	2.490,00	-	2.490,00
3.3.1.11.21.00	MATERIAL DE COPA E COZINHA	-	20.591,00	-	20.591,00
3.3.1.11.22.00	MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENIZAÇÃO	-	246.222,23	-	246.222,23
3.3.1.11.23.00	UNIFORMES, TECIDOS E AVIAMENTOS	-	569.908,40	-	569.908,40
3.3.1.11.25.00	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS	-	169.203,10	-	169.203,10
3.3.1.11.26.00	MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO	-	42.429,28	-	42.429,28
3.3.1.11.28.00	MATERIAL DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA	-	73.753,71	-	73.753,71
3.3.1.11.31.00	SEMENTES, MUDAS DE PLANTAS E INSUMOS	-	5.350,00	-	5.350,00
3.3.1.11.35.00	MATERIAL LABORATORIAL	-	1.117,62	-	1.117,62
3.3.1.11.36.00	MATERIAL HOSPITALAR	-	15.580,97	-	15.580,97
3.3.1.11.39.00	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS	-	382.275,66	-	382.275,66
3.3.1.11.42.00	FERRAMENTAS	-	4.307,10	-	4.307,10
3.3.1.11.43.00	MATERIAL PARA REABILITAÇÃO PROFISSIONAL	-	1.260,00	-	1.260,00
3.3.1.11.44.00	MATERIAL DE SINALIZAÇÃO VISUAL E OUTROS	-	128.308,30	-	128.308,30
3.3.1.11.70.00	AQUISIÇÃO DE SOFTWARES DE BASE	-	14.185,92	-	14.185,92
3.3.1.11.99.00	OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO	-	11.288.357,13	-	11.288.357,13
3.3.1.20.00.00	DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL GRATUITO	-	1.795.774,71	-	1.795.774,71
3.3.1.21.00.00	DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL GRATUITO - CONSOLIDAÇÃO	-	1.795.774,71	-	1.795.774,71
3.3.1.21.99.00	OUTROS MATERIAIS DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	-	1.795.774,71	-	1.795.774,71
3.3.2.00.00.00	SERVIÇOS	-	35.921.868,74	68.987,92	35.852.880,82
3.3.2.10.00.00	DIÁRIAS	-	21.364,24	-	21.364,24
3.3.2.11.00.00	DIÁRIAS - CONSOLIDAÇÃO	-	21.364,24	-	21.364,24
3.3.2.11.01.00	DIÁRIAS PESSOAL CIVIL	-	21.364,24	-	21.364,24
3.3.2.20.00.00	SERVIÇOS TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	-	3.710.278,98	10.908,26	3.699.370,72
3.3.2.21.00.00	SERVIÇOS TERCEIROS - PESSOA FÍSICA - CONSOLIDAÇÃO	-	3.710.278,98	10.908,26	3.699.370,72
3.3.2.21.05.00	SERVIÇOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS	-	82.555,14	-	82.555,14
3.3.2.21.08.00	LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	-	465.721,91	-	465.721,91
3.3.2.21.10.00	VIGILÂNCIA OSTENSIVA	-	821.561,43	-	821.561,43
3.3.2.21.11.00	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO	-	1.654.879,79	10.908,26	1.643.971,53
3.3.2.21.15.00	SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS	-	16.400,34	-	16.400,34
3.3.2.21.16.00	ESTAGIÁRIOS	-	347.225,44	-	347.225,44
3.3.2.21.21.00	LOCAÇÕES	-	64.384,68	-	64.384,68
3.3.2.21.99.00	OUTROS SERVIÇOS PRESTADOS POR PESSOA FÍSICA	-	257.550,25	-	257.550,25
3.3.2.30.00.00	SERVIÇOS TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	-	32.190.225,52	58.079,66	32.132.145,86
3.3.2.31.00.00	SERVIÇOS TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA - CONSOLIDAÇÃO	-	32.190.225,52	58.079,66	32.132.145,86
3.3.2.31.04.00	COMUNICAÇÃO	-	284.769,88	257,80	284.512,08
3.3.2.31.05.00	PUBLICIDADE	-	116.485,98	-	116.485,98
3.3.2.31.06.00	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO	-	861.749,17	17.527,96	844.221,21
3.3.2.31.07.00	SERVIÇOS DE APOIO	-	216.319,07	-	216.319,07
3.3.2.31.08.00	SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO, ENERGIA ELÉTRICA, GÁS E OUTROS	-	2.793.070,34	347,34	2.792.723,00
3.3.2.31.10.00	LOCAÇÕES	-	613.089,44	552,00	612.537,44
3.3.2.31.11.00	SERVIÇOS RELACIONADOS A TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	-	838.776,23	-	838.776,23
3.3.2.31.12.00	SERVIÇOS DE TRANSPORTE	-	1.414.604,40	-	1.414.604,40
3.3.2.31.20.00	CONFECÇÃO DE UNIFORMES, BANDEIRAS E FLÂMULAS	-	33.940,02	-	33.940,02
3.3.2.31.23.00	FESTIVIDADES E HOMENAGENS	-	92.864,17	-	92.864,17
3.3.2.31.29.00	SEGUROS EM GERAL	-	144.298,44	-	144.298,44
3.3.2.31.31.00	SERVIÇO MÉDICO-HOSPITALAR, ODONTOLÓGICO E LABORATORIAIS	-	12.349.869,92	-	12.349.869,92
3.3.2.31.32.00	SERVIÇOS BANCÁRIOS	-	127.992,48	132,96	127.859,52
3.3.2.31.34.00	SERVIÇOS DE APOIO DO ENSINO	-	587.922,34	-	587.922,34
3.3.2.31.35.00	SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	-	24.900,00	-	24.900,00
3.3.2.31.44.00	SERVIÇOS DE REABILITAÇÃO PROFISSIONAL	-	205,00	-	205,00
3.3.2.31.46.00	SERVIÇOS GRÁFICOS E EDITORIAIS	-	138.922,40	29.907,60	109.014,80
3.3.2.31.47.00	SERVIÇOS JUDICIÁRIOS	-	18.949,98	-	18.949,98
3.3.2.31.51.00	SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS	-	728.385,93	-	728.385,93
3.3.2.31.99.00	OUTROS SERVIÇOS PRESTADOS POR PESSOA JURÍDICA	-	10.803.110,33	9.354,00	10.793.756,33
3.3.3.00.00.00	DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	-	1.067.630,86	-	1.067.630,86
3.3.3.10.00.00	DEPRECIAÇÃO	-	1.067.630,86	-	1.067.630,86
3.3.3.11.00.00	DEPRECIAÇÃO - CONSOLIDAÇÃO	-	1.067.630,86	-	1.067.630,86
3.3.3.11.01.00	DEPRECIAÇÃO DE IMOBILIZADO	-	1.067.630,86	-	1.067.630,86
3.3.3.11.01.01	DEPRECIAÇÃO DE BENS MÓVEIS	-	1.067.346,82	-	1.067.346,82
3.3.3.11.01.02	DEPRECIAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	-	284,04	-	284,04
3.4.0.00.00.00	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	-	163.745,93	-	163.745,93
3.4.2.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DE MORA	-	15.985,75	-	15.985,75
3.4.2.30.00.00	JUROS E ENCARGOS DE MORA DE AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	-	15.950,85	-	15.950,85
3.4.2.31.00.00	JUROS E ENCARGOS DE MORA DE AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS - CONSOLIDAÇÃO	-	15.950,85	-	15.950,85
3.4.2.31.03.00	MULTAS INDEDEUTÍVEIS	-	15.950,85	-	15.950,85
3.4.2.31.03.02	MULTAS INDEDEUTÍVEIS SERVIÇOS TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	-	15.950,85	-	15.950,85
3.4.2.40.00.00	JUROS E ENCARGOS DE MORA DE OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	-	34,90	-	34,90
3.4.2.41.00.00	JUROS E ENCARGOS DE MORA DE OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS - CONSOLIDAÇÃO	-	34,90	-	34,90
3.4.2.41.01.00	JUROS	-	34,90	-	34,90
3.4.9.00.00.00	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - FINANCEIRAS	-	147.760,18	-	147.760,18
3.4.9.90.00.00	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	-	147.760,18	-	147.760,18
3.4.9.91.00.00	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS - CONSOLIDAÇÃO	-	147.760,18	-	147.760,18
3.5.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	-	7.895.632,26	1.401.096,28	6.494.535,98
3.5.1.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	-	3.400.000,00	-	3.400.000,00
3.5.1.10.00.00	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	-	3.400.000,00	-	3.400.000,00
3.5.1.12.00.00	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - INTRA OFSS	-	3.400.000,00	-	3.400.000,00
3.5.1.12.02.00	REPASSE CONCEDIDO	-	3.400.000,00	-	3.400.000,00
3.5.2.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS	-	1.691.856,37	-	1.691.856,37
3.5.2.40.00.00	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS	-	1.691.856,37	-	1.691.856,37
3.5.2.41.00.00	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS - CONSOLIDAÇÃO	-	1.691.856,37	-	1.691.856,37
3.5.5.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS	-	236.757,32	-	236.757,32
3.5.5.10.00.00	TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS	-	236.757,32	-	236.757,32
3.5.5.11.00.00	TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS - CONSOLIDAÇÃO	-	236.757,32	-	236.757,32

3.5.7.00.00.00	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA	-	2.567.018,57	1.401.096,28	1.165.922,29
3.5.7.10.00.00	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA A ENTES	-	2.567.018,57	1.401.096,28	1.165.922,29
3.5.7.13.00.00	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA A ENTES - INTER OFSS - UNIÃO	-	2.567.018,57	1.401.096,28	1.165.922,29
3.5.7.13.06.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	-	2.567.018,57	1.401.096,28	1.165.922,29
3.6.0.00.00.00	DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	-	1.660.457,01	-	1.660.457,01
3.6.1.00.00.00	REAVALIAÇÃO, REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL E AJUSTE PARA PERDAS	-	886.502,56	-	886.502,56
3.6.1.70.00.00	VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA COM AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS E DI	-	886.502,56	-	886.502,56
3.6.1.75.00.00	VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA COM AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS E DI	-	886.502,56	-	886.502,56
3.6.1.75.05.00	AJUSTE PARA PERDAS EM DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	-	886.502,56	-	886.502,56
3.6.5.00.00.00	DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS	-	773.954,45	-	773.954,45
3.6.5.10.00.00	DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS	-	773.954,45	-	773.954,45
3.6.5.11.00.00	DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS - CONSOLIDAÇÃO	-	773.954,45	-	773.954,45
3.6.5.11.01.00	DESINCORPORAÇÃO DE DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	-	77.905,32	-	77.905,32
3.6.5.11.02.00	DESINCORPORAÇÃO DE DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA	-	5.627,44	-	5.627,44
3.6.5.11.03.00	DESINCORPORAÇÃO DE CRÉDITOS A RECEBER	-	690.421,69	-	690.421,69
3.7.0.00.00.00	TRIBUTARIAS	-	1.259.851,69	-	1.259.851,69
3.7.2.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES	-	1.259.851,69	-	1.259.851,69
3.7.2.10.00.00	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	-	1.259.851,69	-	1.259.851,69
3.7.2.11.00.00	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - CONSOLIDAÇÃO	-	1.259.851,69	-	1.259.851,69
3.7.2.11.04.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS SOBRE SERVIÇOS DE PESSOA FÍSICA	-	1.259.851,69	-	1.259.851,69
3.9.0.00.00.00	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	-	86.648,95	-	86.648,95
3.9.9.00.00.00	DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	-	86.648,95	-	86.648,95
3.9.9.90.00.00	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES D	-	86.648,95	-	86.648,95
3.9.9.95.00.00	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES D	-	86.648,95	-	86.648,95
4.0.0.0.0.00.00	VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	-	30.352.481,85	165.924.467,61 -	135.571.985,76
4.1.0.0.0.00.00	IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	-	871.587,27	17.157.992,88 -	16.286.405,61
4.1.1.0.0.00.00	IMPOSTOS	-	783.292,33	16.320.395,01 -	15.537.102,68
4.1.1.2.0.00.00	IMPOSTOS SOBRE O PATRIMÔNIO E A RENDA	-	782.196,85	11.623.460,65 -	10.841.263,80
4.1.1.2.1.00.00	IMPOSTOS SOBRE O PATRIMÔNIO E A RENDA - CONSOLIDAÇÃO	-	782.196,85	11.623.460,65 -	10.841.263,80
4.1.1.2.1.02.00	IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA	-	64.697,36	8.226.346,39 -	8.161.649,03
4.1.1.2.1.03.00	IMPOSTO SOBRE A RENDA E PROVENTOS DE QUALQUER NATUREZA	-	265,12	1.688.496,33 -	1.688.231,21
4.1.1.2.1.03.01	IRRF - PESSOAS FÍSICAS	-	265,12	1.688.496,33 -	1.688.231,21
4.1.1.2.1.04.00	ITBI	-	526.268,04	1.708.617,93 -	1.182.349,89
4.1.1.2.1.97.00	(-) DEDUÇÃO	-	190.966,33	-	190.966,33
4.1.1.3.0.00.00	IMPOSTOS SOBRE A PRODUÇÃO E A CIRCULAÇÃO	-	1.095,48	4.696.934,36 -	4.695.838,88
4.1.1.3.1.00.00	IMPOSTOS SOBRE A PRODUÇÃO E A CIRCULAÇÃO - CONSOLIDAÇÃO	-	1.095,48	4.696.934,36 -	4.695.838,88
4.1.1.3.1.02.00	ISS	-	-	4.696.934,36 -	4.696.934,36
4.1.1.3.1.97.00	(-) DEDUÇÃO	-	1.095,48	-	1.095,48
4.1.2.0.0.00.00	TAXAS	-	88.294,94	836.894,62 -	748.599,68
4.1.2.1.0.00.00	TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLICIA	-	84.674,53	677.816,45 -	593.141,92
4.1.2.1.1.00.00	TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLICIA - CONSOLIDAÇÃO	-	84.674,53	677.816,45 -	593.141,92
4.1.2.1.1.15.00	TAXA DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVO	-	73.227,00	677.809,47 -	604.582,47
4.1.2.1.1.15.01	ATOS DA ADMINISTRAÇÃO EM GERAL	-	73.227,00	677.809,47 -	604.582,47
4.1.2.1.1.97.00	(-) DEDUÇÕES	-	11.447,53	-	11.447,53
4.1.2.1.1.97.15	(-) DEDUÇÃO TAXA DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	-	11.447,53	-	11.447,53
4.1.2.1.1.99.00	OUTRAS TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	-	-	6,98 -	6,98
4.1.2.2.0.00.00	TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	-	3.620,41	159.078,17 -	155.457,76
4.1.2.2.1.00.00	TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - CONSOLIDAÇÃO	-	3.620,41	159.078,17 -	155.457,76
4.1.2.2.1.97.00	(-) DEDUÇÕES	-	1.060,57	-	1.060,57
4.1.2.2.1.97.99	(-) Dedução de Outras Taxas Pela Prestação de Serviços	-	1.060,57	-	1.060,57
4.1.2.2.1.99.00	OUTRAS TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	-	2.559,84	159.078,17 -	156.518,33
4.1.3.0.0.00.00	CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	-	-	703,25 -	703,25
4.1.3.4.0.00.00	CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA PELA PAVIMENTAÇÃO E OBRAS COMPLEMENTARES	-	-	703,25 -	703,25
4.1.3.4.1.00.00	CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA PELA PAVIMENTAÇÃO E OBRAS COMPLEMENTARES	-	-	703,25 -	703,25
4.1.3.4.1.01.00	CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA PELA PAVIMENTAÇÃO E OBRAS COMPLEMENTARES	-	-	703,25 -	703,25
4.2.0.0.0.00.00	CONTRIBUIÇÕES	-	5.257,56	1.462.777,66 -	1.457.520,10
4.2.3.0.0.00.00	CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	-	5.257,56	1.462.777,66 -	1.457.520,10
4.2.3.1.0.00.00	CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	-	5.257,56	1.462.777,66 -	1.457.520,10
4.2.3.1.1.00.00	CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA - CONSOLIDAÇÃO	-	5.257,56	1.462.777,66 -	1.457.520,10
4.2.3.1.1.01.00	CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	-	5.257,56	1.462.777,66 -	1.457.520,10
4.3.0.0.0.00.00	EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	-	12.862,08	194.641,78 -	181.779,70
4.3.3.0.0.00.00	EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	-	12.862,08	194.641,78 -	181.779,70
4.3.3.1.0.00.00	VALOR BRUTO DE EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	-	12.862,08	194.641,78 -	181.779,70
4.3.3.1.1.00.00	VALOR BRUTO DE EXPLORAÇÃO DE BENS, DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - C	-	12.862,08	194.641,78 -	181.779,70
4.3.3.1.1.02.00	EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO	-	4.184,60	24.125,57 -	19.940,97
4.3.3.1.1.37.00	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	-	-	1.439,29 -	1.439,29
4.3.3.1.1.52.00	TARIFA DE INSCRIÇÃO EM CONCURSOS E PROCESSOS SELETIVOS	-	-	41.545,00 -	41.545,00
4.3.3.1.1.99.00	OUTROS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS PROVENIENTES DE PRESTAÇ.	-	8.677,48	127.531,92 -	118.854,44
4.4.0.0.0.00.00	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	-	60.160,54	662.095,64 -	601.935,10
4.4.2.0.0.00.00	JUROS E ENCARGOS DE MORA	-	8.745,47	272.812,87 -	264.067,40
4.4.2.3.0.00.00	JUROS E ENCARGOS DE MORA SOBRE FORNECIMENTOS DE BENS E SERVIÇOS	-	319,22	5.310,89 -	4.991,67
4.4.2.3.1.00.00	JUROS E ENCARGOS DE MORA SOBRE FORNECIMENTOS DE BENS E SERVIÇOS - CO	-	319,22	5.310,89 -	4.991,67
4.4.2.4.0.00.00	JUROS E ENCARGOS DE MORA SOBRE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS	-	8.401,55	267.087,31 -	258.685,76
4.4.2.4.1.00.00	JUROS E ENCARGOS DE MORA SOBRE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS - CONSOLIDAÇÃO	-	8.401,55	267.087,31 -	258.685,76
4.4.2.4.1.05.00	MULTAS E JUROS SOBRE IPTU	-	1.113,87	28.065,79 -	26.951,92
4.4.2.4.1.06.00	MULTAS E JUROS SOBRE ITBI	-	-	51,19 -	51,19
4.4.2.4.1.07.00	MULTAS E JUROS SOBRE ISS	-	-	50.520,37 -	50.520,37
4.4.2.4.1.09.00	MULTAS E JUROS SOBRE TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	-	3.211,93	9.087,80 -	5.875,87
4.4.2.4.1.11.00	MULTAS E JUROS CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	-	0,02	249,36 -	249,34
4.4.2.4.1.14.00	MULTAS E JUROS CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO	-	0,13	1.535,04 -	1.534,91
4.4.2.4.1.16.00	MULTAS E JUROS DE DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	-	2.415,26	177.570,56 -	175.155,30
4.4.2.4.1.97.00	(-) DEDUÇÕES	-	1.660,34	7,20	1.653,14
4.4.2.9.0.00.00	OUTROS JUROS E ENCARGOS DE MORA	-	24,70	414,67 -	389,97
4.4.2.9.1.00.00	OUTROS JUROS E ENCARGOS DE MORA - CONSOLIDAÇÃO	-	24,70	414,67 -	389,97
4.4.5.0.0.00.00	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	-	51.415,07	389.282,77 -	337.867,70
4.4.5.1.0.00.00	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS	-	51.415,07	389.282,77 -	337.867,70

4.4.5.1.1.00.00	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - CONSOLIDAÇÃO	-	51.415,07	389.282,77	-	337.867,70
4.5.0.0.0.00.00	TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	-	29.402.524,40	136.889.849,53	-	107.487.325,13
4.5.1.0.0.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTRA GOVERNAMENTAIS	-	-	153.235,97	-	153.235,97
4.5.1.1.0.00.00	TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	-	-	153.235,97	-	153.235,97
4.5.1.1.2.00.00	TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - INTRA OFSS	-	-	153.235,97	-	153.235,97
4.5.1.1.2.09.00	DEVOLUÇÃO DE TRANSFERÊNCIAS	-	-	153.235,97	-	153.235,97
4.5.2.0.0.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS	-	29.402.524,40	136.736.613,56	-	107.334.089,16
4.5.2.1.0.00.00	TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS DE RECEITAS	-	26.962.447,86	94.635.819,36	-	67.673.371,50
4.5.2.1.3.00.00	TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS DE RECEITAS - INTER OFSS - UNIÃO	-	13.652.233,31	54.543.851,96	-	40.891.618,65
4.5.2.1.3.02.00	COTA-PARTE FPM	-	9.886.772,46	31.082.539,57	-	21.195.767,11
4.5.2.1.3.03.00	COTA-PARTE ITR	-	428.220,42	1.284.661,43	-	856.441,01
4.5.2.1.3.06.00	TRANSFERÊNCIA DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSC	-	-	390.740,73	-	390.740,73
4.5.2.1.3.07.00	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SUS	-	3.337.240,43	15.603.713,06	-	12.266.472,63
4.5.2.1.3.08.00	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - F	-	-	760.473,60	-	760.473,60
4.5.2.1.3.09.00	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO D	-	-	5.421.723,57	-	5.421.723,57
4.5.2.1.4.00.00	TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - INTER OFSS - ESTADO	-	13.310.214,55	40.091.967,40	-	26.781.752,85
4.5.2.1.4.01.00	COTA-PARTE ICMS	-	11.127.189,14	32.626.817,79	-	21.499.628,65
4.5.2.1.4.02.00	COTA-PARTE IPVA	-	2.100.047,55	6.209.878,56	-	4.109.831,01
4.5.2.1.4.03.00	COTA-PARTE IPI-EXPORTAÇÃO	-	82.895,10	243.130,41	-	160.235,31
4.5.2.1.4.04.00	COTA-PARTE DA CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	-	-	39.474,45	-	39.474,45
4.5.2.1.4.05.00	TRANSFERÊNCIA DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSC	-	-	58.510,96	-	58.510,96
4.5.2.1.4.06.00	TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO ESTADO PARA PROGRAMAS DE SAÚDE - REPAS	-	-	698.490,90	-	698.490,90
4.5.2.1.4.99.00	OUTRAS PARTICIPAÇÕES NA RECEITA DOS ESTADOS	-	82,76	215.664,33	-	215.581,57
4.5.2.2.0.00.00	TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB	-	11.835,16	29.744.675,01	-	29.732.839,85
4.5.2.2.4.00.00	TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - INTER OFSS - ESTADO	-	11.835,16	29.744.675,01	-	29.732.839,85
4.5.2.3.0.00.00	TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	-	181.182,00	3.336.693,76	-	3.155.511,76
4.5.2.3.3.00.00	TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS - INTER OFSS - UNIÃO	-	178.285,71	1.995.167,29	-	1.816.881,58
4.5.2.3.3.99.00	DEMAIS TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	-	178.285,71	1.995.167,29	-	1.816.881,58
4.5.2.3.4.00.00	TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS - INTER OFSS - ESTADO	-	2.896,29	1.341.526,47	-	1.338.630,18
4.5.2.3.4.99.00	DEMAIS TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	-	2.896,29	1.341.526,47	-	1.338.630,18
4.5.2.4.0.00.00	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS	-	2.247.059,38	9.019.425,43	-	6.772.366,05
4.5.2.4.3.00.00	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS - INTER OFSS - UNIÃO	-	2.247.059,38	8.967.646,58	-	6.720.587,20
4.5.2.4.4.00.00	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS - INTER OFSS - ESTADO	-	-	51.778,85	-	51.778,85
4.6.0.0.0.00.00	VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS	-	-	7.285,69	-	7.285,69
4.6.3.0.0.00.00	GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	-	-	7.285,69	-	7.285,69
4.6.3.9.0.00.00	OUTROS GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	-	-	7.285,69	-	7.285,69
4.6.3.9.1.00.00	OUTROS GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS - CONSOLIDAÇÃO	-	-	7.285,69	-	7.285,69
4.9.0.0.0.00.00	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	-	90,00	9.549.824,43	-	9.549.734,43
4.9.9.0.0.00.00	DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	-	90,00	9.549.824,43	-	9.549.734,43
4.9.9.5.0.00.00	MULTAS ADMINISTRATIVAS	-	-	78.216,24	-	78.216,24
4.9.9.5.1.00.00	MULTAS ADMINISTRATIVAS - CONSOLIDAÇÃO	-	-	78.216,24	-	78.216,24
4.9.9.6.0.00.00	INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS	-	90,00	53.952,12	-	53.862,12
4.9.9.6.1.00.00	INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS - CONSOLIDAÇÃO	-	90,00	53.952,12	-	53.862,12
4.9.9.6.1.02.00	RESTITUIÇÕES	-	90,00	53.952,12	-	53.862,12
4.9.9.9.0.00.00	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES	-	-	9.417.656,07	-	9.417.656,07
4.9.9.9.1.00.00	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES	-	-	9.417.656,07	-	9.417.656,07
5.0.0.0.0.00.00	CONTROLES DA APROVAÇÃO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	6.599.095,05	535.061.554,25	153.488.453,36	-	388.172.195,94
5.2.0.0.0.00.00	ORÇAMENTO APROVADO	-	517.530.891,46	141.236.802,14	-	376.294.089,32
5.2.1.0.0.00.00	PREVISÃO DA RECEITA	-	135.759.000,00	12.759.000,00	-	123.000.000,00
5.2.1.1.0.00.00	PREVISÃO INICIAL DA RECEITA	-	135.759.000,00	12.759.000,00	-	123.000.000,00
5.2.1.1.1.00.00	PREVISÃO INICIAL DA RECEITA BRUTA	-	135.759.000,00	-	-	135.759.000,00
5.2.1.1.2.00.00	(-) PREVISÃO DE DEDUÇÕES DA RECEITA	-	-	12.759.000,00	-	12.759.000,00
5.2.1.1.2.01.00	(-) DEDUÇÕES POR TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	-	-	12.759.000,00	-	12.759.000,00
5.2.1.1.2.01.01	(-) FUNDEB	-	-	12.759.000,00	-	12.759.000,00
5.2.2.0.0.00.00	FIXAÇÃO DA DESPESA	-	381.771.891,46	128.477.802,14	-	253.294.089,32
5.2.2.1.0.00.00	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	-	164.283.056,40	29.931.155,00	-	134.351.901,40
5.2.2.1.1.00.00	DOTAÇÃO INICIAL	-	119.600.000,00	-	-	119.600.000,00
5.2.2.1.1.01.00	CRÉDITO INICIAL	-	119.600.000,00	-	-	119.600.000,00
5.2.2.1.2.00.00	DOTAÇÃO ADICIONAL POR TIPO DE CRÉDITO	-	22.341.528,20	-	-	22.341.528,20
5.2.2.1.2.01.00	CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR	-	13.383.413,10	-	-	13.383.413,10
5.2.2.1.2.02.00	CRÉDITO ADICIONAL - ESPECIAL	-	8.958.115,10	-	-	8.958.115,10
5.2.2.1.2.02.01	CRÉDITOS ESPECIAIS ABERTOS	-	8.958.115,10	-	-	8.958.115,10
5.2.2.1.3.00.00	DOTAÇÃO ADICIONAL POR FONTE	-	22.341.528,20	22.341.528,20	-	-
5.2.2.1.3.01.00	SUPERÁVIT FINANCEIRO DE EXERCÍCIO ANTERIOR	-	6.702.697,32	-	-	6.702.697,32
5.2.2.1.3.02.00	EXCESSO DE ARRECADAÇÃO	-	8.049.204,08	-	-	8.049.204,08
5.2.2.1.3.03.00	ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO	-	7.589.626,80	-	-	7.589.626,80
5.2.2.1.3.99.00	VALOR GLOBAL DA DOTAÇÃO ADICIONAL POR FONTE	-	-	22.341.528,20	-	22.341.528,20
5.2.2.1.9.00.00	CANCELAMENTO/REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO	-	-	7.589.626,80	-	7.589.626,80
5.2.2.1.9.04.00	(-) CANCELAMENTO DE DOTAÇÕES	-	-	7.589.626,80	-	7.589.626,80
5.2.2.9.0.00.00	OUTROS CONTROLES DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA	-	217.488.835,06	98.546.647,14	-	118.942.187,92
5.2.2.9.1.00.00	PRÉ-EMPENHOS DA DESPESA	-	87.262.673,69	87.262.673,69	-	-
5.2.2.9.1.01.00	PRÉ-EMPENHOS EMITIDOS	-	87.262.673,69	-	-	87.262.673,69
5.2.2.9.1.03.00	(-) ANULAÇÃO DE PRÉ-EMPENHO	-	-	87.262.673,69	-	87.262.673,69
5.2.2.9.2.00.00	EMPENHOS POR EMISSÃO	-	130.226.161,37	11.283.973,45	-	118.942.187,92
5.2.2.9.2.01.00	EXECUÇÃO DA DESPESA POR NOTA DE EMPENHO	-	130.226.161,37	11.283.973,45	-	118.942.187,92
5.2.2.9.2.01.01	EMISSÃO DE EMPENHOS	-	130.226.161,37	-	-	130.226.161,37
5.2.2.9.2.01.03	(-)ANULAÇÃO DE EMPENHOS	-	-	11.283.973,45	-	11.283.973,45
5.3.0.0.0.00.00	INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR	6.599.095,05	17.530.662,79	12.251.651,22	-	11.878.106,62
5.3.1.0.0.00.00	INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	6.070.862,57	15.817.919,77	11.296.394,24	-	10.592.388,10
5.3.1.1.0.00.00	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS	-	5.648.197,12	5.648.197,12	-	-
5.3.1.2.0.00.00	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - EXERCÍCIOS ANTERIORES	422.665,45	5.648.197,12	-	-	6.070.862,57
5.3.1.7.0.00.00	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO	5.648.197,12	4.521.525,53	5.648.197,12	-	4.521.525,53
5.3.2.0.0.00.00	INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	528.232,48	1.712.743,02	955.256,98	-	1.285.718,52
5.3.2.1.0.00.00	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS - INSCRITOS	-	477.628,49	477.628,49	-	-
5.3.2.2.0.00.00	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS - EXERCÍCIOS ANTERIORES	50.603,99	477.628,49	-	-	528.232,48
5.3.2.7.0.00.00	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO	477.628,49	757.486,04	477.628,49	-	757.486,04

6.0.0.0.0.00.00	CONTROLES DA EXECUÇÃO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	-	6.599.095,05	1.081.781.253,48	1.463.354.354,37	-	388.172.195,94
6.2.0.0.0.00.00	EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO	-	-	1.071.381.995,56	1.447.676.084,88	-	376.294.089,32
6.2.1.0.0.00.00	EXECUÇÃO DA RECEITA	-	-	173.330.869,58	296.330.869,58	-	123.000.000,00
6.2.1.1.0.00.00	RECEITA A REALIZAR	-	-	155.896.920,12	153.192.949,46	-	2.703.970,66
6.2.1.2.0.00.00	RECEITA REALIZADA	-	-	5.783.681,90	143.136.452,55	-	137.352.770,65
6.2.1.3.0.00.00	(-) DEDUÇÕES DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	-	-	11.650.267,56	1.467,57	-	11.648.799,99
6.2.1.3.1.00.00	(-) DEDUÇÕES POR TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	-	-	11.429.188,05	7,20	-	11.429.180,85
6.2.1.3.1.01.00	(-) FUNDEB	-	-	11.429.188,05	7,20	-	11.429.180,85
6.2.1.3.2.00.00	(-) RENÚNCIA	-	-	71.596,31	-	-	71.596,31
6.2.1.3.9.00.00	(-) OUTRAS DEDUÇÕES DA RECEITA REALIZADA	-	-	149.483,20	1.460,37	-	148.022,83
6.2.2.0.0.00.00	EXECUÇÃO DA DESPESA	-	-	898.051.125,98	1.151.345.215,30	-	253.294.089,32
6.2.2.1.0.00.00	DISPONIBILIDADES DE CRÉDITO	-	-	561.564.793,92	695.916.695,32	-	134.351.901,40
6.2.2.1.1.00.00	CRÉDITO DISPONÍVEL	-	-	225.078.461,86	240.488.175,34	-	15.409.713,48
6.2.2.1.2.00.00	CRÉDITO INDISPONÍVEL	-	-	87.262.673,69	87.262.673,69	-	-
6.2.2.1.2.02.00	CRÉDITO PRÉ-EMPENHADO	-	-	87.262.673,69	87.262.673,69	-	-
6.2.2.1.3.00.00	CRÉDITO UTILIZADO	-	-	249.223.658,37	368.165.846,29	-	118.942.187,92
6.2.2.1.3.01.00	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	-	-	130.589.888,51	135.111.414,04	-	4.521.525,53
6.2.2.1.3.03.00	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	-	-	118.591.099,44	119.348.585,48	-	757.486,04
6.2.2.1.3.04.00	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO - PAGO	-	-	42.670,42	113.705.846,77	-	113.663.176,35
6.2.2.9.0.00.00	OUTROS CONTROLES DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA	-	-	336.486.332,06	455.428.519,98	-	118.942.187,92
6.2.2.9.1.00.00	DESPESA PRÉ-EMPENHADA	-	-	87.262.673,69	87.262.673,69	-	-
6.2.2.9.1.01.00	PRÉ-EMPENHOS A EMPENHAR	-	-	87.262.673,69	87.262.673,69	-	-
6.2.2.9.2.00.00	EMIÇÃO DE EMPENHO	-	-	249.223.658,37	368.165.846,29	-	118.942.187,92
6.2.2.9.2.01.00	EMPENHOS POR NOTA DE EMPENHO	-	-	249.223.658,37	368.165.846,29	-	118.942.187,92
6.2.2.9.2.01.01	EMPENHOS A LIQUIDAR	-	-	130.589.888,51	135.111.414,04	-	4.521.525,53
6.2.2.9.2.01.03	EMPENHOS LIQUIDADOS A PAGAR	-	-	118.591.099,44	119.348.585,48	-	757.486,04
6.2.2.9.2.01.04	EMPENHOS LIQUIDADOS PAGOS	-	-	42.670,42	113.705.846,77	-	113.663.176,35
6.3.0.0.0.00.00	EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR	-	6.599.095,05	10.399.257,92	15.678.269,49	-	11.878.106,62
6.3.1.0.0.00.00	EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	-	6.070.862,57	9.926.867,83	14.448.393,36	-	10.592.388,10
6.3.1.1.0.00.00	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR	-	5.992.150,30	5.659.134,43	4.535.743,64	-	4.868.759,51
6.3.1.3.0.00.00	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS A PAGAR	-	78.712,27	4.261.291,03	4.709.845,04	-	527.266,28
6.3.1.4.0.00.00	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS PAGOS	-	-	6.442,37	4.247.072,92	-	4.240.630,55
6.3.1.9.0.00.00	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS CANCELADOS	-	-	-	955.731,76	-	955.731,76
6.3.1.9.9.00.00	OUTROS CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR	-	-	-	955.731,76	-	955.731,76
6.3.2.0.0.00.00	EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	-	528.232,48	472.390,09	1.229.876,13	-	1.285.718,52
6.3.2.1.0.00.00	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS A PAGAR	-	528.232,48	472.390,09	757.486,04	-	813.328,43
6.3.2.2.0.00.00	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS	-	-	-	472.390,09	-	472.390,09
7.0.0.0.0.00.00	CONTROLES DEVEDORES	-	168.762.077,96	554.585.447,97	264.700.259,79	-	458.647.266,14
7.1.0.0.0.00.00	ATOS POTENCIAIS	-	87.112.318,02	66.420.127,95	33.722.659,49	-	119.809.786,48
7.1.1.0.0.00.00	ATOS POTENCIAIS ATIVOS	-	6.809.545,47	3.089.593,11	3.109.857,53	-	6.789.281,05
7.1.1.2.0.00.00	DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES	-	4.739.545,47	3.089.593,11	3.109.857,53	-	4.719.281,05
7.1.1.2.1.00.00	DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES - CONSOLIDAÇ	-	4.739.545,47	3.089.593,11	3.109.857,53	-	4.719.281,05
7.1.1.2.1.01.00	DIREITOS CONVENIADOS	-	3.902.425,26	2.600.033,05	2.149.880,18	-	4.352.578,13
7.1.1.2.1.99.00	OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES	-	837.120,21	489.560,06	959.977,35	-	366.702,92
7.1.1.3.0.00.00	DIREITOS CONTRATUAIS	-	2.070.000,00	-	-	-	2.070.000,00
7.1.1.3.1.00.00	DIREITOS CONTRATUAIS - CONSOLIDAÇÃO	-	2.070.000,00	-	-	-	2.070.000,00
7.1.1.3.1.02.00	CONTRATOS DE SERVIÇOS	-	2.070.000,00	-	-	-	2.070.000,00
7.1.2.0.0.00.00	ATOS POTENCIAIS PASSIVO	-	80.302.772,55	63.330.534,84	30.612.801,96	-	113.020.505,43
7.1.2.2.0.00.00	OBRIGAÇÕES CONVENIADAS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES	-	3.816.080,78	26.490.455,80	2.048.984,67	-	28.257.551,91
7.1.2.2.1.00.00	OBRIGAÇÕES CONVENIADAS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES - CONSOLII	-	3.816.080,78	26.490.455,80	2.048.984,67	-	28.257.551,91
7.1.2.2.1.01.00	OBRIGAÇÕES CONVENIADAS	-	2.683.566,72	26.490.455,80	2.048.984,67	-	27.125.037,85
7.1.2.2.1.99.00	OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES	-	1.132.514,06	-	-	-	1.132.514,06
7.1.2.3.0.00.00	OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	-	76.486.602,84	36.840.079,04	28.563.817,29	-	84.762.864,59
7.1.2.3.1.00.00	OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS - CONSOLIDAÇÃO	-	76.486.602,84	36.840.079,04	28.563.817,29	-	84.762.864,59
7.1.2.3.1.01.00	CONTRATOS DE SEGUROS	-	6.999,60	-	-	-	6.999,60
7.1.2.3.1.02.00	CONTRATOS DE SERVIÇOS	-	35.170.328,26	30.928.164,70	22.746.989,91	-	43.351.503,05
7.1.2.3.1.03.00	CONTRATOS DE ALUGUÉIS	-	449.303,19	158.097,48	95.543,50	-	511.857,17
7.1.2.3.1.04.00	CONTRATOS DE FORNECIMENTO DE BENS	-	10.240.823,24	3.839.335,92	2.691.548,99	-	11.388.610,17
7.1.2.3.1.10.00	CONTRATOS DE PPP - DO ENTE FEDERADO, EXCETO ESTATAIS NÃO DEPENDENTES	-	1.972.568,82	-	-	-	1.972.568,82
7.1.2.3.1.99.00	OUTROS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	-	28.646.579,73	1.914.480,94	3.029.734,89	-	27.531.325,78
7.1.2.9.0.00.00	OUTROS ATOS POTENCIAIS PASSIVO	-	88,93	-	-	-	88,93
7.2.0.0.0.00.00	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	-	40.953.350,05	348.508.036,05	221.721.029,78	-	167.740.356,32
7.2.1.0.0.00.00	DISPONIBILIDADES POR DESTINAÇÃO	-	40.953.350,05	203.166.507,85	214.131.402,98	-	29.988.454,92
7.2.1.1.0.00.00	CONTROLE DA DISPONIBILIDADE DE RECURSOS	-	40.953.350,05	203.166.507,85	214.131.402,98	-	29.988.454,92
7.2.1.1.1.00.00	RECURSOS ORDINÁRIOS	-	40.953.350,05	141.778.292,14	152.743.187,27	-	29.988.454,92
7.2.1.1.2.00.00	RECURSOS VINCULADOS	-	-	61.353.995,03	61.353.995,03	-	-
7.2.1.1.3.00.00	RECURSOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	-	-	34.220,68	34.220,68	-	-
7.2.2.0.0.00.00	PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA	-	-	145.341.528,20	7.589.626,80	-	137.751.901,40
7.2.2.1.0.00.00	CRONOGRAMA MENSAL DE DESEMBOLSO	-	-	145.341.528,20	7.589.626,80	-	137.751.901,40
7.2.2.1.1.00.00	PROGRAMAÇÃO DE DESEMBOLSO MENSAL ORÇAMENTÁRIO	-	-	145.341.528,20	7.589.626,80	-	137.751.901,40
7.2.2.1.1.01.00	CONTROLE DE DESEMBOLSO MENSAL - DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	-	-	141.941.528,20	7.589.626,80	-	134.351.901,40
7.2.2.1.1.01.01	CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO MENSAL - FIXAÇÃO INICIAL	-	-	119.600.000,00	-	-	119.600.000,00
7.2.2.1.1.01.02	CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO MENSAL - ALTERAÇÃO ADICIONAL	-	-	22.341.528,20	-	-	22.341.528,20
7.2.2.1.1.01.09	(-) REDUÇÕES DO CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO MENSAL ORÇAMENTÁRIO	-	-	-	7.589.626,80	-	7.589.626,80
7.2.2.1.1.03.00	PREVISÃO DO CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO MENSAL DAS TRANSFERÊNCIAS FII	-	-	3.400.000,00	-	-	3.400.000,00
7.2.2.1.1.03.01	CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO MENSAL A TRANSFERIR - INICIAL	-	-	3.400.000,00	-	-	3.400.000,00
7.3.0.0.0.00.00	DÍVIDA ATIVA	-	13.606.369,23	259.786,40	2.156.280,84	-	11.709.874,79
7.3.2.0.0.00.00	CONTROLE DA INSCRIÇÃO DE CRÉDITOS EM DÍVIDA ATIVA	-	13.606.369,23	259.786,40	2.156.280,84	-	11.709.874,79
7.3.2.1.0.00.00	INSCRIÇÃO DE CRÉDITOS EM DÍVIDA ATIVA	-	13.606.369,23	259.786,40	2.156.280,84	-	11.709.874,79
7.3.2.1.1.00.00	INSCRIÇÃO DE CRÉDITOS EM DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	-	13.071.386,52	252.089,77	2.072.562,74	-	11.250.913,55
7.3.2.1.2.00.00	INSCRIÇÃO DE CRÉDITOS EM DÍVIDA ATIVA NÃO-TRIBUTÁRIA	-	534.982,71	7.696,63	83.718,10	-	458.961,24
7.9.0.0.0.00.00	OUTROS CONTROLES	-	27.090.040,66	139.397.497,57	7.100.289,68	-	159.387.248,55
7.9.5.0.0.00.00	CONTRAPARTIDA DE CONTROLES ESPECÍFICOS TCESP	-	20.490.945,61	14.812.570,94	2.215.037,01	-	33.088.479,54
7.9.5.2.0.00.00	CONTRAPARTIDA DE CONTROLES ESPECÍFICOS - PRECATÓRIOS	-	617.385,71	-	-	-	617.385,71
7.9.5.2.2.00.00	CONTRAPARTIDA DE PRECATÓRIOS - CONTROLE POR CREDORES	-	617.385,71	-	-	-	617.385,71
7.9.5.3.0.00.00	CONTRAPARTIDA DE ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS - SUPRIMENTO DE FUNDOS	-	14.059,22	19.438,95	30.128,17	-	3.370,00

7.9.5.5.0.00.00	CONTRAPARTIDA DO CONTROLE FINANCEIRO POR DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO	281.622,95	9.453.107,79	6.019,11	9.728.711,63
7.9.5.6.0.00.00	CONTRAPARTIDA DIREITOS E OBRIGAÇÕES CONVENIADOS	19.577.877,73	5.340.024,20	2.178.889,73	22.739.012,20
7.9.6.0.0.00.00	CONTROLE DAS DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	6.599.095,05	124.584.926,63	4.885.252,67	126.298.769,01
7.9.6.1.0.00.00	CONTROLE FINANCEIRO DAS DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS DO EXERCÍCIO POR NOT	-	119.305.915,06	4.885.252,67	114.420.662,39
7.9.6.1.1.00.00	EMPENHOS LIQUIDADOS	-	119.305.915,06	4.876.488,74	114.429.426,32
7.9.6.1.9.00.00	(-) SALDO DE ADIANTAMENTO NÃO UTILIZADO	-	-	8.763,93	8.763,93
7.9.6.2.0.00.00	CONTROLE FINANCEIRO DAS DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS DE EXERCÍCIOS ANTERIC	6.599.095,05	5.279.011,57	-	11.878.106,62
8.0.0.0.0.00.00	CONTROLES CREDITORES	- 168.762.077,96	1.553.815.157,78	1.843.700.345,96	- 458.647.266,14
8.1.0.0.0.00.00	EXECUÇÃO DOS ATOS POTENCIAIS	- 87.112.318,02	67.236.805,93	99.934.274,39	- 119.809.786,48
8.1.1.0.0.00.00	EXECUÇÃO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	- 4.748.377,37	7.242.442,59	7.222.178,17	- 4.728.112,95
8.1.1.2.0.00.00	EXECUÇÃO DE DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES	- 4.748.377,37	7.242.442,59	7.222.178,17	- 4.728.112,95
8.1.1.2.1.00.00	EXECUÇÃO DE DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES	- 4.748.377,37	7.242.442,59	7.222.178,17	- 4.728.112,95
8.1.1.2.1.01.00	EXECUÇÃO DE CONVÊNIOS	- 3.911.257,16	4.965.916,47	5.416.069,34	- 4.361.410,03
8.1.1.2.1.01.01	CONVÊNIOS A RECEBER	- 3.911.257,16	2.813.140,00	3.263.292,87	- 4.361.410,03
8.1.1.2.1.01.04	CONVÊNIOS APROVADOS	-	2.152.776,47	2.152.776,47	-
8.1.1.2.1.99.00	OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES	- 837.120,21	2.276.526,12	1.806.108,83	- 366.702,92
8.1.1.2.1.99.01	OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES A RECEBER	- 837.120,21	1.138.263,06	667.845,77	- 366.702,92
8.1.1.2.1.99.04	OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES APROVADOS	-	1.138.263,06	1.138.263,06	-
8.1.2.0.0.00.00	EXECUÇÃO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	- 82.363.940,65	59.994.363,34	92.712.096,22	- 115.081.673,53
8.1.2.2.0.00.00	EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÕES CONVENIADAS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNE	- 3.807.248,88	4.097.969,34	28.539.440,47	- 28.248.720,01
8.1.2.2.1.00.00	EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÕES CONVENIADAS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNE	- 3.807.248,88	4.097.969,34	28.539.440,47	- 28.248.720,01
8.1.2.2.1.01.00	EXECUÇÃO DE CONVÊNIOS	- 3.802.737,48	4.097.969,34	28.539.440,47	- 28.244.208,61
8.1.2.2.1.01.01	CONVÊNIOS A LIBERAR	- 3.802.737,48	2.048.984,67	26.490.455,80	- 28.244.208,61
8.1.2.2.1.01.04	CONVÊNIOS APROVADOS	-	2.048.984,67	2.048.984,67	-
8.1.2.2.1.99.00	OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES	- 4.511,40	-	-	- 4.511,40
8.1.2.2.1.99.01	OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES A LIBERAR	- 4.511,40	-	-	- 4.511,40
8.1.2.3.0.00.00	EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	- 78.556.602,84	55.896.394,00	64.172.655,75	- 86.832.864,59
8.1.2.3.1.00.00	EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÕES -CONSOLIDAÇÃO	- 78.556.602,84	55.896.394,00	64.172.655,75	- 86.832.864,59
8.1.2.3.1.02.00	CONTRATOS DE SERVIÇOS	- 35.423.204,94	44.289.647,37	52.470.822,16	- 43.604.379,73
8.1.2.3.1.02.01	A EXECUTAR	- 35.423.204,94	22.770.392,59	30.951.567,38	- 43.604.379,73
8.1.2.3.1.02.02	EXECUTADOS	-	21.519.254,78	21.519.254,78	-
8.1.2.3.1.03.00	CONTRATOS DE ALUGUÉIS	- 259.834,65	191.087,00	253.640,98	- 322.388,63
8.1.2.3.1.03.01	A EXECUTAR	- 259.834,65	95.543,50	158.097,48	- 322.388,63
8.1.2.3.1.03.02	EXECUTADOS	-	95.543,50	95.543,50	-
8.1.2.3.1.04.00	CONTRATOS DE FORNECIMENTO DE BENS	- 10.324.865,33	5.383.097,98	6.530.884,91	- 11.472.652,26
8.1.2.3.1.04.01	A EXECUTAR	- 10.324.865,33	2.691.548,99	3.839.335,92	- 11.472.652,26
8.1.2.3.1.04.02	EXECUTADOS	-	2.691.548,99	2.691.548,99	-
8.1.2.3.1.09.00	EXECUÇÃO DE CONTRATOS DE RATEIO DE CONSÓRCIOS PÚBLICOS	- 2.850,01	-	-	- 2.850,01
8.1.2.3.1.09.01	CONTRATOS DE RATEIO - A EXECUTAR	- 2.850,01	-	-	- 2.850,01
8.1.2.3.1.10.00	CONTRATOS DE PPP - DO ENTE FEDERADO, EXCETO ESTATAIS NÃO DEPENDENTES	- 68.483,13	-	-	- 68.483,13
8.1.2.3.1.10.01	CONTRATOS DE PPP - DO ENTE FEDERADO, EXCETO ESTATAIS NÃO DEPENDENTES	- 68.483,13	-	-	- 68.483,13
8.1.2.3.1.99.00	OUTRAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	- 32.477.364,78	6.032.561,65	4.917.307,70	- 31.362.110,83
8.1.2.3.1.99.01	OUTRAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS - A EXECUTAR	- 32.477.364,78	3.029.734,89	1.914.480,94	- 31.362.110,83
8.1.2.3.1.99.03	OUTRAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS - EXECUTADOS	-	3.002.826,76	3.002.826,76	-
8.1.2.9.0.00.00	EXECUÇÃO DE OUTROS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	- 88,93	-	-	- 88,93
8.1.2.9.1.00.00	EXECUÇÃO DE OUTROS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS - CONSOLIDAÇÃO	- 88,93	-	-	- 88,93
8.2.0.0.0.00.00	EXECUÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	- 40.953.350,05	1.334.784.707,46	1.461.571.713,73	- 167.740.356,32
8.2.1.0.0.00.00	EXECUÇÃO DAS DISPONIBILIDADES POR DESTINAÇÃO	- 40.953.350,05	831.306.951,69	820.342.056,56	- 29.988.454,92
8.2.1.1.0.00.00	EXECUÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE RECURSOS	- 40.953.350,05	831.306.951,69	820.342.056,56	- 29.988.454,92
8.2.1.1.1.00.00	DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS	- 34.685.145,75	409.219.311,00	398.281.280,33	- 23.747.115,08
8.2.1.1.1.01.00	RECURSOS DISPONÍVEIS PARA O EXERCÍCIO	- 34.685.145,75	409.219.311,00	398.281.280,33	- 23.747.115,08
8.2.1.1.2.00.00	DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS COMPROMETIDA POR EMPENH	- 3.960.696,15	148.656.346,95	149.564.410,31	- 4.868.759,51
8.2.1.1.2.01.00	DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS COMPROMETIDA POR EMPENH	- 3.960.696,15	148.656.346,95	149.564.410,31	- 4.868.759,51
8.2.1.1.3.00.00	DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS COMPROMETIDA POR LIQUIDAÇ	- 2.307.508,15	151.198.848,70	150.263.920,88	- 1.372.580,33
8.2.1.1.3.01.00	COMPROMETIDA POR LIQUIDAÇÃO	- 606.943,75	132.145.493,93	132.879.144,89	- 1.340.594,71
8.2.1.1.3.02.00	COMPROMETIDA POR CONSIGNAÇÕES/RETENÇÕES	- 1.512.015,04	18.274.256,27	16.792.211,28	- 29.970,05
8.2.1.1.3.03.00	COMPROMETIDA POR ENTRADAS COMPENSATÓRIAS	- 188.549,36	779.098,50	592.564,71	- 2.015,57
8.2.1.1.4.00.00	DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS DO EXERCÍCIO UTILIZADA	-	122.232.445,04	122.232.445,04	-
8.2.2.0.0.00.00	EXECUÇÃO DA PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA	-	503.477.755,77	641.229.657,17	- 137.751.901,40
8.2.2.1.0.00.00	CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO MENSAL DE DESEMBOLSO	-	503.477.755,77	641.229.657,17	- 137.751.901,40
8.2.2.1.1.00.00	EXECUÇÃO DO CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO MENSAL ORÇAMENTÁRIO	-	503.477.755,77	641.229.657,17	- 137.751.901,40
8.2.2.1.1.01.00	PROGRAMAÇÃO DE DESEMBOLSO MENSAL - DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	-	500.036.175,77	634.388.077,17	- 134.351.901,40
8.2.2.1.1.01.01	PROGRAMAÇÃO DE DESEMBOLSO MENSAL - DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS - A RECE	-	394.664.983,01	410.074.696,49	- 15.409.713,48
8.2.2.1.1.01.02	PROGRAMAÇÃO DE DESEMBOLSO MENSAL - DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS - RECEBI	-	105.371.192,76	224.313.380,68	- 118.942.187,92
8.2.2.1.1.03.00	EXECUÇÃO DO CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO MENSAL DAS TRANSFERÊNCIAS F	-	3.441.580,00	6.841.580,00	- 3.400.000,00
8.2.2.1.1.03.01	PROGRAMAÇÃO DE DESEMBOLSO MENSAL A TRANSFERIR	-	3.441.580,00	3.441.580,00	-
8.2.2.1.1.03.02	PROGRAMAÇÃO DE DESEMBOLSO MENSAL TRANSFERIDA	-	-	3.400.000,00	- 3.400.000,00
8.3.0.0.0.00.00	EXECUÇÃO DA DÍVIDA ATIVA	- 13.606.369,23	5.786.107,30	3.889.612,86	- 11.709.874,79
8.3.2.0.0.00.00	EXECUÇÃO DA INSCRIÇÃO DE CRÉDITOS EM DÍVIDA ATIVA	- 13.606.369,23	5.786.107,30	3.889.612,86	- 11.709.874,79
8.3.2.1.0.00.00	CRÉDITOS A INSCREVER EM DÍVIDA ATIVA	-	343.524,95	343.524,95	-
8.3.2.1.1.00.00	CRÉDITOS A INSCREVER EM DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	-	329.743,62	329.743,62	-
8.3.2.1.2.00.00	CRÉDITOS A INSCREVER EM DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA	-	13.781,33	13.781,33	-
8.3.2.3.0.00.00	CRÉDITOS INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA A RECEBER	- 13.606.369,23	3.370.040,06	1.473.545,62	- 11.709.874,79
8.3.2.3.1.00.00	CRÉDITOS INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA A RECEBER	- 13.060.182,65	3.286.321,96	1.465.848,99	- 11.239.709,68
8.3.2.3.1.01.00	CRÉDITOS INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA A RECEBER EM COBRANÇA AC	- 13.060.182,65	3.286.321,96	1.465.848,99	- 11.239.709,68
8.3.2.3.2.00.00	CRÉDITOS INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA A RECEBER	- 546.186,58	83.718,10	7.696,63	- 470.165,11
8.3.2.3.2.01.00	CRÉDITOS INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA A RECEBER EM COBRANÇ	- 546.186,58	83.718,10	7.696,63	- 470.165,11
8.3.2.4.0.00.00	CRÉDITOS INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA RECEBIDOS	-	2.071.203,46	2.071.203,46	-
8.3.2.4.1.00.00	RECEBIMENTO DE CRÉDITOS INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	-	1.993.587,08	1.993.587,08	-
8.3.2.4.1.01.00	RECEBIMENTO DE CRÉDITOS INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA EM COBRA	-	1.993.587,08	1.993.587,08	-
8.3.2.4.2.00.00	RECEBIMENTOS DE CRÉDITOS INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA	-	77.616,38	77.616,38	-
8.3.2.4.2.01.00	RECEBIMENTOS DE CRÉDITOS INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA EM C	-	77.616,38	77.616,38	-
8.3.2.5.0.00.00	BAIXA DE CRÉDITOS INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA	-	1.338,83	1.338,83	-
8.3.2.5.1.00.00	BAIXAS DE CRÉDITOS INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	-	1.321,81	1.321,81	-
8.3.2.5.1.01.00	BAIXAS DE CRÉDITOS INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA - COBRANÇA ADM	-	1.321,81	1.321,81	-
8.3.2.5.2.00.00	BAIXAS DE CRÉDITOS INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA NÃO-TRIBUTÁRIA	-	17,02	17,02	-

8.3.2.5.2.01.00	BAIXAS DE CRÉDITOS INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA EM COBRANÇ	-	17,02	17,02	-
8.9.0.0.0.00.00	OUTROS CONTROLES	-	27.090.040,66	146.007.537,09	278.304.744,98 - 159.387.248,55
8.9.5.0.0.00.00	CONTROLES ESPECÍFICOS TCESP	-	20.490.945,61	16.983.273,24	29.580.807,17 - 33.088.479,54
8.9.5.2.0.00.00	CONTROLES ESPECÍFICOS - PRECATÓRIOS - REGIME ESPECIAL/ORDINÁRIO	-	617.385,71	-	- 617.385,71
8.9.5.2.2.00.00	PRECATÓRIOS - CONTROLE POR CREDORES	-	617.385,71	-	- 617.385,71
8.9.5.2.2.01.00	PRECATÓRIOS DE PESSOAL	-	613.430,05	-	- 613.430,05
8.9.5.2.2.01.01	PRECATÓRIOS DE PESSOAL - REGIME ORDINÁRIO	-	35.010,88	-	- 35.010,88
8.9.5.2.2.01.02	PRECATÓRIOS DE PESSOAL - REGIME ESPECIAL	-	578.419,17	-	- 578.419,17
8.9.5.2.2.03.00	PRECATÓRIOS DE FORNECEDORES/CONTAS A PAGAR NACIONAIS	-	3.955,66	-	- 3.955,66
8.9.5.2.2.03.01	PRECATÓRIOS DE FORNECEDORES/CONTAS A PAGAR NACIONAIS - REGIME ORDIN	-	3.955,66	-	- 3.955,66
8.9.5.3.0.00.00	CONTROLE DE ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS/SUPRIMENTO DE FUNDOS	-	14.059,22	61.256,34	50.567,12 - 3.370,00
8.9.5.3.1.00.00	ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	-	14.059,22	31.128,17	20.438,95 - 3.370,00
8.9.5.3.2.00.00	BAIXA DE ADIANTAMENTOS - VALOR UTILIZADO	-	-	17.588,04	- 17.588,04
8.9.5.3.3.00.00	BAIXA DE ADIANTAMENTOS - VALOR DEVOLVIDO	-	-	12.540,13	- 12.540,13
8.9.5.5.0.00.00	CONTROLE FINANCEIRO DAS CONSIGNAÇÕES POR DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	-	281.622,95	12.596.669,44	22.043.758,12 - 9.728.711,63
8.9.5.5.1.00.00	CONSIGNAÇÕES A PAGAR	-	281.622,95	12.596.669,44	12.345.016,54 - 29.970,05
8.9.5.5.2.00.00	CONSIGNAÇÕES PAGAS	-	-	-	9.698.741,58 - 9.698.741,58
8.9.5.6.0.00.00	DIREITOS E OBRIGAÇÕES CONVENIADOS	-	19.577.877,73	4.325.347,46	7.486.481,93 - 22.739.012,20
8.9.5.6.1.00.00	AUXÍLIOS, SUBVENÇÕES E CONTRIBUIÇÕES	-	7.877.614,32	4.322.451,17	4.926.577,16 - 8.481.740,31
8.9.5.6.1.01.00	AUXÍLIOS, SUBVENÇÕES E CONTRIBUIÇÕES CONCEDIDOS	-	6.209.130,40	2.146.457,73	1.790.606,37 - 5.853.279,04
8.9.5.6.1.02.00	AUXÍLIOS, SUBVENÇÕES E CONTRIBUIÇÕES RECEBIDOS	-	1.668.483,92	178.285,71	1.138.263,06 - 2.628.461,27
8.9.5.6.1.03.00	AUXÍLIOS, SUBVENÇÕES E CONTRIBUIÇÕES CONCEDIDOS QUITADOS	-	-	1.997.707,73	- 1.997.707,73
8.9.5.6.2.00.00	OUTROS CONVÊNIOS	-	11.700.263,41	2.896,29	2.559.904,77 - 14.257.271,89
8.9.5.6.2.01.00	OUTROS CONVÊNIOS CONCEDIDOS	-	-	-	407.128,30 - 407.128,30
8.9.5.6.2.02.00	OUTROS CONVÊNIOS RECEBIDOS	-	11.700.263,41	2.896,29	2.152.776,47 - 13.850.143,59
8.9.6.0.0.00.00	CONTROLE FINANCEIRO DAS DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	-	6.599.095,05	129.024.263,85	248.723.937,81 - 126.298.769,01
8.9.6.1.0.00.00	CONTROLE FINANCEIRO DAS DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS DO EXERCÍCIO POR NOT	-	-	118.625.005,93	233.045.668,32 - 114.420.662,39
8.9.6.1.1.00.00	EMPENHOS LIQUIDADOS A PAGAR	-	-	118.582.335,51	119.339.821,55 - 757.486,04
8.9.6.1.2.00.00	EMPENHOS LIQUIDADOS E PAGOS	-	-	33.906,49	113.705.846,77 - 113.671.940,28
8.9.6.1.9.00.00	(-) DEVOLUÇÃO DE SALDO DE ADIANTAMENTO NÃO UTILIZADO	-	-	8.763,93	- 8.763,93
8.9.6.2.0.00.00	CONTROLE FINANCEIRO DAS DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS DE EXERCÍCIOS ANTERIC	-	6.599.095,05	10.399.257,92	15.678.269,49 - 11.878.106,62
8.9.6.2.1.00.00	RESTOS A PAGAR PROCESSADO	-	528.232,48	472.390,09	1.229.876,13 - 1.285.718,52
8.9.6.2.1.01.00	RESTOS A PAGAR PROCESSADO A PAGAR	-	528.232,48	472.390,09	757.486,04 - 813.328,43
8.9.6.2.1.02.00	RESTOS A PAGAR PROCESSADO E PAGO	-	-	-	472.390,09 - 472.390,09
8.9.6.2.2.00.00	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO	-	6.070.862,57	9.926.867,83	14.448.393,36 - 10.592.388,10
8.9.6.2.2.01.00	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO A LIQUIDAR	-	5.992.150,30	5.659.134,43	4.535.743,64 - 4.868.759,51
8.9.6.2.2.02.00	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO LIQUIDADO A PAGAR	-	78.712,27	4.261.291,03	4.709.845,04 - 527.266,28
8.9.6.2.2.03.00	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO LIQUIDADO E PAGO	-	-	6.442,37	4.247.072,92 - 4.240.630,55
8.9.6.2.2.04.00	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO CANCELADO	-	-	-	955.731,76 - 955.731,76



Relatório de Gestão Fiscal - Poder Executivo

Período: 3º Quadrimestre / 2020

Município: Guariba

QUADRO COMPARATIVO COM OS LIMITES DA LRF:		R\$	%
RCL AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO		121.301.958,17	100,0000 %
RCL AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL		121.301.958,17	100,0000 %
DESPESAS TOTAIS COM PESSOAL			
Montante		57.043.970,84	47,0264 %
Limite Máximo (art. 20 LRF)		65.503.057,41	54,0000 %
Limite Prudencial 95% (par. único art. 22 LRF)		62.227.904,54	51,3000 %
Excesso a Regularizar		0,00	0,0000 %
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA			
Saldo Devedor		-28.611.583,00	-23,5871 %
Limite Legal (art.s 3º e 4º Res. 40 Senado)		145.562.349,80	120,0000 %
Excesso a Regularizar		0,00	0,0000 %
CONCESSÕES DE GARANTIAS			
Montante		0,00	0,0000 %
Limite Legal (art. 9º Res. 43 Senado)		26.686.430,80	22,0000 %
Excesso a Regularizar		0,00	0,0000 %
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (exceto ARO)			
Realizadas no Período		0,00	0,0000 %
Limite Legal (inc. I art. 7º Res. 43 Senado)		19.408.313,31	16,0000 %
Excesso a Regularizar		0,00	0,0000 %
ANTECIPAÇÃO DE RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS			
Saldo Devedor		0,00	0,0000 %
Limite Legal (art. 10 Res. 43 Senado)		8.491.137,07	7,0000 %
Excesso a Regularizar		0,00	0,0000 %

CÓPIA DE DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: DANILO ENGRACIA MELLO. Sistema e-TCESP. Para obter informações sobre assinatura e/ou ver o arquivo original
acesse <http://e-processo.tce.sp.gov.br> - link "Validar documento digital" e informe o código do documento: 3-EPOL-AOUE-622L-63QS

ANEXO A - Tabela de Competência

Período de análise: Janeiro/2020 a Dezembro/2020

Município: Guariba

Última competência disponível para o período em análise:

Entidade	Competência*
CÂMARA MUNICIPAL DE GUARIBA	13/2020
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA	13/2020

* Competência: Se refere ao último balancete enviado pelo órgão, referente ao período de análise deste demonstrativo, utilizado para gerar os resultados das análises.

Data de geração: 30/04/2021 11:10



ANEXO 15 - DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Município: Guariba
Poder: EXECUTIVO
Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

Exercício: 2020
Mês: 13
EM R\$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		
Títulos	Exercício Atual	Exercício Anterior
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	16.286.405,61	15.017.267,43
Impostos	15.537.102,68	14.223.274,84
Taxas	748.599,68	791.674,08
Contribuições de Melhoria	703,25	2.318,51
Contribuições	1.457.520,10	1.650.880,65
Contribuição de Iluminação Pública	1.457.520,10	1.650.880,65
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	181.779,70	118.906,84
Exploração de Bens e Direitos e Prestação de Serviços	181.779,70	118.906,84
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	601.935,10	1.235.527,03
Juros e Encargos de Mora	264.067,40	405.766,28
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	337.867,70	829.760,75
Transferências e Delegações Recebidas	107.487.325,13	101.385.515,66
Transferências Intra Governamentais	153.235,97	340.531,16
Transferências Inter Governamentais	107.334.089,16	101.044.984,50
Valorização e Ganhos com Ativos	7.285,69	58.337,63
Ganhos com Incorporação de Ativos por Descobertas e Nascimento	7.285,69	58.157,27
Ganhos com Desincorporação de Passivos		180,36
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	9.549.734,43	11.545.403,27
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	9.549.734,43	11.545.403,27
Total das Variações Patrimoniais Aumentativas	135.571.985,76	131.011.838,51

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		
Títulos	Exercício Atual	Exercício Anterior
Pessoal e Encargos	58.862.559,07	57.725.437,31
Remuneração de Pessoal	45.795.428,05	44.549.827,78
Encargos Patronais	13.067.131,02	13.175.609,53
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	258.996,00	264.949,72
Pensões	258.996,00	264.949,72
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	57.474.096,81	56.549.167,11
Uso de Material de Consumo	20.553.585,13	18.864.908,54
Serviços	35.852.880,82	37.225.024,54
Depreciação, Amortização e Exaustão	1.067.630,86	459.234,03
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	163.745,93	1.265.306,48
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos		90.029,98
Juros e Encargos de Mora	15.985,75	
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Financeiras	147.760,18	1.175.276,50
Transferências e Delegações Concedidas	6.494.535,98	7.155.984,57
Transferências Intra Governamentais	3.400.000,00	3.630.000,00
Transferências Inter Governamentais	1.691.856,37	1.753.083,89
Transferências a Consórcios Públicos	236.757,32	237.836,04
Execução Orçamentária Delegada	1.165.922,29	1.535.064,64
Desvalorização e Perdas de Ativos	1.660.457,01	2.192.665,56
Redução a Valor Recuperável e Provisão para Perdas	886.502,56	1.775.262,93
Desincorporação de Ativos	773.954,45	417.402,63
Tributárias	1.259.851,69	1.200.720,91
Contribuições	1.259.851,69	1.200.720,91
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	86.648,95	938.814,33
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	86.648,95	938.814,33
Total das Variações Patrimoniais Diminutivas	126.260.891,44	127.293.045,99
Resultado Patrimonial do Período	9.311.094,32	3.718.792,52



Aplicação dos Recursos Próprios em Ensino

Período: 4º Trimestre / 2020

Município: Guariba

RECEITA DE IMPOSTOS

	Previsão Atualizada para o Exercício	Arrecadação até o Período
Proprios	15.628.900,00	14.841.271,37
Transferências da União	30.470.000,00	27.028.894,36
Transferências do Estado	35.725.000,00	32.222.189,58
Total	81.823.900,00	74.092.355,31
Retenções ao FUNDEB	12.759.000,00	11.429.180,85
Receitas Líquidas	69.064.900,00	62.663.174,46

APLICAÇÃO MÍNIMA CONSTITUCIONAL

	Para o Exercício (Prev. Atualizada)	Até o Período (Arrecadação)
TOTAL (25%)	20.455.975,00	18.523.088,83

DESPESAS PRÓPRIAS EM EDUCAÇÃO

	Dotação Atualizada (para o Exercício)		Despesa Empenhada (até o Período)		Despesa Liquidada (até o Período)		Despesa Paga (até o Período)	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%

DESPESAS TOTAIS

TOTAL	21.552.000,00	26,34 %	19.167.537,57	25,87 %	19.167.537,57	25,87 %	19.167.537,57	25,87 %
EDUCAÇÃO INFANTIL	2.903.000,00	3,55 %	2.575.143,09	3,48 %	2.575.143,09	3,48 %	2.575.143,09	3,48 %
ENSINO FUNDAMENTAL	5.890.000,00	7,20 %	5.163.213,63	6,97 %	5.163.213,63	6,97 %	5.163.213,63	6,97 %
RETENÇÕES AO FUNDEB	12.759.000,00	15,59 %	11.429.180,85	15,43 %	11.429.180,85	15,43 %	11.429.180,85	15,43 %

DEDUÇÕES

TOTAL	1.842,32	0,00 %	1.842,32	0,00 %	1.842,32	0,00 %
ENSINO FUNDAMENTAL	1.842,32	0,00 %	1.842,32	0,00 %	1.842,32	0,00 %
(-) Ganhos de Aplicações Financeiras	1.842,32	0,00 %	1.842,32	0,00 %	1.842,32	0,00 %
FUNDEB RETIDO E NÃO APLICADO	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %

DESPESAS LÍQUIDAS

TOTAL	19.165.695,25	25,87 %	19.165.695,25	25,87 %	19.165.695,25	25,87 %
EDUCAÇÃO INFANTIL	2.575.143,09	3,48 %	2.575.143,09	3,48 %	2.575.143,09	3,48 %
ENSINO FUNDAMENTAL	5.161.371,31	6,97 %	5.161.371,31	6,97 %	5.161.371,31	6,97 %
RETENÇÕES AO FUNDEB	11.429.180,85	15,43 %	11.429.180,85	15,43 %	11.429.180,85	15,43 %

ANEXO A - Tabela de Competência

Período de análise: Janeiro/2020 a Dezembro/2020

Município: Guariba

Última competência disponível para o período em análise:

Entidade	Competência*
CÂMARA MUNICIPAL DE GUARIBA	13/2020
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA	13/2020

* Competência: Se refere ao último balancete enviado pelo órgão, referente ao período de análise deste demonstrativo, utilizado para gerar os resultados das análises.

Página 2 de 2

Data de geração: 30/04/2021 11:10



Aplicação com Recursos do FUNDEB

Período: 12 / 2020

Município: Guariba

RECEITAS DO FUNDEB

	Previsão Atualizada para o Exercício	Arrecadação até o Período
Receitas de Transferências	30.000.000,00	29.732.839,85
Receitas de Aplic. Financeiras	476.400,00	12.354,02
Total da Receita	30.476.400,00	29.745.193,87

APLICAÇÕES MÍNIMAS OBRIGATÓRIAS

TOTAL	30.476.400,00	29.745.193,87
MAGISTÉRIO (60%)	18.285.840,00	17.847.116,32

RETENÇÕES AO FUNDEB

Prev. Atualizada Para o Exercício	Retido Até o Período
12.759.000,00	11.429.180,85

APURAÇÃO DO RESULTADO DO FUNDEB ATÉ O PERÍODO

Transferências Recebidas	Retenções
29.732.839,85	11.429.180,85
Diferença (Recebido - Retido): (GANHO)	18.303.659,00

DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB

	Dotação Atualizada (para o Exercício)		Despesa Empenhada (até o Período)		Despesa Liquidada (até o Período)		Despesa Paga (até o Período)	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
DESPESAS TOTAIS								
TOTAL	37.002.696,32	121,41 %	29.745.193,87	100,00 %	29.745.193,87	100,00 %	29.745.193,87	100,00 %
MAGISTÉRIO	30.342.010,84	99,56 %	22.269.602,22	74,87 %	22.269.602,22	74,87 %	22.269.602,22	74,87 %
OUTRAS	6.660.685,48	21,86 %	7.475.591,65	25,13 %	7.475.591,65	25,13 %	7.475.591,65	25,13 %
DESPESAS LÍQUIDAS								
TOTAL			29.745.193,87	100,00 %	29.745.193,87	100,00 %	29.745.193,87	100,00 %
MAGISTÉRIO			22.269.602,22	74,87 %	22.269.602,22	74,87 %	22.269.602,22	74,87 %
OUTRAS			7.475.591,65	25,13 %	7.475.591,65	25,13 %	7.475.591,65	25,13 %

ANEXO A - Tabela de Competência

Período de análise: Janeiro/2020 a Dezembro/2020

Município: Guariba

Última competência disponível para o período em análise:

Entidade	Competência*
CÂMARA MUNICIPAL DE GUARIBA	13/2020
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA	13/2020

* Competência: Se refere ao último balancete enviado pelo órgão, referente ao período de análise deste demonstrativo, utilizado para gerar os resultados das análises.

Página 2 de2

Data de geração: 30/04/2021 11:10



Aplicação dos Recursos Próprios em Saúde

Período: 4º Trimestre / 2020

Município: Guariba

RECEITA DE IMPOSTOS

	Previsão Atualizada para o Exercício	Arrecadação até o Período
Próprios	15.628.900,00	14.841.271,37
Transferências da União	28.070.000,00	24.883.432,80
Transferências do Estado	35.725.000,00	32.222.189,58
Total	79.423.900,00	71.946.893,75

APLICAÇÃO MÍNIMA CONSTITUCIONAL

	Para o Exercício (Prev. Atualizada)	Até o Período (Arrecadação)
TOTAL (15%)	11.913.585,00	10.792.034,06

APURAÇÃO DA APLICAÇÃO

	Dotação Atualizada (para o Exercício)		Despesa Empenhada (até o Período)		Despesa Liquidada (até o Período)		Despesa Paga (até o Período)	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
DESP. TOTAL C/ REC. PRÓPRIOS	24.002.371,90	30,22 %	21.783.982,43	30,28 %	21.670.241,24	30,12 %	21.655.614,49	30,10 %
DEDUÇÕES			0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %
DESPESA LÍQUIDA DA SAÚDE			21.783.982,43	30,28 %	21.670.241,24	30,12 %	21.655.614,49	30,10 %

ANEXO A - Tabela de Competência

Período de análise: Janeiro/2020 a Dezembro/2020

Município: Guariba

Última competência disponível para o período em análise:

Entidade	Competência*
CÂMARA MUNICIPAL DE GUARIBA	13/2020
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA	13/2020

* Competência: Se refere ao último balancete enviado pelo órgão, referente ao período de análise deste demonstrativo, utilizado para gerar os resultados das análises.

Página 2 de2

Data de geração: 30/04/2021 11:10

Município: Guariba

Nome da Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

Ano de Exercício: 2020

Período até: 3. Quadrimestre

Exercício de Atividade: Efetivo

Forma de Provimento: Concurso público

Código do Cargo	Nome do Cargo	Quantidade Total de Vagas	Vagas Providas	Vagas Não Providas
377	Advogado do CREAS	1	1	0
364	Agente Comunitário de Saúde	24	13	11
457	Agente de Apoio Administrativo	16	15	1
431	Agente de Combate às Endemias	12	12	0
453	Agente de Controle Interno	1	0	1
425	Agente de Desenvolvimento Infantil	44	36	8
415	Agente de Fiscalização	11	8	3
411	Agente de Organização Escolar	40	29	11
401	Agente de Sepultamento	2	2	0
129	Analista De Sistemas	1	1	0
15	Apanhador De Lixo	22	19	3
82	Arquiteto	2	1	1
408	Assistente Administrativo	31	27	4
72	Assistente Social	12	11	1
8	Atendente De Consult. Dentario	7	7	0
21	Atendente De Enfermagem	4	4	0

111	Auxiliar De Biblioteca	2	2	0
25	Auxiliar De Enfermagem	19	13	6
427	Auxiliar de Saude Bucal	7	7	0
9	Auxiliar De Secao	52	50	2
454	Auxiliar de Serviços Gerais - Tratador de Piscinas	2	2	0
107	Auxiliar Especial	1	1	0
87	Cirurgiao Dentista	24	21	3
430	Contador	5	3	2
77	Coordenadora Pedagogica	2	2	0
471	Coordenador de Arquivo e Patrimônio	1	0	1
423	Coordenador de Ensino	18	16	2
455	Diretor de EMEB	21	20	1
421	Enfermeiro	9	8	1
417	Engenheiro	1	1	0
451	Engenheiro de Segurança de Trabalho	1	1	0
119	Farmacutico	3	2	1
57	Fiscal Ambulantes E Feirantes	1	1	0
414	Fiscal de Tributos e Rendas	10	7	3
100	Fisioterapeuta	8	7	1
73	Fonoaudiologa	6	4	2
2	Gari Ou Margarida	22	17	5
16	Inspetor De Aluno	49	41	8

434	Instrutor de Dança	1	1	0
373	Instrutor de Esportes	14	10	4
86	Médico	33	28	5
419	Médico do PSF (Prog. Saúde da Família)	3	0	3
472	Médico Psiquiatra	1	0	1
422	Merendeira	73	66	7
33	Motorista	60	56	4
466	Motorista Socorrista	5	5	0
131	Musicoterapeuta	1	0	1
116	Nutricionista	4	2	2
404	Oficial de Manutenção (Borracheiro)	2	1	1
405	Oficial de Manutenção (Carpinteiro)	4	4	0
406	Oficial de Manutenção (Eletricista)	4	4	0
407	Oficial de Manutenção (Eletricista Automotivo)	2	0	2
402	Oficial de Manutenção (Encanador)	4	4	0
409	Oficial de Manutenção (Lubrificador)	1	1	0
410	Oficial de Manutenção (Mecânico)	4	4	0
412	Oficial de Manutenção (Pedreiro)	13	10	3
403	Oficial de Manutenção (Pintor)	3	3	0
413	Oficial de Manutenção (Soldador)	1	0	1
416	Operador de Máquinas	7	6	1
22	Padeiro	6	5	1

12	Pajem	27	24	3
366	PEB I - Professor de Creche	30	21	9
83	Procurador Municipal	6	5	1
361	Professor de Informática	2	2	0
118	Professor De Judo	1	0	1
34	Professor De Musica	2	2	0
36	Professor Educacao Basica I	175	147	28
103	Professor Educacao Basica II	126	105	21
74	Psicologo (a)	16	12	4
452	Psicopedagogo	2	2	0
492	Psicopedagogo Clinco	1	0	1
18	Recepcionista	3	3	0
7	Servente	114	108	6
130	Tecnico De Enfermagem	27	19	8
429	Técnico de Farmácia	4	4	0
428	Técnico de Informática	2	0	2
368	Técnico em Segurança do Trabalho	2	2	0
19	Telefonista	4	3	1
378	Terapeuta Ocupacional	2	1	1
3	Trabalhador Bracal	75	73	2
23	Tratorista	4	1	3
66	Veterinario	1	1	0

399	Vigia Patrimonial	35	35	0
360	Vigilante Escolar	26	8	18
27	Vigilante Sanitário	3	3	0
6	Zelador	2	2	0
Total:		1432	1205	227

Exercício de Atividade: Efetivo em Comissão

Forma de Provimento: Livre Provimento

Código do Cargo	Nome do Cargo	Quantidade Total de Vagas	Vagas Providas	Vagas Não Providas
467	Agente Municipal de Habitação	1	0	1
390	Assessor Técnico de Informática	1	1	0
460	Chefe da Procuradoria Geral do Município	1	1	0
389	Chefe de Serviço	6	6	0
477	Coordenador da Área das Organizações da Sociedade	1	1	0
392	Coordenador de Área	9	9	0
393	Coordenador de CRAS	1	1	0
394	Coordenador de CREAS	1	1	0
462	Ouvidor Municipal	1	1	0
463	Supervisor de Cursos Ens Superior Univesp	1	1	0
395	Supervisor de Serviços	4	4	0
464	Supervisor de Serviços de Informática	1	1	0
468	Supervisor de Serviços de Tesouraria	1	1	0
383	Vice-Diretor de EMEB	5	5	0
Total:		34	33	1

Exercício de Atividade: Eletivo/Indicado

Forma de Provimento: Eleição/Indicação

Código do Cargo	Nome do Cargo	Quantidade Total de Vagas	Vagas Providas	Vagas Não Providas
424	Conselheiro Tutelar	5	5	0
120	Prefeito	1	1	0
121	Vice-prefeito	1	0	1
Total:		7	6	1

Exercício de Atividade: Exclusivamente em Comissão

Forma de Provimento: Livre Provimento

Código do Cargo	Nome do Cargo	Quantidade Total de Vagas	Vagas Providas	Vagas Não Providas
469	Assessor de Imprensa e Divulgação	1	1	0
470	Assessor de Relações Institucionais	1	1	0
388	Assessor Técnico Administrativo	1	1	0
391	Assessor Técnico de Educação	1	1	0
367	Assistente Técnico Pedagógico	10	8	2
458	Chefe de Controle de Tráfego	1	1	0
385	Chefe de Gabinete	1	1	0
459	Chefe de Gerenciamento da Frota Pública	1	1	0
379	Chefe de Setor	10	10	0
432	Chefe do Setor de Trânsito	1	1	0
433	Chefe do Setor de Transporte	1	1	0
426	Coordenador Eventos Poliesportivos e Recreativos	1	1	0
386	Diretor de Departamento	3	3	0

465	Diretor de Departamento de Comunicação Social	1	1	0
387	Diretor de Departamento Técnico	3	3	0
476	Diretor do Departamento de Serviços de Inspeção Mu	1	1	0
128	Secretario Municipal (agente)	8	8	0
478	Supervisor de Atividades Culturais	1	1	0
Total:		47	45	2

Exercício de Atividade: Temporário

Forma de Provimento: Tempo determinado

Código da Função	Nome da Função	Quantidade Total Ocupada		
483	Assistente Social Processo Seletivo	2		
485	Auxiliar de Limpeza (Servente) Processo Seletivo	3		
484	Auxiliar De Secao Processo Seletivo	2		
480	Enfermeiro Processo Seletivo	3		
482	Farmaceutico Processo Seletivo	1		
479	Medico Processo Seletivo	2		
441	PEB II - Matemática (Proc Seletivo)	1		
442	PEB II - Português (Proc Seletivo)	2		
443	PEB I - (Processo Seletivo)	1		
481	Tecnico De Enfermagem Processo Seletivo	2		
486	Vigilante Sanitario Processo Seletivo	4		
Total:		23		
Total Entidade:		1543	1289	231

Total Cargo:	1520	1289	231
Total Função:	23		
TOTAL GERAL:	1543		

Nº do Precatório	Nome do Beneficiário	Tipo do Precatório	Nº da Ação	Data do Ajuizamento	Data da Apresentação	Valor Original do Precatório	Valor Atualizado até 31/12 do Exercício Anterior	Valor Vencido no Exercício	Valor da Atualização Monetária ou Inclusões Efetuadas no Exercício Atual	Valor Cancelado	Valor Pago	Saldo Atualizado em 31/12 do Exercício Atual
0001103-93.2012.5.15.0029	JOSIANE AP. DE FATIMA PELÚCIO	Alimentício (art. 100, § 1º A, CF)	0001103-93	11/10/2012	19/09/2019	71.524,51	0	0	71.524,51	0	0	71.524,51
0000207-16.2013.5.15.0029	JOSÉ NATALINO MARTINES	Alimentício (art. 100, § 1º A, CF)	0000207-16	18/02/2013	19/09/2019	18.466,75	0	0	18.466,75	0	0	18.466,75
0001384-33.2013.5.15.0120	SANDRA LUZIA SERAFIM FERREIRA	Alimentício (art. 100, § 1º A, CF)	0001384-33	10/09/2013	24/09/2019	236.941,17	0	0	236.941,17	0	0	236.941,17
0001429-19.2013.5.15.0029	FABIANE NOGUEIRA DE ANGELIZ CASALETI	Alimentício (art. 100, § 1º A, CF)	0001429-19	13/09/2013	24/06/2020	11.842,85	0	0	11.842,85	0	0	11.842,85
0433647-12.2019.8.26.0500	LUIZ ALBINO	Ordinário - Demais Casos (art. 100, caput, e 1º, CF)	0005805-93	05/11/2013	10/07/2019	7.349,21	0	0	7.349,21	0	0	7.349,21
0437081-09.2019.8.26.0500	BENEDITA ALZIRA PEREIRA ALBINO	Ordinário - Demais Casos (art. 100, caput, e 1º, CF)	0005805-93	05/11/2013	10/07/2019	7.349,20	0	0	7.349,20	0	0	7.349,20
0010390-12.2014.5.15.0029	LETÍCIA JATOBÁ CLEMENTE	Alimentício (art. 100, § 1º A, CF)	0010390-12	16/07/2014	22/11/2019	13.131,13	0	0	13.131,13	0	0	13.131,13
0010600-81.2014.5.15.0120	SONIA PIMENTEL CUSTÓDIO	Alimentício (art. 100, § 1º A, CF)	0010600-81	08/08/2014	22/10/2019	37.215,54	0	0	37.215,54	0	0	37.215,54
0010592-86.2014.5.15.0029	CARINA CAZERI	Alimentício (art. 100, § 1º A, CF)	0010592-86	14/08/2014	15/07/2020	14.910,86	0	0	14.910,86	0	0	14.910,86
0010652-77.2014.5.15.0120	JOSÉ CARLOS RIBEIRO	Alimentício (art. 100, § 1º A, CF)	0010652-77	14/08/2014	22/10/2019	32.422,03	0	0	32.422,03	0	0	32.422,03
0010927-08.2014.5.15.0029	MARCELO NOVAES DOS ANJOS	Alimentício (art. 100, § 1º A, CF)	0010927-08	14/10/2014	19/09/2019	476.283,78	0	0	476.283,78	0	0	476.283,78
0010223-58.2015.5.15.0029	JOSÉ MARIA DOS SANTOS	Alimentício (art. 100, § 1º A, CF)	0010223-58	19/02/2015	24/06/2020	39.468,89	0	0	39.468,89	0	0	39.468,89
0010230-50.2015.5.15.0029	MARCELO PIPOLI	Alimentício (art. 100, § 1º A, CF)	0010230-50	20/02/2015	22/11/2019	151.928,01	0	0	151.928,01	0	0	151.928,01
0010537-22.2015.5.15.0120	LOURIVALDO VIANNA DE SOUZA	Alimentício (art. 100, § 1º A, CF)	0010537-22	13/04/2015	27/07/2019	459.392,07	0	0	459.392,07	0	0	459.392,07
0010676-71.2015.5.15.0120	VANAILDA DE SANTANA DE ALMEIDA DE SOUZA	Alimentício (art. 100, § 1º A, CF)	0010676-71	11/05/2015	10/09/2019	27.573,12	0	0	27.573,12	0	0	27.573,12
0011338-17.2015.5.15.0029	ALEXANDRE ALVES	Alimentício (art. 100, § 1º A, CF)	0011338-17	16/09/2015	16/01/2020	20.598,20	0	0	20.598,20	0	0	20.598,20
0011341-69.2015.5.15.0029	VALMIR FÉLIX PINTO	Alimentício (art. 100, § 1º A, CF)	0011341-69	16/09/2015	24/06/2020	13.507,14	0	0	13.507,14	0	0	13.507,14
0011455-26.2015.5.15.0120	ARI REIS	Alimentício (art. 100, § 1º A, CF)	0011455-26	09/10/2015	08/08/2019	61.081,74	0	0	61.081,74	0	0	61.081,74
0011746-8.2015.5.15.2019	DEVANIR BRITO DOS SANTOS CAMILO	Alimentício (art. 100, § 1º A, CF)	0011746-08	02/12/2015	22/11/2019	20.413,13	0	0	20.413,13	0	0	20.413,13
0010332-56.2016.5.15.0120	VALENTIM DA ROCHA SANTOS	Alimentício (art. 100, § 1º A, CF)	0010332-56	02/03/2016	10/07/2020	33.782,40	0	0	33.782,40	0	0	33.782,40
0011017-45.2016.5.15.0029	FABIANO ALVES DE ALMEIDA	Alimentício (art. 100, § 1º A, CF)	0011017-45	15/07/2016	15/07/2020	45.937,20	0	0	45.937,20	0	0	45.937,20
0450387-45.2019.8.26.0500	VERA ELIANA AMBROSIO POLITI	Alimentício (art. 100, § 1º A, CF)	101700-91	04/05/2017	13/08/2019	15.239,11	0	0	15.239,11	0	0	15.239,11
0433647-12.2019.8.26.0500	PAG LEVE SECOS E MOLHADOS LTDA	Ordinário - Demais Casos (art. 100, caput, e 1º, CF)	0000227-42	25/01/2019	05/07/2019	37.303,26	0	0	37.303,36	0	0	37.303,36
0050326-21.2020.8.26.0500	MAGALI REIS ANDRADE LIMA	Ordinário - Demais Casos (art. 100, caput, e 1º, CF)	0000772-15	13/03/2019	13/02/2019	18.058,86	0	0	18.058,86	0	0	18.058,86
0462776-62.2019.8.26.0500	ANDRÉA AP. BERGAMACHI	Alimentício (art. 100, § 1º A, CF)	000583-93	25/03/2019	30/08/2019	1.349,21	0	0	1.349,21	0	0	1.349,21
0218318-41.2018.8.26.0500	VERA ELIANA AMBROSIO POLITI	Alimentício (art. 100, § 1º A, CF)	339091-10	01/07/2019	01/04/2019	69.997,09	69.997,09	69.997,09	2.216,81	0	72.213,90	0
0306792-85.2019.8.26.0500	MARILDA RAUL DOS SANTOS CORETTI	Ordinário - Demais Casos (art. 100, caput, e 1º, CF)	449091-01	01/07/2019	07/05/2019	41.799,78	41.799,78	41.799,78	1.323,80	0	43.123,58	0
0306793-70.2019.8.26.0500	ELIRTES RAUL DOS SANTOS CARDOZO	Ordinário - Demais Casos (art. 100, caput, e 1º, CF)	449091-01	01/07/2019	07/05/2019	41.799,78	41.799,78	41.799,78	1.323,80	0	43.123,58	0
0306794-55.2018.8.26.0500	ELAINE RAUL DOS SANTOS FRANCO	Ordinário - Demais Casos (art. 100, caput, e 1º, CF)	449091-01	01/07/2019	07/05/2019	41.799,78	41.799,78	41.799,78	1.323,80	0	43.123,58	0
0306795-40.2019.8.26.0500	LUCIANA RAUL DOS SANTOS JUSTI	Ordinário - Demais Casos (art. 100, caput, e 1º, CF)	449091-01	01/07/2019	07/05/2019	41.799,78	41.799,78	41.799,78	1.323,80	0	43.123,58	0
0306796-25.2019.8.26.0500	WALDIR RAUL DOS SANTOS	Ordinário - Demais Casos (art. 100, caput, e 1º, CF)	449091-01	01/07/2019	07/05/2019	41.799,81	41.799,81	41.799,81	1.323,79	0	43.123,60	0
0306797-10.2019.8.26.0500	JOSE ROBERTO BOTTINO	Alimentício (art. 100, § 1º A, CF)	339091-10	01/07/2019	07/05/2019	5.949,84	5.949,84	5.949,84	188,43	0	6.138,27	0
0306798-92.2019.8.26.0500	ALBERTO LEITE RIBEIRO FILHO	Alimentício (art. 100, § 1º A, CF)	339091-10	01/07/2019	07/05/2019	5.949,83	5.949,83	5.949,83	188,43	0	6.138,26	0
0328623-29.2018.8.26.0500	EDNEI FERREIRA DA FONSECA ME	Ordinário - Demais Casos (art. 100, caput, e 1º, CF)	339091-20	01/07/2019	06/08/2018	15.659,59	15.659,59	15.659,59	495,94	0	16.155,53	0
0330561-25.2019.8.26.0500	WILLIAN PIRES DOS SANTOS	Alimentício (art. 100, § 1º A, CF)	339091-10	01/07/2019	20/05/2019	23.227,23	23.227,23	23.227,23	735,61	0	23.962,84	0
0331007-28.2019.8.26.0500	UBIRATAN TADEU JATOBA	Alimentício (art. 100, § 1º A, CF)	339091-10	01/07/2019	20/05/2019	69.997,09	69.997,09	69.997,09	2.216,81	0	72.213,90	0
0331008-13.2019.8.26.0500	JOAO APARECIDO DOS SANTOS	Alimentício (art. 100, § 1º A, CF)	339091-10	01/07/2019	20/05/2019	69.785,13	69.785,13	69.785,13	2.210,10	0	71.995,23	0
0385880-75.2019.8.26.0500	MARIA DA GLÓRIA NUNES ROCHA	Alimentício (art. 100, § 1º A, CF)	339091-10	01/07/2019	12/06/2019	24.546,66	24.546,66	24.546,66	777,39	0	25.324,05	0
0497908-20.2018.8.26.0500	G. M. C. - CASA LOTÉRICA LTDA	Ordinário - Demais Casos (art. 100, caput, e 1º, CF)	339091-20	01/07/2019	06/11/2018	8.005,06	8.005,06	8.005,06	253,52	0	8.258,58	0
10044-56.2017.5.15.0029	CARMELITA PEREIRA DE JESUS	Alimentício (art. 100, § 1º A, CF)	10	01/07/2019	01/07/2019	22.589,26	22.589,26	22.589,26	1.024,10	0	23.613,36	0
1034-61.2012.5.15.0029	REGIANE GONÇALVES DE JESUS	Alimentício (art. 100, § 1º A, CF)	20	01/07/2019	01/07/2019	19.750,49	19.750,49	19.750,49	497,77	0	20.248,26	0
10449-63.2015.5.15.0229	ANTONIO CARLOS SOARES OLIVEIRA	Alimentício (art. 100, § 1º A, CF)	15	01/07/2019	01/07/2019	26.687,18	26.687,18	26.687,18	768,35	0	27.455,53	0
10495-07.2014.5.15.0120	VALMIR FÉLIX PINTO	Alimentício (art. 100, § 1º A, CF)	9	01/07/2019	01/07/2019	12.528,55	14.543,85	14.543,85	659,36	0	15.203,21	0
10504-61.2017.5.15.0120	SONIA REGINA DE OLIVEIRA SOUZA	Alimentício (art. 100, § 1º A, CF)	13	01/07/2019	01/07/2019	18.859,06	22.238,06	22.238,06	2.030,77	0	24.268,83	0
10565-06.2014.5.15.0029	ANTÔNIO PROCÓPIO DE CASTRO CERVANTES	Alimentício (art. 100, § 1º A, CF)	18	01/07/2019	01/07/2019	23.098,90	30.118,98	30.118,98	759,09	0	30.878,07	0
10619-87.2014.5.15.0120	MARIA CRISTINA SILVEIRA PEREIRA ABIMUSSI	Alimentício (art. 100, § 1º A, CF)	8	01/07/2019	01/07/2019	59.378,17	79.288,70	79.288,70	3.843,28	0	83.131,98	0
10661-39.2014.5.15.0120	FLÁVIA DANIELA DE OLIVEIRA PIRES	Alimentício (art. 100, § 1º A, CF)	4	01/07/2019	01/07/2019	11.621,58	14.346,32	14.346,32	699,86	0	15.046,18	0
10667-28.2014.5.15.0029	CLAUDIA APARECIDA ALFOTTI	Alimentício (art. 100, § 1º A, CF)	6	01/07/2019	01/07/2019	15.767,04	15.767,04	15.767,04	769,17	0	16.536,21	0
10722-94.2014.5.15.0120	JOSÉ ROBERTO PEREIRA	Alimentício (art. 100, § 1º A, CF)	5	01/07/2019	01/07/2019	32.471,05	37.385,38	37.385,38	1.823,77	0	39.209,15	0
1354-77.2013.5.15.0029	ANA MARIA MARTINEZ JATOBA	Alimentício (art. 100, § 1º A, CF)	3	01/07/2019	01/07/2019	29.524,35	29.524,35	29.524,35	1.619,89	0	31.144,24	0
1709-87.2013.5.15.0029	SEBASTIÃO DUARTE VARELLA NETO	Alimentício (art. 100, § 1º A, CF)	17	01/07/2019	01/07/2019	10.631,15	12.591,12	12.591,12	317,33	0	12.908,45	0
1843-17.2013.5.15.0029	GILBERTO RODRIGUES FERREIRA	Alimentício (art. 100, § 1º A, CF)	16	01/07/2019	01/07/2019	22.711,38	34.684,93	34.684,93	998,61	0	35.683,54	0
1982-84.2013.5.15.0120	CLAUDIO NEY VARANDA	Alimentício (art. 100, § 1º A, CF)	21	01/07/2019	01/07/2019	236.672,35	297.462,74	287.462,74	6.870,58	0	304.333,32	0
2011-19.2013.5.15.0029	PAULO CESAR PRADO	Alimentício (art. 100, § 1º A, CF)	14	01/07/2019	01/07/2019	21.279,91	21.279,91	21.279,91	612,67	0	21.892,58	0
207-50.2012.5.15.0029	NADIA ELIANE CHIANEZTIO TOMAZ	Alimentício (art. 100, § 1º A, CF)	12	01/07/2019	01/07/2019	156.388,50	192.208,91	192.208,91	8.713,95	0	200.922,86	0
309-04.2014.5.15.0029	GILVANETE DA SILVA ALMEIDA	Alimentício (art. 100, § 1º A, CF)	19	01/07/2019	01/07/2019	33.322,70	37.757,72	37.757,72	951,59	0	38.709,31	0
337-69.2014.5.15.0029	MANOEL FELIX DA ROCHA	Alimentício (art. 100, § 1º A, CF)	11	01/07/2019	01/07/2019	12.645,22	12.645,22	12.645,22	573,28	0	13.218,50	0
647-46.2020.5.15.0029	CARINA APARECIDA MENDES RODRIGUES	Alimentício (art. 100, § 1º A, CF)	1	01/07/2019	01/07/2019	18.028,76	20.839,44	20.839,44	1.163,16	0	22.002,60	0
715-93.2012.5.15.0029	DANIEL NETO SIMOES DE OLIVEIRA	Alimentício (art. 100, § 1º A, CF)	2	01/07/2019	01/07/2019	12.753,90	14.959,03	14.959,03	856,07	0	15.815,10	0
716-78.2012.5.15.0029	ZENALIA DAS GRAÇAS CARNEIRO	Alimentício (art. 100, § 1º A, CF)	7	01/07/2019	01/07/2019	25.980,55	25.980,55	25.980,55	1.267,41	0	27.247,96	0
						TOTAL	1.484.765,63	1.474.765,63	1.925.791,56	0,00	1.537.487,72	1.873.069,47
obs:				Total do Mapa de Precatórios para o exercício seguinte					1.873.069,47			
				Total de atualização monetária precatórios pagos em 2020					52.722,09			

Unidade Gestora PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA
Data Inicial de Emissão 01.01.2020
Data Final de Emissão 31.12.2020
Posição até o mês de Dezembro
Despesa 86 - Natureza: 3.3.90.91.00.00.00 - SENTENÇAS JUDICIAIS

Data	Empenho	Desp. P.Compra	Ano	Credor	Valor	Cat.
02.01.2020	2020/000023	1072		69934 INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL	5.221,04	1
				Itens de Empenho : REF. AO PAGAMENTO DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA RECLAMAÇÃO TRABALHISTA PROC.: 0011338-17.2015.5.15.0029 ALEXANDRE ALVES X MUNICÍPIO DE GUARIBA		
	2020/000022	1072		69841 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15A.	1.020,00	1
				Itens de Empenho : REF. AO PAGAMENTO DE HONORÁRIOS PERICIAIS PERITO: RAFAEL DOS SANTOS ALVES - RECLAMAÇÃO TRABALHISTA PRO C.: 0011338-17.2015.5.15.0029 ALEXANDRE ALVES X MUNICÍPIO DE GUARIBA		
				Total do Dia :	6.241,04	
30.01.2020	2020/000793	1072		8348 CAIXA ECONOMICA FEDERAL	140,58	1
				Itens de Empenho : REF. AO PAGAMENTO VERBA FGTS, RECLAMAÇÃO TRABALHISTA PROC.: 0010777-22.2017.5.15.0029 - FERNANDA DA ROCHA BÔ X MUNICÍPIO DE GUARIBA		
	2020/000794	1072		8348 CAIXA ECONOMICA FEDERAL	201,91	1
				Itens de Empenho : REF. AO PAGAMENTO VERBA FGTS, RECLAMAÇÃO TRABALHISTA PROC.: 0010777-22.2017.5.15.0029 - FERNANDA DA ROCHA BÔ X MUNICÍPIO DE GUARIBA		
	2020/000797	1072		8348 CAIXA ECONOMICA FEDERAL	202,80	1
				Itens de Empenho : REF. AO PAGAMENTO VERBA FGTS, RECLAMAÇÃO TRABALHISTA PROC.: 0010777-22.2017.5.15.0029 - FERNANDA DA ROCHA BÔ X MUNICÍPIO DE GUARIBA		
				Total do Dia :	545,29	
				Total do Mes :	6.786,33	
23.03.2020	2020/001785	1072		69841 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15A.	1.900,77	1
				Itens de Empenho : REF. AO PAGAMENTO HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS RECLAMAÇÃO TRABALHISTA PRO C.: 0001429-19.2013.5.15.0029 - FABIANE NOGUEIRA DE ANGELIS CASALETI X MUNICÍPIO DE GUARIBA		
	2020/001786	1072		71508 UNIÃO FEDERAL - MINISTÉRIO DA ECONOMIA	3.458,41	1
				Itens de Empenho : REF. AO PAGAMENTO DE VALORES OFÍCIO REQUISITÓRIO DE PEQUENO VALOR - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. PROCURADOR: CLAUDINEI FERNANDO ZANELLA - PROC.: 0009501-05.2008.4.03.6102, UNIÃO FEDERAL X MUNICÍPIO DE GUARIBA		

Unidade Gestora PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA
Data Inicial de Emissão 01.01.2020
Data Final de Emissão 31.12.2020
Posição até o mês de Dezembro

Data	Empenho	Desp. P.Compra	Ano	Credor	Total do Dia :	Valor Cat.
					Total do Mes :	5.359,18
01.04.2020	2020/002266	1072		69930 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO P	2.000,00	1
				Itens de Empenho : REF. AO PAGAMENTO DE VALORES OFÍCI		
				O REQUISITÓRIO DE PEQUENO VALOR, PA		
				GAMENTO DE HONORÁRIOS PERICIAIS PE		
				RITO: LUIZ FERNANDO DE MELLO - PRO		
				C.: 1001936-95.2019.8.26.0222, LUC		
				IANO WALLACE DA SILVA E OUTROS X M		
				UNICÍPIO DE GUARIBA		
				Total do Dia :	2.000,00	
22.04.2020	2020/002427	1072		69930 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO P	365,05	1
				Itens de Empenho : REF. AO PAGAMENTO DE VALORES OFÍCI		
				O REQUISITÓRIO DE PEQUENO VALOR -		
				HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS PROCURADOR		
				: KEILA RAQUEL DE OLIVEIRA - PROC.		
				: 0000917-71.2019.8.26.0222/02, KE		
				ILA RAQUEL DE OLIVEIRA X MUNICÍPIO		
				DE GUARIBA		
				Total do Dia :	365,05	
				Total do Mes :	2.365,05	
04.05.2020	2020/002862	1072		69930 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO P	526,86	1
				Itens de Empenho : REF. AO PAGAMENTO DE VALORES OFÍCI		
				O REQUISITÓRIO DE PEQUENO VALOR HO		
				NORÁRIOS ADVOCATÍCIOS PROCURADOR:		
				RENATO CESAR FERNANDES - PROC.: 00		
				02615-25.2013.8.26.0222/03, RENATO		
				CESAR FERNANDES X MUNICÍPIO DE GU		
				ARIBA		
				Total do Dia :	526,86	
11.05.2020	2020/002986	818		69930 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO P	700,00	1
				Itens de Empenho : REF. AO PAGAMENTO DE VALORES OFÍCI		
				O REQUISITÓRIO DE PEQUENO VALOR PA		
				GAMENTO DE HONORÁRIOS PERICIAIS PE		
				RITO: WAGNER PENHARBEL - PROC.: 00		
				00199-74.2019.8.26.0222 ECAD X MUN		
				ICÍPIO DE GUARIBA		
				Total do Dia :	700,00	
22.05.2020	2020/003119	818		69841 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15A.	1.140,00	1
				Itens de Empenho : REF. AO PAGAMENTO DE HONORÁRIOS PE		
				RICIAIS PERITO: SANDRA PEREIRA PIM		
				ENTA GARCIA - RECLAMAÇÃO TRABALHIS		

Unidade Gestora PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA
Data Inicial de Emissão 01.01.2020
Data Final de Emissão 31.12.2020
Posição até o mês de Dezembro

Data	Empenho	Desp. P.Compra	Ano	Credor	Valor Cat.
2020/003119				Itens de Empenho : TA PROC.: 0010332-56.2016.5.15.012 O VALENTIM ROCHA SANTOS X MUNICÍPI O DE GUARIBA.	
Total do Dia :					1.140,00
25.05.2020					
2020/003138	818			69930 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO P REF. AO PAGAMENTO DE VALORES OFÍCI O REQUISITÓRIO DE PEQUENO VALOR PA GAMENTO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS ADVOGADO: ANTONIO CARLOS VENTURIN PROC.: 0002960-78.2019.8.26.0222/ 01 ANTONIO CARLOS VENTURIN X MUNIC ÍPIO DE GUARIBA E OUTRO.	200,70 1
Total do Dia :					200,70
29.05.2020					
2020/003488	818			69930 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO P REF. AO PAGAMENTO DE VALORES OFÍCI O REQUISITÓRIO DE PEQUENO VALOR, P AGAMENTO DE HONORÁRIOS PERICIAIS P ERITO: CARLOS EDUARDO BASOLLI - PR OC.: 100242421-21.2017.8.26.0222 N EUSA BARBARA SANTOS MARQUES NASCIM ENTO E OUTROS X MUNICÍPIO DE GUARI BA E OUTROS.	2.000,00 1
Total do Dia :					2.000,00
Total do Mes :					4.567,56
25.06.2020					
2020/003752	818			69934 INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL REF. AO PAGAMENTO HONORÁRIOS ADVOC ATÍCIOS RECLAMAÇÕES TRABALHISTA CO TA PREVIDENCIÁRIA PROC.: 0010620-2 02015.5.15.0029, SARA REGINA DE JE SUS SOUZA X MUNICÍPIO DE GUARIBA.	1.441,05 1
2020/003756	818			69930 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO P REF. AO PAGAMENTO DE VALORES OFÍCI O REQUISITÓRIO DE PEQUENO VALOR HO NORÁRIOS ADVOCATÍCIOS PROCURADOR: CASSIA JORGE DE MORAES - PROC.: 00 00546-73.2020.8.26.0222/01 CASSIA JORGE DE MORAES X MUNICÍPIO DE GUA RIBA.	834,15 1
2020/003757	818			69930 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO P REF. AO PAGAMENTO DE VALORES OFÍCI O REQUISITÓRIO DE PEQUENO VALOR HO NORÁRIOS ADVOCATÍCIOS PROCURADOR: ELAINE CRISTINA RONCOLATO - PROC.: 0000731-14.2020.8.26.0222/01 ELAI	290,98 1

Unidade Gestora PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA
Data Inicial de Emissão 01.01.2020
Data Final de Emissão 31.12.2020
Posição até o mês de Dezembro

Data	Empenho	Desp. P.Compra	Ano	Credor	Valor Cat.	
	2020/003757			Itens de Empenho : NE CRISTINA RONCOLATO X MUNICÍPIO DE GUARIBA.		
	2020/003753	818		69841 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15A.	6.972,86	1
				Itens de Empenho : REF. AO PAGAMENTO HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS RECLAMAÇÕES TRABALHISTA PROC.: 0010620-20.2015.5.15.0029, SARA REGINA DE JESUS SOUZA X MUNICÍPIO DE GUARIBA.		
	2020/003754	818		69841 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15A.	1.000,78	1
				Itens de Empenho : REF. AO PAGAMENTO HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS RECLAMAÇÕES TRABALHISTA HONORÁRIOS PERICIAIS PERITO: JOÃO APARECIDO CALDEIRA PROC.: 0010620-20.2015.5.15.0029, SARA REGINA DE JESUS SOUZA X MUNICÍPIO DE GUARIBA.		
	2020/003755	818		69841 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15A.	900,00	1
				Itens de Empenho : REF. AO PAGAMENTO HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS RECLAMAÇÕES TRABALHISTA HONORÁRIOS CONTÁBEIS PERITO: OSWALDO CHIODA JUNIOR PROC.: 0010620-20.2015.5.15.0029, SARA REGINA DE JESUS SOUZA X MUNICÍPIO DE GUARIBA.		
				Total do Dia :	11.439,82	
				Total do Mes :	11.439,82	
03.07.2020						
	2020/004085	818		69841 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15A.	8.000,00	1
				Itens de Empenho : REF. AO PAGAMENTO HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS RECLAMAÇÃO TRABALHISTA ADVOGADO: MARCELO BARROS DE ARRUDA CASTRO PROC.: 0010869-86.2015.5.15.0120 JOSÉ ALEXANDRE DELLA CORTE JUNIOR X MUNICÍPIO DE GUARIBA		
				Total do Dia :	8.000,00	
09.07.2020						
	2020/004173	818		69930 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO P	3.000,00	1
				Itens de Empenho : REF. AO PAGAMENTO DE VALORES OFÍCIO REQUISITÓRIO DE PEQUENO VALOR HONORÁRIOS PERICIAIS. PERITO: CARLOS EDUARDO BASOLLI - PROC. 1000741-4.1.2020.8.26.0222 ESPÓLIO DE CÉLIA GOMES FERNANDES X MUNICÍPIO DE GUARIBA.		
				Total do Dia :	3.000,00	
17.07.2020						
	2020/004225	818		69841 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15A.	4.358,08	1
				Itens de Empenho : PAGAMENTO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS		

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA
Data Inicial de Emissão: 01.01.2020
Data Final de Emissão: 31.12.2020
Posição até o mês de: Dezembro

Data	Empenho	Desp. P.Compra	Ano	Credor	Valor Cat.
	2020/004225				
		Itens de Empenho :		OS. ADVOGADO: CARLOS EDUARDO RISSA TTO GAMBARINI. RECLAMAÇÃO TRABALHIST A. PROC.: 0011432-80.2015.5.15.012 O. MARIA DE FÁTIMA SOARES X MUNICI PIO DE GUARIBA PAGAMENTO HONORÁRIOS PERICIAIS. PE RITO: JOSE EDUARDO BUSCARDI CONSST ANTINI. RECLAMAÇÃO TRABALHISTA. PR OC.:0011432-80.2015.5.15.0120 MARI A DE FÁTIMA SOARES X MUNICÍPIO DE GUARIBA	
				Total do Dia :	4.358,08
				Total do Mes :	15.358,08
18.08.2020					
	2020/004792	818		69930 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO P	213,57 1
		Itens de Empenho :		REF. AO PAGAMENTO DE VALORES OFÍCI O REQUISITÓRIO DE PEQUENO VALOR HO NORÁRIOS ADVOCATÍCIOS PROCURADOR: AILTON DA SILVA PORTO - PROC.: 000 0919-41.2019.8.26.0222/01 AILTON D A SILVA PORTO X MUNICÍPIO DE GUARI BA.	
				Total do Dia :	213,57
26.08.2020					
	2020/004936	818		69930 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO P	2.000,00 1
		Itens de Empenho :		REF. AO PAGAMENTO DE VALORES OFÍCI O REQUISITÓRIO DE PEQUENO VALOR HO NORÁRIOS PERICIAS PERITO: DIEGO GO NÇALVES DE ALCANTARA PROC.: 100238 2-35.2018.8.26.0222 SHEILA CRISTIN A DOS SANTOS HUESCA PINHEIRO E OUT ROS X CDHU E MUNICÍPIO DE GUARIBA.	
				Total do Dia :	2.000,00
				Total do Mes :	2.213,57
18.09.2020					
	2020/005440	818		69930 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO P	2.000,00 1
		Itens de Empenho :		REF. AO PAGAMENTO DE VALORES OFÍCI O REQUISITÓRIO DE PEQUENO VALOR HO NORÁRIOS PERICIAIS PERITO: DIEGO G ONÇALVES DE ALCANTARA PROC.: 10004 45-53.2019.8.26.0222 MARIA AP. RIB EIRO NERES E OUTROS X CDHU E MUNIC ÍPIO DE GUARIBA.	
				Total do Dia :	2.000,00
				Total do Mes :	2.000,00
05.10.2020					
	2020/005904	818		69930 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO P	2.000,00 1

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA
Data Inicial de Emissão: 01.01.2020
Data Final de Emissão: 31.12.2020
Posição até o mês de: Dezembro

Data	Empenho	Desp. P.Compra	Ano	Credor	Valor Cat.
05.10.2020					
		Itens de Empenho :		REF. AO PAGAMENTO DE VALORES OFÍCI O REQUISITÓRIO DE PEQUENO VALOR HO NORÁRIOS PERICIAS PERITO: DIEGO GO NCALVES DE ALCANTARA - PROC.: 1000 538-79.2020.8.26.0222 MARIA DE LOU RDES MOREIRA RODRIGUES E OUTROS X CDHU E MUNICÍPIO DE GUARIBA.	
				Total do Dia :	2.000,00
				Total do Mes :	2.000,00
23.11.2020					
2020/006800	818			8348 CAIXA ECONOMICA FEDERAL	4.566,47 1
		Itens de Empenho :		REF. AO PAGAMENTO DE VERBA FGTS RE CLAMAÇÃO TRABALHISTA PROC.: 001163 0-83.2016.5.15.0120 SINDICATO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS MUNICIPAIS D E GUARIBA X MUNICÍPIO DE GUARIBA.	
2020/006799	818			69934 INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL	14.799,63 1
		Itens de Empenho :		REF. AO PAGAMENTO DE VERBA INSS RE CLAMAÇÃO TRABALHISTA PROC.: 001163 0-83.2016.5.15.0120 SINDICATO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS MUNICIPAIS D E GUARIBA X MUNICÍPIO DE GUARIBA.	
				Total do Dia :	19.366,10
				Total do Mes :	19.366,10
03.12.2020					
2020/007134	818			69930 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO P	270,94 1
		Itens de Empenho :		REF. AO PAGAMENTO DE VALORES OFÍCI O REQUISITÓRIO DE PEQUENO VALOR - VALOR PRINCIPAL PROC.: 0001699-20, 2015.8.26.0222/03 ANTONIO CARLOS V ENTURIM X MUNICÍPIO DE GUARIBA	
				Total do Dia :	270,94
11.12.2020					
2020/007285	1823			69930 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO P	5.486,63 1
		Itens de Empenho :		REF. AO PAGAMENTO DE CUMPRIMENTO D E DETERMINAÇÃO JUDICIAL - DEPÓSITO EM JUÍZO DOS VALORES RESCISÓRIOS DO ESPÓLIO DE JOÃO BASÍLIO FERREIR A. PROC.: 0004808-76.2014.8.26.022 2.	
				Total do Dia :	5.486,63
				Total do Mes :	5.757,57
				Total Geral .:	77.213,26



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 48.864.304/0001-80

LEI COMPLEMENTAR Nº 2.915 – DE 06 DE AGOSTO DE 2015

DISPÕE SOBRE O SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DO PODER EXECUTIVO, PARA AUXILIAR A FISCALIZAÇÃO CONTÁBIL, FINANCEIRA, ORÇAMENTÁRIA, OPERACIONAL E PATRIMONIAL DO MUNICÍPIO, EXERCIDA PELA CÂMARA MUNICIPAL, MEDIANTE CONTROLE EXTERNO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

A Câmara Municipal de Guariba, Estado de São Paulo, em Sessão Ordinária realizada no dia 04 de Agosto de 2015, **APROVOU** e eu – **DR. FRANCISCO DIAS MANÇANO JUNIOR**, Prefeito do Município de Guariba, **sanciono e promulgo** a seguinte...

LEI COMPLEMENTAR:

Art. 1º. Em cumprimento ao disposto no artigo 51, "caput", da Lei Orgânica do Município, e de acordo com os preceitos normativos dos artigos 61 e 62, das Instruções nº. 2/2008, do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, o Poder Executivo manterá sistema de controle interno para auxiliar a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Município, exercida pela Câmara Municipal, mediante controle externo.

Parágrafo único. O sistema de controle interno, a que se refere este artigo, visa à avaliação da ação governamental e da gestão fiscal dos administradores municipais, mediante atuação prévia, concomitante e posterior dos atos administrativos, por intermédio da fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receita.

Art. 2º. Cabe ao Agente de Controle Interno a responsabilidade direta pelos serviços de fiscalização do Sistema de Controle Interno, cujo acompanhamento far-se-á por meio de arquivos específicos da Prefeitura Municipal, contendo os relatórios e pareceres elaborados para efeito de subsidiar o Tribunal de Contas do Estado, que poderá utilizar-se dos elementos apurados, quando do auxílio ao Poder Legislativo, no exercício do controle externo do Município, nos termos do artigo 26, da Lei Complementar estadual nº. 709, de 1993.

Artigo 3º. Fica criado o emprego público de provimento efetivo de Agente de Controle Interno, padrão de referência salarial: 25-A, do Sistema Remuneratório em vigor, que integrará o Quadro de Servidores Efetivos (QSE), do inciso I, artigo 2º, da Lei Complementar nº. 2.026, de 14/01/2005, com as alterações dadas pelo inciso I, artigo 4º, da Lei Complementar nº. 2.679, de 28/03/2013, cujo posto de trabalho será preenchido mediante prévia aprovação em concurso, observada a exigência de requisitos de investidura, como os de:

I - escolaridade de ensino superior completo, com licenciatura plena de economia, administração de empresas ou contabilidade, e respectivo registro ou inscrição na entidade profissional competente;



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 48.664.304/0001-80

II - comprovação de capacitação e experiência profissional relacionadas a serviços técnicos de auditoria na área contábil, financeira e orçamentária, no âmbito da Administração Pública, por ocasião da realização de concurso público de provas e títulos, tanto por meio de apresentação de documentos de habilitação, na fase de inscrição do candidato, quanto por meio de submissão deste a uma prova escrita de conhecimentos específicos;

III - jornada de trabalho semanal de 30 horas, correspondente a seis horas de trabalho diário.

§ 1º - São atribuições específicas do Agente de Controle Interno do Poder Executivo municipal:

I - avaliar o cumprimento das metas fiscais, físicas e financeiras, e de resultados dos programas de governo, quanto à eficácia, eficiência e efetividade da gestão pública, nos órgãos e entidades da Administração municipal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado, previstas na lei orçamentária anual, lei de diretrizes orçamentárias e lei do plano plurianual;

II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados quanto à eficácia e eficiência da gestão contábil, orçamentária, financeira, operacional e patrimonial, nos órgãos e unidades da Administração municipal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

III - exercer o controle sobre o deferimento de vantagens e a forma de calcular qualquer parcela integrante do salário ou vencimento dos seus membros ou servidores;

IV - exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres do Município;

V - supervisionar as medidas adotadas pelo Poder Executivo para o retorno da despesa total com pessoal ao respectivo limite, caso necessário, nos termos dos artigos 22 e 23, da Lei Complementar federal nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal);

VI - apoiar o controle externo exercido pela Câmara Municipal, com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado, no cumprimento de sua missão institucional;

VII - dar ciência ao Tribunal de Contas do Estado, sob pena de responsabilidade solidária, ao tomar conhecimento de qualquer irregularidade, ilegalidade, ou ofensa aos princípios do "caput" do artigo 37, da Constituição Federal.

§ 2º - A unidade de serviços de controle interno disporá do Agente de Controle Interno, cuja manifestação dar-se-á por meio de relatórios, inspeções, auditorias, pareceres e outros procedimentos administrativos destinados a identificar e sanar possíveis irregularidades, podendo ser assistido e auxiliado por outros agentes municipais, como escrivãos ou chefes de setor, desde que possuam atribuições similares, conhecimento técnico suficiente para o desempenho da atividade e escolaridade mínima de ensino médio ou superior.



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 48.664.304/0001-80

§ 3º - O relatório de gestão fiscal do Chefe do Poder Executivo e o relatório resumido da execução orçamentária, ambos previstos, respectivamente, nos artigos 52 e 54, da Lei Complementar federal nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), além do contabilista e do secretário municipal responsável pela administração financeira, será assinado pelo Agente de Controle Interno.

Artigo 4º. Para o exercício de suas respectivas atribuições, o Agente de Controle Interno deverá dispor de garantias mínimas como independência para o desempenho das atividades na Administração municipal e amplo acesso a documentos de bancos de dados indispensáveis ao exercício das funções institucionais, vedado o embaraço, constrangimento ou obstáculo à sua atuação, por parte de qualquer outro agente municipal, que ficará sujeito à responsabilização administrativa, civil e criminal.

Artigo 5º. Por atuarem junto ao sistema de controle interno, os servidores municipais deverão guardar sigilo sobre dados e informações pertinentes aos assuntos, a que tiverem acesso, em decorrência do exercício de suas funções, utilizando-os, exclusivamente, para a elaboração de pareceres e relatórios destinados à autoridade competente, sob pena de responsabilidade administrativa, civil e criminal.

§ 1º - Constatada irregularidade ou ilegalidade pelo sistema de controle interno, a unidade de serviços comunicará a autoridade responsável para a tomada de providências, devendo, sempre, proporcionar a oportunidade de esclarecimentos sobre os fatos levantados.

§ 2º - Não havendo a regularização relativa a irregularidades ou ilegalidades, ou não sendo os esclarecimentos apresentados considerados suficientes para eliminá-las ou elucidá-las, o fato será documentado e levado a conhecimento do Prefeito Municipal, para que tome providências obrigatórias imediatas para sanar a situação apontada, sob pena de responsabilidade solidária e, em seguida, arquivado, permanecendo à disposição do Tribunal de Contas do Estado.

Artigo 6º. Fica o Poder Executivo municipal autorizado a regulamentar, mediante decreto, as disposições estabelecidas nesta lei complementar, principalmente, impedimentos ao exercício da função pública, requisitos para a investidura e outras peculiaridades relacionadas ao sistema de controle interno.

Artigo 7º. As despesas decorrentes da execução desta lei complementar correrão à conta de dotações próprias consignadas na lei orçamentária anual em vigor, no exercício financeiro de 2015, suplementadas se houver necessidade.

Artigo 8º. Esta lei complementar entrará em vigor na data de sua publicação.

Guariba, 06 de Agosto de 2015.


DR. FRANCISCO DIAS MANÇANO JÚNIOR
Prefeito Municipal



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 48.684.309/0001-50

Registrada em livro próprio, no Departamento Municipal de Gestão Pública, afixada no local de costume, na mesma data, e mandado publicar em órgão de imprensa escrita local, na data de sua circulação semanal, nos termos do artigo 90, § 2º, da Lei Orgânica do Município.


ROSEMEIRE GUMIERI

Diretora do Departamento de Gestão Pública.



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 48.564.354/0001-80

LEI COMPLEMENTAR Nº 2.949 – DE 26 DE NOVEMBRO DE 2015

DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DO INCISO I DO ARTIGO 3º, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 2.915, DE 06/08/2015, QUE REGULA O SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DO PODER EXECUTIVO, PARA EFEITO DE RETIFICAÇÃO DOS REQUISITOS DE INVESTIDURA DO EMPREGO PÚBLICO DE PROVIMENTO EFETIVO DE AGENTE DE CONTROLE INTERNO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

A Câmara Municipal de Guariba, Estado de São Paulo, em Sessão Ordinária realizada no dia 24 de Novembro de 2015, **APROVOU** e eu **DR. FRANCISCO DIAS MANÇANO JÚNIOR**, Prefeito do Município de Guariba, **sanciono e promulgo** a seguinte...

LEI COMPLEMENTAR:

Art. 1º. Fica alterado o inciso I do artigo 3º, da Lei Complementar nº 2.915, de 06/08/2015, que regula o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo, para efeito de retificar os requisitos de investidura do emprego público de provimento efetivo de Agente de Controle Interno, de modo que, onde se lê: “**escolaridade de ensino superior completo, com licenciatura plena de...**”; leia-se: “**escolaridade de ensino superior completo de...**”.

Art. 2º. Esta lei complementar entrará em vigor na data de sua publicação.

Guariba, 26 de Novembro de 2015.


DR. FRANCISCO DIAS MANÇANO JÚNIOR
Prefeito Municipal

Registrada em livro próprio, no Departamento Municipal de Gestão Pública, afixada no local de costume, na mesma data, e mandado publicar em órgão de imprensa escrita local, na data de sua circulação semanal, nos termos do artigo 90, § 2º, da Lei Orgânica do Município.


ROSEMEIRE GUMIARI
Diretora do Departamento de Gestão Pública



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 48.664.304/0001-80

DECRETO Nº 3.815 - DE 30 DE JULHO DE 2.020

INSTITUI O PLANO DE CONTINGENCIAMENTO DE GASTOS PARA O ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA DE COVID-19, NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE GUARIBA/SP

O Prefeito do Município de Guariba – **DR. FRANCISCO DIAS MANÇANO JUNIOR**, no uso de suas atribuições legais e regimentais e, atribuições legais previstas na Lei Orgânica do Município de Guariba e com o disposto na Lei Federal n.º 13.979, de 06 de fevereiro de 2020; e,

Considerando que o Decreto nº 3.750, de 21 de março de 2020, declara situação de emergência de saúde pública, neste Município de Guariba, por tempo determinado, e que o Decreto nº 3.759, de 14 de abril de 2020, declara estado de calamidade pública no Município de Guariba, enquanto perdurar a pandemia da doença infecciosa viral respiratória (COVID-19);

Considerando a necessidade de priorização de recursos para combate à pandemia provocada pela COVID-19;

Considerando que as projeções econômicas e financeiras apontam para uma severa crise mundial e local, diante dos efeitos causados pelo novo Coronavírus;

Considerando ainda, a deterioração do cenário econômico nacional e, como consequência, da arrecadação tributária, com impacto imediato e significativo no caixa do município decorrente da redução abrupta da atividade econômica e, por consequência, da redução na arrecadação de tributos municipais;

Considerando a necessidade de manter a responsabilidade na gestão fiscal do Município, que se dá, dentre outras ações, com o equilíbrio entre a receita e a despesa públicas; e,

Considerando, finalmente, a necessidade da implementação de medidas no sentido de buscar o equilíbrio orçamentário e financeiro, o que resulta na premente necessidade de contingenciamento de gastos por parte do executivo; mesmo com Superávit Financeiro acumulado de exercícios anteriores, o executivo prima pela boa gestão de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal...

DECRETA:

Art. 1º - Fica instituído o Plano de Contingenciamento de Gastos, no âmbito da administração municipal, com o objetivo de promover ações que reduzam o impacto financeiro referente a Pandemia do COVID-19 nas finanças do município de Guariba/SP.

Av. Evaristo Vaz, 1.190 - Fone: (0xx16) 3251-9422 - CEP 14840-000 Cx. Postal, 49

E-mail: guariba@guariba.sp.gov.br - www.guariba.sp.gov.br



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 48.664.304/0001-80

Art. 2º - Os gestores das Secretarias do Poder Executivo Municipal, dependentes do Tesouro Municipal, nos termos da legislação pertinente, deverão observar as medidas previstas neste artigo, ficando vedadas, a partir da entrada em vigor deste Decreto:

I - A concessão de reajuste salarial para funcionários públicos, a qualquer título;

II - A concessão de reajuste no auxílio alimentação dos servidores.

Art. 3º - Ficam suspenso os contratos que mediante a pandemia não podem ser executados.

Art. 4º - A vigência do Plano de Contingenciamento é até 31 de Dezembro de 2020.

Art. 5º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as demais disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Guariba, em 30 de julho de 2020.


DI. FRANCISCO DIAS MANÇANO JUNIOR
Prefeito Municipal de Guariba

Registrado em livro próprio, no Departamento de Gestão Pública, afixado no local de costume, no quadro de avisos da sede da Prefeitura, na mesma data, e mandado publicar na Imprensa Oficial do Município, criada pela Lei municipal nº 3.119/2018, com circulação diária, na forma eletrônica, nos termos do artigo 90 e § 2º, da Lei Orgânica do Município.


ROSEMEIRE GUMIERI
Diretora do Departamento de Gestão Pública



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 48.664.304/0001-80

DECRETO Nº 3.965 - DE 17 DE MAIO DE 2.021

PRORROGA A VIGÊNCIA DO PLANO DE CONTINGENCIAMENTO DE GASTOS PARA O ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA DE COVID-19, NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE GUARIBA/SP, INSTITUÍDO ATRAVÉS DO DECRETO Nº 3.815 - DE 30 DE JULHO DE 2.020

O Prefeito do Município de Guariba – CELSO ANTÔNIO ROMANO, no uso de suas atribuições legais e regimentais e, atribuições legais previstas na Lei Orgânica do Município de Guariba e com o disposto na Lei Federal n.º 13.979, de 06 de fevereiro de 2020; e,

Considerando que o Decreto nº 3.750, de 21 de março de 2020, declara situação de emergência de saúde pública, neste Município de Guariba, por tempo determinado;

Considerando que o Decreto nº 3.908, de 15 de fevereiro de 2.021, prorrogou o estado de calamidade pública no Município de Guariba, declarado pelo Decreto nº 3.759, de 14 de abril de 2020, enquanto perdurar a pandemia da doença infecciosa viral respiratória (COVID-19);

Considerando que através do Decreto Legislativo nº 2.502, de 22 de Abril de 2.021, o Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo reconheceu, em decorrência da pandemia causada pelo coronavírus – COVID-19, o estado de calamidade pública nos municípios que o tenham requerido, tendo o Município de Guariba o requerido através da Mensagem nº 14, de 16 de fevereiro de 2.021;

Considerando que, neste Município de Guariba, a pandemia da doença infecciosa viral respiratória (COVID-19), causada pelo agente do novo coronavírus, continua a avançar com mais intensidade, infectando um número ainda maior de pessoas, atingindo, até este dia 3.782 casos confirmados e 88 óbitos;

Considerando a necessidade de priorização de recursos para combate à pandemia provocada pela COVID-19;

Considerando que as projeções econômicas e financeiras apontam para uma severa crise mundial e local, diante dos efeitos causados pelo novo Coronavírus;

Considerando ainda, a deterioração do cenário econômico nacional e, como consequência, da arrecadação tributária, com impacto imediato e significativo no caixa do município decorrente da redução abrupta da atividade econômica e, por consequência, da redução na arrecadação de tributos municipais;

Considerando a necessidade de manter a responsabilidade na gestão fiscal do Município, que se dá, dentre outras ações, com o equilíbrio entre a receita e a despesa públicas; e,

Considerando, finalmente, a necessidade de manter a implementação de medidas no sentido de buscar o equilíbrio orçamentário e financeiro, o que resulta na premente necessidade de contingenciamento de gastos por parte do executivo; mesmo com Superávit



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 48.664.304/0001-80

Financeiro acumulado de exercícios anteriores, o executivo prima pela boa gestão de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal...

DECRETA:


Art. 1º - Fica prorrogada, até 31 de dezembro de 2.021, a vigência do Plano de Contingenciamento de Gastos, no âmbito da administração municipal, instituído pelo Decreto nº 3.815, de 30 de julho de 2.020, com o objetivo de promover ações que reduzam o impacto financeiro referente a Pandemia do COVID-19 nas finanças do município de Guariba/SP.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir do dia 01/01/2.021.

Prefeitura Municipal de Guariba, em 17 de maio de 2.021.


CELSON ANTONIO ROMANO
Prefeito Municipal

Registrado em livro próprio, no Departamento de Gestão Pública, afixado no local de costume, no quadro de avisos da sede da Prefeitura, na mesma data, e mandado publicar na Imprensa Oficial do Município, criada pela Lei municipal nº 3.119/2018, com circulação diária, na forma eletrônica, nos termos do artigo 90 e § 2º, da Lei Orgânica do Município.


JOSIANE CAMINHAS RIBEIRO
Assistente Administrativo



Gestão de Enfrentamento da COVID-19

QUESTIONÁRIO

8 de Janeiro- 2021

Data-base: 31/12/2020



TCESP
Tribunal de Contas
do Estado de São Paulo

Gestão de Enfrentamento do COVID-19 - Dezembro 2020

A. RECEITA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

A.1) Informe a Receita Total Arrecadada até 31/12/2020:

Resposta: R\$ 123,418,255.62

Comentários: Valor sujeito a alterações - contas em conciliação.

A.2) Informe a estimativa inicial de Arrecadação de Receita até 31/12/2020:

Resposta: R\$ 123,000,000.00

Comentários: -

Gestão de Enfrentamento do COVID-19 - Dezembro 2020

B. EXAMES PRELIMINARES

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

1) Houve edição do decreto de calamidade pública ou de estado de emergência?

Resposta: **Sim**

Comentários: -

1.1) Informar o número do decreto:

Resposta: **3.759 DE 14 DE ABRIL DE 2.020**

Comentários: -

1.2) Informar a data de publicação do decreto:

Resposta: **15/04/2020**

Comentários: -

1.3) Informe a URL de publicação do decreto de calamidade:

Resposta: **<https://www.imprensaoficialmunicipal.com.br/guariba>**

Comentários: -

2) Houve reconhecimento do Decreto pela Assembleia Legislativa?

Resposta: **Sim**

Comentários: Houve reconhecimento através de Decreto Legislativo nº2495 de 31 de março de 2020.

2.1) Informar a data de remessa do Decreto de Calamidade à Assembleia Legislativa:

Resposta: **31/03/2020**

Comentários: -

3) Providenciou a formação de equipe multidisciplinar ou comitê de crise para avaliações, deliberações e acompanhamento do planejamento e das ações de enfrentamento ao COVID-19?

Resposta: **Sim**

Comentários: Publicação da Portaria: https://dosp.com.br/exibe_do.php?i=MTI1NDA5

Gestão de Enfrentamento do COVID-19 - Dezembro 2020

B. EXAMES PRELIMINARES

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

3.1) Há participação do Conselho Municipal de Saúde nesta equipe multidisciplinar ou comitê de crise?

Resposta: **Sim**

Comentários: -

3.2) Há divulgação à população das medidas sanitárias sobre o enfrentamento ao COVID-19?

Resposta: **Sim**

Comentários: -

3.3) Qual o meio utilizado para a divulgação à população das medidas sanitárias sobre o enfrentamento ao COVID-19?

Resposta: **A divulgação é realizada através de carro de som, no site oficial da prefeitura, redes sociais e cartazes distribuídos à população.**

Comentários: -

4) Foi elaborado plano municipal de enfrentamento ao COVID-19?

Resposta: **Sim**

Comentários: -

5) Existem instrumentos (planilhas e/ou aplicativos) para o acompanhamento da involução ou evolução das demandas relacionadas às ações de enfrentamento ao COVID-19?

Resposta: **Sim**

Comentários: -

6) O Município está divulgando todos os atos, as receitas e as despesas decorrentes da situação de calamidade pública no portal de transparência do município, em conformidade com o Comunicado SDG nº 18/2020?

Resposta: **Sim**

Comentários: -

Gestão de Enfrentamento do COVID-19 - Dezembro 2020

B. EXAMES PRELIMINARES

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

6.1) Informe a URL de divulgação dos atos, receitas e despesas decorrentes da situação de calamidade pública:

Resposta: <https://guariba.sp.gov.br/portal-da-transparencia/covid-19>

Comentários: -

Gestão de Enfrentamento do COVID-19 - Dezembro 2020

C. ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, CONTÁBIL E FISCAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

7) Houve criação, aperfeiçoamento ou ampliação de programas governamentais, destinados ao enfrentamento do COVID-19?

Resposta: Sim

Comentários: -

7.1) Informe o nome dos programas ou ações governamentais criados, aperfeiçoados ou ampliados relacionados ao enfrentamento do COVID-19

Resposta: Programa criado na Vigilância em Saúde - Enfrentamento da Emergência de Saúde - Coronavírus Covid-19; Ações do Covid-19 no SUAS para acolhimento; Ações do Covid-19 no SUAS para EPI; Ações do Covid-19 no SUAS para acolhimento; Incremento temporário ao Bloco de Proteção Social Especial para ações de combate; Recursos Financeiros Estaduais referente a cofinanciamento de Benefícios Eventuais.

Comentários: -

8) Houve recebimento de repasses federais e/ou estaduais destinados ao enfrentamento do COVID-19 até o presente momento?

Resposta: Sim

Comentários: -

8.1) Qual o montante de repasses federais recebidos para o enfrentamento do COVID-19 até o presente momento?

Resposta: R\$ 5,824,637.81

Comentários: -

8.2) Qual o montante de repasses estaduais recebidos para o enfrentamento do COVID-19 até o presente momento?

Resposta: R\$ 204,459.97

Comentários: -

9) Houve realização de despesas para o enfrentamento do COVID-19 até o presente momento (independentemente da fonte de recursos e da função de governo)?

Gestão de Enfrentamento do COVID-19 - Dezembro 2020

C. ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, CONTÁBIL E FISCAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

Resposta: Sim

Comentários: -

9.1) Qual o montante total de despesas para o enfrentamento do COVID-19 até o presente momento (independentemente da fonte de recursos e da função de governo)?

Resposta: Valor Empenhado: R\$ 4,043,566.44
Valor Liquidado: R\$ 3,957,687.41
Valor Pago: R\$ 3,897,687.51

Comentários: -

10) As receitas e despesas destinadas ao enfrentamento ao COVID-19 estão sendo lançadas na contabilidade, com o código de aplicação 312, conforme estabelecido no Comunicado AUDESP nº 28/2020?

Resposta: Sim

Comentários: -

11) Houve a elaboração de plano de contingência orçamentária?

Resposta: Sim

Comentários: -

11.1) A Prefeitura realizou alguma medida de contingenciamento em face da queda na arrecadação, até o presente momento?

Resposta: Sim

Comentários: -

11.1.1) Especifique as medidas adotadas

Resposta: não será realizado dissídio coletivo e o reajuste no auxílio alimentação.

Comentários: -

11.2) A Câmara adotou alguma medida para auxiliar a Prefeitura no combate à pandemia ?

Resposta: Sim

Gestão de Enfrentamento do COVID-19 - Dezembro 2020

C. ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, CONTÁBIL E FISCAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

Comentários: -

11.2.1) Especifique as medidas adotadas

Resposta: Houve agilidade na votação dos projetos de leis referentes as alterações orçamentárias relacionadas as despesas emergenciais para o enfrentamento ao Novo Coronavírus (Covid-19).

Comentários: -

12) Realizou alguma renúncia de receita até o presente momento?

Resposta: Não

Comentários: -

12.1) Qual o montante total de renúncia de receita realizada até o presente momento?

Resposta: -

Comentários: -

12.2) Desse montante total, qual o valor de renúncia de receita realizada para atender à necessidade imposta pela pandemia?

Resposta: -

Comentários: -

13) Houve abertura de créditos extraordinários?

Resposta: Não

Comentários: -

13.1) Qual o montante total de créditos extraordinários abertos até o presente momento?

Resposta: -

Comentários: -

Gestão de Enfrentamento do COVID-19 - Dezembro 2020

C. ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, CONTÁBIL E FISCAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

13.2) Deste montante total, qual o valor de créditos extraordinários abertos exclusivamente para o enfrentamento do COVID-19, até o presente momento?

Resposta: -

Comentários: -

13.3) A abertura dos créditos extraordinários está amparada em alguma fonte ou dotação existente no orçamento?

Resposta: -

Comentários: -

13.4) Houve estimativa de impacto sobre o equilíbrio orçamentário e financeiro para a abertura de créditos extraordinários?

Resposta: -

Comentários: -

13.5) Houve cientificação ao Poder Legislativo sobre a abertura de créditos extraordinários?

Resposta: -

Comentários: -

14) Existem reservas de contingência previstas no orçamento de 2020?

Resposta: Sim

Comentários: -

14.1) Qual o montante total da reserva de contingência previsto no orçamento de 2020?

Resposta: R\$ 1,230,000.00

Comentários: -

Gestão de Enfrentamento do COVID-19 - Dezembro 2020

C. ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, CONTÁBIL E FISCAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

14.2) Houve utilização de reserva de contingência prevista no orçamento de 2020 até o presente momento, destinada ou não ao enfrentamento do COVID-19?

Resposta: Não

Comentários: -

14.3) Qual o montante total da reserva de contingência utilizada até o presente momento?

Resposta: -

Comentários: -

14.4) Deste montante total, qual o valor de reserva de contingência foi destinada ao enfrentamento do COVID-19?

Resposta: -

Comentários: -

15) Houve requisição de bens ou serviços de particular destinada ao enfrentamento do COVID-19?

Resposta: Não

Comentários: -

15.1) Houve fixação e/ou pagamento de valor à título de ressarcimento em face de requisição de bens ou serviço de particular, destinada ao enfrentamento do COVID-19?

Resposta: -

Comentários: -

15.2) Qual o valor total fixado e/ou pago, até o momento, a este título pela prefeitura?

Resposta: -

Comentários: -

Gestão de Enfrentamento do COVID-19 - Dezembro 2020

C. ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, CONTÁBIL E FISCAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

15.3) Houve estudo ou levantamento prévio para fixação do justo valor do bem ou serviço requisitado?

Resposta: -

Comentários: -

Gestão de Enfrentamento do COVID-19 - Dezembro 2020

D. EXAME DE CONTRATAÇÕES COM BASE NO DECRETO DE CALAMIDADE PÚBLICA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

16) A Prefeitura realizou dispensas de licitação fundamentadas no art. 24, IV da Lei Federal nº 8.666/93, para enfrentamento do COVID-19?

Resposta: Sim

Comentários: -

16.1) Qual o montante total dos valores contratados com dispensas de licitação fundamentadas na Lei Federal nº 8.666/93, para enfrentamento do COVID-19, até o presente momento?

Resposta: R\$ 254,490.92

Comentários: -

17) A Prefeitura realizou dispensas de licitação com fundamento na Lei Federal nº 13.979/2020, para enfrentamento do COVID-19?

Resposta: Sim

Comentários: -

17.1) Qual o montante total dos valores contratados com dispensas de licitação fundamentadas na Lei Federal nº 13.979/2020, para enfrentamento do COVID-19, até o presente momento?

Resposta: R\$ 578,560.00

Comentários: -

18) A Prefeitura realizou contratação a partir da adesão a registro de preços promovido por outro ente federativo (carona) para enfrentamento do COVID-19?

Resposta: Não

Comentários: -

18.1) Qual o montante total dos valores contratados a partir da adesão a registro de preços promovido por outro ente federativo (carona) para enfrentamento do COVID-19, até o presente momento?

Resposta: -

Gestão de Enfrentamento do COVID-19 - Dezembro 2020

D. EXAME DE CONTRATAÇÕES COM BASE NO DECRETO DE CALAMIDADE PÚBLICA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

Comentários: -

Gestão de Enfrentamento do COVID-19 - Dezembro 2020

E. EXAME DE CONTRATAÇÕES COM O 3º SETOR

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

19) A Prefeitura realizou repasses ao 3º Setor voltados ao enfrentamento do COVID-19, até o presente momento?

Resposta: Sim

Comentários: -

19.1) Qual o montante total repassado ao 3º Setor, voltado ao enfrentamento do COVID-19, até o presente momento?

Resposta: R\$ 1,211,025.98

Comentários: -

Gestão de Enfrentamento do COVID-19 - Dezembro 2020

F. RECURSOS HUMANOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

20) Houve contratação emergencial de pessoal destinada ao enfrentamento do COVID-19?

Resposta: Sim

Comentários: -

20.1) Qual o montante total dos valores despendidos (liquidados) com o pagamento de pessoal contratado emergencialmente para o enfrentamento do COVID-19, até o presente momento?

Resposta: R\$ 1,508,902.48

Comentários: -

Gestão de Enfrentamento do COVID-19 - Dezembro 2020

G. ASSISTÊNCIA SOCIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

21) A Secretaria Municipal de Assistência Social, ou órgão equivalente, vem tomando medidas de enfrentamento aos efeitos do COVID-19 sobre a população?

Resposta: Sim

Comentários: -

21.1) Citar, resumidamente, as medidas sociais de enfrentamento do COVID-19 mais relevantes adotadas.

Resposta: Distribuição de máscaras a todos os funcionários e clientela dos programas assistenciais; Afastamento de contágio; Incentivo a vacinação da gripe; intensificação do fornecimento de alimentos. Testes em todos os funcionários da Secretaria

Comentários: -

21.2) Qual o montante total dos valores despendidos (liquidados) na adoção das medidas sociais, até o presente momento?

Resposta: R\$ 162,275.90

Comentários: -

21.3) Houve elaboração de plano de enfrentamento dos efeitos do COVID-19 sobre a população pela Secretaria Municipal de Assistência Social, ou órgão equivalente?

Resposta: Sim

Comentários: -

21.4) Houve participação do Conselho Municipal de Assistência Social no planejamento e/ou acompanhamento das medidas sociais de enfrentamento ao COVID-19 adotadas pela Secretaria?

Resposta: Sim

Comentários: Avaliação do Conselho municipal da Assistência Social (CMAS), principalmente com os recursos financeiros recebidos via Fundo Estadual e Nacional de Assistência Social para ações na Proteção Básica e Especial, tanto a nível público como para o Terceiro Setor.

Gestão de Enfrentamento do COVID-19 - Dezembro 2020

G. ASSISTÊNCIA SOCIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

21.5) Houve necessidade de adoção de medidas sociais, decorrentes da pandemia, que não estavam contempladas no plano de enfrentamento do COVID-19?

Resposta: **Sim**

Comentários: Acompanhamento sistemático com benefícios na proteção básica para famílias em vigilância e suspeita, e idosos institucionalizados e com destinação de cobertores devido às intempéries meteorológicas inclusive.

21.6) Houve distribuição de recursos financeiros municipais à população carente (auxílio emergencial municipal), em decorrência da crise do COVID-19?

Resposta: **Não**

Comentários: -

21.7) Qual o montante total dos valores despendidos (liquidados) neste auxílio emergencial municipal, até o presente momento?

Resposta: -

Comentários: -

21.8) Quantas pessoas foram atendidas pelo auxílio emergencial municipal, até o presente momento?

Resposta: -

Comentários: -

21.9) A prefeitura recebeu doações em espécie destinadas à assistência social?

Resposta: **Não**

Comentários: -

21.9.1) Informe o valor:

Resposta: -

Comentários: -

Gestão de Enfrentamento do COVID-19 - Dezembro 2020

G. ASSISTÊNCIA SOCIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

21.10) A prefeitura recebeu doações de produtos ou materiais destinadas à assistência social?

Resposta: Sim

Comentários: -

21.10.1) Informe:

Resposta: Arrecadação Campanha COVID Municipal/ Fundo Social:
Gêneros Alimentícios: 1.140 kg
Produtos de Higiene e Limpeza: 661 unidades
Plano de Contingência COVID 19 ESTADUAL - Ajuda ao Município:
07/05/2020 - Alimento Solidário Cestas: 1.105 unidades
07/05/2020 - Cesta São João: 369
22/05/2020 - Kit Dr Dentuço: 900 unidades
22/05/2020 - Máscaras de Tecido: 200 unidades
22/05/2020 - Creme Dental tubos de 90 gramas: 72 unidades
22/05/2020 - Sandália KID Flex n°. 27 - 24 pares
22/05/2020 - Sandália KID Love n°. 28 - 168 pares
21/07/2020 - Alimento Solidário Cestas: 1.105 unidades

Comentários: -

Gestão de Enfrentamento do COVID-19 - Dezembro 2020

H. EDUCAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

22) No decorrer do mês em exame, as aulas presenciais para os alunos da rede municipal de ensino sofreram paralisação, devido à Pandemia do COVID-19?

Resposta: Total

Comentários: -

22.1) A Secretaria Municipal de Educação, ou órgão equivalente, vem tomando medidas educacionais de emergência voltadas a mitigar os possíveis impactos sobre a aprendizagem?

Resposta: Sim

Comentários: -

22.2) Citar, resumidamente, as medidas mitigadoras de impacto sobre a aprendizagem mais relevantes adotadas.

Resposta:

- 1.Implantação de atividades remotas impressas com garantia para todos os alunos da rede, já orientando sobre a implantação do Ensino Híbrido no retorno das aulas presenciais.
- 2.Adesão ao Centro de Mídias da SEDUC, como forma de ampliação e aquisição dos conteúdos curriculares, com divulgação do acesso ao aplicativo e da grade de programação semanal das aulas, disponibilizadas vias redes sociais e outras ferramentas.
- 3.Distribuição do Material EMAI e Ler e escrever a todos os alunos do 1º ao 5º ano e do Caderno São Paulo faz Escola para os alunos do 6º ao 9º ano da rede, como recurso complementar das atividades pedagógicas físicas impressas, que recebem quinzenalmente, com indicações das páginas desse material , que deverão ser desenvolvidas e anexadas ao bloco físico de suas tarefas.
- 4.Para a Educação Infantil, os pais contam com uma rotina quinzenalmente, composta de material impresso com sugestões de atividades próprias de interação e brincadeiras para realizarem, alinhadas aos direitos de aprender dessa faixa etária. As crianças de 3, 4 e 5 anos, além do caderno rodizio de registros de atividades planejadas e impressas , estão desenvolvendo atividades da apostila do Sistema de Ensino Gêneses da Editora Brasil Cultural adotado na rede, recebendo o apoio dos docentes, por meio de vídeos aula, gravações de áudios e outros meios.
- 5.Atualização do canal comunicativo dos grupos de alunos e famílias, para uso de ferramentas tecnológicas como Whatsapp, telefones e outros ambientes tecnológicos, para apoiar e

Gestão de Enfrentamento do COVID-19 - Dezembro 2020

H. EDUCAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

orientar no desenvolvimento das atividades pedagógicas remotas;

6.Oferecimento quinzenalmente de atividades escolares adaptadas aos alunos do AEE, com orientações às famílias, acompanhamento diário interativo dos Professores especializados e do professor de apoio pedagógico ,com uso de ferramentas tecnológicas, assegurando o vínculo afetivo e comunicativo com esses educandos e famílias, auxiliando no desenvolvimento das atividades remotas.

Comentários: -

22.2.1) Estão sendo adotadas medidas alternativas para substituir as aulas presenciais?

Resposta: Sim

Comentários: -

22.2.1.1) Relacione:

Resposta: aulas "on line"
aulas por canal de TV
material impresso
outros

Comentários: Utilização de redes sociais para interação entre professores, alunos e pais/ responsáveis

22.2.1.1.1) Informe quais são as outras medidas alternativas de substituição das aulas presenciais:

Resposta: Utilização de redes sociais para interação entre professores, alunos e pais/ responsáveis

Comentários: -

22.3) Qual o montante total dos valores despendidos (liquidados) na adoção de medidas mitigadoras de impacto sobre a aprendizagem, até o presente momento?

Resposta: R\$ 1,206,544.66

Comentários: -

Gestão de Enfrentamento do COVID-19 - Dezembro 2020

H. EDUCAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

22.4) A prefeitura recebeu doações em espécie destinadas à educação?

Resposta: **Não**

Comentários: -

22.4.1) Informe o valor:

Resposta: -

Comentários: -

22.5) A prefeitura recebeu doações de produtos ou materiais destinadas à educação?

Resposta: **Não**

Comentários: -

22.5.1) Informe:

Resposta: -

Comentários: -

22.6) Houve elaboração de plano de enfrentamento do COVID-19 pela Secretaria Municipal de Educação, ou órgão equivalente?

Resposta: **Não**

Comentários: Foi emitida resolução com orientações gerais relativas ao período de suspensão das atividades escolares presenciais. Resolução nº 02 de 06 de maio de 2.020.

22.7) Houve participação do Conselho Municipal de Educação no planejamento e acompanhamento das medidas mitigadoras de impacto sobre a aprendizagem adotadas pela Secretaria?

Resposta: **Sim**

Comentários: Assunto tratado quando na reunião do Conselho para apreciação e aprovação da prestação de contas referente ao primeiro trimestre de 2.020, momento em que foram discutidas as ações já desencadeadas, a exemplo a manifestação de interesse no convênio junto à SEDUC para utilização da plataforma disponibilizada e do Centro de Mídias, entre outras ações.

Gestão de Enfrentamento do COVID-19 - Dezembro 2020

H. EDUCAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

22.8) Houve necessidade de adoção de medidas mitigadoras de impacto sobre a aprendizagem, decorrentes da pandemia, que não estavam contempladas no plano de enfrentamento do COVID-19?

Resposta: -

Comentários: -

22.9) Houve Distribuição de merenda escolar aos alunos, durante a suspensão total ou parcial das aulas presenciais?

Resposta: **Sim**

Comentários: Fora realizado todo o levantamento em relação à determinação do valor per capita de investimento em alimentação escolar por aluno matriculado na rede municipal, após publicações das legislações federais que regulamentaram a distribuição e com lei municipal específica, aprovada e sancionada inclusive, sendo realizado processo licitatório para aquisição dos respectivos gêneros alimentícios. As aquisições ocorreram, sendo que as distribuições dos kits alimentação referentes aos meses de abril (primeiro kit), maio (segundo kit), junho (terceiro kit), julho (quarto kit), ou seja, 4 kits para cada aluno matriculado na rede municipal de ensino, estando previstas futuras distribuições desde que permaneça a suspensão das aulas presenciais.

Gestão de Enfrentamento do COVID-19 - Dezembro 2020

I. SAÚDE

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

23) A Secretaria Municipal de Saúde, ou órgão equivalente, vem tomando medidas voltadas ao enfrentamento dos efeitos do COVID-19 sobre a saúde da população?

Resposta: Sim

Comentários: -

23.1) Qual o montante total dos valores despendidos (liquidados) na adoção de medidas de saúde voltadas ao enfrentamento ao COVID-19, até o presente momento?

Resposta: R\$ 2,550,797.65

Comentários: -

23.2) A prefeitura recebeu doações em espécie destinadas à saúde?

Resposta: Não

Comentários: -

23.2.1) Informe o valor:

Resposta: -

Comentários: -

23.3) A prefeitura recebeu doações de produtos ou materiais destinadas à saúde?

Resposta: Sim

Comentários: -

23.3.1) Informe:

Resposta: 200 Litros de álcool líquido; 300 Unidade de Tubo para Swab (teste rápido); 600 Unidades de Swab (teste rápido)

Comentários: -

23.4) Citar, resumidamente, as medidas de saúde voltadas ao enfrentamento ao COVID-19 mais relevantes adotadas.

Resposta: Criação do centro de atendimento ao paciente suspeito de COVID-19 ou apresentando quadro de síndrome gripal;

Gestão de Enfrentamento do COVID-19 - Dezembro 2020

I. SAÚDE

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

Identificação precoce dos casos suspeitos nos estabelecimentos de saúde do município; Busca ativa dos comunicantes e casos suspeitos; Implementação na compra de EPI's e outros equipamentos para manutenção da vida e prevenção ao COVID-19; Fornecimento de máscaras de tecidos para a população em geral.

Comentários: -

23.5) Houve elaboração de plano de enfrentamento do COVID-19, pela Secretaria Municipal de Saúde, ou órgão equivalente?

Resposta: **Sim**

Comentários: -

23.6) Houve participação do Conselho Municipal de Saúde no planejamento e/ou acompanhamento das medidas de saúde voltadas ao enfrentamento ao COVID-19 adotadas pela Secretaria?

Resposta: **Sim**

Comentários: -

23.7) Houve necessidade de adoção de medidas de saúde, decorrentes da pandemia, que não estavam contempladas no plano de enfrentamento do COVID-19?

Resposta: **Sim**

Comentários: Houve a implantação do polo COVID para atendimento de casos de pós COVID - pacientes que estiveram internados e necessitam de acompanhamento médico. Implantação de outra unidade de atendimento para pacientes sintomáticos respiratórios em região da cidade onde os casos estão mais concentrados, realizando visitas domiciliares e acompanhamento dos casos.

24) O Município é referência no atendimento a pacientes do COVID-19, prestando assistência a população de outro(s) municípios?

Resposta: **Não**

Comentários: -

Gestão de Enfrentamento do COVID-19 - Dezembro 2020

I. SAÚDE

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

24.1) Quantos municípios estão sendo atendidos pela rede local de saúde (excluindo o município prestador das informações)?

Resposta: -

Comentários: -

25) O Município possui hospitais de campanha construídos (montados) ou em construção (montagem)?

Resposta: Não

Comentários: -

Gestão de Enfrentamento do COVID-19 - Dezembro 2020

K. ESTATÍSTICAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

26) Número de exames coletados para o COVID-19, até o presente momento

Resposta: 14335

Comentários: -

27) Número de casos em análise do COVID-19, até o presente momento

Resposta: 42

Comentários: -

28) Número de casos descartados do COVID-19, até o presente momento

Resposta: 12836

Comentários: -

29) Número de casos confirmados do COVID-19, até o presente momento

Resposta: 1457

Comentários: -

29.1) Percentual de casos confirmados leves (se houver):

Resposta: 86.75%

Comentários: -

29.2) Percentual de casos confirmados moderados (se houver):

Resposta: 86.75%

Comentários: -

29.3) Percentual de casos confirmados graves (se houver):

Resposta: 13.25%

Comentários: -

Gestão de Enfrentamento do COVID-19 - Dezembro 2020

K. ESTATÍSTICAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

30) Número de casos recuperados do COVID-19, até o presente momento

Resposta: 1364

Comentários: -

31) Número de óbitos confirmados de COVID-19, até o presente momento

Resposta: 40

Comentários: -

32) Número de óbitos suspeitos de COVID-19, até o presente momento

Resposta: 5

Comentários: -

33) Número de óbitos descartados de COVID-19, até o presente momento

Resposta: 5

Comentários: -

34) Número de leitos na enfermaria existentes, até o presente momento

Resposta: 15

Comentários: -

35) Número de leitos na enfermaria ocupados, até o presente momento

Resposta: 1

Comentários: -

36) Número de leitos na UTI existentes, até o presente momento

Resposta: 0

Comentários: -

Gestão de Enfrentamento do COVID-19 - Dezembro 2020

K. ESTATÍSTICAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

37) Número de leitos na UTI ocupados, até o presente momento

Resposta: 0

Comentários: -

Gestão de Enfrentamento do COVID-19 - Dezembro 2020

L. EQUIPAMENTOS MÉDICO-CIRÚRGICOS ADQUIRIDOS (R\$) (CASO EXISTA) - Item 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

38.1) Tipo de equipamento médico-cirúrgico destinado ao enfrentamento da pandemia:

Resposta: **Respirador/Ventilador pulmonar**

Comentários: -

38.2) Marca/Modelo:

Resposta: **Inter 5**

Comentários: -

38.3) Quantidade:

Resposta: **1**

Comentários: -

38.4) Valor unitário:

Resposta: **R\$ 6,500.00**

Comentários: -

38.5) Local de destinação:

Resposta: **Irmandade Santa Casa de Misericórdia**

Comentários: -

Gestão de Enfrentamento do COVID-19 - Dezembro 2020

L. EQUIPAMENTOS MÉDICO-CIRÚRGICOS ADQUIRIDOS (R\$) (CASO EXISTA) - Item 2

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

38.1) Tipo de equipamento médico-cirúrgico destinado ao enfrentamento da pandemia:

Resposta: **Respirador/Ventilador pulmonar**

Comentários: -

38.2) Marca/Modelo:

Resposta: **Inter 5 Plus**

Comentários: -

38.3) Quantidade:

Resposta: **1**

Comentários: -

38.4) Valor unitário:

Resposta: **R\$ 10,000.00**

Comentários: -

38.5) Local de destinação:

Resposta: **Irmandade Santa Casa de Misericórdia**

Comentários: -

Gestão de Enfrentamento do COVID-19 - Dezembro 2020

L. EQUIPAMENTOS MÉDICO-CIRÚRGICOS ADQUIRIDOS (R\$) (CASO EXISTA) - Item 3

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

38.1) Tipo de equipamento médico-cirúrgico destinado ao enfrentamento da pandemia:

Resposta: **Respirador/Ventilador pulmonar**

Comentários: -

38.2) Marca/Modelo:

Resposta: **Inter 5 com pedestal**

Comentários: -

38.3) Quantidade:

Resposta: **2**

Comentários: -

38.4) Valor unitário:

Resposta: **R\$ 12,500.00**

Comentários: -

38.5) Local de destinação:

Resposta: **Irmandade Santa Casa de Misericórdia**

Comentários: -

Gestão de Enfrentamento do COVID-19 - Dezembro 2020

L. EQUIPAMENTOS MÉDICO-CIRÚRGICOS ADQUIRIDOS (R\$) (CASO EXISTA) - Item 4

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

38.1) Tipo de equipamento médico-cirúrgico destinado ao enfrentamento da pandemia:

Resposta: **Respirador/Ventilador pulmonar**

Comentários: -

38.2) Marca/Modelo:

Resposta: **Drager de transporte**

Comentários: -

38.3) Quantidade:

Resposta: **1**

Comentários: -

38.4) Valor unitário:

Resposta: **R\$ 15,000.00**

Comentários: -

38.5) Local de destinação:

Resposta: **Irmandade Santa Casa de Misericórdia**

Comentários: -

Gestão de Enfrentamento do COVID-19 - Dezembro 2020

L. EQUIPAMENTOS MÉDICO-CIRÚRGICOS ADQUIRIDOS (R\$) (CASO EXISTA) - Item 5

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

38.1) Tipo de equipamento médico-cirúrgico destinado ao enfrentamento da pandemia:

Resposta: **Monitor Multiparamétrico**

Comentários: -

38.2) Marca/Modelo:

Resposta: **Dixtal DX2021**

Comentários: -

38.3) Quantidade:

Resposta: **1**

Comentários: -

38.4) Valor unitário:

Resposta: **R\$ 12,000.00**

Comentários: -

38.5) Local de destinação:

Resposta: **Irmandade Santa Casa de Misericórdia**

Comentários: -

Gestão de Enfrentamento do COVID-19 - Dezembro 2020

L. EQUIPAMENTOS MÉDICO-CIRÚRGICOS ADQUIRIDOS (R\$) (CASO EXISTA) - Item 6

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

38.1) Tipo de equipamento médico-cirúrgico destinado ao enfrentamento da pandemia:

Resposta: **Monitor Multiparamétrico**

Comentários: -

38.2) Marca/Modelo:

Resposta: **Dixtal DX2020**

Comentários: -

38.3) Quantidade:

Resposta: **1**

Comentários: -

38.4) Valor unitário:

Resposta: **R\$ 13,600.00**

Comentários: -

38.5) Local de destinação:

Resposta: **Irmandade Santa Casa de Misericórdia**

Comentários: -

Gestão de Enfrentamento do COVID-19 - Dezembro 2020

L. EQUIPAMENTOS MÉDICO-CIRÚRGICOS ADQUIRIDOS (R\$) (CASO EXISTA) - Item 7

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

38.1) Tipo de equipamento médico-cirúrgico destinado ao enfrentamento da pandemia:

Resposta: **Monitor Multiparamétrico**

Comentários: -

38.2) Marca/Modelo:

Resposta: **Dixtal DX 2021**

Comentários: -

38.3) Quantidade:

Resposta: **1**

Comentários: -

38.4) Valor unitário:

Resposta: **R\$ 13,000.00**

Comentários: -

38.5) Local de destinação:

Resposta: **Irmandade Santa Casa de Misericórdia**

Comentários: -

Gestão de Enfrentamento do COVID-19 - Dezembro 2020

N. SUSPENSÃO DE PAGAMENTOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

40) Foram suspensos pagamentos de dívidas com base na Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001 ou na Lei nº 13.485, de 2 de outubro de 2017?

Resposta: **Não**

Comentários: Os pagamentos de despesas realizadas não foram suspensos, porém houve a suspensão de contratos de prestação de serviços, tais como: monitores de projetos assistenciais, prestação de serviços de capacitação e treinamento relacionados ao convênio de contratualização da Secretaria de Saúde, transportes de estudantes universitários, transporte de pacientes da APAE e o transporte de alunos da zona rural.

41) Foram suspensos pagamentos devidos no exercício de 2020 decorrentes de operações de crédito interno ou externo celebradas com o sistema financeiro ou instituições multilaterais de crédito?

Resposta: **Não**

Comentários: -

41.1) Foi firmado aditamento contratual para suspensão dos pagamentos citado no item anterior?

Resposta: -

Comentários: -

42) Foram suspensos pagamentos relativos aos recolhimentos das contribuições previdenciárias patronais dos Municípios devidas aos respectivos regimes próprios?

Resposta: **Não**

Comentários: -

42.1) Foi autorizada por lei municipal específica?

Resposta: -

Comentários: -

Gestão de Enfrentamento do COVID-19 - Dezembro 2020

N. SUSPENSÃO DE PAGAMENTOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

43) Foram suspensos pagamentos de despesas de pessoal não relacionadas na Lei Federal Complementar nº 173, de 2020?

Resposta: Não

Comentários: -

43.1) Cite o instrumento normativo:

Resposta: -

Comentários: -

44) Foram regulamentadas localmente as proibições relacionadas no artigo 8º da Lei Complementar Federal nº 173, de 2020?

Resposta: Sim

Comentários: -

44.1) Cite o instrumento normativo:

Resposta: Decreto nº 3.815 de 30/07/2020

Comentários: -



Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO

Balanco Orçamentário

Período: 12 / 2020

Município: Guariba

RECEITAS	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Previstas até o Período	Realizadas até o Período	Saldo a Realizar
RECEITAS CORRENTES	135.506.000,00	135.506.000,00	135.506.000,00	134.080.758,16	1.425.241,84
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	16.828.700,00	16.828.700,00	16.828.700,00	15.675.590,51	1.153.109,49
Contribuições	1.500.000,00	1.500.000,00	1.500.000,00	1.461.680,49	38.319,51
Receita Patrimonial	993.810,00	993.810,00	993.810,00	361.696,65	632.113,35
Receita de Serviços	138.572,00	138.572,00	138.572,00	133.178,50	5.393,50
Transferências Correntes	114.620.042,00	114.620.042,00	114.620.042,00	115.647.782,07	-1.027.740,07
Outras Receitas Correntes	1.424.876,00	1.424.876,00	1.424.876,00	800.829,94	624.046,06
RECEITAS DE CAPITAL	253.000,00	253.000,00	253.000,00	3.272.012,49	-3.019.012,49
Alienação de Bens	253.000,00	253.000,00	253.000,00	150.606,97	102.393,03
Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	3.121.405,52	-3.121.405,52
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	12.759.000,00	12.759.000,00	12.759.000,00	11.648.799,99	1.110.200,01
SUBTOTAL DAS RECEITAS (I)	123.000.000,00	123.000.000,00	123.000.000,00	125.703.970,66	-2.703.970,66
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (III) = (I + II)	123.000.000,00	123.000.000,00	123.000.000,00	125.703.970,66	-2.703.970,66
DÉFICIT (IV)				0,00	
TOTAL (V) = (III + IV)	123.000.000,00	123.000.000,00	123.000.000,00	125.703.970,66	-2.703.970,66

DESPESAS	Dotação Inicial	Créditos Adic. / Anulações	Dotação Atualizada	Empenhado	Liquidado	Pago	Saldo a Empenhar	Saldo a Liquidar	Saldo a Pagar
DESPESAS CORRENTES	117.654.500,00	8.693.287,91	126.347.787,91	113.447.186,09	110.866.211,10	110.180.391,69	12.900.601,82	2.580.974,99	685.819,41
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	61.637.035,00	1.284.319,23	62.921.354,23	59.902.722,19	59.902.722,19	59.839.517,63	3.018.632,04	0,00	63.204,56
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	56.017.465,00	7.408.968,68	63.426.433,68	53.544.463,90	50.963.488,91	50.340.874,06	9.881.969,78	2.580.974,99	622.614,85
DESPESAS DE CAPITAL	4.115.500,00	6.058.613,49	10.174.113,49	8.741.765,86	6.798.215,32	6.677.015,32	1.432.347,63	1.943.550,54	121.200,00
INVESTIMENTOS	2.546.500,00	5.724.613,49	8.271.113,49	7.059.187,01	5.115.636,47	4.994.436,47	1.211.926,48	1.943.550,54	121.200,00
AMORTIZAÇÃO / REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA	1.569.000,00	334.000,00	1.903.000,00	1.682.578,85	1.682.578,85	1.682.578,85	220.421,15	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.230.000,00	0,00	1.230.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (VI)	123.000.000,00	14.751.901,40	137.751.901,40	122.188.951,95	117.664.426,42	116.857.407,01	14.332.949,45	4.524.525,53	807.019,41
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANC. (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANC. (VIII) = (VI + VII)	123.000.000,00	14.751.901,40	137.751.901,40	122.188.951,95	117.664.426,42	116.857.407,01	14.332.949,45	4.524.525,53	807.019,41
SUPERÁVIT (IX)					8.039.544,24				
TOTAL (X) = (VIII + IX)	123.000.000,00	14.751.901,40	137.751.901,40	122.188.951,95	125.703.970,66	116.857.407,01	14.332.949,45	4.524.525,53	807.019,41

ANEXO A - Tabela de Competência

Período de análise: Janeiro/2020 a Dezembro/2020

Município: Guariba

Última competência disponível para o período em análise:

Entidade	Competência*
CÂMARA MUNICIPAL DE GUARIBA	13/2020
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA	13/2020

* Competência: Se refere ao último balancete enviado pelo órgão, referente ao período de análise deste demonstrativo, utilizado para gerar os resultados das análises.

Página 2 de2

Data de geração: 30/04/2021 11:10



Demonstrativo de Apuração das Despesas com Pessoal - Poder Executivo

Período: 3º Quadrimestre / 2020

Município: Guariba

Evolução da Despesa Líquida nos Últimos Doze Meses

DESPESAS													
Despesas com Pessoal	01/2020	02/2020	03/2020	04/2020	05/2020	06/2020	07/2020	08/2020	09/2020	10/2020	11/2020	12/2020	Total
Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Ativo	2.414.368,81	3.048.083,45	3.121.396,63	5.772.737,79	3.176.910,86	3.121.685,79	3.073.842,64	3.130.805,42	3.163.920,08	2.382.332,82	3.320.531,93	5.757.786,81	41.484.403,00
Remuneração de Agentes Políticos	69.017,99	77.288,61	77.805,53	77.805,53	77.805,53	72.636,39	75.220,96	77.805,53	77.805,53	77.805,53	75.220,95	64.624,22	900.841,67
Encargos Sociais	1.068.260,20	973.736,76	1.009.655,95	1.186.745,70	1.011.167,02	1.000.208,08	990.155,41	983.733,17	994.673,13	991.947,61	1.005.400,09	1.851.447,90	13.067.133,24
Inativos, Pensionistas e Outros Benefícios Previdenciários	21.583,00	21.583,00	21.583,00	21.583,00	21.583,00	21.583,00	21.583,00	21.583,00	21.583,00	21.583,00	21.583,00	21.583,00	258.998,00
Outras Despesas e Obrigações (variáveis)	135.111,22	121.646,62	149.803,85	92.897,96	102.768,15	92.842,44	106.269,65	92.778,14	104.280,79	101.002,51	124.770,42	108.426,74	1.332.598,67
TOTAL DESPESAS	3.708.341,22	4.242.338,44	4.380.244,96	7.151.769,98	4.390.234,56	4.308.955,70	4.267.071,66	4.306.705,26	4.362.262,53	3.574.671,47	4.547.506,39	7.803.868,67	57.043.971,39
DESPESA LÍQUIDA	3.708.341,22	4.242.338,44	4.380.244,96	7.151.769,98	4.390.234,56	4.308.955,70	4.267.071,66	4.306.705,26	4.362.262,53	3.574.671,47	4.547.506,39	7.803.868,67	57.043.971,39

ANEXO A - Tabela de Competência

Período de análise: Janeiro/2020 a Dezembro/2020

Município: Guariba

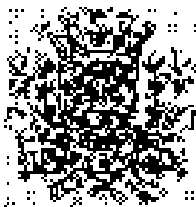
Última competência disponível para o período em análise:

Entidade	Competência*
CÂMARA MUNICIPAL DE GUARIBA	13/2020
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA	13/2020

* Competência: Se refere ao último balancete enviado pelo órgão, referente ao período de análise deste demonstrativo, utilizado para gerar os resultados das análises.

Página 2 de2

Data de geração: 30/04/2021 11:10



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA
ESTADO DE SÃO PAULO
CNPJ Nº 48.604.304/0001-80

DECLARAÇÃO

Em atendimento ao Item nº 02, da Requisição de Documentos do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, Unidade Regional de Ribeirão Preto – UR-6, **Declara**, que a servidora Ana Paula Vizenin, nomeada para o emprego público efetivo de Assistente Administrativa, em 2019 respondeu pelos serviços relacionados ao sistema de controle interno do Poder Executivo Municipal. Desde 09/01/2019, conforme Portaria nº 20.718, de 09/01/2019 e possui formação acadêmica de Professora de Educação Básica - PEB II – Disciplina Matemática, e atualmente esta nomeada como Coordenadora de Área das Organizações da Sociedade Civil, conforme Portaria nº 21.324, de 03/01/2020.

Por ser a mais ampla expressão da verdade, assino a presente declaração.

Guariba, 10 de junho de 2020

CARLOS AUGUSTO BELLINTANI
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento



PORTARIA Nº 20.718 – DE 09 DE JANEIRO DE 2019

Dispõe sobre a designação da servidora efetiva, **ANA PAULA VIZENTINI**, para exercer a função de confiança de Chefe de Serviço, e dá outras providências

DR. FRANCISCO DIAS MANÇANO JUNIOR, Prefeito do Município de Guariba, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 73, incisos I, II, IX e XIII, do artigo 73, c/c artigo 109, "caput", da Lei Orgânica do Município, com fundamento no art. 2º, inciso III, da Lei Complementar nº 2.026, de 28/03/2013, com as alterações dadas pelo art. 4º, inciso III, letra "a", da Lei Complementar nº 2.679, de 28/03/2013.

RESOLVE:

Artigo 1º. Fica designada a servidora municipal, **ANA PAULA VIZENTINI**, RG nº 40.186.443-1, titular do emprego público de Assistente Administrativa, para exercer a função de confiança de Chefe de Serviço Administrativo, junto à Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, referência 14, com jornada integral de trabalho de 40 horas semanais, requisito de escolaridade ensino fundamental, com as seguintes atribuições:

I - exercer a função específica de chefia dos serviços relacionados ao Departamento de Assuntos Administrativos para suporte e apoio a todas as atividades relacionadas com a organização e orientação dos trabalhos internos, como do controle e supervisão do processamento das parcerias entre a Administração municipal e as organizações da sociedade civil;

II - responder pelos serviços derivados das atividades relacionadas ao sistema de controle interno do Poder Executivo, participando da avaliação da ação governamental e da gestão, fiscal dos administradores municipais, cujo acompanhamento far-se-á por arquivos específicos contendo relatórios e pareceres para subsidiar o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no exercício do controle externo do Município;

III - assumir as funções da controladoria do programa social do Projeto Casulo, por meio de atividades de verificação e inspeção de ações dos agentes responsáveis, de ordem administrativa, contábil, econômica, financeira e operacional, objetivando avaliar o cumprimento das metas sociais e a execução dos programas sociais, em parceria com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social;

IV - exercer outras tarefas correlatas, de chefia e coordenação superior, de apoio e suporte direto à Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA
ESTADO DE SÃO PAULO
CNPJ nº 48.664.304/0001-80

Artigo 2º. Por se tratar de livre nomeação e exoneração, a servidora efetiva, enquanto investida na função de confiança a que se refere o artigo anterior, deverá permanecer afastada do seu emprego público de origem, com a opção pela maior remuneração.

Artigo 3º. Cessada a designação a qualquer título, a que se refere o artigo art. 1º, a servidora municipal deverá ser reconduzida para o seu emprego público de origem, sem direito a indenização.

Art. 4º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação retroagindo seus efeitos a 07 de janeiro de 2019, revogadas as disposições em contrário, especialmente, as Portarias nº 17.894, de 12 de setembro de 2013; nº 17.981, de 25 de novembro de 2013; e, nº 19.581, de 20 de fevereiro de 2017.

CARLOS AUGUSTO BELLINTANI
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento
Assinatura por delegação de função
conforme Decreto nº 3172/2016

Registrada em livro próprio junto ao Departamento de Recursos Humanos, afixada na sede da Prefeitura Municipal no local de costume, nos termos do artigo 90, da Lei Orgânica do Município, e publicada resumidamente na imprensa oficial do Município, criada pela Lei Municipal nº 3.119/2018, com circulação diária, na forma eletrônica.

BENEDITA ISABEL DA CONCEIÇÃO LOPES
Assistente Administrativa do Depto. Recursos Humanos

CÓPIA DE DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: DANILLO ENGRACIA MELLO. Sistema e-TCESP. Para obter informações sobre assinatura e/ou ver o arquivo original acesse <http://e-processo.ice.sp.gov.br> - link 'Validar documento digital' e informe o código do documento: 3-EPFR3-N6SF-6UHF-41U7



Guariba

PREFEITURA MUNICIPAL
CNPJ: 48.664.304/0001-80

Relatório de Controle Interno **Agosto de 2020**

Guariba, 29 de Setembro de 2020.

Apresentação

Esta entidade, com sujeita ao regime de fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial e controle externo, a cargo do Poder Legislativo com apoio técnico do Tribunal de Contas, em cumprimento ao que dispõe nos artigos 70 e 74 da Constituição Federal; artigos 75 a 80 da Lei 4.320/64; art. 59 da Lei Complementar 151/00 entre outras normativas, passa a apresentar o Relatório de Controle Interno.

Este relatório contém informações dos resultados obtidos na gestão administrativa, orçamentária e financeira abrangendo os seguintes itens:

1. GESTÃO ORÇAMENTÁRIA - PLANEJADO
2. GESTÃO ORÇAMENTÁRIA - EXECUTADO
3. ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS
4. EXECUÇÃO FINANCEIRA PELOS SALDOS BANCÁRIOS
5. EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR
6. APLICAÇÃO DOS RECURSOS NO ENSINO
7. APLICAÇÃO DOS RECURSOS NO FUNDEB
8. APLICAÇÃO EM SAÚDE - RECURSOS PRÓPRIOS
9. APLICAÇÃO EM SAÚDE - RECURSOS VINCULADOS
10. APLICAÇÃO EM SAÚDE - VISÃO GERAL
11. LIMITE DE DESPESAS COM PESSOAL
12. DÍVIDA CONSOLIDADA
13. OPERAÇÕES DE CRÉDITO, AVAIS E GARANTIAS
14. ANREGADAÇÃO DE DÍVIDA ATIVA
15. DESPESAS COM ENCARGOS SOCIAIS
16. REPASSES AO TERCEIRO SETOR
17. INVESTIMENTOS
18. LIMITE DOS REPASSES AO LEGISLATIVO (art. 29-A da CF)
19. REPASSES MENSIS AO LEGISLATIVO
20. LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES
21. DESPESAS COM ADIANTAMENTO
22. AÇÕES GOVERNAMENTAIS EXECUTADAS - PROJETOS
23. AÇÕES GOVERNAMENTAIS EXECUTADAS - ATIVIDADES
24. AÇÕES GOVERNAMENTAIS EXECUTADAS - OPERAÇÕES ESPECIAIS
25. AVALIAÇÃO DO SALDO CONTÁBIL DO ALMOXARFADO
26. CONCLUSÃO

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA - PLANEJADO

O Orçamento Público do município para o exercício financeiro de 2019 foi elaborado atendendo às disposições contidas na Lei nº 4.323/84, na Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), demais legislações pertinentes e em especial a Lei de Diretrizes Orçamentárias nº 196, tendo sido aprovada por meio da Lei Orçamentária Anual nº de 2019.

A Lei Orçamentária Anual nº de 2019 estipulou a receita no valor de R\$ 123.000.000,00 e fixou as despesas no valor de R\$ 119.600.000,00, evidenciando que há um **superávit no montante de R\$ 3.400.000,00**, conforme apresentado no quadro abaixo.

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA - PLANEJADO					
RECEITAS	PREVISTO	REALIZADO	RECEITAS	PREVISTO	REALIZADO
RECEITAS CORRENTES	122.747.000,00	99,79	RECEITAS DE CAPITAL	253.000,00	0,21
RECEITAS DE CAPITAL	253.000,00	0,21	RECEITAS DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	114.332.000,00	95,60	DESPESAS DE CAPITAL	4.018.000,00	3,30
DESPESAS DE CAPITAL	4.018.000,00	3,30	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.230.000,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.230.000,00	0,00	RESERVA DO RPPS	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00			

Verifica-se que este Superávit Orçamentário se dá em razão da comparação das receitas orçamentárias (previstas inicialmente no valor de R\$ 123.000.000,00 com as despesas orçamentárias (despesa inicial) no valor de R\$ 119.600.000,00, onde observa-se a ocorrência de superávit orçamentário em torno de 2,76%. Ou seja, as receitas orçamentárias apresentam um valor maior do que as despesas orçamentárias já no fim do planejamento.

Na composição desses valores do Orçamento Público pode-se observar que as Receitas Correntes apresentam o valor de R\$ 122.747.000,00 representando 99,79% das Receitas Totais e as Receitas de Capital o valor de R\$ 253.000,00, representando 0,21% sobre a mesma total. Já as Despesas Correntes apresentam o valor de R\$ 114.332.000,00 representando 95,60% da Despesa Total e as Despesas de Capital o valor de R\$ 4.018.000,00 representando 3,30% sobre a mesma total. A diferença corresponde aos valores da Reserva de Contingência - R\$ 1.230.000,00 e da Reserva do RPPS - R\$ 0,00.

Em relação à abertura de Contas Adicionais abrange-se até o momento o montante de R\$ 11.762.323,51, representando 9,84% sobre a Despesa Inicial total, sendo que 5,22% correspondem às alterações orçamentárias ocorridas em relação às Despesas Correntes e 4,62% em relação às Despesas de Capital.

Verifica-se ainda que o resultado orçamentário atualizado em relação aos valores planejados até o momento apresenta **Superávit (6,80)%**.

CÓPIA DE DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: DANILLO ENGRACIA MELLO. Sistema e-TCESP. Para obter informações sobre assinatura e/ou ver o arquivo original acesse <http://e-processo.tce.sp.gov.br> - link "Validar documento digital" e informe o código do documento: 3-EPRIK-G0ZK-66MU-8FY0.

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA - EXECUTADO

Na análise da execução orçamentária será observada a capacidade de planejamento da entidade, uma vez que será possível realizar a comparação entre as receitas previstas e as receitas arrecadadas, bem como verificar, numa visão global, o desempenho que a entidade está obtendo na aplicação dos recursos arrecadados.

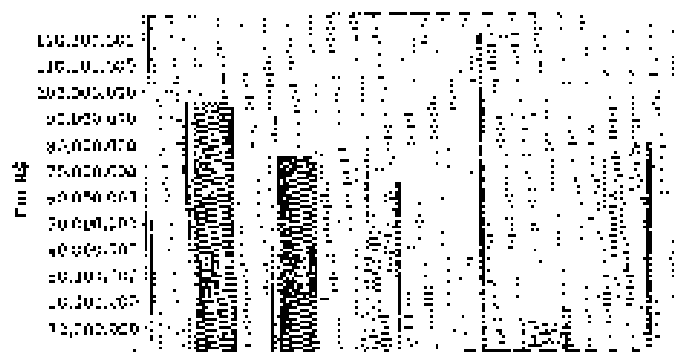
GESTÃO ORÇAMENTÁRIA - EXECUTADO							
ESPECIFICAÇÃO	PREVISTO	%	REALIZADO	%	REMANESCENTE	%	
RECEITAS CORRENTES	123.000.000,00	80,70	100.032.730,18	81,35	22.967.269,82	18,65	
RECEITA DE CAPITAL	253.000,00	0,21	803.018,32	0,32	-550.018,32	-0,21	

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA - EXECUTADO							
ESPECIFICAÇÃO	PREVISTO	%	REALIZADO	%	REMANESCENTE	%	
DESPESAS CORRENTES	188.248.050,13	100,00	58.718.239,12	31,19	129.529.811,01	68,81	
DESPESAS DE CAPITAL	1.883.372,89	0,92	9.603.505,02	5,10	-7.720.132,13	-4,18	

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA - EXECUTADO							
ESPECIFICAÇÃO	PREVISTO	%	REALIZADO	%	REMANESCENTE	%	

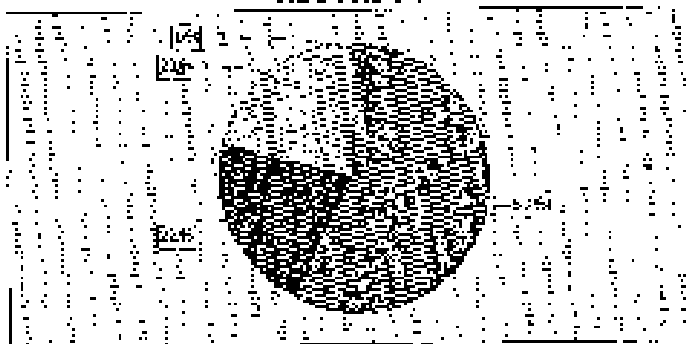
GESTÃO ORÇAMENTÁRIA - EXECUTADO - POR FONTE DE RECURSOS							
ESPECIFICAÇÃO	PREVISTO	%	REALIZADO	%	REMANESCENTE	%	
RECURSOS PRÓPRIOS	82.754.952,49	59,47	58.538.431,19	70,76	24.216.521,30	29,24	
RECURSOS ESTADUAIS	21.585.533,38	25,00	21.126.124,11	97,88	459.409,27	2,12	
RECURSOS FEDERAIS	19.660.514,13	22,48	29.985.403,82	152,47	-10.324.889,69	-52,47	
OUTRAS FONTES	5.100,00	0,01	20,00	0,00	5.080,00	0,01	

ANÁLISE GRÁFICA DOS RESULTADOS



Legenda:
 - Corrente: Receita Corrente
 - Capital: Receita de Capital

EXECUÇÃO DA DESPESA POR FONTES DE RECURSOS



Legenda:
 - Recursos Próprios: Recursos Próprios
 - Recursos Estaduais: Recursos Estaduais
 - Recursos Federais: Recursos Federais

Conforme o quadro apresentado acima, verifica-se que o valor da Projeção Atualizada até o momento é de R\$ 123.000.000,00 e o valor da Receita Realizada até o mês é de R\$ 81.469.353,34, evidenciando que 66,24% das receitas previstas já foram arrecadadas e que resta uma diferença de R\$ 41.530.646,66 de receitas que ainda precisam ser arrecadadas.

Já em relação ao Resultado Orçamentário do período verifica-se um Déficit Orçamentário, pois o valor da receita realizada até o mês

está menor que a despesa empenhada em (17,93)%, representando o valor de R\$ [14.604.679,48], conforme evidenciado na seguinte conta.

Para resultado orçamentário sob a ótica da origem e destinação por fonte de recursos, evidencia: **Déficit Orçamentário em (28,53)% para a fonte de Recursos Próprios (1); Déficit Orçamentário em (3,70)% para a fonte Recursos Estaduais (2); Déficit Orçamentário em (9,23)% para a fonte de Recursos Federais (3); a Superávit Orçamentário em 100,00% para a fonte Outras Fontes (4).**



[Handwritten signature]

ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

As informações abaixo apresentadas evidenciam a importância correspondendo as alterações orçamentárias decorrentes da abertura de créditos adicionais, tanto os autorizados pela lei orçamentária anual, como por leis específicas.

ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS									
Processo nº 000.000.000									
Data de Emissão									
Emenda	Data	Anulação	Suplemento	Exercício	Valor Anul	Suplemento	Valor Anul	Suplemento	Valor Anul
Dec. 0020/2020	18/08/2020	155.550,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dec. 1600/2020	27/08/2020	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dec. 1601/2020	27/08/2020	53.036,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dec. 1824/2020	04/09/2020	0,00	1.800.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dec. 1902/2020	25/08/2020	110.400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dec. 1999/2020	28/08/2020	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dec. 3788/2020	09/09/2020	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dec. 3789/2020	09/09/2020	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dec. 3787/2020	02/05/2020	0,00	90.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dec. 3781/2020	29/03/2020	32.405,42	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dec. 3795/2020	10/08/2020	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dec. 3797/2020	18/06/2020	22.073,54	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dec. 1791/2020	25/08/2020	230.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dec. 1754/2020	25/02/2020	621.513,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dec. 3757/2020	09/04/2020	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dec. 3763/2020	22/04/2020	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dec. 3766/2020	22/08/2020	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dec. 3757/2020	22/04/2020	0,00	61.303,75	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dec. 1745/2020	18/07/2020	21.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dec. 3735/2020	18/02/2020	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dec. 1729/2020	05/02/2020	0,00	47.847,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dec. 3710/2020	05/02/2020	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dec. 3710/2020	10/02/2020	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dec. 3710/2020	07/01/2020	54.303,56	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dec. 3736/2020	18/02/2020	0,00	382.119,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dec. 3710/2020	18/02/2020	0,00	549.182,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Dec.	37/06/2020	18/05/2020	0,00	0,00	0,00	0,00	584,14	0,00	0,00	584,14
Dec.	37/07/2020	23/02/2020	0,00	0,00	0,00	0,00	132.089,69	560.000,00	0,00	692.089,69
Dec.	37/07/2020	31/01/2020	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dec.	34/09/2020	02/01/2020	0,00	0,00	0,00	0,00	260.603,03	0,00	0,00	260.603,03
Dec.	37/08/2020	23/04/2020	0,00	0,00	0,00	0,00	337.299,00	0,00	0,00	337.299,00
Dec.	37/07/2020	19/06/2020	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dec.	37/08/2020	25/05/2020	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	229.505,94	0,00	229.505,94
Dec.	37/08/2020	31/05/2020	0,00	0,00	0,00	0,00	2.350,10	0,00	0,00	2.350,10
Dec.	37/06/2020	15/03/2020	0,00	0,00	0,00	0,00	24.000,00	0,00	0,00	24.000,00
Dec.	37/06/2020	05/05/2020	0,00	0,00	0,00	0,00	27.400,00	0,00	0,00	27.400,00
Dec.	37/05/2020	12/05/2020	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dec.	38/06/2020	03/07/2020	0,00	0,00	0,00	0,00	702.486,65	0,00	0,00	702.486,65
Dec.	36/12/2020	21/07/2020	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dec.	36/11/2020	21/07/2020	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dec.	36/17/2020	31/03/2020	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dec.	38/08/2020	07/07/2020	1.053.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.053.000,00

DOTAÇÃO INICIAL 119.600.000,00 %

CRÉDITOS ADICIONAIS 14.298.456,97 11,96

Verifica-se, portanto, pelas informações apresentadas, que o montante do Crédito Adicional Acerto é de R\$ 14.298.456,97, representando 11,96% em relação ao valor do orçamento inicial aprovado pelo Poder Judiciário.

Verifica-se ainda que a maior alteração orçamentária se deu através do Crédito Especial/Extraordinário - Excesso de Arrecadação, com montante de R\$ 4.504.427,40, representando 31,50% das alterações orçamentárias ocorridas no período.

9

Handwritten signature

EXECUÇÃO FINANCEIRA PELOS SALDOS BANCÁRIOS

Para a evidencição no Resultado Financeiro no período será verificado a disponibilidade financeira através dos saldos bancários.

EXECUÇÃO FINANCEIRA PELOS SALDOS BANCÁRIOS			R\$	
DISPONIBILIDADE FINANCEIRA (SALDOS BANCÁRIOS DISPONÍVEIS)			11.482.531,80	
DISPONIBILIDADE FINANCEIRA (SALDOS BANCÁRIOS APLICADOS)			0,00	
DESPESAS A PAGAR LIQUIDADAS (ORÇAMENTOS)			1.900.371,00	
TOTAL DAS DESPESAS A PAGAR LIQUIDADAS E NÃO LIQUIDADAS (ORÇAMENTOS)			31.154.012,80	
(=) RESULTADO FINANCEIRO EM RELAÇÃO ÀS DESPESAS LIQUIDADAS			21.573.149,90	77,95
(=) RESULTADO FINANCEIRO EM RELAÇÃO AO TOTAL DAS DESPESAS A PAGAR			1.237.848,57	3,96

EXECUÇÃO FINANCEIRA - POR FONTE DE RECURSOS						R\$	
RECURSOS PRÓPRIOS	23.143,40	30.000,00	758.651,56	5.498.403,62	11.482.531,80		
RECURSOS ESTADUAIS	0,00	0,00	270.806,30	1.806.054,92	1.305.402,60		
RECURSOS FEDERAIS	31.238,17	47.280,21	1.563.081,48	773.096,57	3.923.519,55		
OUTRAS FONTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
FONTES NÃO IDENTIFICADAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		

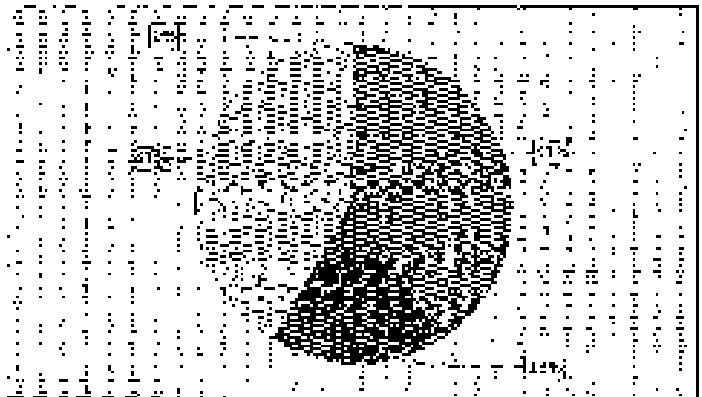
EXECUÇÃO FINANCEIRA - POR FONTE DE RECURSOS						R\$	
RECURSOS PRÓPRIOS	14.396.308,34	5.551.713,47	2.814.490,07	52,54	15.764.004,50	(5.357.617,01)	37,23
RECURSOS ESTADUAIS	3.321.832,30	1.806.054,96	4.175.797,70	70,01	1.248.643,02	2.463.208,44	39,96
RECURSOS FEDERAIS	14.700.548,43	361.602,55	14.198.544,80	97,54	8.517.204,59	6.151.343,74	41,85
OUTRAS FONTES	63.914,32	0,00	63.914,32	100,00	0,00	53.914,32	100,00

EXECUÇÃO FINANCEIRA PELOS SALDOS BANCÁRIOS



1 - Disponibilização de Recursos para Pagamento
 2 - Despesas a Pagar - Liquidadas e Não Liquidadas
 3 - Resultado em Relação aos Recursos Proprios

DISPONIBILIDADE POR FONTES DE RECURSO



a) Recursos próprios; b) Recursos Federais; c) Recursos Estaduais; d) Recursos Municipais

Os saldos bancários no período apresentam um montante de R\$ 35.422.521,95 e as despesas a pagar liquidadas apresentam um montante de R\$ 7.800.371,08 e considerando todas as despesas a pagar, inclusive as que ainda não foram liquidadas, é garantido o montante de R\$ 82.159.673,20.

Desta forma o quadro acima aponta uma situação favorável, pois para cada R\$ 1,00 de recursos disponíveis a entidade possui uma dívida a curto prazo de R\$ 0,01. Diante deste quadro, conclui-se que a entidade tende a fechar o exercício com Superavit Financeiro, cumprindo com o estabelecido no artigo 40, alínea "B" da Lei 49.206/64 e o Artigo 18, § 1º, da Lei Complementar nº 101/2000.

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR

No quadro abaixo é apresentado como está a execução de Restos a Pagar com a visão detalhada por fonte de recursos.

EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR						
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	RECEITAS	DEBITOS	ANULACAO	RECEITAS	DEBITOS	ANULACAO
RECURSOS PRÓPRIOS	239.539,75	368.403,75	0,00	73.146,40	(94,03)	
RECURSOS ESTADUAIS	3.400,00	3.400,00	0,00	0,00	(100,00)	
RECURSOS FEDERAIS	145.294,32	42.056,35	0,00	91.226,77	(62,82)	
OUTRAS FONTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FONTES NÃO IDENTIFICADAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL						
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	1.038.406,55	1.218.753,17	1.103.871,72	67.371,44	736.553,61	(61,11)
RECURSOS PRÓPRIOS	2.045.476,17	1.218.753,17	1.103.871,72	67.371,44	736.553,61	(61,11)
RECURSOS ESTADUAIS	985.322,55	406.460,24	438.464,50	1.552,00	579.356,35	(41,44)
RECURSOS FEDERAIS	1.006.461,04	1.822.125,89	1.574.846,53	751.255,51	830.016,62	(80,95)
OUTRAS FONTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FONTES NÃO IDENTIFICADAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL						

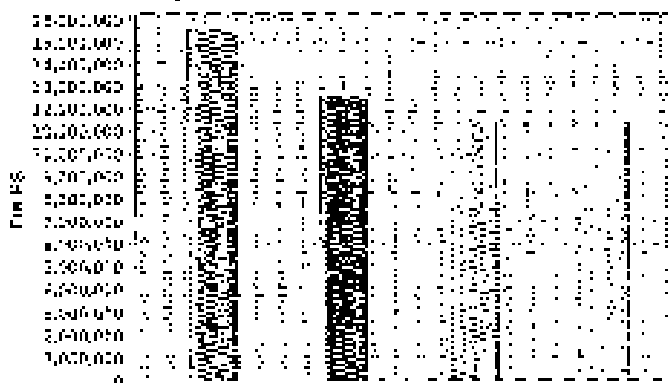
Pode-se observar que houve uma diminuição da montante a pagar correspondente aos Restos a Pagar Processados em torno de (78,35%) e em relação aos Restos a Pagar Não Processados em torno de (55,88%).

APLICAÇÃO DOS RECURSOS NO ENSINO

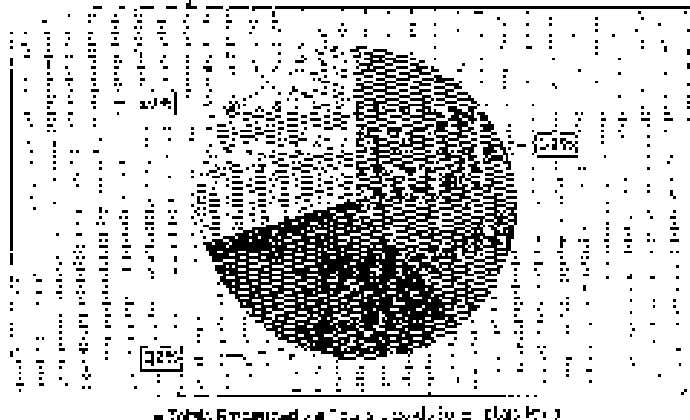
Na gestão dos recursos aplicados no Ensino é importante verificar se a percentagem, min no obrigatório exigida na legislação está sendo atendida. Neste sentido é apresentada o quadro abaixo:

APLICAÇÃO DOS RECURSOS NO ENSINO					
QUADRO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS					
RECEITAS TOTAIS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS			44.870.912,55		
APLICAÇÃO MÍNIMA OBRIGATORIA (25%)			11.217.728,14		
ESPECIFICAÇÃO	EMPENHO	LIQUIDADO	ANEXO	RECEITAS TOTAIS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS	APLICAÇÃO MÍNIMA OBRIGATORIA (25%)
EDUCAÇÃO INFANTIL	2.790.000,00	5,97	2.032.831,10	4,34	1.069.033,91
EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL	5.430.000,00	11,30	3.920.433,15	7,09	2.092.026,90
RETENÇÕES AO FUNDEB	7.230.238,05	15,56	1.200.238,05	15,56	7.100.238,05

APLICAÇÃO DOS RECURSOS NO ENSINO



APLICAÇÃO DOS RECURSOS NO ENSINO



Das informações acima apresentadas, pode-se perceber que a entidade aplica até o momento 33,12% dos recursos destinados à educação, atingindo assim a percentual mínimo de 25% exigida pela legislação em vigor.

(Assinatura)

(Assinatura)

APLICAÇÃO DOS RECURSOS NO FUNDEB

Em relação aos gastos da educação com recursos adicionais do FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação) deve ser observado se o acréscimo mínimo obrigatório está sendo aplicado com a correta aplicação dos profissionais e magistério.

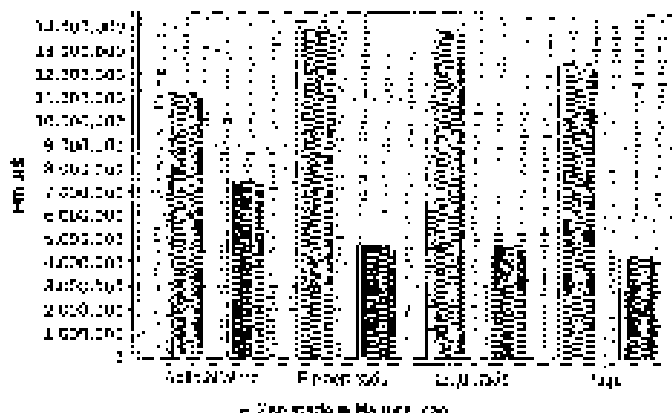
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO FUNDEB

RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB E APLICAÇÕES FINANCEIRAS FUNDEB

APLICAÇÃO MINIMA (65%)	13.797.285,33
APLICAÇÃO MINIMA AO MAGISTÉRIO (20%)	2.760.031,66
APLICAÇÃO MINIMA MANUTENÇÃO (40%)	5.537.253,67

ESF - FUNDOS	RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB	APLICAÇÕES FINANCEIRAS FUNDEB	APLICAÇÃO MINIMA (65%)	APLICAÇÃO MINIMA AO MAGISTÉRIO (20%)	APLICAÇÃO MINIMA MANUTENÇÃO (40%)	
APLICAÇÃO MAGISTÉRIO (20%)	43.870.18,08	74,57	13.797.285,33	74,57	12.571.457,53	56,95
APLICAÇÃO MANUTENÇÃO (40%)	4.277.907,40	25,48	5.537.253,67	25,48	1.315.768,03	23,02
APLICAÇÃO NO FUNDEB (95%)	10.754.955,48	100,05	18.756.955,48	110,05	16.967.215,40	80,07

APLICAÇÃO DOS RECURSOS NO FUNDEB



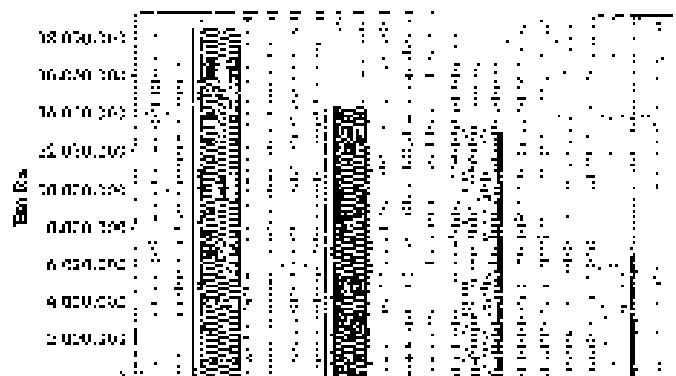
Observando as informações acima apresentadas pode-se perceber que o credenciado aplicou até o momento 74,57% dos recursos destinados ao FUNDEB, em despesas destinadas à remuneração dos profissionais do magistério, atingindo assim o percentual mínimo de 60% exigido pela legislação em vigor.

APLICAÇÃO EM SAÚDE - RECURSOS PRÓPRIOS

Em se tratando de índice mínimo obrigatório, é importante verificar se o percentual mínimo obrigatório exigido pela legislação está sendo atendido na gestão dos recursos da Saúde. Este mínimo obrigatório é verificado com base na arrecadação das Receitas de Impostos e Transferências Constitucionais e Legais.

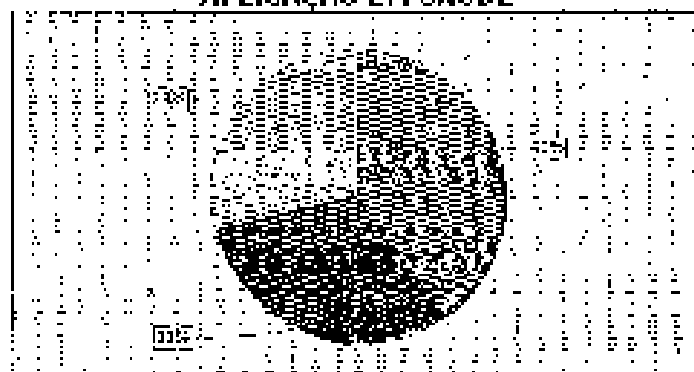
APLICAÇÃO EM SAÚDE - RECURSOS PRÓPRIOS			
QUADRO DE RECURSOS COM A SAÚDE DO GOVERNO DO ESTADO			
RECEITAS TOTAIS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS			45.769.059,85
APLICAÇÃO MÍNIMA OBRIGATORIA (15%)			6.865.358,88
APLICAÇÃO REALIZADA	14.377.049,56	31,41	
TOTAL DAS DESPESAS COM RECURSOS PRÓPRIOS	14.377.049,56		31,41
TOTAL DAS OBRIGAÇÕES	0,00	0,00	0,00
(1) Despesas com Aposentadorias - (3104.01.001)	0,00	0,00	0,00
(1) Despesas com Pensões - (3190.05.001)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS LÍQUIDAS DA SAÚDE PARA FINS DE LIMITE	14.377.049,56		31,41
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO	40,52	31,41	79,93

APLICAÇÃO EM SAÚDE - RECURSOS PRÓPRIOS



Fonte: Relatório de Gestão - 2021 - Aplicação em Saúde

APLICAÇÃO EM SAÚDE



Fonte: Relatório de Gestão - 2021 - Aplicação em Saúde

Analisando as informações acima apresentadas, pode-se perceber que a entidade aplicou até o momento 40,52% dos recursos destinados à Saúde, atingindo assim o percentual mínimo de 15% exigido pela legislação em vigor.

[Assinatura]

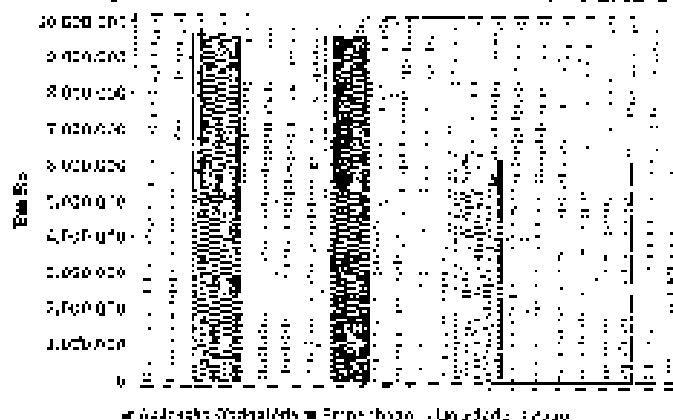
[Assinatura]

APLICAÇÃO EM SAÚDE - RECURSOS VINCULADOS

Na gestão da Saúde, além da aplicação mínima obrigatória baseada na arrecadação dos recursos próprios, a municipalidade aplica outros recursos na Saúde que não são computados na apuração desse índice. Estes recursos podem ser oriundos de convênios, parcerias entre outros órgãos e são mais conhecidos como Recursos Vinculados à Saúde. Abaixo é apresentada a aplicação desses recursos durante o ano.

APLICAÇÃO EM SAÚDE - RECURSOS VINCULADOS			
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS		RECURSOS VINCULADOS	
RECURSOS VINCULADOS (100%)		R\$ 20.021.114,14	
APLICAÇÃO OBRIGATORIA (100%)		R\$ 20.021.114,14	
DESPESA APLICADA COM RECURSOS VINCULADOS		R\$ 20.021.114,14	
Despesas com Recursos do Jufio	R\$ 22.000,00	5.042.138,57	25,18%
Despesas com Recursos do Estado	458.758,97	261.263,12	57,23%
Operações de Crédito	1,00	0,00	0,00%
Outras Despesas com Convênios	2,00	0,00	0,00%
TOTAL DE APLICAÇÃO COM RECURSOS VINCULADOS		R\$ 20,00	65,36%

APLICAÇÃO EM SAÚDE - RECURSOS VINCULADOS



■ Município (Município) ■ Estado (Estado)

Por se tratar de recursos vinculados à Saúde, 100% dos recursos devem ser aplicados na saúde ao longo do exercício, podendo haver que a entidade utilize até o no máximo 99,99% desses recursos.

APLICAÇÃO EM SAÚDE - VISÃO GERAL

No quadro a seguir é apresentada uma visão geral de como se deu a aplicação dos recursos públicos na área da Saúde por este período.

APLICAÇÃO EM SAÚDE - VISÃO GERAL			
RECURSOS COM A SAÚDE (R\$ MILHÕES)			
RECEITAS TOTAIS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS			45.769.769,06
APLICAÇÃO MÍNIMA OBRIGATORIA (15%)			6.865.465,35
RECURSOS VINCULADOS (100%)			8.720.821,10
APLICAÇÃO OBRIGATORIA (20%)			1.744.164,22
DESPESAS LÍQUIDAS DA SAÚDE PARA FINS DE LIMITE	10.543.521,00	14.377.843,58	13.594.309,17
DESPESAS APLICADAS COM RECURSOS VINCULADOS	6.862.669,08	6.853.401,68	50.37.243,04
% DE APLICAÇÃO PARA FINS DE LIMITE	40,52	51,41	29,27
% DE APLICAÇÃO COM RECURSOS VINCULADOS	64,09	50,25	64,50

Atenciosas as informações acima apresentadas é evidenciado que foram aplicadas em Ações e Serviços Públicos de Saúde, 40,52% sobre as receitas arrecadadas decorrentes de Recolhas de Impostos e Transferências Constitucionais e Legais, superando o percentual mínimo de 15% para fins de atendimento do limiar constitucional.

Já em relação à aplicação mais geral aplicada até o momento na área da Saúde pelo município, pode-se perceber que foram aplicados 50,78% sobre as receitas arrecadadas decorrentes de Recursos Vinculados à Saúde e de Recolhas de Impostos e Transferências Constitucionais e Legais.




LIMITE DE DESPESAS COM PESSOAL

O limite das despesas com pessoal está determinado na Lei Complementar 101/2000, em seu art. 10. É importante ver a entidade monitorar tanto os limites de alerta e prudencial como o limite efetivamente apurado no período. Para evidenciar e conscientizar sobre limites no município é apresentado o quadro abaixo:

LIMITE DE DESPESAS COM PESSOAL

RECAPITULAMENTO DO LIMITE

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

129.405.514,22

DESPESA TOTAL COM PESSOAL (DTP)

61.340.213,94

% DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL

47,35%

Limite Máximo (art. 10 - LRF)

60.882.185,09

54,01%

Limite Prudencial 85% (par. único art. 22 - LRF)

65.340.213,94

50,50%

Limite de Alerta 90%

60.013.964,78

46,46%

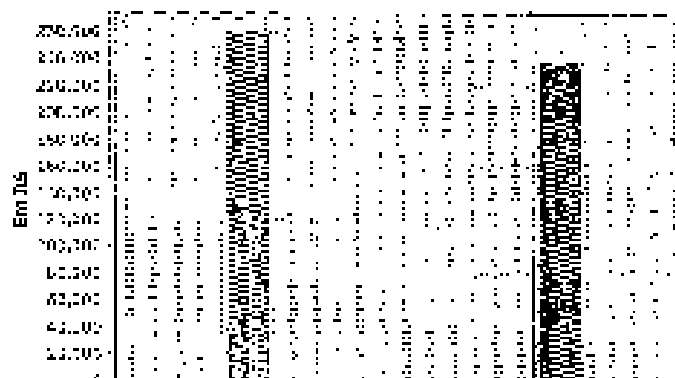
Verifica-se, portanto, que a aplicação do limite de Despesas com Despesas de Pessoal é de 47,35% em relação a Receita Corrente Líquida, estando dentro dos limites estabelecidos.



[Handwritten signature]

As informações aqui fornecidas representam a documentação da Diócesis Funchal até a presente data.

DIVIDA CONSOLIDADA



Page 1 of 1

Através dos dados ordenados no quadro acima, constatase que a Dívida Consolidada, em relação aos séculos iniciais deste ano aumentou em 0,00%.

Na composição com a Resina Composta Lúida do Município a dívida fundada representa 0,19%.

CÓPIA DE DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: DANILLO ENGRACIA MELLO. Sistema e-TCESP. Para obter informações sobre assinatura e/ou ver o arquivo original
acesse <http://e-processo.ice.sp.gov.br> - link "Validar documento digital" e informe o código do documento: 3-EPRK-G0ZK-66MJ-8FY0

OPERAÇÕES DE CRÉDITO, AVAIS E GARANTIAS

A movimentação com Operações de Crédito, Garantias e Antecipação de Receitas (ARO) são apresentadas na seguinte tabela:

OPERAÇÕES DE CRÉDITO, AVAIS E GARANTIAS			
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (EXCETO ARO)			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		123.456.789,24	
CONCESSÕES DE GARANTIAS			
Moratória		0,00	0,00
Limite Legal (art. 9º Resolução 43, Senado)		27.960.513,88	22%
Excesso a Regularizar		0,00	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (EXCETO ARO)			
Realizada no período		0,00	0,00
Limite Legal (art. 9º Resolução 43, Senado)		27.960.513,88	16%
Excesso a Regularizar		0,00	
ANTECIPAÇÃO DE RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS (ARO)			
Em 31 de Dezembro		0,00	0,00
Limite Legal (art. 10º Resolução 43, Senado)		6.643.940,70	7%

Com as informações apresentadas acima é possível perceber se houveram ocorrências de operações de crédito, concessões de garantias e antecipação de receitas orçamentárias e se estas estão dentro dos limites permitidos pela legislação. Bem como nos permitir constatar se existem excessos que precisam ser regularizados.

ARRECAÇÃO DE DÍVIDA ATIVA

Em relação ao comportamento sobre a arrecadação da Dívida Ativa Tributária e Não Tributária o gráfico a seguir é apresentado a maximização ocorrida no período.

ARRECAÇÃO DE DÍVIDA ATIVA			
ARRECAÇÃO DA DÍVIDA ATIVA	PREVISTA	ARRECADADO	
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	2.241.200,00	1.378.979,72	61,53
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA	63.121,00	32.330,71	51,22

Para-se verificar que até o momento houve uma arrecadação de valores correspondente a cobrança da Dívida Ativa Tributária e Não Tributária no montante de R\$ 1.411.310,43, representando 62,11% do valor previsto a ser realizado.

DESPESAS COM ENCARGOS SOCIAIS

As despesas com encargos sociais são obrigatórias até a finalização da prestação de serviço e a tendência é de cumprimento ou não dessa obrigação.

DESPESAS COM ENCARGOS SOCIAIS					
DESPESAS COM ENCARGOS SOCIAIS					
	LÍQUIDADO		PAGO		
3.1.90.13.01 - FORTS	258.324,39	258.374,70	1.227.525,69	1.977.157,23	89,44
3.1.90.13.02 - CONTRIB. QÜLS PREVIDENCIÁRIAS - INSS	727.604,62	773.079,39	5.596.810,66	5.785.123,61	89,21

Observando as informações apresentadas acima, constata-se que dos valores líquidos para cada detalhamento do elemento 13 Obrigações Sociais, é apresentada a percentual que já foi pago. A diferença desse percentual representa o que falta a ser pago, evidenciando assim a tendência de cumprimento ou não dessa obrigação até o momento.

REPASSES AO TERCEIRO SETOR

Na análise a seguir são apresentadas as estimativas que estão sendo movimentadas em relação aos recursos repassados ao Terceiro Setor.

REPASSES AO TERCEIRO SETOR					
FUNDEB COM REPASSES AO TERCEIRO SETOR					
	2010	2011	2012	2013	2014
41 - CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
42 - AUXÍLIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43 - SUBVENÇÕES SOCIAIS	1.835.791,16	1.835.791,16	1.835.791,16	1.835.791,16	1.835.791,16
TOTAL	1.835.791,16	1.835.791,16	1.835.791,16	1.835.791,16	1.835.791,16

No acompanhamento dos Repasses ao Terceiro Setor está sendo monitorado o quanto já foi empenhado em relação aos valores autorizados na LOA e o quanto já foi liquidado em relação ao valor empenhado, visando a tendência na realização destas despesas no exercício em curso.

CÓPIA DE DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: DANILLO ENGRACIA MELLO. Sistema e-TCESP. Para obter informações sobre assinatura e/ou ver o arquivo original
acesse <http://e-processo.tce.sp.gov.br> - link "Validar documento digital" e informe o código do documento: 3-EPRIK-G0ZK-66MU-8FY0

INVESTIMENTOS

As despesas com investimentos são classificadas com a finalidade de se verificar a ocorrência de realização de acordo com os valores autorizados na LOA.

INVESTIMENTOS									
CLASSIFICACAO	UNIDADE	ANEXO	PROPOSTA	EMPENHO	RECURSOS	RECURSOS	RECURSOS	RECURSOS	RECURSOS
51 - OBRAS E INSTALACOES									
52 - EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE									
53 - AQUISICAO DE VEICULOS									
TOTAL									

Até o fechamento do exercício, os valores acima apresentados deverão ser ajustados em relação aos valores autorizados na LOA e o quanto for líquido em relação ao valor empenhado, evidenciando a ocorrência de despesas decorrentes no exercício.

LIMITE DOS REPASSES AO LEGISLATIVO (Rrt. 29-A da CF)

Na sequência são apresentadas informações acerca dos repasses realizados ao Poder Legislativo em relação ao limite constitucional permitido.

LIMITE DOS REPASSES AO LEGISLATIVO (Rrt. 29-A da CF)	
População do Município	14.411
Categoria Tributária Ampliada Excluído Exterior (1)	14.411
% Máximo permitido para repasse	7,00
Valor máximo para não repasse	2.269.540,00
Valor Atualizado do Orçamento	2.000.000,00
Repasses realizados até o período (R1)	2.269.540,00
% realizada até o período [(R1-R2)/R2] x 100	11,35
RECEITA TRIBUTÁRIA	
Impostos (IPR, IRRF, ISSQN, ITR)	2.000.000,00
TAXAS	500.000,00
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	0,00
TRANSFERÊNCIAS	
FUN	21.521.751,45
ITR	21.013.557,98
IMEXPORTAÇÃO	21.041.132,11
ICM (ICMS)	216.000,00
ICMS	0,00
IPVA	36.712.570,00
CIDE	21.041.402,00
	45.669,00

Través dos dados evidenciados no quadro acima, constata-se que o valor repassado ao Poder Legislativo até o momento é de R\$ 2.269.540,00, representando 11,35%.




REPASSES MENSAIS AO LEGISLATIVO

*Para uma explicação mais detalhada das operações realizadas no Poder Legislativo é apresentada o quadro abaixo.

[illegible]

Com as informações apresentadas acima é possível verificar que até o momento foram repassadas 66,75% dos valores planejados, e a relação 50% repassada ao Poder Legislativo, evidenciando menos montante repassado do que planejado.

CÓPIA DE DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: DANILLO ENGRACIA MELLO. Sistema e-TCESP. Para obter informações sobre assinatura e/ou ver o arquivo original
acesse <http://e-processo.ice.sp.gov.br> - link "Validar documento digital" e informe o código do documento: 3-EPRK-G0ZK-66MJ-8FY0

LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES

Em decorrência da execução orçamentária, é possível verificar os montantes que estão sendo realizados por tipo de licitação, considerando os valores empenhados até o momento, conforme segue:

LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES		
LICITAÇÕES	VALOR EMPENHADO	Porcentagem
Concurso	0,00	0,00
Concurso	7.889.239,32	5,42
Tomada de Preços	6.152.645,05	22,50
Edital	3.861.631,20	5,73
Preço Presencial	17.611.571,00	48,70
Preço Eletrônico	8.900.703,41	17,63
TOTAL	44.355.189,98	100,00

TÍTULOS DE LICITAÇÃO		
TÍTULOS DE LICITAÇÃO	VALOR EMPENHADO	Porcentagem
Despesa de Licitação	3.041.940,47	5,17
Inexigibilidade	14.751.780,50	19,59
Não Aplicável	45.600.649,13	75,24

Total da Despesa Empenhada	36.914.632,10
Total da Despesa Empenhada sem Licitação	59.889.649,06
% da Despesa sem Licitação	62,31

Nesta verificação ainda se constatou que até o período em questão foram executadas R\$ 36.914.632,10 em despesas orçamentárias decorrentes de processos licitatórios. Já o valor de R\$ 59.889.649,06 foram aplicados em despesas orçamentárias que não exigem a realização de processo licitatório, como as imputadas ao terceiro setor, ou ainda, são decorrentes de dispensa ou de inexigibilidade de licitação.

DESPESAS COM ADIANTAMENTO

As despesas orçamentárias em decorrência da realização de adiantamentos são evidenciadas no quadro abaixo:

DESPESAS COM ADIANTAMENTO				
Adiantamentos no Período	2020	2021	2022	2023
000040/2020	300,00	0,00	91,19	Entregue com Adiant
000060/2020	1.000,00	0,00	96,56	Entregue com Adiant
000075/2020	200,00	0,00	151,00	Entregue com Adiant
000033/2020	18,00	0,00	113,00	Entregue com Adiant
000330/2019	30,00	(121,00)	0,00	Entregue com Adiant
000305/2020	200,00	0,00	177,60	Entregue com Adiant
00012/2020	3.000,00	3,00	199,24	Entregue com Adiant
000149/2020	40,00	0,00	213,88	Entregue com Adiant
000253/2020	175,00	0,00	120,50	Entregue com Adiant
000609/2020	200,00	0,00	27,64	Entregue com Adiant
000645/2020	500,00	0,00	202,60	Entregue com Adiant
000691/2020	300,00	0,00	87,01	Entregue com Adiant
000097/2020	250,00	0,00	25,00	Entregue com Adiant
000113/2019	0,00	(380,00)	0,00	Entregue com Adiant
000195/2020	400,00	0,00	159,68	Entregue com Adiant
000196/2020	400,00	0,00	64,75	Entregue com Adiant
000215/2020	300,00	0,00	80,07	Entregue com Adiant
000224/2020	200,00	0,00	200,00	Entregue com Adiant
000225/2020	150,00	0,00	115,13	Entregue com Adiant
000233/2020	300,00	0,00	182,51	Entregue com Adiant
000509/2020	200,00	230,00	0,00	Entregue com Adiant
000517/2020	150,00	0,00	150,00	Entregue com Adiant
000514/2020	2.000,00	0,00	3.000,00	Entregue com Adiant
000545/2020	300,00	0,00	0,00	Entregue com Adiant
000573/2020	400,00	0,00	169,16	Entregue com Adiant
000626/2020	200,00	0,00	62,09	Entregue com Adiant
000707/2020	300,00	300,00	0,00	Entregue com Adiant
000756/2020	1.300,00	1.080,00	0,00	Entregue com Adiant
000227/2020	250,00	0,00	105,00	Entregue com Adiant
000300/2020	200,00	0,00	173,43	Entregue com Adiant
000095/2020	200,00	430,00	0,00	Entregue com Adiant
000254/2018	30,00	(201,00)	122,71	Entregue com Adiant
000254/2020	150,00	130,00	0,00	Entregue com Adiant

DESPESAS COM ADIAMENTO

004235/2018	0,00	(200,00)	0,29	122,71	Entrega com Adiant
004686/2020	1500,00	(1500,00)	0,00	0,00	Em Razo
004912/2020	400,00	(400,00)	0,00	0,00	Em Razo
005658/2018	0,00	(300,00)	0,00	300,00	Entrega com Adiant
008821/2018	0,00	(200,00)	180,51	5,49	Entrega com Adiant
008832/2018	0,00	(500,00)	486,67	13,33	Entrega com Adiant
009711/2018	0,00	(1.000,00)	1.000,00	0,00	Entrega com Adiant
009772/2018	0,00	(550,00)	513,50	36,50	Entrega com Adiant
009837/2010	0,00	(100,00)	24,28	5,72	Entrega com Adiant
009880/2018	0,00	(200,00)	0,00	200,00	Entrega com Adiant
009895/2018	0,00	(350,00)	321,25	28,75	Entrega com Adiant
009939/2018	0,00	(350,00)	336,30	13,70	Entrega com Adiant
009954/2018	0,00	(300,00)	280,00	20,00	Entrega com Adiant
009997/2018	0,00	(300,00)	267,73	132,27	Entrega com Adiant
009851/2018	0,00	(60,22)	59,82	10,40	Entrega com Adiant

Conforme as atas apresentadas pode-se verificar que o montante de adiantamentos concedidos até o momento é de R\$ 13.100,00 sendo que destes R\$ 7.827,68 efetivamente foram utilizados e R\$ 7.281,53 foram recursos disponíveis, já em relação aos valores pendentes de prestação de contas, esses podem ser anistados no entendimento do artigo dentro ou fora do prazo de utilização dos recursos.

1

[Assinatura]

AÇÕES GOVERNAMENTAIS EXECUTADAS - PROJETOS

Para acompanhar a execução orçamentária sob a ótica das Ações Governamentais, abaixo é apresentada a relação de todas as ações governamentais tipificadas como Projeto.

AÇÕES GOVERNAMENTAIS EXECUTADAS - PROJETOS									
PROJETO	ORÇAMENTO	ANEXO	PROGRAMA	PROJETO	VALOR EMPENHADO	VALOR EMPENHADO	VALOR EMPENHADO	VALOR EMPENHADO	VALOR EMPENHADO
1.157	1.338.000,00	2.703.895,40	2.107.088,35	77,65	1.100.200,00	40,27	1.184.370,20	49,27	
9.898 - RESERVA DE CONTINGENCIA	1.338.000,00	1.200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Com estas informações é evidenciado o comprometimento da execução orçamentária em relação aos seus valores empenhados, quitados, pagos em conformação com o valor da data de atualização, representando através da percentagem quanto já foi executado em cada etapa da despesa orçamentária por ação governamental até o presente momento.



[Handwritten signature]

AÇÕES GOVERNAMENTAIS EXECUTADAS - ATIVIDADES

Devido continuação da análise das Ações Governamentais nesta são apresentadas as ações tipificadas como Atividades.

AÇÕES GOVERNAMENTAIS EXECUTADAS - ATIVIDADES									
ATIVIDADE	RECEITA	DESAFIO	DESAFIO	DESAFIO	DESAFIO	DESAFIO	DESAFIO	DESAFIO	DESAFIO
2.001 - DEPENDÊNCIAS DO GOV. LOCAL	540.000,00	540.000,00	540.000,00	65,61	540.000,00	62,73	295.252,52	54,08	
2.005 - DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS	8.043.000,00	8.043.000,00	8.043.000,00	69,14	8.043.000,00	54,16	1.261.905,43	43,05	
2.007 - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE TRAFEGO	50.000,00	50.000,00	50.000,00	51,60	50.000,00	51,30	25.500,00	51,00	
2.008 - GESTAO DO TRAFEGO	1.210.000,00	1.210.000,00	1.210.000,00	70,76	1.210.000,00	72,21	1.210.000,00	28,75	
2.009 - DEPARTAMENTO DE GESTAO FINANCEIRA	1.171.400,00	1.171.400,00	1.171.400,00	57,11	1.171.400,00	52,76	1.171.400,00	40,96	
2.010 - ATIVIDADES DO CONSELHO TUTELAR	252.000,00	252.000,00	252.000,00	57,37	252.000,00	59,28	173.777,00	51,20	
2.016 - ATENDIMENTO AO TRABALHADOR	1.429.000,00	1.429.000,00	1.429.000,00	92,42	1.429.000,00	43,02	593.330,14	41,37	
2.017 - ENSINO FUNDAMENTAL	27.923.000,00	27.923.000,00	27.923.000,00	70,64	27.923.000,00	67,48	15.096.007,93	54,06	
2.019 - ALIMENTACAO E NUTRICAO - MERENDA ESCOLAR	4.550.800,00	4.550.800,00	4.550.800,00	69,65	4.550.800,00	50,50	2.154.601,89	46,95	
2.020 - EDUCACAO INFANTIL - CRECHE	1.351.000,00	1.351.000,00	1.351.000,00	78,58	1.351.000,00	72,66	1.042.406,18	65,82	
2.021 - SETOR DE CULTURA	1.151.000,00	1.151.000,00	1.151.000,00	67,42	1.151.000,00	82,32	642.855,18	55,20	
2.022 - ENGENHARIA E SERVICOS URBANOS	1.041.940,88	1.041.940,88	1.041.940,88	77,11	1.041.940,88	41,54	1.041.940,88	40,75	
2.023 - ILUMINACAO PUBLICA	1.450.000,00	1.450.000,00	1.450.000,00	74,60	1.450.000,00	74,80	1.084.981,13	74,60	
2.024 - GESTAO DE TRANSPORTES	654.000,00	654.000,00	654.000,00	72,82	654.000,00	59,41	397.351,44	53,77	
2.025 - APOIO AS REACOES DE CONSUMO E FOMENTO ECONOMICO	621.090,85	621.090,85	621.090,85	73,45	621.090,85	71,21	425.055,25	66,10	
2.030 - SETOR DE ESPORTES	1.012.114,38	1.012.114,38	1.012.114,38	70,80	1.012.114,38	88,07	411.512,40	40,70	
2.032 - RECONSTRUCAO DA REDE DE SERVICOS URBANOS	709.700,00	709.700,00	709.700,00	98,42	709.700,00	90,42	305.004,60	88,47	
2.036 - TRANSPORTE DE EDUCACAO CONTINUADA	2.103.000,00	2.103.000,00	2.103.000,00	73,13	2.103.000,00	74,59	1.042.255,80	49,59	
2.037 - CRIANCA E ADOLESCENTE	801.000,00	801.000,00	801.000,00	50,54	801.000,00	54,24	434.500,00	54,24	
2.038 - EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS - EJA	830.000,00	830.000,00	830.000,00	57,46	830.000,00	50,56	305.512,37	46,21	
2.039 - EDUCACAO INFANTIL - PRÉ ESCOLA	6.796.000,00	6.796.000,00	6.796.000,00	72,58	6.796.000,00	58,05	4.285.771,45	63,17	
2.040 - VIGILANCIA URBANA	30.000,00	30.000,00	30.000,00	100,00	30.000,00	43,12	34.899,58	43,12	
2.042 - ATENDIMENTO AO IDOSO	482.600,00	482.600,00	482.600,00	91,91	482.600,00	54,45	730.021,63	59,85	
2.043 - ATENDIMENTO AO PORTADOR DE DEFICIENCIA	167.300,00	167.300,00	167.300,00	80,10	167.300,00	27,73	11.999,96	27,73	
2.044 - PLANEJAMENTO SOCIAL	7.873.000,00	7.873.000,00	7.873.000,00	72,71	7.873.000,00	59,10	1.302.207,57	55,77	
2.049 - GESTAO DO SUAS (IGUALD)	30.100,00	30.100,00	30.100,00	1,87	30.100,00	1,07	4.000,00	1,87	

CÓPIA DE DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: DANILLO ENGRACIA MELLO. Sistema e-TCESP. Para obter informações sobre assinatura e/ou ver o arquivo original acesse <http://e-processo.tce.sp.gov.br> - link "Validar documento digital" e informe o código do documento: 3-EPRIK-GOZK-66WU-8FY0

2.053 - GESTÃO AMBIENTAL	197.000,00	197.000,00	102,7706	92,75	161.644,04	81,75	14.687,56	75,35
2.054 - COLETA E TRATAMENTO DE RESÍDUOS DOS SERVIÇOS DE SAÚDE	75.000,00	75.000,00	85,2932	57,71	25.211,80	20,75	25.913,64	33,75
2.055 - MANUTENÇÃO E LIMPEZA DE LOGRADOUROS PÚBLICOS	3.700.000,00	4.277.898,00	1.118,3217	72,95	2.363.754,24	62,27	2.407.500,00	56,38
2.056 - COLETA DE RESÍDUOS DE DOMÍLIOS PÚBLICOS	2.115.000,00	1.985.800,00	1.542,0104	70,17	15.032.239,98	50,14	1.601.697,06	30,94
2.066 - PROTOCOLO GLETO VIVA	60.500,00	60.500,00	17,34692	28,51	38.004,31	14,55	8.884,51	14,35
2.067 - DEPARTAMENTO JURÍDICO	30.000,00	301.300,00	1.577,0064	70,79	154.737,03	69,13	277.515,00	30,61
2.068 - EDUCAÇÃO ESPECIAL	2.222.000,00	2.222.000,00	2.479.213,24	62,07	305.256,73	20,74	765.867,56	24,46
2.072 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA IRR	8.000,00	8.000,00	1.639,59	69,13	1.804,00	2,73	1.604,00	21,73
2.073 - COM ATUALIZAÇÃO DE SERVIÇOS - IRVADADP SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE GUARULHA	5.400.000,00	3.705.262,48	5.795.467,48	100,00	4.472.400,32	65,92	4.472.400,32	65,92
2.087 - PEB - SERVIÇOS DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS (SCFV)	100.000,00	100.000,00	172,26	0,17	172,26	0,17	172,26	0,17
2.088 - ATENDIMENTO AO ADOLESCENTE EM LIBERDADE ASSISTIDA (LBA ADUAL)	24.000,00	24.000,00	52,30	0,22	32,20	0,22	428	0,22
2.089 - PROGRAMA AÇÃO JOVEM	42.000,00	42.000,00	67,08	0,18	67,08	0,16	37,96	0,16
2.090 - PROGRAMA REVITA CIDADÃ	39.000,00	39.000,00	14.513,19	37,37	11.341,29	30,11	21.643,78	37,11
2.091 - PROGRAMA ATRAÇÃO INTERA À FAMÍLIA (PAF)	100.800,00	100.800,00	52.019,74	62,24	25.000,00	40,00	49.449,10	48,06
2.092 - PROTEÇÃO E ATENDIMENTO ESPECIALIZADO À FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS (PAEFI)	75.000,00	75.000,00	39.697,31	64,71	12.411,63	43,50	38.799,28	49,74
2.093 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA O CENTRO DE SAÚDE III "DR. ALVARO LANDGRAF"	4.000,00	4.000,00	3.036,04	38,89	3.000,00	69,77	1.000,00	85,17
2.094 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS CDS DR. PEDRO ALEM	4.000,00	4.000,00	3.856,28	89,67	0,00	0,00	0,00	0,00
2.096	78.000,00	78.000,00	6.425,12	99,90	76.425,12	99,90	15.475,12	99,90
2.097	72.100,00	72.100,00	58.385,22	40,39	498,22	0,64	369,72	0,64
2.098	0,00	2.344.002,18	383.881,76	59,04	1.205.000,83	51,64	1.670.921,30	50,20
2.099	0,00	16.450,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.100	0,00	1.900,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.101	0,00	85.200,00	55.073,84	62,29	21.071,04	62,29	50.000,00	62,29
2.102	0,00	37.300,00	7.709,04	30,01	439,00	20,39	0,00	0,00
2.103	0,00	55.325,00	17.281,06	29,20	17.361,00	29,30	4.065,00	8,37
2.104	0,00	10.920,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.123 - MANUTENÇÃO DO BLOCO ATENÇÃO BÁSICA	6.600.000,00	7.759.900,43	4.251.209,46	59,20	1.724.461,75	45,29	7.959.326,33	41,71

AÇÕES GOVERNAMENTAIS EXECUTADAS - OPERAÇÕES ESPECIAIS

Na análise das Ações Governamentais tipificadas como Operações Especiais é importante reforçar que este tipo de ação governamental não resulta em prejuízo ao produto da sociedade, assim como com as ações governamentais tipificadas como Projetos e Atividades. Para acompanhar a execução orçamentária destas ações governamentais é apresentado o quadro abaixo.

AÇÕES GOVERNAMENTAIS EXECUTADAS - OPERAÇÕES ESPECIAIS								
AÇÃO GOVERNAMENTAL	ORÇAMENTO	RECURSOS	RECURSOS	RECURSOS	RECURSOS	RECURSOS	RECURSOS	RECURSOS
0.002 - ONDA FUNDADA	1.200.000,00	1.907.000,00	1.881.803,68	90,00	1.881.803,68	90,00	1.881.803,68	90,00
0.004 - PASEF	1.200.000,00	1.207.000,00	691.377,47	57,52	691.377,47	57,52	691.377,47	57,52

Assim como foi mencionado para as ações governamentais tipificadas como Projetos e Atividades, nesta análise se a mesma metodologia de acompanhamento das ações governamentais deve ser evidenciado o comprometimento da execução orçamentária das ações governamentais tipificadas como Atividades em relação aos seus valores empenhados, liquidados e pagos em comparação com o orçamento anualmente, reconstituindo através de percentuais quanto já foi executado em cada etapa da despesa orçamentária por ação governamental até o presente momento.

1

2

AValiação DO SALDO CONTáBIL DO ALMOXARIFADO

Esta análise é apresentada a movimentação contábil do Almoarifado ocorrida até o momento.

AVAlIAÇÃO DO SALDO CONTáBIL DO ALMOXARIFADO					
ALMOXARIFADO		SALDO EM 31/12	ENTRADAS	Saídas	SALDO Atual
1.1.5.6.1.01.00	MATERIAL DE CONSUMO	212.736,95	1.200.514,74	0,00	1.403.301,67
1.1.5.6.1.02.00	GENÉRIOS ALIMENTÍCIOS	170.145,34	173.584,81	0,00	365.404,15
1.1.5.6.1.03.00	MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	0,00	975,00	0,00	975,00
1.1.5.6.1.04.00	AUTOMÓVEIS	9,00	23.600,02	0,00	23.609,02
1.1.5.6.1.05.00	MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES	455.366,51	753.283,19	0,00	1.189.152,67
1.1.5.6.1.06.00	MATERIAIS GRÁFICOS	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.5.6.1.07.00	MATERIAL DE EXPEDIENTE	302.537,98	6.553,43	0,00	339.064,41
1.1.5.6.1.08.00	MATERIAL PARA CLASSIFICAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.5.6.1.09.00	OUTROS ALMOXARIFADOS	0,00	0,00	0,00	0,00

Com estas informações é possível evidenciar o saldo existente em 31/12 e seu comportamento em termos de entradas e saídas realizadas até a presente data. Pode-se concluir que houve um aumento do material esocade em relação ao saldo inicial representado pela valor Saldo em 31/12.

CONCLUSÃO


Expostas nestes termos as razões que ensejaram a designação para essa tarefa, e considerando o cumprimento integral das funções que determinaram a lavratura do presente, permanecendo seu original arquivado em pasta, que por ocasião da fiscalização de acordo com a legislação em vigor para a necessária exame da R. Auditoria.

É o breve relatório que se lê, no âmbito cumprimento das normas regentes, satisfazendo, também, na integralidade o que estabelece a R. Comunicada SGG nº 035/2015.

Guariba, 29 de Setembro de 2020.

Francisco Dias Mançano Junior
Prefeito


Daniel Leonardo de Souza
Diretor de Contabilidade


Ana Paula Vizentini
Controle Interno



Apuração do Cumprimento do Art. 42 da L.R.F.

Poder: EXECUTIVO

Município: Guariba

Referência para apuração dos últimos 8 meses de mandato

Disponibilidade Financeira em 30/04/2020	33.245.276,52
(-) Saldo de Restos a Pagar até 30/04/2020	365.612,21
(-) Empenhos Liquidados a Pagar até 30/04/2020	9.249.234,52
(-) Valores Restituíveis	728.752,86
(=) Disponibilidade Líquida em 30/04/2020	22.901.676,93

Apuração do 6º Bimestre/2020 (último ano de mandato)

Disponibilidade Financeira em 31/12/2020	29.939.578,36
(-) Saldo de Restos a Pagar em 31/12/2020	1.340.594,77
(-) Valores Restituíveis	31.985,66
(=) Disponibilidade Líquida em 31/12/2020	28.566.997,93
Comparação entre a disponibilidade líquida de 31/12/2020 e 30/04/2020 (aumento em percentual)	24,7376 %

ANEXO A - Tabela de Competência

Período de análise: Janeiro/2020 a Dezembro/2020

Município: Guariba

Última competência disponível para o período em análise:

Entidade	Competência*
CÂMARA MUNICIPAL DE GUARIBA	13/2020
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA	13/2020

* Competência: Se refere ao último balancete enviado pelo órgão, referente ao período de análise deste demonstrativo, utilizado para gerar os resultados das análises.

Data de geração: 30/04/2021 11:10

Demonstrativos das Alterações Orçamentárias
Exercício 2020
Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Guariba
Lei Orçamentária nº 3311 de 20/12/2019

Decreto		Leis	Créditos Adicionais Suplementares					Créditos Adicionais Especiais			
Nº	Data	Número e Data	Anulações dentro da mesma Ação e Programa Decreto até 15%	Por Excesso de Receita de Convênio	Por Excesso de Arrecadação Receita Própria	Por Superavit Financeiro de 2019	Por Anulações entre ações e programas diferentes	Anulação de Dotação	Por Excesso de Receita de Convênio	Por Superavit Financeiro de 2019	Por Exc. de Arrec. Receita Própria
			5.161.217,79	2.537.390,84	-	3.256.395,46	2.428.409,01	-	5.511.813,24	3.446.301,86	-

RESUMO DE ALTERAÇÕES:

I - CREDITOS SUPLEMENTARES (EXCESSO, SUPERAVIT)			
(=)	Orçamento Fixado	123.000.000,00	Percentual
(+)	Créditos Suplementares por Excesso de Receitas Convênios (Fonte 02 e 05)	2.537.390,84	2,06%
(+)	Créditos Suplementares por Excesso de Receitas Próprias (Fonte 01)	0,00	0,00%
(+)	Créditos Suplementares por Superávit Financeiro de 2017	3.256.395,46	2,65%
(+)	Créditos Suplementares Especiais por Excesso de Receitas Convênios (Fonte 02 e 05)	5.511.813,24	4,48%
(+)	Créditos Especiais por Excesso de Receitas Próprias (Fonte 01)	0,00	0,00%
(+)	Créditos Especiais por Superávit Financeiro de 2017	3.446.301,86	2,80%
(=)	TOTAL ORÇAMENTO FINAL AUTORIZADO	137.751.901,40	11,99%

II - CREDITOS SUPLEMENTARES POR ANULAÇÕES (DECRETO E LEI)			
(+)	Créditos Suplementares e Especiais por Anulações (LEI)	2.428.409,01	1,97%
(+)	Créditos Supl. por Anulações dentro da mesma ação/programa(DECRETO)	5.161.217,79	4,20%
(=)	TOTAL DE SUPLEMENTAÇÕES POR ANULAÇÕES	7.589.626,80	6,17%

III - CREDITOS TOTAIS			
(+)	Total Autorizado por Lei Específica	17.180.310,41	13,97%
(+)	Créditos Supl. por Anulações dentro da mesma ação/programa(DECRETO)	5.161.217,79	4,20%
(=)	TOTAL DA MOVIMENTAÇÃO	22.341.528,20	18,16%



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 48.664.304/0001-80

DECLARAÇÃO

João Marques Gouvêa Neto, R.G. nº 11651212, Secretário de Educação do Município de Guariba, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, **DECLARA** para os fins que se fizerem necessários, especialmente junto ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, com referência ao "...número da demanda de vagas (número de crianças/alunos matriculados e eventuais listas de espera por vagas), o número de vagas ofertadas na rede municipal de ensino ao final do exercício 2020 referentes à Creche e a situação neste ano letivo de 2021, até a presente data", que:

A rede municipal de ensino encerrou o ano de 2020 com o total de **715** (setecentos e quinze) **matrículas** na etapa Creche, sendo que a **demand**a era de **913** (novecentos e treze) **vagas**, configurando um **deficit** de **198** (cento e noventa e oito) **vagas**, conforme informações no quadro abaixo:

NÍVEL	Nº DE VAGAS DEMANDADAS	Nº DE VAGAS OFERTADAS	RESULTADO
ENSINO INFANTIL CRECHE	913	715	- 198 (DEFICIT)

Com as medidas adotadas, a construção de novas unidades nos últimos anos (EMEB Prof.^a Lucimar Santos Cunha de Oliveira; EMEB Padre Adelino de Carli) e a construção de novas salas de aulas em unidades existentes (EMEB Prof.^a Maria Dolores Peres Garavello – 2 salas ; EMEB Dr. Raul Bauab – 2 salas) também disponíveis, a rede conseguiu absorver, já no início do ano de 2021, toda a demanda que se encontrava represada (lista de espera) das crianças em idade escolar para essa etapa Creche, como explicitado abaixo:

- Das **198** crianças aguardando vagas, ao final de 2020;
 - **137** crianças foram matriculadas nas etapas Creche no início de janeiro de 2021 (de acordo com a confirmação do pedido dos pais/responsáveis) e outras **14** crianças posteriormente (entre fevereiro e março, após



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 48.664.304/0001-80

manifestação de interesse dos pais/responsáveis), absorvendo toda a demanda dos **151** pedidos de vagas que se encontravam na lista de espera para Creche;

- **47** crianças foram matriculadas na Etapa 1 – Pré-escola em 2021, em virtude da adequação à faixa etária.

Em janeiro de 2021, a rede iniciou o ano letivo com 520 alunos matriculados na etapa Creche, sendo que atualmente possui 597 matrículas ativas nessa mesma etapa, atendendo todos os pedidos de vagas existentes. Considerando que ainda estamos em tempos de pandemia e as atividades escolares continuam de forma remota, mas com a possibilidade de retomada das atividades presenciais, obedecendo ao Plano São Paulo e as condições epidemiológicas no município, há expectativa de que aconteçam novas matrículas nessa etapa da Educação Infantil – Creche (0 a 3 anos), com adoção de novas medidas que concorram para a absorção dessa demanda.

O referido é verdade e dá fé.

Guariba, 28 de junho de 2021.


PROF. JOÃO MARQUES GOUVÊA NETO
R.G. Nº 11651212
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

I N F O R M A Ç Ã O

João Marques Gouvêa Neto, R.G. nº 11651212, Secretário de Educação do Município de Guariba, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, **INFORMA**, para os fins que se fizerem necessários, especialmente junto ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, “quanto aos possíveis impactos sobre a aprendizagem em meio à pandemia da COVID-19”, que durante o período de isolamento, com a manutenção da suspensão das atividades escolares letivas presenciais durante o exercício de 2020 e para o início do letivo de 2021, até a presente data, foram mantidas as estratégias de trabalho remoto na rede.

As principais ações adotadas anteriormente, no ano letivo de 2020 e que continuam em andamento neste ano letivo de 2021, com as devidas adequações, são:

- 1- Durante os períodos de planejamento, no início deste ano de 2021, os professores se apropriaram dos apontamentos e avaliações elaborados ao final do letivo de 2020, estudando e analisando os avanços no aprendizado dos alunos e turmas, comparadamente ao planejamento previsto e, com base no currículo, elaboraram o Currículo de Transição, preparando a retomada das atividades escolares e continuidade nos percursos de aprendizagens para este ano, com atenção sempre em selecionar as Habilidades e Competências essenciais, determinando os objetos de conhecimentos a serem trabalhados nos blocos de atividades disponibilizados aos alunos de toda rede municipal;
- 2- Como forma de amenizar a falta do convívio que é próprio do tempo e do espaço do processo educacional foi adotado, pelos docentes, o uso de Plataformas virtuais (meet, zoom, google classroom, etc.) dentro do horário de aula com os alunos, com o objetivo de permanecerem vinculados ao cotidiano escolar. Durante esses encontros, os professores além de provocarem estímulos, ouvirem os relatos, aproveitam para verificar o andamento do desenvolvimento dos blocos de atividades propostas e sanar as dúvidas, motivando-os e mediando à complementação da temática em estudo;
- 3- Replanejamento do Plano de Ensino sempre que o objetivo de aprendizagem não foi atingido por uma parte significativa de alunos;
- 4- Aulas e explicações gravadas das temáticas de estudo, por meio de vídeos disponibilizados nos grupos de whatsapp;

- 5- Acompanhamento e verificação do aprendizado, por meio dos feedbacks (devolutivas) postados pelos alunos no grupo whatsapp;
- 6- Chamada individualizada de vídeo (whatsapp) com os alunos que se demonstram desinteressados e/ou com dificuldades de aprendizagens, em atendimento aos pedidos "especiais" de alguns pais, inclusive;
- 7- Oferecimento de blocos suplementares para alunos com dificuldades de aprendizagem e/ou estágio de aprendizado avançado;
- 8- Distribuição de livros Currículo em Ação, Ler e Escrever e EMAI para todos os alunos do Ensino Fundamental, como material de apoio aos estudos proporcionados, além da distribuição de livros didáticos como material de apoio, ofertas de livros paradidáticos (literatura) entre as entregas dos Blocos de Atividades para prática da Literácia Familiar;
- 9- Avaliação da aprendizagem via plataforma digital, com aplicação de provas de todos os componentes curriculares. Destacamos a disponibilização dos laboratórios de informática aos alunos que manifestaram interesse (50 alunos aproximadamente) e o oferecimento dessa avaliação no formato impresso aos alunos com dificuldades de acesso às ferramentas digitais e não se dispuseram a comparecer na escola;
- 10- Distribuição e recolhimento periodicamente de blocos de atividades impressas para todos os alunos, onde contamos até a presente data com a entrega de um total de seis blocos de atividades para todos os segmentos (Educação Infantil, Ensino Fundamental Anos Iniciais e Anos Finais e EJA). Esses blocos de atividades são recolhidos, corrigidos e analisados pelos docentes contendo o acompanhamento do Coordenador de Ensino e ATPs, para avaliarem a aprendizagem dos alunos, (re)planejar as novas atividades que serão propostas no próximo bloco. Vale informar ainda que, com o recebimento de conteúdo pedagógico impresso e/ou online, procura-se por parte de cada professor, ter um controle em cada escola buscando monitorar o acesso individual dos alunos aos conteúdos disponibilizados, por meio de registros em Planilhas específicas para a realização do acompanhamento participativo dos alunos nas atividades;
- 11- Suporte com materiais escolares necessários para o bom desenvolvimento das Atividades propostas;



- 12- Articulação com as famílias usando as redes sociais e demais ferramentas digitais;
- 13- O acompanhamento sistemático de retirada e devolução dos Blocos impressos de atividades, por parte das famílias/responsáveis, quando detectado que deixam de cumprir com essa tarefa em algum período, de imediato procura-se localizar essa família/responsável, orientado sobre a importância da continuidade do "compromisso" com a escola e seu(ua)(s) filho(a)(s), procurando restabelecer o vínculo aluno/escola/atividades;
- 14- Todo esse trabalho acima citado está sendo também garantido para alunos que residem na zona rural, com a entrega domiciliar das tarefas de aprendizagens, assim como para os alunos em situação de isolamento social obrigatório, com vistas a garantir a manutenção do vínculo entre escola e família ativo;
- 15- Busca Ativa dos alunos/famílias à medida que esses distanciam ou rompem o contato com a escola e professores, havendo uma mobilização por parte dos Gestores e Professores em fazer o chamado utilizando, se necessárias visitas domiciliares, para retomada das atividades escolares. Para aqueles que não atendem as solicitações das escolas, estes são encaminhados ao Conselho Tutelar, no intuito de auxiliarem nesse trabalho;
- 16- Em relação ao desenvolvimento/desempenho escolar dos alunos, após pesquisa realizada junto às escolas municipais, observou-se uma grande demanda de alunos com dificuldades escolares e a esses (por volta de 30 alunos), de acordo com a autorização dos pais/responsáveis, foram organizados momentos de atendimentos presenciais com os professores, cumprindo todos os protocolos, além dos alunos já diagnosticados com distúrbios de aprendizagem, com deficiências, com autismo e altas habilidades ou superdotação. Diante do exposto, a Secretaria Municipal da Educação, juntamente com a equipe técnica, adotou medidas que pudessem atender de forma pontual as necessidades educacionais diagnosticadas. Para tanto, foram organizadas, junto à equipe de professores especialistas do AEE (Atendimento Educacional Especializado) e psicopedagogas institucionais, medidas que disponibilizassem a acessibilidade curricular, metodologias adequadas, materiais didáticos próprios, tecnologias assistivas, com a disponibilização de profissionais qualificados. Foram disponibilizados, também, recursos e estratégias de atendimento aos estudantes, mobilizando e orientando os professores regentes em articulação com as famílias para a organização das atividades pedagógicas remotas;



- 17- Os atendimentos dos alunos matriculados nas salas de AEE e psicopedagógico continuam acontecendo de forma remota, com atividades enviadas e video chamadas, de acordo com a disponibilidade da família. Além disso, as orientações aos professores regentes sobre adaptação de atividades continuam sendo realizadas semanalmente pelos professores especialistas e pelas psicopedagogas;
- 18- Com relação aos alunos autistas, esses também recebem atividades adaptadas e atendimento por video chamadas dos professores com especialização em educação especial/autismo. Devido ao fato de não estarmos em aula presencial, o número de alunos autistas foi dividido pelo número de professores especializados (três professores efetivos da rede municipal e três professores do processo seletivo), para que as atividades adaptadas e os atendimentos continuem a ser realizados. Todo trabalho desenvolvido é sob a coordenação e supervisão da coordenadora pedagógica da educação especial/inclusiva juntamente com a Secretaria Municipal de Educação.
- 19- A SME mantém a distribuição de kits compostos com gêneros alimentícios, como complemento à alimentação de todos os alunos matriculados na rede, com atenção especial aos alunos em situação de risco, em parceria com a Secretaria Municipal de Assistência Social, visando garantir-lhes segurança alimentar.

Para explicitar as implicações e reflexos na rede municipal, com referência ao fluxo, o município adotou as determinações constantes na Resolução SEDUC-82, de 10/11/2020, aprovada pelo CEE, Parecer CEE 309/2020 e na Deliberação CEE 184/2020.

Em relação aos reflexos da pandemia e possíveis prejuízos constatados no ensino, referentes ao ano letivo de 2020, extensivos ao ano letivo de 2021, nos quesitos Fluxo (aprovação/reprovação/abandono), Rendimento (níveis de proficiência), Vulnerabilidade (práticas de violências contra crianças/adolescentes), temos a informar:

FLUXO

- Ao final do ano letivo de 2020, a rede possuía **6.565 alunos** matriculados/ativos ocorrendo apenas **45 reprovações** (rendimento ou evasão) nas séries referentes às turmas da EJA (Educação de Jovens e Adultos) representando **0,7%** de "perda", portanto, encerrou o ano com um indicador de **99,3% no fluxo**;
- As matrículas para o ano letivo de 2020, em continuidade, aconteceram de forma automática. As novas matrículas ocorridas em janeiro daqueles que procuraram vagas nas escolas totalizaram **6.152 alunos** ativos em fevereiro

0

de 2021 (início do ano letivo) e, como as atividades presenciais continuaram suspensas, constatamos que **98,2% dos alunos** (representados pelos pais/responsáveis) retiraram o 1º Bloco de Atividades, **na primeira semana de aulas, configurando a continuidade da escolarização;**

- Até o mês de julho/2021, foram disponibilizados seis (6) Blocos de Atividades, que continuam a ser retirados e devolvidos pelos pais/responsáveis dos alunos.

RENDIMENTO

- Em relação ao **rendimento em 2020**, pautado nos resultados das avaliações, calculado com o agrupamento desses resultados obtidos na rede por cada ano de escolarização, **aplicadas em setembro (on line), outubro (on line), novembro (on line),** que contemplaram os componentes curriculares **Português e Matemática, em dezembro (impressa),** abrangendo agora **todos os componentes** curriculares, apontaram os seguintes resultados finais:
 - **Anos Iniciais do EF (1º ao 5º anos):** de acordo com a escala de proficiência, todos os anos apresentaram resultados na faixa **Suficiente** para as etapas de escolarização e os conhecimentos previstos em Português e Matemática no currículo (BNCC);
 - **Anos Finais do EF (6º ao 9º anos):** de acordo com a escala de proficiência, os **6ºs e 7ºs anos** apresentaram resultados dentro da faixa considerada **Suficiente**, ou seja, com conhecimentos previstos no currículo (BNCC) em **Português e Matemática**, para a etapa de escolarização. Com relação aos **8ºs e 9ºs anos**, ambos apresentaram rendimentos em **Português na faixa Suficiente** na escala de proficiência; já em **Matemática**, apesar de que nas três primeiras avaliações terem apresentado rendimento **Abaixo do Básico**, na quarta **avaliação (final)** as turmas dos **8ºs anos** permaneceram com rendimento **Abaixo do Básico**, já os **9º anos** com resultados estabelecidos como **Básico**.
- Em relação ao **rendimento em 2021**, com os resultados mensurados na avaliação (impressa) ocorrida em junho/2021, calculado com o agrupamento desses resultados obtidos na rede por cada ano de escolarização, com os

0

respectivos percentuais (nº de alunos) em cada faixa da escala de proficiência, abrangendo agora todos os componentes curriculares, apontaram os seguintes resultados:

- **Anos Iniciais do EF (3º ao 5º anos):** de acordo com a escala de proficiência, **5% dos alunos** apresentaram desempenho **Abaixo do Básico** e **95% dos alunos** estão classificados na faixa **Suficiente** (Básico - 8%, Adequado - 27%, Avançado - 60%), ou seja, demonstram conhecimentos previstos na BNCC/Currículo, em cada uma das etapas de escolarização, em Português e Matemática;
- **Anos Finais do EF (6º ao 9º anos):** de acordo com a escala de proficiência, **21% dos alunos** apresentaram desempenho **Abaixo do Básico** e **79% dos alunos** estão classificados na faixa **Suficiente** (Básico - 20%, Adequado - 33%, Avançado - 26%), ou seja, demonstram conhecimentos previstos na BNCC/Currículo, em cada uma das etapas de escolarização, em Português e Matemática.

Com os resultados dessas avaliações aplicadas em diferentes momentos, a equipe pedagógica do município composta por Gestores, Técnicos da Secretaria e professores, realizou uma análise diagnóstica detalhada dos resultados (Avaliações Online e Impressa e blocos de atividades) para comparar esses resultados e verificar o percentual de alunos que já desenvolveu as habilidades e competências esperadas para cada ano (Nível Adequado), quantos ainda estão desenvolvendo (Nível Básico) e quantos estão abaixo do nível desejado para a ano/série (Nível Abaixo do Básico) além de verificar, também, quantos alunos estão acima do nível esperado (Nível Avançado).

Esse tipo de diagnóstico ajudou a comprovar que em nossa rede houve uma eficácia na aprendizagem referente ao percentual dos alunos matriculados e ao Nível de desempenho que se encontram; e ainda identificar as intervenções pedagógicas necessárias e a traçar estratégias de ensino mais eficientes, pois temos um número de alunos que necessitam de uma continuidade no trabalho diversificado, haja vista que ainda não consolidaram o processo de alfabetização (vale ressaltar que mesmo no ensino presencial também contávamos com alunos que apresentavam lacunas na aprendizagem e necessitavam adequações).

Para esse grupo de alunos têm sido oportunizadas atividades complementares, visando vencer as lacunas com: retomadas constantes dos objetos de conhecimento (conteúdos) detectados com defasagem; adaptações das atividades, proporcionando assim novas oportunidades de aprendizagem; aproximação da escola com os pais e/ou responsáveis buscando um diálogo constante, aberto e direto, mantendo parceria para ajudar o aluno melhorar seu desempenho; utilização da tecnologia como aliada na diversificação

ρ

das estratégias (como exemplo o livro digital enviado para que o aluno desenvolva e/ou amplie sua leitura); redes sociais com a criação de grupos específicos para aproximar alunos que apresentam sinais de dificuldades de aprendizagens, e ainda a avaliação online, que como apresentado, foi capaz de gerar um relatório de desempenho que vão muito além de números e acertos; plantão presencial de professores na U.E, visando auxiliarem os alunos com dificuldades de execução das atividades. **Concluimos que o avanço para o grupo supracitado, embora um pouco mais lento, se comparado ao restante dos alunos, está ocorrendo.**

VULNERABILIDADE

- Em relação a esse período de suspensão das atividades presenciais, com um maior tempo de convivência dos alunos junto às suas famílias, **no que tange à possibilidade do aumento do número de casos de "violências"** praticadas contra essas crianças/adolescentes, relatamos que **não** houve relatos ou registros de situações dessa natureza, por parte dos professores e/ou diretores das unidades escolares. Em contato com a equipe do **Conselho Tutelar**, nos foi relatado **ter havido uma diminuição no número de ocorrências dessa natureza nesse período, o que corroborou para nosso entendimento: a escola, a convivência com os colegas, a proximidade com os professores e apoiadores, criam um ambiente que favorece a detecção de casos e, até mesmo, a "segurança" necessária para que as crianças/adolescentes relatem situações dessa natureza.** Se por um lado essa informação poderia trazer certo alívio, induzindo ao entendimento equivocado de que as agressões diminuíram, na verdade, o distanciamento tem dificultado esse acompanhamento pelas equipes escolares, assim como as interações com os alunos, na maioria das vezes, acontecerem por meio das redes sociais. **Concluindo, não houve aumento no número de relatos de "violências" praticadas contra crianças/adolescentes.**

Em suma:

- **Prejuízos constatados no município (2020):**
 - Com a pandemia o prejuízo maior se deu pela falta de mediação professor com aluno, numa relação mais direta, sanando de imediatas dúvidas e falta de atendimento;
 - Os professores tiveram que (re)aprender a ensinar e os alunos a (re)aprender a aprender devido ao isolamento imposto na Educação;
 - Adaptar o processo de ensino presencial para o processo de ensino distante;

0

- Despreparo do professor, para lidar com as ferramentas tecnológicas;
- Desarticulação da rotina familiar, encarregada de gerenciar o tempo de estudo em casa.

- **Medidas adotadas em 2020, *pari passu* em 2021:**

- Manutenção das escolas abertas para atendimento às famílias;
- Disponibilização de uso dos equipamentos da escola para subsidiar o trabalho dos professores;
- Professores atuantes virtualmente e presencialmente (quando solicitado pela família);
- Suporte permanente dos Assistentes Técnicos da Oficina Pedagógica para os professores conduzirem com qualidade o ensino remoto;
- Encaminhamento de famílias para atendimento na Secretaria de Ação Social e/ou Secretaria da Saúde;
- Aplicação de Avaliação online e impressa para mensurar a aprendizagem;
- Nas avaliações aplicadas observamos que houve um resultado satisfatório demonstraram aprendizagem dos conhecimentos previstos para cada ano de escolarização.

- **Ações 2021**

- Reunião escalonada com pais para ouvi-los e conhecer as suas limitações e desafios com o processo de aprendizagem dos filhos como forma de auxiliar e aperfeiçoar trabalho executado em 2020, avançar com ações de melhoria em 2021;
- Reunião por Segmentos (Gestores, ATPs e Corpo Docente) para alinhamento do Currículo a ser desenvolvido em 2021 em continuidade a 2020;
- Atendimento diversificado com atividades complementares, ligadas à retomada de objetos de conhecimento (conteúdos) não assimilados dirigidos aos alunos que apresentam dificuldades/defasagens na aprendizagem (nível de proficiência: Abaixo do Básico);
- Disponibilização de materiais para atividades lúdicas dirigidas embasadas nas necessidades de aprendizagens constatadas (diversificação de estratégias de ensino);

- Avaliação aplicada em junho/2021 para fins do monitoramento e continuidade da aprendizagem em processo.

Nada mais tendo a informar neste momento.

Guariba, 15 de julho 2021.


PROF. JOÃO MARQUES GOUVÊA NETO
R.G. Nº 11651212
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

ANEXOS

As informações contidas nos quadros são resultados dos levantamentos realizados para acompanhamento do trabalho desenvolvido durante todo o período de suspensão das atividades presenciais, dos principais indicadores referentes à Educação na rede municipal: Fluxo e Rendimento.

FLUXO

QUADROS 1 e 2 – o Quadro 1 apresenta os indicadores verificados diante do Resultado Final (Promoção, Retenção, Evasão) em dezembro de 2020 e o Quadro 2 apresenta os indicadores referentes ao número de alunos matriculados e a quantidade de participação desses, com a retirada do 1º Bloco de atividades, em virtude da continuidade da suspensão das atividades presenciais.

QUADRO 1 – Resultado Final em dezembro de 2020.



SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – GUARUBA - RENDIMENTO FINAL - ANO LETIVO 2020							
Unidade Escolar	Tipo de Ensino	Quantidade de Classes	Alunos Ativos	Aprovados	Retidos	Retidos por Frequência	Retidos por Rendimento
EMEB AMARAL VAZ MELONE	EDUCAÇÃO INFANTIL	12	232	232	0	0	0
EMEB FRANCISCO ANTÔNIO LOUZADA	EDUCAÇÃO INFANTIL	12	231	231	0	0	0
EMEB DR. RAUL BAUAB	EDUCAÇÃO INFANTIL	10	180	180	0	0	0
EMEB PROF. HAMILTON PERONE	EDUCAÇÃO INFANTIL	10	187	187	0	0	0
EMEB SARGENTO EDGARD PONTIERI	EDUCAÇÃO INFANTIL	9	165	165	0	0	0
EMEB PROF.ª MARIA DOLORES G. PERES GARAVELLO	EDUCAÇÃO INFANTIL	10	141	141	0	0	0
EMEB PROF.ª LUCIMAR SANTOS CUNHA DE OLIVEIRA	EDUCAÇÃO INFANTIL	9	176	176	0	0	0
EMEB PADRE ADELINO DE CARLI	EDUCAÇÃO INFANTIL	9	142	142	0	0	0
EMEB PROF.ª ANDREA GODOI WIK DELFINO	EDUCAÇÃO INFANTIL	2	47	47	0	0	0
EMEB PROF.ª MARIA DA PENHA FRATTI	EDUCAÇÃO INFANTIL	2	50	50	0	0	0
SUBTOTAL		85	1.551	1.551	0	0	0
EMEB PROF.ª VILMA RAGAZZI ROPA	EF - ANOS INICIAIS (1º AO 5º ANOS)	14	357	357	0	0	0
EMEB PROF.ª MARIA HELENA MARTINEZ	EF - ANOS INICIAIS (1º AO 5º ANOS)	18	409	409	0	0	0
EMEB PREFEITO PAULO MANGOLINI	EF - ANOS INICIAIS (1º AO 5º ANOS)	18	397	397	0	0	0
EMEB PROF.ª MARIANA NAGATA CHENES	EF - ANOS INICIAIS (1º AO 5º ANOS)	15	322	322	0	0	0
EMEB PROF.ª MARLENE RIOTTO LOUZADA	EF - ANOS INICIAIS (1º AO 5º ANOS)	12	277	277	0	0	0
EMEB PROF.ª MARIA DA PENHA FRATTI	EF - ANOS INICIAIS (1º AO 5º ANOS)	11	257	257	0	0	0
EMEB PROF.ª ANDREA GODOI WIK DELFINO	EF - ANOS INICIAIS (1º AO 5º ANOS)	12	287	287	0	0	0
EMEB GINO BELLODI	EF - ANOS INICIAIS (1º AO 5º ANOS)	9	221	221	0	0	0
	EF - ANOS FINAIS (6º AO 9º ANOS)	10	248	248	0	0	0
EMEB PROF.ª IZABEL SADALLA GRISPINO	EF - ANOS FINAIS (6º AO 9º ANOS)	19	476	476	0	0	0
EMEB PROF. ALFREDO ROLIM DE MOURA	EF - ANOS FINAIS (6º AO 9º ANOS)	11	305	305	0	0	0
EMEB PROF.ª MARIA CECILIA PACIFICO FARIA	EF - ANOS FINAIS (6º AO 9º ANOS)	18	444	444	0	0	0
EMEB PROF. BARROS	EF - ANOS FINAIS (6º AO 9º ANOS)	11	299	299	0	0	0
EMEB PROF. LUIZ GARAVELLO	EF - ANOS FINAIS (6º AO 9º ANOS)	14	337	337	0	0	0
SUBTOTAL		192	4.636	4.636	0	0	0
	EJA - EF - SÉRIES INICIAIS (1ª À 4ª SÉRIES)	4	96	84	12	2	10
EMEB PROF. LUIZ GARAVELLO	EJA - EF - SÉRIES FINAIS (5ª À 8ª SÉRIES)	8	282	249	33	0	33
SUBTOTAL		12	378	333	45	2	43
TOTAL GERAL		289	6.565	6.520	45	2	43

QUADRO 2 – Retirada do 1º Bloco de Atividades, em fevereiro/2021.

DIAS ENTREGAS	UNIDADE ESCOLAR	ATIVIDADE 1 (FEV) - 08 a 12 FEV					
		ALUNOS MATRICULADOS	ATIVIDADES RETIRADAS	ATIVIDADES DEVOLVIDAS	DIF.	% RET.	% DEV.
EDUCAÇÃO INFANTIL	EMEB. AMARAL VAZ MELONE	198	189	187	2	95,5	98,9
	EMEB. DR. RAUL BAUAB	164	163	162	1	99,4	99,4
	EMEB. FRANCISCO ANTONIO LOUZADA	176	176	175	1	100,0	99,4
	EMEB. PROF. HAMILTON PERRONE	149	126	112	14	84,6	88,9
	EMEB. SARGENTO EDGARD PONTIERI	164	152	140	12	92,7	92,1
	CRECHE PROFª MARIA DOLORES PERES GARAVELLO	108	101	90	11	93,5	89,1
	EMEB PROFª LUCIMAR SANTOS CUNHA DE OLIVEIRA	201	192	185	7	95,5	96,4
	EMEB PADRE ADELINO DE CARLI	162	161	161	0	99,4	100,0
EF – ANOS INICIAIS	EMEB. PROFª ANDREA GODOI WIK DELFINO	286	286	286	0	100,0	100,0
	EMEB. PROFª MARIA DA PENHA FRATTI	269	268	268	0	99,6	100,0
	EMEB. PREF. PAULO MANGOLINI	355	353	350	3	99,4	99,2
	EMEB. PROFª MARIANA NAGATA CHENES	319	319	319	0	100,0	100,0
	EMEB. PROFª MARLENE RIOTTO LOUZADA	277	274	265	9	98,9	96,7
	EMEB. PROFª MARIA HELENA MARTINEZ	400	400	382	18	100,0	95,5
	EMEB PROFª VILMA RAGAZZI ROPA	346	346	346	0	100,0	100,0
	EMEB. GINO BELLODI (ANOS INICIAIS)	208	208	208	0	100,0	100,0
EF – ANOS FINAIS	EMEB. PROF. ALFREDO ROLIM DE MOURA	310	309	309	0	99,7	100,0
	EMEB. PROF. BARROS	273	268	259	9	98,2	96,6
	EMEB. GINO BELLODI (ANOS FINAIS)	272	271	271	0	99,6	100,0
	EMEB. PROFª IZABEL SADALLA GRISPINO	510	510	510	0	100,0	100,0
	EMEB. PROF. LUIZ GARAVELLO (EF)	346	343	343	0	99,1	100,0
	EMEB. PROF. LUIZ GARAVELLO (EJA)	198	167	165	2	84,3	98,8
	EMEB. PROFª MARIA CECÍLIA PACÍFICO DE FARIA	461	458	458	0	99,3	100,0
TOTAL		6152	6040	5951	89	98,2	98,5

RENDIMENTO (AVALIAÇÕES)

QUADRO 3: Informações sobre os resultados das avaliações, com os indicadores obtidos pelo agrupamento geral das turmas referentes à cada etapa de escolarização no Ensino Fundamental, ocorridas nos meses de setembro, outubro e novembro, avaliando os componentes curriculares de Língua Portuguesa e Matemática. A classificação no nível de proficiência foi calculada por média geral das turmas, por ano. As avaliações foram elaboradas com "itens" (TRI – teoria de resposta ao item), dentro do conhecimento previsto para cada ano (BNCC) o que permitiu a classificação nos respectivos níveis de proficiência, Abaixo do Básico, Básico, Adequado e Avançado.

QUADRO 3

AVALIAÇÃO - 2020 - ENSINO FUNDAMENTAL - ON LINE													
TURMA	COMPONENTE CURRICULAR	SET 2020				OUT 2020				NOV 2020			
		AVALIAÇÃO 1 - ON LINE				AVALIAÇÃO 2 - ON LINE				AVALIAÇÃO 3 - ON LINE			
		ABAIXO BÁSICO	BÁSICO	ADEQUADO	AVANÇADO	ABAIXO BÁSICO	BÁSICO	ADEQUADO	AVANÇADO	ABAIXO BÁSICO	BÁSICO	ADEQUADO	AVANÇADO
1º	MAT	0	0	358	0	0	0	358	0	0	0	370	0
	PORT	0	0	349	0	0	0	360	0	0	0	369	0
2º	MAT	0	0	417	0	0	0	433	0	0	0	436	0
	PORT	0	0	423	0	0	0	435	0	0	0	429	0
3º	MAT	0	0	383	0	0	0	392	0	0	0	392	0
	PORT	0	0	382	0	0	0	392	0	0	0	389	0
4º	MAT	0	0	406	0	0	0	408	0	0	0	414	0
	PORT	0	0	403	0	0	0	414	0	0	0	398	0
5º	MAT	0	0	433	0	0	0	426	0	0	0	414	0
	PORT	0	0	442	0	0	0	425	0	0	0	411	0
6º	MAT	0	0	349	0	0	0	355	0	0	0	332	0
	PORT	0	351	0	0	0	344	0	0	0	0	328	0
7º	MAT	0	382	0	0	0	360	0	0	0	0	352	0
	PORT	0	400	0	0	0	0	357	0	0	0	352	0
8º	MAT	413	0	0	0	408	0	0	0	365	0	0	0
	PORT	0	0	403	0	0	0	407	0	0	392	0	0
9º	MAT	350	0	0	0	351	0	0	0	0	319	0	0
	PORT	0	0	358	0		0	350	0	0	347	0	0

QUADROS 4 e 5 – Indicadores obtidos na última avaliação aplicada no mês de **dezembro de 2020**, de forma impressa, elaborada com itens (TRI), com seus resultados digitados em plataforma específica, permitiu que classificássemos as turmas/ano

0

nos respectivos níveis de proficiência, contemplando todos os componentes curriculares. Sallentamos que as menções atribuídas aos alunos (notas), foram compostas pelas participações nas atividades, blocos impressos, atividades on line, avaliações on line e impressas.

QUADRO 4 – EF Anos Iniciais

AVALIAÇÃO 4 – DEZ 2020 (impressa)					
	1º ANO	2º ANO	3º ANO	4º ANO	5º ANO
MAT	AD	AD	AD	AD	AD
PORT	AD	AD	AD	AD	AD
HIST	AD	AD	AD	AD	BA
GEO	AV	AV	AD	AV	BA
EF	AD	AD	AD	BA	BA
CIÊN	AD	AV	AD	BA	BA
ARTE	AV	AV	AD	AD	AD

LEGENDA	
AB	ABAIXO DO BÁSICO
BA	BÁSICO
AD	ADEQUADO
AV	AVANÇADO

QUADRO 5 – EF Anos Finais

AVALIAÇÃO 4 – DEZ 2020 (impressa)				
	6º ANO	7º ANO	8º ANO	9º ANO
MAT	AD	BA	AB	BA
PORT	BA	AD	BA	BA
HIST	BA	BA	BA	BA
GEO	AB	BA	BA	BA
EF	BA	BA	BA	BA
CIÊN	BA	BA	BA	BA
INGL	BA	BA	AB	AB
ARTE	BA	BA	AD	BA

LEGENDA	
AB	ABAIXO DO BÁSICO
BA	BÁSICO
AD	ADEQUADO
AV	AVANÇADO

QUADROS 6 e 7 – indicadores obtidos nas avaliações realizadas ao final deste 1º semestre, de forma on line/impressa, aplicada em todas as turmas do Ensino Fundamental (3º ao 9º anos). Os resultados referentes aos 1º e 2º anos, cujas avaliações foram exclusivamente impressas, ainda não foram consolidados, pois fizeram parte do 6º bloco de atividades entregues aos pais/responsáveis entre os dias 22 e 25 de junho.

QUADRO 6 – EF Anos Iniciais

EF – ANOS INICIAIS - AVALIAÇÃO 1 – JUN 2021 (on line)									
		ABAIXO BÁSICO		BÁSICO		ADEQUADO		AVANÇADO	
		ALUNOS	%	ALUNOS	%	ALUNOS	%	ALUNOS	%
1º		Sem resultado		Sem resultado		Sem resultado		Sem resultado	
2º		Sem resultado		Sem resultado		Sem resultado		Sem resultado	
3º	MAT	11	2,4	15	3,3	56	12,3	373	82,0
	PORT	4	0,9	5	1,1	42	9,6	387	88,4
	HIST	11	2,4	25	5,5	107	23,7	308	68,3
	GEO								
	EF								
	CIÊN								
	ARTE								
4º	MAT	21	5,2	41	10,2	102	25,4	237	59,1
	PORT	22	5,6	28	7,1	99	25,0	247	62,4
	HIST	16	4,0	46	11,5	169	42,1	170	42,4
	GEO								
	EF								
	CIÊN								
	ARTE								
5º	MAT	32	7,7	41	9,8	125	29,9	220	52,6
	PORT	33	8,3	54	13,5	127	31,8	186	46,5
	HIST	46	10,7	47	10,9	193	44,9	144	33,5
	GEO								
	EF								
	CIÊN								
	ARTE								

0

QUADRO 7 – EF Anos Finais

		ANOS FINAIS - AVALIAÇÃO 1 – JUN 2021 (on line)							
		ABAIXO BÁSICO		BÁSICO		ADEQUADO		AVANÇADO	
		ALUNOS	%	ALUNOS	%	ALUNOS	%	ALUNOS	%
6º	MAT	62	14,1	75	17,0	171	38,8	133	30,2
	PORT	64	14,6	85	19,4	159	36,2	131	29,8
	HIST	114	24,8	104	22,6	122	26,5	120	26,1
	GEO	79	17,4	119	26,2	154	33,8	103	22,6
	EF	48	10,7	58	12,9	128	28,5	215	47,9
	CIÊN	96	21,0	125	23,3	140	30,6	97	21,2
	INGL	145	31,9	74	16,3	124	27,3	112	24,6
	ARTE	32	7,4	36	8,4	111	25,8	252	58,5
7º	MAT	97	22,2	83	19,0	121	27,8	135	31,0
	PORT	48	11,4	73	17,3	139	32,9	162	38,4
	HIST	122	28,0	106	24,4	117	26,9	90	20,7
	GEO	153	35,2	171	39,3	109	25,1	2	0,5
	EF	91	21,2	107	24,9	150	35,0	81	18,9
	CIÊN	90	21,0	119	27,7	121	28,2	99	23,1
	INGL	148	34,0	127	29,2	122	28,0	38	8,7
	ARTE	55	13,2	49	11,8	159	38,1	154	36,9
8º	MAT	95	21,3	93	20,8	146	32,7	113	25,3
	PORT	102	23,5	121	27,9	167	38,5	44	10,1
	HIST	173	38,7	86	19,2	101	22,6	87	19,5
	GEO	94	21,5	110	25,1	153	34,9	81	18,5
	EF	157	35,4	112	25,3	103	23,3	71	16,0
	CIÊN	121	27,4	124	28,1	145	32,8	52	11,8
	INGL	207	46,9	130	29,5	86	19,5	18	4,1
	ARTE	26	6,0	20	4,7	42	9,8	342	79,5
9º	MAT	151	33,0	58	12,7	85	18,6	164	35,8
	PORT	108	24,5	98	22,2	187	42,4	48	10,9
	HIST	212	47,9	221	49,9	10	2,3	0	0,0
	GEO	141	30,7	149	32,5	149	32,5	20	4,4
	EF	83	18,2	78	17,1	144	31,6	151	33,1
	CIÊN	125	27,5	110	24,2	106	23,3	113	24,9
	INGL	154	35,2	96	21,9	149	34,0	39	8,9
	ARTE	37	8,4	40	9,1	123	28,0	239	54,4



Tribunal de Contas
do Estado de São Paulo

Relatório Individual

IEG-M 2021 - Dados do Exercício 2020

I-Planejamento

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

1.0) A Prefeitura realizou audiências públicas em 2020?

Resposta: Sim

Comentários: -

1.1) Assinale a forma de realização das audiências públicas para a elaboração das peças orçamentárias (PPA/LDO/LOA):

Resposta: Presenciais
Presenciais

Comentários: -

1.2) Assinale o dia e horário de realização das audiências públicas:

Resposta: Dia de semana em horário comercial (8 as 18 horas)
Dia de semana após as 18 horas
Dia de semana em horário comercial (8 as 18 horas)
Dia de semana após as 18 horas

Comentários: -

1.3) As audiências públicas são transcritas em atas ou outro documento de registro das demandas/sugestões apresentadas pela participação popular?

Resposta: Sim

Comentários: -

1.3.1) Houve divulgação/publicidade das atas de audiências públicas?

Resposta: Sim

Comentários: -

1.3.1.1) Assinale as formas de divulgação do registro das demandas/proposições, resultado das audiências públicas:

Resposta: Internet (website da prefeitura)
Internet (website da prefeitura)

Comentários: -

IEG-M 2021 - Dados do Exercício 2020

I-Planejamento

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

1.3.1.1.1) Especifique:

Resposta: -

Comentários: -

1.3.1.1.2) Informe a página eletrônica (link na internet):

Resposta: <https://guariba.sp.gov.br/portal-da-transparencia/audiencias-publicas>

Comentários: -

1.3.2) Houve a elaboração de relatório contendo a análise das demandas/sugestões coletadas em audiência pública?

Resposta: Não houve a elaboração do relatório

Comentários: -

2.0) Além das audiências públicas, há levantamentos formais dos problemas, necessidades, deficiências do Município antecedentes ao planejamento?

Resposta: Sim

Comentários: -

2.1) Em quais setores há levantamentos desses problemas, necessidades e deficiências do Município antecedentes ao planejamento?

Resposta: Ensino
Saúde
Assistência Social

Comentários: -

2.2) Para a elaboração do diagnóstico é levado em conta algum plano do governo federal ou estadual?

Resposta: Sim

Comentários: -

IEG-M 2021 - Dados do Exercício 2020

I-Planejamento

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

2.2.1) Descreva quais programas do governo federal ou estadual foram utilizados para elaboração do diagnóstico:

Resposta: **Educação, Saúde e Assistência**

Comentários: -

2.3) Os diagnósticos serviram para as soluções e estão materializados nas peças orçamentárias?

Resposta: **Sim**

Comentários: -

2.3.1) Informe a peça orçamentária:

Resposta: **PPA; LDO E LOA**

Comentários: -

2.3.2) Informe o ano:

Resposta: **2020**

Comentários: **2018, 2019 E 2020**

2.3.3) Informe o número/denominação do programa:

Resposta: **Saúde: 38, 39, 40 e 41**
Assistência: 09, 10, 19 e 27
Educação: 16, 21 e 18

Comentários: -

2.3.4) Informe o número/denominação da Ação:

Resposta: **Educação: 2.017, 2.008, 2.038, 2.020, 2.040;**
Saúde: 2.098, 2.032, 2.120, 2.125, 2.126, 2.073, 2.124,
2.122, 2.123;
Assistência: 2.042, 2.043, 2.037, 2.134, 2.044.

Comentários: -

IEG-M 2021 - Dados do Exercício 2020

I-Planejamento

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

3.0) A prefeitura realiza coleta de sugestões pela internet para a elaboração das peças orçamentárias?

Resposta: **Sim**

Comentários: -

3.1) As coletas de sugestões pela internet ficam disponíveis durante quanto tempo antes da elaboração de cada peça orçamentária?

Resposta: **Até um mês**

Comentários: -

3.2) Na coleta de sugestões pela Internet há glossário explicando os objetivos, como contribuir, em linguagem clara e simples?

Resposta: **Sim**

Comentários: -

3.3) Houve a elaboração de relatório contendo as análises das sugestões coletadas pela internet?

Resposta: **Não houve a elaboração do relatório, pois não houve o recebimento de sugestões**

Comentários: -

4.0) Existem mecanismos de acompanhamento da execução das demandas originárias de participação popular?

Resposta: **Não houve demanda originária de participação popular**

Comentários: -

5.0) É realizado estudo/análise para previsão de receitas, no mínimo, anualmente?

Resposta: **Sim**

Comentários: -

IEG-M 2021 - Dados do Exercício 2020

I-Planejamento

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

5.1) Assinale os tipos de tributos e repasses/transferências avaliados na análise e estudo da previsão da receita:

Resposta: Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbano (IPTU)
Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBI)
Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN)
Taxas
Contribuições
Repasses
Transferências

Comentários: -

5.2) Assinale as variáveis que são levadas em consideração na análise/estudo da previsão da receita:

Resposta: Série Histórica de arrecadação da receita
Nº habitantes + crescimento populacional
Situação econômica do município
Situação econômica da região
Programas do governo estadual
Programas do governo federal

Comentários: -

5.3) A metodologia utilizada para projeção da receita varia de acordo com a espécie da receita orçamentária projetada?

Resposta: Sim

Comentários: -

6.0) É realizado um estudo para elaboração/definição dos programas, ações, metas e indicadores do PPA?

Resposta: Sim, para todos os programas do PPA

Comentários: -

7.0) Há o estabelecimento de metas físicas e financeiras de forma anual nas ações previstas no PPA?

Resposta: Sim, com metas físicas e financeiras

Comentários: -

IEG-M 2021 - Dados do Exercício 2020

I-Planejamento

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

7.1) Os programas finalísticos articulam um conjunto de ações que concorrem para um objetivo comum preestabelecido, visando à solução de um problema ou necessidade da sociedade?

Resposta: Todos os programas finalísticos do PPA

Comentários: -

7.1.1) Houve avaliação da implementação dos programas finalísticos em relação a seus indicadores, objetivos e metas?

Resposta: Sim, para todos os programas finalísticos monitorados

Comentários: -

7.1.1.1) Houve a elaboração de Relatório Anual de Avaliação dos programas finalísticos do PPA?

Resposta: Sim, para todos os programas finalísticos do PPA

Comentários: -

7.2) Os indicadores são mensuráveis e estão coerentes com as metas físico-financeiras estabelecidas?

Resposta: Todos os indicadores do PPA

Comentários: -

8.0) A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) atende as determinações constantes na Lei de Responsabilidade Fiscal?

Resposta: Sim

Comentários: -

8.1) Assinale os itens que a LDO dispõe:

Resposta: Custos estimados, indicadores e metas físicas que se correlacionam com as ações do governo municipal
Critérios para limitação de empenho e movimentação financeira
Critérios de contingenciamento
Critérios para repasses a entidades do terceiro setor
Critérios para ajuda financeira a entidades da Administração indireta
Critérios para o Poder Executivo estabelecer a programação financeira mensal para todo o Município, nele incluído a

IEG-M 2021 - Dados do Exercício 2020

I-Planejamento

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

Câmara

Percentual da Receita Corrente Líquida que será retido, na peça orçamentária, enquanto Reserva de Contingência, destinada a passivos contingentes e outros riscos fiscais
Critérios para contratação de horas extras quando o Poder superar o limite prudencial para pessoal: Executivo, 51,30% da RCL; Legislativo, 5,7% da RCL

Comentários: -

8.2) Informe o número do artigo na LDO:

Resposta: Artigo 1º ao artigo 42º.

Comentários: -

8.3) A LDO prevê remanejamento, a transferência e transposição orçamentária?

Resposta: Sim

Comentários: -

8.3.1) Qual o percentual?

Resposta: 15.00%

Comentários: -

9.0) O Anexo de Metas Fiscais integra a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), nos termos exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal?

Resposta: Sim

Comentários: -

9.1) Informe a página eletrônica (link na internet):

Resposta: <https://guariba.sp.gov.br/portal-da-transparencia/planejamento>

Comentários: -

IEG-M 2021 - Dados do Exercício 2020

I-Planejamento

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

9.2) O Anexo de Metas Fiscais foi elaborado em conformidade com o Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF) estabelecido pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN?

Resposta: Sim

Comentários: -

9.2.1) Assinale os demonstrativos contidos no Anexo de Metas Fiscais:

Resposta: Metas Anuais
Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior
Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Metas Fiscais Fixadas nos três exercícios anteriores
Evolução do Patrimônio Líquido
Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos
Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do RPPS
Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita
Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado

Comentários: -

10.0) O Anexo de Riscos Fiscais integra a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), nos termos exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal?

Resposta: Sim

Comentários: -

10.1) Informe a página eletrônica (link na internet):

Resposta: <https://guariba.sp.gov.br/portal-da-transparencia/planejamento>

Comentários: -

10.2) O Anexo de Riscos Fiscais foi elaborado em conformidade com o Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF) estabelecido pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN?

Resposta: Sim

IEG-M 2021 - Dados do Exercício 2020

I-Planejamento

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

Comentários: -

10.2.1) Assinale as etapas para gerenciamento dos riscos contidas Anexo de Riscos Fiscais:

Resposta: Identificação do tipo de risco e da exposição ao risco
Mensuração ou quantificação dessa exposição
Estimativa do grau de tolerância das contas públicas ao comportamento frente ao risco
Decisão estratégica sobre as opções para enfrentar o risco
Implementação de condutas de mitigação do risco e de mecanismos de controle para prevenir perdas decorrentes do risco
Monitoramento contínuo da exposição ao longo do tempo, preferencialmente através de sistemas institucionalizados (Controle Interno)

Comentários: -

11.0) A Lei Orçamentária Anual (LOA) foi elaborada de forma compatível com o Plano Plurianual (PPA) e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)?

Resposta: Sim

Comentários: -

11.1) Assinale os itens capazes de atestar a compatibilidade entre a LOA, PPA e LDO:

Resposta: Programas constantes do PPA constam na LOA
Programas e ações constantes da LDO constam na LOA
As receitas e despesas da LOA são compatíveis com o Resultado Primário da LDO, incluindo, no máximo, a variação da inflação do interregno temporal dos referidos projetos de lei
O Resultado Nominal constante da LDO consta da LOA, com variação de no máximo a variação da inflação do interregno temporal dos referidos projetos de lei
A estimativa de renúncia fiscal prevista na LDO coincide com o estimado na LOA com variação limitada à variação da inflação
A estimativa de receita e respectivos critérios presentes na LOA são compatíveis com os previstos na LDO em relação à receita de IPTU
A estimativa de receita e respectivos critérios presentes na LOA são compatíveis com os previstos na LDO em relação à receita de ISSQN
A estimativa de receita e respectivos critérios presentes na LOA são compatíveis com os previstos na LDO em relação à

IEG-M 2021 - Dados do Exercício 2020

I-Planejamento

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

receita de ITBI

Os investimentos, parte das despesas de capital, previstas no PPA e LDO são compatíveis com as previsões da LOA

Comentários: -

12.0) Na Lei Orçamentária Anual (LOA), há previsão para abertura de créditos adicionais por decreto?

Resposta: Sim

Comentários: -

12.1) Informe o percentual de alteração:

Resposta: 15.00%

Comentários: -

13.0) As alterações orçamentárias decorrentes de remanejamento, transposição e transferência podem ser realizadas por decreto sem amparo na LDO?

Resposta: Não

Comentários: -

13.1) Informe a classificação funcional da despesa, objeto de alterações orçamentárias decorrentes de remanejamento, transposição e transferências realizadas por decreto sem amparo na LDO:

Resposta: -

Comentários: -

13.1.1) Especifique:

Resposta: -

Comentários: -

14.0) As peças que compõem o planejamento são divulgadas com os indicadores de programas e metas de ações governamentais previstos X realizados?

Resposta: Sim

IEG-M 2021 - Dados do Exercício 2020

I-Planejamento

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

Comentários: -

14.1) Assinale as formas de divulgação:

Resposta: Internet (website da prefeitura)
Internet (website da prefeitura)

Comentários: -

14.2) Informe a página eletrônica (link na internet):

Resposta: <https://guariba.sp.gov.br/portal-da-transparencia/planejamento/planejamento-2019>

Comentários: -

15.0) Há estrutura administrativa voltada para planejamento?

Resposta: Sim

Comentários: -

15.1) A prefeitura dispõe de recursos humanos para operacionalização das atividades de planejamento?

Resposta: Sim

Comentários: -

15.1.1) Os servidores da equipe de planejamento possuem qualificação técnica para o exercício das atividades de planejamento, gestão e orçamento?

Resposta: Sim, todos os funcionários possuem qualificação técnica

Comentários: -

15.1.2) Os servidores do setor de planejamento ou que cuidam dessa atividade têm dedicação exclusiva para essa matéria?

Resposta: Não

Comentários: -

IEG-M 2021 - Dados do Exercício 2020

I-Planejamento

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

15.1.3) Os servidores responsáveis pelo planejamento recebem treinamento específico para a matéria?

Resposta: Sim

Comentários: -

15.1.3.1) Qual a carga horária de treinamento específico dos servidores responsáveis pelo planejamento?

Resposta: Menos de 20 horas/ano

Comentários: -

15.2) A prefeitura dispõe de recursos tecnológicos para operacionalização das atividades de planejamento?

Resposta: Sim

Comentários: -

15.2.1) O sistema informatizado utilizado para auxiliar na elaboração do planejamento é multiusuário (os órgãos e entidades o alimentam e a unidade central de planejamento valida e consolida)?

Resposta: Não

Comentários: -

15.3) Assinale os recursos disponibilizados para a operacionalização das atividades de planejamento:

Resposta: Estrutura Física
Recursos Orçamentários
Recursos Materiais
Estrutura Física
Recursos Orçamentários
Recursos Materiais

Comentários: -

16.0) O servidor responsável pela contabilidade do município é ocupante de cargo de provimento efetivo?

Resposta: Sim

Comentários: -

IEG-M 2021 - Dados do Exercício 2020

I-Planejamento

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

17.0) Há acompanhamento da execução do planejamento?

Resposta: **Sim**

Comentários: -

17.1) A prefeitura demonstra e avalia, com periodicidade quadrimestral, o cumprimento das metas fiscais em audiências públicas?

Resposta: **Realizou Audiência pública do 1º Quadrimestre até o final do mês de maio de 2020
Realizou Audiência pública do 2º Quadrimestre até o final do mês de setembro de 2020
Realizou Audiência pública do 3º Quadrimestre até o final do mês de fevereiro de 2021**

Comentários: -

17.2) Quem é o responsável pelo acompanhamento da execução do planejamento?

Resposta: **Setor de planejamento**

Comentários: -

17.3) Existem avaliações formais (relatórios) sobre a Execução Orçamentária?

Resposta: **Sim**

Comentários: -

17.4) Há relatórios mensais levados ao conhecimento do Prefeito sobre a execução orçamentária?

Resposta: **Sim**

Comentários: -

17.4.1) Qual o conteúdo dos relatórios mensais levados ao conhecimento do Prefeito sobre a execução orçamentária?

Resposta: **Dotações previstas e executadas**

Comentários: -

IEG-M 2021 - Dados do Exercício 2020

I-Planejamento

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

17.5) Assinale os aspectos analisados no processo de acompanhamento e avaliação do planejamento:

Resposta: Percepção de coerência, em todos os programas, do necessário encadeamento lógico-causal entre os insumos que mobiliza, os produtos/ações que gera, os resultados que provoca e os impactos esperados pela sociedade
Análise quanto a se Programas, Metas e Ações são mensurados por um ou mais indicadores próprios e adequados, e que permitam aferir a situação atual (aquela que se pretende modificar) e os avanços obtidos ao longo da execução do programa (em direção àquela mudança pretendida)
Avaliação entre os produtos ofertados à população e as reais demandas da sociedade, coletadas, principalmente, nas audiências públicas realizadas e nos demais instrumentos de diagnóstico dos problemas, necessidades e deficiências do município

Comentários: -

17.6) O acompanhamento da execução orçamentária serve de retroalimentação para o replanejamento dos programas e metas das peças orçamentárias?

Resposta: Sim, com emissão de relatórios para o prefeito

Comentários: -

18.0) Há sistema de controle interno regulamentado por lei?

Resposta: Sim

Comentários: -

18.1) Instrumento normativo, Número e Data da publicação:

Resposta: LEI COMPLEMENTAR Nº 2915, DE 06 DE AGOSTO DE 2015.

Comentários: -

18.1.1) Página eletrônica (link na internet):

Resposta: http://www.leinasnuvens.com.br/legislacao/SP/guariba/1_comp/2015/agosto/2915.php

Comentários: -

IEG-M 2021 - Dados do Exercício 2020

I-Planejamento

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

18.2) O Sistema de Controle Interno no Município possui atribuições formalmente definidas e regulamentadas, que atendam às determinações da Constituição Federal e Lei de Responsabilidade Fiscal?

Resposta: Sim

Comentários: -

18.2.1) Assinale as funções constitucionais e legais atribuídas ao sistema controle interno:

Resposta: Apoiar o Tribunal de Contas no exercício de sua missão institucional
Avaliar o cumprimento das metas físicas e financeiras dos planos orçamentários, bem como a eficiência de seus resultados
Comprovar a legalidade da gestão orçamentária, financeira e patrimonial
Comprovar a legalidade dos repasses a entidades do terceiro setor, avaliando a eficácia e a eficiência dos resultados alcançados
Exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres do Município
Em conjunto com autoridades da Administração Financeira do Município, assinar o Relatório de Gestão Fiscal
Avaliar o cumprimento das metas físicas e financeiras dos planos orçamentários, bem como a eficiência de seus resultados
Comprovar a legalidade da gestão orçamentária, financeira e patrimonial
Comprovar a legalidade dos repasses a entidades do terceiro setor, avaliando a eficácia e a eficiência dos resultados alcançados
Exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres do Município
Em conjunto com autoridades da Administração Financeira do Município, assinar o Relatório de Gestão Fiscal
Apoiara o Tribunal de Contas no exercício de sua missão institucional

Comentários: -

18.2.2) Além das funções Constitucionais e Legais, assinale as funções básicas atribuídas ao Sistema de Controle Interno:

Resposta: Ouvidoria
Transparência
Ouvidoria

IEG-M 2021 - Dados do Exercício 2020

I-Planejamento

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

Transparência

Comentários: -

18.3) A prefeitura dispõe de recursos humanos para operacionalização das atividades do sistema de controle interno?

Resposta: **Sim**

Comentários: -

18.3.1) O responsável pela Unidade Central de Controle Interno (UCCI) ocupa cargo efetivo na Administração Municipal?

Resposta: **Sim**

Comentários: -

18.3.1.1) Assinale a forma de exercício da função:

Resposta: **Não exclusiva**

Comentários: -

18.3.1.1.1) Descreva a forma de acumulação:

Resposta: **Atividades ligadas ao Terceiro Setor, Controle Interno, Transparência Municipal, Ouvidoria Municipal, Tribunal de Contas, Recursos Humanos e Tesouraria**

Comentários: -

18.3.2) Há disponibilização de programas de treinamento aos quadros funcionais do Sistema Controle Interno?

Resposta: **Sim**

Comentários: -

18.3.2.1) Qual a carga horária de treinamento específico realizada pelos quadros funcionais do Sistema de Controle Interno?

Resposta: **Menos de 20 horas/ano**

Comentários: -

IEG-M 2021 - Dados do Exercício 2020

I-Planejamento

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

18.3.3) A Unidade Central de Controle Interno (UCCI) possui autonomia e independência para o exercício de suas funções?

Resposta: Sim

Comentários: -

18.3.3.1) Descreva a forma como a autonomia e independência é exercida na Administração Pública Municipal:

Resposta: Apesar de o sistema de controle interno estar vinculado a administração física e financeiramente, as atividades de controle tem total liberdade na execução dos serviços de fiscalização.

Comentários: -

18.3.4) O responsável pela Unidade Central de Controle Interno (UCCI) apresentou relatórios periódicos que demonstram efetivo exercício de suas atribuições?

Resposta: Sim

Comentários: -

18.3.4.1) Qual a periodicidade de elaboração:

Resposta: Mensal
Mensal

Comentários: -

18.3.4.2) Com base no relatório do Controle Interno, o Prefeito determinou as providências cabíveis diante das irregularidades e ilegalidades apontadas?

Resposta: Não foram relatadas irregularidades

Comentários: -

18.3.4.2.1) O Controle Interno acompanhou as medidas e os prazos das providências determinadas pelo Prefeito diante dos apontamentos do relatório do Controle Interno?

Resposta: -

Comentários: -

IEG-M 2021 - Dados do Exercício 2020

I-Planejamento

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

18.4) Assinale quais recursos o Sistema de Controle Interno dispõe para operacionalização de suas atividades:

Resposta: Recursos Tecnológicos
 Estrutura Física
 Recursos Materiais
 Recursos Tecnológicos
 Estrutura Física
 Recursos Materiais

Comentários: -

19.0) No Município existe formalização da segregação de funções financeiras e de controle?

Resposta: Sim

Comentários: -

20.0) Houve a criação da ouvidoria pública no âmbito do Poder Executivo Municipal?

Resposta: Sim

Comentários: -

20.1) Informe o Instrumento normativo, Número e Data da publicação:

Resposta: Lei nº 3.088 de 08 de dezembro de 2.017.

Comentários: -

20.1.1) Informe a página eletrônica (link na internet):

Resposta: <http://www.leinasnuvens.com.br/legislacao/SP/guariba/2017/dezembro/3088.php>

Comentários: -

20.2) A Ouvidoria dispõe de recursos para operacionalização de suas atividades?

Resposta: Sim

Comentários: -

IEG-M 2021 - Dados do Exercício 2020

I-Planejamento

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

20.2.1) Assinale quais recursos a ouvidoria dispõe para operacionalização de suas atividades:

Resposta: Recursos Materiais
Recursos Humanos
Recursos Tecnológicos
Estrutura Física
Recursos Humanos
Recursos Tecnológicos
Estrutura Física
Recursos Materiais

Comentários: -

20.3) Assinale as características que a ouvidoria dispõe para a execução de suas atribuições:

Resposta: Confidencialidade
Independência
Acessibilidade
Transparência
Independência
Acessibilidade
Transparência
Confidencialidade

Comentários: -

20.4) A ouvidoria elaborou Relatório de Gestão do exercício de 2020, contendo a consolidação das manifestações encaminhadas pelos usuários de serviços públicos, e com base nelas, apontou falhas e sugeriu melhorias em sua prestação?

Resposta: Sim

Comentários: -

20.4.1) Assinale as informações constantes nos relatórios gerenciais elaborados pela ouvidoria:

Resposta: Providências adotadas pela administração pública nas soluções apresentadas
Número de manifestações recebidas no exercício anterior
Motivos das Manifestações
Análise dos Pontos recorrentes
Número de manifestações recebidas no exercício anterior
Motivos das Manifestações
Análise dos Pontos recorrentes

IEG-M 2021 - Dados do Exercício 2020

I-Planejamento

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

Providências adotadas pela administração pública nas soluções apresentadas

Comentários: -

20.4.2) Houve divulgação integral do Relatório de Gestão elaborado pela ouvidoria na internet?

Resposta: **Sim**

Comentários: -

20.4.2.1) Informe a página eletrônica (link na internet):

Resposta: **<https://guariba.sp.gov.br/portal-da-transparencia/ouvidoria/relatorios>**

Comentários: -

21.0) A prefeitura elaborou a "Carta de Serviço ao Usuário", que trata dos serviços prestados pelos seus órgãos e entidades, as formas de acesso a esses serviços e seus compromissos e padrões de qualidade de atendimento ao público, conforme artigo 7º, §§ 2º e 3º, da Lei Federal nº 13.460/2017?

Resposta: **Não**

Comentários: A "Carta de Serviço ao Usuário" do Município está em fase de elaboração.

21.1) Houve divulgação da "Carta de Serviço ao Usuário"?

Resposta: -

Comentários: -

21.1.1) Assinale as formas de divulgação da "Carta de Serviço ao Usuário":

Resposta: -

Comentários: -

21.1.1.1) Especifique:

Resposta: -

Comentários: -

IEG-M 2021 - Dados do Exercício 2020

I-Planejamento

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

21.1.1.2) Informe a página eletrônica (link na internet):

Resposta: -

Comentários: -

21.2) A prefeitura regulamentou a operacionalização da Carta de Serviços ao Usuário, conforme o artigo 7º, § 5º, da Lei Federal nº 13.460/2017?

Resposta: -

Comentários: -

22.0) A prefeitura regulamentou e instituiu o Conselho de Usuários, nos termos definidos nos artigos 18 a 21 da Lei Federal nº 13.460/2017?

Resposta: Não

Comentários: -

23.0) O município elaborou Plano Diretor conforme Lei nº 10.257/01?

Resposta: Sim

Comentários: -

23.1) Informe o motivo da não elaboração do Plano Diretor:

Resposta: -

Comentários: -

23.2) O Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual incorporam as diretrizes e as prioridades estabelecidas no Plano Diretor?

Resposta: Sim

Comentários: -

23.2.1) Informe o programa do PPA:

Resposta: 23 OBRAS; 28 MEIO AMBIENTE

IEG-M 2021 - Dados do Exercício 2020

I-Planejamento

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

Comentários: -

24.0) Gostaria de registrar suas impressões, comentários e sugestões a respeito do presente questionário? Não deixe de indicar, por favor, as questões que você considera relevantes, mas não foram - ou o foram apenas superficial e inadequadamente - abordadas nos itens acima. Obrigado.

Resposta: Não

Comentários: -

IEG-M 2021 - Dados do Exercício 2020

I-Fiscal

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

1.0) Há estrutura administrativa voltada para a administração tributária?

Resposta: Sim

Comentários: -

1.1) A prefeitura dispõe de recursos humanos para a operacionalização das atividades relacionadas a administração tributária?

Resposta: Sim

Comentários: -

1.1.1) Qual o número de cargos de fiscais tributários preenchidos?

Resposta: Efetivo: 7
Em comissão: 0
Terceirizado: 0

Comentários: -

1.1.2) Os fiscais tributários recebem treinamento específico para execução das atividades inerentes ao cargo?

Resposta: Não

Comentários: -

1.1.3) O Município possui Plano de Cargos e Salários específico para seus fiscais tributários?

Resposta: Não

Comentários: -

1.2) Assinale os recursos disponibilizados para a operacionalização das atividades da administração tributária:

Resposta: Recursos Materiais
Recursos Tecnológicos
Estrutura Física
Recursos Orçamentários
Recursos Tecnológicos
Estrutura Física
Recursos Orçamentários

IEG-M 2021 - Dados do Exercício 2020

I-Fiscal

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

Recursos Materiais

Comentários: -

1.3) Há segregação de funções entre os setores de lançadoria, arrecadação, fiscalização e contabilidade?

Resposta: Sim

Comentários: -

1.3.1) Há segregação nas permissões de acesso do sistema, com identificação do usuário e registro das transações efetuadas?

Resposta: Sim

Comentários: -

2.0) O município tem adotado medidas efetivas para aumento da arrecadação?

Resposta: Sim

Comentários: -

2.1) Assinale as medidas implementadas para aumento da arrecadação:

Resposta: Recadastramento de Imóveis
Implementação de Nota Fiscal Eletrônica
Convênios com a União e o Estado para compartilhamento de Informações
Parceria/Convênio com os tabelionatos de notas e Registros de Imóveis
Protesto da Certidão de Dívida Ativa

Comentários: -

3.0) Há revisão periódica do Cadastro Imobiliário?

Resposta: Sim

Comentários: -

3.1) Qual a periodicidade da atualização geral do Cadastro Imobiliário?

Resposta: Menor ou igual a 1 ano

IEG-M 2021 - Dados do Exercício 2020

I-Fiscal

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

Comentários: -

4.0) O instrumento da Planta Genérica de Valores (PGV) foi aprovado por lei, conforme previsto no Código Tributário Nacional (CTN)?

Resposta: Sim

Comentários: -

4.1) Instrumento normativo, Número e Data da publicação:

Resposta: LEI N° 1805, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2001

Comentários: -

4.1.1) Página eletrônica (link na internet):

Resposta: <http://www.leinasnuvens.com.br/legislacao/SP/guariba/2001/dezembro/1805.php#>

Comentários: -

4.2) O Código Tributário Municipal ou Lei específica que tenha instituído o IPTU prevê a revisão periódica obrigatória da Planta Genérica de Valores (PGV)?

Resposta: Sim

Comentários: -

4.2.1) Instrumento normativo, Número e Data da publicação:

Resposta: Decreto n° 3725 de 28 de janeiro de 2020

Comentários: -

4.2.1.1) Página eletrônica (link na internet):

Resposta: xyz

Comentários: -

4.2.2) Informe a data da última atualização da PGV:

Resposta: 28/01/2021

Comentários: -

IEG-M 2021 - Dados do Exercício 2020

I-Fiscal

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

4.2.3) Informe a periodicidade de atualização da PGV:

Resposta: 1

Comentários: -

4.3) Os dados da Planta Genérica de Valores (PGV) e do Cadastro Imobiliário atualizam a base de cálculo do IPTU?

Resposta: Sim, de forma automática no sistema

Comentários: -

5.0) Na cobrança do IPTU são adotadas alíquotas progressivas em relação ao valor do imóvel?

Resposta: Não

Comentários: -

6.0) O município adota programa de isenção do IPTU?

Resposta: Sim

Comentários: -

6.1) Instrumento normativo, Número e Data da publicação:

Resposta: LEI N° 1805, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2001

Comentários: -

6.1.1) Página eletrônica (link na internet):

Resposta: <http://www.leinasnuvens.com.br/legislacao/SP/guariba/2001/dezembro/1805.php#>

Comentários: -

6.2) Assinale os critérios estabelecidos para a concessão de isenção total ou parcial do IPTU:

Resposta: Aposentado, pensionista ou beneficiário de renda mensal vitalícia
Não possuir outro imóvel
Utilizar o único imóvel como residência
Rendimento mensal máximo

IEG-M 2021 - Dados do Exercício 2020

I-Fiscal

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

Comentários: -

7.0) Há fiscalização automatizada periódica para detectar contribuintes que deixam de emitir a NFS-e por um determinado período ou apresentem queda acentuada em suas operações, a fim de detectar o fim das atividades ou a sonegação do ISSQN?

Resposta: Sim

Comentários: -

7.1) A pesquisa de autenticidade de notas fiscais eletrônicas está disponível ao público?

Resposta: Sim, sem restrição

Comentários: -

8.0) O Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) foi regulamentado?

Resposta: Sim

Comentários: -

8.1) Instrumento normativo, Número e Data da publicação:

Resposta: LEI N° 1805, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2001

Comentários: -

8.1.1) Página eletrônica (link na internet):

Resposta: <http://www.leinasnuvens.com.br/legislacao/SP/guariba/2001/dezembro/1805.php#>

Comentários: -

8.2) A emissão da guia de recolhimento do ITBI fica a cargo do órgão fazendário?

Resposta: Sim

Comentários: -

IEG-M 2021 - Dados do Exercício 2020

I-Fiscal

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

8.3) Assinale a forma de recolhimento da guia do ITBI:

Resposta: **Diretamente no Caixa da Prefeitura**

Comentários: -

8.4) O município estabelece alíquotas progressivas para o ITBI, com base no valor venal do imóvel?

Resposta: **Não**

Comentários: -

9.0) Foi instituído algum tipo de contribuição ou taxa no município?

Resposta: **Sim**

Comentários: -

9.1) Assinale os tipos de contribuições e taxas instituídas:

Resposta: **CIP - Contribuição para Custeio da Iluminação Pública**
Contribuição de melhoria
Taxa de Licenciamento
Taxa de Fiscalização de Estabelecimento

Comentários: -

9.1.1) Especifique:

Resposta: -

Comentários: -

9.1.2) Os recursos da CIP - Contribuição para Custeio da Iluminação Pública foram movimentados em contas específicas?

Resposta: **Sim**

Comentários: -

10.0) No exercício de 2020, foram concedidos benefícios e incentivos de natureza tributária, financeira e creditícia da qual decorram em renúncia de receitas?

Resposta: **Não**

IEG-M 2021 - Dados do Exercício 2020

I-Fiscal

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

Comentários: -

10.1) Há servidor ou setor responsável pelo acompanhamento da renúncia de receita?

Resposta: -

Comentários: -

10.2) Há normas e procedimentos relativos à renúncia de receita?

Resposta: -

Comentários: -

10.3) As renúncias de receitas, decorrentes da concessão ou ampliação de incentivos ou benefícios de natureza tributária são precedidas de estudos do impacto orçamentário-financeiro, nos termos do artigo 14 da LRF?

Resposta: -

Comentários: -

10.4) O Anexo de Metas Fiscais, que integra a LDO, contém demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita para o respectivo exercício orçamentário?

Resposta: -

Comentários: -

10.5) Informe o valor das renúncias no exercício de 2020:

Resposta: -

Comentários: -

10.6) Houve publicidade e transparência dos benefícios concedidos por Renúncia de Receitas em 2020?

Resposta: -

Comentários: -

IEG-M 2021 - Dados do Exercício 2020

I-Fiscal

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

10.6.1) Assinale as informações divulgadas:

Resposta: -

Comentários: -

10.6.2) Assinale as formas de divulgação dos valores dos benefícios concedidos, dos métodos utilizados na sua mensuração e dos valores socioeconômicos alcançados com a renúncia:

Resposta: -

Comentários: -

10.6.2.1) Especifique:

Resposta: -

Comentários: -

10.6.2.2) Página eletrônica (link na internet):

Resposta: -

Comentários: -

11.0) O município possui regulamentação sobre dívida ativa?

Resposta: Sim

Comentários: -

11.1) Instrumento normativo, Número e Data da publicação:

Resposta: LEI N° 1805, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2001

Comentários: -

11.1.1) Página eletrônica (link na internet):

Resposta: <http://www.leinasnuvens.com.br/legislacao/SP/guariba/2001/dezembro/1805.php#>

Comentários: -

IEG-M 2021 - Dados do Exercício 2020

I-Fiscal

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

11.2) Assinale os critérios estabelecidos na legislação sobre dívida ativa:

Resposta: Início do trâmite da execução judicial da dívida ativa
 Cobrança administrativa da dívida ativa
 Parcelamento da dívida ativa
 Restrição e controle da inadimplência nos parcelamentos da dívida ativa
 Cobrança administrativa da dívida ativa
 Parcelamento da dívida ativa
 Restrição e controle da inadimplência nos parcelamentos da dívida ativa
 Início do trâmite da execução judicial da dívida ativa

Comentários: -

12.0) O Município possui dívida ativa executada de forma judicial em 2020?

Resposta: Sim

Comentários: -

12.1) Informe o valor total da dívida ativa executada de forma judicial no exercício de 2020:

Resposta: R\$ 735,429.81

Comentários: -

13.0) A prefeitura realiza cobrança de dívida ativa de forma extrajudicial?

Resposta: Sim

Comentários: -

13.1) Informe o valor total da dívida ativa cobrada de forma extrajudicial no exercício de 2020:

Resposta: R\$ 2,370,702.37

Comentários: -

IEG-M 2021 - Dados do Exercício 2020

I-Fiscal

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

13.2) Assinale as modalidades de cobrança extrajudicial da dívida ativa:

Resposta: Protesto Extrajudicial da CDA (Certidão da Dívida Ativa)
Parcelamento
Facilitação do Pagamento
Protesto Extrajudicial da CDA (Certidão da Dívida Ativa)
Parcelamento
Facilitação do Pagamento

Comentários: -

14.0) No exercício de 2020 houve dívidas prescritas?

Resposta: Não

Comentários: -

15.0) Os dados relativos à transparência na gestão fiscal são divulgados na página eletrônica do Município?

Resposta: Sim

Comentários: -

15.1) Assinale os itens que são divulgados na página eletrônica do Município:

Resposta: Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO)
PPA, LDO e LOA
Balanços de exercício
Prestação de contas do ano anterior
Parecer prévio do TCE
Relatório de Gestão Fiscal (RGF)
PPA, LDO e LOA
Balanços de exercício
Prestação de contas do ano anterior
Parecer prévio do TCE
Relatório de Gestão Fiscal (RGF)
Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO)

Comentários: -

16.0) Há divulgação das receitas arrecadadas em tempo real?

Resposta: Sim

Comentários: -

IEG-M 2021 - Dados do Exercício 2020

I-Fiscal

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

16.1) Assinale os itens da receita divulgados em tempo real:

Resposta: Data de arrecadação
 Origem
 Espécie
 Desdobramento para identificação de peculiaridades
 Valor arrecadado
 Origem
 Espécie
 Desdobramento para identificação de peculiaridades
 Valor arrecadado
 Data de arrecadação

Comentários: -

17.0) Há divulgação das despesas executadas em tempo real?

Resposta: Sim

Comentários: -

17.1) Assinale os itens das despesas divulgados em tempo real:

Resposta: Bem fornecido ou serviço prestado
 Valor empenhado
 Valor liquidado
 Valor pago
 Número do processo da execução - n° empenho
 Unidade Orçamentária - UO
 Função
 Subfunção
 Categoria Econômica da despesa
 Grupo de Natureza da despesa
 Modalidade de aplicação
 Elemento
 Subitem
 Fonte de recurso
 Favorecido do pagamento
 Modalidade da licitação
 Número do processo licitatório
 Valor empenhado
 Valor liquidado
 Valor pago
 Número do processo da execução - n° empenho
 Unidade Orçamentária - UO
 Função
 Subfunção
 Categoria Econômica da despesa
 Grupo de Natureza da despesa

IEG-M 2021 - Dados do Exercício 2020

I-Fiscal

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

Modalidade de aplicação
Elemento
Subitem
Fonte de recurso
Favorecido do pagamento
Modalidade da licitação
Número do processo licitatório
Bem fornecido ou serviço prestado

Comentários: -

18.0) Há divulgação de remuneração individualizada por nome do agente público, contendo dados sobre os vencimentos, descontos, indenizações e valor líquido?

Resposta: Sim

Comentários: -

18.1) Página eletrônica (link na internet):

Resposta: <http://189.44.35.10:8083/pronimtb/index.asp?acao=4&item=5>

Comentários: -

19.0) Há divulgação de diárias e passagens por nome de favorecido e constando data, destino, cargo e motivo de viagem?

Resposta: Sim

Comentários: -

19.1) Página eletrônica (link na internet):

Resposta: <https://guariba.sp.gov.br/portal-da-transparencia/despesas-com-viagens>

Comentários: -

20.0) Os repasses para o Regime Geral de Previdência Social (RGPS) da competência de 2020 foram realizados em qual prazo?

Resposta: Todos os repasses foram dentro do prazo legal

Comentários: -

IEG-M 2021 - Dados do Exercício 2020

I-Fiscal

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

21.0) A Prefeitura aderiu a algum parcelamento de encargos sociais (Regime Geral de Previdência Social - RGPS)?

Resposta: Não

Comentários: -

22.0) O Município efetuou, no exercício de 2020, compensação de encargos sociais junto à Receita Federal do Brasil?

Resposta: Não

Comentários: -

24.0) A Prefeitura Municipal realizou publicidade institucional nos três meses antes da eleição?

Resposta: Não

Comentários: -

25.0) A Prefeitura Municipal implantou novos serviços que acarretem distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios?

Resposta: Não

Comentários: -

26.0) A Prefeitura Municipal cedeu ou usou, em benefício de candidato, bens móveis ou imóveis pertencentes à Administração no ano eleitoral?

Resposta: Não

Comentários: -

27.0) Os agentes públicos da Prefeitura usaram materiais ou serviços custeados pelos Governos Federal, Estadual ou Casas Legislativas, que excederam as prerrogativas consignadas nos regimentos e normas dos órgãos que os integram?

Resposta: Não

Comentários: -

IEG-M 2021 - Dados do Exercício 2020

I-Fiscal

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

28.0) A Prefeitura Municipal cedeu servidor público ou usou de seus serviços para comitês de campanha eleitoral de candidato durante o horário de expediente normal?

Resposta: Não

Comentários: -

29.0) A partir de 07 de abril, houve concessão de revisão geral da remuneração aos servidores e/ou agentes políticos acima da inflação do período do último ano de mandato?

Resposta: Não

Comentários: -

30.0) Gostaria de registrar suas impressões, comentários e sugestões a respeito do presente questionário? Não deixe de indicar, por favor, as questões que você considera relevantes, mas não foram - ou o foram apenas superficial e inadequadamente - abordadas nos itens acima. Obrigado.

Resposta: Não

Comentários: -

IEG-M 2021 - Dados do Exercício 2020

I-Educ

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

1.0) A Prefeitura municipal oferece Creche?

Resposta: **Sim**

Comentários: -

1.1) Informe quantos estabelecimentos que oferecem Creche possuem:

Resposta: **Sala de Aleitamento Materno (SAM): 0**
Local para acondicionamento de leite materno (LALM): 8

Comentários: A Rede Municipal possui em todas as suas oito unidades exclusivas de educação infantil, espaços que podem e são utilizados para o aleitamento materno, quando existe essa necessidade, mesmo que nenhum dos projetos oficiais dos governos Estadual (Creche Escola) e Federal (Pró Infância) preveem esse ambiente.

1.2) Informe quantos estabelecimentos que oferecem Creche possuem:

Resposta: **Espaços Lúdicos (EL): 8**
Pátio Infantil (PI): 8
Brinquedos no Pátio Infantil (BPI): 8

Comentários: -

1.3) Informe:

Resposta: **Quantas creches possuem e CUMPRIRAM o cronograma de manutenção preventiva/troca dos brinquedos no Pátio infantil (CRON): 8**
Quantas creches possuem e NÃO CUMPRIRAM o cronograma de manutenção preventiva/troca dos brinquedos no Pátio infantil (NCRON): 0
Quantas creches realizam manutenção/troca dos brinquedos no Pátio Infantil SOMENTE por solicitação (SOLIC): 0

Comentários: -

1.4) A Prefeitura disponibiliza brinquedos/materiais pedagógicos para as crianças em todos os estabelecimentos de Creche do município?

Resposta: **Sim**

Comentários: -

IEG-M 2021 - Dados do Exercício 2020

I-Educ

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

1.4.1) Realiza higienização dos brinquedos/materiais pedagógicos?

Resposta: **Sim**

Comentários: -

1.4.1.1) Qual a frequência de higienização?

Resposta: **Diária**

Comentários: -

1.4.2) Possui cronograma para compra de brinquedos/materiais pedagógicos?

Resposta: **Sim**

Comentários: -

1.4.3) Quando foi a última entrega de brinquedos/materiais pedagógicos?

Resposta: **05/06/2020**

Comentários: -

1.5) Informe a quantidade de turmas de Creche em que o espaço por aluno em sala de aula (área da sala dividido pelo n° de alunos) era:

Resposta: **Superior ou igual a 30 m²/13 alunos: 15
Superior ou igual a 25 m² / 13 e inferior a 30 m² / 13: 8
Superior ou igual a 20 m² / 13 e inferior a 25 m² / 13: 10
Inferior a 20 m² / 13: 3**

Comentários: -

1.6) Informe a quantidade de professores de creche no ano de 2020:

Resposta: **Efetivos: 31
Temporários: 10**

Comentários: -

IEG-M 2021 - Dados do Exercício 2020

I-Educ

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

1.7) Informe a quantidade de professores de creche que:

Resposta: Possuem formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam: 40
Possuem pós-graduação: 34

Comentários: -

1.8) Qual o piso salarial mensal dos professores de creche no município?

Resposta: R\$ 3,050.00

Comentários: -

1.9) Informe o número de escolas em que os professores de creche que nelas atuavam no início do ano letivo de 2020 não permaneceram no mesmo estabelecimento até o final do ano letivo de 2020:

Resposta: Menor que 10% dos professores: 7
Maior ou igual a 10% e menor que 20% dos professores: 0
Maior ou igual a 20% e menor que 30% dos professores: 1
Maior ou igual a 30% e menor que 40% dos professores: 0
Maior ou igual a 40% e menor que 50% dos professores: 0
Maior que 50% dos professores: 0

Comentários: -

1.10) Indique a quantidade de escolas municipais cujo diretor de creche, ao final de 2020, permanecia à frente da mesma unidade por:

Resposta: Menor que 1 ano: 0
Maior ou igual a 1 ano e menor que 3 anos: 0
Maior ou igual a 3 anos e menor que 5 anos: 8
Maior ou igual a 5 anos e menor que 10 anos: 0
Maior ou igual a 10 anos e menor que 15 anos: 0
Maior que 15 anos: 0

Comentários: Os cargos de diretor de escola tornaram-se de provimento efetivo, com ingresso por meio de concurso público específico a partir de 2018.

1.11) Qual a principal razão para pagamento de horas extras para os professores de creche?

Resposta: Não existe pagamento de horas extras

IEG-M 2021 - Dados do Exercício 2020

I-Educ

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

Comentários: -

1.12) Os profissionais de creche da rede municipal participaram de cursos de capacitação durante o ano de 2020?

Resposta: Sim

Comentários: -

1.12.1) Informe a quantidade de profissionais de creche:

Resposta: Professores de Creche que participaram de cursos de capacitação durante o ano de 2020: 33
Coordenadores/Supervisores de Creche que participaram de cursos de capacitação durante o ano de 2020: 7
Diretores de Creche que participaram de cursos de capacitação durante o ano de 2020: 8
Total de professores de creche: 41
Total de coordenadores/supervisores de creche: 7
Total de diretores de creche: 8

Comentários: -

1.12.2) Assinale a forma de capacitação:

Resposta: Presencialmente
À distância
Por meio de multiplicadores

Comentários: -

1.12.3) Informe o total de horas de treinamento e capacitação oferecidos pelo município destinados aos profissionais de creche no exercício de 2020:

Resposta: 160

Comentários: -

1.13) Informe a quantidade total (dias) de ausência dos professores por faltas (incluindo os afastamentos legais) para Creches - QTA:

Resposta: Faltas injustificadas: 0
Faltas justificadas: 19
Licença médica: 76
Licença maternidade/paternidade: 240
Abonos: 27
Outros (inclusive ausências pontuais amparadas por lei): 0

IEG-M 2021 - Dados do Exercício 2020

I-Educ

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

Comentários: -

1.14) Informe a quantidade de estabelecimentos que oferecem creche na rede municipal de ensino:

Resposta: Total de estabelecimentos que oferecem creche: 8
Estabelecimentos que oferecem creche e possuem Projeto político pedagógico atualizado: 8

Comentários: -

1.15) Os professores realizam reuniões periódicas com os pais dos alunos de creche sobre planejamento/projeto escolar e desempenho/desenvolvimento da criança?

Resposta: Sobre planejamento e desempenho da criança

Comentários: -

1.15.1) Qual a periodicidade das reuniões?

Resposta: Bimestral

Comentários: -

1.16) Houve entrega do Kit escolar às creches municipais no ano de 2020?

Resposta: Sim

Comentários: -

1.16.1) Data da última entrega na escola:

Resposta: 06/02/2020

Comentários: -

1.17) Houve entrega do material didático (livros, apostilas, etc.) às creches municipais em 2020?

Resposta: Sim

Comentários: -

IEG-M 2021 - Dados do Exercício 2020

I-Educ

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

1.17.1) Data da última entrega na escola:

Resposta: 06/02/2020

Comentários: -

1.18) A Prefeitura municipal fez uma pesquisa/estudo para levantar o número de crianças que necessitavam de Creches em 2020?

Resposta: Sim

Comentários: -

1.18.1) Descreva a pesquisa/estudo:

Resposta: Enviado comunicado aos pais por meio dos alunos da rede; Divulgação nas escolas e rede sociais; Solicitação de envio das listas de espera/pedido de vaga existentes nas escolas para SME; Cartazes fixados nas escolas.

Comentários: -

1.19) Número de crianças de 0 a 3 anos que solicitaram vaga em creche:

Resposta: 913

Comentários: -

1.20) Número de vagas de creche ofertadas em 2020:

Resposta: 715

Comentários: -

1.21) Número de crianças matriculadas na creche em 2020:

Resposta: 715

Comentários: -

1.22) Informe a quantidade de turmas de Creche existentes em 2020:

Resposta: Até 13 alunos: 0
De 14 a 20 alunos: 21
De 21 a 25 alunos: 14

IEG-M 2021 - Dados do Exercício 2020

I-Educ

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

Acima de 25 alunos: 1

Comentários: -

1.23) Quantos estabelecimentos de creche ofereciam turmas em tempo integral durante o exercício de 2020?

Resposta: 8

Comentários: -

1.24) Quantos alunos de creche concluíram o ano letivo de 2020 em escolas de tempo integral (7 horas ou mais por dia)?

Resposta: 386

Comentários: -

1.25) Há alunos de creche que possuem deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação?

Resposta: Sim

Comentários: -

1.25.1) Houve Atendimento Pedagógico Especializado (APE) na Rede Municipal de Ensino?

Resposta: Sim

Comentários: -

1.25.1.1) Assinale quais formas:

Resposta: Sala de Recursos
Outros

Comentários: Estagiários do Curso de Pedagogia, acompanhando alunos de inclusão;
Professores Especialistas em TEA/TGD, para acompanhamento dos alunos autistas, quando o caso exigiu;
Encaminhamento e atendimento por profissionais do setor de Saúde Mental da SMS, CAM - Centro de Atendimento Multidisciplinar (Terapeuta Ocupacional, Psicólogo, Fonoaudiólogo, Psiquiatra, outros).

IEG-M 2021 - Dados do Exercício 2020

I-Educ

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

1.26) Qual a data de início de funcionamento de 2020 para as creches?

Resposta: 03/02/2020

Comentários: -

2.0) A Prefeitura municipal oferece Pré-escola?

Resposta: Sim

Comentários: -

2.1) Informe quantos estabelecimentos que oferecem Pré-escola possuem:

Resposta: Espaços Lúdicos (EL): 10
Pátio Infantil (PI): 9
Brinquedos no Pátio Infantil (BPI): 9

Comentários: -

2.2) Informe:

Resposta: Quantas pré-escolas possuem e CUMPRIRAM o cronograma de manutenção preventiva/troca dos brinquedos no Pátio infantil (CRON): 9
Quantas pré-escolas possuem e NÃO CUMPRIRAM o cronograma de manutenção preventiva/troca dos brinquedos no Pátio infantil (NCRON): 0
Quantas pré-escolas realizam manutenção/troca dos brinquedos no Pátio Infantil SOMENTE por solicitação (SOLIC): 0

Comentários: -

2.3) A Prefeitura disponibiliza brinquedos/materiais pedagógicos para as crianças em todos os estabelecimentos de Pré-escola do município?

Resposta: Sim

Comentários: -

IEG-M 2021 - Dados do Exercício 2020

I-Educ

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

2.3.1) Realiza higienização dos brinquedos/materiais pedagógicos?

Resposta: **Sim**

Comentários: -

2.3.1.1) Qual a frequência de higienização?

Resposta: **Diária**

Comentários: -

2.3.2) Possui cronograma para compra de brinquedos/materiais pedagógicos?

Resposta: **Sim**

Comentários: -

2.3.3) Quando foi a última entrega de brinquedos/materiais pedagógicos?

Resposta: **05/06/2020**

Comentários: -

2.4) Informe a quantidade de turmas de Pré-escola em que o espaço por aluno em sala de aula (área da sala dividido pelo n° de alunos) era:

Resposta: Superior ou igual a 30 m²/22 alunos: 37
Superior ou igual a 25 m² / 22 e inferior a 30 m² / 22: 4
Superior ou igual a 20 m² / 22 e inferior a 25 m² / 22: 0
Inferior a 20 m² / 22: 0

Comentários: -

2.5) Informe a quantidade de professores de pré-escola no ano de 2020:

Resposta: **Efetivos: 35**
Temporários: 13

Comentários: -

IEG-M 2021 - Dados do Exercício 2020

I-Educ

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

2.6) Informe a quantidade de professores de pré-escola que:

Resposta: Possuem formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam: 46
Possuem pós-graduação: 37

Comentários: -

2.7) Qual o piso salarial mensal dos professores de pré-escola no município?

Resposta: R\$ 3,050.00

Comentários: -

2.8) Informe o número de escolas em que os professores de pré-escola que nelas atuavam no início do ano letivo de 2020 não permaneceram no mesmo estabelecimento até o final do ano letivo de 2020:

Resposta: Menor que 10% dos professores: 10
Maior ou igual a 10% e menor que 20% dos professores: 0
Maior ou igual a 20% e menor que 30% dos professores: 0
Maior ou igual a 30% e menor que 40% dos professores: 0
Maior ou igual a 40% e menor que 50% dos professores: 0
Maior que 50% dos professores: 0

Comentários: -

2.9) Indique a quantidade de escolas municipais cujo diretor de pré-escola, ao final de 2020, permanecia à frente da mesma unidade por:

Resposta: Menor que 1 ano: 0
Maior ou igual a 1 ano e menor que 3 anos: 10
Maior ou igual a 3 anos e menor que 5 anos: 0
Maior ou igual a 5 anos e menor que 10 anos: 0
Maior ou igual a 10 anos e menor que 15 anos: 0
Maior que 15 anos: 0

Comentários: Os cargos de diretor de escola tornaram-se de provimento efetivo, com ingresso por meio de concurso público específico a partir de 2018.

2.10) Qual a principal razão para pagamento de horas extras para os professores de pré-escola?

Resposta: Não existe pagamento de horas extras

IEG-M 2021 - Dados do Exercício 2020

I-Educ

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

Comentários: -

2.11) Os profissionais de pré-escola da rede municipal participaram de cursos de capacitação durante o ano de 2020?

Resposta: Sim

Comentários: -

2.11.1) Informe a quantidade de profissionais de pré-escola:

Resposta: Professores de Pré-escola que participaram de cursos de capacitação durante o ano de 2020: 37
Coordenadores/Supervisores de Pré-escola que participaram de cursos de capacitação durante o ano de 2020: 9
Diretores de Pré-escola que participaram de cursos de capacitação durante o ano de 2020: 10
Total de professores de Pré-escola: 48
Total de coordenadores/supervisores de Pré-escola: 9
Total de diretores de Pré-escola: 10

Comentários: -

2.11.2) Assinale a forma de capacitação:

Resposta: Presencialmente
À distância
Por meio de multiplicadores

Comentários: -

2.11.3) Informe o total de horas de treinamento e capacitação oferecidos pelo município destinados aos profissionais de pré-escola no exercício de 2020:

Resposta: 160

Comentários: -

2.12) Informe a quantidade total (dias) de ausência dos professores por faltas (incluindo os afastamentos legais) para Pré-Escola - QTA:

Resposta: Faltas injustificadas: 3
Faltas justificadas: 14
Licença médica: 113
Licença maternidade/paternidade: 0
Abonos: 62
Outros (inclusive ausências pontuais amparadas por lei): 5

IEG-M 2021 - Dados do Exercício 2020

I-Educ

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

Comentários: As faltas apontadas no item "Outras" se referem a ACIDENTE DE TRABALHO COM ATESTADO MÉDICO.

2.13) Informe a quantidade de estabelecimentos que oferecem pré-escola na rede municipal de ensino:

Resposta: Total de estabelecimentos que oferecem pré-escola: 10
Estabelecimentos que oferecem pré-escola e possuem Projeto político pedagógico atualizado: 10

Comentários: -

2.14) Os professores realizam reuniões periódicas com os pais dos alunos de pré-escola sobre planejamento/projeto escolar e desempenho/desenvolvimento da criança?

Resposta: Sobre planejamento e desempenho da criança

Comentários: -

2.14.1) Qual a periodicidade das reuniões?

Resposta: Bimestral

Comentários: -

2.15) Houve entrega do Kit escolar às Pré-Escolas municipais em 2020?

Resposta: Sim

Comentários: -

2.15.1) Data da última entrega na escola:

Resposta: 06/02/2020

Comentários: -

2.16) Houve entrega do material didático (livros, apostilas, etc.) às Pré-Escolas municipais em 2020?

Resposta: Sim

Comentários: -

IEG-M 2021 - Dados do Exercício 2020

I-Educ

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

2.16.1) Data da última entrega na escola:

Resposta: 06/02/2020

Comentários: -

2.17) A Prefeitura municipal fez uma pesquisa/estudo para levantar o número de crianças que necessitavam de Pré-escola em 2020?

Resposta: Sim

Comentários: -

2.17.1) Descreva a pesquisa/estudo:

Resposta: Enviado comunicado aos pais por meio dos alunos da rede; Divulgação nas escolas e rede sociais; Solicitação de envio das listas de espera/pedido de vaga existentes nas escolas para SME; Cartazes fixados nas escolas.

Comentários: -

2.18) Número de crianças de 4 a 5 anos que solicitaram vaga:

Resposta: 837

Comentários: -

2.19) Número de vagas de pré-escola ofertadas em 2020:

Resposta: 1057

Comentários: -

2.20) Número de crianças matriculadas na pré-escola em 2020:

Resposta: 837

Comentários: -

2.21) Informe a quantidade de turmas de Pré-escola existentes em 2020:

Resposta: Até 22 alunos: 29
De 23 a 25 alunos: 11
De 26 a 30 alunos: 1

IEG-M 2021 - Dados do Exercício 2020

I-Educ

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

Acima de 30 alunos: 0

Comentários: -

2.22) Quantos estabelecimentos de pré-escola ofereciam turmas em tempo integral durante o exercício de 2020?

Resposta: 8

Comentários: -

2.23) Quantos alunos de pré-escola concluíram o ano letivo de 2020 em escolas de tempo integral (7 horas ou mais por dia)?

Resposta: 171

Comentários: -

2.24) Há alunos de pré-escola que possuem deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação?

Resposta: Sim

Comentários: -

2.24.1) Houve Atendimento Pedagógico Especializado (APE) na Rede Municipal de Ensino?

Resposta: Sim

Comentários: -

2.24.1.1) Assinale quais formas:

Resposta: Sala de Recursos
Outros

Comentários: Estagiários do Curso de Pedagogia, acompanhando alunos de inclusão;
Professores Especialistas em TEA/TGD, para acompanhamento dos alunos autistas, quando o caso exigiu;
Encaminhamento e atendimento por profissionais do setor de Saúde Mental da SMS, CAM - Centro de Atendimento Multidisciplinar (Terapeuta Ocupacional, Psicólogo, Fonoaudiólogo, Psiquiatra, outros).

IEG-M 2021 - Dados do Exercício 2020

I-Educ

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

2.25) Qual a data de início do ano letivo de 2020 para a Pré-Escola?

Resposta: 03/02/2020

Comentários: -

3.0) A Prefeitura Municipal oferece os Anos Iniciais do Ensino Fundamental?

Resposta: Sim

Comentários: -

3.1) Assinale os anos que a Prefeitura oferece:

Resposta: 5° ano do Ensino Fundamental
1° ano do Ensino Fundamental
2° ano do Ensino Fundamental
3° ano do Ensino Fundamental
4° ano do Ensino Fundamental
1° ano do Ensino Fundamental
2° ano do Ensino Fundamental
3° ano do Ensino Fundamental
4° ano do Ensino Fundamental
5° ano do Ensino Fundamental

Comentários: -

3.2) Informe a quantidade de turmas dos Anos Iniciais em que o espaço por aluno em sala de aula (área da sala dividido pelo n° de alunos) era:

Resposta: Superior ou igual a 1,875 m²: 96
Superior ou igual a 1,20 e inferior a 1,875 m²: 16
Superior ou igual a 1,00 e inferior a 1,20 m²: 0
Inferior a 1,00 m²: 0

Comentários: -

3.3) Sobre a infraestrutura de ensino com apoio da Tecnologia, todas as escolas dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1° ao 5° ano) possuem laboratórios ou sala de informática com computadores para os alunos da rede escolar municipal?

Resposta: Sim

Comentários: -

IEG-M 2021 - Dados do Exercício 2020

I-Educ

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

3.3.1) Qual a quantidade de computadores em funcionamento e com acesso à rede (banda larga) destinados às aulas de informática em todas as escolas do município?

Resposta: 120

Comentários: -

3.4) Informe a quantidade de professores dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) no ano de 2020:

Resposta: Efetivos: 91
Temporários: 26

Comentários: -

3.5) Informe a quantidade de professores dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) que:

Resposta: Possuem formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam: 104
Possuem pós-graduação: 105

Comentários: -

3.6) Qual o piso salarial mensal dos professores dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) no município?

Resposta: R\$ 3,050.00

Comentários: -

3.7) Informe o número de escolas em que os professores dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) que nelas atuavam no início do ano letivo de 2020 não permaneceram no mesmo estabelecimento até o final do ano letivo de 2020:

Resposta: Menor que 10% dos professores: 6
Maior ou igual a 10% e menor que 20% dos professores: 2
Maior ou igual a 20% e menor que 30% dos professores: 0
Maior ou igual a 30% e menor que 40% dos professores: 0
Maior ou igual a 40% e menor que 50% dos professores: 0
Maior que 50% dos professores: 0

Comentários: -

IEG-M 2021 - Dados do Exercício 2020

I-Educ

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

3.8) Indique a quantidade de escolas municipais cujo diretor dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano), ao final de 2020, permanecia à frente da mesma unidade por:

Resposta: Menor que 1 ano: 0
Maior ou igual a 1 ano e menor que 3 anos: 0
Maior ou igual a 3 anos e menor que 5 anos: 8
Maior ou igual a 5 anos e menor que 10 anos: 0
Maior ou igual a 10 anos e menor que 15 anos: 0
Maior que 15 anos: 0

Comentários: -

3.9) Qual a principal razão para pagamento de horas extras para os professores dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano)?

Resposta: Não existe pagamento de horas extras

Comentários: -

3.10) Os profissionais dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) da rede municipal participaram de cursos de capacitação durante o ano de 2020?

Resposta: Sim

Comentários: -

3.10.1) Informe a quantidade de profissionais dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano):

Resposta: Professores dos Anos Iniciais que participaram de cursos de capacitação durante o ano de 2020: 117
Coordenadores/Supervisores dos Anos Iniciais que participaram de cursos de capacitação durante o ano de 2020: 10
Diretores dos Anos Iniciais que participaram de cursos de capacitação durante o ano de 2020: 8
Total de professores dos Anos Iniciais: 117
Total de coordenadores/supervisores dos Anos Iniciais: 10
Total de diretores dos Anos Iniciais: 8

Comentários: -

3.10.2) Assinale a forma de capacitação:

Resposta: Presencialmente
À distância

IEG-M 2021 - Dados do Exercício 2020

I-Educ

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

Por meio de multiplicadores
Presencialmente
À distância
Por meio de multiplicadores

Comentários: -

3.10.3) Informe o total de horas de treinamento e capacitação oferecidos pelo município destinados aos profissionais dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) no exercício de 2020:

Resposta: 160

Comentários: -

3.11) Informe a quantidade total (dias) de ausência dos professores por faltas (incluindo os afastamentos legais) para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) - QTA:

Resposta: Faltas injustificadas: 0
Faltas justificadas: 15
Licença médica: 57
Licença maternidade/paternidade: 240
Abonos: 64
Outros (inclusive ausências pontuais amparadas por lei): 93

Comentários: As faltas apontadas no item "Outras" se referem a AFASTAMENTO ELEITORAL.

3.12) Qual a média de dias letivos do ano de 2020 para as turmas dos Anos Iniciais?

Resposta: Informe: 200.00

Comentários: -

3.13) Qual a data de início do ano letivo de 2020?

Resposta: 03/02/2020

Comentários: -

3.14) Informe a quantidade de estabelecimentos que oferecem Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) na rede municipal de ensino:

Resposta: Total de estabelecimentos que oferecem Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano): 8

IEG-M 2021 - Dados do Exercício 2020

I-Educ

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

Estabelecimentos que oferecem Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) e possuem Projeto político pedagógico atualizado: 8

Comentários: -

3.15) Os professores realizam reuniões periódicas com os pais dos alunos dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) sobre planejamento/projeto escolar e desempenho/desenvolvimento da criança?

Resposta: Sobre planejamento e desempenho da criança

Comentários: -

3.15.1) Qual a periodicidade das reuniões?

Resposta: Bimestral

Comentários: -

3.16) O município utilizou algum programa/atividade/projeto específico que desenvolveu as competências de leitura e escrita de seus alunos na rede municipal?

Resposta: Sim

Comentários: -

3.16.1) Qual?

Resposta: Literatura em minha casa;
Projeto Leitura Virtual;
Literácia Familiar.

Comentários: -

3.16.2) Qual o percentual de cobertura:

Resposta: No 1º ano: 80.00%
No 2º ano: 80.00%
No 3º ano: 80.00%
No 4º ano: 70.00%
No 5º ano: 70.00%

Comentários: -

IEG-M 2021 - Dados do Exercício 2020

I-Educ

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

3.17) O Município possui, no planejamento, ações governamentais para enfrentamento ao bullying?

Resposta: Sim

Comentários: -

3.17.1) Quais?

Resposta: Tema tratado transversalmente nos diferentes Componentes Curriculares;
Parceria junto ao Conselho Tutelar;
Parceria estratégica com o setor de Saúde Mental da SMS;
Participação na Rede Protetiva (Programa desenvolvido pelo MP).

Comentários: -

3.18) Houve entrega do Kit escolar nas escolas do Ensino Fundamental (Anos Iniciais) em 2020?

Resposta: Sim

Comentários: -

3.18.1) Data da última entrega na escola:

Resposta: 06/02/2020

Comentários: -

3.19) Houve entrega do material didático (livros, apostilas, etc.) nas escolas do Ensino Fundamental (Anos Iniciais) em 2020?

Resposta: Sim

Comentários: -

3.19.1) Data da última entrega na escola:

Resposta: 03/02/2020

Comentários: -

IEG-M 2021 - Dados do Exercício 2020

I-Educ

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

3.20) Houve entrega do uniforme escolar nas escolas do Ensino Fundamental (Anos Iniciais) em 2020?

Resposta: Sim

Comentários: -

3.20.1) Data da última entrega na escola:

Resposta: 06/02/2020

Comentários: -

3.21) O Município possui seu próprio indicador de qualidade de ensino?

Resposta: Não

Comentários: -

3.21.1) Especifique, descrevendo sua composição e forma de avaliação:

Resposta: -

Comentários: -

3.21.2) O indicador próprio de qualidade de ensino do Município classifica os alunos por nível de desempenho?

Resposta: -

Comentários: -

3.21.3) O indicador próprio de qualidade de ensino do Município possui metas específicas?

Resposta: -

Comentários: -

3.21.4) É possível avaliar a quantidade de participantes da última edição da avaliação municipal própria?

Resposta: -

IEG-M 2021 - Dados do Exercício 2020

I-Educ

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

Comentários: -

3.23) O município oferece transporte escolar?

Resposta: **Sim**

Comentários: -

3.23.1) O transporte escolar é realizado por meio de frota própria ou frota alugada / terceirizada?

Resposta: **Sim**

Comentários: -

3.23.1.1) Existe um estudo anual do traçado e tempo de viagem das rotas do transporte escolar?

Resposta: **Sim**

Comentários: -

3.23.1.1.1) Qual a média de tempo (em minutos)?

Resposta: **55 minutos**

Comentários: -

3.23.1.2) Possui veículos da frota escolar com mais de 10 anos de fabricação?

Resposta: **Não**

Comentários: -

3.23.1.3) Os veículos da frota escolar estão em boas condições de uso?

Resposta: **Sim, todos os veículos**

Comentários: -

3.24) A Prefeitura municipal fez uma pesquisa/estudo para levantar o número de crianças que necessitavam dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) escolar em 2020?

Resposta: **Sim**

IEG-M 2021 - Dados do Exercício 2020

I-Educ

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

Comentários: -

3.24.1) Descreva a pesquisa/estudo:

Resposta: Baseada nos dados oficiais, comparando o número de matrículas com os indicadores oficiais. O município não possui lista de espera, todas as unidades Escolares possuem vagas disponíveis para todos os anos de escolarização do Ensino Fundamental - Anos Iniciais, inclusive.

Comentários: -

3.25) Número de crianças de 6 a 10 anos que solicitaram vaga nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) em 2020:

Resposta: 2527

Comentários: -

3.26) Número de vagas de Anos Iniciais ofertadas em 2020:

Resposta: 2719

Comentários: -

3.27) Número de crianças matriculadas nos Anos Iniciais em 2020:

Resposta: 2527

Comentários: -

3.28) Informe a quantidade de turmas dos Anos Iniciais no ano de 2020:

Resposta: Até 24 alunos: 65
De 25 a 30 alunos: 44
De 31 a 33 alunos: 0
Acima de 33 alunos: 0

Comentários: -

3.29) Qual foi o número de aulas vagas nos Anos Iniciais (1º ao 5º ano) durante o ano de 2020?

Resposta: 0

Comentários: -

IEG-M 2021 - Dados do Exercício 2020

I-Educ

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

3.30) Há alunos dos Anos Iniciais (1º ao 5º ano do ensino fundamental), matriculados em escolas municipais, que participaram, durante o ano de 2020, de projetos de recuperação ou reforço escolar?

Resposta: Não

Comentários: -

3.30.1) Informe o número de alunos dos Anos Iniciais que participaram de projetos de recuperação ou reforço escolar:

Resposta: -

Comentários: -

3.30.2) Existem metas traçadas que visem à melhoria dos resultados dos projetos de recuperação ou reforço escolar?

Resposta: -

Comentários: -

3.31) Informe o número de reprovações (exceto as decorrentes de abandono) registradas no ano de 2020:

Resposta: 0

Comentários: -

3.32) Informe o número de alunos matriculados dos Anos Iniciais (1º ao 5º ano) por turno no ano de 2020:

Resposta: Manhã: 1460
Tarde: 1017
Noite: 0
Período integral: 50

Comentários: -

3.33) A Prefeitura municipal realizou ações e medidas para monitoramento da taxa de abandono das crianças na idade escolar (Anos Iniciais do Ensino Fundamental - 1º ao 5º ano)?

Resposta: Sim

IEG-M 2021 - Dados do Exercício 2020

I-Educ

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

Comentários: -

3.33.1) Informe as ações e medidas realizadas:

Resposta: Visitas domiciliares;
 Encaminhamento ao Conselho Tutelar;
 Monitoramento em grupos (Redes Sociais);
 Acompanhamento durante as retiradas e devoluções dos
Blocos de Atividades, por parte dos pais/responsáveis,
durante o período de suspensão das aulas presenciais, para
detectar as ausências e adotar as medidas necessárias, como
visitas para entrega dos materiais.

Comentários: -

3.33.2) Informe a quantidade de crianças que abandonaram a escola pelos seguintes motivos:

Resposta: Dificuldade de acesso à escola: 0
 Desinteresse: 0
 Necessidade de trabalhar: 0
 Outros (especifique no campo "Comentários"): 0

Comentários: -

3.34) Quantos estabelecimentos de Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) ofereciam turmas em tempo integral durante o exercício de 2020?

Resposta: 2

Comentários: -

3.35) Quantos alunos de Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) concluíram o ano letivo de 2020 em escolas de tempo integral (7 horas ou mais por dia)?

Resposta: 50

Comentários: -

3.36) Há alunos dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) que possuem deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação?

Resposta: Sim

Comentários: -

IEG-M 2021 - Dados do Exercício 2020

I-Educ

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

3.36.1) Houve Atendimento Pedagógico Especializado (APE) na Rede Municipal de Ensino?

Resposta: **Sim**

Comentários: -

3.36.1.1) Assinale quais formas:

Resposta: **Sala de Recursos**
Outros

Comentários: Estagiários do Curso de Pedagogia, acompanhando alunos de inclusão;
 Professores Especialistas em TEA/TGD, para acompanhamento dos alunos autistas, quando o caso exigiu;
 Atendimento com Psicopedagogos da SME;
 Encaminhamento e atendimento por profissionais do setor de Saúde Mental da SMS, CAM - Centro de Atendimento Multidisciplinar (Terapeuta Ocupacional, Psicólogo, Fonoaudiólogo, Psiquiatra, outros).

4.0) A Prefeitura Municipal oferece os Anos Finais do Ensino Fundamental?

Resposta: **Sim**

Comentários: -

4.1) Assinale os anos que a Prefeitura oferece:

Resposta: **9º ano do Ensino Fundamental**
6º ano do Ensino Fundamental
7º ano do Ensino Fundamental
8º ano do Ensino Fundamental
6º ano do Ensino Fundamental
7º ano do Ensino Fundamental
8º ano do Ensino Fundamental
9º ano do Ensino Fundamental

Comentários: -

4.2) Informe a quantidade de turmas dos Anos Finais em que o espaço por aluno em sala de aula (área da sala dividido pelo nº de alunos) era:

Resposta: **Superior ou igual a 1,5 m²: 75**
Superior ou igual a 1,20 e inferior a 1,5 m²: 8

IEG-M 2021 - Dados do Exercício 2020

I-Educ

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

Superior ou igual a 1,00 e inferior a 1,20 m²: 0
Inferior a 1,00 m²: 0

Comentários: -

4.3) Sobre a infraestrutura de ensino com apoio da Tecnologia, todas as escolas dos Anos Finais do Ensino Fundamental (6° ao 9° ano) possuem laboratórios ou sala de informática com computadores para os alunos da rede escolar municipal?

Resposta: Sim

Comentários: -

4.3.1) Qual a quantidade de computadores em funcionamento e com acesso à rede (banda larga) destinados às aulas de informática em todas as escolas do município?

Resposta: 90

Comentários: -

4.4) Informe a quantidade de professores dos Anos Finais do Ensino Fundamental (6° ao 9° ano) no ano de 2020:

Resposta: Efetivos: 110
Temporários: 36

Comentários: -

4.5) Informe a quantidade de professores dos Anos Finais do Ensino Fundamental (6° ao 9° ano) que:

Resposta: Possuem formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam: 146
Possuem pós-graduação: 118

Comentários: -

4.6) Qual o piso salarial mensal dos professores dos Anos Finais do Ensino Fundamental (6° ao 9° ano) no município?

Resposta: R\$ 3,510.00

Comentários: -

IEG-M 2021 - Dados do Exercício 2020

I-Educ

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

4.7) Informe o número de escolas em que os professores dos Anos Finais do Ensino Fundamental (6° ao 9° ano) que nelas atuavam no início do ano letivo de 2020 não permaneceram no mesmo estabelecimento até o final do ano letivo de 2020:

Resposta: Menor que 10% dos professores: 6
Maior ou igual a 10% e menor que 20% dos professores: 0
Maior ou igual a 20% e menor que 30% dos professores: 0
Maior ou igual a 30% e menor que 40% dos professores: 0
Maior ou igual a 40% e menor que 50% dos professores: 0
Maior que 50% dos professores: 0

Comentários: -

4.8) Indique a quantidade de escolas municipais cujo diretor dos Anos Finais do Ensino Fundamental (6° ao 9° ano), ao final de 2020, permanecia à frente da mesma unidade por:

Resposta: Menor que 1 ano: 1
Maior ou igual a 1 ano e menor que 3 anos: 5
Maior ou igual a 3 anos e menor que 5 anos: 0
Maior ou igual a 5 anos e menor que 10 anos: 0
Maior ou igual a 10 anos e menor que 15 anos: 0
Maior que 15 anos: 0

Comentários: -

4.9) Qual a principal razão para pagamento de horas extras para os professores dos Anos Finais do Ensino Fundamental (6° ao 9° ano)?

Resposta: Não existe pagamento de horas extras

Comentários: -

4.10) Os profissionais dos Anos Finais do Ensino Fundamental (6° ao 9° ano) da rede municipal participaram de cursos de capacitação durante o ano de 2020?

Resposta: Sim

Comentários: -

4.10.1) Informe a quantidade de profissionais dos Anos Finais do Ensino Fundamental (6° ao 9° ano):

Resposta: Professores dos Anos Finais que participaram de cursos de capacitação durante o ano de 2020: 146

IEG-M 2021 - Dados do Exercício 2020

I-Educ

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

Coordenadores/Supervisores dos Anos Finais que participaram de cursos de capacitação durante o ano de 2020: 13
Diretores dos Anos Finais que participaram de cursos de capacitação durante o ano de 2020: 6
Total de professores dos Anos Finais: 146
Total de coordenadores/supervisores dos Anos Finais: 13
Total de diretores dos Anos Finais: 6

Comentários: -

4.10.2) Assinale a forma de capacitação:

Resposta: Presencialmente
À distância
Por meio de multiplicadores
Presencialmente
À distância
Por meio de multiplicadores

Comentários: -

4.10.3) Informe o total de horas de treinamento e capacitação oferecidos pelo município destinados aos profissionais dos Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano) no exercício de 2020:

Resposta: 160

Comentários: -

4.11) Informe a quantidade total (dias) de ausência dos professores por faltas (incluindo os afastamentos legais) para os Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano) - QTA:

Resposta: Faltas injustificadas: 0
Faltas justificadas: 204
Licença médica: 381
Licença maternidade/paternidade: 240
Abonos: 101
Outros (inclusive ausências pontuais amparadas por lei): 132

Comentários: As faltas apontadas no item Outras se referem a AFASTAMENTO ELEITORAL.

4.12) Qual a média de dias letivos do ano de 2020 para as turmas dos Anos Finais?

Resposta: Informe: 200.00

Comentários: -

IEG-M 2021 - Dados do Exercício 2020

I-Educ

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

4.13) Qual a data de início do ano letivo de 2020?

Resposta: 03/02/2020

Comentários: -

4.14) Informe a quantidade de estabelecimentos que oferecem Anos Finais do Ensino Fundamental (6° ao 9° ano) na rede municipal de ensino:

Resposta: Total de estabelecimentos que oferecem Anos Finais do Ensino Fundamental (6° ao 9° ano): 6
Estabelecimentos que oferecem Anos Finais do Ensino Fundamental (6° ao 9° ano) e possuem Projeto político pedagógico atualizado: 6

Comentários: -

4.15) Os professores realizam reuniões periódicas com os pais dos alunos dos Anos Finais do Ensino Fundamental (6° ao 9° ano) sobre planejamento/projeto escolar e desempenho/desenvolvimento da criança?

Resposta: Sobre planejamento e desempenho da criança

Comentários: -

4.15.1) Qual a periodicidade das reuniões?

Resposta: Bimestral

Comentários: -

4.16) O Município possui, no planejamento, ações governamentais para enfrentamento ao bullying?

Resposta: Sim

Comentários: -

4.16.1) Quais?

Resposta: Projeto Educação Emocional;
Palestras com Psicólogo e Terapeuta Ocupacional;
Tema tratado transversalmente nos diferentes
Componentes Curriculares;
Parceria junto ao Conselho Tutelar;

IEG-M 2021 - Dados do Exercício 2020

I-Educ

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

Parceria estratégica com o setor de Saúde Mental da SMS;

Participação na Rede Protetiva (Programa desenvolvido pelo MP).

Comentários: -

4.17) Houve entrega do Kit escolar nas escolas do Ensino Fundamental (Anos Finais) em 2020?

Resposta: Sim

Comentários: -

4.17.1) Data da última entrega na escola:

Resposta: 06/02/2020

Comentários: -

4.18) Houve entrega do material didático (livros, apostilas, etc.) nas escolas do Ensino Fundamental (Anos Finais) em 2020?

Resposta: Sim

Comentários: -

4.18.1) Data da última entrega na escola:

Resposta: 03/02/2020

Comentários: -

4.19) Houve entrega do uniforme escolar nas escolas do Ensino Fundamental (Anos Finais) em 2020?

Resposta: Sim

Comentários: -

4.19.1) Data da última entrega na escola:

Resposta: 06/02/2020

Comentários: -

IEG-M 2021 - Dados do Exercício 2020

I-Educ

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

4.20) O Município possui seu próprio indicador de qualidade de ensino?

Resposta: Não

Comentários: -

4.20.1) Especifique, descrevendo sua composição e forma de avaliação:

Resposta: -

Comentários: -

4.20.2) O indicador próprio de qualidade de ensino do Município classifica os alunos por nível de desempenho?

Resposta: -

Comentários: -

4.20.3) O indicador próprio de qualidade de ensino do Município possui metas específicas?

Resposta: -

Comentários: -

4.20.4) É possível avaliar a quantidade de participantes da última edição da avaliação municipal própria?

Resposta: -

Comentários: -

4.22) O município oferece transporte escolar?

Resposta: Sim

Comentários: -

4.22.1) O transporte escolar é realizado por meio de frota própria ou alugada / terceirizada?

Resposta: Sim

IEG-M 2021 - Dados do Exercício 2020

I-Educ

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

Comentários: -

4.22.1.1) Existe um estudo anual do traçado e tempo de viagem das rotas do transporte escolar?

Resposta: **Sim**

Comentários: -

4.22.1.1.1) Qual a média de tempo (em minutos)?

Resposta: **55 minutos**

Comentários: -

4.22.1.2) Possui veículos da frota escolar com mais de 10 anos de fabricação?

Resposta: **Não**

Comentários: -

4.22.1.3) Os veículos da frota escolar estão em boas condições de uso?

Resposta: **Sim, todos os veículos**

Comentários: -

4.23) A Prefeitura municipal fez uma pesquisa/estudo para levantar o número de crianças que necessitavam dos Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano) escolar em 2020?

Resposta: **Sim**

Comentários: -

4.23.1) Descreva a pesquisa/estudo:

Resposta: **Baseada nos dados oficiais, comparando o número de matrículas com os indicadores oficiais. O município não possui lista de espera, todas as unidades Escolares possuem vagas disponíveis para todos os anos de escolarização do Ensino Fundamental - Anos Finais, inclusive.**

Comentários: -

IEG-M 2021 - Dados do Exercício 2020

I-Educ

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

4.24) Número de crianças de 11 a 14 anos que solicitaram vaga nos Anos Finais do Ensino Fundamental (6° ao 9° ano):

Resposta: 2108

Comentários: -

4.25) Número de vagas de Anos Finais ofertadas em 2020:

Resposta: 2258

Comentários: -

4.26) Número de crianças matriculadas nos Anos Finais em 2020:

Resposta: 2108

Comentários: -

4.27) Informe a quantidade de turmas dos Anos Finais no ano de 2020:

Resposta: Até 30 alunos: 79
De 31 a 35 alunos: 4
De 36 a 39 alunos: 0
Acima de 39 alunos: 0

Comentários: -

4.28) Qual foi o número de aulas vagas nos Anos Finais (6° ao 9° ano) durante o ano de 2020?

Resposta: 0

Comentários: -

4.29) Há alunos dos Anos Finais (6° ao 9° ano do ensino fundamental), matriculados em escolas municipais, que participaram, durante o ano de 2020, de projetos de recuperação ou reforço escolar?

Resposta: Não

Comentários: -

IEG-M 2021 - Dados do Exercício 2020

I-Educ

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

4.29.1) Informe o número de alunos dos Anos Finais que participaram de projetos de recuperação ou reforço escolar:

Resposta: -

Comentários: -

4.29.2) Existem metas traçadas que visem à melhoria dos resultados dos projetos de recuperação ou reforço escolar?

Resposta: -

Comentários: -

4.30) Informe o número de reprovações (exceto as decorrentes de abandono) registradas no ano de 2020:

Resposta: Anos Finais: 0

Comentários: -

4.31) Informe o número de alunos matriculados dos Anos Finais (6° ao 9° ano) por turno no ano de 2020:

Resposta: Manhã: 1220
Tarde: 528
Noite: 0
Período integral: 360

Comentários: -

4.32) A Prefeitura municipal realizou ações e medidas para monitoramento da taxa de abandono das crianças na idade escolar (Anos Finais do Ensino Fundamental - 6° ao 9° ano)?

Resposta: Sim

Comentários: -

4.32.1) Informe as ações e medidas realizadas:

Resposta: Visitas domiciliares;
Encaminhamento Conselho Tutelar;
Acompanhamento durante as retiradas e devoluções dos Blocos de Atividades, por parte dos pais/responsáveis, durante o período de suspensão das aulas presenciais, para detectar as ausências e adotar as medidas necessárias, como

IEG-M 2021 - Dados do Exercício 2020

I-Educ

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

visitas para entrega dos materiais.

Comentários: -

4.32.2) Informe a quantidade de crianças que abandonaram a escola pelos seguintes motivos:

Resposta: Dificuldade de acesso à escola: 0
Desinteresse: 0
Necessidade de trabalhar: 0
Outros (especifique no campo "Comentários"): 0

Comentários: -

4.33) Quantos estabelecimentos de Anos Finais do Ensino Fundamental (6° ao 9° ano) ofereciam turmas em tempo integral durante o exercício de 2020?

Resposta: 5

Comentários: -

4.34) Quantos alunos de Anos Finais do Ensino Fundamental (6° ao 9° ano) concluíram o ano letivo de 2020 em escolas de tempo integral (7 horas ou mais por dia)?

Resposta: 360

Comentários: -

4.35) Há alunos dos Anos Finais do Ensino Fundamental (6° ao 9° ano) que possuem deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação?

Resposta: Sim

Comentários: -

4.35.1) Houve Atendimento Pedagógico Especializado (APE) na Rede Municipal de Ensino?

Resposta: Sim

Comentários: -

IEG-M 2021 - Dados do Exercício 2020

I-Educ

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

4.35.1.1) Assinale quais formas:

Resposta: **Sala de Recursos**
Outros

Comentários: Estagiários do Curso de Pedagogia, acompanhando alunos de inclusão;
 Professores Especialistas em TEA/TGD, para acompanhamento dos alunos autistas, quando o caso exigiu;
 Atendimento com Psicopedagogos da SME;
 Encaminhamento e atendimento por profissionais do setor de Saúde Mental da SMS, CAM - Centro de Atendimento Multidisciplinar (Terapeuta Ocupacional, Psicólogo, Fonoaudiólogo, Psiquiatra, outros).

5.0) Informe a quantidade de estabelecimentos de ensino da rede municipal que oferecem creche, pré-escola e Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano):

Resposta: **Total de estabelecimentos de ensino: 16**
Estabelecimentos adaptados para receber crianças com deficiência (Rampas e vias de acesso à escola, adaptação de salas de aula, banheiros e áreas de esporte e recreação): 16
Estabelecimentos dos Anos Iniciais que possuíam quadra poliesportiva coberta com dimensões mínimas: 5
Estabelecimentos que possuíam AVCB (Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros) vigente no ano de 2020: 9
Estabelecimentos que necessitavam de reparos (conserto de janelas, rachaduras, infiltrações, fiação elétrica, substituição de azulejos danificados, etc) em dezembro de 2020: 1
Estabelecimentos que tiveram seu funcionamento interrompido ou foram abandonadas por problemas de infraestrutura: 0

Comentários: -

6.0) Existem ações de aproximação da escola com as famílias e incorporação da comunidade à escola?

Resposta: **Sim**

Comentários: -

6.1) Quais?

Resposta: **Pastoral da Criança;**
Projeto horta- desenvolvido em algumas escolas com a participação de integrantes da comunidade (Pais);

IEG-M 2021 - Dados do Exercício 2020

I-Educ

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

Palestras com Psicóloga - on line;
Lives e videoconferências com os pais dos alunos;
Projeto Educação Emocional desenvolvido em algumas
escolas com participação dos alunos;
Utilização dos espaços esportivos (quadra) por
integrantes da comunidade, no período noturno;
Contato com os pais na entrega de atividades.

Comentários: -

6.2) As escolas compartilham espaços com a comunidade?

Resposta: A maior parte das escolas compartilham

Comentários: -

6.3) As escolas utilizam espaços e equipamentos do entorno escolar?

Resposta: A maior parte das escolas utilizam

Comentários: -

7.0) A Prefeitura/Secretaria da Educação Municipal possui Plano de Cargos e Salários para seus professores?

Resposta: Sim

Comentários: -

7.1) Informe o Instrumento normativo, nº e data da promulgação:

Resposta: Lei nº 2494 de 01 de abril de 2011
Lei Complementar nº 2739 de 30 de dezembro de 2013

Comentários: -

8.0) Existe um programa de inibição ao absenteísmo de professores em sala de aula (incluindo os afastamentos legais)?

Resposta: Sim

Comentários: -

8.1) Qual?

Resposta: Lei nº 2494 de 01 de abril de 2011, artigo 49, anexo 4.

Comentários: -

IEG-M 2021 - Dados do Exercício 2020

I-Educ

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

9.0) Existem nutricionistas atuando no município em 2020?

Resposta: Sim

Comentários: -

9.1) Quantos nutricionistas atuavam no município em 2020?

Resposta: Servidores municipais: 1
Funcionários das empresas terceirizadas de preparação de merenda: 0

Comentários: -

9.2) Os nutricionistas atuaram nas escolas estaduais?

Resposta: Sim

Comentários: -

9.2.1) Em quantas escolas estaduais?

Resposta: 3

Comentários: -

9.2.2) Atuaram atendendo quantos alunos da rede estadual?

Resposta: 2028

Comentários: -

10.0) Como é feita a preparação da merenda no município?

Resposta: Nas escolas (que possuem merendeiras)

Comentários: -

11.0) O município divulga o cardápio pré-estabelecido pela nutricionista na Secretaria de Educação e nas escolas?

Resposta: Na Secretaria de Educação e em todas as escolas

Comentários: -

IEG-M 2021 - Dados do Exercício 2020

I-Educ

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

12.0) O município cumpre o cardápio pré-estabelecido pela nutricionista?

Resposta: Em todas as escolas

Comentários: -

13.0) Existe um controle por meio de relatórios elaborados pela nutricionista que permita atestar as condições físicas/estruturais da cozinha, higienização e acondicionamento dos alimentos e acompanhamento/aceitação do cardápio proposto na rede escolar municipal?

Resposta: NÃO

Comentários: -

14.0) Existe um controle de acondicionamento dos alimentos?

Resposta: Sim

Comentários: -

14.1) Assinale os tipos de controles:

Resposta: Controle de Estoque com sistema PVPS - o primeiro que vence é o primeiro que sai
Telas nas janelas e frestas
Possui sistema de ventilação
Possui ralos sifonados, dotados de dispositivos que permitam o seu fechamento
O estoque não possui sinais de goteiras, vazamentos, umidade, trincas, rachaduras, bolores, infiltrações ou descascamento
Há adequada distância no armazenamento de produtos alimentícios do piso, parede, forro
As geladeiras/câmaras frias são higienizadas periodicamente
Ventilação do estoque
Temperatura
Prazo de validade
Tipo de alimento
Os alimentos abertos são etiquetados com data de abertura e validade
Desinsetização a cada 6 meses
Desratização a cada 6 meses
Limpeza da caixa d'água a cada 6 meses

Comentários: -

IEG-M 2021 - Dados do Exercício 2020

I-Educ

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

15.0) A Prefeitura realiza Exame de Seleção para ingresso em alunos nas escolas municipais?

Resposta: Não

Comentários: -

16.0) O município possui o Plano Municipal de Educação?

Resposta: Sim

Comentários: -

16.1) Informe o Instrumento normativo, Número e Data da publicação:

Resposta: lei nº 2903 de 19 de junho de 2015.

Comentários: -

16.1.1) Página eletrônica (link na internet):

Resposta: <http://www.leinasnuvens.com.br/legislacao/SP/guariba/2015/junho/2903.php>

Comentários: -

16.2) O Plano possui cronograma para execução das metas?

Resposta: Sim

Comentários: -

16.2.1) As metas estão sendo atingidas no prazo?

Resposta: A maior parte das metas foram atingidas dentro do prazo

Comentários: -

17.0) O município possui o Plano Municipal pela Primeira Infância?

Resposta: Não

Comentários: -

IEG-M 2021 - Dados do Exercício 2020

I-Educ

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

17.1) Informe o Instrumento normativo, Número e Data da publicação:

Resposta: -

Comentários: -

17.1.1) Página eletrônica (link na internet):

Resposta: -

Comentários: -

17.2) Foram estipuladas metas?

Resposta: -

Comentários: -

17.3) Foram realizadas palestras/orientações sobre:

Resposta: -

Comentários: -

18.0) O município possui Conselho Municipal de Educação?

Resposta: Sim

Comentários: -

18.1) A Prefeitura fornece recursos para o funcionamento do Conselho Municipal de Educação?

Resposta: Recursos Humanos
Recursos Tecnológicos
Estrutura Física
Recursos Materiais

Comentários: -

18.2) O Conselho Municipal de Educação é atuante e demonstra eficácia do controle social?

Resposta: Sim

Comentários: -

IEG-M 2021 - Dados do Exercício 2020

I-Educ

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

18.2.1) Qual o número de irregularidades apontadas?

Resposta: 0

Comentários: -

18.2.1.1) Quantas irregularidades foram solucionadas?

Resposta: 0

Comentários: -

18.3) O Conselho Municipal de Educação aprovou as contas da Secretaria Municipal de Educação referente ao exercício de 2020?

Resposta: Sim

Comentários: -

18.4) Quantas reuniões foram realizadas pelo Conselho Municipal de Educação no último exercício?

Resposta: 5

Comentários: -

19.0) O município possui Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB?

Resposta: Sim

Comentários: -

19.1) A Prefeitura fornece recursos para o funcionamento do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB?

Resposta: Recursos Humanos
Recursos Tecnológicos
Estrutura Física
Recursos Materiais

Comentários: -

IEG-M 2021 - Dados do Exercício 2020

I-Educ

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

19.2) O Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB vem cumprindo as atribuições de sua competência nos termos da Lei Federal nº 11.494/07?

Resposta: Sim

Comentários: -

19.3) O Conselho do FUNDEB aprovou as contas da Secretaria Municipal de Educação referente ao exercício de 2020?

Resposta: Sim

Comentários: -

19.4) Quantas reuniões foram realizadas pelo Conselho do FUNDEB no último exercício?

Resposta: 5

Comentários: -

20.0) O município constituiu o CAE (Conselho de Alimentação Escolar)?

Resposta: Sim

Comentários: -

20.1) A Prefeitura fornece recursos para o funcionamento do Conselho de Alimentação Escolar?

Resposta: Recursos Humanos
Recursos Tecnológicos
Estrutura Física
Recursos Materiais

Comentários: -

20.2) A Prefeitura ofereceu formação aos conselheiros sobre a execução do PNAE e temas que possuam interfaces com este Programa?

Resposta: Sim

Comentários: -

IEG-M 2021 - Dados do Exercício 2020

I-Educ

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

20.3) A Prefeitura divulgou as atividades do CAE por meio de comunicação oficial?

Resposta: Sim

Comentários: -

20.4) O Conselho de Alimentação Escolar vem cumprindo as atribuições de sua competência nos termos da Lei Federal nº 11.947/07?

Resposta: Sim

Comentários: -

20.5) O Conselho de Alimentação Escolar elaborou atas que permitam atestar as condições físicas/estruturais da cozinha, higienização e acondicionamento dos alimentos, bem como avaliar o cardápio e sua aceitação pelos alunos, considerando itens como quantidade e qualidade, variedade, respeito aos hábitos locais e regionais, adequação ao horário, conservação e manuseio dos alimentos e condições higiênicas dos locais de preparo e serviço?

Resposta: Sim

Comentários: -

20.5.1) Qual a quantidade de visitas que o CAE realizou nas escolas dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) no ano de 2020?

Resposta: 1

Comentários: Em função do Decreto Legislativo, declarando o estado de calamidade pública - pandemia, as demais visitas não ocorreram, pois as atividades presenciais nas escolas foram interrompidas de 20/03/2020 à 23/12/2020.

24.0) A Prefeitura Municipal (re)elaborou o currículo da rede municipal de ensino adequando-se às proposições da Base Nacional Comum Curricular (BNCC)?

Resposta: Sim

Comentários: -

IEG-M 2021 - Dados do Exercício 2020

I-Educ

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

24.1) Assinale as etapas de ensino que estão com o currículo atualizado conforme a BNCC:

Resposta: Anos Finais do Ensino Fundamental
 Creche
 Pré-escola
 Anos Iniciais do Ensino Fundamental
 Creche
 Pré-escola
 Anos Iniciais do Ensino Fundamental
 Anos Finais do Ensino Fundamental

Comentários: -

24.2) Informe a página eletrônica (link na internet):

Resposta: xyz

Comentários: -

24.3) As escolas incorporaram em seus Projetos Político-Pedagógicos o atual currículo da rede municipal de ensino?

Resposta: Sim, em todas as escolas

Comentários: -

25.0) Gostaria de registrar suas impressões, comentários e sugestões a respeito do presente questionário? Não deixe de indicar, por favor, as questões que você considera relevantes, mas não foram - ou o foram apenas superficial e inadequadamente - abordadas nos itens acima. Obrigado.

Resposta: Não

Comentários: -

IEG-M 2021 - Dados do Exercício 2020

I-Saúde

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

1.0) Quando ocorreu a aprovação do Plano Municipal de Saúde 2018-2021 pelo Conselho Municipal da Saúde?

Resposta: Até prazo de envio à Câmara Municipal do projeto de lei sobre PPA 2018-2021

Comentários: -

2.0) Quando ocorreu a aprovação da Programação Anual de Saúde de 2020 pelo Conselho Municipal de Saúde?

Resposta: Até prazo de envio à Câmara Municipal do projeto de lei de diretrizes orçamentárias 2020

Comentários: -

3.0) Os recursos financeiros municipais (fonte 1) destinados ao Sistema Único de Saúde (SUS) são movimentados em contas bancárias próprias?

Resposta: Sim

Comentários: -

3.1) Informe o Banco:

Resposta: Caixa Econômica Federal; Santander e Banco do Brasil.

Comentários: -

3.2) Informe a agência:

Resposta: CEF 2162-8, Santander 23-0 e BB 4585-3

Comentários: -

3.3) Informe o n° da conta:

Resposta: CEF 6000.00066-0, Santander 45000232-5 e BB 13087-3 e 106183-6

Comentários: -

IEG-M 2021 - Dados do Exercício 2020

I-Saúde

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

4.0) As despesas consideradas, para fins de apuração do mínimo constitucional de aplicação de recursos próprios em saúde, foram de responsabilidade específica do setor de saúde e com recursos municipais movimentados somente pelo Fundo Municipal de Saúde?

Resposta: Sim

Comentários: -

5.0) O gestor municipal de saúde apresentou quais Relatórios Quadrimestrais de 2020 previstos no art. 36 da Lei Complementar 141/2012 em audiência pública na Câmara Municipal?

Resposta: Relatório do 1º Quadrimestre - até o final do mês de maio de 2020
Relatório do 2º Quadrimestre - até o final do mês de setembro de 2020
Relatório do 3º Quadrimestre - até o final do mês de fevereiro de 2021

Comentários: -

6.1) O Relatório Anual de Gestão de 2019 foi encaminhado ao Conselho Municipal de Saúde até 30/03/2020 (ano seguinte ao da execução financeira)?

Resposta: Sim, meio físico

Comentários: -

6.2) O Relatório Anual de Gestão de 2020 foi encaminhado ao Conselho Municipal de Saúde até 30/03/2021 (ano seguinte ao da execução financeira)?

Resposta: Sim, meio físico

Comentários: O relatório será apresentado na reunião do primeiro quadrimestre.

7.0) O Parecer Conclusivo sobre o Relatório Anual de Gestão 2019 foi "aprovado sem ressalvas", "aprovado com ressalvas" ou "irregular/não aprovado"?

Resposta: Aprovado sem ressalvas

Comentários: -

IEG-M 2021 - Dados do Exercício 2020

I-Saúde

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

7.1) Forma e Data da publicação:

Resposta: Ata de Audiência Pública, em 27/05/2020

Comentários: -

7.1.1) Página eletrônica (link na internet):

Resposta: <https://guariba.sp.gov.br/portal-da-transparencia/audiencias-publicas/audiencia-publica-sobre-o-investimento-em-saude>

Comentários: -

9.0) Informe a quantidade em funcionamento em 31/12/2020 de:

Resposta: Estabelecimentos de saúde sob gestão municipal: 8
 Rede própria - unidades básica de saúde: 6
 Rede própria - ambulatórios gerais: 0
 Rede própria - ambulatórios especializado: 2
 Rede própria - pronto atendimento: 0
 Rede própria - prontos socorros geral: 0
 Rede própria - hospitais gerais: 0
 Rede própria - hospitais especializados: 0
 Rede própria - farmácias: 1
 Rede própria - CAPS ou equivalentes: 0
 Gerenciados por parceiros (OSS) - unidades básica de saúde: 0
 Gerenciados por parceiros (OSS) - ambulatórios gerais: 0
 Gerenciados por parceiros (OSS) - ambulatórios especializado: 0
 Gerenciados por parceiros (OSS) - pronto atendimento: 0
 Gerenciados por parceiros (OSS) - prontos socorros: 0
 Gerenciados por parceiros (OSS) - hospitais gerais: 0
 Gerenciados por parceiros (OSS) - hospitais especializados: 0
 Gerenciados por parceiros (OSS) - farmácias: 0
 Gerenciados por parceiros (OSS) - CAPS ou equivalentes: 0
 Filantrópicos e entidades sem fins lucrativos sob gestão municipal - unidades básica de saúde: 0
 Filantrópicos e entidades sem fins lucrativos sob gestão municipal - ambulatórios gerais: 0
 Filantrópicos e entidades sem fins lucrativos sob gestão municipal - ambulatórios especializado: 0
 Filantrópicos e entidades sem fins lucrativos sob gestão municipal - pronto atendimento: 0
 Filantrópicos e entidades sem fins lucrativos sob gestão municipal - prontos socorros: 0
 Filantrópicos e entidades sem fins lucrativos sob gestão municipal - hospitais gerais: 0
 Filantrópicos e entidades sem fins lucrativos sob gestão municipal - hospitais especializados: 0

IEG-M 2021 - Dados do Exercício 2020

I-Saúde

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

Estabelecimentos privados contratados pela gestão municipal:
0

Comentários: -

10.0) Quantos estabelecimentos de saúde sob gestão municipal possuem AVCB (Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros) ou CLCB (Certificado de Licença do Corpo do Bombeiro) vigente?

Resposta: 7

Comentários: -

11.0) Quantos estabelecimentos de saúde sob gestão municipal estão regularizados junto a Vigilância Sanitária, com Licenças de Funcionamento vigentes?

Resposta: 9

Comentários: sendo 1 farmácia

12.0) Quantos estabelecimentos de saúde sob gestão municipal necessitavam de reparos (conserto de janelas, rachaduras, infiltrações, fiação elétrica, substituição de azulejos danificados, etc) em dezembro de 2020?

Resposta: 5

Comentários: -

13.0) Quantos estabelecimentos de saúde sob gestão municipal tiveram seu funcionamento interrompido ou foram abandonados por motivo de:

Resposta: falta de pessoal: 0
problemas de infraestrutura: 0
falta de recursos financeiros: 0
falta de insumos: 0

Comentários: -

14.0) O município possui Plano de Carreira, Cargos e Salários (PCCS) específico elaborado e implantado para seus profissionais de saúde?

Resposta: Não

Comentários: -

IEG-M 2021 - Dados do Exercício 2020

I-Saúde

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

15.0) A Prefeitura Municipal registra a frequência dos profissionais de saúde?

Resposta: **Sim**

Comentários: -

15.1) Qual a forma de registro da frequência dos médicos?

Resposta: **Ponto eletrônico**
Ponto eletrônico

Comentários: Os médicos registram apenas a entrada no ponto eletrônico, pois é exigido o número de atendimentos e não carga horária.

15.2) Qual a forma de registro da frequência dos enfermeiros?

Resposta: **Ponto eletrônico**
Ponto eletrônico

Comentários: -

16.0) Informe:

Resposta: N° de Consultas médicas realizadas nos estabelecimentos de saúde sob gestão municipal em 2018: 40471
N° de Consultas médicas realizadas nos estabelecimentos de saúde sob gestão municipal em 2019: 69950
N° de Consultas médicas realizadas nos estabelecimentos de saúde sob gestão municipal em 2020: 55010
N° de médicos (que atendem no SUS e apurados por CPF único) dos estabelecimentos de saúde sob gestão municipal em 2018: 33
N° de médicos (que atendem no SUS e apurados por CPF único) dos estabelecimentos de saúde sob gestão municipal em 2019: 32
N° de médicos (que atendem no SUS e apurados por CPF único) dos estabelecimentos de saúde sob gestão municipal em 2020: 31

Comentários: -

17.0) Informe:

Resposta: N° de Consultas médica (pré-natal) realizadas nos estabelecimentos de saúde sob gestão municipal: 1282
N° de nascidos vivos nos estabelecimentos de saúde sob gestão municipal ou referenciadas pelo município: 466

IEG-M 2021 - Dados do Exercício 2020

I-Saúde

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

Nº de natimortos nos estabelecimentos de saúde sob gestão municipal ou referenciadas pelo município: 1

Comentários: divergencia de informação no lançamento de produção, que devido a mudança de sistema de saúde pela secretaria deixou de fazer de forma discriminada através de procedimentos da tabeal sus o que era consulta de atenção básica e obstetricia

18.0) Informe nº exames (pré-natal) realizados nos estabelecimentos de saúde sob gestão municipal:

Resposta: **Nº exames (pré-natal) realizados nos estabelecimentos de saúde sob gestão municipal - Glicemia: 375**
Nº exames (pré-natal) realizados nos estabelecimentos de saúde sob gestão municipal - Hemoglobina: 210
Nº exames (pré-natal) realizados nos estabelecimentos de saúde sob gestão municipal - Hematócrito: 457
Nº exames (pré-natal) realizados nos estabelecimentos de saúde sob gestão municipal - VDRL: 370
Nº exames (pré-natal) realizados nos estabelecimentos de saúde sob gestão municipal - Anti-HIV1 e Anti-HIV2: 365

Comentários: -

19.0) O município adotou a Estratégia de Saúde da Família em sua rede de serviços como a estratégia prioritária de organização da Atenção Básica?

Resposta: **Sim**

Comentários: -

19.1) Informe:

Resposta: **Nº de Equipes de saúde da família + Nº de Equipes de atenção primária completas (EC): 5**
Nº de Equipes de saúde da família + Nº de Equipes de atenção primária incompletas (EI): 0

Comentários: -

19.2) Informe:

Resposta: **Nº de pessoas cadastradas por Equipe de Saúde da Família: 2300**
Nº de pessoas cadastradas nas Equipes de Atenção Primária: 0

Comentários: -

IEG-M 2021 - Dados do Exercício 2020

I-Saúde

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

20.0) O município disponibiliza serviço de agendamento de consulta médica nas Unidades Básicas de Saúde/ Unidades de Saúde da Família de forma não presencial (ex: por meio de telefone, VOIP, Internet, totem)?

Resposta: Não

Comentários: -

21.0) Os estabelecimentos de saúde do município agendam ou marcam as consultas com intervalo de 15 minutos ou mais entre uma consulta e outra?

Resposta: Não

Comentários: -

22.0) O município possui controle de absenteísmo de consultas?

Resposta: Não

Comentários: -

22.1) Informe a taxa de absenteísmo de consulta médica nas UBSs:

Resposta: -

Comentários: -

22.2) O município realiza medidas para a redução desta taxa de absenteísmo?

Resposta: -

Comentários: -

23.0) O município implantou o Prontuário Eletrônico do Paciente?

Resposta: Sim, para a maior parte dos procedimentos da saúde

Comentários: Somente o serviço de saúde bucal não utiliza o prontuário eletrônico e se encontra em fase de implantação.

IEG-M 2021 - Dados do Exercício 2020

I-Saúde

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

23.1) Assinale os serviços inseridos no Prontuário Eletrônico do Paciente:

Resposta: **Atendimento pela ESF**
 Consultas por clínico geral
 Consultas por especialidade
 Exames laboratoriais
 Exames radiológicos e por imagem
 Terapias / tratamentos
 Medicamentos
 Outros

Comentários: -

23.1.1) Especifique:

Resposta: **Profissionais de nível superior não médicos, ex:**
 Fonoaudiólogos, psicólogos , assistente social e terapeuta
 ocupacional.

Comentários: -

24.0) No município, há demanda de ações e de serviços voltados para a assistência aos portadores de transtornos mentais, bem como para usuários de substâncias psicoativas?

Resposta: **Sim**

Comentários: -

24.1) Realizou Plano de Ação municipal para inclusão do município à sua RAPS?

Resposta: **Sim**

Comentários: -

24.2) A Secretaria Municipal de Saúde (ou equivalente) está integrada com os outros órgãos municipais de forma a ampliar a oferta de ações e de serviços voltados para a assistência aos portadores de transtornos mentais?

Resposta: **Sim**

Comentários: -

IEG-M 2021 - Dados do Exercício 2020

I-Saúde

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

24.2.1) Assinale a forma de integração dos órgãos:

Resposta: **Ações estabelecidas**
 Normas complementares firmadas entre órgãos

Comentários: -

24.3) O Município formalizou termo de adesão com o Programa Recomeço (Art. 7º, Decreto nº 61.674/ 2015) ou outro programa que venha a substituí-lo?

Resposta: **Não**

Comentários: -

24.4) O município possui indicadores específicos para a Atenção Psicossocial?

Resposta: **Sim**

Comentários: -

24.4.1) Assinale os tipos de indicadores da Atenção Psicossocial:

Resposta: **Outros**

Comentários: -

24.4.1.1) Especifique:

Resposta: **Ações de matriciamento sistemático realizados pela equipe de saúde mental com as equipes de Atenção Básica.**

Comentários: -

24.5) O município possui população superior a 15 mil habitantes?

Resposta: **Sim**

Comentários: -

24.5.1) A Quantidade de CAPS e Unidades de Acolhimento Adulto e Infante-Juvenil segundo a totalidade de habitantes do município é adequada?

Resposta: **Não**

IEG-M 2021 - Dados do Exercício 2020

I-Saúde

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

Comentários: O Município possui um ambulatório de Saúde Mental, onde é realizado o acolhimento de jovens e adultos. Existe uma proposta de implantação do CAPS que está em aprovação pelo Ministério da Saúde.

24.5.2) Informe a quantidade de estabelecimentos do município:

Resposta: I - CAPS I 0
 II - CAPS II 0
 III - CAPS III 0
 IV - CAPS AD 0
 V - CAPS AD II 0
 VI - CAPS AD III 0
 VII - CAPS i 0
 VIII - CAPS i II 0
 IX - CAPS AD IV 0
 X - Unidade de Acolhimento Adulto 0
 XI - Unidade de Acolhimento Infantil 0

Comentários: O Município possui um ambulatório de Saúde Mental, onde é realizado o acolhimento de jovens e adultos.

24.5.3) Todos os serviços assistenciais ofertados pelo CAPS e Unidades de Acolhimento (vagas) estão disponibilizados no sistema de regulação municipal?

Resposta: Não

Comentários: O Município não possui sistema de regulação.

24.5.4) A quantidade de vagas dos CAPS são suficientes para demanda da população que apresenta prioritariamente, intenso sofrimento psíquico decorrente de transtornos mentais graves e persistentes, incluindo aqueles relacionados ao uso de substâncias psicoativas, e outras situações clínicas?

Resposta: Não

Comentários: O Município possui um ambulatório de Saúde Mental, onde é realizado o acolhimento de jovens e adultos. Existe uma proposta de implantação do CAPS que está em aprovação pelo Ministério da Saúde.

24.5.5) Informe a quantidade de vagas ofertadas pelo município:

Resposta: I - CAPS I 0
 II - CAPS II 0
 III - CAPS III 0
 IV - CAPS AD 0

IEG-M 2021 - Dados do Exercício 2020

I-Saúde

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

V - CAPS AD II 0
 VI - CAPS AD III 0
 VII - CAPS i 0
 VIII - CAPS i II 0
 IX - CAPS AD IV 0
 X - Unidade de Acolhimento Adulto 0
 XI - Unidade de Acolhimento Infantil 0

Comentários: -

24.6) O município aderiu formalmente ao programa "De Volta para Casa" (PVC)?

Resposta: Não

Comentários: -

25.0) No município, há demanda de moradia para portadores de transtornos mentais crônicos com necessidade de cuidados de longa permanência, prioritariamente egressos de internações psiquiátricas e de hospitais de custódia, que não possuam suporte financeiro, social e/ou laços familiares que permitam outra forma de reinserção?

Resposta: Sim

Comentários: -

25.1) A Quantidade de SRTs ofertadas é adequada , inclusive quanto a distribuição geográfica, para a demanda de moradia para portadores de transtornos mentais crônicos com necessidade de cuidados de longa permanência, prioritariamente egressos de internações psiquiátricas e de hospitais de custódia, que não possuam suporte financeiro, social e/ou laços familiares que permitam outra forma de reinserção?

Resposta: Não

Comentários: -

25.2) Informe a quantidade de unidades:

Resposta: Para SRT tipo I 0
 Para SRT tipo II 0
 Equivalente 0

Comentários: -

IEG-M 2021 - Dados do Exercício 2020

I-Saúde

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

25.3) As vagas dos Serviços Residenciais Terapêuticos ou equivalente para os residentes do município estão cadastradas no sistema de informação de regulação municipal?

Resposta: Não

Comentários: -

25.4) A Secretaria Municipal de Saúde (ou equivalente), com apoio técnico do Ministério da Saúde, tem rotinas estabelecidas de acompanhamento, supervisão, controle e avaliação para a garantia do funcionamento com qualidade dos Serviços Residenciais Terapêuticos em Saúde Mental?

Resposta: Não

Comentários: -

25.5) Informe:

Resposta: Número de leitos de internação psiquiátrica prolongada nos estabelecimentos sob gestão municipal - 2019: 0
Número de leitos de internação psiquiátrica prolongada nos estabelecimentos sob gestão municipal - 2020: 0
Número de vagas disponibilizadas em Serviços Residenciais Terapêuticos nos estabelecimentos sob gestão municipal - 2019: 0
Número de vagas disponibilizadas em Serviços Residenciais Terapêuticos nos estabelecimentos sob gestão municipal - 2020: 0

Comentários: -

26.0) N° de Inspeções Sanitárias (todo procedimento realizado pela autoridade de vigilância sanitária competente que busca levantar e avaliar "in loco" os riscos à saúde da população presentes na produção e circulação de mercadorias, na prestação de serviços e na intervenção sobre o meio ambiente, inclusive o de trabalho):

Resposta: Em 2018: 764
Em 2019: 989
Em 2020: 1557

Comentários: -

IEG-M 2021 - Dados do Exercício 2020

I-Saúde

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

27.0) Sobre Vigilância em Saúde, a Prefeitura realiza gestão de quais tipos de insumos?

Resposta: Imunobiológicos (soros, vacinas e imunoglobulinas)
Meios de diagnóstico laboratorial para as doenças sob monitoramento epidemiológico (coleta de sangue, fluidos orgânicos como: saliva, secreção, suor, urina, fezes)
Controle de vetores (inseticidas, larvicidas)

Comentários: -

27.1) A Prefeitura utiliza frigobar para refrigeração, manutenção, monitoramento e controle da temperatura dos imunobiológicos (soros, vacinas e imunoglobulinas)?

Resposta: Sim, em todos os estabelecimentos de saúde sob gestão municipal

Comentários: -

27.2) A Prefeitura disponibilizou os materiais necessários para a coleta dos meios de diagnóstico laboratorial para as doenças sob monitoramento epidemiológico (coleta de sangue, fluidos orgânicos como: saliva, secreção, suor, urina, fezes)?

Resposta: Sim, para todas as amostras

Comentários: -

27.3) A Prefeitura disponibilizou todos os equipamentos de proteção individual (EPIs) para o manuseio dos insumos para controle de vetores (inseticidas e pesticidas)?

Resposta: Sim, para todos os profissionais

Comentários: -

28.0) Sobre o Calendário Nacional de Vacinação para crianças menores de 2 ano de idade, informe o percentual de cobertura:

Resposta: BCG (Bacilo Calmette-Guerin): 80.47%
Rotavírus humano (2ª dose): 93.62%
Hepatite B (3ª dose): 93.62%
Meningocócica C (conjugada 2ª dose) : 85.25%
Vacina Pentavalente (3ª dose): 93.62%
Vacina Pneumocócica 10-valente (2ª dose): 93.62%
Vacina Poliomielite (3ª dose): 93.62%

IEG-M 2021 - Dados do Exercício 2020

I-Saúde

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

Febre Amarela: 94.22%
Vacina Tríplice Viral (1ª dose): 81.87%
Hepatite A: 61.75%
Tetra viral: 61.75%

Comentários: -

29.0) Informe o percentual de cobertura vacinal para "Influenza" nos idosos acima de 60 anos de idade:

Resposta: 118.66%

Comentários: vacinou um numero de idosos superior ao numero apresentado pelo rogeção demografica

30.0) O município analisa semanalmente os dados de casos de arboviroses, acompanhando a tendência dos casos e verificando as variações entre as semanas epidemiológicas?

Resposta: Sim

Comentários: -

31.0) O município investiga casos de arboviroses para detectar o local provável de infecção?

Resposta: Sim, investiga todos os casos

Comentários: -

32.0) O município exerceu as atribuições relacionadas a vigilância entomológica e controle vetorial em 2020?

Resposta: Sim

Comentários: -

32.1) Assinale as atribuições da vigilância entomológica e controle vetorial:

Resposta: Incluir a vigilância sanitária municipal e como suporte às ações de vigilância e controle vetorial, que exigem o cumprimento da legislação sanitária
Integrar as equipes de saúde da família nas atividades de controle vetorial, unificando os territórios de atuação de ACS e ACE
Realizar o levantamento de indicadores entomológicos
Enviar os dados entomológicos ao nível estadual, dentro dos

IEG-M 2021 - Dados do Exercício 2020

I-Saúde

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

prazos estabelecidos
Gerenciar os estoques municipais de inseticidas e biolarvicidas
Adquirir as vestimentas e equipamentos necessários à rotina de controle vetorial
Adquirir os equipamentos de EPI recomendados para a aplicação de inseticidas e biolarvicidas nas ações de rotina
Coletar e enviar ao laboratório de referência amostras de sangue aos trabalhadores do controle vetorial que manuseiam inseticidas e/ou larvicidas, para dosagem de colinesterase, na frequência recomendada

Comentários: -

33.0) O município executou atividades de Educação em Saúde?

Resposta: Sim

Comentários: -

33.1) Assinale as campanhas realizadas em 2020:

Resposta: Assistência ao parto, ao puerpério e ao neonato, incluindo aleitamento materno e doação de leite materno
Prevenção às IST - Infecção Sexualmente Transmissível
Prevenção dos cânceres do colo do útero, de mama e da saúde do homem
Vacinação
Hipertensão
Diabetes
Hanseníase
Hepatite
Coronavírus - COVID19
Tuberculose
Dengue/Zika/Chikungunya/Febre Amarela/Malária (Arboviroses)
Prevenção à Depressão e ao Suicídio

Comentários: -

34.0) O município desenvolve ações reguladoras em seu território, operacionalizando por meio de complexo regulador municipal e/ou participando em co-gestão da operacionalização dos Complexos Reguladores Regionais?

Resposta: Sim

Comentários: -

IEG-M 2021 - Dados do Exercício 2020

I-Saúde

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

35.0) O município elaborou os protocolos de regulação de acesso formalizados?

Resposta: Não

Comentários: -

36.0) O município regula a referência a ser realizada em outros municípios, de acordo com a programação pactuada e integrada, integrando-se aos fluxos regionais estabelecidos?

Resposta: Sim

Comentários: -

37.0) O município mantém atualizado o Cadastro de Estabelecimentos e Profissionais de Saúde (CNES)?

Resposta: Sim

Comentários: -

38.0) O município utiliza sistema informatizado de regulação com oferta de todos os serviços sob gestão municipal (consultas, tratamentos, terapias, exames, internações, medicamentos, OPM, entre outros), tanto aqueles financiados com recursos federais previstos na Programação Pactuada e Integrada - PPI, quanto aqueles financiados com recursos próprios municipais?

Resposta: Sim, a maior parte dos serviços

Comentários: -

38.1) Assinale os sistemas utilizados pela regulação:

Resposta: Portal Cross
Outros

Comentários: -

38.1.1) Especifique:

Resposta: CELK SAÚDE - Sistema próprio.

Comentários: -

IEG-M 2021 - Dados do Exercício 2020

I-Saúde

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

38.2) O sistema informatizado de regulação utilizado pelo município permite conhecer a lista de espera (relação nominal de pacientes com tempo de espera) dos serviços sob gestão municipal (consultas, tratamentos, terapias, exames, internações, medicamentos, OPM, entre outros), tanto aqueles financiados com recursos federais previstos na Programação Pactuada e Integrada - PPI, quanto aqueles financiados com recursos próprios municipais?

Resposta: Sim, a maior parte dos serviços

Comentários: -

38.2.1) Assinale os serviços inseridos no sistema de regulação:

Resposta: Consultas por especialidade
Exames
Medicamentos

Comentários: -

39.0) O município possui Complexo Regulador Municipal?

Resposta: Sim

Comentários: -

39.1) O Complexo Regulador Municipal possui Central de Regulação?

Resposta: Não

Comentários: -

40.0) O município possui serviços de atenção pré-hospitalar e Central Samu 192 ou integra Central Samu 192 de abrangência regional?

Resposta: Sim

Comentários: -

40.1) Tempo de resposta em minutos dos atendimentos do SAMU (ou equivalente):

Resposta: 2018 - Mínimo: 3
2018 - Médio: 3
2018 - Máximo: 4
2019 - Mínimo: 3

IEG-M 2021 - Dados do Exercício 2020

I-Saúde

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

2019 - Médio: 3
2019 - Máximo: 4
2020 - Mínimo: 2
2020 - Médio: 3
2020 - Máximo: 4

Comentários: -

40.2) As equipes da Central de Regulação das Urgências tiveram ao menos a composição mínima estipulada na legislação no decorrer do exercício?

Resposta: Todas as equipes tinham composição mínima

Comentários: -

40.3) As equipes das Unidades Móveis tiveram ao menos a composição mínima estipulada na legislação no decorrer do exercício?

Resposta: Todas as equipes tinham composição mínima

Comentários: -

41.0) O município utiliza sistema informatizado para gerenciar o estoque de materiais e insumos médicos?

Resposta: Sim

Comentários: -

41.1) Assinale as funções do sistema de gestão de estoque de materiais e insumos médicos:

Resposta: Fornece a posição de estoque, movimentação de entrada e saída, lote e validade
Gerenciar o processo de compras dos insumos/materiais de saúde, desde o planejamento até a entrega e o recebimento da nota fiscal
Gerenciar a reposição dos insumos/materiais de saúde por estabelecimento de saúde
Fornece a posição de estoque, movimentação de entrada e saída, lote e validade
Gerenciar o processo de compras dos insumos/materiais de saúde, desde o planejamento até a entrega e o recebimento da nota fiscal
Gerenciar a reposição dos insumos/materiais de saúde por estabelecimento de saúde

IEG-M 2021 - Dados do Exercício 2020

I-Saúde

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

Comentários: -

42.0) O município possui Ouvidoria da Saúde implantada?

Resposta: Não

Comentários: A Secretaria da Saúde utiliza a Ouvidoria Municipal.

42.1) Assinale as características da Ouvidoria da Saúde:

Resposta: -

Comentários: -

43.0) O município utiliza o Sistema OuvidorSUS ou sistema equivalente que, além de permitir a disseminação de informações, o registro e o encaminhamento das manifestações dos cidadãos, possibilita troca de informações entre os órgãos responsáveis pela gestão do SUS?

Resposta: Não

Comentários: -

44.0) O município possui o componente municipal do Sistema Nacional de Auditoria?

Resposta: Sim

Comentários: -

44.1) Assinale as características do componente municipal do Sistema Nacional de Auditoria -SNA:

Resposta: Possui equipe com ao menos um médico e um enfermeiro

Comentários: -

44.2) As auditorias concluídas (encerradas) do exercício de 2020 pelo componente municipal do Sistema Nacional de Auditoria do SUS - SNA estão disponibilizadas em site para consulta?

Resposta: Sim

Comentários: Estão disponibilizadas no site do Ministério da Saúde.

IEG-M 2021 - Dados do Exercício 2020

I-Saúde

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

44.2.1) Informe a página eletrônica (site):

Resposta: <http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=0202&id=11633>

Comentários: -

45.0) O município utiliza sistema informatizado para gerenciar o estoque de itens de medicamentos?

Resposta: Sim

Comentários: -

45.1) Assinale as funções existentes no sistema de gestão de estoque de medicamentos:

Resposta: Fornecer a posição de estoque, movimentação de entrada e saída, lote e validade
Permitir a rastreabilidade dos medicamentos dispensados aos pacientes
Gerenciar o processo de compras de itens de medicamentos, desde o planejamento até a entrega e o recebimento da nota fiscal
Fornecer a posição de estoque, movimentação de entrada e saída, lote e validade
Permitir a rastreabilidade dos medicamentos dispensados aos pacientes
Gerenciar o processo de compras de itens de medicamentos, desde o planejamento até a entrega e o recebimento da nota fiscal

Comentários: -

46.0) Informe:

Resposta: N° de itens de medicamentos do Componente Básico da Assistência Farmacêutica presentes na Relação Municipal de Medicamentos Essenciais com desabastecimento (falta do medicamento) superior a um mês no exercício de 2020: 0
O total de itens de medicamentos do Componente Básico da Assistência Farmacêutica presentes na Relação Municipal de Medicamentos Essenciais: 147

Comentários: -

IEG-M 2021 - Dados do Exercício 2020

I-Saúde

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

47.0) Há hospital(is) sob gestão municipal?

Resposta: Não

Comentários: -

47.1) Percentual de Internações por causas sensíveis à atenção básica no total de internações (%) nos estabelecimentos de saúde sob gestão municipal:

Resposta: -

Comentários: -

47.2) Sobre as internações SUS em 2020, informe a quantidade de internações em estabelecimentos de saúde sob Gestão Municipal:

Resposta: -

Comentários: -

47.3) Sobre a especialidade Obstétrica em estabelecimentos de saúde sob gestão municipal em 2020, informe:

Resposta: -

Comentários: -

47.4) Sobre a especialidade Pediátrica em estabelecimentos de saúde sob gestão municipal em 2020, informe:

Resposta: -

Comentários: -

47.5) Sobre a especialidade Clínica Médica em estabelecimentos de saúde sob gestão municipal em 2020, informe:

Resposta: -

Comentários: -

47.6) Sobre a especialidade Cirúrgica em estabelecimentos de saúde sob gestão municipal em 2020, informe:

Resposta: -

IEG-M 2021 - Dados do Exercício 2020

I-Saúde

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

Comentários: -

47.7) Sobre os pacientes internados em estabelecimentos de saúde sob gestão municipal, informe:

Resposta: -

Comentários: -

47.8) Informe:

Resposta: -

Comentários: -

47.9) Informe o nº de estabelecimentos de saúde (hospitais) da rede própria sob gestão municipal que tiveram taxa de ocupação hospitalar instalada superior a 100%:

Resposta: -

Comentários: -

47.10) Informe:

Resposta: -

Comentários: -

47.11) Informe:

Resposta: -

Comentários: -

47.12) Há hospital(is) geral(is) da rede própria municipal?

Resposta: -

Comentários: -

48.0) O município possui estabelecimentos de saúde da rede própria com mamógrafos?

Resposta: Não

IEG-M 2021 - Dados do Exercício 2020

I-Saúde

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

Comentários: -

49.0) O município possui estabelecimentos de saúde da rede própria com equipamentos de ultrassom convencional?

Resposta: Sim

Comentários: -

49.1) Informe:

Resposta: Quantidade de exames de ultrassom convencional realizados em estabelecimentos de saúde da rede própria sob gestão municipal em 2018: 1878
Quantidade de exames de ultrassom convencional realizados em estabelecimentos de saúde da rede própria sob gestão municipal em 2019: 4688
Quantidade de exames de ultrassom convencional realizados em estabelecimentos de saúde da rede própria sob gestão municipal em 2020: 3179
Quantidade de equipamentos de ultrassom convencional em estabelecimentos de saúde da rede própria sob gestão municipal em 2018: 1
Quantidade de equipamentos de ultrassom convencional em estabelecimentos de saúde da rede própria sob gestão municipal em 2019: 1
Quantidade de equipamentos de ultrassom convencional em estabelecimentos de saúde da rede própria sob gestão municipal em 2020: 1

Comentários: -

50.0) O apoio financeiro (cooperação financeira) dado, durante o exercício de 2020, pelo Estado ao município para cumprimento das responsabilidades previstas na legislação relacionada ao SUS é adequado?

Resposta: Não

Comentários: -

50.1) Informe o valor total referente ao Repasse Estadual recebido pelo município em 2020.

Resposta: R\$ 730,190.90

Comentários: -

IEG-M 2021 - Dados do Exercício 2020

I-Saúde

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

50.2) Informe o valor total referente ao Repasse Federal recebido pelo município em 2020.

Resposta: R\$ 12,798,401.51

Comentários: -

51.0) O apoio técnico (cooperação técnica) dado, durante o exercício de 2020, pelo Estado ao município para cumprimento das responsabilidades previstas na legislação relacionada ao SUS é adequado?

Resposta: Sim

Comentários: -

51.1) Informe qual(is) o(s) principal(is) apoio(s) técnico(s) recebidos pelo município em 2020.

Resposta: Vigilância em Saúde; Assistência Farmacêutica; Planejamento; Regulação, através da DRS13 de Ribeirão Preto-SP.

Comentários: -

52.0) O município aderiu ao programa Dose Certa?

Resposta: Sim

Comentários: -

53a) O apoio financeiro dado pelo Estado para financiamento do componente básico da Assistência Farmacêutica (medicamentos e insumos) foi executado de acordo com o pactuado na Comissão Intergestores Bipartite?

Resposta: Não

Comentários: -

53a.1) Houve desabastecimento (falta de medicamentos) superior a um mês no exercício de 2020?

Resposta: Sim

Comentários: -

IEG-M 2021 - Dados do Exercício 2020

I-Saúde

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

53a.1.1) Percentual de medicamentos do componente básico da Assistência Farmacêutica (Programa Dose Certa) com desabastecimento (falta do medicamento) superior a um mês no exercício de 2020? (Se município aderente ao programa Dose Certa)

Resposta: 1.61%

Comentários: -

53a.1.2) Selecione abaixo os itens de medicamentos com desabastecimento superior a um mês:

Resposta: DIGOXINA 0,25MG - CAPSULA/COMPRIMIDO/COMPRIMIDO REVESTIDO

Comentários: -

53b) O apoio financeiro dado pelo Estado para financiamento do componente básico da Assistência Farmacêutica foi executado de acordo com o pactuado na Comissão Intergestores Bipartite?

Resposta: Sim

Comentários: -

54.0) O prazo de 10 dias úteis para liberação dos resultados dos exames de Dengue (IgM) é cumprido pelo LACEN estadual?

Resposta: Frequentemente

Comentários: -

55.0) Os exames acetilcolinesterase nos trabalhadores que utilizam inseticidas organofosforados e carbamatos nas atividades de controle vetorial:

Resposta: São realizados pelo IAL ao menos duas vezes ao ano

Comentários: -

56.0) Gostaria de registrar suas impressões, comentários e sugestões a respeito do presente questionário? Não deixe de indicar, por favor, as questões que você considera relevantes, mas não foram - ou o foram apenas superficial e inadequadamente - abordadas nos itens acima. Obrigado.

Resposta: Não

IEG-M 2021 - Dados do Exercício 2020

I-Saúde

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

Comentários: -

IEG-M 2021 - Dados do Exercício 2020

I-Amb

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

1.0) A prefeitura possui alguma estrutura organizacional para tratar de assuntos ligados ao Meio Ambiente Municipal?

Resposta: Sim

Comentários: -

1.1) A Prefeitura possui recursos humanos para operacionalização dos assuntos ligados ao Meio Ambiente?

Resposta: Sim

Comentários: -

1.1.1) Informe:

Resposta: N° de efetivos: 115
N° de comissionados: 5
N° de terceirizados/contratados: 1

Comentários: -

1.1.2) Os servidores responsáveis pelo Meio Ambiente recebem treinamento específico para a matéria?

Resposta: Sim

Comentários: -

1.2) A Prefeitura possui recursos orçamentários para operacionalização dos assuntos ligados ao Meio Ambiente?

Resposta: Sim

Comentários: -

1.2.1) Os objetivos estratégicos e metas ambientais estão materializados em quais peças orçamentárias?

Resposta: PPA
LDO
LOA
PPA
LDO
LOA

Comentários: -

IEG-M 2021 - Dados do Exercício 2020

I-Amb

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

1.2.1.1) Informe o programa contido no PPA:

Resposta: 28

Comentários: -

1.2.1.2) Informe o programa contido na LDO:

Resposta: 28

Comentários: -

1.2.1.3) Informe o programa contido na LOA:

Resposta: 28

Comentários: -

1.3) A Prefeitura possui estrutura física para operacionalização dos assuntos ligados ao Meio Ambiente?

Resposta: Sim

Comentários: -

1.3.1) A Prefeitura dispõe de um Centro ou espaço de educação ambiental?

Resposta: Sim

Comentários: -

1.3.1.1) Informe o Local:

Resposta: Centro Cultural

Comentários: -

1.3.1.2) Informe o(s) Responsável(is):

Resposta: Valquiria Silva Santos

Comentários: -

IEG-M 2021 - Dados do Exercício 2020

I-Amb

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

1.3.1.3) Informe o Horário de Visitas:

Resposta: De segunda a sexta, horário: 13:00 às 17:00 horas.

Comentários: -

1.4) Informe os recursos disponibilizados para a operacionalização das atividades de meio ambiente:

Resposta: Recursos Tecnológicos
Recursos Materiais
Recursos Tecnológicos
Recursos Materiais

Comentários: -

2.0) O Município participa de algum Programa de Educação Ambiental?

Resposta: Sim

Comentários: -

2.1) Informe qual Programa de Educação Ambiental:

Resposta: Outro
Programa Município VerdeAzul - PMVA
Programa Nacional de Educação Ambiental - ProNEA
Programa municipal de Educação Ambiental
Programa Município VerdeAzul - PMVA
Programa Nacional de Educação Ambiental - ProNEA
Programa municipal de Educação Ambiental
Outro

Comentários: -

2.1.1) Especifique:

Resposta: CONDEMA, Município Agro; ANAMMA

Comentários: -

2.2) Sobre programa ou ação de educação ambiental na rede escolar municipal, informe:

Resposta: 8

Comentários: -

IEG-M 2021 - Dados do Exercício 2020

I-Amb

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

3.0) A prefeitura municipal estimula entre seus órgãos e entidades de sua responsabilidade projetos e/ou ações que promovam o uso racional de recursos naturais?

Resposta: **Parcialmente**

Comentários: -

3.1) Descreva sucintamente:

Resposta: **Através do CONDEMA em parceria com a Secretaria da Educação e Secretaria de Meio Ambiente e relações intermunicipais com municípios da região, são realizadas ações visando não só o uso racional de recursos naturais como também a educação ambiental.**

Comentários: -

4.0) O município instituiu a Lei da Queimada Urbana?

Resposta: **Sim**

Comentários: -

4.1) Instrumento normativo, Número e Data da publicação:

Resposta: **Lei nº 2342 de 15 de julho de 2009.**

Comentários: -

4.1.1) Página eletrônica (link na internet):

Resposta: **<http://www.leinasnuvens.com.br/legislacao/SP/guariba/2009/julho/2342.php>**

Comentários: -

4.2) São realizadas fiscalizações periódicas pelo uso do fogo?

Resposta: **Sim**

Comentários: -

IEG-M 2021 - Dados do Exercício 2020

I-Amb

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

4.3) O município possui controle das autuações realizadas por queimada urbana?

Resposta: **Sim**

Comentários: -

5.0) O município possui cronograma de manutenção preventiva ou de substituição da frota municipal?

Resposta: **Sim**

Comentários: -

5.1) O Conselho Municipal de Meio Ambiente avalia este cronograma?

Resposta: **Não**

Comentários: -

6.0) A Prefeitura Municipal possui contrato de prestação de serviço de poda e corte de árvores, arbustos e outras plantas lenhosas em áreas urbanas?

Resposta: **Não**

Comentários: -

6.2) A Prefeitura mantém uma periodicidade de poda/manutenção das árvores?

Resposta: **Sim**

Comentários: -

6.3) O pessoal da prefeitura responsável por manutenção das árvores é devidamente orientado/treinado para realizar a poda de maneira correta?

Resposta: **Sim**

Comentários: -

IEG-M 2021 - Dados do Exercício 2020

I-Amb

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

7.0) Há um plano emergencial com ações para fornecimento de água potável à população em caso de sua escassez?

Resposta: Não

Comentários: Está pactuado no contrato com a Sabesp o fornecimento de água potável à população no caso de escassez ou desabastecimento de água.

8.0) Existem ações e medidas de contingenciamento para os períodos de estiagem?

Resposta: Sim

Comentários: -

8.1) Descreva quais as ações e medidas:

Resposta: Informativos de uso racional da água, como ecards e panfletos divulgados nas redes sociais.

Comentários: -

8.2) Em quais setores existem ações e medidas de contingenciamento específicos para provisão de água potável?

Resposta: Rede Municipal de Educação

Comentários: -

9.0) O município possui seu Plano Municipal ou Regional de Saneamento Básico instituído?

Resposta: Sim

Comentários: -

9.1) Instrumento normativo, Número e Data da publicação:

Resposta: Lei nº 2947 - 26 de novembro de 2015

Comentários: -

IEG-M 2021 - Dados do Exercício 2020

I-Amb

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

9.1.1) Página eletrônica (link na internet):

Resposta: <http://www.leinasnuvens.com.br/legislacao/SP/guariba/2015/novembro/2947.php>

Comentários: -

9.2) Possui cronograma com as metas a serem cumpridas?

Resposta: Sim

Comentários: -

9.2.1) Possui metas de abastecimento de água?

Resposta: Sim

Comentários: -

9.2.1.1) Qual a data prevista para universalização do abastecimento de água potável no município?

Resposta: 31/12/2016

Comentários: As metas foram atingidas em 100% no ano de 2016.

9.2.2) Possui metas de coleta de esgoto?

Resposta: Sim

Comentários: -

9.2.2.1) Qual a data prevista para universalização da coleta de esgoto no município?

Resposta: 31/12/2033

Comentários: -

9.2.3) Possui metas de tratamento de esgoto?

Resposta: Sim

Comentários: -

IEG-M 2021 - Dados do Exercício 2020

I-Amb

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

9.2.3.1) Qual a data prevista para universalização do tratamento de esgoto no município?

Resposta: 31/12/2033

Comentários: -

9.2.4) Realiza monitoramento e avaliação das ações e metas?

Resposta: Sim

Comentários: -

9.2.4.1) De que forma é realizado o monitoramento e avaliação?

Resposta: Relatórios anuais discutidos e/ou publicados
Indicadores de eficácia e eficiência
Outro

Comentários: -

9.2.4.1.1) Especifique:

Resposta: A Vigilância Sanitária realiza coletas mensais em nove pontos de abastecimento de água para análise.

Comentários: -

9.2.5) As metas do Plano estão sendo cumpridas no prazo estipulado?

Resposta: Todas as metas foram cumpridas dentro do prazo

Comentários: -

9.2.5.1) Assinale os motivos pelos quais as metas não estão sendo cumpridas:

Resposta: -

Comentários: -

9.3) Possui previsão para áreas prioritárias/críticas do município?

Resposta: Sim

Comentários: -

IEG-M 2021 - Dados do Exercício 2020

I-Amb

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

9.4) Qual a data da última revisão do Plano Municipal ou Regional de Saneamento Básico?

Resposta: 15/07/2009

Comentários: Não houve revisão do Plano municipal de Saneamento Básico.

11.0) Foi elaborado o Plano Municipal ou Regional de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, conforme Lei nº 12.305/2010?

Resposta: Sim

Comentários: -

11.1) Instrumento normativo, Número e Data da publicação:

Resposta: Lei nº 2865 - 18 de dezembro de 2014

Comentários: -

11.1.1) Página eletrônica (link na internet):

Resposta: <http://www.leinasnuvens.com.br/legislacao/SP/guariba/2014/dezembro/2865.php>

Comentários: -

11.2) A Prefeitura realizou a caracterização qualitativa e quantitativa dos resíduos sólidos urbanos gerados no município, identificando ainda sua origem?

Resposta: Sim

Comentários: -

11.2.1) Assinale a forma utilizada para caracterizar os resíduos sólidos do município:

Resposta: Estimativa com base em dados secundários
Realização de estudo gravimétrico, por amostragem
Pesquisa de dados primários com medição direta
Estimativa com base em dados secundários
Realização de estudo gravimétrico, por amostragem
Pesquisa de dados primários com medição direta

Comentários: -

IEG-M 2021 - Dados do Exercício 2020

I-Amb

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

11.3) Possui cronograma com as metas a serem cumpridas?

Resposta: Sim

Comentários: -

11.3.1) Informe quais metas estão previstas:

Resposta: Metas de redução da geração de resíduos sólidos na fonte
Metas de coleta seletiva
Metas de redução de resíduos sólidos secos dispostos em aterros
Metas de redução de resíduos sólidos úmidos dispostos em aterros
Metas de redução da geração de resíduos sólidos na fonte
Outro
Metas de coleta seletiva
Metas de redução de resíduos sólidos secos dispostos em aterros
Metas de redução de resíduos sólidos úmidos dispostos em aterros

Comentários: -

11.3.2) Realiza monitoramento e avaliação das ações e metas?

Resposta: Sim

Comentários: -

11.3.2.1) De que forma é realizado o monitoramento e avaliação?

Resposta: Relatórios anuais discutidos e/ou publicados
Indicadores de eficácia e eficiência
Avaliação de recursos aplicados
Relatórios anuais discutidos e/ou publicados
Indicadores de eficácia e eficiência
Avaliação de recursos aplicados

Comentários: -

11.3.3) As metas do Plano estão sendo cumpridas no prazo estipulado?

Resposta: A maior parte das metas foram cumpridas dentro do prazo

Comentários: -

IEG-M 2021 - Dados do Exercício 2020

I-Amb

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

11.3.3.1) Assinale os motivos pelos quais as metas não estão sendo cumpridas:

Resposta: Falta de pessoal qualificado
 Falta de pessoal qualificado

Comentários: -

11.4) Qual a data da última revisão do Plano Municipal ou Regional de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos?

Resposta: 18/12/2014

Comentários: -

12.0) A prefeitura municipal realiza a coleta seletiva de resíduos sólidos?

Resposta: Sim

Comentários: -

12.1) Como a coleta seletiva é realizada no município?

Resposta: Porta a porta por associações ou cooperativas de catadores
 Pontos de Entrega Voluntária (PEVs)
 Porta a porta por associações ou cooperativas de catadores
 Pontos de Entrega Voluntária (PEVs)

Comentários: -

12.2) O município possui parceria estabelecida com as associações ou cooperativas de catadores?

Resposta: Sim

Comentários: -

12.2.1) Qual o papel da prefeitura na parceria?

Resposta: Disponibilização de estrutura física
 Concessão/doação de equipamentos
 Contratação de entidades de catadores para a execução da
 coleta seletiva
 Apoio técnico para captação de recursos financeiros para o
 desenvolvimento de projetos de coleta seletiva e triagem de
 materiais recicláveis

IEG-M 2021 - Dados do Exercício 2020

I-Amb

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

Apoio financeiro ao funcionamento das entidades de catadores
Apoio técnico para captação de recursos financeiros para o desenvolvimento de projetos de coleta seletiva e triagem de materiais recicláveis
Disponibilização de estrutura física
Concessão/doação de equipamentos
Contratação de entidades de catadores para a execução da coleta seletiva

Comentários: -

12.3) A coleta seletiva ocorre de forma programada (determinados os horários e dias da semana)?

Resposta: Sim

Comentários: -

12.3.1) Informe a escala da coleta seletiva:

Resposta: É realizada de segunda a sexta feira, das oito às cinco horas. No PEV funciona de segunda a sexta feira das oito às cinco e de sábado até o meio dia.

Comentários: -

12.3.2) A coleta seletiva é realizada em dias distintos da coleta dos demais resíduos domiciliares?

Resposta: Não

Comentários: -

12.4) Todas as regiões do município são atendidas pela coleta seletiva?

Resposta: A maior parte dos bairros são atendidos

Comentários: -

12.5) A Prefeitura incentiva e orienta a população por meio de Ações e/ou Campanhas sobre a importância da coleta seletiva?

Resposta: Sim

Comentários: -

IEG-M 2021 - Dados do Exercício 2020

I-Amb

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

12.5.1) Especifique quais Ações e/ou Campanhas foram realizadas:

Resposta: O Município possui legislação que regulamenta a destinação correta dos resíduos, projetos de educação ambiental nas escolas municipais e também realiza informativos sobre a destinação e coletas dos resíduos nas redes sociais.

Comentários: -

13.0) É realizada a coleta não seletiva de Resíduos Sólidos?

Resposta: Sim

Comentários: -

13.1) Quem é o responsável pela realização da coleta não seletiva no Município?

Resposta: Própria Prefeitura
Própria Prefeitura

Comentários: -

13.2) A coleta não seletiva ocorre de forma programada (determinados os horários e dias da semana)?

Resposta: Sim

Comentários: -

13.2.1) Informe a escala da coleta não seletiva:

Resposta: É realizada de segunda a sexta feira, das seis às três horas e no sábado até o meio dia.

Comentários: -

13.3) Todas as regiões do município são atendidas pela coleta não seletiva?

Resposta: Todos os bairros do município são atendidos

Comentários: -

IEG-M 2021 - Dados do Exercício 2020

I-Amb

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

13.4) A Prefeitura utiliza Área de Transbordo e Triagem (ATT) para os Resíduos Sólidos?

Resposta: Não

Comentários: -

13.4.1) Em que local se encontra a Área de Transbordo e Triagem (ATT)?

Resposta: -

Comentários: -

13.4.2) Existe licença de operação da CETESB para a Área de Transbordo e Triagem (ATT)?

Resposta: -

Comentários: -

14.0) A prefeitura possui Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC) elaborado e implantado de acordo com a resolução CONAMA 307/2002 e suas alterações?

Resposta: Sim

Comentários: -

14.1) Instrumento normativo, Número e Data da publicação:

Resposta: LEI N° 2865, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014

Comentários: -

14.1.1) Página eletrônica (link na internet):

Resposta: leinasnuvens.com.br/legislacao/SP/guariba/2014/dezembro/2865.php

Comentários: -

14.2) Possui cronograma com as metas a serem cumpridas?

Resposta: Sim

IEG-M 2021 - Dados do Exercício 2020

I-Amb

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

Comentários: -

14.2.1) Informe quais metas estão previstas:

Resposta: Aumento/melhoria dos Pontos de Entrega Voluntária - PEV
Cadastro de transportadores de Resíduos da Construção Civil

Comentários: -

14.2.2) Realiza monitoramento e avaliação das ações e metas?

Resposta: Sim

Comentários: -

14.2.2.1) De que forma é realizado o monitoramento e avaliação?

Resposta: Indicadores de eficácia e eficiência

Comentários: -

14.2.3) As metas do Plano estão sendo cumpridas no prazo estipulado?

Resposta: A maior parte das metas foram cumpridas dentro do prazo

Comentários: -

14.2.3.1) Assinale os motivos pelos quais as metas não estão sendo cumpridas:

Resposta: Falta de pessoal qualificado
Outros

Comentários: -

14.2.3.1.1) Especifique:

Resposta: A prefeitura tem encontrado dificuldades para cumprir as metas devido a morosidade no tramite de desapropriação de nova área para a alteração do local do aterro de RCC.

Comentários: -

14.3) Quem é o responsável pela triagem dos resíduos da construção civil?

Resposta: Prefeitura

IEG-M 2021 - Dados do Exercício 2020

I-Amb

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

Comentários: -

14.4) A Prefeitura realiza fiscalizações das atividades envolvidas no gerenciamento dos resíduos da construção civil?

Resposta: Sim

Comentários: -

14.4.1) Em quais atividades são realizadas essas fiscalizações?

Resposta: Destinação / disposição final

Comentários: -

14.5) O Município utiliza Área de Transbordo e Triagem (ATT) para os Resíduos da Construção Civil?

Resposta: Não

Comentários: -

14.5.1) Em que local se encontra a Área de Transbordo e Triagem (ATT)?

Resposta: -

Comentários: -

14.5.2) Existe licença de operação da CETESB para a Área de Transbordo e Triagem (ATT)?

Resposta: -

Comentários: -

15.0) Antes de aterrar o lixo, o município realiza algum tipo de processamento de resíduos, quer mediante reciclagem, compostagem, reutilização ou outra forma de processamento?

Resposta: Não

Comentários: -

IEG-M 2021 - Dados do Exercício 2020

I-Amb

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

15.1) Qual?

Resposta: -

Comentários: -

16.0) Existe aterro para os resíduos sólidos urbanos (lixo doméstico) no município?

Resposta: Sim

Comentários: -

16.1) Assinale as características do local de destinação final dos resíduos sólidos urbanos do município (aterro):

Resposta:

- Previsão de gerenciamento do aterro pós-fechamento
- Local da instalação foi planejado
- Capacidade do local é definida
- Há desenvolvimento de células individuais
- Impermeabilização do solo
- Total gestão dos gases
- Aplicação diária de camadas intermediárias e finais - cobertura do solo
- Há compactação dos resíduos
- Há proteção vegetal (manutenção do paisagismo sobre as células de resíduos)
- Há desenvolvimento e manutenção das vias de acesso do aterro
- Há cercas/muros ao redor do local do aterro
- Há controle de acesso ao local do aterro
- Não há coleta de resíduos por catadores dentro do aterro
- Não há comércio de resíduos dentro do aterro
- Não há odores nem presença de moscas
- Não há queima de resíduos dentro do aterro
- Conhecimento da data provável de fechamento do aterro
- Capacidade do local é definida
- Há desenvolvimento de células individuais
- Impermeabilização do solo
- Total gestão dos gases
- Aplicação diária de camadas intermediárias e finais - cobertura do solo
- Há compactação dos resíduos
- Há proteção vegetal (manutenção do paisagismo sobre as células de resíduos)
- Há desenvolvimento e manutenção das vias de acesso do aterro
- Há cercas/muros ao redor do local do aterro
- Não há coleta de resíduos por catadores dentro do aterro
- Não há comércio de resíduos dentro do aterro

IEG-M 2021 - Dados do Exercício 2020

I-Amb

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

Não há odores nem presença de moscas
Não há queima de resíduos dentro do aterro
Conhecimento da data provável de fechamento do aterro
Previsão de gerenciamento do aterro pós-fechamento
Local da instalação foi planejado

Comentários: -

16.2) Existe licença de operação da CETESB para a área de aterro?

Resposta: Sim

Comentários: -

16.2.1) Informe o prazo de validade da licença:

Resposta: 10/02/2021

Comentários: Está em andamento na CETESB o processo de renovação.

16.3) Informe o município de destinação final dos resíduos sólidos urbanos:

Resposta: -

Comentários: -

18.0) Gostaria de registrar suas impressões, comentários e sugestões a respeito do presente questionário?

Resposta: Não

Comentários: -

IEG-M 2021 - Dados do Exercício 2020

I-Cidade

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

1.0) Foi criada a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil-COMPDEC ou órgão similar responsável pela execução, coordenação e mobilização de todas as ações de defesa civil no município?

Resposta: **Sim**

Comentários: -

1.1) Instrumento normativo, Número e Data da publicação:

Resposta: **Decreto nº 3898 de 03/02/2021**

Comentários: -

1.1.1) Página eletrônica (link na internet):

Resposta: **https://dosp.com.br/exibe_do.php?i=MTQ5NjUz**

Comentários: -

1.2) Possui recursos específicos para a COMPDEC ou órgão similar?

Resposta: **Não**

Comentários: -

1.2.1) Assinale quais recursos a COMPDEC ou órgão similar possui:

Resposta: **-**

Comentários: -

1.3) O Município possui Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil devidamente regulamentado?

Resposta: **Não**

Comentários: -

1.4) Informe o motivo de a COMPDEC ou órgão similar ainda não ter sido instituída:

Resposta: **-**

Comentários: -

IEG-M 2021 - Dados do Exercício 2020

I-Cidade

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

2.1) O Município capacita seus agentes para ações municipais de Defesa Civil?

Resposta: **Sim**

Comentários: -

2.1.1) Foram capacitados por qual órgão/entidade?

Resposta: **Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil - CEPDEC
Corpo de Bombeiros
Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil - CEPDEC**

Comentários: -

2.1.2) Qual a data da última capacitação dos agentes municipais para ações de Defesa Civil?

Resposta: **28/02/2020**

Comentários: 28 e 29 de fevereiro de 2020.

2.2) O Município promove treinamento de associações para atuação conjunta com os agentes municipais de Proteção e Defesa Civil?

Resposta: **Sim**

Comentários: -

2.3) O Município realiza ações para estimular a participação de entidades privadas, associações de voluntários, clubes de serviços, organizações não governamentais e associações de classe e comunitárias?

Resposta: **Não**

Comentários: -

2.3.1) Assinale quais ações foram realizadas:

Resposta: **-**

Comentários: -

IEG-M 2021 - Dados do Exercício 2020

I-Cidade

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

3.0) O Município identifica e mapeia as áreas de risco de desastres?

Resposta: **Sim**

Comentários: -

3.1) Assinale quais os tipos de ameaças potenciais identificadas nessas áreas de risco:

Resposta: **Riscos Meteorológicos**
Riscos Climatológicos

Comentários: -

3.2) Há fiscalização periódica das áreas de risco?

Resposta: **Sim**

Comentários: -

3.3) Há mecanismos para vedar novas ocupações das áreas de riscos?

Resposta: **Sim**

Comentários: -

3.3.1) Descreva os mecanismos para vedar novas ocupações:

Resposta: **Fiscalização realizada através de monitoramento regular nos locais o que possibilita o controle de ocupação nessas áreas de risco.**

Comentários: -

3.4) O Município mantém a população informada sobre áreas de risco?

Resposta: **Sim**

Comentários: -

3.4.1) Assinale as ferramentas utilizadas:

Resposta: **Rádio**
Sítio da Prefeitura
Redes sociais

Comentários: -

IEG-M 2021 - Dados do Exercício 2020

I-Cidade

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

4.0) Na iminência de algum risco, são vistoriadas as edificações e áreas de risco com o objetivo de que seja realizada intervenção preventiva das áreas vulneráveis?

Resposta: Sim

Comentários: -

5.0) O Município possui Plano de Contingência Municipal - PLANCON de Defesa Civil?

Resposta: Sim

Comentários: -

5.1) Foi enviado à Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil do Estado de São Paulo (CEPDEC-SP)?

Resposta: Sim

Comentários: -

5.2) São realizados regularmente exercícios simulados para as contingências previstas no PLANCON?

Resposta: Não

Comentários: -

5.3) O Município utiliza sistema de alerta para desastres?

Resposta: Não

Comentários: -

5.3.1) Assinale os tipos de sistemas de alerta utilizados pelo Município:

Resposta: -

Comentários: -

5.4) O Município dispõe de sinal, dispositivo ou sistema de alarme para desastres?

Resposta: Não

IEG-M 2021 - Dados do Exercício 2020

I-Cidade

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

Comentários: -

5.4.1) Assinale os tipos de sinal, dispositivo ou sistema de alarme utilizado pelo Município:

Resposta: -

Comentários: -

5.5) Possui cadastro dos locais para abrigo à população em situação de desastre junto à Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil (CEPDEC)?

Resposta: Não

Comentários: -

5.6) O Município possui cadastro da lista de fornecedores para coleta e distribuição de suprimentos de ajuda humanitária para o caso de desastre?

Resposta: Não

Comentários: -

5.7) Qual a data da última atualização do PLANCON?

Resposta: 01/02/2021

Comentários: -

6.0) O Município possui um canal de atendimento de emergência à população para registro de ocorrências de desastres?

Resposta: Sim

Comentários: A brigada municipal possui um telefone corporativo para atendimento das ocorrências, bem como tem contato direto com o Corpo de Bombeiro de Jaboticabal que quando solicitado entra em contato com a brigada municipal.

6.1) Assinale os canais que possui:

Resposta: Telefone de emergência
Ouvidoria

Comentários: -

IEG-M 2021 - Dados do Exercício 2020

I-Cidade

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

6.1.1) Sobre o número de telefone de emergência, utiliza o número 199 da Defesa Civil?

Resposta: Não

Comentários: -

6.2) O Município registra as ocorrências de Defesa Civil de forma eletrônica?

Resposta: Sim

Comentários: Todas as ocorrências são registradas no site da casa civil do estado de São Paulo, no SIDEC.

7.0) O Município possui um estudo de avaliação atualizado da segurança de todas as escolas e centros de saúde?

Resposta: Não

Comentários: -

8.0) Se o Município possui mais de 20.000 habitantes, foi elaborado seu Plano de Mobilidade Urbana?

Resposta: Sim

Comentários: -

9.0) No Município existe transporte público coletivo?

Resposta: Não

Comentários: -

9.1) Foram estabelecidas metas de qualidade e desempenho para o transporte público coletivo municipal?

Resposta: -

Comentários: -

9.1.1) As metas de qualidade e desempenho do transporte público coletivo estão sendo atingidas?

Resposta: -

IEG-M 2021 - Dados do Exercício 2020

I-Cidade

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

Comentários: -

9.2) Foi realizada pesquisa de satisfação dos usuários do transporte público coletivo em 2020?

Resposta: -

Comentários: -

10.0) O Município regulamentou o transporte remunerado privado individual de passageiros (táxi por aplicativos)?

Resposta: Não

Comentários: -

10.1) Instrumento normativo, Número e Data da publicação:

Resposta: -

Comentários: -

10.1.1) Página eletrônica (link na internet):

Resposta: -

Comentários: -

10.2) O Município fiscaliza regularmente o transporte remunerado privado individual de passageiros (táxi por aplicativo)?

Resposta: -

Comentários: -

11.0) O Município possui ciclovias ou ciclofaixas?

Resposta: Não

Comentários: -

12.0) O Município possui acessibilidade para pessoas com deficiência e restrição de mobilidade?

Resposta: Sim - Em todos os calçamentos públicos

IEG-M 2021 - Dados do Exercício 2020

I-Cidade

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

Comentários: -

13.1) As vias públicas pavimentadas estão devidamente sinalizadas (vertical e horizontalmente) de forma a garantir as condições adequadas de segurança na circulação?

Resposta: **Sim - Todas as vias públicas**

Comentários: -

13.2) Há manutenção adequada das vias públicas no Município?

Resposta: **Sim - Todas as vias públicas**

Comentários: -

14.0) Gostaria de registrar suas impressões, comentários e sugestões a respeito do presente questionário?

Resposta: **Não**

Comentários: -

IEG-M 2021 - Dados do Exercício 2020

I-Gov TI

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

1.0) A Prefeitura possui uma área ou departamento de Tecnologia da Informação?

Resposta: **Sim**

Comentários: -

1.1) O departamento de Tecnologia da Informação possui funcionários efetivos e/ou comissionados?

Resposta: **Sim**

Comentários: -

1.1.1) Informe a quantidade:

Resposta: **Funcionários efetivos: 1**
Funcionários comissionados: 2

Comentários: -

1.1.2) A prefeitura municipal definiu as atribuições do pessoal da área de Tecnologia da Informação?

Resposta: **Sim**

Comentários: -

1.1.2.1) Informe o instrumento normativo, número e a data:

Resposta: **Lei Complementar 2026 - 14/01/2005; Lei Complementar 2679 - 28/03/2013; Lei Complementar 3109 - 20/02/2018 e Lei Complementar 3323 - 18/02/2020;**

Comentários: -

1.1.3) A prefeitura disponibiliza, periodicamente, programas de capacitação e atualização para o pessoal da área de Tecnologia da Informação?

Resposta: **Não**

Comentários: -

IEG-M 2021 - Dados do Exercício 2020

I-Gov TI

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

1.1.4) Sobre as compras públicas (licitações) que tenham como objeto equipamentos de TI, softwares ou serviços que envolvam a Tecnologia da Informação, há participação do pessoal de TI no processo de compra?

Resposta: Há participação do pessoal de TI no processo de compra (especificação técnica, comissão de julgamento, recebimento do objeto)

Comentários: -

1.1.4.1) Assinale as etapas que o pessoal de TI participa:

Resposta: Elaboração do edital / especificação técnica
Elaboração do edital / especificação técnica

Comentários: -

1.2) Informe os recursos disponibilizados para a operacionalização das atividades da Tecnologia da Informação:

Resposta: Recursos Tecnológicos
Estrutura Física
Recursos Materiais
Recursos Tecnológicos
Estrutura Física
Recursos Materiais

Comentários: -

2.0) A prefeitura municipal possui um PDTI - Plano Diretor de Tecnologia da Informação - vigente que estabeleça diretrizes e metas de atingimento no futuro?

Resposta: NÃO POSSUI PDTI

Comentários: -

2.1) Informe a página eletrônica (link na internet) do PDTI:

Resposta: -

Comentários: -

IEG-M 2021 - Dados do Exercício 2020

I-Gov TI

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

2.2) O plano de TI vigente contempla:

Resposta: -

Comentários: -

2.3) Os objetivos estratégicos e metas de TI estão materializados nas peças orçamentárias?

Resposta: -

Comentários: -

2.3.1) Quais peças?

Resposta: -

Comentários: -

2.3.1.1) Informe o programa:

Resposta: -

Comentários: -

2.4) Qual a data da última atualização do PDTI?

Resposta: -

Comentários: -

3.0) A Prefeitura dispõe de Política de Segurança da informação formalmente instituída e de cumprimento obrigatório?

Resposta: Não

Comentários: -

3.1) A prefeitura municipal possui e divulga documento formal que estabeleça procedimentos quanto ao uso da TI pelos funcionários municipais, conhecido como Termo de Responsabilidade/Compromisso?

Resposta: -

Comentários: -

IEG-M 2021 - Dados do Exercício 2020

I-Gov TI

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

3.2) Os riscos de TI são identificados?

Resposta: -

Comentários: -

3.3) A Prefeitura possui um plano de continuidade de serviços de TI?

Resposta: -

Comentários: -

3.4) A Prefeitura dispõe de política de cópias de segurança (backup) formalmente instituída como norma de cumprimento obrigatório?

Resposta: -

Comentários: -

3.5) A Prefeitura possui inventário atualizado dos ativos de TI (switches, roteadores, servidores, firewalls, Sistemas operacionais, carga de processamento, backup e utilização de

Resposta: -

Comentários: -

4.0) O município regulamentou a Lei de Acesso à Informação?

Resposta: Sim

Comentários: -

4.1) Informe o Instrumento normativo, Número e Data da publicação:

Resposta: Lei n° 2692 de 6 de junho de 2013

Comentários: -

4.1.1) Página eletrônica (link na internet):

Resposta: <http://www.leinasnuvens.com.br/legislacao/SP/guariba/2013/junho/2692.php>

Comentários: -

IEG-M 2021 - Dados do Exercício 2020

I-Gov TI

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

5.0) A prefeitura mantém site na Internet com informações atualizadas periodicamente?

Resposta: **Sim**

Comentários: -

5.1) Endereço da página(da Prefeitura) na Internet:

Resposta: **www.guariba.sp.gov.br**

Comentários: -

5.2) O site contém ferramenta de pesquisa de conteúdo que, efetivamente, permita o acesso à informação?

Resposta: **Sim**

Comentários: -

5.3) O site possibilita a gravação de relatórios em diversos formatos eletrônicos, inclusive abertos e não proprietários, tais como planilhas e texto (CSV), de modo a facilitar a análise das informações?

Resposta: **Possibilita para a maior parte dos relatórios**

Comentários: -

5.4) O acesso à página/Portal sobre Transparência Fiscal independe de utilização de senhas ou de cadastramento de usuários?

Resposta: **Sim**

Comentários: -

5.5) O site disponibiliza as respostas a perguntas mais frequentes da sociedade?

Resposta: **Sim**

Comentários: -

IEG-M 2021 - Dados do Exercício 2020

I-Gov TI

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

5.6) O site disponibiliza acessibilidade de conteúdo para pessoas com deficiência?

Resposta: Sim

Comentários: -

6.0) A Prefeitura disponibiliza no site o Serviço de Informação ao Cidadão/e-SIC (LF nº 12.527/11)?

Resposta: Sim

Comentários: -

6.1) A solicitação por meio do e-SIC é simples, ou seja, sem a exigência de itens de identificação do requerente que dificultem ou impossibilitem o acesso à informação, tais como: envio de documentos, assinatura reconhecida, declaração de responsabilidade, maioridade?

Resposta: Sim

Comentários: -

6.2) Apresenta possibilidade de acompanhamento posterior da solicitação?

Resposta: Sim

Comentários: -

7.0) A Prefeitura possui softwares para gestão de processos?

Resposta: Sim

Comentários: -

7.1) Os softwares englobam quais processos/setores?

Resposta: Planejamento
Contabilidade
Gestão de tributos (arrecadação)
Dívida Ativa
Gestão patrimonial (bens e equipamentos)
Contabilidade
Gestão de tributos (arrecadação)
Dívida Ativa

IEG-M 2021 - Dados do Exercício 2020

I-Gov TI

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

Gestão patrimonial (bens e equipamentos)
Planejamento

Comentários: -

7.1.2) Há integração entre o sistema de contabilidade e o sistema de dívida ativa?

Resposta: **Sim**

Comentários: -

7.1.3) Há integração entre o sistema de contabilidade e os demais softwares?

Resposta: **Há integração com a maior parte dos softwares**

Comentários: -

7.2) Algum sistema é terceirizado (desenvolvido e mantido por empresa terceira)?

Resposta: **Sim**

Comentários: -

7.2.1) A base de dados fica sob gestão direta da Prefeitura?

Resposta: **Não**

Comentários: -

8.0) A Prefeitura oferece serviços de forma digital?

Resposta: **Sim**

Comentários: -

8.1) Quais tipos de serviços?

Resposta: **Ouvidoria
Alvarás / licenças de funcionamento
Certidões
Licenças / autorizações
Alvarás / licenças de funcionamento
Certidões
Licenças / autorizações
Ouvidoria**

IEG-M 2021 - Dados do Exercício 2020

I-Gov TI

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

Comentários: -

8.2) Quais as formas de atendimento à distância disponibilizadas ao público pela Prefeitura?

Resposta: Aplicativo da Prefeitura
 Telefone
 Site da Prefeitura
 Redes sociais
 Telefone
 Site da Prefeitura
 Redes sociais
 Aplicativo da Prefeitura

Comentários: -

9.0) A Prefeitura Municipal regulamentou o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, segundo a LGPD (Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018)?

Resposta: Não

Comentários: -

9.1) Informe o Instrumento normativo, Número e Data da publicação:

Resposta: -

Comentários: -

9.1.1) Informe a página eletrônica (link na internet):

Resposta: -

Comentários: -

9.2) Os contratos com os prestadores de serviços foram revisados acrescentando cláusula sobre observância da LGPD?

Resposta: -

Comentários: -

IEG-M 2021 - Dados do Exercício 2020

I-Gov TI

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

10.0) A Prefeitura Municipal realizou a avaliação (mapeamento) dos tipos de dados (assessment)?

Resposta: Não

Comentários: -

11.0) A Prefeitura Municipal designou um encarregado para o tratamento de dados pessoais (DPO)?

Resposta: Não

Comentários: -

12.0) Gostaria de registrar suas impressões, comentários e sugestões a respeito do presente questionário?

Resposta: Não

Comentários: -



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO
CNPJ 48.864.304/0001-80

REQUISIÇÃO DE DOCUMENTOS 01/2021

ITEM - 7

DECLARAÇÃO

Daniel Leonardo de Souza, Diretor do Departamento de Finanças e Orçamento do Município de Guariba, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, DECLARA para os fins que se fizerem necessários, especialmente junto ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, Relação da dívida longo prazo com os credores Sabesp e Desenvolve SP, demais documentos se encontram anexo a este documento.

RELAÇÃO DE DÍVIDAS DE LONGO PRAZO

PARTES:	COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP
	CNPJ: 43.776.517/0001-80
	PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA
	CNPJ: 48.864.304/0001-80
OBJETO DO ACORDO:	Parcelamento do débito relativo aos serviços de água e/ou esgotos, prestados pela SABESP aos imóveis da Prefeitura Municipal de Guariba.
Nº DO ACORDO:	938/2012
VALOR TOTAL DO DÉBITO:	R\$ 1.227.692,17
QUANTIDADE DE PARCELAS DEVIDAS:	93
QUANTIDADE DE PARCELAS PAGAS:	93
PERÍODO DO DÉBITO:	JANEIRO/2007 A NOVEMBRO/2008
VIGÊNCIA:	20/08/2012 a 20/06/2020
VALORES DAS PARCELAS:	Primeira parcela no valor de R\$13.201,00, sendo as demais correspondentes a R\$13.200,00, ajustadas pelo Índice IPC/FIPE acumulado do mês anterior, sendo que as parcelas não poderão ser inferior a anterior.



Prefeitura Municipal de Guariba


ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 48.654.304/0001-80

VENCIMENTOS:	Dia 20 de cada mês - parcelamento finalizado
LEGISLAÇÃO	
AUTORIZADORA:	Lei nº 2.598 de 17 de maio de 2012
	DESENVOLVE SP - AGENCIA DE FOMENTO ^{SP}
	CNPJ Nº 10.653.610/0001-79
PARTES:	
	PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA
	CNPJ: 48.654.304/0001-80
OBJETO DO ACORDO:	Financiamento de investimentos municipais para aquisição de veículos para a frota municipal.
Nº DO ACORDO:	5771
VALOR TOTAL DO DÉBITO:	R\$ 270.000,00
QUANTIDADE DE PARCELAS DEVIDAS:	68
QUANTIDADE DE PARCELAS PAGAS:	32
VIGÊNCIA:	19/06/2018 a 18/06/2023
VALORES DAS PARCELAS:	Parcelas mensais e sucessivas no valor correspondente a R\$ 4.090,90 acrescidas de encargos financeiros remuneratórios e atualização monetária.
VALOR DA PARCELA ATUAL:	R\$ 4.644,00
VENCIMENTOS:	Dia 15 de cada mês
LEGISLAÇÃO	
AUTORIZADORA:	Lei nº 3.092 de 11 de dezembro de 2017

O referido é verdade e dá fé.

Guariba, 29 de Junho de 2021.


Daniel Leonardo de Souza
Diretor do Departamento de Finanças e
Orçamento

Produto: LFN - LINHA FROTA NOVA

DADOS DO FINANCIAMENTO

Razão Social: MUNICÍPIO DE GUARIBA		
Operação: 6771	CNPJ: 48.064.304/0001-89	Valor Financiado: R\$ 270.000,00
Taxa Juros Mensal: 0,7592 % ao mês	Taxa Juros Anual: 9,50 % ao ano	CET: 0,74 % ao ano
Cotação monetária: IPCA-2	Carência: 3 meses	Nº de Parcelas: 66

DADOS DA LIBERAÇÃO

Parcela: 1ª	Valor da Parcela: R\$ 270.000,00	Data de Liberação: 04/07/2018
-------------	----------------------------------	-------------------------------

Tarifa / Comissão / Imposto	Ferida Pacto	Valor
Tarifa de Contratação de Crédito	A vista	R\$ 2.400,00

Valor da Parcela	Valores Financiados	Valor Total Financiado
R\$ 270.000,00	R\$ 0,00	R\$ 270.000,00

Valor da Parcela	Valores Descontados	Valor Liberado
R\$ 270.000,00	R\$ 0,00	R\$ 270.000,00

* Valor liberado em favor de ASU COMERCIO EIRELI, CNPJ: 16.581.822/0001-81, Cota Contrata 220265-4, Agência: 2850-8, Banco 1.

OBSERVAÇÕES:

- 1) O fluxo de pagamentos pode ser consultado em www.dasinova-sp.com.br clicando no menu Consultas/Operações. Alterar o campo "Tp. contrato" para Contrato, selecionar o contrato desejado e clicar no botão "Exibir Prestações".
- 2) Mensalmente serão emitidos boletins para pagamento pelos Correios. Quando receber o boleto confira a data de vencimento, poderá ser emitida a 2ª via na tela cidade do 1º acmto. Para tanto será necessário informar o "Número" (sem o dígito) que fica disponível em todo o corpo da página.
- 3) Caso a operação seja indexada pela SELIC, o boleto será encaminhado por e-mail (m-cta) 10 dias antes do vencimento.

Demonstrativo de Liberação emitido em 04 de julho de 2018.

DESENVOLVE SP

Desenvolvimento S/A

CONTRATO DE FINANCIAMENTO PARA INVESTIMENTOS MUNICIPAIS

- LINHA FRONTEIRA NOVA - LFN -

Número 5775

I - CREDORA

DESENVOLVE SP - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO S/A, com sede na Cidade de São Paulo - Capital, na Rua da Consolação, nº 371 - Consolação - SP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.563.815/0001-25, designada neste contrato simplesmente CREDORA ou DESENVOLVE SP.

II - MUNICÍPIO VENDEDOR

Razão Social		CNPJ/MF	
MUNICÍPIO DE GUARIBA		40.561.304/0001-80	
Endereço			
Av. Evandro Vez, 1160			
Cidade	Município	UF	Cep
Guariba	Guariba	SP	14.840-000

III - FINALIDADE DO FINANCIAMENTO

Descrição da Finalidade do Financiamento		
Aquisição de veículos para a frota municipal.		
Autorização Legislativa Municipal / Aprovação da RCM - Instituição Financeira		
Lei 3.832 de 11/12/2017 - Ofício-GARF/PV 5082018 de 14/03/2018 - PV 02.000182/2018-35		
Valor Total Orçado	Porcentual Financiado	Valor Financiado
R\$ 327.980,00	82,32%	R\$ 270.000,00
Razão Social do Vendedor		CNPJ/MF ou Equivalente
ASD COMÉRCIO EIRELI		15.561.822/0001-81
Conta Corrente nº	Banco	Agência
220285-4	001	2390-8
01 veículo tipo Van, tipo 2019, transportada em cabulocão, 2019 - Renault - Modelo Master L2H2 - Furgão 2.0 Dci - Diesel 2019/2019 - Branca - Fabricação Nacional		
Valor Orçado	Porcentual Financiado	Valor Financiado
R\$ 370.000,00	82,32%	R\$ 304.587,53
Razão Social do Vendedor		CNPJ/MF ou Equivalente
ASD COMÉRCIO EIRELI		15.561.822/0001-81
Conta Corrente nº	Banco	Agência
220285-4	001	2390-8
01 veículo tipo Furgão, tipo 2019, para transporte de 25 pessoas - Furgão Master L2H2 - Minibus 2.8 Dci Diesel - 2018/2018 - Branca - Fabricação Nacional		
Valor Orçado	Porcentual Financiado	Valor Financiado
R\$ 137.980,00	82,32%	R\$ 113.662,44

IV - CARACTERÍSTICAS DA OPERAÇÃO

Valor do Financiamento	Prazo do Financiamento	Prazo de Amortização
R\$ 270.000,00	72 meses (6)	65 meses (5)
Prazo da Carência	Valor da TCC	Prêmio de Adimplência
6 meses (6)	R\$ 2.700,00	2,50% ao ano
Encargos Financeiros - Remuneratórios		
Atualização Monetária	Taxa de Juro Nominal	Taxa de Juro Nominal
IPCA	0,7132% ao mês	9,11% ao ano
Taxa de Juro Efetiva	CET	

RUBRICAS		
MUNICÍPIO	DESENVOLVE SP	TESTEMUNHAS

1/1

1262 CONTRATO LFN_0318-01

DESENVOLVE SP

Desenvolvimento Urbano e Infraestrutura

5 bônus ao ano	3,88% ao ano	
Encargos Financeiros - Adicionais		
Encargos Remuneratórios	Juros de Mora	Taxa
Conforme Previsto no Campo Teórico desta QUADRO V	2,00% ao mês	2,00%
V - GARANTIAS		
Descrição (ais) Garantias:		
JCMS - Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	Valor da Garantia	Porcentual
	279.003,00	100%
Banco Depositário	Agência	Conta de Repasse
(C)	4535-J	130725-2

VI - CLAUSULAS CONTRATUAIS

As partes aqui firmadas a DESENVOLVE SP, conforme qualificação no QUADRO I, e o MUNICÍPIO de Jandara do Sul, neste ato por seus representantes devidamente qualificados no QUADRO II, neste ato por seus representantes devidamente qualificados e identificados ajustam o presente CONTRATO DE FINANCIAMENTO DE INVESTIMENTOS MUNICIPAIS (CONTRATO), que se regerá mediante as cláusulas e condições a seguir ajustadas, que servem e substituem a outorga e por si e por seus sucessores, prometerão fielmente cumprir e cumprir.

DO VALOR E DA LIBERAÇÃO DO FINANCIAMENTO

CLÁUSULA PRIMEIRA: A DESENVOLVE SP, instituição financeira constituída na forma da Lei de Fomento, de acordo com as disposições legais aplicáveis, concede ao MUNICÍPIO o DEVEDOR, no âmbito da Linha Frotas Nova, o crédito no valor constante no Campo Valor do Financiamento do QUADRO IV, que se destina à finalidade especificada no campo e circunscrita no QUADRO III.

PARÁGRAFO ÚNICO: O presente Financiamento tem a dívida aprovada no âmbito do MUNICÍPIO e da Secretaria da Tesouro Nacional (STN) e da DESENVOLVE SP, quando for o caso, conforme autorizações descritas no QUADRO III e conseqüente, quando for o caso, o Cronograma Físico-Financeiro de Execução, que, idô e rubrica das partes, passa a integrar este Contrato, para todos os fins e efeitos de direito.

CLÁUSULA SEGUNDA: As liberações dos recursos oriundos do presente Financiamento serão efetuadas pela DESENVOLVE SP de conformidade com as

condições a seguir estipuladas: (i) A liberação da primeira parcela, ou parcela única do financiamento, deverá ocorrer dentro do prazo de aprovação da STN e/ou da DESENVOLVE SP, quando for o caso, conforme descrito no QUADRO III, salvo quando se tratar de liberação prevista no Parágrafo Sexto da Cláusula Segunda; (ii) As liberações serão feitas em parcelas e prazos de parcelas, salvo quando se tratar de liberação prevista no Parágrafo Sexto da Cláusula Segunda; (iii) diretamente ao(s) cliente(s) ou cliente(s) do(s) VENDEDOR(ES), conforme descrito(s) no QUADRO III, quando se tratar de Financiamento para aquisição de Máquinas, Equipamentos e Veículos Novos; (iv) diretamente na conta corrente do MUNICÍPIO inscrita no QUADRO II, aberta única e exclusivamente para o recolhimento dos recursos objeto deste Financiamento, de forma parcelada e de conformidade com o previsto no Cronograma Físico-Financeiro de Execução, quando se tratar de Financiamento para Execução de Obras e Serviços.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O MUNICÍPIO autoriza a DESENVOLVE SP, de forma irrevogável e inextinguível, a adotar o procedimento previsto na carta dando plena e geral quitação ao recebimento da quantia Financeira, na forma ora ajustada, com a comprovação de(s) liberação(s) realizada(s), que passa(m) a integrar este Contrato, para todos os fins e efeitos de direito.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Observadas as condições previstas nesta Cláusula, a liberação dos recursos será efetuada por meio de Transferência Eletrônica Disponível (TED) ou transferência entre contas da mesma instituição, quando estabelecida que, quando a transferência formalizada por meio de Transferência Eletrônica Disponível (TED), o MUNICÍPIO se responsabiliza pelo recolhimento a

RUBRICAS		
MUNICÍPIO	DESENVOLVE SP	TESTEMUNHAS

291

1262 CONTRATO LFN 0318-01

DESENVOLVE SP

Desenvolve SP - Desenvolvimento e Gestão de Projetos

DESENVOLVE SP, do make do fidei-jussante para respectiva instituição financeira, acrescida do eventual tributo incidente, conforme Tabela divulgada no site www.desenvolve.sp.gov.br.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O ressarcimento a que se refere o parágrafo anterior será efetuado por meio de depósito em conta corrente a favor da DESENVOLVE SP ou outra forma que venha a ser estabelecida por esta, previamente à liberação dos recursos.

PARÁGRAFO QUARTO: A(s) liberação(s) dos recursos sen(ão) efetivado(s) pela DESENVOLVE SP, na forma prevista nesta cláusula, no prazo de 3 (três) dias úteis, após a apresentação da Nota Fiscal, com o atestado de recebimento sem ressalvas pelo MUNICÍPIO.

PARÁGRAFO QUINTO: A(s) liberação(s) dos recursos ficam(ão) condicionada(s) ainda: (i) à inexistência de fato de natureza econômica-financeira que, a critério da DESENVOLVE SP, possa comprometer execução do objeto deste instrumento ou alterá-lo, ou ainda, inviabilizar a sua utilização, bem como comprometer o cumprimento das obrigações ou assumidas pelo MUNICÍPIO; (ii) à aprovação, pelo MUNICÍPIO, da Certidão Negativa de Débito - CND ou Certidão Positiva de Débito com Emissão de Negativa CPD-EN, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, por meio da INTERNET, a ser extraída pelo MUNICÍPIO e verificada pela DESENVOLVE SP junto ao site eletrônico da Receita Federal do Brasil, ressalvada a hipótese em que a referida comprovação for dispensada por disposição legal ou normativa; (iii) à comprovação da regularidade de situação perante os órgãos ambientais, ou quando tal comprovação já tenha sido apresentada e esteja em vigor, declaração do MUNICÍPIO a respeito; (iv) à comprovação, pelo MUNICÍPIO, da regularidade de situação perante o CADINVESTADUAL; (v) à apresentação da Certidão de Regularidade Previdenciária - CRP, a ser extraída pelo MUNICÍPIO e verificada pela DESENVOLVE SP junto ao site eletrônico do Ministério da Previdência Social do Brasil; (vi) à comprovação da realização do procedimento licitatório para contratação de(s) bem(ns), obra ou serviço(s), por meio da devida publicação dos atos de homologação da certame e adjudicação do seu objeto ao respectivo licitante vencedor, desde que este não esteja na condição de arrependido do aleijado do IGE, ou, quando for, comprovação cabal de que as obras ou serviços serão executados diretamente pelo MUNICÍPIO, dentro do prazo de aprovação da STN e/ou da DESENVOLVE SP, conforme descrito no QUADRO III; (vii) à apresentação a DESENVOLVE SP, Instrumento(s) de intervenção celebrada(s) com o(s) Banco(s) Depositário(s) dos recursos do FPM e/ou ICMS, conforme descrito(s) no QUADRO IV, no(s) qual(is) o MUNICÍPIO autoriza, de forma irrevogável e irrevocabel referendo(s) Banco(s) a efetivar(em) transferências solicitadas pela DESENVOLVE SP, contendo ainda, a obrigação de cada(s) Banco(s), de acolher(em) as referidas solicitações, bem como a autorização do depósito a que se refere o parágrafo quinto da Cláusula Quinta; (viii) ao ressarcimento ou pagamento, conforme o caso, das taxas devidas pelo MUNICÍPIO, nos termos previstos no parágrafo terceiro desta cláusula e no parágrafo terceiro da Cláusula Terceira.

PARÁGRAFO SEXTO: O disposto no item (ii) do parágrafo Quinto desta cláusula, poderá ser excepcionado na ocorrência de motivo de força maior ou em caso de força maior, a qual o Município não tenha relação direta e objetiva, sendo analisada tal situação pela DESENVOLVE SP.

PARÁGRAFO SÉTIMO: Havendo divergência no objeto deste Contrato, o não cumprimento de qualquer das cláusulas e condições ora ajustadas, a liberação será suspensa, até que se cumpram as respectivas exigências.

PARÁGRAFO OITAVO: É de exclusiva responsabilidade do MUNICÍPIO, a observância da legislação aplicável e da regularidade dos procedimentos de contratação/aquisição, conforme o caso, de(s) Bem(ns), Obra e Serviço(s), objeto deste Financiamento. Não cabendo à DESENVOLVE SP, qualquer responsabilidade por esse processo, sob qualquer pretexto, ainda que tenha liberado os recursos no tempo deste Contrato.

DOS ENCARGOS FINANCEIROS REMUNERATÓRIOS E DEMAIS DESPESAS DO FINANCIAMENTO

CLÁUSULA TERCEIRA: Sobre o "Valor do Financiamento" e demais encargos que venham a ser incorporados ao saldo devedor do Financiamento, conforme previsto neste Contrato, incidem:

RUBRICAS

MUNICÍPIO	DESENVOLVE SP	TESTEMUNHAS
-----------	---------------	-------------

DESENVOLVE SP

Desenvolvimento Urbano

os Encargos Financeiros Remuneratórios estabelecidos no QUADRO IV, cujas parcelas de amortização serão calculadas pelo Sistema de Amortização Constante (SAC).

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os Encargos Financeiros Remuneratórios previstos no QUADRO IV serão calculados mensalmente, na seguinte conformidade: (i) sobre o saldo devedor do Financiamento será aplicada a Atualização Monetária do período, na ordem com a antecedência convencionada, observada a prevista no parágrafo segundo; (ii) sobre o valor do saldo devedor atualizado monetariamente após a operação a que se refere a inciso i) desta subitem, incidirá a Taxa de Juros Convencionada.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Para atualização monetária a que se refere o parágrafo primeiro, (i) deste Contrato, será adotado o Índice estabelecido no QUADRO IV, relativo ao segundo mês anterior à data do respectivo evento de atualização.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Na hipótese de extinção do índice de atualização monetária estabelecido no QUADRO IV deste instrumento, será adotado em sua substituição o índice que vier a substituí-lo ou, na falta de indicação de substituto pela moção que o extinguir, será adotado automaticamente o índice que possuir características semelhantes ao do índice em vigor, de modo a preservar o valor real da operação e/ou a remuneração nos mesmos níveis anteriores, hipótese em que o DESENVOLVE SP obrigará o Município a alteração do índice.

PARÁGRAFO QUARTO: Além dos Encargos Financeiros Remuneratórios e da Atualização Monetária previstos no QUADRO IV deste Contrato, é devido ainda pelo MUNICÍPIO o pagamento ou ressarcimento (i) de Taxa de Concessão de Crédito (TCC), divulgada no site: www.desenvolve.sp.com.br, cujo pagamento será efetuado à vista, por meio de crédito em conta a favor do DESENVOLVE SP, ou outra forma definida por esta, previamente à liberação da primeira parcela ou parcela única do Financiamento; (ii) das despesas que porventura incidam ou venham a incidir sobre o presente Financiamento, inclusive Taxas e/ou Ressarcimento de Serviços prestados por terceiros, se o caso, conforme divulgado no site: www.desenvolve.sp.com.br; ficando estabelecido que o pagamento dos valores relativos às Taxas e/ou Ressarcimento de Serviços de Terceiro, será efetuado por meio do Boleto de Cobrança Bancária em favor do DESENVOLVE SP, ou outra forma que venha a ser definida, na data fixada por esta.

PARÁGRAFO QUINTO: Todo e qualquer título que seja ou possa ser exigido em razão do Financiamento objeto deste instrumento, será por conta do MUNICÍPIO, ressalvada disposição legal em contrário, sendo certo que a incidência do título, o seu fato gerador, a base de cálculo e as aliquotas obedecerão à legislação aplicável.

DA GARÂNCIA E DA AMORTIZAÇÃO DO PRINCIPAL E ENCARGOS FINANCEIROS

CLAUSULA QUARTA: O MUNICÍPIO se obriga a efetuar o pagamento do Financiamento, principal e Encargos Financeiros, observada a prazo de carência, se houver, dos valores e datas de vencimento ajustadas, observadas as disposições previstas nos parágrafos desta cláusula, observando-se o prazo estabelecido no QUADRO IV e de conformidade com as datas dos respectivos vencimentos das parcelas, nos termos deste instrumento e o Sistema de Amortização estabelecido no caput da Cláusula Terceira.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O prazo de carência, se houver, previsto no artigo específico do QUADRO IV deste instrumento, será optado a partir do 1º (primeiro) dia subsequente à data de assinatura deste contrato de Financiamento.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Durante o período de carência, se houver, o MUNICÍPIO se obriga a efetuar o pagamento trimestral dos Juros Remuneratórios conjuntamente com a atualização monetária apurada no respectivo período (trimestral), observada a disposto nos parágrafos primeiro e segundo da Cláusula Terceira.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Durante o período de amortização, o Município se obriga a efetuar o pagamento do saldo devedor do Financiamento, por meio de parcelas mensais e sucessivas, cada uma delas no valor correspondente ao saldo devedor, incluindo o principal, os Encargos

RUBRICAS		
MUNICÍPIO	DESENVOLVE SP	TESTEMUNHAS

431

1252 CONTRATO LEV 0318-01

Financiamentos Remuneratórios e a Atualização Monetária previstos no QUADRO IV, calculados nos termos deste instrumento, divididos pelo número de parcelas. Vencimentos.

PARÁGRAFO QUARTO: O início do pagamento das prestações a que se refere o parágrafo terceiro desta cláusula, dar-se-á: (i) no prazo de 50 (cinquenta) dias, contados do término do prazo de carência; (ii) em não havendo prazo de carência, no prazo de 30 (trinta) dias, contados do dia 15 (quinze) do mês subsequente à data de liberação dos recursos, referente à primeira ou à parcela única de liberação do Financiamento.

PARÁGRAFO QUINTO: Em qualquer das hipóteses previstas nos itens ii) e iii) do parágrafo terceiro desta cláusula, as demais prestações vencerão nos mesmos dias dos meses subsequentes ao vencimento da 1ª (primeira) parcela.

CLÁUSULA QUINTA: A cobrança do principal e encargos financeiros, inclusive durante o prazo de carência, se houver, será efetuada por meio de Aviso de Cobrança, expedido pela DESENVOLVE SP com a devida antecedência, pelo qual será informado ao MUNICÍPIO, o valor total da parcela a ser liquidada, com a discriminação do principal, juros e atualização monetária, e a respectiva data do seu vencimento, sendo certo que os pagamentos deverão ser efetuados na data de vencimento da DESENVOLVE SP, à sua ordem, observado o disposto nos parágrafos primeiro e segundo desta cláusula.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A DESENVOLVE SP deverá enviar ao MUNICÍPIO, em 5 (cinco) dias úteis, após a emissão do Aviso de Cobrança, cópia do parágrafo anterior, Boleto Bancário, com o valor do(s) parcelado(s) a serem liquidado(s) e o(s) respectivo(s) data(s) de vencimento, o(s) qual(is) deverá(ão) ser liquidado(s) em qualquer banco integrante do Sistema de Compensação Bancária, observadas as demais instruções contidas no(s) Boleto(s).

PARÁGRAFO SEGUNDO: O previsto no caput e no parágrafo primeiro desta cláusula não exorta o MUNICÍPIO da obrigação de pagar pontualmente o valor das parcelas do Financiamento, nas respectivas datas de vencimento, na forma prevista neste Contrato, inclusive as hipóteses de não recebimento do(s) Aviso(s) de Cobrança ou Boleto(s) de Cobrança Bancária pelo MUNICÍPIO. Entretanto, por qualquer motivo, respondendo-se, em qualquer caso, pelos encargos moratórios estabelecidos neste Contrato, caso o pagamento seja efetuado com atraso.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Em havendo inadimplemento ou mora, e sem prejuízo do estabelecido nos parágrafos primeiro e segundo desta cláusula, o MUNICÍPIO autoriza a DESENVOLVE SP, em caráter irrevogável e irretratável, a solicitar o débito em conta corrente dos valores correspondentes às prestações em atraso. A solicitação prevista na primeira parte deste parágrafo, será feita junto ao Banco Depositário indicado no QUADRO V, e o débito será efetuado na conta corrente descrita na linha específica do Anexo QUADRO.

PARÁGRAFO QUARTO: À vista do ajuste previsto no parágrafo terceiro desta cláusula, o MUNICÍPIO se obriga à apresentação de autorização, com a assinatura do Banco indicado no QUADRO V, conferindo à DESENVOLVE SP, em caráter irrevogável e irretratável, os poderes necessários para solicitar junto ao Banco Depositário, o débito do valor correspondente às prestações objeto deste Financiamento, assim como, a transferência das importâncias debitadas para conta corrente de sua entidade, observado o disposto nos parágrafos primeiro, segundo e terceiro da cláusula sexta deste instrumento, respondendo o MUNICÍPIO, se o caso, pela Tarifa cobrada pelo Banco, referente à Transferência Bancária.

PARÁGRAFO QUINTO: O vencimento de qualquer prestação do principal ou encargos, inclusive durante o período de carência, que vier a ocorrer em sábado, domingo ou feriado nacional, inclusive os feriados, será, para todos os fins e efeitos, prorrogado para o primeiro dia útil subsequente, sendo os encargos calculados até esse dia e se incluindo também, a partir dessa data, o período seguinte de apuração e cálculo dos encargos deste Financiamento.

PARÁGRAFO SEXTO: A amortização de Financiamento objetivada no presente Contrato será realizada, pelo meio de pagamento das prestações mensais na forma estipulada nesta cláusula, conforme Sistema de Amortização Constante - SAC, que consiste na divisão do principal (antes de qualquer atualização de taxa de juros) liberado do crédito, pelo número de prestações de amortização previsto no QUADRO IV.

RUBRICAS		
MUNICÍPIO	DESENVOLVE SP	TESTEMUNHAS

DESENVOLVE SP

Desenvolvimento de Projetos

intitulado de Juros que serão calculados sobre o saldo devedor atualizado no dia de vencimento da prestação.

PARÁGRAFO SÉTIMO: A prestação resultante da soma da parcela de amortização do principal e dos Juros, constante no parágrafo anterior, será ajustada monetariamente pela variação do Índice de Preços Consolado no QUADRO IV.

PARÁGRAFO OITAVO: O MUNICÍPIO em sua totalidade obrigada poderá, a qualquer tempo, efetuar a quitação total ou parcial do valor deste Contrato, cuja importância a ser quitada será abjeta do valor devedor já não pago no final do período, que corresponda ao restante das parcelas vencidas, expirando as Juros previstos neste ajuste.

PARÁGRAFO NONO: No caso de quitação parcial, o MUNICÍPIO poderá optar pela redução do prazo remanescente do Financiamento e/ou das prestações mensais que serão proporcionais com base no saldo devedor atualizado.

PARÁGRAFO DÉCIMO: No dia de quitação antecipada do total da dívida por Juros acumulada, até a data do vencimento estabelecido neste Contrato, os Juros devidos do "Saldo não pago" serão pagos pelo MUNICÍPIO, especialmente a do dar a conta de quitação até o dia 30 de cada mês de prestação de serviço, facultando-se a DESENVOLVE SP, o direito de proporcionar a liquidação da campanha de prestação de serviço.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO: Caso sejam constatadas irregularidades na aplicação do recurso em execução, nos termos do parágrafo anterior, o MUNICÍPIO será sujeito às penalidades previstas neste Contrato.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO: Em caso de inadimplência ou mora, o MUNICÍPIO desde já autoriza a DESENVOLVE SP, em caráter irrevogável e irratificável, a efetuar a compensação, nos termos do artigo 335 do Código Civil, entre seu crédito, representado pelo saldo devedor do presente Contrato e quaisquer disponibilidades de que seja titular, porventura existentes, ou que venham a existir, inclusive decorrentes de outras operações de crédito que, eventualmente, sejam liberadas ao MUNICÍPIO.

PRÊMIO DE ADIMPLIMENTO

CLÁUSULA SEXTA: Sem prejuízo das demais condições previstas neste Contrato, será concedido desconto da parcela de "Juros Nominal" ao Ano, a título de "Prêmio de Adimplimento", no percentual previsto no respectivo Grupo do QUADRO IV, caso o MUNICÍPIO realize o pagamento integral de cada prestação devida em razão do Financiamento nas datas de seus respectivos vencimentos.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O valor do desconto a que se refere o "caput" desta Cláusula será calculado, deduzindo-se do valor da parcela de "Juros Nominal" do Ano, devido em cada prestação de Financiamento, o valor correspondente ao percentual de "Prêmio de Adimplimento" estabelecido no QUADRO IV.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Na hipótese de realização do pagamento de qualquer prestação após a data do seu vencimento, não será admitida sob qualquer pretexto, a aplicação do desconto relativo ao "Prêmio de Adimplimento", ficando estabelecido que a sua indevida utilização, sujeitará o MUNICÍPIO ao pagamento dos Encargos Financeiros Moratórios incidentes sobre o referido valor, sem prejuízo da DESENVOLVE SP considerar vencido antecipadamente este Contrato, na forma prevista na Cláusula Oitava.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O MUNICÍPIO perderá o direito ao "Prêmio de Adimplimento" transitoriamente, a partir do dia seguinte à data de vencimento da respectiva prestação, relativamente ao desconto a este concedido, caso em que, uma vez liquidada integralmente a prestação pelo o desconto do referido Prêmio, restabelece-se o direito para as prestações subsequentes.

PARÁGRAFO QUARTO: Sem prejuízo da previsão contida no Parágrafo Terceiro, o "Prêmio de Adimplimento" será cancelado de pleno direito caso seja constatado a qualquer tempo durante a vigência deste Contrato, o registro de ocorrência no CADIN ESTADUAL, criado pela Lei nº 12.799/2008, sob nome do MUNICÍPIO.

RUBRICAS		
MUNICÍPIO	DESENVOLVE SP	TESTEMUNHAS

311

1262_CONTRATO_FIN_0318-01

DESENVOLVE SP

DA FISCALIZAÇÃO E DA COMPROVAÇÃO DE DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

CLÁUSULA SETIMA: A DESENVOLVE SP, é assegurada a qualquer momento, durante a vigência deste Contrato e independentemente da praxe de uso ou agenda regular de visita, a efetuar fiscalização de (in)exatidão (s) bem (s) objeto deste Financiamento, para a análise de documentação e éztes relacionados, que comprovem a correta destinação dos recursos, na forma controlada.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A fiscalização in loco do (s) bem (s) será exercitada por pessoal técnico indicado pela DESENVOLVE SP, podendo estar acompanhado por representante habilitado do MUNICÍPIO, quando for o caso.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A fiscalização por meio de análise e comprovação de documentação relacionada com o (s) bem (s) objeto deste Financiamento, será procedida sempre que houver liberação de recursos, na forma exigida, sendo tanto que esta comprovação se dará através da encaminhamento, pelo MUNICÍPIO, de Termo de Responsabilidade do (s) bem (s) firmado por representante do MUNICÍPIO devidamente habilitado, acompanhado de cópia e do original (s) respectivo (s) Nota (s) Fiscal (s), cujo original será enviado após a (s) parcela (s) devido (s) à DESENVOLVE SP, sob a aprovação do autógrafo documental ou atele, exclusivamente eletrônico por parte do MUNICÍPIO.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Verificadas irregularidades possíveis, a qualquer tempo, quando da realização da fiscalização, a DESENVOLVE SP estipulada para para a devida regularização, sob pena por conta exclusiva do MUNICÍPIO, todas as despesas documentais para a efetiva regularização.

DO VENCIMENTO ANTECIPADO DO CONTRATO E DOS ENCARGOS FINANCEIROS MORATÓRIOS

CLÁUSULA Oitava: Na hipótese de aplicação dos recursos contemplados, em finalidade diversa daquela prevista neste instrumento conforme QUADRO III, o presente Contrato será considerado vencido antecipadamente, ficando o MUNICÍPIO, a partir do dia seguinte ao ato de através de notificação, sujeito a multa de 20% (vinte por cento) incidente sobre o valor liberado e não comprovado, acrescidos dos Encargos Financeiros estabelecidos no QUADRO IV, até a data de efetiva liquidação do débito, além das Encargos Moratórios previstos na parágrafo segundo desta cláusula.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Além da hipótese prevista no caput desta cláusula, o presente Contrato será considerado antecipadamente vencido, independentemente de qualquer aviso ou notificação, tornando-se imediatamente exigível a totalidade da dívida, inclusive com os encargos previstos no parágrafo segundo desta cláusula se o MUNICÍPIO: (i) praticar qualquer irregularidade na aquisição e utilização dos bens financiados; (ii) prestar informações irregulares ou praticar comprovadas simulação ou falsidade sobre qualquer informação prestada à DESENVOLVE SP, para obtenção do Financiamento objeto deste Contrato; (iii) dar qualquer contra ordem ao (s) Banco (s) Depositário (s) ou aos entes federativos repassadores dos recursos vinculados como garantia de pagamento nos termos deste Contrato, inclusive alteração da conta indicada no QUADRO V, sem prévia e expressa aprovação da DESENVOLVE SP; (iv) não manter seguro (s) o (s) bem (s) objeto do Financiamento, quando for o caso; (v) sofrer intervenção Federal, na forma prevista na Constituição Federal ou qualquer outro ato ou procedimento judicial que prejudique o cumprimento integral deste Contrato; (vi) ceder ou transferir a terceiros os direitos e obrigações decorrentes deste Contrato; (vii) incorrer em qualquer das hipóteses previstas nos artigos 33 e 142 do Código Civil; (viii) deixar de complementar a garantia outorgada nos termos deste Contrato, no prazo de 15 (quinze) dias, contado da solicitação da DESENVOLVE SP, caso esta se mostre insuficiente para assegurar o exato pagamento integral da dívida; (ix) deixar de cumprir quaisquer das obrigações na forma estabelecida neste Contrato; (x) se o MUNICÍPIO utilizar o desconto relativo ao "Prêmio de Adimplemento", nas hipóteses vedadas por este instrumento.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Havendo descumprimento de qualquer obrigação legal ou convencional, inclusive no caso de pagamento em atraso de qualquer parcela do principal e encargos, bem como na hipótese de vencimento antecipado deste Contrato, nos termos

RUBRICAS

MUNICÍPIO	DESENVOLVE SP	TESTEMUNHAS
-----------	---------------	-------------

7/11

1262 CONTRATO LFN_0018-09

previstos neste Contrato, o MUNICÍPIO incorrerá, de pleno direito e independentemente de qualquer aviso ou notificação, em mora, ficando obrigado a pagar a partir da data do respectivo inadimplemento, os ENCARGOS FINANCEIROS MORATÓRIOS, às percentuais estabelecidas no respectivo campo do QUADRO IV, sem prejuízo de multa a qual se refere o "capit" desta cláusula. Os ENCARGOS MORATÓRIOS serão aplicados pro rata die e devidos desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento, incidindo sobre o montante da dívida em atraso.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Na hipótese de cobrança judicial da dívida decorrente deste Contrato, o MUNICÍPIO ficará sujeito ainda à multa de 10% (dez por cento) sobre o principal e encargos da dívida, além de despesas com honorários advocatícios.

DA GARANTIA E FINANCIAMENTO

CLÁUSULA NONA: Para segurança e garantia do fiel e cabal cumprimento de todas as obrigações principais e acessórias, na forma e condições estabelecidas neste Contrato, o MUNICÍPIO, de forma irrevogável e inextinguível, outorga a DESENVOLVE SP, em vinculação de garantia, sob a forma de reserva de meio de pagamento, as dívidas dos créditos decorrentes das receitas de transferências do(s) repasse(s) do(s) Banco(s) Depositário(s) e/ou do(s) fonte(s) pagadora(s) das receitas vinculadas a este Contrato, e portanto de recursos suficientes para o pagamento do principal da dívida e encargos decorrentes, além da atualização monetária ajustada, podendo a DESENVOLVE SP, para esta finalidade, praticar todos os atos que se fizerem necessários ao fiel cumprimento do mandato outorgado, sendo este outorgado em caráter irrevogável e inextinguível, nos termos do artigo 624 do Código Civil Brasileiro.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Em cumprimento das obrigações ora assumidas, o MUNICÍPIO nomeia e constitui a DESENVOLVE SP sua mandatária para, enquanto não liquidada a dívida, no caso de inadimplemento de suas obrigações, receber diretamente do(s) Banco(s) Depositário(s) e/ou do(s) fonte(s) pagadora(s) das receitas vinculadas a este Contrato, e portanto de recursos suficientes para o pagamento do principal da dívida e encargos decorrentes, além da atualização monetária ajustada, podendo a DESENVOLVE SP, para esta finalidade, praticar todos os atos que se fizerem necessários ao fiel cumprimento do mandato outorgado, sendo este outorgado em caráter irrevogável e inextinguível, nos termos do artigo 624 do Código Civil Brasileiro.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Para a plena efetivação da garantia ora outorgada, o MUNICÍPIO se obriga a firmar com o(s) Banco(s) Depositário(s) referidos no QUADRO V. Instrumentos de Intervenção, por meio dos quais o MUNICÍPIO autoriza, de forma irrevogável, extintiva, referida(s) Banco(s) e credor(es), transferências saldações pela DESENVOLVE SP, enquanto ainda, a obrigação do(s) do(s) de(s), em receber as referidas saldações, cujo(s) Instrumento(s) passa(m) a fazer parte(s) integrante(s) deste Contrato, ficando estabelecido ainda, que o pagamento da eventual Comissão de Intervenção que venha a ser cobrada do(s) Banco(s) Depositário(s) será de exclusiva responsabilidade do MUNICÍPIO.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A DESENVOLVE SP fica autorizada a solicitar diretamente ao(s) Banco(s) Depositário(s), a renúncia da garantia a partir do 3º (terceiro) dia útil contado da data do vencimento da respectiva parcela, indicando o valor devido, contendo o principal, comissão interveniente e juros, além de multa, se houver, notificando-se o MUNICÍPIO da solicitação obtida nos termos do parágrafo.

PARÁGRAFO QUARTO: Caso os recursos sejam insuficientes para o atendimento dos compromissos assumidos neste Contrato, o MUNICÍPIO se obriga a prover recursos de outras fontes orçamentárias, hipótese em que o MUNICÍPIO se obriga providenciar essa opção no prazo de 10 (dez) dias da data em que for solicitado pela DESENVOLVE SP.

DA OBRIGAÇÃO DO MUNICÍPIO

CLÁUSULA DÉCIMA: Além das demais condições estabelecidas neste Contrato, o MUNICÍPIO se obriga ainda a: (i) aplicar os recursos oriundos do presente Financiamento exclusivamente na aquisição do(s) respectivo(s) bem(s) de acordo com o previsto no QUADRO III; (ii) não estar o(s) bem(s) adquirido(s) arrendado(s) com os recursos deste Contrato, sem a prova e expressa autorização da DESENVOLVE SP; (iii) conservar a exata aplicação dos recursos próprios, quando for o caso, na proporção, forma e condições previstas neste Contrato; (iv) com a DESENVOLVE SP, a fim de assegurar as dependências da PREFEITURA e as registros contábeis ou jurídicos do MUNICÍPIO, para

RUBRICAS		
MUNICÍPIO	DESENVOLVE SP	TESTEMUNHAS

DESENVOLVE SP

Atividade de Desenvolvimento de Software

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: O MUNICÍPIO autoriza a DESENVOLVE SP, em caráter irrevogável e insuscetível de: (i) fornecer ao Banco Central do Brasil informações sobre o montante dos débitos e responsabilidades assumidas nos termos deste Contrato, inclusive, mas não se limitando, ao Sistema de Informações de Crédito (SCR), nos termos da Resolução do CMN nº 3683, de 17 de dezembro de 2004; (ii) acessar as informações do mesmo órgão regulador, prestadas pelas demais instituições financeiras; e, (iii) fornecer, em caso de inadimplência informações ao CADIN, instituído pela Lei Estadual nº 12.735, de 11 de janeiro de 2008, na forma prevista no seu artigo 4º; (iv) prestar ao Governo do Estado de São Paulo e aos órgãos de controle do Estado, informações relativas à utilização do Prejuízo de Adimplemento previsto nesta Cláusula.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: Qualquer violação da DESENVOLVE SP, relativamente ao não cumprimento ou atraso no cumprimento das obrigações, condições e prazos estabelecidos neste Contrato, não importará em rescisão ou dissolução, não podendo ser invocada, sob qualquer pretexto, pelo MUNICÍPIO na forma prevista neste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: Nos termos da legislação aplicável, a DESENVOLVE SP poderá ceder e transferir com todos os direitos e garantias ementas deste Contrato, auto-regendando-se ao cedente, em todos os direitos, interesses, prerrogativas asseguradas pela cessão e transferência, ficando desde já autorizado pelo MUNICÍPIO.

RUBRICAS		
MUNICÍPIO	DESENVOLVE SP	TESTEMUNHAS

70711

1232_CONTRATO LFM 0318-01

DESENVOLVE SP

Agência de Fomento do Estado de São Paulo

DO FORO

CLÁUSULA DECIMA QUARTA: Fica eleito como competente para solucionar quaisquer questões surgidas deste Contrato, o Foro Cível da Comarca da Capital do Estado de São Paulo, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja, ressalvada a direito da DESENVOLVE SP de demandar no Foro do domicílio do MUNICÍPIO. É, por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas e identificadas.

São Paulo, 19 de Junho de 2018.

DESENVOLVE SP - AGÊNCIA DE FOMENTO DO
ESTADO DE SÃO PAULO S.A.

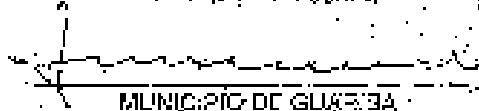


Juliana Sedlitzky
Diretor-Presidente



Acquino Elvânia de Toledo
Diretor

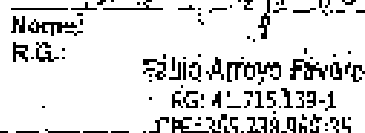
Município de Guariba


MUNICÍPIO DE GUARIBA

JOÃO PAULO DE MORAES
PREFEITO DO MUNICÍPIO
DE GUARIBA

TESTEMUNHAS:


Nome: José Roberto de Moraes
R.G.: 0.307.280.430
CPF: 030.728.043-03


Nome: Edio Arroyo Favero
R.G.: 41.715.139-1
CPF: 305.239.062-35

CENTRAL DE ATENDIMENTO DA DESENVOLVE SP: (11) 3123-0484
OUVIDORIA: 0800-7704272
EMAIL: ouvidoria@desenvolve.sp.gov.br

REBRICAS		
MUNICÍPIO	DESENVOLVE SP	TESTEMUNHAS



Município de Guaribá

Estado - São Paulo

Lei COMPLEMENTAR Nº 0092, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO AO EXECUTIVO PARA CONTRATAR COM A DESENVOLV SP - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO - OPERAÇÕES DE CRÉDITO COM GARANTIA DE DÍTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de Guaribá, Estado de São Paulo, em Sessão Extraordinária realizada no dia 08 de dezembro de 2017, APROVOU e eu, DR. FRANCISCO DIAS MANGANO JUNIOR, Prefeito Municipal, Sanciono e Promulgo a seguinte Lei COMPLEMENTAR:

Art. 1º Fica o Poder Executivo do Município de Guaribá autorizado a celebrar, com a DESENVOLV SP - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO, operações de crédito até o montante de R\$ 270.000,00 (Duzentos e setenta mil reais), destinadas à aquisição de veículos para a frota pública municipal, no âmbito da Linha Frota Nova Municípios, cujas condições contratuais constarão no artigo 2º desta Lei, observada a legislação vigente, em especial, as disposições da Lei Complementar Federal nº 240, de 04/05/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Art. 2º As operações de crédito, de que trata o art. 1º, desta Lei, submeter-se-ão às seguintes condições gerais:

I - a taxa de juros do financiamento é de 9,5% ao ano, calculada "pro rata die", baseada no atualizado mensal do IPCA-iat 12631, no índice indexador oficial que venha a substituí-lo, no caso de sua extinção, pagável inclusive durante o prazo de carência, e Desenvolver SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo;

II - o prazo total de financiamento será de até 72 (setenta e dois) meses, acrescidos a partir da assinatura do respectivo instrumento contratual, sendo de até 6 (seis) meses o prazo de carência, com juros pagos trimestralmente;

III - a participação do Município, a título de contrapartida, só será requerida caso o valor do objeto do financiamento ultrapasse o limite de valor a ser contratado neste instrumento.

Parágrafo único. A taxa de juros prevista no inciso I, deste artigo, será reduzida a 10% (dez por cento) ao ano, calculada "pro rata die", desde que adimplente o Município, baseada no atualizado mensal pelo variação mensal do IPCA-iat 12631 e calculada "pro rata die", no índice indexador oficial que venha a substituí-lo, no caso de sua extinção, devida inclusive durante o prazo contratual de financiamento.

Art. 3º Fica o Poder Executivo autorizado a oferecer a vinculação em garantia das operações de crédito, por todo o tempo de vigência dos contratos de financiamento e até a liquidação total da dívida, sob a forma de Reserva de Meio de Pagamento, das Receitas de Transferências oriundas do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS (art. 158 inciso IV da CF) e do Fundo de Participação dos Municípios - FPM (art. 159, inciso I, alínea "b" da CF), em contrapartida, ou apenas uma delas, em montante necessário e suficiente para a amortização das parcelas do principal, e o pagamento das acessórios da dívida.

Parágrafo único. As condições de transferência, previstas neste artigo, sobre as quais se menciona a viabilidade em garantia, em caso de sua extinção, serão substituídas pelas regras que vierem a ser estabelecidas, constitucionamente, independentemente de nova autorização legislativa.

Art. 4º Fica o Poder Executivo autorizado a concessão a Desembolso SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo - com suas subsidiárias, com poderes irrevogáveis e inextinguíveis, para receber junto às demais pagadoras das taxas de transferência, mencionadas no "caput" do art. 3º, desta Lei, as receitas vinculadas podendo utilizá-las no pagamento do que lhe for devido por força dos contratos a que se refere o art. 1º, desta Lei.

Parágrafo único. Os poderes outorgados neste artigo se limitam aos casos de inadimplência do Município e as restrições às parcelas vencidas e já pagas.

Art. 5º Fica o Poder Executivo autorizado a:

- I - participar e assinar contratos, convênios, ajustes e termos que possibilitem a execução de presente Lei;
- II - aceitar todas as condições estabelecidas pelas normas da Desembolso SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo - referentes às operações de crédito vigentes à época da assinatura dos contratos de financiamento;
- III - assinar o Buro da cidade de São Paulo para emitir quaisquer certificações decorrentes de execução dos contratos autorizados na forma do art. 1º, desta Lei.

Art. 6º As leis regulamentares que a concessão, obrigatoriamente, as dotações necessárias às aquisições das parcelas da principal e nos pagamentos das obrigações da dívida, relativos às obrigações com taxas das anuais dos contratos de financiamento, a que se refere o art. 1º, desta Lei.

Art. 7º Fica o Chefe do Executivo autorizado a abrir, na Lei orçamentária anual, créditos especiais destinados a fazer face nos pagamentos de encargos e/ou obrigações decorrentes das operações de crédito autorizadas nesta Lei, que serão enfitreos com restrição a que aborde o § 2º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17/03/1964.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Guarulhos, em 11 de dezembro de 2017.

DR. FRANCISCO MARQUES JUNIOR

Presidente do Município de Guarulhos

Registada em livro próprio do Departamento Municipal de Gestão Pública, grando-se o livro de contratos, na seguinte data e Assinatura pública do do 1º de janeiro de 2018, por meio de sua assinatura eletrônica, nos termos do artigo 9º, § 2º, da Lei Orgânica do Município.

ROSEMEIRE GOMES

Presidente do Departamento de Gestão Pública

PARTES:	DESCRYOLVE SP. AGENCIA DE FOMENTO		
	CNPJ Nº 10.663.610/0001-29		
	PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA		
	CNPJ: 48.664.304/0001-80		
OBJETO DO ACORDO:	Financiamento de investimentos municipais para aquisição de veículos para a frota municipal.		
Nº DO ACORDO:	57/1	QUANTIDADE DE PARCELAS DEVIDAS: 68	
VIGÊNCIA:	19/06/2018 a 18/06/2023	QUANTIDADE DE PARCELAS PAGAS: 32	
VALOR TOTAL FINANCIADO:	R\$ 270.000,00	VENCIMENTO: DIA 15 DE CADA MÊS	
LEGISLAÇÃO AUTORIZADORA:	LEI COMPLEMENTAR Nº 9092, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017.		

NÚMERO DA PRESTAÇÃO	VENCIMENTO	VALOR DA PRESTAÇÃO	VALOR TOTAL DE PRESTAÇÕES PAGAS
1	15/10/2018	R\$ 12.053,70	R\$ 12.053,70
2	15/01/2019	R\$ 2.526,10	R\$ 14.579,80
3	15/02/2019	R\$ 4.097,05	R\$ 18.676,85
4	15/03/2019	R\$ 4.110,16	R\$ 22.787,01
5	15/04/2019	R\$ 4.127,83	R\$ 26.914,84
6	15/05/2019	R\$ 4.158,75	R\$ 31.073,63
7	15/06/2019	R\$ 4.182,50	R\$ 35.256,13
8	15/07/2019	R\$ 4.187,93	R\$ 39.444,06
9	15/08/2019	R\$ 4.188,35	R\$ 43.632,41
10	15/09/2019	R\$ 4.196,31	R\$ 47.828,72
11	15/10/2019	R\$ 4.200,93	R\$ 52.029,65
12	15/11/2019	R\$ 4.200,92	R\$ 56.230,57
13	15/12/2019	R\$ 4.205,12	R\$ 60.435,69
14	15/01/2020	R\$ 4.226,57	R\$ 64.662,26
15	15/02/2020	R\$ 4.275,18	R\$ 68.937,44
16	15/03/2020	R\$ 4.284,16	R\$ 73.221,60
17	15/04/2020	R\$ 4.294,86	R\$ 77.516,46
18	15/05/2020	R\$ 4.297,87	R\$ 81.814,33
19	15/06/2020	R\$ 4.297,87	R\$ 86.112,20
20	15/07/2020	R\$ 4.297,87	R\$ 90.410,07
21	15/08/2020	R\$ 4.309,04	R\$ 94.719,11
22	15/09/2020	R\$ 4.324,55	R\$ 99.043,66
23	15/10/2020	R\$ 4.334,94	R\$ 103.378,60
24	15/11/2020	R\$ 4.362,68	R\$ 107.741,28
25	15/12/2020	R\$ 4.400,20	R\$ 112.141,48
26	15/01/2021	R\$ 4.439,36	R\$ 116.580,84
27	15/02/2021	R\$ 4.499,29	R\$ 121.080,13
28	15/03/2021	R\$ 4.510,54	R\$ 125.590,67
29	15/04/2021	R\$ 4.549,11	R\$ 130.140,00
30	15/05/2021	R\$ 4.591,64	R\$ 134.731,64
31	15/06/2021	R\$ 4.605,87	R\$ 139.337,51
32	15/07/2021	R\$ 4.640,30	R\$ 143.981,61



Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo
 Unidade de Negócios do Saneamento - Pq
 Av. Dr. Hélio Rocha, 4950 - Jd. Saneamento - CEP: 14400-000 - Itapicuruva/SP
 Tel: (16) 3712-7000 - Fax: (16) 3712-2000
 www.sabesp.com.br

TERMO DE ACORDO PARA PARCELAMENTO DE DÉBITO DE ENTIDADE PÚBLICA

Unidade: 354 - RGGP/1 - Ofício PM 250/12
 N. Acesso: 948/2002

A. Partes

A.1 - Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP
 CNPJ: 43.776.547/0001-80
 Representante: Gerson Santos de Mello, Dono
 Origem/Origão: Superintendência de Unidade de Negócios Saneamento Grande - RG
 Documento: RGF- 15.515.803 \$1000 / CPF: 000.399.876-45

A.2 - Prefeitura Municipal de Guariba
 CNPJ: 48.656.104/0001-30
 Representante: Hermínio de Lencastre Neto
 Cargo/Função: Prefeito
 Documento: RGF-9.799.224 / CPF: 049.277.818-56

B. Valores:

B.1 - Valor Total do Débito:	R\$ 1.221.652,47
B.1.1 - Valor Histórico:	R\$ 1.833.352,11
B.1.2 - Valor da Ajustagem Monetária:	R\$ 141.062,15
B.1.3 - Valor de Multas:	R\$ 10.793,98
B.1.4 - Valor dos Juros:	R\$ 50.464,23
B.1.5 - Valor das Custas Processuais:	R\$ 0,00
B.1.6 - Valor dos Honorários Advocatícios:	R\$ 0,00

C. Período do Débito: Janeiro/1997 à novembro/2008

D. Inscrição Designada: Fidejussor: AV. EVARISTO VAZ, 1196

Bairro: CENTRO
 Município: GUARIBA
 RG: 002047572

CNPJ: 14.480-032
 UF: SP

1. A validade, qualificada no Item A.2, geradora e doadora do débito constante do Item B.1, decorre das vertentes de água não pagas, prestações pela SABESP das unidades instaladas no Anexo I e/ou, ainda, de outras parcelas pagas, porém este tanto, e adianta-se o devedor deste débito responsável pela pagamento do valor constante no Item B.1, em 22 parcelas, iguais e sucessivas, mensalmente, desde a primeira parcela, de acordo com Item 4, aqui pactuado em acordo autorizado.

1.1. Havendo consenso das partes, este acordo poderá ser gerido, total ou parcialmente, mediante ajuste de valores da Compensação de Débitos e Créditos, denominada Encargos do Centro.

2. Para fins de cadastramento na SABESP, o valor total deste acordo será atualizado no índice constante do Item D, assim designado, pela Entidade.

3. Compõe-se o valor total do Centro, conforme Item B.1, as costas administrativas do Acordo.

3.1. Aos valores constantes das costas administrativas de dezembro/2006 até 10/02/2008, aplicadas e não pagas, serão aplicadas multas de 10% por atraso até 11/02/2008 e 20% para o período de 11 a 30 dias e 30% para o período superior a 30 dias e antes da data a partir de 12/02/2008 multa de 20%.



Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo
Unidade de Negócios do Fardo e Grande - RGS
Av. Dr. Rildo's Rocha, 4991 - Jd. Repente - CEP 14405-000 - Franca/SP
Tel: (16) 3712-3000 - Fax: (16) 3712-2951
www.sabesp.com.br

Por força de decisão judicial, a SABESP limitou a aplicação da multa por atraso de pagamento de 2%.

6.2. Aos valores constantes das contas emitidas a partir de 12/01/2005, vencidas e não pagas, serão aplicadas multas de 2% e atualizadas sucessivamente pela variação do IPCA/IBRE e aplicadas juros de mora de 1% ao mês, a partir do 15º dia de atraso, pro rata die.

4. As 91 parcelas deverão ser pagas até o dia 20 de cada mês, variando a primeira em 20% (20%) do valor de R\$ 13.261,00 (treze mil, duzentos e seis reais), sendo as demais correspondentes a R\$ 13.000,00 (treze mil, duzentos reais e novecentos e noventa e nove centavos). As parcelas pelo índice IPCA/IBRE, acumuladas do mês anterior, sendo que as parcelas não poderão ser de valor inferior a nenhuma.

5. No caso de extinção do IPCA/IBRE, o índice será substituído por outro índice que vier a ser indicado pelo governo.

6. Com exceção da 1ª Parcela, que será em espécie e entregue pessoalmente ao devedor, mediante Documento de Autenticação, as demais parcelas serão quitadas pelo o credor (a) correspondente definido no ato de acordo, ficando o devedor ciente de que se não receber a primeira parcela deverá pagá-la em qualquer agência da SABESP, 48 horas antes do vencimento.

7. Na falta de pagamento de qualquer das contas-parcelas no seu vencimento, haverá início de processo de cobrança, considerando rescisão, comprometendo-se o devedor a liquidar o saldo do débito imediatamente com B.L. do presente.

7.1. Para o débito vencido e não pago incidirá multa de 2% sobre o saldo devedor, considerando o tempo desde a data de vencimento da parcela que originou o comprometimento, até a data do efetivo pagamento do saldo devedor, ou ajuizamento da ação, não incidindo multa com base na variação do IPCA/IBRE, ou outro índice que vier a ser indicado pelo Governo, e juros de mora de 1% ao mês, pro rata die.

7.2. Com a rescisão do presente termo, não pagamento no vencimento de qualquer uma das contas-parcelas, haverá suspensão imediata (legal) do serviço público, podendo a SABESP providenciar, em 15 dias do vencimento, a suspensão dos serviços, e após 90 dias do vencimento, a suspensão das ligações das instalações incluídas no Anexo-1.

7.3. O devedor se compromete, ainda, durante a vigência do presente comprometimento, a efetuar o pagamento das contas de água, gás, luz e outros serviços por seus respectivos vencimentos, sob pena de, em caso contrário, a SABESP suspender os serviços e/ou suspender as ligações, relacionadas no Anexo-1, sem prejuízo da cobrança do débito.

8. O pagamento parcial, mesmo que pago, de qualquer parcela, será considerado como liberação, não implicando em alteração deste termo ou do montante do débito.

9. O presente comprometimento é firmado em caráter excepcional, não se comprometendo a futura capacidade de pagar.

9.1. No caso de descumprimento pela violação de qualquer disposição prevista no Anexo-1, o débito será cobrado pelo valor constante no Item 7.1 de presente, acrescido de os valores de multa, juros de mora e atualização monetária, e devidas as parcelas comprometimento pagas.



SABESP

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo

Unidade de Negócios do Norte e Grande - RG

Av. Dr. Fátima Rocha, 2551 - Jd. Madalena - CEP 13405-330 - Foz de Iguaçu

TEL (16) 3712-2000 - Fax (16) 3712-2082

10. Fica eleito o Foro da Cidade de Guarujá para a solução de quaisquer litígios e ações decorrentes deste contrato, com expressa renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

11. Assinam e apresentam instrumento com as qualificações correspondentes, com força de título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 535, inciso II, do Código de Processo Civil, em duas vias de igual teor e valor, de uma, a Entidade qualificada no item A.2, juntadas com cópia autografada(s) da SABESP e na presença de duas testemunhas.

Foz de Iguaçu, 31 de julho de 2013.

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

Representante: Fernando de Laurentis Nepo

RG: 8.753.236 CPF: 069.277.808-16

PREFEITO MUNICIPAL

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

Representante: Jovani Cantarello Pinheiro

RG: 16.691.029 CPF: 050.154.978-14

VEREADOR

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Representante: Gláucia Santos Mendonça

RG: 15.515.891 CPF: 090.305.308-45

Superintendente da Unidade Negócios Norte e Grande - RG

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Representante: Rui Engracia Garcia Celis

RG: 8.446.119-1 CPF: 030.712.608-10

Gerente Departamento Distribuição de Água

12. Testemunhas: Rosângela Gusmão

RG: 21.806.167 CPF: 074.766.288-84

Diretora de Gestão Política - PM Guarujá

13. Testemunhas: José Neygustavo Botelho

RG: 8.750.989 CPF: 168.192.908-34

Assessor Jurídico



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 45.854.303/0001-90

LEI Nº 2.598 – DE 17 DE MAIO DE 2012

AUTORIZA A FAZENDA PÚBLICA A FIRMAR TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO DE DÉBITOS COM A COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

A Câmara Municipal de Guariba, Estado de São Paulo, em Sessão Ordinária realizada no dia 15 de Maio de 2012, **APROVOU** e eu, **HERNINIO DE LAURENTIZ NETO** - Prefeito Municipal sanciono e promulgo a seguinte ...

LEI:

Artigo 1º - Fica a Fazenda Pública do Município de Guariba autorizada a firmar Termo de Acordo de Parcelamento de Débitos com a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP, no valor de R\$ 1.173.499,26 (Um Milhão, Setecenta e Setenta e Cinco Mil, Quatrocentos e Noventa e Nove Reais e Vinte e Seis Centavos), em até 96 (noventa e seis) parcelas, objetivando quitar os débitos da Municipalidade para com a SABESP.

Artigo 2º - A Prefeitura do Município de Guariba consignará nos Orçamentos anuais e plurianuais do Município, durante o prazo estabelecido no Termo de Acordo, dotações suficientes para pagamento dos débitos constantes desta lei.

Artigo 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Guariba, 17 de Maio de 2012.

HERNINIO DE LAURENTIZ NETO

Prefeito do Município de Guariba

Registrada em livro próprio, anexada ao sede da Prefeitura Municipal, no lugar do costume e, mandado publicar no jornal "Guariba Notícias", na data de sua conclusão, nos termos do Artigo 90 da Lei Orgânica do Município.

ROSEMIRE GEMERI

Diretora de Gestão Pública

Av. Evaristo Vaz, 1.190 - Fone: (0xx16) 3251-6422 - CEP 14840-000 - Cx. Postal 49

E-mail: guariba@guariba.sp.gov.br

1. O Poder Executivo, no âmbito do Município de São Paulo, institui o Programa de Incentivo à Cultura (PIC) e o Programa de Incentivo à Arte (PIA), com o objetivo de fomentar a produção cultural e artística, bem como a preservação do patrimônio cultural e artístico do Município.

2. O PIC e o PIA serão executados pelo Departamento de Cultura e Arte (DCA), sob a direção do Secretário Municipal de Cultura e Arte.

3. O PIC e o PIA serão executados por meio de editais de chamamento de propostas, a serem publicados pelo DCA.

4. O PIC e o PIA serão executados por meio de recursos próprios do Município de São Paulo.

5. O PIC e o PIA serão executados por meio de recursos próprios do Município de São Paulo.

6. O PIC e o PIA serão executados por meio de recursos próprios do Município de São Paulo.

7. O PIC e o PIA serão executados por meio de recursos próprios do Município de São Paulo.

8. O PIC e o PIA serão executados por meio de recursos próprios do Município de São Paulo.

9. O PIC e o PIA serão executados por meio de recursos próprios do Município de São Paulo.

10. O PIC e o PIA serão executados por meio de recursos próprios do Município de São Paulo.

Item	Descrição	Valor
1	Salário	1.000,00
2	Aluguel	500,00
3	Material de consumo	100,00
4	Outros	400,00
Total		2.000,00

Item	Descrição	Valor
1	Salário	1.000,00
2	Aluguel	500,00
3	Material de consumo	100,00
4	Outros	400,00
Total		2.000,00

Item	Descrição	Valor
1	Salário	1.000,00
2	Aluguel	500,00
3	Material de consumo	100,00
4	Outros	400,00
Total		2.000,00

Data	Descrição	Valor
01/01/2011	Salário	1.000,00
02/01/2011	Aluguel	500,00
03/01/2011	Material de consumo	100,00
04/01/2011	Outros	400,00
Total		2.000,00

[illegible]

PARTES:	COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP	
	CNPJ Nº 43.776.517/0001-80	
	PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUBA	
	CNPJ: 48.864.304/0001-86	
OBJETO DO ACORDO:	Parcelamento de débito relativo aos serviços de água e/ou esgotos, prestados pela SABESP aos Imóveis da Prefeitura Municipal de Guaruba.	
Nº DO ACORDO:	98/2012	RGI: 03204759/21
VALOR TOTAL DO DÉBITO:	R\$ 1.221.692,47	QUANTIDADE DE PARCELAS DEVIDAS: 93
PERÍODO DO DÉBITO:	JANEIRO/1997 A NOVEMBRO/2008	QUANTIDADE DE PARCELAS PAGAS: 93
VIGÊNCIA:	20/08/2012 A 20/06/2020	VENCIMENTO: DIA 20 DE CADA MÊS - PARCELAMENTO FINALIZADO
LEGISLAÇÃO AUTORIZADORA:	LEI Nº 2.538 - DE 17 DE MAIO DE 2011	

Empenho	Número Prestação	Data Vencimento	Valor da Parcela	Saldo Utilizado	Saldo Restante
2019/000007	77/93	20/02/2019	R\$ 18.744,91	R\$ 18.744,91	R\$ 221.255,09
2019/000007	78/93	20/03/2019	R\$ 18.744,91	R\$ 37.489,82	R\$ 202.510,18
2019/000007	79/93	20/04/2019	R\$ 18.853,59	R\$ 56.343,41	R\$ 183.656,59
2019/000007	80/93	20/05/2019	R\$ 19.013,15	R\$ 75.356,56	R\$ 164.643,44
2019/000007	81/93	20/06/2019	R\$ 19.007,87	R\$ 94.364,43	R\$ 145.637,57
2019/000007	82/93	20/07/2019	R\$ 19.037,27	R\$ 113.399,70	R\$ 126.600,30
2019/000007	83/93	20/08/2019	R\$ 19.064,65	R\$ 132.464,35	R\$ 107.535,65
2019/000007	84/93	20/09/2019	R\$ 19.127,60	R\$ 151.591,95	R\$ 88.408,05
2019/000007	85/93	20/10/2019	R\$ 19.127,89	R\$ 170.719,84	R\$ 69.280,16
2019/000007	86/93	20/11/2019	R\$ 19.159,33	R\$ 189.879,17	R\$ 50.120,83
2019/000007	87/93	20/12/2019	R\$ 19.290,04	R\$ 209.169,21	R\$ 30.830,79
2019/000007	88/93	20/01/2020	R\$ 19.290,04	R\$ 228.459,25	R\$ 11.540,75
Valor anulado:			R\$ 11.540,75		R\$ 0,00

Empenho	Número Prestação	Data Vencimento	Valor da Parcela	Saldo Utilizado	Saldo Restante
2020/000026	89/93	20/02/2020	R\$ 19.527,15	R\$ 19.527,15	R\$ 82.972,85
2020/000026	90/93	20/03/2020	R\$ 19.547,87	R\$ 39.075,02	R\$ 63.424,98
2020/000026	91/93	20/04/2020	R\$ 19.547,88	R\$ 58.622,90	R\$ 43.877,10
2020/000026	92/93	20/05/2020	R\$ 19.518,13	R\$ 78.141,03	R\$ 24.358,97
2020/000026	93/93	20/06/2020	R\$ 19.470,88	R\$ 97.611,91	R\$ 4.888,09
Valor anulado:			R\$ 4.888,09		R\$ 0,00

PARTES:	COMPANHIA DE SANFAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP	
	CNPJ Nº 43.775.517/0001-80	
	PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA	
	CNPJ: 48.604.304/0001-80	
OBJETO DO ACORDO:	Parcelamento do débito relativo aos serviços de água e/ou esgotos, prestados pela SABESP aos imóveis da Prefeitura Municipal de Guariba.	
Nº DO ACORDO:	938/2012	RGI: 09204759/21
VALOR TOTAL DO DÉBITO: R\$ 1.127.662,47	QUANTIDADE DE PARCELAS DEVIDAS: 93	
PERÍODO DO DÉBITO: JANEIRO/1997 A NOVEMBRO/2008	QUANTIDADE DE PARCELAS PAGAS: 93	
VIGÊNCIA: 20/08/2011 A 20/05/2020	VENCIMENTO: DIA 20 DE CADA MÊS PARCELAMENTO FINALIZADO	
LEGISLAÇÃO AUTORIZADORA: LEI Nº 2.598 - DE 17 DE MAIO DE 2012		

ANEXO I - PARCELAMENTO DEVIDO				
Empenho	Número Prestação	Data Pagamento	Valor da Parcela	Saldo Utilizado
2012/006984	1	ago/12	R\$ 13.201,00	R\$ 13.201,00
2012/007622	2	set/12	R\$ 13.218,91	R\$ 26.419,91
2012/008524	3	out/12	R\$ 13.327,19	R\$ 39.747,10
2012/009510	4	nov/12	R\$ 13.434,07	R\$ 53.181,17
2012/010162	5	dez/12	R\$ 13.524,94	R\$ 66.706,11
2013/000072	6	jan/13	R\$ 13.524,94	R\$ 80.231,05

PARTES:	COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP	
	CNPJ Nº 43.776.517/0001-80	
	PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUBA	
	CNPJ: 48.854.304/0001-80	
OBJETO DO ACORDO:	Parcelamento do débito relativo aos serviços de água e/ou esgotos, prestados pela SABESP aos Imóveis da Prefeitura Municipal de Guarubá.	
Nº DO ACORDO:	938/2012	REG: 03201759/21
VALOR TOTAL DO DÉBITO: R\$ 1.227.692,07	QUANTIDADE DE PARCELAS DEVIDAS: 93	
PERÍODO DO DÉBITO: JANEIRO/1997 A NOVEMBRO/2008	QUANTIDADE DE PARCELAS PAGAS: 93	
VIGÊNCIA: 20/08/2012 A 20/06/2020	VENCIMENTO: 20 DE CADA MÊS - PARCELAMENTO FINALIZADO	
LEGISLAÇÃO AUTORIZADORA: LF Nº 2.598 - DE 17 DE MAIO DE 2012		

ANO REFERENCIAL 2013						16.000,00
Empenho	Número Prestação	Data Pagamento	Valor da Parcela	Saldo Utilizado	Saldo Restante	
2013/000426	7	20/02/2013	R\$ 13.787,97	R\$ 13.787,97	R\$ 154.217,03	
2013/000426	8	20/03/2013	R\$ 13.818,49	R\$ 27.606,46	R\$ 140.398,54	
2013/000426	9	17/04/2013	R\$ 13.794,35	R\$ 41.400,81	R\$ 126.599,19	
2013/000426	10	20/05/2013	R\$ 13.794,35	R\$ 55.195,16	R\$ 112.804,84	
2013/000426	11	19/06/2013	R\$ 13.846,27	R\$ 69.041,43	R\$ 98.958,57	
2013/000426	12	19/07/2013	R\$ 13.846,27	R\$ 82.887,70	R\$ 85.112,30	
2013/000426	13	20/08/2013	R\$ 13.890,67	R\$ 96.778,37	R\$ 71.221,63	
2013/000426	14	19/09/2013	R\$ 13.903,36	R\$ 110.681,73	R\$ 57.318,27	
2013/000426	15	18/10/2013	R\$ 13.938,07	R\$ 124.619,80	R\$ 43.380,20	
2013/000426	16	14/11/2013	R\$ 14.005,26	R\$ 138.625,06	R\$ 29.374,94	
2013/000426	17	18/12/2013	R\$ 14.005,26	R\$ 152.630,32	R\$ 15.369,68	
Valor anulado:				R\$ 15.369,68	R\$ 0,00	

PARTES:	COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP	
	CNPJ Nº 43.775.517/0001-80	
	PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUBA	
	CNPJ: 13.664.304/0001-80	
OBJETO DO ACORDO:	Parcelamento de débito relativo aos serviços de água e/ou esgotos, prestados pela SABESP aos Imóveis da Prefeitura Municipal de Guaruba.	
Nº DO ACORDO:	938/2013	RGN 03204759/21
VALOR TOTAL DO DÉBITO: R\$ 1.227.692,47	QUANTIDADE DE PARCELAS DEVIDAS: 93	
PERÍODO DO DÉBITO: JANEIRO/1997 A NOVEMBRO/2008	QUANTIDADE DE PARCELAS PAGAS: 93	
VIGÊNCIA: 20/09/2012 A 20/09/2020	VENCIMENTO: DIA 20 DE CADA MÊS PARCELAMENTO FINALIZADO	
LEGISLAÇÃO AUTORIZADORA: LEI Nº 2.596 - DE 17 DE MAIO DE 2012		

ANEXO REFERENCIAL 2013					
Empenho	Número Prestação	Data Pagamento	Valor da Parcela	Saldo Utilizado	Saldo Restante
2014/000008	18/93	20/01/2014	R\$ 14.070,68	R\$ 14.070,68	R\$ 155.929,32
2014/000008	19/93	18/02/2014	R\$ 14.296,10	R\$ 28.366,78	R\$ 141.633,22
2014/000008	20/93	19/03/2014	R\$ 14.296,11	R\$ 42.662,89	R\$ 127.337,11
2014/000008	21/93	17/04/2014	R\$ 14.477,80	R\$ 57.140,69	R\$ 112.859,31
2014/000008	22/93	15/05/2014	R\$ 14.477,80	R\$ 71.618,49	R\$ 98.381,51
2014/000008	23/93	11/06/2014	R\$ 14.592,72	R\$ 86.211,21	R\$ 83.788,79
2014/000008	24/93	15/07/2014	R\$ 14.592,72	R\$ 100.803,93	R\$ 69.196,07
2014/000008	25/93	12/08/2014	R\$ 14.508,64	R\$ 115.402,57	R\$ 54.597,43
2014/000008	26/93	16/09/2014	R\$ 14.671,95	R\$ 130.074,52	R\$ 39.925,48
2014/000008	27/93	20/10/2014	R\$ 14.702,11	R\$ 144.776,63	R\$ 25.223,37
2014/000008	28/93	13/11/2014	R\$ 14.756,76	R\$ 159.533,39	R\$ 10.466,61
2014/000008	29/93	16/12/2014	R\$ 10.466,61	R\$ 170.000,00	R\$ 0,00
Empenho complementar 2014/009339					R\$ 4.392,21
2014/009339	29/93	16/12/2014	R\$ 4.392,21	R\$ 174.392,21	R\$ 0,00

PARTES:	COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP	
	CNPJ Nº 43.776.517/0001-80	
	PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUA	
	CNPJ: 48.604.304/0001-80	
OBJETO DO ACORDO:	Parcelamento de débito relativo aos serviços de água e/ou esgotos, prestados pela SABESP aos imóveis da Prefeitura Municipal de Guarua.	
Nº DO ACORDO:	938/2012	RGH: 03204758/21
VALOR TOTAL DO DÉBITO: R\$ 1.227.692,47	QUANTIDADE DE PARCELAS DEVIDAS: 93	
PERÍODO DO DÉBITO: JANEIRO/1997 A NOVEMBRO/2008	QUANTIDADE DE PARCELAS PAGAS: 93	
VIGÊNCIA: 20/06/2012 A 20/06/2020	VENCIMENTO: DIA 20 DE CADA MÊS PARCELAMENTO FINALIZADO	
LEGISLAÇÃO AUTORIZADORA: LEI Nº 2.568 - DE 17 DE MAIO DE 2012		

ANO FISCAL/DE 2015					
Empenho	Número Prestação	Data Pagamento	Valor da Parcela	Saldo Utilizado	Saldo Restante
2015/000146	30/93	19/03/2015	R\$ 14.858,82	R\$ 14.858,82	R\$ 165.141,18
2015/000146	31/93	19/03/2015	R\$ 14.903,39	R\$ 29.762,21	R\$ 150.237,79
2015/000146	32/93	20/03/2015	R\$ 15.148,95	R\$ 44.911,16	R\$ 135.088,84
2015/000146	33/93	14/04/2015	R\$ 15.148,95	R\$ 60.060,11	R\$ 119.939,89
2015/000146	34/93	15/05/2015	R\$ 15.415,44	R\$ 75.505,55	R\$ 104.494,45
2015/000146	35/93	17/06/2015	R\$ 15.618,63	R\$ 91.124,18	R\$ 88.875,82
2015/000146	36/93	16/07/2015	R\$ 15.716,28	R\$ 106.840,46	R\$ 73.159,54
2015/000146	37/93	17/08/2015	R\$ 15.790,74	R\$ 122.631,20	R\$ 57.368,80
2015/000146	38/93	11/09/2015	R\$ 15.790,74	R\$ 138.421,94	R\$ 41.578,06
2015/000146	39/93	15/10/2015	R\$ 16.018,15	R\$ 154.440,09	R\$ 25.559,91
2015/000146	40/93	18/11/2015	R\$ 16.126,62	R\$ 170.566,71	R\$ 9.433,29
2015/000146	41/93	09/12/2015	R\$ 9.433,29	R\$ 180.000,00	R\$ 0,00
Empenho complementar 2015/008127					R\$ 7.009,80
2015/008127	41/93	09/12/2015	R\$ 7.009,80	R\$ 187.009,80	R\$ 0,00

PARTES:	COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP	
	CNPJ Nº 43.775.517/0001-80	
	PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUBA	
	CNPJ 48.584.304/0001-60	
OBJETO DO ACORDO:	Parcelamento de débito relativo aos serviços de água e/ou esgotos, prestados pela SABESP aos municípios da Prefeitura Municipal de Guarubá.	
Nº DO ACORDO:	938/2012	RG: 03204753/21
VALOR TOTAL DO DÉBITO:	R\$ 1.277.652,47	QUANTIDADE DE PARCELAS DEVIDAS: 93
PERÍODO DO DÉBITO:	JANEIRO/1997 A NOVEMBRO/2008	QUANTIDADE DE PARCELAS PAGAS: 93
VIGÊNCIA:	20/08/2012 A 20/06/2020	VENCIMENTO: DIA 20 DE CADA MÊS - PARCELAMENTO FINALIZADO
LEGISLAÇÃO AUTORIZADORA: LEI Nº 2.598 DE 17 DE MAIO DE 2012		

Empenho	Número Prestação	Data Pagamento	Valor da Parcela	Saldo Utilizado	Saldo Restante
2016/000062	42/93	26/02/2016	R\$ 16.443,09	R\$ 16.443,09	R\$ 183.556,91
2016/000062	43/93	26/02/2016	R\$ 16.806,98	R\$ 33.250,07	R\$ 166.748,93
2016/000062	44/93	09/03/2016	R\$ 16.806,98	R\$ 50.057,05	R\$ 149.942,95
2016/000062	45/93	19/04/2016	R\$ 17.121,39	R\$ 67.178,44	R\$ 132.821,56
2016/000062	46/93	12/05/2016	R\$ 17.121,39	R\$ 84.299,83	R\$ 115.700,17
2016/000062	47/93	15/06/2016	R\$ 17.297,92	R\$ 101.597,75	R\$ 98.402,25
2016/000062	48/93	08/07/2016	R\$ 17.297,92	R\$ 118.895,67	R\$ 81.104,33
2016/000062	49/93	11/08/2016	R\$ 17.412,50	R\$ 136.308,17	R\$ 63.691,83
2016/000062	50/93	12/09/2016	R\$ 17.474,33	R\$ 153.782,50	R\$ 46.217,50
2016/000062	51/93	14/10/2016	R\$ 17.493,25	R\$ 171.275,76	R\$ 28.724,24
2016/000062	52/93	21/11/2016	R\$ 17.493,25	R\$ 188.769,02	R\$ 11.230,98
2016/000062	53/93	09/12/2016	R\$ 11.230,98	R\$ 200.000,00	R\$ 0,00
Empenho complementar 2016/007544					R\$ 6.312,80
2016/007544	53/93	09/12/2016	R\$ 6.312,80	R\$ 206.312,80	R\$ 0,00

PARTES:	COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP	
	CNPJ Nº 43.776.517/0001-80	
	PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA	
	CNPJ 18.664.301/0001-80	
OBJETO DO ACORDO:	Parcelamento de débito relativo aos serviços de Água e/ou esgoto, prestados pela SABESP nos imóveis da Prefeitura Municipal de Guariba.	
Nº DO ACORDO:	938/2012	RGE 03204759/21
VALOR TOTAL DO DÉBITO: R\$ 1.227.692,47	QUANTIDADE DE PARCELAS DEVIDAS: 93	
PERÍODO DO DÉBITO: JANEIRO/1997 A NOVEMBRO/2008	QUANTIDADE DE PARCELAS PAGAS: 93	
VIGÊNCIA: 20/08/2012 A 20/06/2020	VENCIMENTO: DIA 20 DE CADA MÊS - PARCELAMENTO FINALIZADO	
LEGISLAÇÃO AUTORIZADORA: LH Nº 2.598 - DE 17 DE MAIO DE 2012		

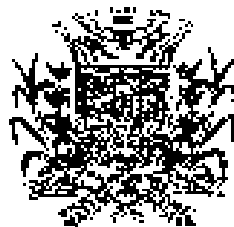
Empenho	Número Prestação	Data Pagamento	Valor da Parcela	Saldo Liquidado	Saldo Restante
2017/000088	54/93	11/01/2017	R\$ 17.543,78	R\$ 17.543,78	R\$ 341.456,22
2017/000088	55/93	13/02/2017	R\$ 17.672,82	R\$ 35.216,60	R\$ 123.783,40
2017/000088	56/93	21/03/2017	R\$ 17.731,40	R\$ 52.948,00	R\$ 106.052,00
2017/000088	57/93	13/04/2017	R\$ 17.716,40	R\$ 70.664,40	R\$ 88.335,60
2017/000088	58/93	11/05/2017	R\$ 17.848,82	R\$ 88.513,22	R\$ 70.486,78
2017/000088	59/93	20/06/2017	R\$ 17.840,10	R\$ 106.353,32	R\$ 52.646,68
2017/000088	60/93	18/07/2017	R\$ 17.849,20	R\$ 124.202,52	R\$ 34.797,48
2017/000088	61/93	16/08/2017	R\$ 17.846,97	R\$ 142.049,49	R\$ 16.950,51
2017/000088	62/93	20/09/2017	R\$ 16.950,51	R\$ 159.000,00	R\$ 0,00
Empenho complementar 2017/005449					R\$ 56.000,00
2017/005449	62/93	20/09/2017	R\$ 896,46	R\$ 150.896,46	R\$ 55.103,54
2017/005449	63/93	10/11/2017	R\$ 17.868,07	R\$ 177.764,53	R\$ 37.235,47
2017/005449	64/93	10/11/2017	R\$ 17.868,07	R\$ 195.632,60	R\$ 19.367,40
2017/005449	65/93	18/12/2017	R\$ 17.927,67	R\$ 213.560,27	R\$ 1.439,73
Valor anulado:				R\$ 1.439,73	R\$ 0,00

PARTES:	COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP	
	CNPJ Nº 49.776.517/0001-80	
	PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUBA	
	CNPJ: 48.661.304/0001-80	
OBJETO DO ACORDO:	Parcelamento de débito relativo aos serviços de água e/ou esgotos, prestados pela SABESP aos Imóveis da Prefeitura Municipal de Guaruba.	
Nº DO ACORDO:	938/2012	RGI: 09204759/21
VÁLOR TOTAL DO DÉBITO: R\$ 1.227.682,47	QUANTIDADE DE PARCELAS DEVIDAS: 93	
PERÍODO DO DÉBITO: JANEIRO/1997 A NOVEMBRO/2008	QUANTIDADE DE PARCELAS PAGAS: 93	
VIGÊNCIA: 20/09/2012 A 20/06/2020	VENCIMENTO: DIA 20 DE CADA MÊS - PARCELAMENTO FINALIZADO	
LEGISLAÇÃO AUTORIZADORA: LEI Nº 2.598 - DE 17 DE MAIO DE 2012		

ANO REFERENCIAL					
Empenho	Parcela	Data	Valor da Parcela	Saldo Bruto	Saldo Restante
2018/000166	65/93	20/01/2018	R\$ 18.079,90	R\$ 18.079,90	R\$ 221.920,10
2018/000166	67/93	20/02/2018	R\$ 18.079,90	R\$ 36.159,80	R\$ 203.840,20
2018/000166	68/93	20/03/2018	R\$ 18.001,13	R\$ 54.250,93	R\$ 185.749,07
2018/000166	69/93	13/04/2018	R\$ 18.091,71	R\$ 72.342,64	R\$ 167.657,36
2018/000166	70/93	07/05/2018	R\$ 18.087,00	R\$ 90.429,64	R\$ 149.570,36
2018/000166	71/93	20/07/2018	R\$ 18.306,84	R\$ 108.736,48	R\$ 131.263,52
2018/000166	72/93	20/08/2018	R\$ 18.348,63	R\$ 127.085,11	R\$ 112.914,89
2018/000166	73/93	17/09/2018	R\$ 18.421,25	R\$ 145.506,36	R\$ 94.490,64
2018/000166	74/93	20/10/2018	R\$ 18.495,49	R\$ 164.001,85	R\$ 75.995,15
2018/000166	75/93	20/11/2018	R\$ 18.495,49	R\$ 182.500,34	R\$ 57.499,66
2018/000166	76/93	07/01/2019	R\$ 18.619,65	R\$ 201.119,99	R\$ 38.880,01
Valor anulado:				R\$ 38.880,01	R\$ 0,00

PARTES:	COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP	
	CNPJ: 43.776.517/0001-80	
	PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA	
	CNPJ: 48.654.304/0001-80	
OBJETO DO ACORDO:	Parcelamento de débito relativo aos serviços de água e/ou esgotos, prestados pela SABESP aos imóveis da Prefeitura Municipal de Guariba.	
Nº DO ACORDO:	930/2011	REI: 03204759/21
VALOR TOTAL DO DÉBITO: R\$ 1.227.692,47	QUANTIDADE DE PARCELAS DEVIDAS: 93	
VIGÊNCIA: 20/08/2012 A 20/06/2020	QUANTIDADE DE PARCELAS PAGAS: 93	
PERÍODO DÉBITO: JANEIRO/1997 A NOVEMBRO/2008	VENCIMENTO: DIA 20 DE CADA MÊS - PARCELAMENTO FINALIZADO	
LEGISLAÇÃO AUTORIZADORA: LEI Nº 2.598 - DE 17 DE MAIO DE 2.012		

ANOS	CODIGO DO PARCELAMENTO	VALOR DEVIDO	VALOR PAGOS
2012	2012/006584	R\$ 13.201,00	R\$ 80.231,05
	2012/007628	R\$ 13.218,94	
	2012/008524	R\$ 13.327,19	
	2012/009510	R\$ 13.434,07	
	2012/010162	R\$ 13.524,94	
	2013/000072	R\$ 13.524,94	
2013	2013/000426	R\$ 268.000,00	R\$ 152.630,32
2014	2014/000008	R\$ 170.000,00	R\$ 170.000,00
	2014/005333	R\$ 4.392,21	R\$ 4.392,21
2015	2015/000146	R\$ 180.000,00	R\$ 180.000,00
	2015/009127	R\$ 7.009,80	R\$ 7.009,80
2016	2016/000062	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00
	2016/007544	R\$ 6.312,80	R\$ 6.312,80
2017	2017/000088	R\$ 159.000,00	R\$ 159.000,00
	2017/005448	R\$ 56.000,00	R\$ 54.563,27
2018	2018/000166	R\$ 240.000,00	R\$ 201.119,99
2019	2019/000007	R\$ 240.000,00	R\$ 228.453,25
2020	2020/000026	R\$ 102.500,00	R\$ 97.631,81
TOTAL PAGO ATÉ JUNHO/2020 (93 PARCELAS)			R\$ 1.541.527,60



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 46.624.204/0001-89

REQUISIÇÃO DE DOCUMENTOS 01/2021

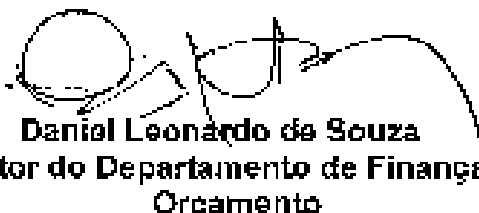
ITEM – 17.)

D E C L A R A Ç Ã O

Daniel Leonardo de Souza, Diretor do Departamento de Finanças e Orçamento do Município de Guariba, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, DECLARA para os fins que se fizerem necessários, especialmente junto ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, o município não registrou empenhos no exercício de 2020 na natureza da despesas 3.3.90.39.88 Serviços de Publicidade e Propaganda.

O referido é verdade e dá fé.

Guariba, 29 de Junho de 2021.


Daniel Leonardo de Souza
Diretor do Departamento de Finanças e
Orçamento

DECLARAÇÃO

Eu, Ana Paula Vizenção, Coordenadora de Área das Org. Da S. Civil do Município de Guaruba, no uso de suas atribuições legais, DECLARA para os fins que se fizeram necessários, especialmente junto ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, que no exercício de 2020, foram repassados recursos federais e estaduais referentes ao Covid-19 para as entidades Obra Unida Lar São Vicente de Paulo e Irmandade Santa Casa de Misericórdia Guaruba. O repasse para Obra Unida Lar São Vicente de Paulo foi realizado para custear despesas com pessoal no valor de R\$ 56.073,64 sendo R\$53.073,64 de recursos federais e R\$ 3.000,00 de recurso estadual. As despesas com pessoal foram necessárias para contratação de equipe complementar para o isolamento de internos que apresentavam o vírus da covid-19 e também para substituir licenças afastados dos serviços. O acompanhamento dessas despesas foi realizado pela Secretaria de Ação Social, sempre que houve a necessidade de novas contratações. O repasse para a Irmandade Santa Casa de Misericórdia de Guaruba foi autorizado para custear despesas com pessoal, materiais hospitalares, de higiene e medicamentos, no valor de R\$ 1.454.952,34 com recursos federais, utilizados na estrutura ampliado para atendimento exclusivo a pacientes com suspeitas do vírus. Os gastos realizados pelo hospital foram analisados mensalmente e sua execução é acompanhada pela Secretaria de Saúde, através da análise dos dados fornecidos pela entidade e acompanhamento da evolução de pacientes internados, internações e as ações realizadas. Todos os gastos referentes à COVID encontram-se no Portal da Transparência da entidade.

O referido é verdade e da fé.

Guaruba, 30 de Janeiro 2021.



Ana Paula Vizenção
CPF: 341.483.518-61
Prefeitura Municipal de Guaruba

DECLARAÇÃO

Em atendimento ao Item nº 11, da Requisição de Documentos do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, Unidade Regional de Ribeirão Preto – UR-6, Declaro que houve alteração a partir da Lei nº 3.393, de 30/12/2020, a qual determinou a exigência do nível de escolaridade de ensino superior a todos cargos de provimento em comissão e função de confiança, exceto para o Cargo de Secretário Municipal que permaneceu sem determinação.

Por ser a mais ampla expressão da verdade, assino a presente declaração.

Guariba, 30 de junho de 2020


NESTOR PERCILIANO DE OLIVEIRA JUNIOR
Diretor do Departamento de Recursos Humanos



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ: 48.884.004/0001-80

LEI COMPLEMENTAR Nº 3.393 – DE 30 DE DEZEMBRO DE 2.020

DISPÕE SOBRE A EXIGÊNCIA DE NÍVEL SUPERIOR DE ENSINO COMO REQUISITO DE ESCOLARIDADE PARA PROVIMENTO DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES DE CONFIANÇA, REGULADOS PELO ARTIGO 2º, INCISO II, LETRA "A", DA LEI COMPLEMENTAR Nº 2.026, DE 14/01/2005, COM AS ALTERAÇÕES DADAS PELO ARTIGO 4º, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 2.679, DE 28/03/2013, E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS


A Câmara Municipal de Guariba, Estado de São Paulo, em sessão extraordinária realizada às 11hs30min do dia 29 de dezembro de 2.020, **APROVOU** e eu, **DR. FRANCISCO DIAS MANÇANO JÚNIOR**, Prefeito Municipal sanciono e promulgo a seguinte...

LEI COMPLEMENTAR:

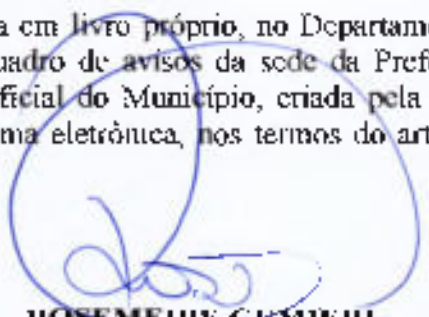
Art. 1º. Para efeito de provimento de cargos em comissão e funções de confiança, regulados pelo **artigo 2º, inciso II, letra "a", da Lei Complementar nº 2.026, de 14/01/2005**, com as alterações dadas pelo **artigo 4º, da Lei Complementar nº 2.679, de 28/03/2013**, dentre os requisitos previstos para preenchimento de livre nomeação e exoneração pela autoridade competente exigir-se-á, como de escolaridade, somente o nível superior de ensino.

Art. 2º. Esta lei complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Guariba, em 30 de dezembro de 2020.


DR. FRANCISCO DIAS MANÇANO JÚNIOR
Prefeito Municipal

Registrada em livro próprio, no Departamento de Gestão Pública, afixada no local de costume, no quadro de avisos da sede da Prefeitura, na mesma data, e mandado publicar na Imprensa Oficial do Município, criada pela Lei municipal nº 3.119/2018, com circulação diária, na forma eletrônica, nos termos do artigo 90 e § 2º, da Lei Orgânica do Município.


ROSEMEIRE CAMIERI
Diretora do Departamento de Gestão Pública



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA
ESTADO DE SÃO PAULO
CNPJ Nº 48.664.304/0001-80


DECLARAÇÃO

Em atendimento ao Item 10 da Requisição de Documentos do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, Unidade Regional de Ribeirão Preto – UR-6. Declaro que, no Exercício de 2020, houveram as nomeações para cargo em comissão e função de confiança, que estão previstos nas Leis citadas no quadro, conforme segue abaixo:

Nome	Data da Nomeação	Cargo em Comissão e Função de Confiança/Lei de atribuições
Ana Cláudia Aparecida de Oliveira	01/08/2020	Chefe de Serviços na Controladoria/Lei nº 2026/2005
Nestor Perciliano de Oliveira Junior	Nomeação - 01/10/2020	Diretor do Departamento Técnico de Recursos Humanos/Lei nº 2679/2013
Ana Paula Vizzentini	Designação - 03/01/2020	Coordenadora de Área das Organizações da Sociedade Civil/Lei nº 3310/2019
Diogo Augusto Shardelotto	Designação - 08/11/2020 Cessação - 31/03/2020	Chefe de Serviços no Departamento de Contabilidade/Lei nº 2026/2005
Clarice Aparecida Lopes Leopoldina	Designação - 03/02/2020 Cessação - 31/12/2020	Assistente Técnico Pedagógico/ Lei nº 2494/2011
Hugo de Oliveira Carósio	Nomeação - 09/03/2020	Diretor dos Serviços de Inspeção Municipal - SIM /Lei nº 3306/2019
Lais de Oliveira Dias	Nomeação - 24/01/2020 Exoneração - 31/12/2020	Assessor Técnico de Educação/ Lei nº 2679/2013
Rosa Maria Atique de Lima	Designação - 07/04/2020	Supervisor de Atividades Culturais/ Lei nº 3336/2020
Anderson de Souza Fernandes	Nomeação - 18/05/2020	Chefe do Setor de Transportes/ Lei nº 2679/2013
Elins de Oliveira	Nomeação - 05/10/2020 Exoneração - 31/12/2020	Chefe de Setor/ Lei nº 2026/2005
Marcos Márcio Pereira	Nomeação - 21/05/2020 Exoneração - 31/12/2020	Chefe de Setor - Meio Ambiente/ Lei nº 2679/2013

Por ser a mais ampla expressão da verdade, assino a presente declaração.

Guariba, 30 de junho de 2021


NESTOR PERCILIANO DE OLIVEIRA JUNIOR
Diretor do Departamento de Recursos Humanos



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 48.664.304/0001-90

LEI COMPLEMENTAR Nº 2.679 – DE 28 DE MARÇO DE 2013

DISPÕE SOBRE ALTERAÇÕES DE DISPOSITIVOS, QUE ESPECIFICA, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 2.026, DE 14/01/2005, QUE TRATA DA REESTRUTURAÇÃO DO QUADRO GERAL DE PESSOAL E DA REORGANIZAÇÃO DO PLANO DE CARREIRAS E DE REMUNERAÇÃO, COM SUAS MODIFICAÇÕES POSTERIORES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

DR. FRANCISCO DIAS MANÇANO JUNIOR, Prefeito do Município de Guariba, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos VI, do artigo 73, da Lei Orgânica do Município,

Faz saber, que a Câmara Municipal de Guariba, Estado de São Paulo, em Sessão Extraordinária realizada as 13:00 horas deste dia 28 de Março de 2013, aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte...

LEI COMPLEMENTAR:

Art. 1º Esta lei complementar altera dispositivos, adiante enumerados, da Lei Complementar nº 2.026, de 14 de janeiro de 2005, que trata da reestruturação do Quadro Geral de Pessoal e da aprovação dos Planos de Carreiras e Remuneração dos Servidores Públicos Municipais, com as modificações dadas pelas Leis Complementares nº 2.032, de 21 de janeiro de 2005, nº 2.165, de 28 de dezembro de 2006, nº 2.493, de 1º de abril de 2011, nº 2.500, de 29 de abril de 2011, e nº 2.519, de 30 de junho de 2011, observadas as Leis nº 2.486, de 17 de março de 2011, nº 2.502, de 20 de maio de 2011, nº 2.516, de 9 de junho de 2011, nº 2.580, de 17 de fevereiro de 2012, e, nº 2.584, de 15 de março de 2012.

Art. 2º. Os padrões de referência de salários, que compõem o atual sistema remuneratório do Quadro Geral de Pessoal dos Servidores Públicos Municipais, a que se refere o artigo 10, inciso I, da Lei nº 2.026, de 14 de janeiro de 2005, com as alterações dadas pelo artigo 2º, da Lei nº 2.493, de 1º de abril de 2011, e pela Lei nº 2.502, de 20 de maio de 2011, ficam aumentados de 22 para 29, de conformidade com a seguinte fixação:



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 48.664.304/0001-80

Sistema Remuneratório			
Referências Salariais		Valores	
Atuais	Novas	Atuais	Novos
1	1	R\$ 707,33	R\$ 707,33
2	2	R\$ 714,67	R\$ 714,67
3	3	R\$ 811,05	R\$ 811,05
4	4	R\$ 853,36	R\$ 853,36
5	5	R\$ 924,05	R\$ 924,05
6	6	R\$ 994,72	R\$ 994,72
7	7	R\$ 1.250,62	R\$ 1.250,62
8	8	R\$ 1.319,51	R\$ 1.319,51
9	9	R\$ 1.406,94	R\$ 1.406,94
10	10	R\$ 1.439,36	R\$ 1.439,36
11	11	R\$ 1.496,47	R\$ 1.496,47
12	12	R\$ 1.563,27	R\$ 1.563,27
13	13	R\$ 1.619,28	R\$ 1.619,28
14	14	R\$ 1.726,19	R\$ 1.726,19
15	15	R\$ 1.799,20	R\$ 1.799,20
16	16	R\$ 1.991,24	R\$ 1.991,24
17	17	R\$ 2.167,95	R\$ 2.167,95
18	18	R\$ 2.420,00	R\$ 2.250,00
19	19	R\$ 2.568,00	R\$ 2.367,97
20	20	R\$ 2.889,00	R\$ 2.420,00
21	21	R\$ 3.384,00	R\$ 2.568,00
22	22	R\$ 8.560,00	R\$ 2.889,00
-	23	-	R\$ 3.384,00
-	24	-	R\$ 3.600,00
-	25	-	R\$ 4.600,00
-	26	-	R\$ 8.560,00

Parágrafo único. Fica criada uma escala de referência salarial de 27 a 29, de que trata este artigo, os valores remuneratórios das funções-atividades de Coordenador Geral (ref. 28), Técnico Administrativo (ref. 29) e Coordenador de Núcleo (ref. 27), previstos no inciso I, do artigo 1º, da Lei nº 2.580, de 17 de fevereiro de 2012, em razão de terem sido fixados para aplicação temporária pelo Convênio nº 757955/2011, do Ministério de Esporte, enquanto vigorar o Programa Segundo Tempo.

Referências Salariais	Valores
27	R\$ 900,00
28	R\$ 1.200,00
29	R\$ 1.500,00

Av. Evaristo Vaz, 1.190 - Fone: (0xx16) 3251-9422 - CEP 14840-000 - Cx. Postal, 49

E-mail: guariba@guariba.sp.gov.br



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 48.664.304/0001-80

Art. 3º. Ficam criados no Quadro de Servidores em Comissão (QSC)

– Subquadro de Agentes Públicos Administrativos –, a que se refere o inciso II “a”, do artigo 2º, da Lei Complementar nº 2.026, de 14 de janeiro de 2005, os seguintes cargos de provimento em comissão de:

I – 1 (um) de Assessor de Comunicação, padrão de referência 21, jornada de trabalho de 40 horas semanais, requisito de escolaridade de ensino médio, com as seguintes atribuições:

a) formular, integrar e coordenar a política de comunicação do Governo Municipal e a sua publicidade institucional, com o acompanhamento, coordenação e supervisão das atividades relacionadas à Assessoria de Comunicação;

b) promover a representação e coordenar as relações do Município com os órgãos de imprensa e demais setores e veículos de comunicação, mantendo atualizado o sítio da Prefeitura na internet com informações gerais sobre os projetos, ações e programas do Governo Municipal;

c) promover a divulgação dos assuntos de interesse administrativo, econômico e social do Município, assim como organizar as entrevistas, conferências e debates sobre assuntos pertinentes, participando diretamente da programação, organização e realização de solenidades e festividades públicas;

d) assessorar o Gabinete do Prefeito nas respostas aos e-mails e demais mensagens eletrônicas recebidas, preparar a agenda de reuniões convocadas pela autoridade superior e executar todas as demais atividades de comunicação social da Prefeitura;

e) executar outras tarefas correlatas determinadas pela autoridade superior, o Prefeito Municipal.

II – 1 (um) de Assessor Técnico Administrativo, padrão de referência 25, jornada de trabalho de 20 horas semanais, requisito de escolaridade de ensino superior, inscrição na OAB e pós-graduação “lato sensu” em Direito Público, com as seguintes atribuições:

a) planejar, organizar, coordenar, dirigir e controlar as ações necessárias à consecução dos objetivos da alta Administração municipal (Gabinete, Secretarias e Departamentos), de acordo com as políticas e diretrizes governamentais, mediante assessoria e consultoria de caráter especializado, no âmbito da Administração pública;

b) coordenar, controlar e aprimorar o ordenamento jurídico positivo do Município, principalmente, nos casos de legislação de maior complexidade, com estudos e elaboração do processo legislativo de iniciativa do Chefe do Poder Executivo, abrangendo projetos de lei ordinária e complementar, e demais atos municipais, como decretos e regulamentos;

Av. Evaristo Vaz, 1.190 – Fone: (0xx16) 3251-9422 – CEP 14840-000 – Cx. Postal, 49

E-mail: guariba@guariba.sp.gov.br



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 48.664.304/0001-80

c) promover estudos e medidas que conduzam à constante melhoria das técnicas e métodos de execução dos trabalhos administrativos desenvolvidos nas áreas de gestão pública, patrimônio, licitação, contratos, convênios, recursos humanos, contabilidade, tributação, finanças, orçamento e outras;

d) emitir pareceres, quanto aos aspectos técnico-administrativos, em assuntos de maior complexidade e indagação, a título de suporte direto ao Gabinete do Prefeito, às secretarias municipais, departamentos municipais e setores correlatos;

e) desempenhar outras atribuições que lhe forem conferidas por ato da autoridade superior, o Chefe do Poder Executivo.

III – 1 (um) de Diretor do Departamento de Transporte e Trânsito, padrão de referência 25, jornada de trabalho de 40 horas e requisito de escolaridade de ensino médio, com as seguintes atribuições:

a) administrar, orientar e fiscalizar a execução das modalidades de transporte público de passageiros no Município, tanto o coletivo urbano quanto o escolar;

b) gerenciar e fiscalizar o sistema de trânsito local, com a execução de plano de circulação de veículos e de pedestres e a realização da sinalização horizontal, vertical e semaforica, em conjunto com os demais órgãos competentes;

c) realizar o gerenciamento dos serviços de manutenção da frota pública municipal, abrangendo tanto os veículos leves quanto os pesados, com a organização de registro de preços, através de pesquisas de mercado, para reposição de peças, bem como de cadastro interno para controle de consumo de combustível e de quilometragem percorrida diariamente pela frota pública;

d) instituir e administrar as atividades de operação e fiscalização do sistema de estacionamento rotativo controlado de veículos em determinadas vias e logradouros públicos, também, denominado como "zona azul";

e) elaborar a política de controle e de localização dos pontos de estacionamento de veículos de aluguel e do sistema de carga e descarga de mercadorias;

f) executar outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato, o Secretário Municipal de Obras e Infraestrutura Urbana;

IV – 1 (um) de Chefe de Vigilância Escolar, padrão de referência 18, jornada de trabalho de 40 horas e requisito de escolaridade de ensino médio, com as seguintes atribuições:



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 48.664.304/0001-80

a) exercer as atividades de chefia, coordenação e orientação dos serviços de vigilância das unidades escolares da rede municipal de ensino público, pronunciando-se sobre a organização, funcionamento e desempenho dos servidores municipais titulares dos empregos efetivos de Vigia Escolar;

b) estabelecer, em colaboração com as diretorias das unidades escolares e a própria Secretaria Municipal de Educação, os horários de trabalho, as escalas de revezamento e as dispensas dos vigias escolares;

c) apresentar relatórios ao superior hierárquico a respeito das necessidades de aquisição, reparação ou substituição de bens ou equipamentos essenciais ao bom funcionamento das áreas de vigilância escolar sob a sua responsabilidade;

d) supervisionar os serviços dos vigias escolares, de modo a assegurar a mais ampla vigilância aos ambientes do espaço escolar, com especial atenção nos intervalos dos recreios e nos horários de entrada e saída, junto às imediações dos respectivos portões;

e) manter-se devidamente atualizado quanto aos regulamentos funcionais das unidades escolares, com vistas a cumpri-los, corretamente, na prestação de serviços de vigilância escolar, requerendo auxílio de forças de segurança, principalmente, das autoridades policiais do Estado, sempre que for justificado;

f) exercer outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato, o Secretário Municipal de Educação.

Art. 4º. As alterações do atual Quadro Geral de Pessoal desta Prefeitura Municipal de Guariba, bem como dos Planos de Carreiras e Remuneração dos Servidores Públicos Municipais, previstas no artigo 1º, desta lei complementar, passam a vigorar com a seguinte redação:

I – o artigo 2º, "caput", incisos I a IV, que fica acrescido do inciso V e dos artigos 2º-A, 2º-B e 2º-C;

"Art. 2º - O Quadro Geral de Pessoal da Prefeitura Municipal de Guariba é constituído de empregos públicos de provimento efetivo, cargos de provimento em comissão (administrativos e políticos) e funções de confiança, a seguir discriminados:



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 48.884.304/0001-80

I - de provimento efetivo:

Denominação atual	Nova denominação	Quant.	Padrão de Referência	Jornada Semanal	Requisito de Escolaridade
Agente Comunitário de Saúde	Agente Comunitário de Saúde	24	1	40 hs.	Médio + CNH "B"
Apoalhador de Lixo	Auxiliar de Serviços Gerais (Apoalhador de Lixo)	18			Fundamental Incompleto
Garf ou Margarida	Auxiliar de Serviços Gerais (Garf ou Margarida)	22			Fundamental
Servente	Auxiliar de Serviços Gerais (Servente)	112			Fundamental Incompleto
Trabalhador Braçal	Auxiliar de Serviços Gerais (Trabalhador Braçal)	70			Médio
Vigia	Vigia Patrimonial	25			Médio + CNH "B"
Vigilante Escolar	Vigilante Escolar	26			Fundamental
Auxiliar de Escola	Auxiliar de Cozinha	68	2	40 hs.	Médio
Auxiliar de Seção	Auxiliar Administrativo	47			
Inspetor de Alunos	Inspetor de Alunos	49	3	40 hs.	Fundamental + CNH "D" com 2 anos de experiência
Telefonista	Telefonista	4			
Auxiliar de Enfermagem	Auxiliar de Enfermagem	19			
Coveiro	Agente Funerário	2			
Encanador	Oficial de Manutenção (Encanador)	4			
Motorista	Motorista	60			
Padeiro	Padeiro	3			
Pajem	Pajem	45	4	40 hs.	Fundamental - CNH "B"
Pintor	Oficial de Manutenção (Pintor)	3			
Tutorista	Tutorista	4			
Borracheiro	Oficial de Manutenção (Borracheiro)	1			
Carpinteiro	Oficial de Manutenção (Carpinteiro)	4			
Eletricista	Oficial de Manutenção (Eletricista)	3			
Eletricista Automotivo	Oficial de Manutenção (Eletricista Automotivo)	1			
Escriturário	Assistente Administrativo	37	5	40 hs.	Médio + CNH "D ou E"
Lubrificador	Oficial de Manutenção (Lubrificador)	1			
Mecânico	Oficial de Manutenção (Mecânico)	2			
Oficial de Escola	Assistente Escolar	40			
Pedreiro	Oficial de Manutenção (Pedreiro)	13			
Soldador	Oficial de Manutenção (Soldador)	1			
Vigilante Epidemiológico	Vigilante Epidemiológico	12			
Vigilante Sanitário	Vigilante Sanitário	3	5	40 hs.	Médio + CNH "A/B"
Fiscal de Tributos e Rendas	Fiscal de Tributos e Rendas	10			
Fiscal de Obras Particulares	Agente de Fiscalização	5			

Av. Evaristo Vaz, 1.190 - Fone: (0xx16) 3251-9422 - CEP 14840-000 - Cx. Postal, 49

E-mail: guariba@guariba.sp.gov.br



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 48.654.304/0001-80

Operador de Máquinas Pesadas	Operador de Máquinas	6			Fundamental + CNH "D" com 2 anos de experiência
Instrutor de Esporte	Instrutor de Esporte	14		20 hs.	Superior + CREP
Técnico em Enfermagem	Técnico de Enfermagem	11	6	30 hs.	Médio + COREN
Técnico em Segurança do Trabalho	Técnico em Segurança do Trabalho	1		40 hs.	Médio com registro no MT
Advogado do CREA	Advogado do CREA	1	7	12 hs.	Superior - OAB
			7	24 hs.	
Professor de Educação Básica I	Professor de Educação Básica I	175	12	30 hs.	Curso Normal em nível superior, ou Licenciatura Plena em Pedagogia, com habilitação específica para docência na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental.
			10	24 hs.	
Professor de Educação Básica II	Professor de Educação Básica II	12h	15	30 hs.	Formação em Curso Superior: licenciatura plena com habilitação específica na disciplina objeto do concurso.
Arquiteto	Arquiteto	1		20 hs.	Superior - CREA
Assistente Social	Assistente Social	11		30 hs.	Superior + CRAS/CRESS
Engenheiro Civil	Engenheiro	1			Superior - CREA
Farmacêutico	Farmacêutico	3			Superior + CRF
Fisioterapeuta	Fisioterapeuta	8			Superior + CREFITO
Fonoaudiólogo	Fonoaudiólogo	6			
Musicoterapeuta	Musicoterapeuta	1	11	20 hs.	Superior + CRFa. Superior em Musicoterapia
Nutricionista	Nutricionista	2			Superior + CREA
Psicólogo	Psicólogo	16			Superior + CRP
Terapeuta Ocupacional	Terapeuta Ocupacional	1			Superior + CREFITO
Veterinário	Veterinário	1			Superior + CRMV
Professor de Educação Básica I (Professor de Creche)	Professor de Educação Básica I (Professor de Educação Infantil)	15	12	30 hs.	Curso Normal em nível superior, ou Licenciatura Plena em Pedagogia, com habilitação específica para docência na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental.
Professor de Informática	Professor de Informática	8	13	27 hs.	Superior + conhec. exp.
Enfermeira Padrão	Enfermeira	6	14	30 hs.	Superior - COREN

Av. Evaristo Vaz, 1.190 - Fone: (0xx16) 3251-9422 - CEP 14840-000 - Cx. Postal, 49

E-mail: guariba@guariba.sp.gov.br



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 48.864.304/0001-80

Analista de Sistema	Analista de Sistema	1	16	20 hs.	Superior em Informática (Análise de Sistemas, Sistema de Informação, Ciências da Computação)
Cirurgião Dentista	Cirurgião Dentista	24	17	20 hs.	Superior - CRO
Assistente Educacional	Assistente Administrativo de Ensino	15	21	40 hs.	Licenciatura Plena em Pedagogia com habilitação em Administração Escolar/Supervisão Escolar; ou Licenciatura Plena em Pedagogia com Pós Graduação em Gestão escolar, com carga horária mínima de 1.000 horas, e ter, no mínimo 3 (três) anos de efetivo exercício no magistério da Educação Básica.
Médico	Médico	31	23	20 hs.	Superior + CRM
Procurador Municipal	Procurador Municipal	4			Superior + OAB
Médico do ESF (Estratégia de Saúde da Família)	Médico do PSF (Programa de Saúde da Família)	3	26	40 hs.	Superior + CRM

II – de provimento em comissão (cargos administrativos e políticos):

a) de natureza administrativa:

Denominação atual	Nova denominação	Quant.	Padrão de Referência	Jornada Semanal	Requisito de Exatidão
Chefe do Serviço Público	Chefe de Setor	7	18	40 hs.	Fundamental Incompleto
Assessor de Comunicação	Assessor de Comunicação	1	21		Médio
Vice-Diretor de Escola	Vice-Diretor de EMEB	12	22	40 hs.	Licenciatura Plena em Pedagogia com habilitação específica em Administração Escolar, ou pós-graduação em gestão educacional, e ter, no mínimo 3 (três) anos de efetivo exercício no magistério Público
Diretor de Escola	Diretor de EMEB	18	23	40 hs.	Licenciatura Plena em Pedagogia com habilitação específica em Administração Escolar, ou pós-graduação em gestão educacional, e ter, no mínimo 5 (cinco) anos de efetivo exercício no magistério Público
Assessor de Gabinete	Chefe de Gabinete	1	24	20 hs.	Superior
Diretor de Departamento	Diretor de Departamento	4			Médio
	Diretor de Departamento Técnico	3	25	40 hs.	Superior
Assessor Técnico Administrativo	Assessor Técnico Administrativo	1	25	20 hs.	Superior e/ou pós-grad.

Av. Evaristo Vaz, 1.190 - Fone: (0xx16) 3251-9422 - CEP 14840-000 - Cx. Postal, 48

E-mail: guariba@guariba.sp.gov.br



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 48.664.304/0001-90

b) de natureza política:

Denominação atual	Nova denominação	Quant.	Padrão de Referência	Jornada Semanal	Requisito de Escolaridade
Secretário Municipal de Administração	Secretário Municipal de Administração Geral	1	Subsídios fixados pela Câmara Municipal	40 hs.	Livre nomeação e exoneração
Secretário Municipal de Finanças	Secretário Municipal de Finanças e Orçamento	1			
Secretário Municipal de Educação	Secretário Municipal de Educação	1			
Secretário Municipal de Saúde	Secretário Municipal de Saúde	1			
Secretário Municipal de Obras e Serviços	Secretário Municipal de Obras e Infraestrutura Urbana	1			
Secretário Municipal de Emprego e Relações do Trabalho	Secretário Municipal de Emprego e Relações do Trabalho	1			
Secretário Municipal de Esporte, Turismo, Lazer e Cultura	Secretário Municipal de Esporte, Turismo, Lazer e Cultura	1			
Secretário Municipal de Planejamento e Meio Ambiente	Secretário Municipal de Planejamento e Meio Ambiente	1			
Secretário Municipal de Indústria, Comércio, Agricultura e Abastecimento	Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico	1			
Secretário Municipal de Ação Social e Desenvolvimento Humano	Secretário Municipal de Desenvolvimento Social	1			

III – de funções de confiança:

Denominação	Quant.	Padrão de Referência	Jornada Semanal	Requisito de Escolaridade
Chefe de Serviço	5	14	40 hs.	Fundamental Incompleto
Assessor Técnico de Informática	2	15		Médio
Assessor Técnico de Educação	2			
Coordenador de Área	10	20		Superior
Coordenador do CRAS	1			Superior + CRAS/CRESS
Coordenador do CIREAS	1			Superior + CRAS/CRESS
Supervisor de Serviços	4	17	Médio	

§ 1º. Aos secretários, chefes, diretores, assessores, supervisores e coordenadores municipais, a que se referem os incisos II e III, deste artigo, incumbem as funções próprias de planejamento, supervisão, coordenação, controle de diretrizes político-administrativas e participação de decisões governamentais, bem como de orientação da execução com autonomia das atividades administrativas que constituem sua área de competência.

§ 2º. O ocupante de cargo em comissão ou de função de confiança submete-se a regime de integral dedicação ao serviço público, sem limite de horário, podendo ser convocado pela autoridade nomeante sempre que houver interesse da Administração municipal.

(...)"

Av. Evaristo Vaz, 1.190 - Fone: (0xx16) 3251-9422 - CEP 14840-000 - Cx. Postal, 49

E-mail: guariba@guariba.sp.gov.br



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 48.664.304/0001-80

“Art. 2º-A. Os empregos públicos de provimento efetivo são os lugares ou postos de trabalho a serem ocupados por agentes públicos de natureza permanente, previstos no inciso I, do artigo 2º, desta lei complementar, acessíveis mediante nomeação em virtude de aprovação em concurso de provas, ou de provas e títulos, com sujeição a estágio probatório e avaliações periódicas de desempenho, durante o período de três anos, para aquisição de estabilidade no serviço público.”

“Art. 2º-B. Os cargos de provimento em comissão são os lugares ou postos de trabalho a serem ocupados por agentes públicos (administrativos e políticos) nomeados para o desempenho de atividades de direção, chefia e assessoramento, acessível por meio de nomeação de livre escolha do Prefeito, reservando-se pelo menos dois terços do seu total aos servidores ocupantes de empregos públicos de provimento efetivo.

§ 1º. Para provimento dos cargos em comissão, faz-se necessário distinguir:

I – aqueles que têm como incumbência as diretrizes políticas estatais e cuja criação decorre exclusivamente da ordem constitucional, denominados agentes políticos, como os secretários municipais; e.

II – os demais, de criação infraconstitucional, responsáveis pela concretização técnica das atividades que decorrem das diretrizes políticas, denominados agentes administrativos, como os chefes, diretores ou coordenadores municipais.

§ 2º. Os cargos em comissão de natureza técnica, assim entendidos aqueles que, pelo conjunto de atribuições, reclamam para sua execução, conhecimento técnico ou específico, de uma área do saber, e para seu preenchimento, escolaridade de nível médio ou superior, integram o inciso II, do artigo 2º, desta lei complementar.

§ 3º. Em face da natureza de suas atribuições, determinados cargos de provimento em comissão, como de Diretor de EMEB e Vice-Diretor de EMEB, deverão ser preenchidos, obrigatoriamente, por servidores municipais titulares de empregos efetivos, dotados de qualificação e experiência nessas respectivas áreas de atuação profissional.”

“Art. 2º-C. As funções de confiança são atribuições de funções específicas, destinadas ao exercício de atividades de chefia, direção e assessoramento, mediante designação do Prefeito, por ato próprio, somente aos servidores investidos em empregos públicos de provimento efetivo, observadas as disposições pertinentes dos artigos 18 e 19, desta lei complementar.



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 48.554.304/0001-80

§ 1º. São considerados como requisitos essenciais para a livre designação pelo Prefeito, de servidor ocupante de emprego efetivo, nos termos do inciso V. do artigo 37, da Constituição Federal:

I – grau de escolaridade igual ou maior do que exigido para o emprego efetivo de origem e habilitação profissional comprovada, inclusive, por meio de curso de aperfeiçoamento funcional;

II – conceito positivo decorrente de bom aproveitamento no estágio probatório, sobretudo, quanto aos fatores de assiduidade, pontualidade, disciplina, dedicação, capacidade funcional, iniciativa, eficiência, produtividade e responsabilidade.

§ 2º. As funções de confiança, de que trata este artigo, diferem das funções gratificadas, previstas no “caput” do artigo 17, desta lei complementar, na medida em que, enquanto estas são pagas pelo exercício de atividades suplementares, aquelas decorrem de nomeação em razão da “confiança” da autoridade nomeante.

II – os artigos 17, que fica acrescido do inciso IV e dos §§ 1º a 7º, 18, que fica acrescido do parágrafo único, e, 19;

“Art. 17. O Executivo Municipal poderá conceder gratificação ao servidor público municipal, através de portaria, para o exercício de atividades suplementares às do emprego público de origem, nos seguintes casos:

I – pela prestação de serviço extraordinário;

II – pela elaboração ou execução de trabalho técnico ou científico, ou de utilidade para o serviço público municipal;

III – a título de representação, quando em função de Gabinete, missão ou estudo fora do Município;

IV – outros que forem previstos em lei ou regulamento.

§ 1º. A gratificação pela prestação de serviço extraordinário, a que se refere o inciso I. do “caput”, deste artigo, será paga por hora de trabalho prorrogado ou antecipado, na mesma razão percebida pelo servidor em cada hora de período normal de trabalho a que estiver sujeito, observadas as disposições pertinentes da CLT – Consolidação das Leis do Trabalho.

§ 2º. A prestação de serviço extraordinário não poderá exceder a duas horas diárias de trabalho, vedada a sua concessão com o objetivo de remunerar outros serviços ou encargos.



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 48.664.304/0001-80

§ 3º. Será punido com pena de suspensão e, na reincidência, com a de demissão, a bem do serviço público, o servidor:

I - que atestar falsamente a prestação de serviço extraordinário;

II - que se recusar, sem justo motivo, à prestação de serviço extraordinário.

§ 4º. O servidor que exercer cargo em comissão ou função de confiança do Prefeito, de direção, chefia ou assessoramento, não poderá perceber gratificação por serviço extraordinário, ou qualquer outra forma de função gratificada.

§ 5º. A gratificação pela elaboração ou execução de trabalho técnico ou científico, ou de utilidade para o serviço público, a que se refere o inciso II, do "caput", deste artigo, será arbitrado pelo Prefeito, após sua conclusão, através de portaria.

§ 6º. A gratificação a título de representação, quando o servidor for designado para serviço em função de Gabinete, missão ou estudo fora do Município, a que se refere o inciso III, do "caput", deste artigo, será arbitrado pelo Prefeito, após sua conclusão ou encerramento, através de portaria.

§ 7º. A gratificação de representação de Gabinete, prevista no parágrafo anterior, não poderá ser percebida, cumulativamente, com a de prestação de serviço extraordinário, referida no inciso I, do "caput", deste artigo."

"Art. 18. Ficam criadas, no Quadro Geral de Pessoal, as funções de confiança, de livre designação e dispensa pelo Prefeito, cujas denominações, atribuições, quantidade de vagas, jornada semanal de trabalho e padrão de referência de salário, encontram-se previstos no quadro demonstrativo do inciso III, do artigo 2º, "caput", desta lei complementar.

Parágrafo único. As funções de confiança, de que trata este artigo, serão exercidas, exclusivamente, por servidores ocupantes de emprego efetivo e destinar-se-ão apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento."

"Art. 19. As funções de confiança, criadas, denominadas e quantificadas, na forma do artigo anterior, para constituição do Quadro Geral de Pessoal da Prefeitura Municipal de Guariba, possuem as seguintes atribuições de direção, chefia ou assessoramento:

1 - Chefe de Setor:

a) elaborar plano de ação setorial delimitando a sistemática de atuação de servidores municipais, bem como dirigir e acompanhar o desenvolvimento e a execução do trabalho, dentro do setor específico de sua área de chefia e atuação;



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 48.664.304/0001-80

b) participar, diretamente, da coordenação e do controle do cumprimento dos objetivos e metas do planejamento municipal, para seu pleno e total atendimento dentro do respectivo órgão ou unidade administrativa, ao qual se encontra, hierarquicamente, subordinada;

c) promover a articulação dos demais setores administrativos, com os departamentos e secretarias municipais, no sentido de participar, efetivamente, por meio de suas atividades específicas, em favor do aumento da qualidade e da eficiência da prestação de serviços essenciais à população;

d) cumprir as diretrizes e políticas governamentais previstas para a área setorial de sua atuação, bem como promover reuniões de trabalho com os servidores do seu setor de serviços, submetendo os resultados ou sugestões à apreciação do seu superior hierárquico;

e) executar outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato, o diretor de departamento ou o Secretário de Obras e Infraestrutura Urbana.

II – Assessor Técnico de Informática:

a) coordenar, dirigir e orientar a execução das atividades de apoio técnico e operacional, para assistência aos agentes públicos (administrativos e políticos), na área de serviços de informática em todas as unidades administrativas, para desenvolvimento, manutenção e monitoramento dos sistemas operacionais;

b) participar do planejamento, supervisão e controle das decisões de governo municipal, para cumprimento das diretrizes político-administrativas previstas para a área de serviços de informática, a fim de aprimorar a logística estrutural do setor e o perfeito funcionamento dos equipamentos;

c) elaborar estudos, emitir pareceres técnicos, dentro da área de serviços de informática, a respeito de contratos, termos de compromisso e responsabilidade, convênios, acordos e quaisquer outros atos;

d) participar das ações que objetivem atingir os níveis de excelência de atendimento público, a que se propõe a Administração, visando à satisfação do município com a eficiência e a qualidade dos serviços prestados;

e) executar outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato, o Secretário de Administração Geral.

III – Assessor Técnico de Educação:



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 48.664.304/0001-80

a) assessorar e participar do processo de planejamento, elaboração, execução e avaliação do plano de desenvolvimento pedagógico e institucional da educação básica, através de atividades relativas à assistência técnica aos segmentos envolvidos, diretamente, com o processo de ensino-aprendizagem;

b) orientar e controlar a organização e a manutenção, devidamente atualizada, dos cadastros, arquivos, fichários, livros e outros instrumentos de escrituração da escola, relativos aos registros funcionais dos servidores e à vida escolar dos alunos;

c) prestar apoio e suporte técnico às atividades de organização e manutenção do sistema de informações legais e regulamentares de interesse das unidades escolares e da Secretaria Municipal de Educação;

d) dirigir e participar das atividades de instalação, operação e manutenção de oficinas pedagógicas, laboratórios, bibliotecas e afins, para maior incremento do plano de desenvolvimento pedagógico e institucional;

e) executar outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato, o Secretário de Educação.

IV – Supervisor de Serviços:

a) supervisionar as atividades operacionais de serviços públicos, proporcionando apoio técnico e administrativo para dirimir questões e agilizar os procedimentos de execução, com vistas a obter resultados compatíveis com os objetivos e metas do planejamento municipal, através do correto cumprimento dos programas de trabalho do órgão superior competente;

b) organizar reuniões periódicas com chefes de setores e chefes de serviços, assim como com o pessoal encarregado da área de vigilância patrimonial, para tratar dos assuntos relacionados com o atendimento das diretrizes de governo municipal;

c) planejar e executar o trabalho de interação entre a alta hierarquia e as diversas classes de servidores municipais, a fim de aumentar o profissionalismo e o sentimento de unidade de equipe, bem como gerenciar conflitos e promover a transparência nas responsabilidades, tarefas e objetivos;

d) coordenar as atividades de manutenção patrimonial em geral, visando garantir o estado de conservação da infraestrutura física das instalações municipais e a qualidade dos serviços nelas prestados para o atendimento da população;

e) executar outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato, o diretor de departamento ou secretário municipal correspondente.

V – Coordenador de Área:

Av. Evaristo Vaz, 1.190 - Fone: (0xx16) 3251-9422 - CEP 14840-000 - Cx. Postal, 49

E-mail: guariba@guariba.sp.gov.br



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 48.654.304/0001-60

a) coordenar, planejar e executar as atividades administrativas da respectiva área de atuação municipal, de forma a garantir e a acompanhar o planejamento, a organização e a execução dos programas e projetos institucionais;

b) planejar e desenvolver, de forma integrada, no âmbito da Administração municipal, programas e demais ações de governo, como projetos e atividades, que visem aprimorar o pleno cumprimento das diretrizes político-administrativas;

c) elaborar relatórios ou prestar informações sobre o programa de governo desenvolvido na respectiva área de coordenação, bem a participação dos demais setores ou unidades de serviços envolvidos, contendo análise e avaliação do desenvolvimento das respectivas ações;

d) acompanhar e contribuir com o processo de formulação e reformulação das diretrizes político-administrativas que definem os contornos da programação do governo municipal, relativas à respectiva área de coordenação;

e) executar outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato, o diretor de departamento ou secretário municipal correspondente.

III – o Anexo V, para nova descrição das atribuições dos cargos em comissão de natureza técnica de Diretor do Departamento Técnico de Recursos Humanos, Diretor do Departamento Técnico de Tributos e Rendias e Diretor do Departamento Técnico de Contabilidade;

“ANEXO V - DA DESCRIÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES DOS EMPREGOS PÚBLICOS EFETIVOS E DOS CARGOS EM COMISSÃO

Cargo: Diretor de Departamento Técnico

Área de Atuação: Contabilidade (Gestão Contábil)

Superior Imediato: Secretário Municipal de Finanças e Orçamento

Provimento: Comissão

Atribuições sumárias: dirige, coordena e organiza os serviços e programas inerentes à contabilidade geral do Município, com a supervisão de todos os programas afins, para planejamento e cumprimento das diretrizes político-administrativas estabelecidas; estuda e aprimora seus conhecimentos técnicos específicos sobre as normas legais e demais regulamentos relacionados com a área da contabilidade pública; busca executar com exatidão todo o planejamento orçamentário e financeiro, e controlar as disponibilidades e dotações orçamentárias e acompanhar: a) os processos de empenho de despesas, compras, pagamentos e contratação de serviços; b) a elaboração da prestação de contas de todos os recursos voluntários transferidos ao Município, bem

Av. Evaristo Vaz, 1.190 - Fone: (0xx16) 3251-9422 - CEP 14840-000 - Cx. Postal, 49

E-mail: guariba@guariba.sp.gov.br



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 48.664.304/0001-80

como o fechamento do balanço e da prestação das contas anuais de cada exercício financeiro; desempenha outras atribuições correlatas.

Conhecimentos técnicos específicos relativos à área de contabilidade pública.

Cargo: Diretor de Departamento Técnico

Área de Atuação: Lançadoria (Gestão Tributária)

Superior Imediato: Secretário Municipal de Finanças e Orçamento

Provimento: Comissão

Atribuições sumárias: dirige, coordena e organiza os serviços e programas relacionados com a tributação municipal, abrangendo impostos, taxas, contribuição de melhoria e outras rendas, como tarifas e preços públicos; supervisiona os serviços de organização e atualização dos cadastros físico e fiscal, para efeito de definição das hipóteses de incidência, do fato gerador, da base de cálculo, do lançamento, da cobrança e arrecadação dos tributos municipais; estuda e aprimora seus conhecimentos técnicos específicos sobre as normas legais e demais regulamentos relacionados com a área da tributação municipal; acompanha e orienta todas as atividades de inscrição dos débitos fiscais na Dívida Ativa, para cobrança amigável, pelas vias administrativa ou judicial, através da Procuradoria Jurídica; controla a emissão de certidões relacionadas à sua área de atuação, bem como os serviços de fiscalização fazendária; desempenha outras atribuições correlatas.

Conhecimentos técnicos específicos relativos à área de tributos e rendas municipais.

Cargo: Diretor de Departamento Técnico

Área de Atuação: Recursos Humanos

Superior Imediato: Secretário Municipal de Administração Geral

Provimento: Comissão

Atribuições sumárias: dirige, coordena e organiza as atividades de pessoal, com a supervisão dos processos relativos à área e das atividades de promoção do desenvolvimento funcional e da qualificação profissional; coordena projetos de qualificação de pessoal, de acordo com as diretrizes político-administrativas estabelecidas; coordena pesquisas e estudos referentes a cursos, treinamentos, capacitação e demais instrumentos de qualificação profissional, visando a elaboração de trabalhos administrativos e implantação de políticas relativas a projetos de aperfeiçoamento funcional dos servidores; estuda e aprimora seus conhecimentos técnicos específicos sobre as normas legais e regulamentos relacionados com a área de recursos humanos; examina questões relativas a direitos, vantagens, deveres, responsabilidade dos servidores e outros aspectos de acordo com a legislação aplicada à matéria e às orientações administrativas em vigor; desempenha outras atribuições

Av. Evaristo Vaz, 1.190 - Fone: (0xx16) 3251-9422 - CEP 14840-000 - Cx. Postal, 49

E-mail: guariba@guariba.sp.gov.br



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 48.664.304/0001-80

correlatas.

Conhecimentos técnicos específicos relativos à área de recursos humanos.

Art. 5º. As funções de Agente de Crédito para a execução do objeto do convênio desta Municipalidade com o programa estadual do Banco do Povo Paulista, serão exercidas por servidores do quadro efetivo dotados do perfil indicado pela Secretaria de Estado de Emprego e Relações do Trabalho, recrutados, selecionados, treinados e designados de acordo com as normas legais pertinentes.

Art. 6º. A organização básica da estrutura administrativa e funcional desta Prefeitura Municipal de Guariba, prevista pelo artigo 2º, da Lei nº 1.733, de 7 de dezembro de 2000, com as alterações dadas pelo artigo 1º, da Lei nº 2.025, de 14 de janeiro de 2005, para efeito de atualizar o organograma municipal, passa a vigorar com a seguinte constituição:

I – Gabinete do Prefeito:

a) Chefia de Gabinete:

- a.1) Seção de Secretaria de Gabinete;**
- a.2) Seção de Comunicação e Imprensa;**

b) Procuradoria Municipal:

- b.1) Seção de Contencioso Regular;**
- b.2) Seção de Execução Fiscal;**
- b.3) Seção de Litígios Administrativos;**

c) Assessoria Técnica Administrativa;

d) Assessoria de Comunicação:

- d.1) Seção de Divulgação Pública;**
- d.2) Seção de Publicidade Institucional;**

e) Fundo Municipal de Solidariedade;

f) Conselhos Municipais;

g) Comissões Municipais;

h) Junta de Serviço Militar;

II – Secretaria de Administração Geral:

1 – Departamento de Assuntos Administrativos;



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 48.564.304/0001-80

I.1 – Coordenadoria de Apoio Administrativo:

a) Setor de Tecnologia da Informação;

b) Setor de Licitação Pública:

b.1) Seção de Pesquisas de Preços;

b.2) Seção de Instrução Processual.

I.2 – Coordenadoria de Administração de Materiais:

a) Setor de Patrimônio;

a.1) Seção de Controle de Patrimônio Público;

b) Setor de Compras e Almoxarifado:

b.1) Seção de Logística de Materiais;

b.2) Seção de Manutenção e Suporte.

2 – Departamento de Gestão Pública:

a) Setor de Secretaria e Expediente:

a.1) Seção de Publicações Oficiais;

a.2) Seção de Arquivos Públicos;

b) Seção de Análise e Desenvolvimento;

c) Seção de Processos Técnicos;

d) Seção de Convênios e Prestação de Contas.

3 – Departamento de Recursos Humanos:

a) Seção de Gestão de Pessoal;

b) Seção de Documentação e Arquivo;

c) Seção de Formação de Recursos Humanos.

III – Secretaria de Finanças e Orçamento:

1 – Departamento de Gestão Financeira:

a) Setor de Planejamento Financeiro;

b) Setor de Planejamento Orçamentário;



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 46.664.304/0001-80

2 – Departamento de Gestão Contábil:

a) Setor de Contabilidade e Contas Públicas;

b) Setor de Empenhos e Liquidações;

3 – Departamento de Gestão Tributária:

a) Setor de Tesouraria e Caixa;

b) Setor de Arrecadação e Lançadoria;

b.1) Seção de Fiscalização Tributária;

b.2) Seção de Dívida Ativa;

c) Setor de Cadastros Físico e Fiscal;

c.1) Seção de Cadastramento Geral;

c.2) Seção de Expedição de Licenças/Alvarás.

IV – Secretaria de Educação:

1 – Gabinete do Secretário Municipal:

a) Conselho Municipal de Educação;

b) Conselho Municipal de Alimentação Escolar;

c) Conselho Municipal de Fiscalização do FUNDEB;

d) Assessoria Técnica de Educação;

e) Assessoria Pedagógica da Educação;

2 – Coordenadoria de EMFEB's:

a) Setor de Ensino Fundamental:

a.1) Seção de Séries Iniciais;

a.2) Seção de Séries Finais;

a.3) Seção de Educação de Jovens e Adultos;

b) Setor de Educação Infantil:

b.1) Seção de Creches;

b.2) Seção de Pré-Escola;

c) Setor de Educação Especial

2 – Coordenadoria de Administração e Manutenção Escolar:



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 46.664.304/0001-60

- a) Setor de Alimentação e Nutrição;
- b) Setor de Transporte Escolar;
- c) Setor de Vigilância Escolar.

V – Secretaria de Saúde:

1 – Departamento de Administração da Saúde:

- a) Setor de Organização e Planejamento;
- b) Setor de Avaliação e Controle;
- c) Setor de Especialidades:
 - c.1) Seção de Especialidades Médicas;
 - c.2) Seção de Especialidades Odontológicas;
- d) Setor de Saúde Mental.
- e) Setor de Medicina e Segurança do Trabalho;

2 – Departamento de Atenção Básica:

- a) Setor de Unidades Básicas de Saúde:
 - a.1) Seção do PSF (Programa de Saúde da Família);
 - a.2) Seção de Transporte de Pacientes;
- b) Setor de Farmácia Pública:
 - b.1) Seção de Compra e Estoque;
 - b.2) Seção de Medicamentos de Alto Custo;
- c) Setor de Higiene e Vigilância:
 - c.1) Seção de Vigilância Sanitária;
 - c.2) Seção de Vigilância Epidemiológica.

VI – Secretaria de Obras e Infraestrutura Urbana:

1 – Departamento de Obras e Serviços:

- a) Setor de Assistência Técnica Operacional:
 - a.1) Seção de Execução de Obras Públicas;
 - a.2) Seção de Elaboração de Projetos;
 - a.3) Seção de Aprovação de Projetos em Geral;
 - a.4) Seção de Fiscalização de Obras Particulares;

- b) Setor de Infraestrutura Urbana:



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 48.664.304/0001-80

- b.1) Seção de Vias e Logradouros;
- b.2) Seção de Conservação e Manutenção;
- b.3) Seção de Pavimentação e Galerias;
- b.4) Seção de Serviços Urbanos.
- c) Setor de Estradas Municipais.

2 – Departamento de Transporte e Trânsito:

- a) Seção de Engenharia de Tráfego;
- b) Seção de Fiscalização de Trânsito;
- c) Seção de Controle de Estacionamento Urbano;
- d) Seção de Educação para o Trânsito;
- e) Seção de Gerenciamento da Frota Pública;
- f) Seção de Transporte Coletivo Urbano.

VII – Secretaria de Emprego e Relações do Trabalho:

1 – Departamento de Emprego e Renda:

- a) Setor de Amparo ao Desempregado:
 - a.1) Seção de Assistência ao Desempregado;
 - a.2) Seção de Orientação Trabalhista;
- b) Setor de Qualificação de Mão-de-Obra:
 - b.1) Seção de Cadastro de Ofertas de Vagas;
 - b.2) Seção de Capacitação de Mão-de-Obra;
 - b.3) Seção de Reciclagem Profissional;

2 – Departamento de Relações do Trabalho:

- a) Setor de Combate ao Desemprego:
 - a.1) Seção de Apoio ao Registro Formal;
- b) Setor de Mercado de Trabalho:
 - b.1) Seção de Projetos de Geração de Emprego;
 - b.2) Seção de Suporte ao Empregador.

VIII – Secretaria de Cultura, Esporte, Turismo e Lazer:

1 – Departamento de Cultura e Lazer:

Av. Evaristo Vaz, 1.190 - Fone: (0xx16) 3251-9422 - CEP 14840-000 - Cx. Postal, 49

E-mail: guariba@guariba.sp.gov.br



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 48.664.304/0001-80

a) Setor de Cultura:

a.1) Seção de Difusão Cultural;

a.2) Seção de Patrimônio Histórico e Artístico;

b) Setor de Lazer:

b.1) Seção de Lazer Comunitário;

b.2) Seção de Promoções Recreativas.

2 - Departamento de Esporte e Turismo:

a) Setor de Esporte:

a.1) Seção de Incentivo ao Desporto Amador;

a.2) Seção de Desenvolvimento de Atividades Esportivas;

a.3) Seção de Promoções Esportivas;

b) Setor de Turismo:

b.1) Seção de Planejamento Turístico;

b.2) Seção de Promoção e Divulgação.

IX - Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente:

1 - Departamento de Planejamento Urbano:

a) Seção de Estudos e Projetos;

b) Seção de Paisagismo e Urbanismo;

c) Seção de Habitação Popular.

2 - Departamento de Meio Ambiente:

2.1 - Setor de Meio Ambiente:

a) Seção de Conservação e Recuperação Ambiental;

b) Seção de Recursos Hídricos e Florestais;

c) Seção de Educação Ambiental;

d) Seção de Praças, Parques e Jardins;

e) Seção de Serviços Funerários;

2.2 - Setor de Gestão de Resíduos Sólidos:

a) Seção de Coleta, Remoção e Disposição Final de Lixo;



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 46.864.304/0001-90

b) Seção de Aterro Sanitário em Valas;

2.3 – Setor de Reciclagem e Coleta Seletiva:

a) Seção de Reciclagem e Coleta;

b) Seção de Disposição Final de Resíduos da Construção Civil;

X – Secretaria de Desenvolvimento Econômico:

1 – Departamento de Fomento Econômico:

a) Setor de Desenvolvimento Industrial:

a.1) Seção de Expansão Industrial;

a.2) Seção de Apoio a Micro e Pequenas Empresas;

a.3) Seção de Orientação Empresarial;

b) Setor de Desenvolvimento Comercial:

b.1) Seção de Promoção Comercial;

b.2) Seção de Preços e Mercado;

c) Setor de Desenvolvimento Agrícola:

c.1) Seção de Promoção do Agronegócio;

c.2) Seção de Desenvolvimento Rural;

2 – Departamento de Apoio às Relações de Consumo:

a) Setor de Proteção e Defesa do Consumidor;

b) Setor de Promoção e Divulgação de Ofertas.

XI – Secretaria de Desenvolvimento Social:

1 – Departamento de Ação Social:

a) Setor de Assistência Social;

a.1) Seção de Combate à Exclusão Social;

a.2) Seção de Articulação e Parcerias;

b) Setor de Amparo à Criança e Família;

b.1) Seção de Combate ao Trabalho Infantil;



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 48.664.304/0001-80

b.2) Seção de Assistência ao Idoso.

2 – Departamento de Desenvolvimento Humano:

a) Setor de Promoção e Bem Estar:

a.1) Seção de Proteção Social;

a.2) Seção de Apoio às Instituições;

b) Setor de Centros de Referência Especializada:

b.1) Seção do CRAS – Centro de Referência de Assistência Social – criado pela Lei nº 2.486, de 17/03/2011;

b.2) Seção do CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social - criado pela Lei nº 2.584, de 15/03/2012.

Art. 8º. Ficam extintos, na vacância, em face da confirmada desnecessidade do respectivo posto de trabalho, junto a organização administrativa da atual estrutura básica desta Prefeitura Municipal de Guariba, nos termos do Anexo III, da Lei Complementar nº 2.026, de 14 de janeiro de 2005, 1 (um) cargo de provimento comissão de Chefe da Procuradoria Municipal, padrão de referência 19, do Quadro de Servidores em Comissão (QSC), e mais os seguintes empregos de provimento efetivo:

a) 1 (um) de Auxiliar Especial, carga horária de 40 horas semanais, padrão de referência 1, do Quadro de Servidores Efetivos (QSE);

b) 2 (dois) de Zelador, carga horária de 40 horas semanais, padrão de referência 1, do Quadro de Servidores Efetivos (QSE);

c) 08 (oito) de Auxiliar de Consultório Dentário, carga horária de 40 horas semanais, padrão de referência 2, do Quadro de Servidores Efetivos (QSE);

d) 05 (cinco) de Atendente de Enfermagem, carga horária de 40 horas semanais, padrão de referência 2, do Quadro de Servidores Efetivos (QSE);

e) 02 (dois) de Auxiliar de Biblioteca, carga horária de 40 horas semanais, padrão de referência 2, do Quadro de Servidores Efetivos (QSE);

f) 03 (três) de Recepcionista, carga horária de 40 horas semanais, padrão de referência 2, do Quadro de Servidores Efetivos (QSE);

g) 01 (um) de Digitador, carga horária de 40 horas semanais, padrão de referência 3, do Quadro de Servidores Efetivos (QSE);

Av. Evaristo Vaz, 1.190 - Fone: (0xx16) 3251-9422 - CEP 14840-000 - Cx. Postal, 49

E-mail: guariba@guariba.sp.gov.br



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 48.664.304/0001-80

h) 01 (um) de Fiscal de Ambulantes e Feirantes, carga horária de 40 horas semanais, padrão de referência 5, do Quadro de Servidores Efetivos (QSE);

i) 01 (um) de Professor de Judô, carga horária de 20 horas semanais, padrão de referência 5, do Quadro de Servidores Efetivos (QSE);

j) 01 (um) de Técnico de Voley e Atletismo, carga horária de 20 horas semanais, padrão de referência 5, do Quadro de Servidores Efetivos (QSE);

k) 01 (um) de Técnico de Artes Marciais, carga horária de 20 horas semanais, padrão de referência 5, do Quadro de Servidores Efetivos (QSE);

l) 02 (dois) de Professor de Música, carga horária de 22/27 horas semanais padrões de referência 08 e 09, do Quadro de Servidores Efetivos (QSE); e;

m) 02 (dois) de Coordenador Pedagógico, carga horária de 30 horas semanais, padrão de referência 19, do Quadro de Servidores Efetivos (QSE).

Art. 9º. As despesas de pessoal e reflexos, decorrentes da execução desta lei complementar, correrão à conta de dotações próprias consignadas na lei orçamentaria anual do Município, suplementadas se necessária.

Art. 10. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições expressas em contrário.

Guariba, 28 de Março de 2013.

DR. FRANCISCO DIAS MANÇANO JUNIOR
Prefeito do Município de Guariba

Registrada em livro próprio, arquivado na sede da Prefeitura Municipal, no lugar de costume e mandado publicar no Jornal "Guariba Notícias", na data de sua conclusão, nos termos do artigo 90, da Lei Orgânica do Município.

ROSEMEIRE GUMERI
Diretora de Gestão Pública



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 48.664.304/0001-80

DECLARAÇÃO

Em atendimento ao item nº 09, da Requisição de Documentos do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, Unidade Regional de Ribeirão Preto – UR-6, declaro para os fins que se fizerem necessários, que a Prefeitura Municipal de Guariba NÃO POSSUI INVENTÁRIO DE BENS IMOVEIS.

O referido é verdade e da fé.

Guariba, 06 de Julho de 2021

Fabio Domingos Albanex Gouvea

Dep. de Suprimentos e Patrimonio

REQUISIÇÃO DE DOCUMENTOS 01/2021

ITEM – 09.)

D E C L A R A Ç Ã O

Fabio Domingos Albanex Gouvea, responsável pelo setor de Patrimônio do Município de Guariba, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, DECLARA para os fins que se fizerem necessários, especialmente junto ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, que a respeito da inconsistência do saldo de bens móveis, apuramos que houve um erro direto no sistema de controle patrimonial em que o demonstrativo patrimonial do ano de 2019 foi fechado com um valor e na abertura de 2020 foi aberto com outro valor, como segue os demonstrativos em anexo. Foi aberto um chamado junto à empresa responsável do sistema para que seja corrigido esse erro o mais rápido possível (segue cópia do chamado em aberto com a empresa).

O referido é verdade e dá fé.

Guariba, 08 de Julho de 2021.

Fabio Domingos Albanex Gouvea
Departamento de Patrimônio

Conta Contábil	Tipo	Saldo Anterior	Ingresso	Avaliação	Depreciação	Baixa	Alteração de Classificação		Saldo Atualizado
							Entrada	Saída	
1.2.3.0.0.00.00.00.00 IMOBILIZADO	S	28941081,66	7108879,38	-19,92	459234,03	1474253,94	59663	59663	34116453,15
1.2.3.1.0.00.00.00.00 BENS MÓVEIS	S	28941081,66	7058159,83	-19,92	459115,68	1474253,94	59663	59663	34065851,95
1.2.3.1.1.00.00.00.00 BENS MÓVEIS - CONSOLIDAÇÃ	S	28941081,66	7058159,83	-19,92	459115,68	1474253,94	59663	59663	34065851,95
1.2.3.1.1.01.00.00.00 MÁQUINAS, APARELHOS, EQU	S	10028184,06	1034774,63	0	40199,77	659687,93	59663	59663	10363070,99
1.2.3.1.1.01.01.00.00 APARELHOS DE MEDIÇÃO E O	A	39526,52	1697,44	0	75,55	6099,58	0	0	35048,83
1.2.3.1.1.01.02.00.00 APARELHOS E EQUIPAMENTO	A	32295	17131,38	0	531,38	7272,48	0	0	41622,52
1.2.3.1.1.01.03.00.00 APARELHOS, EQUIPAMENTOS	A	969863,91	156088,42	0	3686,4	253253,43	0	0	869012,5
1.2.3.1.1.01.04.00.00 APARELHOS E EQUIPAMENTO	A	455793,26	159708,89	0	7372,43	11427,59	0	59663	537039,13
1.2.3.1.1.01.05.00.00 EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO	A	264039,38	5573,1	0	1887,02	13306,78	0	0	254418,68
1.2.3.1.1.01.06.00.00 MAQUINAS E EQUIPAMENTOS I	A	80988,3	120640,45	0	1025,03	9024,94	0	0	191578,78
1.2.3.1.1.01.07.00.00 MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	A	396943,74	103157,4	0	5976,01	35425,91	0	0	458699,22
1.2.3.1.1.01.08.00.00 MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	A	7407,1	0	0	448,6	0	0	0	6958,5
1.2.3.1.1.01.09.00.00 MAQUINAS, FERRAMENTAS E U	A	114658,95	20283,05	0	110,43	37889,53	0	0	96942,04
1.2.3.1.1.01.12.00.00 EQUIPAMENTOS, PECAS E AC	A	188910,5	0	0	7489,15	0	0	0	181421,35
1.2.3.1.1.01.21.00.00 EQUIPAMENTOS HIDRÁULICOS	A	93941,47	26880,63	0	1110,8	40857,45	0	0	78853,85
1.2.3.1.1.01.99.00.00 OUTRAS MAQUINAS, APARELH	A	7383815,93	423613,87	0	10486,97	245130,24	59663	0	7611475,59
1.2.3.1.1.02.00.00.00 BENS DE INFORMÁTICA	S	3136683,26	669209,45	0	59583,51	318821,43	0	0	3427487,77
1.2.3.1.1.02.01.00.00 EQUIPAMENTOS DE PROCESS	A	3136683,26	669209,45	0	59583,51	318821,43	0	0	3427487,77
1.2.3.1.1.03.00.00.00 MÓVEIS E UTENSÍLIOS	S	3110697,32	1818000,99	-19,92	43884,82	155825,26	0	0	4728968,31
1.2.3.1.1.03.01.00.00 APARELHOS E UTENSÍLIOS D	A	542482,05	375620,83	0	10099,7	26821,88	0	0	881181,3
1.2.3.1.1.03.02.00.00 MAQUINAS E UTENSÍLIOS DE	A	48287,85	5351,8	0	965,77	485,75	0	0	52188,13
1.2.3.1.1.03.03.00.00 MOBILIÁRIO EM GERAL	A	2519927,42	1437028,36	-19,92	32819,35	128517,63	0	0	3795598,88
1.2.3.1.1.04.00.00.00 MATERIAIS CULTURAIS, EDUCA	S	2145894,68	187548,54	0	37766,09	339619,07	0	0	1956058,06
1.2.3.1.1.04.01.00.00 BANDEIRAS, FLÂMULAS E INSÍGA	S	0	0	0	0	0	0	0	0
1.2.3.1.1.04.02.00.00 COLEÇÕES E MATERIAIS BIBL	A	0	0	0	0	0	0	0	0
1.2.3.1.1.04.03.00.00 DISCOTECAS E FILMOTECAS	A	0	0	0	0	0	0	0	0
1.2.3.1.1.04.04.00.00 INSTRUMENTOS MUSICAIS E A	A	26034,9	0	0	489,85	0	0	0	25545,05
1.2.3.1.1.04.05.00.00 EQUIPAMENTOS PARA ÁUDIO,	A	2119859,78	187548,54	0	37276,24	339619,07	0	0	1930513,01
1.2.3.1.1.04.06.00.00 OBRAS DE ARTE E PECAS PA	A	0	0	0	0	0	0	0	0
1.2.3.1.1.05.00.00.00 VEÍCULOS	S	10517569,24	3348626,22	0	277667,94	0	0	0	13588527,52
1.2.3.1.1.05.01.00.00 VEÍCULOS EM GERAL	A	29255,43	0	0	1106,8	0	0	0	28148,63
1.2.3.1.1.05.03.00.00 VEÍCULOS DE TRAÇÃO MECÂNI	A	10488313,81	3348626,22	0	276561,14	0	0	0	13560378,89
1.2.3.1.1.05.05.00.00 AERONAVES	A	0	0	0	0	0	0	0	0
1.2.3.1.1.05.06.00.00 EMBARCAÇÕES	A	0	0	0	0	0	0	0	0
1.2.3.1.1.07.02.00.00 IMPORTAÇÕES EM ANDAMENTCA	S	0	0	0	0	0	0	0	0
1.2.3.1.1.10.00.00.00 SEMOVENTES	A	0	0	0	0	0	0	0	0
1.2.3.1.1.99.00.00.00 DEMAIS BENS MÓVEIS	S	2053,1	0	0	13,55	300,25	0	0	1739,3
1.2.3.1.1.99.99.00.00 OUTROS BENS MÓVEIS	A	2053,1	0	0	13,55	300,25	0	0	1739,3
1.2.3.2.0.00.00.00.00 BENS IMÓVEIS	S	0	50719,55	0	118,35	0	0	0	50601,2

1.2.3.2.1.00.00.00.00.00 BENS IMÓVEIS - CONSOLIDAÇÃ S		0	50719,55	0	118,35	0	0	0	50601,2
1.2.3.2.1.04.01.00.00.00 EDIFÍCIOS	A	0	0	0	0	0	0	0	0
1.2.3.2.1.04.04.00.00.00 CASAS	A	0	0	0	0	0	0	0	0
1.2.3.2.1.04.12.00.00.00 SALAS	A	0	0	0	0	0	0	0	0
1.2.3.2.1.04.13.00.00.00 TERRENOS	A	0	0	0	0	0	0	0	0
1.2.3.2.1.06.01.00.00.00 OBRAS EM ANDAMENTO	A	0	0	0	0	0	0	0	0
1.2.3.2.1.07.00.00.00.00 INSTALAÇÕES	A	0	0	0	0	0	0	0	0
1.2.3.2.1.99.00.00.00.00 DEMAIS BENS IMÓVEIS	S	0	50719,55	0	118,35	0	0	0	50601,2
1.2.3.2.1.99.03.00.00.00 MATERIAIS TEMPORARIAMEN	A	0	0	0	0	0	0	0	0
1.2.3.2.1.99.05.00.00.00 BENS IMÓVEIS A CLASSIFICAR	A	0	0	0	0	0	0	0	0
1.2.3.2.1.99.99.00.00.00 OUTROS BENS IMÓVEIS	A	0	50719,55	0	118,35	0	0	0	50601,2
1.2.4.1.1.01.00.00.00.00 SOFTWARES	A	0	0	0	0	0	0	0	0
1.2.4.2.1.01.00.00.00.00 MARCAS E PATENTES INDUSTRA		0	0	0	0	0	0	0	0
1.2.4.2.1.99.00.00.00.00 OUTROS DIREITOS - BENS INT	A	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL GERAL		28941081,66	7108879,38	-19,92	459234,03	1474253,94	59663	59663	34116453,15

Conta Contábil	Tipo	Saldo Anterior	Ingresso	Avaliação	Depreciação	Baixa	Alteração de Classificação		Saldo Atualizado
							Entrada	Saída	
1.2.3.0.0.00.00.00.00 IMOBILIZADO	S	26123078,27	2096435,08	0	1067630,86	0	0	0	27151882,49
1.2.3.1.0.00.00.00.00 BENS MÓVEIS	S	26072477,07	2096435,08	0	1067346,82	0	0	0	27101565,33
1.2.3.1.1.00.00.00.00 BENS MÓVEIS - CONSOLIDAÇÃS		26072477,07	2096435,08	0	1067346,82	0	0	0	27101565,33
1.2.3.1.1.01.00.00.00 MÁQUINAS, APARELHOS, EQU	S	3669093,88	958752,9	0	177929,24	0	0	0	4449917,54
1.2.3.1.1.01.01.00.00 APARELHOS DE MEDIÇÃO E O	A	30286,91	1675,55	0	275,46	0	0	0	31687
1.2.3.1.1.01.02.00.00 APARELHOS E EQUIPAMENTO	A	31567,85	19165	0	2495,28	0	0	0	48237,57
1.2.3.1.1.01.03.00.00 APARELHOS, EQUIPAMENTOS	A	705020,33	241277,8	0	22252,44	0	0	0	924045,69
1.2.3.1.1.01.04.00.00 APARELHOS E EQUIPAMENTO	A	528103,66	16483	0	22888,95	0	0	0	521697,71
1.2.3.1.1.01.05.00.00 EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO	A	247538,28	0	0	4713,96	0	0	0	242824,32
1.2.3.1.1.01.06.00.00 MAQUINAS E EQUIPAMENTOS I	A	183122,42	0	0	2618,04	0	0	0	180504,38
1.2.3.1.1.01.07.00.00 MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	A	431838,53	65804,89	0	25777,61	0	0	0	471865,81
1.2.3.1.1.01.08.00.00 MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	A	6958,5	0	0	704,53	0	0	0	6253,97
1.2.3.1.1.01.09.00.00 MAQUINAS, FERRAMENTAS E U	A	43236,91	13469,64	0	475,49	0	0	0	56231,06
1.2.3.1.1.01.12.00.00 EQUIPAMENTOS, PECAS E AC	A	105488,35	0	0	17609,85	0	0	0	87878,5
1.2.3.1.1.01.21.00.00 EQUIPAMENTOS HIDRÁULICOS	A	64819,51	0	0	2665,92	0	0	0	62153,59
1.2.3.1.1.01.99.00.00 OUTRAS MAQUINAS, APARELH	A	1291112,63	600877,02	0	75451,71	0	0	0	1816537,94
1.2.3.1.1.02.00.00.00 BENS DE INFORMÁTICA	S	2604353,31	89127,68	0	138507,34	0	0	0	2554973,65
1.2.3.1.1.02.01.00.00 EQUIPAMENTOS DE PROCESS	A	2604353,31	89127,68	0	138507,34	0	0	0	2554973,65
1.2.3.1.1.03.00.00.00 MÓVEIS E UTENSÍLIOS	S	4483428,36	397192,5	0	137763,14	0	0	0	4742857,72
1.2.3.1.1.03.01.00.00 APARELHOS E UTENSÍLIOS D	A	841907,07	10121,5	0	25325,45	0	0	0	826703,12
1.2.3.1.1.03.02.00.00 MAQUINAS E UTENSÍLIOS DE	A	50735,45	1680	0	2466,72	0	0	0	49948,73
1.2.3.1.1.03.03.00.00 MOBILIÁRIO EM GERAL	A	3590785,84	385391	0	109970,97	0	0	0	3866205,87
1.2.3.1.1.04.00.00.00 MATERIAIS CULTURAIS, EDUCA	S	1732716,75	30372	0	92974,11	0	0	0	1670114,64
1.2.3.1.1.04.01.00.00 BANDEIRAS, FLÂMULAS E INSÍGA		0	0	0	0	0	0	0	0
1.2.3.1.1.04.02.00.00 COLEÇÕES E MATERIAIS BIBL	A	0	0	0	0	0	0	0	0
1.2.3.1.1.04.03.00.00 DISCOTECAS E FILMOTECAS	A	0	0	0	0	0	0	0	0
1.2.3.1.1.04.04.00.00 INSTRUMENTOS MUSICAIS E A	A	25545,05	0	0	1175,64	0	0	0	24369,41
1.2.3.1.1.04.05.00.00 EQUIPAMENTOS PARA ÁUDIO,	A	1707171,7	30372	0	91798,47	0	0	0	1645745,23
1.2.3.1.1.04.06.00.00 OBRAS DE ARTE E PECAS PA	A	0	0	0	0	0	0	0	0
1.2.3.1.1.05.00.00.00 VEÍCULOS	S	13582007,52	620990	0	520140,47	0	0	0	13682857,05
1.2.3.1.1.05.01.00.00 VEÍCULOS EM GERAL	A	21628,63	8400	0	2416,1	0	0	0	27612,53
1.2.3.1.1.05.03.00.00 VEÍCULOS DE TRAÇÃO MECÂNI	A	13560378,89	612590	0	517724,37	0	0	0	13655244,52
1.2.3.1.1.05.05.00.00 AERONAVES	A	0	0	0	0	0	0	0	0
1.2.3.1.1.05.06.00.00 EMBARCAÇÕES	A	0	0	0	0	0	0	0	0
1.2.3.1.1.07.02.00.00 IMPORTAÇÕES EM ANDAMENTCA		0	0	0	0	0	0	0	0
1.2.3.1.1.10.00.00.00 SEMOVENTES	A	0	0	0	0	0	0	0	0
1.2.3.1.1.99.00.00.00 DEMAIS BENS MÓVEIS	S	877,25	0	0	32,52	0	0	0	844,73
1.2.3.1.1.99.99.00.00 OUTROS BENS MÓVEIS	A	877,25	0	0	32,52	0	0	0	844,73
1.2.3.2.0.00.00.00.00 BENS IMÓVEIS	S	50601,2	0	0	284,04	0	0	0	50317,16

&6Prefeitura Municipal de Guariba
Relatório Demonstrativo Patrimonial
Período: 01/01/2020 a 31/12/2020

1.2.3.2.1.00.00.00.00.00 BENS IMÓVEIS - CONSOLIDAÇÃ S		50601,2	0	0	284,04	0	0	0	50317,16
1.2.3.2.1.04.01.00.00.00 EDIFÍCIOS	A	0	0	0	0	0	0	0	0
1.2.3.2.1.04.04.00.00.00 CASAS	A	0	0	0	0	0	0	0	0
1.2.3.2.1.04.12.00.00.00 SALAS	A	0	0	0	0	0	0	0	0
1.2.3.2.1.04.13.00.00.00 TERRENOS	A	0	0	0	0	0	0	0	0
1.2.3.2.1.06.01.00.00.00 OBRAS EM ANDAMENTO	A	0	0	0	0	0	0	0	0
1.2.3.2.1.07.00.00.00.00 INSTALAÇÕES	A	0	0	0	0	0	0	0	0
1.2.3.2.1.99.00.00.00.00 DEMAIS BENS IMÓVEIS	S	50601,2	0	0	284,04	0	0	0	50317,16
1.2.3.2.1.99.03.00.00.00 MATERIAIS TEMPORARIAMEN	A	0	0	0	0	0	0	0	0
1.2.3.2.1.99.05.00.00.00 BENS IMÓVEIS A CLASSIFICAR	A	0	0	0	0	0	0	0	0
1.2.3.2.1.99.99.00.00.00 OUTROS BENS IMÓVEIS	A	50601,2	0	0	284,04	0	0	0	50317,16
1.2.4.1.1.01.00.00.00.00 SOFTWARES	A	0	0	0	0	0	0	0	0
1.2.4.2.1.01.00.00.00.00 MARCAS E PATENTES INDUSTRIA		0	0	0	0	0	0	0	0
1.2.4.2.1.99.00.00.00.00 OUTROS DIREITOS - BENS INT	A	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL GERAL		26123078,27	2096435,08	0	1067630,86	0	0	0	27151882,49

METAS DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)



ODS 1. Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares

- 1.1 - Até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, atualmente medida como pessoas vivendo com menos de US\$ 1,25 por dia
- 1.2 - Até 2030, reduzir pelo menos à metade a proporção de homens, mulheres e crianças, de todas as idades, que vivem na pobreza, em todas as suas dimensões, de acordo com as definições nacionais
- 1.3 - Implementar, em nível nacional, medidas e sistemas de proteção social adequados, para todos, incluindo pisos, e até 2030 atingir a cobertura substancial dos pobres e vulneráveis
- 1.4 - Até 2030, garantir que todos os homens e mulheres, particularmente os pobres e vulneráveis, tenham direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso a serviços básicos, propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, herança, recursos naturais, novas tecnologias apropriadas e serviços financeiros, incluindo microfinanças
- 1.5 - Até 2030, construir a resiliência dos pobres e daqueles em situação de vulnerabilidade, e reduzir a exposição e vulnerabilidade destes a eventos extremos relacionados com o clima e outros choques e desastres econômicos, sociais e ambientais
- 1.a - Garantir uma mobilização significativa de recursos a partir de uma variedade de fontes, inclusive por meio do reforço da cooperação para o desenvolvimento, para proporcionar meios adequados e previsíveis para que os países em desenvolvimento, em particular os países menos desenvolvidos, implementem programas e políticas para acabar com a pobreza em todas as suas dimensões
- 1.b - Criar marcos políticos sólidos em níveis nacional, regional e internacional, com base em estratégias de desenvolvimento a favor dos pobres e sensíveis a gênero, para apoiar investimentos acelerados nas ações de erradicação da pobreza



ODS 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável

- 2.1 - Até 2030, acabar com a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os pobres e pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças, a alimentos seguros, nutritivos e suficientes durante todo o ano
- 2.2 - Até 2030, acabar com todas as formas de má-nutrição, incluindo atingir, até 2025, as metas acordadas internacionalmente sobre nanismo e caquexia em crianças menores de cinco anos de idade, e atender às necessidades nutricionais dos adolescentes, mulheres grávidas e lactantes e pessoas idosas
- 2.3 - Até 2030, dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente das mulheres, povos indígenas, agricultores familiares, pastores e pescadores, inclusive por meio de acesso seguro e igual à terra, outros recursos produtivos e insumos, conhecimento, serviços financeiros, mercados e oportunidades de agregação de valor e de emprego não agrícola
- 2.4 - Até 2030, garantir sistemas sustentáveis de produção de alimentos e implementar práticas agrícolas resilientes, que aumentem a produtividade e a produção, que ajudem a manter os ecossistemas, que fortaleçam a capacidade de adaptação às mudanças climáticas, às condições meteorológicas extremas, secas, inundações e outros desastres, e que melhorem progressivamente a qualidade da terra e do solo.
- 2.5 - Até 2020, manter a diversidade genética de sementes, plantas cultivadas, animais de criação e domesticados e suas respectivas espécies selvagens, inclusive por meio de bancos de sementes e plantas diversificados e bem geridos em nível nacional, regional e internacional, e garantir o acesso e a repartição justa e equitativa dos benefícios decorrentes da utilização dos recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados, como acordado internacionalmente
- 2.a - Aumentar o investimento, inclusive via o reforço da cooperação internacional, em infraestrutura rural, pesquisa e extensão de serviços agrícolas, desenvolvimento de tecnologia, e os bancos de genes de plantas e animais, para aumentar a capacidade de produção agrícola nos países em desenvolvimento, em particular nos países menos desenvolvidos

2.b - Corrigir e prevenir as restrições ao comércio e distorções nos mercados agrícolas mundiais, incluindo a eliminação paralela de todas as formas de subsídios à exportação e todas as medidas de exportação com efeito equivalente, de acordo com o mandato da Rodada de Desenvolvimento de Doha

2.c - Adotar medidas para garantir o funcionamento adequado dos mercados de commodities de alimentos e seus derivados, e facilitar o acesso oportuno à informação de mercado, inclusive sobre as reservas de alimentos, a fim de ajudar a limitar a volatilidade extrema dos preços dos alimentos.



ODS 3 - Boa saúde e bem estar: assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades

3.1 - Até 2030, reduzir a taxa de mortalidade materna global para menos de 70 mortes por 100.000 nascidos vivos

3.2 - Até 2030, acabar com as mortes evitáveis de recém-nascidos e crianças menores de 5 anos, com todos os países objetivando reduzir a mortalidade neonatal para pelo menos 12 por 1.000 nascidos vivos e a mortalidade de crianças menores de 5 anos para pelo menos 25 por 1.000 nascidos vivos

3.3 - Até 2030, acabar com as epidemias de AIDS, tuberculose, malária e doenças tropicais negligenciadas, e combater a hepatite, doenças transmitidas pela água, e outras doenças transmissíveis

3.4 - Até 2030, reduzir em um terço a mortalidade prematura por doenças não transmissíveis via prevenção e tratamento, e promover a saúde mental e o bem-estar

3.5 - Reforçar a prevenção e o tratamento do abuso de substâncias, incluindo o abuso de drogas entorpecentes e uso nocivo do álcool

3.6 - Até 2020, reduzir pela metade as mortes e os ferimentos globais por acidentes em estradas

3.7 - Até 2030, assegurar o acesso universal aos serviços de saúde sexual e reprodutiva, incluindo o planejamento familiar, informação e educação, bem como a integração da saúde reprodutiva em estratégias e programas nacionais

3.8 - Atingir a cobertura universal de saúde, incluindo a proteção do risco financeiro, o acesso a serviços de saúde essenciais de qualidade e o acesso a medicamentos e vacinas essenciais seguros, eficazes, de qualidade e a preços acessíveis para todos

3.9 - Até 2030, reduzir substancialmente o número de mortes e doenças por produtos químicos perigosos, contaminação e poluição do ar e água do solo

3.a - Fortalecer a implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco em todos os países, conforme apropriado

3.b - Apoiar a pesquisa e o desenvolvimento de vacinas e medicamentos para as doenças transmissíveis e não transmissíveis, que afetam principalmente os países em desenvolvimento, proporcionar o acesso a medicamentos e vacinas essenciais a preços acessíveis, de acordo com a Declaração de Doha, que afirma o direito dos países em desenvolvimento de utilizarem plenamente as disposições do acordo TRIPS sobre flexibilidades para proteger a saúde pública e, em particular, proporcionar o acesso a medicamentos para todos

3.c - Aumentar substancialmente o financiamento da saúde e o recrutamento, desenvolvimento e formação, e retenção do pessoal de saúde nos países em desenvolvimento, especialmente nos países menos desenvolvidos e nos pequenos Estados insulares em desenvolvimento

3.d - Reforçar a capacidade de todos os países, particularmente os países em desenvolvimento, para o alerta precoce, redução de riscos e gerenciamento de riscos nacionais e globais de saúde



ODS 4. Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos

4.1 - Até 2030, garantir que todas as meninas e meninos completem o ensino primário e secundário gratuito, equitativo e de qualidade, que conduza a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes

4.2 - Até 2030, garantir que todos as meninas e meninos tenham acesso a um desenvolvimento de qualidade na primeira infância, cuidados e educação pré-escolar, de modo que eles estejam prontos para o ensino primário

4.3 Até 2030, assegurar a igualdade de acesso para todos os homens e mulheres à educação técnica, profissional e superior de qualidade, a preços acessíveis, incluindo universidade

4.4 Até 2030, aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilidades relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo
4.5 Até 2030, eliminar as disparidades de gênero na educação e garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional para os mais vulneráveis, incluindo as pessoas com deficiência, povos indígenas e as crianças em situação de vulnerabilidade
4.6 - Até 2030, garantir que todos os jovens e uma substancial proporção dos adultos, homens e mulheres estejam alfabetizados e tenham adquirido o conhecimento básico de matemática
4.7 - Até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável
4.a - Construir e melhorar instalações físicas para educação, apropriadas para crianças e sensíveis às deficiências e ao gênero, e que proporcionem ambientes de aprendizagem seguros e não violentos, inclusivos e eficazes para todos
4.a - Construir e melhorar instalações físicas para educação, apropriadas para crianças e sensíveis às deficiências e ao gênero, e que proporcionem ambientes de aprendizagem seguros e não violentos, inclusivos e eficazes para todos
4.b - Até 2020, substancialmente ampliar globalmente o número de bolsas de estudo para os países em desenvolvimento, em particular os países menos desenvolvidos, pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países africanos, para o ensino superior, incluindo programas de formação profissional, de tecnologia da informação e da comunicação, técnicos, de engenharia e programas científicos em países desenvolvidos e outros países em desenvolvimento
4.c - Até 2030, substancialmente aumentar o contingente de professores qualificados, inclusive por meio da cooperação internacional para a formação de professores, nos países em desenvolvimento, especialmente os países menos desenvolvidos e pequenos Estados insulares em desenvolvimento
4.c - Até 2030, substancialmente aumentar o contingente de professores qualificados, inclusive por meio da cooperação internacional para a formação de professores, nos países em desenvolvimento, especialmente os países menos desenvolvidos e pequenos



ODS 5 - Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas

5.1 - Acabar com todas as formas de discriminação contra todas as mulheres e meninas em toda partes
5.2 - Eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas, incluindo o tráfico e exploração sexual e de outros tipos
5.3 - Eliminar todas as práticas nocivas, como os casamentos prematuros, forçados e de crianças e mutilações genitais femininas
5.4 - Reconhecer e valorizar o trabalho de assistência e doméstico não remunerado, por meio da disponibilização de serviços públicos, infraestrutura e políticas de proteção social, bem como a promoção da responsabilidade compartilhada dentro do lar e da família, conforme os contextos nacionais
5.5 - Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública
5.6 - Assegurar o acesso universal à saúde sexual e reprodutiva e os direitos reprodutivos, como acordado em conformidade com o Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento e com a Plataforma de Ação de Pequim e os documentos resultantes de suas conferências de revisão
5.a - Realizar reformas para dar às mulheres direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso a propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, serviços financeiros, herança e os recursos naturais, de acordo com as leis nacionais
5.b - Aumentar o uso de tecnologias de base, em particular as tecnologias de informação e comunicação, para promover o empoderamento das mulheres
5.c - Adotar e fortalecer políticas sólidas e legislação aplicável para a promoção da igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas em todos os níveis



ODS 6 - Garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos

- 6.1 - Até 2030, alcançar o acesso universal e equitativo a água potável e segura para todos
- 6.2 - Até 2030, alcançar o acesso a saneamento e higiene adequados e equitativos para todos, e acabar com a defecação a céu aberto, com especial atenção para as necessidades das mulheres e meninas e daqueles em situação de vulnerabilidade
- 6.3 - Até 2030, melhorar a qualidade da água, reduzindo a poluição, eliminando despejo e minimizando a liberação de produtos químicos e materiais perigosos, reduzindo à metade a proporção de águas residuais não tratadas e aumentando substancialmente a reciclagem e reutilização segura globalmente
- 6.4 - Até 2030, aumentar substancialmente a eficiência do uso da água em todos os setores e assegurar retiradas sustentáveis e o abastecimento de água doce para enfrentar a escassez de água, e reduzir substancialmente o número de pessoas que sofrem com a escassez de água
- 6.5 - Até 2030, implementar a gestão integrada dos recursos hídricos em todos os níveis, inclusive via cooperação transfronteiriça, conforme apropriado
- 6.6 - Até 2020, proteger e restaurar ecossistemas relacionados com a água, incluindo montanhas, florestas, zonas úmidas, rios, aquíferos e lagos
- 6.a - Até 2030, ampliar a cooperação internacional e o apoio à capacitação para os países em desenvolvimento em atividades e programas relacionados à água e saneamento, incluindo a coleta de água, a dessalinização, a eficiência no uso da água, o tratamento de efluentes, a reciclagem e as tecnologias de reuso
- 6.b - Apoiar e fortalecer a participação das comunidades locais, para melhorar a gestão da água e do saneamento



ODS 7 - Garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos

- 7.1 - Até 2030, assegurar o acesso universal, confiável, moderno e a preços acessíveis a serviços de energia
- 7.2 - Até 2030, aumentar substancialmente a participação de energias renováveis na matriz energética global
- 7.3 - Até 2030, dobrar a taxa global de melhoria da eficiência energética
- 7.a - Até 2030, reforçar a cooperação internacional para facilitar o acesso a pesquisa e tecnologias de energia limpa, incluindo energias renováveis, eficiência energética e tecnologias de combustíveis fósseis avançadas e mais limpas, e promover o investimento em infraestrutura de energia e em tecnologias de energia limpa
- 7.b - Até 2030, expandir a infraestrutura e modernizar a tecnologia para o fornecimento de serviços de energia modernos e sustentáveis para todos nos países em desenvolvimento, particularmente nos países menos desenvolvidos, nos pequenos Estados insulares em desenvolvimento e nos países em desenvolvimento sem litoral, de acordo com seus respectivos programas de apoio



ODS 8 - Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos

- 8.1 - Sustentar o crescimento econômico per capita de acordo com as circunstâncias nacionais e, em particular, um crescimento anual de pelo menos 7% do produto interno bruto [PIB] nos países menos desenvolvidos
- 8.2 - Atingir níveis mais elevados de produtividade das economias por meio da diversificação, modernização tecnológica e inovação, inclusive por meio de um foco em setores de alto valor agregado e dos setores intensivos em mão de obra
- 8.3 - Promover políticas orientadas para o desenvolvimento que apoiem as atividades produtivas, geração de emprego decente, empreendedorismo, criatividade e inovação, e incentivar a formalização e o crescimento das micro, pequenas e médias empresas, inclusive por meio do acesso a serviços financeiros

8.4 - Melhorar progressivamente, até 2030, a eficiência dos recursos globais no consumo e na produção, e empenhar-se para dissociar o crescimento econômico da degradação ambiental, de acordo com o Plano Decenal de Programas sobre Produção e Consumo Sustentáveis, com os países desenvolvidos assumindo a liderança
8.5 - Até 2030, alcançar o emprego pleno e produtivo e trabalho decente todas as mulheres e homens, inclusive para os jovens e as pessoas com deficiência, e remuneração igual para trabalho de igual valor
8.6 - Até 2020, reduzir substancialmente a proporção de jovens sem emprego, educação ou formação
8.7 - Tomar medidas imediatas e eficazes para erradicar o trabalho forçado, acabar com a escravidão moderna e o tráfico de pessoas, e assegurar a proibição e eliminação das piores formas de trabalho infantil, incluindo recrutamento e utilização de crianças-soldado, e até 2025 acabar com o trabalho infantil em todas as suas formas
8.8 - Proteger os direitos trabalhistas e promover ambientes de trabalho seguros e protegidos para todos os trabalhadores, incluindo os trabalhadores migrantes, em particular as mulheres migrantes, e pessoas em empregos precários
8.9 - Até 2030, elaborar e implementar políticas para promover o turismo sustentável, que gera empregos e promove a cultura e os produtos locais
8.10 - Fortalecer a capacidade das instituições financeiras nacionais para incentivar a expansão do acesso aos serviços bancários, de seguros e financeiros para todos
8.a - Aumentar o apoio da Iniciativa de Ajuda para o Comércio [Aid for Trade] para os países em desenvolvimento, particularmente os países menos desenvolvidos, inclusive por meio do Quadro Integrado Reforçado para a Assistência Técnica Relacionada com o Comércio para os países menos desenvolvidos
8.b - Até 2020, desenvolver e operacionalizar uma estratégia global para o emprego dos jovens e implementar o Pacto Mundial para o Emprego da Organização Internacional do Trabalho [OIT]



ODS 9 - Construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação

9.1 - Desenvolver infraestrutura de qualidade, confiável, sustentável e resiliente, incluindo infraestrutura regional e transfronteiriça, para apoiar o desenvolvimento econômico e o bem-estar humano, com foco no acesso equitativo e a preços acessíveis para todos
9.2 - Promover a industrialização inclusiva e sustentável e, até 2030, aumentar significativamente a participação da indústria no emprego e no produto interno bruto, de acordo com as circunstâncias nacionais, e dobrar sua participação nos países de menor desenvolvimento relativo
9.3 - Aumentar o acesso das pequenas indústrias e outras empresas, particularmente em países em desenvolvimento, aos serviços financeiros, incluindo crédito acessível e propiciar sua integração em cadeias de valor e mercados
9.4 - Até 2030, modernizar a infraestrutura e reabilitar as indústrias para torná-las sustentáveis, com eficiência aumentada no uso de recursos e maior adoção de tecnologias e processos industriais limpos e ambientalmente adequados; com todos os países atuando de acordo com suas respectivas capacidades
9.5 - Fortalecer a pesquisa científica, melhorar as capacidades tecnológicas de setores industriais em todos os países, particularmente nos países em desenvolvimento, inclusive, até 2030, incentivando a inovação e aumentando substancialmente o número de trabalhadores de pesquisa e desenvolvimento por milhão de pessoas e os gastos público e privado em pesquisa e desenvolvimento
9.a - Facilitar o desenvolvimento de infraestrutura sustentável e resiliente em países em desenvolvimento, por meio de maior apoio financeiro, tecnológico e técnico aos países africanos, aos países de menor desenvolvimento relativo, aos países em desenvolvimento sem litoral e aos pequenos Estados insulares em desenvolvimento
9.b - Apoiar o desenvolvimento tecnológico, a pesquisa e a inovação nacionais nos países em desenvolvimento, inclusive garantindo um ambiente político propício para, entre outras coisas, diversificação industrial e agregação de valor às commodities
9.c - Aumentar significativamente o acesso às tecnologias de informação e comunicação e empenhar-se para procurar ao máximo oferecer acesso universal e a preços acessíveis à internet nos países menos desenvolvidos, até 2020



ODS 10 - Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles

- 10.1 - Até 2030, progressivamente alcançar e sustentar o crescimento da renda dos 40% da população mais pobre a uma taxa maior que a média nacional
- 10.2 - Até 2030, empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra
- 10.3 - Garantir a igualdade de oportunidades e reduzir as desigualdades de resultados, inclusive por meio da eliminação de leis, políticas e práticas discriminatórias e da promoção de legislação, políticas e ações adequadas a este respeito
- 10.4 - Adotar políticas, especialmente fiscal, salarial e de proteção social, e alcançar progressivamente uma maior igualdade
- 10.5 - Melhorar a regulamentação e monitoramento dos mercados e instituições financeiras globais e fortalecer a implementação de tais regulamentações
- 10.6 - Assegurar uma representação e voz mais forte dos países em desenvolvimento em tomadas de decisão nas instituições econômicas e financeiras internacionais globais, a fim de produzir instituições mais eficazes, críveis, responsáveis e legítimas
- 10.7.1 - Custo de recrutamento suportado pelo empregado em proporção do rendimento anual auferido no país de destino
- 10.a - Implementar o princípio do tratamento especial e diferenciado para países em desenvolvimento, em particular os países menos desenvolvidos, em conformidade com os acordos da OMC
- 10.b - Incentivar a assistência oficial ao desenvolvimento e fluxos financeiros, incluindo o investimento externo direto, para os Estados onde a necessidade é maior, em particular os países menos desenvolvidos, os países africanos, os pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países em desenvolvimento sem litoral, de acordo com seus planos e programas nacionais
- 10.c - Até 2030, reduzir para menos de 3% os custos de transação de remessas dos migrantes e eliminar os corredores de remessas com custos superiores a 5%



ODS 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis : Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis

- 11.1 - Até 2030, garantir o acesso de todos à habitação segura, adequada e a preço acessível, e aos serviços básicos e urbanizar as favelas
- 11.2 - Até 2030, proporcionar o acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis, sustentáveis e a preço acessível para todos, melhorando a segurança rodoviária por meio da expansão dos transportes públicos, com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, mulheres, crianças, pessoas com deficiência e idosos
- 11.3 - Até 2030, aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, e as capacidades para o planejamento e gestão de assentamentos humanos participativos, integrados e sustentáveis, em todos os países
- 11.4 - Fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural do mundo
- 11.5 - Até 2030, reduzir significativamente o número de mortes e o número de pessoas afetadas por catástrofes e substancialmente diminuir as perdas econômicas diretas causadas por elas em relação ao produto interno bruto global, incluindo os desastres relacionados à água, com o foco em proteger os pobres e as pessoas em situação de vulnerabilidade
- 11.6 - Até 2030, reduzir o impacto ambiental negativo per capita das cidades, inclusive prestando especial atenção à qualidade do ar, gestão de resíduos municipais e outros
- 11.7 - Até 2030, proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, particularmente para as mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência
- 11.a - Apoiar relações econômicas, sociais e ambientais positivas entre áreas urbanas, peri-urbanas e rurais, reforçando o planejamento nacional e regional de desenvolvimento

11.b - Até 2020, aumentar substancialmente o número de cidades e assentamentos humanos adotando e implementando políticas e planos integrados para a inclusão, a eficiência dos recursos, mitigação e adaptação às mudanças climáticas, a resiliência a desastres; e desenvolver e implementar, de acordo com o Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2015-2030, o gerenciamento holístico do risco de desastres em todos os níveis

11.c - Apoiar os países menos desenvolvidos, inclusive por meio de assistência técnica e financeira, para construções sustentáveis e resilientes, utilizando materiais locais



ODS 12 - Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis

12.1 - Implementar o Plano Decenal de Programas sobre Produção e Consumo Sustentáveis, com todos os países tomando medidas, e os países desenvolvidos assumindo a liderança, tendo em conta o desenvolvimento e as capacidades dos países em desenvolvimento

12.2 - Até 2030, alcançar a gestão sustentável e o uso eficiente dos recursos naturais

12.3 - Até 2030, reduzir pela metade o desperdício de alimentos per capita mundial, nos níveis de varejo e do consumidor, e reduzir as perdas de alimentos ao longo das cadeias de produção e abastecimento, incluindo as perdas pós-colheita

12.4 - Até 2020, alcançar o manejo ambientalmente saudável dos produtos químicos e todos os resíduos, ao longo de todo o ciclo de vida destes, de acordo com os marcos internacionais acordados, e reduzir significativamente a liberação destes para o ar, água e solo, para minimizar seus impactos negativos sobre a saúde humana e o meio ambiente

12.5 - Até 2030, reduzir substancialmente a geração de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reuso

12.6 - Incentivar as empresas, especialmente as empresas grandes e transnacionais, a adotar práticas sustentáveis e a integrar informações de sustentabilidade em seu ciclo de relatórios

12.7 - Promover práticas de compras públicas sustentáveis, de acordo com as políticas e prioridades nacionais

12.8 - Até 2030, garantir que as pessoas, em todos os lugares, tenham informação relevante e conscientização para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida em harmonia com a natureza

12.a - Apoiar países em desenvolvimento a fortalecer suas capacidades científicas e tecnológicas para mudar para padrões mais sustentáveis de produção e consumo

12.b - Desenvolver e implementar ferramentas para monitorar os impactos do desenvolvimento sustentável para o turismo sustentável, que gera empregos, promove a cultura e os produtos locais

12.c - Racionalizar subsídios ineficientes aos combustíveis fósseis, que encorajam o consumo exagerado, eliminando as distorções de mercado, de acordo com as circunstâncias nacionais, inclusive por meio da reestruturação fiscal e a eliminação gradual desses subsídios prejudiciais, caso existam, para refletir os seus impactos ambientais, tendo plenamente em conta as necessidades específicas e condições dos países em desenvolvimento e minimizando os possíveis impactos adversos sobre o seu desenvolvimento de uma forma que proteja os pobres e as comunidades afetadas



ODS 13 - Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos

13.1 - Reforçar a resiliência e a capacidade de adaptação a riscos relacionados ao clima e às catástrofes naturais em todos os países

13.2 - Integrar medidas da mudança do clima nas políticas, estratégias e planejamentos nacionais

13.3 - Melhorar a educação, aumentar a conscientização e a capacidade humana e institucional sobre mitigação, adaptação, redução de impacto e alerta precoce da mudança do clima

13.a - Implementar o compromisso assumido pelos países desenvolvidos partes da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima [UNFCCC] para a meta de mobilizar conjuntamente US\$ 100 bilhões por ano a partir de 2020, de todas as fontes, para atender às necessidades dos países em desenvolvimento, no contexto das ações de mitigação significativas e transparência na implementação; e operacionalizar plenamente o Fundo Verde para o Clima por meio de sua capitalização o mais cedo possível

13.b - Promover mecanismos para a criação de capacidades para o planejamento relacionado à mudança do clima e à gestão eficaz, nos países menos desenvolvidos, inclusive com foco em mulheres, jovens, comunidades locais e marginalizadas



ODS 14 - Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável

14.1 - Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável

14.2 - Até 2020, gerir de forma sustentável e proteger os ecossistemas marinhos e costeiros para evitar impactos adversos significativos, inclusive por meio do reforço da sua capacidade de resiliência, e tomar medidas para a sua restauração, a fim de assegurar oceanos saudáveis e produtivos

14.3 - Minimizar e enfrentar os impactos da acidificação dos oceanos, inclusive por meio do reforço da cooperação científica em todos os níveis

14.4 - Até 2020, efetivamente regular a coleta, e acabar com a sobrepesca, ilegal, não reportada e não regulamentada e as práticas de pesca destrutivas, e implementar planos de gestão com base científica, para restaurar populações de peixes no menor tempo possível, pelo menos a níveis que possam produzir rendimento máximo sustentável, como determinado por suas características biológicas

14.5 - Até 2020, conservar pelo menos 10% das zonas costeiras e marinhas, de acordo com a legislação nacional e internacional, e com base na melhor informação científica disponível

14.6 - Até 2020, proibir certas formas de subsídios à pesca, que contribuem para a sobrecapacidade e a sobrepesca, e eliminar os subsídios que contribuam para a pesca ilegal, não reportada e não regulamentada, e abster-se de introduzir novos subsídios como estes, reconhecendo que o tratamento especial e diferenciado adequado e eficaz para os países em desenvolvimento e os países menos desenvolvidos deve ser parte integrante da negociação sobre subsídios à pesca da Organização Mundial do Comércio

14.7 - Até 2030, aumentar os benefícios econômicos para os pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países menos desenvolvidos, a partir do uso sustentável dos recursos marinhos, inclusive por meio de uma gestão sustentável da pesca, aquicultura e turismo

14.a - Aumentar o conhecimento científico, desenvolver capacidades de pesquisa e transferir tecnologia marinha, tendo em conta os critérios e orientações sobre a Transferência de Tecnologia Marinha da Comissão Oceanográfica Intergovernamental, a fim de melhorar a saúde dos oceanos e aumentar a contribuição da biodiversidade marinha para o desenvolvimento dos países em desenvolvimento, em particular os pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países menos desenvolvidos

14.b - Proporcionar o acesso dos pescadores artesanais de pequena escala aos recursos marinhos e mercados

14.c - Assegurar a conservação e o uso sustentável dos oceanos e seus recursos pela implementação do direito internacional, como refletido na UNCLOS [Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar], que provê o arcabouço legal para a conservação e utilização sustentável dos oceanos e dos seus recursos, conforme registrado no parágrafo 158 do "Futuro Que Queremos"



ODS 15 - Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade

15.1 - Até 2020, assegurar a conservação, recuperação e uso sustentável de ecossistemas terrestres e de água doce interiores e seus serviços, em especial florestas, zonas úmidas, montanhas e terras áridas, em conformidade com as obrigações decorrentes dos acordos internacionais

15.2 - Até 2020, promover a implementação da gestão sustentável de todos os tipos de florestas, deter o desmatamento, restaurar florestas degradadas e aumentar substancialmente o florestamento e o reflorestamento globalmente

15.3 - Até 2030, combater a desertificação, restaurar a terra e o solo degradado, incluindo terrenos afetados pela desertificação, secas e inundações, e lutar para alcançar um mundo neutro em termos de degradação do solo

15.4 - Até 2030, assegurar a conservação dos ecossistemas de montanha, incluindo a sua biodiversidade, para melhorar a sua capacidade de proporcionar benefícios que são essenciais para o desenvolvimento sustentável

15.5 - Tomar medidas urgentes e significativas para reduzir a degradação de habitat naturais, deter a perda de biodiversidade e, até 2020, proteger e evitar a extinção de espécies ameaçadas

15.6 - Garantir uma repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da utilização dos recursos genéticos e promover o acesso adequado aos recursos genéticos

15.7 - Tomar medidas urgentes para acabar com a caça ilegal e o tráfico de espécies da flora e fauna protegidas e abordar tanto a demanda quanto a oferta de produtos ilegais da vida selvagem

15.8 - Até 2020, implementar medidas para evitar a introdução e reduzir significativamente o impacto de espécies exóticas invasoras em ecossistemas terrestres e aquáticos, e controlar ou erradicar as espécies prioritárias

15.9 - Até 2020, integrar os valores dos ecossistemas e da biodiversidade ao planejamento nacional e local, nos processos de desenvolvimento, nas estratégias de redução da pobreza e nos sistemas de contas

15.a - Mobilizar e aumentar significativamente, a partir de todas as fontes, os recursos financeiros para a conservação e o uso sustentável da biodiversidade e dos ecossistemas

15.b - Mobilizar recursos significativos de todas as fontes e em todos os níveis para financiar o manejo florestal sustentável e proporcionar incentivos adequados aos países em desenvolvimento para promover o manejo florestal sustentável, inclusive para a conservação e o reflorestamento

15.c - Reforçar o apoio global para os esforços de combate à caça ilegal e ao tráfico de espécies protegidas, inclusive por meio do aumento da capacidade das comunidades locais para buscar oportunidades de subsistência sustentável



ODS 16 - Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis

16.1 - Reduzir significativamente todas as formas de violência e as taxas de mortalidade relacionada em todos os lugares

16.2 - Acabar com abuso, exploração, tráfico e todas as formas de violência e tortura contra crianças

16.3 - Promover o Estado de Direito, em nível nacional e internacional, e garantir a igualdade de acesso à justiça para todos

16.4 - Até 2030, reduzir significativamente os fluxos financeiros e de armas ilegais, reforçar a recuperação e devolução de recursos roubados e combater todas as formas de crime organizado

16.5 - Reduzir substancialmente a corrupção e o suborno em todas as suas formas

16.6 - Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis

16.7 - Garantir a tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis

16.8 - Ampliar e fortalecer a participação dos países em desenvolvimento nas instituições de governança global

16.9 - Até 2030, fornecer identidade legal para todos, incluindo o registro de nascimento

16.10 - Assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais

16.a - Fortalecer as instituições nacionais relevantes, inclusive por meio da cooperação internacional, para a construção de capacidades em todos os níveis, em particular nos países em desenvolvimento, para a prevenção da violência e o combate ao terrorismo e ao crime

16.b - Promover e fazer cumprir leis e políticas não discriminatórias para o desenvolvimento sustentável



ODS 17 - Parcerias e Meios de Implementação: fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável

17.1 - Fortalecer a mobilização de recursos internos, inclusive por meio do apoio internacional aos países em desenvolvimento, para melhorar a capacidade nacional para arrecadação de impostos e outras receitas

17.2 - Países desenvolvidos implementarem plenamente os seus compromissos em matéria de assistência oficial ao desenvolvimento [AOD], inclusive fornecer 0,7% da renda nacional bruta [RNB] em AOD aos países em desenvolvimento, dos quais 0,15% a 0,20% para os países menos desenvolvidos; provedores de AOD são encorajados a considerar a definir uma meta para fornecer pelo menos 0,20% da renda nacional bruta em AOD para os países menos desenvolvidos (NÃO SE APLICA AO BRASIL)

17.3 - Mobilizar recursos financeiros adicionais para os países em desenvolvimento a partir de múltiplas fontes

17.4 - Ajudar os países em desenvolvimento a alcançar a sustentabilidade da dívida de longo prazo por meio de políticas coordenadas destinadas a promover o financiamento, a redução e a reestruturação da dívida, conforme apropriado, e tratar da dívida externa dos países pobres altamente endividados para reduzir o superendividamento
17.5 - Adotar e implementar regimes de promoção de investimentos para os países menos desenvolvidos
17.6 - Melhorar a cooperação Norte-Sul, Sul-Sul e triangular regional e internacional e o acesso à ciência, tecnologia e inovação, e aumentar o compartilhamento de conhecimentos em termos mutuamente acordados, inclusive por meio de uma melhor coordenação entre os mecanismos existentes, particularmente no nível das Nações Unidas, e por meio de um mecanismo de facilitação de tecnologia global
17.7 - Promover o desenvolvimento, a transferência, a disseminação e a difusão de tecnologias ambientalmente corretas para os países em desenvolvimento, em condições favoráveis, inclusive em condições concessionais e preferenciais, conforme mutuamente acordado
17.8 - Operacionalizar plenamente o Banco de Tecnologia e o mecanismo de capacitação em ciência, tecnologia e inovação para os países menos desenvolvidos até 2017, e aumentar o uso de tecnologias de capacitação, em particular das tecnologias de informação e comunicação
17.9 - Reforçar o apoio internacional para a implementação eficaz e orientada da capacitação em países em desenvolvimento, a fim de apoiar os planos nacionais para implementar todos os objetivos de desenvolvimento sustentável, inclusive por meio da cooperação Norte-Sul, Sul-Sul e triangular
17.10 - Promover um sistema multilateral de comércio universal, baseado em regras, aberto, não discriminatório e equitativo no âmbito da Organização Mundial do Comércio, inclusive por meio da conclusão das negociações no âmbito de sua Agenda de Desenvolvimento de Doha
17.11 - Aumentar significativamente as exportações dos países em desenvolvimento, em particular com o objetivo de duplicar a participação dos países menos desenvolvidos nas exportações globais até 2020
17.12 - Concretizar a implementação oportuna de acesso a mercados livres de cotas e taxas, de forma duradoura, para todos os países menos desenvolvidos, de acordo com as decisões da OMC, inclusive por meio de garantias de que as regras de origem preferenciais aplicáveis às importações provenientes de países menos desenvolvidos sejam transparentes e simples, e contribuam para facilitar o acesso ao mercado
17.13 - Aumentar a estabilidade macroeconômica global, inclusive por meio da coordenação e da coerência de políticas
17.14 - Aumentar a coerência das políticas para o desenvolvimento sustentável
17.15 - Respeitar o espaço político e a liderança de cada país para estabelecer e implementar políticas para a erradicação da pobreza e o desenvolvimento sustentável
17.16 - Reforçar a parceria global para o desenvolvimento sustentável, complementada por parcerias multissetoriais que mobilizem e compartilhem conhecimento, expertise, tecnologia e recursos financeiros, para apoiar a realização dos objetivos do desenvolvimento sustentável em todos os países, particularmente nos países em desenvolvimento
17.17 - Incentivar e promover parcerias públicas, público-privadas e com a sociedade civil eficazes, a partir da experiência das estratégias de mobilização de recursos dessas parcerias
17.18 - Até 2020, reforçar o apoio à capacitação para os países em desenvolvimento, inclusive para os países menos desenvolvidos e pequenos Estados insulares em desenvolvimento, para aumentar significativamente a disponibilidade de dados de alta qualidade, atuais e confiáveis, desagregados por renda, gênero, idade, raça, etnia, status migratório, deficiência, localização geográfica e outras características relevantes em contextos nacionais
17.19 - Até 2030, valer-se de iniciativas existentes para desenvolver medidas do progresso do desenvolvimento sustentável que complementem o produto interno bruto [PIB] e apoiem a capacitação estatística nos países em desenvolvimento



DECLARAÇÃO

Luciano José Nanzer, Diretor Técnico Financeiro da Câmara Municipal de Guariba, no uso das atribuições que lhe são conferidas e, atendendo o que foi solicitado pelo E. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo através do TC-00003478.989.20-5 – Contas do Exercício de 2020 e em atendimento à Requisição do d. *expert*...

Declara que, os Vereadores **Dayan Tadeu Siquieri Okubo (274.979.638-56)**, Magna Apardecida Rocha do Nascimento (277.303.478-30), Marcia Regina Alves de Camargo (044.569.798-95) e Marcia Regina Scalon (138.550.718-70) são **servidores públicos municipais nos termos da Lei Municipal n.º 2.165, de 28 de dezembro de 2006 e alterações posteriores.**

Declara ainda que por haver compatibilidade de horários, não promoveram o afastamento de seus cargos efetivos na municipalidade para o exercício do mandato de vereadores, uma vez que **as sessões camarárias** com início às 19:00 horas nas primeiras e terceiras segundas-feiras de cada mês.

Por ser expressão da verdade e para que surtam os efeitos legais, firmo a presente declaração.

Guariba, 4 de maio de 2021.

LUCIANO JOSÉ NANZER
DIRETOR TÉCNICO FINANCEIRO
CRC 1SP189.807/O-1

"Trabalho, transparência e compromisso com você!"

(/)



(/)

Detalhes do Procedimento

Dados Básicos

Número MP: 42.0277.0000418/2020-5

Tipo de Procedimento: Procedimento Preparatório Inquérito Civil - PPIC

Unidade: Promotoria de Justiça de Guariba

Situação: Evoluído

Assunto: DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO - Atos Administrativos - Improbidade Administrativa - Enriquecimento ilícito
DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO - Atos Administrativos - Improbidade Administrativa - Violação aos Princípios Administrativos

Partes: SANTA CASA DE GUARIBA - REPRESENTADO

Instauração: 18/10/2020

Vínculos

Evoluído para IC Nº MP 14.0277.0000418/2020-2 ([/Detalhe/140277000041820202](#))

Anexos Tipo

Não há anexos!

Movimentações

Data	Movimentação	Detalhe
16/02/2021	Prorrogação de Prazo	

Consulta realizada em 16/07/2021 08:26:19

Data das informações: 15/07/2021

[Voltar](#)

[Nova Pesquisa](#)

Órgão	PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA
Ano Empenho	2020

Rótulos de Linha	Soma de Vl. Empenhado	Soma de Vl. Empenho Líquido	Soma de Vl. Pago
IRMANDADE STA CASA DE MISERICORDIA DE GUARIBA	12.370.524,33	12.283.782,33	12.032.178,02
33903950 - SERVIÇO MÉDICO-HOSPITALAR, ODONTOLÓGICO E LABORATORIAIS	11.282.495,29	11.195.753,29	10.944.148,98
01 - TESOURO	6.795.462,48	6.708.720,48	6.708.720,48
609	3.354.360,24	3.354.360,24	3.354.360,24
3554	3.441.102,24	3.354.360,24	3.354.360,24
05 - TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS-VINCULADOS	4.487.032,81	4.487.032,81	4.235.428,50
610	3.904.417,68	3.904.417,68	3.828.300,20
6162	250.000,00	250.000,00	250.000,00
7378	157.128,30	157.128,30	157.128,30
7715	175.486,83	175.486,83	-
33903999 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.088.029,04	1.088.029,04	1.088.029,04
05 - TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS-VINCULADOS	1.088.029,04	1.088.029,04	1.088.029,04
247	40.205,00	40.205,00	40.205,00
2434	300.000,00	300.000,00	300.000,00
3631	297.137,14	297.137,14	297.137,14
3691	450.686,90	450.686,90	450.686,90
Total Geral	12.370.524,33	12.283.782,33	12.032.178,02



SEGUNDA CÂMARA – SESSÃO DE 16/04/2019 – ITEM 23

TC-006382.989.16-8

Prefeitura Municipal: Guariba.

Exercício: 2017.

Prefeito: Francisco Dias Mançano Júnior.

Advogado: Manolo Suarez Rodriguez (OAB/SP nº 135.998).

Procurador de Contas: José Mendes Neto.

Fiscalizada por: UR-6 - DSF-I.

Fiscalização atual: UR-6 - DSF-II.

EMENTA: PRESTAÇÃO DE CONTAS DE PREFEITURA MUNICIPAL – OBSERVÂNCIA DOS ASPECTOS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS MAIS RELEVANTES – PAGAMENTO A MAIOR AOS AGENTES POLÍTICOS. INTERPRETAÇÃO. RESTITUIÇÃO DOS VALORES. EMISSÃO DE PARECER FAVORÁVEL À APROVAÇÃO DAS CONTAS EM EXAME.

1- Lei Municipal que dispôs sobre a revisão geral anual aos subsídios dos agentes políticos possui redação que dá margem há diversas interpretações, inclusive, com possibilidade de ter havido pagamento a maior.

2-Restituição voluntária pelo Responsável dos possíveis valores pagos a maior afasta a irregularidade.

RELATÓRIO

Cuidam os autos do exame das contas da **Prefeitura Municipal de Guariba**, relativas ao **exercício de 2017**.

A Unidade Regional de Ribeirão Preto – UR-6, responsável pelo exame *in loco*, elaborou o Relatório constante do evento 32.52, apontando o que segue:

IEG-M – I-PLANEJAMENTO – o índice C obtido indica a necessidade de a Administração promover ações de revisão, implantação e/ou aperfeiçoamento de determinados itens nessa área.

SUBSÍDIOS DOS AGENTES POLÍTICOS – a Lei Municipal nº 3.045/2017 não definiu com clareza e objetividade a revisão geral anual aplicada aos subsídios dos agentes políticos, gerando dúvidas na fiel interpretação da referida norma.

IEG-M – I-FISCAL – “ÍNDICE B” – o recebimento da dívida ativa foi de 8,73%, sendo que as medidas implementadas pelo Município não se mostraram suficientes para aumentar o recebimento desse ativo.

FISCALIZAÇÃO ORDENADA “ALMOXARIFADO” – ocorrências verificadas e ainda não regularizadas: fiação elétrica exposta e falta de extintor de incêndio; área de carga e descarga não coberta; espaço físico insuficiente e iluminação inadequada; falta de proteção contra roedores e aves, bem como ausência de atestados de desratização e dedetização; prateleiras insuficientes para armazenar toda a mercadoria estocada; ausência de equipamentos para transporte de mercadorias; ambiente interno excessivamente quente; ausência de vestiários para o pessoal de carga e descarga; ausência de AVCB; o responsável pela área não ocupa cargo específico; existência de materiais acondicionados diretamente no chão e em contato com paredes; ausência de relatórios gerenciais do controle de estoque.

APLICAÇÃO POR DETERMINAÇÃO CONSTITUCIONAL E LEGAL – o resultado alcançado no IDEB para os anos finais do ensino fundamental esteve abaixo da meta projetada.

IEG-M – I-EDUC – “ÍNDICE B+” - nenhum dos alunos dos anos iniciais do ensino fundamental concluiu o ano letivo em período integral; parte das turmas dos anos iniciais do ensino fundamental possuem mais de 24 alunos por turma, contrariando o recomendado pelo Conselho Nacional de Educação em seu Parecer CNE/CEB nº 08/2010, artigo 4.2.2; nem todas as escolas da rede municipal possuem biblioteca ou sala de leitura, conforme prevê a Lei Federal nº 12.244/2010; nenhum dos estabelecimentos de ensino dos anos iniciais do ensino fundamental estava funcionando em período integral, ausência de AVCB em toda rede pública municipal; algumas escolas dos anos iniciais do ensino fundamental possuem quadra poliesportiva coberta com dimensões mínimas; nem todos os professores da educação básica possuem formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

FISCALIZAÇÃO ORDENADA – OBRAS PÚBLICAS – a EMEB Professora Vilma Ragazzi Ropa não dispunha de sinalizações e piso tátil.

IEG-M – I-SAÚDE – “ÍNDICE B+” - não há remuneração ou premiação dos servidores considerando o desempenho de acordo com metas e resultados pactuados com as equipes de atenção básica; o número de equipes de Saúde da Família e de Saúde Bucal não cobre 100% da população do Município; verificação de 10 casos novos de sífilis congênita em menores de 1 ano de idade no ano de 2017; a proporção de partos normais na rede SUS foi inferior a 70%; as unidades de saúde não possuem AVCB; nem todas as unidade de saúde possuem sala de vacinação com funcionamento em cinco dias da semana; não foi implantado o Sistema de Gestão da Assistência Farmacêutica; o Município não possui Plano de Cargos e Salários para seus profissionais da saúde; não há identificação ou registro atualizado dos pacientes com obesidade e asma; não há estatística de número de dependentes químicos; inexistência de controle de tempo de atendimento dos pacientes nas UBS.

FISCALIZAÇÃO ORDENADA “GESTÃO DO PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA” – a UBS “Sebastião Bandeira” não possui banheiros adaptados para pessoas com necessidades especiais.

IEG-M – I-AMB – “ÍNDICE B+” - não há plano emergencial com ações para fornecimento de água potável em caso de sua escassez; o Município não está habilitado junto ao CONSEMA para licenciar os empreendimentos de impacto local; realização de coleta seletiva de resíduos sólido em apenas 40% dos domicílios; não há estímulos entre seus órgãos e entidades de sua responsabilidade para execução de projetos e/ou ações que promovam o uso racional de recursos naturais, conforme determinam as Leis Federais nº 9.433/97 e 12.305/2010; inexistência de controle ou registro das autuações realizadas por queimada urbana.

IEG-M – I-CIDADE – “ÍNDICE B” – não há Plano de Contingência de Defesa Civil, e nem levantamento para identificação de risco para intervenções do Poder Público; o Município não observa aos ditames da Política de Proteção e Defesa Civil.

LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO E LEI DA TRANSPARÊNCIA FISCAL –
ausência de divulgação das audiências públicas.

IEG-M – I-GOV TI – ÍNDICE B – não foram disponibilizados, de forma periódica, programas de capacitação e atualização para os profissionais de TI; ausência de Plano Diretor de Tecnologia da Informação e de Política de Uso Aceitável ou Política de Segurança da Informação; os dados dos contribuintes emissores da nota fiscal eletrônica são armazenados em banco de dados e seu conteúdo está na gerência indireta do Município, em sistemas terceirizados; não há uso de tecnologia (internet) para as modalidades de licitação (compras eletrônicas), conforme prevê a Lei Federal nº 10.520/2002.

ATENDIMENTO À LEI ORGÂNICA, INSTRUÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TRIBUNAL – não foram observadas as recomendações emitidas por esta E. Corte quando da apreciação das contas dos exercícios de 2014 e 2015: limitar a autorização de abertura de créditos suplementares com base na LOA a percentual compatível com a inflação para o período; elaborar o plano de cargos e salários para os servidores da saúde; intensificar esforços para o atingimento da meta projetada para os anos finais da educação básica; aprimorar a elaboração das peças de planejamento; e regularizar as instalações físicas dos prédios da saúde e educação para a obtenção do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros – AVCB.

Houve regular notificação dos interessados (eventos 36.1 e 41.1), com apresentação de defesa juntada nos eventos 60.1 a 60.17.

A Assessoria Técnica, a Chefia de ATJ e o D. MPC manifestaram-se pela emissão de Parecer Favorável à aprovação das contas em apreço, sem prejuízo de emissão de recomendações.

É o relatório.

ATT



VOTO

As contas da **Prefeitura Municipal de Guariba**, relativas ao **exercício de 2017**, apresentaram os seguintes resultados:

ITENS	RESULTADOS
Ensino	26,84%
FUNDEB	100%
Magistério	73,40%
Pessoal	47,90%
Saúde	29,24%
Execução Orçamentária	Superávit 6,72%
Precatórios	Regular
Encargos Sociais	Regular
Transferências ao Legislativo	Regular

Consoante consta do Relatório Prisma 2017, o Município alcançou média geral de resultado “B”, considerado, portanto, “efetivo” perante os critérios de avaliação do IEGM/TCESP.

O Poder Executivo Municipal observou aspectos relevantes no exame das contas, tendo em vista o cumprimento dos mandamentos constitucionais relativos às despesas com Ensino, Saúde, Precatórios e Transferência de Recursos à Câmara Municipal.

As prescrições legais inerentes à utilização dos recursos do FUNDEB e à valorização do magistério foram igualmente cumpridas.

A execução orçamentária do exercício de 2017 afigurou-se superavitária na ordem de 6,72% (R\$ 6.828.468,93). O resultado financeiro apresentou significativa melhora em relação ao ano anterior, bem como o município possuía ao final do exercício disponibilidade financeira para cobertura da dívida de curto prazo.

Em relação aos apontamentos sobre a falta de clareza e objetividade da Lei Municipal nº 3.045/2017, que dispôs sobre a revisão geral anual aplicada aos subsídios dos Agentes Políticos, que ensejam diferentes interpretações, motivando, inclusive, constatação de que poderia ter havido pagamento a maior no exercício de 2017, o responsável pelas contas admitiu a

possibilidade e providenciou a restituição dos valores apontados pela Fiscalização, conforme demonstrou em suas justificativas constante do evento 60.1 (paginas16/18), o que regulariza a situação.

Quanto às demais falhas apontadas no Relatório de Fiscalização, considero que não possuem gravidade suficiente para macular as contas em apreço; entretanto, demandam recomendações ao Chefe do Poder Executivo para adoção de medidas corretivas de modo a evitar a reincidência.

Em face de todo o exposto e acolhendo as unânimes manifestações de ATJ (Econômico-Financeira e Chefia) e do D. MPC, **voto pela emissão de Parecer Favorável às contas da Prefeitura Municipal de Guariba, relativas ao exercício de 2017, excetuados os atos pendentes de julgamento pelo Tribunal.**

Determino a expedição de ofício à Prefeitura Municipal, recomendando que: corrija as diversas impropriedades apontadas pelo IEGM sob os aspectos: Planejamento, Fiscal, Ensino, Saúde, Meio Ambiente, Gestão da Proteção à Cidade e Governança de Tecnologia da Informação; melhore a redação da legislação concessora da revisão geral anual dos subsídios dos agentes políticos; adote medidas para sanear as impropriedades verificadas nas fiscalizações ordenadas; envide esforços para que a meta projetada para o IDEB seja alcançada; e dê atendimento às recomendações emitidas por esta Corte de Contas.

RENATO MARTINS COSTA
Conselheiro

SEGUNDA CÂMARA - SESSÃO: 05/05/2020

(GCDR-43)

51 TC-004139.989.18-0

Prefeitura Municipal: Guariba.

Exercício: 2018.

Prefeito: Francisco Dias Mançano Junior.

Advogado(s): Manolo Suarez Rodriguez (OAB/SP nº 135.998) e Carolina Rangel Segnini (OAB/SP nº 280.200).

Procurador(es) de Contas: José Mendes Neto

Fiscalizada por: UR-6 – DSF-II.

Fiscalização atual: UR-6 – DSF-II.

EMENTA: CONTAS ANUAIS. PREFEITURA. DÉFICIT ORÇAMENTÁRIO. ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS ACIMA DO ÍNDICE INFLACIONÁRIO. PLANEJAMENTO. GASTOS DE PESSOAL ACIMA DO LIMITE DE ALERTA ESTIPULADO PELA LEI FISCAL. DÉFICIT DE VAGAS NAS CRECHES DO MUNICÍPIO. CONTRATAÇÕES TEMPORÁRIAS DE DOCENTES EM DETRIMENTO DE CONCURSOS PÚBLICOS. SUPERLOTAÇÃO SALAS DE AULA. MERENDA ESCOLAR. TEMPO DE ESPERA NOS EXAMES E CONSULTAS NA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE. PLANO DE CARREIRA SERVIDORES DA SAÚDE. PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA. PROGRAMA DE COMBATE AO MOSQUITO AEGES AEGYPTI. LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO E TRANSPARÊNCIA. NÍVEL DE ESCOLARIDADE DOS CARGOS COMISSIONADOS E FUNÇÕES DE CONFIANÇA. PARECER FAVORÁVEL. RECOMENDAÇÃO. DETERMINAÇÃO.

1. RELATÓRIO

1.1. Em apreciação, as **CONTAS ANUAIS** do exercício de **2018** da **PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA**.

1.2. A fiscalização foi realizada pela Unidade Regional de Ribeirão

Preto – UR-06, que na conclusão de seu relatório (Evento 82.85), apontou as seguintes ocorrências:

A.1.1. CONTROLE INTERNO

- ✓ Não efetuou o provimento (por meio de concurso público) do cargo efetivo de “Agente de Controle Interno” a fim de dar cumprimento a Lei Municipal nº 2.915/2015 e demais normas regedoras do assunto;
- ✓ Não providenciou a regulamentação prevista no art. 6º da Lei Complementar Municipal nº 2.915/2015, que em nossa análise, caberia prever a periodicidade e forma de apresentação dos relatórios decorrentes do Sistema de Controle Interno;
- ✓ Os relatórios do controle interno apresentados em 2018 eram padronizados, traçavam análises superficiais sobre aspectos fiscais e não abordavam aspectos operacionais dos serviços prestados à população, demonstrando ausência de efetividade;

A.2. IEG-M – I-PLANEJAMENTO

- ✓ Não havia equipe estruturada para realização do planejamento e tampouco constavam no quadro de pessoal, cargos específicos para tais atividades, que são exercidas por responsável sem dedicação exclusiva e, ainda, não há sistema informatizado que permita a participação dos demais setores na elaboração e acompanhamento do planejamento municipal (letra “a”);
- ✓ Para a elaboração do diagnóstico municipal não é levado em conta nenhum plano do governo federal ou estadual (letra “b”);
- ✓ Não houve coletas de sugestões pela Internet antes da elaboração de cada peça orçamentária com glossário explicando os objetivos e como contribuir (letra “c”);
- ✓ Quase todas as audiências públicas foram realizadas em dia de semana em horário comercial, podendo ter prejudicado a participação da classe trabalhadora no debate (letra “d”);
- ✓ A LOA conteve autorização para abertura de créditos adicionais por decreto até o limite de 15% da despesa total fixada (letra “e”);
- ✓ Não utilização do monitoramento da execução orçamentária para o replanejamento dos programas e metas das peças orçamentárias (letra “f”);

B.1.1- RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- ✓ Alterações orçamentárias representaram aproximadamente 34,39% da despesa fixada inicial, caracterizando precariedade no planejamento orçamentário;

B.1.9. DEMAIS ASPECTOS SOBRE RECURSOS HUMANOS

- ✓ Exigência como requisito para investidura em cargos de provimento em comissão de formação escolar em desacordo com o posicionamento desta E. Corte de Contas e com a orientação traçada no item “8” do Comunicado SDG nº 32/2015, bem como a jurisprudência do E. Tribunal de Justiça de São Paulo;
- ✓ Não há definição em lei dos requisitos para as nomeações dos Secretários Municipais, dentre eles o nível de escolaridade exigido;

B.3.1. FISCALIZAÇÃO ORDENADA – TESOUREARIA

Permanecem as seguintes ocorrências verificadas na III Fiscalização Ordenada realizada no Setor de Tesouraria:

- ✓ Não existe cargo efetivo de Tesoureiro;
- ✓ Ausência de AVCB;
- ✓ O Controle Interno não analisa as conciliações bancárias com independência, visto que a atual responsável pelas conciliações também é responsável pelo Controle Interno;

C.1. APLICAÇÃO POR DETERMINAÇÃO CONSTITUCIONAL E LEGAL

- ✓ Havia déficit de 138 vagas nas creches municipais;

C.2. IEG-M – I-EDUC

- ✓ Nem todos os professores da Educação Básica possuíam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam, conforme instituído no art. 62 da Lei nº 9.394/1996 e na meta 15 do PNE (letra “b”);
- ✓ Apenas 01 dos estabelecimentos de ensino da rede pública municipal possuía AVCB, em desacordo com o Decreto Estadual nº 56.819/2011 (letra “c”);
- ✓ Das 105 turmas dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, 51 possuíam mais de 24 alunos por turma e 28 estavam instaladas em salas de aula com menos de 1,875 m² por aluno, contrariando o recomendado pelo Conselho Nacional de Educação em seu Parecer CNE/CEB nº 08/2010 (letras “d” e “e”);
- ✓ Mais de 10% do quadro de professores das Creches e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental eram temporários, contrariando o recomendado pelo Conselho Nacional de Educação em seu Parecer CNE nº 09/2009 (letra “f”);
- ✓ Nenhum aluno dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental concluiu o ano letivo de 2018 em período integral e sequer havia estabelecimentos funcionando em período integral para essa faixa de ensino, desatendendo a meta 6 do PNE (letra “g”);

C.3. FISCALIZAÇÃO ORDENADA – MERENDA ESCOLAR

Permanecem as seguintes ocorrências verificadas na V Fiscalização Ordenada realizada na EMEB Gino Bellodi:

- ✓ As portas das áreas de armazenamento e preparo dos alimentos não possuem telas milimetradas e, ainda, não há dispositivo de fechamento automático nessas portas. Tudo isso, em desacordo com o item 4.1.4 do Anexo da Resolução RDC nº 216/2004 (ANVISA);
- ✓ Não há alvará ou licença de funcionamento emitido pela Vigilância Sanitária;
- ✓ Não há Relatório de Inspeção de Boas Práticas emitido pela Vigilância Sanitária;
- ✓ Não há refeitório para os alunos;
- ✓ Não há cardápio por faixa etária;
- ✓ A nutricionista responsável não elaborou as Fichas Técnicas de Preparo;

- ✓ Não há separação de amostras para o controle da merenda fornecida;
- ✓ O CAE não fiscaliza as condições da merenda na escola;
- ✓ Não há registro sobre a última fiscalização do CAE;
- ✓ Não há AVCB;
- ✓ Os ingredientes abertos não são etiquetados com as seguintes informações: nome do produto, data da retirada da embalagem original e prazo de validade após a abertura;
- ✓ No local não há termômetro para aferição da adequação da temperatura dos produtos congelados às recomendações dos fabricantes ou, na ausência, às estabelecidas no art. 34 da Portaria CVS nº 05/2013;

D.2- IEG-M – I-SAÚDE

- ✓ Com exceção da escala de médicos, psicólogos e terapeutas, não divulgava nas UBSs a escala atualizada de serviços dos demais profissionais de saúde (letra “a”);
- ✓ Apenas 02 unidades da rede municipal de saúde possuíam AVCB, em desacordo com o Decreto Estadual nº 56.819/2011 (letra “b”);
- ✓ Não possuía o componente municipal do “Sistema Nacional de Auditoria” estruturado (letra “c”);
- ✓ Não identificou e nem manteve registro atualizado dos pacientes com obesidade, asma e doença pulmonar obstrutiva crônica (letra “d”);
- ✓ Nem todas as unidades de saúde possuíam sala de vacinação com funcionamento em 05 dias da semana (letra “e”);
- ✓ Não disponibilizou serviço de agendamento de consulta médica nas Unidades Básicas de Saúde de forma não presencial (letra “f”);
- ✓ O número de equipes de Saúde da Família e de equipes com atendimento bucal não cobria 100% da população do Município, em desalinhamento com os indicadores 17 e 19 da Resolução CIT nº 08/2016 (letra “g”);
- ✓ O número de agentes comunitários de saúde não era suficiente para cobrir 100% da população cadastrada (Portaria nº 2.488/2011) - (letra “h”);
- ✓ Não existia controle de tempo de atendimento dos pacientes nas UBS e não existia registro do intervalo de tempo médio de espera entre a marcação de consulta em especialidade médica e seu efetivo atendimento (letra “i”);
- ✓ Não houve cobertura de 80% dos imóveis visitados para controle vetorial da dengue em todos os ciclos de visitas, em desconformidade com o indicador 22 da Resolução CIT nº 08/2016 (letra “j”);
- ✓ Não possuía estatística de número de dependentes químicos (letra “k”);
- ✓ Não possuía Ouvidoria da Saúde implantada, conforme determina Resolução CIT nº 04/2012 (item 5.1.h) - (letra “l”);
- ✓ Não existia controle de resolutividade dos atendimentos dos pacientes (letra “m”);
- ✓ A proporção de partos normais na rede SUS foi de 56,75% em relação ao total de

partos realizados em desalinhamento com o parâmetro do Indicador 13 da Resolução CIT nº 08/2016 (letra “n”);

- ✓ Não implantou e estruturou a Central de Regulação da Saúde no Município (letra “o”);
- ✓ Não possuía Plano de Cargos e Salários para seus profissionais de saúde e não remunerou ou premiou os trabalhadores considerando o desempenho de acordo com metas e resultados pactuados com as equipes de atenção básica (letra “p”);

D.3. FISCALIZAÇÃO ORDENADA – OBRAS

Decorrente da VIII Fiscalização Ordenada realizada na construção da Sede do SAMU, observamos, nesta oportunidade, as seguintes impropriedades:

- ✓ Não há rebaixamento na calçada externa que garanta a acessibilidade;
- ✓ Não há AVCB;

D.4. AJUSTE SELECIONADO PARA ANÁLISE E ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DO CONVÊNIO

- ✓ O Convênio nº 01/2018 firmado com a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Guariba foi objeto de verificação em processos específicos nesta Casa, cuja conclusão da Fiscalização foi pela irregularidade do referido ajuste e da correspondente Inexigibilidade de Licitação nº 005/2018;

E.1- IEG-M – I-AMBIENTE

- ✓ O Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos não foi atualizado ou revisto conforme determinação contida no art. 12 da Lei Municipal nº 2.701/2013 (letra “a”);
- ✓ Nem todos os domicílios do Município foram atendidos pela coleta seletiva (letra “b”);
- ✓ Não havia plano emergencial com ações para fornecimento de água potável à população em caso de sua escassez (Lei nº 9.433/1977) - (letra “c”);
- ✓ O município não está habilitado junto ao CONSEMA para licenciar os empreendimentos de impacto local de conformidade com a Deliberação Normativa CONSEMA nº 01/2014 (letra “d”);

F.1- IEG-M – I-CIDADE

- ✓ Não observou os ditames da Política de Proteção e Defesa Civil, contidos na Lei nº 12.608/2012, visto que a COMDEC ainda estava em fase de estruturação, não havia local físico com sala e telefone para atendimento de ocorrências de Defesa Civil, não possuía levantamento para identificação de risco para intervenções do Poder Público, ameaças potenciais mapeadas, sistemas de alerta para desastres e estudo atualizado de avaliação da segurança de todas as escolas e centros de saúde (letra “a”);
- ✓ O Plano de Contingência de Defesa Civil ainda estava em fase de formalização contrariando a Lei nº 12.340/2010 (letra “b”);

G.1.1. A LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO E A LEI DA TRANSPARÊNCIA FISCAL

- ✓ Não atendimento ao preceito contido no art. 8º da Lei nº 12.527/2011, quanto à divulgação na Internet, dos dados relativos às atas da comissão de licitações referentes aos processos licitatórios;

G.3- IEG-M – I-GOV TI

- ✓ Não possuía um PDTI – Plano Diretor de Tecnologia da Informação vigente que estabelecesse diretrizes e metas de atingimento no futuro (letra “a”);
- ✓ Não possuía um documento formal publicado que estabelecesse procedimentos quanto ao uso da TI pelos funcionários municipais, conforme normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT NBR ISO IEC 27001:2006 e 27002:2005 (letra “b”);
- ✓ Os dados dos contribuintes emissores da nota fiscal eletrônica (ISSQN) foram armazenados de forma eletrônica em um banco de dados, cujo conteúdo ficou na posse e gerência indireta do Município (letra “c”);
- ✓ Não houve utilização de tecnologia (internet) para as modalidades de licitação (compras eletrônicas), em descompasso com a Lei nº 10.520/2002 (letra “d”);
- ✓ Não consultou o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) antes de efetivar uma contratação, bem como não informou e nem manteve atualizados os cadastros retro citados, desatendendo o disposto nos arts. 22 e 23 da Lei nº 12.846/2013 (letra “e”);

H.2- ATENDIMENTO Á LEI ORGÂNICA, INSTRUÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Não foram atendidas as seguintes recomendações deste Tribunal, proferidas sobre as contas dos exercícios de 2014 e 2015:

- ✓ Aprimorar a elaboração de suas peças de planejamento e aperfeiçoar o planejamento orçamentário para reduzir o percentual de alterações orçamentárias;
- ✓ Adotar medidas para cobrança efetiva dos créditos inscritos em dívida ativa, revisando a provisão de perdas;
- ✓ Adotar providências para a obtenção do AVCB para as áreas da saúde e educação;
- ✓ Sanar a falha referente à ausência de plano de cargos e salários para os servidores da saúde;
- ✓ Cumprir as determinações deste Tribunal de Contas;
- ✓ Limitar a autorização de abertura de créditos suplementares com base na LOA a percentual compatível com a inflação para o período;
- ✓ Aprimorar a elaboração de suas peças de planejamento e aperfeiçoar o planejamento orçamentário para reduzir o percentual de alterações orçamentárias;
- ✓ Adotar medidas concretas para o efetivo funcionamento do sistema de controle interno, desde a designação de servidor efetivo para o setor e na elaboração periódica de relatórios, nos termos do art. 74, da Constituição Federal e ao art. 35 da Constituição Paulista;

- ✓ Regularizar as incorreções referentes à ausência de plano de cargos e salários para os servidores da saúde;

1.3. CONTRADITÓRIO

Devidamente notificado, nos termos do artigo 30, da Lei Complementar Estadual nº 709/93 (Evento 86.1 – DOE de 11/09/2019), o responsável pela Prefeitura Municipal de Guariba apresentou justificativas (Evento 105).

1.4. MANIFESTAÇÕES DAS ASSESSORIAS TÉCNICAS

Quanto aos aspectos orçamentário, financeiro, patrimonial e jurídico, as **Assessorias Técnicas** opinaram pela emissão de **Parecer Prévio Favorável** à aprovação das contas, no que foram acompanhadas por sua **Chefia** (Eventos 114.1/114.3).

1.5. MANIFESTAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS

O **Ministério Público de Contas MPC** opinou pela emissão de **Parecer Prévio Favorável**.

Propôs, ainda, recomendações à Origem a respeito nos pontos tratados nos itens A.1.1, A.2, B.1.1, B.1.9, B.2, B.3.1, C.1, C.2, C.3, D.2, D.3, E.1, F.1, G.1 e G.3 (Evento 120.1).

1.6. ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO MUNICIPAL – IEGM/TCESP

Nos últimos 3 (três) exercícios o município atingiu os seguintes índices de Efetividade da Gestão Municipal – IEGM:

Ano	i-Educ	i-Saúde	i-Planejamento	i-Fiscal	i-Amb	i-Cidade	i-Gov-TI	IEGM
2016	B+	B+	C	B+	A	B	B	B
2017	B+	B+	C	B	B+	B	B	B
2018	B	C+	C	B	B+	C+	B	B

Os dados do quadro indicam que o município se manteve estável na nota geral do IEGM (B). Registrou ainda queda nos índices i-Educ, i-Saúde e i-Cidade.

Destacando que o IEGM foi criado por este Tribunal com objetivo de analisar a infraestrutura e os processos dos entes municipais e avaliar a efetividade das políticas e atividades públicas desenvolvidas pelas Prefeituras Municipais e por seus gestores.

Os sete índices temáticos acima apresentados procuram avaliar, ao longo do tempo, se a visão e objetivos estratégicos dos municípios estão sendo alcançados de forma efetiva e, assim, transformados garantindo a prestação de serviços de qualidade à população:

É o relatório.

2. VOTO

2.1. Contas anuais do exercício de 2018 da **PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA**.

2.2. PRINCIPAIS INVESTIMENTOS

Em 2018, a Prefeitura Municipal aplicou os recursos arrecadados da seguinte forma (dados extraídos do portal do Controle Externo e ratificados pela Fiscalização):



2.3. DEMAIS OBRIGAÇÕES LEGAIS / CONSTITUCIONAIS

O Município efetuou os repasses à Câmara Municipal em conformidade com o artigo 29-A da Constituição Federal.

O Município efetuou recolhimento de encargos sociais.

O Município quitou os precatórios devidos no exercício e pagou os requisitórios de baixa monta.

2.4. FINANÇAS

O município registrou déficit orçamentário de (R\$ 4.286.418,67), correspondente a 3,85% das receitas, porém totalmente amparado pelo superávit financeiro (retificado) do exercício anterior¹.

Ainda, o resultado financeiro se manteve positivo em R\$ 19.054.957,04. O Município possuía liquidez para honrar todos os compromissos de curto prazo, apresentando R\$ 20,04 para cada R\$ 1,00 de dívida.

Nada obstante, as alterações orçamentárias acima do índice inflacionário², realizadas por meio de abertura de créditos adicionais, suplementações, remanejamentos, transferências e transposições, no percentual de 34,39% da despesa inicial fixada, demonstra fragilidade do planejamento municipal.

O elevado percentual de alteração orçamentária, fundada exclusivamente em autorização genérica prevista na LOA, como constatado no caso dos autos, compromete o processo democrático, afigurando-se situação anômala, em que o Chefe do Executivo se investe de um poder que favorece a desmandos, ao imediatismo.

Ressaltando, que embora, tanto no § 8º do artigo 165 da Constituição Federal como no artigo 7º, I, da Lei Federal nº 4.320/64, não haja determinação expressa que limite o percentual de abertura de créditos suplementares à estimativa de inflação, este Tribunal vem, reiteradamente, **recomendando** que a alteração da peça de planejamento por intermédio de créditos adicionais não extrapole o índice inflacionário.

No mesmo sentido, diversas falhas no setor de planejamento e nas demais peças orçamentárias. É imprescindível aos gestores públicos a visão sistêmica quanto à importância da realização do efetivo planejamento no

¹ R\$ 22.950.594,37.

² **IPCA** fechou **2018** em 3,75%

setor público, visando o alcance da excelência na gestão pública, em relação à materialização dos serviços prestados pelo Município para alcance dos objetivos governamentais, ou seja, o atendimento dos interesses da coletividade.

Logo, o gestor deverá aprimorar as peças de planejamento, permitindo a aferição da efetividade dos programas de governo, medidas estas que ficam desde já **determinadas**.

Além disso, a instrução revelou que em 2018 as despesas de pessoal ultrapassaram o limite de 90% previsto no Art. 59, § 1º, inciso II da Lei de Responsabilidade Fiscal³.

Alerto, portanto, a municipalidade que se o limite ultrapassar os 95%, pode implicar em diversas limitações listadas no art. 22 da LRF⁴, bem como exige medidas efetivas para manutenção do gasto a índice abaixo do limite prudencial previsto na Lei fiscal, medida que fica desde já **determinada**.

2.5. ENSINO

O Executivo Municipal aplicou na educação básica o percentual de 26,03%, em observância ao piso de 25% estabelecido no art. 212 da Carta Magna. Empregou, ainda, 72,89% do FUNDEB na remuneração dos profissionais do Magistério, dando cumprimento ao artigo 60, inciso XII, do ADCT, e aplicou 100% do FUNDEB recebido no exercício em apreço, em atendimento ao disposto no art. 21 da Lei nº 11.494/07.

Em que pese à aplicação nos mínimos constitucionais e legais no ensino, há aspectos da gestão educacional que merecem reparo, principalmente no que se refere:

→ Déficit de 138 vagas nas creches municipais;

³ 50,11%

⁴ (i) receber transferências voluntárias; (ii) obter garantia, direta ou indireta, de outro ente; e (iii) contratar operações de crédito, ressalvadas as destinadas ao refinanciamento da dívida mobiliária e as que visem à redução das despesas com pessoal (art. 23, §3º, I a III, da LRF).

- Nem todos os professores da Educação Básica possuíam formação específica de nível superior;
- Das 105 turmas dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, 51 possuíam mais de 24 alunos por turma e 28 estavam instaladas em salas de aula com menos de 1,875 m² por aluno, contrariando o recomendado pelo Conselho Nacional de Educação;
- Mais de 10% do quadro de professores das Creches e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental eram temporários;
- Inconformidades verificadas em Fiscalização Ordenada no fornecimento da merenda escolar.

O órgão de instrução constatou a existência de crianças (faixa etária de 0 a 5 anos) fora do ensino infantil no território municipal. Lembrando que a matéria está disciplinada no inciso IV, art. 208 da CF:

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

IV - educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade;

Na mesma linha, em 2014, foi aprovada a Lei Federal 13.005/2014 que disciplina o Plano Nacional de Educação (PNE), que tem como meta principal ampliar a oferta de educação infantil em creches.

Assim, **determino** ao atual gestor do Município de Guariba que tome medidas efetivas com o objetivo de atender a demanda reprimida de crianças em suas creches municipais.

Relativamente às contratações de professores temporários em patamar elevado, os fatos afastam absolutamente a excepcionalidade, a transitoriedade e a urgência, que seriam exigíveis para legitimar as contratações temporárias, conforme prescreve o inciso IX do Art. 37 da Constituição Federal.

Portanto, sem descuidar dos limites da de gastos com pessoal imposto pela LRF, **determino** ao Executivo local que objetive a suspensão das

contratações temporárias e a imediata realização de concursos públicos para o preenchimento das funções e cargos inerentes às atividades de Estado, principalmente nas áreas de Educação, dando total atendimento aos preceitos Constitucionais que regem a matéria⁵.

Além disso, constatou-se superlotação em várias salas das unidades de ensino do Município, o que vai de encontro às orientações traçadas pelo Conselho Nacional de Educação, além de dificultar as atividades acadêmicas desenvolvidas pelos docentes.

Portanto, **determino** à Prefeitura Municipal imediatas providências a fim de sanar os problemas de alunos/crianças por sala de aula, propiciando o pleno desenvolvimento do aprendizado e do trabalho do seu corpo docente.

Em relação às inconformidades verificadas no fornecimento da Merenda Escolar, devo **alertar** o atual Prefeito que a efetiva implantação da merenda nas escolas tem como objetivo atender às necessidades nutricionais do educando durante sua permanência na unidade de ensino, contribuindo para seu crescimento, desenvolvimento, aprendizagem e rendimento escolar.

Assim, **determino** à Municipalidade que regularize os problemas constatados no fornecimento da alimentação aos alunos da rede municipal de ensino.

2.6. SAÚDE

A Municipalidade aplicou 29,43% das receitas de impostos em saúde. Analisando a instrução, verificamos inconformidades na administração da saúde Municipal.

A equipe técnica em suas inspeções *in loco* constatou que não

⁵ Inciso IX do art. 37 da Constituição Federal. Princípios da Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência.

existe registro do intervalo de tempo médio de espera entre a marcação de consulta em especialidade médica e seu efetivo atendimento na Unidade Básica de Saúde e não há controle de resolutividade dos atendimentos dos pacientes, dificultando, assim, o cumprimento ao artigo 196 da Constituição Federal⁶, bem como ao artigo 2º da Lei Federal n.º 8.080 de 19/09/1990⁷. Diante dos fatos, **determino** ao atual gestor que realize ações imediatas no sentido de parametrizar o tempo de espera nos exames e consultas.

O órgão instrutivo constatou que a Municipalidade não elaborou o plano de carreira para os servidores da Saúde. O Plano de Carreira, Cargos e Salários pode ser definido como um instrumento de gestão de recursos humanos, que tem como finalidade valorizar o servidor e instaurar o processo de carreira no âmbito do SUS.

Diante disso, sem descuidar dos limites da de gastos com pessoal imposto pela LRF, **determino** a Origem que estabeleça o Plano de Carreira e Remuneração para seus profissionais que atuam na saúde pública do Município.

Sobre as falhas detectadas no Programa Saúde da Família, **determino** ao Executivo local que amplie a cobertura de atendimento de seus Agentes Comunitários de Saúde, tendo em vista tratar-se de trabalho contínuo, cujo objetivo é acompanhar diariamente os problemas de saúde da população local, sendo de fundamental importância na saúde preventiva.

Segundo a instrução, constataram-se impropriedades na execução do Programa Municipal de Controle da Dengue, que merecem atenção especial por parte do Executivo, com vistas a aprimorar as ações de combate ao mosquito *aedes aegypti*.

Nos últimos anos são notórios os problemas e consequências causadas pelo mosquito *aedes aegypti*, transmissor da dengue, febre amarela,

⁶ Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

⁷ Art. 2º A saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício.

zika e chikungunya. Doenças que demandam altos investimentos para tratamento e expõe a população a sérios riscos de saúde, levando inclusive ao óbito.

Dessa forma, **recomendo** que a Prefeitura aprimore o referido programa, com vistas a intensificar as ações de prevenção e combate ao mosquito *aedes aegypti*.

2.7. LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO E TRANSPARÊNCIA

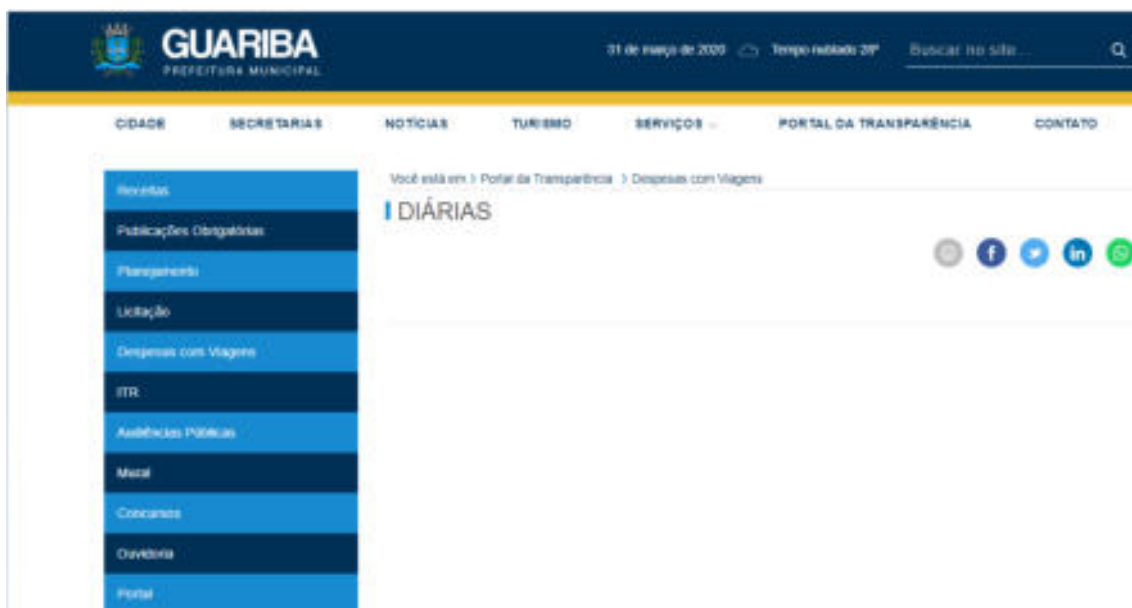
Os dados coletados pela instrução processual revelaram que a Prefeitura Municipal de Guariba atende parcialmente as Leis de Transparência e Acesso à Informação.

Alerto o gestor que a transparência da gestão e o acesso à informação possuem suas diretrizes traçadas pelos art. 5º, XXXIII, art. 37, caput e § 3º, II do e art. 216, § 2º da Constituição Federal, além da LC 131/09 e LF 12.527/11, e, portanto devem ser integralmente atendidas pelos entes Municipais.

Não é demais ressaltar que a divulgação de todos os atos, dados, receitas, projetos, pautas, investimentos, despesas, decisões e procedimentos, estimula o controle social, e deve ser observada como regra por qualquer órgão público.

Destaco, por exemplo, que às vésperas deste julgamento acessei o portal da Prefeitura e constatei que o *site* da Transparência a) não retornava informações sobre diárias e passagens; b) as informações sobre as receitas e despesas de 2020 não foram apresentadas; c) os dados relativos às atas da comissão de licitação referentes aos processos licitatórios não foram divulgados; e d) não há divulgação das remunerações dos servidores e agentes políticos discriminados de forma individualizada:

a) não retornava informações sobre diárias e passagens.



b) as informações sobre as receitas e despesas de 2020 não foram apresentadas.





GUARIBA
PREFEITURA MUNICIPAL

31 de março de 2020 Tempo real: 20° Buscar no site...

CIDADE SECRETARIAS NOTÍCIAS TURISMO SERVIÇOS PORTAL DA TRANSPARÊNCIA CONTATO

Você está em: Rel. de Gestão - Despesas por Funções

REL. DE GESTÃO - DESPESAS POR FUNÇÕES

Despesas por FunçãoSubfunção 1º Bimestre 2019
Despesas por FunçãoSubfunção 2º Bimestre 2019
Despesas por FunçãoSubfunção 3º Bimestre 2019
Despesas por FunçãoSubfunção 4º Bimestre 2019

Desp. Por Função E Sub Função 1º Bim 2018
Desp. Por Função E Sub Função 2º Bim 2018
Desp. Por Função E Sub Função 3º Bim 2018
Desp. Por Função E Sub Função 4º Bim 2018
Desp. Por Função E Sub Função 5º Bim 2018
Desp. Por Função E Sub Função 6º Bim 2018

Desp. Por Função E Sub Função 4º Bim 2017
Desp. Por Função E Sub Função 5º Bim 2017
Desp. Por Função E Sub Função 1º Bim 2017

c) os dados relativos às atas da comissão de licitação referentes aos processos licitatórios não foram divulgados.



GUARIBA
PREFEITURA MUNICIPAL

1 de abril de 2020 Tempo real: 20° Buscar no site...

CIDADE SECRETARIAS NOTÍCIAS TURISMO SERVIÇOS PORTAL DA TRANSPARÊNCIA CONTATO

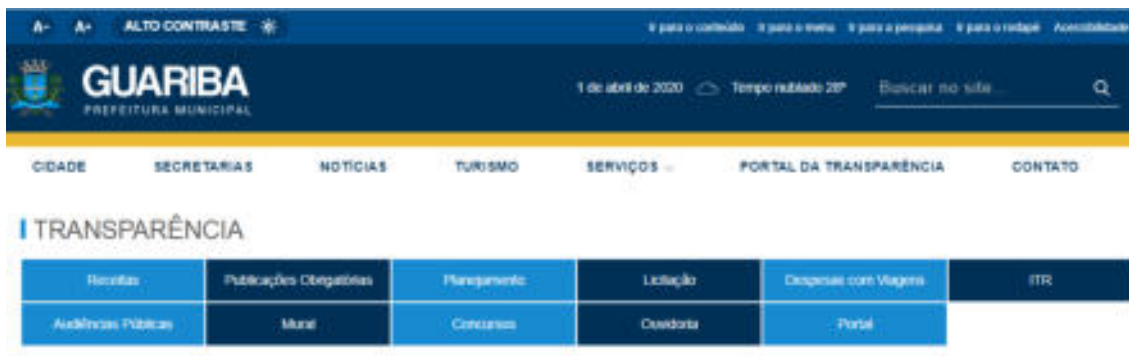
Você está em: Chamada Pública

003 / 2017 - CHAMADA PÚBLICA - ENCERRADO

Aquisição de hortifrutigranjeiros produzidos por Grupos Formais da Agricultura Familiar e de Empreendedores Familiares Rurais constituídos em Cooperativas e Associações, destinadas ao Programa de Alimentação Escolar do Município de Guariba

EDITAL

d) não há divulgação das remunerações dos servidores e agentes políticos discriminados de forma individualizada.



Em suas razões de defesa o Município anuncia ter regularizado os apontamentos referentes ao acesso à informação e transparência, reputando atendidos os ditames legais sobre a matéria. Fato que comprovadamente não ocorreu, dadas as inúmeras irregularidades verificadas na consulta acima efetuada.

Portanto, **determino** à Prefeitura que dê curso a sua completa adequação à Lei de Transparência, com a celeridade que a matéria exige, disponibilizando todas as informações de forma mais objetiva possível, para que sejam intuitivamente compreendidas e assimiladas por qualquer interessado.

2.8. APONTAMENTOS REMANESCENTES

Foi constatada exigência como requisito para investidura em funções de confiança nível de escolaridade incompatível com suas atribuições⁸.

Cumpra salientar que referidos cargos, conforme delineados pela Constituição em seu art. 37, V, possuem natureza complexa, exigindo de seus ocupantes conhecimentos técnicos específicos em uma determinada área de atuação. Assim o entendimento da Corte de Contas é que funções de

⁸ Funções de confiança (preenchidos por servidores do quadro efetivo): "Assessor Técnico de Informática", "Assessor Técnico de Educação" e "Chefe de Serviço". Exclusivamente em comissão: "Chefe de Gerenciamento da Frota Pública", "Chefe de Setor", "Chefe do Setor de Transportes", "Diretor de Departamento" e "Diretor de Departamento de Comunicação Social".

confiança e cargos comissionados devem ser preenchidos por servidores que possuam formação compatível com as atribuições⁹.

Perante o exposto, **recomendo** à Municipalidade que inicie Projeto de Lei e exija formação acadêmica compatível com as funções desempenhadas por seus servidores, nos termos disciplinado pelo art. 37, II e V da Carta Magna.

As demais falhas apontadas pela Fiscalização podem ser relevadas, **recomendando-se** a adoção de medidas corretivas para que não se repitam nos exercícios futuros.

2.8. CONCLUSÃO

Acompanho as manifestações unânimes dos órgãos técnicos e **VOTO** pela emissão de **Parecer Favorável** à aprovação das contas anuais, referentes ao exercício de 2018, da **Prefeitura Municipal de Guariba**, ressaltando os atos pendentes de apreciação por esta Corte.

Determino, à margem do Parecer, a expedição de ofício à Origem, com as seguintes **recomendações, alertas e determinações**:

- Adote medidas voltadas à garantia do equilíbrio das contas, valendo-se para tanto do adequado planejamento orçamentário e do acompanhamento contínuo de sua execução, especialmente quanto à necessidade de contingenciamento das despesas (*recomendação*);
- A alteração da peça de planejamento por intermédio de créditos adicionais não extrapole o índice inflacionário (*recomendações*);
- Aprimore as peças de planejamento, permitindo a aferição da efetividade dos programas de governo (*determinação*);
- Atente para as restrições quando o gasto de pessoal estiver acima do limite prudencial estipulado pela Lei Fiscal (*alerta*);

⁹ Comunicado SDG nº 32/2015 (Item 8)

- Mantenha o gasto com pessoal a índice abaixo do limite prudencial (*determinação*);
- Atenda a demanda reprimida de crianças em suas creches municipais (*determinação*);
- Realize concursos públicos para o preenchimento das funções e cargos inerentes às áreas de Educação (*determinação*);
- Sane os problemas de alunos por sala de aula (*determinação*);
- Regularize os problemas constatados no fornecimento da alimentação aos alunos da rede municipal de ensino (*determinação*);
- Parametrize o tempo de espera dos exames e consultas em suas unidades de saúde (*determinação*);
- Estabeleça o Plano de Carreira e Remuneração para seus profissionais que atuam na saúde pública do Município (*determinação*);
- Amplie a cobertura de atendimento de seus Agentes Comunitários de Saúde (*determinação*);
- Aprimore o programa de prevenção e combate ao mosquito *aedes aegypti* (*recomendação*);
- Dê curso a sua completa adequação à Lei de Transparência, disponibilizando todas as informações de forma mais objetiva possível, para que sejam intuitivamente compreendidas e assimiladas por qualquer interessado (*determinação*);
- Exija formação acadêmica compatível com as funções desempenhadas por seus cargos comissionados e funções de confiança (*recomendação*);
- Cumpra as instruções, recomendações e determinações do Tribunal de Contas (*determinação*); e
- Adote medidas objetivando não reincidir nas demais falhas apontadas pela Fiscalização (*recomendação*).

A fiscalização verificará todas as ações efetivamente executadas pelo atual gestor em relação às recomendações e determinações, no próximo roteiro “in loco”.

É como voto.

DIMAS RAMALHO
CONSELHEIRO



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA
ESTADO DE SÃO PAULO
CNPJ nº 48.664.304/0001-80

Guariba, 07 de julho de 2021

OFÍCIO DRHU Nº 018/2021

Em atendimento à Requisição de Documentos 01/2021,
informamos que:

Item 1. a)

**RELAÇÃO INTEGRAL DOS CONTRATADOS POR ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO E
CARGO
PROCESSO SELETIVO – EDITAL Nº 003/2019**

FUNÇÃO-ATIVIDADE: PEB I – Professor de Creche

Classificação	Nome	Data de Contratação
1º	Renata Campos Yaiota	18/02/2020
3º	Melissa Dellacorte Barboza	18/02/2020
5º	Laís Patrícia Ferreira da Silva	10/03/2020
6º	Marcia Menezes Mendes	09/03/2020
7º	Vitória Guiraldelli Gomes Ferreira	18/02/2020
9º	Tatiana Maria Ludovino	18/02/2020
15º	Rosimeire Ferreira Soares dos Santos	18/02/2020
22º	Breno Lindopho Alves	18/02/2020
33º	Marcia Rocha da Cruz Mesquita	19/02/2020

FUNÇÃO-ATIVIDADE: PEB I

2º	Michelle Pinto de Freitas Lopes	18/02/2020
3º	Marcia Gomes Eugênio	18/02/2020
5º	Ligia Gouveia dos Santos	19/02/2020
7º	Renata Lopes de Sales Frediani	20/02/2020
9º	Valéria Salas	19/02/2020
10º	Naiara Cristina Domingues	18/02/2020
11º	Eliana Correa Bonfim	12/03/2020
13º	Carmem Silvia Tasciotti Rodrigues	13/02/2020
15º	Marli Regina de Souza	18/02/2020
16º	Elaine Cristina Rodrigues da Silva Santos	18/02/2020
18º	Kelly Karina de Jesus Carvalho Amaral	16/03/2020
20º	Gisele Aparecida Rocha de Oliveira	18/05/2020
22º	Andrea Cristiane Soares Albaldo	20/02/2020
24º	Carla Cintia Alves	14/02/2020
25º	Renata Campos Yaoita	18/02/2020
27º	Jussara de Sena Araújo	13/03/2020



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA
ESTADO DE SÃO PAULO
CNPJ nº 48.664.304/0001-80

28º	Sabrina Kelly do Nascimento Calazans dos Santos	09/03/2020
29º	Patricia Bianca Vital Freitas	09/03/2020
30º	Fernanda Miranda Teodoro	18/02/2020
32º	Myriam Atique Sawazaki	09/03/2020
34º	Luara Maria Gentil Petrassi	09/03/2020
36º	Ivanete Soares Machado	11/03/2020
48º	Regina Aparecida dos Santos Pereira	16/03/2020

FUNÇÃO-ATIVIDADE: PEB I – Com especialização em Autismo- (TGD) e/ou (TEA)

1º	Helaine Marília Barroso Santos	19/02/2020
2º	Luzia Alves de Toledo Ferreira	19/02/2020
3º	Josiani Laurie da Silva	18/02/2020
5º	Suzana Elizabete Alves Tomazeli	18/02/2020
6º	Alessandro de Souza	17/02/2020
7º	Adriana Corassa Albanes Gouvêa	17/02/2020
8º	Giuliana Cristina Soneto Antonio	11/03/2020
10º	Maria Estela do Nascimento	18/02/2020
11º	Izabella Maria Mazi	18/02/2020
14º	Nadia Maria Politi Fernandes da Silva	20/02/2020
15º	Kelly Karina de Jesus Carvalho Amaral	13/02/2020
16º	Tatiane Aparecida da Silva Matos	18/02/2020

FUNÇÃO-ATIVIDADE: PEB II – Ciências

Classificação	Nome	Data da Contratação
1º	Átila Souza Oliveira Bonfim	14/02/2020

FUNÇÃO-ATIVIDADE: PEB II– Educação Artística

1º	Adriano da Rocha Godinho	12/03/2020
----	--------------------------	------------

FUNÇÃO-ATIVIDADE: PEB II – Educação Física

Classificação	Nome	Data de Contratação
2º	Lucivandro Aparecido de Santana	02/03/2020
3º	Regiane Gomes Pereira	19/02/2020
4º	Vagner Rodrigues do Lino	18/02/2020
7º	Paula Figueiredo Primo	16/03/2020

FUNÇÃO-ATIVIDADE: PEB II – História

Classificação	Nome	Data da Contratação
1º	Emerson Benedito Ferreira	18/05/2020
3º	Isadora Bril Biffi	14/02/2020
4º	Thaís Rocca Rocha	19/02/2020
5º	Vinicius Tadeu Vieira Campelo dos Santos	19/02/2020



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA
ESTADO DE SÃO PAULO
CNPJ nº 48.664.304/0001-80

FUNÇÃO-ATIVIDADE: PEB II – Geografia

Classificação	Nome	Data da Contratação
2º	Marcia Cristina de Sá	02/03/2020
3º	João Paulo Martins da Silva	18/02/2020
7º	Sebastião Gomes da Silva	19/02/2020
8º	José Alves Ferreira	17/02/2020
9º	Maria Cristina de Mattos	20/02/2020
12º	Leandro de Oliveira Magalhães	19/02/2020
14º	Tiago Luis Pinto Ferreira	19/02/2020

FUNÇÃO-ATIVIDADE: PEB II – Língua Portuguesa

1º	Ana Caroline Moco Tura	19/02/2020
2º	Adriana Pereira	19/02/2020
4º	Wanda Helena da Silva	19/02/2020
5º	Sara Amadeu da Silva	18/02/2020
6º	Gisleni Ap. Moreira de Souza Rodrigues	21/02/2020
13º	Maria Sueli dos Santos de Paula	19/02/2020
16º	Elaine Priscila Trindade	19/02/2020
17º	Ligia Christina Correia	09/03/2020
19º	Renata Aparecida Lamparelli	18/05/2020

FUNÇÃO-ATIVIDADE: PEB II – Matemática

1º	Leandro Aparecido Nogueira	18/02/2020
2º	Alini Cristina Pissoloto Ramos	14/02/2020
5º	Daniela Cruzato	18/05/2020
13º	Flavia Carolina Amorim Dias	18/05/2020

FUNÇÃO-ATIVIDADE: PEB II – Educação Especial (TEA)

2º	Nivea Duarte de Gouveia	09/03/2020
7º	Taiz Aparecida Bovolon Souza	09/03/2020

FUNÇÃO-ATIVIDADE: PEB II - Inglês

10º	Elaine Priscila Trindade	02/03/2020
-----	--------------------------	------------

RELAÇÃO INTEGRAL DOS CONTRATADOS POR ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO E CARGO
PROCESSO SELETIVO – EDITAL Nº 003/2020

FUNÇÃO-ATIVIDADE: Médico Pediatra

Classificação	Nome	Data de Contratação
1º	Nereu Rodolfo Krieger Costa	17/08/2020

FUNÇÃO-ATIVIDADE: Farmacêutica

2º	Rafaela Bauab Manna	17/08/2020
----	---------------------	------------



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA
ESTADO DE SÃO PAULO
CNPJ nº 48.664.304/0001-80

FUNÇÃO-ATIVIDADE: Enfermeira

1º	Debora Borges de Oliveira	17/08/2020
2º	Rosana Aparecida Camargo Dias	17/08/2020
5º	Vanessa Gisele Marcondes	24/09/2020

FUNÇÃO-ATIVIDADE: Assistente Social

Classificação	Nome	Data da Contratação
1º	Analina Miranda de Amorim	17/08/2020
2º	Gabriel Maicom Lopes da Silva Grassi	17/08/2020

FUNÇÃO-ATIVIDADE: Fiscal Sanitário

Classificação	Nome	Data de Contratação
2º	Anderson de Oliveira Silva	17/08/2020
4º	Tamiris Cristina Marcondes Lourenço da Silva	17/08/2020
5º	Junor Felix Melquiades	18/08/2020
6º	David Barbosa da Silva	17/08/2020
7º	Edgar Henrique de Carvalho	21/08/2020

FUNÇÃO-ATIVIDADE: Auxiliar de Seção

Classificação	Nome	Data da Contratação
1º	Maria Gabriela Matozinho dos Santos	18/08/2020
2º	Cesar Augusto Junqueira Vianna	18/08/2020

FUNÇÃO-ATIVIDADE: Auxiliar de Limpeza (Servente)

Classificação	Nome	Data da Contratação
1º	Cacieria Lima dos Santos	19/08/2020
2º	Monique Medeiros dos Santos	19/08/2020
4º	Maisa Nene dos Anjos	19/08/2020

FUNÇÃO-ATIVIDADE: Técnica de Enfermagem

3º	Ana Lucia dos Santos Oliveira	24/08/2020
4º	Kelli Pereira de Melo Gastaldello	20/08/2020

FUNÇÃO-ATIVIDADE: Médico Neurologista

1º	Iara Grisi Souza e Silva	08/10/2020
----	--------------------------	------------



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA
ESTADO DE SÃO PAULO
CNPJ nº 48.664.304/0001-80

- b) – Arquivo em PDF específico da legislação pertinente;
- c) – Arquivo em PDF específico com justificativas emitidas pela Secretaria Municipal de Saúde e Secretaria Municipal de Educação;
- d) – Arquivo em PDF constando as cópias dos contratos de trabalhos e Rescisões dos Admitidos temporariamente em 2020, para as funções solicitadas e a Certidão nº 086/2021;
- e) – Arquivo em PDF constando os Termos Aditivos das prorrogações dos contratos, que passaram do exercício de 2020 para o exercício de 2021, conforme funções atividades e quantitativos expressos abaixo;

FUNÇÃO ATIVIDADE	QTD. DE CONTRATOS PRORROGADOS PARA 2021
PEB I	1
PEB II	3
MEDICO PEDIATRA	1
FARMACÊUTICA	1
ENFERMEIRA	3
ASSISTENTE SOCIAL	2
FISCAL SANITÁRIO	4
AUXILIAR DE SEÇÃO	2
AUXILIAR DE LIMPEZA (SERVENTE)	3
TECNICA DE ENFERMAGEM	2
MÉDICA NEUROLOGISTA	1
TOTAL	23


- f) – Foi aberto o chamado protocolado sob o nº #TEC0000096675 em 07/07/2021 às 14h42min, solicitando orientação e autorização para retificação dos dados segundo as contratações temporárias efetuadas no exercício de 2020.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA
ESTADO DE SÃO PAULO
CNPJ nº 48.664.304/0001-80

Ao ensejo aproveito a oportunidade para elevar
protestos de elevada honra e estima.

Atenciosamente,


NESTOR PERCHIANO DE OLIVEIRA JUNIOR
Diretor do Departamento de Recursos Humanos

Ao
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Escritório Regional de Ribeirão Preto_UR-06
Rua: Adolfo Zco, nº 426 - Ribeirânia
Ribeirão Preto - SP
A/C de Danilo – Agente de Fiscalização



Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

INSTRUÇÃO DO PERÍODO

Processo TC 2828/989/20
Poder EXECUTIVO
Município Guariba
Entidade PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA
Período 12/2020
Relator Dr. Sidney Estanislau Beraldo
Unidade Fiscalizadora UR-06 UNIDADE REGIONAL DE RIBEIRÃO PRETO
Responsável FRANCISCO DIAS MANCANO JUNIOR
Cargo PREFEITO
CPF 737.331.308-63
Período de Gestão 01/01/2017 a 31/12/2020

Em atendimento ao disposto nas Instruções Nº 02/2016 e na Ordem de Serviço SDG 01/2017, temos a informar o seguinte:

ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO FISCAL

1 - Assunto de Fiscalização: CUMPRIMENTO DAS INSTRUÇÕES DO TCE

1.1 - CI01 - Cumprimento das entregas da documentação exigida pelo TCE

Todos os documentos exigidos foram entregues, sendo que os documentos abaixo indicados foram entregues intempestivamente:

Tipo de Documento	Mês	Ano
ATA AUDIENCIA AVALIAÇÃO CUMPRIMENTO METAS	12	2020
PLAN LDO ATUALIZADA	12	2020
PLAN LOA ATUALIZADA	12	2020
PLAN PPA ATUALIZADO	12	2020



2 - Assunto de Fiscalização: LRF

2.1 - GF15 - Análise da Receita (Execução Orçamentária)

Previsão acumulada	R\$ 123.000.000,00	
Realização acumulada	R\$ 125.703.970,66	
Variação	R\$ 2.703.970,66	2,1984%

Da análise do comportamento das receitas, observamos uma situação favorável, em virtude da ocorrência de superávit de arrecadação acima demonstrado.

2.2 - GF16 - Análise da Despesa (Execução Orçamentária)

Receitas Realizadas :	R\$ 125.703.970,66	
Despesas Liquidadas até o Período	R\$ 117.664.426,42	
Resultado da Execução Orçamentária	R\$ 8.039.544,24	6,3956%

Da análise do comportamento das receitas arrecadadas e despesas liquidadas, observamos uma situação favorável, em virtude da ocorrência de superávit demonstrado.

2.3 - GF20 - Análise do Resultado Primário - LOA Atualizada X Meta da LDO

Resultado Primário Previsto na LOA	R\$ -13.817.901,40	
Resultado Primário do Anexo de Metas da LDO	R\$ 347.000,00	
Diferença	R\$ -14.164.901,40	102,5112%

Diante das alterações orçamentárias, verifica-se que o Resultado Primário Previsto na LOA atualizada foi inferior ao consignado no Anexo de Metas da LDO, demonstrando, portanto, incompatibilidade com a meta estabelecida.

Pelo exposto, caberá à Auditoria observar a ocorrência de eventuais alertas efetuados, sem as devidas medidas de ajustes, consignando a ocorrência em item próprio do relatório das contas anuais.

2.4 - GF22 - RPPS - Previsão X Realização das Receitas Previdenciárias

A análise encontra-se prejudicada uma vez que o Município não possui Regime Próprio de Previdência Social.

2.5 - GF23 - RPPS - Análise das Disponibilidades Financeiras do Regime Previdenciário

A análise encontra-se prejudicada uma vez que o Município não possui Regime Próprio de Previdência Social.

2.6 - GF24 - Análise do Resultado Nominal - Resultado Realizado X Meta da LDO

Resultado Nominal Realizado no Exercício	R\$ -3.135.692,69	
Resultado Nominal Previsto no Anexo de Metas	R\$ 1.000.000,00	
Diferença	R\$ -4.135.692,69	131,8909%

Diante dos dados acima, verifica-se que o Resultado apurado no exercício demonstrou uma situação desfavorável, uma vez que ficou aquém da pretensão estabelecida no Anexo de Metas da LDO, cabendo à auditoria examinar as causas (como queda de arrecadação sem as devidas adequações de contingenciamento de dotações, despesas acima das metas fixadas, aumento do endividamento de longo prazo, redução das disponibilidades por pagamentos de dívidas de curto prazo ou de despesas extraorçamentárias, etc).

2.7 - GF26 - Análise dos Restos a Pagar - Movimentação até o Período

Posição no exercício anterior

Órgão	RP Proces	RP Não Proces
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA	R\$ 528.232,48	R\$ 6.070.862,57

Movimentação no Exercício

Nome Órgão	Inscrições	Pagamentos	Cancelamentos
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA	R\$ 5.279.011,57	R\$ 4.713.020,64	R\$ 955.731,76

Posição atual

Nome Órgão	RP Proces	RP Não Proces	Red Esperada
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA	R\$ 813.328,43	R\$ 5.396.025,79	R\$ 3.299.550,16

Diante das baixas ocorridas até o período em parâmetros que evidenciam uma tendência de redução integral do montante de restos a pagar, observa-se uma situação financeira ajustada, sendo desnecessária, portanto, a emissão de alerta.

2.8 - GF27 - Despesas com Pessoal

Visando a um melhor acompanhamento, demonstramos a seguir as informações apuradas nos três quadrimestres imediatamente anteriores, bem como no quadrimestre ora analisado:

Período	Gastos	RCL	% Gasto	% Permitido Legal
12/2019	R\$ 56.961.693,51	R\$ 118.905.256,02	47,9051%	54,0000%
4/2020	R\$ 60.445.916,33	R\$ 119.017.603,16	50,7874%	54,0000%
8/2020	R\$ 58.341.057,44	R\$ 123.485.524,24	47,2453%	54,0000%
12/2020	R\$ 57.043.970,84	R\$ 121.301.958,17	47,0264%	54,0000%

Diante dos elementos apurados acima, verificamos que a despesa total com pessoal não superou o limite previsto no art. 20, inciso III, da Lei Complementar n.º 101, de 04/05/2000, não sendo necessária a emissão de alerta ao Poder em tela, tendo em vista que o percentual apurado acima não ultrapassou aquele previsto no art. 59, § 1º, inciso II, da Lei supracitada.

2.9 - GF28 - Dívida Consolidada

Período	RCL	DCL	% Dívida
12/2020	R\$ 121.301.958,17	R\$ -28.611.583,00	-23,5871%
8/2020	R\$ 123.485.524,24	R\$ -35.520.150,22	-28,7646%

Da análise do percentual apurado no quadrimestre, observamos que o Município encontra-se devidamente ajustado ao limite de 120,00% da RCL, demonstrando o cumprimento do disposto no artigo 3º, inciso II, da Resolução nº 40 do Senado Federal, não sendo necessária a emissão de alerta ao Poder em tela, tendo em vista que o percentual apurado acima não ultrapassou aquele previsto no art. 59, § 1º, inciso III, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

2.10 - GF29 - Análise das Operações de Crédito (exceto ARO)

RCL	R\$ 121.301.958,17	
Operações de Crédito (exceto ARO)	R\$ 0.00	0,0000%
Limite Legal:	R\$ 19.408.313,30	

Da análise do percentual apurado no quadrimestre, observamos que o Município encontra-se devidamente ajustado ao limite de 16,00% da RCL, demonstrando o cumprimento ao disposto no Inciso I, do artigo 7º da Resolução nº 43 do Senado, encontrando-se abaixo do percentual de 90,00% do limite, sendo desnecessária, portanto, a emissão de alerta.

2.11 - GF30 - Análise das Operações de Crédito por Antecipação da Receita Orçamentária (ARO)

Análise prejudicada em virtude da ausência de saldo decorrente de contratação de empréstimo por antecipação da receita orçamentária.

2.12 - GF31 - Análise de Concessão de Garantias

RCL	R\$ 121.301.958,17	
Concessões de Garantias	R\$ 0.00	0,0000%
Limite Legal	R\$ 26.686.430,79	

Da análise do percentual apurado no quadrimestre, observamos que o Município encontra-se devidamente ajustado ao limite de 22,0000% da RCL, demonstrando o cumprimento do disposto no artigo 9º da Resolução nº 43 do Senado, encontrando-se abaixo do percentual de 90,00% do limite, sendo desnecessária, portanto, a emissão de alerta.

2.13 - GF32 - Análise da Aplicação de Recursos decorrentes da Alienação de Ativos

Nome do Órgão	Saldo Anterior	Receitas de Alienação	Aplicações Efetuadas	Saldo a Aplicar
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA	R\$ 488.592,64	R\$ 154.184,05	R\$ 237.710,59	R\$ 323.998,17

De acordo com o quadro acima, verifica-se que as receitas derivadas de alienações de bens e direitos que integram o patrimônio público não foram aplicadas na sua totalidade durante o exercício, cabendo à auditoria confirmar in loco a destinação dos valores aplicados no exercício e a destinação do saldo vinculado no exercício seguinte, considerando os termos dos artigos 44, 8º, par.único e 50, inc. I, todos da Lei Complementar 101/00 e, se o caso, o atendimento às regras da Lei Federal 8.666/93, apontando eventuais irregularidades nos itens próprios do relatório das contas anuais.

2.14 - GF36 - Despesas com Pessoal (último ano de mandato/ano eleitoral)

Período	Desp. Pessoal	RCL	% Gasto	% Ref.
6/2020	R\$ 57.969.193,47	R\$ 119.830.329,76	48,3761%	48,3761%
7/2020	R\$ 58.397.495,57	R\$ 120.846.732,94	48,3236%	48,3761%
8/2020	R\$ 58.341.057,44	R\$ 123.485.524,24	47,2453%	48,3761%

9/2020	R\$ 58.296.930,73	R\$ 126.589.387,56	46,0520%	48,3761%
10/2020	R\$ 57.411.417,52	R\$ 124.795.621,97	46,0044%	48,3761%
11/2020	R\$ 57.314.740,66	R\$ 125.017.103,24	45,8455%	48,3761%
12/2020	R\$ 57.043.970,84	R\$ 121.301.958,17	47,0264%	48,3761%

A despesa com pessoal no encerramento do mês 12/2020, calculada na forma do art.18, § 2º da LRF, importou em 47,0264%, não sendo verificado acréscimo em relação ao percentual apurado em 6/2020, situação que deverá ser confirmada por ocasião da inspeção "in loco". Em relação ao período dos 180 dias finais de mandato, não se verificou acréscimo percentual em relação ao apurado no mês de 6/2020, situação que deverá ser confirmada por ocasião da inspeção "in loco", para fins do disposto no art.21, parágrafo único da LRF.

2.15 - GF37 - Análise das despesas assumidas nos últimos quatro bimestres (Art. 42 da LRF)

Disponibilidade Financeira em 30/04	R\$ 33.245.276,52
(-) Saldo de Restos a Pagar até 30/04	R\$ 365.612,21
(-) Empenhos Liquidados a Pagar até 30/04	R\$ 9.249.234,52
(-) Valores Restituíveis	R\$ 728.752,86
(=) (In)Disponibilidade Líquida em 30/04	R\$ 22.901.676,93
Disponibilidade Financeira em 31/12	R\$ 29.939.578,31
(-) Saldo de Restos a Pagar EM 31/12	R\$ 1.340.594,71
(-) Valores Restituíveis	R\$ 31.985,62
(=) (In)Disponibilidade Líquida em 31/12	R\$ 28.566.997,98
Percentual de variação entre e a Disponibilidade Líquida em 31/12 e 30/04	24,7376%

O resultado da disponibilidade líquida em 31/12 demonstra que o órgão tem disponibilidade financeira frente às despesas contraídas nos últimos 8 meses finais de mandato do Chefe do Poder, situação que deverá ser confirmada "in loco" para fins de verificação do cumprimento do art.42 da LRF

2.16 - GF38 - Operações de Crédito X Despesas de Capital (regra de Ouro)

Análise deste item encontra-se prejudicada, em vista da não realização de Operações de Crédito, cabendo à auditoria a sua confirmação loco, apontando eventuais irregularidades no relatório das contas anuais.

2.17 - GF52 - Dívida de Curto Prazo

Nomenclatura	Saldo Período Anterior	Movimento do Período		Saldo Para o Período Seguinte
		Inscrição	Baixa	
<u>Restos a Pagar Processados</u>	R\$ 528.232,48	R\$ 757.486,04	R\$ 472.390,09	R\$ 813.328,43
<u>Restos a Pagar Não Processados</u>	R\$ 6.070.862,57	R\$ 4.521.525,53	R\$ 5.196.362,31	R\$ 5.396.025,79
Consignações	R\$ 281.622,95	R\$ 9.464.538,31	R\$ 9.716.191,21	R\$ 29.970,05
Depósitos	R\$ 41.782,44	R\$ 56.916,38	R\$ 96.683,25	R\$ 2.015,57
Outros	R\$ 194.575,49	R\$ 135.666.740,64	R\$ 130.129.725,51	R\$ 5.731.590,62
Total	R\$ 7.117.075,93	R\$ 150.467.206,90	R\$ 145.611.352,37	R\$ 11.972.930,46

3 - Assunto de Fiscalização: ENSINO

3.1 - AE02 - Planejamento Atualizado de Aplicação em Ensino

Receita Prevista Atualizada	R\$ 81.823.900,00
Despesa Fixada Atualizada	R\$ 21.552.000,00
Índice Apurado	26,3395%

Após as alterações orçamentárias, realizadas até o período, foram mantidas dotações suficientes para atendimento da aplicação do percentual mínimo de 25,0000% na manutenção e desenvolvimento do ensino, exigido no art. 212 da CF.

3.2 - AE03 - Aplicação de Recursos Próprios em Ensino com base na Despesa Liquidada

Receita	R\$ 74.092.355,31	

Despesa Empenhada	R\$ 19.165.695,25	25,8673%
Despesa Liquidada	R\$ 19.165.695,25	25,8673%
Despesa Paga	R\$ 19.165.695,25	25,8673%

Com base na Despesa Liquidada, o Município apresenta percentual de aplicação favorável ao atendimento do disposto no art. 212 da CF.

3.3 - AE04 - Aplicação de Recursos Próprios em Ensino com base na Despesa Empenhada

Receita	R\$ 74.092.355,31	
Despesa Empenhada	R\$ 19.165.695,25	25,8673%
Despesa Liquidada	R\$ 19.165.695,25	25,8673%
Despesa Paga	R\$ 19.165.695,25	25,8673%

Com base na Despesa Empenhada, o Município atendeu ao disposto no art. 212 da CF.

3.4 - AE05 - Aplicação de Recursos do FUNDEB

Saldo Anterior	Receita	Despesa Empenhada	
		R\$	%
R\$ -4.462.599,31	R\$ 29.745.193,87	R\$ 29.745.193,87	100,0000%

Com base na Despesa Empenhada, verifica-se que o Município atendeu ao caput do art. 21 da Lei 11.494/07.

3.5 - AE06 - Aplicação de Recursos do FUNDEB na remuneração do Magistério

Saldo Anterior	Receita	Despesa Empenhada Magistério	
		R\$	%
R\$ -4.462.599,31	R\$ 29.745.193,87	R\$ 22.269.602,22	74,8679%

Com base na Despesa Empenhada, verifica-se que o Município atendeu ao art. 22 da Lei 11.494/07.

3.6 - AE07 - Aplicação dos Recursos do FUNDEF de Exercícios Anteriores

--	--	--	--

Saldo Anterior	Aplic. Financ.	Desp Empenhada	Saldo Atual
R\$ 0.00	R\$ 0.00	R\$ 0,00	R\$ 0.00

Com base na Despesa Empenhada, verifica-se que o Município aplicou o saldo remanescente do FUNDEF recebido em exercícios anteriores.

3.7 - AE08 - Repasses Decendiais (Estimado)

25% dos Impostos - Retenções ao Fundeb	Repasses até o Período	
	R\$	%
R\$ 7.093.907,97	R\$ 11.429.180,85	161,1126%

Verifica-se que o Município, até o presente trimestre, efetuou repasses às contas vinculadas em valores que indicam o atendimento ao disposto no art. 69, §5º da Lei Federal 9.394/96.

4 - Assunto de Fiscalização: SAÚDE

4.1 - AS02 - Planejamento Atualizado de Aplicação em Saúde

Receita Prevista Atualizada	R\$ 79.423.900,00
Despesa Fixada Atualizada	R\$ 24.002.371,90
Índice Apurado	30,2206%

Após as alterações orçamentárias, realizadas até o período, foram mantidas dotações suficientes para atendimento da aplicação do percentual mínimo de 15,0000% nas ações e serviços de saúde, exigido no art. 77, inc. III e §4º, do ADCT da CF.

4.2 - AS03 - Aplicação de Recursos Próprios em Saúde com base na Despesa Liquidada

Receita	R\$ 71.946.893,75	
Despesa Empenhada	R\$ 21.783.982,43	30,2779%
Despesa Liquidada	R\$ 21.670.241,24	30,1198%
Despesa Paga	R\$ 21.655.614,49	30,0994%

Com base na Despesa Liquidada, o Município apresenta percentual de aplicação favorável ao atendimento do disposto no art. 77, inc. III e §4º, do ADCT da CF.

4.3 - AS04 - Aplicação de Recursos Próprios em Saúde com base na Despesa Empenhada

Receita	R\$ 71.946.893,75	
Despesa Empenhada	R\$ 21.783.982,43	30,2779%
Despesa Liquidada	R\$ 21.670.241,24	30,1198%
Despesa Paga	R\$ 21.655.614,49	30,0994%

Com base na Despesa Empenhada, o Município atendeu ao disposto no art. 77, inc. III e §4º, do ADCT da CF.

5 - Assunto de Fiscalização: ANALISE OCP

5.1 - ANALISE OCP

Diante dos elementos apurados, verifica-se que o Órgão observou a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades.

6 - Assunto de Fiscalização: BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - QUADRIMESTRAL

6.1 - ANÁLISE DO RESULTADO ORÇAMENTÁRIO (DADOS ISOLADOS DA PM)

Receitas	Previsão	Realização	AH%	AV%
Receitas Correntes	R\$ 135.506.000,00	R\$ 134.080.758,16	-1,05%	106,66%
Receitas de Capital	R\$ 253.000,00	R\$ 3.272.012,49	1.193,29%	2,60%

Deduções da Receita	R\$ -12.759.000,00	R\$ -11.648.799,99	-8,70%	-9,27%
Receitas Intraorçamentárias	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%	0,00%
Subtotal das Receitas Orçam.	R\$ 123.000.000,00	R\$ 125.703.970,66	2,20%	100,00%
Outros Ajustes		R\$ 0,00		0,00%
Total das Receitas Orçam.	R\$ 123.000.000,00	R\$ 125.703.970,66		100,00%
		R\$ 2.703.970,66		2,20%

Despesas	Fixação Final	Execução	AH%	AV%
Despesas Correntes	R\$ 123.025.287,91	R\$ 110.216.650,86	10,41%	90,20%
Despesas de Capital	R\$ 10.096.613,49	R\$ 8.725.537,06	13,58%	7,14%
Reserva de Contingência	R\$ 1.230.000,00			
Despesas Intraorçamentárias	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%	0,00%
Repasses de duodécimos	R\$ 3.400.000,00	R\$ 3.400.000,00	0,00%	2,78%
(-) Devolução de duodécimos		R\$ 153.235,97		0,13%
Transf. Financeira À Adm. Indireta	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%	0,00%
Subtotal das Despesas	R\$ 137.751.901,40	R\$ 122.188.951,95	11,30%	100,00%
Outros Ajustes		R\$ 0,00		0,00%
Total das Despesas	R\$ 137.751.901,40	R\$ 122.188.951,95		100,00%
Economia Orçamentária			R\$ 15.562.949,45	12,74%

Resultado da Execução Orçamentária		R\$ 3.515.018,71	2,80%
---	--	---------------------	-------

O Resultado Geral da Execução Orçamentária, apurado com base nos dados enviados pela origem, demonstra que o órgão obteve um superávit no período, correspondendo a 2,80% da receita realizada.

6.2 - ANÁLISE DO RESULTADO ORÇAMENTÁRIO (DADOS ISOLADOS DA PM) - LIQUIDAÇÃO

Receitas Realizadas	R\$ 137.352.770,65
Deduções da Receita	R\$ 11.648.799,99
Despesas Liquidadas	R\$ 114.420.662,39
Repasse de Duodécimos	R\$ 3.400.000,00
Devolução de Duodécimos	R\$ 153.235,97
Transferências Financeiras para Adm Indireta	R\$ 0,00
Resultado da Execução Orçamentária	R\$ 8.036.544,24

O Resultado da Execução Orçamentária foi apurado com base nos empenhos liquidados.

Os valores que não se referem ao período examinado são extraídos dos relatórios de Instrução Anteriores.

Data da Geração: 30/04/2021
Hora da Geração: 11:08:22



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
GABINETE DO CONSELHEIRO ROBSON MARINHO

Conselheira-Substituta Silvia Monteiro
Segunda Câmara
Sessão: **6/4/2021**

98 TC-004480.989.19-3 - PREFEITURA MUNICIPAL - CONTAS ANUAIS - PARECERES

Prefeitura Municipal: Guariba.

Exercício: 2019.

Prefeito: Francisco Dias Mançano Júnior.

Advogado(s): Carolina Rangel Segnini (OAB/SP nº 280.200).

Procurador(es) de Contas: José Mendes Neto.

Fiscalizada por: UR-6.

Fiscalização atual: UR-6.

TÍTULO	SITUAÇÃO	(Ref.)
Ensino	26,51%	(25%)
FUNDEB	100,00%	(95%-100%)
Magistério	71,25%	(60%)
Pessoal	47,91%	(54%)
Saúde	28,65%	(15%)
Transferências ao Legislativo	Regular	(7%)
Receitas Arrecadadas	R\$ 121.971.437,58	
Execução orçamentária – déficit	R\$ 546.470,38 – 0,45 %	
Execução financeira – superávit	R\$ 19.168.463,42	
Remuneração dos agentes políticos	Regular	
Ordem cronológica de pagamentos	Regular	
Precatórios (pagamentos)	Regular	
Encargos sociais	Regular	

EMENTA: CONTAS ANUAIS. PREFEITURA. CUMPRIMENTO DOS LIMITES LEGAIS. AUSÊNCIA DE FALHAS GRAVES. FAVORÁVEL.

Relatório

Em exame, as contas prestadas pela **Prefeitura do Município de Guariba** relativas ao exercício de 2019, que foram objeto de fiscalização pela Unidade Regional de Ribeirão Preto – UR 06 (ev. 13).

No respectivo relatório constam os resultados da verificação dos itens selecionados pela relevância, histórico, materialidade e outros fatores que



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO CONSELHEIRO ROBSON MARINHO

determinaram sua inclusão nos períodos analisados. As principais ocorrências registradas são as seguintes:

Controle Interno

- relatórios apresentam apenas análises sobre aspectos fiscais, não abordando aspectos operacionais dos serviços prestados à população;
- ausência de regulamentação da periodicidade dos relatórios.

Planejamento

- inexistência de levantamentos formais dos problemas, necessidades, deficiências do Município antecedentes ao planejamento;
- falta de recursos tecnológicos para a operacionalização das atividades de planejamento;
- não utilização do monitoramento da execução orçamentária para o replanejamento dos programas e metas das peças orçamentárias
- não elaboração da "Carta de Serviço ao Usuário", o que pode comprometer a transparência e o acesso simplificado do atendimento público à comunidade, infringindo o art. 7º da Lei nº 13.460/2017.

Resultados

- alterações orçamentárias atingiram 29,02% da despesa fixada inicial.

Quadro de Pessoal

- cargos em comissão equivalentes com exigências de escolaridade em desacordo com Comunicado SDG nº 32/2015, bem como a jurisprudência do E. Tribunal de Justiça de São Paulo;
- não há definição em lei dos requisitos para as nomeações dos Secretários Municipais, dentre eles o nível de escolaridade exigido;

IEG-M Fiscal

- não realização de cobrança extrajudicial da dívida ativa também nas modalidades de conciliação extrajudicial, inclusão do nome do devedor em cadastro e serviços de proteção ao crédito;

Ajustes

- desatendimento à Lei de Licitações em Termos Aditivos firmados durante o exercício em análise, cuja contratação está sob acompanhamento de sua execução por este e. Tribunal de Contas (matéria tratada em autos específicos, – TC-016405.989.19 e TC-016408.989.19);

Educação

- demanda não atendida de vagas em creches do Município, com déficit de 201 vagas;
- não havia estabelecimentos de Anos Iniciais (1º ao 5º ano) do Ensino Fundamental com turmas em tempo integral e nem todos os estabelecimentos de Anos Finais (6º ao 9º ano) do Ensino Fundamental ofereciam turmas em tempo integral;



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO CONSELHEIRO ROBSON MARINHO

- nenhuma Creche do Município possuía Sala de Aleitamento Materno;
- salas de aula com metragem menor por aluno do que a recomendada pelo Parecer CNE nº 08/2010;
- maioria dos estabelecimentos de ensino da rede pública municipal não possui Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros;
- veículos da frota escolar com mais de 10 anos de fabricação, além da ausência de inspeção semestral junto ao CIRETRAN;
- diversas falhas nos procedimentos de preparo, armazenamento e avaliação da qualidade dos alimentos servidos aos alunos, conforme apurado em fiscalização ordenada.

Saúde

- unidades da saúde municipal não possuem Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros;
- inexistência de Plano de Cargos e Salários;
- não há serviço de agendamento de consulta médica nas Unidades Básicas de Saúde de forma não presencial, os agendamentos não foram feitos com intervalo mínimo de 15 minutos entre uma consulta e outra e não houve controle de absenteísmo de consultas.

IEG-M - Outros

- diversas falhas encontradas nos serviços prestados referentes à governança (i-gov), à cidade (i-cidade C) e, também, ao meio ambiente (i-amb).

Fidedignidade dos Dados Informados ao Sistema AUDESP

- divergências entre os dados informados pela origem e aqueles apurados no Sistema AUDESP.

Atendimento à Lei Orgânica, Instruções e Recomendações do Tribunal

- desatendimento às recomendações do Tribunal de Contas.

Notificado (ev. 19), o responsável juntou aos autos alegações de defesa e documentos (ev. 48).

A manifestação de ATJ encontra-se no evento 76. As assessorias não encontraram óbices que pudessem comprometer as contas em análise, no que foram acompanhadas por sua Chefia.

O **Ministério Público de Contas** (ev. 88) propõe a **emissão de parecer favorável com recomendações**, uma vez que as Contas de Governo, apesar de se apresentarem dentro dos parâmetros legais e dos padrões esperados por esse egrégio Tribunal de Contas, reúnem falhas que demandam ações corretivas.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
GABINETE DO CONSELHEIRO ROBSON MARINHO

Conforme dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, INEP, do Ministério da Educação, a situação operacional da educação no Município em exame é retratada nas Tabelas abaixo:

IDEB - Índice Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica

	Nota Obtida						Metas							
	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021	
Anos Iniciais	5,1	5,5	5,9	6,0	6,3	6,7	4,7	5,1	5,3	5,6	5,9	6,1	6,4	
Anos Finais	4,3	4,7	4,6	4,8	5,0	5,5	4,2	4,5	4,9	5,3	5,5	5,7	6,0	

NM = Não municipalizado

Fonte: INEP

Dados da Educação

	Alunos matriculados		Gasto em Educação	
	2018	2019	2018	2019
Guariba	6.412	6.433	R\$ 43.965.889,44	R\$ 44.992.354,55
Região Administrativa de Ribeirão Preto	130.257	130.136	R\$ 1.244.566.845,23	R\$ 1.314.280.820,63
<<644 municípios>>	3.206.352	3.223.365	R\$ 31.855.134.873,53	R\$ 34.574.785.219,62

	Gasto anual por aluno	
	2018	2019
Guariba	R\$ 6.856,81	R\$ 6.993,99
Região Administrativa de Ribeirão Preto	R\$ 9.554,70	R\$ 10.099,29
<<644 municípios>>	R\$ 9.935,01	R\$ 10.726,30

Fonte: Censo Escolar / ADESP



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
GABINETE DO CONSELHEIRO ROBSON MARINHO

A situação operacional da saúde no Município apresenta-se na seguinte conformidade:

Dados da Saúde

	Habitantes		Gasto em Saúde	
	2018	2019	2018	2019
Guariba	39.714	40.105	R\$ 28.168.239,15	R\$ 31.268.644,62
Região Administrativa de Ribeirão Preto	1.419.910	1.436.428	R\$ 1.289.332.941,07	R\$ 1.339.698.782,55
<<644 municípios>>	33.362.070	33.667.026	R\$ 29.164.685.507,43	R\$ 31.399.562.984,99

	Gasto anual por habitante	
	2018	2019
Guariba	R\$ 709,28	R\$ 779,67
Região Administrativa de Ribeirão Preto	R\$ 908,04	R\$ 932,66
<<644 municípios>>	R\$ 874,19	R\$ 932,65

Fonte: Censo Escolar / AUDESP

Por fim, o Índice de Efetividade da Gestão Municipal no exercício apresentou as seguintes notas:

Dados do IEGM

Faixas de Resultado	IEGM	I-Educ	I-Saúde	I-Planejamento	I-Fiscal	I-Amb	I-Cidade	I-Gov TI
2014	B+	A	B	B+	B+	A	B	C
2015	B	B+	C+	C	B	A	B	C+
2016	B	B+	B+	C	B+	A	B	B
2017	B	B+	B+	C	B	B+	B	B
2018	B	B	C+	C	B	B+	C+	B
2019	B	B	B	C	B	B	C+	C+

Contas anteriores:

2018 TC 004139/989/18 favorável¹
2017 TC 006382/989/16 favorável²
2016 TC 003904/989/16 favorável³
É o relatório.

Galf.

¹ D.O.E. em 28/05/2020

² D.O.E. em 23/05/2019

³ D.O.E. em 12/10/2018



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
GABINETE DO CONSELHEIRO ROBSON MARINHO

Voto

TC-004480.989.19-3

A instrução dos autos demonstra que as contas da Prefeitura Municipal de **Guariba** reúnem condições suficientes para sua aprovação, não havendo falha grave.

Com efeito, o Município cumpriu seu dever constitucional (artigo 212 da Constituição Federal) ao aplicar **26,51%** da receita de impostos e transferências na educação básica e **71,25%** dos recursos do FUNDEB na remuneração dos profissionais do magistério (artigo 60, inciso XII, do ADCT).

Aplicou, ainda, no exercício de 2019, **100,00%** do FUNDEB recebido, por meio de conta bancária vinculada, atendendo ao § 2º do artigo 21 da Lei Federal nº 11.494/07.

O volume de dispêndio médio por estudante foi de R\$ 6.993,99, abaixo da média da Região Administrativa de Ribeirão Preto (R\$ 10.099,29).

Do ponto de vista operacional, a meta dos anos iniciais do ensino fundamental foi alcançada no período, o que já não foi, contudo, observado nos anos finais.

A propósito, acolho os esclarecimentos da autoridade responsável no sentido de que houve melhoria do ensino nos anos finais, com a desejada ampliação do número de alunos participantes da avaliação. De todo modo, deve a Origem intensificar os seus esforços para imprimir mais qualidade no ensino municipal, cumprindo assim a meta.

Na saúde foram aplicados **28,65%** (artigo 7º, da Lei Complementar nº 141/12), e registrado gastos médios ligeiramente abaixo dos valores aferidos na Região.

O limite de transferências à Câmara Municipal estabelecido no artigo 29-A da Constituição Federal foi observado.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
GABINETE DO CONSELHEIRO ROBSON MARINHO

As despesas com pessoal ao término do exercício em exame alcançaram 47,91%, abaixo do teto estabelecido pela LRF.

A situação das contas públicas é satisfatória tendo em vista o déficit orçamentário ter sido inteiramente amparado pelo resultado financeiro positivo registrado no exercício anterior.

Houve regular recolhimento dos encargos sociais e suficiente pagamento de precatórios.

A respeito do quadro de pessoal, a Origem deve tomar medidas para adequar os cargos em comissão aos ditames constitucionais assim como ao Comunicado SDG 32/2015.

Também devem ser tomadas providências visando aperfeiçoar os mecanismos de cobrança da dívida ativa.

De todo modo, por se tratar de um conjunto de falhas sem constatação de prejuízo iminente ao interesse público, a situação é relevável.

Os demais apontamentos da instrução são igualmente releváveis, inserindo-se recomendações específicas ao Chefe do Executivo ao término do voto, cujo atendimento deverá ser verificado na próxima fiscalização “*in loco*”.

Sendo assim e considerando que as questões mais relevantes na análise das contas sob a ótica dos princípios da anualidade, unidade e universalidade foram observadas, meu voto é pela emissão de parecer **favorável com recomendações** à aprovação das contas prestadas pela **Prefeitura Municipal de Guariba**, relativas ao exercício de 2019, exceção feita aos atos porventura pendentes de apreciação por este Tribunal.

À margem do parecer, determino oficiamento ao Chefe de Poder, determinando-lhe que:



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
GABINETE DO CONSELHEIRO ROBSON MARINHO

- adote medidas concretas para o efetivo funcionamento do Sistema de Controle Interno;
- adote medidas específicas para melhorar a qualidade do ensino ofertado, especialmente nos anos finais do fundamental;
- implemente medidas efetivas para corrigir as diversas impropriedades apontadas pelo IEGM sob as perspectivas Planejamento, Educação, Saúde, Gestão Ambiental, Proteção ao Cidadão e Governança Tecnológica.;
- aprimore as fases de planejamento e execução do orçamento, evitando elevados percentuais de alterações orçamentárias;
- elimine as falhas encontradas no setor de ensino, especialmente, a insuficiência de vagas em creches.

É como voto.



Unidade Regional de Ribeirão Preto
UR-06



Processo : TC-002828.989.20

Entidade : Prefeitura Municipal de Guariba

Assunto : Contas Anuais

Exercício : 2020

Prefeito : Francisco Dias Mançano Júnior¹

CPF nº : 737.331.308-63

Período : 01/01/2020 a 31/12/2020

Relatoria : Dr. Sidney Estanislau Beraldo

Instrução : UR-6.2 / DSF- II

Senhor Chefe Técnico da Fiscalização,

Trata-se das contas apresentadas em face do art. 2º, II, da Lei Complementar Estadual nº 709, de 14 de janeiro de 1993 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo).

Em atendimento ao TC-A-30973/026/00, registramos a notificação do Sr. Francisco Dias Mançano Júnior, responsável pelas contas em exame, e do Sr. Celso Antonio Romano, atual Prefeito Municipal de Guariba (Ofícios juntados aos autos – Arquivos 02 e 03).

Consignamos os dados e índices considerados relevantes para um diagnóstico inicial do Município:

DESCRIÇÃO	FONTE (DATA DA CONSULTA)	DADOS	ANO DE REFERÊNCIA
POPULAÇÃO	IBGE (17/06/2021)	40.487 habitantes	2020
ARRECADAÇÃO MUNICIPAL	Sistema Audeps (17/06/2021)	R\$ 125.703.970,66	2020
RCL	Sistema Audeps (17/06/2021)	R\$ 121.301.958,17	2020

Informamos que o Município possui a seguinte série histórica de

¹ Cadastro Audeps juntado aos autos – Arquivo 01, neste evento.

classificação no Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEG-M):

EXERCÍCIOS	2018	2019	2020
IEG-M	B	B	B
i-Planejamento	C	C	C
i-Fiscal	B	B	B
i-Educ	B	B	B
i-Saúde	C+	B	B
i-Amb	B+	B	B
i-Cidade	C+	C+	B
i-Gov-TI	B	C+	C

Obs.: Índices do exercício em exame, após verificação/validação da Fiscalização.

A Prefeitura analisada obteve, nos três últimos exercícios apreciados tempestivamente, os seguintes **Pareceres** na apreciação de suas contas:

Exercícios	Processos	Pareceres
2018	TC-004139.989.18	Favorável com recomendações, alertas e determinações
2017	TC-006382.989.16	Favorável com recomendações
2016	TC-003904.989.16	Favorável com recomendações

A partir de tais premissas, a Fiscalização planejou a execução de seus trabalhos, agregando a análise das seguintes fontes documentais:

1. Indicadores finalísticos componentes do IEG-M – Índice de Efetividade da Gestão Municipal;
2. Ações fiscalizatórias desenvolvidas através da seletividade (contratos e repasses);
3. Prestações de contas mensais do exercício em exame, encaminhadas pela Chefia do Poder Executivo;
4. Resultado do acompanhamento simultâneo do Sistema Audesp, bem como acesso aos dados, informações e análises disponíveis no referido ambiente;
5. Análise das denúncias, representações e expedientes diversos;
6. Leitura analítica dos três últimos relatórios de fiscalização e respectivas decisões desta Corte, sobretudo no tocante a assuntos relevantes nas ressalvas, advertências e recomendações;

7. Análise das informações disponíveis nos demais sistemas deste e. Tribunal de Contas do Estado;

8. Outros assuntos relevantes obtidos em pesquisa aos sítios de transparência dos Órgãos Fiscalizados ou outras fontes da rede mundial de computadores.

A Prefeitura Municipal denota boa ordem em sua gestão, considerando que obteve **Pareceres Favoráveis** e os resultados consignados no quadro abaixo:

ITENS	EXERCÍCIOS		
	2017	2018	2019
Aplicação na Educação - art. 212 da Constituição Federal (Limite mínimo de 25%)	26,84%	26,02%	26,51%
Fundeb aplicado no magistério (Limite mínimo de 60%)	73,40%	72,88%	71,25%
Recursos Fundeb aplicados no exercício (incluindo diferimento de até 5%)	100,00%	100,00%	100,00%
Aplicação na Saúde (Limite mínimo de 15%)	29,24%	29,43%	28,65%
Execução Orçamentária - Prefeitura Municipal	+6,72%	-3,85%	-0,45%
Gerenciamento de Precatórios em ordem?	Sim	Sim	Sim
Recolhimentos previdenciários em ordem?	Sim	Sim	Sim
Regularidade nos repasses ao Legislativo?	Sim	Sim	Sim
Despesas com Pessoal (Limite máximo de 54%)	47,90%	50,11%	47,91%

O conjunto de informações retro transcritas², bem como o volume das receitas arrecadadas pela Prefeitura Municipal permitiram optar, com amparo no regramento previsto no art. 7º da Resolução nº 04/2017, pela realização de um procedimento fiscalizatório seletivo.

Com base no permissivo previsto no TC-A-039686/026/15, apresentam-se os resultados considerados essenciais para emissão do parecer, bem como outros detectados no transcorrer da fiscalização remota, os quais seguem transcritos neste relatório.

Os resultados das fiscalizações efetuadas de forma remota apresentam-se nos relatórios quadrimestrais e no presente (fechamento do exercício), antecidos pelo citado planejamento que indicou a necessária extensão dos exames.

² Os resultados são aqueles obtidos dos pareceres e, caso tenha ocorrido alterações, nos eventuais pedidos de reexames.



Unidade Regional de Ribeirão Preto
UR-06



Destaque-se que os relatórios quadrimestrais estão juntados nos eventos nº 15.16 e 32.14 destes autos. Estes foram submetidos a Excelentíssima Relatoria, sendo dada ciência à Chefia do Poder Executivo, responsável pelas contas em exame, para conhecimento das ocorrências, sem a necessidade de apresentação de justificativas. Tal procedimento visou contribuir para a tomada de providências dentro do próprio exercício, possibilitando a correção de eventuais falhas.

Ressaltamos, ainda, que a fiscalização, em virtude das limitações de locomoção causadas pela pandemia do novo Coronavírus (Covid-19), foi efetivada remotamente, por meio de todas as ferramentas e sistemas disponíveis.

Ademais, foi antecedida de criterioso planejamento, com base no princípio da amostragem, que indicou a necessária extensão dos exames.

Foi autuado o processo TC-014193.989.20, para fins de Acompanhamento Especial da gestão das medidas de combate à referida pandemia. Tal acompanhamento foi realizado com base em informações prestadas pela Origem, por meio de questionários mensais, e ações próprias da Fiscalização, considerando os princípios da amostragem, relevância e materialidade, cujas ocorrências são tratadas em itens próprios do presente relatório.

No caso, o presente Município decretou estado de calamidade pública/emergência, devidamente reconhecido pela Assembleia Legislativa Estadual.

PERSPECTIVA A: PLANEJAMENTO

A.1. CUMPRIMENTO DE DETERMINAÇÕES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - PLANEJAMENTO

A.1.1. CONTROLE INTERNO

O Sistema de Controle Interno foi instituído no âmbito do Poder Executivo Municipal por intermédio da Lei Complementar Municipal nº 2.915/2015, com alterações introduzidas pela Lei Complementar Municipal nº 2.949/2015 (Arquivo 16) que, dentre outras disposições, criou o emprego público de provimento efetivo de “Agente de Controle Interno”, estabeleceu suas atribuições e determinou que suas manifestações fossem por meio de relatórios,



Unidade Regional de Ribeirão Preto
UR-06



inspeções, auditorias, pareceres e outros procedimentos administrativos destinados a identificar e sanar possíveis irregularidades.

Insta consignar que dentre os requisitos para ocupação do emprego público de “Agente de Controle Interno” a supracitada legislação municipal exigiu escolaridade de ensino superior completo de Economia, Administração de Empresas ou Contabilidade, além do registro ou inscrição na entidade profissional competente.

Não obstante, observamos que o referido emprego público ainda não se encontrava provido no quadro permanente da Prefeitura Municipal e tampouco foi providenciada a regulamentação prevista no art. 6º da Lei Complementar Municipal nº 2.915/2015, que caberia, inclusive (em nossa análise), prever a periodicidade e forma de apresentação dos relatórios/pareceres do controle interno.

Por outro lado, observamos que durante o exercício em análise, houve apresentação de relatórios mensais elaborados pela ocupante do emprego público efetivo de “Assistente Administrativa”³ designada pela Portaria nº 20.718/2019 (Arquivo 21) para exercer a função de confiança de “Chefe de Serviço Administrativo”, que dentre outras responsabilidades, deverá responder pelos serviços derivados das atividades relacionadas ao Controle Interno (fl. 02 do Arquivo 21)⁴.

Quanto aos relatórios elaborados no exercício em análise, observamos apenas informações de gestão administrativa, orçamentária e financeira, sem qualquer abordagem de natureza operacional dos serviços prestados à população (como saúde, educação e demais áreas de atuação do Poder Público Municipal)⁵.

Adicionalmente, informamos que não constatamos a atuação do referido Controle na análise dos atos e despesas relacionadas à pandemia de COVID-19. Lembramos que é recomendável a atuação do Sistema de Controle Interno municipal neste aspecto, a fim de alcançar, por exemplo, a verificação da necessária pesquisa de preços e justificativas quanto à escolha do fornecedor,

³ Segundo a Origem, a respectiva servidora possui o 3º grau completo de escolaridade com formação em Professora de Educação Básica – PEB II – Disciplina Matemática (Arquivo 21).

⁴ Art. 1º

(...)

II - responder pelos serviços derivados das atividades relacionadas ao sistema de controle interno do Poder Executivo, participando da avaliação da ação governamental e da gestão fiscal dos administradores municipais, cujo acompanhamento far-se-á por arquivos específicos contendo relatórios e pareceres para subsidiar o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no exercício do controle externo do Município.”

⁵ Relatório referente a agosto/ 2020, inserido sob amostragem, uma vez se repetirem as informações em praticamente todos os meses do exercício em análise, sendo estas somente atualizadas nos respectivos meses (Arquivo 22).



Unidade Regional de Ribeirão Preto
UR-06



a pertinência da contratação para o enfrentamento à pandemia, a divulgação em tempo real de todas as aquisições e contratações destinadas ao enfrentamento da emergência de saúde decorrente do Coronavírus, dentre outros requisitos estabelecidos em lei (orientação contida no Comunicado SDG nº 17/2020).

Oportuno informar que não identificamos apontamentos de irregularidades dignos de nota durante o exercício em exame.

Por fim, informamos nas decisões das contas de 2018 (TC-004139.989.18 – doc. 49) e 2019 (TC-004480.989.20 – doc. 52) foram direcionadas recomendações à Origem para fins de regularização das referidas falhas.

A.2. IEG-M – I-PLANEJAMENTO – Índice C

Com base nas informações apresentadas pela Origem no levantamento de dados para apuração do IEG-M relativo ao indicador temático I-PLANEJAMENTO (Arquivo 27), o Município encontrava-se em baixo nível de adequação, o que demonstra alto risco na gestão da área de planejamento, cujas principais inadequações, que requerem atuação da Administração Municipal, seguem abaixo descritas:

- a) Não houve a elaboração de relatório contendo a análise das demandas/sugestões coletadas em audiência pública (Questão nº 1.3.2);
- b) Na Lei Orçamentária de 2020⁶, em seu art. 5º, constou previsão para abertura de créditos adicionais por decreto até o limite de 15% da despesa total fixada. Tomando-se por base o atual nível de inflação e a taxa de crescimento do Produto Interno Bruto – PIB, acredita-se que autorização em patamares acima da inflação prevista para o exercício pode desfigurar o orçamento original⁷ (Questão nº 12);
- c) Os servidores que cuidam da atividade de planejamento não têm dedicação exclusiva nessa área (Questão nº 15.1.2);
- d) Não elaborou a "Carta de Serviço ao Usuário", o que pode comprometer a transparência e o acesso simplificado do atendimento público à comunidade, infringindo o art. 7º da Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017 (Questão nº 21);

⁶ Lei Municipal nº 3.311/2019 (evento 15.3 dos autos).

⁷ Apesar da autorização de 15%, verificamos que no exercício analisado as alterações orçamentárias realizadas com base na autorização da LOA (conforme especificado no item B.1.1. deste relatório) corresponderam a apenas 4,20% da despesa fixada (inicial).



Unidade Regional de Ribeirão Preto
UR-06



- e) Não houve regulamentação nem instituição do Conselho de Usuários, em desacordo com o art. 18 da Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017. Tal fato compromete a participação dos usuários e o acompanhamento da prestação e avaliação dos serviços públicos (Questão nº 22).

O Município não demonstrou evolução nessa perspectiva do IEG-M, haja vista que permanece em baixo nível de adequação (índice C) desde o exercício de 2017, mesmo tendo recebido recomendações exaradas nas contas de 2017 e 2018, para que se corrigisse as impropriedades apontadas no IEG-M (docs. 48 e 49).

PERSPECTIVA B: GESTÃO FISCAL

B.1. CUMPRIMENTO DE DETERMINAÇÕES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS – GESTÃO FISCAL

Face ao contido no art. 1º, § 1º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF), o qual estabelece os pressupostos da responsabilidade da gestão fiscal, passamos a expor o que segue.

B.1.1. RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Com base nos dados gerados pelo Sistema Audesp, conforme abaixo apurado, o resultado da execução orçamentária da Prefeitura evidenciou superávit.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	Valores	
(+) RECEITAS REALIZADAS	R\$ 125.703.970,66	
(-) DESPESAS EMPENHADAS	R\$ 118.942.187,92	
(-) REPASSES DE DUODÉCIMOS À CÂMARA	R\$ 3.400.000,00	
(+) DEVOLUÇÃO DE DUODÉCIMOS DA CÂMARA	R\$ 153.235,97	
(-) TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS À ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	R\$ -	
(+ ou -) AJUSTES DA FISCALIZAÇÃO	R\$ -	
RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	R\$ 3.515.018,71	2,80%

- Balanço Orçamentário da Prefeitura (isolado) juntado aos autos (Arquivo 04).
- Balancete Contábil da Prefeitura (isolado) juntado aos autos (Arquivo 08º).

º Cód. Contábil: 3.5.1.12.00.00 (R\$ 3.400.000,00) e 4.5.1.1.2.09.00 (R\$ 153.235,97).



Unidade Regional de Ribeirão Preto
UR-06



Constatamos que o Município, considerando todos os Órgãos componentes do Orçamento Anual, procedeu a alterações orçamentárias no valor total de R\$ 22.341.528,20⁹, o que corresponde a 18,16% da despesa fixada (inicial)¹⁰, sendo 4,20%¹¹ realizadas por meio de Decreto com base na autorização da Lei Orçamentária Anual e o restante, 13,97%¹², autorizado por leis específicas.

O resultado da execução orçamentária e dos investimentos, com base na despesa liquidada e nos Restos a Pagar Não Processados liquidados em cada exercício, apresentaram os seguintes percentuais:

Exercício	Resultado da execução orçamentária	Percentual do resultado da execução orçamentária	Percentual de investimento
2020	Superávit de R\$ 3.515.018,71	2,80%	6,05%
2019	Déficit de R\$ 546.470,38	0,45%	5,38%
2018	Déficit de R\$ 4.286.418,67	3,85 %	8,75%

• Dados 2018 e 2019: obtidos do Relatório de Contas de 2019 – TC-004480.989.19; e em informações disponibilizadas no Sistema Audesp (percentuais de investimento).

• Dados 2020 - Arquivo 19.

B.1.1.2. GESTÃO DE ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA CAUSADA PELA COVID-19 – GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, CONTÁBIL E FISCAL

B.1.1.2.1. DOS PROGRAMAS/AÇÕES GOVERNAMENTAIS

Segundo informações prestadas pela Origem¹³, houve a criação, aperfeiçoamento e/ou ampliação de programas/ações governamentais, destinados ao enfrentamento da Covid-19.

Nas verificações empreendidas pela Fiscalização dos programas/ações não foram constatadas irregularidades.

B.1.1.2.2. DAS RECEITAS

Nas verificações empreendidas pela Fiscalização não foram constatadas irregularidades.

⁹ Conforme demonstrativo de alterações orçamentárias fornecido pela Origem, juntado neste processo eletrônico – Arquivo 24.

¹⁰ Despesa Fixada (inicial) para todo o Município: R\$ 123.000.000,00 (art. 2º da Lei Municipal nº 3.311/2019 - LOA - evento 15.3 dos autos).

¹¹ Equivalente a R\$ 5.161.217,79 (Arquivo 24).

¹² Equivalente a R\$ 17.180.310,41 (Arquivo 24).

¹³ Questões 7 e 7.1 do Questionário COVID-19 de dezembro/2020 - Arquivo 18, juntado a estes autos.

B.1.1.2.3. DAS DESPESAS

Nas verificações empreendidas pela Fiscalização não foram constatadas irregularidades.

B.1.1.2.4. ASPECTOS ORÇAMENTÁRIOS, CONTÁBEIS E FISCAIS

Nas verificações empreendidas pela Fiscalização não foram constatadas irregularidades.

B.1.2. RESULTADOS FINANCEIRO, ECONÔMICO E SALDO PATRIMONIAL

Resultados	Exercício em exame	Exercício anterior	%
Financeiro	R\$ 23.747.115,08	R\$ 19.168.463,42	23,89%
Econômico	R\$ 9.311.094,32	R\$ 3.718.792,52	150,38%
Patrimonial	R\$ 112.732.608,23	R\$ 102.298.123,12	10,20%

(Arquivos 06 e 10)

B.1.3. DÍVIDA DE CURTO PRAZO

Conforme demonstrado no item anterior, a Prefeitura apresentou, no encerramento do exercício examinado, um superávit financeiro, evidenciando, com isso, a existência de recursos disponíveis para o total pagamento de suas dívidas de curto prazo, registradas no Passivo Financeiro.

B.1.4. DÍVIDA DE LONGO PRAZO

	Exercício em exame	Exercício anterior	AH%
Dívida Mobiliária	-	-	
Dívida Contratual	261.086,96	213.607,74	22,23%
Precatórios	1.484.765,63	1.873.069,47	-20,73%
Parcelamento de Dívidas:	-	-	
De Tributos	-	-	
De Contribuições Sociais	-	-	
Previdenciárias	-	-	
Demais contribuições sociais	-	-	
Do FGTS	-	-	
Outras Dívidas	-	-	
Dívida Consolidada	1.745.852,59	2.086.677,21	-16,33%
Ajustes da Fiscalização	-	-	
Dívida Consolidada Ajustada	1.745.852,59	2.086.677,21	-16,33%

• Balancete Audesp juntado aos autos (Arquivo 08). Dívida Contratual: Código contábil: 2.2.3.1.1.10.00; Precatórios: Códigos Contábeis 2.2.1.1.1.04.03 e 2.2.3.1.1.07.03.



Unidade Regional de Ribeirão Preto
UR-06



Insta consignar que em 2020 o Município possuía dois acordos de parcelamentos vigentes, sendo um junto à Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – Sabesp (Processo nº 03204759/21), devidamente quitado em 20/06/2020 (fls. 24 e 32 do Arquivo 34), e outro junto à Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A. - Desenvolve SP (Contrato nº 5771), com vigência de 19/06/2018 a 18/06/2023, do qual teve todas as parcelas referentes a 2020 devidamente quitadas (fl. 16 do Arquivo 34).

A Prefeitura não possui parcelamentos de DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS e DEMAIS PARCELAMENTOS (FGTS/PASEP), conforme itens B.1.6.1. e B.1.6.2. deste relatório.

B.1.5. PRECATÓRIOS

De acordo com informações prestadas pela Origem e carreadas junto ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, o Município está enquadrado no Regime Ordinário.

REGISTRO CONTÁBIL DA DÍVIDA DE PRECATÓRIOS		
Valor atualizado até 31/12 do exercício anterior	R\$	1.484.765,63
Valor da atualização monetária ou inclusões efetuadas no exercício em exame	R\$	1.925.791,56
Valor cancelado	R\$	-
Valor pago	R\$	1.537.487,72
Ajustes da Fiscalização	R\$	-
Saldo atualizado em 31/12 do exercício em exame	R\$	1.873.069,47

- Mapa de Precatórios Audep – Arquivo 14.

Obs.: parte da importância constante da linha "Valor da atualização monetária ou inclusões efetuadas no exercício em exame", o correspondente a R\$ 1.873.069,47, refere-se ao Mapa de Precatórios para o exercício seguinte.

Verificações		
01	O Balanço Patrimonial registra, corretamente, a dívida de precatórios?	Sim
02	O Balanço Patrimonial registra, corretamente, os saldos financeiros existentes nas contas bancárias junto ao(s) Tribunal(is)?	Prejudicado
03	O TJSP atesta a suficiência dos depósitos de competência do exercício fiscalizado?	Sim
04	Em caso de acordos diretos com os credores, houve regular pagamento no exercício em exame?	Prejudicado



Unidade Regional de Ribeirão Preto
UR-06



REQUISITÓRIOS DE BAIXA MONTA	
Valor atualizado até 31/12 do exercício anterior	R\$ -
Valor da atualização monetária ou inclusão efetuadas no exercício em exame	R\$ 77.213,26
Valor cancelado	R\$ -
Valor pago	R\$ 77.213,26
Ajustes efetuados pela Fiscalização	R\$ -
Saldo atualizado em 31/12 do exercício em exame	R\$ -

(Arquivo 15)

Verificações		
01	O Balanço Patrimonial registra, corretamente, a dívida advinda de requerimentos de baixa monta?	Sim
02	Há registros eficientes no órgão para controle dos requerimentos de baixa monta?	Sim
03	Houve pagamento de todos os requerimentos de baixa monta vencidos no exercício?	Sim

B.1.6. ENCARGOS

Os recolhimentos apresentaram a seguinte posição:

Verificações		Guias apresentadas
1	INSS:	Sim
2	FGTS:	Sim
3	RPPS:	Prejudicado
4	PASEP:	Sim

B.1.6.1. PARCELAMENTOS DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS

A Prefeitura não possui parcelamento ou reparcimento de débitos previdenciários junto ao INSS.

B.1.6.2. DEMAIS PARCELAMENTOS (FGTS/PASEP)

A Prefeitura não possui parcelamentos relativos a encargos com FGTS/PASEP.

B.1.7. TRANSFERÊNCIA À CÂMARA DOS VEREADORES

Os repasses à Câmara obedeceram ao limite do art. 29-A da Constituição Federal.

B.1.8. ANÁLISE DOS LIMITES E CONDIÇÕES DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

No período, as análises automáticas não identificaram descumprimentos aos limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal, quanto à Dívida Consolidada Líquida, Concessões de Garantias e Operações de Crédito, inclusive por Antecipação de Receita Orçamentária – ARO.

B.1.8.1. DESPESA DE PESSOAL

Conforme Relatório de Gestão Fiscal emitido pelo Sistema Audesp (Arquivo 09), o Poder Executivo atendeu ao limite da despesa de pessoal previsto no art. 20, III, alínea “b”, da Lei de Responsabilidade Fiscal, registrando no 3º quadrimestre o valor de R\$ 57.043.970,84, o que representa um percentual de 47,03% da Receita Corrente Líquida (R\$ 121.301.958,17).

B.1.9. DEMAIS ASPECTOS SOBRE RECURSOS HUMANOS

Eis o quadro de pessoal existente no final do exercício:

Natureza do cargo/emprego	Quant. Total de Vagas		Vagas Providas		Vagas Não Providas	
	Ex. anterior	Ex. em exame	Ex. anterior	Ex. em exame	Ex. anterior	Ex. em exame
Efetivos	1.430	1432	1239	1205	191	227
Em comissão	80	81	74	78	6	3
Total	1510	1513	1313	1283	197	230
Temporários	Ex. anterior		Ex. em exame		Em 31.12 do	Ex. em exame
Nº de contratados	101		97		23	

(Arquivos 13 e 50)

No exercício examinado foram nomeados 11 servidores para cargos em comissão (Arquivo 39), cujas atribuições possuem características de direção, chefia e assessoramento (art. 37, V, da Constituição Federal).

As atribuições dos mencionados cargos foram definidas através de leis¹⁴.

Registramos que foi aprovada a Lei Complementar nº 3.393, de 30/12/2020, que prevê como requisito para preenchimento dos cargos de livre nomeação e exoneração de natureza administrativa o nível de escolaridade de ensino superior (Arquivo 38).

¹⁴ Leis Complementares Municipais nº 2.026/2005, 2.494/2011, 2.679/2013, 3.306/2019, 3.310/2019 e 3.336/2020.

No entanto, tal normativo não alcançou os cargos de Secretário Municipal¹⁵ (natureza política), que permanecem sem requisitos de escolaridade para seu preenchimento (fl. 09 do Arquivo 40).

Importante anotar que referida falha foi objeto de apontamento nos relatórios das contas de 2018 (TC-004139.989.18) e 2019 (TC-004480.989.20), havendo recomendação e determinação para que se adotasse medidas para a adequação dos cargos em comissão aos ditames constitucionais e ao Comunicado SDG nº 32/2015 (docs. 49 e 52).

B.1.9.1. CONTRATAÇÕES DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO

A Fiscalização analisou, por amostragem, as contratações de pessoal por tempo determinado efetuadas no exercício quanto aos aspectos legais, formais e princípios gerais da administração pública, não detectando ocorrências dignas de nota.

B.1.10. SUBSÍDIOS DOS AGENTES POLÍTICOS

CARGOS	SECRETÁRIOS	VICE-PREFEITO	PREFEITO
Valor subsídio inicial fixado para a legislatura	R\$ 6.059,00	R\$ 6.059,00	R\$ 13.330,00
(+) 8,13% = RGA 2015 com efeitos a partir de 01/05/2015 somente para os Secretários Municipais – Lei Complementar Municipal nº 2.898/2015.	R\$ 6.551,59	-	-
(+) 6,00% com efeitos a partir de 01/05/2017 (+) 1,00% com efeitos a partir de 01/07/2017 = RGA 2017 – Lei Complementar Municipal nº 3.045/2017 (percentual aplicado conforme interpretação da Origem, considerada regular pelo relator das contas de 2017 – TC-006382.989.16).	R\$ 6.944,69 (em maio e junho) e R\$ 7.014,14 (a partir de julho)	R\$ 6.422,54 (em maio e junho) e R\$ 6.486,76 (a partir de julho)	R\$ 14.129,80 (em maio e junho) e R\$ 14.271,10 (a partir de julho)
(+) 5,28% = RGA 2018 com efeitos a partir de 01/05/2018 – Lei Complementar Municipal nº 3.126/2018.	R\$ 7.014,14 (até abril) e R\$ 7.384,49 (a partir maio)	R\$ 6.486,76 (até abril) e R\$ 6.829,26 (a partir maio)	R\$ 14.271,10 (até abril) e R\$ 15.024,61 (a partir maio)
(+) 5,00% = RGA 2019 com efeitos a partir de 01/05/2019 – Lei Complementar Municipal nº 3.251/2019.	R\$ 7.384,49 (até abril) e R\$ 7.753,71 a partir de maio	R\$ 6.829,26 (até abril) e R\$ 7.170,72 a partir de maio	R\$ 15.024,61 (até abril) e R\$ 15.775,85 a partir de maio
Não houve RGA em 2020.	R\$ 7.753,71	R\$ 7.170,72	R\$ 15.775,85

¹⁵ Apontamento já realizado nas contas de 2018 e 2019 (TC-004139.989.18 e TC-004480.989.19, respectivamente).



Unidade Regional de Ribeirão Preto
UR-06



Verificações		
01	A fixação decorre de lei de iniciativa da Câmara dos Vereadores, em consonância com o art. 29, V, da Constituição Federal?	Sim
02	A revisão remuneratória se compatibiliza com a inflação dos 12 meses anteriores?	Prejudicado
03	A RGA se deu no mesmo índice e na mesma data dos servidores do Executivo?	Prejudicado
04	Foram apresentadas as declarações de bens nos termos da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992?	Sim
05	As situações de acúmulos de cargos/funções dos agentes políticos, sob amostragem, estavam regulares?	Prejudicado

Conforme nossos cálculos, não foram constatados pagamentos maiores que os fixados.

B.1.11. RESTRIÇÕES DE ÚLTIMO ANO DE MANDATO

B.1.11.1. LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

B.1.11.1.1. DOIS ÚLTIMOS QUADRIMESTRES – COBERTURA MONETÁRIA PARA DESPESAS EMPENHADAS E LIQUIDADAS

O quadro a seguir, consoante apurado pelo Sistema Audesp, demonstra a apuração do artigo 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal:

Evolução da liquidez entre 30.04 e 31.12 do exercício de:		2020
Disponibilidade Financeira em 30.04		R\$ 33.245.276,52
(-) Saldo de Restos a Pagar em 30.04		R\$ 365.612,21
(-) Empenhos Liquidados a Pagar em 30.04		R\$ 9.249.234,52
(-) Valores Restituíveis		R\$ 728.752,86
Liquidez em 30.04		R\$ 22.901.676,93
Disponibilidade Financeira em 31.12		R\$ 29.939.578,31
(-) Saldo de Restos a Pagar em 31.12		R\$ 1.340.594,71
(-) Cancelamentos de Empenhos Liquidados		R\$ -
(-) Cancelamentos de Restos a Pagar Processados		R\$ -
(-) Despesas do exercício em exame empenhadas no próximo		R\$ -
(-) Valores Restituíveis		R\$ 31.985,62
Liquidez em 31.12		R\$ 28.566.997,98

Apuração a partir de informações fornecidas pela Origem ao Sistema Audesp – Arquivo 23.

De acordo com essas informações constantes do quadro retro, observa-se que houve cumprimento às disposições do art. 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal.



Unidade Regional de Ribeirão Preto
UR-06



B.1.11.1.2. OPERAÇÃO DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA – ARO

No exercício em análise o Município não realizou operação de crédito por Antecipação da Receita Orçamentária - ARO.

B.1.11.1.3. DESPESA DE PESSOAL NOS ÚLTIMOS 180 (CENTO E OITENTA) DIAS DO MANDATO

Despesas de Pessoal nos últimos 180 dias do mandato no exercício de:					2020
Mês	Despesas de Pessoal		Receita Corrente Líquida		Parâmetro
06	R\$	57.969.193,47	R\$	119.830.329,76	48,3761%
07	R\$	58.397.495,57	R\$	120.846.732,94	48,3236%
08	R\$	58.341.057,44	R\$	123.485.524,24	47,2453%
09	R\$	58.296.930,73	R\$	126.589.387,56	46,0520%
10	R\$	57.411.417,52	R\$	124.795.621,97	46,0044%
11	R\$	57.314.740,66	R\$	125.017.103,24	45,8455%
12	R\$	57.043.970,84	R\$	121.301.958,17	47,0264%
Diminuição das despesas nos últimos 180 dias do mandato em:					1,35%

Conforme apurado no quadro anterior (última linha), não houve aumento da taxa da despesa de pessoal, restando por isso atendido o art. 21, II, da Lei de Responsabilidade Fiscal (Arquivo 51, fls. 05/06).

B.1.11.2. LEI ELEITORAL (LEI Nº 9.504, DE 30 DE SETEMBRO DE 1997)

B.1.11.2.1. ALTERAÇÕES SALARIAIS

O Município não promoveu alterações remuneratórias, cumprindo-se o art. 73, VIII, da Lei Eleitoral.

B.1.11.2.2. DESPESAS COM PUBLICIDADE E PROPAGANDA OFICIAL

A partir de 15 de agosto, o Município não empenhou gastos de publicidade vedados pelo art. 73, VI, “b”, da Lei Eleitoral.

Ainda, até 15 de agosto de 2020 não houve liquidação de gastos de publicidade institucional, observando o inciso VII do § 3º do art. 1º da Emenda Constitucional nº 107, de 2 de julho de 2020 (Arquivo 36).

B.1.11.2.3. DISTRIBUIÇÃO GRATUITA DE BENS, VALORES E BENEFÍCIOS

No exercício em análise, a Prefeitura não criou novos programas



Unidade Regional de Ribeirão Preto
UR-06



de distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios fiscais.

A Origem havia informado, quando da Fiscalização referente ao 1º quadrimestre do exercício em exame (evento 15.16), que expandiu o atendimento às famílias em situação de vulnerabilidade decorrentes da pandemia de COVID-19 por meio de programas assistenciais já existentes no âmbito da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social: Concessão de Benefícios Eventuais¹⁶ e Concessão de Aluguel Social¹⁷.

B.2. IEG-M – I-FISCAL – Índice B

Com base nas informações apresentadas pela Origem no levantamento de dados para apuração do IEG-M relativo ao indicador temático I-FISCAL (Arquivo 28), o Município encontrava-se enquadrado em nível efetivo, o que demonstra risco médio na gestão da área fiscal, cujas principais inadequações, que requerem atuação da Administração Municipal, seguem abaixo descritas:

- a) Não há disponibilização de programas de treinamentos específicos aos Fiscais Tributários (07), tampouco houve implantação de Plano de Cargos e Salários Específico para esses profissionais (Questões nº 1.1.2 e 1.1.3);
- b) A Origem informou que possui regulamentação sobre dívida ativa, mas assinalou que a legislação municipal não contemplou critérios referentes à anistia e remissão. A inclusão destes critérios na regulamentação municipal da dívida ativa promove a padronização do trâmite de inscrição, cobrança e extinção do crédito tributário. A legislação que trata sobre a cobrança da dívida ativa encontra-se prevista nas Leis nº 6.830, de 22 de setembro de 1980 e nº 9.492, de 10 de setembro de 1997 (Questão nº 11.2);
- c) Em que pese a Prefeitura ter informado que realiza cobrança de dívida ativa de forma extrajudicial, assinalou que não a realiza também nas modalidades de conciliação extrajudicial, inclusão do nome do devedor em Cadastro (exemplo: Cadastro Informativo Municipal – CADIN) e inclusão do nome do devedor em serviços de proteção ao crédito (Questão nº 13.2).

¹⁶ Lei Municipal nº 2.662/2013 (fls. 02/06 – evento 15.11).

¹⁷ Lei Municipal nº 2.827/2014 (fls. 07/10 – evento 15.11).



Unidade Regional de Ribeirão Preto
UR-06



B.3. OUTROS PONTOS DE INTERESSE

B.3.1. GESTÃO DE ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA CAUSADA PELA COVID-19 - ASSISTÊNCIA SOCIAL

Nas verificações empreendidas pela Fiscalização, não foram constatadas irregularidades.

B.3.2. BENS PATRIMONIAIS

Segundo nossos testes, verificamos as seguintes irregularidades quanto ao Setor do Patrimônio:

- a) Quanto aos bens imóveis, verificamos que não havia levantamento geral (Arquivo 41). Ao final do exercício em exame, em contas específicas destinadas ao registro dos bens imóveis havia contabilizado o montante de R\$ 50.996.451,46 (Arquivo 08).
- b) Quanto aos bens móveis, restou impossibilitada a verificação do valor inventariado, uma vez declarado pelo Setor de Patrimônio falha no controle patrimonial quando da transição entre os anos de 2019 e 2020 (Arquivo 42).

B.3.3. CONTRATO SELECIONADO PARA ANÁLISE E ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

No exercício examinado foi selecionado o seguinte ajuste para análise:

Contratada	Ramadam Engenharia e Empreendimentos Ltda. EPP	
Objeto	Contratação de empresa de engenharia, mediante empreitada por preço global, com fornecimento de material e mão de obra especializada, para execução de ampliação do Parque dos Lagos "Vereador Luis da Conceição", que consiste na revitalização do parque dos lagos, com a construção de ciclovias, calçamento, iluminação e construção de sanitários, objeto de Convênio firmado entre a Prefeitura do Município de Guariba e o Ministério do Turismo - Contrato de Repasse OGU nº 862752/2017 – Operação 1045836-24.	
Relator	Dr. Dimas Ramalho	
Processo nº	TC-020427.989.20	Tomada de Preços nº 5/2020; Contrato nº 53/2020
Conclusão da Fiscalização	Irregularidades: a) Ausência de clareza quanto aos valores relativos à fonte de recurso proveniente de contrato de repasse federal e à contrapartida municipal, em prejuízo aos princípios da transparência e da vinculação;	

	<p>b) Na exigência de qualificação técnica, não houve indicação das parcelas consideradas de maior relevância para comprovação da capacidade técnico-profissional, inobservada a Súmula nº 23 desta Casa;</p> <p>c) Exigência de visto do CREA-SP / CAU-SP, na fase de habilitação, para empresas e seus representantes técnicos sediados fora do estado de São Paulo, em detrimento à Súmula nº 49 deste Tribunal;</p> <p>d) O ajuste não dispôs de cláusula pertinente à correção monetária em caso de inadimplemento de pagamento pela Administração, consoante inciso III do artigo 55 da Lei Federal nº 8.666/93;</p> <p>e) O contrato informa elemento econômico para a despesa divergente do contabilmente realizado, em detrimento ao inciso V do artigo 55 da Lei de Licitações e Contratos.</p> <p>Na oportunidade, a Fiscalização propôs recomendação à origem no sentido de que editais de licitação disponham de forma objetiva dos critérios de impedimento de participação, de modo que não se confundam as aplicabilidades dos incisos III e IV do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93.</p>	
Processo nº	TC-023375.989.20	1º Termo de Aditamento ao Contrato, de 18/08/2020
Objeto	Promover a supressão do valor correspondente a 10% do montante contratado, ou seja, de R\$ 26.908,13, para que o valor inicial e atualizado de R\$ 269.733,90 fique reduzido para R\$ 242.825,77, por ter sido extrapolado o limite de contrapartida máximo previsto na LDO, que é de 4%, ou seja, de R\$ 13.406,25.	
Conclusão da Fiscalização	Regularidade	
Processo nº	TC-011038.989.21	2º Termo de Aditamento ao Contrato, de 27/11/2020
Objeto	Alterar a cláusula décima terceira do Contrato, para eliminar a divergência entre o elemento econômico informado no contrato, com o contabilmente realizado nas Notas de Empenho nº 2020/003724 e nº 2020/003725.	
Conclusão da Fiscalização	Regularidade	
Processo nº	TC-011040.989.21	3º Termo de Aditamento ao Contrato, de 27/11/2020
Objeto	Acrescentar o subitem 4.6 na cláusula quarta do contrato, com a inclusão do critério de atualização financeira em caso de atraso de pagamento à contratada, motivado pela Administração contratante, com o objetivo de atender ao disposto no inciso III do artigo 55 da Lei Federal 8.666/93.	
Conclusão da Fiscalização	Regularidade	
Processo nº	TC-011044.989.21	4º Termo de Aditamento ao Contrato, de 11/03/2021
Objeto	Prorrogar o prazo de duração do contrato por mais 3 meses	
Conclusão da Fiscalização	<p>Irregularidades:</p> <p>a) justificativas precárias à formalização do ajuste em relação à posição dos serviços efetivamente pendentes de execução, em detrimento ao princípio da transparência;</p> <p>b) embora o ajuste primário tenha definido prazos distintos para a vigência contratual e execução das obras o aditivo em exame foi silente sobre a prorrogação desse último.</p> <p>Com relação às impropriedades relativas à identificação do representante da empresa responsável pela assinatura do ajuste e ao período em que o contrato ficou sem cobertura contratual entendemos possam constituir objeto de recomendações à Origem.</p>	

Processo nº	TC-023381.989.20	Acompanhamento da Execução.
Datas dos acompanhamentos	04/11/2020 (sem visita) 01/06/2021 (sem visita)	
Última conclusão da Fiscalização	Ocorrências: a) a execução dos serviços vem ocorrendo com tomada de medições em periodicidade diferente da fixada em contrato; b) o início tardio e as evidências de atrasos da execução dos serviços, combinadas à ausência de cronograma atualizado da obra, impossibilitaram a verificação da compatibilidade da execução de etapas da obra ao estabelecido pela contratação.	
Decisão	IRREGULARIDADE da Tomada de Preços, do Contrato e do 1º Termo Aditivo	
Publicação DOE	18/08/2021	
Trânsito em julgado	Não há.	
Outras observações	Há representação tratada no TC-008963.989.20.	

PERSPECTIVA C: ENSINO

C.1. APLICAÇÃO POR DETERMINAÇÃO CONSTITUCIONAL E LEGAL NO ENSINO

Quanto à aplicação de recursos ao final do exercício em exame, conforme informado ao Sistema Audeps e apurado pela Fiscalização, os resultados assim se apresentaram:

Art. 212 da Constituição Federal:	%
DESPESA EMPENHADA - RECURSO TESOUREIRO (mínimo 25%)	25,87%
DESPESA LIQUIDADA - RECURSO TESOUREIRO (mínimo 25%)	25,87%
DESPESA PAGA - RECURSO TESOUREIRO (mínimo 25%)	25,87%

FUNDEB:	%
DESPESA EMPENHADA - RECURSO FUNDEB (mínimo 95%)	100,00%
DESPESA LIQUIDADA - RECURSO FUNDEB (mínimo 95%)	100,00%
DESPESA PAGA - RECURSO FUNDEB (mínimo 95%)	100,00%
DESPESA EMPENHADA - RECURSO FUNDEB (mínimo 60%)	74,87%
DESPESA LIQUIDADA - RECURSO FUNDEB (mínimo 60%)	74,87%
DESPESA PAGA - RECURSO FUNDEB (mínimo 60%)	74,87%

(doc. 11)

Conforme acima exposto, a despesa educacional empenhada, liquidada e paga cumpriu o art. 212 da Constituição Federal.

Ainda, houve utilização de todo o Fundeb recebido, observando-se o art. 21 da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007.

Demais disso, verificamos que houve aplicação superior ao mínimo de 60% do Fundeb na remuneração dos profissionais do magistério da Educação



Unidade Regional de Ribeirão Preto
UR-06



Básica, dando cumprimento ao art. 60, XII, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

A Fiscalização não identificou valores despendidos com inativos do magistério incluídos nos mínimos constitucionais do Ensino.

Com base nos dados informados ao IEG-M, constatamos demanda não atendida no seguinte nível (Arquivo 29):

NÍVEL	DEMANDA POR VAGAS	OFERTA DE VAGAS	RESULTADO
Ens. Infantil (Creche)	913	715	-21,69%

Quanto ao referido déficit de vagas para os alunos do segmento de Ensino Infantil (Creche), já apontado nos relatórios que trataram do 1º e 2º quadrimestres do exercício em exame, a Origem informou que adotou medidas com vistas a aumentar a oferta de matrículas, dentre as quais destacamos a construção de novas unidades e salas de aula nos últimos anos, conseguindo absorver toda a demanda já no início do ano de 2021 (Arquivo 25).

A Secretaria Municipal de Educação alterou a rotina escolar, com suspensão total das aulas presenciais para os alunos da rede municipal de ensino. Contudo, vem tomando medidas educacionais de emergência voltadas a mitigar os possíveis impactos sobre a aprendizagem.

Das novas medidas informadas (Arquivo 26, fls. 1/4), destacamos:

- Plataformas virtuais (meet, zoom, google, classroom, etc);
- Replanejamento do Plano de Ensino;
- Aulas e explicações gravadas, disponibilizadas em grupos de whatsapp;
- Acompanhamento e verificação do aprendizado por meio de feedbacks aos alunos;
- Chamadas de vídeo por whatsapp aos alunos, quando necessário;
- Distribuição de livros, como material de apoio;
- Avaliação da aprendizagem via plataforma digital, com possibilidade de disponibilidade em formato impresso, quando necessário;
- Distribuição de material impresso e suporte com materiais escolares;
- Atenção aos alunos da zona rural e em isolamento social;
- Busca ativa dos alunos à medida que se distanciam ou rompem contato com a escola/professores;

- Atendimento presencial a alunos com maiores dificuldades, respeitados os protocolos de proteção Covid-19;
- E, quanto aos alunos que apresentam transtornos do espectro autista, é oferecida assistência pontual junto à equipe de professores especialistas do AEE (Atendimento Educacional Especializado) e psicopedagogas institucionais;
- Distribuição de kits compostos com gêneros alimentares.

Em análise complementar às medidas educacionais de emergência voltadas a mitigar os possíveis impactos sobre a aprendizagem, a Secretaria da Educação detectou os seguintes reflexos no ensino, frente ao período pandêmico, na transição entre os anos de 2020 e 2021 (Arquivo 26, fls. 4/9):

- Relativo ao fluxo de alunos, constatou-se continuidade da escolaridade de 99,3%. Na retomada do ano letivo, em 2021, 98,2% dos alunos iniciaram as atividades;
- Relativo ao rendimento escolar, constatou-se, com base em avaliações on line (setembro, outubro e novembro/2020) e impressa (dezembro/2020), os seguintes resultados:

Período	Matéria	Faixa
1º ao 5º anos	Português	Suficiente
	Matemática	Suficiente
6º e 7º anos	Português	Suficiente
	Matemática	Suficiente
8º e 9º anos	Português	Suficiente
8º ano	Matemática	Abaixo do Básico
9º ano	Matemática	Básico

Com base nestas avaliações, tomando por base o percentual de alunos matriculados e o nível de desempenho, a Secretaria comprovou eficácia na aprendizagem ao final do exercício de 2020, bem como identificou as intervenções pedagógicas necessárias aos alunos que necessitam de continuidade no trabalho diversificado.

- Relativo à vulnerabilidade (possibilidade do aumento do número de casos de violência praticada contra as crianças/adolescentes), constatou-se que não houve aumento no número de relatos;
- Relativo a aspectos gerais, relata o Secretário Municipal da Educação que houve prejuízo pela falta de mediação direta professor/aluno; apresentou a dificuldade dos professores e alunos em reaprender, na adaptação do ensino a distância; o despreparo dos professores em lidar com ferramentas



Unidade Regional de Ribeirão Preto
UR-06



tecnológicas e a desarticulação da rotina familiar, encarregada de gerenciar o tempo de estudo em casa.

Conforme informado pela Origem, não houve implementação do serviço de psicologia educacional e de serviço social na rede pública escolar, nos termos da Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019, porém com providências em andamento (Arquivo 35).

C.1.1 GESTÃO DE ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA CAUSADA PELA COVID-19 - EDUCAÇÃO

Nas verificações empreendidas pela Fiscalização, não foram constatadas irregularidades.

C.2. IEG-M – I-EDUC – Índice B

Com base nas informações apresentadas pela Origem no levantamento de dados para apuração do IEG-M relativo ao indicador temático I-EDUC (Arquivo 29), o Município encontrava-se enquadrado em nível efetivo, o que demonstra risco médio na gestão da área de educação, cujas principais inadequações, que requerem atuação da Administração Municipal, seguem abaixo descritas:

- a) A Prefeitura Municipal possui 21 das 36 turmas de Creche com menos de 30 m² por 13 alunos, contrariando o recomendado pelo Conselho Nacional de Educação - CNE em seu Parecer nº 8, de 05/05/2010 (Questão nº 1.5).

Agrava a situação a existência de turmas de Creche (36 turmas das 36 existentes), Pré-Escola (12 turmas das 41 existentes), Anos Iniciais (44 turmas das 109 existentes) e Finais (4 turmas das 83 existentes) com mais alunos do que o recomendado pelo CNE em seu Parecer nº 8, de 05/05/2010, que estipula em seu artigo 4.2.2. a relação adequada de alunos por turma para que permita uma aprendizagem de qualidade (Questões nº 1.22, 2.21, 3.28, 4.27);
- b) A Prefeitura Municipal possui mais de 10%¹⁸ de professores temporários que atuam em Creche (10 de 41 professores), Pré-Escola (13 de 48 professores), Anos Iniciais (26 de 117 professores) e Finais (36 de 146 professores), contrariando o recomendado pelo Conselho Nacional de Educação - CNE em seu Parecer nº 9, de 02 de abril de 2009, e pela

¹⁸ 24% - 85 professores temporários, de um total de 352 professores (temporários e efetivos).



Unidade Regional de Ribeirão Preto
UR-06



- estratégia 18.1 da Meta 18 do Plano Nacional de Educação (PNE - Lei Federal nº 13.005, de 25 de junho de 2014) (Questões nº 1.6, 2.5, 3.4 e 4.4);
- c) A Prefeitura Municipal informou que um (01) estabelecimento de Pré-Escola não possui Pátio Infantil, contrariando o recomendado pelo Conselho Nacional de Educação - CNE em seu Parecer nº 8, de 05 de maio de 2010, que estipula em seu artigo 4.3.2., a estrutura e características do prédio para abrigar uma Pré-Escola, incluindo o Parque Infantil (Questão nº 2.1);
- d) Menos de 50% dos estabelecimentos (2 de 8) para os Anos Iniciais possuem turmas em tempo integral. A Meta 6 do Plano Nacional de Educação (Lei Federal nº 13.005, de 25 de junho de 2014) é oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas. Ademais, o § 2º do artigo 34 e o § 5º do artigo 87 da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 estimulam a progressão do Ensino Fundamental para o regime de tempo integral (Questão nº 3.34);
- e) Nove dos dezesseis estabelecimentos de ensino da rede pública municipal ainda não possuem Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros – AVCB ou Certificado de Licença do Corpo de Bombeiros - CLCB, conforme recomenda o Decreto Estadual nº 63.911/2018 (Questão nº 5);
- f) A Prefeitura possui 02 (duas¹⁹) nutricionistas, número inferior às 09 (nove) recomendadas pelo artigo 10 da Resolução do Conselho Federal de Nutricionistas - CFN nº 465/2010, bem como não existe um controle por meio de relatórios que permita atestar as condições físicas/estruturais da cozinha, higienização e acondicionamento dos alimentos e acompanhamento/aceitação do cardápio proposto na rede escolar municipal, o que dificulta a fiscalização efetiva das condições exigidas pela Lei Federal nº 11.947/2009, o disposto na legislação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa, na Resolução do Conselho Deliberativo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação nº 26/2013 e no artigo 3º da Resolução do Conselho Federal de Nutricionistas - CFN nº 465/2010 (Questões nº 9.2 e 13).

¹⁹ Conforme quadro de pessoal (doc. 13).

PERSPECTIVA D: SAÚDE

D.1. APLICAÇÃO POR DETERMINAÇÃO CONSTITUCIONAL E LEGAL NA SAÚDE

Conforme informado ao Sistema Audesp, a aplicação na Saúde atingiu, no período, os seguintes resultados, cumprindo a referida determinação constitucional/legal:

Art. 77, III c/c § 4º do ADCT	%
DESPESA EMPENHADA (mínimo 15%)	30,28%
DESPESA LIQUIDADADA (mínimo 15%)	30,12%
DESPESA PAGA (mínimo 15%)	30,10%

(Arquivo 12)

Tendo em vista que foi liquidado e pago montante acima de 15% da receita de impostos, atendendo ao piso constitucional, deixamos de efetuar o acompanhamento previsto no art. 24 da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012.

D.1.1. GESTÃO DE ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA CAUSADA PELA COVID-19 - SAÚDE

D.1.1.1. INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS²⁰

Para evidenciar a situação da pandemia no Município, consoante informado pelo Poder Executivo municipal, segue a estatística acumulada até o mês de dezembro do exercício em análise:

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
Número de exames coletados para a Covid-19	14.335
Número de casos em análise da Covid-19	42
Número de casos descartados da Covid-19	12.836
Número de casos confirmados da Covid-19	1.457
Número de casos recuperados da Covid-19	1.364
Número de óbitos confirmados de Covid-19	40
Número de óbitos suspeitos de Covid-19	05
Número de óbitos descartados de Covid-19	05
Número de leitos na enfermaria existentes	15

²⁰ Relatório Covid-19 – dezembro/2020 - TC-014193.989.20 – evento 86.5.



Unidade Regional de Ribeirão Preto
UR-06



Número de leitos na enfermaria ocupados	01
Número de leitos na UTI existentes	00
Número de leitos na UTI ocupados	00

D.1.1.2. MEDIDAS ADOTADAS PELO MUNICÍPIO

No contexto da pandemia, constatou-se o seguinte:

DESCRIÇÃO	SIM / NÃO / PREJUDICADO
Providenciou a formação de equipe multidisciplinar ou comitê de crise para avaliações, deliberações e acompanhamento do planejamento e das ações de enfrentamento à Covid-19?	Sim
Houve participação do Conselho Municipal de Saúde na citada equipe multidisciplinar ou comitê de crise?	Sim
A Administração realizou divulgação à população das medidas sanitárias sobre o enfrentamento à Covid-19?	Sim
Foi elaborado plano municipal de enfrentamento à Covid-19?	Sim
Foram criados instrumentos (planilhas e/ou aplicativos) para o acompanhamento da involução ou evolução das demandas relacionadas às ações de enfrentamento à Covid-19?	Sim

Nas verificações empreendidas pela Fiscalização, não foram constatadas irregularidades.

D.1.1.3. HOSPITAIS DE CAMPANHA

O Município não implantou hospital de campanha no exercício em exame.

D.1.1.4. EQUIPAMENTOS RECEBIDOS

A Origem informou, e a Fiscalização constatou que o Município não recebeu equipamentos médico-cirúrgicos para enfrentamento à pandemia da Covid-19.

D.1.1.5. AQUISIÇÕES, CONTRATAÇÕES DE SERVIÇOS E OBRAS

A Origem informou, e a Fiscalização constatou o seguinte:

DESCRIÇÃO	SIM / NÃO / PREJUDICADO
A Prefeitura realizou dispensas de licitação fundamentadas no art. 24, IV, da Lei nº 8.666/1993, para enfrentamento da Covid-19?	Sim
A Prefeitura realizou dispensas de licitação com fundamento na Lei nº 13.979/2020, para enfrentamento da Covid-19?	Sim
A Prefeitura realizou contratação a partir da adesão a registro de preços promovido por outro ente federativo (carona), para enfrentamento da Covid-19?	Não



Unidade Regional de Ribeirão Preto
UR-06



Das contratações realizadas, sob amostragem, constatamos o descrito nos itens seguintes.

D.1.1.5.1. DAS AQUISIÇÕES DE PRODUTOS E EQUIPAMENTOS

Informamos que o Município adquiriu equipamentos médico-cirúrgicos para enfrentamento à pandemia da Covid-19.

Quanto às aquisições, em geral, sob amostragem, não constatamos ocorrências dignas de nota.

D.1.1.5.2. DAS CONTRATAÇÕES DE SERVIÇOS

Quanto às contratações de serviços, sob amostragem, não constatamos ocorrências dignas de nota.

D.1.1.5.3. DAS OBRAS E/OU SERVIÇOS DE ENGENHARIA CONTRATADOS

Informamos que o Município não contratou obras e/ou serviços de engenharia para enfrentamento à pandemia da Covid-19.

D.1.2. REPASSES A ENTIDADE DO TERCEIRO SETOR

D.1.2.1. DOS REPASSES EFETUADOS

Informamos que o Município efetuou repasses às entidades do terceiro setor para enfrentamento da pandemia causada pelo Covid-19.

Quanto aos repasses efetuados²¹, sob amostragem, não constatamos ocorrências dignas de nota.

Oportunamente, registramos que a Prefeitura realizou repasses ao 3º setor voltados ao enfrentamento da COVID-19, notadamente os efetuados em 2020 à Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Guariba, decorrentes de Termos Aditivos tratados nos processos TC-020896.989.20, TC-020897.989.20, TC-026117.989.20, TC-000846.989.21 e TC-004599.989.21, sendo observado pela Fiscalização que tais ajustes tiveram sua regularidade comprometida em virtude do princípio da acessoriedade (ocorrências apontadas pela Fiscalização

²¹ Valores repassados em 2020: Santa Casa de Misericórdia (R\$ 1.154.952,34) e ao Lar São Vicente de Paulo (R\$ 56.073,64) – Arquivo 37.

quanto ao ajuste inicial, tratado no TC-000018.989.19), conforme destacado no quadro abaixo:

Conveniente	Prefeitura Municipal de Guariba
Objeto	<p>O objeto principal do Convênio nº 01/2018, firmado em 01/11/2018, com vigência até 31/12/2018, junto à Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Guariba seria a execução de serviços médicos, hospitalares e ambulatoriais aos usuários do SUS, nos termos do artigo 116 da Lei Federal nº 8.666/93.</p> <p>Convênio nº 01/2018, tratado no TC-000018.989.19</p> <p>Recursos de fonte Municipal e Federal</p>
Relator	Silvia Cristina Monteiro Moraes
Processo Principal nº	TC-000018.989.19 (não específico para Covid-19)
Conclusão da Fiscalização	<p>Irregularidade:</p> <p>a) Autorização para celebração do ajuste e parecer jurídico com datas posteriores à da assinatura do termo de convênio, em desrespeito à sequência de atos estabelecida pelo art. 38, parágrafo único, e art. 116 da Lei Federal nº 8.666/93;</p> <p>b) Comprovação da economicidade do ajuste prejudicada pela falta de especificação das referências de preços consideradas para compor os valores de serviços a serem custeados com recursos municipais, no montante total de R\$ 916.136,30, em grande parte executados por terceiros contratados pela Conveniada;</p> <p>c) O Plano de Trabalho não estabelece a obrigatoriedade do regime de plantão presencial da equipe médica do Pronto Socorro (nas áreas de Anestesiologia, Clínica Médica, Pediatria, Cirurgia Geral e Ortopedia), contrariando o art. 2º da Resolução CFM nº 1.451/1995.</p>
Processo nº	TC-020896.989.20 (4º Termo Aditivo de 26/05/2020 - Covid 19)
Objeto	Incluir o repasse de R\$ 297.137,14 de fonte federal, destinado ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (Cláusula Primeira).
Fonte de Recursos	Federal
Conclusão da Fiscalização	Na extensão dos exames realizados, não foram detectadas falhas na formalização do Termo Aditivo, sendo observado pela Fiscalização que tais ajustes tiveram sua regularidade comprometida em virtude do princípio da acessoriedade
Processo nº	TC-020897.989.20 (5º Termo Aditivo de 01/06/2020 - Covid 19)
Objeto	Incluir o repasse de R\$ 450.686,90 de fonte federal, destinado ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (Cláusula Primeira).
Fonte de Recursos	Federal
Conclusão da Fiscalização	Na extensão dos exames realizados, não foram detectadas falhas na formalização do Termo Aditivo, sendo observado pela Fiscalização

	que tais ajustes tiveram sua regularidade comprometida em virtude do princípio da acessoriedade
Processo nº	TC-026117.989.20 (7º Termo Aditivo de 14/10/2020 - Covid 19)
Objeto	Incluir o repasse de R\$ 250.000,00 de fonte federal, destinado ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (Cláusula Primeira).
Fonte de Recursos	Federal
Conclusão da Fiscalização	Na extensão dos exames realizados, não foram detectadas falhas na formalização do Termo Aditivo, sendo observado pela Fiscalização que tais ajustes tiveram sua regularidade comprometida em virtude do princípio da acessoriedade
Processo nº	TC-000846.989.21 (8º Termo Aditivo de 14/12/2020 - Covid-19)
Objeto	Acréscimo de R\$ 157.128,30 de repasses de fonte federal destinados aos Procedimentos Ambulatoriais de Pronto Socorro e Internações exclusivos para Covid-19 (Cláusula Primeira) e ratificação das demais cláusulas pactuadas (Cláusula Terceira).
Fonte de Recursos	Federal
Conclusão da Fiscalização	Na extensão dos exames realizados, não foram detectadas falhas na formalização do Termo Aditivo, sendo observado pela Fiscalização que tais ajustes tiveram sua regularidade comprometida em virtude do princípio da acessoriedade
Processo nº	TC-004599.989.21 (9º Termo Aditivo de 23/12/2020 - Covid-19)
Objeto	Prorrogar o ajuste de 01/01 a 28/02/2021, em razão dos agravos decorrentes da pandemia da Covid-19 e da transição de governo, com a posse do novo Prefeito, eleito no pleito de 2020
Fonte de Recursos	Federal
Conclusão da Fiscalização	Na extensão dos exames realizados, não foram detectadas falhas na formalização do Termo Aditivo, sendo observado pela Fiscalização que tais ajustes tiveram sua regularidade comprometida em virtude do princípio da acessoriedade
Decisão	Prejudicado
Publicação DOE	-
Trânsito em julgado	-

D.2. IEG-M – I-SAÚDE – Índice B

Com base nas informações apresentadas pela Origem no levantamento de dados para apuração do IEG-M relativo ao indicador temático I-SAÚDE (Arquivo 30), o Município encontrava-se enquadrado em nível efetivo, o que demonstra risco médio na gestão da área de saúde, cujas principais inadequações, que requerem atuação da Administração Municipal, seguem abaixo descritas:



- a) Existência de 01 unidade de saúde da rede municipal sem o Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros – AVCB ou Certificado de Licença do Corpo de Bombeiros - CLCB, conforme recomenda o Decreto Estadual nº 63.911/2018²² (Questão nº 10);
- b) Não possuía Plano de Carreira, Cargos e Salários para seus profissionais de saúde, em prejuízo à recomendação do art. 4º, VI, da Lei nº 8.142/1990 (Questão nº 14);
- c) O Município não disponibilizou serviço de agendamento de consulta médica nas Unidades Básicas de Saúde de forma não presencial, os agendamentos não foram feitos com intervalo mínimo de 15 minutos entre uma consulta e outra e não houve controle de absenteísmo de consultas (Questões nº 20, 21 e 22);
- d) O Município não possui CAPS ou Unidades de Acolhimento Adulto e Infanto-Juvenil, em desatendimento à recomendação prevista no § 1º do artigo 23 do Anexo V da Portaria de Consolidação do Ministério da Saúde nº 03/2017, sendo os jovens e adultos acolhidos em um Ambulatório de Saúde Mental²³ (Questão nº 24.5.1);
- e) Inexistência de protocolos de regulação de acesso formalizados, em dissonância com o inciso IV, do Anexo I, da Deliberação CIB (Comitê Intergestores Bipartite) nº 06/2012, e o inciso IV, do § 1º, do art. 8º, da Política Nacional de Regulação do Sistema Único de Saúde constante no Anexo XXVI da Portaria de Consolidação nº 02/2017 do Ministério da Saúde (Questão nº 35);
- f) Não houve utilização do Sistema OuvidorSUS ou sistema equivalente, contrariando o disposto no artigo 116 da Portaria de Consolidação nº 1 do Ministério da Saúde, de 28 de setembro de 2017 (Questão nº 43).

PERSPECTIVA E: GESTÃO AMBIENTAL

E.1. IEG-M – I-AMB – Índice B

Com base nas informações apresentadas pela Origem no levantamento de dados para apuração do IEG-M relativo ao indicador temático

²² Ambulatório de Especialidades Herminio de Laurentiz Neto (Rua Nello Petrini, 1.650, Jd. Boa Vista).

²³ Centro de Saúde III – Dr. Álvaro Landgraf (Rua Féres, 368, Centro)



Unidade Regional de Ribeirão Preto
UR-06



I-AMB (Arquivo 31), o Município encontrava-se enquadrado em nível efetivo, o que demonstra risco médio na gestão ambiental, cujas principais inadequações, que requerem atuação da Administração Municipal, seguem abaixo descritas:

- a) A Prefeitura informou que nem todas as regiões do Município foram atendidas pela coleta seletiva de resíduos sólidos, contrariando o estabelecido no art. 7º, II e X, da Lei nº 12.305/2010 (Questão nº 12.4);
- b) A Prefeitura informou que antes de aterrar o lixo não realizou nenhum tipo de processamento de resíduos, quer mediante reciclagem, compostagem, reutilização ou outra forma de processamento, contrariando o estipulado no art. 9º, da Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010 (Questão 15).

PERSPECTIVA F: GESTÃO DA PROTEÇÃO À CIDADE

F.1. IEG-M – I-CIDADE – Índice B

Com base nas informações apresentadas pela Origem no levantamento de dados para apuração do IEG-M relativo ao indicador temático I-CIDADE (Arquivo 32), o Município encontrava-se enquadrado em nível efetivo, o que demonstra risco médio na gestão da proteção à cidade, cujas principais impropriedades, que requerem atuação da Administração Municipal, seguem abaixo descritas:

- a) A Prefeitura Municipal informou que foi criada a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil-COMPDEC responsável pela execução, coordenação e mobilização de todas as ações de defesa civil no Município, porém não há qualquer tipo de recursos específicos destinados a ela, o que impossibilita a execução do disposto nos artigos 8º e 9º da Lei Federal nº 12.608/2012 (Questão nº 1.2);
- b) O Município não possui Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil devidamente regulamentado. Trata-se de uma boa prática instituir formalmente um Conselho para tratar de Proteção e Defesa Civil para que o Município tenha um Sistema de Defesa Civil, semelhante ao estabelecido pelo § 3º do Art. 2º da Lei Federal nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010, para discutir, propor, acompanhar e fiscalizar as ações da política municipal de proteção e defesa civil e acompanhar a execução de suas ações (Questão nº 1.3);
- c) A Origem não promove ações para estimular a participação de entidades privadas, associações de voluntários, clubes de serviços, organizações não



Unidade Regional de Ribeirão Preto
UR-06



governamentais e associações de classe e comunitárias. É responsabilidade municipal estimular a participação de toda a comunidade nas ações de defesa civil, conforme disposto no artigo 8º, inciso XV, da Lei Federal nº 12.608/2012 (Questão nº 2.3).

PERSPECTIVA G: TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

G.1. CUMPRIMENTO DE DETERMINAÇÕES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS – TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

G.1.1. A LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO E A LEI DA TRANSPARÊNCIA FISCAL

Sob o aspecto da amostragem, não constatamos ocorrências dignas de nota.

G.1.1.1. TRANSPARÊNCIA PÚBLICA ESPECÍFICA RELACIONADA À PANDEMIA CAUSADA PELA COVID-19

A Fiscalização empreendeu acompanhamento diário das divulgações relacionadas às receitas e despesas concernentes ao enfrentamento à pandemia causada pela Covid-19.

Ao final do exercício, foi constatado o seguinte:

DESCRIÇÃO	SIM / NÃO / PREJUDICADO
Existe no portal de transparência ou no sítio da Prefeitura link ou atalho para o acompanhamento de despesas exclusivas para enfrentamento à pandemia de Covid-19?	Sim
Os dados com as RECEITAS para enfrentamento à pandemia de Covid-19 foram informados separadamente das demais receitas do Município?	Sim
As RECEITAS destinadas ao enfrentamento à pandemia de Covid-19 foram contabilizadas com o código de aplicação 312, conforme Comunicado AudeSP nº 28/2020?	Sim
Os dados com as DESPESAS para enfrentamento à pandemia de Covid-19 foram informados separadamente das demais despesas municipais?	Sim
As DESPESAS para enfrentamento à pandemia de Covid-19 foram informadas em tempo real, conforme legislação pertinente?	Sim
As DESPESAS destinadas ao enfrentamento à pandemia de Covid-19 foram contabilizadas com o código de aplicação 312, conforme Comunicado AudeSP nº 28/2020?	Sim



Unidade Regional de Ribeirão Preto
UR-06



As DESPESAS para enfrentamento à pandemia de Covid-19 foram detalhadas com os elementos, conforme Comunicado SDG nº 18/2020?	Sim
--	-----

G.2. FIDEDIGNIDADE DOS DADOS INFORMADOS AO SISTEMA AUDESP

Nos trabalhos da fiscalização não foram encontradas divergências entre os dados da Origem e os prestados ao Sistema Audeps.

G.3. IEG-M – I-GOV TI – Índice C

Com base nas informações apresentadas pela Origem no levantamento de dados para apuração do IEG-M relativo ao indicador temático I-GOV (Arquivo 33), o Município encontrava-se em baixo nível de adequação, o que demonstra alto risco na gestão da área de tecnologia da informação, cujas principais inadequações, que requerem atuação da Administração Municipal, seguem abaixo descritas:

- A Prefeitura não disponibilizou programas de atualização e capacitação aos funcionários da área de Tecnologia da Informação (Questão nº 1.1.3);
- A Prefeitura não possuía um PDTI – Plano Diretor de Tecnologia da Informação vigente que estabelecesse diretrizes e metas de atingimento no futuro (Questão nº 2);
- A Prefeitura não dispõe de Política de Segurança da informação formalmente instituída e de cumprimento obrigatório (Questão nº 3);
- A Prefeitura informou que possuía sistema terceirizado (desenvolvido e mantido por empresa terceirizada), cuja base de dados não fica sob sua gestão direta (Questões nº 7.2 e 7.2.1);
- A Prefeitura não regulamentou o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, segundo a Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - LGPD (Questão nº 9).

PERSPECTIVA H: OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

H.1. PERSPECTIVAS DE ATINGIMENTO DAS METAS PROPOSTAS PELA AGENDA 2030 ENTRE PAÍSES-MEMBROS DA ONU, ESTABELECIDAS POR MEIO DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – ODS

Tendo em vista as análises realizadas, indica-se que o Município poderá não atingir as seguintes metas dos Objetivos de Desenvolvimento



Unidade Regional de Ribeirão Preto
UR-06



Sustentável - ODS (Arquivo 43):

PERSPECTIVA A: PLANEJAMENTO

ODS: Metas 16.6 e 16.7 (letra “e” do item A.2.).

PERSPECTIVA D: SAÚDE

ODS: Metas 3 (letras “c” e “e” do item D.2.), 3.4 e 3.5 (letra “d” do item D.2.), 3.8 (letra “f” do item D.2.) e 3.c (letra “b” do item D.2.).

PERSPECTIVA F: GESTÃO DA PROTEÇÃO À CIDADE

ODS: Meta 11.5 (letra “c” do item F.1.).

PERSPECTIVA G: TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

ODS: Metas 16.6 e 16.7 (letra “c” do item G.3.).

H.2. DENÚNCIAS/REPRESENTAÇÕES/EXPEDIENTES

Estão referenciados ao presente processo de contas anuais os seguintes protocolados:

1	Número:	TC-019203.989.20
	Interessado:	Prefeitura Municipal de Guariba
	Objeto:	Representação apresentada pela empresa Luciano Naim Geradi – ME sobre possíveis irregularidades praticadas pela Prefeitura Municipal de Guariba, na condução do Pregão Eletrônico nº 070/2020 (Processo nº 374/2020), objetivando o registro de preços para aquisição de 500 unidades de cobertores de casal, para distribuição gratuita a população em vulnerabilidade emergencial atendidas pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.
	Procedência:	Não

O denunciante alegou desrespeito ao item 6.2 do edital de licitação, que dispõe que “as pessoas jurídicas ou empresas individuais deverão credenciar representantes, mediante a apresentação de procuração por instrumento público ou particular, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no “licitações-e”.

Apresentado recurso pela empresa Luciano Naim Girade - ME - CNPJ nº 03.882.934/0001-92, frente ao Pregão Eletrônico nº 070/2020, a Prefeitura Municipal decidiu pela negativa de provimento (evento 1.5 do TC-019203.989.20), informando que houve o devido credenciamento da procuração pela empresa vencedora junto à plataforma do Banco do Brasil, bem como a assinatura de declarações (evento 1.6 do TC-019203.989.20).

De nossa parte, informamos que das análises inerentes ao referido certame não identificamos ocorrências dignas de nota.



Unidade Regional de Ribeirão Preto
UR-06



Assim, o assunto em tela serviu de subsídio ao exame das presentes contas, porém sem comentários em item específico deste relatório, devido a sua regularidade.

2	Número:	TC-026145.989.20 (cópia do expediente TC-022397.989.20)
	Interessado:	Câmara Municipal de Guariba
	Objeto:	Trata de possíveis irregularidades cometidas pelo cidadão Dayan Tadeu Siqueira Okubo na condição de proprietário de empresa de prestação de serviços médicos hospitalares ao Município de Guariba, via Irmandade da Santa Casa de Misericórdia, quando exercia seu mandato de vereador.
	Procedência:	Não

O assunto em tela foi tratado no item E.2. do Relatório de Contas Anuais de 2020 da Câmara Municipal de Guariba - TC-003478.989.20, com conclusão no sentido de sua improcedência.

Trazemos transcrito abaixo a análise efetuada por aquela Fiscalização:

Por meio do Ofício nº 99, de 12 de agosto de 2020, o então Presidente da Câmara Municipal de Guariba, Sr. Cássio Aparecido Pereira, encaminhou a esta E. Corte de Contas, para as providências cabíveis, denúncia anônima recebida também em 12 de agosto de 2020 por aquele Legislativo, a qual dispõe sobre possíveis irregularidades cometidas pelo cidadão Dayan Tadeu Siquieri Okubo (evento 1.1, pág. 01, do TC-026145.989.20).

Em conformidade com referida denúncia (evento 1.1, pág. 03, do Expediente), desde a diplomação realizada em 2016, o Vereador Dayan Tadeu Siquieri Okubo, por meio de sua empresa, denominada Day Mar Serviços Médicos S/S Ltda. – CNPJ 11.727.142/0001-71, dispunha de contrato vigente para a prestação de serviços médicos hospitalares à Municipalidade de Guariba, via Santa Casa de Misericórdia de Guariba – pagos com recursos públicos, principalmente de fonte municipal, para fins de gestão do Pronto Socorro Municipal, da Clínica Médica, da Diretoria Médica, da Clínica Cirúrgica, e realização de plantões e outros (ou seja, todo o atendimento), recebendo no período mais de R\$ 9.000.000,00, implicando isso em possível desrespeito ao artigo 17, inciso I, alínea “a”, da Lei Orgânica do Município de Guariba²⁴.

Naquele mesmo Ofício de encaminhamento da denúncia (evento 01.1, pág. 01, do TC-026145.989.20), o então Chefe do Legislativo à época entendeu que ficou impossibilitado de qualquer ação, visto que referido Vereador havia renunciado a este cargo em 03 de julho de 2020 (data

²⁴ Artigo 17 - O Vereador não poderá:

I - desde a expedição do diploma:

a) - firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes



anterior ao recebimento da denúncia), por razões de foro íntimo, em caráter irrevogável e irretratável, tendo, inclusive, seu suplente tomado posse na Sessão Extraordinária de 09 de julho de 2020.

Todavia, em consulta feita junto a aplicativo deste E. Tribunal de Contas (ARES), constatamos que de fato o Sr. Dayan Tadeu Siquieri Okubo figura como um dos sócios da empresa Day Mar Serviços Médicos S/S Ltda., que tem prestado regularmente serviços médicos à Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Guariba, objeto de ajuste firmado com a Prefeitura de Guariba (Convênio nº 01/2018 – em exame no TC-000018.989.19²⁵), que é custeado tanto por recursos de fonte municipal quanto por outras fontes (conforme prestação de contas de 2019 disponibilizada junto ao SisRTS²⁶).

O vínculo do referido médico junto à mencionada Santa Casa pôde ser comprovado mediante consulta ao CNES (doc. 38), que também indicou carga horária de 19 horas semanais de prestação de serviços à referida Entidade durante todo o exercício de 2020.

Registre-se que o Sr. Dayan Okubo também pertence ao quadro de pessoal efetivo da Prefeitura Municipal de Guariba, ocupante do cargo de Médico, com carga horária semanal de 20 horas, com compatibilidade de horários quanto ao cargo eletivo de Vereador (doc. 29 e 38).

Referida situação, consistente no fato de o mencionado Vereador ser sócio de empresa que presta serviços à Santa Casa de Guariba, cujos pagamentos são feitos em parte com recursos do tesouro municipal (decorrente de ajuste firmado entre a Prefeitura de Guariba e a Santa Casa), evidencia que não havia ajuste firmado entre o Vereador e o Poder Público Municipal, razão pela qual entendemos inexistir evidências de inobservância à vedação de que cuida o mencionado artigo 17, inciso I, alínea “a”, da Lei Orgânica do Município de Guariba²⁷.

Informamos que o objeto aqui tratado encontra-se em exame no Ministério Público do Estado de São Paulo²⁸, no Inquérito Civil sob número 14.0277.0000418/2020-2 (doc. 32), em andamento.

Cumpre-nos registrar que, conforme transcrito acima, outros aspectos da matéria contida neste expediente serão analisados por ocasião do exame da prestação de contas relativa ao exercício de 2020, pertinente a ajuste

²⁵ Uma segunda cópia do Expediente TC-022397.989.20, o TC-026146.989.20, está referenciado a este processo que cuidará do ajuste firmado entre a Prefeitura de Guariba e a Santa Casa (TC-000018.989.19)

²⁶ Ainda não há informações disponibilizadas no SisRTS quanto à prestação de contas de 2020, no tocante a repasses feitos pela Prefeitura à Santa Casa, cujo prazo normativo destinado a isso se encerrará em 30/06/2021

²⁷ Disponível para consulta no link: <https://www.guariba.sp.leg.br/arquivos/lom-cmg-07a-edicao.pdf>

²⁸ Site do MPSP - <https://sismpconsultapublica.mpsp.mp.br/Detailhe/140277000041820202>



Unidade Regional de Ribeirão Preto
UR-06



firmado entre a Prefeitura de Guariba e a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Guariba, tratado no TC-000018.989.19, nos termos contidos em uma segunda cópia do expediente TC-022397.989.20 (TC-026146.989.20 – referenciado àqueles autos).

H.3. ATENDIMENTO À LEI ORGÂNICA, INSTRUÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

No decorrer do exercício em análise, constatamos o atendimento à Lei Orgânica e às Instruções deste Tribunal.

No que se refere às recomendações desta Corte, haja vista os dois últimos exercícios apreciados até o exercício em análise, verificamos que, no exercício em exame, a Prefeitura descumpriu as seguintes:

Exercício 2017	TC 006382.989.16	DOE 23/05/2019	Data do Trânsito em julgado: 10/07/2019
Recomendações (Arquivo 48): <ul style="list-style-type: none"> ✓ Corrigir as impropriedades apontadas em todos os aspectos dos IEG-M (itens A.2, B.2, C.2, D.2, E.1, F.1 e G.3); ✓ Atender as recomendações desta Corte de Contas. 			

Exercício 2018	TC 004139.989.18	DOE 28/05/2020	Data do Trânsito em julgado: 13/07/2020
Recomendações (Arquivo 49): <ul style="list-style-type: none"> ✓ Exija formação acadêmica compatível com as funções desempenhadas por seus cargos comissionados (item B.1.9.); Determinações: <ul style="list-style-type: none"> ✓ Atenda a demanda reprimida de crianças em suas creches municipais (item C.1); ✓ Sane os problemas de alunos por sala de aula (item C.2); ✓ Estabeleça o Plano de Carreira e Remuneração para seus profissionais que atuam na saúde pública do Município (item D.2); ✓ Cumpra as recomendações e determinações do Tribunal de Contas. 			

Insta informar que os autos que tratam do exame das contas de 2019 (TC-004480.989.19) transitaram em julgado no dia 24/06/2021.

SÍNTESE DO APURADO

ITENS	
CONTROLE INTERNO	PARCIALMENTE REGULAR
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – Resultado no exercício	2,80%
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – Percentual de investimentos	6,05%
DÍVIDA DE CURTO PRAZO	FAVORÁVEL
DÍVIDA DE LONGO PRAZO	FAVORÁVEL
PRECATÓRIOS - Foi suficiente o pagamento/depósito de precatórios judiciais?	SIM
PRECATÓRIOS - Foi suficiente o pagamento de requisitórios de baixa monta?	SIM
ENCARGOS - Efetuados os recolhimentos ao Regime Geral de Previdência Social (INSS)?	SIM
ENCARGOS - Efetuados os recolhimentos ao Regime Próprio de Previdência Social?	PREJUDICADO
ENCARGOS – Está cumprindo parcelamentos de débitos de encargos?	SIM
TRANSFERÊNCIAS AO LEGISLATIVO - Os repasses atenderam ao limite constitucional?	SIM
LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - Despesa de pessoal em dezembro do exercício em exame	47,02%
LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - Atendido o artigo 42, da LRF?	SIM
LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - Atendido o artigo 21, II, da LRF?	SIM
ENSINO - Aplicação na Educação - art. 212 da Constituição Federal (Limite mínimo de 25%)	25,87%
ENSINO - Fundeb aplicado no magistério (Limite mínimo de 60%)	74,87%
ENSINO - Recursos Fundeb aplicados no exercício	100%
ENSINO - Se diferida, a parcela residual (de até 5%) foi aplicada até 31/03 do exercício subsequente?	PREJUDICADO
SAÚDE - Aplicação na Saúde (Limite mínimo de 15%)	30,28%

CONCLUSÃO

Observada a instrução constante no art. 24 da Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, a Fiscalização, em conclusão a seus trabalhos, aponta as seguintes ocorrências:



Unidade Regional de Ribeirão Preto
UR-06



Item A.1.1. CONTROLE INTERNO

- Não efetuou o provimento (por meio de concurso público) do cargo efetivo de “Agente de Controle Interno” a fim de dar cumprimento a Lei Municipal nº 2.915/2015 e demais normas regedoras do assunto;
- Não providenciou a regulamentação prevista no art. 6º da Lei Complementar Municipal nº 2.915/2015 que, em nossa análise, caberia prever a periodicidade e a forma de apresentação dos relatórios decorrentes do Sistema de Controle Interno;
- Os relatórios do Controle Interno apresentados traçavam apenas análises sobre aspectos de gestão administrativa, orçamentária e financeira, sem qualquer abordagem de natureza operacional e/ou relacionadas à pandemia de COVID-19.

Item A.2. IEG-M – I-PLANEJAMENTO – Índice C

- Não houve a elaboração de relatório contendo a análise das demandas/sugestões coletadas em audiência pública (letra “a”);
- A LOA conteve autorização para abertura de créditos adicionais por decreto até o limite de 15% da despesa total fixada (letra “b”);
- Os servidores que cuidam da atividade de planejamento não têm dedicação exclusiva nessa área (letra “c”);
- Não elaborou a “Carta de Serviço ao Usuário”, o que pode comprometer a transparência e o acesso simplificado do atendimento público à comunidade (letra “d”);
- Não houve regulamentação nem instituição do Conselho de Usuários (letra “e”);
- O Município não demonstrou evolução nessa perspectiva do IEG-M, haja vista que permanece em baixo nível de adequação (índice C) desde o exercício de 2017, mesmo tendo recebido recomendações exaradas nas contas de 2017 e 2018, para que se corrigisse as impropriedades apontadas no IEG-M.

Item B.1.9. DEMAIS ASPECTOS SOBRE RECURSOS HUMANOS

- Não há definição em lei dos requisitos de escolaridade para a nomeação de Secretários Municipais.



Unidade Regional de Ribeirão Preto
UR-06



Item B.2. IEG-M – I-FISCAL – Índice B

- Não há disponibilização de programas de treinamentos específicos aos Fiscais Tributários, tampouco houve implantação de Plano de Cargos e Salários Específico para esses profissionais (letra “a”);
- A legislação municipal sobre dívida ativa não contemplou critérios referentes à anistia e remissão (letra “b”);
- A Prefeitura não realiza cobrança da dívida ativa nas modalidades de conciliação extrajudicial, inclusão do nome do devedor em Cadastro (exemplo: Cadastro Informativo Municipal – CADIN) e inclusão do nome do devedor em serviços de proteção ao crédito (letra “c”).

Item B.3.2. BENS PATRIMONIAIS

- Falhas no Setor de Patrimônio: não havia levantamento geral de bens imóveis e a verificação do valor inventariado de bens móveis restou impossibilitada por falha no sistema de controle patrimonial.

Item B.3.3. CONTRATO SELECIONADO PARA ANÁLISE E ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

- Irregularidade em licitação, ajuste e aditivo relacionado com contratação de empresa de engenharia para a execução de ampliação do Parque dos Lagos "Vereador Luis da Conceição" (análise em autos próprios – TC-020427.989.20).

Item C.1. APLICAÇÃO POR DETERMINAÇÃO CONSTITUCIONAL E LEGAL

- Havia déficit de 198 vagas nas creches municipais, situação regularizada em 2021;
- Ainda não houve implementação do serviço de psicologia educacional e de serviço social na rede pública escolar, nos termos da Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019 (processo em andamento).

Item C.2. IEG-M – I-EDUC – Índice B

- A Prefeitura Municipal possui turmas de Creche com menos de 30 m² por 13 alunos, bem como turmas de Creche, Pré-Escola, Anos Iniciais e Finais com mais alunos do que o recomendado pelo Conselho Nacional de Educação (letra “a”).
- A Prefeitura Municipal possui mais de 10% do quadro de professores de

Creche, Pré-Escola, Anos Iniciais e Finais como temporários, contrariando o recomendado pelo Conselho Nacional de Educação (letra “b”).

- A Prefeitura Municipal informou que um (01) estabelecimento de Pré-Escola não possui Pátio Infantil, contrariando o recomendado pelo Conselho Nacional de Educação - CNE (letra “c”)
- Menos de 50% dos estabelecimentos (2 de 8) para os Anos Iniciais possuem turmas em tempo integral (letra “d”);
- Nove dos dezesseis estabelecimentos de ensino da rede pública municipal ainda não possuem Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros – AVCB ou Certificado de Licença do Corpo de Bombeiros - CLCB (letra “e”);
- A Prefeitura não possui o número de nutricionistas recomendado, bem como não existe um controle por meio de relatórios que permita atestar as condições físicas/estruturais da cozinha, higienização e acondicionamento dos alimentos e acompanhamento/aceitação do cardápio proposto na rede escolar municipal (letra “f”);

Item D.2. IEG-M – I-SAÚDE – Índice B

- Existência de 01 unidade de saúde da rede municipal sem o Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros – AVCB ou Certificado de Licença do Corpo de Bombeiros - CLCB (letra “a”);
- Não possuía Plano de Carreira, Cargos e Salários para seus profissionais de saúde (letra “b”);
- O Município não disponibilizou serviço de agendamento de consulta médica de forma não presencial, os agendamentos não foram feitos com intervalo mínimo de 15 minutos entre uma consulta e outra e não houve controle de absenteísmo de consultas (letra “c”);
- O Município não possui CAPS ou Unidades de Acolhimento Adulto e Infante-Juvenil, em desatendimento à recomendação do Ministério da Saúde, sendo os jovens e adultos acolhidos em um Ambulatório de Saúde Mental (letra “d”);
- Inexistência de protocolos de regulação de acesso formalizados, em dissonância com Deliberação do CIB (Comitê Intergestores Bipartite) e da Política Nacional de Regulação do Ministério da Saúde (letra “e”);
- Não houve utilização do Sistema OuvidorSUS ou sistema equivalente,



Unidade Regional de Ribeirão Preto
UR-06



(letra “f”).

Item E.1. IEG-M – I-AMB – Índice B

- A Prefeitura informou que nem todas as regiões do Município foram atendidas pela coleta seletiva de resíduos sólidos (letra “a”);
- A Prefeitura informou que antes de aterrar o lixo não realizou nenhum tipo de processamento de resíduos, quer mediante reciclagem, compostagem, reutilização ou outra forma de processamento (letra “b”).

Item F.1. IEG-M – I-CIDADE – Índice B

- A Prefeitura Municipal informou que foi criada a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil-COMPDEC responsável pela execução, coordenação e mobilização de todas as ações de defesa civil no Município, mas não há qualquer tipo de recursos específicos destinados a ela, o que impossibilita a execução do disposto nos artigos 8º e 9º da Lei Federal nº 12.608/2012 (letra “a”);
- O Município não possui Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil devidamente regulamentado (letra “b”);
- A Origem não promove ações para estimular a participação de entidades privadas, associações de voluntários, clubes de serviços, organizações não governamentais e associações de classe e comunitárias. É responsabilidade municipal estimular a participação de toda a comunidade nas ações de defesa civil, conforme disposto no artigo 8º, inciso XV, da Lei Federal nº 12.608/2012 (letra “c”).

Item G.3. IEG-M – I-GOV TI – Índice C

- A Prefeitura não disponibilizou programas de atualização e capacitação aos funcionários da área de Tecnologia da Informação (letra “a”);
- A Prefeitura não possuía um PDTI – Plano Diretor de Tecnologia da Informação vigente (letra “b”);
- A Prefeitura não dispõe de Política de Segurança da informação formalmente instituída e de cumprimento obrigatório (letra “c”);
- A Prefeitura informou que possuía sistema terceirizado (desenvolvido e mantido por empresa terceirizada), cuja base de dados não fica sob sua gestão direta (letra “d”);



Unidade Regional de Ribeirão Preto
UR-06



- A Prefeitura Municipal não regulamentou o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais (letra “e”).

Item H.1. PERSPECTIVAS DE ATINGIMENTO DAS METAS PROPOSTAS PELA AGENDA 2030 ENTRE PAÍSES-MEMBROS DA ONU, ESTABELECIDAS POR MEIO DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – ODS

- Foram identificados, a partir das verificações da Fiscalização evidenciadas no presente relatório, desalinhamentos a diversas metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS propostas pela Agenda 2030 entre países da ONU (especificadas no respectivo item do relatório), indicando que o Município poderá não atingir tais metas.

Item H.3. ATENDIMENTO À LEI ORGÂNICA, INSTRUÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

- Não foram atendidas as seguintes recomendações deste Tribunal, proferidas sobre as contas dos exercícios de 2017 e 2018:
 - ✓ Corrigir as impropriedades apontadas em todos os aspectos dos IEG-M;
 - ✓ Exija formação acadêmica compatível com as funções desempenhadas por seus cargos comissionados e funções de confiança;
 - ✓ Atenda a demanda reprimida de crianças em suas creches municipais;
 - ✓ Sane os problemas de alunos por sala de aula;
 - ✓ Estabeleça o Plano de Carreira e Remuneração para seus profissionais que atuam na saúde pública do Município (item D.2);
 - ✓ Cumpra as recomendações e determinações do Tribunal de Contas.

À consideração de Vossa Senhoria.

UR-6.2, 17 de setembro de 2021.

DANILO ENGRACIA MELLO
Agente da Fiscalização



TCESP
Tribunal de Contas
do Estado de São Paulo

UNIDADE REGIONAL DE RIBEIRÃO PRETO

(16) 3995-6800 - ur06@tce.sp.gov.br

PROCESSO: 00002828.989.20-2
ÓRGÃO: ■ PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA
(CNPJ 48.664.304/0001-80)
■ **ADVOGADO:** CAROLINA RANGEL
SEGNINI (OAB/SP 280.200)
INTERESSADO(A): ■ FRANCISCO DIAS MANCANO JUNIOR (CPF
737.331.308-63)
ASSUNTO: Contas de Prefeitura - Exercício de 2020
EXERCÍCIO: 2020
INSTRUÇÃO POR: UR-06
PROCESSO(S) 00014193.989.20-9
DEPENDENTES(S):

Senhor Diretor Técnico de Divisão,

Manifesto-me de acordo com o relatório apresentado pela
Fiscalização.

À consideração de Vossa Senhoria.

UR-6.2, 17 de setembro de 2021.

CELIO DE SOUSA
Chefe Técnico da Fiscalização

CÓPIA DE DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: CELIO DE SOUSA. Sistema e-TCESP. Para obter informações sobre assinatura e/ou ver o arquivo original acesse <http://e-processo.tce.sp.gov.br> - link 'Validar documento digital' e informe o código do documento: 3-ERFU-DNQ3-5602-7BSP

Processo : TC-002828.989.20
Entidade : Prefeitura Municipal de Guariba
Assunto : Contas Anuais
Exercício : 2020
Relatoria : Dr. Sidney Estanislau Beraldo
Instrução : UR-06 / DSF-II

Exmo. Sr. Conselheiro Relator,

Versam os presentes autos sobre os exames das contas do exercício de 2020 da Prefeitura Municipal de Guariba, os quais foram efetuados observando-se a modalidade de fiscalização denominada “Validação” (Item 1.3.3 da Ordem de Serviço SDG nº 01/2017).

Necessário mencionar que por força das limitações trazidas pelo COVID-19 os trabalhos de fiscalização foram realizados internamente, com base nos documentos e informações disponíveis em nossos Sistemas e, quando necessário, reforçados mediante esclarecimentos adicionais obtidos, à distância, junto à origem.

Efetuamos análise e validação do questionário IEGM, onde, através de indicadores temáticos, tivemos condições de identificar determinadas deficiências existentes nas políticas públicas de governo adotadas pela Prefeitura Municipal. Oportuno registrar que o mencionado indicador foi representado pela nota “B”, evidenciando satisfatória efetividade na gestão municipal.

Da leitura do relatório de fiscalização verificamos que a Prefeitura Municipal em referência apresentou os seguintes resultados positivos:

- a) Foram observados os limites da LRF, inclusive no que tange às despesas com pessoal e no equilíbrio da execução orçamentária;
- b) Existe cobertura financeira para as dívidas de curto e longo prazos;
- c) Os encargos sociais estão sendo recolhidos e os precatórios pagos em conformidade com a legislação vigente;
- d) Os subsídios aos agentes políticos foram pagos conforme fixação e houve regularidade nos repasses de duodécimos ao Legislativo;

- e) Foram atendidas as exigências legais previstas para o último ano de mandato;
- f) Não foram detectadas despesas impróprias ou excessivas;
- g) Os atos de gestão relacionados ao enfrentamento da pandemia não receberam críticas por parte da Fiscalização;
- h) Houve aplicação dos mínimos constitucionais exigidos para o Ensino e Saúde, porém o IEGM evidenciou algumas deficiências naqueles setores, o que pode comprometer a efetividade daqueles dispêndios;
- i) A Prefeitura deu atendimento à Lei Orgânica e Instruções deste Tribunal.

Não obstante estes aspectos positivos, verificamos que na **CONCLUSÃO** do Relatório de Fiscalização foram relatadas algumas impropriedades, merecendo destaque os seguintes apontamentos:

- a) Necessidade de ajustes no Sistema de Controle Interno, quanto aos responsáveis, emissão de relatórios e foco de atuação;
- b) Não há definição em lei dos requisitos de escolaridade para a nomeação de Secretários Municipais;
- c) Não houve evolução do indicador I-Planejamento, o qual apresentou nota “C” nos 03 últimos exercícios. Por sua vez, o indicador I-Gov TI teve sua nota reduzida para “C” em 2020, evidenciando a necessidade de aprimoramentos nos setores e ações a ele vinculados;
- d) Os demais indicadores do IEGM evidenciaram deficiências que poderão comprometer o atingimento das metas propostas pela Agenda 2030 dos países membros da ONU, estabelecidas por meio dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS;
- e) Não atendimento a algumas recomendações do TCESP.

Diante do princípio do contraditório e da ampla defesa, entendemos seja dada audiência prévia ao responsável para alegar o que for de seu interesse acerca dos apontamentos da Fiscalização resumidos na “CONCLUSÃO” do correspondente Relatório.

De conformidade com os ofícios juntados aos autos (Arquivos 02 e 03), o Sr. Francisco Dias Mançano Júnior, responsável pelas contas em exame, e o Sr. Celso Antonio Romano, atual Prefeito Municipal de Guariba, foram notificados para acompanhar todos os atos de tramitação processual, exercendo o direito de defesa, interpondo recursos cabíveis, quando for o caso, e o que mais for de interesse, inclusive no que se refere a apartados e autos próprios que vierem a ser formados.

Foram notificados, também, de que todos os despachos e decisões acerca do aludido processo serão publicados no Diário Oficial do Estado, na conformidade do Artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais.

Nos termos do relatório da fiscalização, faço conclusos os presentes autos a Vossa Excelência, para deliberação na forma do Artigo 194 do Regimento Interno.

GDUR-06, em 20 de setembro de 2021.

FLAVIO HENRIQUE PASTRE
Diretor Técnico de Divisão

DESPACHO

PROCESSO:	TC-002828.989.20-2
ÓRGÃO:	▪ PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA ▪ ADVOGADA: CAROLINA RANGEL SEGNINI (OAB/SP 280.200)
RESPONSÁVEL:	▪ FRANCISCO DIAS MANCANO JUNIOR (Período de 01-01-2020 a 31-12-2020)
ATUAL PREFEITO:	▪ CELSO ANTONIO ROMANO
ASSUNTO:	Contas de Prefeitura - Exercício de 2020
EXERCÍCIO:	2020
INSTRUÇÃO POR:	UR-06

Diante da instrução da Fiscalização (evento 44), assino ao responsável o prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contados da publicação deste despacho no DOE, nos termos do artigo 29 da Lei Complementar estadual nº 709/93 e do artigo 194 do Regimento Interno deste Tribunal de Contas, para que apresente as alegações que entender pertinentes.

Esclareço que a íntegra deste processo poderá ser consultada no Sistema do Processo Eletrônico e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br, mediante regular cadastramento, nos termos da Resolução TCESP nº 01/2011.

Publique-se.

CGC-SEB, 20 de setembro de 2021.

SIDNEY ESTANISLAU BERALDO
CONSELHEIRO

CÓPIA DE DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: SIDNEY ESTANISLAU BERALDO. Sistema e-TCESP. Para obter informações sobre assinatura e/ou ver o arquivo original acesse <http://e-processo.tce.sp.gov.br> - link 'Validar documento digital' e informe o código do documento: 3-EW95-ML6M-6ZSQ-4FYR

DESPACHO
PROCESSO:00015561.989.21-1
ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE MAIRINQUE (CNPJ 45.944.28/0001-20)
ADVOGADO:MARIA EDUARDA LEITE AMARAL (OAB/SP 178.633) / LEONARDO LEVY GIOVANNI (OAB/SP 311.646) / RAFAEL PEREIRA DA SILVA (OAB/SP 356.527)
BENEFICIÁRIA:ASSOCIACAO BENEFICENTE CISNE (CNPJ 56.322.696/0001-72)
INTERESSADOS:ODIVIO ALEXANDRE AZZINI (CPF 122.573.988-92) - PREFEITO RESPONSÁVEL PELO AUSTE
ANTONIO ALEXANDRE GEMENTE - PREFEITO ATUAL
ACHYLES JOSÉ THEOPHANES SANTOS - PRESIDENTE DA ASSOCIACAO BENEFICENTE CISNE
ASSUNTO:Entidade Beneficiária: Associação Beneficente Cisne
EXERCÍCIO:2018
INSTRUÇÃO POR-UR-09
Considerando a ausência de manifestação da Associação Beneficente Cisne, em prestígio ao direito da ampla defesa e do contraditório, assino às partes interessadas o prazo suplementar de 10 (dez) dias úteis, contados da publicação deste despacho no DOE, nos termos do artigo 2º, inciso XIII, da Lei Complementar Estadual nº 709/93, para que apresentem as justificativas que entenderem pertinentes.
Alerto que a integra deste processo poderá ser consultada no Sistema do Processo Eletrônico e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br, por advogados e interessados previamente cadastrados e habilitados, nos termos do artigo 17 da Resolução TCESP nº 01/2011.
Publique-se.
DESPACHO
PROCESSO:00014158.989.21-0
CONVENIENTE:DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM - DER (CNPJ 43.052.497/0001-02)
CONVENIADA: PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRACICABA (CNPJ 46.341.038/0001-29)
ADVOGADO:MARCELO DE OLIVEIRA FAUSTO FIGUEIREDO SANTOS (OAB/SP 69.842) / RENATO ALVES DE OLIVEIRA (OAB/SP 277.391)
INTERESSADOS:RAFAEL DO AMARAL CAMPOS JUNIOR (CPF 006.968.028-05) - SUPERINTENDENTE RESPONSÁVEL PELO AUSTE
BARIAS NEGRÍ (CPF 611.264.978-00) - PREFEITO ATUAL
PAULO CESAR TAGLIAVINI - SUPERINTENDENTE RESPONSÁVEL À ÉPOCA
LUCIANO SANTOS TAVARES DE ALMEIDA - RESPONSÁVEL PELO AUSTE
EDSON CARAM - SUPERINTENDENTE ATUAL
ASSUNTO:Prestação de Contas 2020
Convênio nº 5758 firmado entre o DER e a Prefeitura Municipal de Piracicaba.
EXERCÍCIO:2020
INSTRUÇÃO POR-UR-10
PROCESSO PRINCIPAL:15813.989.18-3
Considerando a manifestação da PFE (evento 27) e o relatório da Fiscalização (evento 24), assino às partes interessadas o prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da publicação deste despacho no DOE, nos termos do artigo 2º, inciso XIII, da Lei Complementar Estadual nº 709/93, para que apresentem as justificativas que entenderem pertinentes.
Alerto que a integra deste processo poderá ser consultada no Sistema do Processo Eletrônico e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br, por advogados e interessados previamente cadastrados e habilitados, nos termos do artigo 17 da Resolução TCESP nº 01/2011.
Publique-se.
PROCESSO:TC-003137.989.20-8
ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE OCAUCU
RESPONSÁVEL: ALEXANDRA COLOMBO MARANA (Período de 01-01-2020 a 31-12-2020)
ATUAL PREFEITO: JOAO BENEDITO COSTA E SILVA
ASSUNTO: Contas de Prefeitura - Exercício de 2020
EXERCÍCIO: 2020
INSTRUÇÃO POR-UR-04
Diante da instrução da Fiscalização (evento 42), assino a responsável o prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da publicação deste despacho no DOE, nos termos do artigo 29 da Lei Complementar Estadual nº 709/93 e o artigo 194 do Regimento Interno deste Tribunal de Contas, para que apresente as alegações que entender pertinentes. Esclareço que a integra deste processo poderá ser consultada no Sistema do Processo Eletrônico e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br, mediante regular cadastramento, nos termos da Resolução TCESP nº 01/2011.
Publique-se.
PROCESSO:TC-002828.989.20-2
ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA
ADVOGADA: CAROLINA RANGEL SEGGINI (OAB/SP 280.200)
RESPONSÁVEL: FRANCISCO DIAS MANCANO JUNIOR (Período de 01-01-2020 a 31-12-2020)
ATUAL PREFEITO: CELSO ANTONIO ROMANO
ASSUNTO: Contas de Prefeitura - Exercício de 2020
EXERCÍCIO: 2020
INSTRUÇÃO POR-UR-06
Diante da instrução da Fiscalização (evento 44), assino ao responsável o prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da publicação deste despacho no DOE, nos termos do artigo 29 da Lei Complementar Estadual nº 709/93 e o artigo 194 do Regimento Interno deste Tribunal de Contas, para que apresente as alegações que entender pertinentes. Esclareço que a integra deste processo poderá ser consultada no Sistema do Processo Eletrônico e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br, mediante regular cadastramento, nos termos da Resolução TCESP nº 01/2011.
Publique-se.
PROCESSO:TC-003338.989.20-5
ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE SUMARE
ADVOGADOS(A/S): JOSE AMERICO LOMBARDI (OAB/SP 107.319) / (OAB/SP 107.509) / ROSELY DE JESUS LEMOS (OAB/SP 124.850) / EVANDRA ZIMERER LOPES (OAB/SP 131.930) / (OAB/SP 225.424) / (OAB/SP 235.066) / ALINE GRAZIELLE FLEITAS CANO (OAB/SP 351.475) / POLIANE APARECIDA LIMA MENDONÇA (OAB/SP 395.306)
RESPONSÁVEL: LUIZ ALFREDO CASTRO RUZZA DALBEN
ASSUNTO: Contas de Prefeitura - Exercício de 2020
EXERCÍCIO: 2020
INSTRUÇÃO POR-UR-03
Diante da instrução da Fiscalização (evento 68), assino ao responsável o prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da publicação deste despacho no DOE, nos termos do artigo 29 da Lei Complementar Estadual nº 709/93 e o artigo 194 do Regimento Interno deste Tribunal de Contas, para que apresente as alegações que entender pertinentes. Esclareço que a integra deste processo poderá ser consultada no Sistema do Processo Eletrônico e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br, mediante regular cadastramento, nos termos da Resolução TCESP nº 01/2011.
Publique-se.
PROCESSO:TC-003079.989.20-8
ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE BOREBI
RESPONSÁVEL: PEDRO MIGUEL DE ARAUJO
ATUAL PREFEITO: ANDERSON PINHEIRO DE GOES
ASSUNTO: Contas de Prefeitura - Exercício de 2020
EXERCÍCIO: 2020
INSTRUÇÃO POR-UR-02
Diante da instrução da Fiscalização (evento 44), assino ao responsável o prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da publicação deste despacho no DOE, nos termos do artigo 29

da Lei Complementar Estadual nº 709/93 e do artigo 194 do Regimento Interno deste Tribunal de Contas, para que apresente as alegações que entender pertinentes. Esclareço que a integra deste processo poderá ser consultada no Sistema do Processo Eletrônico e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br, mediante regular cadastramento, nos termos da Resolução TCESP nº 01/2011.
Publique-se.
Processo:TC-026513.989.20
Interessado: Prefeitura Municipal de Palmital
Advogado: Tammy Christine Gomes Alves (OAB/SP 181.715)
Assunto: Pedido de retirada de pauta do processo em epígrafe da sessão de 22-09-21 do E. Tribunal Pleno.
Defiro o pedido de retirada de pauta, com retorno na sessão de 06-10-21. Quanto ao pedido de vista, por se tratar de processo eletrônico, o advogado habilitado terá acesso a toda a documentação presente nos autos, sem a necessidade de concessão de prazo para vista.
Publique-se.
Processo:TC-004958.989.19
Interessado: Jesus Adib Chedid - Prefeito do Município de Bragança Paulista
Advogados: Flávia Maria Palaveri (OAB/SP 137.889)
Assunto: Pedido de retirada de pauta do processo em epígrafe da sessão de 21-09-21 da E. 1ª Câmara.
O pedido encontra-se prejudicado, em razão da retirada de pauta ocorrida em sessão.
Publique-se.
DESPACHO
PROCESSO: 00011306.989.20-3
CONTRATANTE: UNIDADE DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO MUSEOLÓGICO (CNPJ 51.531.051/0004-23)
ORGANIZ. SOCIAL: ASSOCIACAO CULTURAL DE APOIO AO MUSEU CASA DE PORTINARI (CNPJ 01.845.05/0001-78)
ADVOGADO: (OAB/SP 50.993) / (OAB/SP 122.323) / (OAB/SP 142.228) / (OAB/SP 146.717) / (OAB/SP 146.814) / (OAB/SP 195.337) / (OAB/SP 206.971) / KATIA REGINA CAMILA CATALANO (OAB/SP 217.093) / (OAB/SP 265.654) / (OAB/SP 389.978) / CESAR ANDRÉ MACHADO DE MORAIS (OAB/SP 415.844)
INTERESSADOS:
SERGIO HENRIQUE SA LEITAO FILHO (CPF 929.010.857-68) - SECRETÁRIO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA, ATUAL ANTECILA POLICENO FABRÍ - DIRETORA EXECUTIVA DA ASSOCIACAO CULTURAL DE APOIO AO MUSEU CASA DE PORTINARI
LETICIA NASCIMENTO SANTIAGO - ORDENADORA DA DESPESA
MARCELO MATTOS ARAÚJO - SECRETÁRIO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA, RESPONSÁVEL PELO AUSTE
ANTONIO THOMAZ LESSA GARCIA JUNIOR (CPF 873.726.309-91) - COORDENADOR DA UNIDADE DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO MUSEOLÓGICO
CLAUDIA MARIA MENDES DE ALMEIDA PEDROZZO - SECRETARIA-EXECUTIVA DE ESTADO DA CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA
LUIZ ANTONIO BÉRGAMO DIRETOR ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO DA ASSOCIACAO CULTURAL DE APOIO AO MUSEU CASA DE PORTINARI, RESPONSÁVEL PELO AUSTE
ASSUNTO: Prestação de contas, exercício 2020, referente a repasses decorrentes do Contrato de Gestão nº 05/2016, objetivando o gerenciamento do Museu Casa de Portinari, Museu Histórico e Pedagógico India Vanuier, Museu de Esculturas Felicia Leimer/Auditorio Cláudio Santos e acúes SISEM-SP.
EXERCÍCIO: 2020
INSTRUÇÃO POR-UR-06
PROCESSO PRINCIPAL: 12063.989.16-4
Considerando o relatório da Fiscalização (evento 73), assino às partes interessadas o prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da publicação deste despacho no DOE, nos termos do artigo 2º, inciso XIII, da Lei Complementar Estadual nº 709/93, para que apresentem as justificativas que entenderem pertinentes.
Alerto que a integra deste processo poderá ser consultada no Sistema do Processo Eletrônico e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br, por advogados e interessados previamente cadastrados e habilitados, nos termos do artigo 17 da Resolução TCESP nº 01/2011.
Publique-se.
DESPACHO
PROCESSO:00010554.989.21-0
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE QUELUZ (CNPJ 46.670.931/0001-06)
ORGANIZ. SOCIAL: INSTITUTO DE GESTAO ADMINISTRACAO E TREINAMENTO EM SAUDE - IGATS (CNPJ 12.043.445/0001-38)
GERENCIADA: UNIDADES DE SAUDE DO MUNICIPIO DE QUELUZ
INTERESSADOS: LAURINDO JOAQUIM DA SILVA GARCEZ (CPF 019.612.238-48) - PREFEITO, RESPONSÁVEL PELO AUSTE
REGINALDO DE OLIVEIRA GIRAUD - PRESIDENTE DA OS ASSUNTO: CHAMAMENTO PUBLICO 001/2019.
CONTRATO 66/2019, de 20/05/2019.
OBJETO: Gestão, operacionalização e execuções de ações e serviços de saúde, em estreita cooperação com a Secretaria Municipal da Saúde, que atendam a Estratégia Saúde da Família - PSF, Saúde Coletiva, Atenção Básica, Especialidades Médicas, Pronto Atendimento, Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU, Núcleo de Apoio à Saúde da Família - NASF, entre outras áreas administrativas relacionadas à área da saúde, de acordo com o detalhamento e as especificações previstas no ANEXO I - Termo de Referência nº 01/2019.
FONTE DE RECURSOS: Federal e Municipal.
EXERCÍCIO: 2019
INSTRUÇÃO POR-UR-14
PROCESSO(S) DEPENDENTE(S): 00010712.989.21-9, 00010715.989.21-6, 00010716.989.21-5, 00010718.989.21-3, 00010719.989.21-2, 00010720.989.21-9, 00010721.989.21-8, 00010955.989.21-5, 00011537.989.21-2
PROCESSO:00011223.989.21-6
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE QUELUZ (CNPJ 46.670.931/0001-06)
ORGANIZ. SOCIAL: INSTITUTO DE GESTAO ADMINISTRACAO E TREINAMENTO EM SAUDE - IGATS (CNPJ 12.043.445/0001-38)
GERENCIADA: UNIDADES DE SAUDE DO MUNICIPIO DE QUELUZ
INTERESSADOS: LAURINDO JOAQUIM DA SILVA GARCEZ (CPF 019.612.238-48) - PREFEITO, RESPONSÁVEL PELO AUSTE
REGINALDO DE OLIVEIRA GIRAUD - PRESIDENTE DA OS ASSUNTO: TERMO ADITIVO 01, de 13/06/2019.
FINALIDADE: Supressão do montante de R\$ 135.577,80 (cento e trinta e cinco mil quinhentos e setenta e sete reais e oitenta centavos), referente a exclusão dos cargos de Auxiliar de Adm. Vigilância, Auxiliar Adm. Regulamentar, Auxiliar Adm. Laboratório, Ontopiedista.
EXERCÍCIO: 2019
INSTRUÇÃO POR-UR-14
PROCESSO PRINCIPAL: 10554.989.21-0
PROCESSO: 00010715.989.21-6
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE QUELUZ (CNPJ 46.670.931/0001-06)
ORGANIZ. SOCIAL: INSTITUTO DE GESTAO ADMINISTRACAO E TREINAMENTO EM SAUDE - IGATS (CNPJ 12.043.445/0001-38)
GERENCIADA: UNIDADES DE SAUDE DO MUNICIPIO DE QUELUZ
INTERESSADOS: LAURINDO JOAQUIM DA SILVA GARCEZ (CPF 019.612.238-48) - PREFEITO, RESPONSÁVEL PELO AUSTE

REGINALDO DE OLIVEIRA GIRAUD - PRESIDENTE DA OS ASSUNTO: TERMO ADITIVO 02, de 26/06/2019.
FINALIDADE: Criação do cargo de Auxiliar de Consultório Dentário; acréscimo do montante de R\$ 58.158,98 (cinquenta e oito mil cento e cinquenta e oito reais e noventa e oito centavos); e a previsão contratual do pagamento de horas extras aos profissionais, desde que comprobatórias nas necessidades.
EXERCÍCIO: 2019
INSTRUÇÃO POR-UR-14
PROCESSO PRINCIPAL: 10554.989.21-0
PROCESSO: 00010716.989.21-5
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE QUELUZ (CNPJ 46.670.931/0001-06)
ORGANIZ. SOCIAL: INSTITUTO DE GESTAO ADMINISTRACAO E TREINAMENTO EM SAUDE - IGATS (CNPJ 12.043.445/0001-38)
GERENCIADA: UNIDADES DE SAUDE DO MUNICIPIO DE QUELUZ
INTERESSADOS: LAURINDO JOAQUIM DA SILVA GARCEZ (CPF 019.612.238-48) - PREFEITO, RESPONSÁVEL PELO AUSTE
REGINALDO DE OLIVEIRA GIRAUD - PRESIDENTE DA OS ASSUNTO: TERMO ADITIVO 03, de 27/11/2019.
FINALIDADE: Acréscimo de 01 (uma) vaga de fisioterapeuta, carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com salário/encargo de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) mensais, totalizando o valor de R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais).
EXERCÍCIO: 2019
INSTRUÇÃO POR-UR-14
PROCESSO PRINCIPAL: 10554.989.21-0
PROCESSO: 00010718.989.21-3
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE QUELUZ (CNPJ 46.670.931/0001-06)
ORGANIZ. SOCIAL: INSTITUTO DE GESTAO ADMINISTRACAO E TREINAMENTO EM SAUDE - IGATS (CNPJ 12.043.445/0001-38)
GERENCIADA: UNIDADES DE SAUDE DO MUNICIPIO DE QUELUZ
INTERESSADOS: LAURINDO JOAQUIM DA SILVA GARCEZ (CPF 019.612.238-48) - PREFEITO, RESPONSÁVEL PELO AUSTE
REGINALDO DE OLIVEIRA GIRAUD - PRESIDENTE DA OS ASSUNTO: TERMO ADITIVO 04, de 04/02/2020.
FINALIDADE: Criação dos cargos de Auxiliar Administrativo, Técnico de Enfermagem, Auxiliar de Serviços Gerais e acréscimo do valor de R\$ 23.441,92 (vinte e três mil quatrocentos e quarenta e um reais e noventa e dois centavos), referente a 4 (quatro) meses de vigência contratual.
EXERCÍCIO: 2020
INSTRUÇÃO POR-UR-14
PROCESSO PRINCIPAL: 10554.989.21-0
PROCESSO: 00010719.989.21-2
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE QUELUZ (CNPJ 46.670.931/0001-06)
ORGANIZ. SOCIAL: INSTITUTO DE GESTAO ADMINISTRACAO E TREINAMENTO EM SAUDE - IGATS (CNPJ 12.043.445/0001-38)
GERENCIADA: UNIDADES DE SAUDE DO MUNICIPIO DE QUELUZ
INTERESSADOS: LAURINDO JOAQUIM DA SILVA GARCEZ (CPF 019.612.238-48) - PREFEITO, RESPONSÁVEL PELO AUSTE
REGINALDO DE OLIVEIRA GIRAUD - PRESIDENTE DA OS ASSUNTO: TERMO ADITIVO 05, de 20/03/2020.
FINALIDADE: Criação dos cargos de Farmacêutico e de Enfermeira Temporária; e o acréscimo de valores relativos à alteração de cargo de Auxiliar de Enfermagem para Técnica de Enfermagem.
EXERCÍCIO: 2020
INSTRUÇÃO POR-UR-14
PROCESSO PRINCIPAL: 10554.989.21-0
PROCESSO: 00010720.989.21-9
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE QUELUZ (CNPJ 46.670.931/0001-06)
ORGANIZ. SOCIAL: INSTITUTO DE GESTAO ADMINISTRACAO E TREINAMENTO EM SAUDE - IGATS (CNPJ 12.043.445/0001-38)
GERENCIADA: UNIDADES DE SAUDE DO MUNICIPIO DE QUELUZ
INTERESSADOS: LAURINDO JOAQUIM DA SILVA GARCEZ (CPF 019.612.238-48) - PREFEITO, RESPONSÁVEL PELO AUSTE
REGINALDO DE OLIVEIRA GIRAUD - PRESIDENTE DA OS ASSUNTO: TERMO ADITIVO 06, de 03/05/2020.
FINALIDADE: Supressão do valor de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais), referente a suspensão dos atendimentos dos profissionais de Ginecologista, de Fonoaudiologia, e de Fisioterapia; Supressão de 1 (uma) vaga de auxiliar de enfermagem, devido a aposentadoria do profissional, e o acréscimo de 01 (uma) vaga de Técnico de Enfermagem; acréscimos de valores relativos a diferenças salariais/encargos do cargo de Auxiliar de Enfermagem para Técnico de Enfermagem, no montante de R\$ 6.575,68 (seis mil quinhentos e setenta e cinco reais e sessenta e oito centavos).
EXERCÍCIO: 2020
INSTRUÇÃO POR-UR-14
PROCESSO PRINCIPAL: 10554.989.21-0
PROCESSO: 00010721.989.21-8
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE QUELUZ (CNPJ 46.670.931/0001-06)
ORGANIZ. SOCIAL: INSTITUTO DE GESTAO ADMINISTRACAO E TREINAMENTO EM SAUDE - IGATS (CNPJ 12.043.445/0001-38)
GERENCIADA: UNIDADES DE SAUDE DO MUNICIPIO DE QUELUZ
INTERESSADOS: LAURINDO JOAQUIM DA SILVA GARCEZ (CPF 019.612.238-48) - PREFEITO, RESPONSÁVEL PELO AUSTE
REGINALDO DE OLIVEIRA GIRAUD - PRESIDENTE DA OS ASSUNTO: TERMO ADITIVO 07, de 12/06/2020.
FINALIDADE: Prorrogação da vigência contratual em 12 (doze) meses a partir de 16/06/2020.
EXERCÍCIO: 2020
INSTRUÇÃO POR-UR-14
PROCESSO PRINCIPAL: 10554.989.21-0
Considerando que o prazo requerido e deferido (evento 27 do TC-010721.989.21) transcorreu in albis, e para que no futuro não se alegue cerceamento de defesa, assino às partes interessadas o prazo suplementar de 10 (dez) dias úteis, contados da publicação deste despacho no DOE, nos termos do artigo 2º, inciso XIII, da Lei Complementar Estadual nº 709/93, para que apresentem as justificativas que entenderem pertinentes.
Alerto que a integra deste processo poderá ser consultada no Sistema do Processo Eletrônico e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br, por advogados e interessados previamente cadastrados e habilitados, nos termos do artigo 17 da Resolução TCESP nº 01/2011.
Publique-se.
DESPACHO
PROCESSO:00014183.989.21-9
CONVENIENTE: DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM - DER (CNPJ 43.052.497/0001-02)
CONVENIADA: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO (CNPJ 46.415.998/0001-96)
INTERESSADOS: HELIO DONIZETE ZANATTA - PREFEITO RESPONSÁVEL PELO AUSTE
THIAGO SILVERIO DA SILVA - PREFEITO ATUAL
RAFAEL DO AMARAL CAMPOS - JUNIOR (CPF 006.968.028-05) - SUPERINTENDENTE RESPONSÁVEL PELO AUSTE
PAULO CESAR TAGLIAVINI - SUPERINTENDENTE RESPONSÁVEL À ÉPOCA
EDSON CARAM - SUPERINTENDENTE ATUAL

ASSUNTO: Prestação de Contas 2020
Convênio nº 5753 firmado entre o DER e a Prefeitura Municipal de São Pedro
EXERCÍCIO: 2020
INSTRUÇÃO POR-UR-10
PROCESSO PRINCIPAL: 15583.989.18-1
Considerando a manifestação da PFE (evento 28) e o relatório da Fiscalização (evento 25), assino às partes interessadas o prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da publicação deste despacho no DOE, nos termos do artigo 2º, inciso XIII, da Lei Complementar Estadual nº 709/93, para que apresentem as justificativas que entenderem pertinentes.
Alerto que a integra deste processo poderá ser consultada no Sistema do Processo Eletrônico e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br, por advogados e interessados previamente cadastrados e habilitados, nos termos do artigo 17 da Resolução TCESP nº 01/2011.
Publique-se.
DESPACHO
PROCESSO:00010333.989.20-0
CONCESSOR: DIRETORIA DE ENSINO - REGIAO DE VOTUPORANGA - SECRETARIA DA EDUCACAO (CNPJ 46.384.111/0128-22)
BENEFICIÁRIA: PREFEITURA MUNICIPAL DE Riolândia (CNPJ 45.162.864/0001-48)
INTERESSADOS: JOSE APARECIDO DURAN NETTO - Dirigente Regional de Ensino
JOSE RENATO NALINI - Secretário da Educação do Estado à época
ROSSIELI SOARES DA SOARES - atual Secretário da Educação do Estado
FABIANA BARCELOS FERREIRA (CPF 290.660.478-01)
ADVOGADO: HUMBERTO CARLOS FRANCO GUIMARAES (OAB/SP 267.670)
ASSUNTO: Repasses a Órgãos Públicos - Convênio - Prestação de Contas 2020
EXERCÍCIO: 2018
INSTRUÇÃO POR-UR-11
Considerando que o valor da despesa em exame é inferior a 2.500 (duas mil e quinhentas) Ufesp, acolho a proposta da ATJ (evento 63) e determino o arquivamento dos presentes autos, nos termos do artigo 4º da Resolução nº 04/2015, alterada pela Resolução nº 06/2016 e pelo artigo 3º da Resolução nº 03/2020.
Publique-se.
DESPACHO
PROCESSO:00020885.989.19-4
CONTRATANTE: UNIDADE DE FORMACAO CULTURAL (CNPJ 51.531.051/0005-04)
ORGANIZ. SOCIAL: SUSTENIDOS ORGANIZACAO SOCIAL DE CULTURA (CNPJ 01.891.025/0001-95)
ADVOGADO: (OAB/SP 228.825) / THIAGO LOPES FERRAZ DONNINI (OAB/SP 235.247)
INTERESSADOS: SERGIO HENRIQUE SA LEITAO FILHO (CPF 929.010.857-68) - SECRETÁRIO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA
DENNIS ALEXANDRE RODRIGUES DE OLIVEIRA (CPF 293.538.638-80) - COORDENADOR DA UNIDADE DE FORMACAO CULTURAL
ALESSANDRA FERNANDEZ ALVES DA COSTA - DIRETORA EXECUTIVA DA UNIDADE
ASSUNTO: S- TERMO DE ADITAMENTO AO CONTRATO DE GESTÃO Nº 06/2016.
Finalidade do Termo: Alteração DO ANEXO TÉCNICO I - ESTRATÉGIA DE AÇÃO, ANEXO TÉCNICO II - METAS E PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA; ANEXO TÉCNICO III - COMPROMISSOS DE INFORMAÇÃO - ANEXO TÉCNICO IV - SISTEMA DE PAGAMENTO / CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO de 2019 e 2020, bem como a CLÁUSULA SÉTIMA E CLÁUSULA OITAVA. O item 9, seus subitens e o item 10, 1 da CLÁUSULA SEGUNDA, passaram a vigorar com a redação que segue, em virtude da edição do Decreto Nº 64.056/2018, que revogou o Decreto 62.528/2017: ANEXO TÉCNICO II - PLANO DE TRABALHO - METAS E PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA; ANEXO TÉCNICO IV - SISTEMA DE PAGAMENTO / CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO, bem como a CLÁUSULA SEGUNDA, CLÁUSULA SÉTIMA E CLÁUSULA OITAVA.
EXERCÍCIO: 2019
INSTRUÇÃO POR-DF-01
PROCESSO PRINCIPAL: 1044.989.17-6
Tendo em vista o consignado pela Fiscalização (evento 10.3) no sentido de que houve uma grande diferença na quantificação das metas em relação aos anos anteriores, em prestígio ao contraditório e à ampla defesa, assino aos Interessados o prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da publicação deste despacho no Diário Oficial do Estado, para que apresentem, nos termos do artigo 2º, inciso XIII, da Lei Complementar Estadual nº 709/93, as justificativas que entenderem pertinentes, sob pena de julgamento da matéria no estado em que se encontra.
Alerto que a integra deste processo poderá ser consultada no Sistema do Processo Eletrônico e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br, por advogados e interessados previamente cadastrados e habilitados, nos termos do artigo 17 da Resolução TCESP nº 01/2011.
Publique-se.
DESPACHO
PROCESSO:000006311.989.21-4
CONVENIENTE: COORDENADORIA DE GESTAO ORCAMENTARIA E FINANCEIRA - CGOF - SECRETARIA DA SAUDE (CNPJ 46.374.500/0001-89)
CONVENIADA: HOSPITAL DAS CLINICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DA UNIVERSIDADE DE SAO PAULO - HCFMUSP (CNPJ 60.448.040/0001-23)
ADVOGADO: (OAB/SP 30.303) / MARIA MATHILDE MARCHI (OAB/SP 50.523)
INTERVENIENTE: FUNDACAO FACULDADE DE MEDICINA - FFM - USP (CNPJ 56.577.059/0001-00)
INTERESSADOS: DAVID EVERSON UIP (CPF 791.037.668-53) - Secretário de Estado da Saúde, responsável pelo ajuste
ELOISIO VIEIRA ASSUNCAO FILHO (CPF 029.139.048-07) - Coordenador, responsável pelo ajuste
ANTONIO JOSE RODRIGUES PEREIRA (CPF 106.527.498-01) - Superintendente do HCFMUSP
JEANCARLO GORINCHEVY (CPF 111.746.368-07) - Secretário de Estado da Saúde
WILSON ROBERTO DE LIMA (CPF 007.516.518-00) - Coordenador, atual
ASSUNTO: 2º Termo Aditivo de 30/12/2020 ao Convênio nº 781/2020-Objeto: Transferência de recursos financeiros para ocorrer despesas com CUSTEIO-Projeto para Operacionalização do Centro Pediátrico de Transplante de Células Hematopoéticas do Instituto da Criança do HCFMUSP-ITACI, conforme novo Plano de Trabalho anexo, que integra o presente e prorrogar a vigência até 31/12/2021-Assinatura: 30/12/2020- Valor R\$ 18.819.652,98. Processo FSE-20911638/2018.
EXERCÍCIO: 2020
INSTRUÇÃO POR-DF-08
PROCESSO PRINCIPAL: 13343.989.17-4
Considerando o relatório da Fiscalização (evento 28), assino às partes interessadas o prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da publicação deste despacho no DOE, nos termos do artigo 2º, inciso XIII, da Lei Complementar Estadual nº 709/93, para que apresentem as justificativas que entenderem pertinentes.
Alerto que a integra deste processo poderá ser consultada no Sistema do Processo Eletrônico e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br, por advogados e interessados previamente cadastrados e habilitados, nos termos do artigo 17 da Resolução TCESP nº 01/2011.
Publique-se.



Ofício nº 279/2021

Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 48.664.304/0001-80

Guariba, 07 de outubro de 2021.

AO:

EGRÉGIO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE RIBEIRÃO PRETO – UR 06

Ref.: TC-002828.989.20

Assunto: Solicitação de dilação de prazo

Celso Antonio Romano, brasileiro, casado, empresário, portador do RG n.º 15.455.141-7 – SSP/SP, inscrito no CPF sob n.º 069.265.078-48, residente e domiciliado na Rua Sampaio Vidal, n.º 316 – Centro, cidade de Guariba/SP, na qualidade de Prefeito do Município de Guariba Estado de São Paulo, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Evaristo Vaz, n.º 1.190 – Centro, CNPJ n.º 48.664.304/0001-80, com o devido respeito e esperado acatamento, vem à presença de V. Exa., requerer 30 dias de prorrogação do prazo para apresentação de justificativas no **processo n.º TC-002828.989.20**, conforme inciso XII, artigo 2º da Lei Complementar 709 de 14 de janeiro de 1993.

Contando com a compreensão de V. Exa. para o acima exposto, o requerente

Pede e espera

Deferimento

Celso Antonio Romano

Prefeito Municipal



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 48.664.304/0001-80

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR SIDNEY ESTANISLAU BERALDO, MD
CONSELHEIRO RELATOR DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO
PAULO.

Interessado: Prefeitura Municipal de Guariba – SP

Assunto: Contas anuais relativas ao exercício financeiro de 2020.

Processo: TC – 002828.989.20

FRANCISCO DIAS MANÇANO JÚNIOR, brasileiro, casado, médico, portador do RG n.º 4.273.755 – SSP/SP, inscrito no CPF sob n.º 737.331.308 – 63, residente e domiciliado na Avenida Dez de Abril, n.º 1.046, cidade de Guariba – SP, Ex. Prefeito do município de Guariba, na qualidade de responsável pelas contas anuais inerentes ao exercício financeiro de 2020, com fundamento no artigo 51 da Lei Complementar n.º 709/93, vêm respeitosamente a presença de Vossa Excelência para apresentar, tempestivamente, as devidas **RAZÕES DE DEFESA** que reputa cabíveis, consoante os motivos de fato e de direito abaixo delineados.



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 48.664.304/0001-80

I – BREVE SINTESE

Conforme visto na parte preambular, ateor do que dispõe o artigo 2º, II, da Lei Complementar n º 709, de 1993, a Unidade Regional de Ribeirão Preto – UR –06, levou a efeito por intermédio da Fiscalização Financeira, o exame in loco das contas locais, relativas ao exercício civil de 2020.

Nos termos do relatório expedido, contendo 42(quarenta e duas) laudas, em suas conclusões encontra-se consignadom diminuto rol de anotações, totalizando apenas apontamentos de menor monta, eis que os aspectos de maior relevância técnico/administrativa e fiscal obtiveram uma boa avaliação, visto que predominantemente foram fielmente cumpridos com esmero todos os pressupostos legais pela administração então à cargo do ora defendente.

Com efeito, doravante passa a ofertar devidas alegações de defesa, reiterando que, rigorosamente os inúmeros apontamentos indicados foram cumpridos tomando-se um conjunto de providencias incontinenti por parte do responsável legal, manifestando-se, deste modo pontualmente, justificando-os e ofertando devidos esclarecimentos, na conformidade com o que dispõe o artigo 5 º, LV, da Constituição Federal.



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 48.664.304/0001-80

Item A.1.1. CONTROLE INTERNO

Não efetuou o provimento (por meio de concurso público) do cargo efetivo de "Agente de Controle Interno" a fim de dar cumprimento a Lei Municipal nº 2.915/2015 e demais normas regedoras do assunto;

Como é de domínio público, não obstante os impedimentos preconizados pelo artigo 73 da lei eleitoral, no exercício em exame todos os municípios foram acometidos severamente pela pandemia, criando diversos impedimentos para a solução de problemas mais periféricos, sendo a gestão praticamente encetada para o desenvolvimento dos serviços considerados essenciais.

Sem perder de vista a importância que a matéria encerra, muito embora houvesse disponibilidade financeira para tal, as condições geradas por inúmeros percalços decorrentes da Calamidade Pública que imperou, terminaram por forçar o adiamento de diversas projetos e ações.

Entretanto, o serviço em pauta não foi objeto de restrição tendo os trabalhos pertinentes todos desenvolvidos de forma esmerada e com decência, aguardando-se, como medida de império, ser suspenso o impedimento preconizado no artigo 8º da LC 173/2000 para sanar em caráter definitivo a questão, como se presume fazer a nova administração.

Não providenciou a regulamentação prevista no art. 6º da Lei Complementar Municipal nº 2.915/2015 que, em nossa análise, caberia prever a periodicidade e a forma de apresentação dos relatórios decorrentes do Sistema de Controle Interno;



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 48.664.304/0001-80

Em que pese a feitura de relatórios dentro de uma faixa de tempo mais abrangente, torna-se plausível admitir que dessa forma, o fluxo de apontamentos e atendimentos torna-se melhor personalizado, possibilitando um leque maior de dados para observação e análise da Fiscalização num documento mais compilado.

Entrementes, o fato em si não adensa qualquer ilícito visto que não remanesce omissão ou vício de qualquer natureza que possa enodoar o bom trabalho então empreendido e a relação entre os apontamentos e os atendimentos.

Porém, se assim resta entendido, poderá a matéria ser dinamizada visto que para tal intento basta tão somente uma providência unilateral do Executivo, incapaz, portanto, de render qualquer prejuízo em desfavor do controle exercido.

Os relatórios do Controle Interno apresentados traçavam apenas análises sobre aspectos de gestão administrativa, orçamentária e financeira, sem qualquer abordagem de natureza operacional e/ou relacionadas à pandemia de COVID-19.

A menção que se lança com a presente assertiva perdurou com maior ênfase tão somente no início do exercício fiscalizado, reportando-se o responsável com esmerado comedimento para também esse importante segmento.

Todavia, no curso do exercício a atuação passou a ser extremamente abrangente, bastando reanalisar os apontamentos para se manter a plenitude da convicção que deve envolver tais atividades, estando, pois, as contas públicas plenamente compatíveis com as boas normas que regem a matéria.

Item A.2. IEG-M – I-PLANEJAMENTO – Índice C



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 48.664.304/0001-80

Não houve a elaboração de relatório contendo a análise das demandas/sugestões coletadas em audiência pública (letra "a");

Apesar de não se ter formalizado relatório físico contendo os resultados da análise das demandas referidas no presente tópico alusivo às audiências públicas, como a própria nomeação está a indicar "Audiência Públicas", essas se fizeram processar mediante mídia e gravações em áudio.

Logo, impende elucidar que, mais significativo do que o formato de registro das audiências, prevalece o sentido de suas realizações, as quais tiveram um périplo por todos os quadrantes do município, independentemente do nível social dos bairros e regiões.

Ocorre que, depois de absorvida toda sorte de propostas e reivindicações sobre o exercício exaurido, não há como formalizar tais eventos e dota-los de situação anímica para constatar sua fidedignidade, devendo, se assim entender essa Egrégia Corte, exigir tal providência para futuros eventos visto que, por conta da pandemia, nada foi possível acrescentar no sentido de arrebanhar maior atratividade devido à situação de risco que se fazia imperar.

Em tais condições, tudo quanto foi conquistado deve ser considerado ante as adversidades típicas de um ano sombrio em que se descortinou um cenário deveras o dificultoso para o recrutamento da cidadania em razão do distanciamento social.

A LOA conteve autorização para abertura de créditos adicionais por decreto até o limite de 15% da despesa total fixada (letra "b");



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 48.664.304/0001-80

A posição externada na LDO, dando conta da autorização para a abertura de créditos por decreto até o limite de 15% da despesa total fixada, em nada se mostra irregular, à medida que, conforme se infere do quadro abaixo, as alterações procedidas durante o exercício em exame, predominantemente foram precedidas de audiências públicas com debate junto à cidadania e com os Vereadores locais, sendo essas autorizadas mediante votações unânimes em relação às três leis financeiras a que alude o artigo 165, I, II e III da Constituição Federal.

De observar que, não obstante a LDO tenha autorizado as suplementações neste patamar, parte substantiva das alterações procedidas foram efetuadas por lei, com o beneplácito da Câmara Municipal, sendo ditas alterações efetuadas tanto com leis e decretos, mas que, de rigor, conforme consta da grade abaixo, parte significativa dessas se deram por lei, remanescendo apenas 4,20% por decreto, conforme se vê:

RESUMO DE ALTERAÇÕES:

I - CREDITOS SUPLEMENTARES (EXCESSO, SUPERAVIT)			
(=)	Orçamento Fixado	123.000.000,00	Percentual
(+)	Créditos Suplementares por Excesso de Receitas Convênios (Fonte 02 e 05)	2.537.390,84	2,06%
(+)	Créditos Suplementares por Excesso de Receitas Próprias (Fonte 01)	0,00	0,00%
(+)	Créditos Suplementares por Superávit Financeiro de 2019	3.256.395,46	2,65%
(+)	Créditos Suplementares Especiais por Excesso de Receitas Convênios (Fonte 02 e 05)	5.511.813,24	4,48%
(+)	Créditos Especiais por Excesso de Receitas Próprias (Fonte 01)	0,00	0,00%
(+)	Créditos Especiais por Superávit Financeiro de 2019	3.446.301,86	2,80%
(=)	TOTAL ORÇAMENTO FINAL AUTORIZADO	137.751.901,40	11,99%

II - CREDITOS SUPLEMENTARES POR ANULAÇÕES (DECRETO E LEI)			
(+)	Créditos Suplementares e Especiais por Anulações (LEI)	2.428.409,01	1,97%
(+)	Créditos Supl. por Anulações dentro da mesma ação/programa (DECRETO)	5.161.217,79	4,20%
(=)	TOTAL DE SUPLEMENTAÇÕES POR ANULAÇÕES	7.589.626,80	6,17%



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 48.664.364/0001-80

III - CREDITOS TOTAIS			
(+)	Total Autorizado por LeiEspecifica	17.180.310,41	13,97%
(+)	Créditos Supl. por Anulações dentro da mesma ação/programa(DECRETO)	5.161.217,79	4,20%
(=)	TOTAL DA MOVIMENTAÇÃO	22.341.528,20	18,16%
(=)	TOTAL COVID	5.204.190,61	4,23%

Frente ao demonstrativo retro, conclui-se que a administração pública municipal atuou com o mínimo emprego de atos discricionários (Decretos) para a criação e suplementação de dotações, perdendo significância a essência do apontamento.

Os servidores que cuidam da atividade de planejamento não têm dedicação exclusiva nessa área (letra "c");

Mesmo não havendo um quadro constituído de planejadores em relação a Administração pública, o pessoal de mediano para o máximo grau de graduação predomina nas áreas assim afetadas, proporcionando um nível de conhecimento que habilita o município para se atingir um nível de alta performance nessa particularidade tal qual se observa da síntese do apurado, que reflete de forma insofismável o cumprimento de todas as essencialidades de governo e meritoriamente em razão de ter suplantado os índices mínimos exigidos.

Nesse passo, ainda que a denominação das funções se mostrem diferenciadas, o grau de sucesso da gestão por si só se justifica, não requerendo, a nosso juízo, inflar a máquina pública para suprir clareiras que inequivocamente estão sobejamente preenchidas.



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 48.654.304/0001-80

Não elaborou a "Carta de Serviço ao Usuário", o que pode comprometer a transparência e o acesso simplificado do atendimento público à comunidade (letra "d");

Em homenagem à norma de regênciaa precaução e o espírito intelectual do alcaide, o instrumento em questão já se encontra formalizado na atual gestão, não havendo razões de maior expressividade para se atribuir ao apontamento, cujo requisito já se mostra cumprido, cuja aferição poderá ser confirmada no endereço eletrônico: <https://WWW.guariba.sp.gov.br/portal-da-transparencia/carta-de-servicos>, onde se encontra regular e completamente disponibilizada.

Sendo assim, justo se afigura sua desconsideração visto que segundo o que ora se indica restou prejudicado.

Não houve regulamentação nem instituição do Conselho de Usuários (letra "e");

Uma vez editado o texto referenciado no tópico anterior, sua regulamentação também já se faz presente no acervo municipal visto que a regulamentação passou a coexistir como sendo uma consequência natural, conforme se faz identificar nos expedientes em anexo identificados como documento n° 01 e 02, compreendendo o principal e o acessório.

Nesse status, não remanesce razões para se aprofundar no tema em comento, visto que ambos os requisitos se encontram atendidos, devendo, em decorrência, ser o apontamento desconsiderado liminarmente.

O Município não demonstrou evolução nessa perspectiva do IEG-M, haja vista que permanece em baixo nível de adequação (índice C) desde o

Av. Evaristo Vaz, 1.190 - Fone: (0xx16) 3251-9422 - CEP 14840-000 Cx. Postal, 49

E-mail: guariba@guariba.sp.gov.br - www.guariba.sp.gov.br



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 48.884.304/0001-80

exercício de 2017, mesmo tendo recebido recomendações exaradas nas contas de 2017 e 2018, para que se corrigisse as impropriedades apontadas no IEG-M.

Sobre a matéria em análise, ainda que não se tenha registrado uma evolução mais substantiva, remontando performances relativamente pouco expressivas, a Administração Municipal esteve atenta quanto a esse quadro.

Tanto é assim que iniciou um projeto paulatino objetivando conquistar melhores níveis, a começar com as questões de ordem estruturais para subsequentemente ingressar numa fase mais aguda e assim galgar posições bem mais ousadas e altaneiras nessa etapa final.

Ocorre que essas providências, planejadas que foram, exigem começo, meio e fim, cuja parte terminal espera-se cumprir num futuro bem próximo, evitando improvisações que eventualmente possam maquiar dados, dispondas estruturas basilares que efetivamente possam dar sustentação e garantir resultados duradouros e promissores o que deverá ser materializado nos exercícios vindouros.

Essas inovações transcendam a singela implementação das condições estruturais do ensino, passando por uma reorganização do plano de carreira e disponibilização de material didático e pedagógico ultra moderno ao alunado, obtendo com tal intento um nível de excelência nesse que representa um dos principais desafios enfrentados pelo município que, como reafirmado, involuntariamente à vontade do gestor remonta antanho

Item B.1.9. DEMAIS ASPECTOS SOBRE RECURSOS HUMANOS



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 48.664.304/0001-80

Não há definição em lei dos requisitos de escolaridade para a nomeação de Secretários Municipais.

Por força das questões que ora exsurtem relacionadas a essa particularidade, visando dar absoluta exaustão quanto ao que preconiza o apontado, tal advento não se tornou possível de ser materializado no exercício em exame em razão de dois vícios considerados impeditivos.

O primeiro orbitou em relação aos impedimentos propugnados pelo artigo 73 da Lei Eleitoral, eis que é sabido e consabido que qualquer modificação incidente sobre tal peculiaridade passa por alguma alteração debenefícios.

Num outro giro, faz-se imprescindível argumentar que, o estado de calamidade pública, de forma inexpugnável gerou a edição da lei complementar n.º 173/2020, cujo artigo 8.º veda textualmente a concessão de qualquer acréscimo pecuniário em relação a funcionários.

Diante dessas barreiras que se mostraram praticamente intransponíveis num corte do exercício, remanescerá com certeza para ser cumprida na nova gestão, cujo governo se mostra extremamente cioso em dar cabal cumprimento à tradição local de subsunção aos designios emanados por essa Egrégia Corte, mormente aqueles que portam absoluta originalidade



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 48.664.304/0001-80

Item B.2. IEG-M – I-FISCAL – Índice B

Não há disponibilização de programas de treinamentos específicos aos Fiscais Tributários, tampouco houve implantação de Plano de Cargos e Salários Específico para esses profissionais (letra "a");

Sem embargo no que tange ao que ora se faz lançar no bojo do apontamento em referência, o município tem palmilhado por sobre um flancoque eventualmente ganhe uma maior importância e referência sobre a questão exposta, basicamente porque, mantém em sua gestão equipe especializada de assessoria, a qual coloca os servidores municipais da área numa posição de vanguarda no serviço público.

A comprovar a eficácia da metodologia de aprimoramento adotada, basta observar a boa performance das receitas arrecadadas, as quais, num momento de extrema crise, apresentaram resultados satisfatórios tanto em relação a recebíveis já materializados, bem como ativos em fase de execução.

Quanto à elaboração de plano de cargos e salários, o defendente já se manifestou com propriedade em tópico precedente, tomando-se despendiosa e redundante reeditar as plausíveis razões.

A legislação municipal sobre dívida ativa não contemplou critérios referentes à anistia e remissão (letra "b");



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 48.664.304/0001-80

Com relação a tratativa na legislação municipal da anistia e da remissão, o Código Tributário Municipal - Lei 1.805/2001, trata com absoluta propriedade sobre a matéria no Capítulo VI, nas Seções III e IV, versando sobre Extinção e Exclusão (Anexo 03).

Ainda que o acervo jurídico local estivesse em silêncio, o Código Tributário Nacional seria aplicado por analogia podendo também a matéria ser disciplinada mediante lei específica, não se revelando razoável apontamento em tela, ensejando sua necessária desconsideração.

Desse modo sem qualquer despreço ao comando inserido no teor do apontamento, torna-se crível que o mesmo se mostre totalmente desnecessário, ainda que valha como um registro de significativo valor moral e legal.

A Prefeitura não realiza cobrança da dívida ativa nas modalidades de conciliação extrajudicial, inclusão do nome do devedor em Cadastro (exemplo: Cadastro Informativo Municipal – CADIN) e inclusão do nome do devedor em serviços de proteção ao crédito (letra “c”).

Preliminarmente cabe elucidar que frente a crise sem precedentes vivenciada pelo mundo contemporâneo, o próprio governo federal, positivamente ao que ora indica o apontamento, postergou pagamentos de tributos, criando facilidades para que o empresariado e contribuintes que foram atingidos pelas consequências da crise pudessem ter o mínimo de afetação em relação à economia.



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 48.664.304/0001-80

Nesse cotejo, o apontamento em foco caminha em sentido contrário, abstendo-se de avaliar que, por questões de ordem até famélicas, foram criados diversos programas sociais do tipo "Bolsas" para saciar a fome de milhões de brasileiros, com ênfase a beneficiários locais, cujo município mantém baixa renda per capita, havendo uns cem números de famílias engajadas em planos concebidos estritamente para manter a sobrevivência com um mínimo de dignidade.

Ora, num dos momentos mais sensíveis e no aprofundamento da maior crise dos últimos séculos, tal assertiva não se mostra consentânea com essa infausta realidade social, daí ressaíndo a razão que determina que tais providências sejam tomadas tão logo a economia reaja, sabendo que eventuais créditos jamais foram considerados prescritos.

Do mais, o aparato administrativo e jurídico disponível em âmbito local, colocam o município numa condição de excelência para haver seus ativos, sequer precisando, ao menos momentaneamente dos dispositivos indicados, pois se assim fosse, estaria sendo jogado por terra inúmeros programas de cunho eminentemente social destinados a superar essa difícil travessia de crise de cunho inigualável e sem precedentes na história recente.

Item B.3.2. BENS PATRIMONIAIS

Falhas no Setor de Patrimônio: não havia levantamento geral de bens imóveis e a verificação do valor inventariado de bens móveis restou impossibilitada por falha no sistema de controle patrimonial.



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 48.654.304/0001-80

Dado à grande margem de ingresso de materiais permanentes e bens de outra ordem em âmbito municipal, o próprio distanciamento social não permitiu um controle mais aprimorado desses ativos.

Porém, as pequenas correções e ajustes ficaram para serem levados a efeito um tanto mais adiante, tudo se fazendo sob a égide do artigo 106, § 3º da lei federal nº 4.320/64, regularizando os pequenos eventos que em tese estariam na condição de receber retoques.

Item B.3.3. CONTRATO SELECIONADO PARA ANÁLISE E ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

Irregularidade em licitação, ajuste e aditivo relacionado com contratação de empresa de engenharia para a execução de ampliação do Parque dos Lagos "Vereador Luis da Conceição" (análise em autos próprios – TC-020427.989.20).

De forma até consideradaincável, o comparecimento do presente apontamento emerge no bojo do presente relatório supostamente em razão do formato do padrão de Fiscalização definido por essa Egrégia Corte, que implica uma análise mais acurada sobre eventos dessa natureza..

Entrementes, como se observa dos autos e bem assim das plausíveis e incontestes justificativas já lançadas à exame dessa Egrégia Corte, a matéria sub análise não mais comporta a agregação de agregar novos componentes uma vez que, à juízo do defendente, as matérias nele constantes foram exauridas na fase de defesa ofertada pelo município.

14



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 48.664.304/0001-80

Nota-se que o que passou a ser fator determinante na prossecução do evento circunscreveu-se em razão de que o município não se manifestou em tempo oportuno, dando azo à uma sucessão de atos praticamente despididos de que culminaram com a continuidade da pendência até final relatório.

Ora, frente aos argumentos já ofertados pelo município, não remanesce qualquer situação a ensejar tanta celeuma, creditando-se o motivo do apontamento em razão da existência de reclamação, mas que, em nenhum momento sequer evidencia-se qualquer traço de ilegitimidade de ato emanado pelo defendente.

De rigor, a matéria em exame se nos parece esgotada, não remanescendo vício ou ilegitimidade de qualquer ordem, eis que os fatos que ensejaram o apontamento, além de bem combatidos e justificados pela origem, não portam qualquer substância capaz de proporcionar sequer uma única sequela quanto à legitimidade que devem pautar as licitações e as despesas públicas.

Com efeito, recapitular todos os incontestes argumentos já expostos pelo defendendo, tal evento ganha uma conotação de redundância, eis que as justificativas externadas se mostram robustas, convincentes, portanto, poderia, ainda que em tese desencadear qualquer situação que sequer em tese pode fulminar de irregularidade ato que se reputa legítimo e insuscetível de qualquer fulminação de ilegalidade.

Ademais, em todo o trajeto percorrido enquanto esteve sob o acompanhamento da R. Fiscalização financeira, não emergiram razões com gramatura suficiente a conspurcar sua integridade e nem tampouco conota-los com suscetível de vícios insanáveis.

15



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 48.684.304/0001-80

Posto isto, reitera-se *ipsis literis* as justificativas já lançadas preliminarmente em relação ao apontado, na expectativa de que, conforme restou implícito nos autos, prendem-se a questões de somenos, abarcando meras formalidades plenamente admissíveis em direito.

Item C.1. APLICAÇÃO POR DETERMINAÇÃO CONSTITUCIONAL E LEGAL

Havia déficit de 198 vagas nas creches municipais, situação regularizada em 2021;

A rede municipal de ensino encerrou o ano de 2020 com o total de 715 (setecentos e quinze) matrículas na etapa Creche, sendo que a demanda era de 913 (novecentos e treze) vagas, configurando um déficit de 198 (cento e noventa e oito) vagas, conforme informações no quadro abaixo:

NÍVEL	Nº DE VAGAS DEMANDADAS	Nº DE VAGAS OFERTADAS	RESULTADO
ENSINO INFANTIL CRECHE	913	715	- 198(DÉFICIT)

Com as medidas adotadas, a construção de novas unidades nos últimos anos (EMEB Prof.^a Lucimar Santos Cunha de Oliveira; EMEB Padre Adelino de Carli) e a construção de novas salas de aulas em unidades existentes (EMEB Prof.^a Maria Dolores Peres Garavello – 2 salas; EMEB Dr. Raul Bauab – 2 salas) também disponíveis, a rede conseguiu absorver, já no início do ano de 2021, toda a demanda que se



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 48.664.304/0001-80

encontrava represada (lista de espera) das crianças em idade escolar para essa etapa Creche, como explicitado abaixo:

- Das 198 crianças aguardando vagas, ao final de 2020;
- 137 crianças foram matriculadas nas etapas Creche no início de janeiro de 2021 (de acordo com a confirmação do pedido dos pais/responsáveis) e outras 14 crianças posteriormente (entre fevereiro e março, após manifestação de interesse dos pais/responsáveis), absorvendo toda a demanda dos 151 pedidos de vagas que se encontravam na lista de espera para Creche;
- 47 crianças foram matriculadas na Etapa 1 – Pré-escola em 2021, em virtude da adequação à faixa etária.

Em janeiro de 2021, a rede contabilizou o total de 575 matrículas na etapa Creche em março/2021, sendo que atualmente (outubro/2021) possui 652 matrículas ativas nessa mesma etapa, atendendo todos os pedidos de vagas existentes.

Ainda não houve implementação do serviço de psicologia educacional e de serviço social na rede pública escolar, nos termos da Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019 (processo em andamento).

Sobre o assunto em tela cumpre-se informar que a respectiva Secretaria informa que não houve a implementação do serviço de psicologia educacional e de serviço social na rede pública escolar, nos termos da Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019 até a presente data, entretanto, as medidas estão em andamento para "criação" do cargo específico de Psicólogo Escolar e Educacional e abertura de vaga para o cargo de Assistente Social, assim como a redação do Decreto que regulamentará as atribuições dos respectivos cargos para atuação na Rede de Ensino Municipal – Educação Básica e inserção no próximo concurso público, previsto para ocorrer ainda neste ano.



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 48.664.304/0001-80

Ocorre que a teor da Lei nº 13.935 foi publicada em 11 de dezembro de 2019, sendo que as medidas necessárias aconteceriam no início do ano de 2020, para cumprimento da mesma. Porém, , foi declarada a situação de pandemia (emergência sanitária – COVID-19); posteriormente a publicação da Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020; terminaram por concorrer esses que concorreram para que as medidas fossem postergadas, entretanto, salientamos que no município há grande vínculo de parceria e trabalho entre os especialistas da Secretaria de Desenvolvimento Social e da Secretaria da Saúde, além dos dois Psicopedagogos, titulares de cargos (Lei Complementar nº 2901, de 03 de junho de 2015), contratados em 2017 e 2018, lotados nesta Secretaria, que realizam o atendimento dos alunos da rede.

Item C.2. IEG-M – I-EDUC – Índice B

A Prefeitura Municipal possui turmas de Creche com menos de 30 m2 por 13 alunos, bem como turmas de Creche, Pré-Escola, Anos Iniciais e Finais com mais alunos do que o recomendado pelo Conselho Nacional de Educação (letra "a").

Com referência aos apontamentos, a situação apresenta algumas especificidades que, embora não tenham sido "atendidas" de forma direta, as recomendações referentes ao número de alunos por área disponível em cada sala de aula (taxas de ocupação), quando analisadas as etapas da Educação Infantil – Creche e Pré-escola, no tocante às determinações relativas ao número de adultos em relação ao número de crianças (em cada turma), podemos afirmar que nesse quesito as recomendações foram atendidas.



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 48.664.304/0001-80

Abaixo apresentam-se as situações em cada unidade escolar, com suas etapas de escolarização, número de alunos matriculados, áreas das salas de aula e a taxa de ocupação (m²/aluno):

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - TAXA DE OCUPAÇÃO								
EMEB PADRE ADELINO DE CARLI								
							GRUPO 1	
SALA	M ²	PERÍODO	TURMA	VAGAS	ALUNOS MATRICULADOS	TAXA DE OCUPAÇÃO RECOMENDADA	Nº ALUNOS	TAXA OCUPAÇÃO
6	58,43	MANHÃ	MULTISSERIADA A	13	15	2,30	15	3,895
		TARDE						
8	58,43	MANHÃ	MATERNAL 1 A	13	20	2,30	20	2,922
		TARDE						
7	58,43	MANHÃ	MATERNAL 1 B	13	15	2,30	15	3,895
		TARDE						
5	58,43	MANHÃ	MATERNAL 2 A	13	23	2,30	23	2,541
		TARDE	MATERNAL 2 B	13	18	2,30	18	3,246
1	36,2	MANHÃ	1ª ETAPA A	22	16	1,36	16	2,263
		TARDE						
2	36,2	MANHÃ	1ª ETAPA C	22	19	1,36	19	1,905
		TARDE	1ª ETAPA B	22	16	1,36	16	2,263

REFERÊNCIA

EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHE (1.22)

	Nº TURMAS
SUPERIOR OU IGUAL A 2,30 M ² (SUPERIOR OU IGUAL A 30 M ² /13 ALUNOS)	5
SUPERIOR OU IGUAL A 1,92 M ² E INFERIOR A 2,30 M ² (SUPERIOR OU IGUAL A 25 M ² /13 ALUNOS)	0
SUPERIOR OU IGUAL A 1,53 M ² E INFERIOR A 1,92 M ² (SUPERIOR OU IGUAL A 20 M ² /13 ALUNOS)	0
INFERIOR A 1,53 M ² (INFERIOR A 20 M ² /13 ALUNOS)	0

EDUCAÇÃO INFANTIL - PRÉ-ESCOLA (2.4)

	Nº TURMAS
SUPERIOR OU IGUAL A 1,36 M ² (SUPERIOR OU IGUAL A 30 M ² /22 ALUNOS)	3
SUPERIOR OU IGUAL A 1,13 M ² E INFERIOR A 1,36 M ² (SUPERIOR OU IGUAL A 25 M ² /22 ALUNOS)	0
SUPERIOR OU IGUAL A 0,90 M ² E INFERIOR A 1,13 M ² (SUPERIOR OU IGUAL A 20 M ² /22 ALUNOS)	0
INFERIOR A 0,90 M ² (INFERIOR A 20 M ² /22 ALUNOS)	0

Nota: Das turmas de Creche, mesmo que o número de alunos é superior ao recomendado, em relação à taxa de ocupação (30 m² para até 13 alunos = 2,3 m²/aluno - mínimo), todas as turmas têm indicadores superiores ao recomendado. Com relação ao número de adultos X crianças, todas as turmas possuem um professor



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 46.664.304/0001-80

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - TAXA DE OCUPAÇÃO							
EMEB AMARAL VAZ MELONE							
SALA	M²	PERÍODO	TURMA	ALUNOS MATRICULADOS	TAXA DE OCUPAÇÃO RECOMENDADA	GRUPO 1	
						Nº ALUNOS	TAXA OCUPAÇÃO
1	54,97	MANHÃ	MULTISSERIADA A	20	2,3	20	2,249
		TARDE					
2	26,52	MANHÃ	MAT 1 A	22	2,3	22	1,205
		TARDE					
3	32,7	MANHÃ	MAT 1 B	23	2,3	23	1,477
		TARDE					
4	49	MANHÃ	MAT 2 A	26	2,3	26	1,885
		TARDE	MAT 2 B	23	2,3	23	2,130
5	49	MANHÃ	1ª ETAPA A	18	1,36	18	2,722
		TARDE	1ª ETAPA C	21	1,36	21	2,333
6	49	MANHÃ	1ª ETAPA B	17	1,36	17	2,887
		TARDE					
7	49	MANHÃ	2ª ETAPA A	20	1,36	20	2,450
		TARDE					
8	49	MANHÃ	2ª ETAPA B	22	1,36	22	2,227
		TARDE	2ª ETAPA C	20	1,36	20	2,450

REFERÊNCIA

EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHE (1.22)

	Nº TURMAS
SUPERIOR OU IGUAL A 2,30 M² (SUPERIOR OU IGUAL A 30 M²/13 ALUNOS)	1
SUPERIOR OU IGUAL A 1,92 M² E INFERIOR A 2,30 M² (SUPERIOR OU IGUAL A 25 M²/13 ALUNOS)	1
SUPERIOR OU IGUAL A 1,53 M² E INFERIOR A 1,92 M² (SUPERIOR OU IGUAL A 20 M²/13 ALUNOS)	1
INFERIOR A 1,53 M² (INFERIOR A 20 M²/13 ALUNOS)	2

EDUCAÇÃO INFANTIL - PRÉ-ESCOLA (2.4)

	Nº TURMAS
SUPERIOR OU IGUAL A 1,36 M² (SUPERIOR OU IGUAL A 30 M²/22 ALUNOS)	6
SUPERIOR OU IGUAL A 1,13 M² E INFERIOR A 1,36 M² (SUPERIOR OU IGUAL A 25 M²/22 ALUNOS)	0
SUPERIOR OU IGUAL A 0,90 M² E INFERIOR A 1,13 M² (SUPERIOR OU IGUAL A 20 M²/22 ALUNOS)	0
INFERIOR A 0,90 M² (INFERIOR A 20 M²/22 ALUNOS)	0

Nota: Das turmas de Creche, 1 turma está dentro do recomendado, 4 outras turmas enquadram-se em outras taxas, entretanto, com relação ao número de adultos X crianças, todas as turmas possuem um professor e auxiliares (ADI ou Pajem), ou seja, atendem aos mínimos preconizados pelo CNE-MEC. Em relação às turmas de Pré-escola, todas atendem à legislação.



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 48.664.304/0001-80

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - TAXA DE OCUPAÇÃO							
CRECHE PROFESSORA MARIA DOLORES GOMES PERES GARAVELLO							
						GRUPO 1	
SALA	M²	PERÍODO	TURMA	ALUNOS MATRICULADOS	TAXA DE OCUPAÇÃO RECOMENDADA	Nº ALUNOS	TAXA OCUPAÇÃO
31	49	MANHÃ	MULTISSERIADA A	16	2,3	16	3,063
		TARDE					
7	32,4	MANHÃ	MATERNAL 1 A	14	2,3	14	2,314
		TARDE					
8	32,4	MANHÃ	MATERNAL 1 B	15	2,3	15	2,160
		TARDE					
32	49	MANHÃ	MATERNAL 2 A	18	2,3	18	2,722
		TARDE					
3	32,4	MANHÃ	1ª ETAPA A	16	1,36	16	2,025
		TARDE					
4	32,4	MANHÃ	1ª ETAPA B	16	1,36	16	2,025
		TARDE					
1	32,4	MANHÃ	2ª ETAPA A	15	1,36	15	2,160
		TARDE	2ª ETAPA C	16	1,36	16	2,025
2	32,4	MANHÃ	2ª ETAPA B	15	1,36	15	2,160
		TARDE					

REFERÊNCIA

EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHE (1.22)

	TURMAS
SUPERIOR OU IGUAL A 2,30 M² (SUPERIOR OU IGUAL A 30 M²/13 ALUNOS)	3
SUPERIOR OU IGUAL A 1,92 M² E INFERIOR A 2,30 M² (SUPERIOR OU IGUAL A 25 M²/13 ALUNOS)	1
SUPERIOR OU IGUAL A 1,53 M² E INFERIOR A 1,92 M² (SUPERIOR OU IGUAL A 20 M²/13 ALUNOS)	0
INFERIOR A 1,53 M² (INFERIOR A 20 M²/13 ALUNOS)	0

EDUCAÇÃO INFANTIL - PRÉ-ESCOLA (2.4)

	TURMAS
SUPERIOR OU IGUAL A 1,36 M² (SUPERIOR OU IGUAL A 30 M²/22 ALUNOS)	5
SUPERIOR OU IGUAL A 1,13 M² E INFERIOR A 1,36 M² (SUPERIOR OU IGUAL A 25 M²/22 ALUNOS)	0
SUPERIOR OU IGUAL A 0,90 M² E INFERIOR A 1,13 M² (SUPERIOR OU IGUAL A 20 M²/22 ALUNOS)	0
INFERIOR A 0,90 M² (INFERIOR A 20 M²/22 ALUNOS)	0

Nota: Das turmas de Creche, 1 turma apenas tem taxa de ocupação inferior ao indicado, entretanto, com relação ao número de adultos X crianças, todas as turmas possuem um professor e auxiliares (ADI ou Pajem), sendo que todas as outras turmas, inclusive de Pré-escola, cumprem as recomendações do CNE-MEC.



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 48.664.304/0001-80

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - TAXA DE OCUPAÇÃO							
EMEB PROFESSORA LUCIMAR SANTOS CUNHA DE OLIVEIRA							
						GRUPO 1	
SALA	M ²	PERÍODO	TURMA	ALUNOS MATRICULADOS	TAXA DE OCUPAÇÃO RECOMENDADA	Nº ALUNOS	TAXA OCUPAÇÃO
8	30,45	MANHÃ	MULTISSERIADA A	19	2,3	19	1,603
		TARDE					
7	30,45	MANHÃ	MATERNAL 1A	23	2,3	23	1,324
		TARDE	MATERNAL 1B	23	2,3	23	1,324
1	30,45	MANHÃ	MATERNAL 2A	24	2,3	24	1,269
		TARDE	MATERNAL 2B	25	2,3	25	1,218
3	30,45	MANHÃ	1ª ETAPA A	23	1,36	23	1,324
		TARDE	1ª ETAPA B	21	1,36	21	1,450
4	30,45	MANHÃ	2ª ETAPA A	19	1,36	19	1,603
		TARDE					

REFERÊNCIA

EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHE 1.22

	TURMAS
SUPERIOR OU IGUAL A 2,30 M ² (SUPERIOR OU IGUAL A 30 M ² /13 ALUNOS)	0
SUPERIOR OU IGUAL A 1,92 M ² E INFERIOR A 2,30 M ² (SUPERIOR OU IGUAL A 25 M ² /13 ALUNOS)	0
SUPERIOR OU IGUAL A 1,53 M ² E INFERIOR A 1,92 M ² (SUPERIOR OU IGUAL A 20 M ² /13 ALUNOS)	5
INFERIOR A 1,53 M ² (INFERIOR A 20 M ² /13 ALUNOS)	0

EDUCAÇÃO INFANTIL - PRÉ-ESCOLA 2.4

	TURMAS
SUPERIOR OU IGUAL A 1,36 M ² (SUPERIOR OU IGUAL A 30 M ² /22 ALUNOS)	2
SUPERIOR OU IGUAL A 1,13 M ² E INFERIOR A 1,36 M ² (SUPERIOR OU IGUAL A 25 M ² /22 ALUNOS)	1
SUPERIOR OU IGUAL A 0,90 M ² E INFERIOR A 1,13 M ² (SUPERIOR OU IGUAL A 20 M ² /22 ALUNOS)	0
INFERIOR A 0,90 M ² (INFERIOR A 20 M ² /22 ALUNOS)	0

Nota: Das turmas de Creche, todas as turmas têm taxa de ocupação superior ao indicado, entretanto, com relação ao número de adultos X crianças, todas as turmas possuem um professor e auxiliares (ADI ou Pajem). Das turmas de Pré-escola, 1 está acima (1 aluno) do indicado e as 2 outras turmas cumprem o estabelecido. Salientamos que todas as turmas possuem 1 professor e



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 48.664.304/0001-80

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - TAXA DE OCUPAÇÃO							
EMEB SARGENTO EDGARD PONTIERI							
						GRUPO 1	
SALA	M ²	PERÍODO	TURMA	ALUNOS MATRICULADOS	TAXA DE OCUPAÇÃO RECOMENDADA	Nº ALUNOS	TAXA OCUPAÇÃO
1	27,6	MANHÃ	MULTISSERIADA A	19	2,3	19	0,43
		TARDE					
2	33,6	MANHÃ	MATERNAL 1 A	17	2,3	17	1,976
		TARDE					
3	33,6	MANHÃ	MATERNAL 1 B	16	2,3	16	2,100
		TARDE					
4	33,86	MANHÃ	MATERNAL 2 A	20	2,3	20	1,693
		TARDE	MATERNAL 2 B	20	2,3	20	1,693
5	35	MANHÃ	1ª ETAPA A	22	1,36	22	1,591
		TARDE	1ª ETAPA B	25	1,36	25	1,400
6	40,75	MANHÃ	2ª ETAPA A	26	1,36	26	1,567

REFERÊNCIA

EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHE - 1.22

	TURMAS
SUPERIOR OU IGUAL A 2,30 M ² (SUPERIOR OU IGUAL A 30 M ² /13 ALUNOS)	0
SUPERIOR OU IGUAL A 1,92 M ² E INFERIOR A 2,30 M ² (SUPERIOR OU IGUAL A 25 M ² /13 ALUNOS)	2
SUPERIOR OU IGUAL A 1,53 M ² E INFERIOR A 1,92 M ² (SUPERIOR OU IGUAL A 20 M ² /13 ALUNOS)	2
INFERIOR A 1,53 M ² (INFERIOR A 20 M ² /13 ALUNOS)	1

EDUCAÇÃO INFANTIL - PRÉ-ESCOLA - 2.4

	TURMAS
SUPERIOR OU IGUAL A 1,36 M ² (SUPERIOR OU IGUAL A 30 M ² /22 ALUNOS)	3
SUPERIOR OU IGUAL A 1,13 M ² E INFERIOR A 1,36 M ² (SUPERIOR OU IGUAL A 25 M ² /22 ALUNOS)	0
SUPERIOR OU IGUAL A 0,90 M ² E INFERIOR A 1,13 M ² (SUPERIOR OU IGUAL A 20 M ² /22 ALUNOS)	0
INFERIOR A 0,90 M ² (INFERIOR A 20 M ² /22 ALUNOS)	0

Nota: Das turmas de Creche, todas têm taxa de ocupação inferior ao indicado, entretanto, com relação ao número de adultos X crianças, todas as turmas possuem um professor e auxiliares (ADI ou Pajem). Na Pré-escola, todas estão dentro das recomendações do CNE-MEC.



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 48.664.304/0001-80

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - TAXA DE OCUPAÇÃO							
EMEB FRANCISCO ANTONIO LOUZADA							
						GRUPO 1	
SALA	M²	PERÍODO	TURMA	ALUNOS MATRICULADOS	TAXA DE OCUPAÇÃO RECOMENDADA	Nº ALUNOS	TAXA OCUPAÇÃO
1	37,33	MANHÃ	MULTISSERIADA A	16	2,3	15	2,489
		TARDE					
9	51,12	MANHÃ	MATERNAL 1 A	21	2,3	21	2,434
		TARDE					
6	51,12	MANHÃ	MATERNAL 2 A	25	2,3	25	2,045
		TARDE					
7	51,12	MANHÃ	2ª ETAPA B	23	1,36	21	2,434
		TARDE	MATERNAL 2 B	25	2,3	25	2,045
3	26,52	MANHÃ	2ª ETAPA A	19	1,36	19	1,396
		TARDE					
4	26,52	MANHÃ	1ª ETAPA B	18	1,36	18	1,473
		TARDE	1ª ETAPA C	18	1,36	18	1,473
5	38,62	MANHÃ	1ª ETAPA A	21	1,36	21	1,839
		TARDE				0	
8	51,12	MANHÃ	2ª ETAPA C	22	1,36	22	2,374
		TARDE	2ª ETAPA D	23	1,36	23	2,223

REFERÊNCIA

EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHE - 1.22

	TURMAS
SUPERIOR OU IGUAL A 2,30 M² (SUPERIOR OU IGUAL A 30 M²/13 ALUNOS)	2
SUPERIOR OU IGUAL A 1,92 M² E INFERIOR A 2,30 M² (SUPERIOR OU IGUAL A 25 M²/13 ALUNOS)	2
SUPERIOR OU IGUAL A 1,53 M² E INFERIOR A 1,92 M² (SUPERIOR OU IGUAL A 20 M²/13 ALUNOS)	0
INFERIOR A 1,53 M² (INFERIOR A 20 M²/13 ALUNOS)	0

EDUCAÇÃO INFANTIL - PRÉ-ESCOLA - 2.4

	TURMAS
SUPERIOR OU IGUAL A 1,36 M² (SUPERIOR OU IGUAL A 30 M²/22 ALUNOS)	7
SUPERIOR OU IGUAL A 1,13 M² E INFERIOR A 1,36 M² (SUPERIOR OU IGUAL A 25 M²/22 ALUNOS)	0
SUPERIOR OU IGUAL A 0,90 M² E INFERIOR A 1,13 M² (SUPERIOR OU IGUAL A 20 M²/22 ALUNOS)	0
INFERIOR A 0,90 M² (INFERIOR A 20 M²/22 ALUNOS)	0

Nota: Das turmas de Creche, 2 turmas não cumprem os parâmetros preconizados e 2 outras têm taxa de ocupação superior ao indicado, entretanto, com relação ao número de adultos X crianças, todas as turmas possuem um professor e auxiliares (ADI ou Pajem). Das turmas de Pré-escola, todas cumprem o estabelecido.



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 48.664.304/0001-80

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - TAXA DE OCUPAÇÃO							
EMEB PROFESSOR HAMILTON PERRONE							
						GRUPO 1	
SALA	M ²	PERÍODO	TURMA	ALUNOS MATRICULADOS	TAXA DE OCUPAÇÃO RECOMENDADA	Nº ALUNOS	TAXA OCUPAÇÃO
3	26,61	MANHÃ	MULTISSERIADA A	16	2,3	16	1,7
		TARDE					
21	41,24	MANHÃ	MATERNAL 1 A	18	2,3	18	2,3
22	41,24	MANHÃ	MATERNAL 2 A	23	2,3	23	1,8
		TARDE	MATERNAL 2 B	21	2,3	21	2,0
31	49,00	MANHÃ	1ª ETAPA A	20	1,36	20	2,5
		TARDE	1ª ETAPA B	20	1,36	20	2,5
32	49,00	MANHÃ	2ª ETAPA A	23	1,36	23	2,1
		TARDE	2ª ETAPA C	23	1,36	23	2,1
33	49,00	MANHÃ	2ª ETAPA B	23	1,36	24	2,0

REFERÊNCIA

EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHE - 1.22

	TURMAS
SUPERIOR OU IGUAL A 2,30 M ² (SUPERIOR OU IGUAL A 30 M ² /13 ALUNOS)	1
SUPERIOR OU IGUAL A 1,92 M ² E INFERIOR A 2,30 M ² (SUPERIOR OU IGUAL A 25 M ² /13 ALUNOS)	1
SUPERIOR OU IGUAL A 1,53 M ² E INFERIOR A 1,92 M ² (SUPERIOR OU IGUAL A 20 M ² /13 ALUNOS)	2
INFERIOR A 1,53 M ² (INFERIOR A 20 M ² /13 ALUNOS)	0

EDUCAÇÃO INFANTIL - PRÉ-ESCOLA - 2.4

	TURMAS
SUPERIOR OU IGUAL A 1,36 M ² (SUPERIOR OU IGUAL A 30 M ² /22 ALUNOS)	5
SUPERIOR OU IGUAL A 1,13 M ² E INFERIOR A 1,36 M ² (SUPERIOR OU IGUAL A 25 M ² /22 ALUNOS)	0
SUPERIOR OU IGUAL A 0,90 M ² E INFERIOR A 1,13 M ² (SUPERIOR OU IGUAL A 20 M ² /22 ALUNOS)	0
INFERIOR A 0,90 M ² (INFERIOR A 20 M ² /22 ALUNOS)	0

Nota: Das turmas de Creche, 3 turmas não cumprem os parâmetros preconizados e 1 outra têm taxa de ocupação igual ao recomendado, entretanto, com relação ao número de adultos X crianças, todas as turmas possuem um professor e auxiliares (ADI ou Pajem). Das turmas de Pré-escola, todas cumprem o estabelecido pelo CNE-MEC.



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 48.664.304/0001-80

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - TAXA DE OCUPAÇÃO

EMEB DR RAUL BAUAB

						GRUPO 1	
SALA	M²	PERÍODO	TURMA	ALUNOS MATRICULADOS	TAXA DE OCUPAÇÃO RECOMENDADA	Nº ALUNOS	TAXA OCUPAÇÃO
6	60	MANHÃ	MULTISSERIADA A	15	2,3	15	4,000
		TARDE					
5	52	MANHÃ	MATERNAL 1 A	20	2,3	20	2,600
		TARDE					
3	52	MANHÃ	MATERNAL 2 A	19	2,3	19	2,737
		TARDE					
4	52	MANHÃ	MATERNAL 2 B	22	2,3	22	2,364
		TARDE					
2	52	MANHÃ	1ª ETAPA A	21	1,36	21	2,476
		TARDE					
29	51,17	MANHÃ	1ª ETAPA B	22	1,36	20	2,559
		TARDE					
30	51,17	MANHÃ	2ª ETAPA A	25	1,36	25	2,047
		TARDE	2ª ETAPA C	22	1,36	22	2,326
1	52	MANHÃ	2ª ETAPA B	14	1,36	14	3,714
		TARDE					

REFERÊNCIA

EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHE - 1.22

	TURMAS
SUPERIOR OU IGUAL A 2,30 M² (SUPERIOR OU IGUAL A 30 M²/13 ALUNOS)	4
SUPERIOR OU IGUAL A 1,92 M² E INFERIOR A 2,30 M² (SUPERIOR OU IGUAL A 25 M²/13 ALUNOS)	0
SUPERIOR OU IGUAL A 1,53 M² E INFERIOR A 1,92 M² (SUPERIOR OU IGUAL A 20 M²/13 ALUNOS)	0
INFERIOR A 1,53 M² (INFERIOR A 20 M²/13 ALUNOS)	0

EDUCAÇÃO INFANTIL - PRÉ-ESCOLA - 2.4

	TURMAS
SUPERIOR OU IGUAL A 1,36 M² (SUPERIOR OU IGUAL A 30 M²/22 ALUNOS)	5
SUPERIOR OU IGUAL A 1,13 M² E INFERIOR A 1,36 M² (SUPERIOR OU IGUAL A 25 M²/22 ALUNOS)	0
SUPERIOR OU IGUAL A 0,90 M² E INFERIOR A 1,13 M² (SUPERIOR OU IGUAL A 20 M²/22 ALUNOS)	0
INFERIOR A 0,90 M² (INFERIOR A 20 M²/22 ALUNOS)	0

Nota: todas cumprem o estabelecido pelo CNE-MEC.



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 48.664.304/0001-80

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - TAXA DE OCUPAÇÃO

EMEB PROFESSORA ANDREA GODOI WIK DELFINO

						GRUPO 1	
SALA	M ²	PERÍODO	TURMA	ALUNOS MATRICULADOS	TAXA DE OCUPAÇÃO RECOMENDADA	Nº ALUNOS	TAXA OCUPAÇÃO
1	49,00	MANHÃ	1º A	28	1,875	28	1,750
		TARDE					
2	49,00	MANHÃ	1º B	28	1,875	28	1,750
		TARDE					
3	49,00	MANHÃ	2º A	27	1,875	27	1,815
		TARDE	2º B	23	1,875	23	2,130
4	49,00	MANHÃ	3º A	27	1,875	27	1,815
		TARDE	3º B	23	1,875	23	2,130
5	49,00	MANHÃ	4º A	22	1,875	22	2,227
		TARDE	4º B	17	1,875	17	2,882
11	49,00	MANHÃ	4º C	21	1,875	21	2,333
		TARDE					
6	49,00	MANHÃ	5º A	25	1,875	25	1,900
		TARDE					
7	49,00	MANHÃ	5º B	24	1,875	24	2,042
		TARDE					
8	49,00	MANHÃ	5º C	22	1,875	22	2,227
		TARDE					
9	49,00	MANHÃ	2ª ETAPA A	23	1,36	23	2,130
		TARDE					
10	49,00	MANHÃ	2ª ETAPA B	24	1,875	24	2,042
		TARDE					

REFERÊNCIA

EDUCAÇÃO INFANTIL - PRÉ-ESCOLA - 2.4

	TURMAS
SUPERIOR OU IGUAL A 1,36 M ²	2
SUPERIOR OU IGUAL A 1,13 M ² E INFERIOR A 1,36 M ²	0
SUPERIOR OU IGUAL A 0,90 M ² E INFERIOR A 1,13 M ²	0
INFERIOR A 0,90 M ²	0

ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS INICIAIS - 3.2

	TURMAS
SUPERIOR OU IGUAL A 1,675 M ²	8
SUPERIOR OU IGUAL A 1,20 M ² E INFERIOR A 1,675 M ²	4
SUPERIOR OU IGUAL A 1,00 M ² E INFERIOR A 1,20 M ²	0
INFERIOR A 1,00 M ²	0

Nota: todas as turmas de Pré-Escola cumprem o estabelecido pelo CNE-MEC. Com relação às turmas do Ensino Fundamental - Anos Iniciais, 8 turmas cumprem os parâmetros estabelecidos e 4 outras turmas não cumprem. Nesse ano de 2020, em função da pandemia, tivemos uma migração de alunos da rede privada para a pública, sendo que procuramos atender esses alunos no mesmo período, minimizando os impactos na organização da família, haja vista que a rede trabalhou até o encerramento do ano letivo de forma remota.



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 48.864.304/0001-80

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - TAXA DE OCUPAÇÃO							
EMEB PROFESSORA MARIA DA PENHA FRATTI							
						GRUPO 1	
SALA	M ²	PERÍODO	TURMA	ALUNOS MATRICULADOS	TAXA DE OCUPAÇÃO RECOMENDADA	Nº ALUNOS	TAXA OCUPAÇÃO
1	51,00	MANHÃ	2ª ETAPA A	20	1,36	20	2,550
		TARDE	1ª ETAPA A	30	1,36	30	1,700
1	51,00	MANHÃ	1ª A	21	1,875	21	2,429
		TARDE	1ª B	23	1,875	23	2,217
2	51,00	MANHÃ	2ª A	24	1,875	24	2,125
		TARDE	2ª C	18	1,875	18	2,833
3	51,00	MANHÃ	2ª B	25	1,875	25	2,040
		TARDE	3ª B	17	1,875	17	3,000
4	51,00	MANHÃ	3ª A	27	1,875	27	1,889
		TARDE	4ª B	23	1,875	23	2,217
5	51,00	MANHÃ	4ª A	29	1,875	29	1,759
		TARDE					
6	51,00	MANHÃ	5ª A	26	1,875	26	1,962
		TARDE					
7	51,00	MANHÃ	5ª B	24	1,875	24	2,125
		TARDE					

REFERÊNCIA

EDUCAÇÃO INFANTIL - PRÉ-ESCOLA - 2.4

	TURMAS
SUPERIOR OU IGUAL A 1,36 M ²	2
SUPERIOR OU IGUAL A 1,13 M ² E INFERIOR A 1,36 M ²	0
SUPERIOR OU IGUAL A 0,90 M ² E INFERIOR A 1,13 M ²	0
INFERIOR A 0,90 M ²	0

ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS INICIAIS - 3.2

	TURMAS
SUPERIOR OU IGUAL A 1,875 M ²	10
SUPERIOR OU IGUAL A 1,20 M ² E INFERIOR A 1,875 M ²	1
SUPERIOR OU IGUAL A 1,00 M ² E INFERIOR A 1,20 M ²	0
INFERIOR A 1,00 M ²	0

Nota: todas as turmas de Pré-Escola cumprem o estabelecido pelo CNE-MEC. Com relação às turmas do Ensino Fundamental - Anos Iniciais, 10 turmas cumprem os parâmetros estabelecidos e apenas 1 turma não cumpre.



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 48.664.304/0001-89

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - TAXA DE OCUPAÇÃO							
EMEBE PROFESSORA MARIA HELENA MARTINEZ							
						GRUPO 1	
SALA	M ²	PERÍODO	TURMA	ALUNOS MATRICULADOS	TAXA DE OCUPAÇÃO RECOMENDADA	Nº ALUNOS	TAXA OCUPAÇÃO
5	41,25	MANHÃ	2º A	25	1,875	25	1,650
		TARDE	5º C	24	1,875	24	1,719
6	49,00	MANHÃ	3º A	27	1,875	26	1,885
		TARDE	2º D	20	1,875	20	2,450
7	49,00	MANHÃ	4º A	21	1,875	21	2,333
		TARDE	2º C	22	1,875	22	2,227
8	49,00	MANHÃ	4º B	21	1,875	21	2,333
		TARDE	3º B	25	1,875	25	1,960
9	49,00	MANHÃ	5º B	26	1,875	26	1,885
		TARDE	3º C	24	1,875	24	2,042
10	49,00	MANHÃ	5º A	26	1,875	26	1,885
		TARDE	4º D	18	1,875	18	2,722
11	49,00	MANHÃ	1º A	21	1,875	21	2,333
		TARDE	1º C	24	1,875	23	2,130
12	49,00	MANHÃ	4º C	18	1,875	18	2,722
		TARDE	1º D	23	1,875	23	2,130
13	35,00	MANHÃ	1º B	23	1,875	23	1,522
		TARDE					
46	40,00	MANHÃ	2º B	23	1,875	22	1,818
		TARDE					

REFERÊNCIA

ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS INICIAIS - 3.2

	TURMAS
SUPERIOR OU IGUAL A 1,875 M ²	14
SUPERIOR OU IGUAL A 1,20 M ² E INFERIOR A 1,875 M ²	4
SUPERIOR OU IGUAL A 1,00 M ² E INFERIOR A 1,20 M ²	0
INFERIOR A 1,00 M ²	0

Nota: Com relação às turmas do Ensino Fundamental - Anos Iniciais, 14 turmas cumprem os parâmetros estabelecidos e 4 turmas não cumprem o recomendado pelo CNE-MEC.



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 48.654.304/0001-80

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - TAXA DE OCUPAÇÃO							
EMEB PROFESSORA MARIANA NAGATA CHENES							
						GRUPO 1	
SALA	M ²	PERÍODO	TURMA	ALUNOS MATRICULADOS	TAXA DE OCUPAÇÃO RECOMENDADA	Nº ALUNOS	TAXA OCUPAÇÃO
1	49,00	MANHÃ	1º A	18	1,875	18	2,722
		TARDE	1º B	18	1,875	18	2,722
2	49,00	MANHÃ	2º A	26	1,875	26	1,885
		TARDE	1º C	19	1,875	19	2,579
3	49,00	MANHÃ	3º A	20	1,875	20	2,450
		TARDE	2º B	19	1,875	19	2,579
4	49,00	MANHÃ	3º B	22	1,875	22	2,227
		TARDE	2º C	21	1,875	21	2,333
5	49,00	MANHÃ	4º A	26	1,875	26	1,885
		TARDE	3º C	22	1,875	22	2,227
6	49,00	MANHÃ	4º B	26	1,875	26	1,885
		TARDE	4º C	25	1,875	25	1,960
7	49,00	MANHÃ	5º A	20	1,875	20	2,450
		TARDE	5º C	21	1,875	21	2,333
8	49,60	MANHÃ	5º B	19	1,875	19	2,611
		TARDE					

REFERÊNCIA

ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS INICIAIS - 3.2

	TURMAS
SUPERIOR OU IGUAL A 1,875 M ²	15
SUPERIOR OU IGUAL A 1,20 M ² E INFERIOR A 1,875 M ²	0
SUPERIOR OU IGUAL A 1,00 M ² E INFERIOR A 1,20 M ²	0
INFERIOR A 1,00 M ²	0

Nota: Com relação às turmas do Ensino Fundamental - Anos Iniciais, todas as 15 turmas cumprem os parâmetros estabelecidos pelo CNE-MEC.

CÓPIA DE DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: CAROLINA RANGEL SEGUNINI, Sistema e-TCESP. Para obter informações sobre assinatura e/ou ver o arquivo original acesse <http://e-processo.tce.sp.gov.br> - link "Validar documento digital" e informe o código do documento: 3-GNE4-AJ3W-6LD8-9NIA



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 48.664.304/0001-80

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - TAXA DE OCUPAÇÃO							
EMEB PROFESSORA MARLENE RIOTTO LOUZADA							
						GRUPO 1	
SALA	M²	PERÍODO	TURMA	ALUNOS MATRICULADOS	TAXA DE OCUPAÇÃO RECOMENDADA	Nº ALUNOS	TAXA OCUPAÇÃO
9	46,40	MANHÃ	1ª A	20	1,875	20	2,320
		TARDE	1ª C	24	1,875	24	1,933
10	46,40	MANHÃ	1ª B	16	1,875	16	2,900
		TARDE	2ª B	20	1,875	20	2,320
3	51,64	MANHÃ	2ª A	25	1,875	25	2,066
		TARDE	2ª C	18	1,875	18	2,869
4	52,85	MANHÃ	3ª A	25	1,875	26	2,033
		TARDE	3ª B	27	1,875	27	1,957
2	52,85	MANHÃ	4ª A	28	1,875	28	1,888
		TARDE	4ª B	25	1,875	25	2,114
1	52,40	MANHÃ	5ª A	27	1,875	27	1,941
		TARDE	5ª B	22	1,875	22	2,382

REFERÊNCIA

ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS INICIAIS - 3.2

	TURMAS
SUPERIOR OU IGUAL A 1,875 M²	12
SUPERIOR OU IGUAL A 1,20 M² E INFERIOR A 1,875 M²	0
SUPERIOR OU IGUAL A 1,00 M² E INFERIOR A 1,20 M²	0
INFERIOR A 1,00 M²	0

Nota: Com relação às turmas do Ensino Fundamental - Anos Iniciais, todas as 12 turmas cumprem os parâmetros estabelecidos pelo CNE-MEC.



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 48.664.304/0001-80

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - TAXA DE OCUPAÇÃO							
EMEB PREFEITO PAULO MANGOLINI							
						GRUPO 1	
SALA	M ²	PERÍODO	TURMA	ALUNOS MATRICULADOS	TAXA DE OCUPAÇÃO RECOMENDADA	Nº ALUNOS	TAXA OCUPAÇÃO
1	49,00	MANHÃ	1º A	23	1,875	23	2,130
		TARDE	1º B	21	1,875	21	2,333
2	49,00	MANHÃ	2º A	22	1,875	22	2,227
		TARDE	1º C	20	1,875	20	2,450
3	49,00	MANHÃ	2º B	21	1,875	21	2,333
		TARDE	2º C	23	1,875	23	2,130
4	49,00	MANHÃ	3º A	25	1,875	25	1,950
		TARDE	3º C	28	1,875	28	1,750
5	49,00	MANHÃ	3º B	26	1,875	26	1,885
		TARDE	4º C	18	1,875	18	2,722
6	49,00	MANHÃ	4º A	21	1,875	21	2,333
		TARDE	4º D	18	1,875	18	2,722
7	49,00	MANHÃ	4º B	22	1,875	22	2,227
		TARDE	4º E	20	1,875	20	2,450
8	49,00	MANHÃ	5º A	24	1,875	24	2,042
		TARDE	5º C	21	1,875	20	2,450
9	49,00	MANHÃ	5º B	23	1,875	23	2,130
		TARDE	5º D	21	1,875	21	2,333

REFERÊNCIA

ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS INICIAIS - 3.2

	TURMAS
SUPERIOR OU IGUAL A 1,875 M ²	17
SUPERIOR OU IGUAL A 1,20 M ² E INFERIOR A 1,875 M ²	1
SUPERIOR OU IGUAL A 1,00 M ² E INFERIOR A 1,20 M ²	0
INFERIOR A 1,00 M ²	0

Nota: Com relação às turmas do Ensino Fundamental - Anos Iniciais, 17 turmas cumprem os parâmetros estabelecidos e apenas 1 turma não cumpre o que preconiza o CNE-MEC.



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 48.664.304/0001-80

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - TAXA DE OCUPAÇÃO

EMEB PROFESSORA VILMA RAGAZZI ROPA

						GRUPO 1	
SALA	M²	PERÍODO	TURMA	ALUNOS MATRICULADOS	TAXA DE OCUPAÇÃO RECOMENDADA	Nº ALUNOS	TAXA OCUPAÇÃO
1	49,00	MANHÃ	1º A	24	1,875	24	2,042
		TARDE	1º B	25	1,875	25	1,960
9	49,00	MANHÃ	1º C	25	1,875	25	1,960
		TARDE	2º C	26	1,875	26	1,885
2	49,00	MANHÃ	2º A	26	1,875	26	1,885
		TARDE	3º C	28	1,875	28	1,750
3	49,00	MANHÃ	2º B	26	1,875	26	1,885
		TARDE	4º B	26	1,875	26	1,885
4	49,00	MANHÃ	3º A	25	1,875	25	1,960
		TARDE	5º C	24	1,875	24	2,042
5	49,00	MANHÃ	3º B	25	1,875	25	1,960
		TARDE					
6	49,00	MANHÃ	4º A	27	1,875	27	1,815
		TARDE					
7	49,00	MANHÃ	5º A	24	1,875	24	2,042
		TARDE					
8	49,00	MANHÃ	5º B	26	1,875	26	1,885
		TARDE					

REFERÊNCIA

ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS INICIAIS 3.2

	TURMAS
SUPERIOR OU IGUAL A 1,875M²	12
SUPERIOR OU IGUAL A 1,20 M² E INFERIOR A 1,875 M²	2
SUPERIOR OU IGUAL A 1,00 M² E INFERIOR A 1,20 M²	0
INFERIOR A 1,00 M²	0

Nota: Com relação às turmas do Ensino Fundamental - Anos Iniciais, 12 turmas cumprem os parâmetros estabelecidos e apenas 2 turmas não cumprem o que preconiza o CNE-MEC.



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 48.664.304/0001-80

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - TAXA DE OCUPAÇÃO

EMEB GINO BELLODI

						GRUPO 1	
SALA	M ²	PERÍODO	TURMA	ALUNOS MATRICULADOS	TAXA DE OCUPAÇÃO RECOMENDADA	Nº ALUNOS	TAXA OCUPAÇÃO
1	49,00	MANHÃ	1º A	29	1,875	29	1,690
		TARDE	2º B	19	1,875	19	2,579
2	49,00	MANHÃ	2º A	20	1,875	20	2,450
		TARDE	3º B	20	1,875	20	2,450
3	49,00	MANHÃ	3º A	25	1,875	25	1,960
		TARDE	4º B	25	1,875	25	1,960
4	49,00	MANHÃ	4º A	25	1,875	25	1,960
		TARDE	5º B	28	1,875	28	1,750
5	49,00	MANHÃ	5º A	28	1,875	28	1,750
		TARDE	6º C	20	1,5	20	2,450
6	49,00	MANHÃ	6º A	29	1,5	29	1,690
		TARDE	6º B	24	1,5	24	2,042
8	46,15	MANHÃ	7º A	33	1,5	33	1,398
		TARDE	7º B	29	1,5	29	1,591
9	46,15	MANHÃ	8º A	35	1,5	35	1,319
		TARDE	8º B	26	1,5	26	1,775
10	46,15	MANHÃ	9º A	19	1,5	19	2,429
		TARDE	9º C	16	1,5	16	2,884
11	32,20	MANHÃ	9º B	17	1,5	17	1,894
		TARDE					

REFERÊNCIA

ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS INICIAIS - 2.4

	TURMAS
SUPERIOR OU IGUAL A 1,875M ²	6
SUPERIOR OU IGUAL A 1,20 M ² E INFERIOR A 1,875 M ²	3
SUPERIOR OU IGUAL A 1,00 M ² E INFERIOR A 1,20 M ²	0
INFERIOR A 1,00 M ²	0

ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS FINAIS - 3.2

	TURMAS
SUPERIOR OU IGUAL A 1,50 M ²	8
SUPERIOR OU IGUAL A 1,20 M ² E INFERIOR A 1,50 M ²	2
SUPERIOR OU IGUAL A 1,00 M ² E INFERIOR A 1,20 M ²	0
INFERIOR A 1,00 M ²	0

Nota: Com relação às turmas do Ensino Fundamental - Anos Iniciais, 6 turmas cumprem os parâmetros estabelecidos e 3 turmas não cumprem. Com referência aos Anos Finais do Ensino Fundamental, 8 turmas cumprem o que preconiza o CNE-MEC e apenas 2 não atendem ao recomendado.



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 48.664.304/0001-80

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - TAXA DE OCUPAÇÃO							
EMEB PROFESSOR BARROS							
SALA	M ²	PERÍODO	TURMA	ALUNOS MATRICULADOS	TAXA DE OCUPAÇÃO RECOMENDADA	GRUPO 1	
						Nº ALUNOS	TAXA OCUPAÇÃO
1	42,66	MANHÃ	6º A	27	1,5	27	1,580
		TARDE					
2	42,66	MANHÃ	6º B	28	1,5	28	1,524
		TARDE					
3	49,00	MANHÃ	7º A	26	1,5	26	1,885
		TARDE					
4	49,00	MANHÃ	7º B	30	1,5	30	1,633
		TARDE					
5	42,93	MANHÃ	7º C	25	1,5	25	1,717
		TARDE					
6	42,93	MANHÃ	8º A	28	1,5	28	1,533
		TARDE					
7	42,93	MANHÃ	8º B	28	1,5	27	1,590
		TARDE					
8	42,93	MANHÃ	8º C	28	1,5	28	1,533
		TARDE					
9	42,93	MANHÃ	9º A	24	1,5	24	1,789
		TARDE					
10	42,66	MANHÃ	9º B	26	1,5	26	1,641
		TARDE					
17	48,65	MANHÃ	9º C	28	1,5	28	1,733
		TARDE					

REFERÊNCIA

ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS FINAIS 4.2

	TURMAS
SUPERIOR OU IGUAL A 1,50 M ²	11
SUPERIOR OU IGUAL A 1,20 M ² E INFERIOR A 1,50 M ²	0
SUPERIOR OU IGUAL A 1,00 M ² E INFERIOR A 1,20 M ²	0
INFERIOR A 1,00 M ²	0

Nota: Com relação às turmas do Ensino Fundamental - Anos Finais, todas as 11 turmas cumprem os parâmetros estabelecidos pelo CNE-



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 48.654.304/0001-80

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - TAXA DE OCUPAÇÃO							
EMEB PROFESSORA IZABEL SADALLA GRISPINO							
						GRUPO 1	
SALA	M ²	PERÍODO	TURMA	ALUNOS MATRICULADOS	TAXA DE OCUPAÇÃO RECOMENDADA	Nº ALUNOS	TAXA OCUPAÇÃO
1	51,84	MANHÃ	6º A	26	1,5	26	1,934
		TARDE	6º C	24	1,5	24	2,160
2	51,84	MANHÃ	6º B	26	1,5	26	1,934
		TARDE	6º D	25	1,5	25	2,074
3	51,84	MANHÃ	7º A	27	1,5	27	1,920
		TARDE	6º E	25	1,5	25	2,074
4	51,84	MANHÃ	7º B	27	1,5	27	1,920
		TARDE	7º C	22	1,5	22	2,356
5	51,84	MANHÃ	8º A	27	1,5	27	1,920
		TARDE	7º D	22	1,5	22	2,356
6	51,84	MANHÃ	8º B	27	1,5	27	1,920
		TARDE	7º E	23	1,5	23	2,254
7	51,84	MANHÃ	8º C	27	1,5	27	1,920
		TARDE	8º D	26	1,5	26	1,994
8	51,84	MANHÃ	9º A	24	1,5	24	2,160
		TARDE	8º E	25	1,5	25	2,074
9	51,84	MANHÃ	9º B	24	1,5	24	2,160
		TARDE	9º D	24	1,5	24	2,160
13	51,84	MANHÃ	9º C	25	1,5	25	2,074
		TARDE					

REFERÊNCIA

ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS FINAIS - = 4.2

	TURMAS
SUPERIOR OU IGUAL A 1,50 M ²	19
SUPERIOR OU IGUAL A 1,20 M ² E INFERIOR A 1,50 M ²	0
SUPERIOR OU IGUAL A 1,00 M ² E INFERIOR A 1,20 M ²	0
INFERIOR A 1,00 M ²	0

Nota: Com relação às turmas do Ensino Fundamental - Anos Finais, todas as 19 turmas cumprem os parâmetros estabelecidos pelo



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 48.664.304/0001-80

EMEB PROFESSOR LUIZ GARAVELLO

						GRUPO 1	
SALA	M ²	PERÍODO	TURMA	ALUNOS MATRICULADOS	TAXA DE OCUPAÇÃO RECOMENDADA	Nº ALUNOS	TAXA OCUPAÇÃO
1	49,70	MANHÃ	6ª A	27	1,5	27	1,841
		TARDE	6ª C	25	1,5	25	1,988
2	45,50	MANHÃ	6ª B	25	1,5	25	1,820
		TARDE	7ª C	27	1,5	27	1,685
3	49,70	MANHÃ	7ª A	27	1,5	27	1,841
		TARDE	8ª C	21	1,5	21	2,367
4	49,70	MANHÃ	7ª B	27	1,5	27	1,841
		TARDE	8ª D	21	1,5	21	2,367
5	49,70	MANHÃ	8ª A	25	1,5	25	1,988
		TARDE	9ª D	14	1,5	14	3,550
6	49,70	MANHÃ	8ª B	28	1,5	28	1,775
		TARDE					
7	49,70	MANHÃ	9ª A	25	1,5	25	1,988
		TARDE					
8	49,70	MANHÃ	9ª B	24	1,5	24	2,071
		TARDE					
9	49,70	MANHÃ	9ª C	21	1,5	21	2,367
		TARDE					

REFERÊNCIA

ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS FINAIS - 3.2

	TURMAS
SUPERIOR OU IGUAL A 1,50 M ²	14
SUPERIOR OU IGUAL A 1,20 M ² E INFERIOR A 1,50 M ²	0
SUPERIOR OU IGUAL A 1,00 M ² E INFERIOR A 1,20 M ²	0
INFERIOR A 1,00 M ²	0

Nota: Com relação às turmas do Ensino Fundamental - Anos Finais, todas as 14 turmas cumprem os parâmetros estabelecidos pelo CNE-MEC.



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 48.864.304/0001-80

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - TAXA DE OCUPAÇÃO							
EMEB PROFESSOR ALFREDO ROLIM DE MOURA							
						GRUPO 1	
SALA	M ²	PERÍODO	TURMA	ALUNOS MATRICULADOS	TAXA DE OCUPAÇÃO RECOMENDADA	Nº ALUNOS	TAXA OCUPAÇÃO
1	42,75	MANHÃ	6º A	25	1,5	25	1,710
		TARDE					
2	44,25	MANHÃ	6º B	25	1,5	25	1,770
		TARDE					
3	45,00	MANHÃ	6º C	24	1,5	24	1,875
		TARDE					
4	43,87	MANHÃ	7º A	30	1,5	30	1,462
		TARDE					
5	45,00	MANHÃ	7º B	31	1,5	31	1,452
		TARDE					
6	41,00	MANHÃ	8º A	30	1,5	30	1,367
		TARDE					
7	41,89	MANHÃ	8º B	28	1,5	28	1,496
		TARDE					
8	44,62	MANHÃ	8º C	28	1,5	28	1,594
		TARDE					
9	42,75	MANHÃ	9º A	29	1,5	29	1,474
		TARDE					
10	42,48	MANHÃ	9º B	27	1,5	27	1,573
		TARDE					
11	42,00	MANHÃ	9º C	28	1,5	28	1,500
		TARDE					

REFERÊNCIA

ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS FINAIS - 3.2

SUPERIOR OU IGUAL A 1,50 M ²
SUPERIOR OU IGUAL A 1,20 M ² E INFERIOR A 1,50 M ²
SUPERIOR OU IGUAL A 1,00 M ² E INFERIOR A 1,20 M ²
INFERIOR A 1,00 M ²

TURMAS
6
5
0
0

Nota: Com relação às turmas do Ensino Fundamental - Anos Finais, 6 turmas cumprem os parâmetros estabelecidos e 5 turmas não cumprem o que preconiza o CNE-MEC.



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 48.684.304/0001-80

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - TAXA DE OCUPAÇÃO							
EMEB PROFESSORA MARIA CECÍLIA PACÍFICO DE FARIA							
						GRUPO 1	
SALA	M²	PERÍODO	TURMA	ALUNOS MATRICULADOS	TAXA DE OCUPAÇÃO RECOMENDADA	Nº ALUNOS	TAXA OCUPAÇÃO
1	50,40	MANHÃ	6ª A	28	1,5	28	1.800
		TARDE	6ª C	21	1,5	21	2.400
2	50,40	MANHÃ	6ª B	27	1,5	27	1.867
		TARDE	6ª D	21	1,5	21	2.400
3	50,40	MANHÃ	7ª A	26	1,5	26	1.938
		TARDE	6ª E	21	1,5	21	2.400
4	50,40	MANHÃ	7ª B	25	1,5	25	2.016
		TARDE	7ª D	23	1,5	23	2.191
5	50,40	MANHÃ	7ª C	27	1,5	27	1.867
		TARDE	7ª E	23	1,5	23	2.191
6	50,40	MANHÃ	8ª A	26	1,5	26	1.938
		TARDE	8ª C	27	1,5	27	1.867
7	50,40	MANHÃ	8ª B	26	1,5	26	1.938
		TARDE	8ª D	26	1,5	26	1.938
8	50,40	MANHÃ	9ª A	26	1,5	26	1.938
		TARDE					
9	50,40	MANHÃ	9ª B	24	1,5	24	2.100
		TARDE					
10	50,40	MANHÃ	9ª C	23	1,5	23	2.191
		TARDE					
11	50,40	MANHÃ	9ª D	24	1,5	24	2.100
		TARDE					

REFERÊNCIA

ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS FINAIS 4.2

	TURMAS
SUPERIOR OU IGUAL A 1,50 M²	18
SUPERIOR OU IGUAL A 1,20 M² E INFERIOR A 1,50 M²	0
SUPERIOR OU IGUAL A 1,00 M² E INFERIOR A 1,20 M²	0
INFERIOR A 1,00 M²	0

Nota: Com relação às turmas do Ensino Fundamental - Anos Finais, todas as 18 turmas cumprem os parâmetros estabelecidos pelo CNE-



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 48.684.304/0001-80

Analisando as informações contidas nos quadros acima, podemos

inferir que:

- Em relação à Educação Infantil – etapa CRECHE, das 36 turmas, 16 turmas estão dentro dos parâmetros indicados pelo CNE-MEC, no que diz respeito à taxa de ocupação; das 20 turmas que não estão dentro desses parâmetros, ou seja, a relação entre o número de alunos e área disponível ser inferior a 2,30 m²por aluno, apesar disso, a quantidade de adultos (professor + auxiliares) estão dentro do que preconiza a recomendação.
- Em relação à Educação Infantil – etapa PRÉ-ESCOLA, das 41 turmas, apenas 1 turma não cumpre o indicador recomendado, mas atende à recomendação da quantidade de adultos (professor + auxiliares).
- Com referência às turmas dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, das 109 turmas, 94 turmas estão dentro dos parâmetros indicados pelo CNE-MEC, no que diz respeito à taxa de ocupação, o que representa 86,24% das turmas, e 15 turmas não cumprem a recomendação do mínimo de 1,875 m² por aluno, representando 13,76% do total de turmas.
- No tocante aos Anos Finais do Ensino Fundamental, das 83 turmas, 76 turmas estão dentro dos parâmetros estabelecidos, representando 91,57% das turmas, e apenas 7 turmas estão com taxa de ocupação superior a 1,50 m² por aluno, ou seja, 8,43% das turmas.



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 48.664.304/0001-80

A Prefeitura Municipal possui mais de 10% do quadro de professores de Creche, Pré-Escola, Anos Iniciais e Finais como temporários, contrariando o recomendado pelo Conselho Nacional de Educação (letra "b").

A Rede Municipal de Ensino, com vistas a atender toda a demanda e garantir a ministração de aulas e, conseqüentemente, o cumprimento das cargas horárias e dias letivos previstos em seu Calendário Escolar, diante dos afastamentos temporários dos professores efetivos, os quais são de direito e previstos no Plano de Carreira do Magistério Público na Educação Básica do Município de Guariba, Lei nº 2.494, de 01 de abril de 2011.

Diante dos apontamentos e suas fundamentações:

*...Acesso

Quanto ao acesso à carreira do magistério, a Resolução prevê, entre as Diretrizes a serem observadas pelos entes federados na elaboração e execução dos planos de carreira, a realização de concurso público de provas e títulos.

Sobre o assunto, diz a LDB:

Art. 85. Qualquer cidadão habilitado com a titulação própria poderá exigir a abertura de concurso público de provas e títulos para cargo de docente de instituição pública de ensino que estiver sendo ocupado por professor não concursado, por mais de seis anos, ressalvados os direitos assegurados pelos artigos 41 da Constituição Federal e 19 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 48.864.304/0001-89

Para além do fato de ser uma norma constitucional, como forma mais justa de ingresso dos trabalhadores do setor público, no caso específico do magistério o concurso público de provas e títulos tem relação direta com a qualidade de ensino....

....Obviamente, o CNE tem o cuidado de compreender que os sistemas de ensino necessitam manter certo contingente de professores temporários, para suprir a ausência de outros professores em razão de doenças ou aposentadorias que vão ocorrendo ao longo do ano, mas numa proporção que não comprometa a qualidade do ensino e a valorização de seus profissionais. Como podemos assegurar a continuidade do projeto político-pedagógico da escola com a mudança constante de professores ano após ano, se aos temporários não há

Garantia de que continuarão nas mesmas escolas no próximo ano letivo?

Assim, é importante que os sistemas discutam um dispositivo que garanta a realização de concurso sempre que a **vacância no quadro permanente de profissionais do magistério na rede de ensino público alcance percentual de 10% em cada grupo de cargos (*grilo nosso*)** ou quando professores temporários estejam ocupando estes cargos por dois anos consecutivos..." (Parecer CNE nº 09, de 02 de abril de 2009)

".....Art. 5º Na adequação de seus planos de carreira aos dispositivos da Lei nº 11.738/2008 e da Lei nº 11.494/2007, a União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios devem

Observar as seguintes diretrizes:



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 48.664.304/0001-80

I - aplicação integral dos recursos constitucionalmente vinculados à manutenção e desenvolvimento do ensino, além de outros eventualmente destinados por lei à educação;

II - Fazer constar nos planos de carreira a natureza dos respectivos cargos e funções dos profissionais da educação à luz do art. 2º desta Resolução;

III - determinar a realização de concurso público de provas e títulos para provimento qualificado de todos os cargos ou empregos públicos ocupados pelos profissionais do magistério, na rede de ensino público, sempre que a vacância no quadro permanente alcançar percentual que possa provocar a descaracterização do projeto político pedagógico da rede de ensino, nos termos do parecer CNE/CEB nº 1/2009, assegurando-se o que determina o artigo 85 da Lei nº 9.394/96, que diz que qualquer cidadão habilitado com a titulação própria poderá exigir a abertura de concurso público de provas e títulos para cargo de docente de instituição pública de ensino que estiver sendo ocupado por professor não concursado, por mais de seis anos..." (Parecer CNE nº 09, de 02 de abril de 2009, Projeto de Resolução)

"18.1) estruturar as redes públicas de educação básica de modo que, até o início do terceiro ano de vigência deste PNE, 90% (noventa por cento), no mínimo, dos respectivos profissionais do magistério e 50% (cinquenta por cento), no mínimo, dos respectivos profissionais da educação não docentes sejam ocupantes de cargos de provimento efetivo e estejam em exercício nas redes escolares a que se encontrem vinculados." (PNE – META 18, Estratégia 18.1, 2014)



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 48.664.304/0001-80

Cumpre-se esclarecer as situações que concorreram para a contratação de professores temporários, mecanismo esse que se apresenta como única alternativa, no caso dos cargos vagos existentes ou em substituição, tanto na Educação Infantil quanto no Ensino Fundamental, oriundos tanto de aposentadorias e exonerações ou quando na abertura de novas turmas para atendimento da demanda, principalmente na Educação Infantil, que ocorrem durante o ano letivo, e a não existência de concurso público vigente.

Talsituação terminou por ser mais agravada pelo fato da declaração de situação de emergência sanitária (pandemia da COVID19), no mês de março de 2020, a qual perdura até o momento, inviabilizando até então a abertura do Concurso Público para provimento desses cargos "vagos", o qual estava sendo organizado. Agora, com a estabilização da situação sanitária, fora publicado Edital para contratação de empresa especializada para realização do mesmo (D.O.M., Edição nº 713, de 15 de setembro de 2021, pág. 3), com previsão de ocorrer até o final deste ano, possibilitando a contratação de Professores para provimento efetivo das vagas existentes, diminuindo substancialmente o número de contratações temporárias desses profissionais.

Com a realização do citado Concurso Público para admissão dos professores aprovados para ocupar os cargos vagos existentes, a princípio, 8 (oito) cargos para PEB I – Creche, 3 cargos para PEB II - Português, 4 cargos para PEB II – Geografia, 1 cargo para PEB II – História, 2 cargos para PEB II – Matemática, 1 cargo para PEB II Educação Física, outros que porventura venham à vacância até a realização do respectivo Concurso e o ingresso, o número de contratações temporárias diminuirá, pois serão 19 cargos disponibilizados, para os quais demandou mais professores contratados que esse quantitativo, haja vista, que alguns dos classificados no Processo Seletivo, acumulavam cargos, o que inviabilizou a atribuição de toda carga horária (cargo) ao mesmo candidato,



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 48.664.304/0001-80

obrigando-nos a atribuir o saldo de aulas de forma fracionada, respeitando a classificação dos participantes.

Podemos analisar, também, que 14 professores contratados auxiliaram alunos autistas matriculados na rede, 13 professores ministraram aulas de atividades complementares (projetos) não absorvidas por professores titulares e que não compõem cargo e 30 professores atuaram como substitutos dos professores titulares afastados por diversas situações, portanto, dos 79 contratos abertos, 57 contratos destinam-se exclusivamente para cargas horárias temporárias, ou seja, não compõem "cargos livres" para ingresso.

No quadro abaixo, reapresentamos o panorama geral dos contratados, assim como a situação que culminou com a contratação desses professores temporários, por meio de Processo Seletivo específico:

RELAÇÃO GERAL DE CONTRATOS - PROCESSO SELETIVO Nº 03/2019					
ORD	DATA DO CONTRATO	NOME DO CONTRATADO	CARGO	COMPONENTE CURRICULAR	OBSERVAÇÕES
1	12/03/2020	ADRIANO DA ROCHA GODINHO	PEB II	EDUCAÇÃO ARTÍSTICA	AULAS LIVRES, DISPONIBILIZADAS APÓS DESDOBRAMENTO DE SALA PARA ATENDIMENTO DA DEMANDA DA EJA FUNDAMENTAL - ANOS INICIAIS
2	19/02/2020	ANA CAROLINA MOÇOTURA	PEB II	PORTUGUÊS	AULAS LIVRES EM DECORRÊNCIA DA EXONERAÇÃO DA PROF. CARLA C. M. ARTILHEIRO / CARGA HORÁRIA PARCIAL



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 48.964.304/0001-80

					EM SUBSTITUIÇÃO À PROF. ^a MARA DO CARMO P. T. DE LIMA, AFASTADA COMO VICE-DIRETORA DE EMEB)
3	20/02/2020	ANDREA CRISTIANE SOARES ALBALDO	PEB I		CLASSE LIVRE
4	13/02/2020	CARMEN SILVIA TASCIOTTI RODRIGUES	PEB I		CLASSE LIVRE DISPONIBILIZADA APÓS DESDOBRAMENTO DE TURMA PARA ATENDIMENTO DA DEMANDA DA EJA - FUNDAMENTAL - ANOS INICIAIS
5	18/05/2020	DANIELA CRUZATO	PEB II	MATEMÁTICA	AULAS LIVRES EM DECORRÊNCIA DA RESCISÃO DO PROF. LEANDRO APARECIDO NOGUEIRA.
6	12/03/2020	ELIANA CORREA BONFIM	PEB I		AULAS LIVRES EM FUNÇÃO DE DESDOBRAMENTO DE SALA NA EMEB PROF. ^a ANDREA GODOI WIK DELFINO.
7	18/05/2020	EMERSON BENDITO FERREIRA	PEB II	HISTÓRIA	AULAS LIVRES DISPONIBILIZADAS APÓS A CESSAÇÃO DO EXERCÍCIO DE FUNÇÃO PÚBLICA DA PROFESSORA MUNICIPALIZADA MARCIA CRISTINA SULINO BALDAN



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 48.684.304/0001-80

8	18/05/2020	FLÁVIA CAROLINA AMORIM	PEB II	MATEMÁTICA	AULAS LIVRES DECORRENTES DA CESSAÇÃO DO EXERCÍCIO DE FUNÇÃO PÚBLICA DO PROFESSOR MUNICIPALIZADO CLAUDIO DE ALMEIDA.
9	18/02/2020	JOÃO PAULO MARTINS DA SILVA	PEB II	GEOGRAFIA	AULAS LIVRES AGUARDANDO REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO.
10	17/02/2020	JOSÉ ALVES FERREIRA	PEB II	GEOGRAFIA	AULAS LIVRES AGUARDANDO REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO.
11	13/03/2020	JUSSARA DE SENA ARAUJO	PEB I		AULAS LIVRES EM DECORRÊNCIA DA EXONERAÇÃO DE CARGO DA TITULAR DE CARGO: ANITA M. AP. DE ALMEIDA.
12	16/03/2020	KELLY KARINA DE JESUS CARVALHO AMARAL	PEB I		CLASSE LIVRE DISPONIBILIZADA APÓS APOSENTADORIA DA TITULAR DE CARGO - INAH LAZARO MONTEFUSCO MANNA - PROFESSORA AFASTADA PELO CONVÊNIO DA MUNICIPALIZAÇÃO.
13	10/03/2020	LAIS PATRÍCIA FERREIRA DA SILVA	PEB I - CRECHE		CLASSE LIVRE



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 48.664.304/0001-80

14	18/02/2020	LEANDRO APARECIDO NOGUEIRA	PEB II	MATEMÁTICA	AULAS LIVRES EM DECORRÊNCIA DA CESSAÇÃO DO AFASTAMENTO PELA MUNICIPALIZAÇÃO DA PROF.ª MARIA VÂNIA O. TESSARO CHIQUITO, AGUARDANDO REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO/ AULAS DE PROJETO (EXP. MATEMÁTICAS) - DECLÍNIO EM 13/03/2020 PARA INGRESSO EM CARGO EFETIVO NO MUNICÍPIO DE MOTUCA.
15	19/02/2020	LEANDRO DE OLIVEIRA MAGALHÃES	PEB II	GEOGRAFIA	AULAS LIVRES, AGUARDANDO REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO.
16	09/03/2020	LUARA MARIA GENTIL PETRASSI	PEB I		AULAS LIVRES
17	02/03/2020	MARCIA CRISTINA DE SÁ	PEB II	GEOGRAFIA	AULAS LIVRES, AGUARDANDO REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO.
18	20/02/2020	MARIA CRISTINA DE MATTOS	PEB II	GEOGRAFIA	AULAS LIVRES, AGUARDANDO REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO.
19	18/02/2020	MARLI REGINA DE SOUSA	PEB I		CLASSE LIVRE
20	18/02/2020	NAIARA CRISTINA DOMINGUES	PEB I		CLASSE PROJETADA LIVRE PARA



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 48.864.304/0001-80

					ATENDIMENTO DA DEMANDA DA 1ª ETAPA - IDADE OBRIGATÓRIA
21	18/02/2020	RENATA CAMPOS YAOITA	PEB I		CLASSE LIVRE
22	20/02/2020	RENATA LOPES DE SALES FREDIANI	PEB I		CLASSE LIVRE DISPONIBILIZADA APÓS DESDOBRAMENTO DE TURMA
23	19/02/2020	SEBASTIÃO GOMES DA SILVA	PEB II	GEOGRA FIA	AULAS LIVRES, AGUARDANDO REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO.
24	19/02/2020	TIAGO LUIS PINTO FERREIRA	PEB II	GEOGRA FIA	AULAS LIVRES, AGUARDANDO REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO.
25	19/02/2020	ADRIANA PEREIRA	PEB II	PORTUG UÊS	EM SUBSTITUIÇÃO À PROF.ª YEDA C. PETRASSI
26	14/02/2020	ALINI CRISTINA PISSOLOTO RAMOS	PEB II	MATEMÁ TICA	CARGA HORÁRIA PARCIAL EM SUBSTITUIÇÃO À PROF.ª ELIANA AP. SOARES, AFASTADA COMO ATP DE MATEMÁTICA
27	14/02/2020	ATILA SOUZA OLIVEIRA BONFIM	PEB II	CIÊNCIA S	CARGA HORÁRIA PARCIAL EM SUBSTITUIÇÃO AO PROF. SAMUEL GUSTAVO ORTOLANI, AFASTADO COMO ATP DE CIÊNCIAS JUNTO AO CENTRO DO PROFESSOR/AULAS LIVRES INSUFICIENTES PARA COMPOR CARGO



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 46.864.304/0001-80

					EFETIVO (EJA - TERMO FINAL)
28	14/02/2020	CARLA CINTIA ALVES	PEB I		EM SUBSTITUIÇÃO À PROF.ª SONIA C. PEIXOTO, AFASTADA COMO VICE DIRETORA DE EMEB.
29	18/02/2020	ELAINE CRISTINA RODRIGUES DA SILVA SANTOS	PEB I		EM SUBSTITUIÇÃO À PROF.ª RENATA AP. RODRIGUES MAURÍCIO, AFASTADA COMO ATP DE ENSINO FUNDAMENTAL JUNTO AO CENTRO DO PROFESSOR.
30	02/03/2020	ELAINE PRISCILA TRINDADE	PEB II	INGLÊS	CARGA HORÁRIA PARCIAL - AULAS LIVRES INSUFICIENTES PARA COMPOSIÇÃO DE CARGO EFETIVO DECORRENTES DA EXONERAÇÃO DO PROF. ANDRÉ LUÍS R. BONELLI
31	01/06/2020	EWERTON SATURNINO VIEIRA	PEB I		EM SUBSTITUIÇÃO À PROF.ª RAQUEL FERNANDA SANTOS SILVA (LICENÇA MATERNIDADE)
32	18/05/2020	GISELE APARECIDA ROCHA DE OLIVEIRA	PEB I		EM SUBSTITUIÇÃO À PROF.ª ANA CLAUDIA MOREIRA FÁVERO, REALOCADA DE FUNÇÃO NA EMEB GINO BELLOD
33	21/02/2020	GISLENI APARECIDA MOREIRA DE SOUZA	PEB II	PORTUGUÊS	CARGA HORÁRIA PARCIAL EM SUBSTITUIÇÃO À PROF.ª MARA DO CARMO



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 48.684.304/0001-80

		RODRIGUES			P. T. DE LIMA , AFASTADA COMO VICE-DIRETORA DE EMEB)/ AULAS LIVRES (PROJETOS: LPT)
34	14/02/20 20	ISADORA BRILL BIFFI	PEB II	HISTÓRI A	CARGA HORÁRIA PARCIAL EM SUBSTITUIÇÃO À PROF.ª MARIA MÁRCIA BERNARDES, AFASTADA COMO ATP DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA JUNTO AO CENTRO DO PROFESSOR.
35	11/03/20 20	IVANETE SOARES MACHADO	PEB I		EM SUBSTITUIÇÃO À PROF.ª ROSEMEIRE GUMIERI, AFASTADA COMO DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE GESTÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE GUARIBA.
36	09/03/20 20	LIGIA CHRISTINA CORREIA	PEB II	PORTUG UÊS	CARGA HORÁRIA PARCIAL EM SUBSTITUIÇÃO À PROF.ª MARA DO CARMO PACÍFICO THEODORO DE LIMA - 2º Cargo/ CARGA HORÁRIA PARCIAL (LPT) EM SUBSTITUIÇÃO À PROF.ª ELIANA A. M. LAPERA (ATP DE LÍNGUA PORTUGUESA), AULAS LIVRES (LPT) / OBS: DECLÍNIO EM 11/03/2020
37	19/02/20 20	LIGIA GOUVEIA DOS SANTOS	PEB I		EM SUBSTITUIÇÃO À PROF.ª ELIANA AP. MOURA LAPERA



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 48.064.304/0001-60

38	02/03/2020	LUCIVANDRO APARECIDO DE SANTANA	PEB II	EDUCAÇÃO FÍSICA	CARGA HORÁRIA PARCIAL EM SUBSTITUIÇÃO À PROF.ª LUCIA HELENA BALDAN DE MATTOS (LICENÇA SAÚDE POR TEMPO INDETERMINADO).
39	18/02/2020	MARCIA GOMES EUGÊNIO	PEB I		EM SUBSTITUIÇÃO À PROF.ª ADELE MARA VERDE CORRADINI, AFASTADA COMO COORDENADORA DO PROGRAMA MAIS ALFABETIZAÇÃO - PMALFA
40	19/02/2020	MARIA SUELI DOS SANTOS DE PAULA	PEB II	PORTUGUÊS	CARGA HORÁRIA PARCIAL EM SUBSTITUIÇÃO ÀS PROFESSORAS: ANA LUCIA S. PENTEADO - APOSENTADORIA POR INVALIDEZ; EM SUBSTITUIÇÃO À PROF.ª YEDA C. CHRISTÓFORO (AFASTADA COMO VICE-DIRETORA DE EMEB) E ELIANA A. MLAPERA (ATP DE LÍNGUA PORTUGUESA), AULAS LIVRES (LPT)
41	18/02/2020	MELISSA DELLACORTE BARBOZA	PEB I - CRECHE		CLASSE EM SUBSTITUIÇÃO À PROF.ª IZILDA BUENO BARRIOS CAMPANHÃO, AFASTADA COMO ATP DE EDUCAÇÃO INFANTIL JUNTO AO CENTRO DO PROFESSOR E ATIVIDADE COMPLEMENTAR.



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 48.864.304/0001-80

42	18/02/2020	MICHELLE PINTO DE FREITAS LOPES	PEB I		EM SUBSTITUIÇÃO À PROF.ª CLAUDIA MISTO LARA, REALOCADA DE FUNÇÃO JUNTO À EMEB PADRE ADELINO DE CARLI.
43	09/03/2020	PATRICIA BIANCA DOS SANTOS VITAL	PEB I		EM SUBSTITUIÇÃO À PROF.ª ROSA MARIA ATIQUE, AFASTADA PARA EXERCER CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE SUPERVISORA DE ATIVIDADES CULTURAIS.
44	16/03/2020	PAULA FIGUEIREDO PRIMO	PEB II	EDUCAÇÃO FÍSICA	CARGA HORÁRIA PARCIAL EM SUBSTITUIÇÃO ÀS PROFESSORAS SAMIRA M. PETRAZZO ROMANO (ATP DE EDUCAÇÃO FÍSICA), PATRÍCIA M. BRAVO (REALOCADA DE FUNÇÃO) E AULAS LIVRES INSUFICIENTES PARA COMPOR CARGO EFETIVO.
45	19/02/2020	REGIANE GOMES PEREIRA	PEB II	EDUCAÇÃO FÍSICA	CARGA HORÁRIA PARCIAL EM SUBSTITUIÇÃO ÀS PROFESSORAS SAMIRA M. PETRAZZO ROMANO (ATP DE EDUCAÇÃO FÍSICA), PATRÍCIA M. BRAVO (REALOCADA DE FUNÇÃO), LINDALVA SANTANA (VICE DIRETORA) E LUCIA HELENA B. DE MATTOS (LICENÇA SAÚDE POR



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 48.664.304/0001-80

					TEMPO INDETERMINADO).
46	18/05/2020	RENATA APARECIDA LAMPARELLI	PEB II	PORTUGUÊS	EM VIRTUDE DO DECLÍNIO DA PROF.ª LIGIA CHRISTINA CORREIA/ CARGA HORÁRIA PARCIAL EM SUBSTITUIÇÃO À PROF.ª MARA DO CARMO PACÍFICO THEODORO DE LIMA - 2º Cargo/ CARGA HORÁRIA PARCIAL (LPT) EM SUBSTITUIÇÃO À PROF.ª ELIANA A. M. LAPERA (ATP DE LÍNGUA PORTUGUESA), AULAS LIVRES (LPT) / OBS: DECLÍNIO EM 11/03/2020
47	18/02/2020	RENATA CAMPOS YACITA	PEB I - CRECHE		CLASSE EM SUBSTITUIÇÃO À PROF.ª NILSA DA ROCHA BALDAIA (LICENÇA MATERNIDADE)
48	09/03/2020	SABRINA KELLY DO NASCIMENTO CALAZANS DOS SANTOS	PEB I		EM SUBSTITUIÇÃO À PROF.ª JOCELENA FERNANDES RORATO, AFASTADA COMO SUPERVISORA DE ENSINO SUPERIOR JUNTO AO POLO DA UNIVESP.
49	19/02/2020	THAIS ROCCA ROCHA	PEB II	HISTÓRIA	CARGA HORÁRIA PARCIAL EM SUBSTITUIÇÃO À PROF.ª SORAIA MARIA MAZZI, AFASTADA COMO DIRETORA DE EMEB DESIGNADA/ 03 AULAS



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 48.664.304/0001-80

					LIVRES
50	18/02/2020	VAGNER RODRIGUES DO LINO	PEB II	EDUCAÇÃO FÍSICA	CARGA HORÁRIA PARCIAL EM SUBSTITUIÇÃO ÀS PROFESSORAS PATRÍCIA M. BRAVO (REALOCADA DE FUNÇÃO), LUCIA HELENA B. DE MATTOS (LICENÇA SAÚDE POR TEMPO INDETERMINADO). E AULAS LIVRES INSUFICIENTES PARA COMPOR CARGO EFETIVO.
51	14/02/2020	VALERIA CRISTINA NASCIMENTO	PEB II	INGLÊS	EM SUBSTITUIÇÃO À PROF.ª LUCIA HELENA PIERETTI, AFASTADA JUNTO AO CENTRO CULTURAL GERCINO GRIECO/ AULAS LIVRES - EJA E DECORRENTES DA EXONERAÇÃO DO PROF. ANDRÉ LUIS R. BONELLI
52	19/02/2020	VALERIA SALAS	PEB I		EM SUBSTITUIÇÃO À PROF.ª ROSELI BICCIO ANDREAZZI, AFASTADA COMO VICE DIRETORA DE EMEB.
53	19/02/2020	VINICIUS TADEU VIEIRA CAMPELO DOS SANTOS	PEB II	HISTÓRIA	CARGA HORÁRIA PARCIAL EM SUBSTITUIÇÃO À PROF.ª SORAIA MARIA MAZZI, AFASTADA COMO DIRETORA DE EMEB DESIGNADA



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 45.664.304/0001-80

54	19/02/2020	WANDA HELENA SILVA	PEB II	PORTUGUÊS	CARGA HORÁRIA PARCIAL EM SUBSTITUIÇÃO À PROF.ª ELIANA AP. MOURA LAPERA, AFASTADA COMO ATP DE LÍNGUA PORTUGUESA
55	18/02/2020	BRENO LINDOLPHO ALVES	PEB I - CRECHE		ATIVIDADE COMPLEMENTAR
56	19/02/2020	ELAINE PRISCILA TRINDADE	PEB II	PORTUGUÊS	AULAS LIVRES (PROJETOS: LPT) / CARGA HORÁRIA PARCIAL
57	18/02/2020	FERNANDA MIRANDA TEODORO	PEB I		ATIVIDADE COMPLEMENTAR / DECLÍNIO DAS AULAS PARA AMPLIAÇÃO DE CARGA HORÁRIA EM SUBSTITUIÇÃO À PROF.ª SILVANA FRANCO DA SILVA BAGLIOTTI, AFASTADA COMO ATP DE ENSINO FUNDAMENTAL JUNTO AO CENTRO DO PROFESSOR.
58	09/03/2020	MARCIA MENEZES MENDES	PEB I - CRECHE		ATIVIDADE COMPLEMENTAR/ DECLINOU DAS AULAS ATRIBUÍDAS PARA ASSUMIR A CLASSE MULTISSERIADA A - EMEB AMARAL VAZ MELONE EM SUBSTITUIÇÃO À PROF.ª RAQUEL FERNANDA SANTOS SILVA.



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 48.684.304/0001-80

59	19/02/2020	MARCIA ROCHA DA CRUZ MESQUITA	PEB I - CRECHE		ATIVIDADE COMPLEMENTAR
60	09/03/2020	MIRYAM ATIQUE SAWAZAKI	PEB I		ATIVIDADE COMPLEMENTAR
61	16/03/2020	REGINA APARECIDA DOS SANTOS PEREIRA	PEB I		ATIVIDADE COMPLEMENTAR
62	18/02/2020	ROSIMEIRE FERREIRA SOARES DOS SANTOS	PEB I - CRECHE		ATIVIDADE COMPLEMENTAR/ DECLINO EM 13/02/2020
63	18/02/2020	SARA AMADEU DA SILVA	PEB II	PORTUGUÊS	CARGA HORÁRIA PARCIAL: AULAS LIVRES (PROJETO: LPT)
64	18/02/2020	TATIANA MARIA LUDOVINO	PEB I - CRECHE		ATIVIDADE COMPLEMENTAR
65	18/02/2020	VITORIA GUIRALDELLI GOMES FERREIRA	PEB I - CRECHE		ATIVIDADE COMPLEMENTAR/CLASSE LIVRE DISPONIBILIZADA APÓS DESDOBRAMENTO DE TURMA.
66	17/02/2020	ADRIANA CORASSA ALBANEZ GOUVEA	PEB I	APOIO PEDAGÓGICO	TGD/TEA: ACOMPANHAMENTO DE ALUNO COM NECESSIDADE ESPECIAL - AUTISTA INFANTIL
67	17/02/2020	ALESSANDRO DE SOUZA	PEB I	APOIO PEDAGÓGICO	TGD/TEA: ACOMPANHAMENTO DE ALUNO COM NECESSIDADE ESPECIAL - AUTISTA INFANTIL



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 48.664.304/0001-80

68	11/03/2020	GIULIANA CRISTINA SONEGO ANTONIO	PEB I	APOIO PEDAGÓGICO	TGD/TEA: ACOMPANHAMENTO DE ALUNO COM NECESSIDADE ESPECIAL - AUTISTA INFANTIL
69	19/02/2020	HELAINÉ MARILIA BARROSO SANTOS	PEB I	APOIO PEDAGÓGICO	TGD/TEA: ACOMPANHAMENTO DE ALUNO COM NECESSIDADE ESPECIAL - AUTISTA INFANTIL
70	18/02/2020	IZABELLA MARIA MAZI	PEB I	APOIO PEDAGÓGICO	TGD/TEA: ACOMPANHAMENTO DE ALUNO COM NECESSIDADE ESPECIAL - AUTISTA INFANTIL
71	18/02/2020	JOSIANI LAURIE DA SILVA	PEB I	APOIO PEDAGÓGICO	TGD/TEA: ACOMPANHAMENTO DE ALUNO COM NECESSIDADE ESPECIAL - AUTISTA INFANTIL
72	13/02/2020	KELLY KARINA DE JESUS CARVALHO AMARAL	PEB I	APOIO PEDAGÓGICO	TGD/TEA: ACOMPANHAMENTO DE ALUNO COM NECESSIDADE ESPECIAL - AUTISTA INFANTIL
73	19/02/2020	LUZIA ALVES DE TOLEDO FERREIRA	PEB I	APOIO PEDAGÓGICO	TGD/TEA: ACOMPANHAMENTO DE ALUNO COM NECESSIDADE ESPECIAL - AUTISTA INFANTIL
74	18/02/2020	MARIA ESTELA DO NASCIMENTO	PEB I	APOIO PEDAGÓGICO	TGD/TEA: ACOMPANHAMENTO DE ALUNO COM NECESSIDADE ESPECIAL -



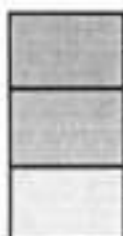
Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 48.564.304/0001-90

					AUTISTA INFANTIL
75	20/02/2020	NADIA MARIA POLITI FERNANDES DA SILVA	PEB I	APOIO PEDAGÓGICO	TGD/TEA: ACOMPANHAMENTO DE ALUNO COM NECESSIDADE ESPECIAL - AUTISTA INFANTIL
76	09/03/2020	NIVEA DUARTE DE GOUVEIA	PEB II	EDUCAÇÃO ESPECIAL	TGD/TEA: ACOMPANHAMENTO DE ALUNO COM NECESSIDADE ESPECIAL - AUTISTA INFANTIL
77	18/02/2020	SUZANA ELIZABETE ALVES TOMAZELI	PEB I	APOIO PEDAGÓGICO	TGD/TEA: ACOMPANHAMENTO DE ALUNO COM NECESSIDADE ESPECIAL - AUTISTA INFANTIL
78	09/03/2020	TAIZ APARECIDA BOVOLON SOUSA	PEB II	EDUCAÇÃO ESPECIAL	TGD/TEA: ACOMPANHAMENTO DE ALUNO COM NECESSIDADE ESPECIAL - AUTISTA INFANTIL
79	18/02/2020	TATIANE APARECIDA DA SILVA MATOS	PEB I	APOIO PEDAGÓGICO	TGD/TEA: ACOMPANHAMENTO DE ALUNO COM NECESSIDADE ESPECIAL - AUTISTA INFANTIL

LEGE
NDA



CARGO LIVRE - PARA CONCURSO

AULAS EM SUBSTITUIÇÃO (TITULAR DE CARGO AFASTADO)

CARGA HORÁRIA - ATENDIMENTO ALUNOS AUTISTAS (TEMPORÁRIO)



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 48.664.304/0001-80



CARGA HORÁRIA QUE NÃO COMPÕE CARGO (PROJETO/COMPLEMENTAR)

A Prefeitura Municipal informou que um (01) estabelecimento de Pré-Escola não possui Pátio Infantil, contrariando o recomendado pelo Conselho Nacional de Educação - CNE (letra "c").

A Rede Municipal de Ensino, com vistas a atender a demanda das diferentes comunidades/localidades, procurando evitar grandes deslocamentos dos alunos/responsáveis e atendendo seus pedidos, foi necessária a abertura de vagas para a 2ª Etapa da Pré-Escola (parcial) em uma (1) unidade escolar que atende, prioritariamente, os Anos Iniciais do Ensino Fundamental, escola essa que possui amplas áreas livres gramadas e com calçamento, além de pátio coberto, quadra poliesportiva coberta e piscina. As atividades de recreação assim como de Educação Física ocorrem nesses diversos espaços. Os equipamentos/brinquedos necessários para o desenvolvimento dessas atividades permanecem em ambiente exclusivo de acesso apenas aos alunos matriculados e professores dessa etapa (Educação Infantil).

Diante dessa excepcionalidade, se confirmada a necessidade de continuidade da oferta de vagas para essa etapa (Educação Infantil), para o ano letivo de 2022, o que até o presente momento não existe demanda, com a aquisição de novos playgrounds para a unidades de atendimento exclusivo da Educação Infantil da rede municipal, iremos contemplar essa escola, criando um espaço exclusivo para esses alunos, haja vista que a área onde a escola está inserida permite.

Em anexo algumas imagens dos espaços existentes na respectiva unidade escolar.

60



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 48.664.304/0001-80



Assinatura

CÓPIA DE DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: CAROLINA RANGEL SEGUNINI, Sistema e-TCESP. Para obter informações sobre assinatura e/ou ver o arquivo original acesse <http://e-processo.tce.sp.gov.br> - link "Validar documento digital" e informe o código do documento: 3-GNE4-AJ3W-6LD8-9NIA



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 48.864.304/0001-80



Menos de 50% dos estabelecimentos (2 de 8) para os Anos Iniciais possuem turmas em tempo integral (letra "d");

Com referência ao apontamento, o município consultou as comunidades de duas unidades escolares, as quais poderiam, em hipótese, devido à ocupação de seus prédios (demanda), ter a ampliação da jornada diária de aulas (tempo integral), quando a maioria dos responsáveis pelos alunos manifestou-se contrária a essa propositura.

Em consideração ao posicionamento da comunidade, o município optou por oferecer Atividades Complementares, no contraturno, aos alunos que manifestaram interesse, sendo que foram abertas turmas de ACD, em 2 (duas) unidades escolas de Ensino Fundamental – Anos Iniciais, com vistas a estimular a participação dos alunos em atividades, ampliando seu horário de permanência na escola, despertando seu interesse em participar do programa Escola/Ensino em tempo integral.

Neste ano atípico, em virtude da pandemia, não foi possível a oferta de outras atividades complementares no contraturno, após o início do ano letivo, com matrícula optativa, a exemplo do ocorrido em anos anteriores (atividades referentes aos programas maisEducação, Mais Alfabetização – MEC, outros), pela suspensão das



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 48.664.304/0001-80

atividades presenciais. Entretanto, como será oferecida carga horária "extra" aos alunos no próximo ano letivo, como oportunidade para ampliação do "tempo para aprendizagem", com possibilidade de matrícula em outros componentes curriculares (parte diversificada), cujas atividades serão realizadas no contra turno, com vistas à minimizar os impactos na aprendizagem em virtude do período de interrupção das atividades presenciais.

Assim, pretende-se que as comunidades e alunos participem e haja grande adesão, pois as condições para isso se farão presentes, no momento em que a permanência por um período maior dos alunos nas escolas, participando dessas atividades complementares (ampliação das cargas horárias diárias), servirão de estímulo aos alunos, despertando-lhes o interesse em participar da implementação definitiva do Programa – Escola/Aluno/Ensino em tempo integral.

Nove dos dezesseis estabelecimentos de ensino da rede pública municipal ainda não possuem Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros – AVCB ou Certificado de Licença do Corpo de Bombeiros - CLCB (letra "e");

Sobre o assunto em pauta tem-se a informar os estabelecimentos de ensino da Rede Municipal que possuem AVCB – Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros. São eles:

Edificação	AVCB	Validade
EMEB PROF. ^a MARIA DA PENHA FRATTI	481267	25/09/2023
MARIA HELENA MARTINEZ	481266	25/09/2023
EMEB PROF. ^a LUCIMAR SANTOS CUNHA DE OLIVEIRA	527048	05/08/2024



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 48.664.304/0001-80

EMEB PROF.ª MARIA DOLORES GOMES PERES GARAVELLO	400426	19/02/2022
EMEB SARGENTO EDGARD PONTIERI	399994	15/03/2022
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO (EMEB PROF.ª ANNA MARIA SANCHES ROCCA)	405492	22/04/2022
EMEB PROF. HAMILTON PERRONE	458162	12/03/2023
EMEB PREFEITO PAULO MANGOLINI	457788	12/03/2023
6.EMEB AMARAL VAZ MELONI	468229	25/06/2023
EMEB FRANCISCO ANTONIO LOUZADA	475638	12/08/2023

No quadro abaixo é transcrito o estágio em que se encontra cada um dos processos com vistas à obtenção dos AVCBs dos prédios escolares da rede municipal de ensino:

Edificação	Nº PROJETO TÉCNICO	SITUAÇÃO DO PROJETO
EMEB PROF. LUIZ GARAVELLO	171784/3518602/2017	Em processo de verificação
EMEB PROF.ª IZABEL SADALLA GRISPINO	095281/3518602/2020	Em processo de verificação
EMEB PROF.ª MARIA CECÍLIA PACÍFICO DE FARIA	198209/3518602/2017	Em processo de verificação
EMEB PROF.ª MARIANA NAGATA CHENES	171763/3518602/2017	Em processo de verificação
EMEB PROF.ª MARLENE RIOTTO LOUZADA	158794/3518602/2018	Em processo/obras de adequação sendo executadas
EMEB PROF. ALFREDO ROLIM DE MOURA	171528/3518602/2017	Projeto aprovado, aguardando abertura de processo licitatório



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 48.664.304/0001-80

EMEB PROF. BARROS	198250/3518602/2017	Projeto aprovado, aguardando abertura de processo licitatório
EMEB PROF. ^a ANDRÉA GODOI WIK DELFINO	172019/3518602/2017	Projeto aprovado, aguardando abertura de processo licitatório
EMEB PROF. ^a VILMA RAGAZZI ROPA	158806/3518602/2018	Projeto aprovado, aguardando abertura de processo licitatório
EMEB DR. RAUL BAUAB	172093/3518602/2017	Projeto em análise para aprovação do CB e futura licitação
EMEB GINO BELLODI	.	Projeto em estudos/elaboração pelo DST
EMEB PADRE ADELINO DE CARLI	.	Projeto em estudos/elaboração pelo DST

A propósito, a origem tem adotadas as medidas necessárias para elaboração dos projetos técnicos, programadas as intervenções/adequações, em parceria com a Secretaria de Obras e Infraestrutura e o Departamento de Segurança no Trabalho, para obtenção dos respectivos AVCBs. As unidades escolares que ainda não possuem os AVCBs encontram-se em diferentes estágios, conforme informado no quadro acima, sendo que quatro desses já estão em fase de licitação para execução das obras de adequações.

Seguem cópias dos AVCBs vigentes:



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 48.664.304/0001-80

EMEB PROF.ª MARIA DA PENHA FRATTI



POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO

CORPO DE BOMBEIROS

AUTO DE VISTORIA DO CORPO DE BOMBEIROS

AVCB Nº 481267



O CORPO DE BOMBEIROS EXPEDE O PRESENTE AUTO DE VISTORIA, POR MEIO DO SISTEMA ELETRÔNICO VIA FÁCIL BOMBEIROS, PARA A EDIFICAÇÃO DO ÁREA DE RISCO ABaixo, NOS TERMOS DO REGULAMENTO DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO DO ESTADO DE SÃO PAULO.

Projeto Nº 171776/358802/2017

Endereço: RUA: DOS GRISCO

Complemento:

Município: GUARIBA

Ocupação: ESCOLA (E-1)

Proprietário: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

Responsável pelo uso: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

Responsável Técnico: MATHEUS PRADO CURTI

CREA/CAU: 5070032324

Área Total (m²): 1997,86

Validade: 25/09/2023

Vistoriador: SUBTEN PM LEANDRO CECIL FERREIRA LESTE

Homologação: TEN CEL PM JOAO HENRIQUE COSTE

OBSERVAÇÕES: PARA MELHOR CONTROLE DA SAÚDE PÚBLICA, RECOMENDA-SE OBSERVAR O CONTIDO NO DECRETO Nº. 64.862, DE 13 DE MARÇO DE 2020 E DECRETO 64.864, DE 16 DE MARÇO DE 2020.

Nº: 151

NOTAS: 1) O AVCB deve ser afixado na entrada principal da edificação, em local visível ao público. 2) Compete ao proprietário ou responsável pelo uso da edificação a responsabilidade de renovar o AVCB e de manter as medidas de segurança contra incêndio em condições de utilização, providenciando a sua adequada manutenção, sob pena de cessação do AVCB, independente das responsabilidades cíveis e criminais.

Guariba, 28 de Setembro de 2020



Documento emitido eletronicamente pelo Sistema Via Fácil Bombeiros. Para verificar sua autenticidade acesse a página do Corpo de Bombeiros www.corpodebombeiros.sp.gov.br, ou utilize o aplicativo para dispositivos móveis "Bombeiros SP".



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 48.664.304/0001-80

EMEB PROF.ª MARIA HELENA MARTINEZ



POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO

CORPO DE BOMBEIROS

AUTO DE VISTORIA DO CORPO DE BOMBEIROS

AVCB Nº 481266



O CORPO DE BOMBEIROS EMITE O PRESENTE AUTO DE VISTORIA, POR MEIO DO SISTEMA ELETRÔNICO VIA FÁCIL BOMBEIROS, PARA A EDIFICAÇÃO OU ÁREA DE RISCO ANEXO, NOS TERMOS DO REGULAMENTO DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO DO ESTADO DE SÃO PAULO.

Projeto Nº 172125/3518602/2017

Endereço: RUA: GUIDO GARAVELLO

Complemento:

Município: GUARIBA

Ocupação: ESCOLA (E-1)

Proprietário: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

Responsável pelo Uso: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

Responsável Técnico: MATHEUS PRADO CURTI

CREA/CAU: 5070032324

Área Total (m²): 2572,00

Validade: 25/09/2023

Vistoriador: SUBTEN PM LEANDRO CEZAR FERREIRA LITE

Homologação: TEN CEL PM JORGE HENRIQUE COSTE

OBSERVAÇÕES: PARA MELHOR CONTROLE DA SAÚDE PÚBLICA, RECOMENDA-SE OBSERVAR O CONTEÚDO DO DECRETO Nº. 64.862, E 13 DE MARÇO DE 2020 E DECRETO 64.864, DE 16 DE MARÇO DE 2020.

Nome: CHALLI

Nº: 184

ART/RRT: 28027230200941587

Área Aprovada (m²): 2572,00

NOTAS: 1) O AVCB deve ser afixado na entrada principal da edificação, em local visível ao público. 2) Compete ao proprietário ou responsável pelo uso da edificação a responsabilidade de renovar o AVCB e de manter as medidas de segurança contra incêndio em condições de utilização, providenciando a sua adequada manutenção, sob pena de cassação do AVCB, independente das responsabilidades cíveis e criminais.

Guariba, 28 de Setembro de 2020



Documento emitido eletronicamente pelo Sistema Via Fácil Bombeiros. Para verificar sua autenticidade acesse a página do Corpo de Bombeiros www.corpodebombeiros.sp.gov.br, ou utilize o aplicativo para dispositivos móveis "Bombeiros SP".



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 48.664.304/0001-80

EMEB PROF.ª LUCIMAR SANTOS CUNHA DE OLIVEIRA



POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO

CORPO DE BOMBEIROS

AUTO DE VISTORIA DO CORPO DE BOMBEIROS

AVCB Nº 527048



O CORPO DE BOMBEIROS EXPEDIR O PRESENTE AUTO DE VISTORIA, POR MEIO DO SISTEMA ELETRÔNICO VIA FÁCIL BOMBEIROS, PARA A EDIFICAÇÃO OU ÁREA DE RISCO ABAIXO, NOS TERMOS DO REGULAMENTO DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO DO ESTADO DE SÃO PAULO.

Projeto Nº 133906/35 18602/2021

Endereço: AVENIDA LAUS SADALLA

Complemento: EMEB PROFª LUCIMAR SANTOS CUNHA DE OLIVEIRA

Município: GUARIBA

Ocupação: CRECHE - ES

Proprietário: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

Responsável pelo Uso: ADMIANA GOMES LIMA

Responsável Técnico: RICARDO YUKIO HAMA

CREA/CAU: 5070301853-SP

Área Total (m²): 813,78

Validade: 03/05/2024

Vistoriador: SUBTEN PM LEONARDO CEZAR FERREIRA LEITE

Homologação: CAP PM GLAUCO CASTILHO ROSSI

OBSERVAÇÕES: PARA MELHOR CONTROLE DA SAÚDE PÚBLICA, RECOMENDA-SE OBSERVAR O CONTEÚDO NO DECRETO Nº. 64.862, E 13 DE MARÇO DE 2020 E DECRETO 64.864, DE 16 DE MARÇO DE 2020.

Bairro: RESIDENCIAL LAURENTIZ

Nº: 80

ART/RNT: 28027230210944 857

Área Aprovada (m²): 813,78

NOTAS: 1) O AVCB deve ser afixado na entrada principal da edificação, em local visível ao público. 2) Compete ao proprietário ou responsável pela uso da edificação a responsabilidade de conservar o AVCB e de manter as medidas de segurança contra incêndio em condições de utilização, providenciando a sua adequada manutenção, sob pena de cassação do AVCB, independente das responsabilidades cíveis e criminais.

Guariba, 9 de Agosto de 2021



Documento emitido eletronicamente pelo Sistema Via Fácil Bombeiros. Para verificar sua autenticidade acesse a página do Corpo de Bombeiros www.corpodobomberos.sp.gov.br, ou utilize o aplicativo para dispositivos móveis "Bombeiros SP".



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 48.664.304/0001-80

EMEB PROF.ª MARIA DOLORES PERES GOMES GARAVELLO



POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO

CORPO DE BOMBEIROS

AUTO DE VISTORIA DO CORPO DE BOMBEIROS

AVCB Nº 400426



O CORPO DE BOMBEIROS EXPEDE O PRESENTE AUTO DE VISTORIA, POR MEIO DO SISTEMA ELETRÔNICO VIA FÁCIL BOMBEIROS, PARA A EDIFICAÇÃO OU ÁREA DE RISCO ABAIXO, NOS TERMOS DO REGULAMENTO DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO DO ESTADO DE SÃO PAULO.

Projeto Nº 030272/3518602/2019

Endereço: AVENIDA AUGUSTO RODRIGUES DE OLIVEIRA, 101

Nº: 101

Complemento:

Bairro: RESIDENCIAL CLEMENTINO POLITTI

Município: GUARIBA

Ocupação: FRALDÁRIO, 02 BENÇÂRIOS, 06 SALAS DE ATIVIDADES, REFEITÓRIO, COZINHA, LAVANDERIA, SANITÁRIOS, SECRETARIA, DIRETORIA, COFA, SALA MULTIUSO.

Proprietário: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

Responsável pelo Uso: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

Responsável Técnico: RICARDO YUKIO HAMA

CREA/CAU: 5070301853-SP

ART/RRT: 28027230190185569

Área Total (m²): 813,78

Área Aprovada (m²): 813,78

Validade: 19/03/2022

Vistoriador: SUBTEN PM LEANDRO CEZAR FERREIRA LEITE

Homologação: 1. TEN PM WELLINGTON FERREIRA DA SILVA

OBSERVAÇÕES:

NOTAS: 1) O AVCB deve ser afixado na entrada principal da edificação, em local visível ao público. 2) Compete ao proprietário ou responsável pelo uso da edificação a responsabilidade de renovar o AVCB e de manter as medidas de segurança contra incêndio em condições de utilização, providenciando a sua adequada manutenção, sob pena de cassação do AVCB, independente das responsabilidades civis e criminais.

Guariba, 19 de Março de 2019



Documento emitido eletronicamente pelo Sistema Via Fácil Bombeiros. Para verificar sua autenticidade acesse a página do Corpo de Bombeiros www.corpodebombeiros.sp.gov.br, ou utilize o aplicativo para dispositivos móveis "Bombeiros SP".



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 48.864.304/0001-80

EMEB SARGENTO EDGARD PONTIERI



POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO

CORPO DE BOMBEIROS

AUTO DE VISTORIA DO CORPO DE BOMBEIROS



AVCB Nº 399994

O CORPO DE BOMBEIROS EMITE O PRESENTE AUTO DE VISTORIA, POR MEIO DO SISTEMA ELETRÔNICO VIA FÁCIL BOMBEIROS, PARA A EDIFICAÇÃO QUÍ ANEXO DE RISCO ABAIXO, NOS TERMOS DO REGULAMENTO DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO DO ESTADO DE SÃO PAULO.

Projeto Nº 171885/251840/2017

Endereço: AV. LUIZ CARLOS LONETTO

Complemento:

Bairro: RESIDENCIAL MARIO CAZERI

Nº: 501

Município: GUARIBA

Ocupação: ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Proprietário: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

Responsável pelo Uso: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

Responsável Técnico: OLIVIER ALVES SILVA SORRIBHO

CREA/CAU: 060.710788

ART/RNT: 260272301/0013473

Área Total (m²): 730,00

Área Aproximada (m²): 730,00

Validade: 15/03/2022

Vistoriador: SGT/TER PM LEONARDO CEDAS FERREIRA LEITE

Homologação: 1. TEN PM WELLINGTON FERREIRA DA SILVA

OBSERVAÇÕES:

NOTAS: 1) O AVCB deve ser afixado na entrada principal da edificação, em local visível ao público. 2) Compete ao proprietário do responsável pelo uso da edificação a responsabilidade de renovar o AVCB e de manter as medidas de segurança contra incêndio em condições de utilização, providenciando a sua adequada manutenção, sob pena de cassação do AVCB, independente das responsabilidades cíveis e criminais.

Guariba, 15 de Março de 2019



Documento emitido eletronicamente pelo Sistema Via Fácil Bombeiros. Para verificar sua autenticidade acesse a página do Corpo de Bombeiros www.corpobombas.sp.gov.br, ou utilize o aplicativo para dispositivos móveis "Bombeiros SP".



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 48.864.304/0001-80

(EMEB PROF.ª ANNA MARIA SANCHES ROCCA)

SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO (Sede)



POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO

CORPO DE BOMBEIROS

AUTO DE VISTORIA DO CORPO DE BOMBEIROS

AVCB Nº 405492

O CORPO DE BOMBEIROS EXPEDE O PRESENTE AUTO DE VISTORIA, POR MEIO DO SISTEMA ELETRÔNICO VIA FÁCIL BOMBEIROS, PARA A EDIFICAÇÃO OU ÁREA DE RISCO ABAIXO, NOS TERMOS DO REGULAMENTO DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO DO ESTADO DE SÃO PAULO.

Projeto Nº 123050/3512662/2017

Endereço: RUA SAMPAIO VIDA

Complemento:

Município: GUARIBA

Ocupação: ESCOLA (E-3)

Proprietário: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

Responsável pelo Uso: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

Responsável Técnico: DURNAL ALVES SILVEIRA SOBRINHO

CREA/CAU: 0601710789

Área Total (m²): 751,70

Validade: 22/04/2022

Vistoriador: L. SGT PM GUILIANO TAVARES

Homologação: CAP PM BEAN COMES PINTO

OBSERVAÇÃO: "CONFORME PREVISTO NO ARTIGO 30 E PARÁGRAFO ÚNICO DA PORTARIA Nº 028-003/2007/29, O INTERESSADO DEVERÁ SUBSTITUIR O PROJETO TÉCNICO PADRÃO POR PROCESSO EM FORMATO ELETRÔNICO, EM TEMPO HÁBIL, SUCIENTE PARA NÃO COMPROMETER SUA RENOVACÃO SUBSEQUENTE."

NOTAS: 1) O AVCB deve ser afixado na entrada principal da edificação, em local visível ao público. 2) Compete ao proprietário ou responsável pelo uso da edificação a responsabilidade de manter o AVCB e de manter as medidas de segurança contra incêndio em condições de utilização, providenciando a sua adequada manutenção, sob pena de cassação do AVCB, independentemente das responsabilidades civis e criminais.

Guariba, 22 de Abril de 2019



Documento assinado eletronicamente pelo Vistoriador via FÁCIL Bombeiros. Para verificar sua autenticidade acesse a página do Corpo de Bombeiros www.corpobombeiros.sp.gov.br, ou utilize o aplicativo para dispositivos móveis "Bombrão SP".



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 48.554.304/0001-80

EMEB PROF. HAMILTON PERRONE



POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO



CORPO DE BOMBEIROS

AUTO DE VISTORIA DO CORPO DE BOMBEIROS

AVCB Nº 458162

O CORPO DE BOMBEIROS EMITE O PRESENTE AUTO DE VISTORIA, POR MEIO DO SISTEMA ELETRÔNICO VIA FÁCIL BOMBEIROS, PARA A EDIFICAÇÃO OU ÁREA DE RISCO ABAIXO, NOS TERMOS DO REGULAMENTO DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO DO ESTADO DE SÃO PAULO.

Projeto Nº 171884/1518602/2017

Endereço: RUA RAFAEL FABRICIO

Complemento:

Bairro: CENTRO

Nº: 25

Município: GUARIBA

Ocupação: ESCOLA (E-3)

Proprietário: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

Responsável pelo Uso: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

Responsável Técnico: MATHEUS PRADO CUNHA

CRTA/CAL: 5070032324

ART/RRT: 28027250190930759

Área Total (m²): 1122,86

Área Aprovada (m²): 1122,86

Validade: 12/08/2023

Vistoriador: SUBTEN PM LEONARDO CESAR FERREIRA LIMA

Homologação: MAJ PM JORDI HENRIQUE COGÊ

OBSERVAÇÕES: CONFORME PREVISTO NO ARTIGO 86 E PARÁGRAFO ÚNICO DA PORTARIA Nº 004.088/2008/SP, O INTERESSADO DEVERÁ SUBSTITUIR O PRESETO TÉCNICO FÍSICO POR PROCESSO EM FORMATO ELETRÔNICO, ATÉ O FINAL DA VALIDADE DESTA LICENÇA, DE FORMA A NÃO COMPROMETER A SUA RENOVACÃO SUBSEQUENTE.

NOTAS: 1) O AVCB deve ser afixado na entrada principal da edificação, em local visível ao público; 2) Compete ao proprietário ou responsável pelo uso da edificação a responsabilidade de renovar o AVCB e de manter as condições de segurança contra incêndio em conformidade com as normas, providenciando a sua adequada manutenção, sob pena de cassação do AVCB, independentemente das responsabilidades civis criminais.

Guariba, 19 de Março de 2023



Documento emitido eletronicamente pelo Sistema Via Fácil Bombeiros. Para verificar sua autenticidade acesse a página do Corpo de Bombeiros www.corpobombeiros.sp.gov.br ou utilize o aplicativo para dispositivos móveis "Via Fácil Bombeiros".



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 48.664.304/0001-80

EMEB PREFEITO PAULO MANGOLINI



POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO

CORPO DE BOMBEIROS

AUTO DE VISTORIA DO CORPO DE BOMBEIROS

AVCB Nº 457788



O CORPO DE BOMBEIROS EXPEDIR O PRESENTE AUTO DE VISTORIA, POR MEIO DO SISTEMA ELETRÔNICO VIA FÁCIL BOMBEIROS, PARA A EDIFICAÇÃO OU ÁREA DE RISCO ABAIXO, NOS TERMOS DO REGULAMENTO DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO DO ESTADO DE SÃO PAULO.

Projeto Nº 171245/1518032/2017

Endereço: RUA: VEREADOR ANTÔNIO RIOTTO

Nº: 71

Complemento:

Bairro: JARDIM PAULISTANO

Município: GUARIBA

Ocupação: ESCOLA (E-1)

Proprietário: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

Responsável pelo Uso: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

Responsável Técnico: MATHÉUS PRADO CURY

CREA/CAU: 5070312521

ART/RRT: 28027230180930759

Área Total (m²): 3354,80

Área Aprovada (m²): 2344,80

Validade: 12/03/2024

Vistoriador: SUSTEN PM (SANDRO CECIL FERREIRA LEITE)

Homologação: MAI PM JOÃO HENRIQUE COSTE

OBSERVAÇÕES: CONFORME PREVISTO NO ARTIGO 20 E PARÁGRAFO ÚNICO DA PORTARIA Nº COR-006/2005/19, O INTERESSADO DEVERÁ SUBSTITUIR O PROJETO TÉCNICO FÍSICO POR PROCESSO EM FORMATO ELETRÔNICO, ATÉ O FINAL DA VALIDADE DESTA LICENÇA, DE FORMA A NÃO COMPROMETER A SUA RENOVACÃO SUBSEQUENTE.

NOTAS: 1) O AVCB deve ser afixado na cartela principal da edificação, em local visível ao público. 2) Cabe ao proprietário ou responsável pelo uso da edificação a responsabilidade de manter o AVCB e de tomar as medidas de segurança contra incêndio em condições de utilização, providenciando a sua adequada manutenção, sob pena de cassação do AVCB, independentemente das responsabilidades civil e criminal.

Guariba, 17 de Março de 2024



Documento emitido eletronicamente pelo Sistema Via Fácil Bombeiros. Para verificar sua autenticidade acesse a página do Corpo de Bombeiros, ou o aplicativo para dispositivos móveis "Bombeiros SP".



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 48.664.304/0001-80

EMEB AMARAL VAZ MELONI



POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO

CORPO DE BOMBEIROS

AUTO DE VISTORIA DO CORPO DE BOMBEIROS

AVCB Nº 468229

O CORPO DE BOMBEIROS EMITE O PRESENTE AUTO DE VISTORIA, POR MEIO DO SISTEMA ELETRÔNICO VIA FÁCIL BOMBEIROS, PARA A EDIFICAÇÃO OU ÁREA DE RISCO ABAIXO, NOS TERMOS DO REGULAMENTO DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO DO ESTADO DE SÃO PAULO.

Projeto Nº 172079/3518602/2017

Endereço: RUA: PASCHOAL DE LAURENTIZ

Nº: 468

Complemento:

Bairro: BAIRRO ALTO

Município: GUARIBA

Ocupação: ESCOLA / CRECHE (E-D)

Proprietário: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

Responsável pelo Uso: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

Responsável Técnico: MATHEUS PRADO ELBIT

CREA/CAU: 5070032324

ART/RRT: 26027230172561772

Área Total (m²): 1326,34

Área Aprovada (m²): 1326,34

Validade: 31/03/2023

Vistoriador: SUBTEN PM LEONARDO CÉZAR FERREIRA VIEIRA

Homologação: TEN CEL PM RÔMULO HENRIQUE COSTE

OBSERVAÇÕES: PARA MELHOR CONTROLE DA SAÚDE PÚBLICA, RECOMENDAMOS OBSERVAR O CONTEÚDO DO DECRETO Nº 64.862, DE 13 DE MARÇO DE 2020 E DECRETO Nº 64.864, DE 16 DE MARÇO DE 2020.

NOTAS: 1) O AVCB deve ser anexado na entrada principal da edificação, em local visível ao público; 2) Compete ao proprietário ou responsável pelo uso da edificação a responsabilidade de renovar o AVCB e de manter as medidas de segurança contra incêndio em condições de utilização, arquivando-as para a devida manutenção, sob pena de cassação do AVCB, independente das responsabilidades cíveis e criminais.

Guariba, 25 de Junho de 2022



Documento emitido eletronicamente pelo Sistema Via Fácil Bombeiros. Para verificar sua autenticidade acesse a página do Corpo de Bombeiros via www.corpobombeiros.sp.gov.br, ou utilize o aplicativo para dispositivos móveis "Bombeiros SP".



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 48.664.304/0001-60

EMEB VEREADOR FRANCISCO ANTÔNIO LOUZADA



POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO



CORPO DE BOMBEIROS

AUTO DE VISTORIA DO CORPO DE BOMBEIROS

AVCB Nº 475638

O CORPO DE BOMBEIROS EXPEDIR O PRESENTE AUTO DE VISTORIA, POR MEIO DO SISTEMA ELETRÔNICO VIA FÁCIL BOMBEIROS, PARA A EDIFICAÇÃO OU ÁREA DE RISCO ABaixo, NOS TERMOS DO REGULAMENTO DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO DO ESTADO DE SÃO PAULO.

Projeto Nº 171578/151/002/2017
Endereço: RUA VICENTE NARVAES

Salto: CENTRO

Nº: 366

Complemento:

Município: GUARIBA

Ocupação: ESCOLA (E-1)

Proprietário: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

Responsável pelo Uso: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

Responsável Técnico: MARCELO RABO COSTA

CREA/CAU: 5070032924

ART/RRT: 20027230E91555377

Área Total (m²): 1066,37

Área Aproximada (m²): 1066,37

Validade: 12/08/2020

Vistoriador: SGTEN PM LEANDRO CEZAR FERREIRA LENTE

Homologação: TEN CEL PM IGAD HENRIQUE COSTE

OBSERVAÇÕES: PARA MELHOR CONTROLE DA SAÚDE PÚBLICA, RECOMENDA-SE OBSERVAR O CONTIDO NO DECRETO Nº. 64.762, E 13 DE MARÇO DE 2020 E DECRETO 64.864, DE 16 DE MARÇO DE 2020.

NOTAS: 1) O AVCB deve ser afixado na entrada principal da edificação, em local visível ao público. 2) Compete ao proprietário ou responsável pelo uso da edificação a responsabilidade de renovar o AVCB e de manter as medidas de segurança contra incêndio em condições de utilização, proporcionando a sua adequada manutenção, sob pena de cassação do AVCB, independentemente das responsabilidades civis e criminais.

Guariba, 18 de Agosto de 2020



Documento enviado eletronicamente pelo Sistema Via Fácil Bombeiros. Para verificar sua autenticidade acesse a página do Corpo de Bombeiros em www.corpobombeiros.sp.gov.br, ou utilize o aplicativo para dispositivos móveis disponível na loja de aplicativos "APP".



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 48.564.304/0001-80

A Prefeitura não possui o número de nutricionistas recomendado, bem como não existe um controle por meio de relatórios que permita atestar as condições físicas/estruturais da cozinha, higienização e acondicionamento dos alimentos e acompanhamento/aceitação do cardápio proposto na rede escolar municipal (letra "f");

Com referência ao apontamento em epígrafe, o Quadro Técnico encontra-se defasado, em virtude de pedidos de exonerações de profissionais. Com a vacância, o provimento só ocorrerá quando na realização de Concurso Público, o que está previsto acontecer até o final deste ano de 2021, haja vista as condições sanitárias relativas à pandemia da COVID-19 encontram-se estáveis, oportunizando a realização do referido concurso. O processo licitatório para contratação de empresa especializada para realização do mesmo já se encontra em andamento, conforme publicação no D.O.M., Edição nº 713, de 15 de setembro de 2021, pág. 3.

Cumpra-se assim informe, em contato com integrantes do setor responsável pela Alimentação Escolar da FNDE, os estudos para alteração na Resolução CFN nº 465, de 23 de agosto de 2010, principalmente em seu artigo 10, que trata dos parâmetros numéricos mínimos de referência para determinação do número de responsáveis técnicos (nutricionistas), por entidade executora, será revisto. Independentemente dessa situação, o município procederá às adequações no Cargo de Nutricionista, no tocante à carga horária semanal, além de ampliar o número de vagas, o que terá seus efeitos práticos no momento em que a LC nº 173, de 27 de maio de 2020 tenha sua vigência encerrada (previsão em 31/12/2021) e os resultados do Concurso Público, que contemplará o cargo de Nutricionista, sejam homologados.

Quanto aos relatórios de visitas, abaixo estão anexados os mesmos referentes ao início do ano letivo, haja vista que a partir de 20 de março de 2020, as atividades presenciais foram interrompidas com a decretação de estado de emergência



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 48.684.304/0001-80

sanitária devido à COVID-19, suspensão essa que perdurou até o final do mesmo ano letivo, sendo que a atividade relativa à "merenda escolar" se restringiu à distribuição de kits de alimentação escolar a todos os alunos matriculados na rede municipal.

Anexo roteiro de visitas às escolas (Anexos 04 e 05).

Item D.2. IEG-M – I-SAÚDE – Índice B

Existência de 01 unidade de saúde da rede municipal sem o Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros – AVCB ou Certificado de Licença do Corpo de Bombeiros - CLCB (letra "a");

Segundo informações do Setor de Segurança do Trabalho, a solicitação da referida licença ainda se encontra sob avaliação do órgão expedidor, pois o Ambulatório Municipal "Prefeito Herminio de Laurentiz Neto" necessita de algumas intervenções estruturais. E para tais adequações, o Executivo aguarda normalização, pois devido à pandemia do Coronavírus, houve a paralização de vários serviços.

Não possuía Plano de Carreira, Cargos e Salários para seus profissionais de saúde (letra "b");

O servidor da Saúde não tem Plano de Carreira exclusivo, porém estão contemplados no Plano Geral estabelecido pela Lei nº 2.026/2005 e suas alterações(Anexo 06).



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 48.554.304/0001-80

O Município não disponibilizou serviço de agendamento de consulta médica de forma não presencial, os agendamentos não foram feitos com intervalo mínimo de 15 minutos entre uma consulta e outra e não houve controle de absenteísmo de consultas (letra "c");

O município não implantou agendamento de consultas não presencial, pois nesse momento, entendeu-se que por ser uma cidade de pequeno porte, os usuários do SUS tem acesso mais facilmente aos serviços oferecidos pelas 07 Unidades Básicas de Saúde.

Quanto aos intervalos de 15 minutos entre as consultas, entendemos ser melhor a forma como está sendo feito, pois evita-se perder uma vaga quando o paciente deixa de comparecer e não avisa previamente.

Não realizamos o controle de absenteísmo, pois todas as vagas não utilizadas são preenchidas por pacientes da fila de espera.

O Município não possui CAPS ou Unidades de Acolhimento Adulto e Infanto-Juvenil, em desatendimento à recomendação do Ministério da Saúde, sendo os jovens e adultos acolhidos em um Ambulatório de Saúde Mental (letra "d");

Sobre a matéria em referência incumbe salientar que o município fez solicitação ao Ministério da Saúde – Protocolo nº 138433, para implantação do CAPS tipo 1, assim como, firmou compromisso com o Ministério Público para implantação desse serviço. Portanto, aguardamos aporte financeiro Federal para tal.



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 48.664.304/0001-80

Dados do Contratador				
Nome	CNPJ	E-mail	Telefone	Cargo
ELIZABETH HELENA CIRNEA LESTE	043.893.108-70	www.santospaulista.org.br	3233-9418	Secretário Municipal de Saúde
CNPJ		Razão social/município		
07.543.783/0001-32		MUNICÍPIO MUNICIPAL DE SAO PAULO - FMS		
Dados da Proposta				
Número da proposta		118833		
Situação da proposta		A Liberar		
Conteúdo da Proposta				
Usar o CNPJ de outro ramo econômico do beneficiário?		Sim		
Tema / Programa		RTO DE ATENÇÃO PSICÓSOCIAL E SAPS		
Forma de Transferência		Intervenção		
Tipo		Novo		
Estabelecimento de Saúde				
Código do Estabelecimento de Saúde		264103		
Nome do Componente		INCENTIVO PARA CAPS I		
CNPES		2080615		
CEP		14.540-000		
Cidade		21.50016007053845		
Cidade		40.23094100100130		
Tipo de Abastecimento		Municipal		
UF do Tipo de Abastecimento		SP		
Município do Tipo de Abastecimento				
GUARIBA				

Estabelecimento de Saúde	
População total coberta	MUITO
Tipo de gestão do serviço	Municipal

Questionário	
1. Nome do CAPS	CENTRO DE ATENÇÃO PSICÓSOCIAL DE GUARIBA - CAPS I
2. Tipo de gestão do serviço	MUNICIPAL
3. É Percento Administrativo?	NO
4. Se tiver percento administrativo, indicar qual	Não há
5. A quais necessidades de saúde mental e implantação de CAPS visa responder?	O CAPS responde às necessidades de acolhimento, atendimento e tratamento intensivo às pessoas com transtornos mentais graves e persistentes e às pessoas com sofrimento ou transtorno mental em geral, incluindo aquelas com: personalidade decorrente de uso de substâncias psicoativas (álcool e outras drogas); ou em situação de crise ou em processo de reabilitação psicossocial.
6. Como a constituição da Rede de Saúde Municipal, ou caso de CAPS municipal ou constituição da Rede de Saúde Regional, no caso de CAPS regional?	A composição da Rede Municipal de Saúde de Guariba conta com 02 Unidades de SUS, 05 UBS, 01 Ambulatório de Especialidades, 01 Ambulatório de Saúde Mental, 01 Centro de Especialidades Odontológicas e 01 Rede Descentralizada de Saúde.
7. Como o serviço irá realizar o acolhimento inicial dos usuários e suas famílias no CAPS?	Por demanda espontânea ou referenciada, incluindo os atendimentos em crises, não sendo necessário agendamento prévio, à qualquer porta aberta. Existe um setor especializado, que realiza a triagem e a orientação da pessoa ou familiares que buscam o serviço. É um tipo de intervenção que acolhe pessoas no estado momentâneo de sua necessidade, ajudando a e fazer melhor com seus recursos e limitações pessoais. O objetivo desse primeiro contato é compreender a situação, de forma não ameaçadora possível e iniciar um vínculo terapêutico e de confiança com os profissionais da unidade. Na oportunidade, são oferecidos orientações e encaminhados aos serviços necessários.

CÓPIA DE DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: CAROLINA RANGEL SEGUNINI. Sistema e-TCESP. Para obter informações sobre assinatura e/ou ver o arquivo original acesse <http://e-processo.tce.sp.gov.br> - link "Validar documento digital" e informe o código do documento: 3-GNE4-AJ3W-6LD8-9NIA



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 48.684.304/0001-80

Questionário	
8. Quais serão as ações do serviço para facilitar o acesso e captar usuários?	Atendimento portas abertas. Oferecer cuidado farmacoterapêutico, com um olhar humanizado, integral e centrado nos pacientes com transtornos psíquicos graves e os em sua abstração de ilhas, atendendo drogas e suas famílias; Intervenção estratégica diante dos principais sinais de crise; Manter acolhimento e suporte familiar; Realizar visitas domiciliares pela equipe para monitorar e aderir ao tratamento e disponibilizar as receitas; Atuar junto à assistência farmacêutica para prover as medicações psiquiátricas com disponibilidade física contínua na farmácia popular, bem como monitoramento, para o paciente que não tem condições de fazer os medicamentos rotineiros.
9. Para os usuários que não possuem o serviço, quais serão as medidas e ações para reduzir as barreiras para o início e continuidade do cuidado?	Atendimento portas abertas. Oferecer cuidado farmacoterapêutico, com um olhar humanizado, integral e centrado nos pacientes com transtornos psíquicos graves e os em sua abstração de ilhas, atendendo drogas e suas famílias; Intervenção estratégica diante dos principais sinais de crise; Manter acolhimento e suporte familiar; Realizar visitas domiciliares pela equipe para monitorar e aderir ao tratamento e disponibilizar as receitas; Atuar junto à assistência farmacêutica para prover as medicações psiquiátricas com disponibilidade física contínua na farmácia popular, bem como monitoramento, para o paciente que não tem condições de fazer os medicamentos rotineiros.
10. Quais serão as estratégias de manejo das situações de crise?	Hierarquia: escuta, acolhimento, encaminhamento; intervenção medicamentosa; intervenção física; suporte à família; internação.
11. Como o serviço desenvolverá ações de Reabilitação Psicossocial?	As ações para a reabilitação psicossocial e o processo que habita, no âmbito, com instituições, para melhor reestruturação de relacionamentos, na comunidade. E isso se dá através de atividades comunitárias, atividades artísticas, orientações e acompanhamento do uso da medicação, atendimento domiciliar e aos familiares.
12. Assinar o termo de compromisso assinado pelo Secretário Municipal de Saúde se comprometer a implantar o CAPS em, no máximo, 90 dias após a criação do Instituto e a contratação dos profissionais necessários para a implantação regular.	TERMO DE COMPROMISSO IMPLANTAÇÃO CAPS.pdf
13. Assinar a planilha de orçamento de despesas previstas se certo.	Planilha Orçamento CAPS.pdf

Inexistência de protocolos de regulação de acesso formalizados, em dissonância com Deliberação do CIB (Comitê Intergestores Bipartite) e da Política Nacional de Regulação do Ministério da Saúde (letra "e");

O município ainda não tem condições de formalizar os protocolos de acesso. Porém, já utiliza informalmente protocolos para conduzir os atendimentos dos pacientes entre as especialidades médicas e não médicas, e demais serviços de que o usuário necessita.

Não houve utilização do Sistema OuvidorSUS ou sistema equivalente, (letra "f").

Por um lapso no preenchimento do questionário do IEG-M, a questão nº 43 foi equivocadamente respondida que NÃO quando na verdade a Administração Pública já estava prestando o atendimento de Ouvidoria no SUS nos



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 48.504.304/0001-80

moldes do disposto no parágrafo único do artigo 116 da Portaria de Consolidação nº 1 do Ministério da Saúde, de 28 de setembro de 2017.

Conforme autorizado pelo parágrafo único do artigo supracitado, a Administração Pública tem o atendimento da Ouvidoria do SUS estruturado no âmbito da Ouvidoria Geral do Município, onde o cidadão pode registrar suas manifestações através dos seguintes canais de atendimento:

-Aplicativo Eouve

-Site Eouve

-Telefone (16) 3251-9422 ramal 248

-Telefone 156 (ligação gratuita com funcionamento 24 horas)

-Por carta e Atendimento Presencial: na Av. Evaristo Vaz, nº 1.190 – Centro, Guariba/SP – CEP: 14.840-000.

O cidadão poderá registrar sua manifestação através da Ouvidoria Geral, para solicitar assistência, tais como: consultas, atendimentos, tratamentos, exames, medicamentos; relatar uma insatisfação; denunciar uma irregularidade; obter uma instrução, orientação, esclarecimento ou ensinamento relacionado à saúde; registrar elogios e/ou sugestões relacionados à saúde.

Dessa forma, a Ouvidoria Geral do Município apresenta toda a estrutura necessária para a inserção dos cidadãos nos processos de formulação, de acompanhamento, de avaliação e de controle das políticas públicas de saúde, satisfazendo assim a necessidade da população no tocante à Ouvidoria do SUS.

Item E.1. IEG-M – I-AMB – Índice B



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 48.664.304/0001-80

A Prefeitura informou que nem todas as regiões do Município foram atendidas pela coleta seletiva de resíduos sólidos (letra "a");

Ainda persiste a limitação de infraestrutura e logística que acaba não permitindo a cobertura total da coleta seletiva em todos os bairros da cidade, porém, diante do novo processo de chamamento público que encontra-se em instrução para a contratação de cooperativa de trabalho de catadores de materiais recicláveis, será condicionado o acatamento ao novo cronograma de trabalho, nos termos do projeto básico/termo de referência, o qual amplia gradativamente as metas e alcance da coleta seletiva no município, razão que, na mesma proporção, o município realizará os investimentos oferecendo suporte à execução do novo contrato. Estima-se que até meados de novembro de 2021 o novo contrato esteja em execução.

A Prefeitura informou que antes de aterrar o lixo não realizou nenhum tipo de processamento de resíduos, quer mediante reciclagem, compostagem, reutilização ou outra forma de processamento (letra "b").

O município busca uma ação regional consorciada para o trato do lixo domiciliar, visto que o volume diário gerado pelo município se apresenta insuficiente para a implantação de um sistema autônomo de triagem e processamento do lixo domiciliar. Porém, os trabalhos de coleta seletiva serão intensificados visando a redução do lançamento dos materiais passíveis de reciclagem ou reaproveitamento junto a Aterro Sanitário Municipal, até que sobrevenha uma ação regional acerca do reaproveitamento/processamento do lixo domiciliar.

Item F.1. IEG-M – I-CIDADE – Índice B



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 48.664.304/0001-80

A Prefeitura Municipal informou que foi criada a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil-COMPDEC responsável pela execução, coordenação e mobilização de todas as ações de defesa civil no Município, mas não há qualquer tipo de recursos específicos destinados a ela, o que impossibilita a execução do disposto nos artigos 8º e 9º da Lei Federal nº 12.608/2012 (letra "a");

Recursos específicos destinados à Defesa Civil Municipal:

Sobre a matéria em análise é dever realçar que a mesma responde pela administração e toda e qualquer ação de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação, são de responsabilidade da administração através do Tesouro Nacional.

O Município não possui Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil devidamente regulamentado (letra "b");

Na realidade o apontamento em questão não condiz com a realidade local; pois de rigor encontra-se disponibilizado através de Regulamentação - o COMPDEC – Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil e Conselho Municipal de Proteção regulamentada em 20 de abril de 2021 Lei nº 3.414 publicada em Diário Oficial 22 de Abril de 2021. Segue documentos em anexo (Anexo 07).

A Origem não promove ações para estimular a participação de entidades privadas, associações de voluntários, clubes de serviços, organizações não governamentais e associações de classe e comunitárias. É responsabilidade municipal estimular a participação de toda a comunidade nas ações de defesa civil, conforme disposto no artigo 8º, inciso XV, da Lei Federal nº 12.608/2012 (letra "c").



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 48.664.304/0001-80

Rigorosamente apontamento em análise se afigura infundado visto que a teor do anexo Decreto nº 3.898 de 03 de fevereiro de 2021 – este versa sobre a nomeação de membros para compor a Comissão Preventiva de Defesa Civil do Município (Anexo 08), restando prejudicado o apontamento.

Item G.3. IEG-M – I-GOV TI – Índice C

A Prefeitura não disponibilizou programas de atualização e capacitação aos funcionários da área de Tecnologia da Informação (letra "a");

Consoante a boa performance galgada na remessa de dados a alimentar o Sistema Audesp e a estreita margem de desacertos nessas peculiaridades, aliadas a outros predcativos inerentes ao sistema de informação, o município encontra-se razoavelmente servido.

Numa prova inequívoca de boa performance nessas particularidades tem ressaído da interatividade com a cidadania que, a cada dia tem se utilizado dessas ferramentas para reivindicações e críticas, num inequívoco sinal de boa postura reinante na atuação dos responsáveis.

A Prefeitura não possuía um PDTI – Plano Diretor de Tecnologia da Informação vigente (letra "b");



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 48.864.304/0001-80

Presentemente o município já dispõe do respectivo instrumento cujo texto foi formalmente entregue a administração para revisão e eventual aparelhamento final e ulterior aprovação.

Não remanescendo a aduzir outra consideração do assunto em comento pede-se que seja o apontamento desconsiderado.

A Prefeitura não dispõe de Política de Segurança da informação formalmente instituída e de cumprimento obrigatório (letra "c");

Ainda que desprovido do almejado formalismo em relação ao tema em comento, na prática o município dispõe de garantias em relação à matéria, devidamente guarnecido por Backup, preservando com extremo rigor toda a integridade do acervo respectivo.

Demais disso, na eventualidade da inobservância das boas normas, sendo o quadro local vinculado ao regime da CLT, além de medidas de ordem administrativa e coadjuvado pelos mecanismos de punição insertos no artigo 482 da consolidação das leis do trabalho, jamais sucumbira se eventualmente precisaracionar tais dispositivos tratados em suas várias alíneas, culminandocom a demissão sumária por justa causa, perdurando este status até que não se edite política mais apropriada.

A Prefeitura informou que possuía sistema terceirizado (desenvolvido e mantido por empresa terceirizada), cuja base de dados não fica sob sua gestão direta (letra "d");



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 48.654.304/0001-80

A Prefeitura mantém empresa terceirizada a qual mantinha parte destacável de cadastro tributário com o objetivo de gerar lançamentos e monitorar cobranças e demais dados de sorte e municiar os serviços financeiros indelegáveis para o acompanhamento permanente do sistema fazendário.

Entretanto, por medida de disciplinamento e resguardo proposto por essa E. Corte, os dados basilares os quais estavam armazenados em elementos dotados de indisponibilidades encontram-se armazenados seguros no sistema central de informática, desprovido de qualquer risco ao acervo público.

A Prefeitura Municipal não regulamentou o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais (letra "e").

A pedido da Administração, juntamente com o setor de RH já se encontra em fase de levantando os requisitos para regulamentar este tratamento. Hoje todos os dados de pessoal são tratados dentro do sistema terceirizado, tendo níveis de acesso, logs, e restrito apenas aos funcionários do setor de RH.

Item H.1. PERSPECTIVAS DE ATINGIMENTO DAS METAS PROPOSTAS PELA AGENDA 2030 ENTRE PAÍSES-MEMBROS DA ONU, ESTABELECIDAS POR MEIO DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – ODS

Foram identificados, a partir das verificações da Fiscalização evidenciadas no presente relatório, desalinhamentos a diversas metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS propostas pela



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 48.664.304/0001-80

Agenda 2030 entre países da ONU (especificadas no respectivo item do relatório), indicando que o Município poderá não atingir tais metas.

Tratando-se praticamente de uma inovação cabente aos municípios, a gestão ora fiscalizada tratou de fortalecer os vários flancos no sentido de que, a partir de então, o município crie mecanismos de eficiência e celeridade no sentido de articular-se e dar atendimento aos 17(dezessete) objetivos preconizados.

Sem embargo relacionado ao largo período para a adoção das medidas preconizadas, a Administração municipal já cuidou de prever suas leis financeiras, no sentido de que nos próximos exercícios e por força do planejamento quadrienal, medidas robustas sejam tomadas, muito antes do prazo fatal que estaria a encerrar-se em 2030.

Com efeito, já no exercício findocriava-se um ambiente ideal para que todas as providências fossem concebidas e concatenadas visando a adoção dessas medidas em tempo record, muito aquém do limite estabelecido como data fatal.

Nesse caso, restou praticamente planejado um cronograma para o atendimento de sorte que o município cumpra esses objetivos muito antes da data fatal, criando-se um bolsão de preparativos, estudos prévios e sondagem para tudo atender em tempo oportuno e com plena eficácia nos atos públicos que darão validade à série de condutas com tais providências encerram.

Uma vez que cuidou-se basicamente de dar solução para questões periféricas num primeiro momento, planejou-se no sentido de que ulteriormente a máquina pública volte suas prioridades para o atendimento dos objetivos sociais, visando cumprir na plenitude tudo quando indicam os dezessete, de forma contínua e eficaz, eis



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 48.684.304/0001-80

que essas consultas não só o interesse público local, mas contemplam uma carência da humanidade.

Item H.3. ATENDIMENTO À LEI ORGÂNICA, INSTRUÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Não foram atendidas as seguintes recomendações deste Tribunal, proferidas sobre as contas dos exercícios de 2017 e 2018:

a) Corrigir as impropriedades apontadas em todos os aspectos dos IEG-M;

Talvez a terminologia do apontamento em questão melhor refletiria a situação se dispusesse que um restrito número de apontamentos que deixaram de ser atendidos na sua plenitude.

Ao efetuar uma reminiscência sobre a matéria, pode-se observar que o município deu um grande passo rumo ao atendimento das normas de regência e notadamente no tocante às observações emanadas por essa E. Corte, dando um salto de qualidade relacionado aos seus deveres precípuos.

b) Exija formação acadêmica compatível com as funções desempenhadas por seus cargos comissionados e funções de confiança;

Consoante o que já se fez expor em item específico da conclusão do relatório de lava da R. Fiscalização, a remoção desses desacertos só não fora levada a efeito em tempo oportuno em razão de impedimentos da lei eleitoral e bem assim do artigo 8º da Lei complementar n.º 173/2020, cujas alterações por si só implicam, necessariamente, em elevação de despesas, o que se afigura impedimento.

c) Atenda a demanda reprimida de crianças em suas creches municipais;



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 48.664.304/0001-80

A teor do que restou manifesto em tópicos específicos listados no interior do relatório, o interesse precipuo da gestão municipal centrou-se permanentemente no atendimento das verdadeiras demandas locais.

Diante do conjunto de medidas articuladamente adotadas, a área educacional estará dotada de situação propícia para atendimento de toda a demanda, com uma boa margem de segurança que deverá transcender os anseios e necessidades locais.

d) Sane os problemas de alunos por sala de aula;

Consoante restou configurado em item próprio, o apontamento em foco não encontra necessidade de ser reiteradamente justificado visto que sobre os mesmos já foram lançadas contundentes e plausíveis razões que propugnaram pela sua inexecução quando indicado, porquanto a depender de reedição.

e) Estabeleça o Plano de Carreira e Remuneração para seus profissionais que atuam na saúde pública do Município (item D.2);

De igual modo com o que se fez aludido que se relacionado ao item D-2 da conclusão do R. Relatório da lavra da Fiscalização Financeira, naquele tópico se encontram inseridas as razões que se tornaram determinantes para o atraso na feitura do indigitado plano.

Com efeito, de sorte a não tornar a presente peça de defesa de cunho reiterativa, valem as mesmas razões que lá se encontram lançadas.

f) Cumpra as recomendações e determinações do Tribunal de Contas.

Durante mais que uma gestão de governo à frente do município, o atingimento do nível ideal quanto ao atendimento das recomendações, determinações e instruções emanadas por essa Egrégia Corte constituiu-se num corolário da gestão, conseqüência da obrigação do múnus público subsumindo-se ao império da lei, desprovidamente do sentido dissimulador ou de alijosa.



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 48.664.304/0001-80

III – DAS CONSIDERAÇÕES GERAIS

Ao proceder uma análise abrangente sobre os apontamentos pronunciados pela R. Fiscalização financeira a propósito das contas anuais do município relativamente ao exercício de 2020, não se afigura tarefa difícil constatar que a performance obtida em âmbito geral se mostrou extremamente satisfatória.

Tal assertiva parte, prioritariamente dos resultados aferidos na grade que descreve a **síntese do apurado**, lançada a fl 33 do relatório emitido, cujos resultados apontam para a posituação da governabilidade, denotando uma postura praticamente impecável no trato da gestão municipal.

Cabe aqui elucidar questão de suma importância trazida por força da edição da lei federal n° 13.655 de 2018, digna de uma sensatez extremamente coerente contida em seu artigo 22, § 1º cuja redação fez inovar sobremaneira tais particularidades retirando dos ombros do homem público, verdadeiro fardo quando a ele se imputava toda e qualquer responsabilidade em razão de algum desacerto, sem que contasse com algum atenuante, que pudesse lhe servir como um escudo protetivo, vindo a imperar no mundo jurídico, com a seguinte redação, vejamos:

"Art. 22 -....

.....

§ 1º - Em decisão sobre regularidade de conduta ou validade de ato, contrato, ajuste, processo ou norma

90



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 48.664.304/0001-80

administrativa, serão consideradas as circunstâncias práticas que houveram imposto, limitado ou condicionado a ação do agente".

Frente à interpretação que a origem atribui a tal pressuposto, s.m.j., ditas disposições aplicam-se as contas em análises a convalidar pequenos deslizes que orbitam em um trabalho desta magnitude relativamente nas atuais contas.

Ainda que conote despidiêda a reapresentação dessa postura, torna-se praticamente um dever sobre ela lançar uma releitura, no sentido de enfatizar a acuidade empreendida na administração das contas locais, como versam:

SÍNTESE DO APURADO

ITENS

CONTROLE INTERNO: PARCIALMENTE REGULAR;

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – Resultado no exercício - superávit de 2,80%

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – Percentual de investimentos 6,5% ;

DÍVIDA DE CURTO PRAZO: FAVORÁVEL;

DÍVIDA DE LONGO PRAZO: FAVORÁVEL

PRECATÓRIOS - Foi suficiente o pagamento de requisitórios de baixa monta? SIM

ENCARGOS - Efetuados os recolhimentos ao Regime Geral de Previdência Social (INSS)? SIM

TRANSFERÊNCIAS AO LEGISLATIVO - Os repasses atenderam ao limite constitucional? SIM

LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - Despesa de pessoal em dezembro do exercício em exame 47,02%;



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 48.664.304/0001-80

LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - Atendido o artigo 42, da LRF? SIM

LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - Atendido o artigo 21, II, da LRF? SIM

ENSINO - Aplicação na Educação - art. 212 da Constituição Federal (Limite mínimo de 25%) 25,87%;

ENSINO - Fundeb aplicado no magistério (Limite mínimo de 60%) 74,87%;

SAÚDE - Aplicação na Saúde (Limite mínimo de 15%) 30,28%

Não obstante os resultados substantivos lançados acima, é de se repisar que, a Gestão da Pandemia, após criteriosa Fiscalização ventilou a ausência de qualquer eventos reprovável e como tal de nenhuma forma adquirem contorno que possa respingar na legitimidade das contas, tomando-se razoável justificar um sem número de desafios e outras dificuldades enfrentadas que, em princípio se pareciam intransponíveis ante à falta de estrutura para tal, visto que até países do primeiro mundo foram vitimados desses malefícios em muito maiores proporções, não sendo esta diminuta coletividade diferente quanto à superação dessa quase impossível travessia que provocou repercussão inenarrável em âmbito geral junto à administração municipal.

No que se refere ao cumprimento dos requisitos afetos às determinações constitucionais e legais e dos demais pressupostos básicos cabíveis à administração pública municipal, mesmo relém de diversas situações atípicas provocadas pelo elenco de imprevisões que ocorreram no exercício, que sujeitaram o município ao enfrentamento de situações totalmente adversas tais como o estado de calamidade pública decretado e com repercussões significativas na área de saúde e que desencadearam o atingimento dos diversos segmentos da administração, há que se concluir que o município de certa forma soube enfrentar tantos desafios, apresentando um resultado relativamente bom por ocasião de suas prestações de contas anuais, marcando, nesta circunstância tão especial, do beneplácito dessa E. Corte de Contas.



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 48.564.304/0001-88

IV – DO PEDIDO

Diante dos resultados produzidos e aferidos pela R. Fiscalização Financeira, cria-se um cenário ideal para serequerer que as justificativas e alegações ofertadas sejam acolhidas por essa E. Corte deContas e em consequência do bom resultado, seja emitido o **PARECER FAVORÁVEL** quanto à sua aprovação, por se tratar de medida que almeja a mais lidima JUSTIÇA.

Termos em que.

P. deferimento.

Guariba, aos 08 de outubro de 2021.

FRANCISCO DIAS MANÇANO JUNIOR

Ex-Prefeito Municipal



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 48.664.304/0001-80

DECRETO Nº 3.988 – DE 14 DE JUNHO DE 2021

DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS PARA A PARTICIPAÇÃO, PROTEÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DO USUÁRIO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO; INSTITUI A CARTA DE SERVIÇOS AO USUÁRIO E O CONSELHO DE USUÁRIOS DE SERVIÇOS PÚBLICOS; E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CELSO ANTONIO ROMANO – Prefeito Municipal de Guariba, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe confere o inciso IX, do Artigo 73, da Lei Orgânica do Município;

Considerando a promulgação da Lei Federal nº 13.460, de 26 de junho de 2017, que dispõe sobre a participação, proteção e defesa dos direitos dos usuários dos serviços da Administração Pública, e que a referida Lei traz em seu bojo uma série de obrigações e encargos do Poder Executivo, cabendo-lhe regulamentá-la e aplicá-la no âmbito municipal; e,

Considerando, o interesse público, objeto maior da Administração Pública Municipal, cujo titular, que é o cidadão guaribense, será amplamente beneficiado com a regulamentação da legislação supracitada ...

DECRETA:

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1º. Ficam instituídos, no âmbito do Poder Executivo Municipal, tanto os procedimentos administrativos para garantir a participação, proteção e defesa dos usuários dos serviços públicos prestados, direta ou indiretamente, pela Administração Pública, conforme Lei Federal nº 13.460, de 26 de junho de 2017, quanto a Carta de Serviços ao Usuário, assim como o Conselho de Usuários de Serviços Públicos, com vistas à avaliação da efetividade e ao aprimoramento da gestão pública.

Artigo 2º. Para os efeitos deste Decreto, considera-se:

I – Usuário: pessoa física ou jurídica que se beneficia ou utiliza, efetiva ou potencialmente, de serviço público;

II – Serviço público: atividade administrativa ou de prestação direta ou indireta de bens ou serviços à população, exercida por órgão ou entidade da administração pública;

III – Agente público: quem exerce cargo, emprego ou função pública, de natureza civil ou militar, ainda que transitoriamente ou sem remuneração;



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 48.664.304/0001-80

IV – Ouvidor: agente público designado para atuar coo responsável pela ouvidoria municipal, receber as manifestações dos usuários e, de forma imparcial, atuar em defesa dos direitos individuais, combatendo erros, omissões e abusos;

V – Manifestações: reclamações, denúncias, sugestões, elogios e solicitações que tenham como objeto políticas ou serviços públicos prestados e a conduta de agentes públicos na prestação e fiscalização de tais serviços;

Artigo 3º. Os órgãos do Poder Executivo Municipal observarão as seguintes diretrizes nas relações entre si e com os usuários dos serviços públicos:

I – Presunção de boa-fé;

II – Compartilhamento de informações, nos termos da Lei;

III – Eliminação de formalidades e exigências cujo custo econômico ou social seja superior ao risco envolvido;

IV – Aplicação de soluções tecnológicas que visem simplificar processos e procedimentos de atendimento aos usuários dos serviços públicos e propiciar melhores condições para o compartilhamento das informações;

V – Utilização de linguagem clara, que evite o uso de siglas, jargões e estrangeirismos;

VI – Articulação com os Governos Federal e Estadual, e com os outros Municípios da Federação, bem como com os demais Poderes, para a integração, racionalização, disponibilização e simplificação de serviços públicos.

CAPÍTULO II DA CARTA DE SERVIÇO AO USUÁRIO

Artigo 4º. A Carta de Serviço ao Usuário tem por objetivo informar os cidadãos sobre os serviços públicos que podem ser prestados, as formas de acesso a esses serviços, os respectivos compromissos dos órgãos prestadores de serviços e os padrões de qualidade de atendimento ao público.

§ 1º. Os órgãos do Poder Executivo Municipal que prestam atendimento aos usuários dos serviços públicos, deverão elaborar e divulgar Carta de Serviço ao Usuário, no âmbito de sua esfera de competência.

§ 2º. Na Carta de Serviços ao Usuário, deverão constar informações claras e precisas sobre cada um dos serviços prestados, especialmente as relativas:

I – Ao serviço oferecido;



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 48.664.304/0001-80

- II – Aos requisitos e aos documentos necessários para acessar o serviço;
- III – Às etapas para processamento do serviço;
- IV – Ao prazo para prestação do serviço;
- V – À forma de prestação do serviço;
- VI – Aos locais e às formas de acessar o serviço;
- VII – Aos locais e formas para o usuário apresentar eventual manifestação sobre a prestação do serviço;
- VIII – As prioridades de atendimento;
- IX – À previsão de tempo de espera para atendimento;
- X – O prazo para a realização dos serviços;
- XI – Os mecanismos de comunicação com os usuários;
- XII – Os procedimentos para receber e responder as manifestações dos cidadãos;
- XIII – Os mecanismos para a consulta pelos usuários acerca do andamento do serviço solicitado e para sua eventual manifestação;
- XIV – Outras informações julgadas de interesse dos usuários.

Artigo 5º. A Carta de Serviços ao Usuário, a forma de acesso, as orientações de uso e as informações sobre os serviços prestados ao cidadão, deverão ser objeto de atualização periódica e permanente divulgação, mantidos visíveis e acessíveis ao público nos portais institucionais e de prestação de serviços na internet.

CAPÍTULO III DA AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS

Artigo 6º. Os órgãos prestadores de serviços públicos municipais utilizarão ferramentas de pesquisa de satisfação dos usuários dos seus serviços e os dados obtidos subsidiarão a reorientação e o ajuste da prestação dos serviços.

§ 1º. As pesquisas de satisfação e os canais de ouvidoria objetivam garantir a efetiva participação dos usuários dos serviços públicos na avaliação e identificar lacunas e deficiências na prestação dos serviços.



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 48.664.304/0001-80

§ 2º. Os órgãos do Poder Executivo Municipal deverão dar ampla divulgação aos resultados das pesquisas de satisfação.

Artigo 7º. Os órgãos abrangidos por este Decreto avaliarão, com periodicidade mínima anual, os serviços prestados, nos seguintes aspectos:

- I** – Satisfação do usuário com o serviço prestado;
- II** – Qualidade do atendimento prestado ao usuário;
- III** – Cumprimento dos compromissos e prazos definidos para a prestação dos serviços;
- IV** – Quantidade de manifestações de usuários;
- V** – Medidas adotadas para melhoria e aperfeiçoamento da prestação do serviço.

§ 1º. A avaliação da satisfação dos cidadãos será realizada através de pesquisa de satisfação ou por outro meio adequado que assegure os resultados e garanta a finalidade almejada e a solidez metodológica e estatística.

§ 2º. O resultado da avaliação deverá ser integralmente publicado no sítio dos órgãos do município, incluindo o ranking das entidades com maior incidência de reclamação dos usuários na periodicidade a que se refere o §1º, e servirá de subsídio para reorientar e ajustar os serviços prestados, em especial quanto ao cumprimento dos compromissos e dos padrões de qualidade de atendimento divulgados na Carta de Serviços ao Usuário.

CAPÍTULO IV DO CONSELHO MUNICIPAL DE USUÁRIOS DOS SERVIÇOS PÚBLICOS

Seção I Disposições Gerais

Artigo 8º. Fica criado o Conselho de Usuários dos Serviços Públicos como órgão consultivo, vinculado ao Gabinete do Prefeito, com a finalidade de aprimorar a participação dos usuários no acompanhamento da prestação e na avaliação dos serviços públicos.

Artigo 9º. O Conselho de Usuários de Serviços Públicos é um órgão de natureza consultiva, ao qual compete:

- I** - Acompanhar a prestação dos serviços;
- II** - Participar da avaliação dos serviços prestados;



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 48.664.304/0001-80

III - Propor melhorias na prestação dos serviços;

IV - Contribuir na definição de diretrizes para o adequado atendimento ao usuário;

V - Acompanhar e avaliar a atuação da Ouvidoria Geral do Município;

VI - Elaborar, aprovar e reformar, quando necessário, seu Regimento Interno;

VII - Manifestar-se quanto às consultas que lhe forem submetidas.

Artigo 10. Os tipos de serviços públicos municipais a serem representados no Conselho serão definidos dentre aqueles mais utilizados e demandados perante os responsáveis por ações de ouvidoria, em aferição a ser realizada por meio da Ouvidoria Geral do Município.

Artigo 11. O Conselho Municipal de Usuários dos Serviços Públicos terá um presidente, um vice-presidente e um secretário geral, escolhidos entre os Conselheiros titulares, na primeira reunião ordinária, para um mandato de 02 (dois) anos.

Artigo 12. No prazo de até 60 (sessenta) dias após a posse dos Conselheiros, o Conselho adotará providências no sentido de elaborar seu Regimento Interno, se necessário for dispondo sobre as normas gerais de sua organização e funcionamento, submetendo-o à homologação por decreto do Prefeito Municipal.

Artigo 13. As reuniões ordinárias do Conselho serão realizadas com periodicidade mínima trimestral, com a presença da maioria de seus membros e, extraordinariamente, quando convocados por seu presidente ou mediante solicitação por escrito de pelo menos 2/3 (dois terços) de seus membros titulares.

Parágrafo único. O Conselho poderá convocar representantes das Secretarias Municipais, com antecedência mínima de 10 (dez) dias, para participar de suas reuniões, de acordo com a pauta estabelecida.

Seção II

Da composição e Seleção dos Conselheiros

Artigo 14. O Conselho de Usuários dos Serviços Públicos, observados os critérios de representatividade e pluralidade das partes interessadas, será composto da seguinte forma:

I - 5 (cinco) representantes dos usuários de serviços públicos municipais, nos seguintes eixos:

a) 1 (um) representante do Conselho Municipal de Saúde;



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 48.664.304/0001-80

- b) 1 (um) representante do Conselho Municipal de Educação;
- c) 1 (um) representante do Conselho Municipal de Assistência Social;
- d) 1 (um) representante do Conselho Municipal de Meio Ambiente

COMDEMA;

e) 01 (um) representante da ACEI – Associação Comercial, Empresarial e Industrial e/ou CDL – Câmara de Dirigentes dos Lojistas.

II - 5 (cinco) representantes dos órgãos da Administração Municipal, doravante relacionados:

a) 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Planejamento, Obras e Serviços Públicos;

b) 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Saúde;

c) 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social;

d) 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura;

e) 1 (um) representante do Departamento Municipal de Comunicação Social.

§ 1º. Os representantes dos órgãos da Administração Municipal, de que trata o inciso II, deste artigo, serão indicados pelo Chefe do Poder Executivo.

§ 2º. Serão representantes dos usuários de serviços públicos municipais, de que trata o inciso I deste artigo, os respectivos Presidentes ou algum membro por ele indicado.

§ 3º - O conselho será composto por conselheiros titulares e seus respectivos suplentes.

§ 4º. O Conselho Municipal de Usuários dos Serviços Públicos, na execução de suas atribuições, deverá observar todos os serviços prestados pela Administração Pública, independente da sua representatividade, tratada no Inciso I, do Art. 14 deste Decreto.

Artigo 15. Constituem requisitos essenciais para integrar o Conselho:

I - Ser maior de 18 anos;

II - Ser residente no Município de Guariba;

III - Estar em situação regular com a Justiça Eleitoral;



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 48.664.304/0001-80

IV - Não possuir condenação penal, nem estar incurso em nenhuma das hipóteses de inelegibilidade previstas na Lei Complementar Federal nº 064/90.

Artigo 16. A função de Conselheiro é considerada serviço público relevante, e não será remunerada a qualquer título.

Artigo 17. O Chefe do Poder Executivo designará, por meio de ato normativo, os representantes do Conselho, para um mandato de 02 (dois) anos, admitida a recondução.

CAPÍTULO V DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 18. As autoridades ou servidores dos órgãos abrangidos por este Decreto prestarão colaboração e informações à Ouvidoria do Poder Executivo nos assuntos que lhe forem pertinentes, submetidos a sua apreciação.

Artigo 19. As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotação orçamentária própria, consignada no Orçamento Geral do Município, que serão suplementadas se necessário.

Artigo 20. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Guariba, em 14 de junho de 2021.

CELSO ANTONIO ROMANO
Prefeito Municipal

Registrado em livro próprio, no Departamento de Gestão Pública, afixado no local de costume, no quadro de avisos da sede da Prefeitura, na mesma data, e mandado publicar na Imprensa Oficial do Município, criada pela Lei municipal nº 3.119/2018, com circulação diária, na forma eletrônica, nos termos do artigo 90, § 2º, da Lei Orgânica do Município.

ROSEMEIRE GUMIERI
Diretora do Departamento de Gestão Pública



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 48.664.304/0001-80

DECRETO Nº 4.030 – 28 DE SETEMBRO DE 2021

DISPÕE SOBRE A COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DE USUÁRIOS DE SERVIÇOS PÚBLICOS, CRIADO PELO DECRETO Nº 3.988 – DE 14 DE JUNHO DE 2021, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CELSO ANTONIO ROMANO – Prefeito Municipal de Guariba, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe confere o inciso IX, do Artigo 73, da Lei Orgânica do Município ..

DECRETA:

Artigo 1º. Ficam nomeados para compor o Conselho de Usuários dos Serviços Públicos, órgão consultivo, vinculado ao Gabinete do Prefeito, criado através do Capítulo IV, do Decreto nº 3.988, de 14 de junho de 2021, com a finalidade de aprimorar a participação dos usuários no acompanhamento da prestação e na avaliação dos serviços públicos, os seguintes membros:

I - Representantes dos usuários de serviços públicos municipais

a) Do Conselho Municipal de Saúde:

Titular: Terezinha Aparecida Bezan

Suplente: Maria Cristina Caporusso Ceribelli

b) Do Conselho Municipal de Educação:

Titular: Prof. Waltinho Aparecido da Silva

Suplente: Profª Sandra Elizabeth Faria de Medeiros

c) Do Conselho Municipal de Assistência Social:

Titular: Claudenir Lacerda Figueira Antunes

Suplente: Jaqueline Calixto

d) Do Conselho Municipal de Meio Ambiente – COMDEMA:

Titular: Edson Luis Montalvão Caporusso

Suplente: Eliana Regina Rascaglia Barbeto

e) Da ACEI – Associação Comercial, Empresarial e Industrial e/ou CDL – Câmara de Dirigentes dos Lojistas:

Titular: Luciany Ambrosio Mariano

Suplente: Milena Vechi Macedo

II – Representantes dos órgãos da Administração Municipal:

a) Da Secretaria Municipal de Planejamento, Obras e Serviços Públicos:

Titular: Jorge Luis Chiquito

Suplente: Vanessa Ramos Barbosa



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 48.664.304/0001-80

b) Da Secretaria Municipal de Saúde:
Titular: Elizabeth Helena Correia Leite
Suplente: Ilza Aparecida Dantas

c) Da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social:
Titular: Valdinéia Ap. Di Mastrogirolama da Silva
Suplente: Ângela Maria Furtado

d) Da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura:
Titular: Espedito Aparecido Jorge
Suplente: Marcos Maciel Ferreira

e) Do Departamento Municipal de Comunicação Social:
Titular: Vanessa Evangelista de Souza Rozende
Suplente: Anderson dos Santos Souza

Artigo 2º. Todas as atribuições, competências e responsabilidades do Conselho de Usuários de Serviços Públicos, encontram-se dispostas no Decreto nº 3.988, de 14 de junho de 2021.

Artigo 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Guariba, em 28 de setembro de 2021.


CELSON ANTONIO ROMANO
Prefeito Municipal

Registrado em livro próprio, no Departamento de Gestão Pública, afixado no local de costume, no quadro de avisos da sede da Prefeitura, na mesma data, e mandado publicar na Imprensa Oficial do Município, criada pela Lei municipal nº 3.119/2018, com circulação diária, na forma eletrônica, nos termos do artigo 90, § 2º, da Lei Orgânica do Município.


ROSEMEIRE GUMIERI
Diretora do Departamento de Gestão Pública

LEI Nº 1.805 - DE 20 DE DEZEMBRO DE 2.001
INSTITUI O SISTEMA TRIBUTÁRIO E ESTABELECE O CÓDIGO TRIBUTÁRIO
DO MUNICÍPIO DE GUARIBA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

A Câmara Municipal de Guariba, Estado de São Paulo, em Sessão Extraordinária realizada no dia 19 de Dezembro de 2001, **APROVOU** e eu - **Herminio de Laurentiz Neto**, Prefeito Municipal **sanciono e promulgo** a seguinte

LEI:

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Artigo 1º - A presente Lei institui o Sistema Tributário e estabelece o Código Tributário Municipal, e também, disciplina as atividades tributárias do Fisco Municipal.

LIVRO PRIMEIRO

PARTE ESPECIAL – DOS TRIBUTOS

Artigo 2º - Ficam instituídos os seguintes tributos:

I – Impostos:

- a) Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU);
- b) Imposto sobre a transmissão e cessão onerosa inter vivos de bens imóveis e de direitos reais a eles relativos (ITBI);
- c) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS);

II – Taxas:

- a) taxas de serviços públicos;
- b) taxas de relativas ao poder de polícia.

III – Contribuição de Melhoria.

Artigo 197 – A moratória em caráter geral poderá ser concedida de ofício pelo Prefeito, para determinada região ou determinada classe ou categoria de sujeitos passivos, desde que, fundamentadamente, por motivo de relevante caráter sócio econômico ou calamidade pública.

Artigo 198 – A prorrogação da data de vencimento de tributos não caracteriza a moratória e poderá ser promovida a qualquer tempo a critério do Executivo Municipal.

Artigo 199 – O depósito do montante integral ou parcial da obrigação tributária poderá ser efetuado pelo sujeito passivo e suspenderá a exigibilidade do crédito tributário a partir da data de sua efetivação na Tesouraria Municipal ou de sua consignação judicial.

Artigo 200 – A impugnação, a defesa e o recurso à segunda instância administrativa, bem como a concessão de medida liminar em mandado de segurança, suspendem a exigibilidade do crédito tributário, independentemente do prévio depósito.

Artigo 201 – A suspensão da exigibilidade do crédito tributário não dispensa o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal ou dela consequentes.

Artigo 202 – Os efeitos suspensivos cessam pela extinção ou pela exclusão do crédito tributário, pela decisão administrativa desfavorável, no todo ou em parte, ao sujeito passivo e pela cassação da medida liminar concedida em mandado de segurança.

SEÇÃO III EXTINÇÃO

Artigo 203 – Nenhum recolhimento de tributo ou penalidade será efetuado sem que expeça o competente documento da arrecadação municipal, na forma estabelecida em regulamento.

§ 1º - No caso de expedição fraudulenta de documentos de arrecadação municipal, responderão civil, criminal e administrativamente os servidores que os houverem subscrito, emitido ou fornecido.

§ 2º - Pela cobrança a menor de tributo, responde, perante a Fazenda Municipal, solidariamente, o servidor culpado, cabendo-lhe direito regressivo contra o contribuinte.

Artigo 204 – Todo pagamento de tributo deverá ser efetuado em órgão arrecadador municipal ou estabelecimento de crédito autorizado pela Administração, sob pena de nulidade.

Artigo 205 – É facultada à Administração a cobrança em conjunto de impostos e taxas, observadas as disposições regulamentares.

Artigo 206 – O tributo e os demais créditos tributários não pagos na data do vencimento serão pagos, antes de qualquer outro procedimento fiscal, de acordo com os seguintes critérios, se outros não estiverem especificamente previstos:

I – o principal será atualizado monetariamente mediante a utilização de índices oficiais de correção monetária.

II – sobre o valor principal atualizado serão aplicados:

- a) multa de 2% (dois por cento) após o vencimento da parcela;
- b) juros de mora à razão de 1% (um por cento) por mês de atraso, devidos a partir do mês seguinte ao do vencimento.

Artigo 207 – O sujeito passivo terá direito à restituição total ou parcial das importâncias pagas a título de tributo ou demais créditos tributários, nos seguintes casos:

I – cobrança ou pagamento espontâneo de tributo indevido ou em valor maior que o devido, em face da legislação tributária, ou de natureza ou circunstâncias materiais do fato gerador efetivamente ocorrido;

II – erro na identificação do sujeito passivo, na determinação da alíquota, no cálculo do montante do débito ou na elaboração ou na conferência de qualquer documento relativo ao pagamento;

III – reforma, anulação, revogação ou rescisão de decisão condenatória;

Artigo 208 – A restituição de tributos que comportem, por sua natureza, transferência do respectivo encargo financeiro, somente será feita a quem prove haver assumido o referido encargo ou, no caso de tê-lo transferido a terceiro, estar por este expressamente autorizado a recebê-la.

Artigo 209 – A restituição total ou parcial dá lugar à restituição, na mesma proporção, dos juros de mora, das penalidades pecuniárias, e dos demais acréscimos legais relativos ao principal, excetuando-se os acréscimos referentes a infrações de caráter formal.

Artigo 210 – O direito de pleitear a restituição total ou parcial do tributo extingue-se ao final do prazo de 5 (cinco) anos, contados:

I – nas hipóteses dos incisos I e II do Artigo 207, da data da extinção do crédito tributário;

II – na hipótese do inciso III do Artigo 207, da data em que se tornar definitiva a decisão administrativa ou transitar em julgado a decisão judicial que tenha reformado, anulado, revogado ou rescindido a decisão condenatória.

Artigo 211 – Prescreve em 2 (dois) anos a ação anulatória de decisão administrativa que denegar a restituição.

Parágrafo Único – O prazo de prescrição é interrompido pelo início da ação judicial, reconhecendo o seu curso, por metade, a partir da data da intimação validamente feita ao representante judicial do Município.

Artigo 212 – O pedido de restituição será feito à Prefeitura através de requerimento da parte interessada que apresentará prova do pagamento e as razões da ilegalidade ou irregularidade.

Parágrafo Único – O pedido de restituição será indeferido se o requerente criar qualquer obstáculo ao exame de sua escrita ou de documentos, quando isso se torne necessário à verificação da procedência da medida, a juízo da autoridade fiscal.

Artigo 213 – Quando se tratar de tributos e multas indevidamente arrecadados por erro cometido pelo Fisco ou pelo contribuinte, regularmente apurado, a restituição será feita de ofício, mediante determinação da autoridade competente, devidamente formalizada.

Artigo 214 – A restituição total ou parcial do tributo dá lugar à restituição, na mesma proporção, dos juros de mora e das penalidades pecuniárias, salvo as referente à infração de caráter formal não prejudicadas pela causa da restituição.

Artigo 215 – A importância será restituída dentro de um prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da decisão final que defira o pedido.

Artigo 216 – Só haverá restituição de quaisquer importâncias após decisão definitiva, na esfera administrativa, favorável ao contribuinte.

Artigo 217 – Fica o Prefeito Municipal autorizado a conceder, por despacho fundamentado, ouvidos a Secretaria da Promoção Social e a Secretaria da Fazenda, remissão total ou parcial do débito tributário, nos seguintes casos:

I – notória pobreza do contribuinte;

II – calamidade pública.

Parágrafo Único – A concessão referida neste Artigo será regulamentada, não gerando direito adquirido e será revogada de ofício sempre que se apure que o beneficiário

não satisfazia ou deixou de satisfazer as condições ou não cumpria ou deixou de cumprir os requisitos necessários à sua obtenção, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis nos casos de dolo ou simulação do beneficiário.

Artigo 218 – O direito da Fazenda Pública constituir o crédito tributário decai após 5 (cinco) anos, contados:

I – da data em que tenha sido notificado ao sujeito passivo qualquer medida preparatória indispensável ao lançamento;

II – do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento deveria ter sido efetuado.

III – da data em que se tornar definitiva a decisão que houver anulado, por vício formal, o lançamento anteriormente efetuado.

§ 1º – o prazo de decadência não admite interrupção ou suspensão.

§ 2º – ocorrendo a decadência, aplicam-se as normas do Parágrafo Único do Artigo 220 no tocante à apuração de responsabilidade e à caracterização da falta.

Artigo 219 – A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em 5 (cinco) anos, contados da data de sua constituição definitiva.

§ 1º – A prescrição se interrompe, começando de novo sua contagem a partir desta data:

I – pela citação pessoal feita ao devedor;

II – pelo protesto judicial;

III – por qualquer ato judicial que constitua em mora o devedor;

IV – por qualquer ato inequívoco, ainda que extrajudicial, que importe em reconhecimento do débito pelo devedor.

§ 2º – A prescrição se suspende:

I – durante o prazo de concessão de moratória ou remissão e sua revogação, se obtido através de dolo ou simulação do beneficiário ou de terceiro por aquele;

II – a partir da inscrição do débito em dívida ativa, por 180 (cento e oitenta) dias, ou até a distribuição da execução fiscal se esta ocorrer antes de findo aquele prazo.

Artigo 220 – Ocorrendo a prescrição abrir-se-á inquérito administrativo para apurar as responsabilidades.

Parágrafo Único – A autoridade municipal, qualquer que seja seu cargo ou função e independentemente do vínculo empregatício ou funcional, responderá pela prescrição de débitos tributários sob sua responsabilidade, cumprindo-lhe indenizar o Município no valor dos débitos prescritos.

Artigo 221 – As importâncias relativas ao montante do crédito tributário depositadas na Tesouraria Municipal ou consignadas judicialmente para efeito de discussão, serão, após decisão irrecorrível, no total ou em parte, restituídas de ofício ao impugnante ou convertidas em renda a favor do Município.

Artigo 222 – Extingue o crédito tributário a decisão administrativa ou judicial que expressamente, em conjunto ou isoladamente:

- I – declare a irregularidade de sua constituição;
- II – reconheça a inexistência da obrigação que lhe deu origem
- III – exonere o sujeito passivo do cumprimento da obrigação;
- IV – declare a incompetência do sujeito ativo para exigir o cumprimento da obrigação.

Parágrafo Único – Enquanto não definida a decisão administrativa ou passada em julgado a decisão judicial, continuará o sujeito passivo obrigado nos termos da legislação tributária, ressalvadas as hipóteses de suspensão da exigibilidade do crédito, previstas nos Artigos 195 a 201.

SEÇÃO IV EXCLUSÃO

Artigo 223 – A exclusão do crédito tributário não dispensa o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal ou dela consequentes.

Artigo 224 – A isenção, quando concedida em função do preenchimento de determinadas condições ou do cumprimento de requisitos, dependerá do reconhecimento anual pelo Executivo, antes da expiração de cada exercício, mediante requerimento do interessado em que prove enquadrar-se nas situações exigidas pela lei concedente.

§ 1º - O deferimento do pedido de isenção para o primeiro exercício servirá para os seguintes, ficando o beneficiário, para a renovação do favor fiscal, obrigado a comunicar

ao Fisco, anualmente, até o último dia útil do mês de dezembro, que continua preenchendo os requisitos legais.

§ 2º - A inobservância do disposto neste Artigo implica perda total do benefício concedido.

Artigo 225 - No caso de comunicação falsa, ficará o beneficiário sujeito ao lançamento do imposto devido, acrescido de 100% (cem por cento) de seu valor, sem prejuízo de outras cominações cabíveis.

Artigo 226 - Quando deixarem de ser cumpridas as exigências determinadas na lei de isenção, condicionada a prazo ou a quaisquer outros encargos, a autoridade administrativa, fundamentadamente, cancelará o despacho que reconheceu o benefício.

Artigo 227 - A concessão de outras isenções não previstas nesta Lei apoiar-se-á sempre em fortes razões de ordem pública ou de interesse do Município, não poderá ter caráter pessoal e dependerá de lei aprovada por 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara de Vereadores.

Artigo 228 - A isenção, salvo se concedida por prazo certo e em função de determinadas condições a serem cumpridas pelo beneficiário, pode ser revogada ou modificada por lei a qualquer tempo, obedecido o princípio da anualidade.

Artigo 229 - As isenções não abrangem as taxas e a contribuição de melhoria, salvo se expressamente estabelecidas na lei de concessão do benefício.

Artigo 230 - Nenhuma anistia será concedida a qualquer contribuinte a não ser por lei aprovada por 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara de Vereadores.

§ 1º - A anistia, quando não concedida em caráter geral, é efetivada, em cada caso, por despacho do Executivo em requerimento no qual o interessado faça prova do preenchimento das condições e do cumprimento dos requisitos previstos em lei para sua concessão.

§ 2º - O despacho referido neste Artigo não gera direito adquirido e será revogado de ofício sempre que se apure que o beneficiado não satisfazia ou deixou de satisfazer as condições ou não cumpria ou deixou de cumprir os requisitos para concessão do favor, cobrando-se o crédito atualizado e acrescido de juros de mora.

Artigo 231 - A concessão de anistia implica perdão da infração, não constituindo esta antecedente para efeito de imposição ou graduação de penalidades por outras infrações de qualquer natureza a ela subsequentes cometidas pelo sujeito passivo beneficiado por anistia anterior.

Parágrafo Único - Não é objeto de anistia a atualização monetária do tributo.

ANEXO 04 – REFERENTE AO ITEM C.2 LETRA “F”



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA – SP.
SETOR MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
 merendaescolar@guariba.sp.gov.br



CHECK-LIST DE VISITAS ÀS ESCOLAS: PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PNAE

UNIDADE ESCOLAR: EMEB "Professor Barros"

DATA: 09/03/2020 HORÁRIO: 8:00 AS 10:00

ESTAGIÁRIA: Luciana Maria Santos

MERENDEIRAS: Leiana Gislene

HIGIENE PESSOAL/SAÚDE DAS MERENDEIRAS

	REGULAR	BOM	ÓTIMO
MÃOS LAVADAS E HIGIENIZADAS			✓
ASSEIO (CABELOS, ODOR)			✓
UNHAS CURTAS, SEM ESMALTE E LIMPAS			✓
AUSÊNCIA DE ADORNOS (RELÓGIO, CORRENTE, ANEL)			✓
UNIFORME COMPLETO, LIMPO E BEM COLOCADO			✓
USO DE TOUCA/CABELOS DEVIDAMENTE PROTEGIDOS			✓
HÁ A REALIZAÇÃO DE EXAMES MÉDICO LABORATORIAL PERIÓDICO	Sim/Não:	Sim	

HIGIENE DO AMBIENTE

AMBIENTE LIMPO	REGULAR	BOM	ÓTIMO
ORGANIZAÇÃO	✓		
AZULEJOS		✓	
TETO		✓	
LUMINÁRIAS		✓	
ARMÁRIO		✓	
LIXEIRAS			✓
OUTROS			✓
EQUIPAMENTOS LIMPOS	REGULAR	BOM	ÓTIMO
GELADEIRA			✓
FREEZER			✓
FOGÃO			✓
PROCESSADOR			✓
LIQUIDIFICADOR			✓
OUTROS			✓
UTENSÍLIOS LIMPOS	REGULAR	BOM	ÓTIMO
PRATOS			✓
TALHERES			✓
CANECAS			✓
PANELAS			✓
ARMAZENAMENTO	REGULAR	BOM	ÓTIMO
DESPENSA LIMPA E ORGANIZADA		✓	
AUSÊNCIA DE EMBALAGENS ROMPIDAS E/OU AVARIADAS, ABERTAS			✓
ALIMENTOS SEPARADOS DO MATERIAL DE LIMPEZA			✓
OS PALETES, ESTRADOS E/OU PRATELEIRAS SÃO DE MATERIAL LISO, RESISTENTE, IMPERMEÁVEL E LAVÁVEL?			✓
TODOS OS ALIMENTOS DENTRO DO PRAZO DE VALIDADE			✓
TODOS OS PRODUTOS ABERTOS SENDO UTILIZADOS			✓



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA – SP.
SETOR MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
merendaescolar@guariba.sp.gov.br



AUSÊNCIA DE INCIDÊNCIA DE LUZ SOLAR SOB OS ALIMENTOS			✓
PREPARO E DISTRIBUIÇÃO DOS ALIMENTOS			
SEGUIMENTO DO CARDÁPIO	REGULAR	BOM	ÓTIMO
HOUVE ALTERAÇÃO DE CARDÁPIO	Sim/Não: Não		
ALTERAÇÃO REGISTRADA EM RELATÓRIO ESPECÍFICO	Sim/Não: -		
QUANTIDADE ADEQUADA DE PREPARO (COM POUCA OU NENHUMA SOBRA)			✓
BOA APRESENTAÇÃO DA PREPARAÇÃO/DOS PRATOS			✓
PORCIONAMENTO ADEQUADO DAS PREPARAÇÕES			✓
PERMISSÃO DE REPETIÇÃO			✓
TEMPERATURA ADEQUADA DOS ALIMENTOS/PREPARAÇÕES			✓
DESCONGELAMENTO DOS ALIMENTOS SOB TEMPERATURA			✓
SANITIZAÇÃO DOS ALIMENTOS	REGULAR	BOM	ÓTIMO
FRUTAS			✓
VERDURAS/LEGUMES			✓
TALHERES			✓
RELACIONAMENTO DAS MERENDEIRAS	REGULAR	BOM	ÓTIMO
BOM RELACIONAMENTO COM AS CRIANÇAS			✓
BOM RELACIONAMENTO E COOPERAÇÃO ENTRE AS MERENDEIRAS			✓
BOM RELACIONAMENTO COM OS FUNCIONÁRIOS DA ESCOLA			✓
HOUVE BOM TRATAMENTO A NUTRICIONISTA NA VISITA			✓
LOCAL E SEGURANÇA NO TRABALHO	REGULAR	BOM	ÓTIMO
AUSÊNCIA DE PESSOAS ESTRANHAS NA COZINHA (PROFESSORES, SERVENTES)			✓
CONDUTA CUIDADOSA (MOVIMENTOS COM FACAS, GARFOS)			✓
ORGANIZAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO/DESEMPENHO DO TRABALHO			✓
PERTENCES PESSOAIS EM LOCAL APROPRIADO			✓
PLANILHAS	REGULAR	BOM	ÓTIMO
CONTROLE DE TEMPERATURA			✓
SAÍDA DE ESTOQUE			✓
REFEIÇÕES SERVIDAS			✓
GUARDA DE COLETA DE AMOSTRAS	REGULAR	BOM	ÓTIMO
COLETA DE AMOSTRAS			✓

Juliana Picollo de Oliveira Montalves

Nutricionista - CRN 3

VISTO NUTRICIONISTA: _____

Setor Municipal de Alimentação Escolar

VISTO E CARIMBO DA DIREÇÃO ESCOLAR: _____

Pablo Roberto de Oliveira
RG 196.208-2
Diretor de Escola



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA – SP.
SETOR MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
merendaescolar@guariba.sp.gov.br



CHECK-LIST DE VISITAS ÀS ESCOLAS: PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR –
PNAE

UNIDADE ESCOLAR: EMEB "Professor Bauer"

DATA: 10/02/2020 HORÁRIO: 8:00 ÀS 11:00

ESTAGIÁRIA: Lina Maria Lúcio

MERENDEIRAS: Adriana, Jislene

OBS: Unidade em reforma.

HIGIENE PESSOAL/SAÚDE DAS MERENDEIRAS			
	REGULAR	BOM	ÓTIMO
MÃOS LAVADAS E HIGIENIZADAS			✓
ASSEIO (CABELOS, ODOR)			✓
UNHAS CURTAS, SEM ESMALTE E LIMPAS			✓
AUSÊNCIA DE ADORNOS (RELÓGIO, CORRENTE, ANEL)			✓
UNIFORME COMPLETO, LIMPO E BEM COLOCADO			✓
USO DE TOUCA/CABELOS DEVIDAMENTE PROTEGIDOS			✓
HÁ A REALIZAÇÃO DE EXAMES MÉDICO LABORATORIAL PERIÓDICO	Sim/Não:	Sim	
HIGIENE DO AMBIENTE			
AMBIENTE LIMPO	REGULAR	BOM	ÓTIMO
ORGANIZAÇÃO	✓		
AZULEJOS		✓	
TETO		✓	
LUMINÁRIAS		✓	
ARMÁRIO		✓	
LIXEIRAS			✓
OUTROS			✓
EQUIPAMENTOS LIMPOS	REGULAR	BOM	ÓTIMO
GELADEIRA			✓
FREEZER			✓
FOGÃO			✓
PROCESSADOR			✓
LIQUIDIFICADOR			✓
OUTROS			✓
UTENSÍLIOS LIMPOS	REGULAR	BOM	ÓTIMO
PRATOS			✓
TALHERES			✓
CANECAS			✓
PANELAS			✓
ARMAZENAMENTO			
	REGULAR	BOM	ÓTIMO
DESPENSA LIMPA E ORGANIZADA		✓	
AUSÊNCIA DE EMBALAGENS ROMPIDAS E/OU AVARIADAS, ABERTAS			✓
ALIMENTOS SEPARADOS DO MATERIAL DE LIMPEZA			✓
OS PALETES, ESTRADOS E/OU PRATELEIRAS SÃO DE MATERIAL LISO, RESISTENTE, IMPERMEÁVEL E LAVÁVEL?			✓
TODOS OS ALIMENTOS DENTRO DO PRAZO DE VALIDADE			✓
TODOS OS PRODUTOS ABERTOS SENDO UTILIZADOS			✓



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA – SP.
SETOR MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
merendaescolar@guariba.sp.gov.br



AUSÊNCIA DE INCIDÊNCIA DE LUZ SOLAR SOB OS ALIMENTOS			✓
PREPARO E DISTRIBUIÇÃO DOS ALIMENTOS			
SEGUIMENTO DO CARDÁPIO	REGULAR	BOM	ÓTIMO
HOUVE ALTERAÇÃO DE CARDÁPIO	Sim/Não:	YDS	
ALTERAÇÃO REGISTRADA EM RELATÓRIO ESPECÍFICO	Sim/Não:	+	
QUANTIDADE ADEQUADA DE PREPARO (COM POUCA OU NENHUMA SOBRA)			✓
BOA APRESENTAÇÃO DA PREPARAÇÃO/DOS PRATOS			✓
PORCIONAMENTO ADEQUADO DAS PREPARAÇÕES			✓
PERMISSÃO DE REPETIÇÃO			✓
TEMPERATURA ADEQUADA DOS ALIMENTOS/PREPARAÇÕES			✓
DESCONGELAMENTO DOS ALIMENTOS SOB TEMPERATURA			✓
SANITIZAÇÃO DOS ALIMENTOS	REGULAR	BOM	ÓTIMO
FRUTAS			✓
VERDURAS/LEGUMES			✓
TALHERES			✓
RELACIONAMENTO DAS MERENDEIRAS	REGULAR	BOM	ÓTIMO
BOM RELACIONAMENTO COM AS CRIANÇAS			✓
BOM RELACIONAMENTO E COOPERAÇÃO ENTRE AS MERENDEIRAS			✓
BOM RELACIONAMENTO COM OS FUNCIONÁRIOS DA ESCOLA			✓
HOUVE BOM TRATAMENTO A NUTRICIONISTA NA VISITA			✓
LOCAL E SEGURANÇA NO TRABALHO	REGULAR	BOM	ÓTIMO
AUSÊNCIA DE PESSOAS ESTRANHAS NA COZINHA (PROFESSORES, SERVENTES)			✓
CONDUTA CUIDADOSA (MOVIMENTOS COM FACAS, GARFOS)			✓
ORGANIZAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO/DESEMPENHO DO TRABALHO			✓
PERTENCES PESSOAIS EM LOCAL APROPRIADO			✓
PLANILHAS	REGULAR	BOM	ÓTIMO
CONTROLE DE TEMPERATURA			✓
SAÍDA DE ESTOQUE			✓
REFEIÇÕES SERVIDAS			✓
GUARDA DE COLETA DE AMOSTRAS	REGULAR	BOM	ÓTIMO
COLETA DE AMOSTRAS			✓

VISTO NUTRICIONISTA: 
Juliana Picollo de Oliveira Monsalve
Nutricionista - CRN3 - 7166
Setor Municipal de Alimentação Escolar

VISTO E CARIMBO DA DIREÇÃO ESCOLAR: 
Pablo Raimundo de Oliveira
RG 40.183.208-2
Diretor de Escola



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA – SP.
SETOR MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
merendaescolar@guariba.sp.gov.br



CHECK-LIST DE VISITAS ÀS ESCOLAS: PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR –
PNAE

UNIDADE ESCOLAR: EMEB Paulo Mangabeira

DATA: 18/03/2020 HORÁRIO: 8:00 ÀS 10:00

ESTAGIÁRIA: Alia Maria S. Bruno

MERENDEIRAS: Silene S. S. S. S. S.

HIGIENE PESSOAL/SAÚDE DAS MERENDEIRAS			
	REGULAR	BOM	ÓTIMO
MÃOS LAVADAS E HIGIENIZADAS			✓
ASSEIO (CABELOS, ODOR)			✓
UNHAS CURTAS, SEM ESMALTE E LIMPAS			✓
AUSÊNCIA DE ADORNOS (RELÓGIO, CORRENTE, ANEL)			✓
UNIFORME COMPLETO, LIMPO E BEM COLOCADO			✓
USO DE TOUCA/CABELOS DEVIDAMENTE PROTEGIDOS			✓
HÁ A REALIZAÇÃO DE EXAMES MÉDICO LABORATORIAL PERIÓDICO	Sim/Não: <u>Sim</u>		
HIGIENE DO AMBIENTE			
AMBIENTE LIMPO			
ORGANIZAÇÃO			✓
AZULEJOS			✓
TETO			✓
LUMINÁRIAS			✓
ARMÁRIO			✓
LIXEIRAS			✓
OUTROS			✓
EQUIPAMENTOS LIMPOS			
GELADEIRA			✓
FREEZER			✓
FOGÃO			✓
PROCESSADOR			✓
LIQUIDIFICADOR			✓
OUTROS			✓
UTENSÍLIOS LIMPOS			
PRATOS			✓
TALHERES			✓
CANECAS			✓
PANELAS			✓
ARMAZENAMENTO			
DESPENSA LIMPA E ORGANIZADA			✓
AUSÊNCIA DE EMBALAGENS ROMPIDAS E/OU AVARIADAS, ABERTAS			✓
ALIMENTOS SEPARADOS DO MATERIAL DE LIMPEZA			✓
OS PALETES, ESTRADOS E/OU PRATELEIRAS SÃO DE MATERIAL LISO, RESISTENTE, IMPERMEÁVEL E LAVÁVEL?			✓
TODOS OS ALIMENTOS DENTRO DO PRAZO DE VALIDADE			✓
TODOS OS PRODUTOS ABERTOS SENDO UTILIZADOS			✓



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA - SP.
SETOR MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
merendaescolar@guariba.sp.gov.br



AUSÊNCIA DE INCIDÊNCIA DE LUZ SOLAR SOB OS ALIMENTOS			✓
PREPARO E DISTRIBUIÇÃO DOS ALIMENTOS			
SEGUIMENTO DO CARDÁPIO <i>Sem alteração / muito bom</i>	REGULAR	BOM	ÓTIMO
HOUVE ALTERAÇÃO DE CARDÁPIO	Sim/Não:		
ALTERAÇÃO REGISTRADA EM RELATÓRIO ESPECÍFICO	Sim/Não:		
QUANTIDADE ADEQUADA DE PREPARO (COM POUCA OU NENHUMA SOBRA)			
BOA APRESENTAÇÃO DA PREPARAÇÃO/DOS PRATOS			
PORCIONAMENTO ADEQUADO DAS PREPARAÇÕES			
PERMISSÃO DE REPETIÇÃO			
TEMPERATURA ADEQUADA DOS ALIMENTOS/PREPARAÇÕES			
DESCONGELAMENTO DOS ALIMENTOS SOB TEMPERATURA			
SANITIZAÇÃO DOS ALIMENTOS	REGULAR	BOM	ÓTIMO
FRUTAS			✓
VERDURAS/LEGUMES			✓
TALHERES			✓
RELACIONAMENTO DAS MERENDEIRAS	REGULAR	BOM	ÓTIMO
BOM RELACIONAMENTO COM AS CRIANÇAS			✓
BOM RELACIONAMENTO E COOPERAÇÃO ENTRE AS MERENDEIRAS			✓
BOM RELACIONAMENTO COM OS FUNCIONÁRIOS DA ESCOLA			✓
HOUVE BOM TRATAMENTO A NUTRICIONISTA NA VISITA			✓
LOCAL E SEGURANÇA NO TRABALHO	REGULAR	BOM	ÓTIMO
AUSÊNCIA DE PESSOAS ESTRANHAS NA COZINHA (PROFESSORES, SERVENTES)			✓
CONDUTA CUIDADOSA (MOVIMENTOS COM FACAS, GARFOS)			✓
ORGANIZAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO/DESEMPENHO DO TRABALHO			✓
PERTENCES PESSOAIS EM LOCAL APROPRIADO			✓
PLANILHAS	REGULAR	BOM	ÓTIMO
CONTROLE DE TEMPERATURA			✓
SAÍDA DE ESTOQUE			✓
REFEIÇÕES SERVIDAS			✓
GUARDA DE COLETA DE AMOSTRAS	REGULAR	BOM	ÓTIMO
COLETA DE AMOSTRAS			✓

VISTO NUTRICIONISTA:

Juliana Picollo de Oliveira Monsalve
Juliana Picollo de Oliveira Monsalve
Nutricionista - CRN3 - 7156
Setor Municipal de Alimentação Escolar

VISTO E CARIMBO DA DIREÇÃO ESCOLAR:

Ana Paula Furtado Goulart
Ana Paula Furtado Goulart
RG 25.481.439-6
DIRETOR DE EMEB



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA – SP.
SETOR MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
merendaescolar@guariba.sp.gov.br



ROTEIRO DE VISITAS ÀS ESCOLAS: PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PNAE

UNIDADE ESCOLAR: EMEB Vilma Rego

DATA: 12/03/2020 - HORÁRIO: 8:00 ÀS 10:00

ESTAGIÁRIA: Lidia Maria Batista Soares

MERENDEIRAS: Melgiciane Ladeira

HIGIENE PESSOAL/SAÚDE DAS MERENDEIRAS			
	REGULAR	BOM	ÓTIMO
MÃOS LAVADAS E HIGIENIZADAS			✓
ASSEIO (CABELOS, ODOR)			✓
UNHAS CURTAS, SEM ESMALTE E LIMPAS			✓
AUSÊNCIA DE ADORNOS (RELÓGIO, CORRENTE, ANEL)			✓
UNIFORME COMPLETO, LIMPO E BEM COLOCADO			✓
USO DE TOUCA/CABELOS DEVIDAMENTE PROTEGIDOS			✓
HÁ A REALIZAÇÃO DE EXAMES MÉDICO LABORATORIAL PERIÓDICO	Sim/Não:		Sim
HIGIENE DO AMBIENTE			
AMBIENTE LIMPO	REGULAR	BOM	ÓTIMO
ORGANIZAÇÃO			✓
AZULEJOS			✓
TETO			✓
LUMINÁRIAS			✓
ARMÁRIO			✓
LIXEIRAS			✓
OUTROS			✓
EQUIPAMENTOS LIMPOS	REGULAR	BOM	ÓTIMO
GELADEIRA			✓
FREEZER			✓
FOGÃO			✓
PROCESSADOR			✓
LIQUIDIFICADOR			✓
OUTROS			✓
UTENSÍLIOS LIMPOS	REGULAR	BOM	ÓTIMO
PRATOS			✓
TALHERES			✓
CANECAS			✓
PANELAS			✓
ARMAZENAMENTO			
DESPENSA LIMPA E ORGANIZADA			✓
AUSÊNCIA DE EMBALAGENS ROMPIDAS E/OU AVARIADAS, ABERTAS			✓
ALIMENTOS SEPARADOS DO MATERIAL DE LIMPEZA			✓
OS PALETES, ESTRADOS E/OU PRATELEIRAS SÃO DE MATERIAL LISO, RESISTENTE, IMPERMEÁVEL E LAVÁVEL?			✓
TODOS OS ALIMENTOS DENTRO DO PRAZO DE VALIDADE			✓
TODOS OS PRODUTOS ABERTOS SENDO UTILIZADOS			✓
AUSÊNCIA DE INCIDÊNCIA DE LUZ SOLAR SOB OS ALIMENTOS			✓
PREPARO E DISTRIBUIÇÃO DOS ALIMENTOS			



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA - SP.
SETOR MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

merendaescolar@guariba.sp.gov.br



Data sem aula - Pandemia Corona

SEGUIMENTO DO CARDÁPIO	REGULAR	BOM	ÓTIMO
HOUVE ALTERAÇÃO DE CARDÁPIO	Sim/Não: <i>sem alteração</i>		
ALTERAÇÃO REGISTRADA EM RELATÓRIO ESPECÍFICO	Sim/Não: <i>sem alteração</i>		
QUANTIDADE ADEQUADA DE PREPARO (COM POUCA OU NENHUMA SOBRA)			
BOA APRESENTAÇÃO DA PREPARAÇÃO/DOS PRATOS			
PORCIONAMENTO ADEQUADO DAS PREPARAÇÕES			
PERMISSÃO DE REPETIÇÃO			
TEMPERATURA ADEQUADA DOS ALIMENTOS/PREPARAÇÕES			
DESCONGELAMENTO DOS ALIMENTOS SOB TEMPERATURA			
SANITIZAÇÃO DOS ALIMENTOS			
FRUTAS	REGULAR	BOM	ÓTIMO
VERDURAS/LEGUMES			✓
TALHERES			✓
RELACIONAMENTO DAS MERENDEIRAS	REGULAR	BOM	ÓTIMO
BOM RELACIONAMENTO COM AS CRIANÇAS			✓
BOM RELACIONAMENTO E COOPERAÇÃO ENTRE AS MERENDEIRAS			✓
BOM RELACIONAMENTO COM OS FUNCIONÁRIOS DA ESCOLA			✓
HOUVE BOM TRATAMENTO A NUTRICIONISTA NA VISITA			✓
LOCAL E SEGURANÇA NO TRABALHO	REGULAR	BOM	ÓTIMO
AUSÊNCIA DE PESSOAS ESTRANHAS NA COZINHA (PROFESSORES, SERVENTES)			✓
CONDUZA CUIDADOSA (MOVIMENTOS COM FACAS, GARFOS)			✓
ORGANIZAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO/DESEMPENHO DO TRABALHO			✓
PERTENCES PESSOAIS EM LOCAL APROPRIADO			✓
PLANILHAS	REGULAR	BOM	ÓTIMO
CONTROLE DE TEMPERATURA			✓
SAÍDA DE ESTOQUE			✓
REFEIÇÕES SERVIDAS			✓
GUARDA DE COLETA DE AMOSTRAS	REGULAR	BOM	ÓTIMO
COLETA DE AMOSTRAS			<i>sem amostragem</i>

VISTO NUTRICIONISTA:

Juliana Picollo de Oliveira Monsalve
Nutricionista - CRN3 - 7158

Setor Municipal de Alimentação Escolar

VISTO E CARIMBO DA DIREÇÃO ESCOLAR:

Fabiana Cruzato Thomazele
RG 28.830.077-1
Diretor de Escola



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA - SP.
SETOR MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
merendaescolar@guariba.sp.gov.br



ROTEIRO DE VISITAS ÀS ESCOLAS: PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE

UNIDADE ESCOLAR: EMEB' Gina Ballede

DATA: 12/03/2020 - HORÁRIO: 8:00 ÀS 11:00

ESTAGIÁRIA: Neia Maria Dutra

MERENDEIRAS: Neia, Cida

HIGIENE PESSOAL/SAÚDE DAS MERENDEIRAS			
	REGULAR	BOM	ÓTIMO
MÃOS LAVADAS E HIGIENIZADAS			✓
ASSEIO (CABELOS, ODOR)			✓
UNHAS CURTAS, SEM ESMALTE E LIMPAS			✓
AUSÊNCIA DE ADORNOS (RELÓGIO, CORRENTE, ANEL)			✓
UNIFORME COMPLETO, LIMPO E BEM COLOCADO			✓
USO DE TOUCA/CABELOS DEVIDAMENTE PROTEGIDOS			✓
HÁ A REALIZAÇÃO DE EXAMES MÉDICO LABORATORIAL PERIÓDICO	Sim/Não:	Sim	
HIGIENE DO AMBIENTE			
AMBIENTE LIMPO	REGULAR	BOM	ÓTIMO
ORGANIZAÇÃO			✓
AZULEJOS			✓
TETO			✓
LUMINÁRIAS			✓
ARMÁRIO			✓
LIXEIRAS			✓
OUTROS			✓
EQUIPAMENTOS LIMPOS	REGULAR	BOM	ÓTIMO
GELADEIRA			✓
FREEZER			✓
FOGÃO			✓
PROCESSADOR			✓
LIQUIDIFICADOR			✓
OUTROS			✓
UTENSÍLIOS LIMPOS	REGULAR	BOM	ÓTIMO
PRATOS			✓
TALHERES			✓
CANECAS			✓
PANELAS			✓
ARMAZENAMENTO			
	REGULAR	BOM	ÓTIMO
DESPENSA LIMPA E ORGANIZADA			✓
AUSÊNCIA DE EMBALAGENS ROMPIDAS E/OU AVARIADAS, ABERTAS			✓
ALIMENTOS SEPARADOS DO MATERIAL DE LIMPEZA			✓
OS PALETES, ESTRADOS E/OU PRATELEIRAS SÃO DE MATERIAL LISO, RESISTENTE, IMPERMEÁVEL E LAVÁVEL?			✓
TODOS OS ALIMENTOS DENTRO DO PRAZO DE VALIDADE			✓
TODOS OS PRODUTOS ABERTOS SENDO UTILIZADOS			✓
AUSÊNCIA DE INCIDÊNCIA DE LUZ SOLAR SOB OS ALIMENTOS			✓
PREPARO E DISTRIBUIÇÃO DOS ALIMENTOS			



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA - SP.
SETOR MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
merendaescolar@guariba.sp.gov.br



CÓPIA DE DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: CAROLINA RANGEL SEGUNINI. Sistema e-TCESP. Para obter informações sobre assinatura e/ou ver o arquivo original
acesse <http://e-processo.tce.sp.gov.br> - link "Validar documento digital" e informe o código do documento: 3-GINCV-58BA-6UV3-3R1J

SEGUIMENTO DO CARDÁPIO	REGULAR	BOM	ÓTIMO
HOUVE ALTERAÇÃO DE CARDÁPIO	Sim/Não:		
ALTERAÇÃO REGISTRADA EM RELATÓRIO ESPECÍFICO	Sim/Não:		
QUANTIDADE ADEQUADA DE PREPARO (COM POUCA OU NENHUMA SOBRA)			✓
BOA APRESENTAÇÃO DA PREPARAÇÃO/DOS PRATOS			✓
PORCIONAMENTO ADEQUADO DAS PREPARAÇÕES			✓
PERMISSÃO DE REPETIÇÃO			✓
TEMPERATURA ADEQUADA DOS ALIMENTOS/PREPARAÇÕES			✓
DESCONGELAMENTO DOS ALIMENTOS SOB TEMPERATURA			✓
SANITIZAÇÃO DOS ALIMENTOS	REGULAR	BOM	ÓTIMO
FRUTAS			✓
VERDURAS/LEGUMES			✓
TALHERES			✓
RELACIONAMENTO DAS MERENDEIRAS	REGULAR	BOM	ÓTIMO
BOM RELACIONAMENTO COM AS CRIANÇAS			✓
BOM RELACIONAMENTO E COOPERAÇÃO ENTRE AS MERENDEIRAS			✓
BOM RELACIONAMENTO COM OS FUNCIONÁRIOS DA ESCOLA			✓
HOUVE BOM TRATAMENTO A NUTRICIONISTA NA VISITA			✓
LOCAL E SEGURANÇA NO TRABALHO	REGULAR	BOM	ÓTIMO
AUSÊNCIA DE PESSOAS ESTRANHAS NA COZINHA (PROFESSORES, SERVENTES)			✓
CONDUITA CUIDADOSA (MOVIMENTOS COM FACAS, GARFOS)			✓
ORGANIZAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO/DESEMPENHO DO TRABALHO			✓
PERTENCES PESSOAIS EM LOCAL APROPRIADO			✓
PLANILHAS	REGULAR	BOM	ÓTIMO
CONTROLE DE TEMPERATURA			✓
SAÍDA DE ESTOQUE			✓
REFEIÇÕES SERVIDAS			✓
GUARDA DE COLETA DE AMOSTRAS	REGULAR	BOM	ÓTIMO
COLETA DE AMOSTRAS			✓

VISTO NUTRICIONISTA:

Juliano Picollo de Oliveira Monsalve

Nutricionista - CRN3 - 7156

Setor Municipal de Alimentação Escolar

VISTO E CARIMBO DA DIREÇÃO ESCOLAR:

Andrea Morato de Faria

RG: 21.383.107-7

Diretora de Escola



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA – SP.
SETOR MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
merendaescolar@guariba.sp.gov.br



ROTEIRO DE VISITAS ÀS ESCOLAS: PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PNAE

UNIDADE ESCOLAR: EMEB "Andressa Gomes Waks"

DATA: 11/03/2020 HORÁRIO: 8:00 ÀS 11:00

ESTAGIÁRIA: Lúcia Maria Brito

MERENDEIRAS: Carla, Cida

HIGIENE PESSOAL/SAÚDE DAS MERENDEIRAS			
	REGULAR	BOM	ÓTIMO
MÃOS LAVADAS E HIGIENIZADAS			✓
ASSEIO (CABELOS, ODOR)			✓
UNHAS CURTAS, SEM ESMALTE E LIMPAS			✓
AUSÊNCIA DE ADORNOS (RELÓGIO, CORRENTE, ANEL)			✓
UNIFORME COMPLETO, LIMPO E BEM COLOCADO			✓
USO DE TOUCA/CABELOS DEVIDAMENTE PROTEGIDOS			✓
HÁ A REALIZAÇÃO DE EXAMES MÉDICO LABORATORIAL PERIÓDICO	Sim/Não:	Sim	
HIGIENE DO AMBIENTE			
AMBIENTE LIMPO	REGULAR	BOM	ÓTIMO
ORGANIZAÇÃO			✓
AZULEJOS			✓
TETO			✓
LUMINÁRIAS			✓
ARMÁRIO			✓
LIXEIRAS			✓
OUTROS			✓
EQUIPAMENTOS LIMPOS	REGULAR	BOM	ÓTIMO
GELADEIRA			✓
FREEZER			✓
FOGÃO			✓
PROCESSADOR			✓
LIQUIDIFICADOR			✓
OUTROS			✓
UTENSÍLIOS LIMPOS	REGULAR	BOM	ÓTIMO
PRATOS			✓
TALHERES			✓
CANECAS			✓
PANELAS			✓
ARMAZENAMENTO			
	REGULAR	BOM	ÓTIMO
DESPENSA LIMPA E ORGANIZADA			✓
AUSÊNCIA DE EMBALAGENS ROMPIDAS E/OU AVARIADAS, ABERTAS			✓
ALIMENTOS SEPARADOS DO MATERIAL DE LIMPEZA			✓
OS PALETES, ESTRADOS E/OU PRATELEIRAS SÃO DE MATERIAL LISO, RESISTENTE, IMPERMEÁVEL E LAVÁVEL?			✓
TODOS OS ALIMENTOS DENTRO DO PRAZO DE VALIDADE			✓
TODOS OS PRODUTOS ABERTOS SENDO UTILIZADOS			✓
AUSÊNCIA DE INCIDÊNCIA DE LUZ SOLAR SOB OS ALIMENTOS			✓
PREPARO E DISTRIBUIÇÃO DOS ALIMENTOS			



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA – SP.
SETOR MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
merendaescolar@guariba.sp.gov.br



SEGUIMENTO DO CARDÁPIO	REGULAR	BOM	ÓTIMO
HOUVE ALTERAÇÃO DE CARDÁPIO	Sim/Não: <i>TCAS</i>		
ALTERAÇÃO REGISTRADA EM RELATÓRIO ESPECÍFICO	Sim/Não: <i>4</i>		
QUANTIDADE ADEQUADA DE PREPARO (COM POUCA OU NENHUMA SOBRA)			✓
BOA APRESENTAÇÃO DA PREPARAÇÃO/DOS PRATOS			✓
PORCIONAMENTO ADEQUADO DAS PREPARAÇÕES			✓
PERMISSÃO DE REPETIÇÃO			✓
TEMPERATURA ADEQUADA DOS ALIMENTOS/PREPARAÇÕES			✓
DESCONGELAMENTO DOS ALIMENTOS SOB TEMPERATURA			✓
SANITIZAÇÃO DOS ALIMENTOS	REGULAR	BOM	ÓTIMO
FRUTAS			✓
VERDURAS/LEGUMES			✓
TALHERES			✓
RELACIONAMENTO DAS MERENDEIRAS	REGULAR	BOM	ÓTIMO
BOM RELACIONAMENTO COM AS CRIANÇAS			✓
BOM RELACIONAMENTO E COOPERAÇÃO ENTRE AS MERENDEIRAS			✓
BOM RELACIONAMENTO COM OS FUNCIONÁRIOS DA ESCOLA			✓
HOUVE BOM TRATAMENTO A NUTRICIONISTA NA VISITA			✓
LOCAL E SEGURANÇA NO TRABALHO	REGULAR	BOM	ÓTIMO
AUSÊNCIA DE PESSOAS ESTRANHAS NA COZINHA (PROFESSORES, SERVENTES)			✓
CONDUTA CUIDADOSA (MOVIMENTOS COM FACAS, GARFOS)			✓
ORGANIZAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO/DESEMPENHO DO TRABALHO			✓
PERTENCES PESSOAIS EM LOCAL APROPRIADO			✓
PLANILHAS	REGULAR	BOM	ÓTIMO
CONTROLE DE TEMPERATURA			✓
SAÍDA DE ESTOQUE			✓
REFEIÇÕES SERVIDAS			✓
GUARDA DE COLETA DE AMOSTRAS	REGULAR	BOM	ÓTIMO
COLETA DE AMOSTRAS			✓

VISTO NUTRICIONISTA: _____

Juliana Picollo de Oliveira Monsalve

Nutricionista - CRN3 - 7156

Setor Municipal de Alimentação Escolar

VISTO E CARIMBO DA DIREÇÃO ESCOLAR: _____

Paula Vittrani Rocca
RG. 18.820.541-X
CPF. 104.155.118-52
Diretora de Escola



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA - SP.
SETOR MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
merendaescolar@guariba.sp.gov.br



SEGUIMENTO DO CARDÁPIO			
	REGULAR	BOM	ÓTIMO
HOUVE ALTERAÇÃO DE CARDÁPIO			
ALTERAÇÃO REGISTRADA EM RELATÓRIO ESPECÍFICO	Sim/Não: <input checked="" type="checkbox"/>		
QUANTIDADE ADEQUADA DE PREPARO (COM POUCA OU NENHUMA SOBRA)	Sim/Não: <input checked="" type="checkbox"/>		
BOA APRESENTAÇÃO DA PREPARAÇÃO/DOS PRATOS			
PORCIONAMENTO ADEQUADO DAS PREPARAÇÕES			
PERMISSÃO DE REPETIÇÃO			
TEMPERATURA ADEQUADA DOS ALIMENTOS/PREPARAÇÕES			
DESCONGELAMENTO DOS ALIMENTOS SOB TEMPERATURA			
SANITIZAÇÃO DOS ALIMENTOS			
FRUTAS	REGULAR	BOM	ÓTIMO
VERDURAS/LEGUMES			
TALHERES			
RELACIONAMENTO DAS MERENDEIRAS			
BOM RELACIONAMENTO COM AS CRIANÇAS	REGULAR	BOM	ÓTIMO
BOM RELACIONAMENTO E COOPERAÇÃO ENTRE AS MERENDEIRAS			
BOM RELACIONAMENTO COM OS FUNCIONÁRIOS DA ESCOLA			
HOUVE BOM TRATAMENTO A NUTRICIONISTA NA VISITA			
LOCAL E SEGURANÇA NO TRABALHO			
AUSÊNCIA DE PESSOAS ESTRANHAS NA COZINHA (PROFESSORES, SERVENTES)	REGULAR	BOM	ÓTIMO
CONDUTA CUIDADOSA (MOVIMENTOS COM FACAS, GARFOS)			
ORGANIZAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO/DESEMPENHO DO TRABALHO			
PERTENCES PESSOAIS EM LOCAL APROPRIADO			
PLANILHAS			
CONTROLE DE TEMPERATURA	REGULAR	BOM	ÓTIMO
SAÍDA DE ESTOQUE			
REFEIÇÕES SERVIDAS			
GUARDA DE COLETA DE AMOSTRAS			
COLETA DE AMOSTRAS	REGULAR	BOM	ÓTIMO

VISTO NUTRICIONISTA:

Juliana Picollo de Oliveira Monsalve
Nutricionista - CRN3 - 7155
Setor Municipal de Alimentação Escolar

VISTO E CARIMBO DA DIREÇÃO ESCOLAR:

Paula Vittrani Rocca
RG 18.820.541-X
CPF 104.155.118-52
Diretora da Escola



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA - SP.
SETOR MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
merendaescolar@guariba.sp.gov.br



ROTEIRO DE VISITAS ÀS ESCOLAS: PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE

UNIDADE ESCOLAR: EMEB - Grêce Guarnier Louzada

DATA: 02/03/2020 - HORÁRIO: 10:00 ÀS 11:30

ESTAGIÁRIA: Lucia Maria Santos

MERENDEIRAS: Leite, Rita

HIGIENE PESSOAL/SAÚDE DAS MERENDEIRAS			
	REGULAR	BOM	ÓTIMO
MÃOS LAVADAS E HIGIENIZADAS			✓
ASSEIO (CABELOS, ODOR)			✓
UNHAS CURTAS, SEM ESMALTE E LIMPAS			✓
AUSÊNCIA DE ADORNOS (RELÓGIO, CORRENTE, ANEL) <u>Branco</u>		✓	✓
UNIFORME COMPLETO, LIMPO E BEM COLOCADO			✓
USO DE TOUCA/CABELOS DEVIDAMENTE PROTEGIDOS			✓
HÁ A REALIZAÇÃO DE EXAMES MÉDICO LABORATORIAL PERIÓDICO	Sim/Não:	<u>Sim</u>	
HIGIENE DO AMBIENTE			
AMBIENTE LIMPO	REGULAR	BOM	ÓTIMO
ORGANIZAÇÃO			✓
AZULEJOS			✓
TETO			✓
LUMINÁRIAS			✓
ARMÁRIO			✓
LIXEIRAS			✓
OUTROS			✓
EQUIPAMENTOS LIMPOS	REGULAR	BOM	ÓTIMO
GELADEIRA			✓
FREEZER			✓
FOGÃO			✓
PROCESSADOR			✓
LIQUIDIFICADOR			✓
OUTROS			✓
UTENSÍLIOS LIMPOS	REGULAR	BOM	ÓTIMO
PRATOS			✓
TALHERES			✓
CANECAS			✓
PANELAS			✓
ARMAZENAMENTO			
	REGULAR	BOM	ÓTIMO
DESPENSA LIMPA E ORGANIZADA			✓
AUSÊNCIA DE EMBALAGENS ROMPIDAS E/OU AVARIADAS, ABERTAS			✓
ALIMENTOS SEPARADOS DO MATERIAL DE LIMPEZA			✓
OS PALETES, ESTRADOS E/OU PRATELEIRAS SÃO DE MATERIAL LISO, RESISTENTE, IMPERMEÁVEL E LAVÁVEL?			✓
TODOS OS ALIMENTOS DENTRO DO PRAZO DE VALIDADE			✓
TODOS OS PRODUTOS ABERTOS SENDO UTILIZADOS			✓
AUSÊNCIA DE INCIDÊNCIA DE LUZ SOLAR SOB OS ALIMENTOS			✓
PREPARO E DISTRIBUIÇÃO DOS ALIMENTOS			



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA - SP.
SETOR MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
merendaescolar@guariba.sp.gov.br



CÓPIA DE DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: CAROLINA RANGEL SEGUNINI. Sistema e-TCESP. Para obter informações sobre assinatura e/ou ver o arquivo original
acesse <http://e-processo.tce.sp.gov.br> - link 'Validar documento digital' e informe o código do documento: 3-GINCV-58BA-6UV3-3R1J

SEGUIMENTO DO CARDÁPIO	REGULAR	BOM	ÓTIMO
HOUVE ALTERAÇÃO DE CARDÁPIO	Sim/Não: <i>não</i>		
ALTERAÇÃO REGISTRADA EM RELATÓRIO ESPECÍFICO	Sim/Não: <i>II</i>		
QUANTIDADE ADEQUADA DE PREPARO (COM POUCA OU NENHUMA SOBRA)			✓
BOA APRESENTAÇÃO DA PREPARAÇÃO/DOS PRATOS			✓
PORCIONAMENTO ADEQUADO DAS PREPARAÇÕES			✓
PERMISSÃO DE REPETIÇÃO			✓
TEMPERATURA ADEQUADA DOS ALIMENTOS/PREPARAÇÕES			✓
DESCONGELAMENTO DOS ALIMENTOS SOB TEMPERATURA			✓
SANITIZAÇÃO DOS ALIMENTOS	REGULAR	BOM	ÓTIMO
FRUTAS			✓
VERDURAS/LEGUMES			✓
TALHERES			✓
RELACIONAMENTO DAS MERENDEIRAS	REGULAR	BOM	ÓTIMO
BOM RELACIONAMENTO COM AS CRIANÇAS			✓
BOM RELACIONAMENTO E COOPERAÇÃO ENTRE AS MERENDEIRAS			✓
BOM RELACIONAMENTO COM OS FUNCIONÁRIOS DA ESCOLA			✓
HOUVE BOM TRATAMENTO A NUTRICIONISTA NA VISITA			✓
LOCAL E SEGURANÇA NO TRABALHO	REGULAR	BOM	ÓTIMO
AUSÊNCIA DE PESSOAS ESTRANHAS NA COZINHA (PROFESSORES, SERVENTES)			✓
CONDUTA CUIDADOSA (MOVIMENTOS COM FACAS, GARFOS)			✓
ORGANIZAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO/DESEMPENHO DO TRABALHO			✓
PERTENCES PESSOAIS EM LOCAL APROPRIADO			✓
PLANILHAS	REGULAR	BOM	ÓTIMO
CONTROLE DE TEMPERATURA			✓
SAÍDA DE ESTOQUE			✓
REFEIÇÕES SERVIDAS <i>implantada na data</i>			
GUARDA DE COLETA DE AMOSTRAS	REGULAR	BOM	ÓTIMO
COLETA DE AMOSTRAS			✓

VISTO NUTRICIONISTA: _____

Juliana Picollo de Oliveira Monsolve
Nutricionista - CRN3 - 7156
Setor Municipal de Alimentação Escolar

VISTO E CARIMBO DA DIREÇÃO ESCOLAR: _____

Naide Fátima de Cruz Rincón
RG - 601.384-5
Diretora de Escola



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA - SP.
SETOR MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
merendaescolar@guariba.sp.gov.br



ROTEIRO DE VISITAS ÀS ESCOLAS: PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE

UNIDADE ESCOLAR: EMCB Hamilton Luiza

DATA: 03/02/2020 HORÁRIO: 8:00 ÀS 10:00

ESTAGIÁRIA: Luci Maria Santos

MERENDEIRAS: Elizete, Vânia, Marcia

HIGIENE PESSOAL/SAÚDE DAS MERENDEIRAS			
	REGULAR	BOM	ÓTIMO
MÃOS LAVADAS E HIGIENIZADAS			✓
ASSEIO (CABELOS, ODOR)			✓
UNHAS CURTAS, SEM ESMALTE E LIMPAS			✓
AUSÊNCIA DE ADORNOS (RELÓGIO, CORRENTE, ANEL)			✓
UNIFORME COMPLETO, LIMPO E BEM COLOCADO			✓
USO DE TOUCA/CABELOS DEVIDAMENTE PROTEGIDOS			✓
HÁ A REALIZAÇÃO DE EXAMES MÉDICO LABORATORIAL PERIÓDICO	Sim/Não:	<u>Sim</u>	
HIGIENE DO AMBIENTE			
AMBIENTE LIMPO			
ORGANIZAÇÃO		✓	✓
AZULEJOS			✓
TETO			✓
LUMINÁRIAS			✓
ARMÁRIO			✓
LIXEIRAS			✓
OUTROS			✓
EQUIPAMENTOS LIMPOS			
GELADEIRA	REGULAR	BOM	ÓTIMO
FREEZER			✓
FOGÃO			✓
PROCESSADOR			✓
LIQUIDIFICADOR			✓
OUTROS			✓
UTENSÍLIOS LIMPOS			
PRATOS	REGULAR	BOM	ÓTIMO
TALHERES			✓
CANECAS			✓
PANELAS			✓
ARMAZENAMENTO			
DESPENSA LIMPA E ORGANIZADA	REGULAR	BOM	ÓTIMO
AUSÊNCIA DE EMBALAGENS ROMPIDAS E/OU AVARIADAS, ABERTAS			✓
ALIMENTOS SEPARADOS DO MATERIAL DE LIMPEZA			✓
OS PALETES, ESTRADOS E/OU PRATELEIRAS SÃO DE MATERIAL LISO, RESISTENTE, IMPERMEÁVEL E LAVÁVEL?			✓
TODOS OS ALIMENTOS DENTRO DO PRAZO DE VALIDADE			✓
TODOS OS PRODUTOS ABERTOS SENDO UTILIZADOS			✓
AUSÊNCIA DE INCIDÊNCIA DE LUZ SOLAR SOB OS ALIMENTOS			✓
PREPARO E DISTRIBUIÇÃO DOS ALIMENTOS			



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA - SP.
SETOR MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
merendaescolar@guariba.sp.gov.br



SEGUIMENTO DO CARDÁPIO			
	REGULAR	BOM	ÓTIMO
HOUVE ALTERAÇÃO DE CARDÁPIO	Sim/Não:		
ALTERAÇÃO REGISTRADA EM RELATÓRIO ESPECÍFICO	Sim/Não:		
QUANTIDADE ADEQUADA DE PREPARO (COM POUCA OU NENHUMA SOBRA)			✓
BOA APRESENTAÇÃO DA PREPARAÇÃO/DOS PRATOS			✓
PORCIONAMENTO ADEQUADO DAS PREPARAÇÕES			✓
PERMISSÃO DE REPETIÇÃO			✓
TEMPERATURA ADEQUADA DOS ALIMENTOS/PREPARAÇÕES			✓
DESCONGELAMENTO DOS ALIMENTOS SOB TEMPERATURA			✓
SANITIZAÇÃO DOS ALIMENTOS			✓
FRUTAS	REGULAR	BOM	ÓTIMO
VERDURAS/LEGUMES			✓
TALHERES			✓
RELACIONAMENTO DAS MERENDEIRAS			
BOM RELACIONAMENTO COM AS CRIANÇAS	REGULAR	BOM	ÓTIMO
BOM RELACIONAMENTO E COOPERAÇÃO ENTRE AS MERENDEIRAS			✓
BOM RELACIONAMENTO COM OS FUNCIONÁRIOS DA ESCOLA			✓
HOUVE BOM TRATAMENTO A NUTRICIONISTA NA VISITA			✓
LOCAL E SEGURANÇA NO TRABALHO			
AUSÊNCIA DE PESSOAS ESTRANHAS NA COZINHA (PROFESSORES, SERVENTES)	REGULAR	BOM	ÓTIMO
CONDUTA CUIDADOSA (MOVIMENTOS COM FACAS, GARFOS)		✓	
ORGANIZAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO/DESEMPENHO DO TRABALHO			✓
PERTENCES PESSOAIS EM LOCAL APROPRIADO		✓	✓
PLANILHAS			
CONTROLE DE TEMPERATURA	REGULAR	BOM	ÓTIMO
SAÍDA DE ESTOQUE			
REFEIÇÕES SERVIDAS			✓
GUARDA DE COLETA DE AMOSTRAS			
COLETA DE AMOSTRAS	REGULAR	BOM	ÓTIMO

VISTO NUTRICIONISTA:

Adriana Picollo de Oliveira Monsalve

Nutricionista - CRN3 - 7156

Setor Municipal de Alimentação Escolar

VISTO E CARIMBO DA DIREÇÃO ESCOLAR:





PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA - SP.
SETOR MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
merendaescolar@guariba.sp.gov.br



ROTEIRO DE VISITAS ÀS ESCOLAS: PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE

UNIDADE ESCOLAR: EMEB Sade Odolino de Candi

DATA: 28/02/2020 - HORÁRIO: 8:00 ÀS 10:00

ESTAGIÁRIA: Livia Maria Lutas Luciane

MERENDEIRAS: Florângela / Silvana

HIGIENE PESSOAL/SAÚDE DAS MERENDEIRAS			
	REGULAR	BOM	ÓTIMO
MÃOS LAVADAS E HIGIENIZADAS			✓
ASSEIO (CABELOS, ODOR)			✓
UNHAS CURTAS, SEM ESMALTE E LIMPAS			✓
AUSÊNCIA DE ADORNOS (RELÓGIO, CORRENTE, ANEL)		✓	
UNIFORME COMPLETO, LIMPO E BEM COLOCADO			✓
USO DE TOUCA/CABELOS DEVIDAMENTE PROTEGIDOS			✓
HÁ A REALIZAÇÃO DE EXAMES MÉDICO LABORATORIAL PERIÓDICO	Sim/Não:	Sim	
HIGIENE DO AMBIENTE			
AMBIENTE LIMPO	REGULAR	BOM	ÓTIMO
ORGANIZAÇÃO		✓	
AZULEJOS			✓
TETO			✓
LUMINÁRIAS			✓
ARMÁRIO			✓
LIXEIRAS			✓
OUTROS			✓
EQUIPAMENTOS LIMPOS	REGULAR	BOM	ÓTIMO
GELADEIRA			✓
FREEZER			✓
FOGÃO			✓
PROCESSADOR			✓
LIQUIDIFICADOR			✓
OUTROS			✓
UTENSÍLIOS LIMPOS	REGULAR	BOM	ÓTIMO
PRATOS			✓
TALHERES			✓
CANECAS			✓
PANELAS			✓
ARMAZENAMENTO			
	REGULAR	BOM	ÓTIMO
DESPENSA LIMPA E ORGANIZADA			✓
AUSÊNCIA DE EMBALAGENS ROMPIDAS E/OU AVARIADAS, ABERTAS			✓
ALIMENTOS SEPARADOS DO MATERIAL DE LIMPEZA			✓
OS PALETES, ESTRADOS E/OU PRATELEIRAS SÃO DE MATERIAL LISO, RESISTENTE, IMPERMEÁVEL E LAVÁVEL?			✓
TODOS OS ALIMENTOS DENTRO DO PRAZO DE VALIDADE			✓
TODOS OS PRODUTOS ABERTOS SENDO UTILIZADOS			✓
AUSÊNCIA DE INCIDÊNCIA DE LUZ SOLAR SOB OS ALIMENTOS			✓
PREPARO E DISTRIBUIÇÃO DOS ALIMENTOS			



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA - SP.
SETOR MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
merendaescolar@guariba.sp.gov.br



SEGUIMENTO DO CARDÁPIO	REGULAR	BOM	ÓTIMO
HOUVE ALTERAÇÃO DE CARDÁPIO	Sim/Não:		
ALTERAÇÃO REGISTRADA EM RELATÓRIO ESPECÍFICO	Sim/Não:		
QUANTIDADE ADEQUADA DE PREPARO (COM POUCA OU NENHUMA SOBRA)			✓
BOA APRESENTAÇÃO DA PREPARAÇÃO/DOS PRATOS			✓
PORCIONAMENTO ADEQUADO DAS PREPARAÇÕES			✓
PERMISSÃO DE REPETIÇÃO			✓
TEMPERATURA ADEQUADA DOS ALIMENTOS/PREPARAÇÕES			✓
DESCONGELAMENTO DOS ALIMENTOS SOB TEMPERATURA			✓
SANITIZAÇÃO DOS ALIMENTOS	REGULAR	BOM	ÓTIMO
FRUTAS			
VERDURAS/LEGUMES			
TALHERES			
RELACIONAMENTO DAS MERENDEIRAS	REGULAR	BOM	ÓTIMO
BOM RELACIONAMENTO COM AS CRIANÇAS			✓
BOM RELACIONAMENTO E COOPERAÇÃO ENTRE AS MERENDEIRAS			✓
BOM RELACIONAMENTO COM OS FUNCIONÁRIOS DA ESCOLA			✓
HOUVE BOM TRATAMENTO A NUTRICIONISTA NA VISITA			✓
LOCAL E SEGURANÇA NO TRABALHO	REGULAR	BOM	ÓTIMO
AUSÊNCIA DE PESSOAS ESTRANHAS NA COZINHA (PROFESSORES, SERVENTES)			✓
CONDUTA CUIDADOSA (MOVIMENTOS COM FACAS, GARFOS)			✓
ORGANIZAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO/DESEMPENHO DO TRABALHO			✓
PERTENCES PESSOAIS EM LOCAL APROPRIADO			
PLANILHAS	REGULAR	BOM	ÓTIMO
CONTROLE DE TEMPERATURA			✓
SAÍDA DE ESTOQUE			✓
REFEIÇÕES SERVIDAS			
GUARDA DE COLETA DE AMOSTRAS	REGULAR	BOM	ÓTIMO
COLETA DE AMOSTRAS			✓

VISTO NUTRICIONISTA:

Juliana Picollo de Oliveira Mossalve

Nutricionista - CRM 2 - 7156

Setor Municipal de Alimentação Escolar

VISTO E CARIMBO DA DIREÇÃO ESCOLAR:

R.G. nº 20.320.643-1



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA - SP.
SETOR MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
merendaescolar@guariba.sp.gov.br



ROTEIRO DE VISITAS ÀS ESCOLAS: PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE

UNIDADE ESCOLAR: E.E. Josephina de Camargo Neves

DATA: 27/02/2020 - HORÁRIO: 10:00 ÀS 11:30

ESTAGIÁRIA: Lucia Maria S. Pereira

MERENDEIRAS: Patricia Silva / Joice, Duarte
Luizete

HIGIENE PESSOAL/SAÚDE DAS MERENDEIRAS

	REGULAR	BOM	ÓTIMO
MÃOS LAVADAS E HIGIENIZADAS			✓
ASSEIO (CABELOS, ODOR)			✓
UNHAS CURTAS, SEM ESMALTE E LIMPAS			✓
AUSÊNCIA DE ADORNOS (RELÓGIO, CORRENTE, ANEL)			✓
UNIFORME COMPLETO, LIMPO E BEM COLOCADO			✓
USO DE TOUCA/CABELOS DEVIDAMENTE PROTEGIDOS			✓
HÁ A REALIZAÇÃO DE EXAMES MÉDICO LABORATORIAL PERIÓDICO			✓
	Sim/Não:		

HIGIENE DO AMBIENTE

AMBIENTE LIMPO

	REGULAR	BOM	ÓTIMO
ORGANIZAÇÃO			✓
AZULEJOS			✓
TETO			✓
LUMINÁRIAS			✓
ARMÁRIO			✓
LIXEIRAS			✓
OUTROS			✓

EQUIPAMENTOS LIMPOS

	REGULAR	BOM	ÓTIMO
GELADEIRA			✓
FREEZER			✓
FOGÃO			✓
PROCESSADOR			✓
LIQUIDIFICADOR			✓
OUTROS			✓

UTENSÍLIOS LIMPOS

	REGULAR	BOM	ÓTIMO
PRATOS			✓
TALHERES			✓
CANECAS			✓
PANELAS			✓

ARMAZENAMENTO

	REGULAR	BOM	ÓTIMO
DESPENSA LIMPA E ORGANIZADA			✓
AUSÊNCIA DE EMBALAGENS ROMPIDAS E/OU AVARIADAS, ABERTAS			✓
ALIMENTOS SEPARADOS DO MATERIAL DE LIMPEZA			✓
OS PALETES, ESTRADOS E/OU PRATELEIRAS SÃO DE MATERIAL LISO, RESISTENTE, IMPERMEÁVEL E LAVÁVEL?			✓
TODOS OS ALIMENTOS DENTRO DO PRAZO DE VALIDADE			✓
TODOS OS PRODUTOS ABERTOS SENDO UTILIZADOS			✓
AUSÊNCIA DE INCIDÊNCIA DE LUZ SOLAR SOB OS ALIMENTOS			✓

PREPARO E DISTRIBUIÇÃO DOS ALIMENTOS



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA - SP.
SETOR MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
merendaescolar@guariba.sp.gov.br



SEGUIMENTO DO CARDÁPIO	REGULAR	BOM	ÓTIMO
HOUVE ALTERAÇÃO DE CARDÁPIO	Sim/Não:		
ALTERAÇÃO REGISTRADA EM RELATÓRIO ESPECÍFICO	Sim/Não:		
QUANTIDADE ADEQUADA DE PREPARO (COM POUCA OU NENHUMA SOBRA)			✓
BOA APRESENTAÇÃO DA PREPARAÇÃO/DOS PRATOS			✓
PORCIONAMENTO ADEQUADO DAS PREPARAÇÕES			✓
PERMISSÃO DE REPETIÇÃO			✓
TEMPERATURA ADEQUADA DOS ALIMENTOS/PREPARAÇÕES			✓
DESCONGELAMENTO DOS ALIMENTOS SOB TEMPERATURA			✓
SANITIZAÇÃO DOS ALIMENTOS	REGULAR	BOM	ÓTIMO
FRUTAS			✓
VERDURAS/LEGUMES			✓
TALHERES			✓
RELACIONAMENTO DAS MERENDEIRAS	REGULAR	BOM	ÓTIMO
BOM RELACIONAMENTO COM AS CRIANÇAS			✓
BOM RELACIONAMENTO E COOPERAÇÃO ENTRE AS MERENDEIRAS			✓
BOM RELACIONAMENTO COM OS FUNCIONÁRIOS DA ESCOLA			✓
HOUVE BOM TRATAMENTO A NUTRICIONISTA NA VISITA			✓
LOCAL E SEGURANÇA NO TRABALHO	REGULAR	BOM	ÓTIMO
AUSÊNCIA DE PESSOAS ESTRANHAS NA COZINHA (PROFESSORES, SERVENTES)			✓
CONDUTA CUIDADOSA (MOVIMENTOS COM FACAS, GARFOS)			✓
ORGANIZAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO/DESEMPENHO DO TRABALHO			✓
PERTENCES PESSOAIS EM LOCAL APROPRIADO			✓
PLANILHAS	REGULAR	BOM	ÓTIMO
CONTROLE DE TEMPERATURA			✓
SAÍDA DE ESTOQUE			✓
REFEIÇÕES SERVIDAS			✓
GUARDA DE COLETA DE AMOSTRAS	REGULAR	BOM	ÓTIMO
COLETA DE AMOSTRAS			✓

VISTO NUTRICIONISTA:

Juliana Picollo de Oliveira Monsalve

Nutricionista - CRN3 - 7156

Setor Municipal de Alimentação Escolar

VISTO E CARIMBO DA DIREÇÃO ESCOLAR:

Pedro Luiz de Oliveira
RG: 17.239.092-8
Diretor de Escola



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA – SP.
SETOR MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
merendaescolar@guariba.sp.gov.br



ROTEIRO DE VISITAS ÀS ESCOLAS: PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PNAE

UNIDADE ESCOLAR: EMGB Amarel das Melões Guará

DATA: 27/07/2020 HORÁRIO: 8:00 ÀS 10:00

ESTAGIÁRIA: Luiza Maria de Brito

MERENDEIRAS: Evelina Adriana

HIGIENE PESSOAL/SAÚDE DAS MERENDEIRAS			
	REGULAR	BOM	ÓTIMO
MÃOS LAVADAS E HIGIENIZADAS			✓
ASSEIO (CABELOS, ODOR)			✓
UNHAS CURTAS, SEM ESMALTE E LIMPAS			✓
AUSÊNCIA DE ADORNOS (RELÓGIO, CORRENTE, ANEL)			✓
UNIFORME COMPLETO, LIMPO E BEM COLOCADO			✓
USO DE TOUCA/CABELOS DEVIDAMENTE PROTEGIDOS			✓
HÁ A REALIZAÇÃO DE EXAMES MÉDICO LABORATORIAL PERIÓDICO	Sim/Não:	Sim	
HIGIENE DO AMBIENTE			
AMBIENTE LIMPO	REGULAR	BOM	ÓTIMO
ORGANIZAÇÃO			✓
AZULEJOS			✓
TETO			✓
LUMINÁRIAS			✓
ARMÁRIO			✓
LIXEIRAS			✓
OUTROS			✓
EQUIPAMENTOS LIMPOS	REGULAR	BOM	ÓTIMO
GELADEIRA			✓
FREEZER			✓
FOGÃO			✓
PROCESSADOR			✓
LIQUIDIFICADOR			✓
OUTROS			✓
UTENSÍLIOS LIMPOS	REGULAR	BOM	ÓTIMO
PRATOS			✓
TALHERES			✓
CANECAS			✓
PANELAS			✓
ARMAZENAMENTO			
	REGULAR	BOM	ÓTIMO
DESPENSA LIMPA E ORGANIZADA			✓
AUSÊNCIA DE EMBALAGENS ROMPIDAS E/OU AVARIADAS, ABERTAS			✓
ALIMENTOS SEPARADOS DO MATERIAL DE LIMPEZA			✓
OS PALETES, ESTRADOS E/OU PRATELEIRAS SÃO DE MATERIAL LISO, RESISTENTE, IMPERMEÁVEL E LAVÁVEL?			✓
TODOS OS ALIMENTOS DENTRO DO PRAZO DE VALIDADE			✓
TODOS OS PRODUTOS ABERTOS SENDO UTILIZADOS			✓
AUSÊNCIA DE INCIDÊNCIA DE LUZ SOLAR SOBRE OS ALIMENTOS			✓
PREPARO E DISTRIBUIÇÃO DOS ALIMENTOS			



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA – SP.
SETOR MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
merendaescolar@guariba.sp.gov.br



SEGUIMENTO DO CARDÁPIO	REGULAR	BOM	ÓTIMO
HOUVE ALTERAÇÃO DE CARDÁPIO	Sim/Não:	<i>não</i>	
ALTERAÇÃO REGISTRADA EM RELATÓRIO ESPECÍFICO	Sim/Não:		
QUANTIDADE ADEQUADA DE PREPARO (COM POUCA OU NENHUMA SOBRA)			✓
BOA APRESENTAÇÃO DA PREPARAÇÃO/DOS PRATOS			✓
PORCIONAMENTO ADEQUADO DAS PREPARAÇÕES			✓
PERMISSÃO DE REPETIÇÃO			✓
TEMPERATURA ADEQUADA DOS ALIMENTOS/PREPARAÇÕES			✓
DESCONGELAMENTO DOS ALIMENTOS SOB TEMPERATURA			✓
SANITIZAÇÃO DOS ALIMENTOS	REGULAR	BOM	ÓTIMO
FRUTAS			✓
VERDURAS/LEGUMES			✓
TALHERES			✓
RELACIONAMENTO DAS MERENDEIRAS	REGULAR	BOM	ÓTIMO
BOM RELACIONAMENTO COM AS CRIANÇAS			✓
BOM RELACIONAMENTO E COOPERAÇÃO ENTRE AS MERENDEIRAS			✓
BOM RELACIONAMENTO COM OS FUNCIONÁRIOS DA ESCOLA			✓
HOUVE BOM TRATAMENTO A NUTRICIONISTA NA VISITA			✓
LOCAL E SEGURANÇA NO TRABALHO	REGULAR	BOM	ÓTIMO
AUSÊNCIA DE PESSOAS ESTRANHAS NA COZINHA (PROFESSORES, SERVENTES)		✓	
CONDUTA CUIDADOSA (MOVIMENTOS COM FACAS, GARFOS)			✓
ORGANIZAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO/DESEMPENHO DO TRABALHO			✓
PERTENCES PESSOAIS EM LOCAL APROPRIADO			✓
PLANILHAS	REGULAR	BOM	ÓTIMO
CONTROLE DE TEMPERATURA <i>nova planilha</i>		✓	
SAÍDA DE ESTOQUE			✓
REFEIÇÕES SERVIDAS <i>implantada na data</i>			✓
GUARDA DE COLETA DE AMOSTRAS	REGULAR	BOM	ÓTIMO
COLETA DE AMOSTRAS			✓

VISTO NUTRICIONISTA:

Juliana
Juliana Picolin de Oliveira Monsalve
Nutricionista - CRN3 - 7156
Setor Municipal de Alimentação Escolar

VISTO E CARIMBO DA DIREÇÃO ESCOLAR:

Zilda Aparecida Petrossi dos Santos
Zilda Aparecida Petrossi dos Santos
RG: 9.799.235-5
Diretora de Escola

PARTE 2



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA – SP.
SETOR MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
merendaescolar@guariba.sp.gov.br



ROTEIRO DE VISITAS ÀS ESCOLAS: PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PNAE

UNIDADE ESCOLAR: ETEC "Bento Carlos Botelho do Amaral"

DATA: 26/02/2020 HORÁRIO: 8:00 AS 10:00

ESTAGIÁRIA: Luiza Maria Santos

MERENDEIRAS: Paula Cristina

HIGIENE PESSOAL/SAÚDE DAS MERENDEIRAS			
	REGULAR	BOM	ÓTIMO
MÃOS LAVADAS E HIGIENIZADAS			✓
ASSEIO (CABELOS, ODOR)			✓
UNHAS CURTAS, SEM ESMALTE E LIMPAS			✓
AUSÊNCIA DE ADORNOS (RELÓGIO, CORRENTE, ANEL)			✓
UNIFORME COMPLETO, LIMPO E BEM COLOCADO			✓
USO DE TOUCA/CABELOS DEVIDAMENTE PROTEGIDOS			✓
HÁ A REALIZAÇÃO DE EXAMES MÉDICO LABORATORIAL PERIÓDICO	Sim/Não:	Sim	
HIGIENE DO AMBIENTE			
AMBIENTE LIMPO	REGULAR	BOM	ÓTIMO
ORGANIZAÇÃO			✓
AZULEJOS			✓
TETO			✓
LUMINÁRIAS			✓
ARMÁRIO			✓
LIXEIRAS			✓
OUTROS			✓
EQUIPAMENTOS LIMPOS	REGULAR	BOM	ÓTIMO
GELADEIRA			✓
FREEZER			✓
FOGÃO			✓
PROCESSADOR			✓
LIQUIDIFICADOR			✓
OUTROS			✓
UTENSÍLIOS LIMPOS	REGULAR	BOM	ÓTIMO
PRATOS			✓
TALHERES			✓
CANECAS			✓
PANELAS			✓
ARMAZENAMENTO			
	REGULAR	BOM	ÓTIMO
DESPENSA LIMPA E ORGANIZADA			✓
AUSÊNCIA DE EMBALAGENS ROMPIDAS E/OU AVARIADAS, ABERTAS			✓
ALIMENTOS SEPARADOS DO MATERIAL DE LIMPEZA			✓
OS PALETES, ESTRADOS E/OU PRATELEIRAS SÃO DE MATERIAL LISO, RESISTENTE, IMPERMEÁVEL E LAVÁVEL?			✓
TODOS OS ALIMENTOS DENTRO DO PRAZO DE VALIDADE			✓
TODOS OS PRODUTOS ABERTOS SENDO UTILIZADOS			✓
AUSÊNCIA DE INCIDÊNCIA DE LUZ SOLAR SOB OS ALIMENTOS			✓
PREPARO E DISTRIBUIÇÃO DOS ALIMENTOS			



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA - SP.
SETOR MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
merendaescolar@guariba.sp.gov.br



SEGUIMENTO DO CARDÁPIO	REGULAR	BOM	ÓTIMO
HOUVE ALTERAÇÃO DE CARDÁPIO	Sim/Não: <i>Sim</i>		
ALTERAÇÃO REGISTRADA EM RELATÓRIO ESPECÍFICO	Sim/Não: <i>N</i>		
QUANTIDADE ADEQUADA DE PREPARO (COM POUCA OU NENHUMA SOBRA)			<input checked="" type="checkbox"/>
BOA APRESENTAÇÃO DA PREPARAÇÃO/DOS PRATOS			<input checked="" type="checkbox"/>
PORCIONAMENTO ADEQUADO DAS PREPARAÇÕES			<input checked="" type="checkbox"/>
PERMISSÃO DE REPETIÇÃO			<input checked="" type="checkbox"/>
TEMPERATURA ADEQUADA DOS ALIMENTOS/PREPARAÇÕES			<input checked="" type="checkbox"/>
DESCONGELAMENTO DOS ALIMENTOS SOB TEMPERATURA			<input checked="" type="checkbox"/>
SANITIZAÇÃO DOS ALIMENTOS	REGULAR	BOM	ÓTIMO
FRUTAS			<input checked="" type="checkbox"/>
VERDURAS/LEGUMES			<input checked="" type="checkbox"/>
TALHERES			<input checked="" type="checkbox"/>
RELACIONAMENTO DAS MERENDEIRAS	REGULAR	BOM	ÓTIMO
BOM RELACIONAMENTO COM AS CRIANÇAS			<input checked="" type="checkbox"/>
BOM RELACIONAMENTO E COOPERAÇÃO ENTRE AS MERENDEIRAS			<input checked="" type="checkbox"/>
BOM RELACIONAMENTO COM OS FUNCIONÁRIOS DA ESCOLA			<input checked="" type="checkbox"/>
HOUVE BOM TRATAMENTO A NUTRICIONISTA NA VISITA			<input checked="" type="checkbox"/>
LOCAL E SEGURANÇA NO TRABALHO	REGULAR	BOM	ÓTIMO
AUSÊNCIA DE PESSOAS ESTRANHAS NA COZINHA (PROFESSORES, SERVENTES)			<input checked="" type="checkbox"/>
CONDUTA CUIDADOSA (MOVIMENTOS COM FACAS, GARFOS)			<input checked="" type="checkbox"/>
ORGANIZAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO/DESEMPENHO DO TRABALHO			<input checked="" type="checkbox"/>
PERTENCES PESSOAIS EM LOCAL APROPRIADO			<input checked="" type="checkbox"/>
PLANILHAS	REGULAR	BOM	ÓTIMO
CONTROLE DE TEMPERATURA			<input checked="" type="checkbox"/>
SAÍDA DE ESTOQUE			<input checked="" type="checkbox"/>
REFEIÇÕES SERVIDAS <i>Implantada na data</i>			<input checked="" type="checkbox"/>
GUARDA DE COLETA DE AMOSTRAS	REGULAR	BOM	ÓTIMO
COLETA DE AMOSTRAS			<input checked="" type="checkbox"/>

VISTO NUTRICIONISTA: _____

Juliana Picolo de Oliveira Mopsalve

Nutricionista - CRN3 - 7158

Setor Municipal de Alimentação Escolar

VISTO E CARIMBO DA DIREÇÃO ESCOLAR: _____

Adriana Navarro Esquino

RG: 23.886.671-4

ATA II - Relat.ºs Institucionais



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA – SP.
SETOR MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
merendaescolar@guariba.sp.gov.br



ROTEIRO DE VISITAS ÀS ESCOLAS: PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PNAE

UNIDADE ESCOLAR: E.G. Frei Benedito

DATA: 21/02/2020 - HORÁRIO: 8:00 ÀS 10:00

ESTAGIÁRIA: Livia Maria Santos Soares

MERENDEIRAS: Aline, Gabriela

HIGIENE PESSOAL/SAÚDE DAS MERENDEIRAS			
	REGULAR	BOM	ÓTIMO
MÃOS LAVADAS E HIGIENIZADAS			✓
ASSEIO (CABELOS, ODOR)			✓
UNHAS CURTAS, SEM ESMALTE E LIMPAS			✓
AUSÊNCIA DE ADORNOS (RELÓGIO, CORRENTE, ANEL)			✓
UNIFORME COMPLETO, LIMPO E BEM COLOCADO			✓
USO DE TOUCA/CABELOS DEVIDAMENTE PROTEGIDOS			✓
HÁ A REALIZAÇÃO DE EXAMES MÉDICO LABORATORIAL PERIÓDICO	Sim/Não:	Sim	
HIGIENE DO AMBIENTE			
AMBIENTE LIMPO	REGULAR	BOM	ÓTIMO
ORGANIZAÇÃO		✓	
AZULEJOS			✓
TETO			✓
LUMINÁRIAS			✓
ARMÁRIO			✓
LIXEIRAS			✓
OUTROS			✓
EQUIPAMENTOS LIMPOS	REGULAR	BOM	ÓTIMO
GELADEIRA			✓
FREEZER			✓
FOGÃO			✓
PROCESSADOR			✓
LIQUIDIFICADOR			✓
OUTROS			✓
UTENSÍLIOS LIMPOS	REGULAR	BOM	ÓTIMO
PRATOS			✓
TALHERES			✓
CANECAS			✓
PANELAS			✓
ARMAZENAMENTO			
	REGULAR	BOM	ÓTIMO
DESPENSA LIMPA E ORGANIZADA		✓	
AUSÊNCIA DE EMBALAGENS ROMPIDAS E/OU AVARIADAS, ABERTAS			✓
ALIMENTOS SEPARADOS DO MATERIAL DE LIMPEZA			✓
OS PALETES, ESTRADOS E/OU PRATELEIRAS SÃO DE MATERIAL LISO, RESISTENTE, IMPERMEÁVEL E LAVÁVEL?			✓
TODOS OS ALIMENTOS DENTRO DO PRAZO DE VALIDADE			✓
TODOS OS PRODUTOS ABERTOS SENDO UTILIZADOS			✓
AUSÊNCIA DE INCIDÊNCIA DE LUZ SOLAR SOB OS ALIMENTOS			✓
PREPARO E DISTRIBUIÇÃO DOS ALIMENTOS			



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA – SP.
SETOR MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
merendaescolar@guariba.sp.gov.br



SEGUIMENTO DO CARDÁPIO	REGULAR	BOM	ÓTIMO
HOUVE ALTERAÇÃO DE CARDÁPIO	Sim/Não: <i>Sim</i>		
ALTERAÇÃO REGISTRADA EM RELATÓRIO ESPECÍFICO	Sim/Não: <i>Sim</i>		
QUANTIDADE ADEQUADA DE PREPARO (COM POUCA OU NENHUMA SOBRA)			✓
BOA APRESENTAÇÃO DA PREPARAÇÃO/DOS PRATOS			✓
PORCIONAMENTO ADEQUADO DAS PREPARAÇÕES			✓
PERMISSÃO DE REPETIÇÃO			✓
TEMPERATURA ADEQUADA DOS ALIMENTOS/PREPARAÇÕES			✓
DESCONGELAMENTO DOS ALIMENTOS SOB TEMPERATURA			✓
SANITIZAÇÃO DOS ALIMENTOS	REGULAR	BOM	ÓTIMO
FRUTAS			
VERDURAS/LEGUMES			
TALHERES			
RELACIONAMENTO DAS MERENDEIRAS	REGULAR	BOM	ÓTIMO
BOM RELACIONAMENTO COM AS CRIANÇAS			✓
BOM RELACIONAMENTO E COOPERAÇÃO ENTRE AS MERENDEIRAS			✓
BOM RELACIONAMENTO COM OS FUNCIONÁRIOS DA ESCOLA			✓
HOUVE BOM TRATAMENTO A NUTRICIONISTA NA VISITA			✓
LOCAL E SEGURANÇA NO TRABALHO	REGULAR	BOM	ÓTIMO
AUSÊNCIA DE PESSOAS ESTRANHAS NA COZINHA (PROFESSORES, SERVENTES)		✓	
CONDUTA CUIDADOSA (MOVIMENTOS COM FACAS, GARFOS)			✓
ORGANIZAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO/DESEMPENHO DO TRABALHO		✓	
PERTENCES PESSOAIS EM LOCAL APROPRIADO			✓
PLANILHAS	REGULAR	BOM	ÓTIMO
CONTROLE DE TEMPERATURA		✓	
SAÍDA DE ESTOQUE		✓	
REFEIÇÕES SERVIDAS		✓	
GUARDA DE COLETA DE AMOSTRAS	REGULAR	BOM	ÓTIMO
COLETA DE AMOSTRAS		✓	

VISTO NUTRICIONISTA:

Juliana Picollo de Oliveira Monsalve

Juliana Picollo de Oliveira Monsalve

Nutricionista - CRN3 - 7158

Setor Municipal de Alimentação Escolar

VISTO E CARIMBO DA DIREÇÃO ESCOLAR:

Vera Eliana A. Politi

Vera Eliana A. Politi

R.G.: 10.822.664-5

Diretor de Escola Substituto



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA - SP.
SETOR MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
merendaescolar@guariba.sp.gov.br



ROTEIRO DE VISITAS ÀS ESCOLAS: PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE

UNIDADE ESCOLAR: EMEB Jacobel Sedola

DATA: 20/02/2020 - HORÁRIO: 10:00 às 11:30

ESTAGIÁRIA: Diria Maria Freitas

MERENDEIRAS: Elaine, Vera

HIGIENE PESSOAL/SAÚDE DAS MERENDEIRAS			
	REGULAR	BOM	ÓTIMO
MÃOS LAVADAS E HIGIENIZADAS			✓
ASSEIO (CABELOS, ODOR)			✓
UNHAS CURTAS, SEM ESMALTE E LIMPAS			✓
AUSÊNCIA DE ADORNOS (RELÓGIO, CORRENTE, ANEL)			✓
UNIFORME COMPLETO, LIMPO E BEM COLOCADO			✓
USO DE TOUCA/CABELOS DEVIDAMENTE PROTEGIDOS			✓
HÁ A REALIZAÇÃO DE EXAMES MÉDICO LABORATORIAL PERIÓDICO	Sim/Não: <u>nao</u>		
HIGIENE DO AMBIENTE			
AMBIENTE LIMPO	REGULAR	BOM	ÓTIMO
ORGANIZAÇÃO		✓	
AZULEJOS			✓
TETO			✓
LUMINÁRIAS			✓
ARMÁRIO			✓
LIXEIRAS			✓
OUTROS			✓
EQUIPAMENTOS LIMPOS	REGULAR	BOM	ÓTIMO
GELADEIRA			✓
FREEZER			✓
FOGÃO			✓
PROCESSADOR			✓
LIQUIDIFICADOR			✓
OUTROS			✓
UTENSÍLIOS LIMPOS	REGULAR	BOM	ÓTIMO
PRATOS			✓
TALHERES			✓
CANECAS			✓
PANELAS			✓
ARMAZENAMENTO			
	REGULAR	BOM	ÓTIMO
DESPENSA LIMPA E ORGANIZADA			✓
AUSÊNCIA DE EMBALAGENS ROMPIDAS E/OU AVARIADAS, ABERTAS			✓
ALIMENTOS SEPARADOS DO MATERIAL DE LIMPEZA			✓
OS PALETES, ESTRADOS E/OU PRATELEIRAS SÃO DE MATERIAL LISO, RESISTENTE, IMPERMEÁVEL E LAVÁVEL?			✓
TODOS OS ALIMENTOS DENTRO DO PRAZO DE VALIDADE			✓
TODOS OS PRODUTOS ABERTOS SENDO UTILIZADOS			✓
AUSÊNCIA DE INCIDÊNCIA DE LUZ SOLAR SOB OS ALIMENTOS			✓
PREPARO E DISTRIBUIÇÃO DOS ALIMENTOS			



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA – SP.
SETOR MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
merendaescolar@guariba.sp.gov.br



SEGUIMENTO DO CARDÁPIO	REGULAR	BOM	ÓTIMO
HOUVE ALTERAÇÃO DE CARDÁPIO	Sim/Não: <i>Sim</i>		
ALTERAÇÃO REGISTRADA EM RELATÓRIO ESPECÍFICO	Sim/Não: <i>N</i>		
QUANTIDADE ADEQUADA DE PREPARO (COM POUCA OU NENHUMA SOBRA)			<input checked="" type="checkbox"/>
BOA APRESENTAÇÃO DA PREPARAÇÃO/DOS PRATOS			<input checked="" type="checkbox"/>
PORCIONAMENTO ADEQUADO DAS PREPARAÇÕES			<input checked="" type="checkbox"/>
PERMISSÃO DE REPETIÇÃO			<input checked="" type="checkbox"/>
TEMPERATURA ADEQUADA DOS ALIMENTOS/PREPARAÇÕES			<input checked="" type="checkbox"/>
DESCONGELAMENTO DOS ALIMENTOS SOB TEMPERATURA			<input checked="" type="checkbox"/>
SANITIZAÇÃO DOS ALIMENTOS	REGULAR	BOM	ÓTIMO
FRUTAS			
VERDURAS/LEGUMES			
TALHERES			
RELACIONAMENTO DAS MERENDEIRAS	REGULAR	BOM	ÓTIMO
BOM RELACIONAMENTO COM AS CRIANÇAS			<input checked="" type="checkbox"/>
BOM RELACIONAMENTO E COOPERAÇÃO ENTRE AS MERENDEIRAS			<input checked="" type="checkbox"/>
BOM RELACIONAMENTO COM OS FUNCIONÁRIOS DA ESCOLA			<input checked="" type="checkbox"/>
HOUVE BOM TRATAMENTO A NUTRICIONISTA NA VISITA			<input checked="" type="checkbox"/>
LOCAL E SEGURANÇA NO TRABALHO	REGULAR	BOM	ÓTIMO
AUSÊNCIA DE PESSOAS ESTRANHAS NA COZINHA (PROFESSORES, SERVENTES)		<input checked="" type="checkbox"/>	
CONDUTA CUIDADOSA (MOVIMENTOS COM FACAS, GARFOS)			<input checked="" type="checkbox"/>
ORGANIZAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO/DESEMPENHO DO TRABALHO			<input checked="" type="checkbox"/>
PERTENCES PESSOAIS EM LOCAL APROPRIADO			<input checked="" type="checkbox"/>
PLANILHAS	REGULAR	BOM	ÓTIMO
CONTROLE DE TEMPERATURA <i>Implementado no data</i>			
SAÍDA DE ESTOQUE <i>N</i>			
REFEIÇÕES SERVIDAS <i>N</i>			
GUARDA DE COLETA DE AMOSTRAS	REGULAR	BOM	ÓTIMO
COLETA DE AMOSTRAS <i>N</i>			

VISTO NUTRICIONISTA:

Juliana

Juliana Picollo de Oliveira Monsalve
Nutricionista - CRN3 - 7156
Setor Municipal de Alimentação Escolar

VISTO E CARIMBO DA DIREÇÃO ESCOLAR:

Soraia Maria Mazzi

Soraia Maria Mazzi
RG. 11.648.287-4
Diretora de Escola



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA - SP.
SETOR MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
merendaescolar@guariba.sp.gov.br



ROTEIRO DE VISITAS ÀS ESCOLAS: PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE

UNIDADE ESCOLAR: EMEB 'Mouline Roster Aragão'

DATA: 20/02/2020 - HORÁRIO: 8:00 ÀS 10:00

ESTAGIÁRIA: Luiza Maria Dutra

MERENDEIRAS: Maria, Simone

HIGIENE PESSOAL/SAÚDE DAS MERENDEIRAS			
	REGULAR	BOM	ÓTIMO
MÃOS LAVADAS E HIGIENIZADAS			✓
ASSEIO (CABELOS, ODOR)			✓
LINHAS CURTAS, SEM ESMALTE E LIMPAS			✓
AUSÊNCIA DE ADORNOS (RELÓGIO, CORRENTE, ANEL)		✓	✓
UNIFORME COMPLETO, LIMPO E BEM COLOCADO			✓
USO DE TOUCA/CABELOS DEVIDAMENTE PROTEGIDOS			✓
HÁ A REALIZAÇÃO DE EXAMES MÉDICO LABORATORIAL PERIÓDICO	Sim/Não:	Sim	
HIGIENE DO AMBIENTE			
AMBIENTE LIMPO			
ORGANIZAÇÃO			✓
AZULEJOS			✓
TETO			✓
LUMINÁRIAS			✓
ARMÁRIO			✓
LIXEIRAS			✓
OUTROS			✓
EQUIPAMENTOS LIMPOS			
GELADEIRA			✓
FREEZER			✓
FOGÃO			✓
PROCESSADOR			✓
LIQUIDIFICADOR			✓
OUTROS			✓
UTENSÍLIOS LIMPOS			
PRATOS			✓
TALHERES			✓
CANECAS			✓
PANELAS			✓
ARMAZENAMENTO			
DESPENSA LIMPA E ORGANIZADA			✓
AUSÊNCIA DE EMBALAGENS ROMPIDAS E/OU AVARIADAS, ABERTAS			✓
ALIMENTOS SEPARADOS DO MATERIAL DE LIMPEZA			✓
OS PALETES, ESTRADOS E/OU PRATELEIRAS SÃO DE MATERIAL LISO, RESISTENTE, IMPERMEÁVEL E LAVÁVEL?			✓
TODOS OS ALIMENTOS DENTRO DO PRAZO DE VALIDADE			✓
TODOS OS PRODUTOS ABERTOS SENDO UTILIZADOS			✓
AUSÊNCIA DE INCIDÊNCIA DE LUZ SOLAR SOB OS ALIMENTOS			✓
PREPARO E DISTRIBUIÇÃO DOS ALIMENTOS			



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA – SP.
SETOR MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
merendaescolar@guariba.sp.gov.br



SEGUIMENTO DO CARDÁPIO	REGULAR	BOM	ÓTIMO
HOUVE ALTERAÇÃO DE CARDÁPIO	Sim/Não: <i>Sim</i>		
ALTERAÇÃO REGISTRADA EM RELATÓRIO ESPECÍFICO	Sim/Não: <i>Sim</i>		
QUANTIDADE ADEQUADA DE PREPARO (COM POUCA OU NENHUMA SOBRA)			✓
BOA APRESENTAÇÃO DA PREPARAÇÃO/DOS PRATOS			✓
PORCIONAMENTO ADEQUADO DAS PREPARAÇÕES			✓
PERMISSÃO DE REPETIÇÃO			✓
TEMPERATURA ADEQUADA DOS ALIMENTOS/PREPARAÇÕES			✓
DESCONGELAMENTO DOS ALIMENTOS SOB TEMPERATURA			✓
SANITIZAÇÃO DOS ALIMENTOS	REGULAR	BOM	ÓTIMO
FRUTAS			✓
VERDURAS/LEGUMES			✓
TALHERES			✓
RELACIONAMENTO DAS MERENDEIRAS	REGULAR	BOM	ÓTIMO
BOM RELACIONAMENTO COM AS CRIANÇAS			✓
BOM RELACIONAMENTO E COOPERAÇÃO ENTRE AS MERENDEIRAS			✓
BOM RELACIONAMENTO COM OS FUNCIONÁRIOS DA ESCOLA			✓
HOUVE BOM TRATAMENTO A NUTRICIONISTA NA VISITA			✓
LOCAL E SEGURANÇA NO TRABALHO	REGULAR	BOM	ÓTIMO
AUSÊNCIA DE PESSOAS ESTRANHAS NA COZINHA (PROFESSORES, SERVENTES)			✓
CONDUTA CUIDADOSA (MOVIMENTOS COM FACAS, GARFOS)			✓
ORGANIZAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO/DESEMPENHO DO TRABALHO			✓
PERTENCES PESSOAIS EM LOCAL APROPRIADO			✓
PLANILHAS	REGULAR	BOM	ÓTIMO
CONTROLE DE TEMPERATURA			✓
SAÍDA DE ESTOQUE			✓
REFEIÇÕES SERVIDAS <i>implantada na data</i>			✓
GUARDA DE COLETA DE AMOSTRAS	REGULAR	BOM	ÓTIMO
COLETA DE AMOSTRAS			✓

VISTO NUTRICIONISTA: _____

Juliana Picolo de Oliveira Monsalve
Nutricionista - CRN3 - 7158
Setor Municipal de Alimentação Escolar

VISTO E CARIMBO DA DIREÇÃO ESCOLAR: _____

[Assinatura]



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA – SP.
SETOR MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
merendaescolar@guariba.sp.gov.br



ROTEIRO DE VISITAS ÀS ESCOLAS: PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PNAE

UNIDADE ESCOLAR: EMEB "Maurício Nogueira"

DATA: 19/02/2020 HORÁRIO: 8:00 ÀS 10:00

ESTAGIÁRIA: Lucia Maria Furtado

MERENDEIRAS: Márcia, Jacqueline
Chauvin

HIGIENE PESSOAL/SAÚDE DAS MERENDEIRAS			
	REGULAR	BOM	ÓTIMO
MÃOS LAVADAS E HIGIENIZADAS			✓
ASSEIO (CABELOS, ODOR)			✓
UNHAS CURTAS, SEM ESMALTE E LIMPAS			✓
AUSÊNCIA DE ADORNOS (RELÓGIO, CORRENTE, ANEL)			✓
UNIFORME COMPLETO, LIMPO E BEM COLOCADO			✓
USO DE TOUCA/CABELOS DEVIDAMENTE PROTEGIDOS			✓
HÁ A REALIZAÇÃO DE EXAMES MÉDICO LABORATORIAL PERIÓDICO	Sim/Não: <u>Sim</u>		
HIGIENE DO AMBIENTE			
AMBIENTE LIMPO	REGULAR	BOM	ÓTIMO
ORGANIZAÇÃO			✓
AZULEJOS			✓
TETO			✓
LUMINÁRIAS			✓
ARMÁRIO			✓
LIXEIRAS			✓
OUTROS			✓
EQUIPAMENTOS LIMPOS	REGULAR	BOM	ÓTIMO
GELADEIRA			✓
FREEZER			✓
FOGÃO			✓
PROCESSADOR			✓
LIQUIDIFICADOR			✓
OUTROS			✓
UTENSÍLIOS LIMPOS	REGULAR	BOM	ÓTIMO
PRATOS			✓
TALHERES			✓
CANECAS			✓
PANELAS			✓
ARMAZENAMENTO			
	REGULAR	BOM	ÓTIMO
DESPENSA LIMPA E ORGANIZADA			✓
AUSÊNCIA DE EMBALAGENS ROMPIDAS E/OU AVARIADAS, ABERTAS			✓
ALIMENTOS SEPARADOS DO MATERIAL DE LIMPEZA			✓
OS PALETES, ESTRADOS E/OU PRATELEIRAS SÃO DE MATERIAL LISO, RESISTENTE, IMPERMEÁVEL E LAVÁVEL?			✓
TODOS OS ALIMENTOS DENTRO DO PRAZO DE VALIDADE			✓
TODOS OS PRODUTOS ABERTOS SENDO UTILIZADOS			✓
AUSÊNCIA DE INCIDÊNCIA DE LUZ SOLAR SOB OS ALIMENTOS			✓
PREPARO E DISTRIBUIÇÃO DOS ALIMENTOS			



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA – SP.
SETOR MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
merendaescolar@guariba.sp.gov.br



SEGUIMENTO DO CARDÁPIO	REGULAR	BOM	ÓTIMO
HOUVE ALTERAÇÃO DE CARDÁPIO	Sim/Não: <i>Sim</i>		
ALTERAÇÃO REGISTRADA EM RELATÓRIO ESPECÍFICO	Sim/Não: <i>Sim</i>		
QUANTIDADE ADEQUADA DE PREPARO (COM POUCA OU NENHUMA SOBRA)			✓
BOA APRESENTAÇÃO DA PREPARAÇÃO/DOS PRATOS			✓
PORCIONAMENTO ADEQUADO DAS PREPARAÇÕES			✓
PERMISSÃO DE REPETIÇÃO			✓
TEMPERATURA ADEQUADA DOS ALIMENTOS/PREPARAÇÕES			✓
DESCONGELAMENTO DOS ALIMENTOS SOB TEMPERATURA			✓
SANITIZAÇÃO DOS ALIMENTOS	REGULAR	BOM	ÓTIMO
FRUTAS			✓
VERDURAS/LEGUMES			✓
TALHERES		✓	
RELACIONAMENTO DAS MERENDEIRAS	REGULAR	BOM	ÓTIMO
BOM RELACIONAMENTO COM AS CRIANÇAS			✓
BOM RELACIONAMENTO E COOPERAÇÃO ENTRE AS MERENDEIRAS			✓
BOM RELACIONAMENTO COM OS FUNCIONÁRIOS DA ESCOLA			✓
HOUVE BOM TRATAMENTO A NUTRICIONISTA NA VISITA			✓
LOCAL E SEGURANÇA NO TRABALHO	REGULAR	BOM	ÓTIMO
AUSÊNCIA DE PESSOAS ESTRANHAS NA COZINHA (PROFESSORES, SERVENTES)			✓
CONDUTA CUIDADOSA (MOVIMENTOS COM FACAS, GARFOS)			✓
ORGANIZAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO/DESEMPENHO DO TRABALHO			✓
PERTENCES PESSOAIS EM LOCAL APROPRIADO			✓
PLANILHAS	REGULAR	BOM	ÓTIMO
CONTROLE DE TEMPERATURA			✓
SAÍDA DE ESTOQUE			✓
REFEIÇÕES SERVIDAS			✓
GUARDA DE COLETA DE AMOSTRAS	REGULAR	BOM	ÓTIMO
COLETA DE AMOSTRAS			✓

VISTO NUTRICIONISTA: _____

Juliana Picello de Oliveira Monsalve
Nutricionista - CBN3 - 7155
Setor Municipal de Alimentação Escolar

VISTO E CARIMBO DA DIREÇÃO ESCOLAR: _____

Marcos Antonio Nenê
RG: 40.745.597-8
Diretor de Escola



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA - SP.
SETOR MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
merendaescolar@guariba.sp.gov.br



ROTEIRO DE VISITAS ÀS ESCOLAS: PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE

UNIDADE ESCOLAR: EMCB Maria Helena Montenegro

DATA: 19/02/2020 - HORÁRIO: 10:00 ÀS 11:00

ESTAGIÁRIA: Luisa Maria Santos

MERENDEIRAS: Graciela Furtado

HIGIENE PESSOAL/SAÚDE DAS MERENDEIRAS			
	REGULAR	BOM	ÓTIMO
MÃOS LAVADAS E HIGIENIZADAS			✓
ASSEIO (CABELOS, ODORE)			✓
UNHAS CURTAS, SEM ESMALTE E LIMPAS			✓
AUSÊNCIA DE ADORNOS (RELÓGIO, CORRENTE, ANEL)			✓
UNIFORME COMPLETO, LIMPO E BEM COLOCADO			✓
USO DE TOUCA/CABELOS DEVIDAMENTE PROTEGIDOS			✓
HÁ A REALIZAÇÃO DE EXAMES MÉDICO LABORATORIAL PERIÓDICO			✓
Sim/Não: <u>Sim</u>			
HIGIENE DO AMBIENTE			
AMBIENTE LIMPO			
	REGULAR	BOM	ÓTIMO
ORGANIZAÇÃO			✓
AZULEJOS			✓
TETO			✓
LUMINÁRIAS			✓
ARMÁRIO			✓
LIXEIRAS			✓
OUTROS			✓
EQUIPAMENTOS LIMPOS			
	REGULAR	BOM	ÓTIMO
GELADEIRA			✓
FREEZER			✓
FOGÃO			✓
PROCESSADOR			✓
LIQUIDIFICADOR			✓
OUTROS			✓
UTENSÍLIOS LIMPOS			
	REGULAR	BOM	ÓTIMO
PRATOS			✓
TALHERES			✓
CANECAS			✓
PANELAS			✓
ARMAZENAMENTO			
	REGULAR	BOM	ÓTIMO
DESPENSA LIMPA E ORGANIZADA			✓
AUSÊNCIA DE EMBALAGENS ROMPIDAS E/OU AVARIADAS, ABERTAS			✓
ALIMENTOS SEPARADOS DO MATERIAL DE LIMPEZA			✓
OS PALETES, ESTRADOS E/OU PRATELEIRAS SÃO DE MATERIAL LISO, RESISTENTE, IMPERMEÁVEL E LAVÁVEL?			✓
TODOS OS ALIMENTOS DENTRO DO PRAZO DE VALIDADE			✓
TODOS OS PRODUTOS ABERTOS SENDO UTILIZADOS			✓
AUSÊNCIA DE INCIDÊNCIA DE LUZ SOLAR SOB OS ALIMENTOS			✓
PREPARO E DISTRIBUIÇÃO DOS ALIMENTOS			
			✓



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA - SP.
SETOR MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
merendaescolar@guariba.sp.gov.br



SEGUIMENTO DO CARDÁPIO			
HOUVE ALTERAÇÃO DE CARDÁPIO	REGULAR	BOM	ÓTIMO
ALTERAÇÃO REGISTRADA EM RELATÓRIO ESPECÍFICO	Sim/Não: <i>Não</i>		
QUANTIDADE ADEQUADA DE PREPARO (COM POUCA OU NENHUMA SOBRA)	Sim/Não: *		
BOA APRESENTAÇÃO DA PREPARAÇÃO/DOS PRATOS			✓
PORCIONAMENTO ADEQUADO DAS PREPARAÇÕES			✓
PERMISSÃO DE REPETIÇÃO			✓
TEMPERATURA ADEQUADA DOS ALIMENTOS/PREPARAÇÕES			✓
DESCONGELAMENTO DOS ALIMENTOS SOB TEMPERATURA			✓
SANITIZAÇÃO DOS ALIMENTOS			✓
FRUTAS	REGULAR	BOM	ÓTIMO
VERDURAS/LEGUMES			✓
TALHERES			✓
RELACIONAMENTO DAS MERENDEIRAS			✓
BOM RELACIONAMENTO COM AS CRIANÇAS	REGULAR	BOM	ÓTIMO
BOM RELACIONAMENTO E COOPERAÇÃO ENTRE AS MERENDEIRAS			✓
BOM RELACIONAMENTO COM OS FUNCIONÁRIOS DA ESCOLA			✓
HOUVE BOM TRATAMENTO A NUTRICIONISTA NA VISITA			✓
LOCAL E SEGURANÇA NO TRABALHO			✓
AUSÊNCIA DE PESSOAS ESTRANHAS NA COZINHA (PROFESSORES, SERVENTES)	REGULAR	BOM	ÓTIMO
CONDUTA CUIDADOSA (MOVIMENTOS COM FACAS, GARFOS)			✓
ORGANIZAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO/DESEMPENHO DO TRABALHO			✓
PERTENCES PESSOAIS EM LOCAL APROPRIADO			✓
PLANILHAS			✓
CONTROLE DE TEMPERATURA	REGULAR	BOM	ÓTIMO
SAÍDA DE ESTOQUE			✓
REFEIÇÕES SERVIDAS			✓
GUARDA DE COLETA DE AMOSTRAS			✓
COLETA DE AMOSTRAS	REGULAR	BOM	ÓTIMO

VISTO NUTRICIONISTA:

Juliana Picollo de Oliveira Morsalve
Nutricionista - CHN3 - 7156
Setor Municipal de Alimentação Escolar

VISTO E CARIMBO DA DIREÇÃO ESCOLAR:

Maria Elizabete Gomes
Diretor de EMEB
RG. 22.755.499-1



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA – SP.
SETOR MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
merendaescolar@guariba.sp.gov.br



ROTEIRO DE VISITAS ÀS ESCOLAS: PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PNAE

UNIDADE ESCOLAR: FMEB Paulo Mangabeira

DATA: 18/02/2020 - HORÁRIO: 10:00 ÀS 11:30

ESTAGIÁRIA: Livia Maria Gentile

MERENDEIRAS: Sidneia, Silvana

HIGIENE PESSOAL/SAÚDE DAS MERENDEIRAS			
	REGULAR	BOM	ÓTIMO
MÃOS LAVADAS E HIGIENIZADAS			✓
ASSEIO (CABELOS, ODOR)			✓
UNHAS CURTAS, SEM ESMALTE E LIMPAS			✓
AUSÊNCIA DE ADORNOS (RELÓGIO, CORRENTE, ANEL)			✓
UNIFORME COMPLETO, LIMPO E BEM COLOCADO			✓
USO DE TOUCA/CABELOS DEVIDAMENTE PROTEGIDOS			✓
HÁ A REALIZAÇÃO DE EXAMES MÉDICO LABORATORIAL PERIÓDICO	Sim/Não:	Sim	
HIGIENE DO AMBIENTE			
AMBIENTE LIMPO	REGULAR	BOM	ÓTIMO
ORGANIZAÇÃO			✓
AZULEJOS			✓
TETO			✓
LUMINÁRIAS			✓
ARMÁRIO			✓
LIXEIRAS			✓
OUTROS			✓
EQUIPAMENTOS LIMPOS	REGULAR	BOM	ÓTIMO
GELADEIRA			✓
FREEZER			✓
FOGÃO			✓
PROCESSADOR			✓
LIQUIDIFICADOR			✓
OUTROS			✓
UTENSÍLIOS LIMPOS	REGULAR	BOM	ÓTIMO
PRATOS			✓
TALHERES			✓
CANECAS			✓
PANELAS			✓
ARMAZENAMENTO			
	REGULAR	BOM	ÓTIMO
DESPENSA LIMPA E ORGANIZADA			✓
AUSÊNCIA DE EMBALAGENS ROMPIDAS E/OU AVARIADAS, ABERTAS			✓
ALIMENTOS SEPARADOS DO MATERIAL DE LIMPEZA			✓
OS PALETES, ESTRADOS E/OU PRATELEIRAS SÃO DE MATERIAL LISO, RESISTENTE, IMPERMEÁVEL E LAVÁVEL?			✓
TODOS OS ALIMENTOS DENTRO DO PRAZO DE VALIDADE			✓
TODOS OS PRODUTOS ABERTOS SENDO UTILIZADOS			✓



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA – SP.
SETOR MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
merendaescolar@guariba.sp.gov.br



AUSÊNCIA DE INCIDÊNCIA DE LUZ SOLAR SOB OS ALIMENTOS			✓
PREPARO E DISTRIBUIÇÃO DOS ALIMENTOS			
SEGUIMENTO DO CARDÁPIO	REGULAR	BOM	ÓTIMO
HOUVE ALTERAÇÃO DE CARDÁPIO	Sim/Não: não		
ALTERAÇÃO REGISTRADA EM RELATÓRIO ESPECÍFICO	Sim/Não: "		
QUANTIDADE ADEQUADA DE PREPARO (COM POUCA OU NENHUMA SOBRA)			✓
BOA APRESENTAÇÃO DA PREPARAÇÃO/DOS PRATOS			✓
PORCIONAMENTO ADEQUADO DAS PREPARAÇÕES			✓
PERMISSÃO DE REPETIÇÃO			✓
TEMPERATURA ADEQUADA DOS ALIMENTOS/PREPARAÇÕES			✓
DESCONGELAMENTO DOS ALIMENTOS SOB TEMPERATURA			✓
SANITIZAÇÃO DOS ALIMENTOS	REGULAR	BOM	ÓTIMO
FRUTAS			✓
VERDURAS/LEGUMES			✓
TALHERES			✓
RELACIONAMENTO DAS MERENDEIRAS	REGULAR	BOM	ÓTIMO
BOM RELACIONAMENTO COM AS CRIANÇAS			✓
BOM RELACIONAMENTO E COOPERAÇÃO ENTRE AS MERENDEIRAS			✓
BOM RELACIONAMENTO COM OS FUNCIONÁRIOS DA ESCOLA			✓
HOUE BOM TRATAMENTO A NUTRICIONISTA NA VISITA			✓
LOCAL E SEGURANÇA NO TRABALHO	REGULAR	BOM	ÓTIMO
AUSÊNCIA DE PESSOAS ESTRANHAS NA COZINHA (PROFESSORES, SERVENTES)			✓
CONDUTA CUIDADOSA (MOVIMENTOS COM FACAS, GARFOS)			✓
ORGANIZAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO/DESEMPENHO DO TRABALHO			✓
PERTENCES PESSOAIS EM LOCAL APROPRIADO			✓
PLANILHAS	REGULAR	BOM	ÓTIMO
CONTROLE DE TEMPERATURA			✓
SAÍDA DE ESTOQUE			✓
REFEIÇÕES SERVIDAS	✓		
GUARDA DE COLETA DE AMOSTRAS	REGULAR	BOM	ÓTIMO
COLETA DE AMOSTRAS			✓

VISTO NUTRICIONISTA:

Juliana Picollo de Oliveira Monsalve
Nutricionista - CRN3 - 7156
Setor Municipal de Alimentação Escolar

VISTO E CARIMBO DA DIREÇÃO ESCOLAR:

Ana Paula Furtado Godart
RG. 25.481.439-6
Diretor de EMEB



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA - SP.
SETOR MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
merendaescolar@guariba.sp.gov.br



ROTEIRO DE VISITAS ÀS ESCOLAS: PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE

UNIDADE ESCOLAR: EMGB Valma Rangel

DATA: 18/02/2020 - HORÁRIO: 8:00 ÀS 10:00

ESTAGIÁRIA: Angela Maria Furtado

MERENDEIRAS: deidiane, Rangel

HIGIENE PESSOAL/SAÚDE DAS MERENDEIRAS			
	REGULAR	BOM	ÓTIMO
MÃOS LAVADAS E HIGIENIZADAS			✓
ASSEIO (CABELOS, ODOR)			✓
UNHAS CURTAS, SEM ESMALTE E LIMPAS			✓
AUSÊNCIA DE ADORNOS (RELÓGIO, CORRENTE, ANEL)			✓
UNIFORME COMPLETO, LIMPO E BEM COLOCADO			✓
USO DE TOUCA/CABELOS DEVIDAMENTE PROTEGIDOS			✓
HÁ A REALIZAÇÃO DE EXAMES MÉDICO LABORATORIAL PERIÓDICO	Sim/Não:	Sim	
HIGIENE DO AMBIENTE			
AMBIENTE LIMPO	REGULAR	BOM	ÓTIMO
ORGANIZAÇÃO		✓	
AZULEJOS			✓
TETO			✓
LUMINÁRIAS			✓
ARMÁRIO			✓
LIXEIRAS			✓
OUTROS			✓
EQUIPAMENTOS LIMPOS	REGULAR	BOM	ÓTIMO
GELADEIRA			✓
FREEZER			✓
FOGÃO			✓
PROCESSADOR			✓
LIQUIDIFICADOR			✓
OUTROS			✓
UTENSÍLIOS LIMPOS	REGULAR	BOM	ÓTIMO
PRATOS			✓
TALHERES			✓
CANECAS			✓
PANELAS			✓
ARMAZENAMENTO			
	REGULAR	BOM	ÓTIMO
DESPENSA LIMPA E ORGANIZADA			✓
AUSÊNCIA DE EMBALAGENS ROMPIDAS E/OU AVARIADAS, ABERTAS			✓
ALIMENTOS SEPARADOS DO MATERIAL DE LIMPEZA			✓
OS PALETES, ESTRADOS E/OU PRATELEIRAS SÃO DE MATERIAL LISO, RESISTENTE, IMPERMEÁVEL E LAVÁVEL?			✓
TODOS OS ALIMENTOS DENTRO DO PRAZO DE VALIDADE			✓
TODOS OS PRODUTOS ABERTOS SENDO UTILIZADOS			✓



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA - SP.
SETOR MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
merendaescolar@guariba.sp.gov.br



CÓPIA DE DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: CAROLINA RANGEL SEGUNINI. Sistema e-TCE-SP. Para obter informações sobre assinatura e/ou ver o arquivo original
acesse <http://e-processo.tce.sp.gov.br> - link "Validar documento digital" e informe o código do documento: 3-GNBE-B8LE-5A6K-3C82

AUSÊNCIA DE INCIDÊNCIA DE LUZ SOLAR SOB OS ALIMENTOS			✓
PREPARO E DISTRIBUIÇÃO DOS ALIMENTOS			
SEGUIMENTO DO CARDÁPIO	REGULAR	BOM	ÓTIMO
HOUVE ALTERAÇÃO DE CARDÁPIO	Sim/Não: <i>sim</i>		
ALTERAÇÃO REGISTRADA EM RELATÓRIO ESPECÍFICO	Sim/Não: <i>"</i>		
QUANTIDADE ADEQUADA DE PREPARO (COM POUCA OU NENHUMA SOBRA)			✓
BOA APRESENTAÇÃO DA PREPARAÇÃO/DOS PRATOS			✓
PORCIONAMENTO ADEQUADO DAS PREPARAÇÕES			✓
PERMISSÃO DE REPETIÇÃO			✓
TEMPERATURA ADEQUADA DOS ALIMENTOS/PREPARAÇÕES			✓
DESCONGELAMENTO DOS ALIMENTOS SOB TEMPERATURA			✓
SANITIZAÇÃO DOS ALIMENTOS	REGULAR	BOM	ÓTIMO
FRUTAS			✓
VERDURAS/LEGUMES			✓
TALHERES			✓
RELACIONAMENTO DAS MERENDEIRAS	REGULAR	BOM	ÓTIMO
BOM RELACIONAMENTO COM AS CRIANÇAS			✓
BOM RELACIONAMENTO E COOPERAÇÃO ENTRE AS MERENDEIRAS			✓
BOM RELACIONAMENTO COM OS FUNCIONÁRIOS DA ESCOLA			✓
HOUVE BOM TRATAMENTO A NUTRICIONISTA NA VISITA			✓
LOCAL E SEGURANÇA NO TRABALHO	REGULAR	BOM	ÓTIMO
AUSÊNCIA DE PESSOAS ESTRANHAS NA COZINHA (PROFESSORES, SERVENTES)		✓	
CONDUTA CUIDADOSA (MOVIMENTOS COM FACAS, GARFOS)			✓
ORGANIZAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO/DESEMPENHO DO TRABALHO			✓
PERTENCES PESSOAIS EM LOCAL APROPRIADO			✓
PLANILHAS	REGULAR	BOM	ÓTIMO
CONTROLE DE TEMPERATURA			✓
SAÍDA DE ESTOQUE			✓
REFEIÇÕES SERVIDAS			✓
GUARDA DE COLETA DE AMOSTRAS	REGULAR	BOM	ÓTIMO
COLETA DE AMOSTRAS			✓

VISTO NUTRICIONISTA: _____

Juliana Picollo de Oliveira Mansalve

Nutricionista - CRN3 - 7158

Setor Municipal de Alimentação Escolar

VISTO E CARIMBO DA DIREÇÃO ESCOLAR: _____

Fabiana Cruzato Thomazele
RG. 28.630.077-1
Diretor de Escola



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA - SP.
SETOR MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
merendaescolar@guariba.sp.gov.br



ROTEIRO DE VISITAS ÀS ESCOLAS: PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE

UNIDADE ESCOLAR: EMCB "Marta Cecilia Paiva"
DATA: 17/02/2020 - HORÁRIO: 10:00 ÀS 11:30
ESTAGIÁRIA: Alina Maria Furtado
MERENDEIRAS: Selma, Luciana

HIGIENE PESSOAL/SAÚDE DAS MERENDEIRAS			
	REGULAR	BOM	ÓTIMO
MÃOS LAVADAS E HIGIENIZADAS			✓
ASSEIO (CABELOS, ODOR)			✓
UNHAS CURTAS, SEM ESMALTE E LIMPAS		✓	
AUSÊNCIA DE ADORNOS (RELÓGIO, CORRENTE, ANEL) <i>Brasão</i>		✓	
UNIFORME COMPLETO, LIMPO E BEM COLOCADO			✓
USO DE TOUCA/CABELOS DEVIDAMENTE PROTEGIDOS			✓
HÁ A REALIZAÇÃO DE EXAMES MÉDICO LABORATORIAL PERIÓDICO	Sim/Não: <i>Sim</i>		
HIGIENE DO AMBIENTE			
AMBIENTE LIMPO	REGULAR	BOM	ÓTIMO
ORGANIZAÇÃO			
AZULEJOS			✓
TETO			✓
LUMINÁRIAS			✓
ARMÁRIO		✓	
LIXEIRAS			✓
OUTROS			✓
EQUIPAMENTOS LIMPOS	REGULAR	BOM	ÓTIMO
GELADEIRA			✓
FREEZER			✓
FOGÃO			✓
PROCESSADOR			✓
LIQUIDIFICADOR			✓
OUTROS			✓
UTENSÍLIOS LIMPOS	REGULAR	BOM	ÓTIMO
PRATOS			✓
TALHERES			✓
CANECAS			✓
PANELAS			✓
ARMAZENAMENTO			
	REGULAR	BOM	ÓTIMO
DESPENSA LIMPA E ORGANIZADA		✓	
AUSÊNCIA DE EMBALAGENS ROMPIDAS E/OU AVARIADAS, ABERTAS			✓
ALIMENTOS SEPARADOS DO MATERIAL DE LIMPEZA			✓
OS PALETES, ESTRADOS E/OU PRATELEIRAS SÃO DE MATERIAL LISO, RESISTENTE, IMPERMEÁVEL E LAVÁVEL?			✓
TODOS OS ALIMENTOS DENTRO DO PRAZO DE VALIDADE			✓
TODOS OS PRODUTOS ABERTOS SENDO UTILIZADOS			✓



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA - SP.
SETOR MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
merendaescolar@guariba.sp.gov.br



AUSÊNCIA DE INCIDÊNCIA DE LUZ SOLAR SOB OS ALIMENTOS			✓
PREPARO E DISTRIBUIÇÃO DOS ALIMENTOS			
SEGUIMENTO DO CARDÁPIO	REGULAR	BOM	ÓTIMO
HOUVE ALTERAÇÃO DE CARDÁPIO	Sim/Não: <u>não</u>		
ALTERAÇÃO REGISTRADA EM RELATÓRIO ESPECÍFICO	Sim/Não: <u>✓</u>		
QUANTIDADE ADEQUADA DE PREPARO (COM POUCA OU NENHUMA SOBRA)			✓
BOA APRESENTAÇÃO DA PREPARAÇÃO/DOS PRATOS			✓
PORCIONAMENTO ADEQUADO DAS PREPARAÇÕES			✓
PERMISSÃO DE REPETIÇÃO			✓
TEMPERATURA ADEQUADA DOS ALIMENTOS/PREPARAÇÕES			✓
DESCONGELAMENTO DOS ALIMENTOS SOB TEMPERATURA			✓
SANITIZAÇÃO DOS ALIMENTOS	REGULAR	BOM	ÓTIMO
FRUTAS			✓
VERDURAS <u>legumes</u>			✓
LEGUMES <u>feijão</u>			✓
RELACIONAMENTO DAS MERENDEIRAS	REGULAR	BOM	ÓTIMO
BOM RELACIONAMENTO COM AS CRIANÇAS			✓
BOM RELACIONAMENTO E COOPERAÇÃO ENTRE AS MERENDEIRAS			✓
BOM RELACIONAMENTO COM OS FUNCIONÁRIOS DA ESCOLA			✓
HOUVE BOM TRATAMENTO A NUTRICIONISTA NA VISITA			✓
LOCAL E SEGURANÇA NO TRABALHO	REGULAR	BOM	ÓTIMO
AUSÊNCIA DE PESSOAS ESTRANHAS NA COZINHA (PROFESSORES, SERVENTES)		✓	
CONDUTA CUIDADOSA (MOVIMENTOS COM FACAS, GARFOS)			✓
ORGANIZAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO/DESEMPENHO DO TRABALHO			✓
PERTENCES PESSOAIS EM LOCAL APROPRIADO		✓	
PLANILHAS	REGULAR	BOM	ÓTIMO
CONTROLE DE TEMPERATURA			✓
SAÍDA DE ESTOQUE			✓
REFEIÇÕES SERVIDAS			✓
GUARDA DE COLETA DE AMOSTRAS	REGULAR	BOM	ÓTIMO
COLETA DE AMOSTRAS			✓

VISTO NUTRICIONISTA:

Juliana Picollo de Oliveira Munsalve

Nutricionista - CRN3 - 7156

Setor Municipal de Alimentação Escolar

VISTO E CARIMBO DA DIREÇÃO ESCOLAR:

Vivian Maria Sparsosa Machado de Mello

RG 10.571.053-2

Diretor de Escola



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA – SP.
SETOR MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
merendaescolar@guariba.sp.gov.br



ROTEIRO DE VISITAS ÀS ESCOLAS: PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PNAE

UNIDADE ESCOLAR: EMEB Luiz Garavello

DATA: 17/02/2020 - HORÁRIO: 8:00 AS 10:00

ESTAGIÁRIA: diva Maria Lúcia

MERENDEIRAS: Maria Viana (marb) / Maria Elisângela (Tande)
* presentes *

HIGIENE PESSOAL/SAÚDE DAS MERENDEIRAS			
	REGULAR	BOM	ÓTIMO
MÃOS LAVADAS E HIGIENIZADAS			✓
ASSEIO (CABELOS, ODOR)			✓
UNHAS CURTAS, SEM ESMALTE E LIMPAS			✓
AUSÊNCIA DE ADORNOS (RELÓGIO, CORRENTE, ANEL)			✓
UNIFORME COMPLETO, LIMPO E BEM COLOCADO			✓
USO DE TOUCA/CABELOS DEVIDAMENTE PROTEGIDOS			✓
HÁ A REALIZAÇÃO DE EXAMES MÉDICO LABORATORIAL PERIÓDICO	Sim/Não:		
HIGIENE DO AMBIENTE			
AMBIENTE LIMPO	REGULAR	BOM	ÓTIMO
ORGANIZAÇÃO			✓
AZULEJOS			✓
TETO			✓
LUMINÁRIAS			✓
ARMÁRIO			✓
LIXEIRAS			✓
OUTROS			✓
EQUIPAMENTOS LIMPOS	REGULAR	BOM	ÓTIMO
GELADEIRA			✓
FREEZER			✓
FOGÃO			✓
PROCESSADOR			✓
LIQUIDIFICADOR			✓
OUTROS			✓
UTENSÍLIOS LIMPOS	REGULAR	BOM	ÓTIMO
PRATOS			✓
TALHERES			✓
CANECAS			✓
PANELAS			✓
ARMAZENAMENTO			
	REGULAR	BOM	ÓTIMO
DESPENSA LIMPA E ORGANIZADA			✓
AUSÊNCIA DE EMBALAGENS ROMPIDAS E/OU AVARIADAS, ABERTAS			✓
ALIMENTOS SEPARADOS DO MATERIAL DE LIMPEZA			✓
OS PALETES, ESTRADOS E/OU PRATELEIRAS SÃO DE MATERIAL LISO, RESISTENTE, IMPERMEÁVEL E LAVÁVEL?			✓
TODOS OS ALIMENTOS DENTRO DO PRAZO DE VALIDADE			✓
TODOS OS PRODUTOS ABERTOS SENDO UTILIZADOS			✓



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA - SP.
SETOR MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
merendaescolar@guariba.sp.gov.br



AUSÊNCIA DE INCIDÊNCIA DE LUZ SOLAR SOB OS ALIMENTOS						✓
PREPARO E DISTRIBUIÇÃO DOS ALIMENTOS						
SEGUIMENTO DO CARDÁPIO				REGULAR	BOM	ÓTIMO
HOUE ALTERAÇÃO DE CARDÁPIO				Sim/Não:	não	
ALTERAÇÃO REGISTRADA EM RELATÓRIO ESPECÍFICO				Sim/Não:	"	
QUANTIDADE ADEQUADA DE PREPARO (COM POUCA OU NENHUMA SOBRA)						✓
BOA APRESENTAÇÃO DA PREPARAÇÃO/DOS PRATOS						✓
PORCIONAMENTO ADEQUADO DAS PREPARAÇÕES						✓
PERMISSÃO DE REPETIÇÃO						✓
TEMPERATURA ADEQUADA DOS ALIMENTOS/PREPARAÇÕES						✓
DESCONGELAMENTO DOS ALIMENTOS SOB TEMPERATURA						✓
SANITIZAÇÃO DOS ALIMENTOS				REGULAR	BOM	ÓTIMO
FRUTAS						✓
VERDURAS <i>legumes</i>						✓
LEGUMES <i>salada</i>						✓
RELACIONAMENTO DAS MERENDEIRAS				REGULAR	BOM	ÓTIMO
BOM RELACIONAMENTO COM AS CRIANÇAS						✓
BOM RELACIONAMENTO E COOPERAÇÃO ENTRE AS MERENDEIRAS						✓
BOM RELACIONAMENTO COM OS FUNCIONÁRIOS DA ESCOLA						✓
HOUE BOM TRATAMENTO A NUTRICIONISTA NA VISITA						✓
LOCAL E SEGURANÇA NO TRABALHO				REGULAR	BOM	ÓTIMO
AUSÊNCIA DE PESSOAS ESTRANHAS NA COZINHA (PROFESSORES, SERVENTES)						✓
CONDUTA CUIDADOSA (MOVIMENTOS COM FACAS, GARFOS)						✓
ORGANIZAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO/DESEMPENHO DO TRABALHO						✓
PERTENCES PESSOAIS EM LOCAL APROPRIADO						✓
PLANILHAS				REGULAR	BOM	ÓTIMO
CONTROLE DE TEMPERATURA						✓
SAÍDA DE ESTOQUE						✓
REFEIÇÕES SERVIDAS						✓
GUARDA DE COLETA DE AMOSTRAS				REGULAR	BOM	ÓTIMO
COLETA DE AMOSTRAS						✓

VISTO NUTRICIONISTA:

Juliana Picollo de Oliveira Monsalve
Nutricionista - CRN3 - 7110
Setor Municipal de Alimentação Escolar

VISTO E CARIMBO DA DIREÇÃO ESCOLAR:

Bruno Garavello
RG 12.897.540-0
Diretor de Escola



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA - SP.
SETOR MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
merendaescolar@guariba.sp.gov.br



ROTEIRO DE VISITAS ÀS ESCOLAS: PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE

UNIDADE ESCOLAR: EMEB "Luizinho Santos C. Oliveira"

DATA: 14/02/2020 - HORÁRIO: 10:00 ÀS 11:30

ESTAGIÁRIA: Luiz Maria Santos

MERENDEIRAS: Luiz, Mariana Edson e Tatiana

HIGIENE PESSOAL/SAÚDE DAS MERENDEIRAS			
	REGULAR	BOM	ÓTIMO
MÃOS LAVADAS E HIGIENIZADAS			✓
ASSEIO (CABELOS, ODOR)			✓
UNHAS CURTAS, SEM ESMALTE E LIMPAS			✓
AUSÊNCIA DE ADORNOS (RELÓGIO, CORRENTE, ANEL) <u>Primeira</u>		✓	✓
UNIFORME COMPLETO, LIMPO E BEM COLOCADO			✓
USO DE TOUCA/CABELOS DEVIDAMENTE PROTEGIDOS			✓
HÁ A REALIZAÇÃO DE EXAMES MÉDICO LABORATORIAL PERIÓDICO	Sim/Não:	<u>Sim</u>	
HIGIENE DO AMBIENTE			
AMBIENTE LIMPO	REGULAR	BOM	ÓTIMO
ORGANIZAÇÃO			✓
AZULEJOS			✓
TETO			✓
LUMINÁRIAS			✓
ARMÁRIO			✓
LIXEIRAS			✓
OUTROS			✓
EQUIPAMENTOS LIMPOS	REGULAR	BOM	ÓTIMO
GELADEIRA			✓
FREEZER			✓
FOGÃO			✓
PROCESSADOR			✓
LIQUIDIFICADOR			✓
OUTROS			✓
UTENSÍLIOS LIMPOS	REGULAR	BOM	ÓTIMO
PRATOS			✓
TALHERES			✓
CANECAS			✓
PANELAS			✓
ARMAZENAMENTO			
REGULAR	BOM	ÓTIMO	
DESPENSA LIMPA E ORGANIZADA			✓
AUSÊNCIA DE EMBALAGENS ROMPIDAS E/OU AVARIADAS, ABERTAS			✓
ALIMENTOS SEPARADOS DO MATERIAL DE LIMPEZA			✓
OS PALETES, ESTRADOS E/OU PRATELEIRAS SÃO DE MATERIAL LISO, RESISTENTE, IMPERMEÁVEL E LAVÁVEL?			✓
TODOS OS ALIMENTOS DENTRO DO PRAZO DE VALIDADE			✓
TODOS OS PRODUTOS ABERTOS SENDO UTILIZADOS			✓



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA – SP.
SETOR MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
merendaescolar@guariba.sp.gov.br



AUSÊNCIA DE INCIDÊNCIA DE LUZ SOLAR SOB OS ALIMENTOS			✓
PREPARO E DISTRIBUIÇÃO DOS ALIMENTOS			
SEGUIMENTO DO CARDÁPIO	REGULAR	BOM	ÓTIMO
HOUVE ALTERAÇÃO DE CARDÁPIO	Sim/Não: <i>não</i>		
ALTERAÇÃO REGISTRADA EM RELATÓRIO ESPECÍFICO	Sim/Não: <i>—</i>		
QUANTIDADE ADEQUADA DE PREPARO (COM POUCA OU NENHUMA SOBRA)			✓
BOA APRESENTAÇÃO DA PREPARAÇÃO/DOS PRATOS			✓
PORCIONAMENTO ADEQUADO DAS PREPARAÇÕES			✓
PERMISSÃO DE REPETIÇÃO			✓
TEMPERATURA ADEQUADA DOS ALIMENTOS/PREPARAÇÕES			✓
DESCONGELAMENTO DOS ALIMENTOS SOB TEMPERATURA			✓
SANITIZAÇÃO DOS ALIMENTOS	REGULAR	BOM	ÓTIMO
FRUTAS			✓
VERDURAS <i>legumes</i>			✓
LEGUMES <i>batatas (misturando usando apenas batata)</i>		✓	
RELACIONAMENTO DAS MERENDEIRAS	REGULAR	BOM	ÓTIMO
BOM RELACIONAMENTO COM AS CRIANÇAS			✓
BOM RELACIONAMENTO E COOPERAÇÃO ENTRE AS MERENDEIRAS			✓
BOM RELACIONAMENTO COM OS FUNCIONÁRIOS DA ESCOLA			✓
HOUVE BOM TRATAMENTO A NUTRICIONISTA NA VISITA			✓
LOCAL E SEGURANÇA NO TRABALHO	REGULAR	BOM	ÓTIMO
AUSÊNCIA DE PESSOAS ESTRANHAS NA COZINHA (PROFESSORES, SERVENTES)			✓
CONDUTA CUIDADOSA (MOVIMENTOS COM FACAS, GARFOS)			✓
ORGANIZAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO/DESEMPENHO DO TRABALHO			✓
PERTENCES PESSOAIS EM LOCAL APROPRIADO			✓
PLANILHAS	REGULAR	BOM	ÓTIMO
CONTROLE DE TEMPERATURA			✓
SAÍDA DE ESTOQUE			✓
REFEIÇÕES SERVIDAS		✓	
GUARDA DE COLETA DE AMOSTRAS	REGULAR	BOM	ÓTIMO
COLETA DE AMOSTRAS			✓

VISTO NUTRICIONISTA: _____

Juliana Picollo de Oliveira Monsalve
- Nutricionista - CRM 7156
Setor Municipal de Alimentação Escolar

VISTO E CARIMBO DA DIREÇÃO ESCOLAR: _____

ADRIANA GOMES LIMA
RG 20.519.339-0
CPF 125.356.378-04
Diretora de Escola



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA – SP.
SETOR MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
merendaescolar@guariba.sp.gov.br



ROTEIRO DE VISITAS ÀS ESCOLAS: PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PNAE

UNIDADE ESCOLAR: EMEB 'Gino Bellodi'

DATA: 14/02/2020 - HORÁRIO: 8:00 ÀS 10:00

ESTAGIÁRIA: Divia Maria Santos

MERENDEIRAS: Neiva Cida

HIGIENE PESSOAL/SAÚDE DAS MERENDEIRAS			
	REGULAR	BOM	ÓTIMO
MÃOS LAVADAS E HIGIENIZADAS			✓
ASSEIO (CABELOS, ODOR)			✓
UNHAS CURTAS, SEM ESMALTE E LIMPAS			✓
AUSÊNCIA DE ADORNOS (RELÓGIO, CORRENTE, ANEL)			✓
UNIFORME COMPLETO, LIMPO E BEM COLOCADO			✓
USO DE TOUCA/CABELOS DEVIDAMENTE PROTEGIDOS			✓
HÁ A REALIZAÇÃO DE EXAMES MÉDICO LABORATORIAL PERIÓDICO			✓ <u>Sim</u>
HIGIENE DO AMBIENTE			
AMBIENTE LIMPO	REGULAR	BOM	ÓTIMO
ORGANIZAÇÃO			✓
AZULEJOS			✓
TETO			✓
LUMINÁRIAS			✓
ARMÁRIO			✓
LIXEIRAS			✓
OUTROS			✓
EQUIPAMENTOS LIMPOS	REGULAR	BOM	ÓTIMO
GELADEIRA			✓
FREEZER			✓
FOGÃO			✓
PROCESSADOR			✓
LIQUIDIFICADOR			✓
OUTROS			✓
UTENSÍLIOS LIMPOS	REGULAR	BOM	ÓTIMO
PRATOS			✓
TALHERES			✓
CANECAS			✓
PANELAS			✓
ARMAZENAMENTO			
	REGULAR	BOM	ÓTIMO
DESPENSA LIMPA E ORGANIZADA			✓
AUSÊNCIA DE EMBALAGENS ROMPIDAS E/OU AVARIADAS, ABERTAS			✓
ALIMENTOS SEPARADOS DO MATERIAL DE LIMPEZA			✓
OS PALETES, ESTRADOS E/OU PRATELEIRAS SÃO DE MATERIAL LISO, RESISTENTE, IMPERMEÁVEL E LAVÁVEL?			✓
TODOS OS ALIMENTOS DENTRO DO PRAZO DE VALIDADE			✓
TODOS OS PRODUTOS ABERTOS SENDO UTILIZADOS			✓



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA - SP.
SETOR MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
merendaescolar@guariba.sp.gov.br



AUSÊNCIA DE INCIDÊNCIA DE LUZ SOLAR SOB OS ALIMENTOS			✓
PREPARO E DISTRIBUIÇÃO DOS ALIMENTOS			
SEGUIMENTO DO CARDÁPIO	REGULAR	BOM	ÓTIMO
HOUVE ALTERAÇÃO DE CARDÁPIO	Sim/Não:	não	
ALTERAÇÃO REGISTRADA EM RELATÓRIO ESPECÍFICO	Sim/Não:	-	
QUANTIDADE ADEQUADA DE PREPARO (COM POUCA OU NENHUMA SOBRA)			✓
BOA APRESENTAÇÃO DA PREPARAÇÃO/DOS PRATOS			✓
PORCIONAMENTO ADEQUADO DAS PREPARAÇÕES			✓
PERMISSÃO DE REPETIÇÃO			✓
TEMPERATURA ADEQUADA DOS ALIMENTOS/PREPARAÇÕES			✓
DESCONGELAMENTO DOS ALIMENTOS SOB TEMPERATURA			✓
SANITIZAÇÃO DOS ALIMENTOS	REGULAR	BOM	ÓTIMO
FRUTAS			
VERDURAS			
LEGUMES			
RELACIONAMENTO DAS MERENDEIRAS	REGULAR	BOM	ÓTIMO
BOM RELACIONAMENTO COM AS CRIANÇAS			✓
BOM RELACIONAMENTO E COOPERAÇÃO ENTRE AS MERENDEIRAS			✓
BOM RELACIONAMENTO COM OS FUNCIONÁRIOS DA ESCOLA			✓
HOUE BOM TRATAMENTO A NUTRICIONISTA NA VISITA			✓
LOCAL E SEGURANÇA NO TRABALHO	REGULAR	BOM	ÓTIMO
AUSÊNCIA DE PESSOAS ESTRANHAS NA COZINHA (PROFESSORES, SERVENTES)			✓
CONDUTA CUIDADOSA (MOVIMENTOS COM FACAS, GARFOS)			✓
ORGANIZAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO/DESEMPENHO DO TRABALHO			✓
PLANILHAS	REGULAR	BOM	ÓTIMO
CONTROLE DE TEMPERATURA			✓
SAÍDA DE ESTOQUE			✓
REFEIÇÕES SERVIDAS			✓
GUARDA DE COLETA DE AMOSTRAS	REGULAR	BOM	ÓTIMO
COLETA DE AMOSTRAS			✓

VISTO NUTRICIONISTA:

[Assinatura]

Juliana Picollo de Oliveira Mousale

Nutricionista - CRN3 7156

Setor Municipal de Alimentação Escolar

VISTO E CARIMBO DA DIREÇÃO ESCOLAR:

[Assinatura]

Andrea Morato de Faria

RG: 21.383.107-7

Diretora de Escola

*Grân sanitizada p/ Unidade



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA - SP.
SETOR MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
merendaescolar@guariba.sp.gov.br



RÓTEIRO DE VISITAS ÀS ESCOLAS: PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE

UNIDADE ESCOLAR: EMEB 'Amélia Godói Nê Alfino'

DATA: 13/02/2020 - HORÁRIO: 8:00 AS 11:00

NUTRICIONISTA: Juliana Rêde Mansalva da Oliveira

MERENDEIRAS: Carol Cida

HIGIENE PESSOAL/SAÚDE DAS MERENDEIRAS			
	REGULAR	BOM	ÓTIMO
MÃOS LAVADAS E HIGIENIZADAS			✓
ASSEIO (CABELOS, ODOR)			✓
UNHAS CURTAS, SEM ESMALTE E LIMPAS			✓
AUSÊNCIA DE ADORNOS (RELÓGIO, CORRENTE, ANEL)		✓	✓
UNIFORME COMPLETO, LIMPO E BEM COLOCADO			✓
USO DE TOUCA/CABELOS DEVIDAMENTE PROTEGIDOS			✓
HÁ A REALIZAÇÃO DE EXAMES MÉDICO LABORATORIAL PERIÓDICO	Sim/Não:	Sim	
HIGIENE DO AMBIENTE			
AMBIENTE LIMPO	REGULAR	BOM	ÓTIMO
AZULEJOS			✓
TETO			✓
LUMINÁRIAS			✓
ARMÁRIO			✓
LIXEIRAS			✓
OUTROS			✓
EQUIPAMENTOS LIMPOS	REGULAR	BOM	ÓTIMO
GELADEIRA			✓
FREEZER			✓
FOGÃO			✓
PROCESSADOR			✓
LIQUIDIFICADOR			✓
OUTROS			✓
UTENSÍLIOS LIMPOS	REGULAR	BOM	ÓTIMO
PRATOS			✓
TALHERES			✓
CANECAS			✓
PANELAS			✓
ARMAZENAMENTO			
	REGULAR	BOM	ÓTIMO
DESPENSA LIMPA E ORGANIZADA			✓
AUSÊNCIA DE EMBALAGENS ROMPIDAS E/OU AVARIADAS, ABERTAS			✓
ALIMENTOS SEPARADOS DO MATERIAL DE LIMPEZA			✓
OS PALETES, ESTRADOS E/OU PRATELEIRAS SÃO DE MATERIAL LISO, RESISTENTE, IMPERMEÁVEL E LAVÁVEL?			✓
TODOS OS ALIMENTOS DENTRO DO PRAZO DE VALIDADE			✓



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA - SP.
SETOR MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
merendaescolar@guariba.sp.gov.br



TODOS OS PRODUTOS ABERTOS SENDO UTILIZADOS			✓
AUSÊNCIA DE INCIDÊNCIA DE LUZ SOLAR SOB OS ALIMENTOS			✓
PREPARO E DISTRIBUIÇÃO DOS ALIMENTOS			
SEGUIMENTO DO CARDÁPIO	REGULAR	BOM	ÓTIMO
QUANTIDADE ADEQUADA DE PREPARO (COM POUCA OU NENHUMA SOBRA)			✓
BOA APRESENTAÇÃO DA PREPARAÇÃO/DOS PRATOS			✓
PORCIONAMENTO ADEQUADO DAS PREPARAÇÕES			✓
PERMISSÃO DE REPETIÇÃO			✓
TEMPERATURA ADEQUADA DOS ALIMENTOS/PREPARAÇÕES			✓
DESCONGELAMENTO DOS ALIMENTOS SOB TEMPERATURA			✓
HOUVE ALTERAÇÃO DE CARDÁPIO	Sim/Não:	X	
ALTERAÇÃO REGISTRADA EM RELATÓRIO ESPECÍFICO	Sim/Não:	X	
RELACIONAMENTO DAS MERENDEIRAS			
	REGULAR	BOM	ÓTIMO
BOM RELACIONAMENTO COM AS CRIANÇAS			✓
BOM RELACIONAMENTO E COOPERAÇÃO ENTRE AS MERENDEIRAS			✓
BOM RELACIONAMENTO COM OS FUNCIONÁRIOS DA ESCOLA			✓
HOUVE BOM TRATAMENTO A NUTRICIONISTA NA VISITA			✓
LOCAL E SEGURANÇA NO TRABALHO			
	REGULAR	BOM	ÓTIMO
AUSÊNCIA DE PESSOAS ESTRANHAS NA COZINHA (PROFESSORES, SERVENTES)			✓
CONDUTA CUIDADOSA (MOVIMENTOS COM FACAS, GARFOS)			✓
ORGANIZAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO/DESEMPENHO DO TRABALHO			✓
PREENCHIMENTO DE PLANILHAS			
	REGULAR	BOM	ÓTIMO
REFEIÇÕES SERVIDAS			✓
CONTROLE DE TEMPERATURAS			✓
CONTROLE SAÍDA DE ESTOQUE			✓
GUARDA DE COLETA DE AMOSTRAS			
	REGULAR	BOM	ÓTIMO
GUARDA DE AMOSTRAS			✓

Juliana Picollo de Oliveira Montelive
Nutricionista - CRNS - 71564
Setor Municipal de Alimentação Escolar

VISTO NUTRICIONISTA: _____

VISTO E CARIMBO DA DIREÇÃO ESCOLAR: _____

Michelle Pereira da Silva Rossi
RG 11.878.276-94
Coordenadora de Escola



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA - SP.
SETOR MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
merendaescolar@guariba.sp.gov.br



ROTEIRO DE VISITAS ÀS ESCOLAS: PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE

UNIDADE ESCOLAR: EMEB "Maria Eduarda G. Pires Guariba"

DATA: 02/03/2020 - HORÁRIO: 8:00 ÀS 10:00

ESTAGIÁRIA: Luiza Maria Lúcia da Silva

MERENDEIRAS: Valéria, Lúcia

HIGIENE PESSOAL/SAÚDE DAS MERENDEIRAS			
	REGULAR	BOM	ÓTIMO
MÃOS LAVADAS E HIGIENIZADAS			✓
ASSEIO (CABELOS, ODOR)			✓
UNHAS CURTAS, SEM ESMALTE E LIMPAS			✓
AUSÊNCIA DE ADORNOS (RELÓGIO, CORRENTE, ANEL)			✓
UNIFORME COMPLETO, LIMPO E BEM COLOCADO			✓
USO DE TOUCA/CABELOS DEVIDAMENTE PROTEGIDOS			✓
HÁ A REALIZAÇÃO DE EXAMES MÉDICO LABORATORIAL PERIÓDICO	Sim/Não:	Sim	
HIGIENE DO AMBIENTE			
AMBIENTE LIMPO	REGULAR	BOM	ÓTIMO
ORGANIZAÇÃO			✓
AZULEJOS			✓
TETO			✓
LUMINÁRIAS			✓
ARMÁRIO			✓
LIXEIRAS			✓
OUTROS			✓
EQUIPAMENTOS LIMPOS	REGULAR	BOM	ÓTIMO
GELADEIRA			✓
FREEZER			✓
FOGÃO			✓
PROCESSADOR			✓
LIQUIDIFICADOR			✓
OUTROS			✓
UTENSÍLIOS LIMPOS	REGULAR	BOM	ÓTIMO
PRATOS			✓
TALHERES			✓
CANECAS			✓
PANELAS			✓
ARMAZENAMENTO			
DESPENSA LIMPA E ORGANIZADA	REGULAR	BOM	ÓTIMO
AUSÊNCIA DE EMBALAGENS ROMPIDAS E/OU AVARIADAS, ABERTAS			✓
ALIMENTOS SEPARADOS DO MATERIAL DE LIMPEZA			✓
OS PALETES, ESTRADOS E/OU PRATELEIRAS SÃO DE MATERIAL LISO, RESISTENTE, IMPERMEÁVEL E LAVÁVEL?			✓
TODOS OS ALIMENTOS DENTRO DO PRAZO DE VALIDADE			✓
TODOS OS PRODUTOS ABERTOS SENDO UTILIZADOS			✓
AUSÊNCIA DE INCIDÊNCIA DE LUZ SOLAR SOB OS ALIMENTOS			✓
PREPARO E DISTRIBUIÇÃO DOS ALIMENTOS			



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA - SP.
SETOR MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
merendaescolar@guariba.sp.gov.br



SEGUIMENTO DO CARDÁPIO	REGULAR	BOM	ÓTIMO
HOVE ALTERAÇÃO DE CARDÁPIO	Sim/Não: <i>não</i>		
ALTERAÇÃO REGISTRADA EM RELATÓRIO ESPECÍFICO	Sim/Não: <i>✓</i>		
QUANTIDADE ADEQUADA DE PREPARO (COM POUCA OU NENHUMA SOBRA)			✓
BOA APRESENTAÇÃO DA PREPARAÇÃO/DOS PRATOS			✓
PORCIONAMENTO ADEQUADO DAS PREPARAÇÕES			✓
PERMISSÃO DE REPETIÇÃO			✓
TEMPERATURA ADEQUADA DOS ALIMENTOS/PREPARAÇÕES			✓
DESCONGELAMENTO DOS ALIMENTOS SOB TEMPERATURA			✓
SANITIZAÇÃO DOS ALIMENTOS	REGULAR	BOM	ÓTIMO
FRUTAS			✓
VERDURAS/LEGUMES			✓
TALHERES			✓
RELACIONAMENTO DAS MERENDEIRAS	REGULAR	BOM	ÓTIMO
BOM RELACIONAMENTO COM AS CRIANÇAS			✓
BOM RELACIONAMENTO E COOPERAÇÃO ENTRE AS MERENDEIRAS			✓
BOM RELACIONAMENTO COM OS FUNCIONÁRIOS DA ESCOLA			✓
HOVE BOM TRATAMENTO A NUTRICIONISTA NA VISITA			✓
LOCAL E SEGURANÇA NO TRABALHO	REGULAR	BOM	ÓTIMO
AUSÊNCIA DE PESSOAS ESTRANHAS NA COZINHA (PROFESSORES, SERVENTES)			✓
CONDUTA CUIDADOSA (MOVIMENTOS COM FACAS, GARFOS)			✓
ORGANIZAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO/DESEMPENHO DO TRABALHO			✓
PERTENCES PESSOAIS EM LOCAL APROPRIADO			✓
PLANILHAS	REGULAR	BOM	ÓTIMO
CONTROLE DE TEMPERATURA			✓
SAÍDA DE ESTOQUE			✓
REFEIÇÕES SERVIDAS <i>implantada na data</i>			✓
GUARDA DE COLETA DE AMOSTRAS	REGULAR	BOM	ÓTIMO
COLETA DE AMOSTRAS			✓

VISTO NUTRICIONISTA:

Juliana Picollo de Oliveira Monsalve

Nutricionista - CRN3 - 7156

Setor Municipal de Alimentação Escolar

VISTO E CARIMBO DA DIREÇÃO ESCOLAR:

Viviane Cristina da Silva Souza

Diretor de Escola

RG. 30.556.669-6


Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO
CNPJ 48.564.304/0001-80

ANEXO 06 – REFERENTE AO ITEM D.2 LETRA “B”

LEI COMPLEMENTAR Nº 2.026

DE 14 DE JANEIRO DE 2.005



DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO
DO QUADRO GERAL DE PESSOAL DA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA
E APROVA O PLANO DE CARREIRA E
REMUNERAÇÃO DO SERVIDOR
PÚBLICO MUNICIPAL DE GUARIBA E DA
OUTRAS PROVIDÊNCIAS



ADMINISTRAÇÃO: MÁRIO SÉRGIO CAZERI

Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO
CNPJ 48.664.304/0001-80



LEI Nº 2.026 – DE 14 DE JANEIRO DE 2.005

DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DO QUADRO GERAL DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA E APROVA O PLANO DE CARREIRA E REMUNERAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL DE GUARIBA E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS

A Câmara Municipal de Guariba, Estado de São Paulo, em Sessão Extraordinária realizada no dia 14 de Janeiro de 2.005, **APROVOU** e eu – **MÁRIO SÉRGIO CAZERI** Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte ...

LEI COMPLEMENTAR

Artigo 1º - Esta lei complementar estrutura e organiza o Quadro Geral de Pessoal da Prefeitura Municipal de Guariba; e aprova o Plano de Carreira e Remuneração do Servidor Público do Município de Guariba.

CAPÍTULO I **DO QUADRO DE PESSOAL**

Artigo 2º - O Quadro Geral de Pessoal da Prefeitura Municipal de Guariba é constituído dos empregos públicos:

I – De Provimento Efetivo

Empregos Públicos	Número de vagas	Jornada Semanal	Referência Salarial
Analista de Sistemas	01	20	15
Apanhador de Lixo	17	40	01
Arquiteto	01	20	11
Assistente Social	06	30	11
Auxiliar de Enfermagem	07	40	03
Auxiliar de Escola	52	40	02
Auxiliar de Seção	30	40	02
Carpinteiro	03	40	04
Cirurgião Dentista	23	20	16
Coveiro	02	40	03
Encanador	04	40	03
Eletricista	04	40	04

Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO
CNPJ 48.654.904/0001-80



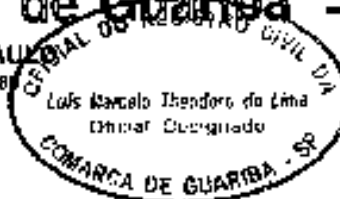
Enfermeira Padrão	02	30	14
Escriturário	25	40	04
Farmacêutico	01	20	11
Fiscal de Tributos e Preços	09	40	05
Fiscal de Obras Particulares	05	40	05
Fisioterapeuta	02	20	11
Fonoaudiólogo	02	20	11
Gari ou Margarida	16	40	01
Inspetor de Alunos	30	40	02
Mecânico	01	40	04
Médico	20	20	19
Motorista	46	40	03
Nutricionista	01	20	11
Oficial de Escola	30	40	04
Operador de Máquinas Pesadas	04	40	05
Padeiro	03	40	03
Pajem	20	40	01
Pedreiro	16	40	04
Pintor	03	40	03
Procurador Municipal	04	20	19
Professor de Educação Básica I	175	22/27	07/10
Professor de Educação Básica II	95	22/27	08/12
Psicólogo	06	20	11
Servente	105	40	01
Técnico em Enfermagem	03	30	06
Telefonista	02	30	02
Trabalhador Braçal	070	40	01
Tratorista	02	40	03
Veterinário	01	20	11
Vigia	38	40	01
Vigilante Epidemiológico	12	40	04
Vigilante Sanitário	03	40	04

Parágrafo Primeiro - Para o cargo de Professor de Educação Básica I, enquanto exercer jornada inicial de trabalho docente - 22 (vinte e duas) horas semanais - terá como referência para fins salariais a constante do número 07 (sete), e enquanto exercer jornada básica de trabalho docente - 27 (vinte e sete) horas semanais - terá como referência salarial a constante do número 10 (dez).

Parágrafo Segundo - Para o cargo de Professor de Educação Básica II, enquanto exercer jornada inicial de trabalho docente - 22 (vinte e duas) horas semanais - terá como referência para fins salariais a constante do número 08

Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO
CNPJ 48.864.304/0001-81



(oito), e enquanto exercer jornada básica de trabalho docente - 27 (vinte e sete) horas semanais - terá como referência salarial a constante do número 12 (doze).

Parágrafo Terceiro - Os cargos públicos efetivos relacionados no Anexo III da presente lei, serão extintos na vacância.

II - De Provimento em Comissão

Emprego Público	Número de vaga(s)	Jornada Semanal	Referência Salarial
Assessor de Gabinete	01	20	19
Assessor Jurídico	01	20	19
Chefe de Serviço Público	12	40	14
Diretor de Departamento	04	40	17

Parágrafo Primeiro - De acordo com o inciso II, segunda parte, do Art. 37, da Constituição Federal, os cargos de provimento em comissão de que trata o inciso II deste artigo é o cargo de livre nomeação e exoneração, a ser preenchido, também, por servidor de carreira nos casos, condições, e percentual mínimo estabelecido nesta lei em 0,05% (zero virgula zero cinco por cento) do total do quadro, de respectivos cargos de provimento em comissão totalmente livre.

Parágrafo Segundo - O número de cargos de provimento em comissão totalmente livre de que trata o inciso II, deste artigo, não será superior a 3% (três por cento) do total de servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo.

III - Cargos de Comissão ocupados por servidores de provimento efetivo

Emprego Público	Número de vaga(s)	Jornada Semanal	Referência Salarial
Diretor de Escola	14	40	17
Chefe da Procuradoria do Município	01	40	19

IV - Agentes Políticos (nos termos da Emenda Constitucional 19/98)

Cargos	Número de vagas
Secretário Municipal de Administração	01
Secretário Municipal de Finanças	01
Secretário Municipal de Educação e Cultura	01
Secretário Municipal de Saúde	01
Secretário Municipal de Obras e Serviços	01
Secretário Municipal de Emprego e Relações do Trabalho	01

Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO
CNPJ 48.884.304/0001-80



Secretário Municipal de Esporte, Turismo e Lazer	01
Secretário Municipal de Planejamento e Meio Ambiente	01
Secretário Municipal de Indústria, Comércio, Agricultura e Abastecimento	01
Secretário Municipal de Ação Social e Desenvolvimento Humano	01

CAPÍTULO II DO PLANO DE CARREIRA

Artigo 3º - Constitui objetivo do Plano de Carreira e Remuneração, a valorização dos seus profissionais, formação continuada e como consequência, a melhoria no atendimento à população.

Artigo 4º - Para efeitos deste Plano de Carreira e Remuneração do Servidor Público, serão considerados apenas os funcionários que integram o Quadro Geral de Pessoal da Prefeitura Municipal de Guariba, constante do Anexo I, da presente lei complementar.

Artigo 5º - Para efeitos de Plano de Carreira dos servidores integrantes do Quadro do Magistério Público do Município de Guariba, será aplicada legislação própria municipal.

Artigo 6º - Evolução Funcional por Via Acadêmica é a passagem do integrante do Quadro de Pessoal da Prefeitura para nível da respectiva classe, mediante a avaliação de indicadores de crescimento da capacidade potencial de trabalho do profissional.

Artigo 7º - Para efeito de classificação acadêmica, será levado em consideração os cursos mencionados no Anexo I, desta lei complementar.

Parágrafo Primeiro - Os cursos mencionados no Anexo I, deverão ser concluídos e autorizados nos órgãos competentes em suas respectivas unidades.

Parágrafo Segundo - Os portadores de curso superior deverão ter diplomas registrados no MEC para serem classificados, além do registro na entidade de classe competente, quando for o caso.

Parágrafo Terceiro - O curso superior deverá ser correlato à área de atuação profissional que o servidor exercer na Prefeitura Municipal de Guariba.

Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO
CNPJ 48.664.304/0001-80

Luiz Marcelo Teodoro de Lima
Oficial Designado

COMARCA DE GUARIBA - SP

Parágrafo Quarto - Os cursos de especialização, mestrado e doutorado deverão seguir as instruções do Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação ou outro órgão federal competente designado.

Parágrafo Quinto - Os cursos de especialização, mestrado e doutorado para serem classificados deverão seguir a formação superior do funcionário e a sua relação com a função desempenhada na Prefeitura Municipal de Guariba.

Artigo 8º A Evolução Funcional tem por objetivo reconhecer a formação acadêmica, do profissional, no respectivo campo de atuação, como um dos fatores relevantes para a melhoria da qualidade de seu trabalho.

Parágrafo Primeiro - Fica assegurada a Evolução Funcional pela Via Acadêmica por enquadramento, a ser classificado quando o servidor fizer jus à sua concessão. Não poderão requerer evolução funcional os servidores que:

- a) estiverem afastados para cargos e funções fora da Prefeitura Municipal de Guariba;
- b) estiverem afastados do serviço público sem remuneração.

Parágrafo Segundo - Os documentos deverão ser anexados em requerimento que será protocolado no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal. A autenticidade dos documentos entregues é de responsabilidade do requerente. Em caso de comprovar irregularidades, será anulada a evolução e aberto processo administrativo para apurar responsabilidades civis e criminais a bem do serviço público.

Parágrafo Terceiro - Será criada e nomeada uma Comissão de Evolução Funcional Municipal, composta por 03 (três) integrantes, sendo 02 (dois) escolhidos entre os servidores municipais efetivos e 01 (um) do Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura.

Parágrafo Quarto - O benefício de que trata este Capítulo, será concedido após análise e parecer da Comissão de Evolução Funcional Municipal, devendo ser classificado na escala de remuneração constante do Anexo II, desta lei, no mês subsequente ao da homologação do pedido.

Parágrafo Quinto - Os ocupantes de cargos comissionados, serão enquadrados dentro do cargo de aprovação e nomeação em concurso público, quando de posse do cargo efetivo.

Parágrafo Sexto - Os portadores de mais de um curso superior, especialização, mestrado e doutorado, farão uso de apenas um único documento,

Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO
CNPJ 48.884.304/0001-80



ficando proibido solicitar avaliação de vários documentos de mesmo grau de formação escolar para serem promovidos.

Parágrafo Sétimo - O período de estágio probatório não será considerado de efetivo exercício para efeito de evolução funcional, visto o funcionário estar em processo de avaliação.

Artigo 9º - O período para apuração da evolução funcional será cessado, quando o servidor estiver:

I - afastado para prestar serviços junto a empresa, fundação ou autarquia, bem como junto a órgão da União ou Estado;

II - afastado para prestar serviços junto a órgão de outro Poder do Estado;

III - licenciado para tratamento de saúde, exceto em caso de licença gestante, licença maternidade por adoção, cirurgia, doença infecto-contagiosa e fratura;

IV - gozando licença sem remuneração no período avaliado; e

V - sofrendo advertência por escrito;

VI - em investigação, através de abertura de processo administrativo.

CAPÍTULO III DA REMUNERAÇÃO

Artigo 10 - Os empregos públicos constantes da presente lei, a partir da vigência da presente Lei, serão remunerados de acordo com as referências abaixo:

Cargos públicos de provimento efetivo

Referências	R\$
01	333,30
02	357,50
03	423,50
04	459,80
05	508,20
06	556,60
07	659,45
08	740,52
10	809,32

Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO
CNPJ 48.664.304/0001-80



11	907,50
12	908,82
13	1.060,95
14	1.064,80
15	1.246,30
16	1.367,30
19	2.200,00

II - Cargos públicos de provimento em Comissão

Referências	R\$
14	1.064,80
17	1.540,00
19	2.200,00

III - Cargos de Comissão ocupados por servidores de provimento efetivo

Referência	R\$
17	1.540,00
19	2.200,00

Parágrafo Primeiro - Os Secretários Municipais serão remunerados com base nas determinações da Emenda Constitucional 19/98.

Parágrafo Segundo - Os integrantes do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Guariba, serão classificados para efeito de Evolução Funcional por Via Acadêmica, conforme Escala de Vencimentos constante do Anexo II, integrante da presente lei complementar.

Parágrafo Terceiro - Os integrantes do quadro em fase de estágio probatório serão classificados no salário inicial da categoria.

Artigo 11 A retribuição pecuniária dos integrantes do quadro abrangidos por esta lei complementar, compreende vencimentos ou salários e vantagens pecuniárias, na forma da legislação vigente.

Artigo 12 Os servidores públicos municipais têm direito a 04 (quatro) faltas abonadas anuais, que serão requeridas junto ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura. Fica proibida a transferência de faltas abonadas não gozadas para futuros exercícios.

Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO
CNPJ 48.664.904/0001-80



CAPÍTULO IV DOS PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL

Artigo 13 - A Secretaria Municipal da Administração, em ação conjunta com o Departamento de Recursos Humanos, terá como ação, implementar programas de desenvolvimento profissional, com programas de capacitação, aperfeiçoamento, atualização, no serviço.

Parágrafo Primeiro - Os programas de que trata o "caput" deste artigo poderão ser desenvolvidos em parcerias com órgãos e entidades, após a realização do diagnóstico das necessidades de cada Secretaria Municipal.

Parágrafo Segundo - Deverão levar em consideração as prioridades das áreas e situação funcional dos servidores, inclusive formação que utilizam recursos de educação à distância.

CAPÍTULO V DAS PENALIDADES E PROCEDIMENTOS DISCIPLINARES

Artigo 14 - A aplicação das penas disciplinares serão de conformidade com o que dispuser o regime da legislação trabalhista (C.L.T.).

CAPÍTULO VI DOS AFASTAMENTOS

Artigo 15 - Os afastamentos sem remuneração serão concedidos após cumprido o período de estágio probatório, com prazo máximo de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período. É dever do interessado manter a municipalidade informada de seu paradeiro, para qualquer eventualidade.

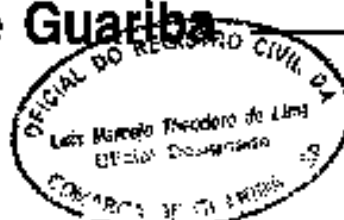
Parágrafo Único - Em caso de necessidade, devidamente comprovada, a Administração Municipal poderá cancelar o afastamento, devendo comunicar ao interessado, dando prazo de 48 (quarenta e oito) horas para reassumir as funções. Em caso de não cumprimento do prazo estabelecido será aberto processo administrativo.

Artigo 16 - Além da licença prevista no artigo anterior, o servidor pertencente ao Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Guariba, terá direito a licença maternidade por adoção, sem prejuízo dos vencimentos, nos seguintes termos:

a) em caso de adoção de criança de até 01 (um) ano de idade, o período de licença será de 120 (cento e vinte) dias;

Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO
CNPJ 48.864.304/0001-80



b) em caso de adoção de criança à partir de 01 (um) ano e até 04 (quatro) anos de idade, o período de licença será de 60 (sessenta) dias;

c) em caso de adoção de criança à partir de 04 (quatro) anos e até 08 (oito) anos de idade, o período de licença será de 30 (trinta) dias;

d) a licença maternidade por adoção somente será concedida mediante a apresentação da sentença judicial transitada em julgado.

CAPÍTULO VII DAS GRATIFICAÇÕES

Artigo 17 - Fica o Executivo Municipal autorizado a conceder gratificações aos Servidores Públicos Municipais, através de Portaria, até 100% (cem por cento) do salário base, nos seguintes casos:

I - Pela execução ou colaboração em trabalhos técnicos ou científicos, fora das atribuições normais do cargo;

II - Pela probidade e eficiência no exercício do cargo, relevante para a Administração ou por desempenho excepcional de qualquer função atribuída;

III - Pela participação em órgão de deliberação coletiva e pelo exercício do cargo de membro de banca ou comissão de concurso.

Artigo 18 - Não perderá a gratificação o servidor que se ausentar em virtude de férias, luto, casamento, licença para tratamento de saúde, licença gestante, licença maternidade por adoção, serviços obrigatórios por lei, ou atribuições regulares decorrentes de seu cargo.

Artigo 19 - As gratificações de que trata esta Lei não se incorporam aos vencimentos e, em caso de o beneficiário sofrer qualquer penalidade decorrente de processo administrativo disciplinar, serão automaticamente suspensas até o término da apuração da sindicância administrativa.

CAPÍTULO VIII DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Artigo 20 - Os servidores deverão apresentar comprovante de afastamento no serviço público, contendo a justificativa, bem como o período de ausência, entrada e saída, sob pena de não ser aceito pela Administração Pública.

Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO
CNPJ 48.654.304/0001-80



Artigo 21 – O Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, apostilará os títulos previstos no Anexo I desta lei, e fará as devidas anotações nos prontuários dos servidores municipais.

Artigo 22 – Para provimento de empregos públicos, exigir-se-á como qualificação mínima, as constantes no Anexo IV, desta Lei Complementar Municipal.

Artigo 23 – Para fins de realização de processo de avaliação de desempenho funcional, serão consideradas as atribuições e funções desempenhadas pelos servidores públicos municipais, conforme Anexo V desta Lei, ou outras funções correlatas ao emprego público, observados os ditames da Constituição Federal.

Artigo 24 – Fica extinto o direito à percepção do adicional por tempo de serviço de que trata o artigo 108, inciso I, da Lei Orgânica do Município de Guariba.

Parágrafo Único – O servidor público que, a partir da data de 01/01/2002, já teve iniciada a contagem de tempo para fins do adicional por tempo de serviço, fará jus a essa vantagem, de forma proporcional ao período computado.

Artigo 25 – Aplicam-se subsidiariamente aos integrantes do Quadro Geral de Pessoal da Prefeitura os termos desta lei.

Artigo 26 – Fica o Poder Executivo autorizado a baixar os atos regulamentares necessários à execução da presente lei complementar.

Artigo 27 – As despesas decorrentes com a aplicação da presente lei, correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário, na forma da legislação em vigor.

Artigo 28 – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 29 – Fica expressamente revogada a Lei nº. 1.920, de 25 de julho de 2003.

Prefeitura Municipal de Guariba, em 14 de Janeiro de 2005.


MÁRIO SÉRGIO CAZERI
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 48.664.304/0001-80



Registrada em livro próprio, afixado na sede da Prefeitura Municipal, no lugar de costume e, mandado publicar no Jornal "Guariba Notícias", na data de sua conclusão, nos termos do Artigo 90 da Lei Orgânica do Município.

MARCELO ALVES VERDE
Secretário Municipal de Administração

Apresentada ao Cartório de Registro Civil da Sede da Comarca de Guariba, para arquivamento, no dia 14 de Janeiro de 2005.

LUIS MARCELO THEODORO DE LIMA
Oficial Interino

OFICIAL DO REGISTRO CIVIL DA
COMARCA DE GUARIBA/SP
Fábio José Pires
Resp. pelo expediente

Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO
CNPJ 48.864.304/0001-80



ANEXO I - RELAÇÃO DE EMPREGOS PÚBLICOS PARA FINS DE EVOLUÇÃO FUNCIONAL POR VIA ACADÊMICA

Cargo	Ensino Fundamental 8ª série	Ensino Médio	Superior	Especialização 360 horas	Mestrado	Doutorado
Analista de Sistemas	15-D	15-H	15-L	15-D	15-H	15-L
Apanhador de Lixo	11-D	11-H	11-L	11-D	11-H	11-L
Arquiteto	11-D	11-H	11-L	11-D	11-H	11-L
Assistente Social	11-D	11-H	11-L	11-D	11-H	11-L
Atendente de Consultório Dentário	2-D	2-H	2-L	2-D	2-H	2-L
Atendente de Enfermagem	2-D	2-H	2-L	2-D	2-H	2-L
Auxiliar de Biblioteca	2-D	2-H	2-L	2-D	2-H	2-L
Auxiliar de Enfermagem	3-D	3-H	3-L	3-D	3-H	3-L
Auxiliar de Escola	2-D	2-H	2-L	2-D	2-H	2-L
Auxiliar de Seção	2-D	2-H	2-L	2-D	2-H	2-L
Auxiliar Especial	1-D	1-H	1-L	1-D	1-H	1-L
Barbeiro	2-D	2-H	2-L	2-D	2-H	2-L
Carpinteiro	4-D	4-H	4-L	4-D	4-H	4-L
Cirurgião Dentista	16-D	16-H	16-L	16-D	16-H	16-L
Coveiro	3-D	3-H	3-L	3-D	3-H	3-L
Digitador	3-D	3-H	3-L	3-D	3-H	3-L
Eletricista	4-D	4-H	4-L	4-D	4-H	4-L
Encondador	3-D	3-H	3-L	3-D	3-H	3-L
Enfermeira Padrão	14-D	14-H	14-L	14-D	14-H	14-L
Escrivão	4-D	4-H	4-L	4-D	4-H	4-L
Farmacêutico	11-D	11-H	11-L	11-D	11-H	11-L
Fiscal de Ambulantes e Feirantes	5-D	5-H	5-L	5-D	5-H	5-L
Fiscal de Tributos e Preços	5-D	5-H	5-L	5-D	5-H	5-L
Fiscal de Obras Particulares	5-D	5-H	5-L	5-D	5-H	5-L
Fisioterapeuta	11-D	11-H	11-L	11-D	11-H	11-L
Fonaudiólogo	11-D	11-H	11-L	11-D	11-H	11-L
Gari ou Margarida	1-D	1-H	1-L	1-D	1-H	1-L
Inspetor de Alunos	2-D	2-H	2-L	2-D	2-H	2-L
Mecânico	4-D	4-H	4-L	4-D	4-H	4-L
Médico	16-D	16-H	16-L	16-D	16-H	16-L
Monitora de Corte e Costura	2-D	2-H	2-L	2-D	2-H	2-L
Motorista	3-D	3-H	3-L	3-D	3-H	3-L
Nutricionista	11-D	11-H	11-L	11-D	11-H	11-L
Oficial de Escola	4-D	4-H	4-L	4-D	4-H	4-L

Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO
CNPJ 48.654.304/0001-80



Operador de Máquinas Pesadas	5-D	5-H	5-L			
Padeiro	3-D	3-H	3-L			
Pajem	1-D	1-H	1-L			
Pedreiro	4-D	4-H	4-L			
Pintor	3-D	3-H	3-L			
Procurador Municipal				16-D	16-H	16-L
Professor de Judô			5-H	5-L		
Programador Júnior			4-H	4-L		
Psicólogo				11-D	11-H	11-L
Recepcionista		2-H	2-L			
Servente	1-D	1-H	1-L			
Técnica em Enfermagem			6-H	6-L		
Técnica de Artes Marciais			5-H	5-L		
Técnico de Futebol			5-H	5-L		
Técnico em Voleibol e Atletismo			5-H	5-L		
Telefonista		2-H	2-L			
Trabalhador Braçal	1-D	1-H	1-L			
Tratorista	3-D	3-H	3-L			
Veterinário				11-D	11-H	11-L
Vigia	1-D	1-H	1-L			
Vigilante/Epidemiológico			4-H	4-L		
Vigilante Sanitário			4-H	4-L		
Zelador	1-D	1-H	1-L			

[Handwritten signatures and stamps are present in this section, including a large signature and several official stamps.]

Prefeitura Municipal de Guariba

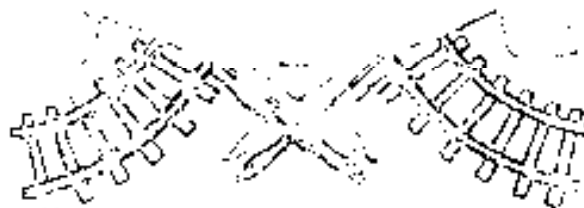
ESTADO DE SÃO PAULO
CNPJ 48.664.304/0001-80



ANEXO III – RELAÇÃO DE CARGOS A SEREM EXTINTOS NA VACÂNCIA

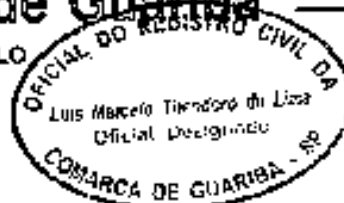
Cargo	Nº de vagas	C.H.S.	Referência
Atendente de Consultório Dentário	10	40	02
Atendente de Enfermagem	09	40	02
Auxiliar de Biblioteca	02	40	02
Auxiliar Especial	01	40	01
Coordenador Pedagógico	03	30	13
Digitador	01	40	03
Fiscal de Ambulantes e Feirantes	01	40	05
Monitora de Corte e Costura	01	40	02
Professor de Judô	01	20	05
Professor de Música	03	22/27	08/12
Programador Júnior	01	30	04
Recepcionista	03	40	02
Sub-Contador	01	40	09
Técnico de Voley e Atletismo	01	20	05
Técnico de Futebol	01	20	05
Técnico de Artes Marciais	01	20	05
Zelador	02	40	01
Total	42		

* Para o cargo de Professor de Música, enquanto exercer jornada inicial de trabalho docente - 22 (vinte e duas) horas semanais - terá como referência para fins salariais a constante do número 08 (oito), e enquanto exercer jornada básica de trabalho docente - 27 (vinte e sete) horas semanais - terá como referência salarial a constante do número 12 (doze).



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO
CNPJ 48.684.304/0001-80



ANEXO IV – DA QUALIFICAÇÃO PARA PROVIMENTO DE EMPREGOS PÚBLICOS

a) – De Provimento Efetivo

Cargos	FORMAS DE PROVIMENTO	REQUISITOS PARA PROVIMENTO
Analista de Sistemas	Concurso Público de Provas e/ou Títulos	Ensino Superior Completo em Informática (Análise de Sistemas ou Ciências da Computação)
Apanhador de Lixo	Concurso Público de Provas e/ou Títulos	Ensino Fundamental Incompleto
Arquiteto	Concurso Público de Provas e/ou Títulos	Ensino Superior – CREA
Assistente Social	Concurso Público de Provas e/ou Títulos	Ensino Superior + CRAS
Auxiliar de Enfermagem	Concurso Público de Provas e/ou Títulos	Curso de Auxiliar de Enfermagem (COREN)
Auxiliar de Escola	Concurso Público de Provas e/ou Títulos	Ensino Fundamental Incompleto
Auxiliar de Seção	Concurso Público de Provas e/ou Títulos	Ensino Médio Incompleto
Carpinteiro	Concurso Público de Provas e/ou Títulos	Ensino Fundamental Incompleto
Cirurgião Dentista	Concurso Público de Provas e/ou Títulos	Ensino Superior + CRO
Coveiro	Concurso Público de Provas e/ou Títulos	Ensino Fundamental Incompleto
Enfermeira Padrão	Concurso Público de Provas e/ou Títulos	Ensino Superior + COREN
Eletricista	Concurso Público de Provas e/ou Títulos	Ensino Fundamental Incompleto
Encanador	Concurso Público de Provas e/ou Títulos	Ensino Fundamental Incompleto
Escrivário	Concurso Público de Provas e/ou Títulos	Ensino Médio Completo
Farmacêutico	Concurso Público de Provas e/ou Títulos	Ensino Superior + CRF
Fiscal de Tributos e Preços	Concurso Público de Provas e/ou Títulos	Ensino Médio Completo – CNH A/B
Fiscal de Obras Particulares	Concurso Público de Provas e/ou Títulos	Ensino Médio Completo – CNH A/B
Fisioterapia	Concurso Público de Provas e/ou Títulos	Ensino Superior + CREFITO

Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO
CNPJ 48.864.304/0001-80



Fonoaudiólogo	Concurso Público de Provas e/ou Títulos	Ensino Superior + CRIa.
Gari ou Margarida	Concurso Público de Provas e/ou Títulos	Ensino Fundamental Incompleto
Inspetor de Alunos	Concurso Público de Provas e/ou Títulos	Ensino Fundamental Completo
Mecânico	Concurso Público de Provas e/ou Títulos	Ensino Fundamental Completo
Médico	Concurso Público de Provas e/ou Títulos	Ensino Superior + CRM
Motorista	Concurso Público de Provas e/ou Títulos	Ensino Fundamental Incompleto + CNH "D" + 02 anos de experiência
Nutricionista	Concurso Público de Provas e/ou Títulos	Ensino Superior + CRN
Oficial de Escola	Concurso Público de Provas e/ou Títulos	Ensino Médio Completo
Operador de Máquinas Pesadas	Concurso Público de Provas e/ou Títulos	Ensino Fundamental Incompleto + CNH "D" + 02 anos de experiência
Padeiro	Concurso Público de Provas e/ou Títulos	Ensino Fundamental Incompleto
Pajem	Concurso Público de Provas e/ou Títulos	Ensino Fundamental Completo
Pedreiro	Concurso Público de Provas e/ou Títulos	Ensino Fundamental Incompleto
Pintor	Concurso Público de Provas e/ou Títulos	Ensino Fundamental Incompleto
Procurador Municipal	Concurso Público de Provas e/ou Títulos	Ensino Superior + OAB
Professor de Educação Básica I	Concurso Público de Provas e/ou Títulos	Curso Superior, Licenciatura de graduação plena, ou curso normal em nível médio ou superior
Professor de Educação Básica II	Concurso Público de Provas e/ou Títulos	Curso Superior, Licenciatura de graduação plena, com habilitação específica em área própria ou formação superior em área correspondente e complementação nos termos da legislação vigente.
Psicólogo	Concurso Público de Provas e/ou Títulos	Ensino Superior + CRP
Servente	Concurso Público de Provas e/ou Títulos	Ensino Fundamental Incompleto

Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO
CNPJ 48.664.304/0001-80



Técnico em Enfermagem	Concurso Público de Provas e/ou Títulos	Curso de Técnico de Enfermagem COREN
Telefonista	Concurso Público de Provas e/ou Títulos	Ensino Fundamental Completo
Trabalhador Braçal	Concurso Público de Provas e/ou Títulos	Ensino Fundamental Incompleto
Tratorista	Concurso Público de Provas e/ou Títulos	Ensino Fundamental Incompleto - CNH "D" + 02 anos de experiência
Veterinário	Concurso Público de Provas e/ou Títulos	Ensino Superior - CRMV
Vigia	Concurso Público de Provas e/ou Títulos	Ensino Fundamental Incompleto
Vigilante Epidemiológico	Concurso Público de Provas e/ou Títulos	Ensino Médio Completo
Vigilante Sanitário	Concurso Público de Provas e/ou Títulos	Ensino Médio Completo

b) - De Provimento em Comissão

Cargo	FORMAS DE PROVIMENTO	REQUISITOS PARA PROVIMENTO
Assessor de Gabinete	Livre nomeação	Ensino Médio Completo
Assessor Jurídico	Livre nomeação	Ensino Superior + OAB
Chefe de Serviço Público	Livre nomeação	Ensino Fundamental Incompleto
Diretor de Departamento	Livre nomeação	Ensino Fundamental Completo

c) - Emprego Públicos de provimento em Comissão, a serem ocupados por servidores de provimento efetivo

Cargo	FORMAS DE PROVIMENTO	REQUISITOS PARA PROVIMENTO
Diretor de Escola	Livre Nomeação	Licenciatura Plena em Pedagogia (Administração/ Supervisão) ou Pós Graduação na área de Educação, e, ter no mínimo 5 (cinco) anos de efetivo exercício de Magistério da rede municipal e/ou estadual de Ensino
Chefe da Procuradoria do Município	Livre Nomeação	Ensino Superior e OAB

Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 48.564.304/0001-80



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

Anexo II - Escala de Vencimento do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Guariba

Referente	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O	P	Q	R
1	338,50	343,37	348,24	353,11	357,98	362,85	367,72	372,59	377,46	382,33	387,20	392,07	396,94	401,81	406,68	411,55	416,42	421,29
2	357,50	362,37	367,24	372,11	376,98	381,85	386,72	391,59	396,46	401,33	406,20	411,07	415,94	420,81	425,68	430,55	435,42	440,29
3	424,50	429,37	434,24	439,11	443,98	448,85	453,72	458,59	463,46	468,33	473,20	478,07	482,94	487,81	492,68	497,55	502,42	507,29
4	459,50	464,37	469,24	474,11	478,98	483,85	488,72	493,59	498,46	503,33	508,20	513,07	517,94	522,81	527,68	532,55	537,42	542,29
5	506,50	511,37	516,24	521,11	525,98	530,85	535,72	540,59	545,46	550,33	555,20	560,07	564,94	569,81	574,68	579,55	584,42	589,29
6	556,50	561,37	566,24	571,11	575,98	580,85	585,72	590,59	595,46	600,33	605,20	610,07	614,94	619,81	624,68	629,55	634,42	639,29
11	907,50	912,37	917,24	922,11	926,98	931,85	936,72	941,59	946,46	951,33	956,20	961,07	965,94	970,81	975,68	980,55	985,42	990,29
14	1064,50	1069,37	1074,24	1079,11	1083,98	1088,85	1093,72	1098,59	1103,46	1108,33	1113,20	1118,07	1122,94	1127,81	1132,68	1137,55	1142,42	1147,29
15	1246,50	1251,37	1256,24	1261,11	1265,98	1270,85	1275,72	1280,59	1285,46	1290,33	1295,20	1300,07	1304,94	1309,81	1314,68	1319,55	1324,42	1329,29
16	1431,50	1436,37	1441,24	1446,11	1450,98	1455,85	1460,72	1465,59	1470,46	1475,33	1480,20	1485,07	1489,94	1494,81	1499,68	1504,55	1509,42	1514,29
19	2.304,00	2.308,87	2.313,74	2.318,61	2.323,48	2.328,35	2.333,22	2.338,09	2.342,96	2.347,83	2.352,70	2.357,57	2.362,44	2.367,31	2.372,18	2.377,05	2.381,92	2.386,79

[Handwritten signature and stamp over the table data]

Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 48.884.304/0001-80



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

Anexo III - Escala de Remuneração do Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal de Guariba

Relatado	C.I.T.S	Inicial	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O	P	Q	R
7	22	539,45	609,33	679,28	689,57	699,91	710,41	721,07	731,87	742,76	753,75	764,83	775,99	787,25	798,62	810,11	821,71	833,41	845,11	856,82
8	22	700,52	751,63	762,90	774,54	786,36	798,25	810,22	822,27	834,40	846,61	858,89	871,25	883,69	896,21	908,81	921,48	934,22	947,03	959,84
10	27	809,32	821,46	833,79	846,29	858,98	871,86	884,94	898,11	911,36	924,79	938,39	952,06	965,81	979,64	993,55	1007,53	1021,58	1035,71	1049,93
12	27	908,82	922,45	936,29	950,33	964,46	978,68	993,00	1007,49	1022,06	1036,71	1051,44	1066,25	1081,14	1096,11	1111,16	1126,29	1141,50	1156,79	1172,18
15	30	1060,45	1076,86	1093,01	1109,51	1126,21	1143,04	1160,08	1177,31	1194,63	1212,04	1229,54	1247,13	1264,81	1282,58	1300,44	1318,39	1336,43	1354,56	1372,79





ANEXO V – DAS DESCRIÇÕES, ATRIBUIÇÕES E FUNÇÕES DOS EMPREGOS PÚBLICOS

Emprego: Analista de Sistemas

Superior Imediato: Secretário Municipal de Administração

Provimento: Efetivo

Descrição: Identifica a estrutura organizacional das diversas unidades, efetuando contatos com os servidores que trabalham com o sistema existente, para obter idéia do volume de dados e levantar o fluxograma do sistema atual. Desenvolve estudos sobre a viabilidade e custo de utilização de sistemas de processamento de dados, levantando os recursos disponíveis e necessários, para ser submetido a uma decisão. Examina os dados de entrada disponíveis, estudando as modificações necessárias e sua normalização, para determinar os planos e seqüências de elaboração de programas. Orienta sobre o tipo de sistema e equipamento mais adequado, dirige e coordena a instalação de sistema tratamento automático de informação. Configura e instala equipamentos e softwares básicos, de apoio e aplicativos. Treina operadores e usuário do sistema. Executa outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

Conhecimentos exigidos: experiência de 01 ano na área.

Emprego: Apanhador de Lixo

Superior Imediato: Chefe de Serviço Público de Apanhadores de Lixo

Provimento: Efetivo

Descrição: Executa tarefas de coletar lixo em vias e logradouros públicos e de próprios do município, mantendo a limpeza e higiene. Percorre os logradouros, seguindo roteiros preestabelecidos, recolhendo lixo, despejando-o em veículos. Executa outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

Conhecimentos exigidos: noções de higiene e limpeza. Noções de saúde e doenças.

Emprego: Arquiteto

Superior Imediato: Secretário Municipal de Obras e Serviços

Provimento: Efetivo

Descrição: Elabora planos e projetos associados à arquitetura em todas as suas etapas, definindo materiais, acabamentos, técnicas, metodologias, analisando dados e informações. Fiscaliza a execução de obras e serviços, desenvolvendo estudos de viabilidade financeira, econômica, ambiental. Presta assistência técnica às obras em construção, para assegurar a coordenação de todos os aspectos do projeto e a observância às normas e especificações.

Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO
CNPJ 48.664.304/0001-80



contratuais. Efetua vistorias, perícias, avaliação de imóveis, arbitramento, para emitir laudos e pareceres técnicos. Executa outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato

Conhecimentos exigidos: Auto-Cad. Planejamento Urbano. Código de Obras

Emprego: Assessor de Gabinete
Superior Imediato: Prefeito Municipal
Provimento: Comissão

Descrição: Assessorar o Chefe do Poder Executivo, diretamente. Mantém contato com outros órgãos públicos, recebendo reivindicações, informações, para assegurar o pleno atendimento dos mesmos e do interesse do município. Representa o prefeito em solenidades e eventos, quando solicitado, para visar o cumprimento dos compromissos assumidos. Executa outras tarefas correlatas determinadas pelo prefeito municipal. Encaminha solicitações e requerimentos dirigidos ao Gabinete do Prefeito, com parecer para solução. Atendimento à população e encaminha suas reivindicações ao Prefeito Municipal. Recepção autoridades tanto da esfera do Executivo quanto da Legislativo, representando nesse sentido o Gabinete do Prefeito.

Conhecimentos exigidos: legislações municipais

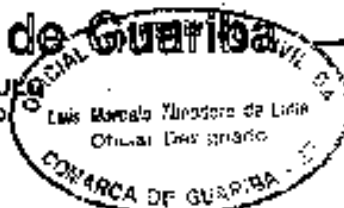
Emprego: Assessor Jurídico
Superior Imediato: Prefeito Municipal
Provimento: Comissão

Descrição: Assessorar o Chefe do Poder Executivo em todas as questões de ordem jurídica atendendo a Consultas e elaborando Pareceres, sempre que solicitado, assessorando o Prefeito Municipal, seu Superior Imediato e os Secretários, agentes políticos, nos assuntos de interesse da Administração, cargo em comissão de livre nomeação e exoneração, exercido por confiança do Prefeito Municipal; no seu mister estuda e examina documentos jurídicos, analisando seu conteúdo, com base nos códigos, leis, regimentos, regulamentos, jurisprudências e doutrinas, emitindo pareceres fundamentados na legislação vigente. Presta assessoramento às unidades administrativas em assuntos de natureza jurídica, sempre quando determinado pelo seu Superior Imediato.

Conhecimentos exigidos: Direito Administrativo e Público

Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO
CNPJ 48.854.304/0001-80



Emprego: Assistente Social

Superior Imediato: Secretária Municipal de Ação Social e Desenvolvimento Humano

Provimento: Efetivo

Descrição: Prestar atendimento à população carente do Município, cadastradas na Secretaria Municipal de Assistência e Promoção Social. Presta serviços orientando indivíduos, famílias, comunidade e instituições sobre direitos e deveres, serviços e recursos sociais e programas de educação. Planeja, coordena e avalia planos, programas e projetos sociais em diferentes áreas de atuação profissional. Orienta e monitora ações em desenvolvimento à economia doméstica, habitação, vestuário, desenvolvimento humano, economia familiar, educação, alimentação, saúde. Desempenham tarefas administrativas e articulam recursos financeiros disponíveis. Executa outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato

Conhecimentos exigidos: elaboração de projetos sociais e desenvolvimento humano

Emprego: Atendente de Consultório Odontológico

Superior Imediato: Secretário Municipal de Saúde

Provimento: Efetivo (extinto na vacância)

Descrição: Auxilia o dentista, colocando instrumentos à sua disposição para efetuar extração, obturação e tratamentos em geral. Procedo diariamente à limpeza e à assepsia do campo de atividade odontológica, limpando e esterilizando os instrumentos para assegurar higiene. Orienta na aplicação de flúor para prevenção de cárie, bem como demonstra as técnicas de escovação para crianças e adultos, colaborando no desenvolvimento de programas educativos. Executa outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato

Conhecimentos exigidos: noções de higiene, esterilização e assepsia e material odontológico

Emprego: Atendente de Enfermagem

Superior Imediato: Enfermeira-Padrão

Provimento: Efetivo (extinto na vacância)

Descrição: Recepciona os pacientes, identificando-os e encaminhando-os para atendimento médico. Efetua o controle da agenda de consultas, verificando os horários disponíveis e registrando as marcações. Controla o fichário e/ou arquivo de documentos relativos ao histórico do paciente, organizando-os e mantendo-os atualizados, para possibilitar ao médico consulta-los quando necessário. Orienta os horários e o local de exames de laboratório e presta as informações necessárias. Executa outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO
CNPJ 48.564.304/0001-80



Conhecimentos exigidos: Noções de saúde pública

Emprego: Auxiliar de Biblioteca

Superior Imediato: Secretário Municipal de Educação e Cultura

Provimento: Efetivo (extinto na vacância)

Descrição: Atende ao público que procura biblioteca. Organiza fichários, catálogos e índices para possibilitar o armazenamento, a localização rápida e eficiente de livros. Executa serviços de catalogação e classificação de acervo bibliográfico, utilizando regras e sistemas específicos, para armazenar e recuperar livros, colocando-os à disposição dos usuários. Efetua rigoroso controle sobre os empréstimos de livros e estabelecimentos de períodos de entrega e devolução. Executa outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

Conhecimentos exigidos: nenhum

Emprego: Auxiliar de Enfermagem

Superior Imediato: Enfermeira Padrão

Provimento: Efetivo

Descrição: Executa serviços gerais de enfermagem como aplicar injeções, e vacinas, ministrar remédios, registrar temperaturas, medir pressão arterial, fazer curativos e coletar materiais para exame de laboratório. Prepara e esteriliza os instrumentos de trabalho utilizados na enfermagem e nos gabinetes médicos, acondicionando-os em lugar adequado. Prepara os pacientes para consultas e exames. Orienta o paciente sobre a medicação e sequência do tratamento prescrito, instruindo sobre o uso de medicamentos e material adequado ao tipo de tratamento. Executa outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

Conhecimentos exigidos: Noções de saúde pública. Contaminação. Equipamentos de segurança. Relações humanas. Enfermagem.

Emprego: Auxiliar de Escola

Superior Imediato: Diretor de Escola

Provimento: Efetivo

Descrição: Seleciona os ingredientes necessários ao preparo das refeições, observando o cardápio, quantidade estabelecida e qualidade dos gêneros alimentícios, temperando e cozendo os alimentos, para obter o sabor adequado a cada prato. Distribui as refeições preparadas, colocando-as em recipientes apropriados. Controla o estoque dos gêneros

Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO
CNPJ 48.654.304/0001-80



alimentos necessários ao preparo das refeições. Providencia a lavagem e guarda dos utensílios, para assegurar sua posterior utilização. Providencia limpeza da cozinha, lavando, enxugando, equipamentos, pisos, azulejos para manter a higiene do ambiente de trabalho. Executa outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato

Conhecimentos exigidos: alimentação: calorias, conservação. Noções de higiene e limpeza.

Emprego: Auxiliar de Seção

Superior Imediato: Diretores de Departamentos e Secretários Municipais

Proveniente: Efetivo

Descrição: Executa serviços de digitação, preenchimento de guias, notificações, formulários e fichas, para atender as rotinas administrativas. Recebe e expede documentos diversos, anotando em livros apropriados, para manter o controle de sua tramitação. Atende e efetua chamadas telefônicas, anotando ou enviando recados e dados de rotina, para obter ou fornecer informações. Organiza e mantém atualizado o arquivo de documentos da unidade, classificando-os por assunto, código ou ordem alfanumérica, para facilitar a localização quando necessário. Executa outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato

Conhecimentos exigidos: Informática

Emprego: Auxiliar Especial

Superior Imediato: Secretário Municipal de Educação e Cultura

Proveniente: Efetivo (extinto na vacância)

Descrição: Atende ao público em geral, identificando e averiguando suas pretensões para prestar-lhes informações e/ou encaminhá-lo às pessoas ou unidades administrativas solicitadas. Receber, protocolar e encaminhar as unidades correspondentes os documentos que devem tramitar na prefeitura. Executar outras atividades correlatas determinadas pelo superior imediato

Conhecimentos exigidos: noções de atendimento.

Emprego: Barbeiro

Superior Imediato: Secretário Municipal de Ação Social e Desenvolvimento Humano

Proveniente: Efetivo (extinto na vacância)

Descrição: Executa serviços de corte de cabelo. Orientação de tratamento capilar.

Conhecimentos exigidos: noções de corte de cabelo

Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 48.664.304/0001-80



Emprego: Carpinteiro

Superior Imediato: Chefe de Serviço Público de Carpinteiros e Pintores

Provimento: Efetivo

Descrição: Planeja trabalhos de carpintaria. Prepara canteiro de obras e monta fôrmas. Confecciona fôrma de madeira e forro de laje. Constrói proteção de madeira e estrutura de madeira para telhado. Monta portas e esquadrias. Especifica e quantifica materiais. Repara elementos de madeira, substituindo peças desgastadas ou fixando partes soltas, para recompor sua estrutura. Conserva e zela pelo material usado, para mantê-lo em condições de uso. Executa outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

Conhecimentos exigidos: tipos de madeiras. Noções de segurança no trabalho.

Emprego: Cirurgião-Dentista

Superior Imediato: Secretário Municipal de Saúde

Provimento: Efetivo

Descrição: Atende e orienta pacientes e executam tratamento odontológico, realizando, entre outras atividades, radiografias, aplicação de anestesia, extração de dentes, tratamento de doenças gengivais, e canais, confecção de prótese. Diagnostica e avalia pacientes e planeja tratamento. Orienta a comunidade quanto à prevenção das doenças da boca e seus cuidados. Zela pelos instrumentos utilizados no consultório, limpando-os e esterilizando-os, para assegurar sua higiene e utilização.

Conhecimentos exigidos: saúde pública.

Emprego: Chefe de Serviço Público

Superior Imediato: Prefeito Municipal

Provimento: Comissão

Descrição: Exerce a chefia da execução de todas as atividades da sua respectiva unidade, exercendo as funções de chefe de serviço na organização e orientação dos trabalhos, para assegurar o desenvolvimento normal das atividades de seus subordinados, chefiando cada qual os trabalhos de: 1)apanhadores de lixo; 2)fiscais de tributo; 3)fiscais de obras particulares; 4)garis ou margaridas; 5) motoristas, tratoristas e mecânico; 6)operadores de máquinas pesadas; 7)pedreiros; 8)trabalhadores braçais; 9)carpinteiros e pintores; 10)eletricistas e encanadores; 11)serventes; e, 12)vigias, prestando aos subordinados informações sobre normas e procedimentos relacionados aos trabalhos e à situação funcional de cada um. Analisa o funcionamento das diversas rotinas públicas, fiscalizando os serviços de seus subordinados, atendendo as determinações do Prefeito Municipal, seu Superior Imediato e da Secretaria Municipal inerente ao Serviço Público da respectiva unidade.

Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO
CNPJ 48.554.304/0001-80



Conhecimentos exigidos: nenhum

Emprego: Coordenador Pedagógico

Superior Imediato: Secretário Municipal de Educação e Cultura

Provimento: Efetivo (extinto na vacância)

Descrição: Coordena as atividades de ensino nas unidades educacionais, planejando, orientando, supervisionando e avaliando essas atividades. Colabora na fase de elaboração do currículo da escola, opinando sobre sua implicações no processo de coordenação das atividades docentes. Supervisiona os planos de trabalho e os métodos de ensino aplicados. Avalia dos resultados das atividades pedagógicas, examinando fichas acumulativas, prontuários e relatórios, analisando conceitos emitidos pelos alunos, índices de reprovação. Promove a obtenção de materiais didáticos indispensáveis à realização de planos de ensino. Assessoria a direção da escola. Executa outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

Conhecimentos exigidos: Legislação educacional em vigor.

Emprego: Coveiro

Superior Imediato: Secretário Municipal de Obras e Serviços

Provimento: Efetivo

Descrição: Auxilia nos serviços funerários, constrói, prepara, limpa, abre e fecha sepulturas. Realiza sepultamento, exuma cadáveres. Traslada corpos. Conserva cemitério e ferramentas de trabalho. Zela pela segurança do cemitério. Executa outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

Conhecimentos exigidos: nenhuma

Emprego: Digitador

Superior Imediato: Secretário Municipal de Administração

Provimento: Efetivo (extinto na vacância)

Descrição: Digita textos em microcomputadores, acionando os dispositivos de comando, observando e controlando as etapas de programação dentro dos critérios definidos, para gravar as informações documentadas pelo sistema de entrada de dados utilizados. Interpreta as mensagens fornecidas pela máquina e confere os dados digitados, para detectar os registros incorretos e adotar as medidas adequadas ao sistema para a sua correção. Efetua cópia de segurança dos arquivos. Arquiva os documentos, classificando-os de acordo com as normas preestabelecidas. Arquiva disquetes, fitas e outros dispositivos de

Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO
CNPJ 48.864.304/0001-80



gravação de dados. Imprime e entrega listagens para conferência e/ou relatórios para consulta. Executa outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato

Conhecimentos exigidos: informática: software, hardware, etc.

Emprego: Diretor de Departamento

Lotação: Contabilidade

Superior Imediato: Prefeito Municipal

Proveniente: Comissão

Descrição: Supervisiona e coordena os serviços inerentes à contabilidade geral da Prefeitura. Escrituração de forma sintética e analítica da contabilidade orçamentária, financeira, patrimonial e econômica da prefeitura, de acordo com a legislação em vigor. Elabora mensalmente, e nos prazos legais, o balanço da receita e da despesa. Elaboração e encaminhamento, no prazo legal, do processo de prestação de contas anual e os balancetes para apreciação superior. Realizando o controle dos créditos adicionais e das transferências de verbas. Elaboração do Plano Orçamentário Financeiro da Prefeitura. Supervisiona outras tarefas correlatas determinadas pelo prefeito municipal.

Conhecimentos exigidos: Contabilidade Pública

Emprego: Diretor de Departamento

Lotação: Lançadoria

Superior Imediato: Prefeito Municipal

Proveniente: Comissão

Descrição: Supervisiona os serviços de lançamento de encargos em geral, cálculos de impostos, cálculos de índice de aumento a ser aplicado nos impostos, atendimento ao contribuinte. Coordena a abertura de fincas, inscrição de autônomos. Coordena a dívida ativa: cálculo, parcelamento, lançamento, baixa. Emissão de alvará de funcionamento/diversão pública. Baixa de recolhimento dos impostos. Emissão de certidão geral de contribuinte. Coordena as atividades dos fiscais de tributos e preços. Supervisiona outras atividades correlatas determinadas pelo Prefeito Municipal.

Conhecimentos exigidos: Código Tributário do Município. Código de Posturas. Matemática Financeira

Emprego: Diretor de Departamento

Lotação: Recursos Humanos

Superior Imediato: Prefeito Municipal

Proveniente: Comissão

Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO
CNPJ 48.664.304/0001-80

Luis Marcelo Theodoro de Lima
Oficial Escrevente

COMARCA DE GUARIBA

Descrição: Supervisiona o planejamento, organização e coordenação da execução das atividades dos recursos humanos e departamento pessoal, controle de ponto para confecção de folha de pagamento, recolhimento dos encargos e contribuições, e pagamentos. Elaboração de certidão, preenchimento de guias para afastamento. Dirige o acompanhamento do movimento de pessoal, cálculo de rescisão, atualização das fichas e anotações nas carteiras de trabalho. Supervisiona outras tarefas correlatas determinadas pelo prefeito municipal.

Conhecimentos exigidos: rotinas de departamento de pessoal e recursos humanos

Emprego: Diretor de Departamento

Lotação: Tesouraria

Superior Imediato: Prefeito Municipal

Provimto: Comissão

Descrição: Mantém sob sua responsabilidade a direção, cofre, numerário, talões de cheques e outros valores pertencentes à organização, examinando os documentos que lhe são apresentados para atender aos interesses da Administração Municipal. Verifica periodicamente o numerário e os valores existentes nas contas bancárias, supervisionando os serviços de conciliação bancária, depósitos efetuados, cheque emitidos e outros lançamentos, para assegurar a regularidade das transações bancárias. Dirige a elaboração de um demonstrativo de movimento diário de caixa, relacionando os pagamentos e recebimentos efetuados. Supervisiona outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

Conhecimentos exigidos: matemática financeira

Emprego: Diretor de Escola

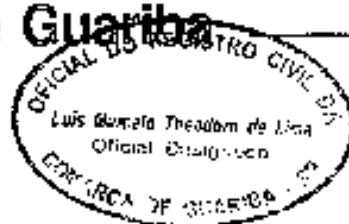
Superior Imediato: Prefeito Municipal

Provimto: Comissão, lotado por servidor de provimento efetivo

Descrição: Supervisiona o planejamento, organização e coordenação da execução dos programas de ensino e os serviços administrativos, como a elaboração de calendário escolar e a organização das atividades administrativas, para assegurar bons índices de rendimento escolar. Analisa plano de organização das atividades dos professores como distribuição de turnos, horas/aula, disciplinas, e turnos sob sua responsabilidade. Dirige e coordena os trabalhos administrativos, supervisionando a admissão de alunos, previsão de materiais e equipamentos. Comunica às autoridades de ensino, os trabalhos pedagógico-administrativos da escola, enviando relatórios ou prestando pessoalmente os esclarecimentos solicitados, para possibilitar o controle do processo educativo. Estabelece o regulamento da escola, traçando normas de disciplina, higiene e comportamento, para propiciar ambiente adequado

Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO
CNPJ 48.884.304/0001-80



à formação física, mental e intelectual dos alunos. Supervisiona outras tarefas correlatas determinadas pelo prefeito municipal.

Conhecimentos exigidos: Legislação educacional em vigor

Emprego: Eletricista

Superior Imediato: Chefe de Serviço Público de Eletricistas e Encanadores

Provimento: Efetivo

Descrição: Executa trabalhos rotineiros de eletricidade, colocando e fixando os quadros de distribuição, caixa de fusíveis ou disjuntores, utilizando ferramentas manuais. Efetua a ligação de fios à fonte fornecedora de energia. Promove a instalação, reparo ou substituição de tomadas, fios, lâmpadas, telefones, etc. Executa outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

Conhecimentos exigidos: rede elétrica.

Emprego: Encanador

Superior Imediato: Chefe de Serviço Público de Eletricistas e Encanadores

Provimento: Efetivo

Descrição: Operacionaliza projetos de instalações de tubulações. Define traçados e dimensiona tubulações. Prepara locais para instalações, realiza pré-montagem e instala tubulações. Especifica, quantifica e inspeciona materiais. Protege instalações e faz manutenção em equipamentos e acessórios. Executa instalação de rede primária e secundária de água e esgoto em obras públicas de construção civil, abrindo valetas no solo ou rasgo de paredes. Executa serviços de consertos e manutenção de equipamentos hidráulicos, efetuando a substituição ou reparação de peças. Executa outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

Conhecimentos exigidos: tubulações. Equipamentos e ferramentas de serviços.

Emprego: Enfermeiro Padrão

Superior Imediato: Secretário Municipal de Saúde

Provimento: Efetivo

Descrição: Supervisiona a equipe de enfermagem. Mantém equipamentos e aparelhos em condições de uso imediato, verificando periodicamente seu funcionamento e providenciando sua substituição ou conserto. Supervisiona e mantém salas, consultórios e demais dependências em condições de uso, assegurando sempre a sua higienização e limpeza dentro dos padrões de segurança exigidos. Promove a integração da equipe como

Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO
CNPJ 48.664.304/0001-80



unidade de serviço, organizando reuniões para resolver os problemas que surgem. Desenvolve programas de saúde da mulher, planejamento familiar, gestantes, crianças, adolescentes, educação sexual, prevenção de drogas etc. Participa de reuniões de caráter administrativo e técnico de enfermagem. Efectua e registra todos os atendimentos, tratamentos executados e ocorrências verificadas em relação ao paciente, anotando em prontuários, ficha de ambulatório, etc. Faz estudos e previsão de materiais e pessoas necessários às atividades, elaborando escalas de serviços e atribuições diárias. Executa outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato

Conhecimentos exigidos: Saúde Pública e Enfermagem

Emprego: **Escriturário**

Superior Imediato: Diretor e/ou Secretário Municipal

Provimento: Efetivo

Descrição: Executa serviços gerais de escritório das diversas unidades administrativas, como a classificação de documentos e correspondências, transcrição de dados, lançamentos, prestação de informações, arquivo, datilografia em geral etc. Recepciona pessoas que procuram a Municipalidade, inteirando-se dos assuntos a serem tratados, objetivando prestar-lhes as informações desejadas. Organiza e mantém atualizados o arquivo de documentos municipais, classificando-os por assunto, em ordem alfabética, visando à agilização de informações. Efectua controles relativamente complexos, envolvendo interpretações e comparação de dados, conferência de cálculos de licitações, controle de férias, contábil, e/ou outros tipos similares de controle, para cumprimento das necessidades administrativas. Controla o recebimento e expedição de correspondências. Redige memorandos, relatórios, ofícios simples. Executa outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato

Conhecimentos exigidos: Informática

Emprego: **Farmacêutica**

Superior Imediato: Secretário Municipal de Saúde

Provimento: Efetivo

Descrição: Fiscaliza farmácias e drogarias quanto ao aspecto sanitário, fazendo visitas periódicas e autuando os infratores, se necessário, para orientar seus responsáveis no cumprimento da legislação vigente. Fiscalização de estabelecimentos dentro das normas da ANVISA. Controla os medicamentos e receitas médicas apresentadas da Farmácia do Posto de Saúde.

Conhecimentos exigidos: Saúde pública. Legislação de Farmácias e Drogarias. Normas da ANVISA

Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO
CNPJ 48.554.304/0001-80



Emprego: Fiscal de Ambulantes e Feirantes

Superior Imediato: Diretor de Lançadoria

Provimento: Efetivo (existente na vacância)

Descrição: Fiscaliza o cumprimento da legislação tributária. Constitui o crédito tributário mediante lançamento. Controla a arrecadação e promove a cobrança de tributos, aplicando penalidades. Controla a circulação de bens, mercadorias e serviços. Atende e orienta contribuintes, ambulantes e feirantes. Notifica os inadimplentes. Analisa processos administrativos-fiscais. Executa outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

Conhecimentos exigidos: Conhecimento do Código Tributário do Município. Código de Posturas. Informática.

Emprego: Fiscal de Tributos e Preços

Superior Imediato: Chefe de Serviço Público de Fiscais de Tributo

Provimento: Efetivo

Descrição: Fiscaliza o cumprimento da legislação tributária. Constitui o crédito tributário mediante lançamento. Controla a arrecadação e promove a cobrança de tributos, aplicando penalidades. Verifica alvarás irregulares. Notifica os inadimplentes. Controla a circulação de bens, mercadorias e serviços. Atende e orienta contribuintes. Analisa processos administrativos-fiscais. Executa outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

Conhecimentos exigidos: Código Tributário Municipal. Código de Posturas. Informática.

Emprego: Fiscal de Obras Particulares

Superior Imediato: Chefe de Serviço Público de Obras Particulares

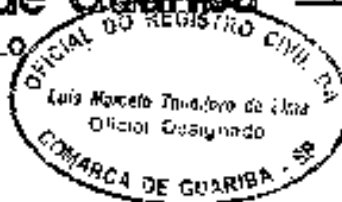
Provimento: Efetivo

Descrição: Vistoria imóveis em construção, verificando se os projetos estão aprovados e com a devida licença. Fiscaliza e verifica a reforma de estabelecimentos, observando se possuem o alvará expedido, visando o cumprimento das normas municipais estabelecidas. Vistoria os imóveis de construção civil em fase de acabamento, efetuando a devida medição e verificação se estão de acordo com o projeto, para expedição do habite-se. Autua e notifica os proprietários de imóveis que cometeram infrações e informando-os sobre a legislação vigente. Aplica penalidades. Executa outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

Conhecimentos exigidos: Código de Obras. Plano Diretor Municipal. Código de Posturas.

Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO
CNPJ 48.864.304/0001-80



Emprego: Fisioterapeuta

Superior Imediato: Secretário Municipal da Saúde

Provimento: Efetivo

Descrição: Avalia e reavalia o estado de saúde de doentes e acidentados, realizando testes musculares, funcionais, de amplitude articular, de verificação cinética e movimentação. Planeja e executa tratamentos de afecções reumáticas, osteoartroses, seqüelas de acidentes vascular-cerebrais, poliomielite, meningite, encefalite, de traumatismos raqui-medulares, etc. Ensina exercícios corretivos de coluna, defeitos dos pés, afecções dos aparelhos respiratórios e cardiovascular. Supervisiona e avalia atividades do pessoal auxiliar de fisioterapia. Executa outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato

Conhecimentos exigidos: específicos da área de atuação

Emprego: Fonoaudiólogo

Superior Imediato: Secretário Municipal de Saúde

Provimento: Efetivo

Descrição: Avalia as deficiências do paciente, realizando exames fonéticos, de linguagem, audiometria, etc, para estabelecer o plano de treinamento ou terapêutico. Orienta o paciente com problemas de linguagem e audição. Orienta a equipe pedagógica, preparando informes e documentos. Orienta professores sobre o comportamento verbal da criança. Atende os pais sobre as deficiências e/ou problemas de comunicação detectadas nas crianças, emitindo parecer e estabelecendo tratamento adequado, para possibilitar-lhes a reeducação e a reabilitação. Executa outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato

Conhecimentos exigidos: específicos da área de atuação

Emprego: Garf ou Margarida

Superior Imediato: Chefe de Serviço Público de Garis ou Margaridas.

Provimento: Efetivo

Descrição: Efetua a limpeza de ruas, parques, jardins e outros logradouros públicos, varrendo-os e coletando os detritos acumulados, para manter os referidos locais em condições de higiene e trânsito. Executa outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

Conhecimentos exigidos: noções de higiene e limpeza

Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO
CNPJ 48.664.304/0001-80



Emprego: Inspetor de Alunos
Superior Imediato: Diretor de Escola
Provimento: Efetivo

Descrição: Cuida da segurança do aluno nas dependências e proximidades da escola. Inspetiona o comportamento dos alunos no ambiente escolar. Orienta alunos sobre regras e procedimentos, regimento escolar, cumprimento de horários. Presta apoio às atividades acadêmicas. Controla as atividades livres dos alunos, orientando entrada e saída de alunos, fiscalizando espaços de recreação. Organiza ambiente escolar e providencia manutenção predial. Executa outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

Conhecimentos exigidos: noções de relações humanas. Fluência verbal.

Emprego: Mecânico
Superior Imediato: Chefe de Serviço Público de Motoristas, tratoristas e mecânico.
Provimento: Efetivo

Descrição: Examina os veículos e máquinas rodoviárias, inspecionando diretamente, ou por meio de aparelhos ou provas, para delimitar os defeitos e anormalidades de funcionamento. Efetua desmontagem, procedendo ajustes ou substituição de peças do motor, dos sistemas de freios, de ignição, de direção, de alimentação de combustível, de transmissão e de suspensão, utilizando ferramentas e instrumentos apropriados, para recondicionar o veículo e assegurar o seu funcionamento. Orienta e acompanha a limpeza e lubrificação de peças e equipamentos, providenciando os acessórios necessários para a execução de serviços. Testa os veículos e máquinas uma vez montados, para comprovar o resultado dos serviços realizados. Executa outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

Conhecimentos exigidos: mecânica em geral.

Emprego: Médico
Superior Imediato: Secretário Municipal da Saúde
Provimento: Efetivo

Descrição: Realiza consultas e atendimentos médicos. Trata pacientes. Verifica exames pedidos. Implementa ações de saúde. Coordena programas e serviços em saúde. Executa outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

Conhecimentos exigidos: Saúde Pública e específicos da área de atuação.

Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO
CNPJ 48.664.304/0001-80

Leis Municipais
Oficial Designado

COMARCA DE GUARIBA - SP

Emprego: Monitor de Corte e Costura

Superior Imediato: Secretário de Ação Social e Desenvolvimento Humano

Provimento: Efetivo (extinto na vacância)

Descrição: Planejamento e execução de corte e costura de roupas e enxovais para creches. Elaboração da lista de compra de material para confecção de roupas para crianças das creches. Executa outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

Conhecimentos exigidos: noções de corte e costura e de tecidos

Emprego: Motorista

Superior Imediato: Chefe de Serviço Público de Motoristas, Tratoristas e Mecânico

Provimento: Efetivo

Descrição: Inspecciona o veículo antes da saída, verificando o estado dos pneus, os níveis de combustível, água e óleo, testando freios, parte elétrica e outros mecanismos. Dirige o veículo, obedecendo ao Código Nacional de Trânsito. Providencia, sempre que necessário, o abastecimento de combustível, água e lubrificantes. Efetua reparos de emergência e trocas de pneus do veículo, garantindo a sua utilização em perfeitas condições. Dirige veículos municipais, conduzindo-os conforme o itinerário previsto, seguindo as regras de trânsito, para transportar alunos e pacientes dentro de uma localidade. Dirige e conserva veículos automotores, tais como caminhões, ônibus, vans, microônibus, perua escolares, e demais veículos, manipulando os comandos de marcha, direção e demais mecanismos, para efetuar o transporte de materiais, pessoas e estudantes.

Conhecimentos exigidos: Noções de legislação de trânsito, Carteira Nacional de Habilitação "D" e 02 anos de experiência na área de motorista.

Emprego: Nutricionista

Superior Imediato: Secretário Municipal de Educação e Cultura

Provimento: Efetivo

Descrição: Conhecimentos exigidos: Planeja e elabora cardápios quinzenais, mensais ou bimestrais, e reformula-os caso seja necessário, para oferecer refeições balanceadas e evitar desperdícios. Orienta e supervisiona o preparo, a distribuição e o armazenamento das refeições. Programa e desenvolve treinamento para os servidores da área, realizando reuniões e observando o nível de rendimento, de habilidade, de higiene e de aceitação dos alimentos, para racionalizar o melhor o padrão técnico dos serviços. Elabora relatório, baseando-se nas informações recebidas para estimar o custo médio da alimentação. Cumpre com as determinações do Conselho Nacional de Alimentação Escolar. Zela pela ordem e manutenção da qualidade e higiene dos gêneros alimentícios. Executa outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

Conhecimentos exigidos: específicos da área de atuação

Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO
CNPJ 48.654.304/0001-00



Emprego: Oficial de Escola

Superior Imediato: Diretor de Escola

Provimento: Efetivo

Descrição: Organiza e mantém atualizados os prontuários dos alunos, procedendo ao registro e escrituração relativos à vida escolar, bem como o que se refere à matrícula, frequência e histórico escolar. Executa tarefas relativas à anotação, organização de documentos e outros serviços administrativos, procedendo de acordo com normas específicas, para agilizar o fluxo de trabalhos dentro da secretaria. Executa atividades de secretaria, como: redigir correspondências, verificar a regularidade da documentação referente à transferência de alunos, registros de documentos, para assegurar o funcionamento eficiente da escola. Elabora propostas das necessidades de material permanente e de consumo, submetendo à aprovação do diretor, para atender as necessidades da escola. Efetua controle de ponto dos funcionários da unidade para efeito de pagamento. Executa outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

Conhecimentos exigidos: noções de informática. Noções da legislação educacional em vigor. Regimento Escolar.

Emprego: Operador de Máquinas Pesadas

Superior Imediato: Chefe de Serviço Público de Operadores de Máquinas Pesadas

Provimento: Efetivo

Descrição: Opera máquinas montadas sobre rodas ou sobre esteiras e providas de pá mecânica ou caganba, para escavar e mover terra, pedra, areia, cascalho e materiais análogos. Opera máquinas providas de rolos-compressores, para compactar e plainar os materiais utilizados. Conduz a máquina, acionando o motor e manipulando os dispositivos para posicioná-la segundo as necessidades do trabalho. Movimenta a máquina, acionando seus pedais e alavancas de comando, corte, elevação e abertura, assim como seus comandos de tração e os hidráulicos, para escavar, carregar, levantar, descarregar material, mover pedra, terra e materiais similares. Executa serviços de terraplanagem, tais como remoção, distribuição e nivelamento de superfícies, cortes de barrancos, acachamentos e outros. Executa as tarefas relativas a concertar caminhões e veículos de carga pesada, os materiais escavados, para o transporte dos mesmos. Efetua serviços de manutenção de máquinas, abastecendo-as, lubrificando-as e executando pequenos reparos, para assegurar seu bom funcionamento. Executa outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

Conhecimentos exigidos: Noções de trânsito. Carteira de Nacional de Habilitação D. 02 anos de experiência como operador de máquinas.

Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO
CNPJ 48.684.304/0001-80



Emprego: Padeiro
Superior Imediato: Nutricionista
Provimento: Efetivo

Descrição: Planeja a produção e prepara massas de pão e similares. Controle de requisição de materiais, registro de saída e relatórios de produção. Trabalha dentro das normas de qualidade, segurança, higiene e saúde. Proceder contagem e embalagem de pães a serem distribuídos. Informa a nutricionista sobre possíveis falhas ou irregularidades que prejudicam o bom andamento dos serviços. Notifica a supervisão sobre quebra ou danos material. Executa outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato

Conhecimentos exigidos: noções de higiene e saúde. Conservação de equipamentos.

Emprego: Pajem
Superior Imediato: Diretor de Creche (Diretor de Escola)
Provimento: Efetivo

Descrição: Auxilia as atividades recreativas das crianças nas creches, incentivando as brincadeiras em grupo e outros jogos, para estimular o desenvolvimento físico e mental das mesmas. Orienta as crianças quanto às condições de higiene, auxiliando-as no banho, vestir, calçar, pentear e guardar seus pertences, para garantir o seu bem-estar. Auxilia nas refeições, alimentando as crianças ou orientando-as sobre o comportamento à mesa. Controla os horários de repouso das crianças, preparando a cama, ajudando-as na troca de roupa, para assegurar o seu bem-estar e saúde. Executa outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

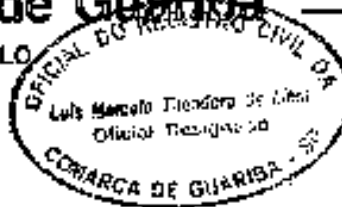
Conhecimentos exigidos: noções de higiene, alimentação e recreação de crianças. Noções de bem-estar e saúde das crianças.

Emprego: Pedreiro
Superior Imediato: Chefe de Serviço Público de Pedreiros
Provimento: Efetivo

Descrição: Assenta tijolos, ladrilhos, pisos ou pedras, superpondo-os em fileiras ou seguindo os desenhos, para levantar paredes, vigas, pilares, degraus de escadas e outras partes da construção. Constrói base de concreto e/ou outro material, baseando-se nas especificações para possibilitar a instalação de máquinas, postes da rede elétrica e para outros fins. Executa trabalhos de manutenção corretiva de prédios, calçadas e estruturas semelhantes, reparando paredes e pisos, aparelhos sanitários e outras peças, chumbando as bases danificadas. Reboca as estruturas construídas, empregando argamassa de cal, cimento e areia e atentando para o prumo e nivelamento das mesmas para torná-las aptas a outros tipos de revestimentos. Mistura areia, cimento e água, dosando esses materiais nas

Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO
CNPJ 48.654.304/0001-80



quantidades convenientes, para obter a argamassa a ser empregada no assentamento de pedras ou tijolos. Verifica a característica da obra, examinando plantas e outras especificações da construção, para selecionar o material e estabelecer as operações a executar. Executa outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato

Conhecimentos exigidos: nenhum

Emprego: **Pintor**

Superior Imediato: **Chefe de Serviço Público de Carpinteiros e Pintores**

Provimento: **Efetivo**

Descrição: Pinta as superfícies externas e internas dos prédios e outras obras civis, raspando-a, alissando-as e cobrindo-as com uma ou várias camadas de tintas. Prepara as superfícies a revestir. Prepara material de pintura misturando tintas, pigmentos, óleos e substâncias diluentes e secantes em proporções adequadas. Especifica e quantifica materiais. Executa outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato

Conhecimentos exigidos: nenhum

Emprego: **Chefe da Procuradoria do Município**

Superior Imediato: **Prefeito Municipal**

Provimento: **Comissão, lotado por servidor efetivo**

Descrição: Exerce a chefia da Procuradoria Jurídica do Município, distribuindo e cobrando tarefas de todos os procuradores, ao mesmo tempo em que estuda e examina documentos jurídicos e de qualquer natureza, analisando seu conteúdo, com base nos códigos, leis, jurisprudências e outros documentos, para determinar as providências jurídicas cabíveis com fundamento na legislação vigente. Apura ou completa informações levantadas pelos seus subordinados, acompanhando os processos em todas as suas fases e representando, em conjunto com os demais procuradores, ou separadamente, o Município que é a parte mandatária em juízo, para obter os elementos necessários à defesa dos interesses da Municipalidade, tanto no polo ativo, como no polo passivo de qualquer demanda. Representa a Municipalidade em juízo ou fora dele, acompanhando o processo, redigindo petições, para defender os interesses da Administração Municipal. Emite pareceres nos processos administrativos, como licitação, contratos, distratos, convênios, consórcios, questões trabalhistas ligadas à administração de recursos humanos, visando assegurar o cumprimento de leis e regulamentos. Promove a cobrança judicial da dívida ativa e de qualquer outro crédito do Município. Redige documentos jurídicos, pronunciamentos, minutas e informações sobre questões de natureza administrativa, fiscal, civil, comercial, trabalhista, penal e outras, aplicando a legislação em questão, para utilizá-los na defesa da Administração Municipal. Executa outras tarefas correlatas e inerentes à Chefia da

Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO
CNPJ 48.654.304/0001-80



Procuradoria do Município, sempre que determinadas pelo seu Superior Imediato, o Prefeito Municipal.

Conhecimentos exigidos: Direito Administrativo e Público

Emprego: Procurador Municipal

Superior Imediato: Chefe da Procuradoria do Município

Provimento: Eletivo

Descrição: Estuda e examina documentos jurídicos, analisando seu conteúdo, com base nos códigos, leis, jurisprudências e outros documentos, providenciando medidas jurídicas cabíveis com fundamento na legislação vigente, sempre que determinado pelo seu Superior Imediato, o Chefe da Procuradoria do Município. Apura ou completa informações levantadas, acompanhando os processos em todas as suas fases e representando o Município que é a parte mandataria em juízo, para obter os elementos necessários para a defesa dos interesses da Municipalidade, tanto no polo ativo como no polo passivo de qualquer demanda. Representa a Municipalidade em juízo ou fora dele, acompanhando o processo, redigindo petições, para defender os interesses da Administração Municipal. Elabora e/ou emite pareceres nos processos administrativos, como licitação, contratos, distratos, convênios, consórcios, questões trabalhistas ligadas à administração de recursos humanos, visando assegurar o cumprimento de leis e regulamentos. Promove a cobrança judicial da dívida ativa e de qualquer outro crédito do Município. Redige documentos jurídicos, pronunciamentos, minutas e informações sobre questões de natureza administrativa, fiscal, civil, comercial, trabalhista, penal e outras, aplicando a legislação em questão, para utilizá-las na defesa da Administração Municipal. Executa quaisquer outras tarefas correlatas determinadas pelo seu Superior Imediato, o Chefe da Procuradoria do Município.

Conhecimentos exigidos: Direito Administrativo e Público

Emprego: Professor de Educação Básica I

Superior Imediato: Diretor de Escola

Provimento: Eletivo

Descrição: Elabora plano de aula, selecionando o assunto, o material didático a ser utilizado, com base nos objetivos fixados, para obter o melhor rendimento do ensino. Ministra as aulas, transmitindo aos alunos conhecimentos do curso das quatro primeiras séries do ensino fundamental e pré-escola. Elabora boletins de controle e relatórios, apoiando-se na observação do comportamento e desempenho dos alunos e anotando atividades efetuadas, para manter um registro que permita dar informações à diretoria da escola e aos pais. Organiza e promove solenidades comemorativas, jogos, trabalhos manuais, para ativar o interesse dos alunos pelos conhecimentos. Planeja e executa,

Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO
CNPJ 48.664.304/0001-80



trabalhos complementares de caráter cívico, cultural e recreativo, organizando jogos, entretenimento e demais atividades, visando desenvolver nas crianças as capacidades de iniciativa, cooperação, criatividade e relacionamento social. Desenvolve nas crianças hábitos de limpeza, obediência, tolerância e outros atributos morais e sociais, empregando recursos audiovisuais e outros, para contribuir com a sua educação. Executa outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

Conhecimentos exigidos: Noções do processo ensino aprendizagem, Legislações da área

Emprego: Professor de Educação Básica II

Superior Imediato: Diretor de Escola

Provimento: Efetivo

Descrição: Promovem a educação dos alunos por intermédio dos seguintes componentes curriculares: língua portuguesa, ciências, matemática, geografia, história, educação artística, educação física, educação especial e língua estrangeira, de 5ª a 8ª série do ensino fundamental. Planejam cursos, aulas e atividades escolares. Avaliam processo ensino-aprendizagem e seus resultados. Registram práticas escolares de caráter pedagógico. Desenvolvem atividades de estudo. Participam das atividades educacionais e comunitárias da escola. Executa outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

Conhecimentos exigidos: noções do processo ensino-aprendizagem e legislações da área

Emprego: Professor de Judo

Superior Imediato: Secretário Municipal de Esportes e Turismo

Provimento: Efetivo (extinto na vacância)

Descrição: Desenvolve e aprimora técnicas esportivas de judô, visando ao aprimoramento do atleta e da equipe. Promove, desenvolve e aprimora conhecimentos e habilidades dos atletas. Elabora programas de atividades esportivas e recreativas. Seleciona e prepara atletas e equipes, para participarem de competições amistosas e regionais. Organiza competições esportivas entre as várias equipes e atletas existentes no município. Executa outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato

Conhecimentos exigidos: técnicas de judô

Emprego: Professor de Música

Superior Imediato: Secretário Municipal de Educação e Cultura

Provimento: Efetivo (extinto na vacância)

Descrição sucinta: Programa e executa aulas livres de canto, teclado, piano e canto coral.

Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO
CNPJ 46.664.304/0001-80



Programa atividades de apresentação dos alunos (piano, teclado, canto/coral, recital etc).
Planeja atividades de incentivo a musicalização.

Conhecimentos exigidos: noções de musicalização. Instrumentos. Canto

Emprego: Programador Júnior

Superior Imediato: Secretaria Municipal de Administração

Provimento: Efetivo

Descrição: Estuda os objetivos dos programas, analisando as especificações e instruções recebidas do analista de sistemas, para verificar a natureza e fontes dos dados de entrada, que vão ser tratados e esquematizar a forma e o fluxo do programa. Converte os fluxogramas em linguagem de máquinas, utilizando o comando e sintaxe da linguagem escolhida. Efetua modificação de programas, alterando o processamento e os demais elementos para aperfeiçoá-los, corrigir falhas e atender as alterações de sistemas ou necessidades novas. Desenvolve programas de pequeno porte para as Secretarias Municipais. Executa outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

Conhecimentos exigidos: informática

Emprego: Psicólogo

Superior Imediato: Secretaria Municipal de Saúde e Secretaria Municipal de Educação

Provimento: Efetivo

Descrição: Presta atendimento à comunidade e aos casos encaminhados à unidade de saúde, visando o desenvolvimento psíquico, motor e social do indivíduo, em relação à sua integração à família e à sociedade. Presta atendimento aos casos de saúde mental como toxicômanos, alcoolistas, etc. Presta atendimento psicológico na área educacional, visando o desenvolvimento psíquico, motor e social das crianças e adolescentes em relação à sua integração à escola e à família, para promover o seu ajustamento.

Conhecimentos exigidos: área de atuação e Saúde Mental no Serviço Público.

Emprego: Recepcionista

Superior Imediato: Prefeito Municipal

Provimento: Efetivo

Descrição: Atende ao público em geral, identificando e averiguando suas pretensões para prestar-lhes informações e/ou encaminha-los às pessoas ou unidades administrativas solicitadas. Receber e postar correspondências. Receber, protocolar e encaminhar as unidades correspondentes os documentos que devem tramitar na prefeitura. Executar outras atividades correlatas determinadas pelo superior imediato.

Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO
CNPJ 48.664.304/0001-80



Conhecimentos exigidos: Noções de atendimento. Relações Humanas

Emprego: **Secretário Municipal**
Superior Imediato: **Prefeito Municipal**

Provimto: **Agente Político**

Descrição: Planeja, coordena, executa, controla e define prioridades políticas e administrativas no âmbito de sua área de atuação, em conformidade com as competências estabelecidas para a secretaria e de acordo com o plano de governo municipal. Realiza estudos e pesquisas relacionadas as atividades de sua área, utilizando documentos e outras fontes de informações, analisando os resultados dos métodos utilizados. Levanta as necessidades e define os objetivos relativos a sua área de atuação, prevendo custos em função dos projetos e propostas, visando o cumprimento de normas estabelecidas. Analisa e aprova projetos, para avaliar os cumprimentos das diretrizes do programa de governo. Desenvolve e aprimora contatos com outros órgãos públicos, recebendo reivindicações, analisando e propondo soluções, para assegurar o pleno atendimento dos mesmos e do interesse do município. Presta informações ao prefeito sobre o desenvolvimento dos serviços e os resultados atingidos, elaborando relatórios ou outros meios, para possibilitar a avaliação das políticas de governo. Representa o prefeito em solenidades e eventos, quando solicitado, para visar o cumprimento dos compromissos assumidos. Executa outras tarefas correlatas determinadas pelo prefeito municipal.

Conhecimentos exigidos: Lei Orgânica do Município de Guariba e outras legislações de âmbito municipal.

Emprego: **Servente**

Superior Imediato: **Secretário Municipal da Educação e Cultura/Secretário Municipal de Administração/Chefe de Serviço Público de Serventes**

Provimto: **Efetivo**

Descrição: Executa serviços de zeladoria, conservação e limpeza, manutenção dos prédios municipais, garantindo o bom funcionamento, assegurando-lhes as condições de higiene e segurança. Executar outras atividades correlatas determinadas pelo superior imediato

Conhecimentos exigidos: noções de higiene e limpeza.

Emprego: **Sub-Contador**

Superior Imediato: **Diretor de Departamento - Contabilidade**

Provimto: **Efetivo (vacância)**

Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO
CNPJ 48.664.804/0001-80



Descrição: Aplica a execução orçamentária. Classificação orçamentária da despesa. Controle de suplementação e/ou anulações de verbas. Controle contábil de execução das licitações.

Conhecimentos exigidos: Contabilidade Pública. Lei das Licitações

Emprego: Técnico em Enfermagem
Superior Imediato: Enfermeira-Padrão
Provimento: Efetivo

Descrição: Auxilia na elaboração do plano de enfermagem, baseando-se nas necessidades identificadas, para determinar assistência a ser prestada pela equipe, no período de trabalho. Desenvolve programas de orientação às gestantes, às doenças transmissíveis e outras, desenvolve, com o enfermeiro, atividades de treinamento e reciclagem, para manter os padrões desejáveis de assistência aos pacientes. Prepara e esteriliza material e instrumental, ambientes e equipamentos, obedecendo normas e rotinas preestabelecidas, para realização de exames, tratamentos, etc. Controla consumo de medicamentos e demais materiais de enfermagem, verificando o estoque para solicitar o suprimento dos mesmos. Executa outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

Conhecimentos exigidos: Saúde pública e Enfermagem

Emprego: Técnico de Futebol
Superior Imediato: Secretário Municipal de Esportes e Turismo
Provimento: Efetivo (vacância)

Descrição: Desenvolve táticas esportivas de futebol, visando o aprimoramento do atleta e da equipe. Promove, desenvolve e aprimora conhecimentos e habilidades dos atletas. Elabora programas de atividades esportivas e recreativas. Seleciona e prepara atletas e equipes, para participarem de competições amistosas e regionais. Organiza competições esportivas entre as várias equipes e atletas existentes no município. Executa outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

Conhecimentos exigidos: técnicas de futebol

Emprego: Técnico de Voley
Superior Imediato: Secretário Municipal de Esportes e Turismo
Provimento: Efetivo (vacância)

Descrição: Desenvolve táticas esportivas de voleybol, visando o aprimoramento do atleta e da equipe. Promove, desenvolve e aprimora conhecimentos e habilidades dos atletas.

Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO
CNPJ 48.864.304/0001-80



Elabora programas de atividades esportivas e recreativas. Seleciona e prepara atletas e equipes, para participarem de competições amistosas e regionais. Organiza competições esportivas entre as várias equipes e atletas existentes no município. Executa outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato

Conhecimentos exigidos: técnicas de voley

Emprego: Técnico de Artes Marciais

Superior Imediato: Secretário Municipal de Esportes e Turismo

Provimento: Efetivo (vacância)

Descrição: Desenvolve táticas das artes marciais, visando ao aprimoramento do atleta. Promove, desenvolve e aprimora conhecimentos e habilidades dos atletas. Elabora programas de atividades esportivas e recreativas. Seleciona e prepara atletas e equipes, para participarem de competições amistosas e regionais. Organiza competições esportivas entre os vários atletas existentes no município. Executa outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

Conhecimentos exigidos: técnicas em artes marciais

Emprego: Telefonista

Superior Imediato: Secretária Municipal da Administração

Provimento: Efetivo

Descrição: Opera equipamentos, atende, transfere, cadastra e completa chamadas telefônicas. Registra as ligações efetuadas para possibilitar o controle de custos. Zela pelo equipamentos telefônico, comunicando defeitos e solicitando seu conserto e manutenção, para assegurar o perfeito funcionamento. Executa outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato

Conhecimentos exigidos: noções de comunicação e fluência verbal

Emprego: Trabalhador Braçal

Superior Imediato: Chefe de Serviço Público de Trabalhadores Braçais

Provimento: Efetivo

Descrição: Auxilia no armazenamento de materiais leves e pesados. Efetua limpeza e conservação de áreas verdes, praças, terrenos, transportando entulhos. Auxilia o motorista nas atividades de carregamento e descarregamento e entrega de materiais e mercadorias, valendo-se do esforço físico e/ou outros recursos, visando contribuir para execução dos trabalhos. Auxilia na preparação de rua para a execução de pavimentação, compactando o

Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO
CNPJ 49.664.304/0001-80

Luís Marcelo Theodoro de Lima
Oficial Designado

COMARCA DE GUARIBA - SP

roubos, incêndios, entrada de pessoas estranhas e outras anormalidades. Executa outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

Conhecimentos exigidos: noções de segurança, incêndios e relações humanas

Emprego: Vigilante Epidemiológico

Superior Imediato: Secretário Municipal da Saúde

Provimento: Efetivo

Descrição: Controle de zoonose. Controle e eliminação de vetores. Coordena e participa de campanhas educativas sobre raiva, febre amarela, cólera, combate a parasitas e insetos, distribuindo formulários informativos e orientando a comunidade nos procedimentos necessários, ao controle de saúde. Realiza aplicação de venenos. Executa outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

Conhecimentos exigidos: noções de saúde e doenças. Noções de saúde pública.

Emprego: Vigilante Sanitário

Superior Imediato: Secretário Municipal da Saúde

Provimento: Efetivo

Descrição: Coleta de água para análise. Fiscalização de estabelecimentos das condições sanitárias. Programa e efetua visitas domiciliares, seguindo plano preparado e de acordo com a rotina de serviços e as peculiaridades de cada caso. Promove campanhas de prevenção de doenças, para preservar a saúde na comunidade. Coleta de material para enviar aos exames de laboratório, com vistas à elucidação diagnóstica. Executa outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

Conhecimentos exigidos: código sanitário

Emprego: Zelador

Superior Imediato: Secretário Municipal de Planejamento e Meio Ambiente.

Provimento: Efetivo (vacância)

Descrição: Executa serviços de zeladoria em prédios públicos, promovendo a limpeza e conservação, vigiando e cumprimento do regulamento para assegurar o asseio, ordem e segurança do prédio e bem-estar de seus ocupantes. Inspecciona as dependências, efetuando ou supervisionando os trabalhos de limpeza, remoção ou incineração de resíduos. Providencia serviços de manutenção em geral, como pequenos reparos ou consertos de instalações elétricas, bombas, extintores, requisitando pessoas habilitadas para assegurar as condições de funcionamento e segurança das instalações. Executa outras tarefas correlatas

Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO
CNPJ 48.861.304/0001-80

Luis Marçal Tinodoro de Lima
Obrista Designado

COMARCA DE GUARIBA - SP

solo, esparramando terra, pedra, para manter a conservação dos trechos desgastados ou na abertura de novas vias. Auxilia no assentamento de tubos de concreto, transportando-os e/ou segurando-os para garantir a correta instalação. Zela pela conservação das ferramentas, utensílios e equipamentos de trabalho, recolhendo-os e armazenando-os nos locais adequados. Executa outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato

Conhecimentos exigidos: nenhum

Emprego: **Tratorista**

Superior Imediato: Chefe de Serviço Público de Motoristas, Tratoristas e Mecânico.

Provimento: Efetivo

Descrição: Conduz tratores providos ou não de implementos diversos, dirigindo-o e operando o mecanismo de tração ou impulsão, para movimentar cargas e executar operações de limpeza ou similares. Efetua a lubrificação das máquinas e seus equipamentos, seguindo as instruções de manutenção do fabricante, para assegurar seu bom funcionamento. Efetua o abastecimento de óleo diesel, observando o nível de óleo lubrificante e lubrificando as partes necessárias, utilizando graxa, para mantê-las em condições de uso. Executa outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato

Conhecimentos exigidos: noções de trânsito - Carteira Nacional de Habilitação "D".

Emprego: **Veterinário**

Superior Imediato: Secretário Municipal da Saúde

Provimento: Efetivo

Descrição: Contribui para o bem-estar animal. Promove saúde pública e defesa do consumidor. Exerc. defesa sanitária animal. Elabora laudo e pareceres. Assessora a elaboração de legislação pertinente. Aplicação de vacinas. Castração de animais. Coordena as ações determinadas pela ANVISA. Executa outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

Conhecimentos exigidos: Conhecimento específico da área. Noções de saúde pública e sanitária animal.

Emprego: **Vigia**

Superior Imediato: Chefe de Serviço Público de Vigias.

Provimento: Efetivo

Descrição sucinta: Zela pela guarda de patrimônio e exercem a vigilância de próprios públicos, percorrendo-os sistematicamente e inspecionando suas dependências para evitar

Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

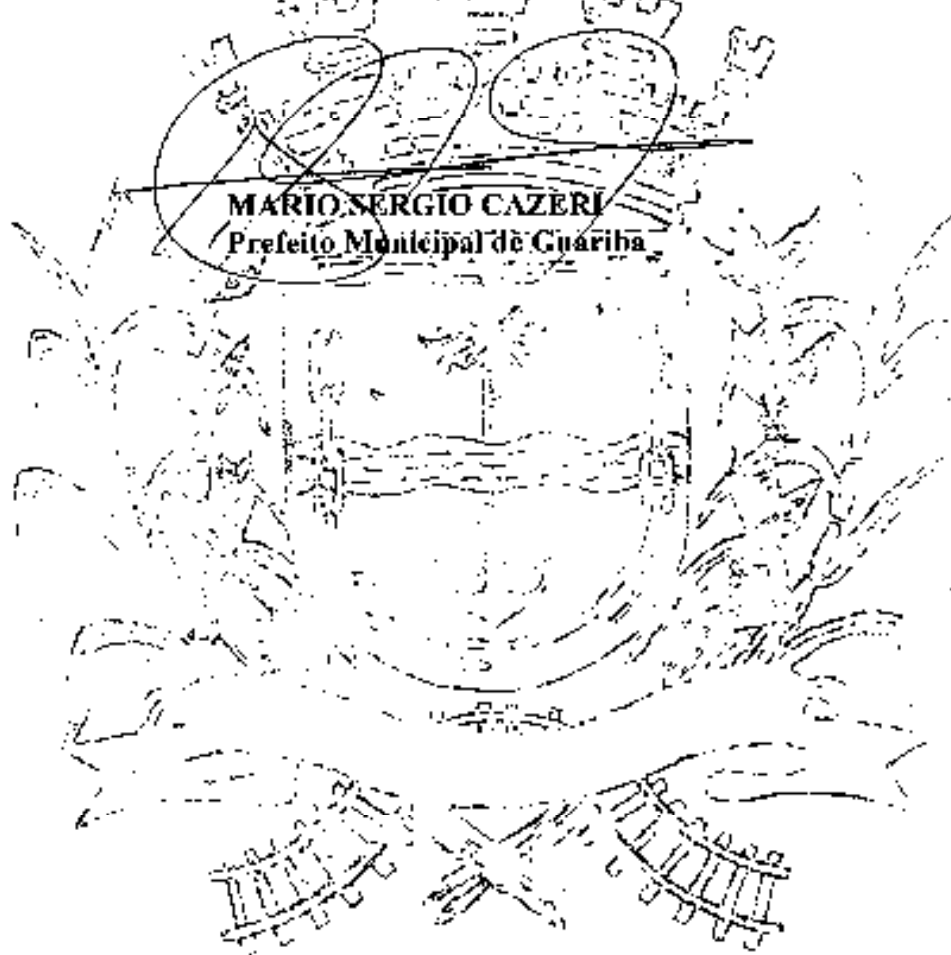
CNPJ 48.684.304/0001-80



determinadas pelo superior imediato.

Conhecimentos exigidos: nenhum

Prefeitura Municipal de Guariba, em 14 de Janeiro de 2.005





Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 48.664.304/0001-80

LEI Nº 3.414 – DE 20 DE ABRIL DE 2.021

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL E DO CONSELHO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

A **CÂMARA MUNICIPAL DE GUARIBA**, Estado de São Paulo, em sessão ordinária realizada no dia 19 de abril de 2.021, **APROVOU**, e eu – **CELSO ANTONIO ROMANO** – Prefeito Municipal, no uso de minhas atribuições, **sanciono e promulgo** a seguinte

LEI:

Artigo 1º. Fica criada e inserida na estrutura administrativa a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC –, junto ao Gabinete do Prefeito, com a finalidade de coordenar, em nível municipal, todas as ações de proteção e defesa civil (prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação), nos períodos de normalidade e anormalidade.

Artigo 2º. Para as finalidades desta Lei, denomina-se:

I - Proteção e Defesa Civil: ciclo de ações (preventivas, preparativas, de socorro, assistenciais e reconstrutivas) executadas pelo sistema formado por entidades (públicas, privadas e do terceiro setor) e pela sociedade civil, articulado e integrado para a garantia da segurança global da população face principalmente ao risco de desastres;

II - Desastre: o resultado de eventos adversos, naturais ou provocados pelo homem, sobre um cenário vulnerável, causando grave perturbação ao funcionamento de uma comunidade ou sociedade, envolvendo extensivas perdas e danos humanos, materiais, econômicos ou ambientais, que excede sua capacidade de lidar com o problema usando meios próprios;

III - Situação de Emergência: situação de alteração intensa e grave das condições de normalidade em um determinado município, estado ou região, decretada em razão de desastre, comprometendo parcialmente sua capacidade de resposta;

IV - Estado de Calamidade Pública: situação de alteração intensa e grave das condições de normalidade em um determinado município, estado ou região, decretada em razão de desastre, comprometendo substancialmente sua capacidade de resposta.

Artigo 3º. A COMPDEC manterá com os demais órgãos congêneres municipais, estaduais e federais, estreito intercâmbio com o objetivo de receber e fornecer subsídios técnicos para esclarecimentos relativos à proteção e defesa civil.

Artigo 4º. São atribuições específicas da COMPDEC:



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 48.684.304/0001-80

I - planejar, coordenar e promover a implementação das ações governamentais de proteção e defesa civil previstas em toda a legislação, em consonância com a política governamental e as diretrizes do Chefe do Executivo;

II - supervisionar, coordenar, controlar, orientar e promover a execução dos projetos e atividades afetos à coordenadoria, em consonância com a legislação de proteção e defesa civil;

III - manter articulação com os diversos órgãos do governo, da sociedade civil, com entidades públicas, privadas e do terceiro setor, buscando efetivar as ações de proteção e defesa civil no âmbito municipal;

IV - desempenhar outras tarefas correlatas.

Artigo 5º. A Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC - constitui órgão integrante do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil e compor-se-á de um coordenador, um secretário e dois membros operativos.

§ 1º. O Coordenador da Coordenadoria da COMPDEC será indicado pelo Chefe do Executivo Municipal com a competência de organizar as atividades de Proteção e Defesa Civil no município.

§ 2º. Os demais servidores públicos designados para colaborar nas ações emergenciais, como secretário e membros operativos, assim como o próprio coordenador, exercerão essas atividades sem prejuízos das funções que ocupam, e não farão jus a qualquer espécie de gratificação ou remuneração especial.

Parágrafo único. A colaboração referida neste artigo será considerada prestação de serviço relevante e constará dos assentamentos dos respectivos servidores, como de relevante interesse público do Município de Guariba.

Artigo 6º. Fica criado o Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil, vinculado à Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil, com o objetivo de discutir, propor, acompanhar e fiscalizar as ações da política municipal de proteção e defesa civil e acompanhar a execução de suas ações.

Artigo 7º. O Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil é um órgão colegiado, autônomo, paritário, de caráter permanente, controlador, deliberativo, consultivo e fiscalizador, que tem por finalidade e atribuição:

I - incentivar a educação preventiva; apoiar a organização e execução de campanhas, assim como buscar, junto às comunidades ou bairros, soluções dentro dos mesmos para prevenir os desastres;

II - propor iniciativas de redução de riscos de desastres para as diversas secretarias, coordenadorias e diretorias municipais, bem como iniciativas de integração de políticas públicas no âmbito municipal;



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 48.664.304/0001-80

III - analisar e recomendar a inclusão de áreas de riscos no Plano Diretor Municipal;

IV - manter o órgão estadual de defesa civil e a Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil informados sobre a ocorrência de desastres e sobre atividades de defesa civil;

V - discutir e estudar as atividades capazes de provocar desastres;

VI - discutir e indicar o provimento de recursos orçamentários municipais para as ações da proteção e defesa civil;

VII - desenvolver atividades de redução de riscos de desastres;

VIII - executar outras atividades correlatas.

Parágrafo único. O Presidente do Conselho, que será eleito por aclamação entre os seus pares, "ad-referendum" do Prefeito Municipal, possui as seguintes atribuições específicas:

I - planejar as medidas da defesa civil e, na ocorrência de qualquer situação de emergência, tomar as providências requeridas;

II - requisitar servidores públicos de quaisquer órgãos municipais, caso haja a necessidade de mobilizá-los para o enfrentamento de situação emergencial;

III - coordenar a ação de qualquer órgão principal e requisitar, em nome do Prefeito Municipal, todos os meios necessários para o enfrentamento da situação emergencial;

IV - elaborar planos, formar ações e executá-las para prevenir desastres ambientais;

V - executar outras tarefas correlatas.

Artigo 8º. O Conselho Municipal será integrado por membros indicados, paritariamente, pelos órgãos municipais e entidades da sociedade civil, em número mínimo de seis, homologados por ato do Prefeito Municipal, para cumprir mandato de dois anos, permitida a sua recondução, competindo aos conselheiros:

I - participar ativamente do conselho compondo as equipes de trabalho conforme suas vocações;

II - comunicar as faltas ou impedimentos por meio de E-mail ou Telefone (ligação) ao Presidente do Conselho, quando houver convocação para participar de reunião de trabalho;

III - apresentar relatório sobre as tarefas que lhe forem atribuídas;



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 48.664.304/0001-80

IV - propor e requerer esclarecimento sobre as matérias em apreciação, bem como apresentar novas questões a serem tratadas pelo Conselho;

V - manifestar-se a respeito dos trabalhos desenvolvidos pela Coordenadoria da Defesa Civil, avaliando-os periodicamente;

VI - apresentar proposições, requerimentos, moções e questões de ordem;

VII - executar outras tarefas correlatas que forem solicitada pelo Presidente do Conselho.

Artigo 9º. Os servidores públicos designados para compor o Conselho, bem como aqueles designados para colaborar nas ações emergenciais, exercerão essas atividades sem prejuízos das funções que ocupam, e não farão jus a qualquer espécie de gratificação ou remuneração especial.

Parágrafo único. A colaboração referida neste artigo será considerada prestação de serviço relevante e constará dos assentamentos dos respectivos servidores.

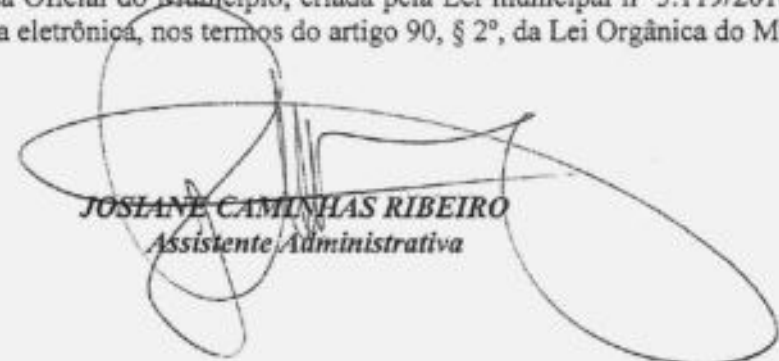
Artigo 10. A presente Lei será regulamentada pelo Poder Executivo Municipal, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, a partir de sua publicação.

Artigo 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias, especialmente, a Lei nº 1.786, de 26 de junho de 2001.

Guariba, em 21 de abril de 2021.


CELSONTO ROMANO
Prefeito Municipal

Registrada em livro próprio, no Departamento de Gestão Pública, afixada no local de costume, no quadro de avisos da sede da Prefeitura, na mesma data, e mandado publicar na Imprensa Oficial do Município, criada pela Lei municipal nº 3.119/2018, com circulação diária, na forma eletrônica, nos termos do artigo 90, § 2º, da Lei Orgânica do Município.


JOSIANE CAMINHAS RIBEIRO
Assistente Administrativa



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE GUARIBA

Conforme Lei Municipal nº 3.119, de 06 de abril de 2018

www.guariba.sp.gov.br | www.imprensaoficialmunicipal.com.br/guariba

Quinta-feira, 22 de abril de 2021

Ano IV | Edição nº 620

Página 1 de 7

SUMÁRIO

PODER EXECUTIVO DE GUARIBA	2
Atos Oficiais	2
Leis	2
Decretos	6

EXPEDIENTE

O Diário Oficial do Município de Guariba, veiculado exclusivamente na forma eletrônica, é uma publicação das entidades da Administração Direta e Indireta deste Município, sendo referidas entidades inteiramente responsáveis pelo conteúdo aqui publicado.

ACERVO

As edições do Diário Oficial Eletrônico de Guariba poderão ser consultadas através da internet, por meio do seguinte endereço eletrônico: www.guariba.sp.gov.br. Para pesquisa por qualquer termo e utilização de filtros, acesse www.imprensaoficialmunicipal.com.br/guariba. As consultas e pesquisas são de acesso gratuito e independente de qualquer cadastro.

ENTIDADES

Prefeitura Municipal de Guariba
CNPJ 48.664.304/0001-60
Avenida Evaristo Vaz, 1190
Telefone: (16) 3251-9422
Site: www.guariba.sp.gov.br
Diário: www.imprensaoficialmunicipal.com.br/guariba

Câmara Municipal de Guariba
CNPJ 01.659.932/0001-03
Avenida Marcelo Ragazzi, 491
Telefone: (16) 3251-1131
Site: www.guariba.sp.leg.br



Diário Oficial Assinado Eletronicamente com Certificado Padrão ICPBrasil, em conformidade com a MP nº 2.200-2, de 2001

O Município de Guariba garante a autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site www.guariba.sp.gov.br

Compilado e também disponível em www.imprensaoficialmunicipal.com.br/guariba



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE GUARIBA

Conforme Lei Municipal nº 3.119, de 06 de abril de 2018

www.guariba.sp.gov.br | www.imprensaoficialmunicipal.com.br/guariba

Quinta-feira, 22 de abril de 2021

Ano IV | Edição nº 620

Página 2 de 7

PODER EXECUTIVO DE GUARIBA

Atos Oficiais

Leis

LEI Nº 3.414 – DE 20 DE ABRIL DE 2021

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL E DO CONSELHO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

A CÂMARA MUNICIPAL DE GUARIBA, Estado de São Paulo, em sessão ordinária realizada no dia 19 de abril de 2021, APROVOU, e eu – CELSO ANTONIO ROMANO – Prefeito Municipal, no uso de minhas atribuições, sanciono e promulgo a seguinte

LEI:

Artigo 1º. Fica criada e inserida na estrutura administrativa a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC -, junto ao Gabinete do Prefeito, com a finalidade de coordenar, em nível municipal, todas as ações de proteção e defesa civil (prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação), nos períodos de normalidade e anormalidade.

Artigo 2º. Para as finalidades desta Lei, denomina-se:

I - Proteção e Defesa Civil: ciclo de ações (preventivas, preparativas, de socorro, assistenciais e reconstrutivas) executadas pelo sistema formado por entidades (públicas, privadas e do terceiro setor) e pela sociedade civil, articulado e integrado para a garantia da segurança global da população face principalmente ao risco de desastres;

II - Desastre: o resultado de eventos adversos, naturais ou provocados pelo homem, sobre um cenário vulnerável, causando grave perturbação ao funcionamento de uma comunidade ou sociedade, envolvendo extensivas perdas e danos humanos, materiais, econômicos ou ambientais, que excede sua capacidade de lidar com o problema usando meios próprios;

III - Situação de Emergência: situação de alteração

intensa e grave das condições de normalidade em um determinado município, estado ou região, decretada em razão de desastre, comprometendo parcialmente sua capacidade de resposta;

IV - Estado de Calamidade Pública: situação de alteração intensa e grave das condições de normalidade em um determinado município, estado ou região, decretada em razão de desastre, comprometendo substancialmente sua capacidade de resposta.

Artigo 3º. A COMPDEC manterá com os demais órgãos congêneres municipais, estaduais e federais, estreito intercâmbio com o objetivo de receber e fornecer subsídios técnicos para esclarecimentos relativos à proteção e defesa civil.

Artigo 4º. São atribuições específicas da COMPDEC:

I - planejar, coordenar e promover a implementação das ações governamentais de proteção e defesa civil previstas em toda a legislação, em consonância com a política governamental e as diretrizes do Chefe do Executivo;

II - supervisionar, coordenar, controlar, orientar e promover a execução dos projetos e atividades afetos à coordenadoria, em consonância com a legislação de proteção e defesa civil;

III - manter articulação com os diversos órgãos do governo, da sociedade civil, com entidades públicas, privadas e do terceiro setor, buscando efetivar as ações de proteção e defesa civil no âmbito municipal;

IV - desempenhar outras tarefas correlatas.

Artigo 5º. A Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC - constitui órgão integrante do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil e compor-se-á de um coordenador, um secretário e dois membros operativos.

§ 1º. O Coordenador da Coordenadoria da COMPDEC será indicado pelo Chefe do Executivo Municipal com a competência de organizar as atividades de Proteção e Defesa Civil no município.

§ 2º. Os demais servidores públicos designados para colaborar nas ações emergenciais, como secretário e membros operativos, assim como o próprio coordenador,



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE GUARIBA

Conforme Lei Municipal nº 3.119, de 06 de abril de 2018

www.guariba.sp.gov.br | www.imprensaoficialmunicipal.com.br/guariba

Quinta-feira, 22 de abril de 2021

Ano IV | Edição nº 620

Página 3 de 7

exercerão essas atividades sem prejuízos das funções que ocupam, e não farão jus a qualquer espécie de gratificação ou remuneração especial.

Parágrafo único. A colaboração referida neste artigo será considerada prestação de serviço relevante e constará dos assentamentos dos respectivos servidores, como de relevante interesse público do Município de Guariba.

Artigo 6º. Fica criado o Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil, vinculado à Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil, com o objetivo de discutir, propor, acompanhar e fiscalizar as ações da política municipal de proteção e defesa civil e acompanhar a execução de suas ações.

Artigo 7º. O Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil é um órgão colegiado, autônomo, paritário, de caráter permanente, controlador, deliberativo, consultivo e fiscalizador, que tem por finalidade e atribuição:

I - incentivar a educação preventiva; apolar a organização e execução de campanhas, assim como buscar, junto às comunidades ou bairros, soluções dentro dos mesmos para prevenir os desastres;

II - propor iniciativas de redução de riscos de desastres para as diversas secretarias, coordenadorias e diretorias municipais, bem como iniciativas de integração de políticas públicas no âmbito municipal;

III - analisar e recomendar a inclusão de áreas de riscos no Plano Diretor Municipal;

IV - manter o órgão estadual de defesa civil e a Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil informados sobre a ocorrência de desastres e sobre atividades de defesa civil;

V - discutir e estudar as atividades capazes de provocar desastres;

VI - discutir e indicar o provimento de recursos orçamentários municipais para as ações da proteção e defesa civil;

VII - desenvolver atividades de redução de riscos de desastres;

VIII - executar outras atividades correlatas.

Parágrafo único. O Presidente do Conselho, que será eleito por aclamação entre os seus pares, "ad-referendum" do Prefeito Municipal, possui as seguintes atribuições específicas:

I - planejar as medidas da defesa civil e, na ocorrência de qualquer situação de emergência, tomar as providências requeridas;

II - requisitar servidores públicos de quaisquer órgãos municipais, caso haja a necessidade de mobilizá-los para o enfrentamento de situação emergencial;

III - coordenar a ação de qualquer órgão principal e requisitar, em nome do Prefeito Municipal, todos os meios necessários para o enfrentamento da situação emergencial;

IV - elaborar planos, formar ações e executá-las para prevenir desastres ambientais;

V - executar outras tarefas correlatas.

Artigo 8º. O Conselho Municipal será integrado por membros indicados, paritariamente, pelos órgãos municipais e entidades da sociedade civil, em número mínimo de seis, homologados por ato do Prefeito Municipal, para cumprir mandato de dois anos, permitida a sua recondução, competindo aos conselheiros:

I - participar ativamente do conselho compondo as equipes de trabalho conforme suas vocações;

II - comunicar as faltas ou impedimentos por meio de E-mail ou Telefone (ligação) ao Presidente do Conselho, quando houver convocação para participar de reunião de trabalho;

III - apresentar relatório sobre as tarefas que lhe forem atribuídas;

IV - propor e requerer esclarecimento sobre as matérias em apreciação, bem como apresentar novas questões a serem tratadas pelo Conselho;

V - manifestar-se a respeito dos trabalhos desenvolvidos pela Coordenadoria da Defesa Civil, avaliando-os periodicamente;

VI - apresentar proposições, requerimentos, moções e questões de ordem;

VII - executar outras tarefas correlatas que forem



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE GUARIBA

Conforme Lei Municipal nº 3.119, de 06 de abril de 2018

www.guariba.sp.gov.br | www.imprensaoficialmunicipal.com.br/guariba

Quinta-feira, 22 de abril de 2021

Ano IV | Edição nº 620

Página 4 de 7

solicitada pelo Presidente do Conselho.

Artigo 9º. Os servidores públicos designados para compor o Conselho, bem como aqueles designados para colaborar nas ações emergenciais, exercerão essas atividades sem prejuízos das funções que ocupam, e não farão jus a qualquer espécie de gratificação ou remuneração especial.

Parágrafo único. A colaboração referida neste artigo será considerada prestação de serviço relevante e constará dos assentamentos dos respectivos servidores.

Artigo 10. A presente Lei será regulamentada pelo Poder Executivo Municipal, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, a partir de sua publicação.

Artigo 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias, especialmente, a Lei nº 1.786, de 26 de junho de 2001.

Guariba, em 21 de abril de 2021.

CELSO ANTONIO ROMANO

Prefeito Municipal

Registrada em livro próprio, no Departamento de Gestão Pública, afixada no local de costume, no quadro de avisos da sede da Prefeitura, na mesma data, e mandado publicar na Imprensa Oficial do Município, criada pela Lei municipal nº 3.119/2018, com circulação diária, na forma eletrônica, nos termos do artigo 90, § 2º, da Lei Orgânica do Município.

JOSIANE CAMINHAS RIBEIRO

Assistente Administrativa

LEI Nº 3.415 – DE 20 DE ABRIL DE 2021

DÁ NOVA REDAÇÃO AOS INCISOS III e V, ALÍNEA "a", AMBOS DO ARTIGO 2º DA LEI Nº 1.810 - DE 15 DE FEVEREIRO DE 2.002, QUE AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A ALIENAR OS LOTES QUE COMPÕEM O DISTRITO EMPRESARIAL "GOVERNADOR MÁRIO COVAS", ALTERADO PELO ARTIGO 3º DA LEI 2.425 – DE 29 DE ABRIL DE 2.010, E DÁ OUTRAS

PROVIDÊNCIAS

CELSO ANTONIO ROMANO, Prefeito do Município de Guariba, Estado de São Paulo, faz saber que a Câmara Municipal de Guariba, em sessão ordinária, realizada no dia 19 de abril de 2021, aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte...

LEI:

Artigo 1º - O inciso III, parágrafo único, do artigo 2º, da Lei nº 1.810, de 15 de fevereiro de 2.002, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º - ...

Parágrafo Único - ...

"III – O pagamento pela compra dos lotes será feito mediante o depósito inicial de 30% (trinta por cento) do valor da arrematação, e a quitação do saldo de 70% (setenta e cinco por cento) poderá ser realizada em parcelas mensais e consecutivas, no máximo de 36 (trinta e seis) meses, o valor das parcelas serão reajustados anualmente pelo índice de variação do IGPM, com carência de, no máximo, 06 (seis) meses para o primeiro pagamento, sendo todos os prazos iniciados a partir da homologação do certame licitatório".

Artigo 2º - O inciso V, alínea "a", do artigo 2º, da Lei nº 1.810, de 15 de fevereiro de 2.002, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º - ...

V - ...

a) as obras de construção do empreendimento deverão se iniciar, impreterivelmente, no prazo máximo de 06(seis) meses;

a.1) o projeto de engenharia do empreendimento deverá respeitar as exigências legais, assinado por profissional competente, com recolhimento dos encargos e sujeito à aprovação da Secretaria de Obras e Infraestrutura, devendo constar no mínimo um escritório e banheiro para uso público, de modo que constitua endereço empresarial para exercício da atividade;

a.2) As atividades da empresa deverão ser iniciadas no prazo máximo de 02 (dois) anos, a contar da data da outorga do termo de posse e adesão".



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE GUARIBA

Conforme Lei Municipal nº 3.119, de 06 de abril de 2018

www.guariba.sp.gov.br | www.imprensaoficialmunicipal.com.br/guariba

Quinta-feira, 22 de abril de 2021

Ano IV | Edição nº 620

Página 5 de 7

Artigo 3º - Ficam mantidas todas as demais disposições constantes na Lei nº 1.810 de 15 de fevereiro de 2002 e na Lei 2.425 de 29 de abril de 2010.

Artigo 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Guariba, 20 de abril de 2021.

CELSO ANTONIO ROMANO

Prefeito Municipal

Registrada em livro próprio, no Departamento de Gestão Pública, afixada no local de costume, no quadro de avisos da sede da Prefeitura, na mesma data, e mandado publicar na Imprensa Oficial do Município, criada pela Lei municipal nº 3.119/2018, com circulação diária, na forma eletrônica, nos termos do artigo 90, § 2º, da Lei Orgânica do Município.

JOSIANE CAMINHAS RIBEIRO

Assistente Administrativa

LEI Nº 3.416 – DE 20 DE ABRIL DE 2021

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL, NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO, NO VALOR TOTAL DE R\$ 36.000,00 (TRINTA E SEIS MIL REAIS), VISANDO AO ATENDIMENTO DE DESPESAS CORRENTES

CELSO ANTONIO ROMANO, Prefeito do Município de Guariba, Estado de São Paulo, faz saber que a Câmara Municipal de Guariba, em sessão ordinária, realizada no dia 19 de abril de 2021, aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte...

LEI:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir, no Orçamento Geral do Município, junto à Secretaria Municipal de Administração, crédito adicional especial no valor de R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais), para arcar com despesas do Consórcio Intermunicipal de Televisão, mediante superávit financeiro apurado em Balanço Patrimonial do exercício de 2020.

Artigo 2º - Para os efeitos do que dispõe o artigo 165, I e II da Constituição Federal que versa sobre as leis financeiras do município, fica a Contadoria Municipal autorizada a proceder a inclusão do presente programa nos anexos da Lei nº 3.076, de 29 de setembro de 2017, que aprovou o Plano Plurianual para o quadriênio 2018/2021, bem como, a inclusão nos anexos da Lei nº 3.374, de 15 de outubro de 2020, que estabeleceu as diretrizes orçamentárias para o corrente exercício.

Artigo 3º - A abertura dos créditos adicionais será promovida por Decreto do Executivo Municipal.

Artigo 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as demais disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Guariba, em 20 de abril de 2021.

CELSO ANTONIO ROMANO

Prefeito Municipal

Registrada em livro próprio, no Departamento de Gestão Pública, afixada no local de costume, no quadro de avisos da sede da Prefeitura, na mesma data, e mandado publicar na Imprensa Oficial do Município, criada pela Lei municipal nº 3.119/2018, com circulação diária, na forma eletrônica, nos termos do artigo 90, § 2º, da Lei Orgânica do Município.

JOSIANE CAMINHAS RIBEIRO

Assistente Administrativa

LEI Nº 3.417 – DE 20 DE ABRIL DE 2021

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL, NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO, NO VALOR TOTAL DE R\$169.344,58 (CENTO E SESSENTA E NOVE MIL, TREZENTOS E QUARENTA E QUATRO REAIS E CINQUENTA E OITO CENTAVOS), VISANDO AO ATENDIMENTO DE DESPESAS CORRENTES

CELSO ANTONIO ROMANO, Prefeito do Município de Guariba, Estado de São Paulo, faz saber que a Câmara



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE GUARIBA

Conforme Lei Municipal nº 3.119, de 06 de abril de 2018

www.guariba.sp.gov.br / www.imprensaoficialmunicipal.com.br/guariba

Quinta-feira, 22 de abril de 2021

Ano IV | Edição nº 620

Página 6 de 7

Municipal de Guariba, em sessão ordinária, realizada no dia 19 de abril de 2021, aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte...

LEI:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir, no Orçamento Geral do Município, junto à Secretaria Municipal de Administração, crédito adicional especial no valor de R\$ 189.344,58 (cento e sessenta e nove mil, trezentos e quarenta e quatro reais e cinquenta e oito centavos), para fins de empenho de despesas oriundas de juros de precatórios judiciais trabalhistas, mediante superávit financeiro apurado em Balanço Patrimonial do exercício de 2.020.

Artigo 2º - Para os efeitos do que dispõe o artigo 165, I e II da Constituição Federal que versa sobre as leis financeiras do município, fica a Contadoria Municipal autorizada a proceder a inclusão do presente programa nos anexos da Lei nº 3.076, de 29 de setembro de 2017, que aprovou o Plano Plurianual para o quadriênio 2018/2021, bem como, a inclusão nos anexos da Lei nº 3.374, de 15 de outubro de 2020, que estabeleceu as diretrizes orçamentárias para o corrente exercício.

Artigo 3º - A abertura dos créditos adicionais será promovida por Decreto do Executivo Municipal.

Artigo 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as demais disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Guariba, em 20 de abril de 2.021.

CELSO ANTONIO ROMANO

Prefeito Municipal

Registrada em livro próprio, no Departamento de Gestão Pública, afixada no local de costume, no quadro de avisos da sede da Prefeitura, na mesma data, e mandado publicar na Imprensa Oficial do Município, criada pela Lei municipal nº 3.119/2018, com circulação diária, na forma eletrônica, nos termos do artigo 90, § 2º, da Lei Orgânica do Município.

JOSIANE CAMINHAS RIBEIRO

Assistente Administrativa

Decretos

DECRETO Nº 3.951 - DE 20 DE ABRIL DE 2.021

PROMOVE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL, NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO, NO VALOR TOTAL DE R\$ 36.000,00 (TRINTA E SEIS MIL REAIS), VISANDO AO ATENDIMENTO DE DESPESAS CORRENTES

CELSO ANTONIO ROMANO, Prefeito do Município de Guariba, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe confere o Inciso IX, do Artigo 73, da Lei Orgânica do Município e,

Considerando a autorização legislativa concedida e promulgada através da Lei nº 3.416, deste dia 20 de abril de 2.021 ...

DECRETA:

Artigo 1º - Fica promovida a abertura de crédito adicional especial, no Orçamento Geral do Município, no valor de R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais), para arcar com despesas do Consórcio Intermunicipal de Televisão, mediante superávit financeiro apurado em Balanço Patrimonial do exercício de 2.020, classificado e codificado conforme segue:

Unidade Orçamentária: 02.02.01 Secretaria de Administração
Classificação Funcional: 04.1220003.2.007000 - 3.3.71.70 Rateio Part.
Consórcio Público

Dotação: 37 Valor: R\$ 36.000,00

Código de Aplicação: 110.0000

Artigo 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as demais disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Guariba, em 20 de Abril de 2.021.

CELSO ANTONIO ROMANO

Prefeito Municipal

Registrado em livro próprio, no Departamento de Gestão Pública, afixado no local de costume, no quadro de avisos da sede da Prefeitura, na mesma data, e mandado



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE GUARIBA

Conforme Lei Municipal nº 3.119, de 06 de abril de 2018

www.guariba.sp.gov.br | www.imprensaoficialmunicipal.com.br/guariba

Quinta-feira, 22 de abril de 2021

Ano IV | Edição nº 620

Página 7 de 7

publicar na Imprensa Oficial do Município, criada pela Lei municipal nº 3.119/2018, com circulação diária, na forma eletrônica, nos termos do artigo 90 e § 2º, da Lei Orgânica do Município.

JOSIANE CAMINHAS RIBEIRO

Assistente Administrativo

DECRETO Nº 3.952 - DE 20 DE ABRIL DE 2021

PROMOVE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL, NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO, NO VALOR TOTAL DE R\$169.344,58 (CENTO E SESSENTA E NOVE MIL, TREZENTOS E QUARENTA E QUATRO REAIS E CINQUENTA E OITO CENTAVOS), VISANDO AO ATENDIMENTO DE DESPESAS CORRENTES

CELSO ANTONIO ROMANO, Prefeito do Município de Guariba, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe confere o Inciso IX, do Artigo 73, da Lei Orgânica do Município e,

Considerando a autorização legislativa concedida e promulgada através da Lei nº 3.417, deste dia 20 de abril de 2021 ...

DECRETA:

Artigo 1º - Fica promovida a abertura de crédito adicional especial, no Orçamento Geral do Município, no valor de R\$ 169.344,58 (cento e sessenta e nove mil, trezentos e quarenta e quatro reais e cinquenta e oito centavos), para fins de empenho de despesas oriundas de juros de precatórios judiciais trabalhistas, mediante superávit financeiro apurado em Balanço Patrimonial do exercício de 2020, classificado e codificado conforme segue:

Unidade Orçamentária: 02.03.01

Secretaria de Finanças

Classificação Funcional: 28.8410000.0.003000-4.6.90.71 - Amortização da Dívida Contratual

Dotação: 67 Valor: R\$ 169.344,58

Código de Aplicação: 110.0000

Artigo 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as demais disposições em

contrário.

Prefeitura Municipal de Guariba, em 20 de Abril de 2021.

CELSO ANTONIO ROMANO

Prefeito Municipal

Registrado em livro próprio, no Departamento de Gestão Pública, afixado no local de costume, no quadro de avisos da sede da Prefeitura, na mesma data, e mandado publicar na Imprensa Oficial do Município, criada pela Lei municipal nº 3.119/2018, com circulação diária, na forma eletrônica, nos termos do artigo 90 e § 2º, da Lei Orgânica do Município.

JOSIANE CAMINHAS RIBEIRO

Assistente Administrativo



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 48.664.304/0001-80

LEI Nº 3.414 - DE 20 DE ABRIL DE 2.021

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL E DO CONSELHO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS

A CÂMARA MUNICIPAL DE GUARIBA, Estado de São Paulo, em sessão ordinária realizada no dia 19 de abril de 2.021, APROVOU, e eu - CELSO ANTONIO ROMANO - Prefeito Municipal, no uso de minhas atribuições, sanciono e promulgo a seguinte

LEI:

Artigo 1º. Fica criada e inserida na estrutura administrativa a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC -, junto ao Gabinete do Prefeito, com a finalidade de coordenar, em nível municipal, todas as ações de proteção e defesa civil (prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação), nos períodos de normalidade e anormalidade.

Artigo 2º. Para as finalidades desta Lei, denomina-se:

I - Proteção e Defesa Civil: ciclo de ações (preventivas, preparativas, de socorro, assistenciais e reconstrutivas) executadas pelo sistema formado por entidades (públicas, privadas e do terceiro setor) e pela sociedade civil, articulado e integrado para a garantia da segurança global da população face principalmente ao risco de desastres;

II - Desastre: o resultado de eventos adversos, naturais ou provocados pelo homem, sobre um cenário vulnerável, causando grave perturbação ao funcionamento de uma comunidade ou sociedade, envolvendo extensivas perdas e danos humanos, materiais, econômicos ou ambientais, que excede sua capacidade de lidar com o problema usando meios próprios;

III - Situação de Emergência: situação de alteração intensa e grave das condições de normalidade em um determinado município, estado ou região, decretada em razão de desastre, comprometendo parcialmente sua capacidade de resposta;

IV - Estado de Calamidade Pública: situação de alteração intensa e grave das condições de normalidade em um determinado município, estado ou região, decretada em razão de desastre, comprometendo substancialmente sua capacidade de resposta.

Artigo 3º. A COMPDEC manterá com os demais órgãos congêneres municipais, estaduais e federais, estreito intercâmbio com o objetivo de receber e fornecer subsídios técnicos para esclarecimentos relativos à proteção e defesa civil.

Artigo 4º. São atribuições específicas da COMPDEC:



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 48.564.304/0001-80

I - planejar, coordenar e promover a implementação das ações governamentais de proteção e defesa civil previstas em toda a legislação, em consonância com a política governamental e as diretrizes do Chefe do Executivo;

II - supervisionar, coordenar, controlar, orientar e promover a execução dos projetos e atividades afetos à coordenadoria, em consonância com a legislação de proteção e defesa civil;

III - manter articulação com os diversos órgãos do governo, da sociedade civil, com entidades públicas, privadas e do terceiro setor, buscando efetivar as ações de proteção e defesa civil no âmbito municipal;

IV - desempenhar outras tarefas correlatas.

Artigo 5º. A Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC - constitui órgão integrante do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil e compor-se-á de um coordenador, um secretário e dois membros operativos.

§ 1º. O Coordenador da Coordenadoria da COMPDEC será indicado pelo Chefe do Executivo Municipal com a competência de organizar as atividades de Proteção e Defesa Civil no município.

§ 2º. Os demais servidores públicos designados para colaborar nas ações emergenciais, como secretário e membros operativos, assim como o próprio coordenador, exercerão essas atividades sem prejuízos das funções que ocupam, e não farão jus a qualquer espécie de gratificação ou remuneração especial.

Parágrafo único. A colaboração referida neste artigo será considerada prestação de serviço relevante e constará dos assentamentos dos respectivos servidores, como de relevante interesse público do Município de Guariba.

Artigo 6º. Fica criado o Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil, vinculado à Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil, com o objetivo de discutir, propor, acompanhar e fiscalizar as ações da política municipal de proteção e defesa civil e acompanhar a execução de suas ações.

Artigo 7º. O Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil é um órgão colegiado, autônomo, paritário, de caráter permanente, controlador, deliberativo, consultivo e fiscalizador, que tem por finalidade e atribuição:

I - incentivar a educação preventiva; apoiar a organização e execução de campanhas, assim como buscar, junto às comunidades ou bairros, soluções dentro dos mesmos para prevenir os desastres;

II - propor iniciativas de redução de riscos de desastres para as diversas secretarias, coordenadorias e diretorias municipais, bem como iniciativas de integração de políticas públicas no âmbito municipal;



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 48.664.304/0001-80

Municipal; *III* - analisar e recomendar a inclusão de áreas de riscos no Plano Diretor

IV - manter o órgão estadual de defesa civil e a Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil informados sobre a ocorrência de desastres e sobre atividades de defesa civil;

V - discutir e estudar as atividades capazes de provocar desastres;

VI - discutir e indicar o provimento de recursos orçamentários municipais para as ações da proteção e defesa civil;

VII - desenvolver atividades de redução de riscos de desastres;

VIII - executar outras atividades correlatas.

Parágrafo único. O Presidente do Conselho, que será eleito por aclamação entre os seus pares, "ad-referendum" do Prefeito Municipal, possui as seguintes atribuições específicas:

I - planejar as medidas da defesa civil e, na ocorrência de qualquer situação de emergência, tomar as providências requeridas;

II - requisitar servidores públicos de quaisquer órgãos municipais, caso haja a necessidade de mobilizá-los para o enfrentamento de situação emergencial;

III - coordenar a ação de qualquer órgão principal e requisitar, em nome do Prefeito Municipal, todos os meios necessários para o enfrentamento da situação emergencial;

IV - elaborar planos, formar ações e executá-las para prevenir desastres ambientais;

V - executar outras tarefas correlatas.

Artigo 8º. O Conselho Municipal será integrado por membros indicados, paritariamente, pelos órgãos municipais e entidades da sociedade civil, em número mínimo de seis, homologados por ato do Prefeito Municipal, para cumprir mandato de dois anos, permitida a sua recondução, competindo aos conselheiros:

I - participar ativamente do conselho compondo as equipes de trabalho conforme suas vocações;

II - comunicar as faltas ou impedimentos por meio de E-mail ou Telefone (ligação) ao Presidente do Conselho, quando houver convocação para participar de reunião de trabalho;

III - apresentar relatório sobre as tarefas que lhe forem atribuídas;



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 48.664.304/0001-80

IV - propor e requerer esclarecimento sobre as matérias em apreciação, bem como apresentar novas questões a serem tratadas pelo Conselho;

V - manifestar-se a respeito dos trabalhos desenvolvidos pela Coordenadoria da Defesa Civil, avaliando-os periodicamente;

VI - apresentar proposições, requerimentos, moções e questões de ordem;

VII - executar outras tarefas correlatas que forem solicitada pelo Presidente do Conselho.


Artigo 9º. Os servidores públicos designados para compor o Conselho, bem como aqueles designados para colaborar nas ações emergenciais, exercerão essas atividades sem prejuízos das funções que ocupam, e não farão jus a qualquer espécie de gratificação ou remuneração especial.

Parágrafo único. A colaboração referida neste artigo será considerada prestação de serviço relevante e constará dos assentamentos dos respectivos servidores.

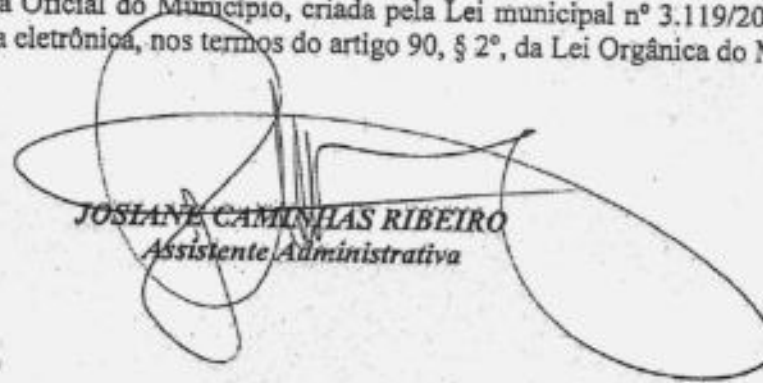
Artigo 10. A presente Lei será regulamentada pelo Poder Executivo Municipal, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, a partir de sua publicação.

Artigo 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias, especialmente, a Lei nº 1.786, de 26 de junho de 2001.

Guariba, em 21 de abril de 2021.


CELSONTO ANTONIO ROMANO
Prefeito Municipal

Registrada em livro próprio, no Departamento de Gestão Pública, afixada no local de costume, no quadro de avisos da sede da Prefeitura, na mesma data, e mandado publicar na Imprensa Oficial do Município, criada pela Lei municipal nº 3.119/2018, com circulação diária, na forma eletrônica, nos termos do artigo 90, § 2º, da Lei Orgânica do Município.


JOSLANE CAMINHAS RIBEIRO
Assistente Administrativa



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 48.864.304/0001-80

DECRETO Nº 3.898 - DE 4 DE FEVEREIRO DE 2.021

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE MEMBROS PARA COMPOREM A COMISSÃO PREVENTIVA DE DEFESA CIVIL DO MUNICÍPIO DE GUARIBA, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

CELSO ANTONIO ROMANO, Prefeito Municipal de Guariba, Estado de São Paulo, no uso das atribuições legais de seu cargo, que lhe são atribuídas pelo Inciso IX, do Artigo 73, da Lei Orgânica do Município e, tendo em vista o disposto na Lei nº 1.768, de 26 de junho de 2.001...

DECRETA:

Artigo 1º - A Comissão Preventiva de Defesa Civil do Município de Guariba – COMPDEC, é composta pelos seguintes membros:

1. Poder Executivo
 - a) Eliana Regina Rascaglia Barbetta
 - b) Luiz Carlos Furtado
 - c) Espedito Aparecido Jorge
 - d) Clarice Aparecida Lopes
 - e) Paulo José Izac
 - f) Sidney da Silva
 - g) Elizabeth Helena Correa Leite
 - h) Cecília Miranda de Paula
 - i) Valdinéia Ap. Di Mastrogirolama da Silva
 - j) Angela Maria Furtado
 - k) Rosemeire Gumieri
 - l) Leandro Daniel Pereira
 - m) Jaqueline Calixto
2. Poder Legislativo
 - a) Paulo Dionísio de Sá
 - b) Fabiano Alves de Almeida
3. Polícia Civil – Marcos Leandro Antonio (Investigador de Polícia)
4. Polícia Militar
 - a) 1º Ten. Pm. Reginaldo Dias da Silva
 - b) Cb. Pm. Eduardo Adriano Garcia
5. Sabesp – Emerson Silva de Amorim
6. Presidente do Rotary Clube
7. Presidente do Lions Clube
8. Presidente da Loja Maçônica “Ciência e Trabalho nº 2773”

Parágrafo Único - O mandato dos membros do COMPDEC, nomeados pelo presente Artigo, se dará até o dia 31 de dezembro de 2.024.



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 48.684.304/0001-80

Artigo 2º - Compete à Comissão Preventiva de Defesa Civil – COMPDEC, tendo em vista a sua função de órgão de assessoramento da Prefeitura Municipal de Guariba, desenvolver as seguintes atividades:

I – Promover e colaborar em campanhas educacionais nas escolas, principalmente, do ensino fundamental,

II – Estudar, definir, propor normas, planos e procedimentos, visando a proteção da comunidade contra as consequências decorrentes de fatores anormais e adversos que atinjam o Município.

III – Participar e colaborar nos programas estaduais e federais de Defesa Civil.

IV – Promover e colaborar na execução de programas estaduais e federais de Defesa Civil, obedecendo o princípio de que a ação de Defesa Civil inicia-se no Município, seguindo-se a participação do Estado e da União.

V – Fornecer subsídios, quando possível, para esclarecimentos relativos à defesa civil.

VI – Atuar coordenadamente com os órgãos estaduais e federais de Defesa Civil, tanto nos períodos de normalidade como de anormalidade.

VII – Estimular e desenvolver atividades, visando mobilizar a comunidade para iniciativas de defesa civil.

VIII – Promover estudos e propor recomendações sobre as consequências desastrosas causadas por negligência humana, que possam provocar situações emergenciais que reclamem a defesa civil.

IX – Comunicar ao órgão estadual de Defesa Civil, as ocorrências consideradas de porte significativo e solicitar as providências que julgar necessárias.

Artigo 3º - No exercício de suas atividades, poderá a COMPDEC solicitar das pessoas físicas ou jurídicas colaboração no sentido de prevenir e limitar os riscos, as perdas e os danos a que estão sujeitas as populações, em decorrência de situações emergenciais e fenômenos anormais.

Artigo 4º - Até o prazo de 45 (quarenta e cinco) dias após a sua instalação, a COMPDEC elaborará REGIMENTO INTERNO próprio, que será aprovado pelo Chefe do Poder Executivo.

Artigo 5º - A COMPDEC deverá compor sua Diretoria, a ser composta de Presidente, Vice Presidente, Secretária, Conselho Técnico e Conselho Comunitário.



Prefeitura Municipal de Guariba

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 48.664.304/0001-80

I – O Presidente, Vice Presidente e Secretária, serão escolhidos entre os membros da COMPDEC.

II – O Conselho Técnico será composto por membros da Secretarias Municipais de Saúde e de Obras e Infraestrutura Urbana.

III – O Conselho Comunitário será composto por membros da Secretaria Municipal de Ação Social e Desenvolvimento Humano.

Artigo 6º - As funções de membro da Comissão Preventiva de Defesa Civil do Município de Guariba – COMPDEC, não serão remuneradas, sendo consideradas de serviço público relevante.

Artigo 7º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas todas as demais disposições em contrário.

Guariba, 4 de Fevereiro de 2021.


CELSON ANTONIO ROMANO
Prefeito Municipal

Registrado em livro próprio, no Departamento de Gestão Pública, afixado no local de costume, no quadro de avisos da sede da Prefeitura, na mesma data, e mandado publicar na Imprensa Oficial do Município, criada pela Lei municipal nº 3.119/2018, com circulação diária, na forma eletrônica, nos termos do artigo 90, § 2º, da Lei Orgânica do Município.


ROSEMEIRE GUMIERI

Diretora do Departamento de Gestão Pública

DESPACHO

PROCESSO:	TC-002828.989.20-2
ÓRGÃO:	▪ PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA ▪ ADVOGADA: CAROLINA RANGEL SEGNINI (OAB/SP 280.200)
RESPONSÁVEL:	▪ FRANCISCO DIAS MANCANO JUNIOR (Período de 01-01-2020 a 31-12-2020)
ATUAL PREFEITO:	▪ CELSO ANTONIO ROMANO
ASSUNTO:	Contas de Prefeitura - Exercício de 2020
EXERCÍCIO:	2020
INSTRUÇÃO POR:	UR-06

Defiro, **por 15 (quinze) dias úteis**, contados da publicação deste Despacho no DOE, a prorrogação de prazo requerida na petição do evento 51.

Publique-se.

CGC-SEB, 18 de outubro de 2021.

SIDNEY ESTANISLAU BERALDO
CONSELHEIRO

CÓPIA DE DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: SIDNEY ESTANISLAU BERALDO. Sistema e-TCESP. Para obter informações sobre assinatura e/ou ver o arquivo original acesse <http://e-processo.tce.sp.gov.br> - link 'Validar documento digital' e informe o código do documento: 3-H06E-LVA0-5T4P-5W0B

É o relatório.
2. DECIDO.
2.1. As insurgenças apresentadas sugerem possível infração à art. 3º da Lei Federal nº 8.666/93, de e inobservância à jurisdição deste E. Tribunal, com desdobramentos que eventualmente podem prejudicar a formulação de propostas.
Neste sentido, considerando que a data da sessão pública de abertura dos envelopes está designada para o dia 23 de novembro de 2021, há tempo hábil para dar conhecimento prévio à Administração de todas as insurgenças apresentadas e proporcionar o contraditório preliminar ou ainda permitir o eventual exercício preventivo da autotutela, na forma do artigo 49 da Lei nº 8.666/93, se for o caso.
Determino, portanto, que se dê conhecimento prévio do ingresso da presente representação à Municipalidade Representada, através de imediata transmissão de mensagem eletrônica, facultando-se o oferecimento de esclarecimentos preliminares, em até 05 (cinco) dias.
2.2. Ante o exposto, NOTIFICO a Senhora Flávia Pascoal, Prefeita de Ubaituba, fixando o prazo de 05 (cinco) dias para que apresente as alegações e esclarecimentos que julgar oportunos em relação a todas as insurgenças lançadas na representação.
Na hipótese de a Representada exercitar o prerrogativa de anular ou revogar o procedimento licitatório em exame, nos termos das Súmulas nºs 346 e 473 do C. STJ, com fundamento no artigo 49 da Lei nº 8.666/93, para a espécie dos autos, deverá encaminhar o parecer devidamente fundamentado, com aprovação do responsável competente do órgão, bem assim a respectiva publicação do ato de revogação ou anulação na imprensa oficial.
2.3. Decorrido o prazo para resposta, com ou sem manifestação da Origem, retornem os autos conclusos com urgência.
Ficam autorizadas, desde já, vista e extração de cópias aos interessados.
Publique-se.
Expediente: TC-020799.989.21-5.
Representante: Clécio Vicente da Silva.
Responsáveis pela Representada: Danilo Joan – Prefeito; Regis Luiz Lima de Souza – Ordenador de despesa.
Assunto: Representação em face do edital de Pregão Presencial nº 70/2021, processo administrativo nº 11.185/2021, do tipo menor preço por lote, promovido pela Prefeitura Municipal de Cajamar, objetivando o registro de preço para eventual aquisição de mobiliário escolar a ser usado na composição das salas de Tecnologia, conforme especificações constantes do Termo de Referência.
Valor estimado: Não informado.
Advogado: Clécio Vicente da Silva (OAB/SP 307.247); Clécio Vicente da Silva (OAB/SP 307.247); Eduardo Leandro de Queiroz e Souza (OAB/SP 109.013); Graziela Nobrega da Silva (OAB/SP 247.092); Rodrigo Pozzi Borba da Silva (OAB/SP 262.845).
Vistos.
1.1. Trata-se de representação de CLÉCIO VICENTE DA SILVA em face do edital de Pregão Presencial nº 70/2021, processo administrativo nº 11.185/2021, do tipo menor preço por lote, promovido pela PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAMAR, objetivando o registro de preço para eventual aquisição de mobiliário escolar a ser usado na composição das salas de Tecnologia, conforme especificações constantes do Termo de Referência.
1.2. Consoante petição e documentos inseridos no evento 25 deste processo, a Administração informa que a licitação foi revogada em 18/10/2021, conforme publicação no DOE de 19/10/2021.
2. DECIDO
2.1. A revogação do procedimento licitatório, nos termos do artigo 49, da Lei Federal nº 8.666/93, determina a perda do objeto da representação.
2.2. Ante o exposto, DECLARO EXTINTO o presente processo, sem apreciação do mérito, cessando, deste modo, os efeitos da medida liminar concedida nestes autos.
Ficam, desde já, autorizadas vista e extração de cópia dos autos, em Cartório.
De-se ciência ao Ministério Público de Contas.
Aguarda-se o prazo recursal.
Arquive-se o processo eletrônico, após comunicação ao E. Plenário desta Corte.
Publique-se.
DESPACHOS DO CONSELHEIRO SIDNEY ESTANISLAU BERALDO
DESPACHO
PROCESSO-0001.6400.989.21-6
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIATUBA (CNPJ 44.733.608/0001-09)
CONTRATADO(A): CONSTRUTORA TUTIDA EIRELI (CNPJ 14.175.170/0001-11)
INTERESSADO(A): NILSON ALCIDES GASPAR (CPF 102.119.548-02)
ADVOGADOS(A/S): EDUARDO LEANDRO DE QUEIROZ E SOUZA (OAB/SP 109.013) / GRAZIELA NOBREGA DA SILVA (OAB/SP 247.092) / RODRIGO POZZI BORBA DA SILVA (OAB/SP 262.845) / RENATA LORENA COELHO DA SILVA (OAB/SP 427.147)
ROBENILTON OLIVEIRA LIMA (CPF 073.969.528-24)
ASSUNTO-5º TERMO ADITIVO ASSINADO EM 12 DE ABRIL DE 2021
EXERCÍCIO: 2021
INSTRUÇÃO POR: UR-03
Defiro, por 15 (quinze) dias úteis, contados da publicação deste Despacho no DOE, a prorrogação de prazo requerida na petição do evento 29.
Publique-se.
PROCESSO: 00003253.989.20-6
ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO GRANDE DA SERRA (CNPJ 46.522.975/0001-80)
ADVOGADOS(A/S): SANDRA REGINA BORGES DE OLIVEIRA (OAB/SP 133.662) / (OAB/SP 134.814) / (OAB/SP 158.309) / (OAB/SP 205.474) / VIVIAN VALVERDE COROMINAS (OAB/SP 241.835) / (OAB/SP 259.027) / ADRIANO PACIENTE GONÇALVES (OAB/SP 312.932)
INTERESSADO(A): LUIS GABRIEL FERNANDES DA SILVEIRA (CPF 147.294.068-77)
ADVOGADOS(A/S): MIRIAM ATÍEHI (OAB/SP 79.338) / PAULO ROBERTO ATÍEHI PICCILLI (OAB/SP 345.307)
CLAUDIO MANOEL MELO (CPF 124.382.038-11)
ASSUNTO: Contas de Prefeitura - Exercício de 2020
EXERCÍCIO: 2020
INSTRUÇÃO POR: UR-19
Fica prejudicado o pedido de prorrogação de prazo requerido na petição do evento 66, diante da apresentação de justificativas na petição do evento 72 dos autos.
Publique-se.

PROCESSO: TC-003338.989.20-5
ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE SUMARE
ADVOGADOS(A/S): JOSE AMERICO LOMBARDI (OAB/SP 107.319) / (OAB/SP 107.509) / ROSELY DE JESUS LEMOS (OAB/SP 124.850) / EVANDRA ZIMERER LOPES (OAB/SP 131.930) / (OAB/SP 225.424) / (OAB/SP 230.066) / ALINE GRAZIELLE FLEITAS CANO (OAB/SP 351.475) / POLIANE APARECIDA LIMA MENDONÇA (OAB/SP 395.306)
RESPONSÁVEL: LUIZ ALFREDO CASTRO RUZZA DALBEN
ASSUNTO: Contas de Prefeitura - Exercício de 2020
EXERCÍCIO: 2020
INSTRUÇÃO POR: UR-03
Defiro, por 15 (quinze) dias úteis, contados da publicação deste Despacho no DOE, a prorrogação de prazo requerida na petição do evento 75.
Publique-se.
PROCESSO: TC-003079.989.20-8
ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE BOREJI
RESPONSÁVEL: PEDRO MIGUEL DE ARAUJO
ATUAL PREFEITO: ANDERSON PINHEIRO DE GOES
ASSUNTO: Contas de Prefeitura - Exercício de 2020
EXERCÍCIO: 2020
INSTRUÇÃO POR: UR-02
Defiro, por 15 (quinze) dias úteis, contados da publicação deste Despacho no DOE, a prorrogação de prazo requerida na petição do evento 51.
Publique-se.
PROCESSO: TC-002828.989.20-2
ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUBA
ADVOGADA: CAROLINA RANGEL SEGNIINI (OAB/SP 280.200)
RESPONSÁVEL: FRANCISCO DIAS MANCANO JUNIOR (Período de 01-01-2020 a 31-12-2020)
ATUAL PREFEITO: CELSO ANTONIO ROMANO
ASSUNTO: Contas de Prefeitura - Exercício de 2020
EXERCÍCIO: 2020
INSTRUÇÃO POR: UR-06
Defiro, por 15 (quinze) dias úteis, contados da publicação deste Despacho no DOE, a prorrogação de prazo requerida na petição do evento 51.
Publique-se.
PROCESSO: 00024394.989.20-6
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BARBARA DO OESTE (CNPJ 46.422.408/0001-52)
CONTRATADO(A): ALIVE SAÚDE SERVIÇOS MEDICOS LTDA (CNPJ 36.144.537/0001-72)
INTERESSADO(A/S): RAFAEL PIOVEZAN - PREFEITO MUNICIPAL
DÊNIS EDUARDO ANDREA - PREFEITO MUNICIPAL À ÉPOCA DA CONTRATAÇÃO (CPF 139.476.668-88)
ADVOGADOS: JOSE AMERICO LOMBARDI (OAB/SP 107.319) / (OAB/SP 107.509) / ROSELY DE JESUS LEMOS (OAB/SP 124.850) / (OAB/SP 225.424) / (OAB/SP 230.066) / ALINE GRAZIELLE FLEITAS CANO (OAB/SP 351.475)
LUCIMEIRE CRISTINA COELHO ROCHA - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (CPF 250.078.468-13)
VERA LÚCIA SANTOS MACHADO - CHEFE DE CONVÊNIOS E CONTRATOS ASSISTENCIAIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - GESTORA DO CONTRATO (CPF 171.517.258-25)
MARIANA VOLPI OLIVEIRA - REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA CONTRATADA (CPF 344.592.718-93)
ASSUNTO: Acompanhamento da Execução do Contrato nº 116/2020, de 14/08/2020 (Dispensa de Licitação nº 485/2020). Objeto: prestação de serviços de plantões médicos de 12 horas (diurno e noturno) para atendimento de pacientes com suspeita ou confirmação de Covid-19 e outras síndromes gripais.
EXERCÍCIO: 2020
INSTRUÇÃO POR: UR-03
PROCESSO PRINCIPAL: 24358.989.20-0
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO GRANDE DO SUL (CNPJ 05.731.948-47)
RECORRENTE: CARLOS ROBERTO PELEGRINETTI (CPF 057.317.948-47)
ADVOGADO: VITORIA SASS MENEZES (OAB/SP 412.950)
JOSE ANTONIO CARDOSO DOS SANTOS (CPF 115.375.618-80)
ADVOGADO: VITORIA SASS MENEZES (OAB/SP 412.950)
INTERESSADO(A): DEPARTAMENTO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO - DAEE - RIO CLARO (CNPJ 56.401.177/0001-14)
ADVOGADO: ANA MARIA CASAGRANDE (OAB/SP 119.170)
ASSUNTO: Recurso ordinário
EXERCÍCIO: 2021
RECURSO/AÇÃO DO: 00025913.989.20-8
Em que pese a solicitação constante da petição juntada no evento 22 destes autos, lembro aos interessados do disposto na Súmula 473 do STJ, no sentido de que: "A administração pode anular seus próprios atos, quando evitados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial".
Sendo assim, indefiro o pedido em comento, sem prejuízo da tramitação regular do Recurso Ordinário no âmbito desta Corte.
Publique-se.
PROCESSO: 00018006.989.21-4
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSE DO RIO PRETO (CNPJ 46.588.950/0001-80)
ADVOGADO: LUIS ROBERTO THIESI (OAB/SP 146.769)
CONTRATADO(A): CONSTROESTE CONSTRUTORA E PARTICIPAÇÕES LTDA (CNPJ 06.291.846/0001-04)
INTERESSADO(A/S): EDSON EDINHO COELHO ARAÚJO - PREFEITO MUNICIPAL (CPF 496.630.038-04)
KATIA REGINA CASIMIRO - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO-AMBIENTE E URBANISMO (CPF 057.714.288-76)
DENNER FERNANDES BEATO - REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA CONTRATADA (CPF 109.450.338-00)
ASSUNTO-TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO DE 25/08/2021 re: CONTRATO DIL/0022/2021. OBJETO: Atestar a execução dos serviços e inexistência de pendências, reajustamentos ou acertos de qualquer natureza.
EXERCÍCIO: 2021
INSTRUÇÃO POR: UR-08
PROCESSO PRINCIPAL: 13470.989.21-1
Considerando o quanto noticiado no relatório de instrução constante do evento 16, assino aos Interessados o prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da publicação deste despacho no Diário Oficial do Estado, para que apresentem, nos termos do artigo 2º, inciso XIII, da Lei Complementar estadual nº 70/93, as justificativas que entenderem pertinentes acerca dos apontamentos efetuados pela Fiscalização deste Tribunal.
Alerto que a integral deste processo poderá ser consultada no Sistema do Processo Eletrônico e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br, por advogados e interessados previamente cadastrados e habilitados, nos termos do artigo 17 da Resolução TCESP nº 01/2011.
Publique-se.
PROCESSO: 00016841.989.21-3
RECORRENTE: CARLOS ROBERTO PELEGRINETTI (CPF 057.317.948-47)
ADVOGADO: VITORIA SASS MENEZES (OAB/SP 412.950)
JOSE ANTONIO CARDOSO DOS SANTOS (CPF 115.375.618-80)
ADVOGADO: VITORIA SASS MENEZES (OAB/SP 412.950)
INTERESSADO(A): DEPARTAMENTO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO - DAEE - RIO CLARO (CNPJ 56.401.177/0001-14)
ADVOGADO: ANA MARIA CASAGRANDE (OAB/SP 119.170)
ASSUNTO: Recurso ordinário
EXERCÍCIO: 2021
RECURSO/AÇÃO DO: 00025913.989.20-8
Em que pese a solicitação constante da petição juntada no evento 22 destes autos, lembro aos interessados do disposto na Súmula 473 do STJ, no sentido de que: "A administração pode anular seus próprios atos, quando evitados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial".
Sendo assim, indefiro o pedido em comento, sem prejuízo da tramitação regular do Recurso Ordinário no âmbito desta Corte.
Publique-se.
PROCESSO: 00018006.989.21-4
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSE DO RIO PRETO (CNPJ 46.588.950/0001-80)
ADVOGADO: LUIS ROBERTO THIESI (OAB/SP 146.769)
CONTRATADO(A): CONSTROESTE CONSTRUTORA E PARTICIPAÇÕES LTDA (CNPJ 06.291.846/0001-04)
INTERESSADO(A/S): EDSON EDINHO COELHO ARAÚJO - PREFEITO MUNICIPAL (CPF 496.630.038-04)
KATIA REGINA CASIMIRO - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO-AMBIENTE E URBANISMO (CPF 057.714.288-76)
DENNER FERNANDES BEATO - REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA CONTRATADA (CPF 109.450.338-00)
ASSUNTO-TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO DE 25/08/2021 re: CONTRATO DIL/0022/2021. OBJETO: Atestar a execução dos serviços e inexistência de pendências, reajustamentos ou acertos de qualquer natureza.
EXERCÍCIO: 2021
INSTRUÇÃO POR: UR-08
PROCESSO PRINCIPAL: 13470.989.21-1
Considerando o quanto noticiado no relatório de instrução constante do evento 16, assino aos Interessados o prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da publicação deste despacho no Diário Oficial do Estado, para que apresentem, nos termos do artigo 2º, inciso XIII, da Lei Complementar estadual nº 70/93, as justificativas que entenderem pertinentes acerca dos apontamentos efetuados pela Fiscalização deste Tribunal.
Alerto que a integral deste processo poderá ser consultada no Sistema do Processo Eletrônico e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br, por advogados e interessados previamente cadastrados e habilitados, nos termos do artigo 17 da Resolução TCESP nº 01/2011.
Publique-se.

dos e habilitados, nos termos do artigo 17 da Resolução TCESP nº 01/2011.
Publique-se.
DESPACHO PROFERIDO Pelo CONSELHEIRO RELATOR SIDNEY ESTANISLAU BERALDO
Expediente: TC-021156.989.21-2. Representante: Higienix Higienização e Serviços Ltda. Representada: Prefeitura Municipal de Tabatinga. Assunto: Representação que visa ao exame prévio do edital do pregão presencial nº 047/2021, do tipo menor preço por lote, que tem por objeto o "registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para prestação de serviços na área de limpeza pública e manutenção". Responsável: Eduardo Poncio Martinez (Prefeito). Sessão de abertura: 21-10-2021, às 09h00min. Advogados: Não constam advogados cadastrados no e-TCESP.
1. HIGIENIX HIGIENIZAÇÃO E SERVIÇOS LTDA. formula, com fundamento no artigo 113, § 1º, da Lei nº 8.666/93, representação que visa ao exame prévio do edital do pregão presencial nº 47/2021, do tipo menor preço por lote, elaborado pela PREFEITURA MUNICIPAL DE TABATINGA, cujo objeto é o "registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para prestação de serviços na área de limpeza pública e manutenção, para o Município de Tabatinga/SP".
2. Insurgiu-se a Representante contra os seguintes aspectos do ato convocatório:
a) Não foi prevista a vedação à opção do Simples Nacional para participação de ME/EFPP.
b) Omissão de informações quanto aos locais em que os serviços serão executados;
c) Não há requisição de registro da empresa e de seu responsável técnico no CREA, bem como do atestado acerca daquela entidade; e
d) Falta de exigência de documentos de habilitação e econômico-financeiras e de garantias, previstos nos artigos 29 e 31, § 2º, da Lei Federal nº 8.666/93.
3. Os autos foram distribuídos por prevenção em razão da conexão com a matéria tratada no TC-19276.989.21-2, que abrigou representação formulada pela ora Representante, no qual foi proferida decisão judicial declarando extinto o processo, sem exame do mérito, em virtude de superveniente desconstituição do certame.
4. Na hipótese, a despeito dos aspectos impugnados, observo que remanescem na atual versão do edital a mesma falta que determinou a paralisação do certame anterior, qual seja, a adoção do sistema de registro de preços.
Assim como naquela oportunidade, observo que os elementos trazidos na descrição do serviço de variação manual de vias e logradouros públicos, consignado no item 3.1 do Termo de Referência – Anexo I, apresentam indícios de constituir serviços de natureza continuada, não permitidos, portanto, a utilização de tal sistemática, em possível afronta à Súmula nº 311 desta Corte.
5. É o quanto basta para concluir, em sede de exame prévio e de cognição não plena, pela ocorrência de possível violação à legalidade e competitividade desejadas, suficiente para a concessão da providência cautelar, a permitir seja bem esclarecida, durante a instrução, todas as questões suscitadas.
Considerando que a entrega das propostas está designada para o dia 21-10-2021, às 09h00min, acolho a solicitação de exame prévio do edital, determinando, liminarmente, ao Prefeito que SUSPENDA a realização da sessão pública de recebimento dos envelopes e ABSTENHA-SE DA ADOÇÃO DE QUALQUER MEDIDAS CORRETIVAS NO EDITAL ATÉ ULTERIOR DELIBERAÇÃO DESTA CORTE.
6. Notifique-se o Prefeito para que encaminhe a este Tribunal, em 48 horas, a contar da publicação na imprensa oficial, as razões de defesa que entender pertinentes, acompanhadas do inteiro teor do edital, informações sobre publicações, eventuais esclarecimentos e o destino dado a impugnações ou recursos administrativos que possam ter sido tentados.
Não querendo apresentar o inteiro teor do instrumento convocatório, poderá a autoridade certificar que o apresentado pela Representante corresponde fielmente à integralidade do edital original, que deverá ser suficiente para o exame previsto no § 2º do artigo 113 da Lei nº 8.666/93.
Opção: advertir que o descumprimento desta determinação judicial, sob pena de multa, acarretará, à punição pecuniária prevista no art. 104, III, da Lei Complementar estadual nº 70/93.
Em caso de superveniente desconstituição do certame, mediante revogação ou anulação do edital, o ato deverá ser comunicado a esta Corte, com a devida comprovação de sua publicidade na Imprensa Oficial ou local.
Informe-se ainda que, nos termos da Resolução nº 01/2011, a integral desta decisão e das iniciais poderá ser obtida no Sistema de Processo Eletrônico (e-TCESP), na página www.tce.sp.gov.br, mediante cadastramento que é obrigatório.
7. Submetam-se estas medidas, na primeira oportunidade, para referendo do E. Plenário, nos termos do artigo 221, parágrafo único, do Regimento Interno.
Findo o prazo para o exercício do contraditório e da ampla defesa, encaminhem-se os autos para manifestação da ATI e do DO. Ministério Público de Contas, retornando-se por SDG.
Ultimada a instrução processual, remetam-se os autos ao E. Plenário.
Transitada em julgado a decisão, arquivem-se os autos eletronicamente.
Publique-se.
1 SÚMULA Nº 31 – Em procedimento licitatório, é vedada a utilização do sistema de registro de preços para contratação de serviços públicos.
DESPACHO PROFERIDO Pelo CONSELHEIRO RELATOR SIDNEY ESTANISLAU BERALDO
Processo: TC-020839.989.21-7. Representante: Beatriz Campos Alves. Representada: Prefeitura Municipal de Leme. Assunto: Exame prévio do edital do pregão presencial nº 69/21, do tipo menor preço global por lote, que tem por objeto o "registro de preços para aquisição de mobiliário para o novo Paço Municipal". Responsável: Claudemir Aparecido Borges (Prefeito Interno). Subscritor do edital: Eliza Leme de Arruda (Secretária de Obras e Planejamento Urbano). Advogada cadastrada no e-TCESP: Beatriz Campos Alves (OAB/SP nº 447.079).
1 - RELATÓRIO
1.1 Trata-se do exame prévio de edital do pregão presencial nº 69/21, do tipo menor preço global por lote, do tipo menor preço, elaborado pela PREFEITURA MUNICIPAL DE LEME, cujo objeto é o "registro de preços para aquisição de mobiliário de uso comum da Prefeitura, pelo período de 12 (doze) meses, conforme - Anexo I".
1.2 Insurgiu-se a Representante contra os seguintes aspectos do instrumento convocatório:
a) Adoção da forma presencial do pregão, aduzindo limitar a disputa às empresas estabelecidas na Região de Leme;
b) Imposição de que o Laudo Técnico Ergonômico seja assinado por três profissionais de categorias diferentes;
c) Excesso de especificações no processo de pintura decorrente da requisição de certificado acompanhado de 19 (dezenove) relatórios de ensaio;
d) Exigência de que a coluna de gás da cadeira esteja em conformidade com norma internacional (DIN 4550 Bifmal);
e) Aglutinação indevida nos lotes 01 e 02, eis que o primeiro reúne móveis de escritório com o de cozinha, enquanto, o segundo, contendo cadeiras e sofás;
f) Excesso de especificações no processo de pintura decorrente da requisição de certificado acompanhado de 19 (dezenove) relatórios de ensaio;
g) Exigência de documentação, para fins de qualificação técnica, que extrapola o rol de documentos admitidos pelo artigo 30 da Lei nº 8.666/93, afora configurar compromisso de terceiro além do lote 1.
h) Falta de especificação da dotação orçamentária na Minuta da Ata, entendendo infringir o disposto no artigo 55, V, da Lei nº 8.666/93;
i) Carência de amparo legal para a redução mínima entre lances;
j) Subjetividade e incerteza na atribuição ao pregoeiro para solicitar ou não a apresentação de amostras, sob pena de desclassificação; e
k) Invidéa previsão de que a Ata de Registro de Preço pode vir a ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório.
1.3 Presentes os requisitos de restrição idêntica à competitividade, a suspensão do certame foi decretada liminarmente e referendada por este E. Plenário.
1.4 Após notificação, a Administração informou que o certame foi revogado, consoante se verifica na publicação no DOE de 20-10-21, Poder Executivo, Seção I, pag. 399.
DECISÃO
2.1 A superveniente desconstituição do certame, cuja eficácia foi demonstrada por meio da publicação na Imprensa Oficial, suprimiu o interesse processual que motivava a Representante a acionar esta Corte, em busca de correções no ato convocatório da disputa em pauta.
2.2 Considerando que a representação perdeu o seu objeto, declaro, com fundamento no art. 223, inciso V, do Regimento Interno, extinto o processo, sem exame de mérito.
Casso a liminar concedida e determino o arquivamento dos autos.
Publique-se.
DESPACHOS DE SUBSTITUTO DE CONSELHEIRO
DESPACHOS PROFERIDOS Pelo CONSELHEIRO - SUBSTITUTO VALDENIR ANTONIO POLIZELLI
Processo: TC-044516/026/14
Conveniente: Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo - CDHU
Conveniente: Prefeitura Municipal de Álvares Florence
Assunto: Convênio nº 285/14 Nos termos da Resolução nº 03/2020, arquivem-se os autos.
Publique-se. Ao Cartório para as providências cabíveis.
Expedientes: TC-1974/026/21, TC-1975/026/21 e TC-1976/026/21
Interessada: DESENVOLVIMENTO RODOVÁRIO S.A. – DERSA.
Assunto: Retirada de Pauta. Advogados: Marcelo Figueiredo (OAB/SP 69.842).
Desenvolvimento Rodoviário S.A. – DERSA, qualificada nos autos do TC019196/026/12, requer o adiamento da apreciação deste processo pelo Colegiado. Amparado na faculdade conferida pelo art. 210, §2º, combinado com o art. 105, ambos do RICSP, apresentei o pedido de retirada de pauta ao Colegiado, que decidiu pelo adiamento da matéria. A consulta aos autos físicos poderá ser agendaada mediante sistema eletrônico, nos termos do Ato GP nº 22/2020. As memoriais de julgamento e requerimentos de sustentação oral deverão respeitar o disposto no Comunicado SDG nº 16/2020, sob pena de não serem conhecidos.
Publique-se e junte-se oportunamente ao TC019196/026/12.
Processo: TC-11747/026/14
Contratante: Fundação Butantan.
Contratada: Construteck Engenharia S/A. Objeto: Fortalecimento e instalação de estrutura em aço para tubulação "piperack". Vistos... Cumpridas as providências remanescentes, e inexistindo documentos a serem juntados ao feito, remetem-se os autos ao arquivo, até ulterior e eventual provocação. Ao Cartório para as providências.
Publique-se.
Processo: TC-000807/007/10
Interessados: Instituto Acqua e Sr. Ernane Bilotte Em Exame Recursos Ordinários
O Instituto Acqua embarga de declaração o acórdão publicado em 28 de setembro de 2021, às fls. 789. Por ser tempestiva a petição e ter o postulante legitimidade e interesse de agir, recebo o recurso. Em cumprimento ao disposto no art. 157 do RICSP, ficam os interessados cientes da interposição dos Embargos de Declaração.
Publique-se e restituam-se os autos para julgamento da matéria.
Processo: TC - 000074/016/16
Contratante: Prefeitura Municipal de Pirajui Organização Social: Sociedade de Beneficente de Pirajui Entidade Gerenciada: Unidades do Programa Saúde da Família, Policlínica (Ambulatório de Especialidades) e Centro de Especialidades Odontológicas (CEO)
Assunto: Prestação de Contas – Contrato de Gestão Contrato de Gestão: 01/2014 (TC-433/016/14) Exercício: 2014 Valor Repassado: R\$ 1.600.769,11
Nos termos da Resolução nº 03/2020, arquivem-se os autos.
Publique-se. Ao Cartório para as providências cabíveis.
Processo: TC-000426/010/16
Órgão Público Conveniente: Prefeitura Municipal de Piracicaba
Ente Conveniente: Associação dos Fornecedor de Cana de Piracicaba
Assunto: Prestação de Contas – Convênio Convênio nº 143.721/2013-PMP (TC-1028/010/13)
Exercício: 2014 Valor Inicial: R\$ 8.272.098,28 A Prefeitura Municipal de Piracicaba embarga de declaração o acórdão publicado em 28 de setembro de 2021, às fls. 190.
Por ser tempestiva a petição e ter o postulante legitimidade e interesse de agir, recebo o recurso. Em cumprimento ao disposto no art. 157 do RICSP, ficam os interessados cientes da interposição dos Embargos de Declaração.
Publique-se e restituam-se os autos para julgamento da matéria.
Processo: TC-000263/010/12
Acompanham: TC-001727/010/11
TC-043791/026/10
TC-043794/026/10
TC-010824/026/11
TC-032838/026/10
TC-006168/026/11
Contratante: Prefeitura Municipal de Rio Claro. Responsáveis: Palmirino Altiniani Filho, ex-prefeito, João Teixeira Junior, atual Prefeito Contratado: Rápido São Paulo Transportes e Serviços Ltda. (TC-000263/010/12) e IPK Projetos Ltda. (TC-001727/010/11).
Objeto: Concessão dos serviços de transporte coletivo de passageiros (TC-000263/010/12) e contratação de serviços de engenharia consultiva para elaboração de termo de referência para outorga da concessão (TC-001727/010/11). Vistos.
A matéria foi julgada irregular pela Segunda Câmara, em sessão de 5/8/2014, com relatório do Cons. Antonio Roque Citadini. Contra essa decisão, foram opostos embargos de declaração, que foram rejeitados em sessão de 4/11/2014. Contra o acórdão proferido pela Segunda Câmara, foi interposto recurso ordinário, que foi julgado parcialmente procedente pelo Tribunal Pleno, em sessão de 18/9/2019, mantendo-se, todavia, a irregularidade da matéria. Então, foram opostos embargos de declaração, que foram rejeitados pelo Tribunal Pleno, em sessão de 19/8/2020. Em 5/7/21 Em face do acórdão de 19/8/2020 que rejeitou os embargos opostos, foram apresentados novos embargos, sumariamente indeferidos, nos termos do art. 154, Parágrafo único, do Regimento Interno (fls. 5565, TC-000263/010/12). Considerando que as matérias albergadas



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA
DEPARTAMENTO JURÍDICO
CNPJ 48.664.304/0001

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR SIDNEY ESTANISLAU BERALDO, MD
CONSELHEIRO RELATOR DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
DE SÃO PAULO

TC 00002828.989.20-2

Interessado: Prefeitura Municipal de Guariba

Assunto: Contas Anuais relativas ao exercício financeiro de 2020.

Município de Guariba, qualificado nestes autos, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, informar que, apesar do deferimento de 15 dias de prazo suplementar para apresentação de JUSTIFICATIVAS, estas já foram protocoladas e juntadas aos autos no evento 53.

Era o que havia a informar.

Guariba, 26 de outubro de 2021.

Carolina Rangel Segnini Komeathy
Procuradora do Município de Guariba

DESPACHO

PROCESSO:	00002828.989.20-2
ÓRGÃO:	<ul style="list-style-type: none">▪ PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA (CNPJ 48.664.304/0001-80)▪ ADVOGADO: CAROLINA RANGEL SEGNINI (OAB/SP 280.200)
INTERESSADO(A):	<ul style="list-style-type: none">▪ FRANCISCO DIAS MANCANO JUNIOR (CPF 737.331.308-63)▪ CELSO ANTONIO ROMANO (CPF 069.265.078-48)
ASSUNTO:	Contas de Prefeitura - Exercício de 2020
EXERCÍCIO:	2020
INSTRUÇÃO POR:	UR-06
PROCESSO(S)	00014193.989.20-9
DEPENDENTES(S):	

Dê-se vista ao **MPC**.

Após, retornem os autos a este **GABINETE**.

GCSEB, 22 de novembro de 2021.

SIDNEY ESTANISLAU BERALDO
CONSELHEIRO

CÓPIA DE DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: SIDNEY ESTANISLAU BERALDO. Sistema e-TCESP. Para obter informações sobre assinatura e/ou ver o arquivo original acesse <http://e-processo.tce.sp.gov.br> - link 'Validar documento digital' e informe o código do documento: 3-JJ6T-I03H-612H-52XS



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS
DO ESTADO DE SÃO PAULO
3ª Procuradoria de Contas

TC-2828.989.20
Fl. 1

Processo nº:	TC-2828.989.20
Prefeitura Municipal:	Guariba
Prefeito (a):	Francisco Dias Mançano Júnior
População estimada:	40.487
Exercício:	2020
Matéria:	Contas anuais

Em exame, nos termos do art. 71, inc. I, c/c art. 31, § 1º, ambos da Constituição Federal, art. 33, inc. XIII, da Constituição Estadual, e art. 2º, inc. II, da Lei Complementar Estadual 709/1993, prestação das contas municipais em epígrafe.

A partir das informações obtidas no curso do processo, consideram-se os resultados contidos no quadro abaixo:

SÍNTESE DO APURADO APÓS CONCLUÍDA A INSTRUÇÃO PROCESSUAL	
CONTROLE INTERNO	Parcialmente Regular
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - Resultado no exercício	2,80%
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - Percentual de investimentos	6,05%
DÍVIDA DE CURTO PRAZO	Favorável
DÍVIDA DE LONGO PRAZO	Favorável
PRECATÓRIOS - Foi suficiente o pagamento/depósito de precatórios judiciais?	Sim
PRECATÓRIOS - Foi suficiente o pagamento de requisitórios de baixa monta?	Sim
ENCARGOS - Efetuados os recolhimentos ao Regime Geral de Previdência Social (INSS)?	Sim
ENCARGOS - Efetuados os recolhimentos ao Regime Próprio de Previdência Social?	Prejudicado
ENCARGOS - Está cumprindo parcelamentos de débitos de encargos?	Sim
TRANSFERÊNCIAS AO LEGISLATIVO - Os repasses atenderam ao limite constitucional?	Sim
LRF - Despesa de pessoal em dezembro do exercício em exame	47,02%
LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - Atendido o artigo 42 da LRF?	Sim
LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - Atendido o artigo 21, inciso II, da LRF?	Sim
ENSINO- Aplicação na Educação - artigo 212, CF (Limite mínimo de 25%)	25,87%
ENSINO- FUNDEB aplicado no magistério (Limite mínimo de 60%)	74,87%
ENSINO- Recursos FUNDEB aplicados no exercício	100%
ENSINO- Se diferida, a parcela residual (de até 5%) foi aplicada até 31.03 do exercício subsequente?	Prejudicado
SAÚDE - Aplicação na Saúde (Limite mínimo de 15%)	30,28%

Preliminarmente, ressalte-se que as contas da Municipalidade foram objeto de acompanhamento quadrimestral, com base no artigo 1º, § 1º, da Resolução nº 01/2012, cujas ocorrências de fiscalização foram anotadas nos relatórios anexados eletronicamente sob as movimentações 15.16 (1º quadrimestre) e 32.14 (2º quadrimestre), objetivando oportunizar à Administração, dentro do próprio período, a prevenção e correção dos rumos das ações que se apresentassem com tendências ao descumprimento dos objetivos estabelecidos.



Observada a adequação da instrução processual, respeitadas as garantias constitucionais do contraditório e da ampla defesa, o Ministério Público de Contas opina pela emissão de **PARECER PRÉVIO FAVORÁVEL**, porém, **COM RECOMENDAÇÕES**, uma vez que as Contas de Governo, apesar de se apresentarem dentro dos parâmetros legais e dos padrões esperados por esse egrégio Tribunal de Contas, reúnem falhas que demandam ações corretivas.

Assim, impende que a Administração adote providências necessárias ao exato cumprimento da lei (art. 71, inc. IX, da Constituição Federal e art. 33, inc. X, da Constituição Estadual) e aprimore a gestão nos seguintes pontos:

1. **Item A.1.1** – corrija as impropriedades relacionadas ao Sistema de Controle Interno;
2. **Itens A.2, B.2, C.2, D.2, E.1, F.1, G.3 e H.1** – corrija as diversas impropriedades apontadas pelo IEGM sob as perspectivas Planejamento, Fiscal, Educação, Saúde, Meio Ambiente, Gestão da Proteção à Cidade e Tecnologia da Informação, conferindo maior efetividade aos serviços prestados pela Administração e visando o atingimento das metas propostas pelos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU;
3. **Item B.1.9** – reavalie seu quadro de pessoal, atentando, em relação aos cargos em comissão, para a exigência de formação educacional compatível com as atribuições de direção, chefia e assessoramento previstas pelo artigo 37, V, da CF, e em conformidade, ademais, com o Comunicado SDG nº 32/2015 e as recomendações exaradas no r. parecer sobre os demonstrativos do exercício de 2018 (TC 4139.989.18);
4. **Item B.3.2** – realize o levantamento geral dos bens imóveis e corrija as falhas identificadas no controle patrimonial dos bens móveis;
5. **Item B.3.3** – cumpra com rigor o disposto na Lei de Licitações, bem como aprimore o acompanhamento da execução dos contratos;
6. **Item C.1** – ponha fim ao déficit de vagas verificado no ensino infantil;
7. **Item C.1** – implemente o serviço de psicologia educacional e o serviço social na rede pública escolar, conforme determina a Lei nº 13.935/2019; e
8. **Item H.3** – atenda às recomendações exaradas pelo E. Tribunal de Contas.

Acerca de tais recomendações, é preciso alertar a Origem de que a reincidência sistemática nas falhas incorridas poderá culminar no juízo desfavorável das contas relativas a exercícios vindouros, sujeitando ainda o responsável às sanções previstas no art. 104 da LCE nº 709/1993.

São Paulo, 11 de fevereiro de 2021.

JOSÉ MENDES NETO
Procurador do Ministério Público de Contas



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA-DIRETORIA GERAL – SDG-1 - TAQUIGRAFIA
13ª Sessão Ordinária da Primeira Câmara, realizada por
Videoconferência



TC-002828.989.20-2
Municipal

DECISÃO DA PRIMEIRA CÂMARA

DATA DA SESSÃO – 10-05-2022

Pelo voto dos Conselheiros Sidney Estanislau Beraldo, Presidente e Relator, Antonio Roque Citadini e Edgard Camargo Rodrigues, a E. Câmara decidiu emitir parecer favorável à aprovação das contas da Prefeitura Municipal de Guariba, relativas ao exercício de 2020.

Determinou, ainda, à margem do Parecer, a expedição de ofício ao Chefe do Executivo com as recomendações constantes do voto do Relator, inserido aos autos, devendo a Fiscalização competente verificar, na próxima inspeção, a implantação das providências regularizadoras noticiadas.

Esta deliberação não alcança os atos pendentes de apreciação por este Tribunal.

PROCURADOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS JOÃO PAULO GIORDANO FONTES

PREFEITURA MUNICIPAL: GUARIBA
EXERCÍCIO: 2020

- Relatório e voto (ou notas taquigráficas) juntados pela SDG-1.
- Ao Cartório do Relator para:
 - redação e publicação do parecer.
 - oficiar ao Chefe do Executivo, nos termos do voto do Relator.
- À Fiscalização competente para:
 - cumprir o determinado no voto do Relator.
 - os devidos fins, encaminhando cópia em mídia digital do processo, acompanhada de Ofício, à Câmara Municipal.

SDG-1, em 11 de maio de 2022

SÉRGIO CIQUERA ROSSI
SECRETÁRIO-DIRETOR GERAL

SDG-1/ESBP/grs/hh/ms

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

PROCESSO:	00002828.989.20-2
ÓRGÃO:	<ul style="list-style-type: none">▪ PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA (CNPJ 48.664.304/0001-80)▪ ADVOGADO: CAROLINA RANGEL SEGNINI (OAB/SP 280.200)
INTERESSADO(A):	<ul style="list-style-type: none">▪ FRANCISCO DIAS MANCANO JUNIOR (CPF 737.331.308-63)▪ CELSO ANTONIO ROMANO (CPF 069.265.078-48)
ASSUNTO:	Contas de Prefeitura - Exercício de 2020
EXERCÍCIO:	2020
INSTRUÇÃO POR:	UR-06
PROCESSO(S)	00014193.989.20-9
DEPENDENTES(S):	

RELATOR - CONSELHEIRO SIDNEY ESTANISLAU BERALDO

Não houve discussão. O relatório e voto correspondem ao inteiro teor das notas taquigráficas referentes à 13ª sessão ordinária da Primeira Câmara do dia 10 de maio de 2022.

São Paulo, 12 de maio de 2022

Paulo Ishikawa

Assessor Técnico de Gabinete I
SDG-1

CÓPIA DE DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: PAULO ISHIKAWA. Sistema e-TCESP. Para obter informações sobre assinatura e/ou ver o arquivo original acesse <http://e-processo.tce.sp.gov.br> - link 'Validar documento digital' e informe o código do documento: 3-UEF9-6K2A-6MZV-3QKU

10-05-22

SEB

57 TC-002828.989.20-2

Prefeitura Municipal: Guariba.

Exercício: 2020.

Prefeito: Francisco Dias Mançano Júnior.

Advogado: Carolina Rangel Segnini (OAB/SP nº 280.200).

Procurador de Contas: José Mendes Neto.

EMENTA: CONTAS ANUAIS. PREFEITURA. SUPERÁVITS ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO. ÍNDICES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS OBSERVADOS. PARECER PRÉVIO FAVORÁVEL.

Título	Situação	Ref.
Aplicação no Ensino – CF. art. 212	25,87%	(25%)
FUNDEB – Lei federal nº 11.494/07, art. 21, <i>caput</i> e § 2º	100 %	(95% - 100%)
Pessoal do Magistério – ADCT da CF, art. 60, XII	74,87%	(60%)
Despesa com Pessoal – LRF, art. 20, III, “b”	47,02%	(54%)
Saúde – ADCT da CF, art. 77, III	30,28%	(15%)
Transferência ao Legislativo – CF, art. 29-A, § 2º, I	4,02%	7%
Execução Orçamentária – R\$ 3.515.018,71	Superávit de 2,80%	
Resultado Financeiro – R\$ 23.747.115,08	Superávit	
Precatórios	Regular	
Remuneração dos agentes políticos (Prefeito e Vice)	Regular	
Encargos Sociais (INSS, PASEP, FGTS)	Regular	
Parcelamentos (débitos previdenciários)	Regular	
Investimentos + Inversões Financeiras: RCL	6,05%	
Restrições do Último Ano de Mandato	Regular	
*Restos a Pagar (dois últimos quadrimestres – cobertura financeira) – LRF, art. 42 (liquidez de R\$ 3.722.164,11)	Regular	
*Aumento da Taxa de Despesa de Pessoal – LRF, art. 21, II	Regular	
*Despesa com Propaganda – Lei nº 9.504/97, art. 73, VI, “b”, e VII	Regular	
IEG-M	B	

ATJ: Sem manifestação

MPC: Favorável

SDG: Sem manifestação

1. RELATÓRIO

1.1 Versam os autos sobre as contas da **PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA**, exercício de **2020**.

1.2 O município foi submetido à fiscalização concomitante, nos termos dispostos no TC-A-023486/026/10, Ordem de Serviço nº 01/2012 (item 1.3.2) e § 1º do artigo 1º da Resolução nº 01/2012.

A análise relativa aos períodos de janeiro a abril e de maio a agosto de 2020 consta dos eventos 15.16 e 32.14, respectivamente, tendo sido apontadas falhas nos seguintes itens: “Controle Interno”; “IEG-M–I-Planejamento”; “Resultado da Execução Orçamentária no Período”; “Despesa de Pessoal”; “Demais Aspectos Sobre Recursos Humanos”; “Aplicação por Determinação Constitucional e Legal no Ensino”; “IEG-M–I-Cidade”; “IEG-M–I-Gov-TI”; “Fidedignidade dos Dados Informados ao Sistema Audesp”.

O Chefe do Executivo foi devidamente notificado (eventos 22.1 e 37.1) acerca dos relatórios de acompanhamento, disponíveis no processo eletrônico, com vista à regularização das falhas apontadas.

1.3 O relatório da fiscalização anual, realizada pela **Unidade Regional de Ribeirão Preto – UR-06** (evento 44.54), apontou as seguintes ocorrências:

A.1.1. Controle Interno:

- não efetuou o provimento (por meio de concurso público) do cargo efetivo de “Agente de Controle Interno” a fim de dar cumprimento à Lei Complementar Municipal nº 2.915/15 e demais normas regedoras do assunto;

- não providenciou a regulamentação prevista no art. 6º da referida Lei Municipal;

- os relatórios apresentados traçaram apenas análises sobre aspectos de gestão administrativa, orçamentária e financeira, sem qualquer abordagem de natureza operacional e/ou relacionadas à pandemia de Covid-19.

A.2. IEG-M – I-Planejamento – Índice C:

- não elaborou relatório contendo a análise das demandas/sugestões coletadas em audiência pública;

- a LOA conteve autorização para abertura de créditos adicionais por decreto até o limite de 15% da despesa total fixadas;

- os servidores que cuidam da atividade de planejamento não têm dedicação exclusiva nessa área;

- não elaborou a “Carta de Serviços ao Usuário”, o que pode comprometer a transparência e o acesso simplificado do atendimento público à comunidade;

- não regulamentou nem instituiu o Conselho de Usuários;

- o Município não demonstrou evolução nessa perspectiva do IEG-M, permanecendo em baixo nível de adequação (índice C) desde o exercício de 2017, mesmo após as recomendações exaradas nas contas de 2017 e 2018 para que corrigisse as impropriedades apontadas.

B.1.9. Demais Aspectos sobre Recursos Humanos:

- não há definição em lei dos requisitos de escolaridade para a nomeação dos Secretários Municipais.

B.2. IEG-M – I-Fiscal – Índice B:

- não há disponibilização de programas de treinamento específico aos Fiscais Tributários, tampouco houve implantação de Plano de Cargos e Salários específico para esses profissionais;

- a legislação municipal sobre dívida ativa não contemplou critérios referentes à anistia e remissão;

- a Prefeitura não realiza cobrança da dívida ativa nas modalidades de conciliação extrajudicial, inclusão do nome do devedor em Cadastro e inclusão do nome do devedor em serviços de proteção ao crédito.

B.3.2. Bens Patrimoniais:

- não havia levantamento geral de bens imóveis;

- falha no sistema de controle patrimonial impossibilitou a verificação do valor inventariado de bens móveis.

B.3.3. Contrato Selecionado para Análise e Acompanhamento da Execução Contratual:

- irregularidade em licitação, ajuste e aditivo relacionado com a contratação de empresa de engenharia para a execução de ampliação do Parque dos Lagos “Vereador Luis da Conceição” (análise no TC-020427.989.20).

C.1. Aplicação por Determinação Constitucional e Legal no Ensino:

- houve déficit de 198 vagas nas creches municipais, situação regularizada em 2021;

- ainda não houve implementação do serviço de psicologia educacional e de serviço social na rede pública escolar, nos termos da Lei nº 13.935/19 (processo em andamento).

C.2. IEG-M – I-Educ – Índice B:

- a Prefeitura possui turmas de Creche com menos de 30 m² por 13 alunos, bem como turmas de Creche, Pré-Escola, Anos Iniciais e Finais com mais alunos do que o recomendado pelo Conselho Nacional de Educação – CNE;

- possui mais de 10% do quadro de professores de Creche, Pré-Escola, Anos Iniciais e Finais como temporários, contrariando o recomendado pelo CNE;

- informou que um estabelecimento de Pré-Escola não possui pátio infantil, contrariando o recomendado pelo CNE;

- menos de 50% dos estabelecimentos (dois, de oito) para os Anos Iniciais possuem turmas em tempo integral;

- nove dos 16 estabelecimentos de ensino da rede pública municipal ainda não possuem AVCB ou CLCB;

- não possui o número de nutricionistas recomendado, nem controle por meio de relatórios que permita atestar as condições físicas/estruturais da cozinha, higienização e acondicionamento dos alimentos e acompanhamento/aceitação do cardápio proposto na rede escolar municipal.

D.2. IEG-M – I-Saúde – Índice B:

- existência de uma unidade de saúde da rede municipal sem o AVCB ou CLCB;
- o Município não possuía Plano de Carreira, Cargos e Salários para seus profissionais de saúde;
- não disponibilizou serviço de agendamento de consulta médica de forma não presencial; os agendamentos não foram feitos com intervalo mínimo de 15 minutos entre uma consulta e outra e não houve controle de absenteísmo de consultas;
- não possui CAPS ou Unidades de Acolhimento Adulto e Infanto-Juvenil, em desatendimento à recomendação do Ministério da Saúde, sendo os jovens e adultos acolhidos em um Ambulatório de Saúde Mental;
- inexistência de protocolos de regulação de acesso formalizados, em dissonância com Deliberação do CIB (Comitê Intergestores Bipartite) e da Política Nacional de Regulação do Ministério da Saúde;
- não houve utilização do Sistema OuvidorSUS ou sistema equivalente.

E.1. IEG-M – I-Amb – Índice B:

- a Prefeitura informou que nem todas as regiões do Município foram atendidas pela coleta seletiva de resíduos sólidos;
- informou que antes de aterrar o lixo não realizou nenhum tipo de processamento de resíduos, quer mediante reciclagem, compostagem, reutilização ou outra forma de processamento.

F.1. IEG-M – I-Cidade – Índice B:

- a Prefeitura informou que foi criada a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC, responsável pela execução, coordenação e mobilização de todas as ações de defesa civil no Município, mas não há recursos específicos destinados a ela, o que impossibilita a execução do disposto nos artigos 8º e 9º da Lei Federal nº 12.608/12;

- o Município não possui Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil devidamente regulamentado;

- não promove ações para estimular a participação de entidades privadas, associações de voluntários, clubes de serviços, organizações não governamentais e associações de classe e comunitárias, contrariando o disposto no artigo 8º, inciso XV, da Lei nº 12.608/12.

G.3. IEG-M – I-Gov TI – Índice C:

- a Prefeitura não disponibilizou programas de atualização e capacitação aos funcionários da área de Tecnologia da Informação;

- não possuía um Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) vigente;

- não dispõe de Política de Segurança da Informação formalmente instituída e de cumprimento obrigatório;

- informou que possuía sistema terceirizado (desenvolvido e mantido por empresa terceirizada), cuja base de dados não fica sob sua gestão direta.

- não regulamentou o tratamento de dados pessoais, inclusive, nos meios digitais.

H.1. Perspectivas de Atingimento das Metas Propostas pela Agenda 2030 entre Países-Membros da ONU, estabelecidas por meio dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável:

- identificados desalinhamentos a diversas metas dos ODS propostas pela Agenda 2030 entre países da ONU, indicando que o Município poderá não atingir tais metas.

H.3. Atendimento à Lei Orgânica, Instruções e Recomendações do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo:

- não foram atendidas as seguintes recomendações deste Tribunal, proferidas nas contas dos exercícios de 2017 e 2018: corrigir as impropriedades apontadas em todos os aspectos do IEG-M; exigir formação acadêmica compatível com as funções desempenhadas por seus cargos comissionados e

funções de confiança; atender à demanda reprimida de crianças em suas creches municipais; sanear os problemas de alunos por sala de aula; estabelecer o Plano de Carreira e Remuneração para seus profissionais que atuam na saúde pública do Município; cumprir as recomendações e determinações do Tribunal de Contas.

1.4 Acompanham os autos os seguintes expedientes que subsidiaram a Fiscalização, conforme análise no item H.2. Denúncias / Representações / Expedientes do Relatório, ambos arquivados:

a) TC-019203.989.20: representação sobre possíveis irregularidades praticadas pela Prefeitura Municipal de Guariba, na condução do Pregão Eletrônico nº 070/2020 (Processo nº 374/2020), objetivando o registro de preços para aquisição de 500 unidades de cobertores de casal, para distribuição gratuita à população em vulnerabilidade emergencial atendida pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social. Improcedência.

b) TC-026145.989.20: trata de possíveis irregularidades cometidas por munícipe, na condição de proprietário de empresa de prestação de serviços médicos hospitalares ao Município de Guariba, via Irmandade da Santa Casa de Misericórdia, quando exercia seu mandato de vereador. Assunto abordado nas contas da Câmara Municipal de Guariba, no TC-003478.989.20, com conclusão pela improcedência. Outros aspectos da matéria seguem em análise no TC-000018.989.18 (ajuste entre a Prefeitura e a Irmandade da Santa Casa).

1.5 Regularmente notificado (evento 49.1), o **Responsável** pelas contas, Francisco Dias Mançano Júnior, ex-Prefeito do Município (2017-2020), apresentou justificativas e documentos (eventos 53.1/53.9), esclarecendo, em síntese, o que segue:

A.1.1. Controle Interno:

Alegou que o serviço não foi objeto de restrição, tendo os trabalhos pertinentes sido desenvolvidos de forma esmerada e com decência, aguardando-se, portanto, a suspensão do impedimento preconizado no artigo 8º da Lei Complementar nº 173/20 para o saneamento definitivo da questão.

Quanto à regulamentação do artigo 6º da Lei Complementar Municipal e à previsão da periodicidade e forma de apresentação dos relatórios decorrentes do Sistema de Controle Interno, afirmou que, se assim for entendido, a matéria poderá ser dinamizada por providência do Executivo.

Acerca da abordagem dos relatórios, acrescentou que no curso do exercício a atuação do responsável passou a ser extremamente abrangente, estando as contas públicas plenamente compatíveis com as boas normas regentes.

A.2. IEG-M – I-Planejamento – Índice C:

Justificou todas as ocorrências, informando o saneamento dos apontamentos relativos à ausência da “Carta de Serviços ao Usuário” e de regulamentação e instituição do Conselho de Usuários, comunicando, ainda, que a Administração Municipal iniciou um projeto paulatino, objetivando conquistar melhores níveis de adequação.

B.1.9. Demais Aspectos sobre Recursos Humanos:

Consignou a impossibilidade de materializar alterações na legislação pertinente no exercício, em razão da Lei Eleitoral e, notadamente, da Lei Complementar nº 173/20.

B.2. IEG-M – I-Fiscal – Índice B:

Assinalou a eficácia da especializada equipe de assessoria, tendo em vista a boa performance da arrecadação de receitas, que mesmo em momento de crise apresentou resultados satisfatórios, tanto em relação aos recebíveis já materializados, quanto aos ativos em fase de execução.

No que tange à dívida ativa e aos critérios de anistia e remissão, assinalou que, no silêncio da legislação local, o Código Tributário Nacional seria aplicado por analogia, podendo também a matéria ser disciplinada mediante lei específica, entendendo que o apontamento seria desnecessário.

Quanto à forma de cobrança da dívida ativa e inclusão do nome do devedor em cadastros e em serviços de proteção ao crédito, sustentou que tal

assertiva não se mostra consentânea com a infausta realidade social, razão que determinaria a tomada de providências tão logo a economia reaja, sabendo que eventuais créditos jamais foram considerados prescritos.

B.3.2. Bens Patrimoniais:

Assegurou que o próprio distanciamento social não permitiu um controle mais aprimorado desses ativos, cujas pequenas correções e ajustes serão levadas a efeito mais adiante, sob a égide do artigo 106, § 3º, da Lei nº 4.320/64.

B.3.3. Contrato Selecionado para Análise e Acompanhamento da Execução Contratual:

Registrou que reitera as justificativas já lançadas preliminarmente ao apontado, analisado em autos próprios.

C.1. Aplicação por Determinação Constitucional e Legal no Ensino:

Em relação ao déficit de 198 vagas nas creches municipais, afirmou que, com a construção de novas unidades nos últimos anos, bem como a construção de novas salas de aula em unidades existentes, a rede conseguiu absorver, já no início de 2021, toda a demanda represada.

Ratificou a informação a respeito das medidas, em andamento, para criação de cargo específico de Psicólogo Escolar e Educacional e abertura de vaga para o cargo de Assistente Social.

C.2. IEG-M – I-Educ – Índice B:

Apresentou quadros dos quantitativos de todo o alunado e a taxa de ocupação por sala de aula, asseverando que se poderia inferir, das informações, que, embora não atendidas de forma direta as recomendações referentes ao número de alunos por área disponível, houve atendimento às determinações quanto ao número de adultos em relação às crianças, em cada turma.

Esmiuçou a situação do quadro de professores, informando que, com a estabilização da situação sanitária, foi publicado edital para contratação

de empresa especializada para realização de concurso público para provimento de cargos vagos, o que diminuirá substancialmente o número de contratações temporárias desses profissionais, bem como suprirá o quadro de nutricionistas.

Acerca da Pré-Escola sem pátio infantil, afirmou se tratar de excepcionalidade e, caso haja necessidade, haverá aquisição de novos playgrounds, contemplando a referida escola.

No que se refere às turmas em tempo integral, em vista do posicionamento da comunidade, noticiou que o Município optou por oferecer atividades complementares no contraturno, aos alunos que manifestaram interesse, consignando a oferta de carga horário extra no próximo ano letivo, como oportunidade para ampliação do tempo de aprendizagem.

Informou o estágio de cada estabelecimento de ensino quanto à obtenção de Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros.

D.2. IEG-M – I-Saúde – Índice B:

Apresentou justificativas, comunicando a adoção de providências para o saneamento de parte dos itens, bem como o lapso no preenchimento do questionário do IEG-M quanto à Ouvidoria do SUS, cujo atendimento, ao contrário do informado, se encontra estruturado no Município.

E.1. IEG-M – I-Amb – Índice B:

Alegou que persiste a limitação de infraestrutura e logística para a cobertura total da coleta seletiva, encontrando-se em instrução processo de chamamento público para a contratação de cooperativa de trabalho de catadores de materiais recicláveis.

Ainda anunciou que o Município busca uma ação regional consorciada para o trato do lixo domiciliar, uma vez que o volume diário gerado se apresenta insuficiente para a implantação de sistema autônomo de triagem e processamento, porém, serão intensificados os trabalhos de coleta seletiva.

F.1. IEG-M – I-Cidade – Índice B:

Realçou, quanto aos recursos destinados à Defesa Civil Municipal, que toda e qualquer ação de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação são de responsabilidade da administração através do Tesouro Nacional.

Comunicou a regulamentação da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil e do Conselho Municipal de Proteção, por meio da Lei nº 3.414, publicada no Diário Oficial de 22-04-21, noticiando também a nomeação de membros para compor a Comissão Preventiva de Defesa Civil do Município, conforme Decreto nº 3.898/21.

G.3. IEG-M – I-Gov TI – Índice C:

Asseverou que, dada a boa atuação galgada na remessa de dados para alimentar o Sistema Audesp e a estreita margem de desacertos, o Município encontra-se razoavelmente servido nesse quesito, informando, também, que o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) foi formalmente entregue à administração para revisão e ulterior aprovação.

Salientou que, na prática, o Município dispõe de garantias relativas à matéria, estando devidamente guarnecido com “backup” e preservando com extremo rigor toda a integridade de seu acervo, cujos dados basilares, por medida de disciplina e resguardo proposta por esta E. Corte, se encontram armazenados e seguros no sistema central de informática.

Acrescentou, quanto ao tratamento de dados pessoais, que se encontram em fase de levantamento os requisitos para sua regulamentação.

1.6 O Ministério Público de Contas (evento 75.1) opinou pela emissão de parecer favorável, propondo recomendações relativas a todos os itens destacados pela Fiscalização.

1.7 Pareceres anteriores:

Exercício	Parecer	Processo	Relatoria	Data do trânsito em julgado
2017	Favorável	TC-006382.989.16	Conselheiro Renato Martins Costa	10-07-19
2018	Favorável	TC-004139.989.18	Conselheiro Dimas Ramalho	13-07-20

Exercício	Parecer	Processo	Relatoria	Data do trânsito em julgado
2019	Favorável	TC-004480.989.19	Substituta de Conselheiro Silvia Monteiro	24-06-21

1.8 Dados Complementares:

a) Receita *per capita* do Município em relação ao Estado e à média dos demais Municípios Paulistas:

Exercício	Guariba		Receita Per Capita (R\$)			Resultado relativo de Guariba	
	Habitantes	Receita Arrecadada (R\$)	Guariba (A)	Estado (B)	Média dos Municípios/SP (C)	Em relação ao Estado (A/B)	Em relação aos municípios (A/C)
2017	38.010	101.594.591,58	2.672,84	3.031,41	3.615,62	88%	74%
2018	38.344	111.345.263,97	2.903,85	3.305,55	4.020,63	88%	72%
2019	38.681	121.971.437,58	3.153,26	3.608,58	4.297,41	87%	73%
2020	39.021	125.703.970,66	3.221,44	3.812,51	4.523,81	84%	71%

Fonte: AUDESP

b) Resultado da Execução Orçamentária nos últimos exercícios:

EXERCÍCIOS	2016	2017	2018	2019
(Déficit)/Superávit	2,70%	6,72%	(3,85%)	(0,45%)

c) Indicadores de Desenvolvimento:

Guariba	Nota Obtida					Metas				
	2011	2013	2015	2017	2019	2011	2013	2015	2017	2019
Anos Iniciais	5.5	5.9	6.0	6.3	6.7	5.1	5.3	5.6	5.9	6.1
Anos Finais	4.7	4.6	4.8	5.0	5.5	4.5	4.9	5.3	5.5	5.7

Fonte: INEP

d) Investimento anual por aluno em Educação:

Exercício	Número de matriculados	Investimento anual por aluno
2019	6.433	R\$ 6.993,99
2020	6.352	R\$ 7.442,82

Fonte: AUDESP

e) Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEG-M):

INDICADOR TEMÁTICO	2017	2018	2019	2020
IEG-M:	B ↓	B ↓	B ↓	B
i-PLANEJAMENTO:	C ↓	C ↑	C ↑	C
i-FISCAL:	B ↓	B ↓	B ↑	B
i-EDUC:	B+ ↓	B ↓	B ↓	B ↑
i-SAÚDE:	B+ ↓	C+ ↓	B ↑	B ↑
i-AMB:	B+ ↓	B+ ↑	B ↓	B ↓
i-CIDADE:	B ↓	C+ ↓	C+ ↑	B ↑
i-GOV TI:	B ↓	B ↑	C+ ↓	C ↓

A Altamente Efetiva	B+ Muito Efetiva	B Efetiva	C+ Em fase de adequação	C Baixo nível de adequação
-------------------------------	----------------------------	---------------------	-----------------------------------	--------------------------------------

É o relatório.

2. VOTO

2.1 A instrução dos autos demonstra que a **Prefeitura de Guariba** observou as normas constitucionais e legais no que se refere à aplicação no ensino (25%), remuneração dos profissionais do magistério (60%), saúde (15%), despesas de pessoal (54%), transferências de duodécimos ao Legislativo, subsídios dos agentes políticos, precatórios e encargos sociais (INSS, FGTS e PASEP).

Quanto à gestão de enfrentamento da pandemia causada pela Covid-19, não foram constatadas irregularidades nas verificações empreendidas pela Fiscalização (Gestão Orçamentária, Contábil e Fiscal – Item B.1.1.2.; Assistência Social – Item B.3.1; Educação - Item C.1.1.; Saúde - Item D.1.1.).

2.2 Em relação ao Índice de Efetividade da Gestão Municipal – IEG-M – instrumento que delineia um amplo panorama das condições dos serviços públicos e dos recursos mobilizados pelas Prefeituras para prestá-los, em áreas sensíveis da atuação governamental –, o quadro revela que a gestão se manteve **efetiva** nos quatro anos de mandato, de 2017 a 2020, alcançando o conceito geral **B** em todos os exercícios.

Na análise restrita por nota obtida, no exercício, o Município trocou de faixa no **I-Cidade**, ascendendo do conceito C+ para o **B**, e no **I-Gov TI**, neste caso, caindo uma posição, de C+ para **C**, permanecendo na mesma faixa nos demais indicadores, embora sua nota tenha diminuído nas áreas Ambiental e de Tecnologia de Informação.

Os resultados demonstram que persistem mais vulneráveis as áreas do **Planejamento** e de **Tecnologia de Informação** e, em que pesem as iniciativas anunciadas para o saneamento de algumas questões, o baixo nível de adequação registrado demanda da Prefeitura maior celeridade no enfrentamento e correção das impropriedades indicadas.

No **I-Planejamento** (conceito **C**), em conformidade com as respostas coletadas, **recomendo** à Administração que empreenda esforços consistentes e tecnicamente fundamentados, prezando a fase de diagnóstico por meio de coleta organizada e de racional coordenação das informações necessárias à elaboração de suas peças de planejamento, valorizando os profissionais da área para os objetivos de consecução e acompanhamento dos resultados produzidos pelos programas e ações de governo.

O baixo nível de adequação medido no **I-Gov TI** (conceito **C**) revela preocupantes questões quanto ao risco de segurança na exposição de dados, às quais emito firmes **recomendações**, sendo de urgência a capacitação de servidores nesse âmbito, aptos para a elaboração dos planos e regulamentações necessários para a proteção digital do Município e seus cidadãos.

Quanto ao **I-Fiscal**, **recomendo** a inclusão dos critérios para anistia e remissão na regulamentação municipal da dívida ativa, com a finalidade de assegurar a padronização do trâmite de inscrição, cobrança e extinção do

crédito tributário, bem como a prática de anotação do nome da parte executada em cadastro de inadimplentes¹.

Na área da **Saúde**, **recomendo** que o Município atente às diretrizes nacionais para a instituição de plano de carreira, cargos e salários específico para esses profissionais, destinando investimento intenso e sustentado para garantir a qualidade dos serviços prestados.

As demais impropriedades constatadas nesse setor e no **I-Cidade** demandam do gestor operações factíveis e acessíveis, que podem ser prontamente alcançáveis com atuação diligente, como a alegada para a solução no setor **Ambiental**, a ser confirmada nas próximas inspeções.

No que tange à **Educação**, observo que o conceito obtido não retrata, necessariamente, a inexistência de deficiências importantes, cuja regularização reclama agilidade da Administração, a fim de impedir repercussões críticas como o **déficit de vagas**, que, apontado pela Fiscalização desde as contas de 2018, somente foi normalizado no início de 2021, cabendo, portanto, **recomendar** à Prefeitura que não descure do acompanhamento das demandas dirigidas a seus estabelecimentos de ensino, a fim de que, constatada a tendência de saturação das respectivas capacidades de atendimento, adote providências para ampliá-las de maneira tempestiva e suficiente, sem prejuízo da manutenção da qualidade dos serviços oferecidos.

2.3 Atinente à **gestão fiscal**, o Município registrou superávit orçamentário de R\$ 3.515.018,71 equivalente a 2,80% da receita arrecadada de R\$ 125.703.970,66.

¹ A inclusão em cadastros de inadimplência é medida coercitiva que promove no subsistema os valores de efetividade da execução, da economicidade, da razoável duração do processo e da menor onerosidade para o devedor (arts. 4º, 6º, 139, inc. IV, e 805 do CPC). A possibilidade de inscrição do executado no cadastro de inadimplentes regradada pelo art. 782, § 3º, do CPC, é aplicável às execuções fiscais. Dessa forma, o juiz deve efetuar a inscrição do executado, exceto quando verificar uma dúvida razoável sobre o direito ao crédito previsto na CDA. (Nesse sentido, vide tese completa no REsp nº 1.807.180/PR – Julgado em 24-02-21 – Tema Repetitivo 1026).

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	Valores	
(+) RECEITAS REALIZADAS	R\$ 125.703.970,66	
(-) DESPESAS EMPENHADAS	R\$ 118.942.187,92	
(-) REPASSES DE DUODÉCIMOS À CÂMARA	R\$ 3.400.000,00	
(+) DEVOLUÇÃO DE DUODÉCIMOS DA CÂMARA	R\$ 153.235,97	
(-) TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS À ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	R\$ -	
(+ ou -) AJUSTES DA FISCALIZAÇÃO	R\$ -	
RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	R\$ 3.515.018,71	2,80%

Igualmente superavitário, o resultado financeiro evidenciou a disponibilidade de recursos para o total pagamento de suas dívidas de curto prazo:

Resultados	Exercício em exame	Exercício anterior	%
Financeiro	R\$ 23.747.115,08	R\$ 19.168.463,42	23,89%
Econômico	R\$ 9.311.094,32	R\$ 3.718.792,52	150,38%
Patrimonial	R\$ 112.732.608,23	R\$ 102.298.123,12	10,20%

Além disso, nenhum óbice foi apontado no item “Precatórios” e o Executivo Municipal não possui parcelamentos de encargos de qualquer natureza, tendo demonstrado o recolhimento de todos os encargos trabalhistas e previdenciários exigidos no período.

Os investimentos corresponderam a 6,05% da Receita Arrecadada Total.

2.4 Quanto ao contrato selecionado para análise e acompanhamento da execução contratual, verifico que transitou em julgado a decisão pela sua irregularidade, assim como do 1º Termo de Aditamento, encontrando-se em trâmite o acompanhamento da execução contratual e, em grau recursal, a análise dos demais aditamentos.

2.5 De resto, ressalto que as demais impropriedades relatadas, ainda que ensejem, igualmente, a emissão de recomendações para que o Executivo municipal promova sua regularização, não se revestem de gravidade suficiente para macular a totalidade dos presentes demonstrativos.

2.6 Diante do exposto, acompanho o Ministério Público de Contas e voto pela emissão de **parecer prévio favorável** à aprovação das contas da **Prefeitura Municipal de Guariba**, relativas ao exercício de 2020.

2.7 À margem do Parecer, determino a expedição de ofício ao Chefe do Executivo com as seguintes **recomendações**:

- Adote as medidas necessárias à melhoria dos índices atribuídos à formação do IEG-M, com a revisão dos pontos de atenção destacados pela Fiscalização e neste parecer.

- Elimine as falhas encontradas no setor de ensino, obstando, especialmente, a insuficiência de vagas em creches.

- Envide esforços para a implementação dos serviços de psicologia educacional e de serviço social na rede pública escolar.

- Atente para o disposto no artigo 165, § 8º, da Constituição Federal na elaboração do projeto de lei orçamentária, uma vez que a limitação da autorização para abertura de créditos adicionais é medida de prudência fiscal que evita que o orçamento se torne peça de ficção, além de contribuir para o equilíbrio das contas.

- Diligencie para que seja suprida a ausência de Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros – AVCB nas unidades de ensino e de saúde.

- Zele pela ininterrupta atuação do Controle Interno e promova a regulamentação da periodicidade e forma de apresentação dos seus relatórios.

- Insira na legislação municipal os requisitos de escolaridade para o preenchimento dos cargos do Secretariado Municipal, atentando ao Comunicado SDG nº 32/2015.

- Providencie o levantamento geral dos bens patrimoniais imóveis, nos termos do artigo 96 da Lei nº 4.320/64, efetuando a depreciação de seus bens.

- Evite a ocorrência de falhas no sistema de controle patrimonial.

- Atenda integralmente às decisões e recomendações deste Tribunal.

- Adote providências efetivas visando a sanear as demais impropriedades apontadas no relatório da fiscalização.

A Fiscalização deverá verificar, na próxima inspeção, a implantação das providências regularizadoras noticiadas.

2.8 Esta deliberação não alcança os atos pendentes de apreciação por este Tribunal.

Sala das Sessões, 10 de maio de 2022.

SIDNEY ESTANISLAU BERALDO
CONSELHEIRO

PARECER

TC-002828.989.20-2

Prefeitura Municipal: Guariba.

Exercício: 2020.

Prefeito: Francisco Dias Mançano Júnior.

Advogada: Carolina Rangel Segnini (OAB/SP nº 280.200).

Procurador de Contas: José Mendes Neto.

Fiscalização atual: UR-6.

EMENTA: CONTAS ANUAIS. PREFEITURA. SUPERÁVITS ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO. ÍNDICES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS OBSERVADOS. PARECER PRÉVIO FAVORÁVEL.

Vistos, relatados e discutidos os autos.

ACORDA a E. Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão de 10 de maio de 2022, pelo voto dos Conselheiros Sidney Estanislau Beraldo, Presidente e Relator, Antônio Roque Citadini e Edgard Camargo Rodrigues, **emitir parecer favorável** à aprovação das contas da Prefeitura Municipal de Guariba, relativas ao exercício de 2020.

Determina, ainda, à margem do Parecer, a expedição de ofício ao Chefe do Executivo com as **recomendações** constantes do voto do Relator, inserido aos autos, devendo a Fiscalização competente verificar, na próxima inspeção, a implantação das providências regularizadoras noticiadas.

Esta deliberação não alcança os atos pendentes de apreciação por este Tribunal.

RGC

Presente o Procurador do Ministério Público de Contas, Dr. João Paulo Giordano Fontes.

Publique-se.

São Paulo, 19 de maio de 2022.

SIDNEY ESTANISLAU BERALDO
PRESIDENTE E RELATOR

RGC

ENDEREÇO: Av. Rangel Pestana, 315 – Centro – SP – CEP: 01017-906
TELEFONE: 3292-3519 – **SÍTIO ELETRÔNICO:** www.tce.sp.gov.br

Presente a Procuradora do Ministério Público de Contas, Dra. Letícia Formoso Delsin Matuck Feres.

Publique-se.

São Paulo, 18 de maio de 2022.

SIDNEY ESTANISLAU BERALDO
PRESIDENTE E RELATOR
PARECER
TC-002828.989.20-2
Prefeitura Municipal: Guariba.
Exercício: 2020.
Prefeito: Franciso Dias Mançano Júnior.
Advogada: Carolina Rangel Segnini (OAB/SP nº 280.200).
Procurador de Contas: José Mendes Neto.
Fiscalização atual: UR-6.
EMENTA: CONTAS ANUAIS. PREFEITURA. SUPERÁVITS ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO. ÍNDICES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS OBSERVADOS. PARECER PRÉVIO FAVORÁVEL.

Vistos, relatados e discutidos os autos.

ACORDA a E. Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão de 10 de maio de 2022, pelo voto dos Conselheiros Sidney Estanislau Beraldo, Presidente e Relator, Antônio Roque Citadini e Edgard Camargo Rodrigues, emitir parecer favorável à aprovação das contas da Prefeitura Municipal de Guariba, relativas ao exercício de 2020.

Determina, ainda, à margem do Parecer, a expedição de ofício ao Chefe do Executivo com as recomendações constantes do voto do Relator, inserido aos autos, devendo a Fiscalização competente verificar, na próxima inspeção, a implantação das providências regularizadoras noticiadas.

Esta deliberação não alcança os atos pendentes de apreciação por este Tribunal.

Presente o Procurador do Ministério Público de Contas, Dr. João Paulo Giordano Fontes.

Publique-se.

São Paulo, 19 de maio de 2022.

SIDNEY ESTANISLAU BERALDO
PRESIDENTE E RELATOR

SENTENÇAS

SENTENÇA DO CONSELHEIRO ANTONIO ROQUE CITADINI

SENTENÇAS PROFERIDAS PELO CONSELHEIRO RELATOR ANTONIO ROQUE CITADINI

Os processos referidos ficarão disponíveis aos interessados para vista e extração de cópias independente de requerimento, em Cartório, nos termos da Resolução nº02/2000.

Proc.: TC 491/008/18.

Órgão: Secretaria de Estado da Saúde – Departamento Regional de Saúde de São José do Rio Preto. Responsável: Giovanni Guido Cerri – Secretário. Conveniada: Fundação Faculdade Regional de Medicina de São José do Rio Preto. Responsável: Horácio José Ramalho. Assunto: Repasse ao Terceiro Setor. Valor: R\$ 2.519.329,68. Exercício: 2013. Advogados: Dr. Arcênio Rodrigues da Silva – OAB/SP 183.031; e Daniela Gilo Rocha – OAB/SP 380.845.

Extrato de Sentença: Pelos motivos expostos na sentença referida, fls. 77/79 julgo regulares as prestação de contas do valor repassado no exercício de 2012, nos termos e para os fins do disposto no art. 33, I, da Lei Complementar Estadual nº 709/93, e, por consequência, quito os responsáveis na forma do art. 34, da referida lei, liberando-os para novos repasses.

Publique-se.

Proc.: TC-37199/026/97.

Contratante: Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo – TJSP. Contratada: Cooperalar – Utilidades Domésticas. Firmou o Instrumento: Geraldo Francisco Pinheiro Franco – Presidente. Sentença: fls. 1296/1297.

Extrato da Sentença: Pelos fundamentos expostos na sentença referida, Julgo Regular o 8º Termo Aditivo do Contrato nº 037/97.

Publique-se.

SENTENÇA DO CONSELHEIRO RENATO MARTINS COSTA

Processo: TC-015612.989.17-8. Interessados: Contratante: Prefeitura Municipal de Paraguaçu Paulista. Autoridade que homologou o certame e que firmou o instrumento: Ediney Taveira Queiroz (Prefeito à época). Contratada: Construtora Cavibá Ltda. – EPP. Objeto: Construção de uma creche na Vila Nova, Padrão FDE, referente a Convênio firmado entre o Município de Paraguaçu Paulista e a Fundação para o Desenvolvimento da Educação – FDE. Em exame: Concorrência Pública nº 02/2013, Contrato nº 55/14, de 12/9/14, no valor de R\$ 1.629.853,41, Termo Aditivo nº 18/15, de 20/2/15, Termo Aditivo nº 94/15, de 10/9/15, Termo Aditivo nº 029/2016-A, de 12/3/16, Termo Aditivo nº 089/2016-A, de 12/9/16, Termo Aditivo nº 22/17, de 3/3/17, Termo Aditivo nº 32/17, de 10/4/17, e Termo Aditivo nº 100/2017-B, de 12/9/17. Advogado(s): Antonio Sérgio Baptista, OAB/SP nº 17.111, Monica Liberatti Barbosa Honorato, OAB/SP nº 191.573 e outros. Fiscalizado por: UR-04. Pelos motivos expressos na sentença, julgo irregulares a Concorrência Pública nº 02/2013, o Contrato nº 55/14 e os sete Termos Aditivos dele decorrentes, aplicando-se em consequência as disposições do artigo 2º, inciso XV e XXVII da Lei Complementar nº 709/93.

Publique-se.

SENTENÇA DO CONSELHEIRO ROBSON MARINHO

SENTENÇAS PROFERIDAS PELO CONSELHEIRO ROBSON MARINHO.

O processo referido ficará disponível aos interessados para vista e extração de cópias, independentemente de requerimento, no Cartório.

PROCESSO: 00000238.989.20-6. CONVENIENTE: COORDENADORIA DE GESTAO DE CONTRATOS DE SERVICOS DE SAUDE - CGCSS - SECRETARIA DA SAUDE. CONVENIADA: FUNDACAO PARA O DESENVOLVIMENTO MEDICO E HOSPITALAR - FAMESP (CNPJ 46.230.439/0001-01). ADVOGADO: ARCEONIO RODRIGUES DA SILVA (OAB/SP 183.031). INTERESSADO: JOSE HENRIQUE GERMANN FERREIRA. ASSUNTO: Repasse de recursos financeiros de Investimento, visando reformas sequenciais (2ª fase) para obtenção do AVCB (Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros) no HOSPITAL DE BASE DE BAURU. EXERCÍCIO: 2019. INSTRUÇÃO POR: DF-08. PROCESSO PRINCIPAL: 1647.989.18-5.

Em exame, Termo de Retirratificação ao Convênio nº 59/17 firmado entre a Coordenadoria de Gestão de Contratos de Serviços de Saúde - CGCSS - Secretaria da Saúde e a Fundação para o Desenvolvimento Médico e Hospitalar - FAMESP -, objetivando a operacionalização da gestão e execução das atividades e serviços de saúde no Hospital de Base de Bauru.

O ajuste, celebrado em 14/12/2017, foi tratado no TC-1647.989.18-5 e julgado regular pela E. Segunda Câmara em sessão de 31/7/2018.

O Termo de Retirratificação nº 07/19, ora em análise, foi celebrado em 11/12/2019, tendo por objeto repasse de recursos financeiros de investimento, no montante de R\$ 445.360,00, visando reformas sequenciais (2ª Fase) para obtenção do AVCB no Hospital de Base de Bauru.

A fiscalização, em sua análise (ev. 14), apontou que a conduta da Administração no desmembramento de objeto único (reforma) em diversos termos aditivos não possui razão técnica e prejudica a execução do Convênio, em especial no planejamento das atividades pela Entidade Gestora, além de não atender plenamente as justificativas para sua formalização

(obtenção do AVCB, dando cumprimento a Termo de Ajuste de Conduta em execução judicial).

Devidamente notificadas, a CGCSS e a FAMESP apresentaram esclarecimentos nos evs. 42 e 49, respectivamente.

A Pasta alega que, na tomada de decisões, observa as políticas públicas e ações de saúde previstas, cuja execução é viabilizada pela disponibilização orçamentária prevista. Acrescenta que não existe óbice legal ou normativo para a realização de obras e reformas mediante o estabelecimento de cronograma de despesas, tão pouco apresenta prejuízo ao erário.

Argumenta, ainda, que havia previsão financeira para a execução da terceira fase da reforma do Hospital para o ano de 2020, entretanto, em razão da pandemia de COVID-19, a Secretaria priorizou as ações visando ao combate do coronavírus, sendo a terceira fase da reforma adiada.

A FAMESP apenas ressaltou que o questionamento exarado se destina à Secretaria de Saúde, colocando-se à disposição desta e Corte.

Instada a manifestar-se, a ATJ, por sua área econômico-financeira, opinou pela regularidade da matéria (ev. 80).

PFE e MPC acompanharam o posicionamento da ATJ, manifestando-se também pela regularidade do termo aditivo em análise (evs. 102 e 105, respectivamente).

É o relatório. Decido.

Na esteira da manifestação da ATJ, considero que não há impropriedades que comprometam o presente Termo de Aditamento.

A opção da conveniente em executar a reforma em etapas (três fases) está na esfera da discricionariedade conferida ao Administrador, além de atender ao interesse público, priorizando a aplicação dos recursos conforme a necessidade dos serviços de saúde em andamento.

Ante o exposto, julgo regular o aditamento em análise, nos termos do Artigo 33, I, combinado com o artigo 34 da Lei Complementar nº 709/1993, e, por conseguinte, quito os responsáveis.

Publique-se.

Exauridas as providências pertinentes, autorizo, desde já, o arquivamento dos autos.

PROCESSO: 00010894.989.22-7. CONCESSOR: DIRETORIA DE ENSINO - REGIAO DE SANTO ANASTACIO - SECRETARIA DA EDUCACAO. BENEFICIÁRIAS: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIUÁ. PREFEITURA MUNICIPAL DE MARABÁ PAULISTA. PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE VENCESLAU. INTERESSADAS: GERALDA HELENICE AUGUSTA ROCHA. ROSSIÉLI SOARES DA SILVA. ASSUNTO: CONVÊNIOS. EXERCÍCIO: 2020. INSTRUÇÃO POR: UR-05.

Em exame, prestação de contas de recursos públicos, repassados mediante convênio firmado pela Secretaria de Estado da Educação – Diretoria do Ensino – Região de Santo Anastácio à 3 municípios, no valor total de R\$ 745.869,16, já acrescidos de ganhos com aplicações financeiras, durante o exercício de 2020.

Foram beneficiadas: Prefeitura Municipal de Caiuá – R\$ 464.625,86; Prefeitura Municipal de Marabá Paulista – R\$ 85.989,50; e Prefeitura Municipal de Presidente Venceslau – R\$ 195.253,80, tendo por objeto o fornecimento de transporte escolar aos alunos da rede estadual de ensino.

A Unidade Regional de Presidente Prudente – UR-05 registrou que foram atendidas as exigências legais para a concessão dos valores, e que, os municípios apresentaram comprovações dos gastos de acordo com as normas estabelecidas pelas Instruções Consolidadas desta Corte de Contas, tendo o Órgão Concessor emitido os respectivos pareceres conclusivos favoráveis, nos termos ali constantes, consoante se infere os arquivos anexados nestes autos para a totalidade dos recursos. Apontaram que alguns ajustes ainda estão vigendo e que os repasses aqui tratados não foram utilizados em sua totalidade, ficando parte para serem aplicados e analisados nos exercícios seguintes e em novos processos.

Ao final, verificaram que as comprovações evidenciaram que os órgãos logaram cumprir o objeto dos ajustes celebrados, e não registraram apontamentos de irregularidades que compromettessem matéria.

A PFE pronunciou-se pela regularidade das prestações de contas em análise.

Foi garantido ao Ministério Público de Contas o direito de vista dos autos, que o exerceu nos termos do Ato nº 006/2014 – PGC, publicado no D.O.E. de 08/02/2014.

Na instrução dos autos não houve indicação de qualquer irregularidade a ensejar o acionamento do inciso XIII do artigo 2º da Lei Complementar nº 709/93.

É o relatório. Decido.

Os ajustes que deram causa imediata à transferência não foram submetidos a exame específico por apresentar valor inferior ao de alçada vigente na época.

A análise da matéria apontou para a boa ordem dos atos praticados, não houve qualquer questionamento acerca da aplicação dos recursos, o que permite concluir que não há indícios de desvio de finalidade nem de prejuízo financeiro.

Diante disso e acompanhando as manifestações favoráveis dos órgãos instrutivos, julgo regulares as prestações de contas apresentadas, quitando, assim, os responsáveis, nos respectivos valores: Prefeitura Municipal de Caiuá – R\$ 451.264,94; Prefeitura Municipal de Marabá Paulista – R\$ 75.237,40; e Prefeitura Municipal de Presidente Venceslau – R\$ 191.104,51.

Quanto ao acompanhamento dos saldos dos recursos transferidos e não aplicados, serão analisados juntamente com os repasses do próximo exercício, em novo processo. São eles: Prefeitura Municipal de Caiuá – R\$ 13.360,92; Prefeitura Municipal de Marabá Paulista – R\$ 10.752,10; e Prefeitura Municipal de Presidente Venceslau – R\$ 4.149,29.

Publique-se.

Exauridas as providências pertinentes, autorizo, desde já, o arquivamento dos autos.

PROCESSO: 00012807.989.21-5. CONTRATANTE: SERVICO MUNICIPAL AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO - SEMAE - SAO JOSE DO RIO PRETO (CNPJ 04.691.691/0001-78). ADVOGADO: DANIEL HENRIQUE RAMOS DA ROCHA (OAB/SP 293.906). CONTRATADO(A): CONST-RIO ENGENHARIA E COMERCIO LTDA (CNPJ 04.824.894/0001-95). INTERESSADO(A): NICANOR BATISTA JUNIOR. ASSUNTO: TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO assinado em 05/05/2021 referente ao CONTRATO 48/2019. EXERCÍCIO: 2021. INSTRUÇÃO POR: UR-08. PROCESSO PRINCIPAL: 19563.989.19-3.

Em exame, o termo de recebimento definitivo relativo ao contrato celebrado entre o Serviço Municipal Autônomo de Água e Esgoto – SEMAE – São José do Rio Preto e a empresa Const-Rio Engenharia e Comércio Ltda., para implantação das obras complementares para o poço tubular profundo - PTG-09, com construção de reservatório para 2.000m³, cubículo de média tensão, instalações para tratamento e distribuição de água e demais instalações necessárias, incluindo fornecimento de todos os materiais, mão de obra, máquinas e equipamentos necessários à execução dos serviços.

A licitação, o contrato inicial e os termos aditivos foram considerados regulares pela e. Segunda Câmara, que também julgou improcedente a representação relativa ao ajuste.

O termo de recebimento definitivo foi assinado em 5/5/2021.

A Fiscalização não realizou apontamentos de irregularidades. Foi concedido ao MPC o direito de vista dos autos.

É o relatório.

DECIDO

O termo em exame atestou que as obras foram executadas em conformidade com as exigências contratuais, atendendo todas as especificações técnicas constantes do memorial descritivo, bem como os prazos estabelecidos, tendo sido o contrato integralmente cumprido e despendido o total de R\$ 6.540.375,19.

Dessa forma, e diante da ausência de apontamentos pela Fiscalização, conheço do termo em exame.

Publique-se e, quando oportuno, archive-se.

Ao Cartório para as providências cabíveis.

PROCESSO: 00021805.989.20-9. CONVENIENTE: SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO. CONVENIADA: PREFEITURA MUNICIPAL DE MOCOCA. INTERESSADOS: ROSSIÉLI SOARES DA SILVA. HAROLDO CORREA ROCHA. RENILDA PERES DE LIMA. SILVIA HELENA DALBON BARBOSA. MARTA BARONI NUDELMAN VALDAMBRINI. FELIPE NIERO NAUFL. ASSUNTO: Prestação de Contas, referente ao Convênio, assinado em 01/08/2016, objetivando a transferência de recursos financeiros destinados a auxiliar a manutenção do Programa de Transporte de alunos da Rede Estadual de Ensino, com acompanhamento e controle pela Diretoria de Ensino da Região de São João da Boa Vista. EXERCÍCIO: 2019. INSTRUÇÃO POR: DF-06. PROCESSO PRINCIPAL: 13670.989.16-9.

Em exame, prestação de contas de recursos repassados, mediante convênio, pela Secretaria de Estado da Educação à Prefeitura Municipal de Mococa, tendo por finalidade a manutenção do Programa de Transporte de Alunos da Rede Estadual de Ensino, no valor total de R\$ 5.130.158,08, no exercício de 2019.

O ajuste celebrado em 1/8/16, TC-13670.989.16-9, foi julgado regular pela e. Segunda Câmara em sessão de 15/3/22.

Ao instruir a prestação de contas, a Unidade Regional da Fiscalização de Mogi Guaçu – UR-19, apontou algumas ocorrências que, a seu ver, não comprometeram a matéria, propondo seu diferimento com ressalvas.

Os autos permaneceram sobrestados até decisão definitiva dos processos que tratavam das prestações de contas dos exercícios anteriores (tc-17605.989.18-5, tc-933.989.20-4 e tc-934.989.20-3).

PFE, à vista do disposto no artigo 10, 13 e 14 da Resolução nº 04/2017 desta Corte de Contas, propôs o conhecimento e diferimento da matéria em exame, sem julgamento de mérito.

Foi garantido ao Ministério Público de Contas o direito de vista dos autos, que o exerceu nos termos do Ato nº 006/2014 – PGC, publicado no D.O.E. de 08/02/2014.

É o relatório. Decido.

A análise dos autos apontou para a boa ordem dos atos praticados, não houve qualquer questionamento acerca da aplicação dos recursos, o que permite concluir que não há indícios de desvio de finalidade nem de prejuízo financeiro.

Diante disso, julgo regular a prestação de contas apresentada, quitando, assim, os responsáveis, sem prejuízo das seguintes recomendações: que o órgão concessor elabore relatório acerca da execução do objeto do convênio, contendo comparativos entre as metas propostas e os resultados alcançados e que seja mais eficiente na gestão e fiscalização do transporte escolar, traçando metas específicas no Plano de Trabalho do Convênio oferecendo transporte seguro e gratuito à totalidade dos alunos beneficiários.

Exauridas as providências pertinentes, autorizo, desde já, o arquivamento dos autos.

Publique-se.

PROCESSO: 00007507.989.22-6. CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVA. ADVOGADO: JOSE FRANCISCO LIMONE (OAB/SP 82.138). ORGANIZ. SOCIAL: HOSPITAL MAHATMA GANDHI (CNPJ 47.078.019/0001-14). GERENCIADA: UNIDADES DE SAUDE DO MUNICIPIO DE CATANDUVA. INTERESSADOS: LUCIANO LOPES PASTOR. CLAUDIA MONTEIRO FERRAZZI FERREIRA. OSVALDO DE OLIVEIRA ROSA. ASSUNTO: 8º TERMO DE ADITAMENTO 2022/2/3645 23 de fevereiro de 2022. Finalidade: Prorrogação de prazo contratual. EXERCÍCIO: 2022. INSTRUÇÃO POR: UR-08. PROCESSO PRINCIPAL: 6171.989.21-3.

Em exame, termo aditivo ao contrato de gestão firmado pela Prefeitura Municipal de Catanduva com o Hospital Mahatma Gandhi, tendo por finalidade o gerenciamento e execução de ações e serviços de saúde na Unidade de Pronto Atendimento – UPA 24 Horas "DR. Atilio Carderelli Cypriano", no Município de Catanduva – SP.

O ajuste, tratado no TC-6171.989.2-3, celebrado em 30/7/2020, no valor de R\$ 15.060.617,66, com vigência de 12 meses, foi julgado regular pela e. Segunda Câmara em sessão de 23/11/2021, bem como, todos seus aditivos anteriores.

O termo de aditamento nº 07, (ev. 1.3), ora em análise, de 23/2/2022, no valor de R\$ 3.662.380,17, teve por finalidade aditar quanto ao prazo, por 90 (noventa) dias, compreendendo o período de 02/03/2022 a 30/05/2022, mantendo os valores mensais já praticados de R\$ 1.220.793,39 mensais.

A presente matéria foi instruída pela Unidade Regional de São José do Rio Preto – UR-18, cujo laudo de ev. 16 não apontou irregularidades que compromettessem a matéria.

Foi garantido ao Ministério Público de Contas o direito de vista dos autos, no termo de convênio (TC-6171.989.21-3), porém o processo não foi selecionado nos termos do artigo 1º, §5º, do Ato Normativo nº 006/2014 – PGC, publicado no D.O.E. de 08/02/2014.

Na instrução dos autos não houve indicação de qualquer irregularidade a ensejar o acionamento do inciso XIII do artigo 2º da Lei Complementar nº 709/93.

É o relatório. Decido.

Não foram encontrados óbices na celebração do termo de aditamento em análise, consoante instrução levada a efeito pela fiscalização, razão pela qual julgo regular o respectivo termo e, ainda, pela legalidade dos procedimentos determinativos das respectivas despesas.

Exauridas as providências pertinentes, autorizo, desde já, o arquivamento dos autos.

Publique-se.

SENTENÇA DA CONSELHEIRA CRISTIANA DE CASTRO MORAES

SENTENÇA PROFERIDA PELA CONSELHEIRA CRISTIANA DE CASTRO MORAES

Proc:TC–14735.989.21-2 (ref. TC-14150.989.18-4). Contratante:Prefeitura Municipal de Itapeçerica da Serra. Contratada:JTP Transportes, Serviços, Gerenciamento e Recursos Humanos Ltda.Objeto:Prestação de serviços de controle de acesso do transporte de alunos da rede pública municipal e estadual.Em exame:Termo de Modificação nº 2897/2021 de 30.6.2021 (modificar a Cláusula Décima – Da Fiscalização do Contrato, item 10.1, substituindo a Senhora Soráia Regina Ribeiro pelo Senhor Márcio Bezerra Carvalho como responsável pela gestão do Contrato e item 10.2, substituindo o Senhor Gerson Waishaupt de Almeida pelos senhores Raphael Nunes Marques e Gilmar de Moraes Cardoso como responsáveis pela fiscalização.Responsáveis que firmaram o instrumento:Pela Contratante: Francisco Tadao Nakano, Prefeito; Márcio Bezerra Cavalho, Secretário Municipal de Educação.Pela Contratada: Paulo Henrique Wagner, Diretor.Proc:TC–21433.989.21-7 (ref. TC-14150.989.18-4).Contratante:Prefeitura Municipal de Itapeçerica da Serra.Contratada:JTP Transportes, Serviços, Gerenciamento e Recursos Humanos Ltda.Objeto:Prestação de serviços de controle de acesso do transporte de alunos da rede pública municipal e estadual.Em exame:Termo de Modificação, Aditivo e de Prorrogação nº 2953/2021 de 22.9.2021 (substituir o Sr. Gilmar de Moraes Cardoso; pela Sra. Érica Tolesi, como responsável pela fiscalização do contrato; acrescentar dois monitores, no valor estimado de R\$ 30.256,00, o que corresponde a aproximadamente 5,5454% do valor inicialmente contratado; prorrogar por mais 84 dias o contrato, do período de 30/09/2021 a 22/12/2021).Responsáveis que firmaram o instrumento:Pela Contratante: Francisco Tadao Nakano, Prefeito; Márcio Bezerra Cavalho, Secretário Municipal de Educação.Pela Contratada:Paulo Henrique Wagner, Diretor.Julgados:Pregão Presencial e Contrato formalizado em 27.4.2018, no valor de R\$ 545.600,00, julgados irregulares pela Sentença publicada em 07.2.2019 (Relator Dimas Ramalho – evento 58 do TC-14150.989.18), com aplicação dos incisos XV e XXVII do artigo 2º da Lei Complementar nº 709/93. A decisão foi con-

firmada em sede de Recurso Ordinário em Sessão da Primeira Câmara de 10.12.2019 (relator Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo, Acórdão no evento 28 do TC-17772.989.19 - transitou em julgado em 9.3.2020; Termo de Prorrogação nº 2353/19 julgado irregular por Sentença no TC-11344.989.19 (relator Conselheiro Dimas Ramalho).Advogados:Roseli Aparecida Bento Ferreira - OAB/SP nº 199.107, Miriam Athie – OAB/SP nº 79.338, Paulo Roberto Athie Picelli – OAB/SP nº 345.307.

EXTRATO DE SENTENÇA: Pelos fundamentos expostos na Sentença, julgo irregular o Termo de Modificação, Aditivo e de Prorrogação nº 2953/2021, examinado no TC – 21433.989.21, bem como conheço do Termo de Modificação nº 2897/2021, analisado no TC – 14735.989.21. Por fim, esclareço que, por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº01/2011, a íntegra desta Sentença, a instrução processual e demais documentos poderão ser obtidos, mediante regular credenciamento, no Sistema de Processo Eletrônico – e.TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publique-se.

SENTENÇA DO AUDITOR ALEXANDRE MANIR FIGUEIREDO SARQUIS

SENTENÇAS DO AUDITOR ALEXANDRE MANIR FIGUEIREDO SARQUIS

PROCESSO: TC-00008737.989.22-8 ÓRGÃO: CENTRO UNIVERSITARIO DE ADAMANTINA - UNIFAI RESPONSÁVEIS: ALEXANDRE TEIXEIRA DE SOUZA PAULO SERGIO DA SILVA MATÉRIA: ADMISSÃO DE PESSOAL - Edital nº: 19/20, 21/20, 37/19; Concurso nº: 19/20, 21/20, 37/19 EXERCÍCIO: 2021 INTERESSADOS: Raissa Souza Lima Bruno Silveira e Outros INSTRUÇÃO: UR-02 / UNIDADE REGIONAL DE BAURU

EXTRATO: Pelos fundamentos expostos na sentença, JULGO LEGAIS os atos de admissão em exame, determinando os respectivos registros, nos termos do artigo 2º, inciso V, da Lei Complementar Estadual nº 709/93, c.c. artigo 57, inciso VIII, do Regimento Interno desta Corte. Por fim, esclareço que, por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº 1/2011, a íntegra da decisão e demais documentos poderão ser obtidos mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico – e.TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publique-se.

PROCESSO: TC-00008743.989.22-0 ÓRGÃO: CENTRO UNIVERSITARIO DE ADAMANTINA - UNIFAI RESPONSÁVEIS: PAULO SERGIO DA SILVA ALEXANDRE TEIXEIRA DE SOUZA MATÉRIA: ADMISSÃO DE PESSOAL - Edital nº: 37/18; Concurso nº: 37/18 EXERCÍCIO: 2021 INTERESSADOS: Paulo Roberto de Alencar e Outros INSTRUÇÃO: UR-02 / UNIDADE REGIONAL DE BAURU PROCESSO PRINCIPAL: 00024617.989.20-7

EXTRATO: Pelos fundamentos expostos na sentença, JULGO LEGAIS os atos de admissão em exame, determinando os respectivos registros, nos termos do artigo 2º, inciso V, da Lei Complementar Estadual nº 709/93, c.c. artigo 57, inciso VIII, do Regimento Interno desta Corte. Por fim, esclareço que, por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº 1/2011, a íntegra da decisão e demais documentos poderão ser obtidos mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico – e.TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publique-se.

PROCESSO: TC-00008973.989.22-1 ÓRGÃO: FACULDADE DE MEDICINA - UNESP - CAMPUS DE BOTUCATU RESPONSÁVEIS: MARIA CRISTINA PEREIRA LIMA SILVANA ARTIOLI SCHELLINI MATÉRIA: ADMISSÃO DE PESSOAL - Editais e Concursos nºs: 06/13, 07/12, 09/13, 12/13, 13/12, 14/13, 26/13, 27/12, 28/12, 40/12, 47/13, 49/13, 55/12, 56/12, 57/12, 59/12, 62/12, 64/12, 65/12, 69/12, 73/12, 74/12, 80/12, 81/12, 126/12. EXERCÍCIO: 2013 INTERESSADOS: Flavia Helena Pereira Padovani e Outros INSTRUÇÃO: UR-02 / UNIDADE REGIONAL DE BAURU

EXTRATO: Pelos fundamentos expostos na sentença, JULGO LEGAIS os atos de admissão em exame, determinando os respectivos registros, nos termos do artigo 2º, inciso V, da Lei Complementar Estadual nº 709/93, c.c. artigo 57, inciso VIII, do Regimento Interno desta Corte. Por fim, esclareço que, por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº 1/2011, a íntegra da decisão e demais documentos poderão ser obtidos mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico – e.TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publique-se.

PROCESSO: TC-00012227.989.22-5 ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITATINGA RESPONSÁVEL: JOAO BOSCO BORGES MATÉRIA: ADMISSÃO DE PESSOAL - Edital nº 1/2019; Concurso nº 1/2019 EXERCÍCIO: 2021 INTERESSADOS: Aline Angelica Pereira de Moraes e outra INSTRUÇÃO: UR-09 / UNIDADE REGIONAL DE SOROCABA PROCESSO PRINCIPAL: 00014846.989.21-8

EXTRATO: Pelos fundamentos expostos na sentença, JULGO LEGAIS os atos de admissão em exame, determinando os respectivos registros, nos termos do artigo 2º, inciso V, da Lei Complementar Estadual nº 709/93, c.c. artigo 57, inciso VIII, do Regimento Interno desta Corte. Por fim, esclareço que, por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº 1/2011, a íntegra da decisão e demais documentos poderão ser obtidos mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico – e.TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publique-se.

PROCESSO: TC-00012228.989.22-4 ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITATINGA RESPONSÁVEIS: JOAO BOSCO BORGES MATÉRIA: ADMISSÃO DE PESSOAL - Edital nº 1/2021; Concurso nº 1/2021 EXERCÍCIO: 2021 INTERESSADOS: Sandy Keren Dias Queiroz e outros INSTRUÇÃO: UR-09 / UNIDADE REGIONAL DE SOROCABA

EXTRATO: Pelos fundamentos expostos na sentença, JULGO LEGAIS os atos de admissão em exame, determinando os respectivos registros, nos termos do artigo 2º, inciso V, da Lei Complementar Estadual nº 709/93, c.c. artigo 57, inciso VIII, do Regimento Interno desta Corte. Por fim, esclareço que, por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº 1/2011, a íntegra da decisão e demais documentos poderão ser obtidos mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico – e.TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publique-se.

SENTENÇA DO AUDITOR ANTONIO CARLOS DOS SANTOS

SENTENÇAS DO AUDITOR ANTONIO CARLOS DOS SANTOS

PROCESSO: TC-00005947.989.22-4 ENTIDADE: INSTITUTO DE QUIMICA - UNESP - CAMPUS DE ARARAQUARA ADVOGADO: GERALDO MAJELA PESSOA TARDELLI (OAB/SP 77.852) / EDSON CESAR DOS SANTOS CABRAL (OAB/SP 79.396) / PAULO CESAR FERREIRA (OAB/SP 104.285) / MARCO AURELIO BARBOSA CATALANO (OAB/SP 166.237) / MELYSSA CLAUDIA DE FALCHI TOMASINI (OAB/SP 180.898) / ROSANE GOMES DA SILVA (OAB/SP 315.667) / JOAO EDUARDO LOPES QUEIROZ (OAB/SP 353.849) RESPONSÁVEIS: SIDNEY JOSE LIMA RIBEIRO – Diretor atual LEONARDO PEZZA – Diretor (à época) EDUARDO MAFFIUD CILLI – Vice-Diretor (à época) JOSÉ ROBERTO ERNANDES – Diretor (à época) EM EXAME: ADMISSÃO DE PESSOAL – EDITAIS N°s 04/2012; 18/2012; 70/2012; 71/2012; 72/2012; 73/2012; 74/2012; 75/2012 e 06/2013. EXERCÍCIO: 2013 INTERESSADOS: RODRIGO FERNANDO COSTA MARQUES e OUTROS. INSTRUÇÃO: UNIDADE REGIONAL DE ARARAQUARA – UR-13 / DSF-II

EXTRATO: Pelos fundamentos expostos na sentença, e ex-offício, proclamo a decadência do exercício de apreciação da matéria e determino os registros dos atos de admissão em exame nestes autos, nos termos do artigo 2º do inciso V da Lei Complementar Estadual nº 709/93. Registro que, nos termos da Resolução nº 01/2011, a Origem e demais mencionados poderão ter acesso aos autos no Sistema de Processo Eletrônico (e-TCESP), na página www.tce.sp.gov.br/tcesp/processo-eletronico, mediante regular cadastramento.

Publique-se.



C E R T I D ã O

PROCESSO:	TC-002828.989.20-2
ÓRGÃO:	▪ PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA ▪ ADVOGADA: CAROLINA RANGEL SEGNINI (OAB/SP 280.200)
INTERESSADO(A):	▪ FRANCISCO DIAS MANCANO JUNIOR ▪ CELSO ANTONIO ROMANO
ASSUNTO:	Contas de Prefeitura - Exercício de 2020
EXERCÍCIO:	2020
INSTRUÇÃO POR:	UR-06

Certifico que o v. Parecer do processo em epígrafe publicado no DOE de 25-05-2022, transitou em julgado em 11-07-2022.

Cartório do GCSEB, 18 de julho de 2022.

PAULO JOSE ABBADE FRANCA

CÓPIA DE DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: PAULO JOSE ABBADE FRANCA. Sistema e-TCESP. Para obter informações sobre assinatura e/ou ver o arquivo original acesse <http://e-processo.tce.sp.gov.br> - link 'Validar documento digital' e informe o código do documento: 3-ZR5A-HDYC-6UOW-4WU0

São Paulo, 22 de julho de 2022.

OFÍCIO CGC-SEB Nº 1028/2022
TC-002828.989.20-2

Senhor Prefeito,

Cumprimento-o cordialmente. Pelo presente, encaminho a Vossa Excelência cópia da decisão referente ao processo TC-002828.989.20-2, que trata das contas da Prefeitura Municipal de Guariba, relativas ao exercício de 2020, com as recomendações constantes do voto.

Na oportunidade, apresento protestos de estima e consideração.

SIDNEY ESTANISLAU BERALDO
CONSELHEIRO

EXCELENTÍSSIMO SENHOR
CELSO ANTÔNIO ROMANO
PREFEITO
PREFEITURA MUNICIPAL DE
GUARIBA – SP
RGC

6

AVISO DE RECEBIMENTO		BR 29156122 4 BR	
ETIQUETA OU INSCRIÇÃO MÃO PROPRIA	DATA DA POSTAGEM	UNIDADE DE POSTAGEM	
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO Tribunal de Contas do Estado de São Paulo - TCESP - C.DR.SEB Av. Rangel Pestana, 315 Prédio Sede - 5º and Centro SAO PAULO - SP - Brasil 01017-906		USO EXCLUSIVO DOS CORREIOS TENTATIVAS DE ENTREGA <div style="display: flex; justify-content: space-around;"> <div> 1 1 h 1 1 h </div> <div> 1 1 h 1 1 h </div> </div>	
DESTINATÁRIO 1028/2022 2828/989/20 CELSON ANTONIO ROMANO PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA Av. Evaristo Vaz, 1190 Centro GUARIBA - SP - Brasil 14840-000		<input type="checkbox"/> MUDOU-SE <input type="checkbox"/> DESCONHECIDO <input type="checkbox"/> RECLAMADO <input type="checkbox"/> NÃO PROCLAMADO <input type="checkbox"/> NÚMERO REEXISTENTE <input type="checkbox"/> END. INSUFICIENTE FALTOU <input type="checkbox"/> REFOR. DO PORTERO / SINDICO <input type="checkbox"/> OUTROS <div style="text-align: right;"> CARIMBO DA UNIDADE DE DEST. 10 AGO 2022 </div>	
NOME E ASSINATURA DO RECEBEDOR: <i>Paulo Sérgio SILVA</i>		DATA RECEBIMENTO: 10/10/22	RUBRICA E MATRÍCULA DO EMPREGADO: <i>83995F9</i> 414688399

Processo: TC-002828.989.20-2
Órgão: Prefeitura Municipal de Guariba.
Interessados: Francisco Dias Mancano Junior; Celso Antônio Romano.
Em Exame: Contas de Prefeitura - Exercício de 2020.

De ordem do Exmo. Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo encaminhem-se os autos à **UR-06** para cumprir o determinado no voto do Relator e para envio de cópia do presente processo à Câmara Municipal.

Após, **ao arquivo**.

CGC-SEB, 19 de agosto de 2022.

PAULO JOSÉ ABBADE FRANÇA
RESPONSÁVEL PELO CARTÓRIO